



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3181

Quinta-feira - 25 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Coronel Freitas .....	271	Lacerdópolis .....	510
Agrolândia .....	5	Correia Pinto .....	277	Lages .....	518
Agronômica .....	8	Curitibanos .....	279	Laguna .....	521
Água Doce .....	9	Descanso .....	290	Lajeado Grande .....	524
Águas de Chapecó .....	13	Dionísio Cerqueira .....	297	Lauro Muller .....	525
Águas Mornas .....	23	Dona Emma .....	299	Lebon Régis .....	526
Alto Bela Vista .....	26	Doutor Pedrinho .....	312	Lindóia do Sul .....	527
Anchieta .....	31	Entre Rios .....	326	Lontras .....	529
Angelina .....	32	Ermo .....	327	Luiz Alves .....	533
Anitápolis .....	34	Faxinal dos Guedes .....	328	Luzerna .....	536
Antônio Carlos .....	38	Flor do Sertão .....	335	Macieira .....	538
Apiuna .....	43	Formosa do Sul .....	336	Mafra .....	539
Arabutã .....	44	Forquilha .....	337	Maravilha .....	542
Arroio Trinta .....	48	Fraiburgo .....	341	Marema .....	543
Atalanta .....	52	Frei Rogério .....	342	Massaranduba .....	544
Aurora .....	53	Galvão .....	347	Meleiro .....	545
Balneário Gaivota .....	55	Garopaba .....	350	Modelo .....	546
Balneário Piçarras .....	58	Garuva .....	361	Mondaí .....	547
Bandeirante .....	63	Gaspar .....	365	Monte Carlo .....	551
Barra Bonita .....	65	Governador Celso Ramos .....	370	Monte Castelo .....	553
Barra Velha .....	67	Gravatal .....	371	Morro da Fumaça .....	558
Bela Vista do Toldo .....	74	Guaramirim .....	373	Navegantes .....	559
Belmonte .....	87	Guarujá do Sul .....	376	Nova Erechim .....	567
Benedito Novo .....	88	Guatambú .....	378	Nova Itaberaba .....	568
Biguaçu .....	95	Herval d'Oeste .....	379	Nova Trento .....	575
Blumenau .....	106	Ibiam .....	380	Nova Veneza .....	583
Bom Jardim da Serra .....	163	Ibicaí .....	397	Novo Horizonte .....	589
Bom Retiro .....	166	Ibirama .....	399	Orleans .....	590
Botuvera .....	168	Ilhota .....	400	Ouro .....	610
Braço do Trombudo .....	176	Imbituba .....	404	Palhoça .....	612
Brunópolis .....	178	Indaial .....	411	Palmeira .....	638
Brusque .....	179	Iomerê .....	422	Palmitos .....	639
Caçador .....	188	Ipira .....	423	Papanduva .....	640
Caibi .....	198	Iporã do Oeste .....	424	Passo de Torres .....	642
Camboriú .....	199	Ipuacú .....	425	Passos Maia .....	643
Campo Alegre .....	225	Ipumirim .....	427	Paulo Lopes .....	647
Campo Erê .....	227	Iratí .....	435	Peritiba .....	649
Campos Novos .....	229	Irineópolis .....	436	Pescaria Brava .....	659
Canelinha .....	230	Itá .....	437	Petrolândia .....	660
Canoinhas .....	231	Itaiópolis .....	440	Pinhalzinho .....	661
Capinzal .....	246	Itapema .....	441	Pinheiro Preto .....	662
Catanduvas .....	257	Itapiranga .....	442	Piratuba .....	679
Caxambu do Sul .....	260	Itapoá .....	444	Pomerode .....	681
Cerro Negro .....	262	Ituporanga .....	448	Porto Belo .....	694
Chapadão do Lageado .....	263	Jaborá .....	453	Porto União .....	697
Chapecó .....	264	Jacinto Machado .....	454	Pouso Redondo .....	701
Cocal do Sul .....	265	Jaraguá do Sul .....	481	Praia Grande .....	761
Concórdia .....	266	Joaçaba .....	503	Presidente Castello Branco .....	762
Cordilheira Alta .....	270	Jupiá .....	509	Presidente Getúlio .....	765

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3181

Quinta-feira - 25 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

Presidente Nereu.....	766	São Bento do Sul.....	864	Tangará.....	948
Princesa .....	772	São Bernardino .....	876	Tigrinhos .....	957
Quilombo.....	774	São Domingos.....	877	Tijucas .....	958
Rancho Queimado.....	777	São Francisco do Sul.....	879	Timbó .....	962
Rio do Campo .....	778	São João do Oeste .....	881	Três Barras .....	978
Rio do Oeste.....	784	São José.....	882	Treviso .....	979
Rio dos Cedros.....	796	São José do Cedro.....	898	Treze Tílias .....	980
Rio do Sul.....	786	São Lourenço do Oeste.....	902	Trombudo Central.....	982
Rio Negrinho.....	797	São Miguel da Boa Vista .....	904	Tunápolis.....	984
Rio Rufino.....	802	São Miguel do Oeste.....	905	União do Oeste .....	989
Romelândia.....	803	São Pedro de Alcântara.....	909	Urubici .....	991
Salto Veloso.....	816	Saudades.....	923	Urussanga .....	993
Santa Cecília.....	820	Schroeder.....	925	Videira.....	995
Santa Helena .....	823	Seara .....	936	Vitor Meireles.....	1002
Santa Rosa do Sul .....	824	Serra Alta .....	939	Xanxerê.....	1004
Santa Terezinha do Progresso .....	859	Siderópolis.....	941	Xavantina .....	1010
Santiago do Sul.....	861	Sombrio.....	943	Xaxim .....	1011
Santo Amaro da Imperatriz .....	863	Sul Brasil .....	946	Zortéa .....	1013

## Associações

AMUREL .....	1015
--------------	------

## Consórcios

AGIR .....	1016
CIM-AMAVI .....	1016
CIMVI.....	1017
CINCATARINA .....	1021
CIS/AMARP .....	1155
CIS/AMFRI.....	1157
CIS/AMOSOC.....	1158
CIS/AMURES.....	1158
CIS/AMVI .....	1159
CISAMREC .....	1160
CVC.....	1164
CIGAMERIOS .....	1171
CIS/AMERIOS .....	1178
CONDER.....	1183
CIM-AMUREL .....	1201



**Abdon Batista****PREFEITURA****DECRETO 075 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536143

DECRETO N. 75/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, Prefeito do Município de Abdon Batista SC no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 57 da Lei Orgânica Municipal e, ainda:

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Corona vírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando que o Governo do Estado de Santa Catarina publicou o DECRETO Nº 515, DE 17 DE MARÇO DE 2020 onde Declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078, de 1990, especialmente os arts. 6º, I e V; 39, V; 51, IV, § 1º, I, II, III, bem como art. 36, III da Lei Federal nº 12.529, de 2011, que versa sobre "Infrações da Ordem Econômica";

Considerando os casos do novo Corona vírus (COVID-19) até então confirmados no território nacional, dos quais seis estão localizados no Estado de Santa Catarina, segundo dados do Ministério da Saúde;

Considerando que qualquer pessoa que tenha contato próximo (cerca de 1 metro de distância) com alguém com sintomas respiratórios está em risco de ser exposta à infecção;

Considerando que a transmissão do Corona vírus ocorre pela propagação no ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o aumento de casos positivos no âmbito do Município de Abdon Batista.

**DECRETA**

Art. 1º a prorrogação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do município de Abdon Batista, ficam definidas nos termos deste decreto.

Art. 2º. Como medidas individuais recomenda-se que pacientes com sintomas de problemas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas.

Art. 3º. Torna-se obrigatório no âmbito do município de Abdon Batista pelo prazo de 15 dias as seguintes medidas:

1 – Uso obrigatório de máscara em todos os ambientes;

2 – Estabelecimentos com atendimento ao público devem disponibilizar na entrada dos mesmos, com sinalização, álcool gel e manter distanciamento mínimo de 1,5 metros;

3 – Os atendimentos dos Bares somente para entrega, proibido a permanência nas dependências.

4 – Restaurantes e Lanchonetes deverão manter distanciamento entre mesas e pessoas de no mínimo 1,5 metros e disponibilizar na entrada álcool gel.

5 – Proibida a obstrução de passeios públicos com mesas, cadeiras, bancos ou outros móveis similares.

6 – Os atendimentos ao Público no âmbito da administração municipal deverá ser realizado mediante agendamento prévio.

7 – As manifestações de qualquer credo religioso deverão manter distanciamento mínimo de 1,5 metros por pessoa e manter álcool gel na entrada dos recintos, bem como o uso das máscaras.

8 – Proibida a aglomeração de pessoas em praças, jardins e outros locais públicos de visitação, principalmente Mirante e Marina.

9 – A circulação em veículos de passeio e trabalho com mais de um passageiro é obrigatório o uso de máscara e se possível manter o distanciamento mínimo de 1,5 metros.

10 - Recomenda-se evitar aglomerações, mesmo em ambientes particulares, como medida de prevenção a propagação do COVID-19.

Art. 4º. As demais medidas determinadas nos decretos anteriores, que não colidirem com as deste instrumento, mantem-se em plena vigência.

Art. 5º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e mundial,

Art. 6º. Os casos omissos serão regidos pelo decreto estadual.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/06/2020.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, SC em 23 de junho de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra

**DECRETO 076 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536193

DECRETO Nº 000076/20 de 23 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar – originário do Orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 19 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$7.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 03: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.046 – Manutenção, expansão das atividades de Saúde Básica

8 – 4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0002.000000 – Aplicações Diretas R\$7.000,00

Total: R\$7.000,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão 03: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.046 – Manutenção, expansão das atividades de Saúde Básica

7 – 3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0002.000000 – Aplicações Diretas R\$7.000,00

Total: R\$7.000,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Junho de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal



# Agrolândia

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 014

Publicação N° 2536183

PORTARIA N° 014/2020, de 24 de junho de 2020.

"Concede férias à servidora Larissa de Campos Rocha, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica, na data que menciona".

O Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - O Art. 123 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Agrolândia e

CONSIDERANDO - O Art. 127 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder o gozo de 10 (dez) dias de férias, conforme requerimento anexo, à Servidora Larissa de Campos Rocha, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica, matrícula 071, referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 à 28/02/2020.

Parágrafo Único - A remuneração das férias bem como o adicional de 1/3 sobre a remuneração correspondente ao período de férias, serão pagos à Servidora, com no mínimo 02 dias de antecedência ao início do gozo de suas férias.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Emil Jansen  
Agrolândia, em 24 de junho de 2020.

Adelândio Galvani  
Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia

**14ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020**

Publicação Nº 2536034

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

[www.cvagrolandia.sc.gov.br](http://www.cvagrolandia.sc.gov.br)**ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 4º EXERCÍCIO, DA 14ª LEGISLATURA,  
EM 15 DE JUNHO DE 2020.**

Aos 15 (quinze) dia do mês de junho de 2020 (dois mil e vinte), a Câmara de Vereadores de Agrolândia reuniu-se em sua 14ª Sessão Ordinária, de forma virtual – através do aplicativo de reuniões virtuais "Zoom" – na qual o Presidente solicitou ao 1º Secretário para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início a presente sessão. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 Vereadores: **Adelândio Galvani, Rejane Ana Schaade Sasse, Fernando Nicolas Lassalle Olivera, Ingo Piske, Claércio Figueredo, Isac Ramos, Hélio Miranda de Oliveira, Rodrigo Biancati e Valdinei Eger**. Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária, solicitando ao Vereador Ingo que fizesse uma pequena reflexão. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário para proceder a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. No Grande Expediente, o 1º Secretário fez a leitura e despacho do expediente. Em seguida o Presidente declarou aberta a Palavra Livre, e solicitou ao 2º Secretário que verificasse se havia alguém inscrito, na qual havia a Assessora Jurídica da Câmara, Larissa de Campos Rocha, que teve como assunto "critérios previstos na Lei Orgânica para fixação dos subsídios". O Presidente deu início a Ordem do Dia, e colocou em única votação o **REQUERIMENTO CFO Nº 001/2020, DE 09 DE JUNHO DE 2020**. Requer o adiamento da 2ª votação do PROJETO DE LEI CV Nº 005/2020, de 28 de maio de 2020, que Fixa subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências, para o dia 22 de junho de 2020, aprovado por unanimidade. Em 1ª votação, a **EMENDA MODIFICATIVA Nº 001 AO PROJETO DE LEI CV Nº 005/2020, DE 28 DE MAIO DE 2020**. Modifica a redação dos Artigos 1º e 2º do Projeto de Lei CV nº 005/2020, de 28 de maio de 2020, que Fixa subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências, aprovada por unanimidade. Em 2ª votação o **PROJETO DE LEI CV Nº 006/2020, DE 28 DE MAIO DE 2020**. Fixa subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências, aprovado por 5 (cinco) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários. E em única votação, a **INDICAÇÃO Nº 021/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020, DE AUTORIA DO VEREADOR HÉLIO MIRANDA DE OLIVEIRA**. Solicita estudos pelo Setor Competente para que a Administração Municipal possa fazer o processo de licitação para a realização das obras de passeios das ruas de todo o Centro do Município de Agrolândia, aprovada por

Página 1 de 2

Ata da 14ª Sessão Ordinária de 2020.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

[www.cvagrolandia.sc.gov.br](http://www.cvagrolandia.sc.gov.br)

unanimidade. Nada mais constando, o Presidente encerrou a Ordem do Dia e declarou aberta a Palavra para as Explicações Pessoais, na qual os Vereadores fizeram seus agradecimentos e comentários finais às tramitações. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, o Presidente, convocou uma Sessão Ordinária, para o dia 22 de junho, no horário de costume. Desta forma, para constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Sessão. E assim declarou encerrada a presente Sessão Ordinária.

**Agrolândia, 15 de junho de 2020.**

**Adelândio Galvani**  
Presidente da Mesa

**Rodrigo Biancati**  
Vice-Presidente

**Ingo Piske**  
1º Secretário

**Fernando Nicolas Lassalle Olivera**  
2º Secretário

# Agronômica

## PREFEITURA

**341/2020**

Publicação Nº 2535758

PORTARIA n.º 341/2020 DE 25 DE JUNHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando que o servidor municipal Sr. CLEITON DAHLKE, matrícula n.º 653, ocupante do cargo de provimento Efetivo de TÉCNICO EM AGRIMENSURA, do quadro de carreira e lotação no Departamento de Planejamento, conforme requerimento protocolizado nesta municipalidade, onde consta ser participante de nominata disponibilizando seu nome à candidato para as eleições proporcionais do pleito que ocorrerá no presente exercício e para gestão 2021/2024,

Considerando as disposições contidas no Art. 31, item "V", da Lei Complementar nº 14/2003 de 11/11/03, como também as dispostas no Art.37, item "IV" do mesmo diploma legal,

**RESOLVE:**

1-) Conceder licença com proventos integrais, desincompatibilizando-se assim das funções do cargo que ocupa nesta municipalidade, e a partir de 03/07/2020 ( três de julho de dois mil e vinte), conforme requerimento protocolizado nesta municipalidade, destinado a concorrer a vaga de provimento por eleição, VEREADOR do município de Agronômica/SC, de caráter Agente Político e para mandato quadriênio 01/01/2021 à 31/12/2024, para o servidor municipal Sr. CLEITON DAHLKE, matrícula n.º 653, ocupante do cargo de provimento Efetivo de TÉCNICO EM AGRIMENSURA, do quadro de carreira e lotação no Departamento de Planejamento, portador da carteira de identidade nº 41545419, inscrita no CPF/MF sob o nº 052.018.629-00, domiciliada nesta comarca e residente na Estrada Geral Mosquito Grande, S/Nº, nesta.

2-) revoga a portaria nº 336/2020 de 23 de junho de 2020.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 25 de Junho de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2020**

Publicação Nº 2536155

Prefeitura Municipal de Agronômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2020

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº CC 01/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, REATERRO DOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA 07 DE SETEMBRO NO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, FOMENTADA PELO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO BADESC CIDADES, em conformidade com o presente Edital e seus anexos (Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro entre outros e Projetos).

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 27/07/2020 às 08:00h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: [licitacao@agronomica.sc.gov.br](mailto:licitacao@agronomica.sc.gov.br) ou pelo site [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br).

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agronômica-Santa Catarina, 25 de junho de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

**071/2020**

Publicação Nº 2536092

DECRETO Nº 071 /2020– 23 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC usando de suas atribuições legais, combinado com o disposto no artigo 27 da Lei Complementar nº 2.754 de 06 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº2.754 de 06 de dezembro de 2019, um crédito adicional suplementar no valor de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para pagamento de operações intra - orçamentárias.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
08.244.0028.2.055 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.1.91.00.0.1.0000/4 Aplicações Diretas .....	R\$2.200,00
TOTA .....	...R\$2.200,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
08.244.0028.2.055 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.00.0.1.0000/5 Aplicações Diretas .....	R\$2.200,00
TOTAL .....	...R\$2.200,00

Art. 4º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2020.

Antonio José Bissani  
Prefeito Municipal**188/2020**

Publicação Nº 2536235

PORTARIA Nº 188/2020 – DE 24 DE JUNHO DE 2020

“CONVOCA DAS FÉRIAS O SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Lei complementar nº. 015/98 e Lei Complementar 058/2009 de 09/06/2009 .

Resolve:

Artigo 1º Convocar das férias o servidor (a) HELIOBERTO MARCEL RAMOS, inscrito sob CPF nº 560.163.879-91, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, na data de 24/06/2020, período 18/19, restando 07 (sete) dias das férias para o servidor usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito MunicipalLILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Diretora do Dpto Recursos Humanos

**189/2020**

Publicação Nº 2536241

PORTARIA Nº 189/2020 – DE 24 DE JUNHO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei complementar nº. 015/99 e Lei Complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença maternidade de 120 dias a servidora FABIANA PROVIN ZENATTI DE SOUZA, inscrita sob CPF 009.224.349-56, a partir de 22/06/2020 a 19/10/2020, conforme atestado médico em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Diretora do Dpto Recursos Humanos

**DECRETO N 072/2020**

Publicação Nº 2536562

DECRETO Nº 72/2020 – DE 24 DE JUNHO DE 2020

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS"

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VIII, art. 72, da Lei Orgânica do Município e art. 69, parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 058/2009, de 09 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS do Município de Água Doce (SC):

ALAN ADALBERTO TOIGO, servidor efetivo no cargo de assistente administrativo, matrícula nº 21.475;

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA, servidor efetivo no cargo de assistente administrativo, matrícula nº 1142;

MARILIA LINS DA SILVA, servidor efetivo no cargo de assistente administrativo, matrícula nº 21.419;

MARIA ISABEL SCHULLER, servidora efetiva no cargo de administradora escolar, matrícula nº 21.521;

EURICO JOEL DOS SANTOS, servidor efetivo no cargo de motorista, matrícula nº 21.60;

LUCI MARA ANSSOLIN LUCHESI, servidora efetiva no cargo de Professor, matrícula nº 1372/21.389;

HILÁRIO BARTZ, servidor efetivo no cargo de mecânico, matrícula nº 724;

JOEL ROQUE PIAIA, servidor efetivo no cargo de assistente administrativo, matrícula nº 132.

Art. 2º. Compete a Comissão reavaliar bens móveis e imóveis pertencentes ao Município para fins contábeis.

Art. 3º. A comissão de levantamento e avaliação poderá, ainda, avaliar os bens móveis que não possuam valor declarado ou registrado, utilizando como parâmetro os preços praticados no mercado e a condição de uso e estado de conservação do bem.

Parágrafo único. Os bens patrimoniais que possuam valores simbólicos ou irrisórios, ou ainda, valores superiores ao valor de mercado serão reavaliados ou depreciados, conforme o caso, a fim de que possam espelhar a realidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 012/2017; 127/2017; 055/2018; 074/2018; 129/2018; 021/2020.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**DECRETO N 073/2020**

Publicação N° 2536566

DECRETO N° 073/2020 – DE 24 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce-SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 970/96, de 08 de outubro de 1996, alterada pelas Leis Municipais nº 1.000/97, de 02 de setembro de 1997 e 1.789/2009, de 18 de agosto de 2009;

**DECRETA**

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o Município, os nomes abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Saúde de Água Doce:

**REPRESENTANTES DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇOS**

Titular: EDNA FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI (Prefeitura Municipal)

Suplente: MARIA HELENA LUCIETTI (Prefeitura Municipal)

Titular: ROSANE ISSLER (Hospital Nossa Senhora da Paz)

Suplente: AMANDA BALESTRIN (Hospital Nossa Senhora da Paz)

Titular: MIRIAN FERRETTI MENDES (Laboratório Mirinha)

Suplente: JESSICA SARTORI (Laboratório Pasteur)

**REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE**

Titular: LORETE LOURDES PANTANO GUISLENI (Secretaria Municipal de Saúde)

Suplente: ALAN TOIGO (Secretaria Municipal de Saúde)

Titular: JAQUELINE DA SILVA (Secretaria Municipal de Saúde)

Suplente: CAROLINE LAMPERT (Secretaria Municipal de Saúde)

Titular: LUANA COLOMBO THALER (APAE)

Suplente: MARIANA D. TISKOSKI (APAE)

**REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS**

Titular: IVONETE RECK

Suplente: GABRIELA RECK

Titular: RAUL CELSO

Suplente: AMÁBILE ABATTI

Titular: MARIA NEUSA CESARINO

Suplente: ELEANDRA RIBEIRO

Titular: CLEIDE RIBEIRO

Suplente: JULIANA EVANGELISTA LUCIAN

Titular: RENITO TORTELLI

Suplente: VALDECIR TORTELLI

Titular: ILISEO VIECELLI

Suplente: DULCINI RIBAS DE MOURA

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 054/2017; 056/2018; 099/2018.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 24 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal



**DECRETO N 074/2020**

Publicação Nº 2536568

DECRETO Nº 074/2020 – DE 24 DE JUNHO DE 2020

**“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL – CDEM DE ÁGUA DOCE”**

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 19 da Lei Municipal nº 930/1995, de 29 de agosto de 1995,

Considerando que as entidades optaram por substituir os representantes indicados para compor o Conselho de Desenvolvimento Econômico Municipal - CDEM;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho de Desenvolvimento Econômico Municipal – CDEM, de Água Doce/SC:

**I - Representantes do Governo:**

ROGERIO DAVI HEBERLE – Poder Executivo

KÁRIN ANE CÔRSO – Poder Executivo

JORGE RONE HASLINGER – Poder Legislativo

**II – Representantes da Categoria dos Empregados:**

BELMIR DOTTA – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – SINSEADRE

CAMILA MACAGNAN DANGUI – SINE

**III – Representantes da Categoria dos Empregadores:**

GIOVANI BRANDALISE – Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL

VILSON VERONA – Sindicato Rural

NILSE BARBOSA – CEJEL/Agroindústrias

**IV – Representante do Banco do Brasil:**

SONIA MARIA VENTORIN RIGO – Banco do Brasil

Art. 2º. Ao Poder Executivo Municipal caberá a presidência do Conselho, sendo representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, conforme determina o § 1º do art. 19 da Lei Municipal nº 930/95.

Art. 3º. Os demais integrantes do Conselho, indicados pelas respectivas entidades, serão empossados pelo Presidente, publicando-se a respectiva Ata de Posse no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 4º. O mandato dos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico Municipal de Água Doce/SC será de 02 (dois) anos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº167/2017; 075/2018; 199/2019.

Prefeitura Municipal de Água Doce -SC, 24 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 103 - 2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2536228

DECRETO Nº 103/2020 De 24 de Junho de 2020	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 2000/2019, Artigo 5º, § 1º Inciso III de 04/12/2019 e demais disposições legais vigentes;	

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	5
Unidade	Setor de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Educação: O Futuro se Faz no Presente	4
Atividade	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(72)	Aplicação Direta – 3.3.90	1.001 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	5
Unidade	Setor de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Educação Infantil	365
Programa	Educação: O Futuro se Faz no Presente	4
Atividade	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(85)	Aplicação Direta – 3.3.90	1.001 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		30.000,00

Art. 2º Para a suplementação de que trata o Art. 1º, serão deduzidos os recursos da conta:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	5
Unidade	Setor de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Educação: O Futuro se Faz no Presente	4
Atividade	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(70)	Aplicação Direta – 3.1.90	1.001 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	5



Unidade	Setor de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Infantil		365
Programa	Educação: O Futuro se Faz no Presente		4
Atividade	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil		2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(82)	Aplicação Direta – 3.1.90	1.001 – Recursos Ordinários	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
Águas de Chapecó/SC, em 24 de Junho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2020 FMS**

Publicação Nº 2537170

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPÉCÓ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato ADM Nº	05/2020 - FMS
Processo de Licitação nº03/2020, Pregão Presencial nº02/2020	
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada.:	PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE VEICULO NOVO 00 KM, ANO E MODELO MÍNIMO 2020/2020, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Prazo.....:	Prorroga-se por 30 dias o prazo de entrega do objeto, até 22/07/2020
Águas de Chapecó-SC, 22 de junho de 2020	
LEONIR ANTONIO HENTGES	
Prefeito Municipal	

**LEI MUNICIPAL Nº 2.013-2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535723

**LEI MUNICIPAL Nº 2.013/2020,  
DE 24 DE JUNHO DE 2020**

**QUE FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ÁGUAS DE CHAPECÓ PARA A LEGISLATURA DE 2021 A 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:**

**CAPÍTULO I**  
**DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS**  
**MUNICIPAIS**

**Seção I**

**Do subsídio do Prefeito**

**Art. 1º** No efetivo exercício do mandato de Prefeito Municipal de ÁGUAS DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, compreendida a gestão de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, o subsídio mensal remuneratório será de **R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais).**

**Seção II**

**Do subsídio do Vice-Prefeito**

**Art. 2º** O vice-prefeito municipal de ÁGUAS DE CHAPECÓ, no mandato simultâneo ao do prefeito municipal, no período compreendido no caput do artigo 1º desta Lei, receberá subsídio mensal no valor de **R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta reais).**

§ 1º O vice-prefeito municipal, quando no exercício do cargo de prefeito, receberá o subsídio correspondente ao cargo em que estiver exercendo.

§ 2º O vice-prefeito municipal, nomeado secretário municipal ou outro cargo equivalente, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou o do cargo nomeado, vedado o recebimento de ambos, bem como o pagamento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese em que o mesmo seja servidor público efetivo e a legislação permita o recebimento de vantagens pessoais.

### **Seção III**

#### **Do subsídio dos Secretários Municipais**

**Art. 3º** O subsídio mensal dos secretários municipais será de **R\$ 5.525,00 (cinco mil quinhentos e vinte e cinco reais)**, vedado o recebimento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese em que o mesmo seja servidor público efetivo e a legislação permita o recebimento de vantagens pessoais.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS FÉRIAS E DO 13º SUBSÍDIO**

#### **Seção I**

##### **Das Férias**

##### **Subseção I**

##### **Das Férias do Prefeito**

**Art. 4º** O Prefeito Municipal gozará férias de 30 (trinta dias) anuais, sem prejuízo da remuneração integral, descontado os tributos estabelecidos pela legislação, ficando a seu critério a época para usufruir as férias.

##### **Subseção II**

##### **Das Férias do Vice-Prefeito**

**Art. 5º** O Vice-prefeito Municipal, desde que exerça função administrativa permanente junto à Administração Municipal, gozará férias de 30 (trinta dias) anuais, sem prejuízo da remuneração integral, descontado os tributos estabelecidos pela legislação, ficando a seu critério a época para usufruir as férias.

### **Subseção III**

#### **Das Férias dos Secretários Municipais**

**Art. 6º** Os Secretários Municipais terão direito a férias anuais, remuneradas, acrescidas de um terço (1/3) do valor do subsídio mensal, deduzidos os tributos estabelecidos pela legislação.

### **Seção II**

#### **Do 13º Subsídio**

**Art. 7º** Os Secretários Municipais receberão, anualmente, o 13º subsídio, integral ao valor mensal, deduzido os tributos definidos pela legislação, pagos na mesma época e condições estabelecidas aos servidores públicos municipais.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA REVISÃO DOS SUBSÍDIOS**

**Art. 8º** Através de lei específica, os subsídios fixados por esta Lei serão revisados anualmente, a partir do ano 2022, no mês de fevereiro, tomando-se por base o INPC/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado no período imediatamente anterior.

**I** - no mês de fevereiro de 2022 o período compreenderá 13 meses, sendo de janeiro de 2021 a janeiro de 2022;

**II** - nos demais anos o período compreenderá os últimos 12 meses.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento municipal.

**Art. 10** O Prefeito, Vice-Prefeito ou Secretário, poderá (ão) renunciar, total ou parcialmente, ao recebimento do subsídio, a qualquer momento da Legislatura, mediante requerimento escrito e protocolado na respectiva secretaria.



**Art. 11** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito do Município de  
Águas de Chapecó/SC, em 24 de junho de 2020.

**LEONIR ANTÔNIO HENTGES**  
**Prefeito Municipal**

**Registre e Publique-se.**

**LEI MUNICIPAL Nº 2.014-2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535724

**LEI MUNICIPAL Nº 2.014/2020,  
DE 24 DE JUNHO DE 2020**

**QUE FIXA OS SUBSÍDIOS DOS  
VEREADORES DE ÁGUAS DE  
CHAPECÓ PARA O MANDATO 2021  
A 2024, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**LEONIR ANTÔNIO HENTGES,**  
**Prefeito do Município de Águas de**  
**Chapecó, Estado de Santa Catarina, no**  
uso de suas atribuições legais, **FAZ**  
**SABER**, a todos os habitantes deste  
Município, que a Câmara Municipal de  
Vereadores **APROVOU** e que ele  
**SANCIONA** e **PROMULGA** a presente  
Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES, PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE**  
**Seção I**  
**Do Subsídio do Vereador**

**Art. 1º** O subsídio mensal do Vereador do município de  
ÁGUAS DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, a vigorar para a 14ª Legislatura, a  
iniciar-se em 1º de janeiro do ano 2021, será de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

**Art. 2º** O Suplente de Vereador, quando convocado,  
receberá o mesmo subsídio do titular, desde sua posse até o término da substituição.

**Parágrafo único.** Para efeitos de cálculo do subsídio do  
suplente tomar-se-ão por base as sessões realizadas e comparecidas pelo mesmo.

**Seção II**  
**Do Subsídio do Presidente e do vice-presidente**

**Art. 3º** O Vereador Presidente, enquanto mantiver este  
cargo, receberá, a título de subsídio mensal, a importância de **R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)**.

**§ 1º** O vice-presidente, quando no exercício do cargo de  
presidente, perceberá o mesmo subsídio, calculado proporcionalmente ao período em  
que estiver à frente da Mesa Diretora da Casa.

§ 2º O subsídio dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares.

## **CAPÍTULO II DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**Art. 4º** As sessões extraordinárias, tanto no período ordinário quanto no recesso, não serão remuneradas, não computando-se, todavia, para o cálculo no desconto do vereador faltoso.

## **CAPÍTULO III DAS LICENÇAS E FALTAS**

### **Seção I Das Licenças**

**Art. 5º** O vereador poderá se licenciar nos termos do artigo 36 da Lei Orgânica do Município, observando os trâmites estabelecidos no artigo 92 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

### **Seção II Das Faltas**

**Art. 6º** A ausência injustificada do Vereador às sessões, ordinárias, implicará em desconto no importe de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) por sessão, corrigido no mesmo percentual dos subsídios.

§ 1º As faltas poderão ser abonadas a critério da Mesa Diretora, desde que justificadas e fundamentadas, cabendo a Secretaria da Casa os devidos registros.

§ 2º Não prejudicará o pagamento do subsídio do Vereador a ausência de matéria a ser votada, a não realização de sessões por falta de quórum, nem o recesso parlamentar.

## **CAPÍTULO IV DOS DESCONTOS**

**Art. 7º** Será descontado, obrigatoriamente, dos subsídios do Vereador, o imposto sobre a renda e proventos, de acordo com os índices fixados pelo Governo Federal, bem como outros tributos que a legislação determinar.

## **CAPÍTULO V DA REVISÃO DOS SUBSÍDIOS**

**Art. 8º** Através de lei específica, os subsídios fixados por esta Lei serão revisados anualmente, a partir do ano 2022, no mês de fevereiro, tomando-se por base o INPC/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado no período imediatamente anterior.

**I** - no mês de fevereiro de 2022 o período compreenderá 13 meses, sendo de janeiro de 2021 a janeiro de 2022;

**II** - nos demais anos o período compreenderá os últimos 12 meses.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

**Art. 10** O (a) Presidente da Câmara ou Vereador (a) poderá renunciar, total ou parcialmente, ao recebimento do subsídio, a qualquer momento da Legislatura, mediante requerimento escrito e protocolado na respectiva secretaria.

**Art. 11** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito do Município de  
Águas de Chapecó/SC, em 24 de junho de 2020.

**LEONIR ANTÔNIO HENTGES**  
**Prefeito Municipal**

**Registre e Publique-se.**

# Águas Mornas

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 056/2020 SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.**

Publicação Nº 2535674

DECRETO Nº 056/2020

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV do Art. 69, da Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei Municipal nº 971/2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB em substituição à nomeação feita através do Decreto nº 045, de 28 de maio de 2020, os seguintes membros:

I. Representantes do Poder Executivo Municipal – Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Sandra Kirchner Hilleshein, substituindo Regina Luzia Steinbach.

II. Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Suplente: Fernanda Koerich da Rosa, substituindo Sandra Tereza Hinckel Lopes.

III. Representante dos Servidores Técnico-Administrativo das Escolas Municipais:

Titular: Thaisi Prim, substituindo Sandra Kirchner Hilleshein

Suplente: Rosângela de Melo Bruggemann substituindo Thaise Prim.

IV. Representante dos Pais dos Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Solange Heinz Carollo, em substituição a Silmara Souza.

Suplente: Carolina da Silva em substituição a Nelson Steinbach.

V. Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Raquel Mees Steffens, em Substituição a Valdirene Ibers.

Suplente: Fernanda de Abreu em substituição a Erinete da Silva Longen.

Art. 2º Os novos indicados cumprirão o atual mandato do CACS/FUNDEB que tem seu vigor de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 25 de junho de 2020 a 24 de junho de 2022.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Águas Mornas, 25 de junho de 2020.

Omero Prim

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 110/2020 DE 25 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2537166

PORTARIA Nº. 110/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, EM GOZO.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 01.07.2020, a Servidora Pública Municipal Senhora Laurete Jochem Salm, matrícula nº. 688, referente ao quinquênio de 01.06.2006 à 31.05.2011, ficando 02 (dois) meses pendentes referentes ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 25 de junho de 2020.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

LUANA CAROLINE DA SILVA  
Responsável**PORTARIA Nº. 108/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535987

PORTARIA nº. 108/2020

Retifica Portaria nº 025/2020 que concede Licença Prêmio por tempo de serviço, convertida em dinheiro.

O Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 025/2020, de 06 de fevereiro de 2020, publicada no D.O.M de 14.02.2020 com nº 2358395, página 14.

Onde se lê: Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, convertido em dinheiro, a Servidor Público Municipal, Senhor Nelson Niederle, matrícula nº. 537, referente ao quinquênio de 21.02.2007 à 20.02.2012, ficando 01 (um) mês pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Leia-se: Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, convertido em dinheiro, a Servidor Público Municipal, Senhor Nelson Niederle, matrícula nº. 537, referente ao quinquênio de 21.02.2007 à 20.02.2012, nada ficando pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 24 de junho de 2020.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

LUANA CAROLINE DA SILVA  
Responsável

**PORTARIA Nº. 109/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536000

PORTARIA Nº. 109/2020

Revoga Portaria nº 107/2020 que concede Licença Prêmio por tempo de serviço, em gozo.

O Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 107/2020 de 18 de junho de 2020, a qual concede 01 (um) mês de licença prêmio por tempo de serviço, em gozo, a partir do dia 02.07.2020, para a servidora pública municipal senhora Zelite Bauer Weingartner, matrícula nº. 520, referente ao quinquênio de 01.02.2012 à 31.01.2017.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas Mornas, 24 de junho de 2020.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

LUANA CAROLINE DA SILVA  
Responsável



Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR39/2020

Publicação Nº 2536470



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC  
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br)  
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital  
1607-5143-930

Página  
1 / 1

Licitações Adjudicadas

Licitação: PR39/2020 Modalidade: Pregão Julgamento: Por item Registro de preço: Sim Controla quantidade: Si

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Municipal.

Fornecedor: ADEMAR AIRTON STECKLING 02442960907		CPF/CNPJ: 33.279.760/0001-39		Valor total (R\$): 28.918	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)
24/06/2020	4	9915 - Montagem de Pneu de Motoniveladora, Carregadeira Traseiro, R Montagem de Pneu de Motoniveladora, Carregadeira Traseiro, Rolo e Retroescavadeira	UN	50,00000	110,00000
24/06/2020	5	9914 - Montagem de Pneu de Motoniveladora, Carregadeira Traseiro, Rolo e Retroescavadeira	UN	50,00000	88,00000
24/06/2020	6	9916 - Montagem de Pneu de retroescavadeira Dianteiro	UN	12,00000	86,00000
24/06/2020	8	4681 - Conserto de Pneu de Trator Agrícola Dianteira e Retroescav Condso de Pneu de Trator Agrícola Dianteira e Retroescavadeira	UN	58,00000	90,00000
24/06/2020	9	4682 - Conserto de Pneu de Trator Agrícola Traseiro	UN	8,00000	110,00000
24/06/2020	10	4680 - Conserto de Pneu de Motoniveladora, Pá Carregadeira, Rolo co Conserto de Pneu de Motoniveladora, Pá Carregadeira, Rolo compactador, Retroescavadeira Traseiro	UN	50,00000	125,00000
24/06/2020	12	4679 - Conserto de Pneu de Motocicleta (Moto)	UN	10,00000	24,00000
24/06/2020	16	20618 - Conserto de pneu dianteiro de retroescavadeira	unidade	26,00000	86,00000
24/06/2020	17	20619 - Conserto de pneu Distribuido de adubo e carretão agrícola.	unidade	40,00000	41,00000
24/06/2020	18	20620 - Montagem de pneu de Distribuidor de adubo e Carretão agrícola	unidade	40,00000	38,00000
Fornecedor: 2394 - PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA LTDA		CPF/CNPJ: 04.850.529/0001-55		Valor total (R\$): 30.484	
24/06/2020	1	9913 - Montagem de Pneu carro leve	UN	173,00000	20,00000
24/06/2020	2	9919 - Montagem de Pneu utilitários (vans, Toyota, f-350)	UN	118,00000	23,50000
24/06/2020	3	9912 - Montagem de Pneu trator agrícola dianteiros	UN	12,00000	89,50000
24/06/2020	7	4678 - Conserto de Pneu de Carrinho de Mão	UN	30,00000	12,00000
24/06/2020	11	4683 - Conserto de Pneu de veículos leves (carros de Passeio Conserto de Pneu de veículos leves (carros de Passeio)	UN	142,00000	24,00000
24/06/2020	13	4677 - Conserto de Pneu de Caminhonete	UN	36,00000	27,00000
24/06/2020	14	4676 - Conserto de Pneu de Caminhão	UN	183,00000	62,50000
24/06/2020	15	9918 - Montagem de Pneu micro-ônibus, ônibus e Caminhões	UN	175,00000	40,00000
Total Adjudicado (R\$):				59.402,1	

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$):

GILBERTO ANTONIO MALTAURO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**DECRETO Nº 3.030, DE 19 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535697

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Decreto nº 3.030, de 19 de junho de 2020.

**ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO  
VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**Gilberto Antônio Maltauro**, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos, do art. 5º, letra "a", da Lei Municipal nº 801, de 12 de dezembro de 2019;

**Considerando** a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentárias;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica aberto, no orçamento vigente da **Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista**, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte ação orçamentária:

<b>3000</b>	<b>GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS</b>
3001	Gerencia de Planejamento e finanças
4	ADMINISTRAÇÃO
121	Planejamento e Orçamento
9	Contabilidade e Gestão Fiscal
2.14	Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.100	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00

**Art. 2º** A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldo na seguinte ação orçamentária:

<b>3000</b>	<b>GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS</b>
3001	Gerencia de Planejamento e finanças
4	ADMINISTRAÇÃO
121	Planejamento e Orçamento
9	Contabilidade e Gestão Fiscal

Rua do Comércio, 1015 – Centro - Fone: (49) 3455 9022 CEP: 89.730-000 - Alto Bela Vista - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

**Decreto nº 3.030**, de 19 de junho de 2020.

---

2.14	Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e encargos Sociais
3.1.90.00.00.100	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 19 de junho de 2020.

**GILBERTO ANTÔNIO MALTAURO,**  
**Prefeito Municipal em Exercício**

Registrada e publicada em data supra.

**ADRIANA KOLLER**  
Responsável Pelas Publicações

---

Rua do Comércio, 1015 – Centro - Fone: (49) 3455 9022 CEP: 89.730-000 - Alto Bela Vista - SC

**EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 001/2020**

Publicação N° 2535750

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA – SC

**EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 001/2020**

A Prefeita Municipal torna público que o MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.614.374/0001-60, com sede administrativa situada a Rua do Comércio, 1015, centro de Alto Bela Vista, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. CATIA TESSMANN REICHERT, firmou o Termo de Colaboração nº 01/2020 com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO BELA VISTA – APAE, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob nº 07.369.353/0001-02, com sede na Rua José Bordin, 55, Porão, Centro deste Município, neste ato representada pela sua Presidente Sra. CARLE SIRLEI ROSSET, no valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) com vigência até 31 de dezembro de 2020.

Alto Bela Vista, SC, 16 de junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR39/2020

Publicação Nº 2536471



**Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista**  
Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC  
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br)  
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital  
2336-7946-386

Página  
1 / 1

Licitações homologadas

Licitação: PR39/2020

Modalidade: Pregão

Registro de preço: Sim

Controla quantidade: Sim

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Municipal.

Credor / Fornecedor: 2394-PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA LTDA		
Data	Item	Un. Medida
24/06/2020	1	UN
24/06/2020	2	UN
24/06/2020	3	UN
24/06/2020	7	UN
24/06/2020	11	UN
24/06/2020	13	UN
24/06/2020	14	UN
24/06/2020	15	UN
Credor / Fornecedor: 4339-ADEMAR AIRTON STECKLING 02442960907		
24/06/2020	4	UN
24/06/2020	5	UN
24/06/2020	6	UN
24/06/2020	8	UN
24/06/2020	9	UN
24/06/2020	10	UN
24/06/2020	12	UN
24/06/2020	16	unidade
24/06/2020	17	unidade
24/06/2020	18	unidade

Total licitações homologadas: 1

GILBERTO ANTONIO MALTAURO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

# Anchieta

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação N° 2535793

Anchieta (SC), 24 de junho de 2020.

Ilma. Senhora  
Ana Julia Provin

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 002/20019

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para tratar da contratação para o cargo de ENFERMEIRA, da qual prestou provas do Processo Seletivo nº 002/2019, para exercer as funções junto ao Hospital Municipal Anchietaense – Unidade Pronto Atendimento. Salientamos que o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática o direito da contratação para a qual foi convocada.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

### COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 002/2019, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
  - b) Fotocópia do RG;
  - c) Fotocópia do CPF;
  - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
  - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
  - f) Comprovante de residência;
  - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
  - h) Uma fotografia 3x4 atual;
  - i) CPF e Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
  - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
  - l) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
  - m) Certidão Negativa de Débito Municipal;
  - n) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
  - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
  - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
  - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
  - r) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
  - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
  - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
  - u) Declaração de bens;
  - v) Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>;
  - x) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora  
Ana Julia Provin

**Angelina****PREFEITURA****DECRETO Nº 057/2020**

Publicação Nº 2535712

Decreto Nº057 /2020

"Decreta Luto Oficial no Município de Angelina e dá Outras Providências".

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o falecimento do Senhor Jose Carlos Cancelier, ocorrido na presente data;

CONSIDERANDO sua relevante trajetória de homem público, efetivado no trabalho e atendimento aos munícipes, na condição de Vereador, Professor, Artesão e outras funções de destaque:

Decreto

Art. 1º Fica decretado luto oficial, por 03 (três) dias, no Município de Angelina, em homenagem póstuma ao Senhor Jose Carlos Cancelier, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, no Paço Municipal e nas repartições municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Angelina, 23 de Junho de 2020

Gilberto Orlando Dorigon  
Prefeito Municipal**DECRETO Nº 058/2020**

Publicação Nº 2535990

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIALDECRETO Nº 058/20  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001268 de 10 de Dezembro de 2019

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:		
10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
10.10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08244152.045 - Manutenção e Func. do Fundo Mun. de Assist. Social			
(45) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.035 - Aplicação Direta	R\$		1.313,28
10.11 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
08244152.047 - Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF			
(43) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.035 - Aplicação Direta	R\$		18.000,00
Total Suplementação	R\$		19.313,28
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.		
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.		

Angelina, 23 de junho de 2020.

GILBERTO ORLANDO DORIGON  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 059/2020**

Publicação Nº 2535992

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 059/20

TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001268 de 10 de Dezembro de 2019

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:
-----------	---

10.11 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08244152.047 - Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF		
(47) 3.1.90.00.00.00.00.0.1.035 - Aplicação Direta	R\$	13.200,00
Total Suplementação	R\$	13.200,00

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:
-----------	---

10.11 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08244152.047 - Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF		
(43) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.035 - Aplicação Direta	R\$	13.200,00
Total Suplementação	R\$	13.200,00

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
-----------	--

Angelina, 23 de junho de 2020.

GILBERTO ORLANDO DORIGON  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2020**

Publicação Nº 2535692

MUNICÍPIO DE ANGELINA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2020 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - O Município de Angelina torna público que as 09:00 horas, do dia 08 de julho de 2020, estará recebendo propostas para aquisição de madeira serrada de eucalipto para construção e conservação de pontes. A íntegra do Edital encontra-se na Prefeitura Municipal e no endereço: [www.angelina.sc.gov.br](http://www.angelina.sc.gov.br). Angelina/SC, em 25 de junho de 2020. Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

**RESOLUÇÃO Nº 003/2020**

Publicação Nº 2535821

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE ANGELINA

RESOLUÇÃO Nº 003/2020

SUSPENDE O RECESSO LEGISLATIVO DO MÊS DE JULHO DE 2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELINA/SC.

RAMON EXTERKOETTER, Presidente da Câmara Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais Legislação em vigor,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Angelina-SC aprovou e que promulga a seguinte RESOLUÇÃO.

Art. 1º - Fica suspenso o recesso parlamentar de julho de 2020, previsto no art. 29, caput da Lei Orgânica do município de Angelina/SC e no art. 154, caput do Regimento Interno da Câmara Municipal de Angelina/SC, em razão da necessidade de continuidade dos trabalhos legislativos, que tiveram seus andamentos e cronogramas afetados pela pandemia gerada pela COVID-19.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Angelina, 24 de junho de 2020.

Ramon Exterkoetter  
Presidente da Câmara

# Anitápolis

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 40/2020 ALTERA O DECRETO Nº 29, DE 2020, QUE CONSOLIDA AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2536630

DECRETO Nº 40/2020

ALTERA O DECRETO Nº 29, DE 2020, QUE CONSOLIDA AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 97, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que o que o Decreto Municipal n. 015, de 18 de março de 2020, declarou situação de emergência no âmbito da saúde pública do Município de Anitápolis, em função do risco de surto do Novo Coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO que a ocupação dos leitos de UTI se encontra em constante ascensão, assim como a confirmação de caso de COVID-19;

CONSIDERANDO o atraso nas entregas dos resultados dos testes pelo LACEN que poderão elevar o número de casos confirmados, DECRETA:

DECRETA:

Art. 1º Para enfrentamento da emergência de saúde pública no território de Anitápolis, ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 27.06.2020 a 05.07.2020:

I – a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;

II – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de restaurantes, bares, restaurantes, academias e comércio em geral, somente sendo permitido o sistema delivery;

III – as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e

IV – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, pousadas em geral.

V - eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, festas, aniversários, bem como aglomerações em praças, ruas, rios.

§ 1º Para fins do inciso II do caput deste artigo, consideram-se serviços privados essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

III – assistência médica e hospitalar;

IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados, mercados, padarias e agropecuárias;

V – funerários;

VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII – telecomunicações;

VIII - processamento de dados ligados a serviços essenciais; e

IX – segurança privada;

X – lotéricas e instituições financeiras.

§ 2º Para fins do inciso IV do caput deste artigo, os supermercados, mercados, padarias e agropecuárias somente será permitida sua abertura de segunda a sexta feira, enquanto durar o período de quarentena definido no art. 1º.

§ 3º Para fins do inciso III do caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais, as atividades finalísticas da:

I – Secretaria Municipal da Saúde;

II – hospitais.

§ 4º O Grupo Gestor de Executivo poderá considerar outros órgãos ou outras entidades do Poder Executivo Municipal como prestadores de serviços públicos essenciais.

Art. 2º o art. 4º do Decreto n. 29, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Fica obrigatória à utilização de máscaras em todo município de Anitápolis. A não utilização de uso de máscara ensejará, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, multa a partir dos seguintes valores:

a) - Mínimo de R\$ 250,00 para pessoas físicas;

b) - Mínimo de R\$ 500,00 para pessoas jurídicas.”

...

Art.3º acrescenta o inciso VI do art. 4º do Decreto n. 29, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

“VI - Os supermercados deverão realizar a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrarem ao recinto, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato.

§ 1º Sendo aferida temperatura de 37,8ºC (trinta e sete vírgula oito graus Celcius) ou superior, não será permitida sua entrada no estabelecimento e deverá ser imediatamente comunicado ao Posto de Saúde, através do número de telefone (48) 988216837, (48) 3256.0151, e seguidas às recomendações indicadas pelo atendente.

§ 2º A norma prevista no caput fica vigente como recomendação e, a partir do dia 06 de julho de 2020.

Art. 4º A fiscalização dos estabelecimentos que estão em funcionamento ficará a cargo das equipes de vigilância sanitária e epidemiológica do Município e da equipe de Segurança Pública, bem como a orientação como medida de prevenção ficará a cargo dos agentes comunitários de saúde do Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Anitápolis, em 24 de junho de 2020.

Laudir Pedro Coelho  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto no órgão oficial do município de Anitápolis, em 24 de junho de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo  
Chefe de Gabinete

## ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO TP 017-2020

Publicação Nº 2536139


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS**

 Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - Anitápolis - SC  
 CEP: 88475-000 CNPJ: 82.892.332/0001-92 Telefone: (48) 3256-0131

## TOMADA DE PREÇOS

17/2020

Nº Processo: 17/2020

Data Processo: 04/06/2020

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 1/2020**

Reuniram-se no dia 24/06/2020 as 10:20, no(a) MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, os Membros da Comissão de Licitação com o objetivo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS destinado a A PRESENTE TOMADA DE PREÇOS TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM GALPÃO PRÉ-MOLDADO NO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, NOS TERMOS DO PROCESSO Nº 25100.025820/2012-59, QUE SE TRATA DO CONVÊNIO 0361/2011 DE SISTEMAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) E O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS CONSTANTES NESTE EDITAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

TODA A DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESA FOI ENTREGUE DE ACORDO COM O EDITAL. OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS PRESENTES ABRIRAM MÃO DO RECURSO DA FASE HABILITATÓRIA. DURANTE A SESSÃO FOI REALIZADA LIGAÇÃO PARA SR. FELIPE WERLICH AS 10:16 ATRAVÉS DO TELEFONE 48-99803-6206, SENDO QUE O MESMO TAMBÉM ABRIU MÃO DO PRAZO DE RECURSO DE HABILITAÇÃO.

**Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.**

 Ana Paula Meurer  
 PRESIDENTE

 Lucinéia Hanck Batista  
 MEMBRO

 GIULIETH SCHMITZ  
 MEMBRO

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS TP 017-2020**

Publicação N° 2536142

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS</b> <b>CNPJ:</b> 82.892.332/0001-92 <b>Telefone:</b> (48) 3256-0131 <b>Endereço:</b> Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro <b>CEP:</b> 88475-000 - Anitápolis / null	<b>Tomada de preços</b> <b>17/2020</b>
	<b>Número Processo:</b> 17/2020 <b>Data do Processo:</b> 04/06/2020

**OBJETO DO PROCESSO**

A PRESENTE TOMADA DE PREÇOS TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM GALPÃO PRÉ-MOLDADO NO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, NOS TERMOS DO PROCESSO N° 25100.025820/2012-59, QUE SE TRATA DO CONVÊNIO 0361/2011 DE SISTEMAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) E O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS CONSTANTES NESTE EDITAL.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS N° 1/2020**

No dia 24/06/2020 às 09:00 horas, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto N° 61/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório N° 17/2020 na modalidade de Tomada de preços. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**PARECER DA COMISSÃO**

TODA A DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESAS FOI ENTREGUE DE ACORDO COM O EDITAL. OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS PRESENTES ABRIRAM MÃO DO RECURSO DA FASE HABILITATÓRIA. DURANTE A SESSÃO FOI REALIZADA LIGAÇÃO PARA SR. FELIPE WERLICH AS 10:16 ATRAVÉS DO TELEFONE 48-99803-6206, SENDO QUE O MESMO TAMBÉM ABRIU MÃO DO PRAZO DE RECURSO DE HABILITAÇÃO.

**Participante: BASE PRE-FABRICADOS LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidad	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Fornecimento e implantação de um Galpão Pré-Moldado no município de Anitápolis, nos termos do processo N° 25100.025820/2012-59, que se trata do Convênio 0361/2011 de Sistemas de Resíduos Sólidos, celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e o Município de Anitápolis.	1,000	UN		441.325,28	441.325,28
Total do Participante:						441.325,28
Total Geral:						441.325,28

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Anitápolis, 24/06/2020

**Assinatura do(a) pregoeiro(a) e dos membros da comissão que estiveram presentes.**Ana Paula Meurer  
PRESIDENTEAna Paula Meurer  
PRESIDENTEGIULIETH SCHMITZ  
MEMBROGIULIETH SCHMITZ  
MEMBROLucinéia Hanck Batista  
MEMBRO**Assinatura do(a) pregoeiro(a) e dos membros da comissão que estiveram presentes.**Lucinéia Hanck Batista  
MEMBRO

**Antônio Carlos****PREFEITURA****DECRETO Nº 077/2020**

Publicação Nº 2536016

DECRETO Nº 000077/20 de 24 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.137,59 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.1.007-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.137,59

Art 2º -

ara atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 12.137,59

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Junho de 2020

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 078/2020**

Publicação Nº 2537154

DECRETO Nº 000078/20 de 25 de Junho de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.023-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.000,00

Art 2º -

ara atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 12.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Junho de 2020

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1647/2020**

Publicação Nº 2535907

LEI nº 1647/2020

“DENOMINA AVENIDA GUIOMAR DA SILVA, NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Avenida GUIOMAR DA SILVA o logradouro com início no lado par da Rua Nilton Olegário Schmitz, (coordenadas do ponto inicial x = 719533.69, y = 6954582.91), tendo 185 (cento e oitenta e cinco) metros de extensão, (coordenadas do ponto final x = 719717.13, y = 6954602.13) e 18,0 (dezoito) metros de largura, sendo 7,0 (sete) metros de pista de rolamento, 2,5 (dois vírgula cinco) metros de estacionamento para cada lado, 2,5 (dois vírgula cinco) metros de ciclofaixa no lado direito, 1,5 (um vírgula cinco) metros de passeio no lado direito e 2,0 (dois) metros de passeio no lado esquerdo na Localidade Guiomar, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1648/2020**

Publicação Nº 2535913

LEI Nº 1648/2020

“DENOMINA “RUA DAS HORTALIÇAS”, NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA DAS HORTALIÇAS o logradouro com início no lado ímpar da Avenida Guiomar da Silva, (coordenadas do ponto inicial x = 719649.63, y = 6954609.78), tendo 408,00 (quatrocentos e oito) metros de extensão, (coordenadas do ponto final x = 719702.13, y = 6955015.25) e 12,0 (doze) metros de largura, sendo 6,0 (seis) metros de pista de rolamento, 2,2 (dois vírgula dois) metros de estacionamento no lado direito, e 1,9 (um vírgula nove) metros de passeio para cada lado, na Localidade Guiomar, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1649/2020**

Publicação Nº 2535918

LEI Nº 1649/2020

Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e Ele sancionou a seguinte Lei;

Art. 1º Fica fixado em R\$ 18.624,77 (dezoito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos), o subsídio mensal do Prefeito Municipal, para o mandato de 2021 a 2024.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 6.763,02 (seis mil setecentos e sessenta e três reais e dois centavos), o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal, para o mandato de 2021 a 2024.

Parágrafo Único – Fica inalterado o subsídio do Vice-Prefeito, quando nomeado para responder por Secretaria Municipal.

Art. 3º Fica fixado em R\$ 6.763,02 (seis mil setecentos e sessenta e três reais e dois centavos) o subsídio mensal do Secretário Municipal, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de remuneração.



§1º Ao Chefe de Gabinete do Prefeito e ao Procurador Geral, para os efeitos desta Lei, são considerados agentes políticos com as mesmas prerrogativas de Secretário Municipal.

§2º O Prefeito, O Vice-Prefeito, o Secretário Municipal, o Chefe de Gabinete e o Procurador Geral fazem jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio integral ou proporcional ao tempo de serviço, devido ao mês de dezembro de cada exercício ou no mês de seu afastamento do cargo, além de férias remuneradas acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio, devidas após cada período de 12 (doze) meses no cargo.

Art. 4º Os subsídios de que trata esta Lei serão revistos anualmente, na mesma data da revisão dos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais e no índice inflacionário devido.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Art. 7º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1650/2020

Publicação Nº 2535922

LEI Nº 1650/2020

Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Antônio Carlos/SC, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e Ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores para a Legislatura 2021 a 2024 é fixado em R\$5.197.20 (cinco mil, cento e noventa e sete reais e vinte centavos).

§ 1º É facultado ao Vereador, quando for servidor titular de cargo, emprego e função:

I – perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função cumulativamente com o subsídio mensal de Vereador previsto no caput deste artigo, desde que haja compatibilidade de horários;

II - optar pela sua remuneração de origem.

Art. 2º O subsídio mensal do Vereador eleito para ocupar a Presidência da Mesa Diretora da Câmara Municipal, será no valor de R\$5.490,55 (cinco mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos), em razão das atribuições e responsabilidades concernentes ao exercício da função, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 3º O Vice-Presidente que, na forma regimental assumir a Presidência nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do subsídio previsto no artigo anterior, proporcionalmente ao tempo da substituição.

§1º Será descontado 1/8, do subsídio do Vereador nas suas ausências às votações realizadas e/ou nas sessões da Câmara.

§2º Considera-se como justificativa legal, para efeitos do parágrafo primeiro, a aprovação em Plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob forma de requerimento.

§3º É vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão de convocação para sessão extraordinária, mesmo em período de recesso.

Art. 4º O Vereador fará jus ao 13º (décimo terceiro) de seu subsídio, de forma integral, no mês de dezembro de cada exercício Legislativo, se exerceu o mandato durante todo o período e/ou proporcional, no mês de seu afastamento do cargo.

Art. 5º O subsídio dos Vereadores fixados por esta Lei, serão revisados anualmente, na mesma data dos Servidores Públicos Municipais e no índice inflacionário devido.

Art., 6º O subsídio dos Vereadores não poderão ultrapassar o limite de 20% (vinte por cento), do que, a igual título, for pago em espécie, no mesmo mês, aos Deputados Estaduais a teor a Emenda Constitucional nº 25, de 14.02.2000.

Art.7º A despesa total com o subsídio dos Vereadores, em cada exercício, não excederá a 5% (cinco por cento), da receita do Município.

Art. 8º A despesa total do Legislativo Municipal, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não excederá ao



limite fixado na Constituição Federal.

Art. 9º A folha de pagamento da Câmara Municipal, incluindo o gasto com subsídios dos Vereadores e do Presidente da Mesa Diretora, não excederá a 70% (setenta por cento) da sua receita devida e transferida mensalmente a título de suprimento (Art. 29-A § 1º, da Constituição Federal).

Art. 10 É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores, a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas correções.

Art. 11 As despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Art. 13 – Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ AIRTON DECKER  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
VAGNER BORGES DA COSTA  
VICE-PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
FELÍCIO FRANCISCO DA SILVEIRA  
1º SECRETÁRIO

\_\_\_\_\_  
ADELMO KOCH  
2º SECRETÁRIO

## **PROCESSO LICITATÓRIO N 70/2020 - DISPENSA N. 12/2020**

Publicação Nº 2537165

PROCESSO LICITATÓRIO N. 70/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 012/2020

MIRLENE MANES, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Saúde e Assistente Social, através do Coordenador de Assistência Social, solicitaram abertura de Processo Licitatório cujo objeto é "A CONTRATAÇÃO, POR TEMPO DETERMINADO, DE PROFISSIONAL DO CARGO DE PSCÓLOGA, 20 HORAS PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS, NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, POR TEMPO DETERMINADO".

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo corona vírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO que foi entregue plano de ação da portaria 369 de 29 de abril de 2020, sendo o mesmo aprovado pelo conselho municipal de assistência social, onde ficou acordado a necessidade de uma profissional psicóloga, para atender os municípios em situação de vulnerabilidade;

CONSIDERANDO que, a norma técnica 29 de 5 de maio de 2020, da confederação nacional dos municípios, dispõe que "As compras emergenciais que serão realizadas através do repasse emergencial de recursos federais para as ações do SUAS no combate à COVID-19 deverão ser fundados no Artigo 1º, §3º do Decreto 10.024/2019 que traz a seguinte redação: Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal"

CONSIDERANDO que, a Portaria 369/2020 dispõe sobre os recursos decorrentes da MP 953/2020 para atender ações emergenciais decorrentes da pandemia do Covid-19, onde a população carente possui uma maior necessidade de atendimento psicológico;

CONSIDERANDO que o profissional deverá atender 20 horas semanais, na unidade do CRAS, localizado na Rua 6 de Novembro, Centro, Antônio Carlos/SC;

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, inciso II e IV; LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

OBJETO: A presente licitação tem por objeto "A CONTRATAÇÃO, POR TEMPO DETERMINADO, DE PROFISSIONAL DO CARGO DE PSCÓLOGA, 20 HORAS PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS, NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, POR TEMPO DETERMINADO".

CONTRATADO: MARINA SOUTO FERREIRA, pessoa física inscrita no CPF 059.821.139-05, residente a Rua Juan Gano Fernandes, 275, Saco dos Limões, Florianópolis/SC. CEP:88.045-210.

VALOR: Prestação de 20 horas semanais de atendimento na unidade do CRAS, por valor mensal de R\$ 2.320,00 (dois mil, trezentos e vinte reais), pelo período de 6 meses, de junho a dezembro, totalizando valor de R\$ 13.920,00 ( treze mil, novecentos e vinte reais).

FUNDAMENTO DA DESPESA: Dotação orçamentária:  
(212) 3.3.90.00.00.00.00

Antônio Carlos, 25 de junho de 2020.

MIRLENE MANES  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

# Apiuna

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 19, DE 27 MAIO DE 2020

Publicação Nº 2536140

#### RESOLUÇÃO Nº 19, DE 27 MAIO DE 2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de maio de 2020, identificada pela Ata nº 96/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID.19

#### CONSIDERANDO:

A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;

A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, e a NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

#### RESOLVE:

Art.1º- Criada a Comissão do Bolsa Família, os membros que compõem são os conselheiros: Miltinha Aparecida Carvalho e Adilson Fortunato.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de maio de 2020

Inalva Ramos  
Presidente do CMAS

# Arabutã

## PREFEITURA

**2636**

Publicação Nº 2537156

DECRETO Nº 2636, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta Excesso de Arrecadação por fonte de recursos no valor de R\$ 226.550,00 no orçamento da Prefeitura Municipal de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Arabutã:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.016	Mobiliário e Equipamentos - Ensino Fundamental		
Modalidade	193	449000000000000010973	Aplicações Diretas	226.550,00
TOTAL				226.550,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do excesso de arrecadação na fonte específica:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação na Fonte Específica:

Descrição da Fonte: 0.1.0973 – Convênio MECFNDE PAR Termo de Compromisso 202001657-4 ..... R\$ 226.550,00

TOTAL ..... R\$ 226.550,00

Art. 5º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 17 de junho de 2020.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Glaucia Pottratz  
Responsável pelas publicações

**2637**

Publicação Nº 2537173

DECRETO Nº 2637, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta Excesso de Arrecadação por fonte de recursos no valor de R\$ 31.527,80 no orçamento da Prefeitura Municipal de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Arabutã:

Órgão	20	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA – FIA		
Unidade	01	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA		

Projeto Atividade	2.021	Ações de Atenção às Crianças e Adolescentes		
Modalidade	194	339000000000000000010889	Aplicações Diretas	31.527,80
TOTAL				31.527,80

Art. 2º Os créditos adicionais suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do excesso de arrecadação na fonte específica:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação na Fonte Específica:

Descrição da Fonte: 0.1.0889 – Doações Pessoas Jurídicas – FIA ..... R\$ 31.527,80

TOTAL ..... R\$ 31.527,80

Art. 5º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 17 de junho de 2020.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Glaucia Pottratz  
Responsável pelas publicações

## DI09/2020

Publicação Nº 2537174

### JUSTIFICATIVA

#### DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2020

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, inscrita no CNPJ sob nº 80.623077/0001-57, com sede na Travessa Waldomiro Pottratz, SN - Centro, Arabutã-SC, CEP 89.740-000, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ.

#### DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, desenvolve atividades de natureza social voluntária, na área de Segurança, Saúde e Defesa Civil, fundamentalmente em serviços de combate a incêndios; busca e salvamento; prestações de socorros em caso de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos à Prefeita Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

Arabutã SC, 15 de JUNHO de 2020.

GLAUCIA POTTRATZ  
Gestora do Convênio

**DL 07/2020**

Publicação Nº 2537175

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 007/2020**

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ, inscrita no CNPJ sob o nº 83.574.616/0001-01, com sede Rua João Gosenheimer, 308, Centro, Arabutã-SC CEP 89.740-000, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco envolvendo a cessão de gerador de ozônio e soprador, com o objetivo de apoiar às ações prevenção e disseminação da Covid – 19 à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ, desenvolve atividades voltadas ao atendimento hospitalar de urgência e emergência e emergência em saúde pública para preservar a saúde e a vida das pessoas, mediante procedimentos como internações, administração de medicamentos, aferição de pressão arterial, curativos, suturas, atendimentos de urgência, debridamentos, sondagens vesicais, drenagens, cantoplastias, lavados otológicos, procedimentos cirúrgicos, eletrocardiogramas em atendimentos de urgências e consultas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos à Prefeita Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

Arabutã – SC, 25 de Junho de 2020.

CHARLES EBELING  
GESTOR DO CONVÊNIO

**DL08/2020**

Publicação Nº 2537176

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 008/2020**

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, inscrita no CNPJ sob o nº 80.623077/0001-57, com sede na Travessa Waldomiro Pottratz, SN – Centro, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a concessão de uma envolvendo a cessão de gerador de ozônio e soprador, com o objetivo de apoiar às ações prevenção e disseminação da Covid – 19 e de uma motobomba + mangueira + adaptador para a captação de água, utilizada nos períodos de estiagem e transportada para as propriedades, à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, desenvolve atividades de atendimento de natureza social voluntária, na área de Segurança, Saúde e Defesa Civil, fundamentalmente em serviços de combate a incêndios; busca e salvamento; prestações de socorros em caso de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS

SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos à Prefeita Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

Arabutã – SC, 25 de Junho de 2020.

CHARLES EBELING  
GESTOR DO CONVÊNIO

## **PORTARIA 363/2020**

Publicação Nº 2537180

PORTARIA Nº 363/2020  
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando requerimento da interessada protocolado em 21 de fevereiro de 2020;

### **RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir do dia 12 de fevereiro a servidora NOELI EINSWEILER, inscrita no CPF sob nº. 029.996.999-13, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 12 de fevereiro de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de junho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### LEI Nº 1938

Publicação Nº 2535795

LEI Nº 1938, DE 23/06/2020.

Altera redação do Art. 13 da Lei nº 1851, de 03/09/2018, que Estabelece novos critérios a Programas de Apoio e Incentivo ao Setor da Agropecuária do Município de Arroio Trinta e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 13 da Lei nº 1.851/2018, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 13 - Não serão prestados os serviços mencionados na presente Lei aos Agropecuaristas que estiverem inscritos em dívida ativa junto ao Município.

Parágrafo único. O Município deverá prestar serviços descritos nesta Lei, aos agricultores que estiverem discutindo a dívida judicialmente, até trânsito em julgado da decisão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de junho de 2020.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 23 de junho de 2020.

Michel Junior Serighelli  
Responsável

### PORTARIA Nº 235 - FÉRIAS SIRLEI PASSONI SPRICIGO

Publicação Nº 2535732

PORTARIA Nº 235, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 1978, de 19/03/2020 que declarou Situação de Emergência no Município de Arroio Trinta devido ao enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1975, de 18/03/2020 que estabelecem regras de enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), com a suspensão de algumas atividades;

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Adicional de férias a servidora municipal, senhora, SIRLEI PASSONI SPRICIGO, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2018 à 31/07/2019, e gozo das mesmas no período de 30/03/2020 a 05/04/2020, ou seja, 15 dias, sendo que ao mesmo será pago 1/3 (um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 236 - FÉRIAS RACHEL MENEGUZZI MANENTI**

Publicação Nº 2535743

PORTARIA Nº 236, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 1978, de 19/03/2020 que declarou Situação de Emergência no Município de Arroio Trinta devido ao enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1975, de 18/03/2020 que estabelecem regras de enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), com a suspensão de algumas atividades;

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Adicional de férias a servidora municipal, RACHEL MENEGUZZI MANENTI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2018 à 31/07/2019 cujo gozo dos dias será no período de 30/03/2020 a 05/04/2020, ou seja, 15 dias, sendo que ao mesmo será pago 1/3 (um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 237 - FÉRIAS ROSELI SECCO FELCHILCHER.**

Publicação Nº 2535748

PORTARIA Nº 237, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, ROSELI SECCO FELCHILCHER, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 02/05/2019 à 02/05/2020 cujo gozo dos dias foi no período de 02/01/2020 a 31/01/2020, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 238 - FERIAS DAIANE CRISTINA PEDROSO**

Publicação Nº 2535759

PORTARIA Nº 238, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Concede Adicional Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 1978, de 19/03/2020 que declarou Situação de Emergência no Município de Arroio Trinta devido ao enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1975, de 18/03/2020 que estabelecem regras de enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), com a suspensão de algumas atividades;

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, DAIANE CRISTINA PEDROSO, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2019 à 01/06/2020 cujo gozo foi nos dias 30/03/2020 a 28/04/2020, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 239 - FÉRIAS GLAUCIA MARIA APPI BETINELLI**

Publicação Nº 2535761

PORTARIA Nº 239, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 1978, de 19/03/2020 que declarou Situação de Emergência no Município de Arroio Trinta devido ao enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1975, de 18/03/2020 que estabelecem regras de enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), com a suspensão de algumas atividades;

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, GLAUCIA MARIA APPI BETINELLI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 08/06/2019 à 07/06/2020, sendo gozo no período de 06/04/2020 a 05/05/2020, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 240 - FÉRIAS TACIANE NESI**

Publicação Nº 2535766

PORTARIA Nº 240, DE 19 DE JULHO DE 2020.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais, CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 1978, de 19/03/2020 que declarou Situação de Emergência no Município de Arroio Trinta devido ao enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1975, de 18/03/2020 que estabelecem regras de enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), com a suspensão de algumas atividades;

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, TACIANE NESI, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 15/06/2019 à 14/06/2020 sendo gozo nos dias 14/04/2020 a 13/05/2020, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de julho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 241 - FÉRIAS LODOMIR ROBERTO WARTHA**

Publicação Nº 2535772

PORTARIA Nº 241, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Conceder Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder Adicional de férias ao servidor municipal, senhor, LODOMIR ROBERTO WARTHA, brasileiro, divorciado, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2019 à 31/05/2020, cujo gozo dos dias foi no período de 23/12/2019 a 21/01/2020, sendo que ao mesmo será efetuado o pagamento de 1/3 (um terço) de férias conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial Portaria nº 349/2019.

Arroio Trinta – SC, 19 de junho de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020

Publicação Nº 2536381

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020  
PARA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 18/2020, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO (TUBOS DE CONCRETO, ANÉIS DE CONCRETO PARA FOSSA E FILTRO, GRELHAS DE CONCRETO E GALERIA CELULAR EM CONCRETO), PARA USO NA DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS, AVENIDAS E CALÇADAS DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Julgamento: Menor Preço Por Item. Entrega dos envelopes e documentos de credenciamento até dia 07 de julho de 2020, às 8h30min e abertura/sessão às 9h:00min no mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra do edital junto ao departamento Licitações, no horário normal de expediente, à Avenida XV de Novembro, nº 1030, na cidade de Atalanta - SC, pelo e-mail [licitacao@atalanta.sc.gov.br](mailto:licitacao@atalanta.sc.gov.br), no site [www.atalanta.sc.gov.br](http://www.atalanta.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3535-0015. Atalanta, 24 de junho de 2020.

Juarez Miguel Rodermel – Prefeito Municipal

# Aurora

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 025/2020

Publicação N° 2536237

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 007 de 13 de Fevereiro de 2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia **07 de Julho de 2020, às 09:00:00 horas**, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - N° 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações n°. 025/2020, na modalidade de Pregão Presencial.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

#### **Finalidade:**

**“AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, REPARTIÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE”.**

Aurora, 24 de Junho de 2020.

**ALEXSANDRO KOHL  
PREFEITO MUNICIPAL**

**RESULTADO PP 028/2020**

Publicação N° 2536247

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

**RESULTADO LICITAÇÃO**

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 007 de 13 de Fevereiro de 2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial N°. 028/2020. Vencedores as empresas: LICITAÇÃO DESERTA.

Aurora, 23 de Junho de 2020.

ALEXSANDRO KOHL  
Prefeito Municipal

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### DECRETO 046/2020

Publicação Nº 2535976

DECRETO N. 046 DE 24 DE JUNHO DE 2020.  
Abre crédito adicional ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso II do artigo 6º da Lei 1.039/2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

10 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

01 – DIRETORIA DE TURISMO

1.026 – Construção de Equipamentos Poliesportivos

4.4.90.00.00.00.00.3020 – Aplicações Diretas ..... 35.783,25

Art. 2º Crédito Adicional de que trata o artigo anterior correrá a conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 24 de junho de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### DECRETO 047/2020

Publicação Nº 2536019

DECRETO Nº 047, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O USO MASSIVO DE MÁSCARAS E TORNA OBRIGATÓRIO O USO DE MÁSCARAS EM FACE DA PANDEMIA DA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Balneário Gaivota/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, bem como o disposto na Lei Federal nº 13.979/20:

Considerando a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal nº 015, de 18 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município Balneário Gaivota, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

Considerando, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública.

Considerando a necessidade de equilíbrio entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e o compromisso da Administração Pública Municipal de garantir que cidadãos e empresas ultrapassem esse período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida durante a quarentena;

Considerando a retomada de algumas atividades econômicas no Estado de Santa Catarina;

Considerando o surto de coronavírus (COVID-19), declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com casos já diagnosticados no Município de Balneário Gaivota;

Considerando o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde;

Considerando que "dados científicos recentes constataam que a transmissão da COVID-19 pode ocorrer mesmo antes do indivíduo apresentar os primeiros sinais e sintomas", pelo que o Ministério da Saúde tem recomendado "o uso de máscaras faciais para todos" (Boletim Epidemiológico Especial 7, p. 14)

DECRETA:

Art. 1º - É obrigatório o uso de máscaras de proteção, mesmo que de fabricação artesanal, por toda e qualquer pessoa durante a circulação em logradouros e demais áreas públicas.

§1º - São considerados espaços públicos e comuns:

I - vias públicas;

II – praças;

III - praias

IV - pontos de ônibus, rodoviárias e terminais de embarque/desembarque de passageiros;

V - veículos de transporte coletivo, de táxi, mototáxi ou aplicativos de transporte;

VI - repartições públicas;

VII - estabelecimentos comerciais, de serviços, industriais, bancários, empresas e quaisquer estabelecimentos congêneres;

VIII - outros locais em que possa haver aglomeração de pessoas.

§2º. O acesso e o desempenho de atividades em qualquer prédio público, estabelecimento comercial e industrial de qualquer natureza, escritórios e similares, somente poderá se dar mediante o uso de máscaras.

§3º - Não se aplica a obrigatoriedade do uso de máscara por crianças menores de 02 anos, conforme orientação da ANVISA

Art. 2º - Os estabelecimentos comerciais, de serviços e similares abertos ao público em geral, no âmbito do Município de Balneário Gaivota, deverão disponibilizar recipientes abastecidos com álcool em gel 70% ou produto similar para a higienização das mãos dos funcionários, colaboradores, frequentadores ou consumidores.

Parágrafo único. O álcool gel 70% será disponibilizado aos frequentadores e/ou consumidores dos estabelecimentos, em recipientes localizados em local visível e de fácil acesso, preferencialmente próximo da entrada e saída.

Art. 3º - Os estabelecimentos comerciais, de serviços e similares abertos ao público em geral, no âmbito do Município de Balneário Gaivota, deverão obrigatoriamente condicionar o uso de máscara para o ingresso e a permanência de seus consumidores em seus estabelecimentos.

Art. 4º - Diante da insuficiência de insumos, os municípios poderão confeccionar suas próprias máscaras domésticas, conforme orientação do Ministério da Saúde, no Boletim Epidemiológico Especial 7.

Parágrafo único. A Administração Municipal distribuirá máscaras para os vulneráveis sociais, conforme critérios adotados pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 5º - O descumprimento à determinação dos artigos 1º, 2º e 3º deste Decreto, caracterizará infração ao artigo 30 da Lei Municipal nº 054, de 22 de setembro de 1997, e sujeitará os infratores às sanções previstas no seu art. 37, I, II, VIII e XI, notadamente:

I - aos cidadãos: multa equivalente a 50 (cinquenta) UFM`s;

II - aos estabelecimentos comerciais:

a) multa equivalente a 150 (cento e cinquenta) UFM`s, na primeira infração;

b) multa equivalente a 300 (trezentos) UFM`s em caso de reincidência específica;

c) Interdição do estabelecimento, enquanto perdurar a medida sanitária, no caso de cometimento de terceira infração;

d) cancelamento do alvará de funcionamento, no caso de descumprimento da interdição.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais, de serviços e similares que não exigirem e/ou permitirem o ingresso e a permanência sem máscara de seus funcionários, colaboradores, frequentadores em seus estabelecimentos incidirá na infração prevista no inciso II, deste artigo.

Art. 6º - A desobediência aos comandos previstos neste Decreto, além de caracterizar infração Administrativa prevista no artigo anterior, sem prejuízo de demais sanções civis e administrativas as previstas para crimes elencados nos artigos 268 - infração de medida sanitária preventiva e 330 - crime de desobediência - do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).



Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com a obrigatoriedade do uso das máscaras a partir do dia 01 de julho de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Balneário Gaivota, 24 de junho de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

Jeferson Raupp  
Secretario de Administração e Finanças

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO IPTU 2020 - REVISÃO 36ª

Publicação Nº 2535909

EDITAL DE INTIMAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO DO LANÇAMENTO DO IPTU DO EXERCÍCIO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Com fundamento no artigo 239 e 240, do Código Tributário Municipal – Lei Complementar n. 155/2019, fica INTIMADO, de forma global e im pessoal, através de publicação única do presente Edital, o sujeito passivo abaixo relacionado, acerca do parecer do processo administrativo de revisão do lançamento de IPTU, pelas seguintes razões:

Trata-se de pedido de revisão do lançamento do IPTU do exercício de 2020, do imóvel com Cadastro Imobiliário n. 11886471, inscrição imobiliária n. 01.08.153.1417, com 4.819,29m<sup>2</sup>, e, Cadastro Imobiliário n. 1180282, inscrição imobiliário n. 01.08.153.1434, com 12.719,21m<sup>2</sup>, sob alegação de que os valores não condizem com o imóvel, bem como, requer a revisão do cadastro 11886471, sob alegação de que o imóvel possui 1.628,35m<sup>2</sup> e não 4.819,29m<sup>2</sup>, solicitando que a devolução dos valores pagos dos anos de 2018 e 2019.

Ressalta-se, que a atualização da metragem dos respectivos imóvel conforme constava cadastrado, ocorreu pelo processo administrativo n. 635/2018, e promulgação do Decreto n. 69/2017 - Declaração de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável ou Judicial, em caráter de urgência, do qual o contribuinte tinha ciência e concordância.

Para aprovação do Decreto n. 69/2017, foi realizado o levantamento topográfico e com base no mesmo é que houve a alteração cadastral, do cadastro 11886471, com 12.719,21m<sup>2</sup> para 4.819,29m<sup>2</sup> e cadastro 1180282 com 17.734,53m<sup>2</sup> para 12.719,21m<sup>2</sup>.

A fim de regularizar as respectivas áreas o contribuinte ingressou com processo de Usucapião, tendo realizado o levantamento topográfico, houve a retificação dos cadastro imobiliários no processo administrativo n. 1247/2020, passando o cadastro imobiliário n. 11886471 a constar a área de 1.628,35m<sup>2</sup> e o cadastro imobiliário n. 1180282 a constar a área de 15.886,91m<sup>2</sup>.

Frisa-se, que no IPTU / 2020 não se fala em índice de Reajuste ou percentual de aumento, uma vez, que houve aprovação de um Novo Código Tributário Municipal pela Lei Complementar n. 155/2019 e Lei Ordinária 712/2019, que modificou algumas previsões da fórmula de cálculo, bem como, fatores corretivos, que interferem no Valor Venal e alíquotas, exemplo a pavimentação ou não atualmente faz parte integrante do cálculo conforme art. 23, da Lei, enquanto no Código Tributário Lei 018/1999, a diferenciação via-se tão somente nas alíquotas de terrenos baldios, houve também alteração do valor do m<sup>2</sup> dos tipos de construções, ainda a inclusão e mudança de valores dos fatores corretivos das Tabelas 1 a 10, do Anexo III, da Lei 712/2019.

Efetuada o recálculo do lançamento do tributo por esta Assessoria Fazendária, com as alterações cadastrais, se constatou que o lançamento do IPTU do exercício de 2020 encontra-se lançado de forma adequada, em comparação com os ditames da Lei nº 712, de 14 de agosto de 2019, em especial o disposto no art. 32 e no art. 35 da lei do IPTU que assim dispõe:

"Art. 32. Será concedido desconto de até dez por cento (10%) sobre o valor do IPTU, sem prejuízo do disposto no art. 31 desta Lei, à título de "Bônus Adimplência", se os Créditos Tributários municipais de IPTU, referentes ao imóvel, tiverem sido pagos até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao do Lançamento, conforme dispuser o Regulamento".

"Art. 35. Excepcionalmente no exercício de 2020, será concedido desconto no IPTU na proporção de dez por cento (10%), para os imóveis que porventura tenham o imposto lançado naquele exercício superior a dez por cento (10%), em comparação com o exercício de 2019.

§1º O valor do lançamento do IPTU do exercício de 2020, não poderá ser inferior ao imposto lançado no exercício de 2019, acrescido da variação do INPC/IBGE no período.

§2º O desconto constante deste artigo será aplicado após a concessão do benefício constante do artigo 32 desta Lei, ou seja, antes da concessão do benefício para pagamento em quota única, constante do artigo 31 desta Lei".

Destaca-se, ainda, que o Decreto nº 06, de 13 de janeiro de 2020 fixou o percentual dez por cento (10%) de descontos referente ao art. 32 da Lei nº 712/2019 e datas de vencimento das parcelas do IPTU para o exercício de 2020.

Assim, nos termos da Instrução Normativa nº 001/2020, constatou-se que:

1. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 deve levar em consideração o disposto no art. 32 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.
2. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 deve levar em consideração o disposto no caput do art. 35 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.
3. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 deve levar em consideração o disposto no §2º do art. 35 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.
4. Diante do disposto no §1º do art. 35 da Lei nº 712/2019, o IPTU no exercício de 2020 não poderá ser inferior ao IPTU do exercício de 2019 acrescido da variação do INPC/IBGE no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019 que resultou em 4,48% (quatro inteiros e quarenta e oito centésimos por cento).

Deste modo, em virtude presente revisão do lançamento do IPTU/2020, foi realizado as devidas alterações cadastrais de metragem,



onde o cadastro imobiliário n. 11886471 passou a constar a área de 1.628,35m² e o cadastro imobiliário n. 1180282 a constar a área de 15.886,91m², efetuando-se um novo recálculo conforme os ditames da Lei.

Em relação ao ano de 2018 e 2019, deixa-se de manifestar, uma vez, que por Decreto Municipal havia previsão de data para revisão do lançamento de IPTU, dentro dos respectivos exercícios, além do mais, teria o contribuinte saldo devedor e não crédito, já que o Cadastro imobiliário n. 11886471 diminuiu a metragem, porém, o Cadastro imobiliário n. 1180282 aumentou a metragem.

Recalculado o IPTU / 2020 de acordo com as metragens apresentadas no levantamento topográfico, prorrogando-se o vencimento e encaminhando ao contribuinte.

REQUERENTE	CPF/CNPJ	INSC. IMOBILIÁRIA	PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALOR DO LANÇAMENTO DO IPTU
Dinarte Variani	170.503.599-04	01.08.153.1417 01.08.153.1434	400/2020	R\$ 4.819,29 R\$ 17.734,53

NOTIFICA-SE, que da referida decisão cabe Recurso Ordinário, que deve ser interposto no prazo de quinze (15) dias úteis, contados da data da intimação.

Nota: Para os contribuintes que possuem endereço completo, foi enviada a guia de recolhimento, por AR, podendo ser entregue de forma pessoal, sendo o endereço dentro do Município de Balneário Piçarras. Podendo ainda, a segunda via ser impressa no endereço eletrônico: [www.picarras.sc.gov.br](http://www.picarras.sc.gov.br), ou se preferir pode solicitar por e-mail através do endereço [arrecade@picarras.sc.gov.br](mailto:arrecade@picarras.sc.gov.br).

Balneário Piçarras (SC), 24 de Junho de 2020.

EMANUELI PRAUCHNER BIGOLIN BERFT REGIANE REGINA CORRÊA DAS NEVES  
Fiscal de Tributos Assessora Fazendária

ANA LÚCIA WILVERT  
Secretária de Fazenda

## PORTARIA 179/2020

Publicação Nº 2536023

PORTARIA N.º 179/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 179/2019, de 10 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de junho de 2020, Edição Nº 3174, pág. 73, Publicação Nº 2527185.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 10 de junho de 2020.

Leonel José Martins  
Prefeito Municipal  
A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 180/2020**

Publicação N° 2536025

PORTARIA N.º 180/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria 160/2020, de 19 de maio de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"[...]Conceder APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a servidora, Sra. JOCELI NUNES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 639.478.039-15, portador do RG sob o nº 2.016.473 SSP/SC, ocupante do cargo de provimento efetivo PROFESSOR 3 – 40 HORAS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com paridade de acordo com a legislação. "

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 10 junho de 2020.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 181/2020**

Publicação N° 2536026

PORTARIA N.º 181/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Art. 90, VII, da Lei Orgânica Municipal, ALTERA, o ato instituído pela Portaria nº 172/2020 de 03 de junho de 2020, a seguinte:

Art. 1º Designar a Sra. SILVANA DALLAGNOL, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 033.460.479-62, portador do RG nº 3.405.155-4 SSP/SC, matrícula nº 2799, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Finanças; a Sra. LEILA MARIA RODRIGUES WILLEM, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 729.899.809-97, portadora do RG nº 1.808.669 SSP/SC, matrícula nº 2781, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Finanças; e a Sra. MARIA OLINDIA VIEIRA, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 035.783.709-67, portadora do RG nº 3684659 SSP/SC, matrícula nº 1579, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo III; e como apoio jurídico a Sra. BIANCA LENARA FIAMONCINI, brasileira, maior, inscrita no CPF sob nº 068.357.199-07, portadora do RG nº 4.938.453 SSP/SC, matrícula nº 10657, ocupante do cargo de Assessora Jurídica; para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, os fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2020, bem como, os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 19 de junho de 2020.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PROCESSO 530-2020 OFÍCIO N 155 2020 INTIMAÇÃO**

Publicação N° 2535698

OFÍCIO N. 155/2020

Balneário Piçarras, 23 de junho de 2020.

Ao Senhor

Jaime Pedro Donel Filho

Estrada Antônio José Bernardo, 321 – Lagoa de Cima

88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo 530/2020, que trata da solicitação de Revisão de Cadastro Imobiliário, consoante determinação da Assessora Fazendária, expor o que segue, para ao final INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

"Trata-se de pedido de baixa de cadastro econômico e remissão da dívida fls. 06/07, sob alegação do contribuinte de não estar mais exercendo atividade, inclusive já tendo sido emitido pelo Município certidão de baixa, juntando cópia do documento fls. 04 a fim de comprovar a alegação.

Ocorre, que tais argumentos são fraudulentos e não pode prosperar.

O contribuinte solicitou abertura de cadastro econômico para emissão de alvará de funcionamento em 04/01/2001, para atividade de bar e verdureira, tendo recebido o n. 10240, quando ainda o cadastramento era feito manualmente em fichas de arrecadação, não havendo sistema de protocolo informatizado naquela época, conforme fls. 10 à 14.

Em 23/01/2008, o contribuinte pelo protocolo n. 123/2008, solicitou baixa do cadastro econômico n. 10240 (fls. 15), o que foi deferido tendo sido baixado o cadastro e o lançamento do exercício de 2008, com certidão de baixa emitida em 25/01/2008 fls. 17 à 19, mesma certidão apresentada pelo contribuinte fls. 04 à 06.

Porém, três meses após solicitar a baixa o em 01/04/2008, provavelmente em razão de fiscalização solicitou a reabertura do cadastro econômico n. 10240, na atividade de hortifrúti (verdureira), conforme consta nas fls. 20/21.

O cadastro econômico n. 10240, foi reaberto conforme solicitado, tendo inclusive sido pago a taxa de alvará do ano de 2008, pelo contribuinte em 01/04/2008, posteriormente, ficou inadimplente com os demais anos, estando em dívida ativa as taxas de alvará de 2009 a 2013.

Em 30/06/2014, em vistoria in loco, em cumprimento ao art. 218, parágrafo único da Lei Complementar n. 018/1999, o cadastro foi suspenso pela fiscalização, por não ter sido localizado o comércio, fl. 22/23.

Dispõe o art. 214, da Lei Complementar n. 155/2019:

"Art. 214. A baixa no Cadastro Mobiliário do Município pode ser concedida a requerimento do Contribuinte, que deverá ser instruído com os seguintes documentos e informações:

I - no caso de pessoa física, documento(s) que comprove(m) a cessação das atividades no Município;"

Não consta no processo nenhum documento que comprove que no período de 2009 à 2013 o contribuinte, não estava mais em atividade ou que estivesse desempenhando outra atividade.

Além disso, o art. 215, da mesma Lei, dispõe:

"Art. 215. A concessão da baixa de inscrição no Cadastro Mobiliário do Município não exonera o Contribuinte de débitos constatados posteriormente, e somente produzirá efeito a partir da data em que se confirmar a inatividade.

Parágrafo único. Na concessão de baixa de inscrição de Contribuinte com atividade suspensa, será considerada como data de efetivo encerramento, a correspondente ao início da suspensão concedida."

Assim, intime-se o contribuinte para que no prazo de 15 (quinze) dias, apresente documentos que comprovem efetivamente a inatividade, juntando se aposentado, cópia de Certidão do INSS comprovando a aposentadoria relativa ao tempo a ser remido; se servidor público, cópia de Portaria de Nomeação e Certidão de atividade durante o tempo a ser remido; se empregado com registro, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social comprovando o registro durante o tempo a ser remido; se empregado sem registro, Declaração original firmado pelo empregador e por duas testemunhas."

Igualmente, informamos que em razão do Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, faz-se necessário, caso deseje atendimento presencial, agendá-lo previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matrícula 11845

**PRORROGAÇÃO PE 011/2020 FMS**

Publicação Nº 2536244

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2020 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020 – FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Processo Administrativo 034/2020 Pregão Eletrônico 011/2020-FMS, Pregão Eletrônico para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura locação de equipamentos de hematologia e imunologia com fornecimento de insumos para a execução de até 1.200 testes de hemograma completos para atender à demanda do laboratório municipal de análises clínicas, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor total estimado: R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais), foi prorrogado para o dia 09/07/2020 as 09 horas. Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) . Código UASG: 988251. O edital na íntegra encontra-se disponível no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, situado à Avenida Emanuel Pinto, nº 3655, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 12:00 às 18:00h ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras (SC), 24 de junho de 2020. Regiane Carolina Pereira Basso - Secretária Municipal de Saúde.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 60/2020

Publicação Nº 2535943

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE  
EXTRATO DO  
CONTRATO Nº 60/2020  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019  
TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E A MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS E PASSEIOS PÚBLICOS, EM TRECHOS DAS RUAS GASTÃO BENETTI E QUERINO SCARAVONATTI, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 873228/2018/MCIDADES/CAIXA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.  
DA CONTRATADA: RS CONSTRUÇÕES LTDA.  
DA VIGÊNCIA: Do dia 01/07/2020 até 30/12/2020.  
DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.  
DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.  
Bandeirante/SC, 24 de Junho de 2020.  
CELSE BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 038/2020

Publicação Nº 2535950

DECRETO Nº 038, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Promove o desmembramento e remembramento de Parte do Lote Rural nºs 73-A e 74-A com área de 51.839,00m² e de Parte do Lote Rural nº 74-A, com área de 8.500,00m², do Município de Bandeirante, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica promovido o desmembramento e remembramento de Parte do Lote Rural nºs 73-A e 74-A com área de 51.839,00m², da Matrícula CRISMO nº 49.287 e de Parte do Lote Rural nº 74-A, com área de 8.500,00m², da Matrícula no CRISMO nº 38.184, localizados parte no perímetro urbano e parte na zona rural do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, em conformidade com as seguintes denominações e confrontações:

#### 1º DESMEMBRAMENTO:

Da área denominada Parte do Lote Rural nº 74-A, da Matrícula nº 38.184, de propriedade da SICOOB-SMOeste, com 684,00m², descreve-se: Inicia-se a descrição no vértice denominado 'P1', seguindo pela divisa SUDOESTE rumo ao noroeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 44.169, de propriedade de Ademar Vian, medindo 7,82 metros até o vértice 'P2'. Segue-se pela divisa NOROESTE, com um ângulo de deflexão à direita de 74º02'41" no sentido nordeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, medindo 89,64 metros até o vértice 'P3'. Deste, deflete à direita pela divisa NORDESTE com um ângulo de 90º59'51" seguindo ao sudeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, medindo 7,47 metros até o vértice 'P4'. Segue-se pela divisa SUDESTE, com um ângulo de deflexão à direita de 89º04'34" rumo ao sudoeste, confrontando Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 38.184, de propriedade da SICOOB-SMOeste, medindo 93,32 metros até o vértice 'P1', início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 684,00m².

#### 2º DESMEMBRAMENTO:

Da área denominada Parte do Lote Rural nº 73-A, da Matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, com 684,00m², descreve-se: Inicia-se a descrição no vértice denominado 'P4', seguindo pela divisa NOROESTE rumo ao nordeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, medindo 9,75 metros até o vértice 'P5'. Segue-se pela divisa NORDESTE, com um ângulo de deflexão à direita de 90º55'26" no sentido sudeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, medindo 73,46 metros até o vértice 'P6'. Deste, deflete à direita pela divisa SUDESTE com um ângulo de 123º04'17" seguindo ao oeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, medindo 11,63 metros até o vértice 'P7'. Segue-se pela divisa SUDOESTE, com um ângulo de deflexão à direita de 56º55'43" rumo ao noroeste, confrontando Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 38.184, de



propriedade da SICOOB-SMOeste, medindo 65,60 metros até o vértice 'P4', início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 684,00m<sup>2</sup>.

#### 1º REMEMBRAMENTO:

Da área denominada Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 38.184, com área remanescente de 7.816,00m<sup>2</sup>, de propriedade da SICOOB-SMOeste, e Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, com 684,00m<sup>2</sup>, perfazendo uma área total de 8.500,00m<sup>2</sup>, sendo 2.315,70m<sup>2</sup> de Faixa de Domínio da Rodovia Estadual SC-492 e 1.644,60m<sup>2</sup> de área não edificável, sito no Perímetro Urbano do Município de Bandeirante/SC, confronta-se em conjunto: Inicia-se a descrição no vértice denominado 'P1', seguindo pela divisa NOROESTE rumo ao nordeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A e 74-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, medindo 103,07 metros até o vértice 'P2'. Segue-se pela divisa NORDESTE, com um ângulo de deflexão à direita de 90°55'26" no sentido sudeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A e 74-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, medindo 73,46 metros até o vértice 'P3'. Deste, deflete à direita pela divisa SUDESTE com um ângulo de 123°04'17" seguindo ao oeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, medindo 11,63 metros até o vértice 'P4'. Segue-se pela divisa NORDESTE, com um ângulo de deflexão à esquerda de 122°43'16" rumo ao sudeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 49.287, de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, medindo 41,93 metros até o eixo da Rodovia Estadual SC-492, no vértice 'P5'. Deste, deflete à direita pela divisa SUDESTE com um ângulo de 123°28'50" seguindo ao sudoeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 38.585, de propriedade de Alcides Baptista, pelo eixo da Rodovia Estadual SC-492, por linha curva circular de Raio 375,22 metros e medindo 120,00 metros até o vértice 'P11'. Segue-se pela divisa SUDOESTE, com um ângulo de deflexão à direita de 91°55'37" rumo ao noroeste, partindo do eixo da Rodovia Estadual SC-492, confrontando com Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 44.169, de propriedade de Ademar Vian, medindo 55,28 metros até o vértice 'P1', início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 8.500,00m<sup>2</sup>.

#### 2º REMEMBRAMENTO:

Da área denominada Parte do Lote Rural nº 73-A e 74-A, da matrícula nº 49.287, com área remanescente de 51.155,00m<sup>2</sup>, (sendo Parte do Lote Rural nº 73-A com 47.716,00m<sup>2</sup> e Parte do Lote Rural nº 74-A com 3.439,00m<sup>2</sup>), de propriedade de Moser Nutrição Animal Eireli, e Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 38.184, de propriedade da SICOOB-SMOeste, com 684,00m<sup>2</sup>, perfazendo uma área total de 51.839,00m<sup>2</sup>, (sendo 456,30m<sup>2</sup> de Faixa de Domínio da Rodovia Estadual SC-492 e 1.058,80m<sup>2</sup> de área não edificável), sito parte no Perímetro Urbano e parte na Zona Rural do Município de Bandeirante/SC, confronta-se em conjunto: Inicia-se a descrição no vértice denominado 'P1', seguindo pela divisa SUDESTE rumo ao nordeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A e 74-A, da matrícula nº 38.184, de propriedade da SICOOB-SMOeste, medindo 103,07 metros até o vértice 'P2'. Segue-se pela divisa SUDOESTE, com um ângulo de deflexão à direita de 90°55'26" no sentido sudeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 38.184, de propriedade da SICOOB-SMOeste, medindo 73,46 metros até o vértice 'P3'. Deste, deflete à direita pela divisa NOROESTE com um ângulo de 123°04'17" seguindo ao oeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 38.184, de propriedade da SICOOB-SMOeste, medindo 11,63 metros até o vértice 'P4'. Segue-se pela divisa SUDOESTE, com um ângulo de deflexão à esquerda de 122°43'16" rumo ao sudeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A e 74-A, da matrícula nº 38.184, de propriedade da SICOOB-SMOeste, medindo 41,93 metros até o eixo da Rodovia Estadual SC-492, no vértice 'P5'. Deste, deflete à esquerda pela divisa SUDESTE com um ângulo de 91°50'09" seguindo ao nordeste, partindo do eixo da Rodovia Estadual SC-492, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 23.487, de propriedade de Gilmar Antonio Kuhn, medindo 225,74 metros até o vértice 'P6'. Segue-se pela divisa NORDESTE, com um ângulo de deflexão à esquerda de 89°54'43" rumo ao noroeste, confrontando com o Lote Rural nº 73-B, da matrícula nº 10.010, de propriedade de Edo Weber, Leonildo e Renildo Degasperi, medindo 217,58 metros até o vértice 'P7'. Deste, deflete à esquerda pela divisa NOROESTE com um ângulo de 90°05'17" seguindo ao sudoeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 73-A, da matrícula nº 16.469, de propriedade de José Alves de Oliveira, medindo 219,08 metros até o vértice 'P8'. Segue-se pela divisa SUDOESTE, com um ângulo de deflexão à esquerda de 88°09'51" rumo ao sudeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 44.169, de propriedade de Ademar Vian, medindo 61,33 metros até o vértice 'P9'. Deste, deflete à direita pela divisa NOROESTE com um ângulo de 89°00'09" seguindo ao sudoeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 44.169, de propriedade de Ademar Vian, medindo 80,61 metros até o vértice 'P10'. Segue-se pela divisa SUDOESTE, com um ângulo de deflexão à esquerda de 74°02'41" rumo ao sudeste, confrontando com Parte do Lote Rural nº 74-A, da matrícula nº 44.169, de propriedade de Ademar Vian, medindo 49,25 metros até o vértice 'P1', início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 51.839,00m<sup>2</sup>.

Art. 2º Os imóveis desmembrados e lembrados neste ato, serão destinados a utilidades diversas dos proprietários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 019/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 25 de junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal



# Barra Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1235/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536052

Decreto nº 1235/2020, de 24 de junho de 2020.

“Dispõe sobre prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo edital 001/2019 e dá outras providências”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade ao inciso VI do art. 73 da Lei Orgânica Municipal, de 11 de dezembro de 1997;

Considerando que o Processo Seletivo, comedido pelo edital de Processo Seletivo edital. 001/2019 foi homologado em 23 de junho de 2019, de acordo com Decreto Municipal nº1127/2019.

Considerando que o disposto no capítulo I, item 1.1.5, do edital do Processo Seletivo nr. 001/2019 estabelece validade de 01 ano a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado nos termos da Constituição Federal.

Considerando o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição federal de 1988, que vislumbra a possibilidade de prorrogação do prazo de validade por igual período.

Considerando que o prazo de validade do Processo Seletivo nº001/2019 termina em 23 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo edital nº. 001/2019, por mais 1(um) ano, a partir de 24 de junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Bonita, 24 de junho de 2020.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO Nº. 06/2020

Publicação Nº 2537167

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

Resolução nº. 06/2020

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Contingência da Política de Assistência Social para atuação na situação de emergência em saúde pública da doença Covid -19 do Município de Barra Bonita - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 017/97, de 17 de fevereiro de 1997, alterada pela Lei nº194/99; Lei nº 279/01; Lei 304/02 e Lei 845/2019, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Barra Bonita – CMAS, de conformidade ao Decreto nº. 1131, de 02/08/2019 e;

Considerando a deliberação da Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de Junho de 2020, conforme ata 172/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Contingência da Política de Assistência Social para atuação na situação de emergência em saúde pública da doença Covid -19, que organiza e planeja as novas ações para as quais passaram a ser demandadas por essa política pública neste momento de pandemia, bem como reorganizar os serviços, programas, projetos e benefícios já executados.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita (SC), 23 de Junho de 2020.

GESI ZANOTTI  
Presidente  
Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO Nº. 07/2020**

Publicação Nº 2537169

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

Resolução nº. 07/2020

Dispõe sobre a destinação do Recurso Federal para Ações do Covid – 19 para utilização com folha de pagamento dos servidores do CRAS do Município de Barra Bonita - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 017/97, de 17 de fevereiro de 1997, alterada pela Lei nº194/99; Lei nº 279/01; Lei 304/02 e Lei 845/2019, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Barra Bonita – CMAS, de conformidade ao Decreto nº. 1131, de 02/08/2019 e;

Considerando a deliberação da Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de Junho de 2020, conforme ata 172/2020;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Aprovar a destinação do recurso transferido do governo federal para Proteção Básica, no valor de R\$ 36.341,67, vindo a uso em Ações do Covid – 19, para utilização total desse recurso em folha de pagamento de servidores do CRAS.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita (SC), 23 de Junho de 2020.

GESI ZANOTTI

Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social

# Barra Velha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1417, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2536124

DECRETO Nº 1417, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1386, de 16 de março de 2020, que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1388, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública;

#### DECRETA

Art. 1º Fica permitido o acesso às praias do Município de Barra Velha exclusivamente para a prática de esporte individual e/ou circulação, mediante o uso obrigatório de máscara de proteção facial como medida para o enfrentamento da disseminação do vírus COVID-19.

Art. 2º Os bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares deverão funcionar com atendimento limitado a 50% da capacidade.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais do Município de Barra Velha terão seu horário de funcionamento limitado ao período das 06h às 23h.

§ 1º São exceções à limitação de horário de funcionamento contida no caput:

I - os estabelecimentos que se localizam as margens das Rodovias e que sejam necessários à garantia da manutenção dos serviços de transporte de pessoas e cargas;

II - hospitais, clínicas e estabelecimentos que prestem serviços relacionados a saúde, inclusive veterinários;

III - farmácias;

IV - postos de combustíveis; e

V - centros de distribuição e empresas logísticas.

§ 2º Fica proibido o consumo de alimentos e bebidas, após as 23h até as 06h do dia seguinte, no interior das lojas de conveniências situadas nos postos de combustíveis.

§ 3º Não se aplica a restrição de horários estabelecida no caput desse artigo as atividades de entrega em domicílio (delivery).

Art. 4º Fica proibida a permanência de pessoas nas ruas, e calçadas em frente aos bares, restaurantes e similares, a fim de se impedir aglomerações.

Art. 5º Fica obrigatório o uso massivo de máscaras, em todo território do Município de Barra Velha, para evitar a transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19).

Art. 6º A desobediência aos comandos previstos neste Decreto ocasionará sanções civis e administrativas as previstas para crimes elencados nos artigos 268 - infração de medida sanitária preventiva e 330 - crime de desobediência - do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor em na data de sua publicação.

Barra Velha, 23 de junho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 004/2020 RUA LOURIVAL GALDINO DE BORBA**

Publicação Nº 2536366



**Secretaria  
Municipal de  
Finanças  
SMF**

**EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 004/2020****RUA LOURIVAL GALDINO DE BORBA**

O Município de Barra Velha, por intermédio do Sr. Prefeito Municipal Valter Marino Zimmermann, do Sr. Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano Elvis Fuchter e Sra. Secretária de Administração e finanças Marilandi Pires, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c art. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº195 de 24.02.1967, e da Lei Complementar 160, de 04 de dezembro de 2013 (Código Tributário Municipal), lei Municipal 1798 de 16 de Setembro de 2019; **TORNA PUBLICO;** a quem interessar possa, em especial aos proprietário, titulares do domicílio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para os trechos de rua do perímetro urbano identificada neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhorias decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

**1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:**

A Contribuição de Melhorias tem como fato gerador a obra pública de pavimentação e drenagem pluvial, limitada a cobrança à valorização que sobrevier ao imóvel ou ao custo da obra rateada entre os beneficiados, observando o menor valor.

**2. DO LOCAL DAS OBRAS:**

TRECHO: Extensão de 112,30 metros da **Rua Lourival Galdino de Borba**, no Bairro Jardim Icarai, a partir da Rua Amaro Bento de Souza até o final da mesma.

**3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:**

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofrerem valorização, conforme planta de localização constante do projeto do anexo I.

**4. MEMORIAL DESCRITIVO:**

O Memorial Descritivo integra o presente edital na forma de Anexo II e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de

**47 3446 7700*****financeiro@barravelha.sc.gov.br******www.barravelha.sc.gov.br******Av. Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha/SC - CEP 88390-000***



**Secretaria  
Municipal de  
Finanças  
SMF**

terraplenagem como cortes e aterros, pavimentação Asfáltica, meios fio, sinalização e pintura.

#### **5. ORÇAMENTO DE CUSTO DAS OBRAS:**

O custo das obras descritas no presente Edital (Anexo III), refere-se à execução da pavimentação, está distribuída da seguinte forma:

a) Valor Absorvido pelo Município	<b>R\$ 2.728,70 ( dois mil setecentos e vinte e oito reais e setenta centavos )</b>
b) Entroncamentos	<b>R\$ 858,18 (oitocentos e cinquenta e oito reais e dezoito centavos)</b>
c) Contribuição de Melhoria	<b>R\$ 50.515,65 ( cinquenta mil quinhentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos )</b>
d) Valor total gasto	<b>R\$ 54.102,53 (cinquenta e quatro mil cento e dois reais e cinquenta e três centavos</b>

O Município participará com o total da importância orçada para os itens A e B, **R\$ 3.586,88 (três mil quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**

O Município buscará se ressarcir do item C acima descrito, observando como limite individual a valorização de cada imóvel beneficiário em decorrência das obras.

#### **6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:**

A base de cálculo será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos seus laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV), e se encontra a disposição dos interessados junto à municipalidade e o segundo ao seu término.

Os laudos serão elaborados por Comissão integrada por servidores profissionais técnicos do Município, composta de engenheiro(s) ou arquiteto(s) e coordenador, definidos na portaria nº 607/2018.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria. Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da Contribuição de melhorias é de no máximo 25%

**47 3446 7700**

***financeiro@barravelha.sc.gov.br***

***www.barravelha.sc.gov.br***

***Av. Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha/SC - CEP 88390-000***



**Secretaria  
Municipal de  
Finanças  
SMF**

do custo final da obra, nos termos do art. 4º da Lei Municipal 1798 de 16 de setembro de 2019.

Correrão por conta do Município de Barra Velha: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do município ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

#### **7. FORMA DE PAGAMENTO:**

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, respeitando o Código Tributário e a Lei de Contribuição de Melhorias.

#### **8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:**

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação, anterior à avaliação da obra. Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação prévio), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da prefeitura municipal e dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no local o interessado deverá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

#### **9. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:**

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do movimento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

#### **10. DOS ANEXOS:**

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo, os seguintes anexos:

**ANEXO I – PROJETO GEOMÉTRICO, DE DRENAGEM PLUVIAL;**  
**ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO;**  
**ANEXO III - ORÇAMENTO DE CUSTOS DAS OBRAS;**

**47 3446 7700**

***financeiro@barravelha.sc.gov.br***

***www.barravelha.sc.gov.br***

***Av. Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha/SC - CEP 88390-000***



**Secretaria  
Municipal de  
Finanças  
SMF**

**ANEXO IV - RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA.**

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Demais informações poderão ser obtidas no setor de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no horário das 8:00 às 12 das 13:30 às 17:30 hrs.

Barra Velha, 24 de Junho de 2020.

**Marilandi Pires**

Secretária de Administração e finanças

**Elvis Fuchter**

Secretário de Planejamento

**47 3446 7700**

***financeiro@barravelha.sc.gov.br***

***www.barravelha.sc.gov.br***

***Av. Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha/SC - CEP 88390-000***



**PORTARIA Nº 1762-GAB, DE 18 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536121

PORTARIA Nº 1762-GAB, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar no dia 07/06/2020 a servidora Sra. SILVANA MARIA PEDRO BECKER, matrícula funcional nº 1703, do cargo efetivo de DOCENTE III-1, do quadro de servidores ao Município, com fundamento no art. 50, da Lei Complementar nº 125/2011 de 01.12.2011.

Artigo 2º- Declarar vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. nº 50, V, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011 de 01.12.2011.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 07 de junho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 18 de junho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

**Bela Vista do Toldo****PREFEITURA****ATA REGISTRO DE PREÇO 006/2020 - C**

Publicação Nº 2535739

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - C  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2020**

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia Ovídio Damaso da Silveira, s/n, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, e de outro lado a empresa:

**JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.374.051/0001-58, com sede sita a Rua Estephano Perreto Sobrinho, nº 295, fundos, bairro Bom Jesus, Rio Negro - PR, neste ato representado pelo Sr. JOÃO OLIVEIRA MARTINS, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 754.153.999-68 e portador da cédula de identidade nº 4.699.424-8 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Padre Dehon, nº 2326, Boqueirão, Curitiba - PR, CEP 81.670-000;

Resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002, bem como do edital de pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

**DETENTORA DO ITEM**

**EMPRESA JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS ME**, acima qualificada:

ITEM	PRODUTO	Un. Medida	Qtd	R\$/Unit.	R\$/Total
17	FRAGMENTADORA DE PAPEL 220 V 12 FOLHAS	UN	2,000	R\$ 499,00	R\$ 998,00
<b>Total do Fornecedor</b>				<b>R\$ 998,00</b>	

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

A presente licitação tem por objeto o registro de preços para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ENTRE OUTROS**, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do presente edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA**

O prazo de entrega é de máximo 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da Autorização de fornecimento.

As autorizações de Fornecimento expedida(s) após a assinatura da Ata de Registro indicará(ão):

- o nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
- o e-mail e telefone (fax) do setor, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
- o item e a quantidade solicitada;
- a data da expedição da Autorização de fornecimento;
- o prazo de entrega (data e horário);

f) o endereço do local onde o objeto solicitado deverá ser entregue.

A Contratante expedirá por meio de e-mail e/ou ofício e/ou fax à Contratada a Autorização de Fornecimento. A Contratada deverá confirmar por escrito, enviada por e-mail, o recebimento da Ordem no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 1 (um) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do empenho, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia. Após esse período, a contratada ficará sujeita à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O objeto deverá ser entregue em local designado na ordem de serviço ou no endereço Rua Estanislau Schumann, 839 – Centro – Município de Bela Vista do Toldo/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação e/ou incorreções, a Contratada deverá complementar e/ou corrigir em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de (02 dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma.

### **CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pela Diretoria de Compras de por meio de cheque nominal ou em conta corrente indicada pela empresa contratada.

Na Nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o número do contrato, a descrição dos produtos, quantidades, preços unitários e o valor total,

Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Caso o contratado não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

A despesa estimada onerará as dotações orçamentárias inerentes a compra.

### **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)**

Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. 007/2020 e nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.  
Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.  
Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.  
Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e ainda estar de acordo com que determina a IN nº 20/2015 do TC/SC.

#### **CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA**

Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.  
Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.  
Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para entrega.  
Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES**

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência. E ainda será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 1 (um) dias útil antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 1 dia útil. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do (s) item (ns) solicitado (s), por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e multa prevista no Edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº. 007/2020 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S);  
A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

#### **CLÁUSULA NONA – FORO**

O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Canoinhas/SC.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Bela Vista do Toldo, 03 de março de 2020.

---

**MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO**

CNPJ 01.612.888/0001-86

Adelmo Alberti

CPF 948.399.059-91

Prefeito Municipal

**CONTRATANTE**

---

**JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME**

CNPJ 09.374.051/0001-58

João de Oliveira Martins

CPF 754.153.999-68

Representante

**CONTRATADO**

---

**WILLIAN NACIMENTO**

Assessor Jurídico

OAB/SC 42069/SC

Matrícula nº 1968

Testemunhas:

---

Sorlene da Glória Vieira Schermack  
CPF: 034.723.649-98

---

Alfredo Cezar Dreher  
CPF: 653.002.469-72

## ATA REGISTRO DE PREÇO 006/2020 - D

Publicação Nº 2535745

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - D**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2020**

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia Ovídio Damaso da Silveira, s/n, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, e de outro lado a empresa:

**MICROCABLE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.101.531/0001-73, com sede sita a Avenida Duque de Caxias, nº 1540, Frei Rogério, Lages - SC, neste ato representado pelo Sra. CLAUDIA CORTINA DOMENEGHINI, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob o nº 049.259.469-43 e portadora da cédula de identidade nº 4.795.216-4 SSP/SC, residente e domiciliada na Avenida Duque de Caxias, nº 1540, Frei Rogério, Lages - SC, CEP 88.508-001;

Resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002, bem como do edital de pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

**DETENTORA DO ITEM**

**EMPRESA MICROCABLE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA**, acima qualificada:

ITEM	PRODUTO	Un. Medida	Qtd	R\$/Unit.	R\$/Total
14	HEADSET ESTÉREO TIPO II SOM ESTÉREO COMPRIMENTO DO CABO: 190 CM (+/-5%) POTÊNCIA MÁXIMA: 100 MW RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 20HZ ~ 20KHZ SENSIBILIDADE: 101DB ± 4DB / 1KHZ IMPEDÂNCIA: 32 OHMS ± 15% TIPO ELEMENTO:CONDENSADOR ELETRÔNICO DIRECIONAMENTO:OMNIDIRECIONAL MICROFONE DE SENSIBILIDADE: 5016000 HZ, 62+/- 3DB; IMPEDÂNCIA 2.2K OHMS ± 15% CONECTOR: 1 X 3,5 MM (COMBO); GARANTIA 12 MESES.	UN	100,000	R\$ 26,90	R\$ 2.690,00
15	ESTABILIZADOR DE 1000VA BIVOLT COM 8 TOMADAS. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA NOMINAL: 1000 WATTS; TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA: 115 / 127 / 220 V; FAIXA DE TENSÃO DE ENTRADA: 92 V - 150 V / 172 - 264 V; TENSÃO NOMINAL DE SAÍDA: 115 V; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; CORRENTE NOMINAL DE ENTRADA: 9,4 / 8,5 / 4,9 A; VARIAÇÃO ADMISSÍVEL NA SAÍDA: ± 6 %; PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO: VARISTOR; TEMPO DE RESPOSTA: ≤ 6 SEMICICLOS (50 MS); RENDIMENTO: > 92 %; NÃO INTRODUZ DISTORÇÃO HARMÔNICA; MÉTODO DE SELEÇÃO DA TENSÃO DE ENTRADA AUTOMÁTICA; TIPO DE ACIONAMENTO: RELÉ; COMPRIMENTO DO CABO DE FORÇA: 90 CM; DIMENSÕES: 19,5 / 17 / 14 CM (PROF / LARG / ALT);	UN	30,000	R\$ 404,00	R\$ 12.120,00

PRODUTO NA COR PRETA. PROTEÇÃO CONTRA SOBRECORRENTE NA ENTRADA (FUSÍVEL): FUSÍVEL DE 250 V, 12 A; TIPO: AÇÃO LENTA (5 X 20 MM). PAINEL TRASEIRO: 8 TOMADAS DE SAÍDA COM NOVO PADRÃO DE TOMADAS BRASILEIRO (NBR 14.373:2006); 1PORTA FUSÍVEIS; CABO DE FORÇA. PAINEL INFERIOR: VENTILAÇÃO; PROTEÇÃO FAX/MODEM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. MODELO DE REFERÊNCIA: APC SOL1000G4BIBR.				
<b>Total do Fornecedor</b>				<b>R\$ 14.810,00</b>

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

A presente licitação tem por objeto o registro de preços para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ENTRE OUTROS**, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do presente edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA**

O prazo de entrega é de máximo é 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da Autorização de fornecimento.

As autorizações de Fornecimento expedida(s) após a assinatura da Ata de Registro indicará(ão):

- o nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
- o e-mail e telefone (fax) do setor, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
- o item e a quantidade solicitada;
- a data da expedição da Autorização de fornecimento;
- o prazo de entrega (data e horário);
- o endereço do local onde o objeto solicitado deverá ser entregue.

A Contratante expedirá por meio de e-mail e/ou ofício e/ou fax à Contratada a Autorização de Fornecimento. A Contratada deverá confirmar por escrito, enviada por e-mail, o recebimento da Ordem no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 1 (um) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do empenho, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia. Após esse período, a contratada ficará sujeita à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O objeto deverá ser entregue em local designado na ordem de serviço ou no endereço Rua Estanislau Schumann, 839 – Centro – Município de Bela Vista do Toldo/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;



- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação e/ou incorreções, a Contratada deverá complementar e/ou corrigir em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de (02 dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma.

### **CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pela Diretoria de Compras de por meio de cheque nominal ou em conta corrente indicada pela empresa contratada.

Na Nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o número do contrato, a descrição dos produtos, quantidades, preços unitários e o valor total,

Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Caso o contratado não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

A despesa estimada onerará as dotações orçamentárias inerentes a compra.

### **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)**

Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. 007/2020 e nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.

Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e ainda estar de acordo com que determina a IN nº 20/2015 do TC/SC.

### **CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA**

Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para entrega.

Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES**

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não

mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência. E ainda será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 1 (um) dias útil antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 1 dia útil. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do (s) item (ns) solicitado (s), por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e multa prevista no Edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº. 007/2020 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S);

A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

#### **CLÁUSULA NONA – FORO**

O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Canoinhas/SC.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Bela Vista do Toldo, 03 de março de 2020.

---

#### **MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO**

CNPJ 01.612.888/0001-86

Adelmo Alberti

CPF 948.399.059-91

Prefeito Municipal

**CONTRATANTE**

---

**MICROCABLE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA**

CNPJ 17.101.531/0001-73

Claudia Cortina Domeneghini

CPF 049.259.469-43

Representante

**CONTRATADO**

---

**WILLIAN NACIMENTO**

Assessor Jurídico

OAB/SC 42069/SC

Matrícula nº 1968

Testemunhas:

---

Sorlene da Glória Vieira Schermack  
CPF: 034.723.649-98

---

Alfredo Cezar Dreher  
CPF: 653.002.469-72**ATA REGISTRO DE PREÇO 006/2020 - F**

Publicação Nº 2535756

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 - F  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2020

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia Ovídio Damaso da Silveira, s/n, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, e de outro lado a empresa:

RAFAEL RODRIGO LAMIN ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 25.027.024/0001-65, com sede sita a Rua Americana, 365, bairro passo Manso, no município de Blumenau - SC, neste ato representado pelo Sr. Rafael Rodrigo Lamin, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 049.576.149-46 e portador da cédula de identidade nº 4.880.313-8 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Frederico Korte, nº 278, Velha Central, Blumenau – SC, CEP 89.046-660;

Resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002, bem como do edital de pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

## DETENTORA DO ITEM

EMPRESA RAFAEL RODRIGO LAMIN ME, acima qualificada:

ITEM	PRODUTO	Un. Medida	Qtd	R\$/Unit.	R\$/Total
04	MONITOR TIPO 2 NO MÍNIMO 21 POLEGADAS; MONITOR DO TIPO LED; RESOLUÇÃO NATIVA DE PELO MENOS 1600 X 900 A 60HZ; ÂNGULO DE VISÃO DE PELO MENOS 170° HORIZONTAL E 160° VERTICAL; DEVERÁ TER AJUSTE DE INCLINAÇÃO; TEMPO DE RESPOSTA DE NO MÁXIMO 8 MS; RELAÇÃO DE CONTRASTE ESTÁTICO DE NO MÍNIMO 1000:1; ENTRADA DVI, HDMI OU DISPLAY PORT, CONFORME SAÍDA DIGITAL DE VÍDEO FORNECIDA, COM CABO E ADAPTADORES INCLUSOS; ENTRADA VGA, COM CABO INCLUSO; DEVERÁ POSSUIR GIRO DE 90°, PERMITINDO USO EM MODO PAISAGEM E RETRATO, SUPORTADO PELA PLACA DE VÍDEO; REGULAGEM DE ALTURA DE NO MÍNIMO 10.0 CM; SOLUÇÃO DE GIRO (PIVOT) E REGULAGEM DE ALTURA ACOPLADA NO MONITOR, NÃO SENDO ACEITO ADAPTADORES; INSTRUÇÕES EM TELA (OSD), COM INFORMAÇÕES DE NO MÍNIMO CONTRASTE, BRILHO, COR, POSIÇÃO, LINGUAGEM E RESET, TODAS EM PORTUGUÊS OU INGLÊS;	UN	24,000	R\$ 1.010,00	R\$ 24.240,00
12	TECLADO MICROCOMPUTADOR PADRÃO ABNT II, CONECTOR USB, 107 TECLAS, SEM AS TECLAS DE FUNÇÃO POWER, SLEEP E AWAKE; PLUGANDPLAY; COR PREDOMINANTE PRETO.	UN	200,000	R\$ 18,57	R\$ 3.714,00
Total do Fornecedor				R\$ 27.954,00	

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente licitação tem por objeto o registro de preços para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ENTRE OUTROS, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do presente edital.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA

O prazo de entrega é de máximo é 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da Autorização de fornecimento.

As autorizações de Fornecimento expedida(s) após a assinatura da Ata de Registro indicará(ão):

- a) o nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
- b) o e-mail e telefone (fax) do setor, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
- c) o item e a quantidade solicitada;
- d) a data da expedição da Autorização de fornecimento;
- e) o prazo de entrega (data e horário);
- f) o endereço do local onde o objeto solicitado deverá ser entregue.

A Contratante expedirá por meio de e-mail e/ou ofício e/ou fax à Contratada a Autorização de Fornecimento. A Contratada deverá confirmar por escrito, enviada por e-mail, o recebimento da Ordem no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 1 (um) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do empenho, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia. Após esse período, a contratada ficará sujeita à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O objeto deverá ser entregue em local designado na ordem de serviço ou no endereço Rua Estanislau Schumann, 839 – Centro – Município de Bela Vista do Toldo/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
  - b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
    - b.1) na hipótese de complementação e/ou incorreções, a Contratada deverá complementar e/ou corrigir em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de (02 dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

## CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pela Diretoria de Compras de por meio de cheque nominal ou em conta corrente indicada pela empresa contratada.

Na Nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o número do contrato, a descrição dos produtos, quantidades, preços unitários e o valor total,

Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; Caso o contratado não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

A despesa estimada onerará as dotações orçamentárias inerentes a compra.

#### CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)

Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. 007/2020 e nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.

Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e ainda estar de acordo com que determina a IN nº 20/2015 do TC/SC.

#### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para entrega.

Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência. E ainda será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 1 (um) dias útil antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 1 dia útil. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do (s) item (ns) solicitado (s), por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e multa prevista no Edital.

#### CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº. 007/2020 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S);

A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

#### CLÁUSULA NONA – FORO

O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Canoinhas/SC. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Bela Vista do Toldo, 03 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ 01.612.888/0001-86

Adelmo Alberti

CPF 948.399.059-91

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

RAFAEL RODRIGO LAMIN ME

CNPJ 25.027.024/0001-65

Rafael Rodrigo Lamin

CPF 049.576.149-46

Representante  
CONTRATADO

WILLIAN NACIMENTO  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 42069/SC  
Matrícula nº 1968

Testemunhas:

Sorlene da Glória Vieira Schermack  
CPF: 034.723.649-98

Alfredo Cezar Dreher  
CPF: 653.002.469-72

## AVISO DE LICITAÇÃO 022/2020

Publicação N° 2536480

Aviso de Licitações  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO 022/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº 006/2020

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preço do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global. O objeto é a SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA PINTURA INTERNA E EXTERNA DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL REFERENTE AO CONVENIO Nº 2020TR000076 – PROCESSO Nº SCC 4428/2019, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE OBRA EM ANEXO.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 10/07/2020.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 10/07/2020 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 24 de Junho de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

# Belmonte

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 61/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2537061

DECRETO Nº 61/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 7º DO DECRETO Nº 028/2020 PARA SUBSTITUIR MEMBRO DO COMITÊ DE CRISE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - O art. 7º do Decreto nº 028/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - Para fins de monitoramento da evolução da pandemia do COVID-19, fica criado, no âmbito do Município de Belmonte, o "Comitê de Crise", composto pelos seguintes membros:

- I – Inês Ana Rigon Sartori;
- II – Alessandro Tiesca Pereira;
- III – Dilvane Schirmann;
- IV – Cristina Balmer;
- V – Anderson Basso;
- VI- Cristiane Stolarski
- VII- Claudia K. Teixeira;
- VIII- Marcos Paulo Zambiasi;
- IX- Eliane Albarello;
- X- Fabrício Eduardo Tomazelli;
- XI- Cleomar Pisoni;
- XII- Diogo Luiz Bortoluzzi;
- XIII- Cleber Pisoni.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC

Em, 15 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### 2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2 A 5/2020

Publicação Nº 2536158

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2, 3, 4 e 5/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 177/2019

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, MONITORAMENTO, VIGILÂNCIA, GRAVAÇÃO DE IMAGEM E VÍDEO PARA UTILIZAÇÃO NAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

#### PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
14	HD SATA 1TB CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	WESTER DIGITAL	275,90
13	CABO COAXIAL FLEXÍVEL RF4MM+BIPOLAR 2X26 AWG CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	MEGATRON	719,90
11	CONECTOR P4 MACHO CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	XPTO	1,275
10	CONECTOR PLUG BNC MACHO COM MOLA DE PARAFUSO CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	XPTO	1,75
5	CÂMERA DE SEGURANÇA BULLET CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	INTELBRAS	138,20

#### BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
16	ESTABILIZADOR ELETRÔNICO PARA SMARTPHONE CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	ZHIYUN	889,33

#### OUTSOURCING CENTER COMERCIO DE COPIADORAS EIRELI ME

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
7	CÂMERA DE SEGURANÇA BULLET IP CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	INTELBRAS	276,00
6	CÂMERA DE SEGURANÇA BULLET K4 CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	INTELBRAS	820,00
4	CÂMERA DE SEGURANÇA DOME CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	INTELBRAS	138,70
3	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO 8 PORTAS CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	INTELBRAS	878,00
2	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO 16 PORTAS CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	INTELBRAS	1.478,00
1	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO 32 PORTAS CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	INTELBRAS	2.460,00

#### SMART DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
15	MICROFONE DE LAPELA CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	IMPORTADO	70,00
12	CONVERSOR BALUN PASSIVO COMPATÍVEL COM ANALÓGICO, HDCVI, HDTVI E AHD CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	TECVOZ	12,00
9	FONTE 15A 12V TIPO COLMEIA PARA CFTV CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	INTELBRAS	31,00
8	FONTE 30A 12V TIPO COLMEIA PARA CFTV CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO TERMO DE REFERENCIA	INTELBRAS	57,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 10 de março de 2020 a 10 de março de 2021.

Benedito Novo (SC), 10 de março de 2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal





**DECRETO Nº 077/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2535970



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**  
Rua Celso Ramos, 5070 – FONE/FAX (47) 3385-0487.  
89.124-000 – Benedito Novo – SC  
e-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br

**DECRETO Nº 077 de 23 de junho de 2020.****Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento Vigente.**

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.961, de 28 de novembro de 2019.

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, conforme dotação orçamentária abaixo:

<b>04.001.0010.0301.0400.2402</b>	<b>01380201</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Atividades da Saúde</b>		
<b>33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe</b>		

**Art. 2º** - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do excesso de arrecadação do exercício vigente:

<b>4171803110500000000</b>	<b>01380201</b>	<b>10.000,00</b>
----------------------------	-----------------	------------------

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 23 de junho de 2020.

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**  
Prefeita de Benedito Novo

O **Decreto nº 077/2020** foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 23 de junho de 2020.

**Joice Aparecida Costa**  
Chefe Divisão de Compras

**DECRETO Nº 078/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2535974



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**  
 CNPJ: 83.102.780/0001-08  
 Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - 89.124-000  
 Fone/Fax: (47) 3385-0487  
[www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 078 DE 23 de junho de 2020.**

**Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por  
 Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.**

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e Lei nº 1.982, de 27 de maio de 2020.

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade **Fundo Municipal de Saúde de Benedito Novo**, no valor de **R\$ 13.884,00** (treze mil e oitocentos e oitenta e quatro reais), conforme dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

<b>04.001.0010.0301.0400.2402</b>	<b>01020000</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Atividades da Saúde</b>		
<b>33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de</b>		
<b>operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com</b>		
<b>consórcio público do qual o ente participe</b>		
<b>04.001.0010.0301.0400.2402</b>	<b>03380101</b>	<b>884,00</b>
<b>Atividades da Saúde</b>		
<b>34490000000000000000 - Aplicações diretas</b>		
<b>04.001.0010.0305.0400.2408</b>	<b>01020000</b>	<b>3.000,00</b>
<b>Atividades da Vigilância Epidemiológica</b>		
<b>33390000000000000000 - Aplicações diretas</b>		

**Art. 2º** - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das dotações relacionadas na tabela abaixo:

<b>04.001.0010.0301.0400.2402</b>	<b>01020000</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Atividades da Saúde</b>		
<b>33190000000000000000 - Aplicações diretas</b>		
<b>04.001.0010.0301.0400.2402</b>	<b>03380101</b>	<b>884,00</b>
<b>Atividades da Saúde</b>		
<b>33390000000000000000 - Aplicações diretas</b>		
<b>04.001.0010.0305.0400.2408</b>	<b>01020000</b>	<b>3.000,00</b>
<b>Atividades da Vigilância Epidemiológica</b>		
<b>34490000000000000000 - Aplicações diretas</b>		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**  
 CNPJ: 83.102.780/0001-08  
 Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - 89.124-000  
 Fone/Fax: (47) 3385-0487  
[www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br)

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 23 de junho de 2020.

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**  
 Prefeito de Benedito Novo

O **Decreto nº 078/2020** foi publicado na forma da Lei.  
 Benedito Novo, aos 23 de junho de 2020.

**Joice Aparecida Costa**  
 Chefe da Divisão de Compras

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2020

Publicação Nº 2536215

### PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2020  
 ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	CAPACETE COM PROTETOR FACIAL TIPO PENEIRA ANTIIMPACTOS, JUGULAR E ABAFADOR DE OUVIDOS PARA SERVIÇOS EM ROÇADEIRA, CORTE E PODA DE ARVORE.	TECMETER CA 26430	83,00
3	CREME PROTETOR PARA PELE FPS60, RESISTENTE A AÇÃO DO SOL, PROTEÇÃO UVA, UVB. EMBALAGEM DEVE CONTER LACRE DE ALUMÍNIO OU OUTRO MATERIAL DO FABRICANTE, ENTRE A BISMAGA E A TAMPAS PARA EVITAR A CONTAMINAÇÃO DO PRODUTO. EMBALAGEM COM 120ML. APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DO CERTAME	MAVARO	23,00
4	JALECO DE BRIM LEVE SANTANENSE, COM 3 BOLSOS FRONTAIS E 4 BOTÕES MÉDIOS, MANGA CURTA (TAMANHOS: G E GG). NA COR CINZA	BOG JALECO	48,00
6	BOTINA DE SEGURANÇA, ATÉ O TORNOZELO, CABEDAL CONFECCIONADO EM COURO TIPO VAQUETA, HIDROFUGADO, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ELÁSTICO. PALMILHA DE MONTAGEM E FORRO FRONTAL INTERNO CONFECCIONADOS EM MATERIAL DE NÃO TECIDO. CONSTRUÇÃO NO SISTEMA STROBEL, COM SOLADO INJETADO DE PU BIDENTIDADE, COM RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE, COM ABSORÇÃO DE ENERGIA NA ÁREA DO SALTO (CALCANHAR), COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO DE CERÂMICA CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) E PISO DE AÇO CONTAMINADO COM GLICEROL (SRC). CABEDAL RESISTENTE À PENETRAÇÃO E À ABSORÇÃO DE ÁGUA (WRU). SOLADO RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). TAMANHOS 33 AO 47 APRESENTAR O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) IMPRESSO NA PROPOSTA.	CONFORTO	69,00

7	AVENTAL DE RASPA PARA SOLDADOR 1,20 X 0,60 SEM EMENDA	ZANEL	29,80
11	PROTETOR SOLAR COM REPELENTE DE INSETOS, FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMA FPS 60, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVE FORNECER PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES PROVENIENTES DOS RAIOS U.V.A. E U.V.B. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALÉRGICO, NÃO OLEOSO, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, REGISTRADO NA ANVISA E PARA USO PROFISSIONAL. PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS. FRASCO COM NO MÍNIMO DE 120ML. EMBALAGEM DEVE CONTER LACRE DE ALUMÍNIO OU OUTRO MATERIAL DO FABRICANTE, ENTRE A BISNAGA E A TAMPA PARA EVITAR A CONTAMINAÇÃO DO PRODUTO. APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DO CERTAME	MAVARO	26,80
12	PROTETOR SOLAR COM REPELENTE DE INSETOS, FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMA FPS 30, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVE FORNECER PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES PROVENIENTES DOS RAIOS U.V.A. E U.V.B. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALÉRGICO, NÃO OLEOSO, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, REGISTRADO NA ANVISA E PARA USO PROFISSIONAL. PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS. FRASCO COM NO MÍNIMO DE 120ML. EMBALAGEM DEVE CONTER LACRE DE ALUMÍNIO OU OUTRO MATERIAL DO FABRICANTE, ENTRE A BISNAGA E A TAMPA PARA EVITAR A CONTAMINAÇÃO DO PRODUTO. APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DO CERTAME	MAVARO	22,90
13	ÓCULOS DE SEGURANÇA ANTIEMBAÇANTE, COM ARMAÇÃO, VISOR, APOIO NASAL E HASTES DO TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO. LENTE CINZA.	DVT	6,50
16	PERNEIRA FORRADA P/ ROCADEIRA 3 TALAS PVC COM VELCRO	TECMATER	22,00
19	CONE DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA. DESCRIÇÃO: CONE FABRICADO EM POLIETILENO COM 50CM NA COR LARANJA, COM FAIXAS REFLETIVAS NA COR BRANCA. UTILIZADO PARA SINALIZAÇÃO EM GERAL.	KTELI	34,00
20	CONE DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA. DESCRIÇÃO: CONE FABRICADO EM POLIETILENO COM 75CM NA COR LARANJA, COM FAIXAS REFLETIVAS NA COR BRANCA. UTILIZADO PARA SINALIZAÇÃO EM GERAL.	KTELI	65,00
21	FITA ZEBRADA. FABRICADA EM MATERIAL COMPOSTO PLÁSTICO PARA ISOLAMENTO DE ÁREA. TAMANHO: METRAGEM M'DIA 200 METROS, LARGURA 7 CM, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.	KTELI	9,00

MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	LUVA QUÍMICA, BISNAGA DE NO MÍNIMO 200G, HIDROSSOLÚVEL, COM PROTEÇÃO CONTRA ATAQUE AGRESSIVO DE PRODUTOS QUÍMICOS E SUBSTÂNCIAS SIMILARES, ÓLEOS, GRAXAS, CIMENTOS, COLAS, PÓS, RESINAS E OUTROS NÃO SOLUBILIZADOS EM ÁGUA.	HENLAU	6,55
5	CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BRIM (100% ALGODÃO), ½ ELÁSTICO, DOIS BOLSOS DIANTEIROS E DOIS BOLSOS TRASEIROS. RESISTENTE A RASGOS E ABRASÕES EM GERAL). NA COR CINZA (TAMANHOS: G E GG)	PROTY	43,45
9	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA. CONSTITUÍDO POR DOIS ABAFADORES EM FORMA DE CONCHA. MONTADOS SIMETRICAMENTE EM HASTE-SUPORTE AJUSTÁVEL EM FORMA DE ARCO, PERMITINDO QUE CADA ABAFADOR SE APLIQUE SOB PRESSÃO AOS PAVILHÕES AURICULARES. ABAFADOR LEVE, TOTALMENTE EM PLÁSTICO - ATENUAÇÃO: NRRSF-14 DB	PROTECT	12,22
17	BOTA, CANO LONGO, COM POLAINA, NA COR PRETA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO. IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER.	INNPRO	39,95
18	LUVA EM VAQUETA SEM FORRO COM PUNHO EM RASPA 20CM	MARASCA	23,20
22	LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL, REVESTIDA NA PALMA, FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS OU PARCIAL DO DORSO OU BANHO PALMA E DORSO COM LÁTEX NITRÍLICO, PUNHO COM ELASTANO OU PUNHO DE SEGURANÇA, FORMATO ANATÔMICO.	SUPER SAFETY	5,96

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 19 de junho de 2020 a 19 de junho de 2021.

Benedito Novo (SC), 19 de junho de 2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.985/2020 - AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR MEIO DO PROGRAMA DE PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO/MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2536303

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Lei nº 1.985, de 16 de junho de 2020.

Autoriza firmar Termo de Convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, para atendimento do Ensino Fundamental, por meio do Programa de Parceria Educacional Estado/Município e dá outras providências.



JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, objetivando o atendimento do Ensino Fundamental, por meio do Programa de Parceria Educacional Estado/Município, mediante a assunção parcial dos alunos do Ensino Fundamental da rede estadual pelo Município.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 16 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.  
Benedito Novo, aos 16 de junho de 2020.

Joice Aparecida Costa  
Chefe da Divisão de Compras

## **NOTIFICAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - KARLA VAQUES LARANJO 12910380947**

Publicação Nº 2535958

### **TERMO DE NOTIFICAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020**

Processo: Nº 160/2019

Modalidade: Pregão Presencial Nº 160/2019

Notificante: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO, inscrita no CNPJ nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 5.070, Bairro Centro, Benedito Novo/SC.

Notificada: KARLA VAQUES LARANJO 12910380947, inscrita no CNPJ nº 34.342.001/0001-36, com sede na Avenida Falcão, nº 1.499, Bairro Bombas, Bombinhas/SC.

Comunicamos que a notificada terá um prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contatos a partir da publicação desta notificação, para assinar a Ata de Registro de Preços nº 17/2020, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital licitatório, especialmente as previstas no item 9.4 do edital supramencionado, que expõe o seguinte:

“9.4 - A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 15 deste Edital.”

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 24 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 142/2020 - DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E/OU INQUÉRITO ADMINISTRATIVO E REVOGA A PORTARIA 137/2020**

Publicação Nº 2536439

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 142/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E/OU INQUÉRITO ADMINISTRATIVO E REVOGA A PORTARIA 137/2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea “f”, da Lei Orgânica do Município, art. 165 e seguintes da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995, e art. 149 da Lei Federal nº 8.112/1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, nos termos do art. 172 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-1995, as servidoras: JOELMA CRISTA SANDRI BONETTI, ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA e MARLITA DAHLKE, respectivamente Assistente Social, Contadora Geral e Telefonista/Repcionista,

para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Sindicância e/ou Inquérito Administrativo, destinada a apurar os fatos sobre o Boletim de Ocorrência – Registro 0327847/2020-BO-00608.2020.0008188 de fraude bancária/estelionato, ao que estabelece o inciso VIII e IX, do Art. 140 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 c/c a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, devendo a Comissão concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Fica revogado os efeitos da Portaria nº 137/2020, de 10 de junho de 2020.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

#### CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaro que estou ciente da designação de membro da comissão de sindicância e/ou inquérito administrativo e das funções inerentes a Portaria nº 142/2020, de 23-06-2020, ora atribuídas.

JOELMA CRISTA SANDRI BONETTI

ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA

MARLITA DAHLKE

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 145/2020

Publicação Nº 2536657

DECRETO Nº 145/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA ARTIGOS DO DECRETO N. 143 DE 23 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º. Ficam alterados os incisos II e III do art. 3º do Decreto n. 143/2020, passando a vigorar com a seguinte redação.

Art. 3º. Ficam estabelecidas novas medidas a serem adotadas pelos estabelecimentos privados que possuem as seguintes atividades:

[...]

II - galerias e centros comerciais e comércio de ruas deverão funcionar com a capacidade de no máximo 50% (cinquenta por cento) da ocupação total, das 08h às 19h, observadas as regras de higiene e distanciamento, estabelecidas na Portaria SES nº 257, de 21 de abril de 2020;

III - supermercados deverão funcionar das 06h às 23h, observadas as regras de higiene e distanciamento social, estabelecidas nos regramentos estaduais, ficando vedada a atividade de degustação de produtos;

Art. 2º. Fica alterado o inciso I do art. 4º do Decreto n. 143/2020, passando a vigorar com seguinte redação.

Art. 4º. Ficam estabelecidas as seguintes proibições:

I - a permanência de pessoas nos parques, praças, áreas de lazer, quadras poliesportivas, playgrounds, academias ao ar livre em espaços comunitários, públicos e privados do Município de Biguaçu;

Art. 3º. Fica alterado o art. 5º do Decreto n. 143/2020, passando a vigorar com a seguinte redação.

Art. 5º. Permanece proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza, como shows, eventos, confraternizações, reuniões e festas em geral, salvo os casos autorizados por ato em vigor das autoridades sanitárias, estadual ou municipal.

Art. 4º. Ficam alterados os incisos I e II do art. 6º do Decreto n. 143/2020, passando a vigorar com a seguinte redação.

Art. 6º. Ficam mantidas as seguintes suspensões:

I - até o dia 02 de agosto de 2020, as aulas nas unidades escolares públicas e privadas, incluindo educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, ensino superior estão suspensas presencialmente. No entanto, devem seguir o parecer do Conselho Nacional de Educação no cumprimento das 800 horas, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo;

II - até o dia 05 de julho de 2020, os eventos esportivos e/ou culturais organizados pela Prefeitura de Biguaçu, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada;

Art. 5º. Fica alterado o art. 8º do Decreto n. 143/2020, passando a vigorar com a seguinte redação.

Art. 8º. Toda pessoa tem o dever de comunicar às autoridades de saúde sobre os eventuais descumprimentos das regras de distanciamento social previstas neste Decreto, através dos canais da Ouvidoria Municipal, de segunda a sexta-feira das 13h às 19h, através do telefone 08006012282 opção 2, para a Polícia Militar no telefone 190 ou Polícia Civil no telefone 181.

Art. 6º. Fica alterado o inciso II do art. 12 do Decreto n. 143/2020, passando a vigorar com a seguinte redação.

Art. 12. ...

[...]

II - de que os estabelecimentos, particulares ou públicos, com área igual ou superior a 800 m² providenciem a aferição de temperatura corporal dos clientes, usuários e funcionários, antes de adentrarem ao recinto, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente



**DECRETO Nº 146/2020**

Publicação Nº 2537007

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 146/2020

DE 24 DE JUNHO DE 2020.

**Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.**

**Ramon Wollinger**, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) nas dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2019, apurado em fontes de recursos:

**SUPLEMENTAÇÃO**

<b>Código</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA</b>	<b>VALOR</b>
25	Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano	300.000,00
01	Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano	300.000,00
26	Transporte	300.000,00
782	Transporte Rodoviário	300.000,00
0007	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	300.000,00
2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO	300.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicações Diretas	300.000,00
0.3.00.000000	Superávit - Recursos Ordinários	300.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de junho de 2020.

**RAMON WOLLINGER**  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro - Biguaçu – CEP 88.160-116  
Telefone (48) 32798008



**DECRETO Nº 147/2020**

Publicação Nº 2537008

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 147/2020

DE 24 DE JUNHO DE 2020.

**Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.**

**Ramon Wollinger**, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3960/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3968/2019 - Lei Orçamentária para 2020.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2020, Lei Municipal nº 3968/2019:

**06 – Procuradoria Geral do Município**

0601.02.062.0001.2005	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	50.000,00
	<b>ANULA:</b>	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e encargos Sociais/Aplicação Direta	50.000,00
	<b>SUPLEMENTA:</b>	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de junho de 2020.

**RAMON WOLLINGER**  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro - Biguaçu – CEP 88.160-116  
Telefone (48) 32798008



**DECRETO Nº 148/2020**

Publicação Nº 2537009



GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 148/2020

DE 24 DE JUNHO DE 2020.

**Retifica o valor dos proventos de aposentadoria registrados no Decreto nº 127/2020, constante em seu art. 2º, que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, à servidora ZENILDE MARIA FERREIRA, a partir de 01/06/2020, e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, retifica proventos de aposentadoria, em cumprimento a decisão liminar proferida nos Autos nº 5003283.81.2020.8.24.0007, que tramitam perante a 2ª Vara da Comarca de Biguaçu, que determinou a incorporação da GAFI, observada a metodologia de cálculo disposta no art. 55 da Lei Complementar nº 033/2010, à remuneração,

**DECRETA:**

**Art.1º** A composição dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição da servidora **ZENILDE MARIA FERREIRA**, detentora da matrícula funcional nº 303-01, portadora do CPF nº 469.845.509-04, inscrita no PASEP nº 1701839050-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturária – 30 hs, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Receita, é integrada pelas seguintes parcelas:

Parcela	Fundamento Legal	Valor
Horas Normais	LC nº 47/2011	R\$ 3.115,34
Gratificação de Apoio Fiscal – GAFI (liminar judicial)	LC nº 33/2010	R\$ 541,50
Vantagem Nominalmente Identificável	Processo Administrativo 14.463/2019	R\$ 1.901,25
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 5.558,09</b>

**Art. 2º** O art. 2º do Decreto nº 127/2020 fica retificado nos seguintes termos:

*“Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, perfazendo a importância de R\$ 5.558,09 (cinco mil quinhentos e cinquenta e oito reais e nove centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.”*

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/06/2020, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de junho de 2020.

**RAMON WOLLINGER**

Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro - Biguaçu – CEP 88.160-116  
Telefone (48) 32798008



**EXTRATO DA ATA 128/2020 DO RP 75/2020**

Publicação Nº 2536654

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2020 DO RP 75/2020 PMB  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AOS MUNICÍPIOS CARENTES CADASTRADOS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
VENCEDOR: IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 230.160,00  
VIGÊNCIA: 24/06/2020 A 24/06/2021

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 25 de junho de 2020

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 127 DO RP 160/2019 PMB**

Publicação Nº 2536998

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2020 DO RP 160/2019 PMB  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2020. A presente aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros para a Alimentação Escolar, contemplando o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo a segurança alimentar e nutricional e melhoria do rendimento escolar e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento saudável dos educandos matriculados nas unidades de ensino do Município de Biguaçu.  
VENCEDOR: COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE - COOPEROESTE  
VALOR TOTAL: R\$ R\$181.838,25  
VIGÊNCIA: 24/06/2020 À 24/06/2021

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 24 de junho de 2020

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PE 81/2020-PMB**

Publicação Nº 2537014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 81/2020 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE PARA USO EM PLATAFORMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ACESSO WEB (CLOUD COMPUTING), QUE SUPRA TODAS AS NECESSIDADES DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM SISTEMA ERP, PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU, FUNDOS MUNICIPAIS, AUTARQUIAS, PREVBIGUAÇU E CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 26/06/2020, às 14:00h do dia 08/07/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 08/07/2020, no endereço eletrônico [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), horário de Brasília - DF.  
Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura [bigua.atende.net](http://bigua.atende.net) e site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br)  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 24 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 1500/2020**

Publicação Nº 2536442

PORTARIA nº 1500 de 22 de junho de 2020

Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE I, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Processo n.º 14413/2019, nos termos do art. 176, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, e Giovani Rafael Gasparetto, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 3369/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 23/06/2020 a 22/08/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 122/2020 - ESTABELECE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO CONTRA O CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS, DIANTE DO PLANO ESTRATÉGICO DO GOVERNO DE SC, A SEREM ADOTADAS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU/SC**

Publicação Nº 2536207

**PORTARIA Nº 122/2020**

**Estabelece medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo Novo Coronavírus, diante do Plano estratégico do Governo de SC, a serem adotadas no âmbito da Câmara Municipal de Biguaçu/SC**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu a adotar medidas administrativas, de caráter temporário, para a regulação de pessoal com vista ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

**Art. 2º** - As unidades desta Câmara, sempre que possível, deverão priorizar o trabalho à distância (*home office*), com a utilização das ferramentas de tecnologia da informação para o andamento dos trabalhos, desde que não haja comprometimento da efetividade de sua atuação.

**Art. 3º** – Fica autorizado o retorno parcial das atividades presenciais dos servidores a partir do dia 13 de maio de 2020, obedecidas às normas descritas nesta Portaria e na Resolução que será editada pelo Presidente da Mesa Diretora.

**Art. 4º** - Informar à Diretoria de Pagamento de Pessoal a relação dos servidores abaixo que estarão desenvolvendo suas atividades em regime *Home Office* a partir do dia 24 de junho de 2020:

<b>Nome do (a) servidor(a)</b>	<b>Cargo</b>
Rita de Cássia da Silva Ávila	Recepcionista (membro Comissão Licitação)
Fernanda Coelho Nunes	Copeira (membro de Licitação)
Leticia Reginaldo Corrêa da Silva	Jornalista
Cintya Itamaro Pereira	Contadora (Readaptada)
Marcia Regina Pfleger da Silveira	Servidora à Disposição

Luiz Eduardo Boegort Coelho	Assistente Administrativo
Louise Brown	Procurador Legislativo
João Eduardo da Silveira Schmitt	Procurador Legislativo
Roicenir Girardi Rostirolla	Técnico em Informática (Pregoeiro)
Cilene Lopes Rodrigues	Assistente Administrativo (Coordenador Setor de Compras)
Gustavo Felipe Borba de Amorim	Técnico Áudio Visual
Rafael da Silva Silvello	Técnico Áudio Visual
Assessoria Parlamentar I	Gabinete de Vereadores
Assessoria Parlamentar II	Gabinetes de Vereadores

§1º Os servidores em regime de trabalho remoto ficam ainda à disposição da Câmara Municipal para comparecer a mesma, quando solicitado.

§2º Os servidores submetidos ao regime de trabalho remoto deverão apresentar ao setor de recursos humanos, semanalmente, por e-mail, relatório das atividades realizadas, sob pena de desconto em folha de pagamento, sendo que para os assessores de gabinete, o relatório deverá conter assinatura do Vereador.

§3º Os servidores que exercerem seus trabalhos à distância não farão jus ao banco de horas pelo período que permanecerem em teletrabalho.

§4º É dever do servidor que estiver trabalhando no regime de *home office* estar acessível durante o horário de expediente administrativo, manter e-mail e telefones de contato atualizados e ativos, a fim de garantir a comunicação eficiente e imediata, devendo comparecer ao local de trabalho quando solicitado.

§5º. Para fins de controle, o setor de recursos humanos deverá manter atualizada listagem dos servidores em trabalho remoto, bem como, esta deverá ser publicada no site oficial da Câmara e no mural nas dependências da Casa.

§6º Os servidores que comprovadamente utilizem de transporte público para comparecer ao trabalho poderão permanecer em regime de *home Office*, e caso não seja possível, devido às funções do cargo, será autorizada a compensação dos dias não trabalhados até dezembro de 2020, sendo que as horas não compensadas serão descontadas a partir de janeiro de 2021 ou no momento da rescisão contratual.

**Art. 5º** - Informar à Diretoria de Pagamento de Pessoal a relação de servidores abaixo que estarão desenvolvendo suas atividades presenciais em regime de revezamento, a partir do dia 24 de junho de 2020:

Nome do (a) servidor(a)	Cargo	Setor
Andreia de Oliveira	Diretora Pgt de Pessoal	Recursos Humanos
Carlos Eduardo Airoso	Secretário de Finanças	Contabilidade
Adriani Barbosa	Contadora (à Disposição)	Contabilidade
Adriano Medeiros Ferreira	Controle Interno (à Disposição)	Contabilidade
Cilene Maria Nau	Secretária de Administração	Administração
Marcos Aurélio Ferreira	Assessor de Comunicação	Imprensa
Marcos Pereira Minsky	Auxiliar de Conservação e Manutenção	Almoxarifado
Leandra Bernadete Guessier Roz	Secretaria de Atendimento ao Cidadão	Câmara Mirim e Parlamento Jovem
Eraldo Alcides Duarte	Diretor da Câmara Mirim e Parlamento Jovem	Câmara Mirim e Parlamento Jovem
Marília de Azevedo da Silva	Ass. Executivo da Câmara Mirim e Parlamento Jovem	Câmara Mirim e Parlamento Jovem
Claudia Regina Campos Mendes	Assessor Executivo da Escola do Legislativo	Câmara Mirim e Parlamento Jovem

§1º As escalas de trabalho deverão ser encaminhadas pela chefia imediata ao Setor de Recursos Humanos para controle e organização do setor nos lançamentos no sistema.

§2º Nos dias em que os servidores não estiverem trabalhando presencialmente, conforme prevê o *caput*, deverão permanecer de sobreaviso, podendo ser convocados a qualquer momento.

**Art. 6º** - Os servidores não elencados nas planilhas acima deverão retornar ao trabalho presencial a partir do dia 25 de junho de 2020, no seu horário normal de trabalho.



**Art. 7º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria N° 109/2020. A critério e destina-se a regular os atos administrativos praticados na vigência da situação emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), podendo ser alterada ou suspensa, a qualquer momento, a critério da Presidência.

Biguaçu, 24 de junho de 2020.

**Vereador Nei Cláudio da Cunha**  
**Presidente**

**Blumenau****PREFEITURA**

**PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-104/20; 08-88/20; 08-89/20; 08-84/20; 08-56/20; 08-108/20; 08-65/20; 08-69/20; 08-48/20; 08-67/20; 08-70/20; 08-90/20; 08-66/20 E 08-24/20 E 08-32/19**

Publicação Nº 2536498

PROCESSO DE DISPENSA- 08-104/20

ARTIGO: 24; IV DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTE RT - DETECÇÃO DO COVID19 - SEMUS

CONTRATADA: DNALYS INOVAÇÃO ANALISES E GESTÃO EIRELI.

VALOR: R\$ 195.000,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08 -88/20

ARTIGO: 24;XXVI DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS P/ FARMACIA BASICA - SEMUS

CONTRATADA (O): CISAMVI

VALOR: R\$ 78.326,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-89/20

ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

CONTRATADA (O): GENÉSIO A. MENDES &amp; CIA LTDA.

VALOR: R\$ 37.845,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-84/20

ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - SEMUS

CONTRATADA (O): MULTILASER IND. S.A.

VALOR: R\$ 155.000,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-56/20

ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS PUBLICAS - SESUR

CONTRATADA (O): RACLI LIMPEZA URBANA LTDA.

VALOR: R\$ 4.868.425,98

PROCESSO DE DISPENSA- 08-108/20

ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 699 DOSES DE VACINA CONTRA GRIPE - SEMUS

CONTRATADA (O): COMP. DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO , TERAPIA E REABILITAÇÃO R. LTDA.

VALOR: R\$ 68.130,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-65/20

ARTIGO: 24; inciso XXVI DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS - SEMUS

CONTRATADA (O): CISAMVI

VALOR: R\$ 18.455,52

PROCESSO DE DISPENSA- 08-69/20

ARTIGO: 24; inciso XXVI DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COMBATE AO CONVID19- SEMUS

CONTRATADA (O): CISAMVI

VALOR: R\$ 192.808,46

PROCESSO DE DISPENSA- 08-48/20

ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENIZAÇÃO COMBATE AO COVID19 - SEMUS

CONTRATADA (O): CISAMVI

VALOR: R\$ 69.165,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-67/20

ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES - SEMUS

CONTRATADA (O): SEMINA IND. E COM. LTDA.  
VALOR: R\$ 23.362,56

PROCESSO DE DISPENSA- 08-70/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS  
CONTRATADA (O): ALTERMED MATERIAL MED. HOS. LTDA.  
VALOR: R\$ 33.570,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-90/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMACIA BÁSICA - SEMUS  
CONTRATADA (O): PONTAMED FAR. LTDA - ALTERMED M. M. HOSP. LTDA.  
VALOR: R\$ 52.855,80

PROCESSO DE DISPENSA- 08-66/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO SICIOTERAPEUTICA - SEMUS  
CONTRATADA (O): APRAT ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ALCOO. E TOXICOMONOS.  
VALOR: R\$ 34.200,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-24/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALCOOL EM GEL PARA USO AO COMBATE AO COVID19 - SEMUS  
CONTRATADA (O): JONAS SCHULTZ ME .  
VALOR: R\$ 52.000,00

**PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-39/20; 08-53/20; 08-62/20; 08-100/20; 08-82/20; 08-18/20; 08-92/20; 08-37/20; 08-85/20; 0812/20; 08-87/20; 08-14/20; 08-01/20 E 08-11/20**

Publicação Nº 2536519

PROCESSO DE DISPENSA- 08-39/20  
ARTIGO: 24; IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE OCULOS PARA REDE3 MUNICIPAL AO COMBATE AO COVID19 - SEMUS  
CONTRATADA: SERMEDICAL ARP. EQUIP. HOSP. LTDA EPP.  
VALOR: R\$ 1.300,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08 -53/20  
ARTIGO: 24, IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA AS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO - SEMUS  
CONTRATADA (O): CASAHOME COM. EIRELLI.  
VALOR: R\$ 18.240,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-62/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MACACÃO TIPO CIRURGICO - SEMUS  
CONTRATADA (O): COOP. DE GRUPOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA.  
VALOR: R\$ 24.200,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-100/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: SERVIÇOS DE SICIOTERAPEUTICA - SEMUS  
CONTRATADA (O): APRAT ASSOC. P/ RECUPERAÇÃO DE ALCOOL. E TOXICOMANOS.  
VALOR: R\$ 34.200,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-82/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VESTUÁRIO DE SEGURANÇA NO COMBATE AO COVID19 - SEMUS  
CONTRATADA (O): DENTAL PROD. ODONT. MED. HOSP. EIRELLI ME, MULTILASER IND. S.A  
VALOR: R\$ 47.045,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-18/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS  
CONTRATADA (O): CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSP. LTDA.  
VALOR: R\$ 106.500,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-92/20  
ARTIGO: 24; inciso iv DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS EXTENSORES P/ USO EM CONEXÃO DE MÁSCARA DE VENTILAÇÃO - SEMUS  
CONTRATADA(O): DELF. DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.  
VALOR: R\$ 866,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-37/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS - SEMUS  
CONTRATADA (O): ZEUS DO BRASIL LTDA.  
VALOR: R\$ 7.500,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-85/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES PARA DETECÇÃO COVID19 - SEMUS  
CONTRATADA (O): DNALYS INOV. ANALISES E GESTÃO EIRELI.  
VALOR: R\$ 180.000,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-12/20  
ARTIGO: 24; inciso X DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMOVEIS - SEMUDES  
CONTRATADA (O): RT IMOBILIARIA LTDA ME.  
VALOR: R\$ 27.600,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-87/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIA ESTACIONARIA PARA USO DO SEDECI.  
CONTRATADA (O): GO BATERIAS E ACESSÓRIOS LTDA.  
VALOR: R\$ 1.175,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-14/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O SAMU - SEMUS  
CONTRATADA (O): PONTAMED FAR. LTDA .  
VALOR: R\$ 1.587,60

PROCESSO DE DISPENSA- 08-01/20  
ARTIGO: 24; inciso X DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEMUDES  
CONTRATADA (O): HMEW2 PARTICIPAÇÕES LTDA.  
VALOR: R\$ 66.000,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-11/20  
ARTIGO: 24; inciso XVII DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO EM VEÍCULO EM GARANTIA - SEDECI  
CONTRATADA (O): BLU STAR COM. DE VEÍCULOS LTDA.  
VALOR: R\$ 1.261,65

**PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-17/20; 08-10/20; 08-21/20; 08-15/20; 08-13/20; 08-60/20 E PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE NºS 09-30/20; 09-23/20 E 09-26/20**

Publicação Nº 2536525

PROCESSO DE DISPENSA- 08-17/20  
ARTIGO: 24; IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS - SEDIVI  
CONTRATADA: AUTENTIKA TERRAP. LTDA, COOPERT. DE TERRAP. E TRANSP.  
VALOR: R\$ 257.721,60

PROCESSO DE DISPENSA- 08 -10/20  
ARTIGO: 24, XVII DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DE VEICULOS EM GARANTIA - SEMMAS  
CONTRATADA (O): BREITKOPF VEICULOS LTDA.  
VALOR: R\$ 886,59

PROCESSO DE DISPENSA- 08-21/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

CONTRATADA (O): INFINYTY MED. EIRELLI EPP - OLIMED MATERIAL HOSP. LTDA.  
VALOR: R\$ 20.648,50

PROCESSO DE DISPENSA- 08-15/20  
ARTIGO: 24; inciso X DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEI - IDIVI  
CONTRATADA (O): ANDRÉ LUIS STRAUSBERG.  
VALOR: R\$ 24.000,00

PROCESSO DE DISPENSA- 08-13/20  
ARTIGO: 24; inciso X DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEMUS  
CONTRATADA (O): DARCI SCHNEIDER.  
VALOR: R\$ 10.263,96

PROCESSO DE DISPENSA- 08-60/20  
ARTIGO: 24; inciso IV DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MASCARAS AO COMBATE AO COVID19 - SEMUS  
CONTRATADA (O): CREMER S.A  
VALOR: R\$ 330.000,00

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE -09-30/20  
ARTIGO: 25; CAPUT DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE SOFTWARE - SEDEAD  
CONTRATADA(O): SÊNIOR SISTEMAS S.A  
VALOR: R\$ 9.766,80

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE -09-23/20  
ARTIGO: 25; CAPUT DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS ESTUDANTIS - SEMED  
CONTRATADA(O): BLUMOB CONCES. DE TRANSP. URBANO DE BLUMENAU SPE LTDA.  
VALOR: R\$ 1.592.558,14

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE -09-26/20  
ARTIGO: 25; CAPUT DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VAGAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - SEMED  
CONTRATADA(O): ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO MÁGICO LTDA.  
VALOR: R\$ 874.800,00

## REPUBLICAÇÃO DE CONVITE Nº 5/2020

Publicação Nº 2536529

MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
REPUBLICAÇÃO DO CONVITE Nº 5/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de comunicação visual, para confecção e implantação do material de indicativo do terminal da Itoupava, conforme especificações constantes neste edital – SMTT. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 02 de julho de 2020 às 09:00. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: [licitacoes@blumenau.sc.gov.br](mailto:licitacoes@blumenau.sc.gov.br) e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 23/06/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

## LEI Nº 8.876/2020

Publicação Nº 2536535

LEI Nº 8.876, DE 24 DE JUNHO DE 2020.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 563.000,00 (quinhentos e sessenta e três mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0802 – Diretoria de Jornalismo  
Atividade 08.02.04.131.0023.2270 – Man. Ativ. Jornalismo  
Modalidade 3.3.90 (138) Aplicações Diretas R\$ 48.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

35 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
3502 – Diretoria Histórico Museológica  
Atividade 35.02.13.392.0084.2495 – Man. Ativ. Dir. de Hist. Museológica  
Modalidade 3.3.90 (782) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Atividade 35.02.13.392.0084.2496 – Pres. e Dif. de Acervo e Pat. Cultural  
Modalidade 3.3.90 (785) Aplicações Diretas R\$ 14.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

36 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE  
3602 – Diretoria de Esporte de Alto Rendimento  
Atividade 36.02.27.811.0058.2505 – Apoio Fin. a Atletas/Bolsa Desportiva  
Modalidade 3.3.90 (844) Aplicações Diretas R\$ 401.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correram por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
0802 – Diretoria de Jornalismo  
Atividade 08.02.04.131.0023.2031 – Man. Ativ. Div. das Ações do Governo  
Modalidade 3.3.90 (136) Aplicações Diretas R\$ 48.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

35 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
3502 – Diretoria Histórico Museológica  
Atividade 35.02.13.392.0084.2497 – Centro Braille  
Modalidade 3.3.90 (792) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Atividade 35.02.13.392.0084.2498 – Prom. e Dif. da Literatura e do Acervo  
Modalidade 3.3.90 (793) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Modalidade 4.4.90 (797) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

3503 – Diretoria Administrativo Financeira  
Projeto 35.03.13.392.0084.1200 – Const/Ref/Rest. Espaços Culturais  
Modalidade 4.4.90 (819) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

36 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE  
3601 – Diretoria de Esporte de Base  
Atividade 36.01.27.812.0058.2501 – Man. Ativ. Dir. Esporte de Base  
Modalidade 4.4.90 (831) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Atividade 36.01.27.813.0057.2502 – Real. Ações Eventos de Qual. de Vida  
Modalidade 3.3.90 (832) Aplicações Diretas R\$ 149.000,00  
Modalidade 4.4.90 (833) Aplicações Diretas R\$ 49.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

3602 – Diretoria de Esporte de Alto Rendimento  
Atividade 36.02.27.811.0058.2503 – Man. Ativ. Dir. Esp. de Alto Rend.  
Modalidade 4.4.90 (837) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

3603 – Diretoria Administrativo Financeira  
Atividade 36.03.27.122.0038.2506 – Man. Ativ. Dir. Adm. Fin. do Esporte  
Modalidade 4.4.90 (849) Aplicações Diretas R\$ 39.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Atividade 36.03.27.813.0057.2507 – Man. Esp. Esp. e Parques de Lazer  
Modalidade 3.3.90 (854) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00  
Modalidade 3.3.91 (855) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Modalidade 4.4.90 (856) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 36.03.28.846.0000.2508 – Exec. Sent. Judiciais e Precatórios  
Modalidade 3.3.90 (858) Aplicações Diretas R\$ 99.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 8.879/2020**

Publicação Nº 2536541

LEI 8.879, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 782.000,00 (setecentos e oitenta e dois mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
0903 – Diretoria de Educação Básica  
Projeto 09.03.12.361.0047.1003 – Const/Amp/Reforma UEs  
Modalidade 4.4.90 (1083) Aplicações Diretas R\$ 782.000,00  
Fonte de Recursos 0181.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
1102 – Diretoria de Projetos de Infraestrutura Urbana  
Projeto 11.02.15.451.0052.1157 – Lig. Viária Ponte R. Alwin Schrader/Itajaí/ com Paraguay/Port.  
Modalidade 4.4.90 (425) Aplicações diretas R\$ 782.000,00  
Fonte de Recursos 0183.00000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **RESOLUÇÃO CMAS Nº 20/2020**

Publicação Nº 2536544

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 20/2020

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BLUMENAU SC, REFERENTE AO EXERCÍCIO 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõem sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, em Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 19 de junho de 2020.

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- sobre a Portaria TC 121/2020 do TCE (art. 2º) estabelece novo prazo para o envio dos pareceres referente a aprovação das contas 2019 ao Tribunal de Contas, conforme estabelecido na IN 20/2015.
- a Instrução Normativa nº. TC-020/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico da UG



da Administração do Estado e dos Municípios de SC, pertinentes ao controle externo exercido pelo TC, e dá outras providências.

- a análise e aprovação bimestral das movimentações financeiras relativas ao FMAS pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social – CPFAS em reunião extraordinária realizada em 17 de junho de 2020, referente a prestação de contas consolidada do ano de 2019,
- Aprovação em Plenária Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2020 a qual consta na ATA nº 07/2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos consolidados do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Blumenau SC, referente ao exercício 2019, sendo:

I – Receita: R\$ 8.747.712,76 (oito milhões setecentos e quarenta e sete mil setecentos e doze reais e setenta e seis centavos);

II - Despesa: R\$ 9.055.722,59 (nove milhões cinqüenta e cinco mil setecentos e vinte e dois reais e cinqüenta e nove centavos).

Parágrafo único: a apuração do saldo financeiro do FMAS, apurado no exercício de 2018, restou superavitário compensando o resultado negativo ocorrido entre a receita e a despesa mencionados nos itens I e II do Caput.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de junho de 2020.

PATRICIA MORASTONI SASSE

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## **RESOLUÇÃO CMAS Nº 21/2020**

Publicação Nº 2536546

RESOLUÇÃO CMAS Nº 21/2020.

APROVA A NOTA TÉCNICA Nº 01/2020/GGS/SEMUDES QUE DISPÕE DE ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS EXECUTADOS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC's, INSCRITAS NO CMAS, BEM COMO CONVENIADAS COM RECURSOS DO FMAS. CONFORME SEGUE ANEXO DESTA RESOLUÇÃO.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Extraordinária realizada em 19 de junho de 2020.

**CONSIDERANDO:**

- a Portaria STN nº. 448/2010, que dispõe sobre as despesas de custeio;
- Instrução Normativa NTC-14/2012 que estabelece critérios para organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;
- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- a Resolução CMAS nº. 033/2014, de 12 de novembro de 2014, que dispõe sobre a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social, bem como dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do município de Blumenau, e demais Resoluções pertinentes ao referido Conselho, que tratam do financiamento, aceite e expansão de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais;
- os aceites do município de Blumenau ao cofinanciamento Federal para Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- conforme resolução 01/2020 que aprova alteração da fonte de recursos da resolução 049/2019, referente a aplicação de recursos, oriundos de cofinanciamento federal e municipal, para execução da política de assistência social, por meio do fundo municipal de assistência social, para o exercício 2020 e retifica seu art. 6º, inciso III da Resolução nº 49/2019 do Conselho Municipal de Assistência Social;
- a Portaria do Ministério da Cidadania nº 337 de 24 de março de 2020, que dispõe cerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, COVID-19, no âmbito do SUAS;
- o Decreto Municipal nº 12.598, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) e dá providências;



- a aprovação em Plenária Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2020 a qual consta na Ata nº008/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Nota Técnica nº 01/2020/GGS/SEMUDES, anexo a esta resolução que dispõe de orientações para o desenvolvimento dos programas executados pelas Organizações da Sociedade Civil – OSC's inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, bem como conveniadas com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social. Conforme segue anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de junho de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 22/2020

Publicação Nº 2536548

RESOLUÇÃO CMAS Nº 22/2020

APROVA O PLANO DE AÇÃO CORRESPONDENTE AO ACEITE DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA REFERENTE PORTARIA Nº 369/2020, CONFORME SEGUE ANEXO DESTA RESOLUÇÃO.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Extraordinária CMAS, realizada em 19 de junho de 2020,

CONSIDERANDO:

- a Portaria do Ministério da Cidadania nº 337, de 24 de março de 2020 que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;

- o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que entre outras disposições aponta no Art. 9º a Assistência Social entre os serviços públicos e atividades essenciais no Estado de Santa Catarina;

- o Decreto Municipal nº 12.598, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo COVID-19 e dá providências;

- a Portaria nº 369, de 29 abril de 2020, que dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação de rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em decorrência de infecção humana pelo COVID-19;

- a Resolução CMAS nº 15/2020 que dispõe sobre o repasse financeiro de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos da Portaria nº 369/2020, devido à situação de emergência em saúde pública de importância nacional – ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, COVID-19;

- As competências do CMAS no artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014;

- a aprovação em Plenária Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2020 a qual consta na Ata nº 08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação correspondente ao Aceite de Ministério da Cidadania referente à Portaria nº 369/2020, conforme segue anexo desta resolução

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de junho de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 23/2020**

Publicação Nº 2536549

**RESOLUÇÃO CMAS Nº. 23 /2020**

**APROVA A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, DE BLUMENAU/SC - GESTÃO 2019/2021.**

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014, pela Lei Complementar Municipal nº. 1165, de 19 de dezembro de 2017 e pelo e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 19 de junho de 2020.

**CONSIDERANDO:**

- a Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Lei Complementar Municipal nº. 1165, de 19 de dezembro de 2017;
- Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações;
- a Portaria nº 22.978, de 03 de junho de 2019, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Blumenau - CMAS, para o Biênio 2019/2021;
- a escolha dos membros da mesa realizada no dia 17 de junho de 2020 e a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em Plenária realizada em 19 de Junho de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Conselheiros para compor a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, Gestão 2019/2021, por um período de um ano a contar de 19 de junho de 2020.

I – PRESIDENTE: Deise Janaina Borba, representante da Categoria dos Trabalhadores do SUAS;

II - VICE-PRESIDENTE: Patrícia Morastoni Sasse representante da Política de Assistência Social;

III – SECRETÁRIA: Marlise dos Santos, representante da Categoria dos Usuários do SUAS;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de junho de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 24/2020**

Publicação Nº 2536551

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 24/2020**

**DISPÕE SOBRE O REPASSE FINANCEIRO EMERGENCIAL DE RECURSOS FEDERAIS PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E ESTRUTURAÇÃO DA REDE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 369/2020, DEVIDO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL – ESPIN, EM DECORRÊNCIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVIRUS, COVID-19.**

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Extraordinária CMAS, realizada em 19 de junho de 2020,

**CONSIDERANDO:**

- a Portaria do Ministério da Cidadania nº 337, de 24 de março de 2020 que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;

- a Medida Provisória nº 956, de 24 de abril de 2020, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 25.720.000.000,00 para auxílio emergencial de proteção social a pessoas em situação de vulnerabilidade, devido à pandemia da COVID-19;
- a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do COVID-19;
- a Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação de rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em decorrência de infecção humana pelo COVID-19.
- o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que entre outras disposições aponta no Art. 9º a Assistência Social entre os serviços públicos e atividades essenciais no Estado de Santa Catarina;
- o Decreto Municipal nº 12.598, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo COVID-19 e dá providências;
- As competências do CMAS no artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014;
- a deliberação do CMAS, em Plenária realizada no dia 26 de maio de 2020, conforme Ata CMAS nº 06/2020;
- a observância de divergência do quantitativo de metas apuradas para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, conforme discussão realizada em Plenária do CMAS realizada no dia 19 de junho de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a destinação do repasse emergencial de recursos federais, no valor de R\$ 1.182.510,00 (um milhão cento e oitenta e dois mil quinhentos e dez reais), destinados a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do sistema Único de Assistência Social – SUAS, em decorrência da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, causada pelo COVID-19.

Art. 2º O recurso emergencial de que trata esta Resolução tem como finalidade aumentar a capacidade de resposta ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19, promovendo:

- I – aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS;
- II – aquisição de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e com deficiências acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- III – cofinanciamento de ações socioassistenciais (acolhimento) visando o enfrentamento da situação de emergência em decorrência do COVID-19.

Art. 3º Para calcular as metas físicas do município, nos termos do inciso I do artigo anterior, “aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI”, foi computado pelo Ministério, o quantitativo de trabalhadores registrados no Cadastro do Sistema Único de Assistência Social – CadSUAS, totalizando 267 metas, vinculados às unidades relacionadas abaixo, no mês de abril de 2020, assim distribuídas:

**I – Governamentais: 229 metas**

- a) CRAS
- b) CREAS
- c) Centro POP
- d) ANC I, II e III
- e) Casa Elisa
- f) Amblu

**II – Organizações da Sociedade Civil: 38 metas**

- a) Centro Dia (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE) – 13 metas
- b) Acolhimento Institucional para Idosos (Associação Casa São Simeão) – 25 metas

§ 1º O repasse de recursos referentes à aquisição do EPI dar-se-á em duas parcelas, cada uma referente à 3 (três) meses, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º A segunda parcela mencionada no parágrafo anterior estará condicionada à real necessidade de uso de EPI, de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde – MS, conforme ato complementar da SNAS e aprovação do CMAS e depende de novo repasse do Ministério da Cidadania, devido este valor não estar contabilizado no montante mencionado nesta Resolução.

§ 3º O valor de referência para aquisição do EPI é de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) mensal por trabalhador, multiplicado pelo quantitativo de trabalhadores a serem contemplados, totalizando no valor de R\$ 140.175,00 (cento e quarenta mil cento e setenta e cinco reais), partilhados da seguinte forma:

- a) Unidades Governamentais: 229 metas x R\$ 175,00 x 3 competências = R\$120.225,00
- b) Organizações da Sociedade Civil: 38 metas x R\$ 175,00 x 3 competências = R\$ 19.950,00

Art. 4º Para calcular as metas físicas no município, nos termos do inciso II do Art. 2º, “aquisição de Alimentos” foram somados o quantitativo de vagas nas unidades de acolhimento para pessoas idosas e para pessoas com deficiência registrados no CadSUAS de abril de 2020

e de pessoas atendidas em Centro-Dia registradas no censo do Sistema Único de Assistência Social - CENSO SUAS 2019, resultando nas seguintes metas:

I – Organizações da Sociedade Civil: 154 metas

a) Centro Dia (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE) = 59 metas

b) Acolhimento Institucional para Idosos (Associação Casa São Simeão) = 95 metas

§ 1º O repasse de recursos referentes à aquisição de Alimentos dar-se-á em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º O valor de referência para aquisição de Alimentos é de R\$ 115,00 (cento e quinze reais) mensal por pessoa, multiplicado pelo quantitativo de pessoas a serem contempladas, totalizando no valor mensal de R\$ 106.260,00 (cento e seis mil duzentos e sessenta reais), partilhados da seguinte forma:

a) Organizações da Sociedade Civil: 154 metas x R\$ 115,00 x 3 competências x 2 parcelas = R\$ 106.260,00

§3º No caso específico da APAE que, por conta do distanciamento social vem acompanhando os usuários de forma remota e/ou outras estratégias de ação, os alimentos serão convertidos em cestas básicas para concessão as famílias/usuários atendidos exclusivamente no Centro Dia;

§4º A OSC APAE deverá informar a SEMUDES assim que houver a concessão que receberam as cestas básicas para que não haja duplicidade de atendimento;

Art. 5º Para fins de aferição do cofinanciamento previsto no inciso III do art. 2º "Acolhimento", o Ministério observou os seguintes critérios:

I – metade da quantidade, arredondadas para cima, de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, com registro ativo em março de 2020;

II – quantidade de vagas em serviços de acolhimento cadastrados no CadSUAS, com registro ativo em março de 2020;

III – quantidade de imigrantes interiorizados entre abril de 2018 a dezembro de 2019, conforme registro do Subcomitê de Interiorização da Operação Acolhida;

§ 1º A aferição dos critérios mencionados no caput resultou nas seguintes metas:

I – Governamentais: 297 metas

a) ANC I, II e III;

b) Família Acolhedora;

c) Casa Elisa;

d) Amblu;

e) Abrigos Provisórios para Pessoas em Situação de Rua.

II – Organizações da Sociedade Civil: 95 metas

a) Acolhimento Institucional para Idosos (Associação Casa São Simeão)

§ 2º O repasse de recursos referentes ao acolhimento dar-se-á em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º O valor de referência para o Acolhimento é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensal por pessoa, previsto no § 2º do art. 6º da Portaria MDS nº 90, de 2013, multiplicado pelo quantitativo de indivíduos a serem acolhidos, totalizando o valor de R\$ 940.800,00 (novecentos e quarenta mil e oitocentos reais), partilhados da seguinte forma:

a) Unidades Governamentais: 297 metas x R\$ 400,00 x 3 competências x 2 parcelas = R\$ 712.800,00

b) Organizações da Sociedade Civil: 95 metas x R\$ 400,00 x 3 competências x 2 parcelas = R\$ 228.000,00

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução CMAS nº 15/2020 de 26 de maio de 2020.

Blumenau, 19 de junho de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**TERMO DE APROVAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2202/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2536552

TERMO DE APROVAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 06-2202/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SETORES DA AUTARQUIA, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO - SAMAE.

**HOMOLOGAÇÃO**

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelos Pregoeiros, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

**EMPRESAS:**

MARCIELE DE LIMA DA SILVA - ME  
CNPJ: 29.911.780/0001-03  
Valor Total: R\$ 15.660,00

VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - ME  
CNPJ: 03.800.477/0001-40  
Valor Total: R\$ 19.981,50

E&AR EQUIPAMENTOS DE REGRIGERAÇÃO EIRELI - EPP  
CNPJ: 05.368.504/0001-82  
Valor Total: R\$ 22.092,00

TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI  
CNPJ: 21.613.975/0001-65  
Valor Total: R\$ 84.630,00

REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA - ME  
CNPJ: 35.654.754/0001-40  
Valor Total: R\$ 18.224,10

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 24 de junho de 2020.

Michael R. Schneider  
Diretor Presidente

**INEXIGIBILIDADE Nº 09-2209/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2536554

INEXIGIBILIDADE Nº 09-2209/2020 - SAMAE  
OBJETO: Equipamentos, reagentes e peças para o LABCEN.  
CONTRATADO: Hexis Científica S/A  
BASE LEGAL: Artigo 25, I, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.  
DATA HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2020  
Blumenau (SC) 24/06/2020

Michael R. Schneider  
Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 173/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536557

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Retificação do Extrato nº. 173/2020****PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****AFB PRIME INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI****OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial (SRP) nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº 079/2020, firmado em 22 de junho de 2020.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
2	33221	30	Peça	<p><b>Refil de 15.000 de grampos para impressora Xerox WorkCentre 5890</b>, com as seguintes características:</p> <p><b>Part numbers / Referências aceitas:</b> 008R12898</p> <p><b>Compatibilidade:</b> Compatível com impressora Xerox WorkCentre 5890</p> <p><b>Rendimento mínimo:</b> 15.000 grampeamentos</p> <p><b>Características:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatoriamente original do fabricante</li> <li>• Deve ser de primeira linha do fabricante</li> <li>• Não poderá ser remanufaturado</li> </ul> <p><b>Embalagem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contendo 03 cartuchos/refis com 5.000 grampos cada</li> <li>• Obrigatoriamente com lacres de segurança holográficos originais e intactos</li> <li>• Deverá ter a referência exata do fabricante impressa</li> </ul> <p><b>Garantia mínima:</b> 03 (três) meses</p>	Power X PX-230  Part Number: 008R12898	3 Meses de garantia	462,90	13.887,00
<b>Preço Total (em R\$ e por extenso)</b>				<b>13.887,00 (treze mil, oitocentos e oitenta e sete reais)</b>				

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 22/06/2020.

**EXTRATO Nº 174/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536558

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Retificação do Extrato nº. 174/2020

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP****OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial (SRP) nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº 072/2020, firmado em 22 de junho de 2020.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
3	33111	20	Peça	<b>Fita de backup LT05 Ultrium,</b> com as seguintes características:  <b>Modelo:</b> LTO5 Ultrium <b>Capacidade:</b> 1.5/3.0 TB <b>Compatibilidade:</b> Compatível com drives Ultrium LTO5 <b>Características adicionais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Original do fabricante, nova e embalagem lacrada.</li> <li>Não serão aceitas fitas reconcondicionadas ou remanufaturadas (refurbished).</li> </ul> <b>Garantia mínima:</b> 12 (doze) meses	Sony LTX1500G	12 meses	179,00	3.580,00
4	38046	70	Peça	<b>Fita de backup LT06 Ultrium,</b> com as seguintes características:  <b>Modelo:</b> LTO6 Ultrium; <b>Capacidade:</b> 2.5/6,25 TB; <b>Compatibilidade:</b> Compatível com drives Ultrium LTO6; <b>Características adicionais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Original do fabricante, nova e embalagem lacrada.</li> <li>Não serão aceitas fitas reconcondicionadas ou remanufaturadas (refurbished).</li> </ul>	Sony LTX2500G	12 meses	219,00	15.330,00



				<b>Garantia mínima:</b> 12 (doze) meses				
27	38373	50	Peça	<p><b>Rolo de 1Kg de filamento PLA de 1,75 mm para impressora 3D</b>, com as seguintes características:</p> <p><b>Tipo:</b> carretel de fio contínuo</p> <p><b>Peso mínimo:</b> 1KG sem o carretel (somente fio)</p> <p><b>Diâmetro do filamento:</b> 1.75 mm</p> <p><b>Material do filamento:</b> PLA (ácido polilático) biodegradável</p> <p><b>Tipo do carretel:</b> feito de material resistente (plástico ou acrílico)</p> <p><b>Temperatura de impressão:</b> entre 190 e 220 graus</p> <p><b>Cores aceitas:</b> amarelo, natural, cristal, azul, branco, cinza, laranja, preto, verde ou vermelho.</p> <p><b>Compatibilidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com impressoras 3D que trabalham com fabricação por filamento fundido (Fused Filament Fabrication - FFF)</li> <li>• Compatível com dispositivo para alimentação automática de filamentos</li> </ul> <p><b>Garantia mínima:</b> 03 (três) meses</p>	3D FILA – PLA-AS175	03 meses	153,00	7.650,00
28	38374	20	Peça	<p><b>Rolo de 1Kg de filamento ABS de 1,75 mm para impressora 3D</b>, com as seguintes características:</p> <p><b>Tipo:</b> carretel de fio contínuo</p> <p><b>Peso mínimo:</b> 1KG sem o carretel (somente fio)</p> <p><b>Diâmetro do filamento:</b> 1.75 mm</p> <p><b>Material do filamento:</b> ABS (acrilonitrila butadieno estireno)</p> <p><b>Tipo do carretel:</b> feito de material resistente (plástico ou acrílico)</p> <p><b>Temperatura de impressão:</b> entre 200 e 230 graus</p> <p><b>Cores aceitas:</b> amarelo, natural, cristal, azul, branco, cinza, laranja, preto, verde ou vermelho.</p> <p><b>Compatibilidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com impressoras 3D que trabalham com fabricação por filamento</li> </ul>	3D FILA / ABS PREMIUM	03 meses	115,00	2.300,00

				<p>fundido (Fused Filament Fabrication - FFF)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com dispositivo para alimentação automática de filamentos</li> </ul> <p><b>Garantia mínima:</b> 03 (três) meses</p>				
29	39359	10	Peça	<p><b>Rolo de 1Kg de filamento HIPS de 1,75 mm para impressora 3D</b>, com as seguintes características:</p> <p><b>Tipo:</b> carretel de fio contínuo</p> <p><b>Peso mínimo:</b> 1KG sem o carretel (somente fio)</p> <p><b>Diâmetro do filamento:</b> 1.75 mm</p> <p><b>Material do filamento:</b> HIPS (Poliestirenos de Alto Impacto)</p> <p><b>Tipo do carretel:</b> feito de material resistente (plástico ou acrílico)</p> <p><b>Temperatura de impressão:</b> entre 220 e 240 graus</p> <p><b>Cores aceitas:</b> amarelo, natural, cristal, azul, branco, cinza, laranja, preto, verde ou vermelho.</p> <p><b>Compatibilidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com impressoras 3D que trabalham com fabricação por filamento fundido (Fused Filament Fabrication - FFF)</li> <li>• Compatível com dispositivo para alimentação automática de filamentos</li> </ul> <p><b>Garantia mínima:</b> 03 (três) meses</p>	3D FILA / HIPS – 175 SOL	03 meses	185,00	1.850,00
30	39360	10	Peça	<p><b>Rolo de 1Kg de filamento FLEX de 1,75 mm para impressora 3D</b>, com as seguintes características:</p> <p><b>Tipo:</b> carretel de fio contínuo</p> <p><b>Peso mínimo:</b> 1KG sem o carretel (somente fio)</p> <p><b>Diâmetro do filamento:</b> 1.75 mm</p> <p><b>Material do filamento:</b> TPE (Termoplástico Elastômero)</p> <p><b>Tipo do carretel:</b> feito de material resistente (plástico ou acrílico)</p> <p><b>Temperatura de impressão:</b> entre 215 e 235 graus</p> <p><b>Cores aceitas:</b> amarelo, natural, cristal, azul, branco, cinza, laranja, preto, verde ou vermelho.</p> <p><b>Compatibilidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com impressoras 3D que trabalham com</li> </ul>	3D Fila / FLX301753	03 meses	200,00	2.000,00

				fabricação por filamento fundido (Fused Filament Fabrication - FFF) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com dispositivo para alimentação automática de filamentos</li> </ul> <b>Garantia mínima:</b> 03 (três) meses				
46	39970	10	peça	<b>Licença do Sistema Operacional Microsoft Windows</b> , com as seguintes características: <b>Versão:</b> WIN HOME 10 SNGL OLP NL Acdmc Legalization GetGenuine <b>Part Number:</b> KW9-00311 <b>Tipo de licença:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Open AE</li> <li>• Não serão aceitas licenças do tipo OEM ou semelhantes.</li> </ul> <b>Característica:</b> Gerenciável através do Portal Microsoft VLSC	Microsoft Windows Home 10 <b>Part Number da licença</b> KW9-00311		840,00	8.400,00
<b>Preço Total (em R\$ e por extenso)</b>				<b>41. 110,00 (quarenta e um mil, cento e dez reais)</b>				

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 22/06/2020.

**EXTRATO Nº 175/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536560

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Retificação do Extrato nº. 175/2020

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****FRANCIELE CRISTINE LAMIM ME****OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial (SRP) nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº 078/2020, firmado em 22 de junho de 2020.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
7	30742	10	Peça	<p><b>Leitora óptica de mão (tipo pistola) para código de barras,</b> com as seguintes características:</p> <p><b>Tipo de leitura:</b> Bidirecional  <b>Fonte de luz:</b> Diodo a laser visível de 650 nm  <b>Taxa de leitura:</b> 100 leituras por segundo  <b>Distância de trabalho nominal:</b> Do ponto de contato a 43 cm em 100% de símbolos U.P.C./EAN  <b>Cores aceitas:</b> Preta ou branca  <b>Conexão:</b> USB  <b>Comprimento mínimo do fio/cabo:</b> 1,5 metros  <b>Suporte a leitura dos tipos de códigos:</b> UPC/EAN, UPC/EAN com complementos, UCC/EAN 128, Código 39, Código 39 Full ASCII, Código 39 TriOptic, Código 128, Código 128 Full ASCII, Codabar, Intercalado 2 de 5, Discreto 2 de 5, Código 93, MSI, Código 11, IATA, variantes RSS, Chinês 2 de 5</p> <p><b>Características:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Marca, modelo e número de série impressos no produto.</li> <li>• Indicador de leitura sonoro e luminoso</li> <li>• Botão para acionamento de leitura.</li> </ul> <p><b>Embalagem:</b> Original do fabricante, lacrada e com todos os acessórios e manuais inclusos.  <b>Documentação:</b> Manual de programação da leitora incluso na embalagem  <b>Garantia mínima:</b> 60 (sessenta) meses</p>	Zebra / LS2208 ID	60 meses	348,80	3.488,00
32	39968	30	Peça	<p><b>Placa de Vídeo 4GB GDDR5, 128 bits,</b> com as seguintes características:</p>	PCYES / PJ550RX12804GG5DF	12 meses	677,50	20.325,00

				<b>Interface:</b> PCI Express 3.0 <b>Clock mínimo do processador (core clock):</b> 1176 MHz <b>Clock de memória efetivo mínimo:</b> 6000 MHz (6.0 Gbps) <b>Memória mínima dedicada:</b> 4 GB dedicados GDDR5 ou superior <b>Interface mínima de memória:</b> 128 bits <b>Conexões mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 x DVI</li> <li>• 1 x HDMI</li> </ul> <b>Suporte às tecnologias:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DirectX 12 ou superior</li> <li>• Open GL 4.5 ou superior</li> </ul> <b>Refrigeração:</b> Cooler original do fabricante devidamente fixado e alimentado na própria placa de vídeo <b>Autenticidade:</b> Deverá conter impresso ou em selo do fabricante, marca e modelo. <b>Embalagem:</b> Original, lacrada e com os acessórios originais do fabricante. <b>Garantia mínima:</b> 12 (doze) meses				
34	35048	10	Peça	<b>Câmera webcam Full-HD / conexão USB,</b> com as seguintes características:  <b>Conectividade:</b> USB 2.0 ou superior <b>Cabo:</b> Deverá ser integrado a webcam e ter no mínimo 1,5 metros de comprimento <b>Microfone:</b> Interno duplo estéreo <b>Lente:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construída em vidro</li> <li>• Campo de visão diagonal de 78°</li> </ul> <b>Funcionalidades:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Permitir montagem em tripé através de rosca universal</li> <li>• Foco automático para fotos e vídeos</li> <li>• Correção automática de luminosidade</li> <li>• Compactação de vídeo H.264</li> </ul> <b>Resoluções mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1920x1080 pixels para fotografia</li> <li>• 1920x1080 pixels para gravação de vídeos</li> </ul> <b>Características do software incluso no equipamento:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Controles de zoom e direcional</li> <li>• Captura de vídeo e foto</li> <li>• Detecção de movimento</li> <li>• Rastreamento facial</li> </ul> <b>Compatibilidade:</b> Windows 10 ou superior <b>Embalagem:</b> Original do fabricante, lacrada e intacta. <b>Garantia:</b> Mínima de 12 (doze) meses.	Logitech / C920S	12 meses	289,50	2.895,00
<b>Preço Total (em R\$ e por extenso)</b>				<b>26.708,00 (vinte e seis mil, setecentos e oito reais)</b>				

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela

Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 22/06/2020.

**EXTRATO Nº 176/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536561

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Retificação do Extrato nº. 176/2020

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA****OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial (SRP) nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº 077/2020, firmado em 22 de junho de 2020.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	32753	30	Peça	<b>Cartucho de grampos para impressora Xerox WorkCentre 5890</b> , com as seguintes características: <b>Part numbers / Referências aceitas:</b> 008R12912 <b>Compatibilidade:</b> Compatível com impressora Xerox WorkCentre 5890 <b>Rendimento mínimo:</b> 5.000 grampeamentos <b>Características:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatoriamente original do fabricante</li> <li>• Deve ser de primeira linha do fabricante</li> <li>• Não poderá ser remanufaturado</li> </ul> <b>Embalagem:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Original do fabricante</li> <li>• Obrigatoriamente com lacres de segurança holográficos originais e intactos</li> <li>• Deverá ter a referência exata do fabricante impressa</li> </ul> <b>Garantia mínima:</b> 03 (três) meses	Xerox 008R12912	3 meses	490,00	14.700,00
5	22961	120	Peça	<b>Fonte ATX de 220W Reais</b> , com as seguintes características: <b>Padrão:</b> ATX 12V <b>Potência total de saída:</b> mínimo de 220 Watts reais <b>Tensão de entrada:</b> Entre 110 e 230 volts, comutada através de chave seletora ou bivolt automático. <b>Frequência da tensão de entrada:</b> 50/60 Hz <b>Ventilação:</b> cooler de no mínimo 80x80 mm	Bluecase Blu 230-E Small	6 meses	68,00	8.160,00

				<b>Conectores mínimos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 conector ATX de 24 pinos</li> <li>• 1 conectores IDE ATA</li> <li>• 2 conectores SATA</li> <li>• 1 conector ATX de 12V</li> </ul> <b>Tipos de Proteção:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Curto circuito</li> <li>• Sobre tensão</li> <li>• Sobre potência</li> </ul> <b>Acessórios inclusos:</b> Cabo de energia padrão NBR 14136:2002 <b>Garantia mínima:</b> 06 (seis) meses				
6	39966	30	Peça	<b>Fonte ATX 500W Reais com certificação 80 Plus</b> , com as seguintes características: <b>Padrão:</b> ATX 12V <b>Potência total de saída:</b> mínimo de 500 Watts reais  <b>Tensão de entrada:</b> Entre 110 e 230 volts, comutada através de chave seletora ou bivolt automático. <b>Frequência da tensão de entrada:</b> 50/60 Hz <b>Ventilação:</b> cooler de no mínimo 80x80 mm <b>Certificação:</b> 80 PLUS <b>Conectores mínimos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 conector ATX de 24 pinos</li> <li>• 1 conectores IDE ATA</li> <li>• 3 conectores SATA</li> <li>• 1 conector ATX de 12V</li> <li>• 1 conector auxiliar de placa de vídeo PCI-Express de 6+2 pinos</li> </ul> <b>Tipos de Proteção:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Curto circuito</li> <li>• Sobre tensão</li> <li>• Sobre potência</li> </ul> <b>Acessórios inclusos:</b> Cabo de energia padrão NBR 14136:2002 <b>Garantia mínima:</b> 06 (seis) meses	Bluecase Blu 500R-B	6 meses	225,00	6.750,00
<b>Preço Total (em R\$ e por extenso)</b>				<b>29.610,00 (vinte e nove mil, seiscentos e dez reais)</b>				



**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 22/06/2020.

**EXTRATO Nº 177/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536564

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Retificação do Extrato nº. 177/2020

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER ME****OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial (SRP) nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº 074/2020, firmado em 22 de junho de 2020.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
45	32266	20	peça	<p><b>Monitor LED para microcomputador / tamanho 23" (polegadas)</b>, com as seguintes características:  <b>Tamanho mínimo da tela:</b> 23" widescreen  <b>Tipo da tela:</b> LED ou superior.  <b>Tempo de Resposta Máximo:</b> 5 milissegundos  <b>Ângulo de Visão mínimo:</b> 160 graus  <b>Resolução mínima:</b> 1920 x 1080 em 60Hz  <b>Suporte mínimo de Cores:</b> 16 Milhões  <b>Conectores mínimos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 x analógico (RGB)</li> <li>• 1 x HDMI</li> </ul> <p><b>Alimentação:</b> automática entre 100 e 220 VAC</p> <p><b>Teclas mínimas no Painel:</b> Mínimo de uma tecla que possibilite regular as configurações de imagem, sem a necessidade de uso de software adicional.</p> <p><b>Base:</b> Deverá ser móvel e possuir inclinação vertical mínima de 90º permitindo o ajuste do ângulo de visão da tela (função Pivot)</p> <p><b>Autenticidade:</b> Deverá conter impresso no produto ou em selo adesivo do fabricante:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Marca</li> <li>• Modelo</li> <li>• Número de série</li> </ul> <p><b>Acessórios inclusos:</b></p>	<p>LG 23MB35PH - <b>Part Number:</b> 23MB35PH</p>	12 meses	800,00	16.000,00

				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cabo VGA.</li> <li>• Cabo DVI ou HDMI, conforme a conexão existente no monitor.</li> <li>• Cabo de alimentação padrão NBR14136.</li> <li>• Fonte externa (se houver) com cabo de alimentação padrão NBR14136.</li> </ul> <p><b>Embalagem:</b> Original do fabricante, lacrada e intacta.</p> <p><b>Compatibilidade:</b> Windows 8 ou superior.</p> <p><b>Garantia mínima:</b> 12 meses, original do fabricante.</p>				
<b>Preço Total (em R\$ e por extenso)</b>				<b>16.000,00 (dezesesseis mil reais)</b>				

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 22/06/2020.

**EXTRATO N° 178/2020 - FURB**

Publicação N° 2536565

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Retificação do Extrato n°. 178/2020****PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****FT PETTIRINI LTDA. ME****OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial (SRP) n° 473/2019 e Ata de Registro de Preços n° 075/2020, firmado em 22 de junho de 2020.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
26	34174	10	Peça	<b>Placa de rede Gigabit PCI-E 1x</b> , com as seguintes características: <b>Tipo:</b> interna para instalação em gabinete tipo torre ATX <b>Taxa de transferência mínima:</b> 10/10/1000 Mbps <b>Conectores mínimos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 conector PCI Express x1</li> <li>• 1 conector para cabo de rede padrão RJ-45</li> </ul> <b>Compatibilidade:</b> Windows 10 ou superior <b>Garantia mínima:</b> 12 (doze) meses	TP Link – TJ 3468	12 meses	44,65	446,50
<b>Preço Total (em R\$ e por extenso)</b>				<b>446,50 (quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)</b>				

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.**DATA:** 22/06/2020.

**EXTRATO Nº 179/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536567

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Retificação do Extrato nº. 179/2020

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****LF TECNOLOGIA LTDA****OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial (SRP) nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº 080/2020, firmado em 22 de junho de 2020.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
13	29803	20	Peça	<b>Pendrive (memória flash USB – externa), capacidade 16GB, com as seguintes características:</b>  <b>Capacidade:</b> 16GB <b>Conectividade:</b> Suporte a USB 3.0 <b>Conector:</b> obrigatoriamente no padrão USB-A <b>Instalação:</b> Não deve necessitar software adicional para uso <b>Características gerais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sem funções ou botões adicionais como MP3 player e similares</li> <li>O conector USB deve ser fixo ao corpo do produto, não podendo ser retrátil ou móvel.</li> </ul> <b>Embalagem:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Original do fabricante e lacrada</li> <li>Deverá conter na parte posterior o modelo, capacidade, número de série, código de autenticidade e código de licença do fabricante.</li> </ul> <b>Garantia mínima:</b> 60 (sessenta) meses original do fabricante	Kingston – DT100G3 / 16GB	60 meses	33,50	670,00
14	29466	20	Peça	<b>Pendrive (memória flash USB – externa), capacidade 32GB, com as seguintes características:</b>  <b>Capacidade:</b> 32GB <b>Conector:</b> obrigatoriamente no	Kingston – DT100G3 / 32GB	60 meses	44,50	890,00

				<p>padrão USB-A</p> <p><b>Conectividade:</b> Suporte a USB 3.0</p> <p><b>Instalação:</b> Não deve necessitar software adicional para uso.</p> <p><b>Características gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sem funções ou botões adicionais como MP3 player.</li> <li>O conector USB deve ser fixo ao corpo do produto, não podendo ser retrátil ou móvel.</li> </ul> <p><b>Embalagem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Original do fabricante e lacrada.</li> <li>Deverá conter na parte posterior o modelo, capacidade, número de série, código de autenticidade e código de licença do fabricante.</li> </ul> <p><b>Garantia mínima:</b> 60 (sessenta) meses original do fabricante</p>				
20	35519	10	Peça	<p><b>Disco rígido (HD) 4TB / SATA 3 / 3,5 polegadas.,</b> com as seguintes características:</p> <p><b>Tipo:</b> interno</p> <p><b>Dimensões:</b> 3,5 polegadas</p> <p><b>Capacidade mínima:</b> 4TB</p> <p><b>Interface:</b> SATA III de 6 GB/s</p> <p><b>Alimentação:</b> Interface padrão SATA</p> <p><b>Velocidade de rotação mínima:</b> 5400 RPM</p> <p><b>Buffer mínimo:</b> 64MB de cache</p> <p><b>Tempo entre falhas (MTBF) mínimo:</b> 1.000.000 horas</p> <p><b>Tecnologias:</b> Suporte a SMART</p> <p><b>Aplicação típica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O fabricante deve indicar, na documentação técnica do produto, que o modelo é indicado para uso em NAS (Network-Attached Storage) e RAID (Redundant Array of Independent</li> </ul>	SEAGATE – ST 4000VN008	24 meses	816,00	8.160,00

				Drives). <b>Embalagem:</b> Original, lacrada e com os acessórios do fabricante <b>Garantia do fabricante:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínima de 24 (vinte e quatro) meses no Brasil.</li> <li>• O fabricante deverá disponibilizar em seu site oficial, formulário para consulta da garantia do HD, devendo exibir assim que submetidos os dados do HD, seu prazo de garantia, modelo e número de série, sendo possível gerar uma ordem de troca/devolução direto no site, sem necessidade de atendimento via callcenter ou e-mail.</li> <li>• A garantia deverá ser atendida no Brasil, sem a necessidade de envio do disco para outros países.</li> </ul>				
31	33112	10	Peça	<b>Fita de limpeza Ultrium Universal Cleaning / para fitas de backup LTO</b> , com as seguintes características:  <b>Modelo:</b> LTO Ultrium <b>Capacidade:</b> 50 <b>LIMPEZAS</b> <b>Compatibilidade:</b> Compatível com todos os drives Ultrium padrão LTO1, LTO2, LTO3, LTO4, LTO5, LTO6, LTO7 <b>Características adicionais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Original do fabricante, nova e em embalagem lacrada.</li> <li>• Não serão aceitas fitas reconcondicionadas ou remanufaturadas (refurbished).</li> </ul> <b>Garantia mínima:</b> 12 (doze) meses	Sony - LTXCL	12 meses	238,50	2.385,00
35	39969	10	Peça	<b>Placa de Vídeo Profissional 4 GB, GDDR5, 128 Bits</b> Com as seguintes características:  <b>Interface de</b>	PNY QUADRO P1000 Part Number: VCQP1000-PORPB	12 meses	2.143,50	21.435,00

			<p><b>Comunicação:</b> PCI Express 3.0 x16</p> <p><b>Núcleos de Processamento:</b> Mínimo de 640 núcleos</p> <p><b>Memória mínima dedicada:</b> 4 GB dedicados GDDR5 ou superior</p> <p><b>Interface mínima de memória:</b> 128 bits</p> <p><b>Taxa de transferência suportada:</b> Até 82 GB/s ou superior</p> <p><b>Consumo de Energia:</b> Máximo de 50W.</p> <p><b>Conectores de vídeo:</b> 4 Saídas Mini Display Port 1.4</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Deverá ser entregue no mínimo 2 (dois) adaptadores Mini Display Port 1.4 para HDMI.</li> </ul> <p><b>Resolução de saída Máxima Suportada:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>4x 4096x2160 @ 60 Hz</li> <li>1x 5120x2880 @ 60 Hz</li> </ul> <p><b>Suporte às tecnologias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Shader Model versão 5.1 ou superior;</li> <li>OpenGL versão 4.5 ou superior;</li> <li>DirectX versão 12.0 ou superior;</li> <li>OpenCL</li> </ul> <p><b>Protocolos Suportados:</b> Suporte a HDCP versão 2.2 ou superior</p> <p><b>Áudio:</b> Integrado nas saídas Mini Display Port</p> <p><b>Sistema Operacionais Suportados:</b> Windows 10 ou superior</p> <p><b>Instalação:</b> Deverá acompanhar bracket para instalação em gabinetes do tipo "full-height (ATX)".</p> <p><b>Refrigeração:</b> Cooler original do fabricante devidamente fixado e alimentado na própria placa de vídeo</p> <p><b>Embalagem:</b> Original do fabricante, lacrada e intacta.</p> <p><b>Garantia mínima:</b> Mínima de 12 (doze) meses.</p>				
<b>Preço Total (em R\$ e por extenso)</b>			<b>33.540,00 (trinta e três mil, quinhentos e quarenta reais)</b>				



**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 22/06/2020.

**EXTRATO Nº 180/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536570

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Retificação do Extrato nº. 180/2020****PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRÔNICOS EIRELI****OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº 076/2020, firmado em 22 de junho de 2020.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
9	23365	150	Peça	<b>Mouse óptico USB</b> , com as seguintes características: <b>Design:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ambidestro</li> <li>Ergonômico</li> </ul> <b>Tecnologia:</b> Suporte a Plug & Play <b>Sensor:</b> óptico <b>Resolução mínima:</b> 400 dpi <b>Botões:</b> 2 botões de topo e um botão com scroll <b>Informações no produto:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Logomarca na parte superior</li> <li>Modelo</li> <li>Part Number do fabricante</li> <li>Serial Number ou Product Identifier (PID)</li> <li>Origem de fabricação</li> </ul> <b>Carcça:</b> Não deverá conter estampas ou texturas na parte superior, somente o logo do fabricante <b>Etiquetas:</b> Obrigatoriamente plásticas e devem estar fixadas em local específico para esse fim além de adaptadas ao design do produto <b>Lacre:</b> não deve possuir lacre de papel <b>Comprimento mínimo do fio/cabo:</b> 1,4 m <b>Interface:</b> Compatível com USB 2.0 ou superior <b>Certificação:</b> Deve constar na Windows Hardware Compatibility List (HCL) <b>Compatibilidade:</b> Windows 7 ou superior <b>Embalagem:</b> Original do fabricante, lacrada e intacta. <b>Garantia mínima:</b> 24 (vinte e quatro) meses original do fabricante	Logitech – M1 / 00		34,80	5.220,00
10	28488	150	Peça	<b>Teclado USB ABNT2</b> , com as seguintes características:	Logitech – K12 0		64,30	9.645,00

				<p><b>Interface:</b> Compatível com USB 2.0</p> <p><b>Teclas auxiliares:</b> Não deve possuir as teclas FN, POWER, SLEEP, WAKE UP e TURBO</p> <p><b>Padrão:</b> Português do Brasil ABNT2</p> <p><b>Peso mínimo:</b> 500g (líquido)</p> <p><b>Comprimento mínimo do fio/cabo:</b> 1,4 m</p> <p><b>Compatibilidade:</b> Windows 7 ou superior</p> <p><b>Certificação:</b> Deve constar na Windows Hardware Compatibility List (HCL)</p> <p><b>Informações impressas no produto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Logomarca na parte superior e inferior</li> <li>• Modelo</li> <li>• Part Number do fabricante</li> <li>• Serial Number ou Product Identifier (PID)</li> <li>• Origem de fabricação</li> <li>• Selo Holográfico</li> </ul> <p><b>Etiquetas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Devem estar fixadas em local específico para esse fim além de adaptadas ao design do produto</li> <li>• Deve conter etiqueta informativa sobre o uso do produto</li> </ul> <p><b>Apoios:</b> Deve conter pelo menos dois de borracha ou material similar</p> <p><b>Regulagens:</b> Deve conter dois pés para ajuste de altura</p> <p><b>Embalagem:</b> Original do fabricante, lacrada e intacta.</p> <p><b>Garantia mínima:</b> 24 (vinte e quatro) meses original do fabricante</p>				
33	31923	20	Peça	<p><b>Disco rígido (HD - Hard Disk) SATA3, 2 TB,</b> com as seguintes características:</p> <p><b>Tipo:</b> interno</p> <p><b>Dimensões:</b> 3,5 polegadas</p> <p><b>Capacidade mínima:</b> 2TB</p> <p><b>Interface:</b> SATA III de 6 GB/s</p> <p><b>Alimentação:</b> Interface padrão SATA</p> <p><b>Velocidade de rotação mínima:</b> 7200 RPM</p> <p><b>Buffer mínimo:</b> 64MB de cache</p> <p><b>Tecnologias:</b> Suporte a SMART</p> <p><b>Embalagem:</b> Original, lacrada e com os acessórios do fabricante</p> <p><b>Garantia do fabricante:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínima de 24 (vinte e quatro) meses no Brasil.</li> <li>• O fabricante deverá disponibilizar em seu</li> </ul>	Seagate – ST2 Part number: 000DM006		346,50	6.930,00

				<p>site oficial, formulário para consulta da garantia do HD, devendo exibir assim que submetidos os dados do HD, seu prazo de garantia, modelo e número de série, sendo possível gerar uma ordem de troca/devolução direto no site, sem necessidade de atendimento via callcenter ou e-mail.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A garantia deverá ser atendida no Brasil, sem a necessidade de envio do disco para outros países.</li> </ul>				
<b>Preço Total</b> <b>(em R\$ e por extenso)</b>				<b>21.795,00 (vinte e um mil, setecentos e noventa e cinco reais)</b>				

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 22/06/2020.

**EXTRATO Nº 181/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536573

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Retificação de Extrato nº. 181/2020****PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA****OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº 081/2020, firmada em 20 de maio de 2020, posteriormente cancelada em virtude da anulação do item 43 do Edital, nos termos da decisão do Pregoeiro e Despacho da Autoridade Superior.**DATA:** 22/06/2020.**EXTRATO Nº 216/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536574

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 216/2020

Dispensa de Licitação nº. 139/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Dispensa de Licitação do procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, inc. XXI da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 187/2020/PROGEF, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO INTITULADO "DESENVOLVIMENTO DE TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO DE DESARMES DE PROTEÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO, DEVIDO AO SUDDEN FLASHOVER", FIRMADO COM A COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENRGIA ELÉTRICA - CEEE -GT/9952082. Setor solicitante: PROJETOS ESPECIAIS – CONVÊNIO FURB/CEEE-GT/9952082. Pedido de Compra: 1130/2020. Contratada: INFOPLAN COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI (CNPJ 04.622.715/0001-37). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Em até 28 dias após recebimento dos equipamentos com NF. Prazo de Entrega: Em até 30 dias após recebimento da ordem de compra. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 19.139,00 (dezenove mil, cento e trinta e nove reais)/ 01.30.12.123.0108.2011 (Manutenção de Atividades de Plano de Trabalho-Capital)/ 4.4.90 (Outras Despesas Investimentos)/ 4.4.90.52.35 (Equipamentos de Processamento de Dados).

Blumenau/SC, 24 de junho de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**EXTRATO Nº 172/2020 - FURB**

Publicação Nº 2536576

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Retificação do Extrato nº. 172/2020**

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**  
**E**  
**ADL COMERCIAL EIRELI**

**OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial (SRP) nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº 073/2020, firmado em 22 de junho de 2020.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
11	1983	50	Peça	<b>CD-R (gravável)</b> , com as seguintes características: <b>Tipo:</b> CD-R (gravável) <b>Capacidade:</b> 700MB ou 80 minutos <b>Velocidade de gravação mínima:</b> 48x ou superior <b>Embalagem:</b> Envelope de papelão ou acrílico tipo SLIM <b>Características da Mídia:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Logotipo do fabricante impresso na parte superior</li> <li>Não poderá conter etiquetas ou carimbos na mídia</li> <li>Deverá conter impresso na mídia a marca, modelo, tipo e capacidade.</li> </ul> <b>Garantia mínima:</b> 3 (três) meses	Multilaser CD-R gravável 700MB		1,50	75,00
12	21936	100	Peça	<b>DVD-R (gravável)</b> , com as seguintes características: <b>Tipo:</b> DVD-R <b>Capacidade:</b> 4.7GB ou 120min <b>Velocidade de gravação mínima:</b> 8x ou superior <b>Embalagem:</b> Envelope de papelão ou acrílico tipo SLIM <b>Características da Mídia:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Logotipo do fabricante impresso na parte superior</li> <li>Não poderá conter etiquetas ou carimbos na mídia</li> <li>Deverá conter impresso na mídia a marca, modelo, tipo e capacidade.</li> </ul> <b>Garantia mínima:</b> 3 (três) meses	Elgin DVD-R – gravável 4.7GB		1,96	196,00
40	37819	220	Peça	<b>Emenda HDMI 19 pinos</b>	Pichau –		24,90	5.478,00

				<b>fêmea x fêmea</b> , com as seguintes características:  <b>Tipo:</b> adaptador <b>Padrão:</b> HDMI Standard A <b>Características:</b> Deverá ser plana (180 graus), não podendo ser em curvada (90 graus) <b>Tipo de sinal:</b> Digital <b>Conectores:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Possuir conector Fêmea em ambas as pontas.</li> </ul> <b>Compatibilidade:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Deverá ser compatível com conexões HDMI 2.0 e versões anteriores.</li> </ul> <b>Embalagem:</b> Embalados individualmente. <b>Garantia mínima:</b> 3 (três) meses.	MD9			
<b>Preço Total</b> (em R\$ e por extenso)				<b>5.749,00 (cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais).</b>				

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 22/06/2020.

## BALANÇO 2019 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTONIO

Publicação Nº 2536580

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU  
HOSPITAL SANTO ANTÔNIO  
BLUMENAU – SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019

Blumenau (SC), 07 de fevereiro de 2020.

Aos  
Conselheiros e Diretores da  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO.

Em conclusão aos trabalhos de auditoria independente, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, seguem anexos para sua apreciação as respectivas Demonstrações Contábeis comparadas com as do exercício anterior, compreendendo:

- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- BALANÇO PATRIMONIAL
- DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Atenciosamente,

Actus Auditores Independentes  
Sidnei Raitz

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Conselheiros e Diretores da  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO. Blumenau - SC

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 e alterações) e de pequeno e médio porte (NBC TG 1000 e alterações) e as normas internacionais de relatório financeiro (IRFS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião com Ressalva

#### Redução ao valor recuperável de ativos

Não foi realizado o teste de recuperabilidade, conforme disposto na Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, da NBC TG 1000 (e alterações).

### Encargos de depreciação

A Entidade vem registrando os encargos de depreciação através do critério fiscal, pois não foram revisadas as vidas úteis estimadas e os respectivos valores residuais dos bens que integram o Imobilizado, não atendendo dessa forma, o disposto na Seção 17 - Ativo Imobilizado da NBC TG 1000 (e alterações) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria foi aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre este assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 7 - "Títulos e contas a receber - circulante e não circulante", para os valores referentes as contas a receber do SUS "Extra Teto" - A Administração da Fundação Hospitalar de Blumenau, amparada por seus assessores jurídicos considera como improvável a possibilidade de perda sobre quaisquer parcelas dos valores registrados sobre esta rubrica, que estão representados pelo montante de R\$ 6.362.356 (R\$ 1.936.134 Circulante e R\$ 4.426.222 não circulante) todas as medidas cabíveis para garantir o recebimento destes montantes estão sendo adotadas.

Este assunto foi amplamente discutido por nós a Administração da Fundação e por seu Conselho Fiscal.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidades de lucro (ITG 2002 e alterações) e de pequeno e médio porte (NBC TG 1000 e alterações), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões



econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 07 de fevereiro de 2020.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC-SC Nº 001.059/O-7

Sidnei Raitz - Sócio Responsável

Contador CRC Nº SC-028.920/O-3

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Blumenau - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

A T I V O

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE		27.470.095	28.485.899
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.647.874	8.382.594
Caixa		2.836	3.271
Bancos	4	71.003	402.340
Aplicações de liquidez imediata	5	6.459.530	3.925.260
Títulos de capitalização	6	7.114.505	4.051.724
DIREITOS REALIZÁVEIS		13.753.651	20.061.172
Títulos e contas a receber	7	10.092.250	10.039.224
(-) Estimativa de créditos de liquidação duvidosa	8	(1.442.074)	(1.346.030)
Estoques	9	3.024.008	3.418.310
Adiantamento a fornecedores		15.481	286.609
Subvenções a receber	18	1.692.617	7.177.864
Outros valores a receber		371.368	485.196
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		68.570	42.133
NÃO CIRCULANTE		55.955.869	51.367.594
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.493.153	6.729.316
Depósitos judiciais	10	335.200	417.587
Despesas pagas antecipadamente		15.218	27.250
Títulos a receber - SUS	7	4.426.222	4.426.222
Subvenções a receber	18	3.716.513	1.858.256
INVESTIMENTOS	11	260.797	200.707
IMOBILIZADO	12	46.694.690	43.818.581
INTANGÍVEL	13	507.229	618.990
TOTAL		83.425.965	79.853.493
COMPENSAÇÃO ATIVA	22	39.740.040	39.587.216

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Blumenau - SC  
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em Reais)  
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	Nota	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>		25.077.250	28.793.732
Fornecedores	14	7.635.214	6.677.481
Empréstimos	15	7.635.214	2.308.068
Salários e ordenados		1.770.595	1.704.893
Impostos, taxas e contribuições	16	2.032.050	1.963.771
Provisão para férias e encargos sociais		3.663.418	3.496.523
Repasse fornecedores médicos/clínicas/diversos	17	1.734.108	1.027.766
Obrigações com subvenções	18	1.761.346	6.376.864
Débitos de campanhas de contribuições	19	5.249.694	4.444.302
Outros débitos		768.280	794.065
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		38.373.882	32.779.754
Empréstimos	15	8.537.454	3.278.688
Parcelamento Lei 11.941/09	20	2.375.280	3.073.990
Provisões para causas cíveis e trabalhistas	21	11.205.317	11.248.020
Receita diferida	18	12.341.275	2.267.023
Obrigações com subvenções	18	3.716.513	12.912.033
Outros débitos		198.044	-
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		19.974.832	18.280.007
Superávit acumulado		18.280.007	15.601.420
Superávit do exercício		1.694.825	2.678.588
<b>TOTAL</b>		83.425.965	79.853.493
<b>COMPENSAÇÃO PASSIVA</b>	22	39.740.040	39.587.216

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO  
Blumenau - SC  
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em Reais)

	Nota	2019	2018
<b>RECEITA BRUTA</b>		159.819.397	176.111.521
<b>COM RESTRIÇÃO</b>		72.670.594	95.886.389
Subvenções e auxílios	23	21.008.884	16.851.167
Doações	23	3.319.171	3.807.367
Contribuições incentivadas	24 a)	24.883.500	74.921.813
Receitas sociais	24 b)	23.229.216	-
Trabalhos voluntários	25	210.062	213.522
Rendimentos financeiros		19.761	92.520
<b>SEM RESTRIÇÃO</b>		87.148.803	80.225.132
Atividades de saúde		84.415.732	77.922.417
Atividades de educação		1.207.143	1.164.431
Doações	23	229.883	123.755
Rendimentos financeiros		532.849	434.983
Outras receitas operacionais	26	763.195	579.546
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA - SEM RESTRIÇÃO</b>		(54.710)	(194.384)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		159.764.686	175.917.138
<b>CUSTO E DESPESAS</b>		(148.063.316)	(161.457.014)

Atividades de saúde		(107.697.091)	(93.481.873)
Educação		(314.411)	(327.842)
Contribuições incentivadas	24 a)	(22.395.150)	(67.433.776)
Custos de receitas sociais	24 b)	(17.446.602)	-
Trabalhos voluntários	25	(210.062)	(213.522)
SUPERÁVIT BRUTO		11.701.370	14.460.124
OUTRAS DESPESAS		(10.006.545)	(11.781.537)
Despesas administrativas e gerais	27	(9.030.266)	(11.442.442)
Outras despesas		(411.847)	(236.042)
Despesas com juros e atualizações de tributos / REFIS		(104.434)	(225.862)
Demais despesas financeiras		(801.865)	(561.490)
Reversão de provisões trabalhistas e cíveis		341.866	684.298
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO PERÍODO		1.694.825	2.678.588

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO  
Blumenau - SC  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
(Em Reais)

	2019	2018
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	18.280.007	15.601.420
Superávit líquido do exercício	1.694.825	2.678.588
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	19.974.832	18.280.007

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO  
Blumenau - SC  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2018
Superávit líquido do exercício	1.694.825	2.678.588
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	4.253.606	3.172.540
(Reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(42.702)	(371.171)
Perda na baixa de imobilizado e intangível	14.287	66.564
Redução (Aumento) nas contas do ativo		
Títulos e contas a receber (circulante e não circulante)	43.018	(1.472.619)
Estoques	394.301	(429.111)
Subvenções (circulante e não circulante)	3.626.990	3.875.912
Depósitos judiciais	82.387	(76.777)
Outros valores a receber (circulante e não circulante)	370.550	152.913
Aumento (Redução) nas contas do passivo		
Fornecedores	957.733	1.087.316
Salários e ordenados	65.701	82.676
Provisões para férias e encargos sociais	166.895	339.465
Impostos, taxas e contribuições (circulante e não circulante)	(630.430)	(514.920)
Repasse fornecedores médicos/clínicas/diversos	706.342	(133.177)
Obrigações com subvenções (circulante e não circulante)	(3.736.787)	(2.987.253)
Débitos de campanhas de contribuições	805.392	356.224
Outros débitos	172.258	218.818
Caixa proveniente das operações	8.944.367	6.045.988
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento dos investimentos	(60.090)	(42.763)
Aquisição de ativo imobilizado	(6.917.409)	(10.494.511)
Aquisição de ativo intangível	(114.831)	(242.303)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(7.092.331)	(10.779.576)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos de curto prazo	(1.845.521)	1.503.584

Empréstimos de longo prazo	5.258.766	165.118
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	3.413.245	1.668.702
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	5.265.280	(3.064.886)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	8.382.594	11.447.480
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	13.647.874	8.382.594
Variação das contas caixa e equivalentes de caixa	5.265.280	(3.064.886)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em Reais)

### 1. OBJETIVO SOCIAL

A Fundação Hospitalar de Blumenau, mantenedora do Hospital Santo Antônio, localizada na cidade de Blumenau (SC) é uma Entidade filantrópica, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, instituída pela Lei nº 1.761, de 10 de junho de 1971 e reestruturada pela Lei Complementar nº 663, de 07 de dezembro de 2007, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 1.812, de 09/12/1971, de utilidade pública estadual pela Lei nº 6.345, de 11/07/1984 e de utilidade pública federal pelo Decreto Dnn786, de 27 de maio de 1992. Constituem finalidades da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU, a prestação de assistência médico-hospitalar, especialmente materno-infantil, a assistência social, educação e pesquisa.

A Fundação vem usufruindo os seguintes benefícios fiscais: I) imunidade do imposto de renda e contribuição social e imunidade de IOF sobre operações bancárias; II) isenção da COFINS; III) Imunidade do ISS no município de Blumenau; IV) Isenção da contribuição previdenciária patronal (art. 22 da lei 8.212/91); V) Isenção da contribuição devida a terceiros (§ 5º do art. 3º da lei nº 11.457/2007).

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração o que dispõe a Interpretação Técnica Geral do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros e a Norma Brasileira de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. A data para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 07 de fevereiro de 2020 autorizada pela Gerente Geral - Izabel Cristina Casarin.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) As receitas e despesas são apuradas pelo Princípio da Realização da Receita e da Confrontação das Despesas no Exercício (Regime de Competência);  
b) As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado;

- c) Instrumentos Financeiros: A Fundação classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:  
(i) Caixa e equivalentes de caixa; e,  
(ii) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar, parcelamento de débitos e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

- d) Os títulos e contas a receber estão registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, líquido da estimativa de créditos de liquidação duvidosa;

- e) Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições, inferior ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização;

- f) Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado;

- g) Os ativos imobilizados estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, ajustado por depreciações e amortizações acumuladas computadas pelo método linear, levando em consideração os critérios fiscais;

- h) No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos;

- i) Os demais ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos aos valores prováveis de realização;

- j) Os empréstimos e financiamentos são registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base;

- k) A provisão para causas cíveis e trabalhistas é constituída para processos considerados como de perdas "prováveis" e "possíveis" de acordo com a avaliação da administração apoiados em pareceres de seus assessores jurídicos;

- l) Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas;

- m) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais e índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço;

- n) As subvenções são registradas conforme regulamenta a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 07, no resultado do exercício. As subvenções destinadas a investimentos patrimoniais, não efetivamente aplicadas até a data base de 31 de dezembro de 2019, foram registradas como obrigações no passivo circulante;

- o) As subvenções destinadas a investimentos patrimoniais passíveis de depreciação ou amortização, cujo recurso tenha sido efetivamente aplicado até a data base de 31 de dezembro de 2019, são registradas como receita diferida, no passivo não circulante, sendo reconhecida ao resultado, como receita, em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, enquanto não cumpridas as diretrizes para

reconhecimento como receita diferida os valores ficam registrados como subvenções no passivo não circulante.

p) Os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, foram reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

q) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da Fundação se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

(i) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente reconhecidos e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,

(ii) Passivos contingentes que passam a ser provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Fundação.

As informações sobre julgamentos referentes as políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, os quais, eventualmente podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas na nota explicativa 21 - Provisões para causas cíveis e trabalhistas e contingências passivas.

#### 4. BANCOS

Esta rubrica apresenta os saldos disponíveis em contas bancárias, sem restrição e com restrição, que estão assim compostos:

	2019	2018
<b>SEM RESTRIÇÃO</b>	<b>12.718</b>	<b>9.133</b>
Viacredi	10.000	-
Multicred	2.182	7.940
Unicred	-	794
Sicredi	30	-
Sant. Banespa	77	207
 Bradesco	 429	 192
<b>COM RESTRIÇÃO</b>	<b>58.285</b>	<b>393.207</b>
Caixa Econômica Federal	58.284	-
Multicred	-	393.207
Banco Bradesco	1	-
<b>Total</b>	<b>71.003</b>	<b>402.340</b>

As contas correntes com restrição são oriundas de subvenções e recursos recebidos para aplicação de acordo com plano de trabalho estabelecido, que não podem ser utilizados para fins alheios ao projeto para o qual foram aprovados.

Estes recursos são passíveis de prestação de contas aos órgãos competentes de fiscalização, de acordo com a origem do recurso recebido.

#### 5. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

A Fundação possui valores de aplicações divididos nas seguintes instituições financeiras:

	2019	2018
<b>COM RESTRIÇÃO</b>	<b>3.854.507</b>	<b>632.171</b>
Banco do Brasil	3.056.460	266.394
Multicred	571.281	365.777
Bradesco	165	-
 Unicred	 226.601	 -
<b>SEM RESTRIÇÃO</b>	<b>2.605.023</b>	<b>3.293.089</b>
Unicred	1.449.849	223.173
Viacredi	10	5.406
Banco do Brasil	262.000	432
Multicredi	893.164	3.064.078
<b>Total</b>	<b>6.459.530</b>	<b>3.925.260</b>

As aplicações financeiras com restrição são oriundas de subvenções e recursos recebidos para aplicação de acordo com plano de trabalho estabelecido, que não podem ser utilizados para fins alheios ao projeto para o qual foram aprovados.

Estes recursos são passíveis de prestação de contas aos órgãos competentes de fiscalização, de acordo com a origem do recurso recebido.

#### 6. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

Correspondem a títulos de capitalização, na modalidade Filantropia Premiável, que são adquiridos para comercialização, onde o adquirente do título (consumidor) tem a opção facultativa de ceder (doar) o direito de resgate para o Hospital Santo Antônio. O montante, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 7.114.505 - (R\$ 4.051.724 em 2018 como doações incentivadas).

**7. TÍTULOS E CONTAS A RECEBER - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

Estão registrados neste grupo os saldos a receber de convênios e particulares em função da prestação de serviços da Fundação, conforme segue:

	2019	2018
SUS - Sistema Único de Saúde	10.995.773	10.764.731
Clinipam (Servmed)	571.750	471.906
Seguro	-	576.206
DPVAT	-	473.551
Unimed	697.985	462.952
Particulares	300.502	267.517
Geap	26.422	34.620
Agemed	1.181.257	839.759
SC Saúde	216.474	132.120
Bradesco Saúde	136.867	64.037
Outros Convênios	391.442	378.047
Total	14.518.472	14.465.446
Circulante	10.092.250	10.039.224
Ativo não circulante - SUS	4.426.222	4.426.222

Do total a receber do SUS R\$ 10.995.773 (R\$ 6.569.551 circulante e R\$ 4.426.222 não circulante). Deste montante, R\$ 6.362.356 referem-se a valores de atendimentos que ultrapassaram a meta estabelecida em contrato com o SUS, comumente chamado de Extra Teto, no caso da Fundação Hospitalar de Blumenau trata-se de excedentes de produção de média complexidade, e possui a seguinte composição:

Ano	R\$
2015	1.334.704
2016	1.150.086
2017	1.941.432
	4.426.222
2018	597.165
2019	1.338.969
Total	6.362.356

A Administração da Fundação, amparada por seus assessores jurídicos classificam como improvável a eventual perda destes valores, motivo pelo qual não registrou qualquer provisão para perda sobre esta rubrica, estando os referidos valores registrados a valor presente.

**8. ESTIMATIVA DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

Com base em análise da administração, a estimativa foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos no art. 347 do Decreto 9.580/2018, exceto para os créditos com o Fundo Municipal de Saúde. Em 31 de dezembro de 2019 a Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa para títulos e contas a receber possuía saldo de R\$ 1.442.074 - (R\$ 1.346.030 em 2018).

**9. ESTOQUES**

Os estoques de mercadorias foram avaliados pelos custos de aquisição, que não superam os preços de mercado. As quantidades em estoque foram consideradas com base em controle permanente auxiliar, levantados por inventário físico na data do balanço cuja composição é:

	2019	2018
Farmácias e Central de abastecimento	1.290.613	1.397.996
Quimioterapia	1.292.735	1.618.773
Material de uso e consumo	292.763	268.146
Nutrição e cozinha	81.835	41.587
Ortopedia	1.407	3.084
Tomografia	11.562	33.507
Gasoterapia	29.517	36.721
Eng. Clínica	23.576	18.496
TOTAL	3.024.008	3.418.310

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Representam ativos restritos da Fundação cujo montante, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 335.200 (R\$ 417.587 em 2018). Estão relacionados a quantias bloqueadas por ações de natureza cível e trabalhista e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

**11. INVESTIMENTOS**

Referem-se às contas de capital que a Fundação possui nas seguintes cooperativas:



	2019	2018
Maxi Crédito	58.755	57.576
Unicred	92.299	71.580
Viacredi	29.551	27.958
Sicredi	10.884	10.301
Multicred	69.308	33.292
Total	260.797	200.707

## 12. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96.

As depreciações foram calculadas pelo método linear considerando os critérios fiscais, com as seguintes taxas anuais: Edificações 1,49%; Móveis e Utensílios, Instalações e Equipamentos 10% e; Veículos, Equipamentos de Informática e Equipamentos Telefônicos 20%.

	2018				2019
Custo Corrigido	Saldo	Adições	Baixas	Transferências	Saldo
Edificações	13.508.619	201.227	-	17.076.390	30.786.237
Equipamentos	21.395.638	2.748.159	(1.129.564)	221.403	23.235.636
Equip. De informática	3.233.134	462.678	(20.719)	-	3.675.093
Veículos	138.621	-	-	-	138.621
Móveis e utensílios	4.974.625	279.647	(153.204)	406.238	5.507.306
Instalações	1.432.976	404.991	-	1.483.822	3.321.788
Equip. telefônicos	114.470	1.622	-	-	116.092
Imobilizado em andamento	18.569.704	2.819.086	-	(19.187.853)	2.200.937
Total custo Corrigido	63.367.787	6.917.409	(1.303.487)	-	68.981.709

Depreciação Acumulada					
(-) Edificações	(5.305.476)	(1.009.770)	-	-	(6.315.247)
(-) Equipamentos	(9.277.221)	(1.758.839)	1.126.139	-	(9.909.921)
(-) Equip. de informática	(1.589.854)	(548.830)	19.809	-	(2.118.876)
(-) Veículos	(62.202)	(24.723)	-	-	(86.925)
(-) Móveis e utensílios	(2.688.127)	(420.587)	143.252	-	(2.965.463)
(-) Instalações	(567.493)	(255.655)	-	-	(823.148)
(-) Equip. telefônicos	(58.832)	(8.607)	-	-	(67.439)
Total depreciação acumulada	(19.549.206)	(4.027.013)	1.289.200	-	(22.287.019)
Imobilizado líquido	43.818.581			-	46.694.690

Todos os ativos acima são de propriedade da Fundação, porém alguns bens foram utilizados como garantia em processos. Como por exemplo, gerador, respiradores, monitores cardíacos, incubadoras, berços aquecidos, arco cirúrgico, computadores entre outros. A Fundação também se utiliza de bens públicos – edificações através de comodato com o Município de Blumenau.

A Fundação não adotou no exercício de 2019 os procedimentos para atendimento às NBC TG 27 e NBC TG 01, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, sobre adequação das taxas de depreciação pela vida útil do ativo, a aplicação inicial ao ativo imobilizado, e quanto a redução do valor recuperável dos ativos do imobilizado e intangível, que se refere a uma análise da possibilidade de desvalorização dos bens do ativo imobilizado e intangível.

## 13. INTANGÍVEL

O ativo intangível é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A amortização foi calculada pelo método linear considerando os critérios fiscais, com a taxa anual de 20%.

	2018			2019
Custo Corrigido	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Direito Uso de Software	1.240.420	114.831	-	1.355.251
Amortização				
Direito Uso de Software	(621.429)	(226.593)	-	(848.023)
Intangível Líquido	618.990			507.229

Conforme mencionado na nota explicativa 12, não foram adotados os procedimentos quanto a redução do valor recuperável dos ativos intangíveis.

## 14. FORNECEDORES

O saldo de R\$ 7.635.214 (R\$ 6.677.481 em 2018) refere-se a valores a pagar a fornecedores de materiais de uso e consumo, fornecedores de serviços e fornecedores (clínicas) que possuem contrato de prestação de serviços com a Fundação.

**15. EMPRÉSTIMOS**

O saldo dos empréstimos a pagar está assim composto:

Circulante			
		2019	2018
Empréstimo Capital de Giro	a)	1.422.350	2.866.097
(-) Juros a apropriar		(959.804)	(558.029)
Total		462.546	2.308.068
Não Circulante			
Descrição		2019	2018
Empréstimo	a)	10.856.705	3.703.340
(-) Juros a apropriar		(2.319.251)	(424.652)
Total		8.537.454	3.278.688

a) A composição dos empréstimos em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Empréstimo junto Unicred – Composto de uma Cédulas de crédito no montante de R\$ 9.000.000, para capital de giro com encargos remuneratórios pré-fixados em 0,45% a.m. acrescido do CDI - Operação sem avalistas tendo como garantia os créditos de recebíveis do SUS - Vencimento do contrato em set/2025.

O montante de juros reconhecido no resultado no ano de 2019 referente aos empréstimos foi R\$ 765.844 (R\$ 537.058 em 2018).

**16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

A composição destes tributos está demonstrada no quadro a seguir:

	2019	2018
IRRF sobre salários e serviços de terceiros	498.087	433.920
INSS	254.955	219.758
FGTS	313.310	301.764
INSS retido na fonte sobre serviços de terceiros	774	4.233
Parcelamento Lei 11.941/2009 * (vide nota 20)	790.079	766.398
ISS retido na fonte	27.582	16.901
Pis, Cofins e CS retidos na fonte	147.263	220.797
Total	2.032.050	1.963.771

**17. REPASSES FORNECEDORES MÉDICOS/CLÍNICAS/MUTIRÃO e SOBREAVISO**

Estes débitos referem-se às obrigações de repasses que a Fundação possui com os prestadores de serviço (médico e clínicas) e estão assim compostos:

	2019		2018
Fornecedores repasses médicos	8.389		5.975
Fornecedores repasses clínicas	1.703.599		883.472
Fornecedores repasses mutirão e sobreaviso	22.120		138.319
Total	1.734.108		1.027.766

**18. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO E CUSTEIO**

A Fundação reconhece as subvenções em conformidade com a Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, e Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 07 – Subvenções e Assistência Governamentais, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cujos saldos estão demonstrados da seguinte forma:

Ativo		Passivo	
Descrição	R\$	R\$	Descrição
Caixa e equivalentes	68.728	1.761.346	Custeio e Subvenções – Circulante
Subvenções a receber (circulante)	1.692.617	363.778	Receita já reconhecida
Subvenções a receber (não circulante)	3.716.513	3.716.513	Custeio e Subvenções – Não Circulante
Imobilizado	12.705.053	12.341.275	Receita Diferida – Não circulante
18.182.911		18.182.911	

A Fundação reconhece as subvenções governamentais relacionadas a ativos imobilizados, cujo recurso já foi aplicado e aprovado por órgão competente, em conta de passivo não circulante (Receita diferida) e as subvenções cujos recursos ainda estão sendo aplicados como Subvenções para investimento no passivo não circulante. Seu reconhecimento como receita no resultado é realizado com base na depreciação do ativo imobilizado (realização do bem).



A Fundação reconhece ainda, as subvenções para custeio de acordo com os prazos a serem recebidos e realizados.

#### 19. DÉBITOS DE CAMPANHAS DE CONTRIBUIÇÕES

Corresponde a débitos de aportes/cauções recebidos para aquisição de títulos de capitalização para contribuições incentivadas cujo montante, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 5.249.694 – (R\$ 4.444.302 em 2018). O reembolso dos aportes/cauções é realizado em conformidade com os resgates dos títulos adquiridos cuja realização ocorrerá no decorrer do exercício de 2019.

#### 20. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS

Em 10/12/2004, foi publicada a portaria CG/REFIS nº 777, na qual consta a exclusão da Fundação do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, em decorrência de inadimplência consecutiva com relação aos pagamentos do INSS corrente. A Fundação, por meio de sua assessoria jurídica especializada, ajuizou medida a fim de ver declarada a inexigibilidade das contribuições previdenciárias patronais incluídas no REFIS. Os pedidos da medida judicial foram julgados procedentes (trânsito em julgado em 24 de fevereiro de 2014) e as contribuições previdenciárias patronais, anteriormente incluídas no REFIS, foram declaradas extintas. Os débitos remanescentes do REFIS, oriundos das contribuições previdenciárias dos empregados e autos de infração, foram parcelados pela Fundação, nos termos da lei 11.941/2009. O saldo remanescente do parcelamento é atualizado monetariamente com base na taxa SELIC.

A manutenção da Fundação no programa de parcelamento acima mencionado está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, condições estas, que estão sendo cumpridas pela Fundação.

##### a) Composição por vencimento

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas do passivo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Parcelamento			Total
	1165	1194	1136	
2020	390.991	101.067	298.021	790.079
2021	390.991	101.067	298.021	790.079
2022	390.991	101.067	233.010	725.068
2023	390.991	101.067	-	492.058
2024	291.370	76.705	-	368.075
Total	1.855.334	480.973	829.052	3.165.359
		* Vide nota 16	Circulante	790.079
			Não circulante	2.375.280

#### 21. PROVISÕES PARA CAUSAS CÍVEIS E TRABALHISTAS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Fundação está sujeita às contingências trabalhistas e cíveis. A administração analisou e revisou individualmente cada contingência conhecida considerando a opinião de seus assessores jurídicos e demais dados disponíveis na data de encerramento das demonstrações contábeis para constituição de provisão.

	2018 Saldo	Adições	Baixas	2019 Saldo
Provisão para ações trabalhistas	1.275.110	1.507.580	634.604	2.148.086
Provisão para ações cíveis	9.972.910	2.325.852	3.241.531	9.057.231
Total	11.248.020	3.833.432	3.876.135	11.205.317

Os valores divulgados são baseados em estimativas e os resultados finais, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas bem como possuem momento de ocorrência incertos.

As baixas das contingências cíveis e trabalhistas ocorreram em função da revisão técnica dos processos em andamento. Não representou ingresso de recursos, mas tão somente a baixa e ajuste do saldo contábil do passivo exigível.

##### a) Ações Trabalhistas

Processo	Local	Perda	Valor da ação	Saldo da provisão
0004747-07.2015.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	50.000	50.000
0006173-40.2014.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	30.000	30.000
0004661-83.2015.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	50.000	50.000
0005115-02.2015.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	50.000	50.000
0000568-43.2016.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	40.000	40.000
0001652-32.2016.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	37.000	37.000
0000232-55.2017.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	39.000	39.000
0000303-57.2017.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	40.000	40.000

0000604-87.2017.5.12.0039	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	40.000	40.000
0000216-19.2018.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	31.943	31.943
0000881-83.2018.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, PJe-JT - 1º e 2º	Provável	53.671	53.671
0000189-50.2019.5.12.0002	TRT 12ª Região - Santa Catarina	Provável	353.050	353.050
0000271-81.2019.5.12.0002	Vara do Trabalho, PJe-JT - 1º e 2º	Provável	279.345	279.345
0000906-46.2018.5.12.0051	Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Provável	32.958	32.958
0000487-42.2019.5.12.0002	1 Vara do Trabalho PJe-JT - 1º e 2º	Provável	74.046	74.046
0000444-55.2019.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, PJe-JT - 1º e 2º	Provável	46.503	46.503
0000537-20.2019.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, PJe-JT - 1º e 2º	Provável	5.000	5.000
0000699-13.2019.5.12.0051	4 Vara do Trabalho PJe-JT - 1º e 2º	Provável	73.394	73.394
0000702-65.2019.5.12.0051	4 Vara do Trabalho PJe-JT - 1º e 2º	Provável	25.540	25.540
Processo	Local	Perda	Valor da ação	Saldo da provisão
0000771-50.2019.5.12.0002	1 Vara do Trabalho PJe-JT - 1º e 2º	Provável	28.151	28.151
0000716-49.2019.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, PJe-JT - 1º e 2º	Provável	350.985	350.985
0000819-92.2019.5.12.0039	Vara do Trabalho TRT 12ª Região - 1ª	Provável	49.536	49.536
0000085-49.2016.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	80.000	80.000
0000049-68.2016.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	37.000	18.500
1016-91.2011.5.12.0018	2 Turma, TRT 12ª Região - Santa	Possível	30.000	7.514
0003694-74.2014.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	30.000	15.000
0000718-24.2016.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	40.000	20.000
0000435-66.2017.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	40.000	20.000
0001146-22.2017.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	80.000	40.000
0001229-38.2017.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	50.000	25.000
0000727-17.2018.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região -	Possível	93.097	46.548
0000620-36.2019.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	36.513	18.257
0000616-33.2019.5.12.0039	3 Vara do Trabalho PJe-JT - 1º e 2º	Possível	115.016	57.508
0000650-71.2019.5.12.0018	2 Vara do Trabalho PJe-JT - 1º e 2º	Possível	12.144	6.072
0000745-04.2019.5.12.0018	2 Vara do Trabalho PJe-JT - 1º e 2º	Possível	27.130	13.565
				2.148.086

Todas as ações onde a perda foi classificada como "PROVÁVEL", pelos assessores jurídicos, foram provisionadas pela Fundação. Adicionalmente a Fundação efetuou, por prudência, a provisão de 50% do montante total das perdas consideradas "POSSÍVEIS", nas ações trabalhistas. O montante da provisão para ações trabalhistas em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.148.086 (R\$ 1.275.110 em 2018).

A parcela dos valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos cuja provisão não foi constituída é no montante de R\$ 302.936 (R\$ 469.553 em 2018).

b) Ações Cíveis

Processo	Local	Perda	Valor da ação	Valor da provisão
0304391-33.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	100	100
0303431-02.2016.8.24.0054	0 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	880	880
0309395-51.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0001830-56.2008.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
4009101-57.2017.8.24.0000	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0307691-03.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0005158-57.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0003040-06.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0007684-02.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0313542-23.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000

Processo	Local	Perda	Valor da ação	Valor da provisão
0307012-03.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0013409-59.2012.8.24.0008	1 Vara da Família, TJ Santa Catarina -	Provável	1.000	1.000
0008554-71.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0004559-16.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0003597-90.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000	1.000
0012909-95.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	2.000	2.000
0018833-14.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	8.688	8.688
0011074-72.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	10.000	10.000
0007977-93.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	10.000	10.000
0020168-05.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	10.000	10.000
0601524-28.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	10.000	10.000
0501430-09.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	10.905	10.905
0002368-10.2013.8.24.0025	2 Vara Cível, TJ Santa Catarina - 1ª	Provável	13.000	13.000
0302718-72.2019.8.24.0005	2 Vara Cível, TJ Santa Catarina	Provável	14.292	14.292
0305931-19.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	15.000	15.000
0003576-90.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	20.000	20.000
0002573-32.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	21.000	21.000
0316460-91.2018.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	21.179	21.179
0019445-20.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	23.273	23.273
0503289-94.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	30.000	30.000
0026899-51.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	30.000	30.000
0313505-93.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	30.000	30.000
0020509-02.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	32.710	32.710
0020170-72.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	35.000	35.000
0009355-50.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	38.000	38.000
0013161-59.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	40.000	40.000
0008411-82.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	48.574	48.574
0003060-60.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	50.000	50.000
0004264-13.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	50.000	50.000
0000216-11.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	50.000	50.000
0003455-57.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	50.000	50.000
0007672-12.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	50.000	50.000
0002901-20.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	50.000	50.000
0303561-04.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	51.050	51.050
0027891-12.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	55.000	55.000
0025474-62.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	57.000	57.000
0033990-71.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	60.000	60.000
0001801-74.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	60.000	60.000
0005462-63.2013.8.24.0025	2 Vara Cível, TJ Santa Catarina - 1ª	Provável	67.800	67.800
0504077-74.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	67.800	67.800
0027716-23.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	83.700	83.700
Processo	Local	Perda	Valor da ação	Valor da provisão
0010435-54.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	93.000	93.000
0013424-28.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	100.000	100.000
0305561-69.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	100.000	100.000
0018881-41.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	100.000	100.000

0001383-29.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	100.000	100.000
0006901-73.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	110.000	110.000
0011042-43.2004.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	117.000	117.000
0008456-67.2003.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	120.000	120.000
0603404-55.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	128.000	128.000
0000067-44.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	150.000	150.000
0012707-31.2003.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	168.000	168.000
0014958-17.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	180.000	180.000
0501807-14.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	200.000	200.000
0017702-48.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	200.000	200.000
0027193-06.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	200.000	200.000
0007578-69.2008.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	202.298	202.298
0013686-46.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	250.000	250.000
0027166-33.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	251.600	251.600
0304487-09.2019.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	290.381	290.381
0007577-79.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	315.000	315.000
0317915-63.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	417.000	417.000
0602156-54.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	475.000	475.000
0316682-65.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	500.000	500.000
0024763-91.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	1.000.000	1.000.000
0306797-85.2019.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Provável	2.000.000	2.000.000
0003844-57.2001.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	47.821	-
0301682-25.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.000	-
0312621-64.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	500	-
0306420-56.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	500	-
0022042-25.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.000	-
0309689-06.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.000	-
0303927-43.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.500	-
0305746-78.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.500	-
0016840-09.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	5.000	-
0003645-58.2006.8.24.0073	2 Vara Cível, TJ Santa Catarina - 1ª	Possível	5.000	-
0026316-13.2005.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	15.274	-
0317248-77.2016.8.24.0008	1 Vara Cível, TJ Santa Catarina - 1ª	Possível	16.462	-
0019041-86.2000.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	20.627	-
0012733-63.2002.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	24.038	-
0016388-62.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	28.000	-
0023979-17.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	35.000	-
Processo	Local	Perda	Valor da ação	Valor da provisão
0312153-66.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	50.000	-
0003946-06.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	124.300	-
0320354-47.2016.8.24.0008	1 Vara Cível, TJ Santa Catarina	Possível	200.000	-
0017996-56.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	201.200	-
0021267-15.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	204.000	-
0017503-89.2008.8.24.0008	0 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	210.820	-
0016199-16.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	250.000	-
0014596-73.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	255.000	-
0311422-07.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	264.768	-
0303899-41.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	393.990	-

0017438-89.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	566.464	-
0014037-19.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	573.000	-
0309233-22.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	950.000	-
0017579-40.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.000.000	-
0312744-28.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.562.338	-
4003475-57.2017.8.24.0000	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	2.932.260	-
0314527-89.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.000	-
0315006-48.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	200.000	-
0308067-18.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	468.500	-
0311218-26.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	20.000	-
0309163-68.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.000	-
0310599-62.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	105.703	-
0312020-87.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	248.660	-
0310255-81.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	200.000	-
0311681-31.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	210.000	-
0311510-74.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	193.700	-
0314744-64.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	400.000	-
0315262-54.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	50.000	-
0302423-94.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	305.200	-
0318198-52.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	10.000	-
0312196-32.2018.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	-	-
0305097-11.2018.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	20.000	-
0025895-52.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	1.000	-
0008138-11.2008.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	41.500	-
0305721-24.2015.8.24.0054	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	100.000	-
0318502-17.2018.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	25.950	-
0320500-20.2018.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	30.000	-
0300140-21.2016.8.24.0045	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	15.000	-
0302633-21.2018.8.24.0135	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	114.140	-
0319126-03.2017.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	11.224	-
0320017-58.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	135.000	-
0308412-13.2019.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	150.000	-
Processo	Local	Perda	Valor da ação	Valor da provisão
0301000-31.2019.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	477.000	-
0311584-94.2018.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	100.000	-
0306172-85.2018.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	50.000	-
0319400-30.2018.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	80.000	-
5002271-85.2019.8.24.0033	1 Vara da Fazenda Pública, TJ Santa	Possível	400.000	-
			23.164.170	9.057.231

A Administração e a assessoria jurídica consideram complexo a atribuição de valores para as contingências cíveis, atualmente não existe histórico de ações passadas que possam embasar com confiabilidade os valores a serem provisionados, sendo que para a constituição das provisões cíveis a Administração julga como suficiente constituir provisão sobre a totalidade das causas cujos assessores jurídicos consideram como "Alto Risco / "PROVÁVEIS" para perda. A provisão foi efetuada pelos valores originais das causas. O montante da provisão para ações cíveis em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 9.057.231 (R\$ 9.972.910 em 2018).

A parcela dos valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos que não foi constituída provisões é no montante de R\$ 14.106.939 (R\$ 9.282.094 em 2018).

## 22. CONTAS DE COMPENSAÇÃO (ATIVAS E PASSIVAS)

O saldo está assim composto:



	2019	2018
Mercadorias de terceiros	685.645	562.430
Crédito de cauções	146.963	185.154
Bens de terceiros	277.844	327.844
Imobilizado e matérias em trânsito	437.450	319.650
Seguros	38.192.138	38.192.138
Total	39.740.040	39.587.216

As contas de compensação compreendem as mercadorias de terceiros que estão sob uso da Fundação, crédito de adiantamentos de pacientes, o valor de cobertura das apólices de seguro e bens e materiais em trânsito.

A cobertura de seguros é determinada de acordo com a orientação obtida de especialistas, segundo a natureza de grau e risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas relevantes em bens do ativo imobilizado e estoques.

### 23. SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E DOAÇÕES

As subvenções, auxílios, doações recebidas no exercício de 2019, para custeio da Fundação, e as subvenções de investimento que atenderam ao critério de reconhecimento no resultado foram contabilizadas da seguinte forma:

	2019	2018
Receita com restrição		
Subvenções e auxílios	21.008.884	16.851.167
Doações	3.319.171	3.807.367
Receita sem restrição		
Doações	229.883	123.755
Total	24.557.938	20.782.289
Provenientes de:		
Subvenções Municipais	8.415.719	7.707.940
Subvenções Estaduais	11.896.593	8.894.695
Doações Mat./Med. – SES	2.974.862	3.429.071
Subvenções para Investimentos	696.572	248.532
Doações através de Campanha (CELESC)	101.598	100.689
Doações Pessoas Jurídicas	344.310	378.297
Doações Pessoas Físicas	128.284	23.065
Total	24.557.938	20.782.289

### 24. CONTRIBUIÇÕES INCENTIVADAS E RECEITAS SOCIAIS

Os valores do superávit nas operações com contribuições incentivadas e receitas sociais foram:

	2019	2018
Receita de doações de contribuições incentivadas	a) 24.883.500	74.921.813
Custo e despesas com doações incentivadas	a) (22.395.150)	(67.433.776)
Receita sociais	b) 23.229.216	-
Custos com receitas sociais	b) (17.446.602)	-
Superávit nas operações com Trimania	8.270.964	7.488.037

#### a) CONTRIBUIÇÕES INCENTIVADAS:

Em maio de 2016 a Fundação iniciou a arrecadação de doações de contribuições incentivadas - Trimania, a qual está vinculada a participação em sorteio de prêmios cuja operação é assessorada pela SC CAP Assessoria e Promoção de Vendas Ltda – Trimania, esta operação finalizou em abril de 2019.

#### b) RECEITAS SOCIAIS

A partir de maio de 2019, o produto TRIMANIAVALE passou a ser comercializado sob a forma de título de capitalização, na modalidade Filantropia Premiável, figurando a Fundação Hospitalar de Blumenau (Hospital Santo Antônio), como entidade beneficente e cessionária do direito de resgate, e não mais como subscritora dos títulos, para efetuar a gestão financeira e operacional é assessorada pela BLU CAP ASSESSORIA E PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA.

O resultado obtido (superávit) da arrecadação das Doações de Contribuições Incentivadas e Receitas Sociais – “Trimania” foi investido em sua maioria na aquisição de equipamentos hospitalares, móveis e utensílios, aparelhos, acessórios, ferramentas, computadores e periféricos, instrumental cirúrgico, instalações, construções e reformas da estrutura física para melhoria da assistência à saúde da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como de convênios, cuja representação pode ser verificada na nota explicativa 30.

### 25. TRABALHO VOLUNTÁRIO

No exercício de 2019 a Fundação registrou os trabalhos voluntários pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o

desembolso financeiro, em conformidade com a ITG 2002. Todos os serviços voluntários prestados por grupos de voluntários estão relacionados as atividades de saúde.

As receitas e custos com trabalhos voluntários estão assim compostos:

Receita / Custos		2019	2018
Grupos de voluntários		46.955	49.637
Diretoria		154.016	154.016
Conselhos		9.091	9.869
Total		210.062	213.522

## 26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Esta rubrica está composta pelos seguintes valores:

	2019	2018
Precatórios	-	52.528
Aluguéis	224.951	223.708
Eventos	292.383	-
Fotocópias e cursos	67.888	156.303
Receitas diversas	177.973	147.007
Total	763.195	579.546

## 27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O saldo está assim composto:

	2019	2018
Provisões (i)	1.683.993	524.576
Depreciação e amortização	4.253.606	3.172.540
Energia elétrica	-	2.223.193
Serviços administrativos	2.034.814	2.402.539
Serviços de manutenção (ii)	485.420	1.268.002
Material de expediente e impressos	-	719.970
Honorários advocatícios – precatórios	-	375
Bens não imobilizáveis	84.389	179.093
Aluguel / Condomínios	-	186.970
Serviços de assessoria jurídica	200.264	198.934
Assessoria de comunicação	4.993	36.020
Telefone	39.489	47.124
Água e esgoto	-	159.292
Outras	243.298	323.814
Total	9.030.266	11.442.442

(i) Compreende a constituição das provisões para causas cíveis e trabalhistas conforme detalhado na nota explicativa 21 e constituição/reversão de estimativa de créditos de liquidação duvidosa.

(ii) Relacionado a manutenções realizadas no decorrer do exercício de 2019 e 2018 que não contribuíram para aumento da vida útil dos imóveis.

No exercício social de 2019 as despesas de Energia, Material de expediente e impressos, Aluguel / Condomínios e Água e esgoto foram reclassificadas para o grupo de custos.

## 28. SEGREGAÇÃO DAS RECEITAS E DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIO FISCAL

	2019	2018
Serviços para convênios	85.622.875	79.085.652
Auxílios, subvenções e doações	24.557.938	20.782.289
Contribuições incentivadas	24.883.500	74.885.815

Receitas Sociais	23.229.216	-
Outras receitas operacionais	763.195	579.546
Glosas	(54.710)	(194.384)
Total das receitas	159.002.014	175.138.918
Benefícios fiscais gozados	4.770.060	5.254.168
COFINS 3%	4.770.060	5.254.168

### 29. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS SE A FUNDAÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO

Em conformidade com a legislação previdenciária, a Fundação gozou benefício total de R\$ 6.896.084 no ano de 2019 (R\$ 9.382.375 em 2018) referente à contribuição previdenciária, conforme demonstrado a seguir:

Mês	2019		2018	
	Base de cálculo	Isenção usufruída	Base de cálculo	Isenção usufruída
Janeiro	2.634.359	526.872	2.493.122	718.019
Fevereiro	2.602.095	520.419	2.414.461	695.365
Março	2.562.281	512.456	2.437.976	702.137
Abril	2.572.365	514.473	2.479.050	713.966
Maio	2.585.744	517.149	2.438.261	702.219
Junho	2.636.327	527.265	2.492.666	717.888
Julho	2.722.084	544.417	2.580.631	743.222
Agosto	2.722.729	544.546	2.590.521	746.070
Setembro	2.743.665	548.733	2.608.650	751.291
Outubro	2.790.871	558.174	2.629.831	757.391
Novembro	2.769.780	553.956	2.593.460	746.916
Dezembro	2.375.390	475.078	2.653.849	764.308
13º Salário	2.762.731	552.546	2.165.216	623.582
Total	34.480.421	6.896.084	32.577.693	9.382.375

### 30. ATENDIMENTOS DO CONVÊNIO FIRMADO COM O S.U.S

Considerando a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, e em atendimento à portaria nº834 de 26 de abril de 2016 do Ministério da Saúde, no ano de 2019 a Fundação Hospitalar de Blumenau, mantenedora do Hospital Santo Antônio, superou o percentual mínimo de 60% de atendimentos necessários ao SUS – Sistema Único de Saúde, sendo considerado para o cálculo na área de Internação Hospitalar, paciente/dia, e na área Ambulatorial, quantidade de atendimentos, conforme demonstrativos:

	2019		2018	
	Paciente/Dia	%	Paciente/Dia	%
<b>Área de Internação Hospitalar</b>				
SUS	53.572	88,01%	51.994	88,64%
Unimed	3.424	5,62%	2.916	4,97%
Clinipam	1.773	2,91%	1.016	1,73%
Particulares	701	1,15%	673	1,15%
Outros	1.403	2,30%	2.056	3,51%
Total	60.873	100%	58.655	100%
	2019		2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Área Ambulatorial</b>				
SUS	200.021	91,52%	195.501	92,09%
Unimed	3.318	1,52%	2.869	1,35%
Clinipam	4.138	1,89%	3.250	1,53%
Particulares	6.901	3,16%	6.403	3,02%
Outros	4.179	1,91%	4.270	2,01%
Total	218.557	100%	212.293	100%

A Fundação apresentou preponderância de serviços prestados ao SUS na Área Ambulatorial.



Como participante dos programas e estratégias definidos pelo Ministério da Saúde, conforme portaria nº834 de 26 de Abril de 2016, para a comprovação da prestação anual de serviços ao SUS, o Hospital Santo Antônio possui, além dos percentuais de atendimentos nas áreas, 6% (seis pontos percentuais) que devem ser adicionados ao total da prestação de serviços ofertados ao SUS na área ambulatorial (preponderante), referente:

I – Atenção Obstétrica e Neonatal: 1,5% (um e meio pontos percentuais)

II – Atenção Oncológica: 1,5% (um e meio pontos percentuais)

III – Atenção às urgências e emergências: 1,5% (um e meio pontos percentuais)

IV – Atendimentos voltados a pessoas com transtornos mentais e transtornos decorrentes do abuso ou dependência de álcool, crack e outras drogas: 1,5% (um e meio pontos percentuais).

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e da elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

### 32. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstração Contábeis foram auditadas pela Actus Auditores independentes S.S.

Jorge José Cenci				Izabel Cristina Casarin
Presidente				Gerente Geral
CPF: 255.454.340-20				CPF:322.007.650-53
Amarildo Nazário				Jones Bambinetti
Tesoureiro				Contador
CPF:674.564.999-34				
				CPF nº 902.917.869-87
				CRC/SC nº 026.403/O-6

\* \* \*

## PORTARIA Nº 01/2020 - SEDECI

Publicação Nº 2537011

PORTARIA Nº 01 DE 19 DE JUNHO DE 2020.

CRIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE DEFESA CIVIL – SEDECI, A COMISSÃO PARA TRATAR DA FORMALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONCERNENTE DAS SOLICITAÇÕES DE RELIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

CARLOS OLÍMPIO MENESTRINA, Secretário de Defesa Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 14 do Decreto Municipal nº 12.227 de 2019 e artigo 12 da Lei Complementar nº 1.234 de 2019.

RESOLVE:

Criar comissão supra Diretorias, para tratar da formalização da instrução normativa, em complemento ao termo de cooperação celebrado entre o município de Blumenau, SAMAE e CELESC, em cumprimento ao termo de audiência da 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, Notícia de Fato nº 01.2018.00010997-0, com o objetivo de definir ações e procedimentos no tocante aos processos de solicitação de religação de energia em edificações localizadas em áreas de risco geológico e APP.

A referida comissão tem poderes no âmbito da SEDECI de requerer o apoio dos técnicos e demais integrantes, caso se faça necessário.

A referida comissão tem poderes para oficiar às demais Secretarias partícipes, SEPLAN, SEMMAS, SEDEAD (Praça do Cidadão) e Procuradoria Geral do Município, caso haja a necessidade de definir assunto com alguma relação de continuidade.

Composição da Comissão:

Ana Maria Barbato da Silva – Arquiteta (Diretoria de Geologia, Análise e Riscos Naturais);  
Eduardo José Freitas Rodrigues – Agente de Defesa Civil (Diretoria de Operações e Gestão de Riscos e Desastres);  
Jéssica Aparecida de Moraes – Gerente de Investigação Geotécnica (Diretoria de Geologia, Análise e Riscos Naturais);  
Juliana Mary de Azevedo Ouriques – Assistente Social (Diretoria de Operações e Gestão de Riscos e Desastres);

Prefeitura Municipal de Blumenau, em 19 de Junho de 2020.

CEL BM RR CARLOS OLÍMPIO MENESTRINA  
Secretário Municipal de Defesa Civil



**RESOLUÇÃO CMHIS Nº 03/2020**

Publicação Nº 2537015

RESOLUÇÃO CMHIS Nº. 03/2020

INSTITUI A COMISSÃO ELEITORAL PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS/AS CONSELHEIROS/AS NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS E DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CGFMHIS, GESTÃO 2020/2024, E NOMEIA SEUS COMPONENTES.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015;

**CONSIDERANDO:**

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- o Decreto nº 10.991, de 21 de junho de 2016 que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS;
- o Decreto nº 10.992, de 21 de junho de 2016 que aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS;
- a deliberação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, em Plenária Ordinária realizada no dia 23 de junho de 2020, conforme consta na Ata nº 03/2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir Comissão Eleitoral do Processo de Escolha dos Conselheiros Não Governamentais, sendo Organizações da Sociedade Civil – OSC's e Movimentos Populares para o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e em observância ao art. 21 da Lei Complementar nº 1.014 de 11 de dezembro de 2015, o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - CGFMHIS, Gestão 2020/2024.

Art. 2º Compõe a Comissão Eleitoral:

- I- Aline Votri, representando o segmento movimentos populares;
- II – Simone Ribeiro, representando as OSC's;
- III - Sulievertton Bento, representando as OSC's.

Art. 3º Compete a Comissão Eleitoral:

- a) definição dos termos do edital de Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Populares conforme dispõe o art. 18, incisos II, alíneas "a" a "d" e III da Lei Complementar nº 1.014, de 11 de dezembro de 2015;
- b) divulgação do processo eleitoral;
- c) coordenação do processo eleitoral em todas as suas etapas;
- d) apreciação e homologação das inscrições de Entidades e Movimentos Populares;
- e) fiscalização da votação e sua apuração;
- f) lavratura da ata da Assembléia de Escolha;
- g) recepção e apreciação de recursos e impugnações;
- h) julgamento e deliberação acerca das ocorrências havidas durante o processo da escolha;
- i) publicação do resultado do processo de escolha;
- j) deliberação sobre os casos omissos.

Art. 4º Ao término do Processo de Escolha dos Conselheiros Não Governamentais do CMHIS/CGFMHIS, a presente Comissão ficará automaticamente destituída.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 23 de junho de 2020.

Patrícia Morastoni Sasse  
Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### CONTRATO 40/2020

Publicação Nº 2536225

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020

Contrato Nº 40/2020

Que celebram entre si o MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Manoel Cecílio Ribeiro, 68 inscrita no CNPJ sob nº 82.844.754/0001-92, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa SEM PARADA CONSTRUÇÕES LTDA EPP LTDA, CNPJ 26.236.045/0001-53, estabelecida no endereço RUA TEREZA MARTINS DE BRITO, 141 SALA 02 BAIRRO REVOREDO, Cidade de TUBARÃO, estado do SANTA CATARINA, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada pelo seu representante legal THIAGO DA CUNHA SIMIANO, CPF 087.297.429-43, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, como justo e contratado o que segue abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o Tomada de Preços para contratação de empresa de engenharia especializada para construção de 01 (um) Barracão/Galpão, neste município, com as seguintes características: estrutura de concreto armado, edificação de alvenaria para fins diversos, estrutura metálica, instalação elétrica residencial e/ou comercial em baixa tensão com medição individual ou coletiva, rede hidrossanitária, sistema preventivo de incêndio – conjunto de extintores, sistema preventivo de incêndio – iluminação de emergência, sistema preventivo de incêndio – saídas de emergência, sistema preventivo de incêndio – sinalização de emergência.

#### 0.1. CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1. - Para a presente contratação foi realizada a Licitação da Modalidade – Tomada de Preços nº 05/2020 de registro de preços nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. - As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. - O presente contrato/registro de preço(s) vigorará a partir da data de sua assinatura até 12 (meses), compreendendo o período de 05/06/2020 à 05/12/2020, podendo ser suprimido ou prorrogado se subsistir saldo quantitativo do objeto licitado, ou por interesse da Administração.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO DOS SERVIÇOS E DAS QUANTIDADES

5.1. - Os preços para os bens contratados são de R\$ 189.552,30 (Cento e oitenta e nove mil quinhentos cinquenta e dois reais e trinta centavos), conforme segue:

- 01 (um) Barracão/Galpão, neste município, com as seguintes características: estrutura de concreto armado, edificação de alvenaria para fins diversos, estrutura metálica, instalação elétrica residencial e/ou comercial em baixa tensão com medição individual ou coletiva, rede hidrossanitária, sistema preventivo de incêndio – conjunto de extintores, sistema preventivo de incêndio – iluminação de emergência, sistema preventivo de incêndio – saídas de emergência, sistema preventivo de incêndio – sinalização de emergência.

5.2. - Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º, da Lei n. 8.666/93;

b) para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do princípio previsto no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/93.

5.3. - A contratante poderá adjudicar de forma unitária, item a item dentro do lote.

5.4. - A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

5.5. - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

6.1.1 Em até 30 (trinta) dias da data da entrega da nota fiscal, conforme efetivo cumprimento da obrigação.

6.2. - Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do "SIMPLES".

6.2.1. - Em sendo optante do "SIMPLES" o contratado deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

6.3. - Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra o efetivo Fornecimento do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, excepcionalmente, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante prévia autorização da Administração, for efetivado parcialmente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. - As despesas para a execução deste contrato correrão no orçamento da Dotação Orçamentária do ano de 2020 – PM (163 – Recurso Próprio e 164 – Recurso Federal)

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, o CONTRATANTE se compromete a:

a) solicitar previamente à CONTRATADA, através de documento próprio, o fornecimento dos laudos;

b) efetuar o pagamento na forma prevista na cláusula sexta.

c) averiguar a qualidade dos produtos e notificá-los devolução e/ou troca caso haja desconformidade com o objeto e/ou qualidade licitado.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a:

- a) Executar de acordo com o Edital, devendo ser seguidas rigorosamente às especificações contidas nas legislações que regulamentam o objeto desta contratação.
- b) A contratada se obriga a tomar conhecimento e consultar todas as obrigações antes e durante a execução de quaisquer serviços.
- c) garantir a qualidade dos serviços entregues conforme os órgãos reguladores e atender todas as normas de segurança.
- d) assegurar a fiscalização pelo Sr. Marcelo Fuck, matrícula 2448 e na impossibilidade deste estar presente o Sr. Oneide Nunes Zaneta, matrícula 491 e todas as entregas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. - A recusa no fornecimento dos bens e ou serviços, sem motivo justificado e aceito pela Administração, constitui-se em falta grave, sujeitando o contratado à sua inscrição no Registro de Ocorrências da Secretaria de Administração do município e não impede, em razão das circunstâncias e a critério da administração do ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE, a aplicação das seguintes penalidades:

- a) multa de 5% sobre o valor total do contrato que, em caso de não pagamento, será encaminhada para a dívida ativa do município, visando a sua execução;
- b) Suspensão de, no mínimo 1 (um) ano e, no máximo 2 (dois) anos, do direito de licitar/ contratar com a Administração; e
- c) Declaração de Inidoneidade.

10.2. - Expirado o prazo proposto para o fornecimento do maquinário, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor remanescente do contrato.

10.3. - A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) e será cobrada por compensação financeira dos créditos que o contratado tiver a receber.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1. - O presente contrato poderá ser renunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data desejada para o encerramento, em conformidade com o art. 79, II da Lei 8 666/93.

11.2. - O presente contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

11.3. - Em caso de rescisão administrativa ou amigável deverá haver autorização prévia e fundamentada da autoridade competente do ÓRGÃO/ENTIDADE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1. - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente contrato:

- a) Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites previsto no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93;
- b) Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;
- c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato; e
- d) Fiscalizar a execução do ajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1 Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato

13.2 Considera-se incluso no preço dos serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, hospedagem, alimentação, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. .

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA

14.1 A empresa deve ter disponibilidade das luminárias aqui no Brasil e oferecer garantia mínima de 5 (cinco) anos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. - A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 8666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. - As partes contratantes elegem o foro de São Joaquim, SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Bom Jardim da Serra, 05 de junho de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira  
Prefeito Municipal  
Contratante

SEM PARADA CONSTRUÇÕES LTDA EPP LTDA  
THIAGO DA CUNHA SIMIANO  
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N. 16/2020**

Publicação Nº 2536106

PORTARIA Nº 16/2020  
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim da Serra, vereador João Cristiano Pereira Rodrigues, nos uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, o artigo 27, incisos II e XXXIII do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, em consonância com o disposto no artigo 7º da Resolução Legislativa n. 01/2020 e no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDE adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento) para o cargo de Zelador da Câmara de Vereadores de Bom Jardim da Serra – SC, nos termos do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, elaborado pela empresa Preven Med Saúde Ocupacional.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra, 24 de junho de 2020.

Publique-se  
Registre-se  
Cumpra-se

João Cristiano Pereira Rodrigues  
Presidente

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 735.06.20 - P. LIC. PREMIO JOCELINO DA ROSA

Publicação Nº 2536486

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 735/20 de 24.06.20  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 040/20 de 23.06.20, e despacho em 24.06.20, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, a serem usufruídos no período de 24 de junho de 2020 à 21 de setembro de 2020, correspondente ao quinquênio 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2020 (Dois Mil e Vinte); ao funcionário Jocelino da Rosa, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 736.06.20 - P.LIC. MOT. P. FAM. DELMA I. R. SANTOS

Publicação Nº 2536487

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 736/20 de 24.06.20  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado 30 (trinta) dias de licença para acompanhar familiar, na realização de tratamento de saúde, em pós operatório, a contar do dia 17 de junho com término no dia 16 de julho de 2020, a funcionária Delma Isabel Rabelo dos Santos, Ocupante do cargo de Servente, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### ERRATA DECRETO 49.20

Publicação Nº 2536485

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### ERRATA

Errata nº 01 do Decreto Nº 49/20 de 10.06.20

O Município de Bom Retiro vem a público retificar o Decreto nº 49/20 de 10.06.20, cuja ementa é: Abre Crédito Especial ao orçamento do Município, no orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, do ano em curso, de Bom Retiro, exercício financeiro de 2020, publicada no

Diário Oficial dos Municípios de 15/06/2020, Edição N° 3171, páginas 260 a 261, publicação 2521129.

Onde se Lê:

Abre Crédito Especial ao orçamento do Município, no orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, do ano em curso, de Bom Retiro, exercício financeiro de 2020.

Leia-se:

Suplementa Recursos Orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2020, Por Anulação De Dotação.

Município de Bom Retiro/SC, 24 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado  
Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2513 2020**

Publicação Nº 2536189

**DECRETO Nº 2513/2020****“Abre Crédito Suplementar Por  
Superávit Financeiro No  
Exercício De 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 18.610,00 (dezoito mil e seiscentos e dez reais), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>
<b>0015 - Urbanismo</b>
<b>0452 - Serviços Urbanos</b>
<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>
<b>41 - MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS, JARDINS E ORNAMENTAÇÃO DA CIDADE</b>
Cód. 310 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas
Fonte de recurso - 03000100 - Superávit - Recursos Ordinários 18.610,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03000100 - Superávit - Recursos Ordinários	18.610,00
---	-----------

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 23 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 23 de junho de 2020.

**JOSE LUIZ COLOMBI**

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 2514 2020**

Publicação Nº 2536192

**DECRETO Nº 2514/2020****“Abre Crédito Suplementar Por  
ANULAÇÃO NO  
ORÇAMENTO DE 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1482/2020, de 24 de junho de 2020.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 19.702,55 (dezenove mil, setecentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

<b>11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
<b>001 - Fundo Municipal de Saúde</b>	
<b>0010 - Saúde</b>	
<b>0122 - Administracao Geral</b>	
<b>0007 - AÇÕES GERAIS DE SAÚDE</b>	
<b>28 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE</b>	
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	
Cód. 357 - 33190000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 02380004 - Coronavírus (COVID-19)	19.702,55

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
<b>001 - Fundo Municipal de Saúde</b>	
<b>0010 - Saúde</b>	
<b>0301 - Atenção Básica</b>	
<b>0007 - AÇÕES GERAIS DE SAÚDE</b>	
<b>30 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA</b>	
Cód. 325 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 02380001 - Atenção Primária	19.702,55

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 48.825,26 (quarenta e oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>002 - Divisão de Projetos e Estudos</b>	
<b>0015 - Urbanismo</b>	
<b>0451 - Infra-Estrutura Urbana</b>	

<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>	
<b>38 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PROJETOS E ESTUDOS</b>	
Cód. 186 - 3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros	48.825,26
Programas	

Art. 4º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 3º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0026 - Transporte</b>	
<b>0782 - Transporte Rodoviário</b>	
<b>0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL</b>	
<b>4 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, GALERIAS E OBRAS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS</b>	
Cód. 178 - 3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros	48.825,26
Programas	

Art. 5º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 254.800,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais), conforme abaixo especificado:

<b>08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>	
<b>001 - Divisão de Agricultura</b>	
<b>0020 - Agricultura</b>	
<b>0606 - Extensão Rural</b>	
<b>0020 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA</b>	
<b>43 - ASSISTÊNCIA, APOIO E FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR</b>	
Cód. 358 - 3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01340034 - Transferências de Convênios - União/Outros	254.800,00

Art. 6º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 5º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0026 - Transporte</b>	
<b>0782 - Transporte Rodoviário</b>	
<b>0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL</b>	
<b>35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS</b>	
Cód. 181 - 3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01340034 - Transferências de Convênios -	127.500,00

União/Outros
--------------

<b>10 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>	
<b>003 - Fundo Municipal de Esportes de Botuvera</b>	
<b>0027 - Desporto e Lazer</b>	
<b>0812 - Desporto Comunitário</b>	
<b>0023 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>	
<b>79 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS</b>	
Cód. 212 - 3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01340034 - Transferências de Convênios -	
União/Outros	127.300,00

Art. 7º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 81.900,00 (oitenta e um mil e novecentos reais), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0015 - Urbanismo</b>	
<b>0452 - Servicos Urbanos</b>	
<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>	
<b>39 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COLETA E TRATAMENTO DO LIXO</b>	
Cód. 149 - 3339300000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	
	81.900,00

Art. 8º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 7º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>10 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>	
<b>002 - Divisão de Cultura</b>	
<b>0013 - Cultura</b>	
<b>0392 - Difusão Cultural</b>	
<b>0023 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>	
<b>46 - REALIZAÇÃO DA FESTA BERGAMASCA</b>	
Cód. 131 - 3339000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	
	81.900,00

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 24 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 24 de junho de 2020.

**JOSE LUIZ COLOMBI**

Prefeito Municipal

**LEI 1482 2020 PROJETO 08 2020**

Publicação Nº 2536413

"Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no exercício de 2020"

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, Prefeito(a) Municipal, com fundamento nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 405.227,81 (quatrocentos e cinco mil duzentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 das seguintes dotações orçamentárias:

<b>CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</b>		
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ</b>		
<b>SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>		
Unidade Orçamentária: 06.002	Divisão de Projetos e Estudos	
Funcional Programática: 06.002.0015.0451.0014.0038	Ação: MANUTENÇÃO DO SETOR PROJETOS E ESTUDOS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	R\$ 48.825,26
<b>S ECRETARIA DE AGRICULTURA</b>		
Unidade Orçamentária: 08.001	Divisão de Agricultura	
Funcional Programática: 08.001.0020.0606.0020.0043	Ação: ASSISTÊNCIA, APOIO E FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01340034 - Transferências de Convênios - União/ Outros	R\$ 254.800,00
<b>SECRETA RIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>		
Unidade Orçamentária: 06.001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
Funcional Programática: 06.001.0015.0452.0014.0039	Ação: MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COLETA E TRATAMENTO DO LIXO	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3393000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01000100 - Recursos Ordinários	R\$ 81.900,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 385.525,26		
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		
Unidade Orçamentária: 11.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 11.001.0010.0122.0007.0028	Ação: MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	02380004 - Coronavírus (COVID-19)	R\$ 19.702,55
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 19.702,55		

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão anuladas parcialmente as seguintes dotações especificadas:

<b>ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO</b>		
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ</b>		
<b>SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>		
Unidade Orçamentária: 06.001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
Funcional Programática: 06.001.0026.0782.0013.0004	Ação: CONSTRUÇÃO DE PONTES, GALERIAS E OBRAS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	R\$ 48.825,26
<b>SECRETARIA DE T URISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>		
Unidade Orçamentária: 10.003	Fundo Municipal de Esportes de Botuvera	
Funcional Programática: 10.003.0027.0812.0023.0079	Ação: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01340034 - Transferências de Convênios - União/ Outros	R\$ 127.300,00
<b>SECRETA RIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>		

Unidade Orçamentária: 06.001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
Funcional Programática: 06.001.0026.0782.0013.0035	Ação: MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01340034 - Transferências de Convênios - União/Outros	R\$ 127.500,00
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária: 10.002	Divisão de Cultura	
Funcional Programática: 10.002.0013.0392.0023.0046	Ação: REALIZAÇÃO DA FESTA BERGAMASCA	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000100 - Recursos Ordinários	R\$ 81.900,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 385.525,26		

F	UNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 11.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 11.001.0010.0301.0007.0030	Ação: MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	02380001 - Atenção Primária	R\$ 19.702,55
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 19.702,55		

Art. 3º Face ao crédito fica inserido no Anexo I da Lei Municipal nº 1464 de 23 de Outubro de 2019, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

Art. 4º Face ao crédito fica inserido no Anexo I da Lei Municipal nº 1401 de 27 de Setembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

Art. 5º O crédito adicional suplementar, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de Dezembro de 2020.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 24 de junho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal de Botuverá

**PL34/2020-PP28/2020-TAPA BURACO-RETIFICAÇÃO EDITAL**

Publicação Nº 2536553

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2020-PREGÃO PRESENCIAL Nº28/2020-SRP  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, SC, torna público que o Processo Licitatório em epígrafe, sofreu alterações no conteúdo do anexo VII-Modelo de Proposta, e que tais alterações interferem diretamente na elaboração da proposta por parte das licitantes. Assim pelas modificações inseridas passa-se a ser disponibilizado na íntegra o EDITAL RETIFICADO nos mesmos endereços, ficam também alteradas as datas de apresentação das propostas e documentação, que passarão a serem recebidas até: **07/07/2020, às 10:00 Horas**. Demais informações e conteúdos permanecem inalterados. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax(47)3359-3200 e e-mail [licitacao@botuvera.sc.gov.br](mailto:licitacao@botuvera.sc.gov.br), e site [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br). Botuverá-SC, 24 de Junho de 2020.

Angelo Luiz Venzon  
Secretário de Obras

**ALTERAÇÕES EFETUADAS:****Lote 1: TAPA BURACOS E OUTROS**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND
1	TAPA BURACOS: sobre pavimentação de lajotas, paralelepípedos, base de materiais pétreos, recapeamento asfáltico parcial sobre pavimento asfáltico deteriorado, inclusos: -M.O. e todos os equipamentos necessários (patrola, rolo compactador, rolo pneus, espargidor e outros); -Recorte e reenquadramento com policorte de pavimento C.A.U.Q a ser retirado; -Execução de pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-2C, com fornecimento de todos os materiais; -Execução de imprimação da base de materiais pétreos com CM-30 (asfalto diluído de petróleo-ADP), com fornecimento de todos os materiais.	1.000	m²
2	Remoção de pavimento C.A.U.Q com transporte e bota-fora.	500	m²

**Lote 2: MASSA ASFÁLTICA-C/T**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND
3	MASSA ASFÁLTICA CBUQ - Concreto Usinado à Quente faixa "C" DEINFRA/SC, com transporte da usina até local da obra (área central).	300	Ton

**Lote 3: MASSA ASFÁLTICA-S/T**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND
4	MASSA ASFÁLTICA CBUQ - Concreto Usinado à Quente faixa "C" DEINFRA/SC *(retirado na sede da empresa pela contratante em distância não superior a 80km)	200	ton

**Lote 4: IMPRIMAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND
5	CM-30 (imprimação da base de materiais pétreos)	400	ltrs

\*Distância superiores serão desclassificadas

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 14/2020

Publicação Nº 2536330

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2020

Número do Registro de Preços: 14/2020		Data do Registro: 24/06/2020		Válido até: 24/06/2021			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de caixas d'água para o Município de Braço do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Caixa d'água de polietileno, capacidade 20.000 litros, com tampa rosqueável de vedação total, com flange de 60mmx2" instalado na saída. (26833)	UND	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME (9673)	INCOFIMA	0	7.700,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2020

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

(9673) - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME

Braço do Trombudo, 24 de Junho de 2020.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO 34/2020

Publicação Nº 2535971

DECRETO Nº 034 DE 24 DE JUNHO DE 2020

ALTERA O ARTIGO 3º DO DECRETO Nº 33/2020.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito do Município de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;  
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de novas medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população em decorrência do surgimento de casos positivos para o covid-19 no âmbito do território de Brunópolis;  
CONSIDERANDO que o uso de qualquer tipo de máscara, mesmo as feitas em domicílio, associada a lavagem de mãos, etiqueta respiratória, uso de álcool gel e distanciamento social, aumentam, significativamente, a proteção da população em geral contra a COVID-19, servindo como barreira parcial para a transmissão do vírus e impedindo a disseminação pelo contato com gotículas infectantes;  
CONSIDERANDO que o distanciamento social, aumenta, significativamente, a proteção da população em geral contra a COVID-19, servindo como barreira parcial para a transmissão do vírus;

#### DECRETA

Art. 1º. O artigo 3º, do Decreto Municipal nº 33, de 22 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º Fica prorrogado o Decreto 29/2020 pelo período de 15 (quinze) dias, com as ressalvas deste Decreto.

Parágrafo primeiro: Restaurantes, lanchonetes e padaria deverão operar prioritariamente pelo sistema delivery, marmitas e pratos feitos, mantendo as regras do distanciamento de conforme Decreto (mantendo 2 metros de distância e material de proteção).

Parágrafo segundo: Os bares poderão realizar vendas mas os produtos vendidos não poderão ser consumidos no local.”

Art. 2º Renumeram-se os artigos 11, 12 e 13, do Decreto nº 33, de 22 de junho de 2020:

“Art. 11 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 12 - Caso não sejam acatadas as recomendações emitidas pelos órgãos de fiscalização, o infrator estará sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação, inclusive civis e penais, dentre as quais aquelas previstas para os crimes elencados nos artigos 268 e 330, ambos do Código Penal, dispositivos estes que tratam, respectivamente, das infrações de medida sanitária e do crime de desobediência – do Código Penal, inclusive suspensão do Alvara de Funcionamento do Estabelecimento.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de 22 de junho de 2020.”

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis/SC, 24 de junho de 2020.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN

Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 001-2020-HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2536587

EDITAL Nº 001/2020

HOMOLOGAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA 001/2020

1. A Diretora, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 8.064/2017, considerando a relação final de classificados do Edital Chamada Pública n. 001/2020, publicado no diário oficial dos municípios, site da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final da Chama da Pública 001/2020 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 24 de junho de 2020, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade da presente Chamada Pública, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final da Chamada Pública n. 004/2020, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 24 de junho de 2020.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

### EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 030-2020-SAMAE

Publicação Nº 2536590

PROCESSO LICITATÓRIO 030/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 030/2020, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição de areia filtrante. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 08 de julho de 2020, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

### EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 031-2020-SAMAE

Publicação Nº 2536593

PROCESSO LICITATÓRIO 031/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 031/2020, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição de materiais elétricos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 09 de julho de 2020, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 032-2020-SAMAE**

Publicação Nº 2536598

PROCESSO LICITATÓRIO 032/2020  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 032/2020, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para serviço de perfuração hélice continua, com fornecimento de materiais. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 14 de julho de 2020, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 033-2020-SAMAE**

Publicação Nº 2536600

PROCESSO LICITATÓRIO 033/2020  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 033/2020, na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, para serviço de montagem de painel de inversores EAT Maluche. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 15 de julho de 2020, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE – Brusque

**EXTRATO TERMO ADITIVO 04 CONTRATO Nº 077-2019 -SAMAE**

Publicação Nº 2536578

EXTRATO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 077/2019

ESPÉCIE: Prorrogação de contrato. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 057/2019; VIGÊNCIA: 24/08/2020. FISCAL CONTRATO: Fausto Murilo Diegoli. DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020; CONTRATADA: Bio G Sistemas de Saneamento Ltda.; CNPJ: 79.841.904/0001-08. Diretor do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**PORTARIA Nº 1091-2020**

Publicação Nº 2536606

PORTARIA Nº 1091/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora DRIELLI DOS ANJOS DE SOUZA, matrícula Nº 4168690-02, exercendo as funções de PROFESSOR, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 12/05/2020 e 08/09/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de maio de 2020  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 1093-2020

Publicação Nº 2536608

### PORTARIA Nº 1093/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

#### RESOLVE:

Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor NORBERTO VECHI, matrícula nº 2658-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico do dia 20/05/2020, sendo seu afastamento no dia 04/06/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/05/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de maio de 2020  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 1123-2020

Publicação Nº 2536610

### PORTARIA Nº 1123/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora MICHELE SCHMITZ RICCIO, matrícula Nº 382337-05, exercendo as funções de PROFESSORA, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 27/04/2020 e 24/08/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de maio de 2020  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1124-2020**

Publicação Nº 2536611

## PORTARIA Nº 1124/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora CARINA APARECIDA DA SILVA, matrícula Nº 936065-03, exercendo as funções de MONITORA ESCOLAR, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 19/05/2020 e 15/09/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de maio de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1125-2020**

Publicação Nº 2536612

## PORTARIA Nº 1125/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

## RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora DENISE LEMOS PEREIRA, matrícula nº 689955-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 13/05/2020 sendo seu afastamento no dia 28/05/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/05/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de maio de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 13387-2020**

Publicação Nº 2536631

PORTARIA N. 13.387, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do 111 da Lei Orgânica do Município, considerando os termos do convênio nº 001/2020, firmado entre o Município de Brusque e a Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a cessão do servidor PEDRO ORTMAN CAVALIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Biólogo para a FUNDAÇÃO ECOLÓGICA E ZOOBOTÂNICA DE BRUSQUE, fundação pública, inscrita no CNPJ n. 81.285.751/0001-01, situada na Praça das Bandeiras, n. 45, Centro, nesta cidade e comarca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

ADEMIR JOSÉ JORGE  
respondendo pela Fundação Zoobotânica – Portaria n. 13.386/2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 1347-2020**

Publicação Nº 2536613

PORTARIA Nº 1347/2020  
Retorno ao exercício

A Diretora de Recursos Humanos, designada através da Portaria nº 11.847/2017 para responder pelo Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação da Servidora KATIA SCHMIDT;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo, a servidora KATIA SCHMIDTI, matrícula nº 737771, servidora efetiva, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Educação/ E.E.F. ISAURA GOUVEA GEVAERD, a contar de 16/06/2020.

Parágrafo Único –O retorno do afastamento do Cargo, se dá com fulcro no Art. 137, inciso I, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de junho de 2020.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO  
Secretaria de Educação

**PORTARIA Nº 1366-2020**

Publicação Nº 2536615

## PORTARIA Nº 1366/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

## RESOLVE:

Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art.5º . Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora DANIELLE RAMOS, matrícula nº4129334-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico do dia 15/06/2020, sendo seu afastamento no dia 30/06/2020 a .

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º, da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16/06/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1380-2020**

Publicação Nº 2536617

## PORTARIA Nº 1380/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

## RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor MICHELI ETHEL MACHADO, matrícula nº 770175-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 27/05/2020 a 24/08/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 27/05/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação



**PORTARIA Nº 1382-2020**

Publicação Nº 2536618

PORTARIA Nº 1382/2020  
Remoção

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017; CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde em virtude do coronavírus (COVID-19); CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019"; CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8080 de 19 de Setembro 1990, a qual "Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências". Considerando DECRETO nº 8.561, DE 18 DE MARÇO DE 2020 que declara Situação de Emergência no Município de Brusque e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências;

Art. 4º [...];

Parágrafo único: Os servidores da área da saúde poderão ser remanejados para outros pontos de atenção à saúde, diferentes de suas unidades de lotação, e os ocupantes do cargo de médico especialista poderão atuar como médico generalista, suprimindo as necessidades atuais de saúde comunitária, enquanto perdurar a vigência deste Decreto;

Considerando a necessidade de remanejamento de servidores lotados nas Unidades Básicas de Saúde da PONTA RUSSA e do POÇO FUNDO, tendo em vista o aumento da demanda dos outros pontos de atenção à saúde, com congestionamento dos serviços;

Considerando que os servidores das Unidades Básicas de Saúde, PONTA RUSSA e POÇO FUNDO, estão atuando em horário reduzido, totalizando 30 horas semanais. Todavia, conforme descrito anteriormente, a situação pandêmica exige que os servidores municipais da saúde exerçam suas atividades laborais em sua totalidade, conforme previsto no Regime Jurídico dos Servidores Públicos, buscando suprir esta necessidade aumentada dos outros pontos de atenção à saúde, os quais serão supridos por alguns servidores das duas equipes;

Considerando que devemos manter no local ocupado pelas duas equipes (PONTA RUSSA e POÇO FUNDO) uma equipe mínima para realizar o acolhimento com escuta qualificada, sendo que os atendimentos médicos ocorrerão por meio de queixa conduzida. Salientamos, que esta equipe mínima de atendimento deverá realizar as 40 horas semanais (08 horas diárias) e acolher a demanda das duas equipes descritas anteriormente. O trabalho da equipe de saúde bucal, agentes comunitárias, agentes administrativos, e serviços gerais permanecem na sua rotina de trabalho e todos subordinados a equipe mínima aqui lotada.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a remoção pelo período indeterminado ou até as estruturas das Unidades estarem aptas para retorno as atividades conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	LOCAL DE TRABALHO ATUAL	LOCAL DE TRABALHO DESTINO
Cláudia Anita Gomes Carraro	Enfermeira	UBS Ponta Russa	Ponta Russa/Poço Fundo (Pronto atendimento)
Franciele Andrade Lopes	Téc. Enf.	UBS Ponta Russa	Vigilância Epidemiológica
Gilséia de Paula Vogelei	Téc. Enf.	UBS Ponta Russa	Ponta Russa/Poço Fundo (Pronto atendimento)
Lawerence Gesser de Moraes	Enfermeira	Poço Fundo	Centro de Triagem
Rosa Creppas	Médico	Poço Fundo	Ponta Russa/Poço Fundo (Pronto atendimento)
Lindaura Merchol	Téc. Enf.	Poço Fundo	Ponta Russa/Poço Fundo (Pronto atendimento)
Fabício Correa	Téc. Enf.	Poço Fundo	Centro de triagem
Terezinha Cardoso de Fraga	Téc. Enf.	Poço Fundo	Vigilância Epidemiológica

Parágrafo único: A Remoção se dá por ofício, por interesse da Municipalidade. A remoção se dá com fulcro no Art. 45, c/c Art. 50 da Lei 147/2009 e do DECRETO nº 8.561, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1385-2020**

Publicação Nº 2536619

Portaria nº 1385/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ANA REGINA STOCKER PETERMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado(a) no Fundo Municipal de Assistência Social, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 22/06/2020 a 21/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 22/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ODAIR BOZIO  
Secretário de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1390-2020**

Publicação Nº 2536626

PORTARIA Nº 1390/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor NORBERTO VECHI, matrícula nº 2658-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde entre os dias 22/06/2020 a 21/08/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 22/06/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2020  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1391-2020**

Publicação Nº 2536628

PORTARIA Nº 1391/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor IVANDEL BACK, matrícula nº 189863-03, ocupante do cargo de provimento efetivo

de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado na Secretaria Municipal de Turismo entre os dias 22/06/2020 a 18/09/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 18/09/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de junho de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 25-2020-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2536632

Portaria Nº 25, de 24 de junho de 2020.

Altera a Portaria nº 15/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o período de gozo da licença prêmio concedida por intermédio da Portaria nº 15, de 28 de fevereiro de 2020, até 31 de dezembro de 2020, conforme calendário definido com o Diretor Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 24 de junho de 2020.

Ver. Ivan Roberto Martins
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

## PORTARIA Nº 765-2020

Publicação Nº 2536605

PORTARIA Nº 765/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora KATIA CILENE MENDES JULIANI , matrícula nº 908363-00 , ocupante do cargo de provimento efetivo de : MEDICA ESPECIALISTA , lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico do dia 13/03/2020, sendo seu afastamento no dia 28/03/2020

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/03/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de abril de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

# Caçador

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020

Publicação Nº 2536240

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 76/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO – 34/2020 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRA, SOPRADORES, PODADORES, MOTOSSERRA E MÁQUINA DE CORTAR GRAMA, SENDO DE CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA MEDIANTE ORÇAMENTO, DESTINADOS AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR/SC.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 26/06/2020 a partir das 14h00min até o dia 20/07/2020 às 14h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 20/07/2020 às 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: dia 20/07/2020 às 14h05min

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.  
Caçador-SC, 24 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020

Publicação Nº 2536236

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 78/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO – 36/2020 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO, CÂMBIO, ALINHAMENTO DE RODAS, CONSERTO DE PNEUS, GEOMETRIA, MONTAGEM DE PNEUS, VULCANIZAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO E AQUISIÇÃO DE BICOS DE AR E CÂMERAS PARA PNEUS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 26/06/2020 a partir das 14h00min até o dia 16/07/2020 às 14h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/07/2020 às 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: dia 16/07/2020 às 14h05min

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.  
Caçador-SC, 24 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 8.782**

Publicação Nº 2536117

DECRETO Nº 8.782, de 22 de junho de 2020.

Delega poderes a servidoras públicas municipais para autenticarem documentos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegados poderes às Servidoras Públicas Municipais Andriele Pérego e Ivolnéia Alves de Freitas, ocupantes do cargo de Assistente Administrativo, para autenticarem documentos relacionados aos processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de junho de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 8.784**

Publicação Nº 2536114

DECRETO Nº 8.784, de 22 de junho de 2020.

Revoga dispositivo do Decreto nº 8.669, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para manter o equilíbrio das contas públicas no enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a recomendação expedida através da Notificação Recomendatória MPC/GPCF/045/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso I do art. 3º do Decreto nº 8.669, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para manter o equilíbrio das contas públicas no enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências, conforme segue:

“Art. 3º .....:

I – revogado;”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 8.787**

Publicação Nº 2536112

DECRETO Nº 8.787, de 23 de junho de 2020.

Altera dispositivo do Decreto nº 8.262/2019, que Nomeia Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos das Leis Municipais nºs 1.568, de 22 de dezembro de 2000 e 1.675, de 16 de novembro de 2001 e mais o previsto na Lei Complementar nº 314, de 10 de março de 2017,

DECRETA :

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 8.262, de 11 de julho de 2019, que nomeia Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, passa a vigorar conforme segue:

“Art. 1º .....

**II - REPRESENTANTE DA ENTIDADE EXECUTIVA MUNICIPAL DE TRÂNSITO**

Titular: Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes

Suplente: Edgar Aimi” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de junho de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 8.788**

Publicação Nº 2536113

DECRETO Nº 8.788, de 23 de junho de 2020.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 5.401/2012, que Adota o sistema de taxímetro, institui tabela de preços para cobrança de tarifas e estabelece a localização de pontos de veículos de aluguel – táxis, no Município de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Municipal nº 1.012, de 19/6/1996,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.401, de 21 de novembro de 2012, que Adota o sistema de taxímetro, institui tabela de preços para cobrança de tarifas e estabelece a localização de pontos de veículos de aluguel – táxis, no Município de Caçador, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

bandeirada .....	R\$ 5,00
bandeira “1” .....	R\$ 3,60
bandeira “2” .....	R\$ 4,20
hora parada .....	R\$ 20,00” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**ERRATA I - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2020**

Publicação Nº 2537020

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS, CORTINAS, DIVISÓRIAS, PORTAS E ESTANTES PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.

Onde era:

Recebimento das propostas: do dia 09/06/2020 a partir das 14h00min. até o dia 26/06/2020 às 14h00min.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 23/06/2020 às 19h00min.

Abertura das propostas: dia 26/06/2020 às 14h00min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 26/06/2020 às 14h05min.

Passa a ser:

Recebimento das propostas: do dia 09/06/2020 a partir das 14h00min. até o dia 21/07/2020 às 14h00min.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 18/07/2020 às 19h00min.

Abertura das propostas: dia 21/07/2020 às 14h00min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 21/07/2020 às 14h05min.

Onde era:

LOTE 04 - EXCLUSIVOS PARA MEI, ME E EPP			
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
05	200	Unidade	Cortina semi black out 100% poliéster cores a definir, deslizante para trilho especial polietileno branco tipo do material alumínio, entretela 8 cm branca mole rolo 50 mm, trilho

Passa a ser:

LOTE 04 - EXCLUSIVOS PARA MEI, ME E EPP			
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
05	200	M²	Cortina semi black out 100% poliéster cores a definir, deslizante para trilho especial polietileno branco tipo do material alumínio, entretela 8 cm branca mole rolo 50 mm, trilho

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br) ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 24 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 32.981**

Publicação Nº 2536073

PORTARIA Nº 32.981, de 29 de maio de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR os efeitos da Portaria nº 29.776, de 31 de outubro de 2018, que designa o Servidor JANDIR ANTUNES DE OLIVEIRA, matrícula 2491, ocupante do cargo efetivo de Marroeiro, para exercer a função de confiança de Chefe de Equipe e Serviços da Administração Direta, referência FCC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de abril de 2020.

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de maio de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

## **PORTARIA N° 32.982**

Publicação N° 2536076

PORTARIA N° 32.982, de 29 de maio de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar n° 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar n° 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o Servidor NILSO ROBERTO GOES, matrícula 15211, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços e Obras Especiais, para exercer a função de confiança de Chefe de Equipe e Serviços da Administração Direta, referência FCC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de maio de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de maio de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

## **PORTARIA N° 33.047**

Publicação N° 2536080

PORTARIA N° 33.047, de 03 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar n° 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato em caráter temporário do Servidor NOEL ANTONIO DE MORAIS, matrícula 16368, ocupante da função de Motorista, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e contratado pela Portaria n° 32.583, de 04 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.



**PORTARIA Nº 33.048**

Publicação Nº 2536082

PORTARIA Nº 33.048, de 03 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato em caráter temporário do Servidor RAFAEL MENEGAT, matrícula 16417, ocupante da função de Motorista, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e contratado pela Portaria nº 32.643, de 16 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 33.049**

Publicação Nº 2536084

PORTARIA Nº 33.049, de 03 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, consoante o previsto no art. 2º, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda, na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter emergencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR GUILHERME SANCHEZ CORREA para exercer a função de Médico – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de maio de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

**PORTARIA N° 33.050**

Publicação N° 2536087

PORTARIA N° 33.050, de 03 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, consoante o previsto no art. 2º, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR ADRIANA STANKEVICZ RAMPINELLI para exercer a função de Técnica em Enfermagem, pertencente ao Grupo Ocupacional Técnico-Profissional, referência 30, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

**PORTARIA N° 33.061**

Publicação N° 2536203

PORTARIA N° 33.061, de 15 de junho de 2020.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVEM:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 32.670, de 31 de março de 2020, que coloca à disposição da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, o Servidor CLOVIS LARA PERES, matrícula 17782, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais e lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete dos Secretários Municipais Caçador, em 15 de junho de 2020.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E  
TURISMO.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2019 - DESPACHO DO PREFEITO**

Publicação Nº 2537003

Gabinete do Prefeito

Processo Administrativo n. 13/2020

Objeto: instaurado para apurar suposto descumprimento do Contrato Administrativo nº. 124/2018, celebrado com a empresa Guilherme Kaoê de Domenico Passos ME, que tem por objeto a locação de sonorização destinada à realização das competições dos 58º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC 2018.

**DESPACHO**

Acolho o Relatório e Conclusão da Comissão em todos os seus termos, portanto, determino:

1. A aplicação da penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses à empresa Guilherme Kaoê de Domenico Passos ME;
2. A aplicação da penalidade de multa compensatória no valor de 5% sobre o valor total do Contrato, no valor de R\$ 1.852,25 (mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos) à empresa Guilherme Kaoê de Domenico Passos ME;
3. A expedição de recomendação à empresa para que em prestações futuras de serviços para entes públicos efetue o registro formal de quaisquer ocorrências através de qualquer meio capaz de comprovar sua boa-fé no cumprimento das obrigações que lhe competem (celular; e-mail; protocolo on-line na Prefeitura; documento escrito com assinatura do fiscal, gestor da pasta ou do Servidor com o qual tratar). Em caso de itens adicionados da mesma forma, e, além disso, comprovação dos valores envolvidos a fim de instruir regular aditivo e/ou cobrança posterior;
4. A remessa do presente processo administrativo a Coordenadoria da Comissão de Sindicância, para apuração das responsabilidades por eventuais ações e/ou omissões administrativas de Servidores e/ou Gestores através de regular processo administrativo disciplinar;
5. A ciência da decisão à empresa, enviando-se cópia do relatório e do presente Despacho, inclusive, para eventuais recursos e questionamentos que porventura venham a existir, sem prejuízo de questionamentos na esfera judicial;
6. Após o lapso do prazo recursal conferido ao fornecedor com análise e decisão em sendo interposto algum expediente, encaminhamento: a.1) ao Controle Interno para os registros pertinentes; a.2) à 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caçador; e a.3) à Secretaria Municipal da Fazenda para processamento da multa;
7. A concessão de gratificação para os membros da comissão em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.100, de 11 de abril de 2018 e alterações, nos seguintes valores:

Nome do Servidor (a)	Função no processo	Valor
Juliana Nurilles Garbozza	Presidente	R\$ 350,00
Ana Paula Cardoso de Lima	Membro	R\$ 200,00
Josiane Burger da Silva Criminácio de Lima	Membro	R\$ 200,00

Após, encaminhe-se para o devido arquivamento.

Cumpra-se.

Caçador, 01 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2019 - DESPACHO DO PREFEITO**

Publicação Nº 2536584

**DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL**

Vistos, etc.

Adoto, como o necessário relatório dos fatos, o enunciado pela Comissão de Processo Administrativo, nomeada pela Portaria nº 32.115/2019, às fls. 272/276, dos autos.

Trata-se de Processo Administrativo instaurado para apurar possível descumprimento do Contrato Administrativo nº 128/2018, cujo objeto é a construção e reforma das Bilheterias do Estádio Municipal Carlos Alberto da Costa Neves

A Comissão processante detalhou minuciosamente os fatos ocorridos e sugeriu a sua resolução com base na legislação de regência e nos princípios norteadores da Administração Pública de modo que, ACOLHO, como razões de decidir, o constante no Relatório de fls. 272/296, do referido Processo e, em consequência disso, DETERMINO:

- a) A aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à contratada – André Lemos Vieira e Cia. Ltda. – ME – pela inexecução parcial do Contrato Administrativo nº 128/2018, determinando a imediata expedição de ordem de serviço, restituindo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias corridos para finalização da obra, contados a partir do 5º (quinto) dia da emissão da respectiva ordem, nos termos do item 4.4, do Relatório Final,

à exceção do item "e", que retifico e determino que a retomada e conclusão seja totalmente às expensas da Contratada, com fundamento no Memorando 25.617/2019, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC;

b) A concessão do prazo de 5 dias, a partir da publicação da presente decisão, para a Contratada apresentar os documentos necessários à formalização de termo aditivo com o novo prazo para finalização da obra;

c) A aplicação da penalidade de multa, no importe de 1% (um por cento) até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento das determinações contidas nas alíneas "a" e "b", sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato e na Lei Federal nº 8.666/93;

d) A aplicação da penalidade de multa, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado e executado com qualidade diversa da contratada, a serem calculados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC e repassados à Secretaria Municipal de Esporte e Turismo, a fim de que seja efetuado o desconto dos valores futuros a serem recebidos durante o prosseguimento da obra;

e) Ao Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, que esclareça formalmente o contido no item 4.5, do Relatório da r. Comissão;

f) A abertura de processo administrativo, na forma sugerida no item 4.6, do Relatório da r. Comissão;

g) A anotação de que as comunicações decorrentes da execução contratual deverão seguir o rito sugerido no item 4.7, do Relatório da r. Comissão ou em meio expressa e formalmente entabulado entre Contratado, Secretaria Municipal de Esporte e Turismo e Instituto Municipal de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC;

h) A formalização de novo termo aditivo, na forma recomendada pela r. Comissão, de acordo com o disposto nos itens 4.8, 4.9 e 4.11, do Relatório Final, a ser subscrita pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e o Contratado;

i) A comunicação ao Departamento de Controle Interno, para ciência quanto ao processado; e

j) Em caso de nova inexecução, parcial ou total, a imediata instauração de processo de Tomada de Contas Especial, bem como o encaminhamento de representação aos Órgãos de Controle Externo, sem prejuízo da apuração administrativa de quaisquer outras penalidades administrativas remanescentes.

Concedo gratificação aos servidores públicos que fizeram parte da Comissão, nos termos sugeridos no item 4.13, do Relatório Final.

Traslade-se cópia do presente para o Processo Licitatório original e publique-se.

Não havendo recurso, archive-se.

Caçador – SC, 23 de junho de 2020.

Saulo Sperotto  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO Nº: 16/2020**

Publicação Nº 2536463

ESTADO DE SANTA CATARINACÂMARA MUNICIPAL DE CACADOREXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 16/2020

Contratante.: CÂMARA MUNICIPAL DE CACADORContratada...: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDAValor ..... : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)Vigência ..... : Início: 16/06/2020 Término: 15/06/2021

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2020

Recursos ..... : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (7)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTODE INFORMATIVOS TÉCNICOS MENSASIS "ON LINE", INCLUINDOCONSULTORIA NAS ÁREAS DOS INFORMATIVOS, RECEBIMENTO DEINFORMAÇÕES DE DECISÕES DE TRIBUNAIS, LEGISLAÇÃO,MODELOS DE DOCUMENTOS INERENTES A ATIVIDADE DO SETORPÚBLICO, ETC.

Caçador, 24 de Junho de 2020

Itacir Joao Fiorese - Presidente

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04-2020**

Publicação Nº 2536238

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04-2020

A Câmara Municipal de Caçador torna público a seguinte contratação: Nº processo: 09/2020. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de informativos técnicos mensais "on line", incluindo consultoria nas áreas dos informativos, recebimento de informações de decisões de tribunais, legislação, modelos de documentos inerentes a atividade do setor público, etc.. Contratado: IGAM SC Cursos e Consultorias Ltda CNPJ: 28.474.582/0001-67. Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. Valor Total: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Declaração de Dispensa: em 15/06/2020. Ratificação: em 15/06/2020.

Caçador, 15 de junho de 2020.

ITACIR JOÃO FIORESE - Presidente

# Caibi

## PREFEITURA

### ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO N° 023/2020

Publicação N° 2536388

#### ATO CONVOCATÓRIO PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeado pelo Decreto n° 237/2019 de 31 de dezembro de 2019 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 07/07/2020 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório N° 047/2020, do tipo Menor Preço- Por Lote na modalidade Pregão Presencial RP N° 023/2020 referente a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA EM C.B.U.Q (CONCRETO USINADO A QUENTE), EMULSÃO ASFÁLTICA, REJEITO DE ASFALTO E REPARADOR DE PAVIMENTO ASFÁLTICO PARA USO NA RECUPERAÇÃO DE DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CAIBI, onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi-SC, 24 de Junho de 2020.

DANDARA JEANE GALLON  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N° 023/2020

Publicação N° 2536380

#### MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório N° 047/2020 na modalidade Pregão Presencial RP N° 023/2020 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA EM C.B.U.Q (CONCRETO USINADO A QUENTE), EMULSÃO ASFÁLTICA, REJEITO DE ASFALTO E REPARADOR DE PAVIMENTO ASFÁLTICO PARA USO NA RECUPERAÇÃO DE DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CAIBI do tipo menor preço – Por Lote cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 07/07/2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, a integra do edital esta disponível no endereço eletrônico [www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br), fone (49)3648-0211. Caibi-SC 24 de Junho de 2020. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2020 - FMS

Publicação N° 2536437

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 021/2020 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 047/2020 – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FILME DE RAIOS-X PARA SEREM UTILIZADOS DURANTE O COMBATE DA PANDEMIA DO COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, AO COMBATE A PANDEMIA DO COVID-19, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 06 (seis) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 24/06/2020  
1ª Publicação.

### INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2020 EDU

Publicação N° 2536108

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 001/2020

Dispõe sobre Orientações Técnicas e Pedagógicas às Unidades Escolares para a realização de atividades escolares não presenciais devido à pandemia - coronavírus (COVID-19).

A Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Complementares Municipais n° 019/2008 e 039/2013 e considerenado a Resolução CEE/SC n° 009/2020, Resolução n.º 02/CME/2020, Resolução n.º 03/CME/2020 e Parecer CNE/CP n° 5/2020 e legislações correlatas, referentes ao regime especial para a realização de atividades escolares não presenciais, RESOLVE:

#### 1. Apresentar a seguintes orientações:

##### 0.1 Ao Público de Interesse:

As orientações se dirigem às Unidades Escolares nas etapas de ensino: Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e as modalidades de ensino Escola de Campo e CEMJA do Sistema Municipal de Ensino do Município de Camboriú.

##### 0.2 Calendário Escolar de 2020:

1.2.1 O regime especial de atividades escolares não presenciais iniciou para todos os professores e estudantes em 29/04/2020 (quarta-feira), conforme o quadro a seguir:

B) De 10/02/2020 a 18/03/2020 – Aulas presenciais em todas as unidades escolares.

C) Em 19/03 - Suspensão das aulas nas unidades escolares, conforme Decreto n° 525, de 23 de março de 2020.

D) De 19/03 a 02/04 – Antecipação do recesso escolar, referente a 15 dias (quinze dias) aos professores, conforme Decreto n° 525, de 23 de março de 2020, alusivo ao período de julho e dezembro de 2020.

E) De 19/03 a 02/04 – Antecipação do recesso escolar para estudantes, conforme Decreto n° 525/2020, de 23 de março de 2020.

F) De 03/04 a 17/04- Antecipação das férias para os professores, conforme Decreto n° 525/2020, de 23 de março de 2020

G) Em 29/04 - Início da elaboração dos planos de ação das unidades escolares e da formação continuada dos professores.

H) Em 11/05 – Reinício do Calendário Escolar com as atividades escolares não presenciais, amparado pela Resolução n.º 02/CME/2020 de 27/04/2020.

1.3 Portanto, a partir do dia 11/05/2020, todas as atividades escolares não presenciais passaram a ser validadas em sua integralidade para compor as 800 horas letivas, conforme Resolução 03/CME/2020 de 12/06/2020.

1.4 Conforme Medida Provisória n° 934, de 01/04/2020, em caráter excepcional, os estabelecimentos de ensino da Educação Básica ficam desobrigados de cumprir os 200 dias letivos, porém deverão organizar atividades para o cumprimento de, no mínimo, 800 horas.

#### 2. Metodologia para a realização das atividades escolares não presenciais:



2.1 A Secretaria Municipal de Educação estabeleceu estratégias para alcançar os alunos das Unidades Escolares Municipal, assim descritos:

#### 2.1 Plataforma Educacional:

2.1.1 A partir do dia 11/05/2020 (segunda-feira), a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou o acesso para o Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Anos Finais, professores, alunos, supervisores, orientadores e diretores do Sistema de Ensino Público do Município de Camboriú, ao pacote G Suíte da Google, que inclui o uso de um endereço de e-mail próprio, espaço de armazenamento no Google Drive e os aplicativos Docs, Sheets e Slides, equivalentes ao Word, Excel e PowerPoint da Microsoft. A plataforma Educacional é uma solução tecnológica desenvolvida pela Google, para a realização das atividades escolares não presenciais.

2.1.2 Na data de 04/05/2020 a 08/05/2020, foram realizadas pelos diretores escolares, reuniões pedagógicas com o objetivo de instruir para criação de usuários, turmas e uso da plataforma.

2.1.3 Na educação básica, etapa Educação Infantil, a adesão ao pacote G Suíte da Google, ocorreu em 01/06/2020, até esta data a Educação Infantil fez uso do Portal Educativo Camboriú, da Secretaria Municipal da Educação1.

#### 2.3 Material pedagógico impresso:

2.3.1 Para os alunos que não possuem conectividade à internet, as unidades escolares, devem disponibilizar materiais pedagógicos impressos, sendo que a metodologia e logística de distribuição está presente no plano de ação para as atividades escolares não presenciais de cada unidade escolar.

2.3.2 Para isso, há uma logística necessária de elaboração, reprodução, distribuição e coleta dos materiais impressos organizadas pelas unidades escolares, considerando:

2.3.4 O mapeamento da realidade de cada Unidade Escolar. Comunicação com alunos e responsáveis, contato telefônico, agendamento para retirada de material pedagógico impresso;

2.3.5 O ponto de entrega é a Unidade Escolar, com distribuição e coleta semanal do material pedagógico impresso, respeitando as recomendações de prevenção da Secretaria de Estado da Saúde.

2.3.6 As atividades escolares não presenciais, elaboradas pelos professores, enviadas para o e-mail da Unidade Escolar, que tem a função de imprimir e organizar, para a retirada do material pedagógico impresso na unidade escolar, respeitando as recomendações de prevenção da Secretaria de Estado da Saúde.

#### 3. Formação continuada:

3.1 A Secretaria Municipal de Educação está promovendo a formação continuada do Aperfeiçoando Saberes que, este ano por conta da pandemia, sofreu uma reorganização:

A) Estrutural – os encontros são realizados online por aplicativos virtuais, durante o período de suspensão das aulas presenciais.

B) Pedagógica - está relacionada ao desenvolvimento pedagógico dentro do ambiente virtual. Instrumentando o Professor para utilizar os recursos tecnológicos e as metodologias para desenvolver as atividades escolares não presenciais junto aos alunos. A formação continuada Aperfeiçoando Saberes, será realizada em todas as etapas da educação básica e modalidades de ensino.

#### 4. Processo de avaliação das atividades não presenciais:

4.1 Estão descrito na Resolução n.º 02/CME/2020, conforme os artigos descritos abaixo:

Art. 4º Processo de avaliação das atividades não presenciais caberá como avaliação para a Educação Infantil e Ensino Fundamental o envio de fotos e vídeos do aluno realizando a atividade escolar não presencial, bem como, a devolutiva da família ao professor, quando solicitado.

I - Neste sentido, orienta que o trabalho desenvolvido durante o período de estudos não presenciais seja registrado, por meio de uso de caderno em cada componente curricular ou pastas para arquivo de atividades. Sendo este um método de organização para estudo, o qual poderá ser retomado quando houver o retorno das atividades presenciais.

II - Caberá aos responsáveis em conjunto com as crianças guardar as atividades realizadas neste período.

Art. 5º A avaliação da educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e anos finais, do suporte conceitual das atividades escolares não presenciais é objeto no planejamento elaborado pelo professor, e será atribuída nota e/ou relatórios, para fins de validar a somatória para compor média escolar do aluno.

Art. 6º O acompanhamento avaliativo se dará de forma constante através da devolutiva do professor ao aluno, sendo divulgadas as correções conforme planejamento do professor.

Art. 7º Compor, a critério de cada professor, conceitos avaliativos do suporte conceitual estudado nas atividades escolares não presenciais, desde que avaliado e aprovado pela equipe pedagógica da unidade escolar.

Art. 8º As atividades escolares que eventualmente não puderem ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial, deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período sem prejuízo pedagógico ao aluno.



Art. 9º Tomar providências de encaminhamento de materiais didático-pedagógico para os alunos ausentes encaminhados pelo professor responsável, quando identificada a não participação nas atividades propostas no portal educativo/Google Classroom ou atividades educacionais não presenciais (impresso).

#### 5. Registro de Escolares das atividades não presenciais:

5.1 As atividades escolares não presenciais devem ser devidamente registradas e acompanhadas de acordo com o Art. 3º da Resolução n.º 02/CME/2020.

VI - Zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades escolares não presenciais propostas, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020.

5.2 A Secretaria Municipal de Camboriú orienta os professores do Sistema Municipal de Ensino do Município de Camboriú, nos seguintes itens:

5.0.1 Que elabore, quinzenalmente, seu plano de aula para atividades escolares não presenciais postadas na plataforma Google Classroom e impressas para os alunos, considerando sua carga horária de trabalho diária.

5.0.2 O Professor de uma determinada disciplina leciona 2 (duas) aulas semanais por turma, as atividades escolares não presenciais deverão ser organizadas, considerando essa carga horária, conforme a flexibilização evidenciada pela MP nº 934 de 01/04/2020, onde a carga horária das atividades escolares não presenciais equivalerão à carga horária letiva.

5.0.3 O plano de aula deve ser postado no sistema Educaweb/NINA com a carga horária referente ao período planejado. No diário de classe devem ser registradas a frequência e a avaliação da aprendizagem.

5.0.4 O registro da frequência será condicionado à realização das atividades escolares não presenciais pelos alunos, sob a orientação do professor, no prazo estabelecido.

5.0.5 Caso o aluno não realize as atividades escolares não presenciais, e/ou não as envie, o professor deve acionar a equipe pedagógica, diretor e coordenador da unidade para que os mesmos estabeleçam contato com a família do referido aluno para compreender a situação, orientar o processo e reordenar prazos.

5.0.6 O registro da ausência escolar do aluno no sistema Educaweb, deve ser efetuado com a sigla B.A (busca ativa), após esgotamento de todos os procedimentos pedagógicos e administrativos devidamente registrados.

5.0.7 O registro da avaliação da aprendizagem deve ser realizada pelo professor, conforme seu plano de aula. Salienta-se que as atividades avaliativas realizadas no Google Classroom/WhatsApp devem ser transcritas para o diário escolar do Professor, assim como registros de avaliação que serão efetuados mediante os materiais impressos e posteriormente lançados no Educaweb/NINA.

#### 6. Matrícula e Transferência de Alunos:

6.1 O processo de matrícula e transferência de alunos está ocorrendo dentro da sua normalidade, com exceção da Educação Infantil, pois estão suspensos os editais de chamamento. O Cadastro no Programa Fila Única segue normalmente.

#### 7. Professores sem acesso a equipamentos e à Internet:

7.1 De acordo com Resolução n.º 02/CME/2020, o professor que não tiver acesso à internet ou não disponha de aparato tecnológico, deve dirigir-se a sua unidade escolar, para planejar as atividades ou, ainda, para impressão de materiais, quando necessário, sempre respeitando as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do coronavírus (COVID-19).

Camboriú, 19 de junho de 2020.

Alexandra Maria Vitorrasi Rosa Secretária de Educação

**PR 001/2020 - CAMBORIUPREV**

Publicação Nº 2536436



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMBORIÚ**

1

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020 - CamboriúPREV**  
**Processo nº 001/2020**

O **MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 04.924.921/0001-00, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, o tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA GESTÃO CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO, COM INTUITO DE ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAIS LEGAIS QUE REGEM A MATÉRIA, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 RF, LEI 4.320/2014 E LEI 8.666/93 E ATUALIZAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, e Leis nº 10.520/02, nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

**1 – DO OBJETO**

1.1. “**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA GESTÃO CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO, COM INTUITO DE ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAIS LEGAIS QUE REGEM A MATÉRIA, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 RF, LEI 4.320/2014 E LEI 8.666/93 E ATUALIZAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**” de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

2.1 - Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

2.2 - Não poderão participar deste pregão os interessados que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou incorporação que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedidos de contratar com o Município de Camboriú ou com qualquer outro órgão da administração pública (em obediência ao item 6.4.5 do edital), ou que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com órgão público municipal, estadual e/ou federal, bem como os licitantes que se apresentam constituídas na forma de empresas em consórcio.

**3 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:**

3.1 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data a fixada para abertura das propostas. O requerimento será encaminhado para Prefeitura Municipal de Camboriú - Departamento de Compras e Licitações, conforme endereço informado no item 15.25 deste edital, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2 - Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**4 – DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES**

4.1 – O envelope nº. 01 – **PROPOSTA** e o envelope nº. 02 – **HABILITAÇÃO**, deverão ser entregues lacrados, no Setor de compras, da Secretaria de Administração, localizada na Rua Getúlio Vargas, 77 Centro Camboriú -(SC), contendo no anverso destes (respectivamente) os seguintes dizeres:

**a) ENVELOPE Nº. 1 – PROPOSTA DE PREÇOS****RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA****ENDEREÇO COMPLETO****ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-mail)****PREGÃO Nº 001/2020 - CAMBORIUPREV****b) ENVELOPE Nº. 2 – HABILITAÇÃO****RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA****ENDEREÇO COMPLETO****ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-mail)****PREGÃO Nº 001/2020 - CAMBORIUPREV**

4.2 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Camboriú, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

**4.3 - Visando à racionalização dos trabalhos, se a empresa desejar que os documentos sejam autenticados**

RUA JOSE FRANCISCO BERNARDES - 429 , Centro – Camboriú – SC CEP 88.340-206 Tel: (47) 3050-3227



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE  
CAMBORIÚ

2

por funcionário do Departamento de Compras e Licitações, sendo a autenticação efetuada em horário de expediente do Paço Municipal, preferencialmente, com antecedência de 20 minutos.

4.4 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

## 5 – DA PROPOSTA

5.1 – No envelope lacrado nº 1 - **PROPOSTA COMERCIAL**, deverá conter a **proposta impressa**, que será preenchida **EXCLUSIVAMENTE** em planilha eletrônica específica, através do site [www.previdenciacamboriu.atende.net](http://www.previdenciacamboriu.atende.net), conforme tutorial fornecido no **Anexo X** deste Edital, sob pena de desclassificação, **além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:**

I – identificação (razão social), endereço e nº. do CNPJ da proponente;

II – descrição geral (ou detalhada) quanto ao objeto/serviço a ser fornecido/prestado, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, marca, o valor unitário e total geral, em moeda corrente nacional, em algarismos – duas casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso;

III – prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega dos envelopes;

**IV – forma de pagamento:** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, mediante a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica – Nfe (modelo 55), quando referente à aquisição de materiais, ou nota Fiscal (comum) no caso de prestação de serviços, devidamente certificada pela **SECRETARIA REQUISITANTE**.

V – Indicar número da agência e conta bancária através da qual deverá ser processado o pagamento.

VI – Os preços máximos não poderão ultrapassar os orçados pela municipalidade.

VII – Quando for serviço não é necessária indicação de marca.

## VIII – O serviço deverá ser entregue conforme Termo de Referência (Anexo IX).

IX – Se no ato da abertura do certame licitatório ao lançar a proposta da empresa licitante aparecer a mensagem senha invalida a empresa será desclassificada.

**X - SE NA PROPOSTA DA EMPRESA LICITANTE NÃO CONSTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS NAS CLAUSULAS I, II e III DO ITEM 5.1 A MESMA SERÁ DESCLASSIFICADA. A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR EM FOLHA TIMBRADA AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.**

**Observações:** Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas inerentes ao contrato, como: encargos, impostos, etc, necessários à aquisição do objeto.

O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computado, todas as despesas que incidam sobre o contrato as quais ficarão a cargo da futura contratada.

## 6 – HABILITAÇÃO:

6.1 – No envelope lacrado nº. **2 – HABILITAÇÃO** – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (item 6), apresentados em 1 (uma) via em cópia autenticada preferencialmente rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5....5/5) em todas as folhas.

### 6.2 - PRAZO DE VALIDADE DOS DOCUMENTOS:

6.2.1 – É IMPRESCINDÍVEL QUE OS DOCUMENTOS ESTEJAM DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE;

6.2.2 – OS DOCUMENTOS QUE OMITIREM O PRAZO DE VALIDADE SERÃO CONSIDERADOS COMO VÁLIDOS PELO PERÍODO DE 60 (SESENTA) DIAS CONTADOS DA SUA EMISSÃO;

### 6.3 – REGULARIDADE FISCAL:

6.3.1 Prova de regularidade para com:

6.3.1.1 A Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais conjunta com a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida por órgão da Secretaria da Receita Federal, unificada com a Certidão Negativa de Débito com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei,

RUA JOSE FRANCISCO BERNARDES - 429 , Centro – Camboriú – SC CEP 88.340-206 Tel: (47) 3050-3227



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMBORIÚ**

3

expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014);

6.3.1.2 A Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Estadual);

6.3.1.3 A Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Municipal) da sede.

6.3.1.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

6.3.1.5 – CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR).

#### **6.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA**

6.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.

6.4.2 Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º de Abril de 2019, a certidão do modelo “falência e concordata e recuperação judicial” deverá ser solicitada tanto no sistema eproc quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente caso contrário não terão validade.

Obs.: apresentar, facultativamente, juntamente com a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial (inciso I), documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione os distribuidores que na Comarca de sua Sede tem atribuição para sua expedição.

#### **6.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

6.5.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou Declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em característica, com o objeto da presente licitação.

**6.5.2 – A presente licitação é destinada somente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação relativo ao de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

**6.5.2.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis (art. 43, §1º da LC Nº 123/2006 alterada pela LC Nº 147/2014), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.**

**6.5.2.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.**

6.5.3 - Declaração de que não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste Edital.

6.5.4 – Declaração de regularidade Fiscal, conforme modelo constante do **ANEXO VII** deste Edital.

6.5.5 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do **ANEXO V** deste Edital, assinado por quem de direito;

6.5.6 - Declaração de parentesco que atende o artigo 9 seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93, conforme modelo constante do **ANEXO VIII** deste edital.

#### **7 – DO CREDENCIAMENTO**

7.1 – O representante do licitante deverá apresentar, na Sessão Pública, os documentos necessários para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame:

7.2 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado e atualizado com todas as suas

RUA JOSE FRANCISCO BERNARDES - 429 , Centro – Camboriú – SC CEP 88.340-206 Tel: (47) 3050-3227



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE  
CAMBORIÚ

4

alterações e/ou consolidação, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; cópia autenticada

7.3 - No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a atividade que autorize a exploração/comercialização dos produtos ou serviços exigidos no objeto deste edital; cópia autenticada

7.4 - Inscrição no órgão competente, do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; cópia autenticada

7.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir; cópia autenticada

7.6 – Se a empresa se fizer representar pelo seu proprietário, deverá este apresentar documento que comprove tal condição.

7.7. – Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado por meio de procuração ou termo de credenciamento, neste último podendo ser utilizado o modelo do **ANEXO III**.

7.7.1 - As procurações que não possuírem prazo de validade específico em seu texto, deverão ter prazo de emissão de no máximo 12 meses.

7.8 – No ato da Sessão Pública, o representante do licitante deverá identificar-se mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de documento que comprove sua identidade, para que possibilite a conferência dos dados com os documentos informados no documento de credenciamento.

7.9 - No ato da Sessão Pública, o representante da empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e entregará os envelopes contendo os documentos da habilitação e a proposta, podendo utilizar o modelo do **ANEXO VI**.

7.10 – Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

7.11 – Somente participará da fase de lances verbais e demais atos relativos a este pregão, o representante legal do licitante devidamente credenciado.

7.12 – Serão desconsiderados os documentos de credenciamento inseridos nos envelopes de **PROPOSTA** e/ou **HABILITAÇÃO**.

7.13 – Caso a empresa licitante queira beneficiar-se dos direitos previstos na lei 123/2006 (arts. 42 e 43), tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - deverão, obrigatoriamente, **apresentar juntamente com o Credenciamento, a CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL** do estado sede da licitante, comprovando a condição de ME ou EPP. Essa certidão não poderá ter prazo de emissão superior a 180 (cento e oitenta) dias.

**7.14 - A inobservância do disposto acima isentará a administração da concessão dos benefícios previstos na lei referida.**

**7.15 – NENHUM DOCUMENTO REFERENTE A ESTE CERTAME, RELACIONADO AOS ANEXOS DESTA EDITAL, SERÁ ACEITO COM O TIMBRE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CASO A LICITANTE APRESENTE TAL DOCUMENTO COM O REFERIDO TIMBRE, A MESMA SERÁ DESCRENCIADA/DESCCLASSIFICADA E INABILITADA.**

## **8 – DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO**

8.1 - No dia **09 (nove) de Julho de 2020, às 13h00min** na Sala de Reunião do Departamento de Compras, conforme já designado neste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

8.2 - Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

8.3 - Serão abertos inicialmente os envelopes contendo as Propostas de Preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

8.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

RUA JOSE FRANCISCO BERNARDES - 429 , Centro – Camboriú – SC CEP 88.340-206 Tel: (47) 3050-3227



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE  
CAMBORIÚ

5

## 9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

9.1 - O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento do objeto da presente licitação, e os respectivos valores ofertados.

9.2 - Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

9.3 - Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o artigo 4º da Lei 10.520/2002.

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:  
VIII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.*

9.3.1 - Caso não haja, no mínimo, 3 (três) propostas de índices nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subseqüentes, até que haja no máximo 3 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

9.4 - Às licitantes classificadas conforme estabelecido no subitem 9.3 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

9.5 - O Pregoeiro convidará todas as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, em ordem decrescente de índice.

9.6 - Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.

9.7 - A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.8 - Em caso de a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado o objeto a seu favor. (Artigo 45, I)

9.9 - Em não ocorrendo a contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na Lei Complementar Nº. 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (Artigo 45, II )

9.10 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. (Artigo 45, III)

9.11 - Na hipótese da não-contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (Artigo 45, parágrafo 2º)

9.12 - A desistência em apresentar lance verbal, quando feita a convocação pelo Pregoeiro, implicará na impossibilidade da licitante futuramente efetuar novos lances, excetuando o disposto no item 9.14.

9.13 - Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

9.14 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

9.15 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.15.1 - Caso a licitante apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, exceto as fiscais que poderão ser modificadas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, será declarada inabilitada.

9.16 - Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.

9.17 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva

RUA JOSE FRANCISCO BERNARDES - 429 , Centro – Camboriú – SC CEP 88.340-206 Tel: (47) 3050-3227





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMBORIÚ**

6

licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

9.18 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 8.15 e 8.18.

9.19 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

9.20 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

## **10 – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

10.1 – Os licitantes vencedores ficarão obrigados a:

10.1.1 – executar o fornecimento nas condições, preços e prazos constantes deste Edital;

10.1.2 – Manterem durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.3 – Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

10.1.4 - *Cumprir as determinações prazos e cláusulas do termo de referência e edital.*

10.1.5 – Demais responsabilidades definidas na minuta contratual em anexo.

## **11 – DO PAGAMENTO**

11.1 - O pagamento pelo objeto deste Edital, será efetuado em moeda nacional, através de depósito em qualquer agência da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques e outros papéis do Banco do Brasil S/A, **até o 30º (trigésimo) dia a prestação de serviço pela(s) licitante(s) vencedora(s) e da Nota Fiscal, que deverá ser devidamente atestada pela Secretaria ou órgão requisitante.**

11.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Adjudicatária enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.

## **12 - DA FISCALIZAÇÃO**

12.1 – Conforme Termo de Referência (Anexo IX) do Edital.

## **13 - DAS PENALIDADES**

13.1 - Em caso do licitante vencedor recusar-se a cumprir o objeto injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

13.2 - O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com esta Administração e, se for o caso, será descredenciado no Departamento de Compras, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

13.3. - As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

13.3.1 Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta ficará impedido de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;

13.3.2 Falhar ou fraudar na **Entrega do Material** ficará impedido de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

13.3.3 Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será descredenciado do Departamento de Compras pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

13.4 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das

RUA JOSE FRANCISCO BERNARDES - 429 , Centro – Camboriú – SC CEP 88.340-206 Tel: (47) 3050-3227



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE  
CAMBORIÚ

7

demais cominações legais.

13.5 - CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

13.5.1 - advertência;

13.5.2- multa(s), que deverá(ão) ser recolhida(s) em qualquer agência integrante do sistema de compensação por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Secretaria Municipal de Finanças:

13.5.2.1- de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos de entrega dos materiais, previstos neste Edital;

13.5.2.2- de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

13.6 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas para a Secretaria Municipal de Finanças no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente.

13.7 - Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a **Entrega do Material**, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

13.8 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

13.9 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

#### 14 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

14.2 – Os recursos interpostos às decisões proferidas pelo Pregoeiro serão conhecidos nos termos do inciso XVIII, do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17/7/2002, se dirigidos diretamente ao Secretário de Administração, autuados pela empresa na Seção de Protocolo, no Paço Municipal.

14.3 – Os recursos serão recebidos pelo Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e encaminhá-los devidamente informados à autoridade competente, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 – O acolhimento dos recursos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 – Da aplicação das penalidades previstas neste Edital, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

#### 15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

15.2 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

15.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Camboriú.

15.4 - O Prefeito Municipal de Camboriú poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

RUA JOSE FRANCISCO BERNARDES - 429 , Centro – Camboriú – SC CEP 88.340-206 Tel: (47) 3050-3227





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMBORIÚ**

8

15.5 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como interromper as etapas de lances ou de análise e verificação da habilitação quando ultrapassado o horário de expediente da Prefeitura Municipal, tendo os trabalhos continuados no próximo dia útil em horário previamente marcado pelo pregoeiro.

15.6 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

15.7 - A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

15.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.9 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Fórum da Comarca de Camboriú (SC).

15.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

15.11 - Os participantes da presente licitação autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a sessão do Pregão.

15.12 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro, no Departamento de Compras do Município de Camboriú, na Prefeitura Municipal, situada a Rua Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro da Cidade de Camboriú até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (0-XX-47) 3365-9500 – 3365-9554 e e-mail: [comprasdecamboriu@gmail.com](mailto:comprasdecamboriu@gmail.com)

15.13 - Cópias do Edital e seus anexos poderão ser obtidas, no horário das 12h00min as 18h00min, de segunda a sexta-feira.

15.14 - Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Prefeito Municipal.

15.15 – Caso a empresa não for habilitada o envelope poderá ser devolvido ao licitante.

15.16 - Fazem parte integrante deste Edital:

- Itens/Objeto da Licitação (Anexo I);
- Previsão Orçamentária (Anexo II);
- Modelo de Credenciamento (Anexo III);
- Declaração de que não emprega menor (Anexo IV);
- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (Anexo V);
- Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios (Anexo VI);
- Declaração de Regularidade Fiscal (Anexo VII);
- Declaração de parentesco que atende o artigo 9 seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 (Anexo VIII);
- Termo de Referência (Anexo IX);
- Tutorial para Preenchimento da Proposta Eletrônica (Anexo X) e
- Minuta Contratual (Anexo XI).

Camboriú (SC), 16 de março de 2020.

**ELCIO ROGERIO KUHLEN**  
Prefeito Municipal

RUA JOSE FRANCISCO BERNARDES - 429 , Centro – Camboriú – SC CEP 88.340-206 Tel: (47) 3050-3227



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE  
CAMBORIÚ**

9

**ALEXANDRE SILVEIRA TEIXEIRA**  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

RUA JOSE FRANCISCO BERNARDES - 429 , Centro – Camboriú – SC CEP 88.340-206 Tel: (47) 3050-3227



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO I**

**PREGÃO N°. 14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

**OBJETO DA LICITAÇÃO**

Item	Descrição	Unid	Quant	Unit	Total
1	TONER PARA IMPRESSORA 12 A - ORIGINAL	UN	6	419,00	2.514,00
2	TONER PARA IMPRESSORA SANSUNG 4600 - ORIGINAL	UN	8	389,00	3.112,00
				<b>TOTAL</b>	<b>5.626,00</b>

Rua Getulio Vargas ,77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

PREGÃO Nº. 14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

REDUZIDO	CÓDIGO DA DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	COMPL. DO ELEMENTO	VALOR PREVISTO
107	02.007.2022.33390000000000000000	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	33390301600000000000	5.626,00
TOTAL PREVISTO				5.626,00

Rua Getulio Vargas ,77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO III**

**PREGÃO Nº. 14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

**MODELO – CREDENCIAMENTO**

**(FORA DOS ENVELOPES)**

Por este instrumento solicitamos o credenciamento da empresa ....., para participar da licitação acima referenciada, neste evento representada por (nome/identidade/CPF) ..... ou procuração anexa, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local/Data

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura

OBS.: Documentos a serem apresentados:

- (1) em caso de firma individual, o registro comercial;
- (2) nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor);
- (3) em se tratando de pessoa física, a apresentação da cédula de identidade.

Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO IV**

**PREGÃO Nº. 14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

**DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ART. 27, DA LEI 8.666/93.**

\_\_\_\_\_, (nome da empresa), com sede na \_\_\_\_\_ (endereço da empresa), CNPJ \_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável (representante legal) e carimbo da empresa

Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

14

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO V**

**PREGÃO Nº. 14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

**DECLARAÇÃO**

Licitante (nome, CNPJ), sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação da Administração.

Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

Nome e carimbo

Cargo

RG

Licitante

Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO VI**

**MODELO - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
(FORA DOS ENVELOPES)**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002 e para os fins do PREGÃO Nº 14/2020, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos no Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa  
(nome e número da identidade)

Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

16

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO VII**

**PREGÃO Nº. 14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL**

\_\_\_\_\_, (nome da empresa), com sede na  
\_\_\_\_\_, (endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº  
\_\_\_\_\_, licitante no certame acima destacado, promovido por essa Prefeitura Municipal  
de Camboriú, declara, por meio de seu representante legal infra-assinado, R.G. nº \_\_\_\_\_, que  
se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e  
INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio.

Camboriú (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante

Rua Getulio Vargas ,77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

17

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO VIII**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço da empresa),  
licitante no certame acima destacado, promovido por essa Prefeitura Municipal de Camboriú, declara, que atende o  
artigo 9 seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e o artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, por intermédio de seu  
representante legal que:

Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade  
contratante ou responsável pela licitação;

Não possui proprietário ou sócios ligados por matrimônio ou parentesco, consanguíneo, por afinidade ou por adoção,  
até o segundo grau, do Prefeito, vice-prefeito, vereadores e de servidores do Município de Camboriú, bem como que  
tais relações não se deram no período de seis meses anteriores a e presente declaração.

Camboriú (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante

Rua Getulio Vargas ,77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO IX**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

O objeto do presente Termo é a constituição de PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de recargas de toner usados em impressoras, à fim de atender às necessidades da Secretaria de Obras e seus Departamentos. O fornecimento será efetuado de forma parcelada, nos prazos, local e horário especificado no presente Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:**

Justifica-se a aquisição das recargas para suprimento das máquinas impressoras pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Secretaria de Obras e seus Departamentos, à fim de executar as atividades de rotina no que diz respeito à impressão e à reprodução de documentos.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	toner para impressora 12A-original	Unid.	6	R\$ 419,00	R\$ 2.514,00
2	toner para impressora Samsung 4600-original	Unid.	8	R\$ 389,00	R\$ 3.112,00
<b>Total</b>					<b>R\$ 5.626,00</b>

**3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Será vencedora a licitante que apresentar o **MENOR VALOR POR ITEM**, através da Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**.

**4. PRAZO DE ENTREGA:**

Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do recebimento da solicitação.

**5. LOCAL DE ENTREGA:**

De segunda a sexta feiras das 07h às 17h (dias úteis), na Sede da Secretaria de Obras, localizada na Rua Capitão Ernesto Nunes, 862 – Bairro Cedro – Camboriú – SC.

**6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Permitir ao pessoal técnico da empresa, livre acesso, de modo a viabilizar a entrega dos materiais.

Comunicar à empresa quaisquer irregularidades na entrega dos materiais, para adoção das providências cabíveis.

**7. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:**

Entregar o material fielmente, de acordo com as especificações técnicas, não sendo admitidas quaisquer alterações sem o prévio conhecimento e aprovação da Secretaria de Obras, através da fiscalização da funcionária Maria da Gloria Faquetti.

Em caso de necessidade de substituição de peça ou componente, quando da recarga dos cartuchos de toner, a empresa a ser contratada, deverá providenciar, no prazo de até 4 (quatro) horas, contadas a partir da notificação; a execução dos serviços de retirada e reposição, observando-se a especificação completa das peças e/ou componentes sendo que as configurações e a qualidade dos mesmos deverão ser iguais ou superiores aos substituídos, seguindo as orientações técnicas dos manuais do equipamento.

A efetiva aquisição e substituição das peças e/ou componentes serão de inteira responsabilidade da empresa a ser contratada, isentando a Prefeitura Municipal de Camboriú de quaisquer ônus ou obrigações necessárias à garantia desses serviços.

Acatar todas as orientações da Secretaria de Obras, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

Rua Getulio Vargas, 77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

19

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**8. PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega dos produtos, sendo que a mesma deverá estar acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e com o aceite da Secretaria de Obras do Município de Camboriú-SC, através de seu titular.

**9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível com o objeto deste Termo de Referência, por intermédio da apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**10. DISPOSIÇÃO FINAL:**

Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

Camboriú, 16 de Março de 2020.

**ALEXANDRE TEIXEIRA SILVEIRA**  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Rua Getulio Vargas ,77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## ANEXO X

### TUTORIAL PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

Para o preenchimento da Proposta Eletrônica deverão ser seguidos os seguintes passos:

1 - O licitante deverá acessar o Portal do Cidadão do Município de Camboriú no endereço [www.camboriu.atende.net](http://www.camboriu.atende.net) e localizar na página inicial o link “**AUTOATENDIMENTO**” (lado direito da página) ou na guia de “Busca” (topo da página), o tópico “**Enviar Proposta de Licitações**”.

1.1 - ou acessar diretamente o seguinte link: <https://camboriu.atende.net/#!/tipo/servico/valor/9/padrao/1/load/1>

2 - Clicando em “**ACESSAR**”, será solicitado o cadastro no Portal do Cidadão. Caso o licitante já possua cadastro no portal, será necessário informar apenas o CPF/CNPJ e a senha de usuário.

2.1 - Caso o licitante não possua cadastro no Portal do Cidadão do Município de Camboriú, deverá clicar no botão “**CADASTRE-SE**” e preencher as informações requeridas. Ao final do cadastro, deverá marcar a opção para a Finalidade “**Licitações**”, e então “**CONFIRMAR**” o cadastro.

2.2 - A solicitação de cadastro será enviada para **Aprovação**. O licitante deverá solicitar sua liberação através do telefone (47) 3365-9534 ou ainda pelo e-mail [comprasdecamboriu@gmail.com](mailto:comprasdecamboriu@gmail.com) e após a liberação você será informado por e-mail para efetivar a confirmação.

3 - Efetuado o cadastro, o licitante terá acesso à página “**ENVIAR PROPOSTA DE LICITAÇÕES**” a qual disponibiliza filtros para auxiliar a localização do edital de interesse. Clicando em “**Consultar**” serão listadas as licitações que se encontram em aberto. Ao localizar a licitação desejada, deverá o licitante “**Marcar a Licitação**” e clicar no ícone “**Adiciona Proposta**”, no canto superior esquerdo (abaixo dos filtros de busca).

4 - O ícone “**Adiciona Proposta**” abrirá a janela **Incluir proposta do Licita Net**, que deverá ser preenchida com a proposta do licitante. Caso seu navegador possua bloqueio de “Pop-ups”, será solicitado pelo sistema que este seja desativado.

4.1 - Será necessário preencher tão somente a **Marca e Modelo\*** (\*este quando solicitado no Edital convocatório) do produto e **Valor Unitário** deste.

4.2 - Produtos em que não haja interesse, basta deixar os campos em branco.

4.3 - Após finalizar o preenchimento da proposta, clicando em “**CONFIRMAR**”, o sistema gerará o **Relatório de Proposta da Licitação** com as informações que foram fornecidas, o **Número de Protocolo** e a **Senha**.

4.4 - Este relatório deverá ser impresso, carimbado, assinado e entregue no **ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL** impreterivelmente, visto que a única forma de acessar os dados digitados será através da informação do **Número de Protocolo** e **Senha**.

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Ao digitar a proposta o sistema criptografará simultaneamente todos os dados fornecidos, tornando as informações ilegíveis. A única forma de recuperar ou acessar esta informação será utilizando a chave de descriptografia (número de protocolo e senha) que será impressa no relatório das propostas que é gerado após o cadastro da proposta. Guarde em segurança o relatório, pois se for necessário realizar alguma alteração em sua proposta, será necessário informar esta chave ou digitar todos os valores novamente.

5 - Qualquer dúvida ou indisponibilidade de acesso ao sistema o Município de Camboriú poderão ser sanadas pelo telefone 47 3665-9534.

Rua Getulio Vargas ,77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO XI  
MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO Nº..../2020 - AQUISIÇÃO DE TONER DESTINADO PARA REPOSIÇÃO NAS IMPRESSORAS DA SECRETARIA DE OBRAS. MATERIAL ESTE NECESSÁRIO PARA DAR SUPORTE AOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EM TODAS AS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA. CONFORME TERMO DE REFERENCIA**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

Aos (...) dias do mês de .... do ano de 2020 (dois mil e vinte) o **Município de Camboriú**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 77, Centro, Camboriú/SC, CNPJ/MF 83 102 293/0001-45, doravante denominado **contratante**, representado neste ato Prefeito Municipal, Sr. **ELCIO ROGERIO KUHNEN**, portador da Carteira de identidade nº. 1.895.507 CPF: 720.439.549-20, residente na Rua Cerejeira, 1019 - TABULEIRO, Cidade de Camboriú - SC, e a Empresa ....., pessoa jurídica inscrita sob CNPJ nº ....., estabelecida à Rua ....., bairro Centro, .... SC, doravante denominada de contratada, celebram este termo de Contrato, em conformidade com o Processo Licitatório 24/2020 Pregão Presencial Nº 14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, de ... de ..... de 2020, regulada pela lei federal nº 8666 de 21.06.1993 e demais alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONER DESTINADO PARA REPOSIÇÃO NAS IMPRESSORAS DA SECRETARIA DE OBRAS. MATERIAL ESTE NECESSÁRIO PARA DAR SUPORTE AOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EM TODAS AS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA. CONFORME TERMO DE REFERENCIA**, conforme discriminado abaixo:

Item	Descrição	Marca	Unid	Quant	Unit	Total
xx	xxxxxxxxxxx	Xxxxxx	xx	xx	xx	xx
TOTAL						R\$: .....

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS APLICAVEIS/FORMA DE FORNECIMENTO:** Integra o presente contrato, e assim são aplicáveis em seu inteiro teor e como se transcrito estivesse o documento abaixo mencionado:

- Edital de Pregão Presencial Nº. **14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**,
- Proposta da Contratada, vinculada a Pregão Presencial Nº. **14/2020 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**,
- § 1º. Este contrato firma-se sob o regime de **Menor Preço Por Item**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Constituem obrigações da CONTRATADA, dentre outras inerentes ou decorrentes deste Contrato:

- Entregar o material**, objeto deste Contrato, conforme solicitação e local indicado pelo órgão responsável, com todas as despesas de transporte às suas expensas, conforme Requisição emitida pela Secretaria.
- A Entrega do material** será efetuado nas quantidades especificadas pela Secretaria.
- Entregar o material** de boa qualidade, em conformidade com a legislação vigente.
- A Entrega do material** considerado em desacordo com o objeto contratual serão rejeitados, e o pagamento da respectiva parcela ficará suspenso até sua regularização.
- Arcar com todos os tributos, leis sociais, administração, e qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada no contrato.
- Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução deste Contrato.
- Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do presente Contrato.
- Cumprir as determinações prazos, cláusulas do termo de referência e edital.**

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:** Constituem obrigações do CONTRATANTE, dentre outras inerentes ou decorrentes deste Contrato:

- Liquidar os documentos de cobrança.
- Publicar o extrato deste contrato, na forma da Lei.
- Dar o devido recebimento, após aprovação da **SECRETARIA REQUISITANTE**.

**CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS:** Os recursos para o pagamento das despesas provenientes do contrato correrão por conta de dotação orçamentária constante do orçamento vigente do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ - 02.007.2022 - 3339030160000000000 (107)

**CLÁUSULA SEXTA - VALOR E REAJUSTAMENTO:** O valor global do presente contrato importa em R\$.... (.....) que será pago conforme o fornecimento do objeto, em até 30 (trinta) dias contados da data de entrega, conforme solicitação da **SECRETARIA REQUERENTE**.

Rua Getulio Vargas ,77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

22

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

§ 1º. Os preços constantes da Cláusula Primeira poderão ser reajustados conforme Lei 8666/93.

**CLÁUSULA SETIMA - DA ACEITAÇÃO:** A conferência do objeto contratual serão exercidas pelo CONTRATANTE através da **SECRETARIA REQUERENTE**.

§ 1º. O CONTRATANTE verificará o cumprimento das suas especificações e, quando não obedecer ou não atender ao especificado, o rejeitará.

§ 2º. A não aceitação do objeto não implicará na dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO:** O referido contrato terá o prazo de ... (...) meses ou até o cumprimento da **Entrega do Material**, ambos contados da data da assinatura deste termo. O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias corridos após entrega dos materiais e da nota fiscal, conforme cláusula sétima.

**CLÁUSULA NONA - DOS CASOS DE RESCISÃO:** As hipóteses de rescisão são, no que couber, as previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. A multa corresponde a 20% do valor do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS:** Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitado as disposições da Lei 8666 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:** Fica eleito o foro da comarca de Camboriú - SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os efeitos legais nele colimados.

Camboriú/SC, .. de ... de 2020.

**ELCIO ROGERIO KUHNEN**  
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Empresa Contratada

**ALEXANDRE TEIXEIRA SILVEIRA**  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Rua Getulio Vargas ,77 Centro – Camboriú – SC CEP 88340-00 Tel: (47) 3365-9500

**RESULTADO PE 009/2020 - FMS**

Publicação N° 2536031

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 009/2020-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“DESERTA NOS ITENS 2 - 4 -7”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 24 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### APOSTILA Nº 7/2020

Publicação Nº 2535982

APOSTILA Nº 7/2020

(Ref. Contrato nº 47/2018 – Processo Licitatório 27/2018)

Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Considerando a Comunicação de Incorporação da empresa WBT INTERNET LTDA – EPP (CNPJ: 10.783.976/0001-31), pela empresa Unifique Telecomunicações S.A. (CNPJ: 02.255.187/0001-08).

RESOLVE,

Face à incorporação da contratada e a sucessão das obrigações oriundas do contrato administrativo n. 47/2018, ficam desde logo apostilados nestes autos os dados de habilitação jurídica e fiscal da empresa sucessora, para fins de pagamento, eventual prorrogação, rescisão, sanção ou quaisquer outros atos jurídicos em relação à contratada.

Campo Alegre, 19 de junho de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### APOSTILA 21/2020

Publicação Nº 2535979

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

APOSTILA Nº 21/2020

(Ref. Contrato nº 79/2018)

Pregão Presencial 71/2018

Considerando a Comunicação de Incorporação da empresa WBT INTERNET LTDA – EPP (CNPJ: 10.783.976/0001-31), pela empresa Unifique Telecomunicações S.A. (CNPJ: 02.255.187/0001-08).

RESOLVE,

Face à incorporação da contratada e a sucessão das obrigações oriundas do contrato administrativo n. 79/2018, ficam desde logo apostilados nestes autos os dados de habilitação jurídica e fiscal da empresa sucessora, para fins de pagamento, eventual prorrogação, rescisão, sanção ou quaisquer outros atos jurídicos em relação à contratada.

Campo Alegre, 19 de junho de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### APOSTILA 22/2020

Publicação Nº 2535980

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

APOSTILA Nº 22/2020

(Ref. Contrato nº 80/2018)

Pregão Presencial 71/2018

Considerando a Comunicação de Incorporação da empresa WBT INTERNET LTDA – EPP (CNPJ: 10.783.976/0001-31), pela empresa Unifique Telecomunicações S.A. (CNPJ: 02.255.187/0001-08).

RESOLVE,

Face à incorporação da contratada e a sucessão das obrigações oriundas do contrato administrativo n. 80/2018, ficam desde logo apostilados nestes autos os dados de habilitação jurídica e fiscal da empresa sucessora, para fins de pagamento, eventual prorrogação, rescisão, sanção ou quaisquer outros atos jurídicos em relação à contratada.

Campo Alegre, 19 de junho de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**ATA CIRCUNSTANCIADA (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2020 – CONVITE)**

Publicação Nº 2535952

**ATA CIRCUNSTANCIADA**

(Processo Licitatório nº 48/2020 – Convite)

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Josiane dos Santos Presidente da Comissão de Licitação, Maria Cristina Marciniak Munhoz, e Daniela Saldanha, membros da Comissão de Licitação, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 48/2020, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Contratação de mão de obra para roçada de grama para diversos setores da Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC. Empresas convidadas: VALMIR GUEDES - MEI – CNPJ – 31.499.747/0001-60, JOÃO DE ASSIS CORDEIRO – MEI – CNPJ: 29.896.295/0001-08 e MARCO ANDRADE STAHELIN – CNPJ: 19.575.262/0001-02, ANTONIO DENILTON NENEVE – CNPJ: 22.288.916/0001-21, EDSON LUIS BINNER -23.565.424/0001-07, PAULO DE ASSIS CARVALHO– CNPJ: 31.104.691/0001-05 OSVALDO FERREIRA DA CRUZ – CNPJ: 35.533.407/0001-69, GEVERSON MUNHOZ DUARTE – CNPJ: 32.106.739/0001-79 e PAULO ROBERTO SCHWALBE – CNPJ: 26.966.827/0001-48. A empresa Empreiteira Rossi Ltda – CNPJ 24.020.066/0001-01 solicitou o edital via e-mail. Passou-se ao recebimento dos envelopes das empresas proponentes: Valmir Guedes - Mei – CNPJ – 31.499.747/0001-60, Paulo de Assis Carvalho – MEI – CNPJ: 31.104.691/0001-05 e Geversson Munhoz Duarte – CNPJ: 32.106.739/0001-79. O sr. Geversson Munhoz Duarte se credenciou na sessão. Passou-se à análise dos Documentos dos licitantes. Os documentos foram analisados e rubricados pelos membros da comissão permanente de licitação e pelo licitante credenciado, todos os licitantes proponentes foram declarados habilitados. Não houve desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos. Está aberto o prazo de 02 (dois) dias úteis, para interposição de recurso quanto ao julgamento dos documentos, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Os licitantes ficam desde já intimados do prazo de recurso. Nada mais a tratar encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes. Nada mais a tratar encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Josiane dos Santos Presidente da Comissão de Licitação	Maria Cristina Marciniak Munhoz Secretária da Comissão de Licitação
Daniela Saldanha Membro da Comissão de Licitação	Geversson Munhoz Duarte Li Licitante

**AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 4/2020 IPRECAL**

Publicação Nº 2536085

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL

**AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 4/2020**

Está aberto o Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para construção do Prédio do IPRECAL - em terreno situado na R. Nereu Ramos / Av. Cel. Raymundo Munhoz, s/n, Centro, neste Município. Recurso: Superávit taxa de administração RPPS. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Valor máximo fixado: R\$ 649.920,43. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 14/07/2020, às 09 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 08h45min). Os interessados poderão obter o edital no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre - SC, 8 de junho de 2020. Jefferson Jean Duvoisin - Diretor Executivo do IPRECAL.

# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 29/2020

Publicação Nº 2536162

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 29/2020.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: MARLENI FORSTER ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 06.695.782/0001-07. OBJETO: Constitui objeto deste Contrato a AQUISIÇÃO DE PORTOES E ALAMBRADOS INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICIPIO DE CAMPO ERE – SC, nas quantidades e tamanhos especificados nas descrições do anexo VIII – Termo de Referência. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 400/2020, Pregão Presencial nº 18/2020. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conforme as seguintes dotações orçamentárias do Gabinete do Prefeito e Vice – Diretoria de Defesa Civil e Cidadania. VALOR: R\$ 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: 90 dias a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 23/06/2020. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Marleni Forster pela Contratada.

### HOMOLOGAÇÃO PL 400/2020

Publicação Nº 2536160

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

#### RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 400/2020, na modalidade Pregão de nº 18/2020 tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE PORTOES E ALAMBRADOS INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICIPIO DE CAMPO ERE – SC, nas quantidades e tamanhos especificados nas descrições do anexo VIII – Termo de Referência, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
MARLENI FORSTER	1	1	1,00	14.850,0000	14.850,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
MARLENI FORSTER	14.850,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 23 de junho de 2020.

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 328/2020

Publicação Nº 2535679

PORTARIA N. 328, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

#### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal JULIANO BORGES DOS SANTOS, matrícula nº 0105104, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 22 de junho de 2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matr. 10662-3

## **PORTARIA 329/2020**

Publicação Nº 2535680

PORTARIA N. 329, DE 15 DE JUNHO DE 2020  
Dispõe sobre a concessão de Licença  
Para Tratamento de Saúde, à servidor  
público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

### **RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública municipal, TISIANE KILIAN DE PAULA, matrícula nº 11803-6, ocupante do cargo de Agente de Combate `a Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 02 de junho de 2020, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/06/2020.

Campo Erê/SC, 15 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matr. 10662-3

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2020 – FHJA

Publicação Nº 2535238

#### AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 19/2020  
CREDENCIAMENTO Nº 03/2020 - FHJA

A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, inscrita no CNPJ sob o nº 83.156.455/0001-28, localizada à Rua Nereu Ramos, 379, Centro, Campos Novos/SC, comunica aos interessados que estarão abertas as inscrições para o processo de CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLÍNICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE EXAMES LABORATORIAIS A FIM DE ATENDER ÀS NECES-SIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, que será executado em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial os seus artigos 196 e seguintes, e no que couber, com as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

#### CRONOGRAMA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

EVENTOS	DATA
Divulgação do Edital de Credenciamento	25 de junho de 2020
Início da Entrega dos Envelopes	15h00min do dia 25 de junho de 2020
Vigência do Credenciamento	até 31 de dezembro de 2020

Campos Novos, 23 de junho de 2020.

# Canelinha

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/FMS/2020

Publicação N° 2536351

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

Dispensa de Licitação 026/FMS/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada em criação de artes e produção de vídeos para divulgação de campanhas preventivas e informativas da Vigilância Epidemiológica.

CONTRATADA: JACKSON HENRIQUE VOYTENA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 24 de junho de 2020. Vera Lucia de Jesus - Secretária Municipal de Saúde de Canelinha.

### PREGÃO PRESENCIAL 025/FMS/2020

Publicação N° 2536298

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 025/FMS/2020

OBJETO Realizar o pregão de pessoa jurídicas prestadoras de serviços para atender os habitantes do Município de Canelinha com exames de Sorologia para COVID-19 Anticorpos totais IgG/Igm). na forma prevista no art. 4º da Lei nº 13.979 , de Fevereiro de 2020.

DATA DE ABERTURA: 08 de julho de 2020, às 08:30h. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 24 de junho de 2020. Vera Lucia de Jesus - Secretária de Saúde.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 140/2020

Publicação Nº 2536361

DECRETO Nº. 140/2020

"NOMEIA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL DE APOIO À CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Equipe Técnica Municipal de Apoio à Continuidade do Processo de Revisão do Plano Diretor e Elaboração do plano de Mobilidade Urbana do Município:

1. Tiago Murbach – Secretaria Municipal de Planejamento;
2. Jessica de Jesus Vieira – Secretaria Municipal de Assistência Social;
3. Marina Haag – Departamento Jurídico;
4. Andreia Fontana Kauva – SMAFO;
5. Luiz Ricardo Kraus Selenko – Defesa Civil;
6. Rafaeli Maize Zieruth – Secretaria Municipal de Saúde;
7. Marcio Bonete Cavalheiro – Fundação Cultural;
8. Michele Fernanda Gonçalves Padilha Pereira - Secretaria de Habitação.

Art. 2º A referida Equipe Técnica ficará responsável pelo acompanhamento das atividades de revisão e aprovação dos Planos, objetivando garantir sua correta implementação e a efetiva continuidade dos trabalhos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 003/2020.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

### DECRETO Nº 141/2020

Publicação Nº 2536362

DECRETO Nº. 141/2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O NÚCLEO GESTOR DE APOIO PARA ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR E PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Núcleo Gestor de Apoio para continuidade do processo de Revisão e Atualização do Plano Diretor e Elaboração do plano de Mobilidade Urbana do Município:

- 1- João Engelberto Linzmeier – Secretário de Planejamento;
- 2- Fernanda Anselmo – Engenheira Civil;
- 3- Liliane Taís Grosskopf – Agente Administrativo;
- 4- Handerson Luiz Melo – Diretor de Trânsito.

Art. 2º - O referido Núcleo ficará responsável pelo acompanhamento das atividades de revisão e aprovação dos Planos, objetivando garantir sua correta implementação e a efetiva continuidade dos trabalhos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 120/2019.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## DECRETO Nº 143/2020

Publicação Nº 2536360

DECRETO Nº. 143/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Art. 1º. Fica nomeado NELSON VARELA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Presidente Honorífico da Fundação Municipal de Esporte e Lazer, a partir de 23/06/2020, conforme Memorando nº 9.237/FMEL/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## DECRETO Nº 144/2020

Publicação Nº 2536435

DECRETO Nº 144/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR RELAÇÃO DE INSCRITOS E RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº 003/SMS/2020.

Art. 1º. A comissão organizadora do processo seletivo para contratação temporária de profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, Edital nº 003/SMS/2020, torna público a homologação da relação de inscritos e resultado Final, conforme anexo desse decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento na data de 24/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Homologação de Inscritos e Resultado Final do Processo Seletivo para Contratação Temporária nº 003/SMS/2020.



## Enfermeiro

Candidato	Inscrição	Pontuação	Classificação
Cristiane Kruger CPF 029.055.529-99	Deferida	8,50	1º
Graciela Machado CPF 741.656.740-87	Deferida	8,50	2º
Lucimara Kornitz Henke Wardenski CPF 041.750.179-09	Deferida	5,90	3º
Andressa de Cassia Castanha de Araújo CPF 052.277.309-54	Deferida	5,50	4º
Alexandra da Rocha CPF 921.181.609-25	Deferida	5,40	5º
Jessica Almira de Souza Santos CPF 004.682.472-38	Deferida	4,70	6º
Aline Matioski Jungles CPF 097.223.909-02	Deferida	4,00	7º
Damarri Ariel Stolarski CPF 059.983.009-86	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Higo Fonseca Soares CPF 051.034.406-28	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Jordânia Torres de Alencar CPF 600.586.761-04	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Nayara Souza Santos CPF 016.470.641-04	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Pamela Cristina de Bastos Cardoso CPF 097.317.589-33	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Patrícia Corrêa Reisdoerfer CPF 051.844.469-40	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Renan Santiago Soares CPF 010.630.915-35	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-

## Técnico em Enfermagem

Candidato	Inscrição	Pontuação	Classificação
Rosani Aparecida Nogath CPF 713.058.829-20	Deferida	7,00	1º
Elisabete Rodrigues Dos Santos CPF 937.970.529-87	Deferida	5,60	2º
Ariane da Silva CPF 045.852.579-00	Deferida	5,45	3º
Eliane Gonçalves Padilha e Padilha CPF 802.748.629-72	Deferida	5,40	4º
Cassia Aparecida Karvate CPF 664.517.449-72	Deferida	5,00	5º
Thamara Mercúrio Vaz CPF 411.123.978-17	Deferida	5,00	6º
Aline Zakaliak Bueno CPF 051.302.579-01	Deferida	4,90	7º
Jocilene Tavares da Silva CPF 993.888.802-00	Deferida	4,40	8º
Keli Cristina Portella Carvalho CPF 084.498.909-69	Deferida	4,30	9º
Angela Maria Kluska CPF 895.039.299-20	Deferida	3,00	10º
Fransuele Cristina Lima CPF 072.397.399-70	Deferida	2,30	11º
Cristiane Vanessa Schpak CPF 065.769.969-18	Deferida	2,00	12º
Andrieli Ribeiro CPF 053.885.649-16	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Bernadete Neneve CPF 950.588.349-87	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Cátia Maria Lutzow do Valle CPF 105.905.329-28	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-

Diandra Priscila Evangelista Wolenski CPF 068.214.099-60	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Eliezer Felizardo da Cruz CPF 958.154.060-15	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Gislaine Leite Siems CPF 052.620.239-40	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Lilian Jessica Bileski Antonovicz CPF 056.008.929-50	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Margarete Przyvitowski Ianoski CPF 920.515.109-20	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Roselane Gonçalves CPF 071.577.289-90	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Solange Aparecida Correa CPF 898.212.389-04	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Tatiane Batista Trindade CPF 050.489.059-03	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-
Vanessa Chaves D'Oliveira CPF 113.938.169-59	Indeferida (não comprovou tempo mínimo experiência conforme item 2.1)	-	-

Canoinhas, 24 de junho de 2020

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2536304

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Canoinhas, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, vem por meio deste convidar para a participação na 4ª Audiência Pública, que tratará sobre o Plano de Ação e Investimento e as Minutas de Lei, referentes à Revisão do Plano Diretor Municipal e à Elaboração do Plano de Mobilidade, a ser realizada no dia 09 de julho de 2020, às 18h30min. Em função da pandemia do Coronavírus e em consonância ao Decreto Estadual nº 587/2020, ao Decreto Municipal nº 58/2020, a audiência ocorrerá digitalmente, por meio de transmissão ao vivo, através das redes sociais oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Canoinhas, 24 de junho de 2020.

João Engelberto Linzmeier  
Secretário Municipal de Planejamento  
Matrícula 16199

## EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020

Publicação Nº 2536306

EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº. 05/2020.

Notificação Extrajudicial nº. 08/2020.

Notificante: MUNICÍPIO DE CANOINHAS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80, através da Secretária Municipal de Planejamento.

Notificado: METALINIO METALURGICA E CONSTRUTORA EIRELI, inscrito no CNPJ sob nº 14.453.333/0001-80.

Da decisão: Diante do exposto, com fundamento na Cláusula Oitava, alíneas b.2 e c.4, do Contrato nº. PMC 110/2019, e Cláusula Décima Quarta, alíneas b.2 e c.4, do Contrato nº. FMAS 13/2019, bem como no art. 87, inciso I e III, da Lei Federal nº. 8.666/93 imponho à METALINIO METALURGICA E CONSTRUTORA EIRELI as penalidades de: a) multa no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato nº. PMC 110/2019, somente no que se refere ao serviço de fechamento do CRAS I e III, no valor de R\$ 4.364,82 (quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos); b) multa no patamar de 10% sobre o valor total do contrato nº. FMAS 13/2019, no valor de R\$ 3.002,57 (três mil, dois reais e cinquenta e sete centavos); c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública local, pelo prazo total de 6 (seis) meses, em relação ao Contrato nº. PMC 110/2019 e ao Contrato nº. FMAS 13/2019.

Data da decisão: 19 de junho de 2020.

A íntegra da decisão encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Canoinhas, 24 de junho de 2020.

JOÃO ENGELBERTO LINZMEIER  
Secretária Municipal de Planejamento

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 1-122/2019M**

Publicação N° 2535721

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-122/2019M

Inclusão de item

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Dispensa por Justificativa N.º PMC DL16/2019

Data de assinatura: 03/06/2020.

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.028.316/0028-23

Objeto Contratado: PRESTAÇÃO, PELA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE ATENDAM ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MEDIANTE ADESÃO AOS ANEXOS DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.CONTRATO N° 122/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 2.500,00

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**PORTARIA N° 798/2020**

Publicação N° 2536269

PORTARIA N°. 798/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo nº 44 da Lei Complementar nº 070/2019, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º - Fica Designada à servidora LIZIANE GHISLANDI FOSSATI, detentora da matrícula nº 2326, para exercer, em substituição, as funções do cargo de Fonoaudióloga, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 22 de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, ou enquanto perdurar a vacância do referido cargo, conforme Memorando nº 2.475/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA N° 799/2020**

Publicação N° 2536322

PORTARIA N°. 799/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a DENILSON CRESTANI, efetivo no cargo de Auxiliar Geral de Manutenção, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 17/06/2020 a 16/07/2020, conforme Memorando nº 10.475/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 800/2020**

Publicação Nº 2536329

PORTARIA Nº. 800/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e art. 1º § 1º da Lei nº 6.196 de 05/04/2018, resolve:

**AUTORIZAR**

Art. 1º - Fica autorizado LUCAS DE MELO, que exerce o cargo de Orientador Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Memorando nº 10.423/SEMAS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 801/2020**

Publicação Nº 2536338

PORTARIA Nº. 801/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 76 da Lei Complementar nº. 070/2019, resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE  
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora MARILDA APARECIDA DRANKA, efetiva no cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, sendo 20 horas na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa e 20 horas no GEM Profª Xeila Elisabete Cornelsen, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 26/05/2020 a 24/06/2020, conforme Memorando nº 10.314/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA Nº 802/2020**

Publicação Nº 2536357

PORTARIA Nº. 802/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

**PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA**

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora AUREA PORTA, efetiva no cargo de Servente, na EBM Achilles Pazda, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/06/2020 a 15/12/2020, conforme Memorando nº 10.485/SME/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA Nº 803/2020**

Publicação Nº 2536249

PORTARIA Nº. 803/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor MARIO FERREIRA DE LIMA, efetivo no cargo de Servente Masculino, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, a desfrutar no período de 29/06/2020 a 28/07/2020, conforme Memorando nº 10.510/SME/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**PORTARIA Nº 804/2020**

Publicação Nº 2536272

PORTARIA Nº. 804/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido RAFAEL ARTUR ENGEL, efetivo no cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, na EBM Achilles Pazda, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/06/2020, conforme Memorando nº 10.515/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 805/2020**

Publicação Nº 2536250

PORTARIA Nº. 805/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora DEBORA FARIAS DE SOUZA, que exerce o cargo de Servente, atuando na Policlínica Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na UBS do Campo D'Água Verde, a partir de 18/06/2020, conforme Memorando nº 10.268/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 807/2020**

Publicação Nº 2536267

PORTARIA Nº. 807/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei Complementar nº 070/2019:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 151 da Lei Complementar nº 070/2019, resolve:

### **INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 151 e seguintes da Lei Complementar 070/2019, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais, designados pela Portaria nº 234/2020, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. NELSON VARELA DE OLIVEIRA;
2. RAFAELI MAIZE ZIERUTH;
3. DANIELLE LUDKA.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito no Memorando nº 10.398/SMS/2020.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual

período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 808/2020**

Publicação Nº 2536312

PORTARIA Nº. 808/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor SAULO JOSÉ RUTHES, efetivo no cargo de Médico Generalista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 01/07/2020 a 30/07/2020, conforme Memorando nº 10.504/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 809/2020**

Publicação Nº 2536310

PORTARIA Nº. 809/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei Complementar nº 070/2019:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 151 da Lei Complementar nº 070/2019, resolve:

### **INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 151 e seguintes da Lei Complementar 070/2019, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais, designados pela Portaria nº 234/2020, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. FRANCIELI JOANA BIALESKI;
2. CAMILA WALTER;
3. FABRICIO JOSNEI PEREIRA.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito no Memorando nº 10.397/SMS/2020.



Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 810/2020**

Publicação Nº 2536314

PORTARIA Nº. 810/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora BERNADETE CRISTINA FERREIRA CHAGAS TABORDA, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 01/07/2020 a 20/07/2020, conforme Memorando nº 10.502/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 811/2020**

Publicação Nº 2536316

PORTARIA Nº. 811/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora MARILEI KURCESZKI KUMINECK, efetiva no cargo de Técnico em Administração, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 20/07/2020 a 29/07/2020, conforme Memorando nº 10.455/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 812/2020**

Publicação Nº 2536264

PORTARIA Nº. 812/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei Complementar nº 070/2019:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 151 da Lei Complementar nº 070/2019, resolve:

### **INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 151 e seguintes da Lei Complementar 070/2019, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais, designados pela Portaria nº 234/2020, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. SÉRGIO MURILO MIGUEL;
2. MAURICIO ALFONSO SOBCZAK;
3. MOZARA CARVALHO SCHADEK.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito no Memorando nº 10.511/SME/2020.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 813/2020**

Publicação Nº 2536432

PORTARIA Nº. 813/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 11 do Decreto Municipal nº 118/2004, resolve:

### **CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedido a servidora LUCIMARA PEPES, efetiva no cargo de Psicólogo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do Curso de "Pós-Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de junho de 2020, conforme Decisão Judicial nos Autos nº 0304636-52.2017.8.24.0015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 814/2020**

Publicação Nº 2536438

PORTARIA Nº. 814/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora ROSICLEIA DO PRADO, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 01/07/2020 a 30/07/2020, conforme Memorando nº 10.165/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PMC 60.2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2535977



# Prefeitura Municipal de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC  
 CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700  
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

 Chave de Autenticação Digital  
 1703-7531-273

 Página  
 1 / 2

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PE60/2020

Modalidade: Pregão

Julgamento: Lote

Registro de preço: Sim

Controle quantidade: Sim

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSORCIO DA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND B95B ANO 2011 Nº 124, RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND B95B ANO 2011 Nº 123, RETROESCAVADEIRA JCB 4CX Nº160, MOTONIVELADORA XCMG 180BR Nº177, MOTONIVELADORA VOLVO G930 Nº134, MOTONIVELADORA VOLVO G930 Nº135, ESCAVADEIRA HYUNDAI R180LC-9 Nº25, RETROESCAVADEIRA RANDON RD406 Nº01, MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140 Nº107, MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140 PLACA MHQ9934, ESCAVADEIRA KOMATSU PC160-Nº72 E ESCAVADEIRA NEW HOLLAND E215(ADAPTADA)-Nº125, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor: 10535 - TRATORBIG PEÇAS PARA TRATORES LTDA

CPF/CNPJ: 95.420.972/0001-41

Valor total (R\$):

35.308,00

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
23/06/2020	1	64938 - VEDADOR - 04-85827067 Marca: apc	UNIDADE	4,00000	55,90000	223,60
23/06/2020	2	64939 - PARAFUSO - 02-85805709 Marca: Rex	UNIDADE	2,00000	0,76000	1,52
23/06/2020	3	64940 - ROLAMENTO - 08-9967687 Marca: pro	PEÇA	16,00000	118,18000	1.890,88
23/06/2020	4	64941 - CRUZETA - 04-85805996 Marca: ing	UNIDADE	4,00000	49,70000	198,80
23/06/2020	5	64942 - VEDADOR - 04-87710145 Marca: apc	UNIDADE	4,00000	49,70000	198,80
23/06/2020	6	64943 - TIRANTE - 04-87306934 Marca: usinil	UNIDADE	8,00000	310,80000	2.486,40
23/06/2020	7	64944 - CORREIA - 320/08606 Marca: gats	UNIDADE	1,00000	124,00000	124,00
23/06/2020	8	64945 - ESTICADOR/TENSOR - 320/08657 Marca: topco	UNIDADE	1,00000	318,00000	318,00
23/06/2020	9	64946 - POLIA - 320/08921 Marca: chr	UNIDADE	1,00000	218,00000	218,00
23/06/2020	11	64947 - ESPAÇADOR - CH79089 Marca: ytp	UNIDADE	4,00000	92,00000	368,00
23/06/2020	12	64949 - PLACA - VOE12744293 Marca: ytp	UNIDADE	6,00000	46,00000	276,00
23/06/2020	13	64950 - PINO - CH54934 Marca: MAIOCHI	UNIDADE	48,00000	6,00000	288,00
23/06/2020	14	64951 - PARAFUSO - CH53063 Marca: Rex	UNIDADE	24,00000	6,00000	144,00
23/06/2020	15	64952 - GUIA - CH58978 Marca: ytp	UNIDADE	6,00000	540,00000	3.240,00
23/06/2020	16	64953 - PLACA - CH69781 Marca: ytp	UNIDADE	6,00000	46,00000	276,00
23/06/2020	17	64954 - PLACA - CH87022 Marca: ytp	UNIDADE	2,00000	84,00000	168,00
23/06/2020	18	64955 - ADAPTADOR PONTAS CONCHA Marca: yct	UNIDADE	10,00000	185,20000	1.852,00
23/06/2020	19	64956 - PONTAS PARA ROCHA Marca: yct	UNIDADE	10,00000	127,80000	1.278,00
23/06/2020	20	64957 - RETENTOR - 219000495 Marca: apc	UNIDADE	2,00000	39,10000	78,20
23/06/2020	21	64960 - ANEL - 219000499 Marca: apc	UNIDADE	2,00000	2,10000	4,20
23/06/2020	22	64958 - RETENTOR - 219000497 Marca: apc	UNIDADE	2,00000	24,40000	48,80
23/06/2020	23	64959 - RETENTOR - 219000498 Marca: apc	UNIDADE	2,00000	27,60000	55,20
23/06/2020	24	64961 - CABO - 100000078428 Marca: superflex	UNIDADE	1,00000	156,40000	156,40
23/06/2020	25	64962 - BUCHA - 219000034 Marca: MAIOCHI	UNIDADE	2,00000	28,60000	57,20
23/06/2020	26	64963 - REPARO ESCAVAÇÃO BRAÇO LONGO Marca: apc	UNIDADE	1,00000	106,40000	106,40
23/06/2020	27	64964 - REPARO LEVANTAMENTO Marca: apc	UNIDADE	1,00000	110,30000	110,30
23/06/2020	28	49574 - REPARO ESTABILIZADOR Marca: apc	UNIDADE	2,00000	86,65000	173,30
23/06/2020	29	64966 - PLACA - 75248810 Marca: farbo	UNIDADE	12,00000	14,00000	168,00
23/06/2020	30	64967 - PLACA - 75248807 Marca: farbo	UNIDADE	4,00000	24,30000	97,20
23/06/2020	31	64969 - SUPORTE - 75243732 Marca: farbo	UNIDADE	4,00000	65,10000	260,40
23/06/2020	32	64968 - PLACA - 75248811 Marca: farbo	UNIDADE	6,00000	31,00000	186,00
23/06/2020	33	64970 - ESPAÇADOR - 75248808 Marca: farbo	UNIDADE	6,00000	22,90000	137,40
23/06/2020	34	64971 - ADAPTADOR - KO-20Y7014520 Marca: yct	UNIDADE	14,00000	158,00000	2.212,00
23/06/2020	35	64972 - PONTA PC 150/160/200 Marca: yct	UNIDADE	28,00000	91,20000	2.553,60
23/06/2020	36	64973 - CANTO CAÇAMBA PC 150 Marca: yct	UNIDADE	2,00000	325,60000	651,20
23/06/2020	37	64974 - PARAFUSO COM PORCA - KO-2083211231 Marca: yct	CONJUNTO	16,00000	25,20000	403,20
23/06/2020	38	64975 - CANTO CAÇAMBA PC 150 - KO21K7014190 Marca: yct	UNIDADE	2,00000	340,00000	680,00
23/06/2020	39	64976 - VEDADOR - 112055 Marca: apc	UNIDADE	4,00000	21,20000	84,80
23/06/2020	40	50531 - ROLAMENTO CÔNICO Marca: hgf	UNIDADE	4,00000	275,90000	1.103,60
23/06/2020	41	11618 - CAPA DO ROLAMENTO Marca: hgf	UNIDADE	4,00000	146,30000	585,20
23/06/2020	42	64977 - CAPA DO ROLAMENTO - 672181 Marca: hgf	UNIDADE	2,00000	178,00000	356,00
23/06/2020	43	64978 - ROLAMENTO - 672182 Marca: hgf	UNIDADE	4,00000	325,00000	1.300,00
23/06/2020	44	64979 - PORCA - 101274 Marca: hgf	UNIDADE	2,00000	4,20000	8,40
23/06/2020	45	64980 - TRAVA - 101274	UNIDADE	2,00000	4,60000	9,20



## Prefeitura Municipal de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC  
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700  
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

Chave de Autenticação Digital  
1703-7531-273

Página  
2 / 2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

23/06/2020	46	30262 - JOGO DE LONA <b>Marca:</b> brunacci	UNIDADE	4,00000	79,80000	319,20
23/06/2020	47	48532 - REBITE PARA LONA DE FREIO <b>Marca:</b> topco	UNIDADE	160,00000	0,10000	16,00
23/06/2020	48	39036 - MOLA <b>Marca:</b> ytp	UNIDADE	1,00000	7,90000	7,90
23/06/2020	49	64981 - CILINDRO - CONJUNTO - 112072 <b>Marca:</b> carmax	UNIDADE	2,00000	86,40000	172,80
23/06/2020	50	64982 - CILINDRO - CONJUNTO - 124251 <b>Marca:</b> carmax	UNIDADE	2,00000	142,30000	284,60
23/06/2020	51	64983 - VALVULA - 556562 <b>Marca:</b> topco	UNIDADE	1,00000	232,70000	232,70
23/06/2020	52	14309 - CILINDRO MESTRE <b>Marca:</b> carmax	UNIDADE	1,00000	630,00000	630,00
23/06/2020	53	64984 - TUBO ESCAPE - 3302310 <b>Marca:</b> silenmak	CONJUNTO	1,00000	79,80000	79,80
23/06/2020	54	64985 - JOGO REPARO VEDADORES <b>Marca:</b> apc	JOGO	2,00000	37,90000	75,80
23/06/2020	55	64986 - CILINDRO L.E - 1546053 <b>Marca:</b> anfer	UNIDADE	1,00000	3.092,00000	3.092,00
23/06/2020	56	64987 - CILINDRO L.D - 1546054 <b>Marca:</b> anfer	UNIDADE	1,00000	3.092,00000	3.092,00
23/06/2020	57	64988 - AMORTECEDOR CÓD. 87559372 <b>Marca:</b> chr	UNIDADE	2,00000	251,10000	502,20
23/06/2020	58	64989 - PORCA M10, CI12 <b>Marca:</b> rex	PEÇA	2,00000	1,10000	2,20
23/06/2020	59	64990 - MOLA - 398767A1 <b>Marca:</b> chr	PEÇA	1,00000	236,90000	236,90
23/06/2020	60	64991 - PORCA - 75326480 <b>Marca:</b> Rex	PEÇA	3,00000	13,80000	41,40
23/06/2020	61	64992 - ARRUELA PLANA - 75326490 <b>Marca:</b> Rex	PEÇA	3,00000	5,10000	15,30
23/06/2020	62	64993 - ESFERA - 75326511 <b>Marca:</b> maiocchi	PEÇA	3,00000	124,00000	372,00
23/06/2020	63	64994 - TUBO DO EJETOR <b>Marca:</b> silenmak	UNIDADE	1,00000	679,00000	679,00
23/06/2020	64	64995 - PARAFUSO SEXTAVADO - VOE984768 <b>Marca:</b> Rex	UNIDADE	4,00000	6,00000	24,00
23/06/2020	65	64996 - JUNTA - VOE11110548 <b>Marca:</b> world	UNIDADE	1,00000	66,00000	66,00
23/06/2020	66	64997 - ARRUELA - VOE983335 <b>Marca:</b> Rex	UNIDADE	4,00000	5,00000	20,00
23/06/2020	67	64998 - ARRUELA - VOE12745040 <b>Marca:</b> Rex	UNIDADE	4,00000	12,00000	48,00
23/06/2020	68	64999 - JOGO DE REPARO - VOE12725151 <b>Marca:</b> apc	UNIDADE	1,00000	115,00000	115,00
23/06/2020	69	65000 - ANEL RETENTOR - CH66982 <b>Marca:</b> apc	UNIDADE	2,00000	9,00000	18,00
23/06/2020	70	65001 - ARRUELA DE PRESSÃO - CH78343 <b>Marca:</b> Rex	UNIDADE	1,00000	29,00000	29,00

Total Adjudicado (R\$): 35.308,00

Total de licitações adjudicadas: 1


Total Geral Adjudicado (R\$): 35.308,00

Antonio Augusto Martins Weinfurter  
Procurador

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PMC 61.2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2535975

 <p><b>Prefeitura Municipal de Canoinhas</b> Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 <a href="https://www.pmc.sc.gov.br">https://www.pmc.sc.gov.br</a></p>	Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 2028-8024-858	Página 1 / 1
--	--------------------------	--	-----------------

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PR61/2020

Modalidade: Pregão

Julgamento: Por item

Registro de preço: Sim

Controle quantidade: Sim

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS DE CONsertos, Trocas e Vulcanização de Pneus, com fornecimento de materiais e mão de obra, destinados aos veículos, caminhões e máquinas desta Prefeitura, Fundos e Fundações Municipais, Polícia Militar e Civil e Corpo de Bombeiros.

Fornecedor: 7251 - MARILEIA DE FÁTIMA SOARES

CPF/CNPJ: 15.084.472/0001-47

Valor total (R\$):

136.650,00

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
23/06/2020	1	17353 - CONserto de Pneu Aros 13 e 14 (Automóveis) - SEM CAMERA	SERVIÇO	300,00000	24,00000	7.200,00
23/06/2020	2	65021 - TROCA E MONTAGEM DE PNEUS ARO 15 E 16.	UNIDADE	100,00000	20,00000	2.000,00
23/06/2020	3	61722 - VULCANIZAÇÃO DE PNEU AROS 15 - SIMPLES	UNIDADE	100,00000	80,00000	8.000,00
23/06/2020	4	59235 - TROCA DE PNEU AROS 17.5 (LINHA MICROONIBUS E ASSEMBLHADOS)	UNIDADE	80,00000	35,00000	2.800,00
23/06/2020	5	61727 - VULCANIZAÇÃO DE PNEUS AROS 1.400X24, 19.5X24 E 17.5X25 COM L	UNIDADE	80,00000	500,00000	40.000,00
23/06/2020	6	17345 - CONserto de Pneu 295/80 R22.5	UNIDADE	150,00000	60,00000	9.000,00
23/06/2020	7	65022 - TROCA E MONTAGEM DE PNEUS ARO 20, 22.5, 1400X24, 19.5X24, 17.5X2.	UNIDADE	150,00000	90,00000	13.500,00
23/06/2020	8	17356 - CONserto de Pneu Aros 15 e 16 (LINHA VANS E ASSEMBLHADOS)	UNIDADE	300,00000	34,00000	10.200,00
23/06/2020	9	59231 - TROCA DE PNEU AROS 12.5/80X18 (RETROESCAVADEIRA)	UNIDADE	50,00000	50,00000	2.500,00
23/06/2020	10	61723 - VULCANIZAÇÃO DE PNEU AROS 20 e 22.5 - EXTERNA	UNIDADE	50,00000	175,00000	8.750,00
23/06/2020	11	61725 - VULCANIZAÇÃO DE PNEU AROS 20 e 22.5 COM LONA DE AÇO	UNIDADE	50,00000	240,00000	12.000,00
<b>Complemento do item:</b>						
23/06/2020	12	61721 - VULCANIZAÇÃO DE PNEU AROS 12.5/80X18 COM LONA DE AÇO (RETROE	UNIDADE	50,00000	270,00000	13.500,00
23/06/2020	13	61724 - VULCANIZAÇÃO DE PNEU AROS 20 e 22.5 - SIMPLES	UNIDADE	40,00000	180,00000	7.200,00
<b>Total Adjudicado (R\$):</b>				<b>136.650,00</b>		

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$):

136.650,00

**Antonio Augusto Martins Weinfurter**  
Procurador

**Gilberto dos Passos**  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 088, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535871

DECRETO Nº 088, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Estabelece parâmetros mínimos de segurança sanitária para a circulação do transporte coletivo municipal de passageiros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Lei Estadual nº 17.950/2020, que reconhece o transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia;

Considerando que os trabalhadores atuantes nas atividades já autorizadas necessitam de transporte seguro até os respectivos locais de trabalho, bem como que o deslocamento de tais passageiros em meios de transporte improvisados, sem a observância de parâmetros mínimos de segurança sanitária, pode maximizar os riscos de contágio pela COVID-19;

Considerando os dados recomendados pela Organização Mundial de Saúde, tais como, taxa de ocupação dos leitos hospitalares, acompanhamento do contágio causado pela pandemia em nível de macro região e número de infectados no município;

### DECRETA:

Art. 1º Com a flexibilização do período de quarentena determinado pelo Decreto Estadual nº 630/2020, fica liberada a circulação de veículos de transporte público coletivo intermunicipal no Município de Capinzal, devendo obedecer aos parâmetros mínimos de segurança sanitária estabelecidos neste decreto.

Art. 2º Para a circulação dos veículos de transporte coletivo, os responsáveis pelo transporte deverão observar o disposto na Portaria Estadual SIE nº 321/2020, de 03 de junho de 2020 e, garantir as seguintes medidas:

I - motoristas, cobradores e demais colaboradores deverão usar máscaras cobrindo boca e nariz;

II - acompanhar e monitorar diariamente, as condições de saúde dos motoristas, cobradores e demais colaboradores;

III - para acessar e permanecer nos veículos, os passageiros deverão fazer uso de álcool gel 70% (setenta por cento) para higienização das mãos e usar máscaras cobrindo boca e nariz, exceto crianças com idade inferior a 2 (dois) anos;

IV - os veículos deverão possuir dispositivos com álcool gel 70% (setenta por cento) no embarque e junto ao cobrador, quando for o caso;

V - controlar a lotação máxima limitada à capacidade de passageiros sentados;

VI - após cada itinerário, as superfícies de contato (direção, bancos, maçanetas, portas, catraca, corrimão, barras de apoio e outras) deverão ser higienizadas com água e sabão, álcool 70% (setenta por cento), ou produto autorizado pela VISA;

VII - no final do expediente deverá ser realizada a higienização sanitária do veículo;

VIII - os veículos deverão circular sempre com as janelas e alçapões de teto abertos e travados para que não ocorra o fechamento durante a viagem;

IX - na impossibilidade de abrir as janelas, deverá ser fixado no interior do veículo e em local visível aos passageiros, comprovante da limpeza diária dos equipamentos de ar condicionado e ar renovável.

Art. 3º O transporte coletivo intermunicipal no Município de Capinzal, funcionará de segunda a sábado.

Art. 4º O pagamento da viagem deverá ser efetuado através de passagens (tickets), previamente adquiridas:

I - fixar, no interior de cada veículo, site do município, informações sobre locais de comercialização das passagens.

II - disponibilizar de locais físicos para comercialização presencial de passagens.

Art. 5º Não será permitido o ingresso de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e demais integrantes do grupo de risco em veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros.

Art. 6º A fiscalização do transporte coletivo a que se refere este Decreto fica sob a responsabilidade dos fiscais da Vigilância Sanitária, dos servidores da Defesa Civil.

Art. 7º As medidas estabelecidas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer tempo, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 8º O descumprimento do disposto neste Decreto implica na aplicação das penalidades sanitárias previstas na Lei Estadual nº. 6320/1983, e demais legislação pertinentes, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de 22 de junho de 2020.

Capinzal, 19 de junho de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

**DECRETO Nº 089, DE 22 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535873

DECRETO Nº 089, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Declara Situação de Emergência no Município de Capinzal, afetada por estiagem - COBRADE: ESTIAGEM – CODIFICADA: 1.4.1.1.0.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso XVIII, do artigo 58 da Lei Orgânica do Município e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012; e

CONSIDERANDO a ocorrência da estiagem, iniciada no mês dezembro de 2019, atingindo o município, especialmente as áreas rurais, conforme Ata nº 01/2020 e Parecer nº 01/2020 e Ata nº 02/2020, ambos da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 062, de 18 de maio de 2020, que dispõe sobre a decretação de situação de emergência, foi editado com data de 18/05/2020;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 4º do Decreto nº 062, de 18 de maio de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos à partir de 21 de maio de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 22 de junho de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças



**PMC CONTRATO 0093/2020 M**

Publicação Nº 2535691

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
<hr/>		
Contrato Nº.: 0093/2020 M		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: D. A. DANTAS MENDONCA		
Valor..... Vigência..... Início: 23/06/2020 Término: 23/06/2021		
Licitação..... PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 28/2020		
Objeto..... REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para		
prestação mão de obra especializada de serviços de Assistência técnica e		
Manutenção Corretiva em aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos das		
Secretarias e Fundos do Município de Capinzal. Com Recursos Federais,		
Estaduais e Municipais.		
PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIAS: R\$ 77.305,00		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: R\$ 10.300,00		
FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL: R\$ 15.180,00		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES: R\$ 2.300,00		
Capinzal, 23 de Junho de 2020		

**PMC CONTRATO 0094/2020**

Publicação N° 2536386

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
<hr/>		
Contrato N°.: 0094/2020		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: J M MACHADO RETIFICA - EIRELI		
Valor.....: 18.974,00 (dezoito mil novecentos e setenta e quatro reais)		
Vigência.....: Início: 24/06/2020 Término: 31/12/2020		
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 29/2020		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para recuperação do Motor do Ônibus 17.230 motor X12 MWM, ano 2010, Chassi 9532L82W8AR025298, Placa MIG 7544, do Transporte Coletivo Urbano deste Município, contemplando peças originais de linha de montagem, serviço de retífica e mão de obra para reposição do motor. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 24 de Junho de 2020		

**PMC TA 003/202 C147**

Publicação Nº 2536027

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº.....: TA 003/2020 C147 - Contrato Nº: 0147/2019		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: VIAPAVI OBRAS E SERVICOS LTDA		
Valor.....: 0,00 (zero)		
Vigência.....: Início: 02/07/2020 Término: 31/08/2020		
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2019		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da atual vigência do contrato para 60 (sessenta) dias, findando em 31/08/2020, conforme solicitação, Parecer Jurídico nº 158/2020 e demais documentos, anexos ao Processo Licitatório.		

**PREGÃO ELETRÔNICO 0016/2020 PROCESSO LICITATÓRIO 0040/2020**

Publicação Nº 2535916

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0040/2020  
Pregão Eletrônico Nº 0016/2020  
REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de defesa metálica (guard rails). Para instalação no Acesso Cidade Alta (Serra) e outros pontos no perímetro Urbano do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios.

As propostas iniciais e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), conforme data e horário:

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: até dia 07/07/2020 às 07h40min.

ABERTURA DA SESSÃO: até dia 07/07/2020 às 07h45min.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zóccoli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Contato: pelo telefone 49 3555-8707 e 3555-8769 ou pelo e-mail [licitacoes@capinzal.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capinzal.sc.gov.br).

Capinzal/SC, 24 de junho de 2020.

NADIR DURLI  
Secretário de Infraestrutura  
Município de Capinzal

**PROCESSO LICITATÓRIO 0034/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0010/2020**

Publicação Nº 2536369

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0034/2020  
Dispensa de Licitação Nº 0010/2020

KAMILLE SARTORI BEAL, Secretária de Saúde do Município de Capinzal, Capinzal neste ato representando o Fundo Municipal de Saúde de Capinzal Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 4º da Lei 13.979/2020 e art. 24 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório n. 0034/2020, conforme segue:

**1. DO OBJETO**

O objeto do presente processo licitatório consiste na aquisição de Termômetro Digital Infravermelho, para serem utilizados pela Secretaria da Saúde, nas atividades de enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19. Com Recursos Vinculados.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição de termômetros digital infravermelho faz-se necessária, para uso dos servidores da Secretaria da Saúde, no enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19 (conforme Decreto Municipal 027/2020, Decreto Estadual 515/2020 e posteriores e lei Federal 13.979/2020).

A partir da aquisição desses termômetros será possível verificar a temperatura corporal dos pacientes sem toque na pele, conforme recomendado pelos órgãos de saúde. Assim será realizada a verificação da temperatura dos pacientes que procuram por atendimento nas Unidades de Saúde, bem como no Centro de Triagem.

## 3. DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação encontra respaldo no art. 4 CAPUT da Lei 13.979/2020, bem como no inciso II, do art. 24, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores.

É dispensável a licitação:

Art. 4º - Lei 13.979/2020

É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do coronavírus de que trata esta lei.

Art. 24. – Lei 8.663/93

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

## 4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A Secretaria da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde optou pela empresa INEX BRAZIL – EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 05.208.063/0002-32, com endereço na Av. Vereador Abrahão João Francisco, n. 4555, Bairro Ressacada, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, foi selecionada para fornecimento do objeto, uma vez que apresentou o menor preço com relação às demais. Ainda, a contratada está em dia com sua regularidade fiscal, conforme documentação anexa.

## 5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No que se refere à justificativa do preço, foi devidamente precedido de cotação de preços e a empresa acima qualificada apresentou proposta com preço compatível com o de mercado e compatível para o fornecimento do material, razão pela qual se justifica sua escolha, conforme tabela abaixo:

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	20,00	UN	Termômetro Digital, infravermelho, sem contato com a pele.	259,00	5.180,00
VALOR TOTAL					5.180,00

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Despesa: 33 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.111 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica

Elemento: 33903999000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 66 - Transf. Da União

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal-SC, 24 de junho de 2020.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária de Saúde do Município de Capinzal

Fundo Municipal de Saúde

**PROCESSO LICITATÓRIO 0076/2020 PREGÃO PRESENCIAL 0035/2020**

Publicação Nº 2535675

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0076/2020  
Pregão Presencial Nº 0035/2020  
REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM

OBJETO: Registro de Preço para possível contratação de horas/homens para manutenção mecânica de Equipamentos Agrícolas da Municipalidade. Com Recursos Próprios.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 07h55min do dia 07/07/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 07/07/2020 às 08h00min.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8711 e 3555-8769 ou pelo e-mail [licitacoes@capinzal.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capinzal.sc.gov.br).

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal:

Capinzal/SC, 24 de junho de 2020.

LEIMAR BERNARDI  
Secretário de Agricultura  
Município de Capinzal

**CÂMARA MUNICIPAL****PROJETO DE LEI Nº 10/2020**

Publicação Nº 2535877

PROJETO DE LEI Nº 010, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, na forma que especifica.

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis.

Art. 2º O Bem Móvel adquirido com recursos da conta Prefeitura/Convênio Corpo de Bombeiros Militar, constitui em 01 (um) veículo marca MERCEDES BENS, modelo VAN SPRINT 415 CDI, tipo AMBULÂNCIA, combustível DIESEL S10, ano de fabricação/modelo 2019, cor vermelha, chassi nº 8AC906633KE174349, placa RAH6B70, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 220.700,00 (duzentos e vinte mil e setecentos reais), destinado exclusivamente para a execução dos serviços do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, sediado no Município de Capinzal.

Art. 3º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso será de até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão por conta no exercício corrente, dos recursos do tesouro municipal de Capinzal, e a partir do próximo exercício financeiro, além da fonte já citada, também com recursos do tesouro estadual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 22 de junho de 2020.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

**RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535888

RESUMO DA  
SESSÃO PLENÁRIA  
23 DE JUNHO DE 2020

- Aprovada Ata nº 3.053, de 2020, referente à Sessão Plenária do dia 16/6/2020 e Ata nº 3.054, de 2020, referente à Sessão Extraordinária do dia 19/6/2020.

- Leitura dos ofícios expedidos e recebidos.

- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:

Ø Projeto de Lei nº 10, de 2020, autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, na forma que especifica.

Ø Emenda Modificativa nº 2, de 2020, de autoria do Poder Legislativo ao Projeto de Lei Legislativo nº 3, de 2020.

à O Projeto e a Emenda foram encaminhados as Comissões competentes para análise e Pareceres.

- Expediente dos Vereadores: Indicações: O Vereador Lucas Antonio Dorini solicitou instalação de redutor de velocidade e placas de limite de velocidade próximo ao início do asfalto em direção a Barra do Leão na Rua José Zortéa. O Vereador Kelvis Borges solicitou instalação de um abrigo de passageiro próximo ao trevo de acesso ao Loteamento Recanto dos Pássaros e também a recuperação da camada asfáltica (tapa buracos) na marginal entre o trevo do Recanto até o Loteamento Novo Horizonte. Os vereadores Carlos Adriano Zocoli e Valmor de Vargas solicitaram a substituição dos semáforos existentes na Rua Nereu Ramos no centro de Capinzal, por semáforos novos que contemplem a passagem de pedestres e também solicitaram a iluminação com lâmpadas de LED nos trevos localizados no acesso a Cidade Alta, entrada para o Loteamento Vila Sete e no acesso para Piratuba. Moção de Apelo: Os Vereadores Valmor de Vargas, Carlos Adriano Zocoli, Lucas Antonio Dorini, Gilmar Junior da Silveira e Alcides Afonso Coroneti solicitam encaminhamento de MOÇÃO DE APELO à Secretaria Estadual de Infraestrutura – Regional de Joaçaba – para que a mesma promova as ações necessárias visando realizar UMA OPERAÇÃO TAPA-BURACOS COMPLETA NA RODOVIA SC-150, no Trecho que compreende o Trevo Capinzal/Piratuba, até a jurisdição Regional da citada Secretaria. A Moção foi aprovado por unanimidade na casa Legislativa.

- Palavra Livre.

- Convocação dos Vereadores para Sessão Extraordinária, no dia 25 de junho de 2020, às 10h30min.

O Vídeo da Sessão está disponível no site [www.camaracapinzal.sc.gov.br](http://www.camaracapinzal.sc.gov.br), no Link "Sessões Gravadas", e pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.

Capinzal/SC - Câmara de Vereadores, 24 de junho de 2020.

Vereador Renato Marcelo Markus

Presidente

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/19/2020**

Publicação Nº 2536175

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/19/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0208/2020

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE CONVERSORES DE SINAL MICRO-PROCESSADO, COMPATÍVEIS COM MACROMEDIDORES DA MARCA SIEMENS MODELO MAG 6000 E CABOS.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA/HORA DA ABERTURA: 08 DE JULHO DE 2020, ÀS 10:00 HORAS

LOCAL: ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO A RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000.

O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, SOLICITADO PELO E-MAIL FRANCIELI@SIMAECAO.SC.GOV.BR OU PELO SITE DO SIMAE WWW.SIMAECAO.SC.GOV.BR.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 07:00 ÀS 13:00.

CAPINZAL/SC, 25 DE JUNHO DE 2020.

FRANCIELI A. DA ROSA  
PREGOEIRA

BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - MAIO/2020

Publicação Nº 2536180

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Maio  
Página: 1

SANTA CATARINA  
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	756.258,89	ORÇAMENTÁRIAS	352.502,71
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.331,10	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	352.502,71
Receita Patrimonial	1.901,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	239.936,83
Receita de Serviços	728.900,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.348,11
Outras Receitas Correntes	13.125,68	INVESTIMENTOS	16.217,77
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.095.501,53	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.536.940,64
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	102.470,45	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	109.809,52
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	361.851,40	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	634.873,85
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	631.179,68	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDÇÃO	4.420,56
		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	637.204,91
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	150.631,80
SALDOS ANTERIORES	3.046.586,44	SALDOS ATUAIS	3.008.903,51
BANCO C/ MOVIMENTO	3.024.947,40	BANCO C/ MOVIMENTO	2.987.156,27
POUPANÇA	21.639,04	POUPANÇA	21.747,24
TOTAL	4.898.346,86	TOTAL	4.898.346,86

CAPINZAL, 22/06/2020

SIDNEI PENZO  
DIRETOR

EDILSON DOS SANTOS VILARINO  
CONTADOR - CRC/SC-023320/O-8



# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2020 FUNREBOM INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2020 FUNREBOM**

Publicação Nº 2537036

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

Espécie: Inexigibilidade de Licitação

Base Legal: O amparo legal para a Inexigibilidade da licitação consta no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Processo Licitatório nº 0001/2020 - FUNREBOM

Processo de Inexigibilidade 0001/2020 - FUNREBOM, publicado em 24/06/2020.

Contratante: FUNDO DE REEQUIPAMENTOS DOS BOMBEIROS DE CATANDUVAS SC

Contratada: DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA - EPP

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos médicos do CBM de Catanduvas, visando à necessidade do Fundo de Reequipamentos Bombeiros de Catanduvas - SC.

Valor: R\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais)

Vigência: Até 31/12/2020

Ratificação: em 24 de junho de 2020, por: Lucimari Spader, Gestora do Funrebom.

**RESOLUÇÃO Nº 14/2020/CMDCA**

Publicação Nº 2536004

**RESOLUÇÃO Nº 14/2020/CMDCA.**

“Nomeia membros para a Comissão de Cadastro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Catanduvas/SC, estabelece modelo de documento e dá outras providências.”

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS - CMDCA**, em cumprimento a Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.640/2018,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear membros para compor a Comissão de Cadastro, que analisará, primeiramente, toda a documentação protocolada quando do pedido de registro de entidades, conforme estabelece o art. 7º da Resolução nº 02/2019/CMDCA.

**Art. 2º.** Integram a Comissão de Cadastro os seguintes conselheiros:

I – Representantes do governo municipal:

- (a) Lucimari Spader;
- (b) Valmir De Rós.

II – Representantes da sociedade civil:

- (a) Franciele Aparecida dos Santos;
- (b) Vânia Salete Moreira Miotto.

**§1º** A Comissão de Cadastro será presidida por Valmir De Rós.

**§2º** Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido ou suspeito por fazer parte da entidade que está solicitando registro, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente.

**Art. 3º.** No que se refere à Declaração de Idoneidade dos membros da diretoria (titulares e suplentes) e do Conselho Fiscal, estabelecida no inciso IX, art. 5º da Resolução nº 02/2019/CMDCA, a mesma deverá ser apresentada nos moldes do anexo I desta Resolução.

**Art. 4º.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC, 19 de maio de 2020.

**Daniela Luiza Miotto**  
**Presidente do CMDCA**

**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

(presidente da entidade), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade nº..., inscrito no CPF sob o nº..., representante legal da (entidade), também devidamente qualificado, em cumprimento ao inciso IX, artigo 5º da Resolução nº 02/2019/CMDCA, **DECLARA**, para todos os fins e efeitos, que os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal do(a) (nome da Entidade), abaixo relacionados, são idôneos, inexistindo qualquer impedimento legal para exercício de suas funções na Entidade e que desconheço qualquer fato ou conduta que os desabone.

Cargo ocupado na Diretoria	NOME	CPF
Cargo ocupado no Conselho Fiscal	NOME	CPF

Cidade, dia, mês, ano.

Assinatura do representante legal  
(com reconhecimento de firma em cartório)

**Nota:** para apresentação da relação nominal, com qualificação dos membros da atual Diretoria e Conselho Fiscal da Entidade, **poderá** ser utilizada tabela semelhante a esta, ora apresentada, a qual poderá ser impressa na orientação horizontal.

Ao final da tabela, **deverá** constar a assinatura do representante legal da entidade, com reconhecimento de firma em cartório, tudo conforme inciso IX do artigo 5º, da Resolução nº 02/2019/CMDCA.

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 097/2020

Publicação N° 2536309

Decreto nº 097/2020

"Dispõe sobre a exoneração de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando requerimento apresentado pela servidora na data de 17 de junho de 2020 onde requer a exoneração do cargo em que ocupa

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado (a) do Cargo de Técnica em Enfermagem, a partir de 25/06/2020, o(a) Sr(a). CLEONICE DO CARMO SCHNEIDER, brasileiro (a), domiciliado em Caxambu do Sul/SC, CPF 737.XXX.939-53, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 24 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

### EDITAL 015/2020

Publicação N° 2536443

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 015/2020

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 002/2019, para comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Caxambu do Sul, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 615, Centro, conforme se especifica a seguir:

CARGO: PSICÓLOGO			
Nº DE CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	NOME
7º	351	40 HS SEMANAIS	RAQUEL ANTUNES DE MELLO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da Administração Municipal;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Caxambu do Sul/SC, 24 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

**RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO N. 2532899 - CONTRATO 057/2020PCS**

Publicação Nº 2535695

Onde se lê: Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA;

Leia-se: Contratada: DESTRA CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Ficando o texto completo da seguinte maneira:

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: DESTRA CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Contrato nº: 057/2020 PCS.

Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO ANTENA, MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/SC.

Data da assinatura: 19/06/2020

Vigência: 05/07/2020.

# Cerro Negro

## PREFEITURA

### AVISO TP 008-2020 - REFORMA PREFEITURA

Publicação N° 2536062

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°. 008/2020

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de reforma e ampliação da Prefeitura Municipal de Cerro Negro.

Tipo: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 13/07/2020.

Abertura: dia 13/07/2020, às 10h00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações complementares poderão ser obtidas no Dpto. de Compras deste Município, situado na Rua Orides Delfes Furtado, 739, Centro, SC, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 22 de junho de 2020.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 212/2020

Publicação Nº 2535710

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº. 212/2020

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78 da Lei Complementar nº 008/99;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.06.2019 à 31.05.2020, para o servidor, FLAVIO DA SILVEIRA, matriculado sob o nº 230/04, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar 15 (quinze) dias de férias, na data de 24.06.2020 à 08.07.2020, referente ao primeiro período, conforme § 5º do art. 78 da Lei Complementar nº 008/99.

Art. 3º De acordo com o § 6º do art. 78 da Lei Complementar 008/99, o adicional de 1/3 da remuneração é pago integralmente quando da concessão do primeiro período.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 39.042, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535779

DECRETO Nº. 39.042, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza a realização de atividades de treino em equipe, com bola e sem bola, do esporte profissional no território do município de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO a Portaria SES nº. 424, de 23 de junho de 2020,

CONSIDERANDO a revogação da Portaria SES nº. 417, de 18 de junho de 2020, que autorizava a realização de atividades para treino com bola do esporte profissional e amador no território catarinense, pela Portaria SES nº. 424, de 23 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DOE nº. 21.294, de 23 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada, a partir de 23 de junho de 2020, a realização de atividades de treino em equipe, com bola e sem bola, do esporte profissional no território do município de Chapecó.

Art. 2º. Fica recepcionada, em todo o território do município de Chapecó, o contido na Portaria SES nº. 424, de 23 de junho de 2020 da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº. 39.008, de 19 de junho de 2020.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PMCS/2020 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 2537117

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/PMCS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PMCS/2020 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcela de materiais/equipamentos de enfermagem e correlatos no atendimento ao Município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 08h15min do dia 07/07/2020.

Abertura: Dia 07/07/2020, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 25 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### DECRETO SAF/N. 402/2020

Publicação Nº 2536130

DECRETO SAF/N. 402/20, de 19 de junho de 2020.

SUPLEMENTA DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 300.000,00(trezentos mil reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento		
ÓRGÃO	05	
Manutenção de Serviços Administrativos	2.006	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.0.1.53.0001	Aplicações Diretas	300.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima se faz necessária por conta do excesso de arrecadação no exercício, na fonte de recurso 53 – Covid-19, Recursos transferidos da União sem destinação específica – LC 173/2020, art. 5º, II-b, para mitigar os efeitos da pandemia do Coronavírus, para ações administrativas do município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

# Concórdia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 560/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536109

#### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 560/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020.  
Decreta luto oficial no Município de Concórdia, SC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI e considerando:

- o falecimento de Juraci Lopes da Silva, ocorrido em 18 de junho de 2020;
- os relevantes serviços prestados em sua vida pública, dentre outros, tendo atuado como:

I – vereador;

II – presidente da Câmara Municipal de Vereadores;

III – Prefeito Municipal, em exercício.

#### DECRETA:

Art. 1º Em sinal de pesar, fica decretado luto oficial no território do Município de Concórdia, SC, por três dias, a partir de 18 de junho de 2020, em decorrência do passamento do cidadão JURACI LOPES DA SILVA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2020 PMC**

Publicação Nº 2536223



## **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2020**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2020 PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2020 PMC**

O **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Assistência Social, senhora ANA MARIA SELLA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade nº 384.297 e inscrita no CPF sob nº 552.035.829-04, e a(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ata, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVEM Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 5.242, de 21 de setembro de 2007, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição de materiais de construção, em atendimento às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, com base na Lei Complementar nº 75, de 09 de dezembro de 1993, Lei nº 104, de 08 de junho de 1995, Lei Municipal nº 4.830, de 17 de Dezembro de 2015 e Lei nº 5.067, de 18 de abril de 2018, visando auxiliar em situações emergenciais ou precárias de Habitações Urbanas e Rurais do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de 28 de junho de 2020.**

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Concórdia não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Rua Leonel Mosele, 62, Centro | Concórdia - SC | CEP 89700-176 | CNPJ: 83.024.257/0001-00  
Fone: (049) 3441-2187 | e-mail: camila@concordia.sc.gov.br

FL. 1/3



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA ESTADO DE SANTA CATARINA

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FORNECEDORES, ITENS E PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado abaixo:

Fornecedor					
<b>Razão Social: CONCÓRDIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA</b>					
<b>CNPJ: 17.089.606/0001-48</b>					
<b>Endereço: Rua Guilherme Helmut Arendt, 320, Centro, Concórdia - SC</b>					
<b>Contatos: (49) 3442-2371</b>					
<b>Representante: Gledson Osvaldo Schneider</b>					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca	Preço Unit.
1	Telha ondulada de fibrocimento sem amianto de 2,44 x 1,10 x 6 mm	3.000	Unidade	Isdralit	R\$ 43,00
2	Cumeeira de 6 mm, 15°, sem amianto	700	Unidade	Isdralit	R\$ 23,70
3	Parafuso telheiro sextavado 5/16x110	12.000	Unidade	Trefix	R\$ 0,50
4	Areia média lavada.	200	Metro cúbico	GR Extração	R\$ 123,00
5	Cimento 50 kg	700	Unidade	Supremo	R\$ 27,00
6	Tijolo de 6 furos, 9 x 14 x 24cm.	40.000	Unidade	Cerâmica Contestado	R\$ 0,59
7	Bloco de vedação em concreto com dimensões de 14x19x39 cm.	30.000	Unidade	Guinho Pré-Moldados	R\$ 2,20
8	Forro em PVC, medindo 6 metros, frizado, 200 x 08mm.	4.000	Metro	Plasbil	R\$ 15,80
9	Ferro 10.0mm, em barras de 12 metros, pesando 7.404gr cada, CA 50, 3/8.	300	Unidade	Arcelor-mittal	R\$ 31,30
10	PREGO PARA TABUAS 17X27	300	Unidade	Trefix	R\$ 8,70
11	Brita mista suja. (127262)	90	Metro cúbico	Kerbermix	R\$ 74,00
12	Madeira quadrada de pinus, segunda qualidade, medindo 5cm x 15cm x 3m.	250	Unidade	Serraria Lohmann	R\$ 18,00
13	Tabua de pinus, de segunda qualidade, medindo 3m de comprimento, 2,5cm de espessura, e com acima de 25cm de largura.	100	Metro cúbico	Serraria Lohmann	R\$ 780,00
14	Bacia sanitária com caixa acoplada, de louça, branca, 3/6 litros.	50	Unidade	Logasa	R\$ 230
15	Lavatório com coluna de louça branco, com altura total de aproximadamente 80 cm.	50	Unidade	Logasa	R\$ 106,00
16	Ferro 5/16 8.0m CA 50, barra com 12 metros.	200	Unidade	Arcelor-mittal	R\$ 20,70

Rua Leonel Mosele, 62, Centro | Concórdia – SC | CEP 89700-176 | CNPJ: 83.024.257/0001-00  
Fone: (049) 3441-2187 | e-mail: camila@concordia.sc.gov.br

FL. 2/3



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA ESTADO DE SANTA CATARINA

- 3.1.1. Os preços descritos na tabela acima serão pagos na possível aquisição dos produtos.
- 3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.
- 3.3. Os bens/materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo “B” do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

### CLÁUSULA QUARTA – DO FISCAL

- 4.1. Fica designada como fiscal técnico-administrativo a servidora NEUSA PRESOTTO COLOMBO, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, e-mail neusa@concordia.sc.gov.br, telefone 49 3442-5486.
- 4.2. Fica designado como fiscal técnico-administrativo o servidor VALCIR ZANELLA, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, e-mail valcir@concordia.sc.gov.br, telefone 49 3442-0119.
- 4.3. O decreto 6.308, de 19 de outubro de 2018, atribuirá as atividades do(s) fiscal(is) acima citado(s).

### CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

- 5.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Eletrônico SRP nº 17/2020 PMC e a proposta da empresa acima relacionada.
- 5.1.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital, Termo de Referência, Anexo “A” do edital e proposta comercial;
- 5.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 5.242, de 21 de setembro de 2007, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
- 5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Concórdia – SC, 23 de junho de 2020.

**ANA MARIA SELLA DA SILVA**  
Secretária Municipal de Assistência Social

Rua Leonel Mosele, 62, Centro | Concórdia – SC | CEP 89700-176 | CNPJ: 83.024.257/0001-00  
Fone: (049) 3441-2187 | e-mail: camila@concordia.sc.gov.br

FL. 3/3

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 255/2020

Publicação Nº 2536003

PORTARIA Nº 255/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor municipal Sr. Bruno de Cezaro, matrícula nº 449205, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral de Água e Saneamento Básico, lotado na Secretaria Municipal de Água e Saneamento Básico, conforme o documento em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 22 de março de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8726/2020

Publicação Nº 2536368

DECRETO Nº. 8.726, 19 De Junho De 2020.

SUBMETE SERVIDOR MUNICIPAL AO REGIME DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA POR BANCO DE HORAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o art. 2º, inciso II, alínea d, da Lei Nº 2.340 de 02 de Junho de 2020,

#### DECRETA

Art. 1º. Ficam os servidores municipais: Adriana De Lurdes Valandro, Adriane Maria Luzzi Tonon, Carlos De Castro, Caroline Ângela Daniel, Fernanda Miorando, Francine Golo, Ivete Gollo Martinelli, Julcimara De Carli, Luciane Zanella, Marlene Centenaro Ferro, Noely Conte Rosina, Priscila Stanga, Rosecléia Forti Smaniotto, Solange Maria Balbinot, Suzana Festl Gasparin, Claudiana Vicentini, Cristiane Maiquel Mendonça Berlanda, Elisete Fernanda Giacomini, Guiomar Alberto Silvestrin, Jandinéia Tecchio Martinelli, Jocemara Teresinha Dos Santos Vieira, Leonilda Ritter Rosa, Margarete Dos Santos, Nilséia Bento Piva, Vanda Inês Cittadella Pedroso, Vanerlei Ceccato, Mari Lucia Ogliari Zanardi, ocupantes do cargo de Professor, Adriana Antunes Cardoso, Andréia Paula Zucco Dal Piva, Noemia Zanchettin, Sandra Magri, ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Rose Andréia Pessoa da Silva, ocupantes do cargo de Coordenador Pedagógico, Clarice Sutil Pressi, Nelva Maria Varnier Ludwig, ocupantes do cargo de Merenderia, todos lotados na Secretária Municipal de Educação e no CMEIEF Clube do Bolinha, submetido ao regime de compensação de jornada, por banco de horas, enquanto perdurar a situação de pandemia provocada pela Covid-19 ou pelo tempo que vigorar o presente Decreto.

§ 1º O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor para serem compensadas no prazo estipulado no Decreto Municipal Nº 8.721 de 08 de Junho de 2020.

§ 2º O quantitativo de horas negativas/positivas, objeto de compensação futura, deverá ser registrado/controlado pelo gestor responsável de cada escola, em planilha específica, sem prejuízo do conhecimento do Secretário da Pasta e da ciência do servidor interessado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 8727/2020

Publicação Nº 2536372

DECRETO Nº. 8.727, 19 De Junho De 2020.

SUBMETE SERVIDOR MUNICIPAL AO REGIME DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA POR BANCO DE HORAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o art. 2º, inciso II, alínea d, da Lei Nº 2.340 de 02 de Junho de 2020,

#### DECRETA

Art. 1º. Ficam os servidores municipais: Cristine Zanetti, Elizandra Da Rosa Lazzaretti, Elizete Maria Bombassaro Pederseti, Gislani Lurdes Bonetti Lanfredi, Idiana Maria Milani, Lenise Nespolo, Luciana Marchioro, Nelcy Maria Favaretto Petroli, Nilséia Aparecida Bento Piva, Pedro Ariberto Martelli, Rakele Cavazotto Cavalli, Suzana Festl Gasparin, ocupantes do cargo de Professor, Cleonice Fátima Alberton Toffoli, Senira Severo Gonçalves, ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Jerssica Massolini, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, Lucimar Izabel Bachi Massolini, ocupante do cargo de Merenderia, todos lotados na Secretária Municipal de Educação e na Escola Municipal Coronelzinho, submetido ao regime de compensação de jornada, por banco de horas, enquanto perdurar a situação de pandemia provocada pela Covid-19 ou pelo tempo que vigorar o presente Decreto.

§ 1º O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor para serem compensadas no prazo estipulado no Decreto Municipal Nº 8.721 de 08 de Junho de 2020.

§ 2º O quantitativo de horas negativas/positivas, objeto de compensação futura, deverá ser registrado/controlado pelo gestor responsável de cada escola, em planilha específica, sem prejuízo do conhecimento do Secretário da Pasta e da ciência do servidor interessado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO Nº 8728/2020

Publicação Nº 2536394

DECRETO Nº. 8.728, 19 De Junho De 2020.

SUBMETE SERVIDOR MUNICIPAL AO REGIME DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA POR BANCO DE HORAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o art. 2º, inciso II, alínea d, da Lei Nº 2.340 de 02 de Junho de 2020,

DECRETA

Art. 1º. Ficam os servidores municipais: Adriana Favaretto, Luciana Marchioro, Adriano Alves Pereira, Patricia Moretti, Carina Vargas, Francine Golo, Riquelis Varnier Chiarelotto, Tiago Tosetto, Junior Marafon, Ivanete Fatima Pierezan Vivian, Geni Terezinha Martelli Picolotto, Ana Paula Tecchio Bassani, Rakele Cavazotto Cavalli, Andressa Cristina Oliveira Da Silva, ocupantes do cargo de Professor, Leonice Pasinato Michele, Rosileida Aparecida Tavares, Vera Luci Mohr, ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Paula Rita Ribeiro, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, Inês Antunes Ribeiro, ocupante do cargo de Merenderia, todos lotados na Secretária Municipal de Educação e na Escola Municipal Professora Inês Domingas Tonon Tassoni, submetido ao regime de compensação de jornada, por banco de horas, enquanto perdurar a situação de pandemia provocada pela Covid-19 ou pelo tempo que vigorar o presente Decreto.

§ 1º O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor para serem compensadas no prazo estipulado no Decreto Municipal Nº 8.721 de 08 de Junho de 2020.

§ 2º O quantitativo de horas negativas/positivas, objeto de compensação futura, deverá ser registrado/controlado pelo gestor responsável de cada escola, em planilha específica, sem prejuízo do conhecimento do Secretário da Pasta e da ciência do servidor interessado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.



**DECRETO Nº 8730/2020**

Publicação Nº 2536418

DECRETO Nº. 8.730, 19 De Junho De 2020.

SUBMETE SERVIDOR MUNICIPAL AO REGIME DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA POR BANCO DE HORAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o art. 2º, inciso II, alínea d, da Lei Nº 2.340 de 02 de Junho de 2020,

DECRETA

Art. 1º. Ficam os servidores municipais: Claudir Domingos Dal Piva, Elair Zucco, ocupantes do cargo de Morista, Daniela Lemes da Rosa, Lourdes Pagnussat Regoso, Suelen Paula Cecchini, Eleni Machado Pendon, ocupantes do cargo de Monitor Escolar, Fernanda Graciani, ocupante do cargo de Psicopedagoga, Pâmela Galvão, ocupante do cargo de Nutricionista, todos lotados na Secretária Municipal de Educação submetido ao regime de compensação de jornada, por banco de horas, enquanto perdurar a situação de pandemia provocada pela Covid-19 ou pelo tempo que vigorar o presente Decreto.

§ 1º O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor para serem compensadas no prazo estipulado no Decreto Municipal Nº 8.721 de 08 de Junho de 2020.

§ 2º O quantitativo de horas negativas/positivas, objeto de compensação futura, deverá ser registrado/controlado pelo gestor responsável de cada escola, em planilha específica, sem prejuízo do conhecimento do Secretário da Pasta e da ciência do servidor interessado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 8732/2020**

Publicação Nº 2536428

DECRETO Nº. 8.732, 23 de Junho de 2020.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.324/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado a movimentação de verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria De Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub - função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0005 – Educação de Qualidade.

Ação: 1.011 – Ampliação e Reformas dos Prédios Escolares.

De: Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Para: Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº8731/2020**

Publicação Nº 2536426

DECRETO Nº. 8.731, 23 De Junho De 2020.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.341/2020.

DECRETA

Art. 1º. Autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior o valor de R\$ 147.150,93 (cento e quarenta e sete mil, cento e cinquenta reais e noventa e três centavos) e possível excesso de arrecadação no valor de R\$ 62.849,07 (sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sete centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Freitas, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 1.085 – Aquisição de Veículos – Saúde.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0089–Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 147.150,93

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0089– Alienação de Bens R\$ 62.849,07

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, conforme decreto nº. 8.621/2020.

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0089 – Alienação de Bens.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

**DECRTO Nº 8729/2020**

Publicação Nº 2536409

DECRETO Nº. 8.729, 19 De Junho De 2020.

SUBMETE SERVIDOR MUNICIPAL AO REGIME DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA POR BANCO DE HORAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o art. 2º, inciso II, alínea d, da Lei Nº 2.340 de 02 de Junho de 2020,

DECRETA

Art. 1º. Ficam os servidores municipais: Cleusa de Moura, Elizandra da Rosa Lazzaretti, Fabiane Juraszek, Fernanda Miorando, Francine Gollo, João Carlos Bernieri, Noely Conte Rosina, Ledovino Piassetta, Lucy Maria Vicentini Da Silva, Maristela Fátima De Cezaro Cavasotto, Elisete Fernanda Giacomini, Francieli Ribeiro Dos Santos, Carine Vargas, Cristiane Biazzi Gasparin, ocupantes do cargo de Professor, Rute Ane Plaut, Janete Margarida Bernardi Zilli, ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Édina Cristina Picolotto ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, todos lotados na Secretária Municipal de Educação e na Escola Integral Municipal Simões Lopes, submetido ao regime de compensação de jornada, por banco de horas, enquanto perdurar a situação de pandemia provocada pela Covid-19 ou pelo tempo que vigorar o presente Decreto.

§ 1º O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor para serem compensadas no prazo estipulado no Decreto Municipal Nº 8.721 de 08 de Junho de 2020.

§ 2º O quantitativo de horas negativas/positivas, objeto de compensação futura, deverá ser registrado/controlado pelo gestor responsável de cada escola, em planilha específica, sem prejuízo do conhecimento do Secretário da Pasta e da ciência do servidor interessado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## **LEI MUNICIPAL Nº 2.341/2020**

Publicação Nº 2536341

LEI MUNICIPAL Nº 2.341, 23 De Junho de 2020.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber – que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior o valor de R\$ 147.150,93 (cento e quarenta e sete mil, cento e cinquenta reais e noventa e três centavos) e possível excesso de arrecadação no valor de R\$ 62.849,07 (sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sete centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Freitas, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 1.085 – Aquisição de Veículos – Saúde.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0089–Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 147.150,93

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0089– Alienação de Bens R\$ 62.849,07

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, conforme decreto nº. 8.621/2020.

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0089 – Alienação de Bens.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 19/2020**

Publicação Nº 2536311

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº19/2020

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

9º TERMO ADITIVO Nº 19/2020 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2015

Contratado: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SOCIAL E CULTURAL MÃO AMIGA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÕES do Contrato nº 18/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/12/2020, com fundamento no Art. 57, da Lei de Licitações, podendo ser rescindido a qualquer momento a critério da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA

9.0.1 – A casa-lar deverá possuir quadro pessoal vinculado diretamente a entidade contratada, com no mínimo o seguinte quadro profissional:

a) Equipe técnica formada por assistente social, psicólogo ou psicanalista, com carga horária mínima de 30h semanais e possuir experiência de no mínimo dois anos em função congênere com conhecimento da rede da infância e juventude, comprovando através de carteira de trabalho. Se o contratado não possuir experiência comprovada em carteira terá que passar por entrevista com a psicóloga da Casa Lar, observado o critério de ter trabalhado com o sistema de acolhimento.

b) Educador/cuidador, com nível médio, com experiência em atendimento a crianças e adolescentes que realize escala de trabalho 12/36 horas de acordo com legislação trabalhista, sendo expressamente proibido o cuidador residir na casa.

b1) O educador/cuidador será contratado pela Coordenadora da Casa Lar.

b2) O educador/cuidador deverá acompanhar os acolhidos realizando o papel de mãe social, demonstrando afeto, carinho e cuidado pelos acolhidos.

c) Um serviços gerais 20 horas semanais, responsável pela limpeza das roupas das crianças e adolescentes e da casa lar.

9.0.2 – A casa lar deverá possuir um Coordenador com formação mínima em nível superior, e que possua experiência de no mínimo 2 anos em função congênere, e com amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, comprovado em carteira de trabalho.

9.0.3 A equipe de trabalho deverá realizar a cada seis meses curso de aperfeiçoamento ligado a área da infância e juventude.

9.0.4 De acordo com a cartilha de acolhimento institucional a instituição deverá disponibilizar a todas as crianças e adolescestes acolhidos, passeios, viagens, atividades recreativas, participação em eventos da comunidade, dentre outros, permitindo assim a interação social dos mesmos, isso principalmente no período de férias escolares.

10.1.13 Nenhum membro da Entidade contratada poderá trabalhar na Casa Lar, e somente poderá exercer alguma atividade após três anos do rompimento do vínculo com a referida Entidade.

11.1 A Tesouraria efetuará o pagamento à empresa CONTRATADA da seguinte forma: mediante serviço executado será efetuado pagamento até o último dia útil do mês seguinte, mediante a apresentação de relatório de prestação de contas e apresentação da Nota Fiscal / Fatura, com assinatura do responsável pelo recebimento.

10.4 A empresa contratada não pode se beneficiar deste contrato fornecendo produtos para a instituição visando lucros.

Vigência: 31/12/2020.

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1599/2020

Publicação Nº 2536511

DECRETO Nº 1599/2020  
DE 24 DE JUNHO DE 2020

"AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE UMA ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE ANTONIO SILVA SOUZA E DE CLEMAIR APARECIDA COELHO SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o desmembramento de uma área de terras de propriedade de Antonio Silva Souza e de Clemair Aparecida Coelho Souza, dentro de uma área maior com superfície total de 20.591,12m<sup>2</sup> (vinte mil e quinhentos e noventa e um metros e doze centímetros quadrados), em conformidade com a Lei Complementar nº 109/1986 de 15 de maio de 1986, localizado no perímetro urbano do município de Correia Pinto/SC, matrícula sob o n.º 9.475, 9.476 e 9.493 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Lages/SC.

Parágrafo único: O imóvel de que trata o caput deste artigo, todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésio Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51WGr, tendo como Datum o SIRGAS200. Todos os Azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM. Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P01, de coordenadas N 6.948.291,43m e E 563.407,53m; deste segue confrontando a propriedade de QUEM TEM DIREITO, com azimute de 163°30'00,62" por uma distância de 261,04m até o ponto P02, de coordenadas N 6.948.041,14m e E 563.481,67m; deste segue confrontando com a propriedade de RUA EMA SEVEI, com azimute de 257°15'35,55" por uma distância de 72,17m até o ponto P03, de coordenadas N 6.948.025,22m e E 563.411,28m; deste segue confrontando com a propriedade de QUEM DE DIREITO, com azimute de 334°36'46,82" por uma distância de 171,57m até o ponto P04, de coordenadas N 6.948.180,23m e E 563.337,72m; deste segue confrontando com a propriedade de ARROIO, com azimute 2°23'28,76" por uma distância de 12,85m até o ponto P05, de coordenadas N 6.948.193,06m e E 563.338,26m; deste segue com azimute de 358°48'24,87" por uma distância de 32,64m, até o ponto P06, de coordenadas N 6.948.225,70m e E 563.337,58m; deste segue, com azimute de 51°15'41,44" por uma distância de 7,74m, até o ponto P07, de coordenadas N 6.948.230,55m e E 563.343,62m; deste segue, com azimute de 23°52'57,10" por uma distância de 11,55m, até o ponto P08, de coordenadas N 6.948.241,10m e E 563.348,29m; deste segue, com azimute de 32°21'09,22" por uma distância de 20,90m, até o ponto P09, de coordenadas N 6.948.258,76m e E 563.359,48m; deste segue, com azimute de 80°08'43,39" por uma distância de 17,39m, até o ponto P10, de coordenadas N 6.948.261,74m e E 563.376,61m; deste segue, com azimute de 67°30'32,05" por uma distância de 16,00m, até o ponto P11, de coordenadas N 6.948.267,86m e E 563.391,39m; deste segue, com azimute de 23°51'53,30" por uma distância de 13,34m, até o ponto P12, de coordenadas N 6.948.280,06m e E 563.396,79m; deste segue, com azimute de 43°21'57,59" por uma distância de 15,64m, até o ponto P01 onde teve início essa descrição.

Art. 2º - A área desmembrada 01 - ficará com área superficial de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados); Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P19, de coordenadas N 6.948.053,769m e E 563.412,152m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 02, com azimute de 154°36'47,45" por uma distância de 28,34m, até o ponto P21, de coordenadas N 6.948.028,169m e E 563.424,300m; deste segue confrontando com a propriedade de RUA EMA SEVEI, com azimute de 257°15'35,55" por uma distância de 13,35m, até o ponto P03, de coordenadas N 6.948.025,225m e E 563.411,278m; deste segue confrontando com a propriedade de QUEM TEM DIREITO, com azimute de 334°36'46,82" por uma distância de 26,93m, até o ponto P20, de coordenadas N 6.948.049,558m e E 563.399,730m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 05, com azimute de 71°16'25,78" por uma distância de 13,12m, até o ponto P19, onde teve início essa descrição.

Art. 3º - A área desmembrada 02 - ficará com a área superficial de 534,10m<sup>2</sup> (quinhentos e trinta e quatro metros e dez centímetros quadrados); Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P18, de coordenadas N 6.948.060,12m e E 563.430,67m; deste segue com azimute de 159°23'46,72" por uma distância de 30,04m, até o ponto P17, de coordenadas N 6.948.032,00m e E 563.441,24m; deste segue confrontando com a propriedade de RUA EMA SEVEI, com azimute de 257°16'13,13" por uma distância de 17,37m, até o ponto P21, de coordenadas N 6.948.028,17m e E 563.424,30m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 01, com azimute de 334°36'47,45" por uma distância de 28,34m, até o ponto P19, de coordenadas N 6.948.053,77m e E 563.412,15m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA REMANESCENTE, com azimute de 71°04'56,92" por uma distância de 19,58m, até o ponto P18, onde teve início essa descrição.

Art. 4º - A área desmembrada 03 - ficará com a área superficial de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados); Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P15A, de coordenadas N 6.948.063,524m e E 563.451,911m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 05, com azimute de 160°04'18,34" por uma distância de 28,62m, até o ponto P23, de coordenadas N 6.948.036,618m e E 563.461,666m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 04, com azimute de 257°15'35,55" por uma distância de 12,95m, até o ponto P16, de coordenadas N 6.948.033,761m e E 563.449,032m; deste segue confrontando com a propriedade de RUA EMA SEVEI, com azimute de 339°32'06,53" por uma distância de 26,88m, até o ponto P15, de coordenadas N 6.948.058,945m e E 563.449,634m; deste segue confrontando com propriedade de ÁREA 05, com azimute de 69°32'45,41" por uma distância de 13,10m, até o ponto P15A, onde teve início essa descrição.

Art. 5º - A área desmembrada 04 - ficará com a área superficial de 415,90m<sup>2</sup> (quatrocentos e quinze metros e noventa centímetros

quadrados); Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P13, de coordenadas N 6.948.059,04m e E 563.476,37m; deste segue confrontando com a propriedade de QUEM TEM DIREITO, com azimute de 163°30'00,62" por uma distância de 18,66m, até o ponto P02, de coordenadas N 6.948.041,14m e E 563.481,67m ; deste segue confrontando com a propriedade de RUA EMA SEVEI, com azimute de 257°15'35,51" por uma distância de 20,51m, até o ponto P23, de coordenadas N 6.948.036,62m e E 563.461,67m ; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 03, com azimute de 340°04'12,15" por uma distância de 21,14m, até o ponto P14, de coordenadas N 6.948.056,49m e E 563.454,46m ; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA REMANESCENTE, com azimute de 83°22'45,38" por uma distância de 22,05m, até o ponto P13, onde teve início essa descrição.

Art. 6º - A área remanescente 05 - ficará com a área superficial de 18.921,12m<sup>2</sup> (dezoito mil, novecentos e vinte um metros e doze centímetros quadrados); Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P01, de coordenadas N 6.948.291,430m e E 563.407,531m; deste segue confrontando com a propriedade de QUEM POR DIREITO, com azimute de 163°30'00,62" por uma distância de 242,38m, até o ponto P13, de coordenadas N 6.948.059,036m e E 563.476,368m ; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 04, com azimute de 263°22'44,52" por uma distância de 22,05m, até o ponto P14, de coordenadas N 6.948.056,493m e E 563.454,460m ; deste segue com azimute de 340°04'18,34" por uma distância de 7,48m, até o ponto P15A, de coordenadas N 6.948.063,524m e E 563.451,911m; deste segue com azimute de 249°32'45,41" por uma distância de 13,10m, até o ponto P15, de coordenadas N 6.948.058,947m e E 563.439,639m ; deste segue com azimute de 159°32'45,41" por uma distância de 26,88m, até o ponto P16, de coordenadas N 6.948.033,761m e E 563.449,032m; com azimute de 257°15'35,55" por uma distância de 7,99m, até o ponto P17, de coordenadas N 6.948.032,000m e E 563.441,243m ; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 02, com azimute de 339°23'46,72" por uma distância de 30,04m, até o ponto P18, de coordenadas N 6.948.060,116m e E 563.430,673m ; deste segue com azimute de 251°04'56,92" por uma distância de 19,58m, até o ponto P19, de coordenadas N 6.948.053,769m e E 563.412,152m ; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA 01, com azimute de 251°16'25,78" por uma distância de 13,12m, até o ponto P20, de coordenadas N 6.948.049,558m e E 563.399,730m ; deste segue confrontando com a propriedade de QUEM TEM DIREITO, com azimute de 334°36'46,82" por uma distância de 144,63m, até o ponto P04, de coordenadas N 6.948.180,225m e E 563.337,721m ; deste segue confrontando com a propriedade de ARROIO, com azimute de 2°23'28,76" por uma distância de 12,85m, até o ponto P05, de coordenadas N 6.948.193,064m e E 563.338,257m ; deste segue com azimute de 358°48'24,87" por uma distância de 32,64m, até o ponto P06, de coordenadas N 6.948.225,700m e E 563.337,578m ; deste segue com azimute de 51°15'41,44" por uma distância de 7,74m, até o ponto P07, de coordenadas N 6.948.230,547m e E 563.343,619m ; deste segue com azimute de 23°52'57,10" por uma distância de 11,55m, até o ponto P08, de coordenadas N 6.948.241,104m e E 563.348,293m ; deste segue com azimute de 32°21'09,22" por uma distância de 20,90m, até o ponto P09, de coordenadas N 6.948.258,763m e E 563.359,479m ; deste segue com azimute de 80°08'43,39" por uma distância de 17,39m, até o ponto P10, de coordenadas N 6.948.261,739m e E 563.376,611m ; deste segue com azimute de 67°30'32,05" por uma distância de 16,00m, até o ponto P11, de coordenadas N 6.948.267,858m e E 563.391,392m ; deste segue com azimute de 23°51'53,30" por uma distância de 13,34m, até o ponto P12, de coordenadas N 6.948.280,058m e E 563.396,790m ; deste segue com azimute de 43°21'57,59" por uma distância de 15,64m, até o ponto P01, onde teve início essa descrição.

Art. 7º - O desmembramento autorizado neste Decreto se dá conforme memorial descritivo e solicitação do proprietário Antonio Silva Souza e Clemair Aparecida Coelho Souza, conforme Requerimento Administrativo nº 00324/2020, de 16 de março de 2020.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de junho de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se



# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2020

Publicação Nº 2537019

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2020

O Fundo de Saúde do município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOS DE DESFIBRILAÇÃO DESCARTAVEL, PARA USO EM ATENDIMENTO PRE HOSPITALAR DO 2ºBBM DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 08/07/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 08/07/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 24 de Junho de 2020.

Yara Aparecida Vilani Padilha  
Presidente do Fundo

### EXTRATO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO - N.01/2020 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO – COINCO -

Publicação Nº 2536071

#### EXTRATO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO -

#### N.01/2020 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO – COINCO -

EDITAL 01/2020 - O Sr. ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Presidente do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, na forma e prazo da Lei n. 8.666/93, que fará realizar no dia 10/08/2020, às 10:00h (horário de Brasília), na sede administrativa sito à Rua Cornélio de Haro Varela, n. 1.835, Bairro Água Santa, em Curitibanos (SC), licitação na modalidade Tomada de Preço, tipo MENOR PREÇO, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) e PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O COINCO (BRUNÓPOLIS, CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, LEBON REGIS, MONTE CARLO, PONTE ALTA, PONTE ALTA DO NORTE, SANTA CECÍLIA E SÃO CRISTÓVÃO DO SUL), conforme o TERMO DE REFERÊNCIA, cronograma físico e exigências constantes no edital licitatório. O Protocolo de envelopes ocorrerá no dia dez de agosto de dois mil e vinte, no horário das 8h00min até às 9h30min (horário de Brasília) na sede do COINCO. A íntegra do Edital n.01/2020, com as demais disposições e anexos, encontra-se afixado no mural de publicações da sede do COINCO, podendo ainda ser obtido pelo E-MAIL [coinco5@gmail.com](mailto:coinco5@gmail.com) ou através do sistema eletrônico oficial: [coinco.sc.gov.br](http://coinco.sc.gov.br) e informações pelo telefone n. (49)3241.3904. Curitibanos, 23 de junho de 2020. ADEMIL ANTONIO DA ROSA-Presidente do COINCO, TONIEL DA SILVA-Pregoeiro.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 10/2020**

Publicação Nº 2536072

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS</b>  <b>CNPJ: 83.754.044/0001-34</b> <b>RUA MAXIMINO DE MORAES, 386</b> <b>C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2020 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo: 15/2020</b> <b>Processo de Licitação: 15/2020</b> <b>Data do Processo: 17/03/2020</b>

Folha: 1/7

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DIVERSOS PARA USO DOS FUNCIONARIOS QUE ATUAM NA AREA DA SAUDE DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 10/2020 (Sequência: 2)**

Ao(s) 24 de Junho de 2020, às 13:20 horas, na sede da(o) FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 247/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 15/2020, Licitação nº 15/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** CONFORME LAUDO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA SEGUE: EMPRESA "FACCINA DALTORA" APRESENTOU AMOSTRA REFERENTE AO ITEM 13, E FOI CONSIDERADO APTO; EMPRESA "FIBRA TOP" APRESENTOU AMOSTRAS REFERENTE AOS ITENS 1, 2 E 3, SENDO CONSIDERADO APTO, PORÉM REFERENTE AO ITEM Nº 08, FOI SOLICITADA ALTERAÇÕES E NÃO HOUVE RETORNO, DESTE MODO SENDO CONSIDERADO DESCLASSIFICADO; A EMPRESA "TOP BRAZIL" APRESENTOU AMOSTRA REFERENTE AOS ITENS 4, 5, 6, 7, 9, 10 E 11, EM CONFORMIDADE SENDO CONSIDERADA APTA, PORÉM NÃO APRESENTOU AMOSTRA REFERENTE AO ITEM Nº 12, SENDO CONSIDERADA DESCLASSIFICADA. FICA CONVOCADA NO PRAZO DE 10 DIAS ÚTEIS, A EMPRESA "FS INDUSTRIA E COMERCIO" PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO ITEM Nº 8 (JAQUETA SMS), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO. FICA CONSIDERADO FRACASSADO O ITEM Nº 12, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE OUTROS INTERESSADOS.

**Participante:** 8078 - FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	JAQUETA - SMS, modelo aberto, na cor grafite, confeccionada com nylon grosso, com enchimento em manta sintética e forrada com poliviscose. A jaqueta deverá ter manga reta e gola padre. Dois bolsos faca ( um de cada lado) deverão ser aplicados em máquina pespontadeira para garantir sua resistência e fechamento com zíper na mesma cor da jaqueta. Com zíper frontal sintético e alta resistência a abertura total, na mesma cor da jaqueta; magas com punho. Devem possuir cortes diferenciados masculino e feminino. Tamanhos: P, M, G, GG. APLICAÇÃO DE LOGOTIPOS: LADO ESQUERDO DO TÓRAX: bordado em quatro cores o brasão da prefeitura de Curitiba, com o seguinte texto, na cor branco abaixo do logo: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OBS: Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido, o acabamento do tecido e o tecido deverá ser isento de furos nas costuras, deformações, marcas de dobra e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos. As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possa prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.	UN	250,00	UNIVEST	0,0000	83,00	20.750,00

Total do Participante -----&gt;

20.750,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA MAXIMINO DE MORAES, 386  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 15/2020 - PR**

Processo Administrativo: 15/2020  
 Processo de Licitação: 15/2020  
 Data do Processo: 17/03/2020

Folha: 2/7

**Participante: 8282 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
13	Bolsa estilo carteiro confeccionada em lona de algodão fio 10 impermeabilizada na cor azul marinho, costuras com reforço, toda debruada, alça de algodão largura 50 mm da mesma cor do tecido com acessórios de regulagem em metal, com ombreira; 1 divisão interna; 01 bolso com zíper na mesma cor do tecido na parte posterior da bolsa; 02 bolsos laterais sem lapela. Aba de fechamento formada por prolongamento medindo 64 cm de altura X 37 cm de largura, na parte superior da bolsa, com acabamento arredondado nos cantos, onde será aplicada a arte em serigrafia conforme imagem em anexo. Dimensões do produto: 32 cm de altura X 37 cm de largura X 20 cm de profundidade.	UN	60,00	FD UNIFORMES	0,0000	64,00	3.840,00

**Total do Participante -----> 3.840,00**

**Participante: 11681 - FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CAMISETA GOLA REDONDA - manga curta, 100% algodão, de diferentes cores, fio 30/1.165 gr/m², com aplicação de estampa e ou logomarca na região frontal, traseira e lateral das mangas. Tamanho PP, P, M, G, GG e EGG. OBS: o acabamento do tecido e o tecido deverá ser isento de furos nas costuras, deformações, marcas de dobra e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos. As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.	UN	3.000,00	FIBRA TOP	0,0000	9,50	28.500,00
2	CAMISSETAS GOLA POLO - gola pólo, malha Piquet P.A, com cortes especiais, manga curta. Com recorte no ombro, manga e costas, vista da mesma cor da gola. Bordada na frente em 3 cores. Tamanho PP, P, M, G, GG e EGG. OBS: o acabamento do tecido e o tecido deverá ser isento de furos nas costuras, deformações, marcas de dobra e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos. As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente	UN	300,00	FIBRA TOP	0,0000	27,90	8.370,00
3	Blusa Moleton peluciado, com bolsos laterais. Composição do tecido 20% poliéster e 80% algodão. Punho e barra de ribana com composição (98% algodão e 2% elastano). Com bordado aplicado ao lado esquerdo do peito, medidas de 8,5cm X 5,0 cm, com a escrita em preto " Sec. Municipal de Saúde CURITIBANOS, Brasão em preto, branco, vermelho, verde e cinza. Com capuz tendo forro e cordas, abertura frontal com zíper, modelo raglã pespontado, assim como punho e barras pespontada com agulha dupla. Cor a combinar.	UN	350,00	FIBRA TOP	0,0000	29,50	10.325,00

**Total do Participante -----> 47.195,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
RUA MAXIMINO DE MORAES, 386  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 15/2020 - PR**

Processo Administrativo: 15/2020  
Processo de Licitação: 15/2020  
Data do Processo: 17/03/2020

Folha: 3/7

Participante: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grafil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.	UN	4,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	39,90	159,60

**APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS:**

**Costas:**

o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.

o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm.

**Bolso esquerdo do tórax:**

o Aplicação em silkscreen, sete cores (verde, verde escuro, preto, cinza claro, cinza escuro e branco), do logo e escrita: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm.

**Bolso direito do tórax:**

o Aplicação em silkscreen, oito cores (azul escuro, azul claro, branco, cinza claro, amarelo, laranja, vermelho e preto), do logo da Estratégia de Saúde da Família E.S.F.. Dimensões: 10x8cm.

o Aplicação de lapela com aplicação em silkscreen do NOME DO ACS, em cor única (branco), medindo 03 cm de altura X 08cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 06 cm de comprimento (devidamente centralizado).

**TAMANHOS ESPECIAIS/ SOB MEDIDA**

As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fator que possam prejudicar sua utilização ou aspecto deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
RUA MAXIMINO DE MORAES, 386  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 15/2020 - PR**

Processo Administrativo: 15/2020  
Processo de Licitação: 15/2020  
Data do Processo: 17/03/2020

Folha: 4/7

Participante: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	<p>COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grafil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR 15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.</p> <p><b>APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS:</b> Costas: o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm. o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm. Bolso esquerdo do tórax: o Aplicação em silkscreen, sete cores (verde, verde escuro, preto, cinza claro, cinza escuro e branco), do logo e escrita: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm. Bolso direito do tórax: o Aplicação em silkscreen, oito cores (azul escuro, azul claro, branco, cinza claro, amarelo, laranja, vermelho e preto), do logo da Estratégia de Saúde da Família E.S.F.. Dimensões: 10x8cm. o Aplicação de lapela com aplicação em silkscreen do NOME DO ACS, em cor única (branco), medindo 03 cm de altura X 08cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 06 cm de comprimento</p>	UN	50,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	39,90	1.995,00
6	<p>COLETE CAPS sem gola, em tecido GRAFIL, cor grafite, composição: 67% poliéster, 33% algodão penteado; com 01 bolso chapado no peito do lado esquerdo, medindo 11 X 09cm (AxL); com dois bolsos canguru (um de cada lado) deverão ser aplicados em máquina pespontadeira para garantir sua resistência; com zíper frontal sintético e alta resistência, na mesma cor do colete. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.</p> <p><b>APLICAÇÃO DE LOGOTIPOS:</b> Costas: bordado na cor branco, o texto arqueado: CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I, maiúscula (conforme anexo IV). Dimensão: 28 X 12 cm. Bolso lado esquerdo do tórax: bordado em quatro cores o brasão da prefeitura de Curitiba, com o seguinte texto abaixo do logo: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CAPS I</p>	UN	4,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	52,00	208,00

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS</b></p> <p>CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA MAXIMINO DE MORAES, 386 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2020 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 15/2020 Processo de Licitação: 15/2020 Data do Processo: 17/03/2020</p>
Folha: 5/7	

Participante: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	<p>COLETE - SMS sem gola, em tecido GRAFIL, cor verde militar, composição: 67% poliéster, 33% algodão penteado; com 2 (dois) bolsos canguru (um de cada lado) deverão ser aplicados em máquina pespontadeira para garantir sua resistência; com zíper frontal sintético e alta resistência, abertura frontal, na mesma cor do colete. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente. Tamanhos: P, M, G, GG.</p> <p>APLICAÇÃO DE LOGOTIPOS:</p> <p>Costas:</p> <p>- Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm. com o seguinte texto abaixo do logo: Secretaria Municipal de Saúde.</p> <p>- Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: POSSO AJUDAR? fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.</p> <p>Frete:</p> <p>LADO ESQUERDO DO TÓRAX: Aplicação em silkscreen do brasão da Prefeitura de Curitiba nas cores do brasão, com o seguinte texto abaixo do logo: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - SAÚDE.</p>	UN	15,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	54,77	821,55
9	<p>COLETE ACE Colete sem gola, em tecido grafil, cor caqui, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos com zíper na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo anexo. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas abaixo.</p> <p>APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS:</p> <p>Costas:</p> <p>o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.</p> <p>o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm.</p> <p>Bolso esquerdo do tórax:</p> <p>o Aplicação em silkscreen do brasão da prefeitura e abaixo do brasão escrita em branco: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm.</p> <p>Bolso direito do tórax:</p> <p>o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco) do texto: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE, fonte arial maiúscula. Dimensões: 10x8cm.</p> <p>As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.</p>	UN	4,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	54,77	219,08

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA MAXIMINO DE MORAES, 386  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 15/2020 - PR**

Processo Administrativo: 15/2020  
 Processo de Licitação: 15/2020  
 Data do Processo: 17/03/2020

Folha: 6/7

**Participante: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	JALECO TIPO GUARDA -PÓ	UN	10,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	44,77	447,70

Jaleco em tecido grafil, cor chumbo, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; manga curta; com gola social entretelada, com acabamento interno que permita o perfeito ajuste e posicionamento da gola, impedindo o aparecimento do acabamento no lado externo do jaleco; com 2 bolsos inferiores frontais, chapados e com cantos chanfrados e 1 bolso no lado superior esquerdo; costura pespontada, abertura frontal para vestir e desvestir em toda extensão, fechada por 5 botões cristal transparente, na tonalidade do tecido, de no máximo 2,5cm de diâmetro, cinto traseiro preso. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido. Padrão de aviamento de primeira qualidade. O fabricante deverá fixar etiqueta identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem.

**APLICAÇÃO:****Costas:**

o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: ALMOXARIFADO, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.

**Bolso esquerdo do tórax:**

o Aplicação em silkscreen, nas cores do brasão do município e escrita: Secretaria Municipal de Saúde. Dimensões: 10x8cm.

11	COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grafil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.	UN	50,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	39,90	1.995,00
----	---	----	-------	--------------------	--------	-------	----------

COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grafil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.

**APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS:****Costas:**

o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.

o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm.

**Bolso esquerdo do tórax:**

o Aplicação em silkscreen, sete cores (verde, verde escuro, preto, cinza claro, cinza escuro e branco), do logo e escrita: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm.

**Bolso direito do tórax:**

o Aplicação em silkscreen, oito cores (azul escuro, azul claro, branco, cinza claro, amarelo, laranja, vermelho e preto), do logo da Estratégia de Saúde da Família E.S.F.. Dimensões: 10x8cm.

o Aplicação de lapela com aplicação em silkscreen do NOME DO ACS, em cor única (branco), medindo 03 cm de altura X 08cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 06 cm de comprimento

Total do Participante -----> 5.845,93

Total Geral -----> 77.630,93

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS</b>  CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA MAXIMINO DE MORAES, 386 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 15/2020 - PR</b>
	Processo Administrativo: 15/2020 Processo de Licitação: 15/2020 Data do Processo: 17/03/2020
Folha: 7/7	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Curitiba, 24 de Junho de 2020

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)

## ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 59/2020

Publicação Nº 2536233

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b></p> <p>CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2020 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 69/2020 Processo de Licitação: 69/2020 Data do Processo: 22/05/2020</p>
Folha: 1/3	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE EPI'S E ÁLCCOL EM GEL PARA USO NA PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DA SAÚDE, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL QUE ESTÃO ATUANDO NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DIANTE DA PANDEMIA COVID-19. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 59/2020 (Sequência: 5)**

Ao(s) 24 de Junho de 2020, às 15:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 622/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 69/2020, Licitação nº 69/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** CONFORME PARECER TÉCNICO, SEGUE RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRA: EMPRESA "FACCINA DALTORA", ITEM 05: REPROVADO, TENDO EM VISTA QUE O MATERIAL NÃO CORRESPONDE AO DESCRITIVO SOLICITADO; DESTE MODO, FICA CONVOCADA A EMPRESA "C. M. ORATHES CONFECÇÕES" PARA APRESENTAR NO PRAZO DE 2 DIAS ÚTEIS AMOSTRA REFERENTE AO ITEM Nº 05 (MASCARA FACE SHIELD), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

**Participante:** 8282 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	ÓCULOS DE SEGURANÇA COM ARMAÇÃO E FASTES (REGULÁVEIS) EM PLÁSTICO, VISOR TRANSPARENTE CONFECCIONADO EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO COM PROTEÇÃO LATERAL. LENTES ANTIRISCO, APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL NO MESMO MATERIAL DA LENTE.	UN	50,00	ÓRION/C.A 28018	0,0000	3,90	195,00
9	TOUCA COM ELÁSTICO REVESTIDO, QUE MOLDE-SE CONFORTAVELMENTE À CABEÇA E CABELO E PROPORCIONE MELHOR VEDAÇÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO; SANFONADA; SOLDADA POR ULTRASSOM; NÃO ESTÉRIL; COR BRANCA; FABRICADA EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO; TAMANHO ÚNICO (45X52CM); ATÓXICA E APIROGÊNICA; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. REGISTRO NO M.S.	UN	2.000,00	JERSEY POMPOM	0,0000	0,18	360,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>555,00</b>

**Participante:** 8420 - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	AVENTAL CONFECCIONADO EM SMS 50GR, MANGA LONGA, COM LÁTEX NO PUNHO, COR CLARA, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E CINTURA. HIPOALERGÊNICO E FLUIDORESISTENTE. TAM. MÍNIMO 1,20CM COMPRIMENTO E 0,80CM LARGURA.	UN	1.000,00	IMPORT	0,0000	15,00	15.000,00
6	MÁSCARA FACIAL N95/PFF 2, SEM VÁLVULA	UN	500,00	CAMPER	0,0000	8,00	4.000,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>19.000,00</b>

**Participante:** 8694 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	LUVA NÃO ETÉRIL, COMPOSIÇÃO LÁTEX NATURAL, TALCADA COM PÓ ABSORVÍVEL (AMIDO DE MILHO); APROVADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. REGISTRO ANVISA. ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA RDC Nº 05 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2008 (CA E LOTE IMPRESSOS NO PUNHO); PRODUTO COM VALIDADE. CAIXA COM 50 PARES. OS TAMANHOS SERÃO ENCAMINHADOS NA SOLICITAÇÃO PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	CX	396,00	Nugard	0,0000	43,20	17.107,20
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>17.107,20</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 69/2020 - PR**

Processo Administrativo: 69/2020  
 Processo de Licitação: 69/2020  
 Data do Processo: 22/05/2020

Folha: 2/3

**Participante: 10742 - JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	LUVA NÃO ESTÉRIL; SEM PÓ, FABRICADA EM BORRACHA SINTÉTICA; LIVRE DE LÁTEX; AMBIDESTRA, APROVADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA RDC Nº 05 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2008 (CA E LOTE IMPRESSOS NO PUNHO); REGISTRO ANVISA; ATÓXICA E APIROGÊNICA; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. CAIXA COM 50 PARES. OS TAMANHOS SERÃO ENCAMINHADOS JUNTO A SOLICITAÇÃO PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	CX	210,00	BOMPACK	0,0000	32,32	6.787,20
10	ALCOOL EM GEL, 70° INMP, COM GLICERINA, UTILIZADO PARA ASSEPSIA TÓPICA DE MÃOS E PELE. EMBALAGEM COM 1KG OU 1LITRO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	EMB	200,00	LÍRIO DO CAMPO	0,0000	10,49	2.098,00

**Total do Participante ----->** 8.885,20

**Participante: 12664 - MAYCON WILL EIRELI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%, 1L	LT	100,00	Itajá	0,0000	5,95	595,00

**Total do Participante ----->** 595,00

**Participante: 12727 - C. M. ORATHES CONFECÇOES**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	MÁSCARA FACE SHIELD - VISEIRA: MATERIAL PVC, ESPESSURA 0,5MM, DIMENSÃO DA VISEIRA NO MÍNIMO 26X30CM, COR TRANSPARENTE. ABA SUPERIOR DE NO MÍNIMO 6,2CM PARA PROTEÇÃO DA TESTA. TESTEIRA: MATERIAL PP INJETADO MALEÁVEL, ESPESSURA DE 2MM NA COR PRETA. ELÁSTICO DE REGULAGEM: NA COR PRETA, O MATERIAL DEVE POSSUIR RESISTÊNCIA PARA NÃO ROMPER FACILMENTE NO SEU MANUSEIO DE REGULAGEM, QUE DEVE SER DO SISTEMA DE ORIFÍCIOS, ANCAIXANDO NA TRASEIRA.	UN	66,00	FENIX TEXTIL	0,0000	21,25	1.402,50
7	MASCARA FACIAL CIRURGICA TRIPLA CAMADA, COM FILTRO BFE>95, DESCARTAVEL, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS E ELASTICO E CLIPE NASAL.	UN	15.000,00	FENIX TEXTIL	0,0000	1,39	20.850,00

**Total do Participante ----->** 22.252,50

**Total Geral ----->** 68.394,90




**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 69/2020 - PR**

Processo Administrativo: 69/2020  
Processo de Licitação: 69/2020  
Data do Processo: 22/05/2020

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Curitiba, 24 de Junho de 2020

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)

# Descanso

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2020

Publicação Nº 2536099

MUNICIPIO DE DESCANSO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2020

O Município de Descanso/SC torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, no dia 10 de julho de 2020.

Objeto: aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de toners e tintas para as impressoras das diversas Secretarias do Município de Descanso/SC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de proposta e documentação: até as 08h00min do dia 10 de julho de 2020, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, situado na Avenida Marechal Deodoro, nº 146.

Abertura da Sessão Pública: 08h15min do dia 10 de julho de 2020.

A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 24 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2020

Publicação Nº 2536100

MUNICIPIO DE DESCANSO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2020

O Município de Descanso/SC torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, no dia 10 de julho de 2020.

Objeto: aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de itens de informática, climatizadores e eletrodomésticos/aparelhos eletrônicos para a Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Administração, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de proposta e documentação: até as 10h00min do dia 10 de julho de 2020, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, situado na Avenida Marechal Deodoro, nº 146.

Abertura da Sessão Pública: 10:20min do dia 10 de julho de 2020.

A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 24 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2138/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020 - REGULAMENTA OS ARTIGOS 81 A 87 DA LEI MUNICIPAL 1.673/2018 QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO.

Publicação Nº 2536122

DECRETO Nº 2138/2020, de 24 de junho de 2020.

REGULAMENTA OS ARTIGOS 81 A 87 DA LEI MUNICIPAL 1.673/2018 QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, IX da Lei Orgânica de Descanso e pela Lei Municipal 1.673/2018,

DECRETA

Art. 1º O presente decreto visa regulamentar o disposto nos artigos 81 a 87 da Lei Municipal 1.673/2018, que instituiu o Programa de Melhoramento Genético (PMG) no Município de Descanso com objetivo de melhorar a produção, longevidade e qualidade genética dos rebanhos

do município, para que ampliem as condições de produtividade e adaptação ao ambiente.

Art. 2º As parcerias autorizadas pelo art. 82 da Lei Municipal 1.673/2018, poderão ser firmadas com instituições públicas ou privadas, desde que sem fins lucrativos, para executar o programa visando estudos, formação e avaliações laboratoriais para o bom desempenho genético.

Art. 3º Consoante autorizado no art. 83 da Lei Municipal 1.673/2018, serão fornecidos gratuitamente aos produtores rurais cadastrados no programa:

§1º Sêmen bovino lícitado ou subsidiado, limitado a uma dose por fêmea por ano, com idade igual ou superior a 13 meses, completados até 31 de janeiro do ano da concessão do benefício. Limitado a 40 doses por produtor (proprietário do animal) por ano, mais 30% (0,3 dose por fêmea) referente ao índice da repetição de cio dos rebanhos.

I. Fica estipulada bonificação de 50% de doses de sêmen sobre o excedente das 40 fêmeas acima de 13 meses, de uma mesma propriedade ou unidade familiar.

II. Sobre a bonificação não incide o índice de repetição de cio de 30%, estipulada no §1º.

§2º O fornecimento de nitrogênio gratuito é limitado a 120 (cento e vinte) litros por botijão por ano.

I. Os botijões deverão ser cadastrados anualmente na Secretaria de Agricultura, e receberão identificação específica do PMG.

II. O abastecimento disponibilizado pelo município ocorre mensalmente, em data, horário e local específico, ficando vedado o subsídio ao abastecimento realizado fora do cronograma coletivo, mesmo que seja feito pela empresa vencedora do certame vigente.

Art. 4º Sêmen bovino lícitado é aquele adquirido pela municipalidade através de processo licitatório, sendo entregue uma vez ao mês aos cadastrados no PMG, em dia, hora e local específico.

Parágrafo único – Aqueles que utilizam o sêmen lícitado devem deixar a sua propriedade à disposição da municipalidade para a realização da avaliação do rebanho, fundamental para o levantamento de características locais, para correta elaboração de descritivo em processos licitatórios de aquisição de material genético (sêmen bovino).

Art. 5º O sêmen subsidiado é aquele em que uma empresa cadastrada junto a Secretaria de Agricultura realiza o acasalamento individual ou do rebanho nas propriedades que participam do PMG.

§1º Na aquisição do sêmen subsidiado fica proibido a compra de doses de corte.

§2º O valor do subsídio por doses de sêmen é o mesmo valor por dose oriundo da licitação vigente no exercício, de acordo com o número de fêmeas disposto no art. 3º no seu §1º.

§3º Quando ocorrer a distribuição de doses de diferentes processos licitatórios em um mesmo ano civil, o valor do subsídio é o mesmo das doses distribuídas nas respectivas datas requeridas do subsídio.

§4º O valor subsidiado será depositado na conta corrente do titular do bloco em Banco Público Oficial. Caso o agricultor informe conta corrente diferente da informada anteriormente, terá as despesas relativas à transferência bancária descontadas do valor do subsídio.

§5º O pagamento da parte não subsidiada pelo município cabe inteiramente ao agricultor.

§6º Os que optarem em adquirir o sêmen subsidiado devem inicialmente comparecer junto a Secretaria de Agricultura e solicitar a Autorização para Acasalamento e informar qual empresa irá realizar a pontuação/acasalamento dos animais e/ou rebanho. Caso tenha comprado ou vendido fêmeas na faixa etária beneficiada devem trazer inventário atualizado.

Art. 6º Aplica-se o conceito de Unidade Familiar, aquela composta por produtores rurais com distintos blocos de produtor, tendo os respectivos rebanhos ordenados no mesmo local e entregam o leite para a mesma empresa, que geram as 12 notas de leite de forma intercalada ou somadas entre si.

§1º Devem informar esta condição no momento do cadastro e este será feito no nome de um dos integrantes da unidade familiar.

§2º Somente as primeiras 40 (quarenta) fêmeas com idade prevista na Lei terão direito ao que está previsto no art. 3º, §1º.

§3º As demais fêmeas excedentes que integram o rebanho citado no caput terão direito somente ao disposto no item I, do §1º do art. 3º.

Art. 7º Para realizar o Cadastro no Programa de Melhoramento Genético o Produtor Rural ou Unidade Familiar devem:

I. Ter emitido as notas fiscais de leite no ano anterior, sendo beneficiados conforme a quantidade de notas emitidas;

II. Preencher a ficha cadastral;

III. Entregar cópia atualizada do inventário de animais. Caso tenha fêmeas de corte e de leite, deve identificar os bovinos leiteiros no documento;

IV. Manifestar o interesse em adquirir o sêmen lícitado ou subsidiado, optando por somente uma das formas de subsídio, ficando vedado intercalar quantidades do sêmen lícitado ou subsidiado.

V. Demais documentos julgados necessários pela Secretaria de Agricultura.

Parágrafo único – Anualmente o produtor rural deve entregar cópia atualizada do inventário dos animais para que seja realizada a atualização cadastral. Enquanto não ocorrer a atualização não será liberado doses de sêmen.

Art. 8º É expressamente proibido compartilhamento de sêmen entre produtores ou utilização em nome de terceiros acima do limite do benefício estabelecido na presente lei, ficando o infrator sujeito à exclusão do programa.

Parágrafo único – Ocorrendo o disposto no caput, tanto a pessoa que fez a inseminação quanto o produtor cadastrado que cedeu as doses de sêmen serão excluídos do programa de Melhoramento Genético.

Art. 9º Das doses de sêmen retiradas pelo produtor cadastrado devem ser prestadas contas ao Município, dentro do ano da retirada.

§1º Aqueles que não prestarem conta das doses de sêmen retiradas, dentro do prazo previsto serão considerados em débito com a Fazenda Pública (Secretaria de Agricultura) e estarão impedidos de receberem o benefício (Sêmen) até a devida regularização;

§2º Efetuada a autuação da inadimplência e emitida a notificação, não regularizada a prestação de contas no prazo de 6 (seis) meses, respeitado o contraditório e a ampla defesa, estará o produtor sujeito a:

I. Ser descadastrado do programa;

II. Indenizar o município;

Art. 10º. Os produtores rurais devem manter um registro dos nascimentos onde deve constar: o número do brinco da bezerra que nasceu, o número do brinco da mãe e os dados do touro (registro do touro /NAAB) utilizado na inseminação da mãe da bezerra.

Art. 11º. Para produtores rurais que desejam fazer acasalamento de raças diferentes das ofertadas pelo Programa de Melhoramento Genético, prevalece o menor valor dentro de cada aptidão fornecida.

Art. 12º. O produtor que realiza inseminações em outras propriedades cadastradas no Programa, aqui denominado inseminador, deve entregar o relatório das inseminações toda a vez que vier retirar sêmen.

§1º Devem ser prestadas contas de todas as doses retiradas conforme o benefício de cada propriedade cadastrada;

§2º O inseminador, que utilizar o sêmen lícitado, só pode realizar as inseminações em propriedades devidamente cadastradas no Programa de Melhoramento Genético.

§3º Caso seja utilizado sêmen lícitado em propriedades não cadastradas as doses utilizadas serão descontadas do benefício do inseminador. O mesmo será advertido para que não repita tal procedimento e, caso persistir, será excluído do Programa.

§4º Caso tenha findado o ano corrente e sobra doses de sêmen em estoque, o mesmo deve informar de quais propriedades é o crédito de sêmen e as mesmas serão descontadas do benefício do próximo ano.

Art. 13º. Na modalidade referida no art. 5º, a empresa deve firmar o Termo de Compromisso com o Município, através do qual a mesma fica comprometida em efetuar o estudo do rebanho e acasalamento, executando no mínimo duas visitas ao ano.

§1º No momento do cadastro, a Empresa, além de preencher o Termo de Compromisso deve disponibilizar cópia do CNPJ e demais informações julgadas necessárias pela Secretaria de Agricultura;

§2º A empresa cadastrada deve realizar o acasalamento e prezar pelo melhor custo-benefício dentro da realidade de cada propriedade, sistema produtivo e mercado;

§3º A empresa deve observar a consanguinidade dos animais acasalados, nas propriedades que possuem as anotações que possibilite isso;

§4º É responsabilidade da empresa que vai realizar o acasalamento, solicitar ao produtor rural cópia do inventário atualizado com o objetivo de verificar a idade dos animais acasalados de acordo com a faixa etária estipulada na Lei 1.673/2018 e fornecer a Secretaria de Agricultura os números corretos dos brincos, sexo e idade para verificação.

§5º No momento em que realizar a avaliação do rebanho ou dos animais deve informar o número do brinco dos mesmos conforme consta no SIGEN/CIDASC de acordo com o número de fêmeas com idade igual ou superior a 13 meses em 31 de janeiro do respectivo ano.

§6º Após a retirada da autorização de acasalamento pelo produtor, a empresa deve entregar junto a Secretaria de Agricultura os seguintes documentos, sempre até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com o prazo estipulado no §7º:

I- Avaliação do Rebanho ou Animais;

II- Avaliação da Propriedade e do Rebanho;

III- Prova do(s) touro(s) utilizado(s);

IV- Registro Genealógico do(s) Touro(s) que serão utilizados na propriedade;

V- Declaração que entregou o sêmen;

VI- Nota Fiscal referente à compra das doses de sêmen e

VII- Demais documentos que a Secretaria julgar necessário.

§7º Produtores rurais que requererem o subsídio para acasalamento, deverão entregar a documentação, em até 60 dias a partir da solicitação na Secretaria de Agricultura, sob pena de perder o benefício;

§8º A Nota Fiscal deve ser equivalente a 1,3 doses por fêmea acasalada (índice de repetição de cio de 30%) mais a bonificação de 50%, nos casos previstos na Lei.

Art. 14º. Fica autorizado o fornecimento gratuito de 120 (cento e vinte) litros de nitrogênio líquido por ano aos botijões do município e particulares, desde que estejam de posse de agricultor com bloco no município e cadastrados no Programa e que façam inseminações somente no município de Descanso.

§1º Os agricultores proprietários de botijão de nitrogênio, ou que os possuam em cessão de uso, devem participar das capacitações ofertadas pela Secretaria de Agricultura, no mínimo uma vez ao ano, quando por convocação do Programa de Melhoramento Genético, sob pena de perderem 30% (trinta por cento) do benefício total de sêmen e nitrogênio.

§2º Caso seja comprovado que o botijão de nitrogênio esteja sendo utilizado para realizar inseminações em outros municípios o titular do cadastro será alertado sobre tal fato e caso persistir no erro será excluído do Programa de Melhoramento Genético.

§3º O produtor cadastrado que agir de má-fé, após ser notificado que não possui mais crédito de nitrogênio e mesmo assim permitir que o seu botijão seja abastecido sem pagar o referido valor, será excluído do Programa e terá que restituir o valor aos cofres públicos.

Art. 15º. Para receber os benefícios do programa de melhoramento genético o Agricultor ou a Unidade Familiar deve ter emitido notas de leite no ano anterior e entregue junto ao Setor de Blocos dentro do prazo previsto em lei:

I. Na comprovação de 12 notas de leite possui o direito de 100% do benefício

II. Na comprovação de 11 notas de leite possui o direito de 75% do benefício

III. Na comprovação de 10 notas de leite possui o direito de 50% do benefício

IV. Inferior a 10 notas de leite no ano anterior não terá direito ao benefício.

Art. 16º. A Secretaria de Agricultura é responsável por:

I. elaborar o edital para compra de sêmen lícitado e pelo acompanhamento da referida licitação;

II. armazenar o sêmen lícitado até que o mesmo seja entregue aos produtores rurais;

III. realizadas as análises no sêmen para comprovar a qualidade do produto adquirido;

IV. entrega mensal do sêmen lícitado aos produtores cadastrados,

V. identificar os botijões cadastrados no Programa;

VI. recadastramento anual;

VII. verificar os documentos entregues pelas empresas após realizado o acasalamento nas propriedades que optarem em adquirir sêmen subsidiado e,

VIII. capacitações aos proprietários de botijões.

Parágrafo único - Caso seja constatada inconformidade no sêmen licitando, sendo que o mesmo não atende os padrões fixados em legislações vigentes, o município notificará a Empresa para que proceda a recolha e substituição do sêmen ou reembolso do valor pago, através de procedimentos legais.

Art. 17º. O produtor cadastrado que não entregou as notas fiscais de leite, dentro do prazo legal e não prestou conta das doses de sêmen retiradas, não terá direito ao benefício no mês de janeiro do ano subsequente, até comprovar a adequação.

Art. 18º. O recadastramento anual, dos produtores rurais que tem interesse em permanecer no Programa de Melhoramento Genético, será realizado até abril de cada ano.

Parágrafo único. Na ocasião serão atualizados os dados referentes às notas de leite destacadas no ano anterior e o número de fêmeas com idade igual ou superior a 13 meses em 31 de janeiro do corrente ano, que terão direito ao benefício conforme previsto no art. 3º e seus incisos.

Art. 19º. As autorizações de acasalamento podem ser solicitadas na Secretaria de Agricultura a partir de março até o final de outubro do corrente ano, mediante solicitação do titular do cadastro.

Art. 20º. Os benefícios do Programa de Melhoramento Genético não tem efeito cumulativo a cada ano, sendo válidos apenas dentro do

exercício.

Art. 21º. Fica a Secretaria de Agricultura autorizada a solicitar eventuais documentos e comprovações não previstos neste Decreto sempre que julgar necessário para verificação da veracidade das informações fornecidas.

Art. 22º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Descanso/SC, 24 de junho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

## DECRETO Nº 2139, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536363

DECRETO Nº 2139, de 24 de junho de 2020.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL A ÁREA DE TERRA COM 920,11 M<sup>2</sup>, DO IMÓVEL DENOMINADO GLEBA Nº 05, DE PROPRIEDADE DE OLIVIO ZANCAN E ZENAIDE ZANCAN, E A ÁREA DE TERRA COM 1.129,28 M<sup>2</sup>, DO IMÓVEL DENOMINADO LOTE RURAL Nº 11 E PARTE DO LOTE RURAL Nº 12, DE PROPRIEDADE DE MÔNICA KOPROWSKI BASSO, ESPÓLIO DE VITÓRIO BASSO, HILÁRIO JOSÉ LORENSKI E IVANIR KLEIN, DESTINADA AO ACESSO AO LOTEAMENTO REDENTORA, A SER DOADA AO MUNICÍPIO DE DESCANSO – SC, COM DESAPROPRIAÇÃO NÃO ONEROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º, inciso II, VIII, alínea “b” c/c Art.4º, inciso I, alínea “a”, Art. 82, da Lei nº 12.651, de 25.05.2012 e Art. 86, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Descanso,

### DECRETA

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável não onerosa, a área de terra com 920,11 m<sup>2</sup>, do imóvel Gleba nº 05, com a área total de 5.130,79 m<sup>2</sup>, situada à SC-496, Perímetro Urbano, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de OLIVIO ZANCAN, CPF nº 148.539.149-00 e ZENAIDE ZANCAN, CPF nº 990.645.889-53, registrado sob matrícula nº 5.138, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com parte do lote rural nº 01, de Conak Construções e Empreendimentos LTDA, matrícula nº 5.306, por linha seca, medindo 16,89 m;

Ao Sudeste: com parte da mesma gleba nº 05, de Olivio Zancan, matrícula nº 5.138, por linha seca, medindo 27,04 m;

Novamente ao Norte: com parte da mesma gleba nº 05, de Olivio Zancan, matrícula nº 5.138, por linha seca, medindo 63,67 m;

Novamente ao Sudeste: com parte da mesma gleba nº 05, de Olivio Zancan, matrícula nº 5.138, por linha curva, medindo 9,26 m;

Ao Sudoeste: com parte do lote rural nº 11, de Mônica Koprowski Basso, Espólio de Vitório Basso, Hilário José Lorenski e Ivanir Klein, matrícula nº 7.422, por linha seca, medindo 80,11 m;

Ao Noroeste: com parte da mesma gleba nº 05, de Olivio Zancan, matrícula nº 5.138, por linha seca, medindo 28,82 m.

Art. 2º Fica desapropriada a área de terra com 920,11 m<sup>2</sup>, do imóvel Gleba nº 05, com a área total de 5.130,79 m<sup>2</sup>, situada à SC-496, Perímetro Urbano, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de OLIVIO ZANCAN, CPF nº 148.539.149-00 e ZENAIDE ZANCAN, CPF nº 990.645.889-53, registrado sob matrícula nº 5.138, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, de forma amigável.

Art. 3º As áreas remanescentes de 1.501,88 m<sup>2</sup> e 2.708,80 m<sup>2</sup>, do imóvel Gleba nº 05, situada à SC-496, Perímetro Urbano do município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de OLIVIO ZANCAN, CPF nº 148.539.149-00 e ZENAIDE ZANCAN, CPF nº 990.645.889-53, registrado sob matrícula nº 5.138, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, terão as seguintes confrontações:

Área remanescente 01, de parte da gleba nº 05, com 1.501,88 m<sup>2</sup>, sem construções, sito na Rodovia Estadual SC-496, perímetro urbano da cidade de Descanso-SC, confrontando-se:

Ao Norte: com parte do lote rural nº 01, de Vitório Basso, matrícula nº 3.521, e de Conak Construções e Empreendimentos LTDA, matrícula nº 5.306, por linha seca, medindo 73,53 m;

Ao Sudeste: com parte da mesma gleba nº 05, destinada a abertura de rua, por linha seca, medindo 28,82 m;

Ao Sudoeste: com parte do lote rural nº 11, de Mônica Koprowski Basso, Espólio de Vitório Basso, Hilário José Lorenski e Ivanir Klein, matrícula nº 7.422, por linha seca, medindo 60,76 m;

Ao Oeste: com parte do lote rural nº 03, de Vitório Basso e Mônica Koprowski Basso, matrícula nº 7.594, por linha seca, medindo 17,88 m.

Área remanescente 02, de parte da gleba nº 05, com 2.708,80 m<sup>2</sup>, sem construções, sito na Rodovia Estadual SC-496, perímetro urbano da cidade de Descanso-SC, confrontando-se:

Ao Norte: com parte do lote rural nº 01, de Conak Construções e Empreendimentos LTDA, matrícula nº 5.306, por linha seca, medindo 85,88 m;

Ao Sudeste: com parte da gleba nº 04, de Centro de Tradições Gaúchas Candeeiro do Oeste, matrícula nº 3.003, pelo eixo da rodovia SC-496, medindo 45,76 m;

Ao Sudoeste: com parte do lote rural nº 11, de Mônica Koprowski Basso, Espólio de Vitório Basso, Hilário José Lorenski e Ivanir Klein, matrícula nº 7.422, por linha seca, medindo 20,00 m;

Ao Noroeste: com parte da mesma gleba nº 05, destinada a abertura de rua, por linha curva, medindo 9,26 m;

Ao Sul: com parte da mesma gleba nº 05, destinada a abertura de rua, por linha seca, medindo 63,67 m;



Novamente ao Noroeste: com parte da mesma gleba nº 05, destinada a abertura de rua, por linha seca, medindo 27,04 m.

Art. 4º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável não onerosa, a área de terra com 1.129,28 m², do imóvel Lote Rural nº 11 e Parte do Lote Rural nº 12, com a área total de 229.492,11 m², situada à SC-496, Perímetro Urbano, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de MÔNICA KOPROWSKI BASSO, CPF nº 681.823.509-30, ESPÓLIO DE VITÓRIO BASSO, CPF nº 032.618.169-53, HILÁRIO JOSÉ LORENSKI, CPF nº 423.801.899-00 e IVANIR KLEIN, CPF nº 998.718.749-87, registrado sob matrícula nº 7.422, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, com as seguintes confrontações:

Inicia-se se no vértice denominado '0=PP'(E=249.855,409 m e N=7.031.470,107 m), georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, confrontando ao nordeste, dividindo-o com parte da gleba nº 05, registro imobiliário nº 5.138, de propriedade de Olivio Zancan; com o azimute de 115°48'56" e a distância de 80,11 m até o vértice '1'(E=249.927,526 m e N=7.031.435,220 m) confrontando ao sudeste, dividindo-o com parte do mesmo lote rural nº 11, registro imobiliário nº 7.422, de propriedade de Mônica Koprowski Basso, Espólio de Vitório Basso, Hilário José Lorenski e Ivanir Klein; com o azimute de 206°42'47" e a distância de 10,85 m até o vértice '2'(E=249.922,649 m e N=7.031.425,528 m) confrontando ao sul, dividindo-o com parte do mesmo lote rural nº 11, registro imobiliário nº 7.422, de propriedade de Mônica Koprowski Basso, Espólio de Vitório Basso, Hilário José Lorenski e Ivanir Klein; com o azimute de 291°33'41" e a distância de 82,96 m até o vértice '3'(E=249.845,496 m e N=7.031.456,015 m) confrontando ao noroeste, dividindo-o com parte do mesmo lote rural nº 11, registro imobiliário nº 7.422, de propriedade de Mônica Koprowski Basso, Espólio de Vitório Basso, Hilário José Lorenski e Ivanir Klein; com o azimute de 35°07'24" e a distância de 17,23 m até o vértice '0=PP'(E=249.855,409 m e N=7.031.470,107 m), início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.129,28 m².

Art. 5º Fica desapropriada a área de terra com 1.129,28 m², do imóvel Lote Rural nº 11 e Parte do Lote Rural nº 12, com a área total de 229.492,11 m², situada à SC-496, Perímetro Urbano, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de MÔNICA KOPROWSKI BASSO, CPF nº 681.823.509-30, ESPÓLIO DE VITÓRIO BASSO, CPF nº 032.618.169-53, HILÁRIO JOSÉ LORENSKI, CPF nº 423.801.899-00 e IVANIR KLEIN, CPF nº 998.718.749-87, registrado sob matrícula nº 7.422, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, de forma amigável.

Art. 6º A área remanescente 228.362,83 m², do imóvel Lote Rural nº 11 e Parte do Lote Rural nº 12, situada à SC-496, Perímetro Urbano do município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de MÔNICA KOPROWSKI BASSO, CPF nº 681.823.509-30, ESPÓLIO DE VITÓRIO BASSO, CPF nº 032.618.169-53, HILÁRIO JOSÉ LORENSKI, CPF nº 423.801.899-00 e IVANIR KLEIN, CPF nº 998.718.749-87, registrado sob matrícula nº 7.422, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, terão as seguintes confrontações:

Inicia-se se no vértice denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, confrontando ao nordeste, dividindo-o com parte do lote rural nº 03, registro imobiliário nº 7.594, de Vitório Basso e Mônica Koprowski Basso e parte da gleba nº 05, registro imobiliário nº 5.138, de propriedade de Olivio Zancan; com o azimute de 115°48'56" e a distância de 219,61 m até o vértice '1'(E=249.855,409 m e N=7.031.470,107 m) confrontando ao sudeste, dividindo-o com parte do mesmo lote rural nº 11, destinado a abertura de rua; com o azimute de 215°07'24" e a distância de 17,23 m até o vértice '2'(E=249.845,496 m e N=7.031.456,015 m) confrontando ao norte, dividindo-o com parte do mesmo lote rural nº 11, destinado a abertura de rua; com o azimute de 111°33'41" e a distância de 82,96 m até o vértice '3'(E=249.922,649 m e N=7.031.425,528 m) confrontando ao noroeste, dividindo-o com parte do mesmo lote rural nº 11, destinado a abertura de rua; com o azimute de 26°42'47" e a distância de 10,85 m até o vértice '4'(E=249.927,526 m e N=7.031.435,220 m) confrontando novamente ao nordeste, dividindo-o com parte da gleba nº 05, registro imobiliário nº 5.138, de propriedade de Olivio Zancan e parte da gleba nº 04, registro imobiliário nº 3.003, de Centro de Tradições Gaúchas Candeeiro do Oeste; com o azimute de 115°48'56" e a distância de 34,93 m até o vértice '5'(E=249.958,969 m e N=7.031.420,009 m) confrontando novamente ao sudeste, dividindo-o com parte do lote rural nº 10, registro imobiliário nº 4.048, de Fiorindo Primo Paloschi, registro imobiliário nº 1.327 e nº 3.137, de Aldori Antonio Paloschi, registro imobiliário nº 2.072, de Dileta Paloschi Cipriani e registro imobiliário nº 3.326, de Luiz Carlos Paloschi; com o azimute de 203°15'47" e a distância de 647,48 m até o vértice '6'(E=249.703,244 m e N=7.030.825,169 m) confrontando ao sul, dividindo-o com parte do lote rural nº 12, registro imobiliário nº 7.036, de Luiz Carlos Paloschi e registro imobiliário nº 7.421, de Nelso Colombo, Douglas Colombo, Fabiana Colombo e Leandro Colombo; com o azimute de 289°37'12" e a distância de 267,83 m até o vértice '7'(E=249.450,967 m e N=7.030.915,100 m) confrontando ao oeste, dividindo-o com parte do lote rural nº 12, registro imobiliário nº 7.421, de Nelso Colombo, Douglas Colombo, Fabiana Colombo e Leandro Colombo; com o azimute de 17°04'28" e a distância de 34,73 m até o vértice '8'(E=249.461,163 m e N=7.030.948,295 m) confrontando novamente ao sul, dividindo-o com parte do lote rural nº 12, registro imobiliário nº 7.421, de Nelso Colombo, Douglas Colombo, Fabiana Colombo e Leandro Colombo; com o azimute de 287°40'30" e a distância de 3,00 m até o vértice '9'(E=249.458,305 m e N=7.030.949,206 m) confrontando ao leste, dividindo-o com parte do lote rural nº 12, registro imobiliário nº 7.421, de Nelso Colombo, Douglas Colombo, Fabiana Colombo e Leandro Colombo; com o azimute de 197°04'28" e a distância de 34,62 m até o vértice '10'(E=249.448,139 m e N=7.030.916,108 m) confrontando novamente ao sul, dividindo-o com parte do lote rural nº 12, registro imobiliário nº 7.421, de Nelso Colombo, Douglas Colombo, Fabiana Colombo e Leandro Colombo; com o azimute de 289°37'12" e a distância de 84,93 m até o vértice '11'(E=249.368,141 m e N=7.030.944,625 m) confrontando novamente ao noroeste, dividindo-o com parte do lote rural nº 14, registro imobiliário nº 6.009, de Luiz Adroaldo Pereira Duarte, lote rural nº 15 e parte do lote rural nº 16, registro imobiliário nº 1.990, de Norton Carlos Lorenski, parte do lote rural nº 16, registro imobiliário nº 2.677, de Eloi Jorge Lorenski e parte do lote rural nº 17, registro imobiliário nº 2.756, de Hilário José Lorenski, Viviane Basso, Arno Reis, Celso Lorenski, Cesar Augusto Reginaldo Cardozo, Ari Seidel e Rudimar Triches; com o azimute de 24°59'46" e a distância de 685,30 m até o vértice '0=PP'(E=249.657,719 m e N=7.031.565,741 m), início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 228.362,83 m².

Art. 7º. As áreas desapropriadas são por esse ato doadas ao município, não comportando indenização, sendo que pelo presente os proprietários expropriados renunciam a quaisquer valores atinentes ao ato público, visto estarem de pleno acordo para a consecução do objeto do loteamento, assinando o presente instrumento em conjunto com o loteador e poder público, visando a plena eficácia.

Art. 8º A área ora declarada de utilidade pública destina-se à regularização do acesso à fração Norte do Loteamento Redentora, conforme termo de permissão de uso do acesso emitido pelo DEINFRA sob nº 037/2018, nesta cidade de Descanso - SC.

Art. 9º As despesas decorrentes do presente Decreto, serão à conta de dotação própria constante da Lei de Meios vigente à época.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o decreto nº 2137/2020, de 22 de junho de 2020.

Descanso – SC, 24 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo Fernando Trintinaglia  
Prefeito de Descanso Engenheiro Civil CREA-SC 140.621-5

Olívio Zancan Espólio de Vitório Basso  
CPF: 148.539.149-00 CPF: 032.618.169-53

Mônica Koprowski Basso Hilário José Lorenski  
CPF: 681.823.509-30 CPF: 423.801.899-00

CONAK Construções e Empreendimentos LTDA Ivanir Klein  
CNPJ: 78.329.893/0001-00 CPF: 998.718.749-87

Anuentes:

Nilvete Zancan Laide Zancan Pfeifer  
CPF: 973.170.809-00 CPF: 973.170.559-72

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**EXTRATO - ADITIVO 01 AO CONTRATO 31/2020**

Publicação Nº 2536013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº.....: 01/2020-31/2020 - Contrato Nº: 31/2020  
Contratante.....: MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA  
Contratada.....: GABRIEL ANTONIO FERREIRA E MARLI CATARINA  
HENNICKA  
Valor.....: 0,00 (zero)  
Vigência.....: Início: 24/06/2020 Término: 30/09/2020  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2019  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO DE  
PAREDES, PINTURA PREDIAL DE PAREDES EXTERNAS, PORTAS,  
PORTÕES, GRADES, ESQUADRIAS DE MADEIRA E ESQUADRIAS  
METÁLICAS, CORRIMÕES, PISOS E OUTROS, PARA O CENTRO  
EDUCACIONAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PAULO HENRIQUE  
PISSAIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS,  
EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA  
ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO.  
Descanso, 24 de Junho de 2020



# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATO 38-2020 - PREGÃO PRESENCIAL 70-2020 - PMDC

Publicação Nº 2535836

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 38/2020 - PMDC  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA  
Valor ..... : 46.699,98 (quarenta e seis mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/06/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2020  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PINTURA DA ESCOLA MUNICIPAL CONSTRUINDO CAMINHO, CRECHE MUNICIPAL SONHO ENCANTADO, E ESCOLA MUNICIPAL LUIZ SAVOLDI, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, E ANEXOS DO EDITAL.  
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Dionísio Cerqueira, 24 de Junho de 2020

### HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 70-2020 - PMDC

Publicação Nº 2535826

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/20  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/20  
HOMOLOGAÇÃO: 24/06/20  
CONTRATADO: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PINTURA DA ESCOLA MUNICIPAL CONSTRUINDO CAMINHO, CRECHE MUNICIPAL SONHO ENCANTADO, E ESCOLA MUNICIPAL LUIZ SAVOLDI, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, E ANEXOS DO EDITAL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 46.699,98 (quarenta e seis mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)  
DATA: 24/06/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

### RESOLUÇÃO 02 CMDCA

Publicação Nº 2536305

#### RESOLUÇÃO Nº 02/2020

SÚMULA: Define comissão de implementação, acompanhamento e monitoramento da Lei de Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes, vítimas ou testemunhas, de violência – Lei 13.431/17.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 4.410 de 25 de março de 2015 –, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e

#### CONSIDERANDO

A promulgação da Lei Federal 13.431/17 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

#### RESOLVE:

Art. 1º: Definir a comissão de implementação, acompanhamento e monitoramento da Lei de Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes, vítimas ou testemunhas, de violência – Lei 13.431/17.

Art. 2º: A comissão é composta por representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Esportes e Cultura, Conselho Tutelar, Hospital Municipal, Segurança Pública, Ministério Público, Poder Judiciário e Clubes de Serviço.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 23 de junho de 2020.

Everaldo Weiss Gonçalves  
Presidente do CMDCA- DC

# Dona Emma

## PREFEITURA

DECRETO Nº 062/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535864



### MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

DECRETO Nº 062/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

#### **Regulamenta a Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU no ano de 2020, do Município de Dona Emma, e dá outras providências.**

**NERCI BARP**, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Dona Emma, de 31 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº 074/2005, de 13 de dezembro de 2005, e Lei Complementar 133/2015 de 15 de dezembro de 2015,

Considerando a necessidade de regulamentar a isenção de que trata os dispositivos legais antes mencionados, em face das diversas demandas administrativas existentes;

Considerando que a lei tributária pode ser regulamentada por ato do Poder Executivo, conforme estabelece o Código Tributário Municipal;

#### **D E C R E T A:**

**Art. 1º** O proprietário ou possuidor a qualquer título, sua esposa, sua companheira ou seu parente de primeiro grau nos termos da lei civil nele residente, estiver acometido de tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, insuficiência renal crônica, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, e possuir renda familiar não superior a dois salários mínimos vigentes no País, desde que utilize o imóvel para sua moradia, com habite-se ou regularização, que sejam o único proprietário do referido imóvel, ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

**Art. 2º** A isenção do IPTU será concedida mediante requerimento anual do interessado, conforme anexo I, no período de **25 de junho 2020 à 10 de julho de 2020** à isenção, encaminhado junto ao Protocolo Geral, e dirigido ao Setor de Tributos, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com a seguinte documentação em anexo:

- I.** Cadastro do IPTU em nome do requerente;
- II.** Cópia da Identidade e C.P.F;
- III.** Comprovante de residência (água, luz ou telefone, etc);
- IV.** Comprovante de renda de até 2 (dois) salários mínimo nacional;
- V.** Atestado médico emitido em data não superior a 180 dias da entrada do requerimento, com assinatura, carimbo e CRM do médico responsável pelo tratamento, com diagnóstico da(s) patologia(s) ou enfermidade(s) indicando expressamente que o paciente está em tratamento.



## **MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

### **ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

**Art. 3º** O direito de isenção cessa quando:

**I.** O beneficiário da isenção obtiver outro tipo de rendimento que lhe proporcione mais que o valor de 02 (dois) salários mínimo mensal;

**II.** Ocorrer o falecimento do beneficiário da isenção;

**III.** Houver mudança do titular da posse ou da propriedade do imóvel;

**IV.** Houver mudança do uso do imóvel de exclusividade residencial para misto ou comercial;

**Art 4º** O beneficiário de isenção obtida de forma indevida será, imediatamente, excluído da mesma e sofrerá as seguintes penalidades:

**I.** Será obrigado a devolver o valor obtido com a isenção;

**II.** Serão enquadrados no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras sanções penais cabíveis.

**Art. 5º** A isenção incidirá apenas sobre o imposto e não sobre a taxa de coleta de lixo.

**Art. 6º** O beneficiário da isenção deve informar, imediatamente, o cadastro imobiliário quando transferir o imóvel ou parte deste, por venda ou doação.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 24 de junho de 2020.

**NERCI BARP**  
Prefeito Municipal

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

**RUBENS STANKE**  
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de  
Administração, Finanças e Planejamento



# MUNICÍPIO DE DONA EMMA

## ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

### ANEXO I

#### REQUERIMENTO ANUAL DE ISENÇÃO DO IPTU - 2020

AO SETOR DE TRIBUTOS  
MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC

#### Identificação

Nome do requerente: \_\_\_\_\_.

RG: \_\_\_\_\_.

CPF: \_\_\_\_\_.

#### Endereço do Imóvel

Rua: \_\_\_\_\_.

Bairro: \_\_\_\_\_.

Matrícula: \_\_\_\_\_.

#### Documentação entregue

- ( ) Cadastro do IPTU em nome do requerente;
- ( ) Cópia da Identidade e C.P.F;
- ( ) Comprovante de residência (água ou luz ou telefone, etc);
- ( ) Comprovante de renda de até 2 (dois) salários mínimo nacional;
- ( ) Atestado médico emitido em data não superior a 180 dias

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

\_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_

#### DESPACHO

- ( ) Deferido
- ( ) Indeferido

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

**EXTRATO DO CONTRATO N° 35/2020**

Publicação N° 2536008

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC  
EXTRATO DO CONTRATO N° 35/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020 - FMS

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DONA EMMA e a empresa CIRÚRGICA PARANÁ IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO ATACADISTA PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., CNPJ: 07.242.736/0001-15. Objeto: aquisição de equipamento e material permanente para Unidade Básica de Saúde, Proposta n° 10416.064000/1200-01, Convênio com o Ministério da Saúde e o Município de Dona Emma/SC. Valor: R\$ 1.298,00 (um mil duzentos e noventa e oito reais).

Dona Emma, SC 23/06/2020.

Nerci Barp  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO CONTRATO N° 36/2020**

Publicação N° 2536014

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC  
EXTRATO DO CONTRATO N° 36/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020 - FMS

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DONA EMMA e a empresa DENTAL ALTA MOGIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA., CNPJ: 55.979.736/0001-45. Objeto: aquisição de equipamento e material permanente para Unidade Básica de Saúde, Proposta n° 10416.064000/1200-01, Convênio com o Ministério da Saúde e o Município de Dona Emma/SC. Valor: R\$ 83.794,00 (oitenta e três mil setecentos e noventa e quatro reais).

Dona Emma, SC 23/06/2020.

Nerci Barp  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO CONTRATO N° 37/2020**

Publicação N° 2536017

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC  
EXTRATO DO CONTRATO N° 37/2020  
CHAMADA PÚBLICA N° 01/2020 - FMS

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DONA EMMA e a empresa COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ – COOPERFAVI., CNPJ: 07.125.517/0001-56. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar dos alunos da rede de educação básica pública do Município de Dona Emma, com recursos do FNDE/PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, do exercício de 2020. Valor: R\$ 73.873,80 (setenta e três mil oitocentos e setenta e três reais e oitenta centavos).

Dona Emma, SC 24/06/2020.

Nerci Barp  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 1613/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535719

**MUNICÍPIO DE DONA EMMA  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)**LEI Nº 1613/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

**Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal - SIM e sobre os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam bebidas e alimentos de origem animal e vegetal para comercialização e dá outras providências.**

**NERCI BARP**, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei fixa normas de inspeção sanitária no Município de Dona Emma, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal - SIM e dá outras providências.

**Art. 2º** O Serviço de Inspeção Municipal - SIM será prestado de acordo com esta Lei e com os princípios e regras da sanidade agropecuária, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, em conformidade com a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, Lei Federal nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, Lei Federal nº 9.712, de 20 de novembro de 1998, Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, Lei nº 8.078/1990 e outras normas e regulamentos provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI.

**Art. 3º** A inspeção sanitária das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final.

**Art. 4º** A responsabilidade pelas atividades de inspeção sanitária e atenção à sanidade agropecuária do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, no âmbito de sua jurisdição, caberá a Secretaria Municipal da Agricultura.

**§ 1º** Para facilitar o desenvolvimento das atividades em consonância com o SUASA, o Município poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros Municípios através do CIM-AMAVI, com o Estado de Santa Catarina e com a União.

**§ 2º** O Município e os estabelecimentos interessados deverão promover adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI individualmente, por meios próprios, ou através do CIM-AMAVI, quando então os procedimentos adotados no âmbito local deverão estar em consonância com as deliberações tomadas no âmbito do CIM-AMAVI.

**§ 3º** Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal - SIM ao SUASA os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

**Art. 5º** São princípios a serem observados nos serviços de inspeção sanitária:

- I - promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural familiar de pequeno porte;
- II - ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;
- III - promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço.

**Art. 6º** Estão sujeitos à inspeção prevista nesta lei:

- I - carnes e derivados;
- II - leite e derivados;
- III - produtos de abelhas e derivados;
- IV - ovos e derivados;
- V - pescado e derivados;
- VI - frutas, hortaliças e seus subprodutos;
- VII - cereais e seus subprodutos;
- VIII - bebidas;
- IX - outros produtos de origem animal e vegetal.

**Art. 7º** A inspeção sanitária se dará:

- I - nos estabelecimentos que recebem matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de alimentos e bebidas para comercialização, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;
- II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

**Art. 8º** O Serviço de Inspeção Municipal - SIM poderá ser executado de forma permanente ou periódica.

§ 1º A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

§ 2º Entende-se por espécies de animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiro ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 3º Nos demais estabelecimentos previstos nesta lei a inspeção será executada de forma periódica.

§ 4º Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

**Art. 9º** A inspeção sanitária é um serviço oficial, devendo ser executada por servidor público concursado e devidamente habilitado do quadro da Secretaria de Agricultura do Município.

§ 1º Os servidores públicos designados para integrar a equipe responsável pela inspeção terão suas funções estabelecidas na forma desta lei, de seu regulamento, de normativas do CIM-AMAVI





## MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

e da Legislação Federal e Estadual vigentes, em consonância com as atribuições da categoria profissional estabelecidas em lei.

§ 2º Nos casos de vacância do cargo efetivo de médico veterinário, em caráter de emergência pelo risco à saúde pública pela falta de responsável pelo serviço de inspeção, poderá ser contratado profissional em caráter temporário para atender o serviço de inspeção, por tempo não superior a 12 (doze) meses, na forma da lei.

**Art. 10.** Para acesso ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM o estabelecimento interessado deverá apresentar requerimento dirigido ao responsável da Secretaria Municipal de Agricultura, solicitando a inspeção e apresentando toda documentação exigida pelo processo de registro, definido em decreto regulamentar.

§ 1º Os estabelecimentos já existentes, para se adequarem a esta lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação do registro no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, definidos em decreto regulamentar.

§ 2º Deverá ser submetido à aprovação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação, reforma ou ampliação do estabelecimento.

**Art. 11.** As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão a preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, e sua especificação será estabelecida em decreto regulamentar e de acordo com as normas citadas no art. 2º desta lei.

**Art. 12.** A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos deverão seguir padrões de sanidade e fabricação definidos em regulamentos técnicos de identidade e qualidade, portarias, instruções normativas, manuais e normas federais, estaduais ou municipais especificadas em decreto regulamentar e de acordo com as normas citadas no art. 2º desta lei.

**Art. 13.** Todas as ações da inspeção e da vigilância sanitária serão executadas visando à segurança alimentar e a educação sanitária, buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral, no cumprimento de normas e regulamentos, para tanto, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão.

**Parágrafo único.** O Serviço de Inspeção Municipal - SIM e o trabalho da Vigilância Sanitária serão desenvolvidos em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade.

**Art. 14.** As infrações às normas previstas nesta Lei serão apuradas em processo administrativo próprio, juntamente as sanções e penalidades, sem prejuízo da responsabilidade de natureza cível e penal cabível.

**Parágrafo único.** As penalidades serão aplicadas pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM e terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

**Art. 15.** Serão considerados responsáveis por infrações as pessoas físicas ou jurídicas fornecedores de matérias-primas ou de produtos de origem animal, proprietários/locatários ou



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

arrendatários de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM ou que expedirem ou transportarem matérias-primas ou produtos de origem animal.

**Parágrafo único.** A responsabilidade a que se refere o caput abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e comerciais de produtos de origem animal ou de matérias primas.

**Art. 16.** Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido alterado, adulterado ou falsificado, o Serviço de Inspeção Municipal - SIM deverá adotar isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas cautelares:

- I - apreensão do produto;
- II - suspensão provisória do processo de fabricação ou de suas etapas; e
- III - coleta de amostras do produto para realização de análises laboratoriais.

§ 1º Sempre que necessário, será determinada a revisão dos programas de autocontrole dos estabelecimentos.

§ 2º A retomada do processo de fabricação ou a liberação do produto sob suspeita será autorizada caso o Serviço de Inspeção Municipal - SIM constate a inexistência ou a cessação da causa que motivou a adoção da medida cautelar.

§ 3º O disposto no caput não afasta as competências de outros órgãos fiscalizadores, na forma da legislação.

**Art. 17.** Sem prejuízo da responsabilidade cível e penal, a infração à legislação referente ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- I - advertência escrita, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;
- II - multa, nos casos não compreendidos no inciso anterior;
- III - apreensão e perda das matérias-primas ou dos produtos de origem animal e vegetal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulterado;
- IV - suspensão das atividades, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitárias ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;
- V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;
- VI - cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento.

§ 1º O valor da multa referida no inciso II do caput será fixado pela autoridade competente para inspecionar e fiscalizar, não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário, sendo que:

- I - na fixação da pena de multa deve-se atender, principalmente, a situação econômica do infrator e se o ato foi praticado mediante ardil, simulação, desacato e embaraço à ação fiscal;
- II - a multa pode ser aumentada até o triplo, se a autoridade competente considerar que, em virtude da situação econômica do infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo;
- III - o valor da multa será atualizado, quando da cobrança, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, índice de correção monetária oficial do governo federal.



## **MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

**§ 2º** As multas a que se refere a presente lei serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

**§ 3º** A interdição de que trata o inciso V do caput poderá ser levantada, após atendimento das exigências que motivaram a sanção.

**§ 4º** Se a interdição não for levantada, será efetuada a cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento, no prazo de:

I - 10 (dez) dias, quando a autuação ocorrer em virtude de adulteração do produto;

II - 30 (trinta) dias, quando a autuação ocorrer pelo não atendimento das condições higiênico-sanitárias exigidas.

**§ 5º** As multas não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro do estabelecimento ou da ação cível ou criminal, quando tais medidas couberem.

**Art. 18.** Caracterizam embargo à ação fiscalizadora, sem prejuízo de outras previsões desta lei, quando o infrator:

I - embarçar a ação de servidor no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor;

III - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

IV - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

V - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal;

VI - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

VII - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou cometer qualquer sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM e ao consumidor;

VIII - fraudar documentos oficiais;

IX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM;

X - não cumprir os prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações; ou

XII - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

**Art. 19.** Ficam instituídas as taxas de inspeção e fiscalização e de serviços públicos constantes do Anexo Único desta Lei, decorrentes da atuação institucional do Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

**Parágrafo único.** O valor das taxas será reajustado, anual e automaticamente, na primeira quinzena do mês de janeiro, pela variação acumulada do período de 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, por outro índice que o substitua.

**Art. 20.** As taxas instituídas têm como fato gerador:

I - a prática de atos em razão do exercício do poder de polícia;

II - a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos que compõem o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

**Art. 21.** O valor da taxa deverá ser pago em postos bancários, devidamente autorizados a receber os valores dos tributos e multas pelo órgão ou entidade competente pela inspeção e fiscalização sanitária.

**Parágrafo único.** A autoridade competente pode, em casos ou situações excepcionais, autorizar o recebimento do valor da taxa em locais ou por estabelecimentos ou pessoas diversas daqueles compreendidos nas disposições do caput.

**Art. 22.** O contribuinte da obrigação tributária é a pessoa jurídica ou física beneficiária do serviço prestado, e o responsável tributário pelo pagamento a pessoa que o solicitou.

**Art. 23.** Competem aos agentes do Serviço de Inspeção Municipal - SIM os atos típicos de lançamento, arrecadação, controle e fiscalização das taxas, sem prejuízo do exercício da competência originária dos fiscais da Tributação Municipal para a prática dos atos de lançamento e fiscalização dos demais tributos de competência do Município.

**Parágrafo único.** A competência dos agentes do Serviço de Inspeção Municipal - SIM compreende, inclusive, a aplicação de penalidades pelo inadimplemento da obrigação tributária ou pelo descumprimento desta Lei.

**Art. 24.** Os recursos financeiros arrecadados em decorrência da cobrança de taxas, preços públicos e multas no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal - SIM:

I - devem ser aplicados exclusivamente na melhoria, modernização, expansão, realização dos serviços de inspeção e fiscalização e de outras atividades do SIM;

II - podem ser destinados a fundos ou reservas financeiras para a aquisição de infraestrutura para o serviço.

**Art. 25.** O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR será a instância local de discussão, sugestão e definição de assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e sobre a criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

**Parágrafo único.** No âmbito do CIM-AMAVI será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária e Segurança Alimentar com a participação de representantes das Secretarias Municipais da



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

Agricultura, da Saúde ou equivalentes, para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

**Art. 26.** Os recursos financeiros necessários à implementação da presente lei e do Serviço de Inspeção Municipal - SIM serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no orçamento do Município e ou no contrato de rateio do CIM-AMAVI, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados junto aos estabelecimentos assistidos e de recursos das demais instâncias do SUASA.

**Art. 27.** Fica autorizado o Município a firmar contrato de programa e de rateio com o CIM-AMAVI para implementação dos serviços de inspeção sanitária em consonância com o SUASA, ficando ainda autorizado a firmar gestão associada com o CIM-AMAVI para a prestação dos serviços de inspeção e fiscalização sanitária e outras atividades, e exercer outras competências relativas ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.107 de 2007 e sua regulamentação vigente.

**Art. 28.** Os casos omissos ou duvidosos na execução da presente lei, bem como de sua regulamentação, serão resolvidos através de normativas da Secretaria de Agricultura e/ou do CIM-AMAVI, desde que estejam de acordo com as normas citadas no art. 2º desta lei e tenham sido discutidas no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR.

**Art. 29.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

**Art. 30.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Dona Emma (SC), 23 de junho de 2020**

**NERCI BARP**  
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

**RUBENS STANKE**  
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de  
Administração, Finanças e Planejamento



## MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

### “ANEXO ÚNICO”

#### Taxas do Serviço de Inspeção Municipal – SIM

1 – FISCALIZAÇÃO DE ABATE	UNIDADE AO MÊS	VALOR (REAIS) POR MÊS
Bovinos e Bubalinos	0 – 20 cabeças	10,00
	21 – 100 cabeças	8,00
	101 – 1.000 cabeças	6,00
	Mais de 1.001 cabeças	5,00
Suínos	0 – 20 cabeças	8,00
	21 – 100 cabeças	6,00
	101 – 1.000 cabeças	4,00
	Mais de 1.001 cabeças	3,00
Ovinos e Caprinos	0 – 30 cabeças	7,00
	31 – 200 cabeças	5,00
	201 – 1.000 cabeças	4,00
	Mais de 1.001 cabeças	3,00
Aves	0 – 20.000 cabeças	0,035
	20.001 – 50.000 cabeças	0,030
	50.001 – 100.000 cabeças	0,020
	Mais de 100.001 cabeças	0,015
Peixes	0 – 20.000 quilogramas	0,020
	20.001 – 50.000 quilogramas	0,015
	50.001 – 100.000 quilogramas	0,012
	Mais de 100.001 quilogramas	0,010
Coelhos	0 – 50 cabeças	0,020
	51 – 100 cabeças	0,015
	101 – 1.000 cabeças	0,012
	Mais de 1.001 cabeças	0,010
Animais exóticos	0 – 50 cabeças	8,00
	51 – 100 cabeças	6,00
	101 – 1.000 cabeças	4,00
	Mais de 1.001 cabeças	3,00
2 – FISCALIZAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA	UNIDADE AO MÊS	VALOR (REAIS) POR MÊS
Carne e seus derivados	1 quilograma	0,0035
Leite	1 litro	0,0030
Derivados de leite	1 quilograma	0,050



**MUNICÍPIO DE DONA EMMA  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº 3493 – Centro – 89155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

Mel e seus derivados	1 quilograma	0,050
Ovos	Dúzia	0,0050
Pescado e seus derivados	1 quilograma	0,020
Outros produtos de origem animal	1 quilo/litro	0,020
<b>3 – FISCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO</b>		
Registro do estabelecimento	Unidade	80,00
Registro de produtos	Unidade	30,00

**Dona Emma (SC), 22 de junho de 2020****NERCI BARP**  
Prefeito Municipal

**Doutor Pedrinho****PREFEITURA****DECIMO OITAVO TERMO CONTRATO 034/2011**

Publicação Nº 2535787

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2011**  
**DÉCIMO OITAVO TERMO ADITIVO - PRAZO**

- *Considerando o resultado do Processo Licitatório nº 42/2010, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e demais legislações pertinentes, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 034/2011;*
- *Considerando que o Contrato foi firmado em 09 de maio de 2011 e foi prorrogado pelos Termos Aditivos primeiro, segundo, terceiro, quarto, sétimo, nono, décimo, décimo primeiro, décimo segundo, décimo terceiro, décimo quarto, décimo quinto e décimo sexto para vigorar até 15/06/2020;*
- *Considerando a impossibilidade de conclusão, dentro do prazo anteriormente fixado, para o refazimento dos serviços contratados em que foi constatada a má execução, trabalho defeituoso, acabamento insatisfatório ou executado fora das especificações técnicas;*
- *Considerando a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a finalização dos trabalhos, bem como para apresentação e apreciação da competente prestação de contas;*
- *Considerando-se a previsão legal na Lei 8.666/93 para a prorrogação de prazo, bem como presente a conveniência administrativa desta alteração para possibilitar a continuidade das obras e a conclusão e funcionalidade da Estação de Tratamento de Esgoto ao final do contrato, atendendo-se ao interesse público primário.*
- *CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19), a confirmação de inúmeros casos de infecção pelo coronavírus no território nacional e estadual, a expectativa do Ministério da Saúde do aumento significativo do número de casos de infecção pelo coronavírus, a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", sendo que todas estas razões podem gerar atrasos na conclusão dos trabalhos.*

As partes, de um lado o **MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representada pela Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a

**EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 250, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar - CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA,

resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 034/2011, firmado em 09/05/2011, já alterado pelos termos aditivos anteriores, fica novamente



alterado por este Termo, estendendo-se a vigência do Contrato até 17/07/2020, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 034/2011, com as modificações introduzidas pelos termos aditivos anteriores ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, 24 de junho de 2020.

**SIMONI MÉRCIA MESCH NONES**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

**VALMIR DE SOUZA**  
**EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA**

---

**RONI ANDREAS MAEDA HASSLER**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**OAB/SC 52.912**

---

**ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA**  
**WOLLERT**  
**TESTEMUNHA**

---

**ALLISON DA LUZ**  
**TESTEMUNHA**

**DECRETO Nº 044 DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536414

**DECRETO nº 044, de 24 de junho de 2020.***Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CONCIDADES.*

A Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho **SIMONI MÉRCIA MESCH NONES**, no uso da competência privativa que confere o art.52 c/c art. 72 da Lei Orgânica Municipal, combinando com as Leis nº 630, de 14/03/2006, e nº 707, de 13/05/2008, e o Decreto nº 033, de 14/09/2009;

**DECRETA**

**Art. 1º - NOMEAR** os membros do *CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CONCIDADES*, com mandato de 02 anos, a contar desta data.

**PODER LEGISLATIVO:**

Titular: Amélio Fernandes  
Suplente: Valmir Farias

**SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS:**

Titular: Elizeu Rodrigues Tavares  
Suplente: Cristiano de Oliveira

**SECRETARIA DE AGRICULTURA:**

Titular: José Marcos Claudino dos Santos  
Suplente: Neuza Fátima Girelli

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:**

Titular: Mario Benicio Viviani  
Suplente: Paulo Andrey Vicente

**VIGILÂNCIA SANITÁRIA:**

Titular: Jackson Rodrigo de Castilho  
Suplente: Joel Rafael Fronza

**REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:**

Titular: Adelcio Packer  
Suplente: Aricio Cristofolini

Titular: Valdir André Bagio  
Suplente: Jerry Müller Gellert

**REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOUTOR PEDRINHO:**

Titular: Robson Purim  
Suplente: Tomires Osni Pereira dos Santos

Titular: Rodrigo Kertischka  
Suplente: Patricia Giacomozzi

**REPRESENTANTES DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA:**

Titular: Vilson Giacomozzi  
Suplente: Roni Dalabrida

**Art. 2º - PRORROGAR** o Decreto nº 035, de 01/12/2017, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CONCIDADES, pelo período de 01 de dezembro de 2017 á 30 de novembro de 2019, até a presente data.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, em 24 de junho de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

**SIMONI MÉRCIA MESCH NONES**  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de junho de 2020.

**TARCISIO LENZI**  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 043/2020**

Publicação Nº 2536411

**DECRETO Nº 043, de 24 de junho de 2020.***Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.628,92.*

**SIMONI MÉRCIA MESCH NONES**, Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 917, de 23 de dezembro de 2019;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 3.628,92 (três mil e seiscentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos), do Superávit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2020 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 917, de 23/12/2019):

08.002.27.812.0050.1006	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
08.002.27.812.0050.1006	DESPORTO	
08.002.27.812.0050.1006	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DO CENTRO ESPORTIVO	
400000	DESPESAS CORRENTES	
440000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.628,92
<b>TOTAL</b>		<b>3.628,92</b>
<b>TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>		<b>3.628,92</b>

**Art. 2º** - Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superávit Financeiro -----R\$ 3.628,92

Fonte de Recurso	Descrição Fonte Recursos	Valor
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.628,92
<b>TOTAL</b>		<b>3.628,92</b>

**Art. 3º** - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, em 24 de junho de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

**SIMONI MÉRCIA MESCH NONES**

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho - SC, 24 de junho de 2020.

**TARCISO LENZI**

Chefe de Gabinete

**RESULTADO FINAL - CHAMADA PUBLICA 04/2020**

Publicação Nº 2536421

**CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA 04/2020 – ENGENHEIRO – 40H**

Às 10:30 horas do dia 30 de março de 2020, nas dependências da Prefeitura Municipal, estiveram presentes os membros da comissão avaliadora da chamada pública 04/2020. A comissão se reuniu para a abertura e conferência dos documentos encaminhados por e-mail, conforme determinava no Edital. Para análise dos documentos primeiramente leu-se todos os critérios estabelecidos no Edital da Chamada Pública. Constatou-se que seis candidatos encaminharam a documentação, porém a candidata Géssica Olivia Schlocobier não apresentou registro no CREA válido, enquanto que o candidato Julemir Bauer de Aguiar encaminhou a documentação por mensagem eletrônica após o encerramento do prazo, desatendo à regra do Edital, sendo, portanto, ambos desclassificados. Após a comprovação de atendimento de todas as exigências previstas no edital pelos demais candidatos, passou-se a contagem de tempo de serviço, porém nenhum candidato comprovou tempo nos termos do Edital, assim ficando a classificação final em razão da idade dos classificados:

**CLASSIFICAÇÃO FINAL CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2020**

A Comissão Avaliadora da Chamada Pública nº 04/2020, vem a público divulgar o resultado da chamada, em cumprimento ao disposto no respectivo Edital:

**Cargo de Engenheiro – 40h**

RESULTADO	CLASS.	CANDIDATO E DATA DE NASCIMENTO
Classificado	1º	MarcMarcio Lavina – 27/12/1981
Classificado	2º	Hugo Tomaz de Carvalho – 27/04/1992
Classificado	3º	Giovani Marcarini – 07/09/1996
Classificado	4º	Romilson Assis Maia – 20/04/1997
Desclassificado	-	Juelmir Bauer de Aguiar
Desclassificado	-	Géssica Olivia Schlocobier

**NÃO HOUE RECURSO NO PRAZO DE UM DIA ÚTIL APÓS A DIVULGAÇÃO.**

Sem mais para o momento dou por encerrada esta ata que vai assinada por mim, Roni Andreas Maeda Hassler e demais membros da comissão.

\_\_\_\_\_  
**TARCÍSIO LENZI**  
Membro da Comissão

\_\_\_\_\_  
**ANDRÉ LUIZ MAZZI**  
Membro da Comissão

\_\_\_\_\_  
**RONI ANDREAS MAEDA HASSLER**  
Membro da Comissão

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020**

Publicação Nº 2535809

**MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

CNPJ - 79.373.775/0001-62

RUA BRASILIA - 2

Fone: (47) 3388-0148

Site: [www.doutorpedrinho.sc.gov.br](http://www.doutorpedrinho.sc.gov.br) – Email: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br)

Pág. 1 / 1

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**Pregão**  
**11/2020**  
**Processo Administrativo: 11/2020**  
**Adjudicação: 1**

O(a) Sr(a) ., no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, conforme o parecer da comissão de licitação resolve:

Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:

<b>Recurso:87</b> <b>Órgão:7</b> - Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo <b>Unidade:1</b> - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente <b>Ação:1030</b> - Melhoramento Patrulha Agrícola <b>Elemento:34490524000000000000</b> - Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários <b>Vínculo:1340000</b> - Transf.Convênios-União/Outros não Rel						
<b>Fornecedor: 790214 - AGROWERNER COMERCIO DE MAQUINAS E IMPEM.AGRICOLAS LTDA</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	MÁQUINA COLHEDORA DE FORRAGENS ÁREA TOTAL E EM LINHA, COM 1 ROTOR, 14 FACAS E 14 LANÇADORES, POTÊNCIA REQUERIDA DE 80 A 120 CV, TRANSMISSÃO POR CARDAN, SISTEMA DE AFIAÇÃO DE FACAS REDONDO, COMANDO HIDRÁULICO COMPLETO.	UNID	NOGUEIRA	0,84888	R\$65.000,00	R\$55.177,44
<b>Total do Fornecedor:</b>						R\$55.177,44
<b>Total do Adjudicado para o Recurso:</b>						R\$55.177,44

<b>Recurso:207</b> <b>Órgão:7</b> - Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo <b>Unidade:1</b> - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente <b>Ação:1030</b> - Melhoramento Patrulha Agrícola <b>Elemento:34490524000000000000</b> - Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários <b>Vínculo:3000000</b> - Recursos Ordinários						
<b>Fornecedor: 790214 - AGROWERNER COMERCIO DE MAQUINAS E IMPEM.AGRICOLAS LTDA</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	MÁQUINA COLHEDORA DE FORRAGENS ÁREA TOTAL E EM LINHA, COM 1 ROTOR, 14 FACAS E 14 LANÇADORES, POTÊNCIA REQUERIDA DE 80 A 120 CV, TRANSMISSÃO POR CARDAN, SISTEMA DE AFIAÇÃO DE FACAS REDONDO, COMANDO HIDRÁULICO COMPLETO.	UNID	NOGUEIRA	0,15112	R\$65.000,00	R\$9.822,56
<b>Total do Fornecedor:</b>						R\$9.822,56
<b>Total do Adjudicado para o Recurso:</b>						R\$9.822,56

Doutor Pedrinho, 23 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_  
 SIMONI MERCIA MESCH NONES  
 Prefeita  
 CPF: 682.523.159-68

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020**

Publicação Nº 2535806

**MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Pág. 1 / 1

CNPJ - 79.373.775/0001-62

RUA BRASILIA - 2

Fone: (47) 3388-0148

Site: [www.doutorpedrinho.sc.gov.br](http://www.doutorpedrinho.sc.gov.br) – Email: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Pregão**  
**Para Aquisição de Bens**  
**11/2020**  
**Processo Administrativo: 11/2020**

Ao Sr(a). SIMONI MERCIA MESCH NONES tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 179/2019.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 11/2020, o(s) participante(s):

790214 - AGROWERNER COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLM.AGRICOLAS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	MÁQUINA COLHEDORA DE FORRAGENS ÁREA TOTAL E EM LINHA, COM 1 ROTOR, 14 FACAS E 14 LANÇADORES, POTÊNCIA REQUERIDA DE 80 A 120 CV, TRANSMISSÃO POR CARDAN, SISTEMA DE AFIAÇÃO DE FACAS REDONDO, COMANDO HIDRÁULICO COMPLETO.	UNID	NOGUEIRA	1	R\$65.000,00	R\$65.000,00
Total do Fornecedor:						R\$65.000,00

Doutor Pedrinho, 23 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_  
SIMONI MERCIA MESCH NONES  
Prefeita  
CPF: 682.523.159-68



**RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 001/2019**

Publicação Nº 2536425



Estado de Santa Catarina  
**Município de Doutor Pedrinho**  
**Processo Seletivo n.º 01/2019**  
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 015: Publicação da Classificação Final****CLASSIFICAÇÃO FINAL: ANEXO I (Ampla Concorrência)****DATA DA PROVA ESCRITA: 15/12/2019****DATA DA PROVA PRÁTICA: 22/12/2019****DATA DE DIVULGAÇÃO: 30/12/2019**

Ficam disponíveis à todos os candidatos, com acesso pelo site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) no link “Área do Candidato”, utilizando sua senha pessoal de acesso, localizando sua inscrição e clicando em “Mais Informações”, a imagem do cartão resposta utilizado na prova, com o intuito de dirimir qualquer dúvida ou confirmar a correção eletrônica de suas respostas.

Também ficam disponíveis a todos os candidatos, de forma individual, a análise de seus títulos, acessado a partir da Área do Candidato, disposta de forma individual (título a título), quando da apresentação eletrônica e de forma sintética, quando da apresentação física da prova.

**Legendas Utilizadas na Publicação:****POR:** Nota relativa às questões de Língua Portuguesa.**MAT:** Nota relativa às questões de Matemática.**ATU:** Nota relativa às questões de Atualidades e Conhecimentos Gerais.**ESP:** Nota relativa às questões de Conhecimentos Específicos.**HGE:** Nota relativa às questões de História e Geografia.**TIT:** Nota relativa à Prova de Títulos.**PRA:** Nota relativa à Prova Prática.**NPO:** Nota da Prova Objetiva.

Doutor Pedrinho/SC, 30 de dezembro de 2019.

**Banca Técnica**  
**Grupo NBS Provas**



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 5



Estado de Santa Catarina  
Município de Doutor Pedrinho  
Processo Seletivo n.º 01/2019  
Publicação Legal: Ato Administrativo



**ANEXO I – Classificação Final (AMPLA CONCORRÊNCIA)**

Cargo: PROFESSOR I (HABILITADO)										
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	13	MARIA FERNANDES BELÉM	14/01/1978	0,90	1,50	1,50	3,85	-	7,75
Classificado	2º	111	NEIDE GIRARDI LONGO	19/06/1975	1,20	0,60	1,50	3,85	0,50	7,65
Classificado	3º	125	GERONILDA ANHAYA ORIBKA	24/01/1978	0,60	0,60	0,90	3,85	0,50	6,45
Classificado	4º	31	MÁRCIA MARTINS METZGER	01/12/1974	1,20	0,60	1,20	3,30	-	6,30
Classificado	5º	147	CRISTIANE WINTER KLEIN	06/01/1984	0,90	0,60	0,90	3,85	-	6,25
Classificado	6º	101	SILVIA SCHUSSLER PERSUHN	14/10/1981	0,90	0,60	0,90	3,30	0,50	6,20
Classificado	7º	99	JANICE MARCARINI	23/06/1998	0,60	1,20	1,50	2,75	-	6,05
Classificado	8º	173	MERCI FRANKE GESSNER	06/01/1964	0,30	0,90	1,50	3,30	-	6,00
Classificado	9º	55	PAMELA MICAËLLE SCHOEN	01/06/1994	0,30	0,60	0,90	3,85	-	5,65
Classificado	10º	142	SILVANA REGINA VARGAS ERDMANN	16/08/1986	1,20	0,60	0,30	3,30	-	5,40
Classificado	11º	72	ZELIA TERESINHA SCHNEIDER	06/03/1974	0,60	0,60	0,90	3,30	-	5,40
Classificado	12º	133	JANAINA GOES CARVALHO	25/04/1984	0,60	1,20	1,20	2,20	-	5,20
Classificado	13º	105	VANESSA MARAFIGO DE SOUZA	13/05/1997	0,90	0,60	0,90	2,75	-	5,15
Classificado	14º	18	MATILDE JUDITH DOEMER	12/07/1966	0,90	0,90	0,90	2,20	0,00	4,90
Classificado	15º	166	IZABEL CRISTINA SALDANHA	19/09/1966	0,60	0,30	0,30	3,30	-	4,50
Classificado	16º	76	LARISSA SCHIPIETZ GONÇALVES	07/07/1996	0,60	0,00	0,60	3,30	-	4,50
Classificado	17º	119	CORNELIA GARCIA	18/10/1973	0,30	0,30	0,60	3,30	-	4,50

Cargo: PROFESSOR I (NÃO HABILITADO)										
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	185	ADILSON NASCIMENTO	05/09/1984	0,90	1,20	0,90	2,75	-	5,75
Classificado	2º	11	GESIELE SAMANTHA DOS SANTOS	10/05/1992	0,60	0,90	0,90	3,30	-	5,70
Classificado	3º	120	MAIARA LUIZA BERTRAM	17/03/1999	0,30	0,60	1,20	3,30	-	5,40
Classificado	4º	70	DANIELA MARCON	30/07/1995	0,30	0,60	0,60	3,85	-	5,35
Classificado	5º	98	PAMELA PRICILA KLOSOWSKI	12/01/1999	0,60	1,20	0,60	2,75	-	5,15
Classificado	6º	209	JOELMA MARTINS	15/06/1990	0,60	0,00	0,90	3,30	-	4,80
Classificado	7º	81	DEISE TOMELIN ANDREATTA	20/01/1979	0,30	1,20	0,90	2,20	-	4,60
Classificado	8º	177	PATRICIA GESSNER	03/12/1994	0,60	0,60	0,60	2,20	-	4,00

Cargo: PROFESSOR I - ITALIANO (HABILITADO)										
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	148	JURANICE APARECIDA BUZZI RODE	20/09/1968	0,60	0,60	0,90	4,40	0,50	7,00

Cargo: PROFESSOR I - EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)										
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	67	CLÉRIO RICARDO ULLER	14/08/1986	0,60	1,20	0,90	2,75	-	5,45
Classificado	2º	149	THIAGO RODE	25/03/1996	0,90	0,60	0,90	2,75	-	5,15
Classificado	3º	118	IGOR ROBERTO GIRARDI	07/06/1997	0,90	0,60	0,90	1,65	-	4,05
Classificado	4º	86	ANDRÉIA ENGEL	25/07/1996	0,30	1,20	0,90	1,65	-	4,05
Classificado	5º	212	AILSON BUENO FERREIRA	10/04/1989	1,20	0,30	0,90	1,10	-	3,50

Cargo: PROFESSOR I - PSICOPEDAGOGIA (HABILITADO)										
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	33	PATRICIA PEREIRA NONES	20/01/1986	0,90	1,20	0,60	2,75	0,50	5,95



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 5



Estado de Santa Catarina  
Município de Doutor Pedrinho  
Processo Seletivo n.º 01/2019  
Publicação Legal: Ato Administrativo



Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	79	IVAN MARCOS CAMPESTRINI	21/11/1994	0,30	0,60	1,50	5,50	7,90
Classificado	2º	194	MANOELA CRISTINA CARL PEREIRA	01/05/1995	0,60	1,20	1,50	4,40	7,70
Classificado	3º	131	MATEUS MACHADO PEREIRA	08/10/1994	0,60	1,20	1,20	4,40	7,40
Classificado	4º	196	LUCAS ANDRADE TELLES	29/11/1997	0,30	1,50	0,60	4,95	7,35
Classificado	5º	116	CASSIANO LENZI	08/05/1976	0,30	0,90	1,50	4,40	7,10
Classificado	6º	158	RICARDO AUGUSTO STOEBERL ESSIG	11/12/1986	0,60	0,90	0,90	4,40	6,80
Classificado	7º	127	LAIS WIGGERS	18/03/1993	0,60	0,30	0,90	4,95	6,75
Classificado	8º	126	LUCAS BENINCA	04/06/1996	0,30	0,30	1,20	4,40	6,20
Classificado	9º	156	ADAELCIO CAMUZZATO	26/01/1978	0,60	0,30	0,30	4,95	6,15
Classificado	10º	32	BRUNA DOS SANTOS RUECKL	09/07/1992	0,60	0,90	0,30	1,65	3,45

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	189	EDSON MAAS	06/06/1989	0,90	1,20	0,60	4,40	7,10
Classificado	2º	155	CRISLÂINE DE OLIVEIRA	01/07/1998	0,90	0,90	1,20	3,30	6,30
Classificado	3º	24	ALEFER ROEDER	02/10/1995	0,90	0,60	1,50	3,30	6,30
Classificado	4º	15	SHEILA RODRIGUES DO ESPIRITO SANTO	29/10/1999	0,60	0,30	1,20	3,85	5,95
Classificado	5º	186	MATHEUS TIAGO BELARMINO	27/12/2000	0,90	0,60	0,90	3,30	5,70
Classificado	6º	47	MATHEUS FRANCISCO XAVIER DE CASTILHO	20/02/2001	0,60	1,20	1,50	2,20	5,50
Classificado	7º	204	KAMILA CRISTINA NAGORSKI	31/07/1995	0,90	0,60	0,60	2,75	4,85
Classificado	8º	201	JOSIAS RESSLER DE SOUZA	28/12/1998	0,60	0,60	0,60	2,75	4,55
Classificado	9º	188	JÉSSICA PRISCILA BERNES NASCIMENTO	12/11/1992	0,60	0,30	0,90	2,75	4,55
Classificado	10º	214	MATEUS ODAIR TOMELIN	05/03/2001	0,90	0,30	0,60	2,20	4,00

Cargo: INSEMINADOR									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	172	CARLOS EDUARDO ODORIZZI	28/03/2000	0,90	1,20	0,90	2,75	5,75
Classificado	2º	191	LUIZ ADRIANO CASSARIEGO ROLIN	01/01/1992	0,30	0,90	0,30	2,75	4,25
Classificado	3º	23	CLEITO AYRES	18/01/1992	0,90	0,60	0,30	1,65	3,45

Cargo: ACS - MICROÁREA 03									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	154	SIMONE LENZI HACKBARTH	18/06/1976	0,30	0,60	1,20	3,30	5,40

Cargo: ACS - MICROÁREA 05									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	192	RIAN CARLOS VALCANAIA	26/12/2001	1,20	1,50	1,20	3,85	7,75
Classificado	2º	146	ADRIANA FRAINER SCHIKORSKI	15/04/1991	0,60	0,90	0,90	2,20	4,60
Classificado	3º	224	DAIANE VALCANAIA REICH	08/09/1991	0,60	0,90	0,60	2,20	4,30

Cargo: ACS - MICROÁREA 06									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	77	LARISSA DE OLIVEIRA BOSSE	23/02/1999	0,30	0,30	0,60	2,75	3,95



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 3 de 5



Estado de Santa Catarina  
Município de Doutor Pedrinho  
Processo Seletivo n.º 01/2019  
Publicação Legal: Ato Administrativo



Cargo: MECÂNICO									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	162	RAFAEL FRONZA	02/04/1989	1,50	0,60	1,20	5,50	8,80
Classificado	2º	129	GIULIO LUIZ VALCANIAIA	08/06/2001	1,50	1,50	0,30	4,95	8,25
Classificado	3º	8	TIAGO PRESTAUSKI	26/12/1999	1,20	1,20	0,30	4,95	7,65
Classificado	4º	174	ANTONIO ADRIANO CARVALHO	13/06/1982	1,50	0,00	1,20	4,40	7,10
Classificado	5º	93	JAMES WOLLINGER	10/04/1990	1,20	0,60	0,90	4,40	7,10

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	48	LUCIMARA TERESA DE LUCCA	30/07/1983	1,50	1,20	0,90	4,95	8,55
Classificado	2º	65	CAMILA NAUROSKI PIRES	07/06/1989	1,50	0,90	0,30	4,40	7,10
Classificado	3º	17	JADER OSLIM CAETANO	31/08/1987	1,20	0,30	1,50	3,85	6,85
Classificado	4º	16	MARIA EDUARDA BENICIO	18/08/1990	0,90	0,60	0,30	4,40	6,20
Classificado	5º	83	FRANCIÉLE APARECIDA DE LIMA	10/06/1991	0,90	0,00	0,60	4,40	5,90
Classificado	6º	88	YOLANDA BARBOSA ALVARES	03/08/1965	0,90	0,30	0,60	3,85	5,65
Classificado	7º	229	ROSENI PEREIRA GONÇALVES	07/09/1984	0,90	0,60	0,60	3,30	5,40
Classificado	8º	42	CRISTINA KLEIN PISKE	22/08/1977	0,90	0,00	0,30	3,30	4,50
Desclassificado	-	179	MARIA DE LOURDES DE LIMA	15/10/1976	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desclassificado	-	41	IVA CALISTO ADÃO	27/06/1984	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Cargo: AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	43	GISELI TAIS CARVALHO MESCH	30/01/1999	1,50	1,20	0,90	4,95	8,55
Classificado	2º	202	JOSEANE RESSLER DE SOUZA	12/04/1978	1,50	0,90	0,30	5,50	8,20
Classificado	3º	180	DAIANA CRISTINA PACKER	18/11/1996	1,20	1,20	0,60	4,95	7,95
Classificado	4º	62	PATRICIA CAROLINA MARTINS CORREIA	19/09/1998	1,20	1,20	0,90	4,40	7,70
Classificado	5º	100	VANDERLÉIA MARIA AUGUSTO	27/12/1982	1,50	0,00	1,20	4,40	7,10
Classificado	6º	90	NEUSA CAROLINE WALKER MARCARINI	21/03/1998	1,20	0,60	0,30	4,95	7,05
Classificado	7º	170	DIRCÉLIA DE OLIVEIRA	02/11/1988	1,20	1,20	0,60	3,85	6,85
Classificado	8º	123	LUCIANA KOSLOWSKI	08/01/2000	0,90	0,60	0,30	4,95	6,75
Classificado	9º	38	CAMILA BATISTA	05/07/1997	1,20	0,90	0,60	3,85	6,55
Classificado	10º	5	JÉSSICA TAINÁ KNOP	31/03/2000	1,50	0,00	0,60	4,40	6,50
Classificado	11º	68	SABRINA MARTHENDAL	19/03/1972	1,20	0,30	0,60	2,75	4,85
Desclassificado	-	171	MARIA CRISTINA MIGUEL HENNICH	03/08/1984	-	-	-	-	-

Cargo: SERVENTE DE OBRAS									
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	141	LUIZ NAGORSKI	20/12/1961	1,50	1,20	1,20	4,95	8,85
Classificado	2º	205	GILMAR SIDNEI BRANDT	02/09/1992	1,50	0,30	0,60	4,95	7,35
Classificado	3º	92	JANIO DA SILVA	05/04/1996	0,90	0,90	0,30	4,95	7,05
Classificado	4º	167	JONATAN DANIEL BONNING	30/10/1992	1,20	0,30	0,90	4,40	6,80
Classificado	5º	225	ROMEU REICH	05/03/1988	1,50	0,00	0,60	4,40	6,50
Classificado	6º	181	LUCIANO LUIZ PRUSSEK	09/06/1993	1,50	0,00	0,60	4,40	6,50
Classificado	7º	138	ANTONIO CESAR NEVES	26/01/2000	1,20	0,60	0,60	3,30	5,70
Classificado	8º	182	FABRICO KOSLOWSKI	29/08/1997	0,60	0,60	0,60	3,85	5,65
Classificado	9º	37	AMAURI MASSANEIRO	10/02/1972	0,60	0,30	0,30	4,40	5,60
Classificado	10º	84	ANTONINHO CUSTODIO PAES	20/06/1974	0,30	0,30	0,30	3,30	4,20
Classificado	11º	235	NILTON FLORENCIO	01/07/1962	0,60	0,30	1,20	1,10	3,20



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 4 de 5



Estado de Santa Catarina  
Município de Doutor Pedrinho  
Processo Seletivo n.º 01/2019  
Publicação Legal: Ato Administrativo



**Cargo: ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO**

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	INF	HGE	NOTA FINAL
Classificado	1º	59	HENRIQUE TOMELIM	23/05/2003	0,80	1,60	0,40	1,60	1,20	5,60
Classificado	2º	150	LETICIA ROMI KOGLIN	18/12/2003	0,80	0,80	1,20	1,20	1,20	5,20
Classificado	3º	234	ELISABETH DA SILVA	24/07/2003	0,80	0,80	0,80	1,60	1,20	5,20
Classificado	4º	34	JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA	11/08/2003	0,80	0,40	0,00	1,20	1,60	4,00
Classificado	5º	195	DJENIFFER DA SILVEIRA	03/04/2005	1,20	0,40	0,80	0,40	0,80	3,60
Classificado	6º	97	KAWANE K. K. FARIAS PRIPRÁ	30/07/2003	1,20	0,40	0,00	0,80	1,20	3,60
Classificado	7º	14	MARIA LUIZA DALVEN	16/11/2003	1,20	0,00	0,80	1,20	0,40	3,60
Classificado	8º	52	SOFIA MARIA DOS SANTOS	06/08/2003	0,40	1,20	0,40	0,80	0,40	3,20

**Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA**

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPO	PRA	NOTA FINAL
Classificado	1º	213	WALMIR DE OLIVEIRA	03/03/1985	1,20	0,30	0,60	3,30	5,40	9,50	7,86
Classificado	2º	26	TOMAS SPIESS	17/06/1989	1,20	0,00	0,90	3,30	5,40	9,00	7,56
Classificado	3º	110	DANIEL RIBEIRO MARAFIGO	09/02/1990	1,20	0,60	0,90	3,85	6,55	8,00	7,42
Classificado	4º	107	HELTON RODRIGO BRUNO	31/12/1989	1,20	1,20	0,90	3,85	7,15	7,50	7,36
Classificado	5º	7	FERNANDO STREY	25/03/1990	1,20	0,00	0,60	2,20	4,00	8,50	6,70
Classificado	6º	10	SANDRO VONS	26/05/1995	1,20	0,60	0,30	3,30	5,40	7,00	6,36

**Cargo: MOTORISTA DE PASSAGEIROS**

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPO	PRA	NOTA FINAL
Classificado	1º	51	MARCOS MARTINS	04/03/1972	1,50	0,60	0,90	3,30	6,30	9,75	8,37
Classificado	2º	135	JAISON CARVALHO DA CRUZ	28/04/1988	1,50	1,50	0,90	2,75	6,65	9,50	8,36
Classificado	3º	80	MATIAS KOGLIN	28/04/1976	1,50	0,60	0,90	3,85	6,85	8,50	7,84
Classificado	4º	197	JOÃO PAULO HILLESHEIM	16/09/1981	1,20	0,00	1,20	2,75	5,15	8,75	7,31
Classificado	5º	144	LAERCIO TRIZOTTO	17/02/1968	0,30	0,30	0,90	2,75	4,25	8,75	6,95

**Cargo: MOTORISTA DE CARGA**

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPO	PRA	NOTA FINAL
Classificado	1º	22	MAICON JOSÉ BUZZI	10/04/1984	1,5	0,9	0,9	3,85	7,15	8,75	8,11
Classificado	2º	40	GELSO MANGOTT	05/06/1980	1,50	1,50	0,30	3,30	6,60	9,00	8,04
Classificado	3º	60	MARQUINHOS HARBS	01/06/1992	0,90	0,30	0,60	3,30	5,10	9,25	7,59
Classificado	4º	139	LEONARDO KRUGER	31/07/1964	1,20	0,90	0,30	2,75	5,15	8,75	7,31
Classificado	5º	56	PAULO CALISTO SUTIL RAMIRES	14/12/1981	1,20	0,00	0,30	3,30	4,80	8,00	6,72
Classificado	6º	143	CÉSAR MACEDO	27/02/1997	0,90	0,30	0,90	2,20	4,30	8,00	6,52

**Cargo: MOTORISTA DE AMBULÂNCIA**

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPO	PRA	NOTA FINAL
Classificado	1º	109	JAIRO DE OLIVEIRA	24/10/1987	1,20	0,90	0,60	4,40	7,10	9,50	8,54
Classificado	2º	163	LEONIR CRISTIANO NEUMANN	19/12/1988	1,50	0,60	0,60	3,30	6,00	8,50	7,50
Classificado	3º	176	DIEGO LOPES DOS SANTOS	24/09/1992	0,90	1,20	0,90	2,20	5,20	9,00	7,48
Classificado	4º	137	EVERTON JOACIR RIBEIRO	08/07/1992	1,50	0,30	0,30	2,20	4,30	8,50	6,82



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 5 de 5

# Entre Rios

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO 038-2020 PMER

Publicação Nº 2537118

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS  
EXECUTIVO MUNICIPAL

#### EXTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 038/2020- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2020 - PMER

#### 1 - PREÂMBULO

1.1 - O Município de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por item, tendo por finalidade a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL FÓSSEIS SENDO: ÓLEO DIESEL S-10 e GASOLINA COMUM, DE FORMA PARCELADA A PARTIR DA HOMOLOGAÇÃO DESTES PROCESSOS, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro, constituída pelo Decreto nº. 061/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº. 01 e nº. 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08h:30min (horário oficial de Brasília), do dia 07 de julho de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, centro da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08h:45min (horário oficial de Brasília), do dia 07 de julho de 2020 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios/SC, situada no endereço citado no item 1.2.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

Entre Rios, SC, 24 de Julho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

### LICITAÇÃO 039-2020 PMER

Publicação Nº 2537124

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS  
EXECUTIVO MUNICIPAL

#### EXTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº 039/2020-PMRE  
PREGÃO PRESENCIAL PREF Nº. 023/2020 – Sistema de Registro de Preços

#### 1 – PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, centro no município de Entre Rios/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.612.698/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por item, tendo por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS (SERVIÇOS MECÂNICOS), DE ACORDO COM A NECESSIDADE, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pela Pregoeira(o) e Equipe de Apoio, constituída pelo Decreto nº. 063/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal de nº. 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos envelopes nº. 01 e nº. 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08h00min (horário oficial de Brasília) do dia 08 de julho de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, Centro, da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura do envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL dar-se-á a partir das 08h15min (horário oficial de Brasília), do dia 08 de julho de 2020 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios/SC, situada no endereço do item "1.2" do edital.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

1.5 – O horário de abertura da proposta e documentação prevista no item "1.3" poderá ser alterado mediante necessidade justificada.

Entre Rios, SC, 24 de Junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

# Ermo

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 045, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2536286

DECRETO N.º 045, de 23 de Junho de 2020.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 466/19, de 13/11/2019 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a saber:

06.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003– Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080 (8) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recurso Próprio) no valor de R\$200.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de Junho de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 002/2020

Publicação N° 2536224



ESTADO DE SANTA CATARINA

### GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria de Educação e Cultura

#### CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – COMED.

(Criado pela Lei Municipal N° 1.548, de 18 de agosto de 1997, c/c Art. 12. Parágrafo II, da Lei Complementar N° 084, de 21 de setembro de 2011.)

#### RESOLUÇÃO N° 002/COMED/2020.

#### **ESTABELECE DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FAXINAL DOS GUEDES SC.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FAXINAL DOS GUEDES SC**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e na Lei Complementar Municipal N° 084, de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, de responsabilidade da Rede Municipal de Ensino, compreende a avaliação do rendimento e a apuração da assiduidade, respeitado o que dispõe a presente Resolução e os projetos político-pedagógicos vinculados ao Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 2º** A avaliação do processo de ensino e aprendizagem será realizada com base nos seguintes princípios:

I – aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem;

II – aferição do desempenho do aluno quanto à apropriação de objetos do conhecimento em cada área de estudos e o desenvolvimento de competências e habilidades, conforme a BNCC.

III – aferição das condições que substanciam o processo de ensino e aprendizagem.

**Art. 3º** A avaliação da aprendizagem, atividade que implica todos os segmentos da escola, será investigativa, diagnóstica e emancipatória e incluirá conselhos de classe participativos como instância de análise e de definição de encaminhamentos e alternativas, nos termos desta Resolução.

**Art. 4º** A avaliação do rendimento do aluno será contínua e cumulativa, mediante verificação de aprendizagem de conhecimentos em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação paralela.



**ESTADO DE SANTA CATARINA****GOVERNO MUNICIPAL****Secretaria de Educação e Cultura****CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – COMED.****(Criado pela Lei Municipal Nº 1.548, de 18 de agosto de 1997, c/c Art. 12. Parágrafo II, da Lei Complementar Nº 084, de 21 de setembro de 2011.)**

**Parágrafo único.** Nos dois anos iniciais do Ensino Fundamental, voltadas à alfabetização e ao letramento, além de assumir caráter processual, participativo, formativo e diagnóstico, redimensionando a ação pedagógica, a avaliação da aprendizagem deve contar com instrumentos e procedimentos de observação, acompanhamento contínuo, de registro e reflexão permanente sobre o processo de ensino e aprendizagem.

**Art. 5º** A avaliação do rendimento do aluno será atribuída pelo professor do ano e dos componentes curriculares, apreciada pelo conselho de classe, que poderá ser participativo.

**Art. 6º** Nos primeiros e segundos anos do Ensino Fundamental, observado o que dispõe o art. 4º desta Resolução, a verificação do rendimento será expressa na forma de parecer descritivo, resultante do acompanhamento contínuo do processo de ensino e aprendizagem.

**§ 1º** Nos primeiros, terceiros e quintos anos do Ensino Fundamental não haverá retenção, salvo em casos extraordinários, comprovados por meio de avaliações e registros pelo professor regente, em acordo com a equipe pedagógica da escola e a família, quando verificado que o aluno não tenha se apropriado dos objetos de conhecimento, das competências e habilidades mínimas necessárias para acompanhar o ano seguinte, o aluno poderá ser retido. Este procedimento deverá ser de comum acordo e documentado através de registro em ata;

**§ 2º** Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), o registro da avaliação será descritivo, no decorrer do ano letivo, e transformado em valores numéricos quando o estudante se transferir, caso seja necessário;

**§ 3º** Nos primeiros, terceiros e quintos anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, será registrada apenas a frequência anual e, se o aluno atingir o estabelecido na legislação automaticamente, o sistema registrará AP (aprovado);

**§ 4º** Nos segundos e quartos anos dos Anos iniciais do Ensino Fundamental, registrar-se-á no Sistema uma expressão numérica de 1 a 10, ao final do último trimestre letivo, com parâmetro para retenção à expressão numérica inferiores a 6,0 (seis), ou parecer descritivo quando for o caso.

**§ 5º** O registro citado no parágrafo anterior, no segundo ano, observará aprendizagem ao longo do primeiro e segundo ano; no quarto ano observará a aprendizagem do terceiro e quarto ano.

**Art. 7º** A verificação do rendimento escolar a ser expresso em notas, na escala de 1 (um) a 10 (dez) ou parecer descritivo, de acordo com o que dispõe a presente Resolução e o projeto político-pedagógico da Rede Municipal de Ensino,



ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria de Educação e Cultura

### CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – COMED.

(Criado pela Lei Municipal Nº 1.548, de 18 de agosto de 1997, c/c Art. 12. Parágrafo II, da Lei Complementar Nº 084, de 21 de setembro de 2011.)

dará prevalência aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o ano letivo.

§ 1º Quando a avaliação for expressa em notas, das parciais atribuídas a cada período trimestral, de acordo com o que dispõe os projetos político-pedagógicos da Rede Municipal de Ensino, resultará média do respectivo período.

§ 2º São aspectos qualitativos mínimos a serem observados na verificação do rendimento dos alunos:

I – a compreensão e o discernimento dos fatos e a percepção de suas relações;

II – a aplicabilidade dos conhecimentos;

III – as atitudes e os valores, a capacidade de análise e de síntese, as competências comportamentais, intelectuais e habilidades para atividades práticas.

**Art. 8º** Ter-se-ão como aprovados, quanto ao rendimento, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, os alunos que:

I – obtiverem a média anual igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares;

II – obtiver a média trimestral igual ou superior a 6,0 (seis), em todos os componentes curriculares;

III – não será adotado exame final em nenhum ano/série, letiva na educação básica.

IV – para efeito de cálculo do resultado de aprovação, em todas as etapas e modalidades da educação básica, deve-se aplicar a fórmula: Soma da média do trimestres dividido por 3,0, maior ou igual a 6,0 (seis);

V – ter-se-ão como retido o aluno que obtiver média final inferior a 6,0 (seis).

VI - os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, quando verificado o rendimento insuficiente, ou seja, inferior a 60% (sessenta por cento), nos termos desta resolução, durante os trimestres, antes do registro das notas ou pareceres trimestrais;

§ 1º Entende-se por recuperação paralela a retomada pedagógica dos conceitos/conteúdos não apropriados pelo estudante em determinado período



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**GOVERNO MUNICIPAL**

Secretaria de Educação e Cultura

**CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – COMED.**

(Criado pela Lei Municipal Nº 1.548, de 18 de agosto de 1997, c/c Art. 12. Parágrafo II, da Lei Complementar Nº 084, de 21 de setembro de 2011.)

letivo, sendo de responsabilidade da escola e do professor da área do conhecimento ou do componente curricular escolar, fazer constar no planejamento;

**§ 2º** O Professor deverá registrar em seu Diário de Classe e ou em sistema *online*, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos e seus resultados, bem como a frequência dos alunos.

**§ 3º** O projeto político-pedagógico deverá definir adequações curriculares e adoção de estratégias, recursos e procedimentos diferenciados, quando necessário, para a avaliação da aprendizagem dos alunos.

**Art. 9º** Ter-se-ão como aprovados, quanto à assiduidade, os alunos de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas de efetivo trabalho escolar.

**Parágrafo Único.** Na Educação Infantil o acompanhamento de registro do desenvolvimento da criança acontece sem o objetivo de promoção e o controle de frequência realizado pela instituição de educação pré-escolar, sendo a frequência mínima exigida de 60% (sessenta por cento) do total de horas.

**Art. 10.** Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e certificados de conclusão de curso.

**Art. 11.** Na Educação Infantil, a avaliação não tem caráter de promoção, inclusive para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental e visa diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

**Parágrafo Único.** Haverá registro descritivo semestral de acompanhamento do desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, de acordo com o projeto político-pedagógico da Rede Municipal de Ensino.

**Art. 12.** A recuperação de estudos no Ensino Fundamental compreende o processo didático-pedagógico que visa oferecer, ao longo do processo de ensino e aprendizagem e paralelo ao período letivo, novas oportunidades ao aluno que revelar dificuldades na aprendizagem e rendimento insuficiente.

**§ 1º** Entende-se por rendimento insuficiente o que for inferior a 60% (sessenta por cento), da nota resultante do processo avaliativo.

**§ 2º** O resultado obtido na avaliação, após estudos de recuperação em que o aluno demonstre ter superado as dificuldades, substituirá o anterior, quando maior, referente aos mesmos objetivos.



ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria de Educação e Cultura

### CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – COMED.

(Criado pela Lei Municipal N° 1.548, de 18 de agosto de 1997, c/c Art. 12. Parágrafo II, da Lei Complementar N° 084, de 21 de setembro de 2011.)

**§ 3º** O projeto político-pedagógico da Rede Municipal de Ensino disporá sobre aspectos complementares da recuperação paralela, o que incluirá, obrigatoriamente, sua realização antes dos registros de notas trimestrais.

**Art. 13.** O Conselho de Classe é instância deliberativa das instituições de Ensino Fundamental, cabendo-lhe:

I – a avaliação do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido pela escola e a proposição de ações para a sua melhoria;

II – a avaliação da prática docente, no que se refere às condições para a apropriação do conhecimento pelos alunos, à metodologia, aos conteúdos e às atividades pedagógicas realizadas;

III – a avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;

IV – a avaliação das condições físicas, materiais e de gestão dos estabelecimentos de ensino que substanciam o processo de ensino e aprendizagem;

V – a definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;

VI – a apreciação, em caráter deliberativo, dos resultados das avaliações dos alunos;

VII – a decisão final pela aprovação ou retenção dos alunos, com registro em ata digitada, com a devida justificativa e assinatura dos envolvidos.

**Art. 14.** O Conselho de Classe de cada turma será composto:

I – pelos professores em exercício na turma;

II – pela equipe Gestora da instituição de ensino ou por seu representante;

III – pelos membros da equipe pedagógica da instituição de ensino;

IV – por alunos da turma, quando for o caso;

V – por pais ou responsáveis, quando for o caso.

**Parágrafo Único.** A composição das representações previstas nos incisos IV e V deste artigo será definida no projeto político-pedagógico da Rede Municipal de Ensino.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**GOVERNO MUNICIPAL**

Secretaria de Educação e Cultura

**CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – COMED.**

(Criado pela Lei Municipal Nº 1.548, de 18 de agosto de 1997, c/c Art. 12. Parágrafo II, da Lei Complementar Nº 084, de 21 de setembro de 2011.)

**Art. 15.** O Conselho de Classe por turma será realizado, ordinariamente, a cada período trimestral, de acordo com o que dispõe o projeto político-pedagógico de cada instituição de ensino, anteriormente ao registro definitivo do rendimento dos alunos no período.

**Parágrafo Único.** O Conselho de Classe poderá reunir-se extraordinariamente, quando convocado pela Equipe Gestora da instituição de ensino ou por requerimento de 1/3 (um terço) dos professores, dos pais ou dos alunos da turma à Equipe Gestora, a quem cabe a convocação extraordinária.

**Art. 16.** Serão lavradas atas das reuniões do Conselho de Classe de cada turma, as quais devem ser assinadas pelos presentes.

**Art. 17.** Das decisões do Conselho de Classe relativas à avaliação dos alunos, quando alegada a não-observância do que dispõe esta Resolução cabe pedido de revisão do resultado, de acordo com o projeto político-pedagógico da escola e obedecida a ordem:

- I - à própria escola;
- II - ao Conselho Escolar;
- III - ao Conselho Municipal de Educação;

**Art. 18.** Para instrução do recurso de que trata o art. 17 desta Resolução o aluno interessado, quando maior de idade, ou seu responsável legal, deverá apresentar requerimento acompanhado de:

- I – Solicitação junto a Secretaria da Escola de documento do registro de notas;
- II - Ata de avaliação da situação específica do aluno no Conselho de Classe;
- III - Ata de avaliação da situação específica do aluno no Conselho Escolar;

**Parágrafo único.** Para fundamentação, análise e emissão do seu parecer, ao Conselho Escolar ou Conselho Municipal de Educação poderá requerer à instituição de ensino cópia de outros documentos.

**Art. 19.** O pedido de revisão de que trata o art. 17 desta Resolução, deverá ser formalizado até 3 (três) dias úteis após a divulgação dos resultados pela Escola, e esta, disporá de 3 (três) dias úteis para julgar o pedido de revisão e comunicar, por escrito, ao requerente.



ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria de Educação e Cultura

### **CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – COMED.**

(Criado pela Lei Municipal Nº 1.548, de 18 de agosto de 1997, c/c Art. 12. Parágrafo II, da Lei Complementar Nº 084, de 21 de setembro de 2011.)

**Art. 20.** O pedido de revisão, de que dispõe o artigo anterior, o requerente disporá do prazo de 3 (três) dias úteis para impetrar recurso junto ao Conselho Escolar, cabendo ao órgão, julgar o recurso no prazo máximo de 3 (três) dias do recebimento do pedido;

**Art. 21.** De posse do resultado do recurso de que dispõe o artigo anterior o interessado terá prazo de 3 (três) dias úteis para interpor pedido de reconsideração ao Conselho Municipal de Educação. Cabendo ao órgão, julgar o recurso no prazo máximo de 3 (três) dias do recebimento do pedido;

**Art. 22.** Em todas as fases recursais é garantido ao recorrente amplo direito ao contraditório.

**Art. 23.** As instituições de Ensino Fundamental, integrantes do Sistema Municipal de Ensino deverão adaptar seu Regimento e projeto político-pedagógico aos dispositivos desta Resolução, com vigência a partir do ano letivo de 2020.

**Art. 24.** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 22 de junho de 2020.

FRANCIELI SEREZINA KILPP DE FIGUEIREDO  
Presidente do Conselho Municipal de Educação - COMED

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito de Faxinal dos Guedes

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 881/2020

Publicação Nº 2536431

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 881/2020  
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 13/2020  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E PEQUENAS CONSTRUÇÕES CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 25 de junho de 2020, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC ou no site do Município – [www.flordosertao.sc.gov.br](http://www.flordosertao.sc.gov.br).

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 07 de julho de 2020. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 24 dias do mês de junho de 2020

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL N.º 03- 003-2020 - HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA, RESULTADO FINAL E ENCERRAMENTO

Publicação N° 2537103

EDITAL PROCESSO SELETIVO N.º 03-003/2020

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA, RESULTADO FINAL E ENCERRAMENTO DO PROCESSO SELETIVO N.º 003/2020.”

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao que determina o item 6 do Edital do Processo Seletivo N.º 003/2020, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a listagem das inscrições homologadas definitivas do referido processo, nos termos do quadro abaixo:

#### 1. DA HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

##### 1.1 Ficam homologadas as seguintes inscrições:

CARGO	MICROÁREA	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
Agente Comunitário de Saúde	01	001	Não houve candidatos aptos à inscrição.

#### 2. DO RESULTADO FINAL

##### 2.1 Não houve candidatos classificados.

#### 3. DO ENCERRAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

2.1 Considerando a não interposição de recurso em face do indeferimento da única inscrição realizada e a ausência de candidatos definitivamente classificados, torna-se inócua e contraproducente a continuidade do presente processo de seleção, razão pela qual declaro ENCERRADO O PROCESSO SELETIVO 003/2020.

Formosa do Sul/SC, 24 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

### ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL PROCESSO SELETIVO N° 004/2020 EDITAL N° 001/2020

Publicação N° 2536464

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

PROCESSO SELETIVO N° 004/2020  
Edital n° 001/2020

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, que encontram-se abertas, no período de 25 de junho de 2020 a 02 de julho de 2020, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado destinado a prover vaga da classe e nível inicial, em cargo de provimento temporário, com contratação por prazo determinado, para o seguinte cargo: Agente Comunitário de Saúde. Integra do Edital e outras informações na Prefeitura Municipal de Formosa do Sul/SC, telefone (49) 3343-0043, e na internet no sítio “<http://www.formosa.sc.gov.br>”. Formosa do Sul/SC, em 24 de junho de 2020 – RUDIMAR CONTE – Prefeito Municipal.



# Forquilha

## PREFEITURA

### 2ª IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: DECISÃO ADMINISTRATIVA PP. Nº. 73/PMF/2020

Publicação Nº 2536015

DECISÃO ADMINISTRATIVA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/PMF/2020

#### 2ª IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Impugnante: CERRO VERDE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA. ME.  
SÉRGIO LUIZ DE OLIVEIRA JORGE FILHO ME.

#### RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou o Edital nº 073/PMF/2020 de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na elaboração de projetos elétrico do Centro de Educação Infantil Pequenos Pensadores do Município de Forquilha/SC.

Anteriormente a empresa CERRO VERDE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA. ME. apresentou impugnação ao Edital alegando ser restritiva a exigência disposta no item 7.1.4 alínea "C.1" de prova de registro e quitação da licitante no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura junto ao Estado de Santa Catarina. A referida impugnação foi indeferida pelo Município com base na Resolução nº. 266/79 do CONFEA.

Agora, novamente a empresa CERRO VERDE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA. apresentou impugnação ao Edital com a mesma alegação com mais aprofundamento da causa, trazendo à baila a recente Resolução nº. 1.121/19 que revoga as resoluções anteriores as quais previam o visto para licitação.

Ainda, a empresa SÉRGIO LUIZ DE OLIVEIRA JORGE FILHO ME. apresentou impugnação ao Edital alegando não haver necessidade da exigência do visto exigido no item 7.1.4 alínea "C.1" por tratar-se de elaboração de projetos, sem apresentação de outros serviços de engenharia (laudos, testes de campo, entre outros).

O Município entendeu que trata-se de impugnações e justificativas distintas. Porém, trata-se do mesmo tema a ser estudado que restaria no mesmo mérito e dispositivo geral, como segue.

É o relatório.

#### DO MÉRITO

O questionamento das impugnante, como já visto acima, envolve a prova de registro e quitação da licitante no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura do Estado de Santa Catarina,

O item 7.1.4, alínea "c" do Edital elenca a seguinte regularidade técnica:

C.1) As licitantes que forem sediadas em outra jurisdição e inscritas no CREA/CAU de origem, deverão apresentar visto junto ao CREA/CAU do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei Nº 5.194 de 24/12/66, em consonância com o art. 1º da Resolução Nº 266 de 15/12/79 do CONFEA.

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos conselhos regionais da classe por meio da recente Resolução nº. 1.121 de 13 de dezembro de 2019 fixando novos procedimentos e revoga as disposições contrárias. O Capítulo II da Resolução 1.121/19, trata do visto em questão. Vejamos:

Art. 14. A pessoa jurídica registrada que pretenda executar atividade na circunscrição de outro Crea fica obrigada a visar previamente o seu registro no Crea dessa circunscrição.

§ 1º O visto será concedido apenas no caso em que atividade não exceda 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º O visto deve ser requerido por representante legal da pessoa jurídica, com a prova do registro originário da pessoa jurídica.

§ 3º A pessoa jurídica deve comprovar que possui em seu quadro técnico profissionais com registro ou visto no Crea da circunscrição onde for requerido o visto para executar nessa circunscrição as atividades prescritas em seu objetivo social.

Art. 15. O visto de pessoa jurídica deverá ser atualizado no Crea quando ocorrer:

I - mudança nos dados cadastrais da pessoa jurídica; ou

II - alteração no quadro técnico da pessoa jurídica na circunscrição do visto.

Parágrafo único. A atualização do visto deverá ser requerida por representante legal da pessoa jurídica. (GRIFO NOSSO).

Em se tratando de licitações cujo objeto verse sobre a contratação de obras ou serviços de engenharia, a habilitação poderá valer-se do Art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666/93 prova de qualificação técnica das licitantes:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, (...)

Todavia, o Tribunal de Contas da União – TCU, manifestou-se sobre o tema no Informativo de Licitações e Contratos nº. 375:

É irregular a exigência de apresentação, pelas licitantes, de visto no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) da localidade onde os serviços serão prestados, como critério de habilitação, devendo ser estabelecido prazo razoável, após a homologação do certame, para que a vencedora apresente esse documento no ato da celebração do contrato (art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, c/c o art. 31 da Lei 13.303/2016 e a Súmula TCU 272).

Sobre o tema, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC restou o Relatório DLC - 194/2013 (REP-13/00183923):

O Tribunal de Contas de Santa Catarina Tribunal por diversas vezes tem condenado a prática de se exigir o visto do CREA-SC para empresas sediadas em outros Estados, ainda na fase de habilitação, por contrariar o artigo 30 da Lei nº 8.666/93 e por inviabilizar a participação no certame de empresas sediadas fora do Estado, ferindo o inciso I do § 1º do art. 3º da mesma lei, como ocorreu na Decisão 5529/2012 (SANTA CATARINA, 2013f), exarada no Processo ELC 12/00220959. O entendimento fundamenta-se no princípio constitucional da universalidade de participação em licitações, impondo-se ao ato convocatório o estabelecimento de regras que garantam a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, vedadas cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame. De modo similar à exigência de visto do CREA/SC, considera-se que a exigência de registro no CREA/SC desborda dos limites impostos pela legislação.

Desta forma, objetivando a ampliação da competitividade e o tratamento igualitário entre as licitantes, a exigência do visto à pessoa jurídica registrada que executará atividade na circunscrição de outro CREA fica obrigada para assinatura do contrato.

#### DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, conhecemos e deferimos os Pedidos de Impugnação ao Processo Licitatório, Edital nº 73/PMF/2020, modalidade Pregão Presencial, formulados pelas empresas CERRO VERDE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA. ME. e SÉRGIO LUIZ DE OLIVEIRA JORGE FILHO ME., pelos motivos acima expostos.

Forquilha/SC, 24 de junho de 2020.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira Municipal

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

### DECRETO AP Nº 070, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535717

DECRETO AP Nº 070, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA, POR CONCURSO, ADIVALDO INACIO PARA EXERCER O CARGO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Agente de Serviços Gerais - Braçal;

CONSIDERANDO que o nomeado em questão foi classificado no Concurso Público, Edital n. 003/2019, de 20 de novembro de 2019, homologado em 12 de março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, ADIVALDO INÁCIO para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais - Braçal, classificado em 1º lugar, no Concurso Público, Edital n. 003/2019, de 20 de novembro de 2019, homologado em 12 de março de 2020.

Art. 2º O nomeado deverá apresentar a documentação necessária para posse no prazo de 15 dias após a convocação.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de

peçoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de junho de 2020.

JULIANA TAVARES  
Chefe do Departamento de Governo

## **DECRETO AP Nº 071, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535718

DECRETO AP Nº 071, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA, POR CONCURSO, FERNANDO INACIO DUZZIONI PARA EXERCER O CARGO PEDREIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Pedreiro;

CONSIDERANDO que o nomeado em questão foi classificado no Concurso Público, Edital n. 003/2019, de 20 de novembro de 2019, homologado em 12 de março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, FERNANDO INACIO DUZZIONI para exercer o cargo de Pedreiro, classificado em 1º lugar, no Concurso Público, Edital n. 003/2019, de 20 de novembro de 2019, homologado em 12 de março de 2020.

Art. 2º O nomeado deverá apresentar a documentação necessária para posse no prazo de 15 dias após a convocação.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de junho de 2020.

JULIANA TAVARES  
Chefe do Departamento de Governo

## **RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/PMF/2020**

Publicação Nº 2536018

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/PMF/2020

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial Nº. 73/PMF/2020. A alteração se dá na exclusão de exigência habilitatória e alteração das obrigações contratuais, como se segue:

EXCLUI-SE a seguinte exigência habilitatória:

**7.1.4. Regularidade Técnica:**

C.1) As licitantes que forem sediadas em outra jurisdição e inscritas no CREA/CAU de origem, deverão apresentar visto junto ao CREA/CAU do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei N° 5.194 de 24/12/66, em consonância com o art. 1º da Resolução N° 266 de 15/12/79 do CONFEA.

INCLUI-SE a seguinte exigência contratual:

**ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO****Cláusula Sexta****Das Obrigações da Contratada**

12. Caso a Contratada seja sediada em outra jurisdição e inscritas no CREA/CAU de origem, deverão apresentar visto junto ao CREA/CAU do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei N° 5.194 de 24/12/66, em consonância com o art. 1º da Resolução N° 266 de 15/12/79 do CONFEA, como pré-requisito para assinatura deste termo.

**ATENÇÃO!!**

As retificações acima influenciam na formulação das propostas. Portanto, far-se-á necessária a alteração da data de abertura do certame.

Fica alterada a data de abertura e protocolo do processo licitatório:

PROTOCOLO ATÉ: 03 de julho de 2020 às 09:15 horas.

ABERTURA: 03 de julho de 2020 às 09:30 horas.

Feita as retificações acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha/SC, 24 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE ERRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014\_2020 PMF

Publicação Nº 2535984

Errata do Pregão Eletrônico nº 0014/2020– SF  
Processo Administrativo Licitatório Nº 0092/2020  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

No edital no item 1 DO COD 49019 Onde se lê: “1 licença anual software de processamento de imagens, treinamento para até três servidores e suporte técnico.”. Leia-se: 1 licença vitalícia software de processamento de imagens, treinamento para até três servidores e suporte técnico.

Fraiburgo(SC), 24 de junho de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036\_2020 - PMF

Publicação Nº 2535985

Aviso do Pregão Presencial nº 0036/2020 – PMF  
Processo Administrativo Licitatório nº 0096/2020  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: contratação de empresa do ramo para serviços de manutenção preventiva e corretiva de 02 (duas) plataformas elevatórias existentes nas dependências do prédio da prefeitura municipal de Fraiburgo, sendo 01(uma) na área interna e 01(uma) na área externa do prédio, durante o período de 12 (doze) meses. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 09.07.2020, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037\_2020 RP 0037 - PMF

Publicação Nº 2537086

Aviso do Pregão Presencial nº 0037/2020 – PMF  
Registro de Preços nº 0037/2020  
Processo Administrativo Licitatório nº 0097/2020  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EDITAL COM ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP E ITENS AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de gêneros alimentícios para os Centros de Educação Municipais, visando cumprir as diretrizes da Resolução nº 26 de 17/06/2013 do FNDE, assim como a Lei nº11947/2009 e Lei nº12982/2014 que trata do direito dos estudantes com diabetes, alergia alimentar, intolerância à lactose ou outra necessidade alimentar específica a cardápio especial de alimentação escolar durante 12 (doze) meses. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 13.07.2020, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) link “LICITAÇÕES”.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

# Frei Rogério

## PREFEITURA

**LEI MUNICIPAL Nº 926/2020 "FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, PRESIDENTE DA CÂMARA, VEREADORES E SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, PARA A LEGISLATURA 2021/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 2536188

**LEI MUNICIPAL Nº 926/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

**"FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, PRESIDENTE DA CÂMARA, VEREADORES E SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, PARA A LEGISLATURA 2021/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**JAIR DA SILVA RIBEIRO**, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO**

#### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art.1º** Ficam fixados por esta lei os subsídios do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e Vereadores do Município de Frei Rogério, para a Legislatura que iniciar-se-á em 1º de Janeiro de 2021 e terminará em 31 de Dezembro de 2024.

**Art.2º** Os subsídios fixados por esta lei, obedecerão às regras, limites e valores nela consignados e os preceitos contidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na legislação aplicável.

#### **SEÇÃO II DO SUBSÍDIO DO PREFEITO**

**Art.3º** O valor do Subsídio Mensal do Prefeito Municipal de Frei Rogério, para a legislatura que iniciar-se-á em 1º de Janeiro de 2021 e terminará em 31 de Dezembro de 2024, será de R\$ 8.947,25 (oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

### **SEÇÃO III DO SUBSÍDIO DO VICE-PREFEITO**

**Art.4º** O valor do Subsídio Mensal do Vice-Prefeito Municipal de Frei Rogério, para a legislatura que iniciar-se-á em 1º de Janeiro de 2021 e terminará em 31 de Dezembro de 2024, será de R\$ 4.473,60 (quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta centavos).

### **CAPÍTULO II**

#### **DOS SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DOS VEREADORES E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS**

##### **SEÇÃO I DO SUBSÍDIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

**Art.5º** O subsídio do Presidente da Câmara do Município de Frei Rogério, para a legislatura 2021 a 2024, fica fixado em parcela única mensal no valor de 3.066,61 (três mil, sessenta e seis reais e sessenta e um centavos) e será dividido proporcionalmente ao número de sessões Ordinárias realizadas em cada mês.

Parágrafo único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Presidente previsto neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição.

##### **SEÇÃO II DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES**

**Art.6º** O Subsídio dos Vereadores de Frei Rogério, para a Legislatura 2021 a 2024, fica fixado em parcela única mensal no valor de R\$ 2.044,41 (dois mil quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos) e será dividido proporcionalmente ao número de Sessões Ordinárias realizadas em cada mês.

§1º Não terá a redução proporcional do subsídio a ausência de matéria a ser votada e a não realização da sessão por falta de quórum.

§2º Durante o período de recesso parlamentar será devido ao vereador o subsídio integral.

§3º Os vereadores terão direito ao 13º subsídio.

**Art. 7º** Quando o vereador for servidor Municipal lotado em cargo efetivo, o mesmo receberá o vencimento do cargo efetivo e o valor do subsídio, podendo neste caso acumular em virtude de compatibilidade de horários.

### **SEÇÃO III DO SUBSÍDIO DOS SECRETÁRIOS**

**Art.8º** O valor do Subsídio Mensal dos Secretários Municipais de Frei Rogério, para a Legislatura que iniciar-se-á em 1º de janeiro de 2021 e terminará em 31 de dezembro de 2024, será de R\$ 3.414,25 (três mil, quatrocentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos).

### **CAPÍTULO III DO PAGAMENTO DO 13º SUBSÍDIO AOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO**

**Art.9º** Fica assegurado aos Agentes Políticos do Município, o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara, os Vereadores e os Secretários Municipais, o direito de receber anualmente, até o dia 20 do mês de Dezembro de cada Sessão Legislativa, o 13º Subsídio, que lhes serão pagos de acordo com as normas e critérios especificados nos Artigos 9 e 10 desta lei.

**Art.10** O valor do 13º Subsídio do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara, dos Vereadores e dos Secretários Municipais de Frei Rogério, corresponderá na data do pagamento, ao valor médio mensal dos Subsídios pagos aos mesmos, nos onze meses anteriores, no período compreendido entre os meses de janeiro a novembro de cada Sessão Legislativa Anual.

**Art.11** Os subsídios de que trata esta Lei serão reajustadas, nas mesmas datas e nos mesmos índices em que for concedida a revisão geral da remuneração dos demais servidores municipais, conforme o art. 37, X da Constituição Federal.

Parágrafo único – No primeiro ano de mandato a revisão geral será somente do período da posse até a data da concessão da referida reposição.



**Art.12** As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento e suplementadas quando necessário.

**Art.13** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 24 de junho de 2020.

**JAIR DA SILVA RIBEIRO**  
Prefeito Municipal

**RESUMO CREDENCIAMENTO 01-2020 - UROLOGIA, PROCEDIMENTOS E EXAMES**

Publicação Nº 2536167

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2020 – F.M.S.  
CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 - F.M.S.

A Administração Municipal através do Fundo Municipal de Saúde – F.M.S. torna público aos interessados que se encontra aberto o edital de credenciamento 01/2020, visando o credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos especializados em urologia, compreendendo consulta e procedimentos e exames, conforme autorização do Conselho Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Frei Rogério, relacionados no anexo I, II e III do decreto nº 1118/2020, com prazo para credenciamento até o dia 01 de fevereiro de 2022, para interessados em contratar com o Fundo Municipal de Saúde, para atendimento aos munícipes, em dias e horário previamente ajustados entre as partes.

Informações e edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000, e-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal

**RESUMO EDITAL - PROC. 01-2020 - PR 01-2020 - F.M.D.A - RETROESCAVADEIRA LB 110**

Publicação Nº 2536462

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 – F.M.D.A  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2020 – F.M.D.A

A Administração municipal de Frei Rogério-SC, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 09 de julho de 2020 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Adolfo Soletti, nº 750, sob a égide das Leis 10.520 e 8.666/93 e alterações posteriores o processo licitatório nº 01/2020 – F.M.D.A, Pregão Presencial nº 01/2020 – F.M.D.A, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tendo por objetivo contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção corretiva, com fornecimento de peças para manutenção:

- LOTE 01 – Retroescavadeira, New Roland – LB 110; ano/modelo 2012; série: 134710; chassi: NAAH25280.

Em atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – F.M.D.A, conforme especificações do edital e anexos.

Informações e a íntegra do edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000. E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2020 - 158 A 160

Publicação Nº 2535751

#### DECRETO Nº 158/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar Federal nº 172 de 15/04/2020, conforme a Ata da Reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada no dia 09/06/2020 e orientações do CONASEMS do dia 16/04/2020, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2020 do Município de Galvão-SC, crédito suplementar no valor de R\$ 248.146,32 (duzentos e quarenta e oito mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos), na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001 – 2.026 – 31.90.00.00.00- Aplicações diretas

Fonte de Recursos 03.0038 – R\$ 100.000,00

10.301.1001 – 2.024 – 33.93.00.00.00- Aplicações dir. operações entre órgãos Fonte de Recursos 03.0033 – R\$ 53.237,32

10.301.1001 – 2.026 – 33.93.00.00.00- Aplicações dir. operações entre órgãos Fonte de Recursos 03.0038 – R\$ 94.909,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001 – 2.026 – 33.90.00.00.00- Aplicações diretas

Fonte de Recursos 03.0038 – R\$ 194.909,00

10.301.1001 – 2.024 – 44.90.00.00.00- Aplicações diretas

Fonte de Recursos 03.0033 – R\$ 53.237,32

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de junho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

#### DECRETO Nº 159/2020

DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 100, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o perdido formulado pela servidora, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrada a Licença para Tratar de Assuntos Particulares, concedida através do Decreto Municipal nº 023/2020, para a servidora Luana Andreia Morawski, ocupante do cargo de Recepcionista, com efeitos a partir do dia 22 de junho de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de junho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

#### DECRETO Nº 160/2020

NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 338/2001 de 17/09/2001, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Agricultura, os senhores conforme segue:

**I – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:**

Titular – Alceu Luiz Casarin;

Suplente – Hilário Rosiak.

**II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Titular – Zoleide Fátima Marconsoni;

Suplente – Juliane Baldissera Pilatti.

**III – REPRESENTANTE DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA EPAGRI:**

Titular – Katia Regina Scapini Dalla Cort;

Suplente – Elean Balastrelli.

**IV – REPRESENTANTE DA COOPERATIVA AGRÍCOLA SÃO CRISTÓVÃO LTDA:**

Titular – Alan Camelo;

Suplente – Tiago de Almeida.

**V – DOZE REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES DO INTERIOR:**

- Baliza Titular – Ademir Busatto;

Suplente – Valdir Albani.

- Santa Terezinha Titular – Idacir Baldissera;

Suplente – Paulino Garbin

- Santin Titular – Luiz Constantini;

Suplente – Eleandro Brick.

- São Miguel Titular – Ademir Ravarena ;

Suplente – Paulino Kielb.

- Padilha Titular – Airton Gratieri;

Suplente – Luiz Carlos Coltro.

- Bom Retiro Titular – Jacir Faitta ;

Suplente – Antonio Tibes.

- Novo São Paulo Titular – José Luiz Ronconi ;

Suplente – Valmir dos Santos.

- Serra do Tigre Titular – Luiz Denez;

Suplente – Valdir Breancini.

- Divino Titular – Zigomar Negretti;

Suplente – Nelson Parisotto.

- Nova Titular – Paulo Mussatto;

Suplente – Guilherme Prestes.

- Saudadinha Titular – Zelir Tafarel;

Suplente – Rubens Moretti.

- Alto Rio Martins Titular – Nelson Belle;

Suplente – Antoninho Freschi.

- Flor da Baixada Titular – Valdir Maculan.

**VI – REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:**

Titular – Francisco Maraschin;

Suplente – Vanderlei Cadore.

**VII – REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL:**

Titular – Antonio Sávio Neto;

Suplente – Mário Foppa.

**VIII – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL – ACIG:**

Titular – Mauricio Pacheco Geitens;

Suplente – Fabiana Busanello.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de junho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO REVOGADA PE037/2020

Publicação N° 2536527

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 037/2020  
PROCESSO N° 015/2020

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico nº 037/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 15/06/2020 e retificado em 24/06/2020, que tem por objeto a aquisição parcelada de nitrogênio líquido através de botijão(ões) cedido(s) em comodato, para atender às necessidades da Unidade Básica de Saúde do Ambrósio foi REVOGADO por razões de interesse público.

Garopaba, 24 de junho de 2020.

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 146/2020**

Publicação Nº 2537048

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GAROPABA****DECRETO N.º 146, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

**ABRE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$  
20.000,00 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

**DECRETA,**

**Art. 1º.** Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

<b>17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	<b>20.000,00</b>
10305252.083 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	20.000,00
3.1.90.0.3.02.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.91.0.3.02.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

**Art. 2º.** Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2020.

**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**HONORATO TIMÓTEO PACHECO**  
Secretário de Administração

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100  
[www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**DECRETO N.º 147/2020**

Publicação Nº 2537049

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GAROPABA****DECRETO N.º 147, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

**ABRE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$  
260.000,00 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

**DECRETA,**

**Art. 1º.** Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) no Orçamento vigente:

<b>17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	<b>260.000,00</b>
10302252.078 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	145.000,00
3.1.90.0.1.52.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.0.1.52.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 - Aplicações Diretas	85.000,00
10304252.080 - Manutenção da Vigilância Sanitária	15.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
10301252.081 - Func. E Manutenção da Gestão em Saude	70.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 - Aplicações Diretas	70.000,00
10305252.083 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	30.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00

**Art. 2º.** Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2020.

**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**HONORATO TIMÓTEO PACHECO**  
Secretário de Administração

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100  
[www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90



**DECRETO N.º 148/2020**

Publicação Nº 2537050

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GAROPABA****DECRETO N.º 148, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

**ABRE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$  
15.000,00 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

**DECRETA,**

**Art. 1º.** Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no Orçamento vigente:

<b>17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	<b>15.000,00</b>
10301252.077 - Manutenção da Atenção Básica	15.000,00
3.1.90.0.2.14.001207 - Aplicações Diretas	15.000,00

**Art. 2º.** Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2020.

**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/06/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

**HONORATO TIMÓTEO PACHECO**  
Secretário de Administração

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100  
[www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CNPJ 82.836.057/0001-90

**DECRETO N.º 149/2020**

Publicação Nº 2537051

DECRETO N.º 149, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cento mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	100.000,00
10301252.077 - Manutenção da Atenção Básica	100.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 100.000,00 (cento mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	100.000,00
10301252.077 - Manutenção da Atenção Básica	100.000,00
3.3.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	94.600,00
4.4.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	5.400,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**DECRETO N.º 150/2020**

Publicação Nº 2537052

DECRETO N.º 150, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo dos empenhos a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionados:

SECRETARIA DE SAÚDE		
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
2004/2019	EXTINTORES CIDADE AZUL COMÉRCIO DE EXTINTORES EIRELI	36,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**DECRETO N.º 151/2020**

Publicação Nº 2537053

DECRETO N.º 151, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 23.562,71 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 23.562,71 (vinte e tres mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos) no Orçamento vigente:

ENCARGOS GERAIS	835,61
14.01 - ENCARGOS GERAIS	835,61
28.845.00002.071 - Contribuição ao PASEP	835,61
3.3.90.0.1.52.000000 Aplicações Diretas	835,61
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.727,10
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.727,10
08.244.00562.033 - Func. e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	22.727,10
3.1.90.0.1.52.000000 Aplicações Diretas	22.727,10

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 23.562,71 (vinte e tres mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**DECRETO N.º 152/2020**

Publicação Nº 2537054

DECRETO N.º 152, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 427.712,98 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 427.712,98 (quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e doze reais e noventa e oito centavos) no Orçamento vigente:

SECRETARIA DA FAZENDA	50.000,00
05.01 -SECRETARIA DA FAZENDA	50.000,00
04.123.00122.012 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Fazenda	50.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 Aplicações Diretas	50.000,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	150.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	150.000,00
15.451.00312.052 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura.	150.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00
GABINETE DO PREFEITO	30.000,00
02.01 -GABINETE DO PREFEITO	30.000,00

04.122.00062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	30.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 Aplicações Diretas	30.000,00
SECRETARIA DE PLAN.TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	50.000,00
10.01 - SECRETARIA DE PLAN.TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	50.000,00
15.452.00332.057 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente	50.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	100.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	100.000,00
04.122.00092.007 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	100.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 Aplicações Diretas	100.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	30.000,00
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	30.000,00
20.606.00482.061 - Funci e Manut da Secretaria de Agricultura e pesca	30.000,00
3.1.90.0.1.53.000000 Aplicações Diretas	30.000,00
ENCARGOS GERAIS	6.277,13
14.01 - ENCARGOS GERAIS	6.277,13
28.845.00002.071 - Contribuição ao PASEP	6.277,13
3.3.90.0.1.53.000000 Aplicações Diretas	6.277,13
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.435,85
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.435,85
08.244.00562.033 - Func. e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	11.435,85
3.1.90.0.1.53.000000 Aplicações Diretas	11.435,85

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 427.712,98 (quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e doze reais e noventa e oito centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2020

Publicação Nº 2536515

EXTRATO DE CONTRATO 050/2020

PMG

PROCESSO Nº: 053/2020; MODALIDADE: CC001/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA; CNPJ Nº 12.218.083/0001-79; OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de drenagens pluviais, pavimentação, passeios e sinalização viária em trecho da GRP396 - Estrada Geral do Ouvidor, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. VALOR: R\$ 3.991.013,26; DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 299.2020 DENIS GADO**

Publicação Nº 2536202

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GAROPABA****CONTRATO DE TRABALHO Nº. 299/2020****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A  
NECESSIDADE EXCEPCIONAL DE INTERESSE  
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA.**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE GAROPABA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.836.057/0001-90, com sede na Praça Gov. Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado, **DENIS GADO**, brasileiro, divorciado, inscrito(a) no CPF sob o nº. 104.905.628-09, portador(a) da carteira de identidade de nº. 5379841, residente e domiciliado(a) na Rua Bias Peixoto, nº 17, Bairro Abraão, Florianópolis/SC, selecionado (a) através do **PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº. 001/2019**, doravante denominado (a) de **CONTRATADO (A)**, celebram o presente Contrato de Trabalho para atender a necessidade excepcional de interesse público pelo artigo 37 da Constituição Federal, pela Lei Municipal nº. 1000/2005, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, sendo regido pelas cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO** – Este Contrato vincula o **MUNICÍPIO** e o(a) **CONTRATADO(A)**, na forma da Lei Municipal nº. 1000/2005 e da Lei Federal nº. 8.745/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços pelo (a) **CONTRATADO (A)** das atribuições do cargo de **MÉDICO EMERGENCISTA - 30 HORAS**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL** – O (A) **CONTRATADO (A)**, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal de **R\$ 15.141,95 (quinze mil e cento e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos)**.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL** – O presente contrato é firmado de **14/05/2020 a 14/11/2020**, prorrogável conforme legislação vigente.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo contratual;
- II – por iniciativa do **MUNICÍPIO**, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- III – por conveniência e oportunidade do serviço público;
- IV – pelo(a) **CONTRATADO(A)**, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA** – Durante a vigência contratual, o(a) **CONTRATADO(A)** estará vinculado(a) ao regime geral de previdência social.

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100  
[www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CGC 82.836.057/0001-90



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES** – As responsabilidades e obrigações do(a) **CONTRATADO(A)** são as previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

**Parágrafo Único**

O(A) **CONTRATADO(A)** se obriga a acatar ordens, comunicados, portarias, circulares e avisos expedidos pelo **MUNICÍPIO**, na pessoa dos superiores hierárquicos, obedecendo aos regulamentos, regimentos, estatuto, bem como poderá ter o horário de trabalho alterado por motivo de força maior, ou fato imprevisto. O não cumprimento do exposto incidirá à falta disciplinar e a insubordinação, fato que poderá levar a rescisão do presente instrumento por justa causa.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS** – Os direitos do(a) **CONTRATADO(A)** são os previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DE TRABALHO** – O(A) **CONTRATADO(A)** cumprirá jornada diária de trabalho de **08 (oito)** horas, de segunda a sexta-feira, totalizando **40 (quarenta)** horas semanais, com início, intervalos e término coordenados em escala, conforme a orientação dos trabalhos de fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTABILIZAÇÃO DAS DESPESAS** – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotações previstas no orçamento vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO** – Para dirimir questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Garopaba, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por ser verdade firmam o presente instrumento particular em duas (02) vias de igual teor e forma que vai por ambos assinados e pelas testemunhas abaixo que a tudo estiveram presentes.

Garopaba, 14/05/2020.

**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

**DENIS GADO**  
Contratado (a)

**TESTEMUNHA**

**TESTEMUNHA**

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 309.2020 - MARILETE VIEIRA LOPES**

Publicação Nº 2536206

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GAROPABA****CONTRATO DE TRABALHO Nº. 309/2020****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A  
NECESSIDADE EXCEPCIONAL DE INTERESSE  
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA.**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE GAROPABA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.836.057/0001-90, com sede na Praça Gov. Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado, **MARILETE VIEIRA LOPES**, brasileira, casada, inscrito(a) no CPF sob o nº. 039.201.099-29, portador(a) da carteira de identidade de nº. 3975369, residente e domiciliado(a) na Estrada Geral da Gamboa, s/nº, Bairro Gamboa, Garopaba/SC, selecionado (a) através do **PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº. 001/2019**, doravante denominado (a) de **CONTRATADO (A)**, celebram o presente Contrato de Trabalho para atender a necessidade excepcional de interesse público pelo artigo 37 da Constituição Federal, pela Lei Municipal nº. 1000/2005, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, sendo regido pelas cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO** – Este Contrato vincula o **MUNICÍPIO** e o(a) **CONTRATADO(A)**, na forma da Lei Municipal nº. 1000/2005 e da Lei Federal nº. 8.745/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços pelo (a) **CONTRATADO (A)** das atribuições do cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL** – O (A) **CONTRATADO (A)**, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal de **R\$ 1.348,24 (um mil e trezentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos)**.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL** – O presente contrato é firmado de **01/06/2020 a 01/12/2020**, prorrogável conforme legislação vigente.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo contratual;
- II – por iniciativa do **MUNICÍPIO**, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- III – por conveniência e oportunidade do serviço público;
- IV – pelo(a) **CONTRATADO(A)**, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA** – Durante a vigência contratual, o(a) **CONTRATADO(A)** estará vinculado(a) ao regime geral de previdência social.

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100  
[www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CGC 82.836.057/0001-90





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES** – As responsabilidades e obrigações do(a) **CONTRATADO(A)** são as previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

**Parágrafo Único**

O(A) **CONTRATADO(A)** se obriga a acatar ordens, comunicados, portarias, circulares e avisos expedidos pelo **MUNICÍPIO**, na pessoa dos superiores hierárquicos, obedecendo aos regulamentos, regimentos, estatuto, bem como poderá ter o horário de trabalho alterado por motivo de força maior, ou fato imprevisto. O não cumprimento do exposto incidirá à falta disciplinar e a insubordinação, fato que poderá levar a rescisão do presente instrumento por justa causa.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS** – Os direitos do(a) **CONTRATADO(A)** são os previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DE TRABALHO** – O(A) **CONTRATADO(A)** cumprirá jornada diária de trabalho de **08 (oito)** horas, de segunda a sexta-feira, totalizando **40 (quarenta)** horas semanais, com início, intervalos e término coordenados em escala, conforme a orientação dos trabalhos de fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTABILIZAÇÃO DAS DESPESAS** – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotações previstas no orçamento vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO** – Para dirimir questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Garopaba, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por ser verdade firmam o presente instrumento particular em duas (02) vias de igual teor e forma que vai por ambos assinados e pelas testemunhas abaixo que a tudo estiveram presentes.

Garopaba, 29/05/2020.

**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

**MARILETE VIEIRA LOPES**  
Contratado (a)

**TESTEMUNHA**

**TESTEMUNHA**



# Garuva

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 01/2020

Publicação Nº 2536107

#### CONVÊNIO Nº 001/2020

Convênio de cooperação mútua que celebram o MUNICÍPIO DE GARUVA, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GARUVA - APAE.

O Município de Garuva, por sua Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.848/0001-59, doravante denominado MUNICÍPIO, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Adriany David, inscrito no CPF nº. 033.007.279-01 e portador da Cédula de Identidade nº. 3.207.013 SSP/SC, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva - APAE, com sede na Av. Celso Ramos, nº 5.259, Centro, Garuva – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.091.232/0001-00, representada neste ato por seu Presidente, Thiago Francisco Backes, inscrito no CPF sob o nº. 038.489.099-79, doravante denominada APAE celebram o presente Convênio, com base na Lei Municipal 2131 de 17 de maio de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto deste Convênio o repasse de Auxílio Financeiro pelo MUNICÍPIO à APAE, visando assegurar à manutenção das atividades de Assistência Social voltadas a pessoas portadoras de necessidades especiais, com o pagamento de itens de custeio relacionados no cronograma de execução do Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor

Os recursos financeiros previstos neste Convênio importam em R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), efetuados em 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais) sendo a primeira em maio/2020 e a última em abril/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Da origem dos recursos

Os recursos previstos neste Convênio estão assegurados no Orçamento do presente exercício e as despesas decorrentes serão alocadas aos seguintes códigos:

02.001 – Gabinete do Prefeito

2005 – Contribuição a Entidades e Associações

335041 – Contribuições

010000 – Recursos Livre do Tesouro

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações

##### I - Do Município

- a) Através do Departamento de Contabilidade, receber a prestação de contas elaboradas pela APAE, analisando e examinando e verificando o fiel cumprimento das determinações legais;
- b) Repassar mensalmente, os recursos previstos no presente convênio, conforme disponibilidade financeira do município;
- c) Suspender o repasse à APAE, a qualquer tempo, quando o mesmo não apresentar a documentação atualizada;
- d) Rescindir o Convênio com a APAE, quando a mesmo for indeferido pelo Conselho Municipal de Assistência – CMAS, durante a vigência do Acordo.

##### II - Da APAE

- a) Realizar trabalhos que visem a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, através da promoção de atividades assistenciais e de orientação, campanhas preventivas, encaminhamentos, capacitação a respeito das políticas públicas e direitos sociais, e acompanhamentos fisioterapêuticos; terapêuticos ocupacionais; psicológicos e fonoaudiológicos, previstos na Política de Assistência Social, mantendo para tanto, banco de dados de usuários e elaborar relatórios das atividades desenvolvidas.
- b) Aceitar as orientações/supervisão do Município;
- c) Propiciar os meios e condições necessárias para que o MUNICÍPIO possa exercer o estabelecido na alínea “b”, desta Cláusula;
- d) Oferecer espaço físico com sala(s) de atividades compatíveis à proposta e instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes. Caso seja necessário, algumas atividades

poderão ser realizadas em outros espaços físicos desde que observada os itens acima descritos;

e) Manter atualizado o cadastro das pessoas atendidas para fins estatísticos, e dar vistas ao órgão concedente do Município;

f) Abrir conta específica em banco público, exclusivamente para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio;

g) Computar obrigatoriamente, a crédito do Convênio, as receitas financeiras auferidas, as quais serão aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar nos formulários que integrarão as prestações de contas do ajuste;

h) O saldo financeiro que não for utilizado, ficará como reserva em conta de destino do recurso para pagamento de parcela do 13º salário e férias no decorrer da vigência do presente Convênio;

i) Arcar com as obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do objeto do presente Convênio;

j) Disponibilizar ao MUNICIPIO, como contrapartida, a utilização, mediante prévia solicitação, das instalações do auditório, situado em sua Sede.

#### CLÁUSULA QUINTA – Da Vigência

O prazo para a vigência deste Convênio iniciará na data de assinatura para prevalecer até 30/04/2021, podendo ser aditivado, se as partes assim o desejarem, para prorrogar o seu prazo de vigência e para eventuais readequações, desde que não seja alterado o seu objeto e tenha previsão orçamentária e disponibilidade financeira.

#### CLÁUSULA SEXTA – Da Rescisão

As partes poderão, a qualquer tempo, rescindir o presente Convênio, mediante aviso, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, por mútuo acordo das partes ou quando a APAE for indeferida pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, quando não apresentar a documentação exigida ou ainda, quando ocorrerem problemas nas prestações de contas.

#### CLÁUSULA SETIMA – Da Prestação de Contas

A prestação de contas da verba recebida deverá ser encaminhada ao Departamento de Contabilidade, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente em vigor, juntamente com um relatório específico de todas as atividades realizadas, bem como relação nominal das pessoas atendidas pela APAE.

Parágrafo Primeiro: a liberação da segunda parcela ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela e a da terceira parcela condicionada à prestação de contas da segunda e, assim, sucessivamente.

Parágrafo Segundo: após utilização da última parcela, deverá apresentar ao Gabinete do Prefeito, avaliação do Plano de Trabalho, respectivas atividades e mensurar o alcance dos objetivos.

Parágrafo Terceiro: A não apresentação da prestação de contas em até 60 dias após o recebimento de qualquer parcela implicará no cancelamento da liberação da próxima parcela em aberto. A parcela não transferida em razão da não prestação de contas não será devida.

#### CLÁUSULA OITAVA – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Convênio. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Garuva, 24 de junho de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

THIAGO FRANCISCO BACKES  
Presidente da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO PMG Nº 001/2020 - 1**

Publicação Nº 2535767

**EXTRATO CONTRATO****CONTRATO PMG Nº 001/2020 - ADITIVO 1**

Processo PMG Nº 061/2019 – Tomada de Preços

**CONTRATANTE:** Município de Garuva**CONTRATADA:** ASR Construtora Eireli**CNPJ:** 27.383.455/0001-90**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra, para reforma da Praça Municipal Pedro Ivo Campos, em uma área de 11.907,35 metros quadrados, conforme contrato de repasse nº 872009/2018 – MTUR/ Caixa, nos termos da planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, ART, Memorial descritivo, cópia do contrato de repasse e projeto em anexo.**OBJETO DO ADITIVO:** 180 (cento e oitenta) dias de prorrogação de prazo de execução**PRAZO DE EXECUÇÃO ATUALIZADO:** 330 (trezentos e trinta) dias corridos**DATA DE ASSINATURA:** 22/06/2020**RODRIGO ADRIANY DAVID**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO PMG Nº 002/2020 - 1**

Publicação Nº 2535774

**EXTRATO CONTRATO****CONTRATO PMG Nº 002/2020 – Aditivo 1**

Processo PMG Nº 060/2019 – Concorrência

**CONTRATANTE:** Município de Garuva/Prefeitura Municipal**CONTRATADA:** Construtora Fortunato Ltda**CNPJ:** 82.607.623/0001-91**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução de recapeamento asfáltico da Rua João Reni de Lima Meireles, trecho entre as ruas Rui Barbosa e Tiradentes, em uma extensão de 410 metros, incluindo mão de obra e materiais, conforme planilha orçamentária estimada, cronograma físico – financeiro, memorial descritivo e projeto anexo. Contrato de repasse nº 856736/2017 – MCidades/Caixa.**OBJETO ADITIVO:** 60 (sessenta) dias prorrogação de prazo de execução**PRAZO DE EXECUÇÃO ATUALIZADO:** 120 (cento e vinte) dias corridos**DATA DE ASSINATURA:** 22/06/2020**RODRIGO ADRIANY DAVID**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 007/2019 - 1**

Publicação Nº 2535780

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO FMS Nº 007/2019**

Termo aditivo de Contrato de locação de imóvel que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde tendo como interveniente a Prefeitura Municipal de Garuva e Sálvio Venturi/Marlene Costa Venturi.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, com sede nesta Cidade, na Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro, inscrita no CNPJ sob nº 11.303.923/0001-39, neste ato representado pelo Gestor Roland Ristow Junior, doravante denominado **CONTRATANTE**, com interveniência da PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede nesta Cidade, na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representada pelo, senhor Prefeito Municipal, senhor Rodrigo Adriany David, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº 3207013-6, inscrito no CPF sob nº 033.007.279-01, doravante denominado **LOCATÁRIO**, SÁLVIO VENTURI, residente neste Município, portador do 2.515.425 - SSP/SC, inscrito no CPF sob nº. 622.906.309-34, e MARLENE COSTA VENTURI, portadora do RG nº 2.195.999 e inscrita no CPF sob o nº 692.813.519-00, doravante denominados **LOCADORES**, considerando conveniência administrativa, resolvem aditar por mais 12 (doze) meses o Contrato FMS nº 007/2019, assinado em 25/07/2019, cujo objeto é Locação de uma sala comercial, imóvel de 161m², situado nesta cidade, à Rua Carijós, S/N, Centro, para a instalação da Farmácia Básica do Município de Garuva, proveniente da Dispensa de Licitação FMS nº 013/2019, mediante as condições abaixo:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – Constitui objeto deste Instrumento, a prorrogação do prazo contratual em 12 (doze) meses, reajustar o valor mensal da locação para R\$ 2.633,69 (dois mil seiscentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos), conforme a variação do IGPM (6.51%) e o valor do contrato em R\$ 31.604,28 (trinta e um mil seiscentos e quatro reais e vinte e oito centavos). Em consequência deste aditamento, o caput das Cláusulas Terceira e Quarta passam a vigor com a seguinte redação, respectivamente:

“O prazo de locação é de 24 (vinte e quatro) meses, com início em 25/07/2019 e término em 24/07/2021.”

“Convencionam as partes que o valor mensal da locação será de R\$ 2.633,69 (dois mil seiscentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos), perfazendo o total de R\$ 61.276,80 (sessenta e um mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos).”

#### CLAUSULA SEGUNDA - RATIFICAÇÃO

2.1 - As partes ratificam as demais cláusulas do Contrato que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3(três) vias de igual teor e forma.

Garuva, 22 de junho de 2020.

MARLELE COSTA VENTURI SÁLVIO VENTURI  
Locadora Locador

ROLAND RISTOW JUNIOR  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Locatário

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal  
Locatário

Testemunha CPF:	Testemunha CPF:
--------------------	--------------------

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020

Publicação Nº 2536323

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2020

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Equipamentos de Informática.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 26/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09h00min do dia 07/07/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min do dia 07/07/2020.

LOCAL Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br). Íntegra do Edital nos sites: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br) e [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br).

Gaspar (SC), 24/06/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

### DECRETO Nº 9.422, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535954

DECRETO Nº 9.422, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

DISPENSA A SERVIDORA AMANDA FISCHER MIGUEL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada, a partir de 15 de junho de 2020, a servidora efetiva AMANDA FISCHER MIGUEL, inscrita no CPF sob o nº 042.125.529-30, do exercício de Função Gratificada de Coordenadora de Média Complexidade - CREAS, Nível I, da Secretaria de Assistência Social, designada pelo Decreto nº 9.176, de 14 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 9.423, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535955

DECRETO Nº 9.423, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA E. E. B. ZENAIDE S. COSTA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso XXIV da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 35 da Lei nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e com fulcro no Decreto nº 9.127, de 02 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, JEFERSON DEBUS, inscrito no CPF sob o nº 050.950.749-23, em substituição a Jovino Emir Masson, como membro da Comissão Especial do Processo de Remoção dos funcionários da E. E. B. Zenaide S. Costa, como representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar - SINTRASPUG.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Decreto nº 9.144, de 11 de dezembro de 2019.

Gaspar, 19 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 9.424, DE 19 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535959

DECRETO Nº 9.424, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA E. E. B. PROF. VITÓRIO ANACLETO CARDOSO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso XXIV da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 35 da Lei nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e com fulcro no Decreto nº 9.127, de 02 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, JEFERSON DEBUS, inscrito no CPF sob o nº 050.950.749-23, em substituição a Jovino Emir Masson, como membro da Comissão Especial do Processo de Remoção dos funcionários da E. E. B. Prof. Vitório Anacleto Cardoso, como representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar - SINTRASPUG.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Decreto n.º 9.128, de 02 de dezembro de 2019.

Gaspar, 19 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 9.425, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535960

DECRETO Nº 9.425, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 04/2019 DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Edital do Processo Seletivo nº 02/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 1 (um) ano, contado do dia 27 de junho de 2020, o prazo de validade do Processo Seletivo nº 04/2019, destinado ao provimento de cargos e garantia de reserva técnica (cadastro reserva), em caráter temporário, para o quadro de pessoal do Município de Gaspar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 9.426, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535961

DECRETO Nº 9.426, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR JUNTO AO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora SILVANIA JANOELO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e a servidora ELAINE CRISTINA DA SILVA GUIMARÃES, ocupante do cargo de Diretora de Proteção Social, como representantes da Prefeitura Municipal de Gaspar junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para praticar todos os atos necessários a efetivação e recebimento do conjunto de equipamentos destinados a equipagem do Programa Viver – Envelhecimento Saudável.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 9.428, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535963

DECRETO Nº 9.428, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, O MANDATO DOS MEMBROS CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS E DO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, QUE ESPECÍFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o teor dos Decretos Municipais de nº 9.311, de 19 de março de 2020, nº 9.316, de 24 de março de 2020 e nº 9.318, de 31 de março de 2020, os quais estabelecem providências para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e declaram Situação de Emergência no Município de Gaspar;

Considerando a prorrogação, por tempo indeterminado, da assembleia de escolha dos conselheiros não governamentais que irão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – Biênio 2020/2022, programada para o dia 20/03/2020 e cancelada em virtude da Pandemia do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Lei Municipal nº 1.432/1993, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, revoga a Lei nº 1356/1992, e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 132, de 24 de junho de 2020, que acrescenta dispositivo na Lei supracitada, mormente estabelecendo a possibilidade de prorrogação do mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em virtude de Decretação de Situação de Emergência ou Calamidade Pública no Município de Gaspar,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter excepcional e temporário, com prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 29 de março de 2020, prorrogável por igual período caso a excepcionalidade assim o exigir, o mandato dos membros conselheiros não governamentais e do presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, abaixo especificados:

- I. ANA PAULA DOS SANTOS – Membro Titular, Representante da Faculdade de Tecnologia SENAC- Blumenau;
- II. VALIANE LEHMKUHL VIEIRA – Membro Suplente, Representante da Faculdade de Tecnologia SENAC- Blumenau;
- III. ALEXANDRA ZANCANELLA PEREIRA – Membro Titular, Representante da APAE de Gaspar;
- IV. JOCENIRA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA WALTRICK – Membro Titular, Representante da Conferência Vicentina de Gaspar;
- V. IVETE TRAPP DIRKSEN – Membro Suplente, Representante da Conferência Vicentina de Gaspar;
- VI. RENATO DA COSTA BRAMBILLA MARQUETTI – Presidente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 29 de março de 2020.

Gaspar, 24 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**LEI COMPLEMENTAR Nº 132, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535972

LEI COMPLEMENTAR Nº 132, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 8º DA LEI Nº 1.432/1993.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao artigo 8º da Lei nº 1.432/1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º [...]

[...]

Parágrafo único. Havendo a impossibilidade de realização de nova eleição, em virtude de decretação de Situação de Emergência ou de Calamidade Pública no Município de Gaspar, poderá ser prorrogado o mandato, por meio de Decreto, pelo prazo que a excepcionalidade assim exigir”.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 24 de junho de 2020.

Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito



**PORTARIA Nº 6.346, DE 19 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535964

PORTARIA Nº 6.346, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR ÍCARO GONÇALVES SILVA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º O servidor ÍCARO GONÇALVES SILVA, inscrito no CPF sob o nº 081.639.706-69, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados - III, lotado com 40 horas semanais na Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa, fica à disposição na Secretaria Municipal de Educação, especificamente na E. E. B. Luiz Franzói, a partir de 1º de junho de 2020, revogando a disposição realizada através da Portaria nº 5.662, de 24 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2020.

Gaspar, 19 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 6.347, DE 19 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535968

PORTARIA Nº 6.347, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR AILTON ALVES MAGALHÃES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º O servidor AILTON ALVES MAGALHÃES, inscrito no CPF sob o nº 043.440.136-62, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotado com 40 horas semanais na Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa, fica à disposição na Secretaria Municipal de Educação, especificamente na E. E. B. Ervino Venturi, a partir de 1º de junho de 2020, revogando a disposição realizada através da Portaria nº 4.058, de 30 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2020.

Gaspar, 19 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 6.348, DE 19 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535969

PORTARIA Nº 6.348, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR VALDIR HESS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º O servidor VALDIR HESS, inscrito no CPF sob o nº 578.834.409-34, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escrivão, lotado com 40 horas semanais na Secretaria da Saúde, fica à disposição na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, a partir de 1º de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de junho de 2020.

Gaspar, 19 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar



**PORTARIA Nº 6.351, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536200

PORTARIA Nº 6.351, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA VANDERLEI SCHMITZ PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 035/2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Secretário Municipal de Planejamento Territorial, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, a partir de 22 de junho de 2020, o servidor VANDERLEI SCHMITZ, inscrito no CPF sob o nº 032.811.269-01, ocupante do cargo de Diretor de Habitação, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 035/2020, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa Salver Construtora e Incorporadora LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 22 de junho de 2020.

Gaspar, 23 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA  
Secretário Municipal de Planejamento Territorial

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020**

Publicação Nº 2536301

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GASPAR

**AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, forma de julgamento MENOR PREÇO MÁXIMO POR LITRO, regime de execução INDIRETA – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, tendo por objeto a aquisição de combustível, tipo gasolina comum, com fornecimento contínuo e fracionado para atender a frota de veículos da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, com observações e especificações constantes no Termo de Referência deste Edital, na forma e condições previstas no Edital de Licitação nº 003/2020, Pregão Presencial nº 003/2020: Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar. Modalidade: Pregão Presencial. Tipo: Menor Preço. Forma de Julgamento: Menor Preço Máximo por Litro. Regime de Execução: Indireta – Empreitada por Preço Global. Regência: Resolução nº, 54 de 22 de junho de 2020, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis. Acesso Eletrônico ao Edital e à Participação: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: Publicações - Licitações – Pregão)). Entrega dos Envelopes: na sessão pública a ser realizada no dia 09 de julho de 2020, até às 13h45m. Local de Recebimento dos Envelopes: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). Abertura dos Envelopes: na sessão pública a ser realizar no dia 09 de julho de 2020, com o início às 14h. Local das Sessões Públicas: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). O Edital e anexos estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: Publicações – Licitações – Pregão)). Gaspar/SC, 24 de junho de 2020.

Ciro André Quintino  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### DECRETO 074 2020 - FACULTA REGISTRO DE PONTO

Publicação Nº 2536448

DECRETO Nº 74 DE 18 DE JUNHO DE 2020.

FACULTA REGISTRO DE FREQUÊNCIA DE SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 174 da Lei Complementar n. 1.085, de 01 de abril de 2016,

Resolve:

Art. 1º - Dispensar do registro de frequência os servidores do quadro de pessoal da Procuradoria Geral do Município, em virtude das atribuições que desempenham, conforme abaixo:

Matrícula	Nome	Cargo
8050	DIOGO OCKER DE SOUZA	PROCURADOR AD-JUNTO
7553	MARCIA MARIA MARTINS RAYCH	PROCURADORA AD-JUNTA

Art. 2º - Ficam os servidores, ora dispensados do Registro do ponto, obrigados a apresentarem, quando solicitado por seu chefe imediato, relatório com a descrição das atividades desempenhadas, sendo que a não apresentação deverá ser imediatamente comunicada ao Órgão de Pessoal e implicará na suspensão da remuneração.

Registra-se. Publica-se. Dê-se ciência.

Governador Celso Ramos, 18 de junho de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

# Gravatal

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2020 - METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - FMS

Publicação Nº 2535817

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO DAS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL"

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ENDEREÇO: Estrada da Boa Esperança, nº 1.918 - Bairro Fundo Canoas, município de Rio do Sul/SC.

CNPJ: 83.157.032/0001-22.

VALOR: R\$ 7.183,00 (Sete mil, cento e oitenta e três reais).

VENCIMENTO: 31/12/2020.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 20 de maio de 2020.

Maria Pereira Calegari  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2020 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - FMS

Publicação Nº 2535824

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO DAS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL"

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: Rua Pedro Theisen Junior, nº 478 - Bairro Aririú, município de Palhoça/SC.

CNPJ: 06.555.143/0001-46.

VALOR: R\$ 81.415,00 (Oitenta e um mil, quatrocentos e quinze reais).

VENCIMENTO: 31/12/2020.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 20 de maio de 2020.

Maria Pereira Calegari  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**TERMO DE COMPROMISSO - NILSON MACHADO**

Publicação Nº 2535843



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 360 – CENTRO – CEP 88.735-000  
FONES: (48) 3648-80.00 / FAX: (48) 3648-80.01 - E-MAIL – [www.gravatal.sc.gov.br](http://www.gravatal.sc.gov.br)

**CNPJ: 82.926.569/0001-47**

**TERMO DE COMPROMISSO**

**“DISPÕE SOBRE SERVIÇO VOLUNTÁRIO  
NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL  
DE INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”.**

**CONSIDERANDO**, a Lei Municipal Nº 1105 de 21 de fevereiro de 2005 em consonância com a Lei Federal Nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre serviço voluntário.

Nilson Machado, brasileiro, convivente, residente e domiciliado na Rodovia SC 370, s/n, defronte a Polícia Rodoviária Estadual, na cidade de Gravatal/SC, portador do CPF nº 288.570.549-34, RG nº 267187, pelo presente Termo de Compromisso em prestar serviço voluntário como atendimento aos cidadãos que procuram a Secretaria de Infraestrutura para agendamento de prestação de serviços ou reclamações, bem como outras funções que serão determinadas pela Secretaria de Infraestrutura. Seu trabalho será de relevância e sem remuneração, conforme Lei.

Este Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua publicação.

Gravatal/SC, 18 de junho de 2020.

**NILSON MACHADO**  
Voluntário

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO N° 72/2020 - PMG

Publicação N° 2536147

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 72/2020 – PMG

Processo Licitatório: 72/2020 – PMG

Tipo: Menor preço/lance por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBÍLIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Entrega dos Envelopes: até 08/07/2020 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 08/07/2020 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 24 de junho de 20

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 66/2020-PMG

Publicação N° 2537084

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico nº 66/2020 – PMG

Processo Licitatório: 66/2020 – PMG

Tipo: Menor preço/lance por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE REDES DE DADOS E TELEFONIA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: até 07/07/2020 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 07/07/2020 às 09h01min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

Guaramirim (SC), 24 de junho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

**DECRETO Nº. 1252/2020**

Publicação Nº 2536320

DECRETO Nº. 1252/2020

Altera o Decreto nº. 50/1994, que regulamenta disposições do Código Tributário do Município.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 50/1994 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 24-A. ....

.....

§ 5º Conforme a Nota Técnica nº. 45/2019, emitida pelo Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina, as atividades econômicas consideradas de baixo risco dispensam o atestado de vistoria para funcionamento.” (NR)

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2020.

Luis Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2019 – PMG**

Publicação Nº 2535762

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2019 – PMG

Processo de Licitação: 184/2019 – PMG

Modalidade: Pregão.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro, Guaramirim/SC, CEP 89.270-000.

Contratada: KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.280.316/0001-33, estabelecida na Rua Presidente Epitácio Pessoa, bairro Centro, Jaraguá do Sul – SC, CEP 89.259-000.

Resumo do aditivo: O presente Termo tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do item 4 (Álcool etílico hidratado, 70% INPM. Embalagem de 1 litro.).

O valor unitário do referido item passará a ser R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), correspondendo a aproximadamente 101,87% (cento e um vírgula oitenta e sete por cento) de aumento.

Data da Assinatura: 22/06/2020 Vigência: 16/10/2020

Guaramirim (SC), 24 de junho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2019 – PMG**

Publicação Nº 2536210

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2019 – PMG  
Processo de Licitação: 120/2019 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim, Santa Catarina.

Contratada: AUTO POSTO SM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 07.911.975/0001-10, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 1984, bairro Centro, em Guaramirim/SC.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do item 1 (GASOLINA COMUM).

Data da Assinatura: 24/06/2020 Vigência: 02/07/2020

Guaramirim (SC), 24 de junho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**90/2020**

Publicação Nº 2535808

DECRETO Nº 90/2020  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.646/2019 de 19 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
Unidade 01- Departamento de Assistência Social:  
Atividade: 1101.08.244.2.054  
3.3.90.00-00.00.230 Aplicações Diretas ..... R\$ 6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2020, referente aos recursos do FNAS/COVID 19/Acolhimento valor de R\$ 6.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
24 de junho de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora  
Secretário Administração e Fazenda

## ALTERAÇÃO DE EDITAL - PL 35/2020

Publicação Nº 2535931

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 32/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2020

ALTERAÇÃO DE EDITAL Nº. 01

1.1. O Município de Guarujá do Sul, tornam público, para conhecimento dos interessados que o Edital acima mencionado sofreu alterações em seu PREÂMBULO, passando a vigor com a seguinte redação:

### 1 – PREÂMBULO

1.1. O Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, através do seu Prefeito Municipal Sr. Claudio Junior Weschenfelder, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito no objeto do presente edital e que estará recebendo os envelopes de documentação e das propostas até às 08:15 horas do dia 03/07/2020, junto a Sala de Reuniões na Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul (SC), sito a Avenida João Pessoa, 1265. No dia 03/07/2020 no mesmo local, às 08:30 horas realizará a abertura dos envelopes com a habilitação e, após decorrido o prazo legal, abrirá os envelopes das propostas. Rege-se o presente processo licitatório pela Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94, e alterações posteriores, bem como pelo contido no presente edital:

Guarujá do Sul, 24 de junho de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 01.2020**

Publicação Nº 2535934

**RESOLUÇÃO Nº 01/2020**

FIXA O VENCIMENTO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas orgânicas e constitucionais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º O subsídio do Secretário Executivo da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, será de R\$ 4.886,20 (quatro mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos) reajustado na mesma data, com índices iguais aos concedidos aos servidores públicos municipais.

Art. 2º Os valores fixados nesta Resolução serão corrigidos monetariamente após 31 de dezembro de 2021, conforme Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.

Parágrafo único. O primeiro reajuste será realizado a partir de janeiro de 2022 e terá como base o mesmo índice concedidos aos servidores públicos municipais.

Art. 3º O Secretário Executivo da Câmara Municipal de Vereadores fará jus ao 13º subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

Art. 4º Será descontado obrigatoriamente da remuneração do Secretário Executivo da Câmara Municipal de Vereadores o imposto sobre a renda e proventos, de acordo com os índices fixados pelo Governo Federal, bem como outros descontos que a legislação determinar.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão por conta do Orçamento Municipal vigente da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Art. 7º Fica revogada a Resolução nº 03/2016, de 24 de maio de 2016.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 23 dias do mês de junho de 2020.

Em sua 14ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 1º Período, 57º ano de sua Instalação Legislativa.

Ilário Baumgardt	Gilmar Klaus
Presidente	1º Secretario

# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 27/2020

Publicação Nº 2536429

Estado de Santa Catarina  
Município de Guatambu  
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 91/2020.

Pregão Presencial RP n. 27/2020.

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL NECESSÁRIO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS DE GUATAMBU/SC, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 07/07/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07/07/2020.

O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 25 de junho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 0267/2020

Publicação Nº 2536412

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0267/2020

“Nomeia integrantes da Comissão Ética Parlamentar para apurar fatos ocorridos no recinto da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, em 19 de junho de 2020, envolvendo parlamentar e servidor público municipal da Câmara de Vereadores e dá outras providências”

A Mesa da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR para apuração dos fatos ocorridos no recinto da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, em reunião ocorrida na sala de reuniões dos vereadores, no dia 19 de junho de 2020.

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR, os seguintes vereadores:

- a) JOÃO ALCIDES MARQUEZE - Presidente
- b) ADELAR JOSÉ PROVENCÍ - Vice Presidente
- c) RONALDO LORENÇO DA ROSA - Relator

Art. 3º Ficam nomeados como membros suplentes da COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR, os seguintes vereadores:

- a) DHIEGO COSTA
- b) VANDERLEI ANTUNES DA SILVA
- c) LEONARDO MASCARELLO

Art. 4º A referida comissão deverá emitir parecer fundamentado dentro dos prazos determinados na Resolução nº CM 0224/2019, de 15 de abril de 2019.

Art. 5º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 24 de junho de 2020.

Sérgio Moacir do Nascimento	Everton Parisenti
Presidente	Vice-Presidente

Vanderlei Antunes da Silva	Dhiego Costa
1º Secretário	2º Secretário

# Ibiam

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 012/2020 - FMS - DANIELE DA CUNHA

Publicação Nº 2536170



Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE IBIAM

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 012/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2020

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. IVANIR ZANIN, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a Sra. DANIELE DA CUNHA, inscrita no CPF sob N.º 007.583.069-89, de ora em diante denominado de Contratada, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 012/2020, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE profissional graduado em enfermagem, para trabalhar diretamente na Unidade Básica de Saúde no Município de Ibiam, para prestar atendimento direto nas urgências e emergências clínicas, realizar assistências continuada a pacientes através de consultas de enfermagem, inclusive solicitando exames complementares conforme protocolo legalmente estabelecido, destinado ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona Vírus, conforme descrito abaixo:**

Unid.	Qtidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
mês	07	Contratação de serviços de enfermagem a serem prestadas junto a Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiam – pelo período de 8 (oito) horas diárias por profissional devidamente habilitado em Enfermagem.	R\$ 4.050,00	R\$ 28.350,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificados e quantificados na cláusula primeira, pelo preço Global de R\$ 28.350,00 (vinte oito mil trezentos e cinquenta reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Atividade:** Manutenção das Atividades Saúde

**Reduzido:** 44 – complemento: 33903606000000.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA CARGA HORÁRIA

3.1 A carga horária do credenciado será de 08 horas diárias, correspondendo a 40 horas semanais.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

4.1 A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento devido à contratada serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: [saude@ibiam.sc.gov.br](mailto:saude@ibiam.sc.gov.br). O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 3356/2019. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: [adm@ibiamsc.gov.br](mailto:adm@ibiamsc.gov.br) - Site: [www.ibiamsc.gov.br](http://www.ibiamsc.gov.br)





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

5.2 Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico /financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

5.3 O pagamento fica condicionado a apresentação de todas as negativas válidas, as mesmas apresentadas no ato de contratação.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

6.1 Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até o final da garantia.

Início: 02/06/2020

Término: 31/12/2020

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Atuar na Unidade de Saúde obedecendo à escala de serviço pré-determinada;

7.2 Comparecer ao seu local de trabalho conforme escala de serviço pré-determinada e cumprir sua carga horária;

7.2.1 Cumprir com pontualidade seus horários de chegada ao local de trabalho, com o mínimo de cinco minutos de antecedência;

7.2.2 Tratar com respeito e coleguismo todos os demais colegas de trabalho;

7.2.3 Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários;

7.2.4 Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;

7.2.5 Ser fiel aos interesses do serviço público evitando denegri-los ou conspirar contra os mesmos;

7.2.6 O controle dos serviços prestados pela Contratada, poderá ser feito de forma manual ou eletrônica, conforme determinação do fiscal e gestor do contrato;

7.2.7 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

8.1 Pagar os serviços prestados nas formas e condições ajustadas neste instrumento;

8.2. Informar previamente a CONTRATADA sobre toda e qualquer anormalidade do sistema de saúde que possa influir no atendimento de pacientes;

8.3 Zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estabelecido neste contrato, sem que, com isso, interfira na relação profissional- paciente, bem como na conduta diagnóstica e/ou na proposta terapêutica adotadas pela CONTRATADA, desde que consentâneos com a ética e o saber científico preconizado na atualidade;

8.4 Zelar para que a CONTRATADA atenda o beneficiário do sistema de saúde dentro das normas impostas pelo exercício da profissão.





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****CLÁUSULA NONA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO**

9.1 Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES**

10.1 À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

10.2 Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

10.3 Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/máquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

**I – Advertência escrita;**

**II – Multa de 10% sobre o valor total do contrato;**

**III – Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

**IV – Declaração de inidoneidade.**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

12.1 Quaisquer situações advindas da execução do contrato, como dias da semana, carga horária, notificações, organização, entre outros, deverão ser tratados diretamente com a Gestora a Sra. Maria Ivete Gomes de Oliveira e fiscal deste contrato, o Servidor Hudson Peres, nos endereços eletrônicos; [saude@ibiam.sc.gov.br](mailto:saude@ibiam.sc.gov.br) e/ou telefone (49) 3534-0025.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

13.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

13.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

- Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;
- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- A dissolução da empresa;
- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

13.4 A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO**

14.1 Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 012/2020, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

15.1 Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

16.1 Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

17.1 Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO**

18.1 Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO, 02 DE JUNHO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

DANIELE DA CUNHA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron  
CPF – 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.709-30

**Rafael Gonzatto Araldi**  
Advogado – OAB/SC 32.184





**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 013/2020 - FMS - MEDILAR IMPORTAÇÃO E DIST. DE PROD. MEDICOS HOSPITALARES S/A**

Publicação Nº 2536174



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****CONTRATO DE ADMINISTRATIVO N. 013/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO 013/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2020**

Termo de Contrato, Referente aquisição de equipamentos de proteção individual, destinados a Unidade Básica de Saúde, e serviços correlatos, adotados como medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus, autorizado através do Processo nº 003/2020, Dispensa de Licitação nº. 003/2020.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

**CONTRATADA:** MEDILAR IMPORTAÇÃO E DIST. DE PROD. MEDICOS HOSPITALARES S/A

CNPJ: 07.752.236/0001-23

Endereço: Rua Norberto Otto Wild, 420 – Bairro: Imigrante

CEP: 96.880-000 Vera Cruz - RS

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, E SERVIÇOS CORRELATOS, ADOTADOS COMO MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONA VÍRUS, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**2.1.** A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 6.315,00 (seis mil trezentos e quinze reais).

**2.2.** O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do objeto.

**2.3.** O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Reduzido: 20;

Unidade Orçamentária: Material de Proteção e Segurança.

**2.4.** O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3356/2019, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**2.5.** Todos os custos/despesas com transporte, manutenção, operador, combustível e/ou qualquer outro custo, fica sob inteira responsabilidade da contratada.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ DA SUA ASSINATURA ATÉ A DATA de 30/06/2020.

### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

**4.1** - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

**4.2.** O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado respeitando a data limite.

**4.3.** O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

**4.4.** Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE IBIAM**

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

**4.5.** Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

**4.6.** Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

**4.7.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.7.1.** Como Gestor e fiscal deste contrato o município designa a Sr. Maria Ivete Gomes de Oliveira e a servidora Sra. Veronise Rossato de Moraes, respectivamente.

**4.8.** Penalidades:

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**5.1.** A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE IBIAM**

**5.2.** A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

**5.3.** Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiã - SC, 03 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DIST. DE PROD. MEDICOS HOSPITALARES S/A

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.709-30

\_\_\_\_\_  
Rosinei Ceron  
CPF: 004.918.899-25

\_\_\_\_\_  
Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184



**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 034/2020 - N.A ARTE E DECORAÇÕES**

Publicação Nº 2536163



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM****CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 034/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 046/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 022/2020**

Termo de Contrato, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO EM E.V.A PARA USO DOS PROFESSORES EM ATIVIDADES EDUCATIVAS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS E CRECHE MUNICIPAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa, N.A ARTE E DECORAÇÕES, autorizado através do Processo nº046/2020, Dispensa de Licitação nº.022/2020.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE IBIAM  
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74  
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20  
Representada por: IVANIR ZANIN

**CONTRATADA:** N.A ARTE E DECORAÇÕES  
CNPJ: 12.740.496/0001-19  
Endereço: Rua Antonio Batista Ribas 1261 sala, Santuário  
Palmas- PR CEP: 85555-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO EM E.V.A PARA USO DOS PROFESSORES EM ATIVIDADES EDUCATIVAS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS E CRECHE MUNICIPAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

- **O objeto deste contrato contém 12 (doze) painéis em E.V.A de títulos variados, novos, que devem ser entregues no município, conforme orçamento fornecido pela empresa contratada.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**2.1.** A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 1.979,00 (Um mil novecentos e setenta e nove reais).

**2.2.** O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

**2.3.** O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 84

Unidade Orçamentária: Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental e Infantil

**2.4.** O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3356/2019, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**2.5.** O município designa como gestor deste contrato, o Senhor Caio Murilo Rinaldi, e como fiscal, designa o Senhor Daniel Gonzatto, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório ,

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiamsc.gov.br - Site: www.ibiamsc.gov.br





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIÁ**

cujas cópias serão encaminhadas à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL dos produtos.

INÍCIO: 18/06/2020

TÉRMINO: 17/07/2020

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO**

**4.1** - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

**4.2** O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

**4.3** O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

**4.4** Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

**4.5** Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

**4.6** Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

**4.7** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.8. PENALIDADES**

**4.8.1** - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIÁ - SC  
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**5.1.** A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

**5.2.** A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

**5.3.** Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiá - SC, 18 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
N.A ARTE E DECORAÇÕES

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Rosinei Ceron  
CPF – 004.918.899-25

\_\_\_\_\_  
Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.709-30

\_\_\_\_\_  
**Rafael Gonzatto Araldi**  
Advogado – OAB/SC 32.184





**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 035/2020 - 1 DOC TECNOLOGIA S.A**

Publicação Nº 2536168

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 035/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 048/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 023/2020

Termo de Contrato, REFERENTE A LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO E OFICIAL DE COMUNICAÇÃO INTERNA, EXTERNA, GESTÃO DOCUMENTAL E CENTRAL DE ATENDIMENTO, QUE TEM COMO OBJETIVO PADRONIZAR A COMUNICAÇÃO, REDUZIR GASTOS PÚBLICOS, OFERECER TRANSPARÊNCIA E REGISTRAR INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO AOS CONTRIBUINTES, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa, 1DOC TECNOLOGIA S.A, autorizado através do Processo nº048/2020, Dispensa de Licitação nº.023/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: 1 DOC TECNOLOGIA S.A

CNPJ: 19.625.833/0001-76

Endereço: AV Desembargador Vitor Lima 260 sala 908- Trindade

Florianópolis- SC CEP: 88040-400

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente A LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO E OFICIAL DE COMUNICAÇÃO INTERNA, EXTERNA, GESTÃO DOCUMENTAL E CENTRAL DE ATENDIMENTO, QUE TEM COMO OBJETIVO PADRONIZAR A COMUNICAÇÃO, REDUZIR GASTOS PÚBLICOS, OFERECER TRANSPARÊNCIA E REGISTRAR INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO AOS CONTRIBUINTES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

- Permite troca de informações entre setores da organização: respostas, encaminhamentos, notas internas;
- Possibilidade de envio de comunicação privada, onde apenas o remetente e o destinatário têm acesso ao documento e seus despachos e anexos.
- Permite a movimentação de documentos por meio de despachos/atualizações.
- Possibilidade de anexar arquivos ao enviar um documento ou em suas atualizações/despachos (Respostas e Encaminhamentos).
- Troca de informações internas na organização: entre um setor e diversos outros, com caráter de informação.
- Possibilidade de consulta da data/hora que cada usuário de cada setor recebeu.
- Possibilidade de respostas à circular, podendo esta ser aberta (todos os envolvidos na circular podem visualizar) ou restrita (somente usuários do setor remetente a podem visualizar).
- Possibilidade de anexar arquivos ao enviar a circular ou em suas atualizações/despachos (Respostas e Encaminhamentos).
- Possibilidade de incluir uma atividade ou prazo dentro da circular, para controle de datas.
- Possibilidade de arquivar a circular recebida e parar de acompanhar: para que respostas e encaminhamentos de outros setores não devolvam o documento para a caixa de entrada do setor;
- Possibilidade de encaminhamento da circular para um setor até então não presente no documento;
- Todos os setores envolvidos podem ver todos os despachos. Disponibilidade de restringir a resposta endereçando exclusivamente ao remetente.
- Disponibilidade de definir uma data para auto arquivamento da Circular;
- Disponibilidade de marcar a Circular como meramente informativa, onde não é aceito respostas/encaminhamentos.

**Ouvidoria digital**

- Também chamado de Manifestação, são atendimentos realizados por meio do setor de Ouvidoria da Organização
- Abertura de atendimento por: Acesso externo via site da Organização ou cadastro de atendimento por operador do sistema.
- Modos de visualização: em lista (tabelado), por prazo por mapa geográfico.
- Possibilita o registro de qualquer tipo de documento, com histórico do seu recebimento e tramitações, até seu encerramento.
- Permite acesso aos dados do atendimento através de código ou login do emissor.
- Solicitação por assunto e finalidade;
- A lista de assuntos é pré-cadastrada, de modo a facilitar a escolha do tipo de demanda por meio de menu de escolha;
- Comprovante de atendimento (código) mostrado para o interessado no momento da inclusão da solicitação com login e senha pela web ou de forma anônima.
- Registra a identificação do usuário/data que promoveu qualquer manutenção (cadastramento ou alteração) relacionada a um determinado Ouvidoria, inclusive nas suas tramitações.
- Inclusão de anexos nos documentos, podendo ser imagens, documentos, planilhas, etc.
- O setor de destino do atendimento acessa diretamente histórico ou documento específico, tem a total liberdade de encaminhar ou responder, a alguém internamente ou diretamente ao requerente.
- Os setores/áreas da empresa podem resolver sua participação na demanda unilateralmente e ela continua em aberto por quem está com alguma tarefa pendente ou atendendo integralmente o requerente.
- Configuração dos assuntos e histórico de atendimentos.
- Registro de usuário / data de todo cadastramento ou encaminhamento dos atendimentos.
- Avaliação de atendimento por parte do requerente na visualização externa do documento de atendimento.
- Podendo reabrir, caso tenha interesse.
- Todos os usuários que estão em setores envolvidos pela demanda, têm acesso ao documento. A menos que seja privado.



- Possibilidade de avaliação do atendimento diretamente no e-mail de confirmação do fechamento: o solicitante pode clicar em um link direto, dando uma nota de 1 a 10
- Todos os acessos a demanda e despachos são registrados e tem-se a listagem de quem acessou, de qual setor e quando.
- Possibilidade de direcionamento automático da demanda baseado no tipo de atendimento e no assunto do mesmo. Criação de regras de acesso.
- Possibilidade de ativação ou não dos modos de identificação do atendimento: Normal, Sigiloso (onde somente o setor inicial pode ver os dados do requerente e suas respostas - tanto pelo painel de acompanhamento quanto quando respondido diretamente por e-mail) e anônimo, onde não é necessário realizar cadastro para abertura de solicitação.
- Possibilidade de escolha no modo de funcionamento acerca de manifestações anônimas, recebendo-as pela internet ou por meio de mensagem informando que só é aceito demandas anônimas presencialmente;
- Possibilidade de organização de informações das solicitações por diversos agentes (solicitante/requerente, prestador ou empresa associada). Controle de acesso no mesmo documento com diversos agentes, os mesmos podendo acessar área restrita (com e-mail e senha) para responder.
- Integração com e-mail, não é necessário adentrar área restrita para responder ou fechar solicitações na qual o agente está envolvido.
- Possibilidade de organização por assunto e sub-assunto.
- Possibilidade de ordenação de demandas por prazo a vencer, número, última atividade.
- Possibilidade de filtrar entrada de solicitações por cidade, associada à categoria de uso do que está prestes a ser explanado/redigido na solicitação.

#### Protocolo Eletrônico

- Abertura de protocolo/processos por: Acesso externo via site da Organização, smartphone ou cadastro de atendimento por operador do sistema.
- Modos de visualização: em lista (tabelado), por prazo.
- Possibilita o registro de qualquer tipo de documento, com histórico do seu recebimento e tramitações, até seu encerramento.
- Permite acesso aos dados do protocolo por meio de código ou login do emissor.
- Permite o cadastramento do roteiro inicial padrão de cada Solicitação por assunto e finalidade;
- A lista de assuntos é pré-cadastrada, de modo a facilitar a escolha do tipo de demanda por meio de menu de escolha;
- Comprovante de atendimento (código) mostrado para o interessado no momento da inclusão da solicitação com login e senha pela web ou de forma anônima.
- Registra a identificação do usuário/data que promoveu qualquer manutenção (cadastramento ou alteração) relacionada a um determinado Ouvidoria, inclusive nas suas tramitações.
- Inclusão de anexos nos documentos, podendo ser imagens, documentos, planilhas, etc.
- O setor de destino do atendimento acessa diretamente o histórico ou documento específico, tem a total liberdade de encaminhar ou responder, a alguém internamente ou diretamente ao requerente.
- Os setores/áreas da empresa podem resolver sua participação na demanda unilateralmente e ela continua em aberto por quem está com alguma tarefa pendente ou atendendo integralmente o requerente.
- Configuração dos assuntos.
- Registro de usuário / data de todo cadastramento ou encaminhamento dos atendimentos.
- Avaliação de atendimento por parte do requerente.
- Podendo reabrir, caso tenha interesse.
- Todos os usuários que estão em setores envolvidos pela demanda, têm acesso ao documento. A menos que seja privado.
- Todos os setores envolvidos podem ver todos os despachos. Menos em circulares onde os despachos possuem a opção de serem endereçados exclusivamente ao remetente.
- Todos os acessos a demanda e despachos são registrados e tem-se a listagem de quem acessou, de qual setor e quando.
- Possibilidade de direcionamento automático da demanda baseado no tipo de atendimento e no assunto do mesmo.
- Criação de regras de acesso.
- Possibilidade de ativação ou não dos modos de identificação do atendimento: Normal, Sigiloso (onde somente o setor inicial pode ver os dados do requerente) e Anônimo, onde não é necessário realizar cadastro para abertura de solicitação.

#### Pedido de e-SIC

- Possibilidade de recebimentos de demandas oriundas da LAI - Lei de Acesso à Informação;
- As solicitações podem ser feitas via internet ou cadastradas manualmente por operador, a partir de visita presencial, telefone ou correspondência do solicitante;
- Possibilidade de resposta/encaminhamento da demanda internamente para qualquer setor da árvore que tiver ao menos um usuário ativo;
- Inclusão de anexos na solicitação original ou em qualquer uma das movimentações
- Funcionalidades similares às demais estruturas de documentos
- Possibilidade de categorização das demandas para o assunto
- Possibilidade de divulgação pública na web de gráfico contendo as informações de: quantidade total de demandas da LAI recebidas, divisão do quantitativo por assunto, por setor, por situação ou por prioridade;

#### Ofício Eletrônico

- Envio de documentos oficiais Externos com E-mails rastreados;
- O documento é gerado dentro da Organização e remetido de forma oficial e segura a seu destinatário, via e-mail. Com possibilidade de notificação por SMS (caso disponível);
- Possibilidade de enviar automaticamente o Ofício ao salvar ou em momento posterior, por meio de ação "Enviar por e-mail", com a outra parte recebendo o conteúdo do Ofício e podendo interagir, não necessitando imprimir e responder por meio físico;
- Possibilidade de receber respostas dos Ofícios via sistema (Central de Atendimento) ou quando o destinatário responder o e-mail de notificação;
- Transparência de movimentações e todo o histórico mantido no sistema;
- Utilização de base única de contatos para todos os módulos da plataforma;
- O destinatário não precisa ser usuário da plataforma para acessar o documento ou tramitá-lo, basta ser cadastrado em Contatos;
- Os ofícios a serem acessados na parte externa da plataforma compartilham de mesma numeração do ofício interno;

- Possibilidade de geração de QR-Code para cada ofício enviado.

#### Chamado técnico

- Possibilidade de abertura de chamados técnicos (tickets) de modo a serem encaminhados a setores específicos da organização;
- Caráter de solicitação de conserto/manutenção de equipamentos e rotinas de TI, porém podendo ser utilizado para outros fins;
- Possibilidade de configuração permitindo que usuários externos abram chamados e estes sejam encaminhados aos setores responsáveis;
- Possibilidade de um usuário que está no setor que recebe as demandas abrir o chamado em nome de outro usuário;
- Possibilidade de adicionar respostas e encaminhar o chamado para outros setores da Organização;
- Possibilidade de cadastrar assuntos específicos para os chamados e configurar roteamento automático (distribuição do chamado para setores pré-definidos);
- Vínculo do número de patrimônio (caso aplicável), na abertura do chamado técnico;
- Possibilidade de geração de folha de rosto na abertura do chamado;
- Possibilidade de anexar arquivos no chamado e em suas movimentações;
- Possibilidade de inserir tabelas no corpo do texto do chamado, bem como formatação simples: negrito, itálico, sublinhado, listas, links e alinhamento.
- Usuários Ilimitados (cobrança mensal)
- Cidadãos (contatos externos) não são cobrados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) sendo pago mensalmente o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 08

Unidade Orçamentária: Secretaria de Administração e Fazenda

Detalhamento: 33903911000000 Locação de softwares

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3356/2019, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5 O município designa como gestor deste contrato, o Senhor Alcindo Perosa, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, como fiscal de contrato a Senhora FlaviaLenitaPelentir, Agente Administrativo, como fiscal substituto, designa a Senhora Juliana Lizot, Fiscal Tributária, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

3.1. Para fins de execução, o contrato vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2020.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término em 31/12/2020.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 22 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
1DOC TECNOLOGIA S.A  
Testemunhas:

Rosinei Ceron Carmelita	Chiesa Tragancin
CPF – 004.918.899-25	CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA N. 01 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 01/2020– PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2020**

Publicação Nº 2536307

ATA N. 01 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 01/2020– PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2020 – OBJETO: “O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos pelo Edital do Processo Licitatório nº 001/2020, Pregão Presencial nº 001/2020”. Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte às 16h15min, reuniram-se a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores, constituída pela Portaria n. 03/2017, para procederem a abertura dos envelopes do certame licitatório acima mencionado. O Edital foi amplamente divulgado através de Aviso de Licitação publicado em Diário Oficial, bem como, do Edital exposto no site do Poder Legislativo. Até este dia e horário uma empresa protocolizou os envelopes 01 – Proposta de Preços e 02 – Documentação de Habilitação, qual seja: “BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa, n. 134, 1º andar, Bairro Centro, no município de Criciúma/SC”. Ato contínuo o Pregoeiro solicitou a apresentação dos documentos de credenciamento do representante legal com poderes para praticar todos os atos de interesses da empresa nesta licitação. Pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA credenciou-se GEAN CARLOS OMIZZOLLO, CPF n. 047.945.459-08. Credenciado apresentou os demais documentos previstos no item 04 do Edital. Após o credenciamento necessário e documentação apresentada, o Pregoeiro determinou que fossem repassados os documentos apresentados, bem como os envelopes de proposta de preços e documentação de habilitação para todos os presentes assinarem. Superada esta fase passou-se a abertura dos envelopes do item 06 do edital. Ficando a seguinte classificação: BETHA SISTEMAS LTDA, apresentada a proposta inicial de R\$ 53.799,84 (cinquenta e três mil setecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) para execução global do objeto. Na sequência, ainda que só houvesse uma empresa, pelo pregoeiro foi proposta a redução dos valores, com o que concordou o Representante da empresa, tendo passado a seguinte proposta: DO LICENCIAMENTO DE USO DOS APLICATIVOS: Item 01 R\$ 730,00, Item 02 R\$ 220,00, Item 03 R\$ 120,00, Item 04 R\$ 582,00, Item 05 R\$ 150,00, Item 06 R\$ 99,00, Item 07 R\$ 99,00, Item 08 R\$ 40,00, Item 09 R\$ 170,00, Item 10 R\$ 335,00, Item 11 R\$ 100,00, Item 12 R\$ 180,00, totalizando: R\$ 33.900,00 - SERVIÇOS TÉCNICOS: Item 01 R\$ 5.370,00, Item 02 R\$ 139,00, Item 03 R\$ 89,00, totalizando: R\$ 16.770,00, com o valor total global: R\$ 50.670,00. Superada esta fase, passou-se a abertura do envelope de documentos da empresa/envelope do item 07 do edital. Restando assim, classificada a empresa BETHA SISTEMAS LTDA como vencedora. Desta forma a comissão de licitação declara a empresa BETHA SISTEMAS LTDA como vencedora, lembrando que a contratação dos itens será feita conforme as necessidades da Câmara Municipal, mantendo-se inicialmente conforme está, com o que, anui a vencedora. Por fim, a comissão de licitação declarou encerrada a sessão, da qual para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelos Membros da Comissão de Licitação, bem como pelos licitantes presentes, e publicada nos locais de costume.

Pregoeiro – Daniel Vinicius Ramos \_\_\_\_\_

Equipe de Apoio:

- Sergio Antônio Ramos \_\_\_\_\_

- Irineu Salvadori \_\_\_\_\_

**Ibicaré****PREFEITURA****DECRETO Nº 044-2020**

Publicação Nº 2536245

DECRETO Nº 044 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AÇÕES NO PLANO LOCAL DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBICARÉ."

O Prefeito do Município de Ibicaré (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

DECRETA:

Art. 1º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus ficam no âmbito do Município de Ibicaré:

I – PROIBIDOS a partir de 24 de junho de 2020:

a) O embarque de passageiros com idade acima de 60 (sessenta) anos para o transporte coletivo de passageiros no âmbito do município de Ibicaré.

b) A prática de esportes coletivos, exceto treinamentos;

c) A realização de som ao vivo em bares e restaurantes;

d) Funcionamento de bares, restaurantes e similares, no período das 22hrs00min às 8hrs00min.

II – SUSPENSOS a partir de 24 de junho de 2020:

a) a realização de tratamento fora do domicílio – TFD, com exceção dos tratamentos continuados;

b) a realização de cirurgias eletivas não urgentes.

Art. 2º. Os supermercados, mercados, padarias, açougues, farmácias, lojas de suplementos, lojas de alimentos funcionais e estabelecimentos congêneres deverão, obrigatoriamente, limitar a entrada de 01 (uma) pessoa por entidade familiar, preferencialmente fora do grupo de risco.

Parágrafo único. Recomenda-se para os estabelecimentos citados no caput:

I – permitir a entrada conjunta de um acompanhante somente quando tratar de idosos, pessoas com dificuldade motora ou absoluta impossibilidade de presença desacompanhada; e

II – reduzir o número de vagas de estacionamento, a fim de evitar aglomeração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 24 de junho de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

**LEI Nº 1971-2020**

Publicação Nº 2536427

LEI Nº 1971, de 24 de junho de 2020.

Autoriza o Município de Ibicaré a celebrar termo de convênio com o Município de Joaçaba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBICARÉ,

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a celebrar Termo de Convênio com o município de Joaçaba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, com sede na Av. XV de Novembro, 378 – Centro – Joaçaba-SC.

Parágrafo único. O município conveniado deverá prestar contas, mensalmente, da aplicação dos recursos recebidos.

Art. 2º - O convênio de que trata o art. 1.º da presente Lei tem por objeto o abrigamento provisório de crianças e adolescentes de ambos os gêneros do município de Ibicaré no Abrigo Municipal Frei Bruno.

Art. 3º - Para a execução do convênio de que se trata esta Lei, o Município de Ibicaré participará com uma quantia mensal de 30 (doze) URM's do Município conveniado, por criança ou adolescente acolhido.

Parágrafo único. No período em que não houver crianças ou adolescentes, o Município Conveniente repassará ao Município Conveniado, a quantia de 12 URM's do Município conveniado mensal para a manutenção do Abrigo.

Art. 4º - As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento em vigor.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ibicaré, 24 de junho de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS N° 81/2020

Publicação N° 2536007

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

TOMADA DE PREÇOS N° 81/2020.

Objeto: Contratação de empresa para execução de faixas elevadas de travessia de pedestres, com serviços iniciais, drenagem, pavimentação e sinalização – Rua XV de novembro, Rua Magdalena Aichinger, e Rua Anita Garibaldi - Ibirama / SC. Entrega dos envelopes até o dia 10 de julho de 2020 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h30min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, 3357-8527, na página do município na internet [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) ou ainda pelo e-mail [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - Ibirama, 24 de junho de 2020. Adriano Poffo - Prefeito.



# Ilhota

## PREFEITURA

### **CONTRATO 2017-017 - ADITIVO 016 - TP 01-2017 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA SEVERO SILVEIRA RAMOS**

Publicação Nº 2536465

DECIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2017, firmado em 26 de maio de 2017, com vigência a partir de 26 de maio de 2017 da data da ordem de serviço.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88.320-000, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA, situada a Rod. BR 470, nº 2233 – Volta Grande – Navegantes, com registro no CNPJ sob número 75.862.946/0001 - 66, DORAVANTE DENOMINADO CONTRATADA, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 110/2017.  
Tomada de Preço: nº 01/17 - PMI  
Contrato: 017/2017

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Este aditivo tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA - TRECHO DE 278,40M DA RUA SEVERO SILVEIRA RAMOS (SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS - CFME LEI MUNICIPAL 1829/2017) - BAIRRO MINAS, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 819683/2015/ MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA, CONFORME PROCESSO Nº 2622.1023711-15/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA - A vigência do contrato ora aditado fica prorrogado por 60 dias a partir de 24/06/2020, vencendo em 22/08/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUINTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 24 de junho de 2020.

### **DECRETO 595**

Publicação Nº 2536164

DECRETO Nº 595 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei Municipal 1.997 de 12/12/2019 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 22 – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Meio Ambiente Desenv. Sustentável  
Funcional-programática: 18.541.0054  
Atividade: 2.093 – Manut. e Func. da Sec. de Meio Ambiente e Desenv.Sustentável  
Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/99  
Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.100,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior, será coberto com recurso proveniente das anulações parciais das dotações abaixo descritas, na mesma importância:

Órgão: 22 – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Meio Ambiente Desenv. Sustentável  
Funcional-programática: 18.541.0054  
Atividade: 2.093 – Manut. e Func. da Sec. de Meio Ambiente e Desenv.Sustentável  
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/97  
Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 24 de junho de 2020.

Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 74/2020**

Publicação Nº 2536081

PORTARIA Nº 74, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Ilhota, no uso das prerrogativas e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros abaixo indicados para compor a Comissão Intersectorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE:

I – Adriana Antunes da Silva e Fernanda Schmitz Pereira pela Secretaria de Assistência Social;

II – Silvana Mansoto pela Secretaria de Educação e;

III – Margarete Xavier da Costa da Silva pela Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 24 de junho de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito

## **PORTARIA 75/2020**

Publicação Nº 2536452

PORTARIA Nº 75/2020

REVOGA PORTARIA 73/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Revogar portaria 73/2020, que designava Sr. Roberto da Silva, no cargo de SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, nas atribuições, funções e responsabilidades do cargo de Secretário de Indústria e Comércio, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 24 de junho de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 24 de junho de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 76/2020**

Publicação Nº 2536455

PORTARIA Nº 76/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

DESIGNAR o Sr. Carlos Eduardo Schmitt, no cargo de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO nas atribuições, funções e responsabilidades do cargo de Secretário de Indústria e Comércio e Gestão de Convênios, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHO-TAPREV), com 200 horas mês, a partir de 24 de junho de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 24 de junho de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO DE MESA 30/2020**

Publicação Nº 2536583

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 30/2020

DISPENSA O TRÂMITE DO RITO REGIMENTAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 12/2020, DE AUTORIA DO EXECUTIVO, POSSIBILITANDO SUA LEITURA E DELIBERAÇÃO EM UM ÚNICO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29/06/2020.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que deu entrada nesta Casa de Leis o Projeto de Lei Complementar nº 12/2020 de autoria do Executivo.

CONSIDERANDO que a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 12/2020 de autoria do Executivo, deve por imposição legal obedecer ao trâmite Regimental aplicável à espécie;

CONSIDERANDO que as deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de vinte e quatro horas conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a justificada urgência da matéria constante na proposição apresentada pelo executivo municipal e a situação crítica do vírus COVID-19;

CONSIDERANDO a importância da matéria que se encontra estampada na referida proposição para a comunidade Ilhotense.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica dispensada do trâmite regimental do Projeto de Lei Complementar nº 12/2020 de autoria do Executivo.

Art. 2º. Fica autorizada a leitura e inclusão do Projeto de Lei Complementar nº 12/2020 de autoria do Executivo, na ordem do dia da Sessão Extraordinária do dia 29 de junho de 2020.

Art. 3º. Autoriza a Câmara Municipal de Ilhota a deliberar o Projeto de Lei Complementar nº 12/2020 de autoria do Executivo, na ordem do dia da Sessão Ordinária do dia 29 de junho de 2020, em um único turno de discussão e votação.

Art. 4º. A presente resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 24 de junho de 2020.

Arnoldo Adriano  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Sidnei Reinert  
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó  
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel  
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

# Imbituba

## PREFEITURA

### ADITIVO 2019/10 A01 - PROCESSO 04/2019

Publicação Nº 2536582

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: CONTRATO SEASTH 2019/10 – A/01

Contratada: FREDERICO JOAO DE MELO  
CPF 438244209-53

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL VISANDO ATENDER AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS-SUL.”

Prazo: 12 MESES Valor total: 30,000,00

Fundamento: Processo nº 04/2019 Dispensa 01/2019

Imbituba, 10 de abril de 2020

Rosinete Delfino Laurindo  
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação  
CONTRATANTE

FREDERICO JOAO DE MELO  
Representante legal  
CONTRATADO

### ADITIVO 2019/11 A01 - PROC 05/2019

Publicação Nº 2536662

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2019/11– A/01  
Contratada: HIGOR CLOVIS ROSA

CPF: 034.760.269-06

Objeto: “LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DE ALVENARIA, MEDINDO 152,45M2, QUE ESTEJA SITUADO NA RUA NEREU RAMOS, LOTE Nº 20 DA QUADRA A - 20, CENTRO – IMBITUBA/SC, PARA INSTALAÇÃO DO SETOR DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

Prazo: Será de 12 (doze) meses Valor: R\$ 54,000,00

Fundamento: Processo nº05/2019 Dispensa nº 03/2019

Imbituba, 10 de abril de 2020.

Graciela Wiemes Ribeiro  
Secretaria Municipal de Saúde  
Contratante

HIGOR CLOVIS ROSA  
Representante legal  
Contratada

### ATA 113/2020 - PROCESSO 14/2020

Publicação Nº 2537004

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 113/2020  
DO PP Nº 10/2020

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS PARA O SAMU, SETOR DE VACINA E VIGILANCIA SANITARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Validade: 12 meses

Valor: R\$ 59.970,00

EMPRESA: RESTAURANTE ANA LUIZA LTDA

Imbituba, 16 de junho 2020.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 114/2020 - PROC 14/2020**

Publicação Nº 2537010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 114/2020  
DO PP Nº 10/2020

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS PARA O SAMU, SETOR DE VACINA E VIGILANCIA SANITARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Validade: 12 meses

Valor: R\$ 25.422,00

EMPRESA: LANCHONETE POINT DO RECANTO EIRELI

Imbituba, 16 de junho 2020.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 133/2020 - PROCESSO 57/2020**

Publicação Nº 2537021

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº133/2020  
DO PP Nº 26/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ELETRONICOS E BANDEIRAS PARA O USO DA GUARNICAO ESPECIAL DA POLICIA MILITAR DE IMBITUBA

EMPRESA: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 9217,47

VIGÊNCIA: será de 12 meses

Imbituba, 19 de junho de 2020

DANIEL NUNES DA SILVA

MAJOR PM COMANDANTE DA GEIB

**ATA 134/2020 - PROCESSO 57/2020**

Publicação Nº 2537022

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº134/2020  
DO PP Nº 26/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ELETRONICOS E BANDEIRAS PARA O USO DA GUARNICAO ESPECIAL DA POLICIA MILITAR DE IMBITUBA

EMPRESA: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 3409,30

VIGÊNCIA: será de 12 meses

Imbituba, 19 de junho de 2020

DANIEL NUNES DA SILVA

MAJOR PM COMANDANTE DA GEIB

**ATA 135/2020 - PROCESSO 57/2020**

Publicação Nº 2537023

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº135/2020  
DO PP Nº 26/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ELETRONICOS E BANDEIRAS PARA O USO DA GUARNICAO ESPECIAL DA POLICIA MILITAR DE IMBITUBA

EMPRESA: EONIX COMERCIAL EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 312,00

VIGÊNCIA: será de 12 meses

Imbituba, 19 de junho de 2020

DANIEL NUNES DA SILVA

MAJOR PM COMANDANTE DA GEIB

**CONTRATO 2020/49 - A00 - PROCESSO 58/2020**

Publicação Nº 2537025

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato contrato: Contrato SEINFRA 2020/49 – A/00

Contratado: DANIEL SILVA ANSELMO  
CNPJ: 30.582.656/0001-20

1. Objeto: "A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DAS PONTEIRAS INSERTAS NA PRAIA DA VILA, NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA."

Prazo: 6 (seis) meses Valor Global: R\$ 8.750,00  
Fundamento: Processo nº 58/2020 Dispensa nº 23/2020  
Imbituba, 23 de junho de 2020.

EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento  
Contratante

DANIEL SILVA ANSELMO  
Representante legal  
Contratado

**CONTRATO 2020/50 - A00 PROCESSO 62/2020**

Publicação Nº 2536941

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: CONTRATO 2020/50 – A/00

Contratada: IMBI MAQUINAS EIRELI  
CNPJ: 25.313.328/0001-99

0.1. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SOPRADOR DE FOLHAS COSTAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES RELACIONADAS ABAIXO.

Fundamento: Processo nº 62/2020 Dispensa 25/2020  
Imbituba, 23 de junho de 2020.

ANDRÉ CORRÊA DE ARAUJO  
CAP BM Cmt 2ª CBM/ 8ºBBM  
CONTRATANTE

IMBI MAQUINAS EIRELI  
Representante legal  
Contratado

**DECRETO PMI Nº 124, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2537041

DECRETO PMI Nº 124, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0011-2.029		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0120)	Aplicações Diretas	2.000.000,00
Total		2.000.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0011-2.029		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0118)	Aplicações Diretas	2.000.000,00
Total		2.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Junior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Administrador

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 16/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020 (SEMUSA)**

Publicação Nº 2537062

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEMUSA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 16:30 horas, do dia 07 de JULHO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E REGULAMENTADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS CONTAMINADOS E INFECTANTES PRODUZIDOS PELOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de junho de 2020  
Graciela Wiemes Ribeiro  
Secretária Municipal de Saúde

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 66/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 09/2020 (PMI-SEINFRA)**

Publicação Nº 2537047

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI - SEINFRA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº 09/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Presidente da Comissão de Licitação e através da SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 10 de JULHO de 2020, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e suas alterações, para a “CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AV. ERNANI COTRIN, IMBITUBA/SC”.

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de junho de 2020.  
Edilson Misael Antunes da Silva  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 67/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020 (PMI-MULTIENTIDADE)**

Publicação Nº 2537056

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
MULTIENTIDADE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2020  
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 30/2020  
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEAD – Secretaria Municipal de Administração, e demais Secretarias comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 07 de JULHO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE FOSSA, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, DESENTUPIMENTO DE PIA E VASO SANITÁRIO, PARA PREFEITURA DE IMBITUBA E DEMAIS ENTIDADES”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00

horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de junho de 2020

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração.

### **PORTARIA PMI/SEAD Nº 434/2020**

Publicação Nº 2536660

PORTARIA PMI/SEAD Nº 434, de 24 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Revogação da PORTARIA PMI/SEAD nº 170, de 26 de fevereiro de 2020, referente a Nomeação de Carpinteiro, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 3.770/2018,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Revogar, a PORTARIA PMI/SEAD nº 170, de 26 de fevereiro de 2020, referente a nomeação do Sr. IDIMAR LOPES DIAS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 003.647.669-21, aprovado em 4º lugar no Concurso Público n. 01/2017, para exercer o cargo de Carpinteiro junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

### **PORTARIA PMI/SEAD Nº 435/2020**

Publicação Nº 2537016

PORTARIA PMI/SEAD Nº 435, de 24 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Exoneração de Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana - SEINFRA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, em 24 de junho de 2020, o Sr. TIAGO SOARES MACIEL, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 042.463.159-82, do cargo de Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 108, de 07 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Daiane Leopoldina Nunes

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal



**PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 10/2020**

Publicação Nº 2537001

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 10, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a PORTARIA PMI/SEAD Nº 340, de 19 de maio de 2020 e PPE - PMI/SEAD Nº 88/2020, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;  
Considerando as informações no Protocolo nº: 6.882/2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária da área pública, situada na Rua Centenário, s/nº, Mirim, Imbituba-SC, a Sra. MARIA DA GLO-  
RIA SILVA DE MELO, inscrita no CPF sob o nº 776.145.009-97, domiciliada na Rua Santana, nº 170, Mirim, Imbituba-SC, para a atividade/  
venda de "Serviços ambulante de alimentação, trailer de lanches e bebidas", semanalmente.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legis-  
lação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período definido neste ato, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e  
de caráter intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou  
extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesa restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato  
revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias  
introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário  
e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 24 de junho de 2020.

DAIANE LEOPOLDINA NUNES  
Secretária Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**PPE - PMI/SEAD Nº 97/2020**

Publicação Nº 2536134

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PPE - PMI/SEAD Nº 97/2020

A Secretária Municipal de Administração, Sra. DAIANE LEOPOLDINA NUNES, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de  
dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando os Decretos PMI nº 029/2020 e nº 088/2020 e no uso da competência que  
lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA  
PMI/SEAD Nº 187, de 28 de fevereiro de 2020, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 04, habilitado (a) pelo  
Processo Seletivo Simplificado n. 08/2016.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de  
fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
GIZELLE APARECIDA DA ROSA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 04	006.571.689-20

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação municipal em vigor, a  
servidora entra em exercício em 26/06/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade  
competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 071/2020

Publicação Nº 2536040

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 071/2020

CONTRATADA: DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de cobertura da quadra poliesportiva da Escola Básica Municipal Rudolfo Alfarth, situada no Bairro Encano Baixo, localizada na Rua Arnold Alfarth, nº770, Indaial/SC, com uma área total de 523,32m², onde será executada sobre quadra já existente com dimensões de 17,30 X 30,25m, conforme anexos III, IV e V, do edital.

VALOR: R\$ 265.425,31

PRAZO: 23 de junho de 2020 até 23 de junho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 23/06/2020.

### DECRETO Nº 2282/2020

Publicação Nº 2535945

. DECRETO Nº 2282/20

. De 18 de junho de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2020 no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5745/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.966,36 (QUARENTA MIL, NOVECENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	Vínculo	Valor
31.001.0008.0244.0031.2512.3319000000000000	01520000	R\$ 40.966,36

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020, referente recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência Social, conforme LC 173/2020 de 27 de maio de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### DECRETO Nº 2288/2020

Publicação Nº 2535775

. DECRETO Nº 2288/20

. De 22 de junho de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2020 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.745/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.444.784,42 (UM MILHÃO E QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
02.001.0004.0122.0002.2051.33390000000000000000	01530000	9.349,60
02.001.0004.0122.0002.2051.33190000000000000000	01530000	210.746,62
02.006.0022.0122.0002.2081.33390000000000000000	01530000	1.716,80
02.006.0022.0122.0002.2081.33190000000000000000	01530000	35.213,53
04.001.0004.0122.0004.2151.33390000000000000000	01530000	20.949,60

04.001.0004.0122.0004.2151.33190000000000000000	01530000	328.875,81
06.001.0020.0122.0006.2251.33390000000000000000	01530000	5.556,40
06.001.0020.0122.0006.2251.33190000000000000000	01530000	80.314,64
08.001.0015.0122.0008.2301.33390000000000000000	01530000	25.108,20
08.001.0015.0122.0008.2301.33190000000000000000	01530000	332.294,46
09.001.0015.0122.0009.2351.33390000000000000000	01530000	5.046,00
09.001.0015.0122.0009.2351.33190000000000000000	01530000	106.412,21
09.003.0006.0122.0009.2801.33390000000000000000	01530000	2.911,60
09.003.0006.0122.0009.2801.33190000000000000000	01530000	54.210,05
10.001.0017.0122.0010.2401.33390000000000000000	01530000	14.389,80
10.001.0017.0122.0010.2401.33190000000000000000	01530000	211.689,10

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## DECRETO Nº 2290/2020

Publicação Nº 2535684

. DECRETO Nº 2290/20

. De 24 de junho de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento de 2020 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, proveniente de Excesso de Arrecadação

Andre Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5475/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 207.778,17 (Duzentos e sete mil, setecentos e setenta e oito reais e dezessete centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.003.0010.0301.0030.2460.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – ATENÇÃO BÁSICA	01520000 COVID-19	207.778,17
Total do Lote		207.778,17

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020 ref. receitas para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância Internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) provenientes de Recursos transferidos da União destinados às ações de saúde e de assistência social conforme art.5ºI-b, Lei Complementar 173 de 27 de maio de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

**DECRETO Nº 2291/2020**

Publicação Nº 2536032

. DECRETO Nº 2291/20  
. De 24 de junho de 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 DA FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETERS, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.745/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente da FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETERS, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.1700.3449000000000000	03645501	25.991,00
41.001.0013.0391.0041.2703.3339000000000000	03645501	4.009,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

**DECRETO Nº 2292/2020**

Publicação Nº 2535881

. DECRETO Nº 2292/20  
. De 24 de junho de 2020  
Altera Decreto nº 2186/2020

DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA E DA CERTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – CRF DO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC, ATRAVÉS DA LEI 13.465/2017 E DECRETO 9.310/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, demais dispositivos legais em vigor e, considerando o pedido para corrigir a rua que o Município receberá como doação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 2186 de 2020 que decreta o Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária – CRF, do Município de Indaial/SC, através da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, através da Matrícula nº 23.667, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial/SC, sendo que a rua Projetada 01, este município receberá em doação para a sua efetiva manutenção.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 24 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

**PORTARIA Nº 732/20**

Publicação Nº 2535935

PORTARIA Nº 732/20  
De 10 de junho de 2020  
Concede Insalubridade

Carlos José Koehler

FABIANO DOS SANTOS, Secretário de Planejamento do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 55, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Comunicação Interna nº 071/2020 de 08 de junho de 2020, confeccionada pela Segurança do Trabalho, RESOLVE:

Homologar 20% de insalubridade, ao servidor Carlos José Koehler, ocupante do cargo de Pintor de Obras, admitido em 24 de outubro de 1994, conforme laudo ambiental do Técnico de Segurança do Trabalho, a partir de 01 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial em 10 de junho de 2020.

FABIANO DOS SANTOS

Secretário de Planejamento

Secretário Interino de Obras  
(Decreto nº 2133 de 30/03/20).

**PORTARIA Nº 746/20**

Publicação Nº 2535933

PORTARIA Nº 746/20

De 16 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Kathia Dirlene Brandl

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 04 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2013/2018 à servidora Kathia Dirlene Brandl, ocupante do cargo de Técnica de Saúde Bucal do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 15 de junho de 2020 a 14 de julho de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 16 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 747/20**

Publicação Nº 2535930

PORTARIA Nº 747/20

De 16 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Andrea de Souza

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 08 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2008/2013 à servidora Andrea de Souza, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 15 de junho de 2020 à 14 de julho de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 12 de maio de 2020 a 10 de junho de 2020;
- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento do mês de novembro de 2014.

Prefeitura de Indaial, em 16 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 748/20**

Publicação Nº 2535927

PORTARIA Nº 748/20

De 16 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Luciane Daniele Packer

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 08 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2008/2013 à servidora Luciane Daniele Packer, ocupante do cargo de Orientadora Educacional do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 15 de junho de 2020 à 14 de julho de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 12 de maio de 2020 a 10 de junho de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 10 de setembro de 2013 a 09 de outubro de 2013.

Prefeitura de Indaial, em 16 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 749/20**

Publicação Nº 2535926

PORTARIA Nº 749/20

De 16 de junho de 2020

Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Nayara Elmisan Zolet

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado médico anexo do Dr. Pedro Geisel Santos, CRM/SC 14.919 de 09 de junho de 2020. RESOLVE:

Prorrogar 15 (quinze) dias, conforme Lei Complementar nº 223, artigo 80, parágrafo único, a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família da servidora Nayara Elmisan Zolet, ocupante do cargo de Educadora de Atividades Físicas II do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de seu filho João Carlos Elmisan Zolet Silva, a partir do dia 09 de junho de 2020 à 23 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 16 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA N° 751/20**

Publicação N° 2535924

PORTARIA N° 751/20  
De 17 de junho de 2020  
Retifica Portaria 625/20

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade

Arno Steiner

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar N°105/10, artigo 88, e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Retificar a portaria n° 625/20, que homologa/concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor, Arno Steiner, que passa a ter a seguinte redação:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2011/2016 ao servidor Arno Steiner, ocupante do cargo de Motorista do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias de férias já usufruídas de 12 de maio de 2020 a 10 de junho de 2020;
- 60 (sessenta) dias de férias a serem usufruídas em época oportuna de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 17 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN  
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA N° 752/20**

Publicação N° 2535923

PORTARIA N° 752/20  
De 17 de junho de 2020  
Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Arno Steiner

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 10 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2011/2016 à servidora Arno Steiner, ocupante do cargo de Motorista do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 15 de junho de 2020 a 14 de julho de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 12 de maio de 2020 a 10 de junho de 2020;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 17 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN  
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal



**PORTARIA Nº 753/20**

Publicação Nº 2535920

PORTARIA Nº 753/20

De 17 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Maria Elenir Gonçalves Fusinato

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 01 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2005/2010 à servidora Maria Elenir Gonçalves Fusinato, ocupante do cargo de Auxiliar de Limpeza do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias a serem usufruídos a partir de 22 de junho de 2020 a 21 de julho de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 17 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 755/20**

Publicação Nº 2535919

PORTARIA Nº 755/20

De 17 de junho de 2020

Retifica Portaria 2209/19

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade

Rosane de Fátima Sieg

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 88, e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Retificar a portaria nº 2209/19, que Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade à servidora Rosane de Fátima Sieg, que passa a ter a seguinte redação:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2013/2018 à servidora Rosane de Fátima Sieg, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem II do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias residuais já usufruídos de 19 de fevereiro de 2020 a 19 de março de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 17 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 756/20**

Publicação Nº 2535917

PORTARIA Nº 756/20

De 17 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Rosane de Fátima Sieg

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 08 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2013/2018 à servidora Rosane de Fátima Sieg, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem II do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 09 de junho de 2020 a 08 de julho de 2020;
- 30 (trinta) dias residuais já usufruídos de 19 de fevereiro de 2020 à 19 de março de 2020;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 17 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 757/20**

Publicação Nº 2535915

PORTARIA Nº 757/20

De 17 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Ariane Raquel Bilk Tavares

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 10 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2012/2017 à servidora Ariane Raquel Bilk Tavares, ocupante do cargo de Telefonista do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias a serem usufruídos a partir de 19 de junho de 2020 a 18 de julho de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 17 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 761/20**

Publicação Nº 2535914

PORTARIA Nº 761/20

De 18 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Wilson Bohmann

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 16 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2010/2015 ao servidor Wilson Bohmann, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias a serem usufruídos a partir de 22 de junho de 2020 a 21 de julho de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 18 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 766/20**

Publicação Nº 2535911

PORTARIA Nº 766/20

De 19 de junho de 2020

Averba Tempo de Contribuição/Servidor

José Natal Ferrari

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e de mais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 18 de junho de 2020, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSS, emitida em 23 de maio de 2006, nº 20021040.1.00104/06-3 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 1.326 dias, ou 03 (três) anos, 07 (sete) meses e 21 (vinte e um) dias ao servidor José Natal Ferrari, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Prefeitura de Indaial, 19 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2020**

Publicação Nº 2535665

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 044/2020

Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2020-19208

Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos - Exclusivo para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 07/07/2020 - 08h30min – Horário de Brasília  
Início da sessão: 07/07/2020 - 08h30min – Horário de Brasília  
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic2@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.  
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 210/2019**

Publicação Nº 2536047

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 210/2019

CONTRATADA: CREATIVE MIND TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Resta temporariamente suspenso, no período compreendido entre o dia 12 de maio de 2020 a 09 de setembro de 2020 (120 dias) os prazos de execução/entrega e de vigência/validade do Contrato nº 210/2019, com fundamento no art. 57, § 1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, em razão da paralização das aulas, e consequentemente, ao não fornecimento dos serviços de robótica educacional, em virtude da pandemia do Covid-19.

DATA DA ASSINATURA: 12/05/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 030/2019**

Publicação Nº 2536050

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 030/2019

CONTRATADA: VISIMED SERVIÇOS MÉDICOS - EIRELI.

OBJETO DO ADITIVO: Resta temporariamente suspenso, no período compreendido entre o dia 04 de maio de 2020 a 1º de setembro de 2020 (120 dias) os prazos de execução e de validade do Contrato nº 030/2019, com fundamento no art. 57, § 1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, em virtude da pandemia do Covid-19.

PRAZO: 04 de maio de 2020 a 1º de setembro de 2020 (120 dias).

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 106/2019**

Publicação Nº 2536043

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 106/2019

CONTRATADA: DIOCESE DE BLUMENAU.

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.

PRAZO: 1º de junho de 2020 até 31 de maio de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 187/2018**

Publicação Nº 2536054

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 187/2018

CONTRATADA: REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE INDAIAL.

OBJETO DO ADITIVO: Resta temporariamente suspenso, no período compreendido entre o dia 04 de maio de 2020 a 1º de setembro de 2020 (120 dias) os prazos de execução e de validade do Contrato nº 187/2018, com fundamento no art. 57, § 1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, em virtude da pandemia do Covid-19.

PRAZO: 04 de maio de 2020 a 1º de setembro de 2020 (120 dias).

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 064/2017**

Publicação Nº 2536056

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 064/2017

CONTRATADA: MOCAM SUPERMERCADOS LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.

PRAZO: 04 de maio de 2020 até 03 de maio de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 065/2017**

Publicação Nº 2536058

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 065/2017  
CONTRATADA: MOCAM SUPERMERCADOS LTDA.  
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.  
PRAZO: 04 de maio de 2020 até 03 de maio de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 066/2017**

Publicação Nº 2536060

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 066/2017  
CONTRATADA: CARLOS BEUTER & CIA LTDA - EPP.  
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.  
PRAZO: 04 de maio de 2020 até 03 de maio de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 068/2017**

Publicação Nº 2536045

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 068/2017  
CONTRATADA: LABHI LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA EPP.  
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.  
PRAZO: 06 de maio de 2020 até 05 de maio de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 05/05/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 191/2019**

Publicação Nº 2536061

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 191/2019  
CONTRATADA: INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.  
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias.  
PRAZO: 17 de junho de 2020 até 15 de setembro de 2020.  
DATA DA ASSINATURA: 16/06/2020.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 015/2020 - TERMO DE DISPENSA 12/2020**

Publicação Nº 2535166

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Nesta data, tendo em vista que estão preenchidos os requisitos legais e de mérito, homologo o Processo Licitatório nº 15/2020 – Termo de Dispensa nº 12/2020, e adjudico à ASTEKSUL ELETRO ELETRÔNICA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.577.649/0001-70, o objeto do presente processo, no valor de R\$ 4.709,90 (quatro mil setecentos e nove reais e noventa centavos).  
Publique-se.

Indaial (SC), 25 de junho de 2020.  
Flávio Augusto Ferri Molinari  
Presidente da Mesa Diretora  
Câmara Municipal de Indaial

# Iomerê

## PREFEITURA

### PORTARIA 3589/20

Publicação Nº 2535734

PORTARIA Nº 3589 DE 09 DE JUNHO DE 2020.  
Concede Progressão Funcional à Servidora  
CAROLINE SIPP ZARDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a CAROLINE SIPP ZARDO, sendo pago mensalmente a partir do mês de junho de 2020, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de junho de 2020.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 3590/20

Publicação Nº 2535738

PORTARIA Nº 3590 DE 09 DE JUNHO DE 2020.  
Concede Progressão Funcional à Servidora  
JANAINA APARECIDA REQUES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a JANAINA APARECIDA REQUES, sendo pago mensalmente a partir do mês de junho de 2020, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de junho de 2020.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 3591/20

Publicação Nº 2535741

PORTARIA Nº 3591 DE 09 DE JUNHO DE 2020.  
Concede Progressão Funcional ao Servidor  
PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA, sendo pago mensalmente a partir do mês de junho de 2020, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de junho de 2020.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### 1TAC31/2020

Publicação Nº 2536181

24/06/2020 12/02/2021 24/06/2020 2020 7 2741 1TAC31/2020 31/2020 2 A presente licitação tem por objeto a aquisição, conforme a necessidade, de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar, das escolas da rede municipal, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 1876,76 102499 ENIO DELAZERI EIRELI J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 5 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE ANULAÇÃO 'PROC. ADM. 044/2020

Publicação Nº 2536006

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2020

#### ATA DE ANULAÇÃO

Motivo....:

NENHUMA EMPRESA APRESENTOU INTERESSE, CONSIDERANDO A PRESENTE DESERTA

#### ITENS DA LICITAÇÃO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, DESTINADO A SECRETARIA  
MUNICIPAL DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO  
OESTE/SC – REPASSE MINISTÉRIO DA CIDADANIA - PROGRAMAÇÃO 420765020190001.

Iporã do Oeste/SC, 23 de Junho de 2020.  
LUCIO MALLMANN  
Prefeito Municipal



# Ipuaçu

## PREFEITURA

### **DECRETO N. 113/2020 PROMOVE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 70/2019, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PREF N. 32/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536153

DECRETO N. 113/2020

PROMOVE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 70/2019, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PREF N. 32/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 8.666/1993 consolidada e demais disposições legais vigentes, e

Considerando que o Processo Licitatório Pref n. 70/2019 (na modalidade de Pregão Presencial Pref N. 32/2019), cujo objeto é a aquisição de uma motoniveladora, foi lançado ainda em 12 de agosto de 2019;

Considerando que do referido procedimento licitatório resultou a instauração da Notícia de Fato n. 06.2019.00004542-8, pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, procedimento ainda sem uma definição concreta e conclusiva;

Considerando que os recursos para aquisição do objeto (motoniveladora) serão oriundos de contrato de financiamento junto ao BADESC com recursos do Programa BADESC Cidades (Contrato de Empréstimo n. 2019.0145,01, autorizado pela Lei Municipal n. 892, de 15 de março de 2019), havendo necessidade da urgente apresentação do respectivo processo licitatório junto àquela instituição financeira para liberação dos recursos;

Considerando que a Administração Municipal vem alocando elevado valor financeiro com a contratação de motoniveladora terceirizada, uma vez que tal equipamento é imprescindível para a manutenção e recuperação das rodovias vicinais do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, na íntegra, o Processo Licitatório Pref n. 70/2019, na modalidade de Pregão Presencial Pref N. 32/2019, cujo objeto consiste na aquisição de uma motoniveladora, lançado 12 de agosto de 2019.

Art. 2. Fica determinado ao Setor de Licitações e Contratos o imediato lançamento de nova licitação para o mesmo objeto, com as adequações necessárias das especificações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Ipuaçu-SC, em 24 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

### **DECRETO Nº 114 DE 24 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536154

DECRETO Nº 114

DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9º da Lei 910, de 05 de dezembro de 2020 – Lei Orçamentária para o exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 40.840,50 (quarenta mil, oitocentos e quarenta reais com cinquenta centavos) na seguinte programação de despesa:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.054 – Manutenção do Bloco Saúde/Estado

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 03.1367 – Superávit Financeiro – Transferência Estado

Despesa: 17 – R\$ 15.012,00

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.054 – Manutenção do Bloco Saúde/Estado

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 03.1367 – Superávit Financeiro – Transferência Estado

Despesa: 16 – R\$ 25.828,50

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 03.1367 – Superávit Financeiro – Transferência Estado PROCIS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 24 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## PL PREF 43.2020 PP PREF 19.2020

Publicação N° 2536343

### EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.43/2020, Tipo Pregão Presencial PREF n. 19/2020 (menor preço por item).

Entrega de envelopes: Até às 09h00min de 08 de julho de 2020.

Data de abertura: A partir das 09h20min de 08 de julho de 2020.

Objeto: Visa o presente objeto a aquisição de uma motoniveladora, nova, ano e modelo mínimo 2020 para o Município de Ipuauçu-SC, em atendimento ao contrato de empréstimo nº. 2019014501, programa BADESC cidades, que entre si fazem a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A – BADESC e a Prefeitura Municipal de Ipuauçu/SC, conforme descrito no anexo I termo de referência. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuauçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuauçu - SC, em 24 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2508 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535776

DECRETO Nº 2508 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a regulamentação temporária do regime excepcional de trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais do Magistério e da Educação, em cumprimento do regime especial de atividades remotas e retorno parcial em atividades presenciais sem a presença de estudantes nas Unidades Escolares dos professores e demais servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver as ações de forma mais coordenada referentes à plataforma de ensino, ferramentas pedagógicas e procedimentos mais eficientes para alcançar maior abrangência possível os alunos no regime especial de atividades escolares não presenciais no sistema municipal de ensino, para o cumprimento do calendário letivo de ano de 2020.

CONSIDERANDO a dificuldade dos professores no gerenciamento de atividades e criação de aulas interativas na plataforma "Classroom G Suíte", ajudando o aluno a aumentar o aprendizado por meio dessa ferramenta.

CONSIDERANDO que as aulas remotas estão acontecendo e demanda gestão sobre elas e as escolas estão tendo dificuldade nesse controle, objetivando adequar os registros de tudo o que está sendo feito para garantir o mínimo de 800 horas/ano a todos os alunos,

CONSIDERANDO o compromisso de planejamento, organização, direção e, principalmente, controle sobre: a) carga horária do que está sendo trabalhado; b) garantia de conteúdos; c) mapeamento geral e comparativo do que foi planejado, do que foi trabalhado e do que está ficando pendente.

CONSIDERANDO que os alunos não possuem o mesmo desempenho de aprendizado e condições de acesso às aulas neste novo cenário completamente novo para todos e os estudantes terem diferentes oportunidades e níveis de acesso às aulas e aos materiais – alguns contando com o suporte dos pais, outros, não.

CONSIDERANDO a obrigação de revisitar o planejamento do ano e começar a repensar as atividades previstas para o restante de 2020, principalmente as demandas extraclasse que seriam realizadas visando estabelecer quais delas poderão ser canceladas, quais serão modificadas e quais serão mantidas.

CONSIDERANDO que a interação com vistas à construção de estratégias que melhor atendem a realidade dos alunos pode ser construída de forma coletiva e que a escola possui mais equipamentos, materiais e recursos didáticos dos diversos níveis de ensino.

#### DECRETA:

Art. 1º As regras definidas no presente decreto aplicam-se exclusivamente aos servidores e contratados vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipumirim-SC cujas atividades regulares foram paralisadas em razão da promulgação dos Decretos do Governo do Estado de Santa Catarina 525/2020, 562/2020, 587/2020 e 630 de 01 de junho de 2020, sendo que neste último a suspensão das aulas presenciais foi estabelecida até 02 de agosto do corrente ano, e o Decreto Municipal n. 2482, de 31 de março de 2020.

Art. 2º O regime especial de atividades não-presenciais implementado no âmbito do Município de Ipumirim-SC que envolve desenvolvimento de atividades remotas cujo aproveitamento para fins do disposto no inc. I do art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), depende do integral cumprimento das regras e diretrizes fixadas no âmbito do sistema municipal de ensino.

Art. 3º. Durante o período especial em que forem suspensas as atividades escolares na rede municipal de ensino, em decorrência da pandemia devido ao COVID-19, os professores efetivos e os de caráter temporário e as auxiliares de sala e auxiliares de creche vinculados à Secretaria Municipal de Educação deverão desenvolver suas atividades observando o regime híbrido de trabalho conforme definição a seguir: I - expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação;

II - expediente regular parcial, com cumprimento parcial da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação;

III – trabalho remoto, com cumprimento parcial da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais;

IV - banco de horas, mediante a suspensão da realização de atividades com formação de banco de horas para compensação futura, quando for retomada a realização do ensino com atividades presenciais, que será regulamentado através de decreto municipal.

§ 1º A definição do regime de trabalho previsto nos incisos I, II e III está detalhado no anexo I do presente decreto.

Art. 4º. Para cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial é imprescindível atenção às medidas de segurança e convívio social, preventivas nas portarias expedidas pela Secretaria Estadual de Saúde, normas da vigilância sanitária e orientações da Secretaria Municipal de saúde. Para sua proteção e contribuição para a contenção da pandemia cabe ao servidor observar e cumprir, no local de trabalho, as seguintes regras:

I – Utilizar álcool 70% conforme orientações básicas de higiene e proteção;

II – Lavar as mãos com água e sabão periodicamente, conforme as orientações da Saúde;

III – Evitar tocar a boca, o nariz e os olhos sem antes higienizar as mãos;

IV – Não compartilhar copos, talheres e outros objetos pessoais;

V - Manter os ambientes ventilados. Manter as janelas e portas abertas mesmo em dias frios;

VI – Ao tossir ou espirrar, utilize a barreira física do antebraço ou lenço de papel;

VII - Cumprimentar as pessoas a distância sem aperto de mão, beijos ou abraços;

VIII - O uso de máscaras em local de trabalho é obrigatório, mesmo que não esteja com alguma doença respiratória (coriza, tosse e/ou espirro);

IX - Manter uma distância segura, de no mínimo 1,5 metros de distância.

Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Educação providenciará os EPIs e o material necessário para o cumprimento no disposto neste

artigo e fixará estas normas de forma clara em local visível em todos os ambientes de trabalho.

Art. 5º. Cada Unidade Escolar deverá fazer um plano individual constando os horários e as atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais no expediente regular parcial.

Art. 6º. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Ipumirim – SC, 24 de junho de 2020.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

## ANEXO I DEFINIÇÃO DO REGIME DE TRABALHO

### I – FUNÇÕES GRATIFICADAS, SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS, PEDAGÓGICO E SERVIÇOS GERAIS

CARGO	CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO
Administrador Escolar	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.
Assistente Pedagógico	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.
Auxiliar de Direção	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.
Coordenador de Programa	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.
Diretor de Escola	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.
Professor não regente de turma	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.
Secretário de Escola	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.
Zelador	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.
Motorista	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

### II – DOCENTES

CARGO/CARGA HORÁRIA	CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO
Professor de Educação Infantil Pré – Escola 40 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 16 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.
Professor de Educação Infantil Pré – Escola 20 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 8 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.
Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental 40 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 16 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.
Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental 20 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 8 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.
Professor de Disciplinas Específicas da Educação Infantil e Ensino Fundamental 40 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 16 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.
Professor de Disciplinas Específicas da Educação Infantil e Ensino Fundamental 30 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 12 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.
Professor de Disciplinas Específicas da Educação Infantil e Ensino Fundamental 20 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 8 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.

Professor de Disciplinas Específicas da Educação Infantil e Ensino Fundamental 10 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 4 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.
--	---

### III – ATIVIDADES COMPLEMENTARES, APOIO PEDAGÓGICO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

CARGO/CARGA HORÁRIA	CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO
Agente de Tecnologia	expediente regular, com cumprimento da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação.
Auxiliar de Sala 40 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 16 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.
Auxiliar de Sala 20 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 8 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Trabalho remoto, com cumprimento da carga horária restante da jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais.
Auxiliar de Creche 40 horas semanais	Expediente regular parcial, com cumprimento de 20 horas relógio da jornada de trabalho de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Banco de horas de 20 horas semanais mediante a suspensão da realização de atividades com formação de banco de horas para compensação futura, quando for retomada a realização do ensino com atividades presenciais.

Ipumirim – SC, 24 de junho de 2020.

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2509 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535782

DECRETO Nº 2509 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID 19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Ipumirim, decretada através do Decreto nº 2479 de 19 de março de 2020, em virtude da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19):

#### DECRETA:

Art. 1º Aos servidores públicos municipais integrantes dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, enquanto vigentes normas que estabeleçam medidas excepcionais em decorrência da situação de emergência em saúde pública em razão do coronavírus (COVID-19), poderão ser concedidas as medidas administrativas previstas neste Decreto.

Art. 2º Entre as medidas referentes à gestão de pessoal, fica autorizado o Poder Executivo:

I - conceder, unilateralmente, as seguintes medidas administrativas:

- licença prêmio, caso tenham sido preenchidos os requisitos legais para sua fruição;
- férias coletivas ou férias normais individuais;
- férias ou licenças prêmios antecipadas, para servidores públicos que ainda não tenham cumprido o período aquisitivo.

II - alterar a forma de cumprimento da jornada de trabalho, mediante:

- a instituição de modalidade de trabalho remoto (home office);
- a redução e flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de remuneração;
- a fixação de escalas de trabalho diferenciadas;
- a instituição de banco de horas (positivo ou negativo) para compensação em data futura;

III - deslocamento provisório de servidores nas seguintes modalidades:

- designação para lotação provisória em outros órgãos da administração pública;
- deslocamento para composição de força de trabalho junto à órgão público diverso, integrante ou não da administração pública municipal;

IV - a suspender ou extinguir os contratos de trabalho dos servidores admitidos em caráter temporário (ACT's) e dos termos de compromisso de estágio.

§ 1º A fixação de regime de cumprimento de jornada de trabalho na modalidade de trabalho remoto (home office), prevista na alínea “a” do inciso II, não gerará horas extraordinárias, tampouco poderá ser aplicada ao regime de banco de horas.



§ 2º Aos servidores temporários (ACT's), aplicam-se às regras definidas no art. 13, deste Decreto.

§ 3º Aos estagiários e profissionais contratados sob regime diferenciado, aplicam-se as regras definidas no art. 20, deste Decreto.

§ 4º Ficam excluídos das hipóteses elencadas no inciso I do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 5º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas coletivas ou individuais normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 6º A licença prêmio normal ou antecipada, as férias coletivas ou individuais normais e as antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 3º Enquanto as atividades nos órgãos públicos municipais estiverem submetidas a restrições de qualquer natureza, independentemente do regime de trabalho a que estiver submetido o servidor, será mantida a percepção da remuneração normal.

Art. 4º Quando do retorno das atividades normais, havendo determinação dos órgãos sanitários para manutenção do afastamento dos servidores integrantes do grupo de risco, a estes será garantido desempenho de atividades em regime diferenciado.

Parágrafo Único – Os servidores integrantes dos chamados “Grupo de Risco”, deverão apresentar ao Departamento de Pessoal, atestado MÉDICO, emitido por profissional da Unidade Básica de saúde Municipal ou especialista da rede privada, acompanhado de auto declaração com a descrição de pertencerem aos grupos de riscos.

Art. 5º O regime de trabalho remoto (home office) fica definido como o desempenho das funções, atribuições e atividades funcionais do servidor a partir de sua residência, e compreende:

I - a execução das atividades do setor durante o horário de expediente normal do Poder Executivo Municipal;

II - a consulta diária da conta de e-mail institucional com resposta tempestiva aos expedientes recebidos pela via adequada;

III - o atendimento telefônico do público interno e externo, e;

IV - a permanência à disposição do Poder Executivo Municipal durante o horário de expediente normal, inclusive para comparecimento presencial na unidade de lotação, caso necessário.

§ 1º Para viabilizar a execução das atividades em regime de trabalho remoto, o servidor deverá providenciar computador com acesso à internet em sua residência.

§ 2º Nas hipóteses em que o servidor não dispuser de computador com acesso à internet em sua residência para a execução das atividades laborais, fica autorizada a movimentação temporária dos equipamentos e do mobiliário de propriedade do Poder Público para o imóvel ocupado pelo servidor, mediante a assinatura do termo de responsabilidade que deverá ser entregue ao gestor patrimonial da unidade de lotação dos bens móveis.

§ 3º Nos casos previstos no § 2º deste artigo, o servidor ficará responsável pela guarda e devolução dos bens móveis cedidos, livre de danos ou avarias, quando do retorno às atividades presenciais, devendo ressarcir de imediato qualquer prejuízo causado ao patrimônio público.

§ 4º As situações concernentes aos servidores que executam atividades incompatíveis com o trabalho remoto ou que não possuem acesso à internet em sua residência podem ser relativizadas pela chefia imediata, levando-se em consideração as peculiaridades do caso concreto, aplicando-se a redução e flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de remuneração ou a fixação de escalas de trabalho diferenciadas, conforme estabelecer o Secretário Municipal ou Diretor do órgão.

§ 5º O trabalho em home office ou outro regime especial não implica em prejuízo funcional, remuneratório e previdenciário.

Art. 6º Os servidores que não puderem exercer suas atividades em regime de trabalho remoto ou outra forma de cumprimento da jornada de trabalho em regime especial, estarão submetidos ao regime de compensação por banco de horas, nos termos definidos no art. 2º, II, “d”, deste Decreto.

Art. 7º O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor.

Art. 8º Ao final do período de suspensão das atividades normais ou da causa que originou o trabalho em regime de banco de horas, será calculado o montante do total de horas negativas acumuladas no período, devendo o servidor público compensá-las quando este retomar as atividades regulares.

§ 1º As horas trabalhadas a mais em razão do regime de compensação de horas, em regra, não terão caráter de labor extraordinário, e serão compensadas de acordo com os parâmetros e critérios definidos pelo titular do órgão em que estiver lotado o servidor.

§ 2º A compensação mencionada no § 1º deste artigo, não poderá resultar em jornada diária total superior a 10 (dez) horas diárias.

§ 3º A compensação das horas não pode prejudicar o direito dos servidores públicos quanto ao descanso entre jornadas, salvo em caso de excepcional necessidade do serviço público, e desde que assim ajustado de comum acordo entre a chefia imediata e o servidor.

Art. 9º A acumulação de horas devidas em face da sujeição ao regime de banco de horas aplica-se exclusivamente enquanto perdurar a situação de emergência.

Parágrafo único. A sujeição do servidor ao regime de banco de horas não pode importar em redução de sua remuneração mensal.

Art. 10. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a determinar a lotação provisória de servidores para o exercício em outro órgão, nos termos definidos no art. 2º, III, deste Decreto.

Parágrafo único. O servidor público só deverá exercer suas atribuições no local da lotação provisória quando as funções por ele desempenhadas sejam compatíveis com as atribuições do cargo de provimento efetivo de que é titular e desde que respeitada a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente.

Art. 11. O ato da lotação provisória do servidor deverá ocorrer sem prejuízo de seus vencimentos e deverá ser efetivado, independentemente de sua anuência prévia, exigindo sua comunicação com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência.

Art. 12. O ato de lotação provisória do servidor público municipal se concretizará com a publicação da portaria no Diário Oficial dos Municípios.

§ 1º O ato de lotação provisória deverá prever seu termo final, que será por prazo certo ou pelo adimplemento de condição resolutive.

§ 2º A lotação provisória poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato unilateral do Secretário Municipal da pasta em que o servidor tenha sua lotação originária.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo poderá determinar:

I - a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho:

a) de expediente regular;

b) de jornada alterada, por meio de trabalho remoto, em regime especial de redução e flexibilização, por escala de trabalho diferenciada ou em regime de banco de horas, nos termos do art. 2º, II.

II - a suspensão do contrato de trabalho;

III - a alteração unilateral do contrato de trabalho, para exercício extraordinário em lotação diversa;

IV - a rescisão unilateral do contrato de trabalho, em razão da situação de emergência reconhecida no âmbito do Município.

Art. 14. Aos servidores temporários que continuarem a desenvolver suas atividades na forma definida no inciso I do art. 13, aplicam-se integralmente as regras definidas no art. 5º.

Art. 15. Aos servidores temporários que tiverem seus contratos de trabalho suspensos, será assegurada a percepção de 50% de sua remuneração contratada.

§ 1º Durante o período de suspensão do contrato de trabalho, serão contabilizadas as horas de trabalho acumuladas, para fins de compensação futura, nos termos do disposto nos art. 6º ao 9º, deste Decreto.

§ 2º O montante das horas devidas deverá ser reduzido proporcionalmente à redução da remuneração prevista no caput.

§ 3º A suspensão temporária do contrato de trabalho será pactuada por acordo individual escrito entre a Secretaria Municipal ou órgão onde o servidor exerça suas funções e o contratado, que será encaminhado ao contratado com antecedência de, no mínimo, 02 (dois) dias corridos.

§ 4º Durante o período de suspensão temporária do contrato, fica mantida a contribuição ao Regime Geral de Previdência Social, com a redução proporcional à redução experimentada em sua remuneração.

§ 5º O contrato de trabalho será restabelecido no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados:

I - da cessação da medida restritiva que originou a flexibilização da contratação;

II - da data da comunicação da Secretaria Municipal ou órgão a que estiver vinculado que notifique ao contratado sobre a sua decisão de antecipação da suspensão para que o contratado possa desenvolver uma das modalidades de regime de trabalho.

§ 6º O contrato de trabalho suspenso poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, de acordo com o disposto no art. 13, IV.

Art. 16. O servidor temporário poderá ter seu contrato de trabalho unilateralmente alterado para exercício temporário em outro órgão de lotação, observados os seguintes requisitos:

I - o exercício de atribuições afins à função para a qual foi contratado, respeitadas a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente;

II - a demonstração de que há necessidade temporária de excepcional interesse público a justificar a alteração unilateral do local de realização da função temporária;

III - a assinatura de termo de alteração do instrumento de contratação por ambas as partes.

Parágrafo único. O termo que determine as alterações na contratação temporária pode fixar como condição resolutive o retorno das atividades regulares no órgão que originalmente tiver contratado o servidor.

Art. 17. Os servidores contratados por prazo determinado poderão ter seu contrato de trabalho extinto unilateralmente, assegurada a percepção das verbas previstas na lei nº 1231/2019.

§ 1º A extinção do contrato será comunicada com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 2º Na hipótese de o servidor possuir mais de um vínculo funcional com a Administração, poderá ser determinada a rescisão de somente um ou ambos os vínculos.

Art. 18. Na hipótese de o servidor temporário requerer a rescisão antecipada de seu contrato, serão deduzidas das verbas indenizatórias os valores remuneratórios que lhe foram antecipados à título de férias, ou ainda, durante a vigência da suspensão de seu contrato de trabalho.

Art. 19. Os contratos de trabalho por prazo determinado cujo termo final de vigência expire durante o período em que vigorar a situação de emergência poderão ser prorrogados, desde que demonstrada a necessidade de sua manutenção.

Art. 20. Em relação aos estagiários vinculados à Secretarias Municipais ou demais órgãos, e aos cedidos a outros órgãos públicos, poderá ser determinada:

I - a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho de expediente regular ou de trabalho remoto, nos termos do art. 2º, II, "a", deste Decreto;

II - a suspensão do termo de compromisso de estágio, sem percepção da respectiva bolsa de estágio;

III - a rescisão unilateral do termo de compromisso de estágio, em razão da situação de emergência reconhecida no âmbito do Município.

§ 1º Os atos relacionados ao disposto nos incisos II e III do caput deste artigo serão notificados ao estagiário com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 2º Durante o período de suspensão do termo de compromisso de estágio, fica igualmente suspenso o pagamento de quaisquer benefícios dele decorrentes, devendo ser garantido pagamento do seguro em favor do estagiário (art. 9º, IV da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008), por parte da entidade conveniada ou do próprio Município.

§ 3º Uma vez restabelecidas as atividades regulares do órgão a que o estagiário estiver vinculado, o termo de compromisso de estágio, suspenso nos termos do inciso II do caput deste artigo, será restabelecido no prazo máximo de até 02 (dois) dias corridos.

Art. 21. Eventuais licenças para tratamento de assunto de interesse particular, a critério da respectiva Secretaria Municipal ou órgão a que o servidor estiver vinculado poderão ser suspensas por decisão unilateral.

Art. 22. Na falta de registro ponto, por sistema manual ou por meio eletrônico, bem como na impossibilidade de adoção de quaisquer das medidas administrativas previstas neste Decreto, enquanto vigentes normas que estabeleçam medidas excepcionais em decorrência da situação de emergência em saúde pública em razão do coronavírus (COVID-19), aplicar-se-á o disposto no art. 3º, § 3º, da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 23. Aos servidores afastados por suspeita ou com diagnóstico de coronavírus (COVID-19), será mantido o pagamento do vale alimentação, como forma de incentivo ao efetivo cumprimento da quarentena imposta, podendo, inclusive ser efetuado o pagamento retroativo aos que cumpriram quarentena e tiveram o benefício suprimido.

Art. 24. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste Decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Ipumirim – SC, 24 de junho de 2020.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

**EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2020 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 9/2020/FMS**

Publicação Nº 2536251

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2020  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 9/2020

VALDIR ZANELLA - GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso IV, cujo objeto é: Aquisição de teste rápido em virtude do corona vírus - Covid 19, em caráter emergencial, destinado ao atendimento a Unidade Básica de Saúde. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 24/06/2020  
VALDIR ZANELLA  
GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**LEI Nº 1861 DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536119

LEI Nº 1861 de 24 de junho de 2020.  
Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber relógio eletrônico em doação com encargo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IPUMIRIM-SC, Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber por doação da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO ASSOCIADOS DO NORTE RS E OESTE SC – SICREDI NORTE RS/SC, CNPJ nº 87.780.268/0001-71, instalado com encargo, um Relógio Eletrônico, com marcador de hora, data e temperatura.

§ 1º Como encargo da doação a que se refere o "caput" deste artigo, o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM(SC) fica responsável pela construção da base de concreto para a fixação do equipamento e instalação do respectivo quadro de medição do consumo de energia elétrica.

§ 2º O relógio eletrônico poderá ser instalado com a logomarca da doadora na Praça do Colonizador na Av. D. Pedro II.

§ 3º A manutenção do sistema digital do relógio ficará por conta da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO ASSOCIADOS DO NORTE RS E OESTE SC – SICREDI NORTE RS/SC.

§ 4º As despesas de energia elétrica para funcionamento do relógio correrão por conta do MUNICÍPIO DE IPUMIRIM (SC) que também poderá divulgar campanhas institucionais no equipamento.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 24 de junho de 2020  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 370/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536451

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para constituírem o Conselho do CMDCA;

I - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: PATRICIA DE PINHO BONASSI

Suplente: GISELE TAINA PREZOTTO

II - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

Titular: JUCILENE GOLDONI CALIARI

Suplente: TATIANE ZANELLA

III- Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Titular: MARISA PICK BALLER



Suplente: ADRIANA GIOMBELLI BORDINHON

IV - Representante da Secretaria de Saúde

Titular: FABIANE FARINA

Suplente: MILANIA M. Z. PATZLAFF

V – Representante da Assessoria Jurídica do Município:

Titular: CASSIO CANTON

Suplente: CELSO ANTONIO FROZZA

Representantes da Sociedade civil

VI - Representante da APP do NEM Prefeito Isidoro Giácomo Savaris de São Rafael:

Titular: MARCIA PAULA HOFFMANN HUFF

Suplente: PATRICIA MALAKOWSKI PARZIANELLO

VII - Representante do Grêmio Estudantil da EEF Prefeito Isidoro Giácomo Savaris:

Titular: TAINARA SUZANA BERNER HUFF

Suplente: RAIANA MELCHIORS SCHMIDT

VIII - Representante da APP da Escola E. Orides Rovani de Bom Sucesso:

Titular: SILVANDRO CHIOTTI

Suplente: ADRIANA CRISTINA RAMOS

IX - Representante da APP do NEM Professor Claudino Locatelli

Titular: JUCIANE RAIMUNDI

Suplente: LUDIMAR BOLDORI

X – Representante de APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Titular: ROSIMAR FERRAZZO

Suplente: CLESSIMARA SPRICIGO DIVENSI

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, a presente portaria produzira efeitos a partir de 24 de Junho de 2020.

Ipumirim - SC, 24 de Junho de 2020.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 9, DL Nº 7-2020-FMS-TESTE RÁPIDO-COVID 19**

Publicação Nº 2536273

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 7/2020 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2020 Data do Processo: 07/04/2020
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do F. M. De Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 9/2020  
b ) Licitação Nr.: 7/2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 24/06/2020  
e ) Objeto da Licitação Aquisição de teste rápido em virtude do corona vírus - Covid 19, em caráter emergencial, destinado ao atendimento a Unidade Básica de Saúde.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA (7649)**

1 Kit teste rápido IgG/IgM covid 19	UN	100,00	0,0000	74,90	7.490,00
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>7.490,00</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>7.490,00</b>

Ipumirim, 24 de Junho de 2020.

-----  
VALDIR ZANELLA  
STOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO F. M. DE SAÚ

**Irati****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2020-PMI - REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE ARQUITETO URBANISTA VIA EMPRESA, PARA ASSINATURA DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DA REURB, POR INTERMÉDIO DA AMNOROESTE – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE SANTA CATARINA, PERÍODO DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2537168

Estado de Santa Catarina  
Município de Irati  
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2020-PMI  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2020

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretario de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto ..... : REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE ARQUITETO URBANISTA VIA EMPRESA, PARA ASSINATURA DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DA REURB, POR INTERMÉDIO DA AMNOROESTE – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE SANTA CATARINA, PERÍODO DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2020, FONTE 0100.

Contratado ..... : PROJETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 21.463.949/0001-06, com endereço na Rua Mato Grosso, nº 36, Bairro Araucária Park, CEP 85.520-000, Município de Vitorino, Estado do Paraná.

Fundamento Legal...: art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor .....: R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI/SC, 25 de junho de 2020  
SERGIO PACHECO  
Comissão de Licitação  
Presidente

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 222/2020

Publicação Nº 2536201

PORTARIA N.º 222/2020.

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 215/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n.º 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º REVOGAR o inteiro teor da Portaria nº 215/2020 de 16/06/2020, que dispensou ANDREIA APARECIDA KASCHUK JANISZEWSKI da Função de Gestão de Diretora de Escola.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 16/06/2020.

Irineópolis (SC), 22 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 223/2020

Publicação Nº 2536212

PORTARIA Nº 223/2020.

DISPENSA SERVIDORA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- DISPENSAR a servidora ANDREIA APARECIDA KASCHUK JANISZEWSKI do exercício da Função de Gestão de Diretor de Escola, para a qual foi designada através da Portaria nº 132/2020, de 01/04/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### ADENDO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PERMANENTE Nº 002/2019

Publicação Nº 2536067

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PERMANENTE Nº 002/2019  
ADENDO 01

O MUNICÍPIO DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Assistência Social e do Fundo Municipal de Direito do Idoso, através do Conselho Municipal de Direito do Idoso, torna público que em razão de necessidade, houve alterações no edital de CHAMAMENTO PÚBLICO PERMANENTE nº 002/2019, para Chancela de projetos governamentais e não-governamentais.

A íntegra do edital e seus anexos, bem como o adendo nº 01 podem ser obtidos no seguinte endereço eletrônico: ita.sc.gov.br.

JAIRO LUIZ SARTORETTO DEISE FÁTIMA CALVI  
Prefeito Municipal Gestora do Fundo

### ATA AGENDAMENTO ABERTURA PROPOSTAS PL 037/2020, TP 006/2020

Publicação Nº 2535937

ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2020, EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2020, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 09h30min do dia vinte e quatro do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 062 de 10 de junho de 2020, sob a Presidência do Senhor Nereo Norberto Rostirolla, membros Jocias André Kurmann e Marta Bender Sartoretto, para o agendamento da abertura dos envelopes de "Proposta" das empresas habilitadas no referido processo. Fica marcado para o dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte as 08h30min, na sala de reuniões da prefeitura municipal de Itá a sessão de abertura dos envelopes de propostas. Intima-se as empresas da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente e membros da Comissão. Esta Ata será publicada nesta data no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

Nereo Norberto Rostirolla  
Presidente

Jocias André Kurmann  
Membro

Marta Bender Sartoretto  
Membro

### ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020

Publicação Nº 2535841

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2020 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 063 de 10 de junho de 2020, senhor Pregoeiro Ronei Trevisol, Felipe Uba Chupel e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 041/2020, Pregão Presencial nº. 020/2020, objetivando a aquisição de câmeras fixas de vídeo monitoramento para o projeto Bem Te Vi da Polícia Militar de Itá. Apresentaram envelopes de Proposta de Preço e Documentação as empresas FRANCIELE CRISTINA LAMIN, MS REDES LTDA EPP e UNNITY SEGURANÇA, REDES E TELECOM LTDA neste ato, representadas pelos Senhores Rafael Rodrigo Lamin, Douglas Mario Sutil e Leandro Koroch; Esteve presente na sessão o Sargento Lourenço Bevilaqua. As empresas cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. As empresas comprovaram a condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as empresas atenderam à disposição da Lei. Aberto os envelopes de proposta de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Em análise as propostas verificou-se que a empresa FRANCIELE CRISTINA LAMIN cotou o valor acima do preço máximo previsto no edital, desta forma ficou DESCLASSIFICADA; a empresa UNNITY SEGURANÇA, REDES E TELECOM LTDA, apresentou em sua proposta equipamento em desacordo com as especificações do edital (não possui strobe light e Alarme por Audio) apresentou a câmera Intelbras modelo câmera IP-VI-P3240IA, ficando desta forma DESCLASSIFICADO. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: MS REDES LTDA EPP se sagrou vencedor no item 01 do edital com o valor total de R\$ 25.272,00 (vinte e cinco mil duzentos e setenta e dois reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope de documentação da licitante vencedora do certame; O envelope foi aberto, os documentos neles contidos foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; Da análise da documentação restou em HABILITAR a empresa vencedora por cumprir com os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima o Participante do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número da ata e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção

de interpor recurso a empresa UNNITY SEGURANÇA, REDES E TELECOM LTDA, respondeu positivamente, afirmando que pretende recorrer de sua desclassificação. Diante do fato o Sr pregoeiro abre o prazo de três dias consecutivos para recurso. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e entregue pessoalmente aos licitantes.

Ronei Trevisol  
Pregoeiro

Felipe Uba Chupel  
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann  
Equipe de Apoio

FRANCIELE CRISTINA LAMIN  
Licitante

MS REDES LTDA EPP  
Licitante

UNNITY SEGURANÇA, REDES E TELECOM LTDA  
Licitante

## RESOLUÇÃO Nº 005/2020- CMDI

Publicação Nº 2536063

### RESOLUÇÃO 005/2020

Dispõe a respeito da Captação de Recursos para projetos Chancelados.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA, do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei 2.294/2013, e alterações posteriores 2.315/2014, no uso das atribuições que foram conferidas por sua Lei instituidora e pelo Estatuto do Idoso - Lei Federal nº 10.741/2003,

Considerando a resolução do CMDCA nº 07 de 23 de Junho de 2020 e a Resolução do CONANDA nº 218 de 27 de junho de 2019;

#### RESOLVE:

Art. 1º Institui a previsão de pagamento de despesas de comissionamento por captação de recursos para financiamento de projetos, de modo a impulsionar a captação de recursos junto a pessoas jurídicas e físicas para os projetos aprovados e aptos a receber recursos.

Art. 2º Institui no âmbito Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa a inclusão nos projetos e editais as previsões seguindo os parâmetros:

I - Os limites máximos para despesas de contratação de serviços destinados à captação de recursos, são os seguintes:

a) Até 10% (dez por cento) do valor total do projeto ou, no caso de captação parcial, do valor efetivamente captado;

b) O limite máximo para as despesas de que trata o caput é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itá-SC, 24 de Junho de 2020

ELCIDA SIMON

Presidente do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2020

Publicação Nº 2536128

EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO A  
2º TERMO ADITIVO (REAJUSTE/REEQUILIBRIO FINANCEIRO)  
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 006/2020

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Contratada: AUTO POSTO MARTINI LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.953.687/0001-07, com sede na Av. Tancredo Neves, nº01, Bairro Centro, Itá – SC, representada neste ato pelo Senhor MAURO LUIS MARTINI, inscrito no CPF sob o nº 429.781.909-06, doravante denominada CONTRATADA.

Objeto: O item descrito abaixo passa, a partir desta data, a vigorar com os seguintes valores:

Item	Descrição	Preço Atual	Preço após recomposição	Variação Concedida%	Variação R\$
01	Gasolina	R\$ 3,68	R\$ 4,06	9,35%	0,38

Com a recomposição verificada, o contrato inicial será acrescido em R\$ 163,85 (Cento e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Data Assinatura: 18 de junho de 2020.

Itá, SC, 23 de junho de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

## **EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO A 2º TERMO ADITIVO (REAJUSTE/REEQUILIBRIO FINANCEIRO) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 006/2020**

Publicação Nº 2535880

EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO A

2º TERMO ADITIVO (REAJUSTE/REEQUILIBRIO FINANCEIRO)

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 006/2020

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Contratada: AUTO POSTO MARTINI LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.953.687/0001-07, com sede na Av. Tancredo Neves, nº01, Bairro Centro, Itá – SC, representada neste ato pelo Senhor MAURO LUIS MARTINI, inscrito no CPF sob o nº 429.781.909-06, doravante denominada CONTRATADA.

Objeto: O item descrito abaixo passa, a partir desta data, a vigorar com os seguintes valores:

Item	Descrição	Preço Atual	Preço após recompo- sição	Variação Concedida%	Variação R\$
01	Gasolina	R\$ 3,68	R\$ 4,06	9,35%	0,38

Com a recomposição verificada, o contrato inicial será acrescido em R\$ 163,85 (Cento e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Data Assinatura: 18 de junho de 2020.

Itá, SC, 23 de junho de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

Publicação Nº 2536123

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO OU NA REGIÃO

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, tintas, madeira, ferramentas, para pequenos reparos e manutenção das Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Assistência Social. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 08 de julho de 2020, até as 08h30. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 08 de julho de 2020, as 08h45. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioptis.sc.gov.br](http://www.itaioptis.sc.gov.br). Itaiópolis, 24 de junho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### SUSPENSÃO DA ABERTURA DO PE 10/2020

Publicação Nº 2536176

Objeto: Fica suspensa a abertura do Pregão Eletrônico nº 10/2020, que seria realizado no dia 25 de junho de 2020, para aquisição de uniformes e EPI's para uso dos profissionais da área da saúde que trabalham na linha de frente, contra a Pandemia do COVID-19, (no pronto Atendimento Municipal, anexo a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio e demais Unidades Básicas de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis), tendo em vista a impugnação interposta pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. O edital será republicado com nova data para abertura do certame. Itaiópolis, 24 de junho de 2020. Kelly Evelyn Ientz de Souza, Secretaria Municipal da Saúde.



# Itapema

## CÂMARA MUNICIPAL

### **PORTARIA 044/2020 - NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2536514

PORTARIA Nº 044/2020

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

SIDINEI MOACIR FLORENCIO, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema - SC, no uso de suas atribuições legais,

#### NOMEIA

Art. 1º. Ficam nomeados os funcionários e servidores municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora de Concursos Públicos, destinado ao provimento de cargos de seu Quadro de Pessoal, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

- 1- Marina Bertolli Fontana Presidente
- 2- Juliano de Oliveira membro
- 3- Murilo Hennemann Silva membro

Art. 2º. A Comissão Organizadora de Concursos Públicos deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referentes aos Concursos Públicos.

Art. 3º. Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão considerados de relevância a Câmara Municipal de Itapema - SC, porém sem ônus ao erário público;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Câmara Municipal de Itapema, SC, aos 23 dias do mês de Junho de 2020.

SIDINEI MOACIR FLORENCIO  
PRESIDENTE

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 78/2020

Publicação Nº 2535753

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇO DE RETIFICA DE MOTORES, SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AUTO ELÉTRICA, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE BOMBAS INJETORAS E SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE.

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, que fica retificado o prazo para recebimento de propostas para as 07h55min do dia 07 de julho de 2020 e Início da Sessão as 08h do dia 07 julho de 2020.

Informações complementares: o Edital Retificado em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site [www.portalde-compraspublicas.com.br](http://www.portalde-compraspublicas.com.br) e do Município [itapiranga.atende.net](http://itapiranga.atende.net) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7714.

Itapiranga, SC, 24 de junho de 2020.

PAULO JOSÉ THEOBALD

Secretário de Transportes e Obras

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 14, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536342

**PORTARIA Nº 14, DE 24 DE JUNHO DE 2020****NOMEIA A COMISSÃO DE  
ÉTICA PARLAMENTAR DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
ITAPIRANGA.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeados, para o ano de 2020, os integrantes da Comissão de Ética Parlamentar da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga/SC, como segue:

I - Presidente: Gelson Luiz Petry;

II - Relator: Aloísio Kessler;

III – Secretário: Erico Augusto Giehl.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Itapiranga, SC, 24 de junho de 2020.

Alexandre Siqueira  
Presidente da Câmara Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 11/2020

Publicação Nº 2535784

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

Data	24/06/2020	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 11/2020 Nº 29/2020

**OBJETO:**  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA SERAFIM PAESE, LOCALIZADO À AVENIDA ZILDA ARNS NEUMANN, S/Nº, BAIRRO BOM RETIRO, NESTE MUNICÍPIO, COM ÁREA DE 2.811,53M2, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Casa da Cultura, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial do Estado, Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial dos Municípios e Site Oficial do Município, no dia 08/06/2020 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
19/06/2020	127	11h39m	AVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI	33.902.200/0001-99
23/06/2020	129	07h43m	DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA	27.404.978/0001-75

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado pela CPL o disposto a seguir:

Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
1	REF.: AVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI
1.1. Empresa não possui objeto no contrato social compatível com o objeto licitado, descumprindo o item 2.1. do Edital. Sendo assim, a CPL baixou diligências e consultou o CNAE's da empresa, constatando que a mesma não tem o objeto necessário para atender o Edital.	

Sendo assim, a empresa AVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, foi considerada INABILITADA. A empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA estava de acordo com o edital, e, portanto considerada HABILITADA. Tendo em vista o Decreto Estadual Compilado nº 525/2020 e Decreto Municipal nº 4359/2020, os documentos de habilitação serão escaneadas e disponibilizadas no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e no qual fica aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 02/07/2020, em horário de expediente, das 07h30 às 13h30. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	LAYRA DE OLIVEIRA MEMBRO
RICARDO LASTRA MEMBRO	FERNANDO VITOR PERES MEMBRO

### DECRETO MUNICIPAL Nº 4485, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535682

#### DECRETO MUNICIPAL Nº 4485, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Altera Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, que nomeia membros do Conselho Municipal de Educação para o período de agosto de 2019 a agosto de 2021 e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas 'b' e 'e', do item II do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

I - ...

II – 6 (seis) representantes dos profissionais efetivos da Rede Municipal de Ensino, sendo:

a) ...

b) 1 (um) profissional dos anos iniciais do Ensino Fundamental:

1. Berenice Fátima Hau Maoski Titular;
2. Suplente.

...

e) 1 (um) profissional gestor de escola da Rede Municipal de Ensino:

1. Sandra Regina Fernandes Titular;
2. Suplente.(NR)

Art. 2º Fica alterada a alínea 'b', do item III do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) ...
- b) Gian Felipi Bernardes Rosa Suplente.(NR)

Art. 3º Fica alterada a alínea 'b', do item VI do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

VI - 4 (quatro) representantes das APPs da Rede Municipal de Ensino, sendo:

- a) ...
- b) 2 (dois) representantes das APPs das escolas de ensino fundamental:

1. Titular.(NR)

...

Art. 4º Fica alterada a alínea 'a', do item VII do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

VII - 1 (um) representante da APP da Rede Estadual de Ensino:

- a) Cesar Augusto dos Santos Titular;(NR)

...

Art. 5º Fica alterada a alínea 'a', do item X do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

X - 1 (um) representante da Rede Particular de Ensino:

- a) Suely Pauli de Almeida Titular;(NR)

...

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 23 de junho de 2020.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO  
Chefe de Gabinete

## **EDITAL– LDO 2020 AUDIÊNCIA PÚBLICA ELABORAÇÃO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2021**

Publicação Nº 2535965

EDITAL– LDO 2020

AUDIÊNCIA PÚBLICA ELABORAÇÃO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS de 2021

CONSIDERANDO a existência de pandemia do coronavírus (COVID-19), nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde – OMS;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Ministério da Saúde nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus(COVID-19);

CONSIDERANDO que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, nos termos do Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 06, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública em todo o Estado de Santa Catarina em virtude da pandemia da COVID-19 reconhecida pelo Governo do Estado por meio do Decreto Legislativo nº 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4387, de 18 de março de 2020, que Decreta Situação de Emergência nas áreas do Município em virtude da pandemia do COVID-19;

CONSIDERANDO que ao Município cabe a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública, buscando evitar a disseminação da doença em seu território;

COMUNICAMOS, que excepcionalmente e pelos motivos acima, que a Audiência Pública da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 será realizada da seguinte forma:

1 – A Audiência Pública se com transmissão ao vivo através do youtube.

2 – A participação ao público poderá ser por videochamada, restrita a assuntos relacionados a LDO.

3 – A participação fica restrita ao máximo de 1 (um) minuto por participante; após a apresentação do Projeto da LDO, cujo espaço para questionamentos será no máximo de 30 (trinta minutos);

4 – Não havendo questionamentos o prazo poderá ser encerrado antes.

5 – A Audiência Pública será transmitida das dependências da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Itapoá, no dia 8 de julho de 2020, com início das 10 (dez) horas e trinta minutos, com duração prevista de 45 minutos;

6 - O endereço do link para acesso é: [meet.google.com/ddj-juqy-khh](https://meet.google.com/ddj-juqy-khh)

7 - A LDO fixa as metas e prioridades da Administração Pública para o próximo exercício financeiro, norteia a elaboração do orçamento anual entre outros assuntos. Essa Lei também possibilita a conexão entre o planejamento de curto prazo que é a LOA (Lei Orçamentária Anual) e o planejamento de médio prazo contido no PPA (Plano Plurianual) e será conduzida pela Secretaria da Fazenda Municipal.

8 – A apresentação será conduzida pela Secretaria da Fazenda Municipal.

A audiência pública presencial, neste momento, substituídas pelo meio de comunicação eletrônico, funcionam como instrumentos de consulta e participação popular, sem caráter deliberativo, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Transparência.

Itapoá, 23 de junho de 2020.

Marlon R. Neuber  
Prefeito

Carlito J. Custodio Jr  
Secretaria da Fazenda

## NOTIFICAÇÃO CP Nº02-20-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA ANDRÉ

Publicação Nº 2535962

NOTIFICAÇÃO  
À

EMPREENTEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR EIRELLI	03.574.370/0001-20
KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELLI EPP	26.786.919/0001-46
CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA	82.607.623/0001-91

O Município de Itapoá, através da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na Concorrência nº 02/2020 - Processo nº 44/2020, para a Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação asfáltica das Av. André Rodrigues de Freitas e José da Silva Pacheco, compreendendo uma área de 10.549,49m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, tendo o prazo de recurso, findo em 18/06/2020. Fica, portanto a sessão pública para abertura de envelopes de propostas marcada para a data de 26/06/2020 às 11h:00min na sede da Casa da Cultura neste Município, sita à Rua sita à Rua Wellington Rodrigues Junqueira, s/nº, esquina com a Rua Honório Parra nº875, loteamento

denominado Príncipe na localidade de Itapema de Norte, localização no seguinte link: <https://goo.gl/maps/ybQLv5rwstUkEYye9> . Além disso, os interessados poderão acompanhar a sessão pública ao vivo pelo link: <https://www.youtube.com/channel/UCtdJ7at3UHmoh9nAN26bICA> .

Itapoá, 24 de junho de 2020.

ANGELA MARIA PUERARI

SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA

FERNANDA CRISTINA ROSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## TERMO ADITIVO Nº 62/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2017 (3º ADITIVO)

Publicação Nº 2535928

TERMO ADITIVO Nº 62/2020 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2017. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Secretária de Administração, a Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, brasileira, casada, portadora do CI.RG nº 3.1486070/SSP-SC e CNPF/MF nº 987.496.849-49, residente e domiciliada à Rua Theodoro Klaumann, nº 775, Bairro: Centro, neste Município e de outro lado a Empresa WONIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, com sede à Rua Anita Garibaldi, nº 495, Bairro: Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 81.385.593/0001-53 e Inscrição Estadual nº 251866491, representada neste ato pelo procurador Sr. HARRY FRIEDRICH, portador do CNPF/MF nº 322.522.269-00 e do CI.RG nº 1526612-0 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa prorrogar a Contratação de empresa especializada para locação de central telefônica, incluindo instalação e assistência técnica, para a Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017 – PROCESSO Nº 62/2017, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 34/2017, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 05/07/2020, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula primeira "Do Objeto", acrescentando o valor de R\$ 18.816,00 (dezoito mil oitocentos e dezesseis reais), correspondente ao valor total para o período de prorrogação, conforme apresentado na planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA, INCLUINDO INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.	UNIFY OPENScape BUSINESS X8	MÊS	12	R\$ 1.568,00	R\$ 18.816,00

### CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 34/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 34/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 23 de junho de 2020.

CONTRATANTE JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTRATADA WONIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA HARRY FRIEDRICH
Fiscal do Contrato:  OSWALDO RICCI JUNIOR DIRETOR DE INFORMÁTICA	
Testemunhas:  NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

# Ituporanga

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020/PMI

Publicação Nº 2535981

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE ITUPORANGA</b> CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2020</b>	
		Processo Administrativo: 41/2020 Processo de Licitação: 21/2020 Data do Processo: 02/06/2020	1 / 3

### ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TUBOS, PAVERS E LAJOTA PARA USO DAS SECRETARIAS DE URBANISMO E INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO

Ao(s) 16 de junho de 2020, às 09:00 no(a) Sala de Reuniões da Prefeitura sito à Rua Joaquim Boeing, 40 Centro - Ituporanga-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria Nº 6/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilidades para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no processo licitatório Nº 41 / 2020, Licitação Nº 21 / 2020 , na modalidade Pregão Presencial.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise do preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

#### PARECER DA COMISSÃO:

Iniciamos a sessão com o credenciamento dos representantes legais das empresas participantes, e a Comissão de Pregão ao analisar a documentação de credenciamento constatou que estão devidamente credenciadas, conforme Edital de Pregão nº 21/2020/PMI e Ata de credenciamento. Após, foram abertos os envelopes de propostas de Pregão, em seguida foram lançados no sistema. Na sequência foi iniciada a etapa de lances, conforme relatório de lances do pregão. A Comissão de Pregão analisou a documentação de habilitação das empresas vencedoras e constatou que estão devidamente habilitadas conforme Edital de Pregão nº 21/2020/PMI. A empresa ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TERESA LTDA ME deixou de apresentar a CND Federal, sendo intimada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do item 5.2 do edital. Ao final a Pregoeira indagou os representantes das Empresas participantes se manifestam a intenção de interpor recurso, onde não manifestaram. Presente o servidor Diego Benjamin Stupp, neste ato representando o Secretário de Urbanismo.

156671 - CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME					
Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
13	11703 - TUBOS DE CONCRETO DE 0,30 CM PS2	1200	UNIDADE	21,7000	26.040,0000
14	11915 - TUBO DE CONCRETO DE 0,50 CM PS2	1500	UNIDADE	43,4000	65.100,0000
				<b>Total Fornecedor:</b>	<b>91.140,0000</b>
157678 - KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA					
Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
3	28666 - LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO 25X25X08 CM MPA RESISTENCIA C/ FRETE	4000	METRO QUADRADO	33,7000	134.800,0000
				<b>Total Fornecedor:</b>	<b>134.800,0000</b>
164615 - FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME					
Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
15	27468 - TUBO DE CONCRETO DN 1,00MM PA-1	300	UNIDADE	250,0000	75.000,0000
				<b>Total Fornecedor:</b>	<b>75.000,0000</b>
578282 - ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TERESA LTDA ME					
Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor



	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE ITUPORANGA</b> CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2020</b>	
		Processo Administrativo: 41/2020 Processo de Licitação: 21/2020 Data do Processo: 02/06/2020	2 / 3

12	11701 - TUBOS DE CONCRETO DE 0,20 CM PS2	800	UNIDADE	18,3500	14.680,0000
17	29169 - BLOCO DE CONCRETO 14X19X39	10000	PEÇA	1,8000	18.000,0000
				<b>Total Fornecedor:</b>	<b>32.680,0000</b>

**924407 - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
6	27473 - TUBO DE CONCRETO DN 1,20MT PA-1	120	UNIDADE	480,0000	57.600,0000
7	27471 - TUBO DE CONCRETO DN 1,50 MT PA-1	60	UNIDADE	700,0000	42.000,0000
				<b>Total Fornecedor:</b>	<b>99.600,0000</b>

**1157531 - ARTNOVA INDÚSTRIA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
1	11879 - TUBOS DE CONCRETO 0,60 CM PS2	1500	UNIDADE	58,7000	88.050,0000
4	11702 - TUBOS DE CONCRETO DE 0,40 CM PS2	2000	UNIDADE	28,9500	57.900,0000
5	27467 - TUBO DE CONCRETO DN 0,80 MM PA-1	400	UNIDADE	164,5000	65.800,0000
				<b>Total Fornecedor:</b>	<b>211.750,0000</b>

**1186647 - ALFASIGMA CONSTRUTORA EIRELI ME**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
8	28671 - PAVER CINZA 10X20X06 CM	500	METRO QUADRADO	33,1000	16.550,0000
				<b>Total Fornecedor:</b>	<b>16.550,0000</b>

**1207504 - ANTINHAS FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
2	45745 - GRELHA PARA BOCA DE LOBO 75X55X10	300	UNIDADE	85,5000	25.650,0000
9	28672 - PAVER VERMELHO 10X20X06 CM	500	METRO QUADRADO	50,6000	25.300,0000
10	45746 - MEIO FIO DE CONCRETO 100X30(12X06) CM.	2000	UNIDADE	19,0000	38.000,0000
11	28673 - PAVER PODOTATIL (DIRECIONAL/ALERTA)	500	METRO QUADRADO	49,8000	24.900,0000
16	45747 - GRELHA PARA BOCA DE LOBO 70X55X10 CM.	650	UNIDADE	87,4500	56.842,5000
				<b>Total Fornecedor:</b>	<b>170.692,5000</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>832.212,5000</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação pelos representantes das proponentes.

Ituporanga, 16 de junho de 2020

**COMISSÃO**

GEOVANI BIZARRI SCHLEMPER - \_\_\_\_\_ - Equipe de Apoio  
 INA CARINI ZAPNELINI ZANELLA - \_\_\_\_\_ - Pregoeiro  
 MARIA FERNANDA NIENKOTTER MULLER - \_\_\_\_\_ - Membro

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

ADAIR JOSE LEHMKUHL - \_\_\_\_\_ - Representante

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE ITUPORANGA</b>  CNPJ: 83.102.640/0001-30    Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2020</b>		
		Processo Administrativo:	41/2020	
		Processo de Licitação:	21/2020	
		Data do Processo:	02/06/2020	
		3	/	3

CHARLES FRANCO - \_\_\_\_\_ - Representante

RAFAEL BENNERT - \_\_\_\_\_ - Representante

MARCIO JOSE MAY - \_\_\_\_\_ - Representante

ALDO FRONZA - \_\_\_\_\_ - Representante

BETANIA CRISTINA SEBOLD OLIVEIRA - \_\_\_\_\_ - Representante

LUANA SELHORST - \_\_\_\_\_ - Representante

ELDER BICHINOCK - \_\_\_\_\_ - Representante

**DECRETO Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535736

DECRETO Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

"CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 7º, VI, art. 65, VI, art. 97, I, "d", art. 197, § 3º e art. 197, III, todos da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada e constituída Comissão de Avaliação de Imóveis formada pelos senhores: Antônio César Grahl, Luis Augusto Wagner Schreeren e Mauricio Fernando Amaral, sob a presidência do primeiro, com o fim especial de avaliar o imóvel abaixo descrito:

Área de três mil seiscentos e oitenta e sete metros quadrados (3.687, 00m²), situada nesta cidade de Ituporanga-SC, na Rua José Koerich, lado ímpar, distando 440,00 metros da esquina que dá acesso à Ponte Pêncil e, limita-se ao norte, com a área no 02, escriturada hoje à Alzira Stupp Weiss, onde mede 37,06 metros: ao sul, com terras da Indústria de Papel Aguas Negras SA, onde mede 37,46 metros: a leste, com o Rio Itajaí Do Sul, onde mede 100,95 metros: e, ao oeste, com a Rua José Koerich, onde mede 1119,42 metros.

Art. 2º- O objetivo da Comissão aqui nomeada será o de avaliar o imóvel declarado de utilidade pública por intermédio do Decreto Municipal nº 83/2020, datado de 23 de junho de 2020;

Art. 3º - A Comissão terá um prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para promover a avaliação da propriedade referida no artigo 1º, bem como para apresentar o respectivo laudo de avaliação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 24 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

**DECRETO Nº 83, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535735

DECRETO Nº 83, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

"DECLARA PARA FINS DE UTILIDADE PÚBLICA POR INTERESSE SOCIAL DOAÇÃO IMÓVEL PARA FINS DE RETIFICAÇÃO DA RUA JOSÉ KOERICH."

O Prefeito de Ituporanga, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 7º, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Itajaí, e o art. 5º, alínea "i" e art. 6º, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e

Considerando que é dever do administrador público promover a construção de obras públicas que beneficiem a população, bem como fomentem o desenvolvimento econômico e turístico do Município de Ituporanga;

Considerando que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, a teor do art. 30, inciso I, da Constituição Federal;

Considerando que o Decreto Lei 3.365 de 21/06/41, "dispõe sobre desapropriação por utilidade pública", considera que "mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados, pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios";

Considerando o enunciado da Lei nº 4.132 de 10.09.62, alterada pela Lei nº 6.513/77, "desapropriação por interesse social será decretada para promover justa distribuição de propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal..."

Considerando que é de competência do Chefe do Poder Executivo decretar a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos termos do art. 7º, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a desapropriação, de forma amigável, de uma área de três mil seiscentos e oitenta e sete metros quadrados (3.687, 00m²), situada nesta cidade de Ituporanga-SC, na Rua José Koerich.

Considerando a necessidade de se retificar a Rua José Koerich, a fim de facilitar o acesso ao referido Parque do Salto, bem como dos moradores do Salto Grande com a ponte de arame existente no bairro;

Considerando que a retificação da Rua José Koerich será custeada pela Municipalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, área de três mil seiscentos e oitenta e sete metros quadrados (3.687, 00m²), situada nesta cidade de Ituporanga-SC, na Rua José Koerich, lado ímpar, distando 440,00 metros da esquina que dá acesso à Ponte Pêncil e, limita-se ao norte, com a área no 02, escriturada hoje à Alzira Stupp Weiss, onde mede 37,06 metros: ao sul, com terras da Indústria de Papel Aguas Negras SA, onde mede 37,46 metros: a leste, com o Rio Itajaí Do Sul, onde mede 100,95 metros: e, ao oeste, com a Rua José Koerich, onde mede 1119,42 metros

Parágrafo único. A área mencionada no caput será destinada e retificação da Rua José Koerich.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da desapropriação correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal, vigente à época dos respectivos dispêndios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Ituporanga, 24 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em exercício

LIA CAROLINE MIGUEL  
Secretária da Administração

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL 20 LITROS PARA CONSUMO DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO**

Publicação Nº 2535730

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 27/2020

Processo: 48/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL 20 LITROS PARA CONSUMO DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 07 de julho de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 07 de julho de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 25 de junho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020/PMI CONTRATAÇÃO DE COSTUREIRA PARA LECIONAR AULAS NO CURSO DE CORTE E COSTURA, OFERECIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

Publicação Nº 2536384

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 28/2020

Processo: 46/2020/PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE COSTUREIRA PARA LECIONAR AULAS NO CURSO DE CORTE E COSTURA, OFERECIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 07 de julho de 2020 até as 14h30min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 07 de julho de 2020 às 15h00min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 15h30min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 25 de junho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

# Jaborá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.917

Publicação Nº 2535983

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA."

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito de Jaborá(SC) em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei Municipal 1.653, de 03 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 457.779,12 (Quatrocentos e cinquenta e sete mil setecentos e setenta e nove reais e doze centavos) por conta do superávit financeiro do exercício anterior nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Jaborá:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.361.0004.1.039 – CONSTRUÇÃO DO REFEITÓRIO DA ESCOLA ALBERTO BORDIN

4.4.90.00.00.00.00.0.3.0062 (0062) (185) – Aplicações Diretas ..... R\$ 250.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 (0000) (186) – Aplicações Diretas ..... R\$ 207.779,12

Superávit Financeiro de Transferência de Convênios – Estado/Educação - 0.3.0062 (0062) - R\$ 250.000,00

Superávit Financeiro de Recursos Ordinários - 3.0000 (0000) – R\$ 207.779,12

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 457.779,12

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Superávit Financeiro de Transferência de Convênios – Estado/Educação - 0.3.0062 (0062) - R\$ 250.000,00

Superávit Financeiro de Recursos Ordinários - 3.0000 (0000) – R\$ 207.779,12

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 457.779,12

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 24/Junho/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 25/06/2020.

MARLENE F.M.C.PICINATTO

Secretária De Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### RGF - 1º QUADRIMESTRE - 2020 - ANEXO 01

Publicação Nº 2537151

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2019 A ABRIL/2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.173.319,53	0,00
Pessoal Ativo	17.884.705,98	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.048.955,72	0,00
Obrigações Patronais	2.835.750,26	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	288.613,55	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	276.455,55	0,00
Pensões	12.158,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	306.819,65	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	306.819,65	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>17.866.499,88</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.892.060,36	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.465.339,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	32.426.721,36	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)</b>	<b>17.866.499,88</b>	<b>55,10</b>
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.456.032,82	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.483.231,18	57,00
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	17.510.429,54	54,00

JACINTO MACHADO, 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES  
ORDENADORA DA DESPESA - DEC.055/18

ANAA. B. CITADIN KLOCK  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI  
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO

FONTE:

## RGF - 1º QUADRIMESTRE - 2020 - ANEXO 02

Publicação Nº 2537155

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.851.344,26</b>	<b>1.810.792,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	782.349,00	758.239,03	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	782.349,00	758.239,03	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	782.349,00	758.239,03	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.068.995,26	1.052.553,33	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>6.037.179,60</b>	<b>5.448.651,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa	6.037.179,60	5.448.651,78	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.156.000,96	7.695.653,32	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	118.821,36	2.247.001,54	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-4.185.835,34</b>	<b>-3.637.859,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>33.332.415,63</b>	<b>33.892.060,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.315.339,00	1.465.339,00	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>32.017.076,63</b>	<b>32.426.721,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	5,78%	5,58%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-13,07%	-11,22%	0,00%	0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>38.420.491,96</b>	<b>38.912.065,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>34.578.442,76</b>	<b>35.020.859,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	6.306,16	218.552,03	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	8.229.410,07	12.906.310,30	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

JACINTO MACHADO, 23/06/2020

\_\_\_\_\_  
ISABELA PEREIRA BORGES  
ORDENADORA DA DESPESA - DEC. 055/18

\_\_\_\_\_  
ANA A. B. CITADIN KLOCK  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINAN.

\_\_\_\_\_  
KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI  
CONTADORA - CRC/SC 038127/Q-4

\_\_\_\_\_  
VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO

FONTE:



**RGF - 1º QUADRIMESTRE - 2020 - ANEXO 03**

Publicação Nº 2537157

**MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL DE 2020**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>33.332.415,63</b>	<b>33.892.060,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)</b>	<b>1.315.339,00</b>	<b>1.465.339,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)</b>	<b>32.017.076,63</b>	<b>32.426.721,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>7.333.131,44</b>	<b>7.456.253,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>6.599.818,30</b>	<b>6.710.627,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

## RGF - 1º QUADRIMESTRE - 2020 - ANEXO 05

Publicação Nº 2537162

**MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2020/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k) = (g - h)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.529.441,73	130.412,50	581.508,22	547.378,66	81.619,94	0,00	1.188.522,41	4.268.217,01	0,00	(3.079.694,60)	
Recursos Ordinários	2.529.389,18	130.412,50	581.508,22	547.378,66	81.619,94	0,00	1.188.469,86	4.268.217,01	0,00	(3.079.747,15)	
Outros Recursos não Vinculados	52,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,55	0,00	0,00	52,55	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	5.166.211,59	1.204.017,96	331.062,86	5.237.400,71	136.932,09	0,00	(1.743.202,03)	2.853.313,92	0,00	(4.596.515,95)	
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	467.728,69	0,00	94.848,74	0,00	92.045,32	0,00	280.834,63	95.979,18	0,00	184.855,45	
Outros Recursos Vinculados à Educação	63.396,46	0,00	39.238,91	0,00	100,38	0,00	24.057,17	349.636,19	0,00	(325.579,02)	
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	376.217,39	0,00	30.644,84	6.280,68	2.836,94	0,00	336.454,93	296.001,55	0,00	40.453,38	
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	60.538,16	986.876,51	0,00	2.535.632,36	13.884,46	0,00	(3.475.855,17)	0,00	0,00	(3.475.855,17)	
Recursos de Alienação de Bens/Móveis	12.074,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.074,09	0,00	0,00	12.074,09	
Outros Recursos Vinculados	4.186.256,80	217.141,45	166.330,37	2.695.487,67	28.064,99	0,00	1.079.232,32	2.111.697,00	0,00	(1.032.464,68)	
TOTAL (III) = (I + II)	7.695.653,32	1.334.430,46	912.571,08	5.784.779,37	218.552,03	0,00	(654.679,62)	7.121.530,93	0,00	(7.676.210,55)	

JACINTO MACHADO, 23/06/2020

**RGF - 1º QUADRIMESTRE - 2020 - ANEXO 06**

Publicação Nº 2537163

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	33.892.060,36	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.426.721,36	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	32.426.721,36	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	17.866.499,88	55,10
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	19.456.032,82	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	18.483.231,18	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	17.510.429,54	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.637.859,42	-11,22
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	38.912.065,63	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.456.253,28	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.422.729,66	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.372.444,23	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO )
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

## RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 01

Publicação Nº 2537116

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>5.687.200,06</b>	<b>14,40</b>	<b>11.983.675,18</b>	<b>27.516.324,82</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>36.935.000,00</b>	<b>36.935.000,00</b>	<b>5.687.200,06</b>	<b>15,40</b>	<b>11.193.396,60</b>	<b>25.741.603,40</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.036.000,00	4.036.000,00	1.035.072,83	25,65	1.513.208,49	2.522.791,51
IMPOSTOS	2.916.000,00	2.916.000,00	774.552,01	26,56	1.145.517,40	1.770.482,60
TAXAS	600.000,00	600.000,00	182.742,20	30,46	218.889,62	381.130,38
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	520.000,00	520.000,00	77.778,62	14,96	148.821,47	371.178,53
RECEITA PATRIMONIAL	126.200,00	126.200,00	16.664,09	13,20	32.917,27	93.282,73
VALORES MOBILIÁRIOS	126.200,00	126.200,00	16.664,09	13,20	32.917,27	93.282,73
RECEITA AGROPECUÁRIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.590.000,00	1.590.000,00	238.979,61	15,03	430.155,76	1.159.844,24
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.480.000,00	1.480.000,00	230.181,35	15,55	411.601,50	1.068.398,50
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAÚDE	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
OUTROS SERVIÇOS	100.000,00	100.000,00	8.798,26	8,80	18.554,26	81.445,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.642.000,00	30.642.000,00	4.322.807,19	14,11	9.010.666,05	21.631.343,95
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	14.158.000,00	14.158.000,00	2.065.108,17	14,59	4.167.822,58	9.990.177,42
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	9.937.000,00	9.937.000,00	1.265.538,76	12,74	2.663.017,33	7.273.982,67
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	6.535.000,00	6.535.000,00	992.160,26	15,18	2.179.816,14	4.355.183,86
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	520.800,00	520.800,00	73.676,34	14,15	206.459,03	314.340,97
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	147.000,00	147.000,00	36.750,69	25,00	51.184,76	95.815,24
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	45.000,00	45.000,00	458,71	1,02	54.596,61	-9.596,61
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	328.800,00	328.800,00	36.466,94	11,09	100.677,66	228.122,34
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.565.000,00</b>	<b>2.565.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>790.278,58</b>	<b>1.774.721,42</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	90.279,41	919.720,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	90.279,41	919.720,59
ALIEÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIEÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.495.000,00	1.495.000,00	0,00	0,00	699.999,17	795.000,83
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.090.000,00	1.090.000,00	0,00	0,00	0,00	1.090.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	405.000,00	405.000,00	0,00	0,00	699.999,17	-294.999,17

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>5.687.200,06</b>	<b>14,40</b>	<b>11.983.675,18</b>	<b>30,34</b>	<b>27.516.324,82</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>5.687.200,06</b>	<b>14,40</b>	<b>11.983.675,18</b>	<b>30,34</b>	<b>27.516.324,82</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>5.687.200,06</b>	<b>14,40</b>	<b>11.983.675,18</b>	<b>30,34</b>	<b>27.516.324,82</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	0,00	1.413.220,48	—	—	1.413.220,48	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	1.413.220,48	—	—	1.413.220,48	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>42.560.637,56</b>	<b>5.682.492,42</b>	<b>17.446.175,85</b>	<b>25.114.461,71</b>	<b>5.477.043,20</b>	<b>10.324.644,92</b>	<b>32.235.992,64</b>	<b>9.412.073,84</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>33.716.200,00</b>	<b>34.506.491,30</b>	<b>4.807.798,57</b>	<b>15.695.239,67</b>	<b>18.811.251,63</b>	<b>4.968.729,55</b>	<b>9.415.975,84</b>	<b>25.090.515,46</b>	<b>8.582.573,09</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.380.500,00	18.511.056,96	2.954.269,18	5.901.946,60	12.608.110,36	2.954.269,18	5.901.946,60	12.608.110,36	5.671.106,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	202.000,00	202.000,00	11.581,56	22.774,03	179.225,97	11.581,56	22.774,03	179.225,97	22.774,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.133.700,00	15.793.434,34	1.841.947,83	9.770.519,04	6.022.915,30	2.002.878,81	3.491.255,21	12.302.179,13	2.888.692,17
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.738.800,00</b>	<b>8.009.146,26</b>	<b>874.693,85</b>	<b>1.750.936,18</b>	<b>6.258.210,08</b>	<b>508.313,65</b>	<b>908.669,08</b>	<b>7.100.477,18</b>	<b>829.500,75</b>
INVESTIMENTOS	5.535.800,00	7.806.146,26	808.787,79	1.619.531,84	6.186.614,42	442.407,59	777.264,74	7.028.881,52	698.096,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	203.000,00	203.000,00	65.906,06	131.404,34	71.595,66	65.906,06	131.404,34	71.595,66	131.404,34

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.500.000,00	42.560.637,56	5.682.492,42	17.446.175,85	25.114.461,71	5.477.043,20	10.324.644,92	32.235.992,64	9.412.073,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>42.560.637,56</b>	<b>5.682.492,42</b>	<b>17.446.175,85</b>	<b>25.114.461,71</b>	<b>5.477.043,20</b>	<b>10.324.644,92</b>	<b>32.235.992,64</b>	<b>9.412.073,84</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>42.560.637,56</b>	<b>5.682.492,42</b>	<b>17.446.175,85</b>	<b>25.114.461,71</b>	<b>5.477.043,20</b>	<b>10.324.644,92</b>	<b>32.235.992,64</b>	<b>9.412.073,84</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.659.030,26</b>	<b>—</b>	<b>2.571.601,34</b>
<b>TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>42.560.637,56</b>	<b>5.682.492,42</b>	<b>17.446.175,85</b>	<b>—</b>	<b>5.477.043,20</b>	<b>11.983.675,18</b>	<b>—</b>	<b>11.983.675,18</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 605,01

JACINTO MACHADO, 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES  
ORDENADORA DA DESPESA - DEC.055/18

ANA A. B. CITADIN KLOCK  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI  
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO

## RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 02

Publicação Nº 2537120

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	39.500.000,00	42.560.637,56	5.682.492,42	17.446.175,85	100,00	5.477.043,20	10.324.644,92	32.235.992,64
Ação Legislativa	1.590.000,00	1.590.000,00	165.325,91	423.537,19	2,43	176.649,11	364.831,50	1.225.168,50
Administração	3.010.000,00	3.010.000,00	298.370,65	1.547.327,17	8,87	421.291,19	815.795,21	2.194.204,79
Administração Geral	2.930.000,00	2.930.000,00	298.321,89	1.535.529,41	8,80	420.326,12	808.797,81	2.121.202,19
Defesa Civil	80.000,00	80.000,00	48,76	11.797,76	0,07	985,07	6.997,40	73.002,60
Assistência Social	1.598.000,00	1.598.000,00	197.976,39	473.221,25	2,71	165.429,19	314.851,91	1.283.148,09
Assistência à Criança e ao Adolescente	210.000,00	210.000,00	10.492,30	35.175,95	0,20	10.313,55	31.287,93	178.712,07
Assistência Comunitária	1.388.000,00	1.388.000,00	187.484,09	438.045,30	2,51	155.115,64	283.563,98	1.104.436,02
Saúde	6.450.000,00	8.176.932,64	993.151,15	3.875.417,91	22,21	1.276.154,19	2.440.758,11	5.736.174,53
Atenção Básica	6.370.000,00	8.066.713,03	970.839,97	3.852.106,29	22,08	1.254.843,01	2.418.446,49	5.648.266,54
Vigilância Epidemiológica	80.000,00	110.219,61	22.311,18	23.311,62	0,13	21.311,18	22.311,62	87.907,99
Educação	13.666.600,00	14.277.156,13	1.750.368,85	5.594.794,74	32,01	1.920.259,16	3.547.753,34	10.729.402,79
Alimentação e Nutrição	450.250,00	450.250,00	0,00	449.677,19	2,58	48.176,70	82.364,85	367.885,15
Ensino Fundamental	9.598.750,00	9.909.306,96	1.272.290,68	3.416.787,90	19,58	1.222.459,34	2.291.364,35	7.617.942,61
Educação Infantil	3.287.600,00	3.587.599,17	478.078,17	1.400.294,15	8,03	623.502,92	1.196.347,24	2.451.251,93
Educação de Jovens e Adultos	330.000,00	330.000,00	0,00	317.985,50	1,82	26.120,20	37.676,90	292.323,10
Cultura	615.000,00	615.000,00	19.720,59	52.098,42	0,30	19.464,36	42.994,50	572.005,50
Difusão Cultural	615.000,00	615.000,00	19.720,59	52.098,42	0,30	19.464,36	42.994,50	572.005,50
Urbanismo	4.948.100,00	4.948.100,00	915.361,53	2.690.285,38	15,42	716.601,44	1.302.772,09	3.645.327,91
Serviços Urbanos	4.948.100,00	4.948.100,00	915.361,53	2.690.285,38	15,42	716.601,44	1.302.772,09	3.645.327,91
Saneamento	1.790.000,00	1.790.000,00	144.683,00	754.632,78	4,33	207.205,87	469.180,25	1.320.819,75
Saneamento Básico Urbano	1.790.000,00	1.790.000,00	144.683,00	754.632,78	4,33	207.205,87	469.180,25	1.320.819,75
Agricultura	1.220.000,00	1.220.000,00	140.280,52	685.610,88	3,93	187.831,36	398.528,32	821.471,68
Extensão Rural	1.220.000,00	1.220.000,00	140.280,52	685.610,88	3,93	187.831,36	398.528,32	821.471,68
Indústria	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Propriedade Industrial	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Comércio e Serviços	85.000,00	85.000,00	0,00	36.000,00	0,21	7.200,00	7.200,00	77.800,00
Turismo	85.000,00	85.000,00	0,00	36.000,00	0,21	7.200,00	7.200,00	77.800,00
Transporte	2.517.300,00	3.240.448,79	791.496,46	791.496,46	4,54	145.481,16	145.481,16	3.094.967,63
Serviços Urbanos	490.000,00	490.000,00	16.750,00	16.750,00	0,10	16.750,00	16.750,00	473.250,00
Transporte Rodoviário	2.027.300,00	2.750.448,79	774.746,46	774.746,46	4,44	128.731,16	128.731,16	2.621.717,63

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (c)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Desporto e Lazer	39.500.000,00	42.560.637,56	5.682.492,42	17.446.175,85	25.114.461,71	5.477.043,20	10.324.644,92	32.235.982,64
Desporto Comunitário	360.000,00	360.000,00	53.266,07	103.875,56	256.124,44	20.984,87	46.560,42	313.439,58
Encargos Especiais	1.355.000,00	1.355.000,00	212.491,30	427.938,11	927.061,89	212.491,30	427.938,11	927.061,89
Outros Encargos Especiais	1.355.000,00	1.355.000,00	212.491,30	427.938,11	927.061,89	212.491,30	427.938,11	927.061,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>39.500.000,00</b>	<b>42.560.637,56</b>	<b>5.682.492,42</b>	<b>17.446.175,85</b>	<b>25.114.461,71</b>	<b>5.477.043,20</b>	<b>10.324.644,92</b>	<b>32.235.982,64</b>

FONTE:

JACINTO MACHADO , 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES  
ORDENADORA DA DESPESA -DEC.055/18

ANA A. B. CITADIN KLOCK  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFOLETTI  
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 03

Publicação Nº 2537123

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2019 A ABRIL/2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.022.495,14	2.695.234,82	3.325.691,85	2.689.684,04	3.301.442,00	2.730.248,27	2.925.100,58	4.613.188,85	2.965.346,85	3.306.718,19	3.535.790,92	2.738.457,16	37.852.398,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	202.580,67	189.482,47	201.563,98	188.100,50	173.583,08	213.020,63	238.650,35	295.629,02	180.586,97	297.548,69	793.260,54	241.812,29	2.417.819,19
I.P.T.U.	13.769,78	31.865,25	41.469,92	32.242,00	20.096,22	34.370,93	40.381,76	35.246,03	39.466,49	62.683,27	444.157,49	28.442,21	824.221,35
I.R.R.F.	44.063,05	37.268,96	44.555,17	43.208,32	43.174,28	43.174,28	36.465,97	114.779,04	52,87	81.067,73	52.981,88	46.162,63	598.971,53
I.S.S.	70.554,83	46.375,16	50.436,08	43.962,86	58.682,89	68.097,97	86.129,85	79.791,45	72.978,69	57.043,60	77.709,85	57.961,81	768.725,04
I.T.B.I.	14.906,12	24.479,50	17.710,09	21.182,66	14.204,20	21.394,05	19.032,10	18.727,76	18.727,76	34.601,99	50.134,69	12.871,12	263.858,52
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.224,89	49.493,60	47.362,72	49.504,47	41.425,49	54.701,71	42.935,21	49.046,25	49.361,16	62.152,10	168.276,63	96.565,52	1.191.000,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	19.918,60	16.896,39	22.254,99	14.146,00	14.690,27	16.464,19	12.319,68	9.457,92	8.198,13	8.055,05	9.470,64	7.193,45	159.035,31
Outras Recitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Aplicação Financeira	19.918,60	16.896,39	22.254,99	14.146,00	14.690,27	16.464,19	12.319,68	9.457,92	8.198,13	8.055,05	9.470,64	7.193,45	159.035,31
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	117.660,86	115.708,97	119.888,31	109.703,43	117.792,75	132.139,80	125.119,13	130.509,90	87.294,91	103.881,24	118.745,45	120.234,16	1.388.698,91
Transferências Correntes	2.659.057,40	2.351.607,54	2.958.194,05	2.354.796,43	2.973.915,60	2.342.319,81	2.529.335,06	4.151.995,60	2.581.536,03	2.872.181,33	2.574.405,78	2.338.469,43	35.408.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	978.728,11	770.941,99	1.054.200,28	789.538,12	685.002,42	630.633,69	855.890,14	1.459.100,29	861.278,59	1.241.509,11	713.306,04	10.750.857,70	13.100.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	696.119,98	679.619,41	698.035,47	692.841,09	721.482,42	727.304,73	746.983,35	798.628,29	787.608,81	752.513,02	711.839,18	542.675,17	10.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	144.929,53	110.550,26	115.968,30	108.989,57	116.193,79	117.503,88	71.988,22	48.385,95	76.596,94	88.091,45	111.979,90	126.837,89	1.800.000,00
Cota-Parte do I.T.R.	454,71	3.140,07	2.910,00	467,25	1.001,86	6.961,35	1.036,20	969,75	153,36	1.536,72	176,26	182,67	10.000,00
Outras Transferências Correntes	273.554,85	272.645,21	580.288,31	255.034,33	890.017,42	321.674,21	291.682,63	1.238.995,66	299.552,22	117.164,90	467.597,75	512.855,03	4.043.000,00
Transferências da LC 61/1989	8.837,63	9.288,18	9.362,37	8.397,32	10.236,54	9.099,22	9.513,49	11.182,23	8.201,93	8.872,41	8.187,91	7.347,99	108.487,22
Transferências do FUNDEC	556.432,59	508.068,42	510.068,32	521.508,75	543.971,15	529.282,83	546.271,03	600.133,53	588.162,16	599.463,72	556.925,86	435.234,40	6.535.000,00
Outras Receitas Correntes	23.287,61	21.539,45	23.700,52	22.937,68	17.480,30	26.303,74	19.676,36	27.596,41	107.730,81	25.051,88	43.908,51	30.767,83	520.800,00
DEDUÇÕES (II)	36.581,380	314.176,08	289.533,71	315.650,43	289.272,37	298.272,37	337.676,07	375.311,66	346.764,14	415.104,36	311.976,23	276.071,79	4.766.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	365.813,80	314.176,08	289.533,71	315.650,43	289.272,37	298.272,37	337.676,07	375.311,66	346.764,14	415.104,36	311.976,23	276.071,79	4.766.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.656.681,34	2.381.058,74	3.036.188,14	2.374.033,61	2.993.456,83	2.431.975,90	2.587.424,51	4.237.877,19	2.618.582,71	2.891.613,83	3.226.814,69	2.460.385,37	36.335.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV):													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHO (V) = (III - IV):	2.656.681,34	2.381.058,74	3.036.188,14	2.374.033,61	2.993.456,83	2.431.975,90	2.587.424,51	4.237.877,19	2.618.582,71	2.891.613,83	3.226.814,69	2.460.385,37	36.335.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 1º, da CF) (VI):													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI):	2.656.681,34	2.381.058,74	3.036.188,14	2.374.033,61	2.993.456,83	2.431.975,90	2.587.424,51	4.237.877,19	2.618.582,71	2.891.613,83	3.226.814,69	2.460.385,37	36.335.000,00
FONTE: CONTINENTE MACHADO - 23/06/2020													

## RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 04

Publicação N° 2537125

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	22.000,00	22.000,00	605,01	0,00
Receta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	22.000,00	22.000,00	605,01	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	22.000,00	22.000,00	605,01	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	1.090.000,00	1.090.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	1.090.000,00	1.090.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>1.112.000,00</b>	<b>1.112.000,00</b>	<b>605,01</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²</b>	<b>1.112.000,00</b>	<b>1.112.000,00</b>	<b>605,01</b>	<b>0,00</b>	<b>605,01</b>	<b>0,00</b>
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2020		2019	
Caixa e equivalentes de caixa				0,00		0,00
Investimentos e Aplicações				0,00		0,00
Outros Bens e Direitos				0,00		0,00

Continua 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019		
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019		Em 2020
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

FONTE:

JACINTO MACHADO , 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES ANA A. B. CITADIN KLOCK KATIANE DA CUNHA MAIOLETTI VITORIO DE NES  
 ORDENADORA DA DESPESA-DE SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN. CONTADORA - CRC/SC 0381270- CONTROLADOR INTERNO

## RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 05

Publicação Nº 2537127

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 29 Fev 2020 (B)	Em 30 Abr 2020 (C)
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.851.344,26	1.876.411,19	1.810.792,36
DEDUÇÕES (II)	6.037.179,60	6.552.709,69	5.448.651,78
Disponibilidade de Caixa	6.037.179,60	6.552.709,69	5.448.651,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.156.000,96	8.699.966,55	7.695.653,32
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	118.821,36	2.147.256,86	2.247.001,54
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.613.335,55	1.548.123,07	1.482.504,24
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.613.335,55</b>	<b>-1.548.123,07</b>	<b>-1.482.504,24</b>

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Abr 2020 (Vlc - Vla)
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		
<b>VALOR</b>	<b>65.618,83</b>	<b>130.831,31</b>

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	
	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

JACINTO MACHADO, 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES  
ORDENADORA DA DESPESA - DEC.055/18

ANAA. B. CITADIN KLOCK  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI  
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO

## RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 06

Publicação Nº 2537129

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	36.915.000,00	11.193.396,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.036.000,00	1.513.208,49
I.P.T.U.	1.245.000,00	574.749,46
I.S.S.	550.000,00	265.693,95
I.T.B.I.	500.000,00	116.151,56
I.R.R.F.	550.000,00	180.265,11
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.191.000,00	376.348,41
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	126.200,00	32.917,27
Aplicações Financeiras(II)	126.200,00	32.917,27
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	30.642.000,00	9.010.666,05
Cota-Parte do FPM	10.680.000,00	2.837.434,21
Cota-Parte do ICMS	8.000.000,00	2.235.709,31
Cota-Parte do IPVA	1.280.000,00	322.805,29
Cota-Parte do ITR	8.000,00	1.633,02
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	96.000,00	26.088,18
Transferências do FUNDEB	6.535.000,00	2.179.816,14
Outras Transferências Correntes	4.043.000,00	1.407.169,90
Demas Receitas Correntes	2.110.800,00	636.614,79
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	21.000,00
Receitas Correntes Restantes	2.110.800,00	615.614,79
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I+II+III)	36.788.800,00	11.139.479,33
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.565.000,00	790.278,58
Operação de Crédito(VI)	1.010.000,00	90.279,41
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	60.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2020	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)	
Outras Alienações de Bens	60.000,00	0,00	
Transferências de Capital	1.495.000,00	699.999,17	
Convênios	1.495.000,00	699.999,17	
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	38.343.800,00	11.839.478,50	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
					LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	34.506.491,30	15.695.239,67	9.415.975,84	8.582.573,09	14.045,60
Pessoal e Encargos Sociais	18.511.056,36	5.901.946,60	5.901.946,60	5.671.106,89	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	202.000,00	22.774,03	22.774,03	22.774,03	0,00
Outras Despesas Correntes	15.793.434,94	9.770.519,04	3.491.255,21	2.888.692,17	14.045,60
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	15.793.434,94	9.770.519,04	3.491.255,21	2.888.692,17	14.045,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	34.304.491,30	15.672.465,64	9.393.201,81	8.559.799,06	14.045,60
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.009.146,26	1.750.936,18	908.669,08	829.500,75	2.430.302,19
Investimentos	7.806.146,26	1.619.531,84	777.264,74	698.096,41	2.430.302,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	203.000,00	131.404,34	131.404,34	131.404,34	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	7.806.146,26	1.619.531,84	777.264,74	698.096,41	2.430.302,19
				118.821,36	1.095.871,73

Continua 2/4

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2020				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	42.155.637,56	17.291.997,48	10.170.466,55	9.257.895,47	118.821,36	1.109.917,33
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		1.352.844,34				
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00				
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre 2020				
		VALOR INCORRIDO				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		32.917,27				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		22.774,03				
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.362.987,58				
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00				
ABAIXO DA LINHA						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO				
		Em 31 Dez 2019(a)		Até o Bimestre 2020(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		1.851.344,26		1.810.792,36		
DEDUÇÕES (XXIX)		6.037.179,60		5.448.651,78		
Disponibilidade de Caixa		6.037.179,60		5.448.651,78		
Disponibilidade de Caixa Bruta		6.156.000,96		7.695.653,32		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		118.821,36		2.247.001,54		
Demais Haveres Financeiros		0,00		0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-4.185.835,34		-3.637.859,42		
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-547.975,92				

Continua 3/4



Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-2.128.180,18
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>	<b>1.580.204,26</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)</b>	<b>1.570.061,02</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.413.220,48
Recursos Alocados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.413.220,48
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

## RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 07

Publicação Nº 2537132

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (H)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	796,37	118.024,99	118.821,36	-	-	-	8.229.410,07	1.109.917,33	282,91	7.119.209,83
<b>EXECUTIVO</b>	796,37	118.024,99	118.821,36	0,00	0,00	0,00	8.229.410,07	1.109.917,33	282,91	7.119.209,83
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	796,37	118.024,99	118.821,36	0,00	0,00	0,00	8.170.704,79	1.066.668,21	282,91	7.103.753,67
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	796,37	118.024,99	118.821,36	0,00	0,00	0,00	468.438,93	223.419,98	282,91	244.736,04
SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.021,65	47.043,78	0,00	419.977,87
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.235.244,21	796.204,45	0,00	6.439.039,76
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.456,16	0,00	0,00	15.456,16
SAMAE JACINTO MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.456,16	0,00	0,00	15.456,16
SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.249,12	43.249,12	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>796,37</b>	<b>118.024,99</b>	<b>118.821,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.229.410,07</b>	<b>1.109.917,33</b>	<b>282,91</b>	<b>7.119.209,83</b>

FONTE:

JACINTO MACHADO, 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES	ANNA B. CITADIN KLOCK	KATIANE DA CUNHA MAFFOLETTI
ORDENADORA DA DESPESA-DEC.055/18	SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINAN.	CONTADORIA - CRC/SC 0381270-4

VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO

**RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 09**

Publicação Nº 2537141

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	----------------------------	----------------------------	--------------------------------------

<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>1.010.000,00</b>	<b>90.279,41</b>	<b>919.720,59</b>
--	---------------------	------------------	-------------------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.009.146,26	1.750.936,18	6.258.210,08
Investimentos	7.806.146,26	1.619.531,84	6.186.614,42
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	203.000,00	131.404,34	71.595,66
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>8.009.146,26</b>	<b>1.750.936,18</b>	<b>6.258.210,08</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)</b>	<b>6.999.146,26</b>	<b>1.660.656,77</b>	<b>5.338.489,49</b>

FONTE:

JACINTO MACHADO , 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES  
ORDENADORA DA DESPESA -DEC.055/18

ANAA. B. CITADIN KLOCK  
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI  
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO

**RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 10**

Publicação Nº 2537143

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

## ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2019 a 2094

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=( "d" exercício anterior ) + (c)
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

JACINTO MACHADO , 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES  
ORDENADORA DA DESPESA -DEC.055/18

ANA A. B. CITADIN KLOCK  
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA M  
CONTADORA - CRC/S

VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO

## RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 11

Publicação Nº 2537146

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS							R\$ 1,00
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>							
Receita de Alienação De Bens Móveis		65.000,00				402,30	64.597,70
Receita de Alienação De Bens Imóveis		50.000,00				0,00	50.000,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		10.000,00				0,00	10.000,00
		5.000,00				402,30	4.597,70
<b>DESPESAS</b>							
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>	Despesas de Capital	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
	Investimentos	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
		60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (lb - (II + IIg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
<b>Valor(III)</b>		12.173,55					12.575,85
FONTE:							

JACINTO MACHADO , 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES  
ORDENADORA DA DESPESA-DEC.055/18

ANAA. B. CITADIN KLOCK  
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI  
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO

**RREO - 2º BIMESTRE - 2020 - ANEXO 14**

Publicação Nº 2537147

Município de JACINTO MACHADO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial			39.500.000,00	
Previsão Atualizada			39.500.000,00	
Receitas Realizadas			11.983.675,18	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			1.413.220,48	
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial			39.500.000,00	
Créditos Adicionais			3.060.637,56	
Dotação Atualizada			42.560.637,56	
Despesas Empenhadas			17.446.175,85	
Despesas Liquidadas			10.324.644,92	
Despesas pagas			9.412.073,84	
Superavit Orçamentário			1.659.030,26	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>				
Despesas Empenhadas			17.446.175,85	
Despesas Liquidadas			10.324.644,92	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>				
Receita Corrente Líquida			33.892.060,36	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			32.426.721,36	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			32.426.721,36	
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>				
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>				
Receitas Previdenciárias Realizadas			605,01	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			605,01	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal		0,00	1.362.987,58	0,00
Resultado Primário		0,00	1.352.844,34	0,00
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Pagar</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	8.229.410,07	282,91	1.109.917,33	7.119.209,83
EXECUTIVO	8.229.410,07	282,91	1.109.917,33	7.119.209,83
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	118.821,36	0,00	118.821,36	0,00
EXECUTIVO	118.821,36	0,00	118.821,36	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>8.348.231,43</b>	<b>282,91</b>	<b>1.228.738,69</b>	<b>7.119.209,83</b>

Continua 1/2

Município de JACINTO MACHADO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.109.652,49	25%	26,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.991.475,91	60%	91,28
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			90.279,41	919.720,59
Despesa de Capital Líquida			1.750.936,18	6.258.210,08
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			402,30	64.597,70
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	60.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.121.334,69	15,00	14,16	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JACINTO MACHADO , 23/06/2020

ISABELA PEREIRA BORGES  
ORDENADORA DA DESPESA -DEC.055/18

ANAA. B. CITADIN KLOCK  
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINAN.

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI  
CONTADORA - CRC/SC 038127/O-4

VITORIO DE NES  
CONTROLE INTERNO



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2020

Publicação Nº 2536333

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2020

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às quatorze horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 88/2020, que tem por objeto a contratação de empresa jurídica para fornecimento de MÓVEIS E ACESSÓRIOS DE COZINHA SOB MEDIDA, destinados para a EMEB. Ribeirão Cavallo, localizado na Rua 832 - Francisco Gretter, nº 771, Bairro Braço do Ribeirão Cavallo, no município de Jaraguá do Sul/SC, com a presença do servidor Sidnei Correa de Almeida, Pregoeiro e o servidor Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA EPP	Hélio Almir Bagatoli	894.208.889-91
COMERCIAL VITORIA LTDA ME	Veronica Solange Rigo Scheer	020.353.459-01
FRANO INDUSTRIA EIRELI ME	Suelen Cristine Arl Stingham	076.546.099-81
M MOBILE EIRELI EPP	Sem Representante	xxx.xxx.xxx
SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP	Sem Representante	xxx.xxx.xxx

Presente a sessão as Arquitetas Sra. Eliziana dos Reis e Fernanda Klimekowski, da Secretaria Municipal da Educação do Município para acompanhar a sessão pública e auxiliar na análise das propostas apresentadas. Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas as propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance), conforme mapa de preços em anexo. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e Empresas de Grande Porte. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com o seguinte preço final para os lotes:

Item	Proponente vencedora	Item	Quant.	Descrição do serviço	Valor Global do item (R\$)
01	FRANO INDUSTRIA EIRELI ME	01		COZINHA SOB MEDIDA, composta por balcão 1 (280x70x90 cm); balcão 2 (320x70x90cm), balcão 3 (240x70x90cm), módulo 1 (70x53x50cm), armário 01 (80x40x145cm), estante para caixas de frutas (125x60x145cm), mesa de apoio (89,5x67x75) e coifa (160x120x40cm) (lxpxa), conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro anexos;	40.000,00
02	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	01		Lixeira de polipropileno de formato retangular, capacidade 50 ou 60 litros, com tampa, pedal metálico, cinta inferior com 4 pés e base antiderrapante, na cor branca, altura aproximada de 75 cm;	136,97
03	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	01		MESA AUXILIAR em Aço inoxidável 304(120x70x90cm) (LxPxX), Conforme projeto e especificação anexo;	1.741,46
04	BLUINTER COMÉRCIO LTDA EPP	01		minicâmara comercial em inox 4 portas com capacidade igual ou superior a 900 litros (dimensões de referência: 120x70x200cm – LxPxX)	5.545,00
05	M MOBILE EIRELI EPP	01		estante de aço de 92x40x198cm, linha industrial, na cor branca, chapa 22, capacidade de carga de 140 kg por prateleira, com 6 prateleiras de altura regulável e 2 reforços;	315,00
06	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	01		01 BUFFET ADULTO self service - 8 cubas; self service térmico; modelo em aço inox brilhante; cubas gastronômicas em aço inox com tampa; estrutura tubular com pintura eletrostática cor cinza; rodízios com travas; protetor salivar em aço inox; termostato com temperatura até 120°C.	1.715,00

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do edital. Não foram adjudicados os itens as empresas vencedoras neste momento pelo fato do item 03 restar consideravelmente acima do valor estimado no Edital, e assim o processo será encaminhado a Secretaria de Educação para análise do valor final e manifestação formal autorizando ou não a adjudicação e homologação deste item Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. As empresas vencedoras dos lotes deste Edital, deverão apresentar adequação dos valores unitários do Lote vencido e o novo cronograma físico-financeiro, devendo ser encaminhado ao e-mail da Pregoeira id82031@jaraguadosul.sc.gov.br no prazo de até 03 (três) dias. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 24 de junho de 2020.

Rosinei Aparecida Gretter Dias



Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Eliziana dos Reis	
Fernanda Klimekowski	
Hélio Almir Bagatoli	
Veronica Solange Rigo Scheer	
Suelen Cristine Arl Stingenhen	

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2020**

Publicação Nº 2536335

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2020**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 99/2020, que tem por objeto a aquisição de materiais para instalação da rede lógica nas unidades escolares da rede municipal de ensino de Jaraguá do Sul, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
COMERCIAL VITORIA LTDA ME	Altair Scheer	015.668.139-05
ELIANA VIEGAS DA TRINDADE	Sem representante	.X.X.X.X.
OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	Everton Vargas Dick	070.503.229-97
REI DOS REIS COM. ATACADISTA E VAREGISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP	Geison Alexandre Lopes	989.061.789-72
TCMS TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME	Julio Cesar Veiga M. Strelow	373.775.230-34
TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	Roberto Tromm	751.054.209-00

Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Em relação ao Credenciamento da empresa ELIANA VIEGAS DA TRINDADE, o munícipe presente não cumpriu com a documentação correta para ser credenciado, visto o contrato social apresentado estar em cópia simples, não tendo validade desta forma, para dar poderes ao credenciado para participar da sessão pública; Como o munícipe não foi credenciado, também não pode fazer e assinar a declaração de habilitação para validar a sua Proposta Comercial restando a mesma desclassificada do certame. Após a análise, relativamente às imposições do edital, e após análise da proposta comercial da empresa TCMS TELECOMUNICAÇÕES LTDA pela equipe técnica da Diretoria e Tecnologia da Informação da Secretaria de Educação pelos senhores Luidi Rymysza e Andre Ricardo Cabral, foram desclassificados os itens 28 a 33 e 37 da empresa citada, por não atender as exigências dos itens conforme especificado no Edital e foram classificados os demais itens da empresa e classificadas as demais propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. A seguir for registrado o pedido de desclassificação do item 32 pelo Representante da empresa COMERCIAL VITÓRIA, alegando erro na formulação da proposta. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance), conforme mapa de preços em anexo. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e Empresas de Grande Porte. Não houve necessidade de aderir a LC 123/2006, pelo fato de todas as empresas participantes deste certame são ME/EPP. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com o seguinte preço final para os lotes:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor do item (R\$)
01	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	500	Unid.	ELETROCALHA PERFURADA TIPO ESTRUTURAL 50 X 50 Eletrocalha, zincada, perfurada, estrutural, virola 360°, 50x50mm; Chapa metálica #20; Atender NBR 5410; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	36,60
02	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	25	Unid.	ELETROCALHA - CURVA VERTICAL EXTERNA 45° Curva Vertical Externa 45° Perfurado; Chapa metálica #20 50x50mm zincada; Compatível com Eletrocalha Estrutural; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	5,00
03	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	25	Unid.	ELETROCALHA - CURVA VERTICAL INTERNA 45° Curva Vertical Interna 45° Perfurado; Chapa metálica #20 50x50mm zincada; Compatível com Eletrocalha Estrutural; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	4,85

04	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	150	Unid.	ELETROCALHA - CURVA HORIZONTAL 90° 50X50MM Curva Horizontal 90° Perfurado; Chapa metálica #20 50x50mm zincada; Compatível com Eletrocalha Estrutural; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	7,32
05	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	50	Unid.	ELETROCALHA - CURVA HORIZONTAL 45° 50X50MM Curva Horizontal 45° Perfurado; Chapa metálica #20 50x50mm zincada; Compatível com Eletrocalha Estrutural; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	5,30
06	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	10	Unid.	ELETROCALHA - T HORIZONTAL 50X50MM Tê Horizontal 90° Perfurado; Chapa metálica #20 50x50mm zincada; Compatível com Eletrocalha Estrutural; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	10,00
07	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	2000	Unid.	ELETROCALHA - JUNÇÃO 50X50MM Junção Telescópica; Chapa metálica #20 50x50mm zincada; Compatível com Eletrocalha Estrutural; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	2,90
08	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	1500	Unid.	ELETROCALHA - MÃO FRANCESA 75MM Mão Francesa Simples 75mm; Chapa metálica #20 50x50mm zincada; Compatível com Eletrocalha Estrutural; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	5,13
09	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	50	Unid.	SUPORTE SUSPENSÃO VERTICAL TIRANTE 50MM Suporte para Suspensão Vertical para utilização com Tirante; Para uso com eletrocalha estrutural 50x50mm; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	2,95
10	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	50	Unid.	CANTONEIRA 'ZZ' PARA SUSPENSÃO VERTICAL Cantoneira ZZ para suspensão vertical; Compatível com os tirantes fornecidos para o projeto deste Edital; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	2,75
11	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	10	Unid.	TIRANTE DE AÇO 1/4" Tirante de Aço (Barra Roscada). 1/4"x3000mm; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	12,65
12	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	2000	Unid.	KIT PARAFUSO M5/PORCA GAIOLA M5 Desenvolvido e produzido especificamente para permitir fixar equipamentos e acessórios em racks; Parafuso e porca confeccionado em aço-carbono com acabamento anticorrosivo em cromo; Parafuso com rosca M5 e 12mm de comprimento; Parafuso com cabeça redonda tipo panela, base chata e fenda tipo philips; Porca com rosca compatível com o parafuso, encaixe tipo gaiola possibilitando fixação em racks padrão 19 polegadas; Acabamento sem sinais de rebarbas e outras imperfeições; Garantia de 6 meses para defeitos de fabricação.	0,86
13	OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	3500	Unid.	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4"x55MM Parafuso Cabeça Sextavada Rosca Soberba 1/4"x55mm Zincado; Produzido em aço, zincado; Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	0,42
14	OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	5000	Unid.	PARAFUSO PHILIPS 4,2X32MM Parafuso Auto Atarraxante Cabeça Panela Philips 4,2 x 32 mm; Em aço temperado, cementado e zincado; Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	0,21
15	OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	15000	Unid.	PARAFUSO LENTILHA 1/4"x1/2" Parafuso Lentilha Auto Travante 1/4"x1/2"; Produzido em aço carbono 1010/1020, acabamento zincado; Rosca 20 fios por polegada; Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	0,25
16	OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	20000	Unid.	PORCA SEXTAVADA 1/4" Porca Sextavada 1/4"; Produzido em aço carbono 1010/1020, acabamento zincado; Rosca 20 fios por polegada; Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	0,13

17	OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	20000	Unid.	ARRUELA LISA 1/4" Arruela Lisa 1/4"; Produzida em aço, zincada; Espessura aproximada 1,5mm; Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	0,37
18	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	5000	Unid.	BUCHA PARA FIXAÇÃO 6MM Em nylon; Com anel, dentes e aletas laterais; Diâmetro nominal de 6mm; Encartelada; Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	0,16
19	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	3500	Unid.	BUCHA PARA FIXAÇÃO 10MM Em nylon; Com anel, dentes e aletas laterais; Diâmetro nominal de 10mm; Encartelada; Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	0,58
20	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	20	Unid.	BUCHA 3/4" Bucha de alumínio para Box Reto 3/4"; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	1,04
21	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	20	Unid.	ARRUELA 3/4" Arruela de alumínio para Box Reto 3/4"; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	0,38
22	REI DOS REIS INFORMÁTICA LTDA EPP	1000	Unid.	CANAleta PVC RECORTE FECHADO 30X30MM Canaleta perfil com recorte fechado e tampa, 30x30mm branca/creme 2m. Dutos de PVC (cloreto de polivinil), rígido antichama. Resistência à tração: 3,6 - 6,3 (Kg/mm); Resistência ao impacto: 2,1 - 100 (Kg-cm). Resistência térmica: 50 a 70° C. Conformidade com a diretiva RoHS; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	18,90
23	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	250	Unid.	CANAleta PVC 10X20MM Canaleta 10x20mm Branca Sem Divisão interna 2m; Dutos de PVC (Cloreto de Polivinil) antichama; Resistência Térmica: 50 a 70 °C. Conformidade com a diretiva RoHS;	3,55
24	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	20	Unid.	FITA PARA ETIQUETADORA Fita branca para etiquetar tomadas e pontos de telecomunicação; Fita tipo térmica para impressão preto sobre branco; Largura 12mm; Resistente à água, umidade e óleo.	55,00
25	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	50	Unid.	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE Fita adesiva acrílica transparente dupla face com fita protetora em um dos lados, 12mmx20m. Cisalhamento dinâmico: 4,9 Kgf/cm²; Resistência a tração: 7,5 kgf/cm²; Espessura de 1mm; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	35,50
26	COMERCIAL VITORIA LTDA ME	30	Unid.	FITA ISOLANTE Fita em vinil isolante com adesivo na cor preta; Espessura mínima 0,18mm - 20m; Uso profissional; Classe A. Antichama; Temperatura de operação mínima de 90°. Resistência de isolamento 750V; Atender norma ABNT NBR NM 60454 -3-1-5; Conformidade com a diretiva RoHS; Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.	5,45
27	TCMS TELEC. LTDA ME	30	Unid.	VELCRO DUPLA FACE ROLO Confeccionado com velcro em nylon e poliéster com duas faces aderentes onde uma face da fita adere nas costas desta mesma fita; Permitir fixação e organização de feixes de cabos; Dimensões: 20 mm de largura e 3 metros de comprimento; Ser fornecido na cor preta. Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	8,90

28	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	7.625	Metros	<p>CABO DE REDE PAR TRANÇADO CATEGORIA 5E</p> <p>Desenvolvido especificamente para sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens;</p> <p>Atender aos requisitos das normas ANSI/TIA-568-C.2 e ISO/IEC 11801, Categoria 5e, para cabeamento horizontal ou secundário entre os painéis de distribuição (Patch Panels) e os conectores nas áreas de trabalho;</p> <p>Conter 4 pares trançados em pares torcidos identificados por cores diferentes (azul, laranja, verde, marrom) compostos por condutores sólidos de cobre nu, 24AWG, isolados em polietileno de alta densidade;</p> <p>Ser fabricado com capa externa em PVC em material não propagante a chama (CM, CMR) na cor azul;</p> <p>Resistência de Isolamento 10000 M.km</p> <p>Impedância: 100Ohms ±15%</p> <p>Atraso de Propagação: 545ns/100m</p> <p>Ser fabricado com marcação de identificação e sequencial métrica decrescente (305 a 001 m);</p> <p>Fornecido em rolo acondicionado em embalagem de papelão FASTBOX ( Caixa com 305m.);</p> <p>Aplicações em cabeamento ethernet 10/100/1000Mbps, PoE e telefonia;</p> <p>Certificação Anatel, UL-E160837</p> <p>Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p>	2,09
29	OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	750	Unid.	<p>PATCH CORD CAT 5E 1,5M AZUL</p> <p>Desenvolvido especificamente para sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens;</p> <p>Atender aos requisitos das normas ANSI/TIA-568-C.2 e ISO/IEC 11801, Categoria 5e, para conectorização em painéis de distribuição (Patch Panels) e áreas de trabalho;</p> <p>Conter 4 pares trançados em pares identificados por cores diferentes compostos por condutores de cobre nu, 24AWG, isolados em polietileno de alta densidade;</p> <p>Produzido com o cabo flexível U/UTP cat-5e, com capa termoplástica na cor azul, não propagante a chama (CM, CMR), com conectores RJ45 montados no padrão T568A nas duas pontas;</p> <p>Capa protetora termoplástica de proteção não propagante a chama, nas mesmas dimensões do plug RJ-45 e trava do plug nas duas extremidades para evitar fisgamento e desconexão acidental, sendo montado e testado em fábrica;</p> <p>Impedância: 100Ohms ±15%;</p> <p>Certificação de canal, com desempenho garantido para até 4 conexões em 100 metros;</p> <p>Aplicações em cabeamento ethernet 10/100/1000Mbps, PoE e telefonia;</p> <p>Fornecido no comprimento de 1,5m;</p> <p>Certificação Anatel, UL-E173971;</p> <p>Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p>	14,79
30	OSMAR ORLANDI JUNIOR ME	200	Unid.	<p>PATCH CORD CAT 5E 2,5M AZUL</p> <p>Desenvolvido especificamente para sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens;</p> <p>Atender aos requisitos das normas ANSI/TIA-568-C.2 e ISO/IEC 11801, Categoria 5e, para conectorização em painéis de distribuição (Patch Panels) e áreas de trabalho;</p> <p>Conter 4 pares trançados em pares identificados por cores diferentes compostos por condutores de cobre nu, 24AWG, isolados em polietileno de alta densidade;</p> <p>Produzido com o cabo flexível U/UTP cat-5e, com capa termoplástica na cor azul, não propagante a chama (CM, CMR), com conectores RJ45 montados no padrão T568A nas duas pontas;</p> <p>Capa protetora termoplástica de proteção não propagante a chama, nas mesmas dimensões do plug RJ-45 e trava do plug nas duas extremidades para evitar fisgamento e desconexão acidental, sendo montado e testado em fábrica;</p> <p>Impedância: 100Ohms ±15%;</p> <p>Certificação de canal, com desempenho garantido para até 4 conexões em 100 metros;</p> <p>Aplicações em cabeamento ethernet 10/100/1000Mbps, PoE e telefonia;</p> <p>Fornecido no comprimento de 2,5m;</p> <p>Certificação Anatel, UL-E173971;</p> <p>Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p>	19,79

31	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	200	Unid.	<p>PATCH JUMPER 2M AZUL</p> <p>Desenvolvido especificamente para sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz;</p> <p>Atender aos requisitos das normas ANSI/TIA-568-C.2 e ISO/IEC 11801, Categoria 5e, para conectorização em painéis de distribuição (Patch Pannels / Voice Pannels) e áreas de trabalho;</p> <p>Conter 1 par trançado identificados por cores diferentes compostos por condutores de cobre nu, 24AWG, isolados em polietileno de alta densidade;</p> <p>Produzido com o cabo flexível U/UTP cat-5e na cor azul com conectores RJ45 montados nas duas pontas;</p> <p>Capa protetora termoplástica de proteção não propagante a chama, nas mesmas dimensões do plug RJ-45 e trava do plug nas duas extremidades para evitar fisgamento e desconexão acidental, sendo montado e testado em fábrica;</p> <p>Impedância: 100Ohms ±15%;</p> <p>Fornecido no comprimento de 2 m;</p> <p>Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p>	16,00
32	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	750	Unid.	<p>CONECTOR RJ45 FÊMEA CAT 5E</p> <p>Atender a norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2, NBR 14.565;</p> <p>Atender requisitos das normas para CAT.5e / Classe D;</p> <p>O corpo do conector fabricado em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0) na cor branca;</p> <p>As vias de contato deverão ser produzidas em bronze fosforoso com camadas de 1,27µm de ouro e 2,54µm de níquel;</p> <p>Apresentar a possibilidade de fixação de ícones de identificação diretamente sobre tampa de proteção frontal articulada;</p> <p>Conter terminais de conexão traseira em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;</p> <p>Apresentar capa traseira e tampa de proteção frontal articulada já fornecidas com o conector;</p> <p>A pinagem deverá seguir o padrão de montagem T568A/B;</p> <p>Certificação de canal, com desempenho garantido para até 4 conexões em 100 metros;</p> <p>Aplicações em cabeamento ethernet 10/100/1000Mbps, PoE e telefonia;</p> <p>Força de Retenção: 133N;</p> <p>Ângulo de instalação: 180°;</p> <p>Apresentar garras para fixação compatível com todos os modelos de patch panels descarregados, espelhos e tomadas;</p> <p>Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p>	20,10
33	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	25	Unid.	<p>PATCH PANEL CAT 5E 24 PORTAS</p> <p>24 conectores RJ45 compatível com RJ-11 fixados a circuito impresso;</p> <p>Compatível para montagem em racks padrão 19";</p> <p>Próprio para uso de cabeamento de rede U/UTP Cat 5-e;</p> <p>Crimpagem nos padrões T568A ou T568B;</p> <p>Painel frontal em material termoplástico não propagante a chama (UL 94V-0) com porta etiquetas para identificação;</p> <p>Guia traseiro para fixação individual dos cabos;</p> <p>Resistência de Isolamento: 500 MΩ;</p> <p>Contatos elétricos dos terminais RJ-45 fabricados em bronze fosforoso com camadas de 1,27µm de ouro e 2,54µm de níquel;</p> <p>Terminais de conexão traseira em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;</p> <p>Certificação de canal, com desempenho garantido para até 4 conexões em 100 metros;</p> <p>Aplicações em cabeamento ethernet 10/100/1000Mbps, PoE e telefonia;</p> <p>Atender às normatizações: EIA/TIA 569 C, ISO/IEC 11801, NBR 14565, TIA/EIA – 310E;</p> <p>Certificações ETL Verified, UL Listed E17397;</p> <p>Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p>	455,00
34	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	20	Unid.	<p>BANDEJA FIXA COM 2 PONTOS DE FIXAÇÃO</p> <p>Estrutura em aço SAE1010/1020 estampado, espessura 1,2 ou 1,5mm com pintura epoxi na cor preta;</p> <p>Capacidade de carga de 6Kg;</p> <p>Dois pontos de fixação frontal para parafusos M5/M6 próprios para racks;</p> <p>Totalmente compatível com racks padrão 19 polegadas;</p> <p>Tamanho: 1U de altura e 300mm de profundidade;</p> <p>Garantia: 6 meses para defeitos de fabricação.</p>	43,00



35	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	50	Unid.	<p>GUIA DE CABOS HORIZONTAL ABERTO PERFURADO 1U</p> <p>Produzido em chapa de aço SAE-1020 com pintura epóxi na cor preta;</p> <p>Capacidade para acomodar no mínimo 60 cabos Cat.5e;</p> <p>Altura exata de 1U;</p> <p>Haste traseira para fixação e organizações de cabos;</p> <p>Permitir passagem de cabos pela parte frontal e posterior;</p> <p>Pontos de fixação frontal para parafusos M5/M6 próprios para racks;</p> <p>Totalmente compatível com racks padrão 19";</p> <p>Atender às normas TIA/EIA-569 B e TIA/EIA-310E;</p> <p>Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.</p>	16,00
36	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	200	Unid.	<p>PAINEL DE FECHAMENTO 1U</p> <p>Produzido em chapa de aço SAE-1020 com pintura epóxi na cor preta;</p> <p>Altura exata de 1U;</p> <p>Pontos de fixação frontal para parafusos M5/M6 próprios para racks;</p> <p>Totalmente compatível com racks padrão 19";</p> <p>Atender às normas TIA/EIA-569 C e TIA/EIA-310E;</p> <p>Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.</p>	6,00
37	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	30	Unid.	<p>VOICE PANEL 30 PORTAS</p> <p>30 conectores RJ45 compatível com RJ-11;</p> <p>30 conectores traseiros padrão 110 IDC;</p> <p>Fornecido em aço com pintura epóxi na cor preta e corpo em material termoplástico não propagante a chama (UL 94V-0);</p> <p>Contatos elétricos dos terminais RJ-45 fabricados em bronze fosforoso com camadas de 1,27µm de ouro e 2,54µm de níquel;</p> <p>Terminais de conexão traseira em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;</p> <p>Força de retenção entre jack e plug: Mínimo 50N;</p> <p>Identificação com número da posição na parte frontal e traseira;</p> <p>Atende FCC 68.5 (EMI - Interferência Eletromagnética);</p> <p>Resistência de Isolamento: 500 MΩ;</p> <p>Totalmente compatível para montagem em racks padrão 19";</p> <p>Performance garantida para Norma EIA/TIA 568 categoria 3;</p> <p>Atender às normatizações: EIA/TIA 568;</p> <p>Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p>	455,00
38	REI DOS REIS INFORMÁTICA LTDA EPP	600	Unid.	<p>CAIXA SISTEMA X COM ESPELHO PARA 2 RJ45 - 3X3</p> <p>Caixa de sobrepor e espelho com duas saídas para conector RJ45;</p> <p>Compatível com os conectores fêmea fornecidos para o projeto deste Edital;</p> <p>Fabricado em material termoplástico de alto impacto na cor branca/creme.</p> <p>Carcaça desenvolvida para instalação sobreposta à superfície com parafusos.</p> <p>Inclui caixa de sobrepor e espelho do mesmo fabricante e modelo devendo ser totalmente compatíveis.</p> <p>Dimensões aproximadas: 7,5cm (altura) x 7,5cm (largura) x 4,7cm (Profundidade).</p> <p>Ser compatível com os conectores fêmea das marcas AMP, Furukawa e outras;</p> <p>Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.</p>	8,70
39	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	40	Unid.	<p>RÉGUA DE TOMADAS PARA RACK</p> <p>Produzido especificamente para uso em racks ou gabinetes padrão 19";</p> <p>Permitir conexão elétrica aterrada de equipamentos;</p> <p>Ser fornecido com 8 terminais fêmea 2P + T padrão NBR 14.136, individuais interligados através de barramento de cobre diâmetro 2,00 mm e solda a estanho;</p> <p>Ser fornecido em chapa de aço SAE 1020 (#18, espessura 1,21 mm), estampada, dobrada, eletrozincada e pintada em tinta epóxi preto;</p> <p>Ser fornecido com cabo de alimentação tipo PP flexível de 3 condutores (3x2,5mm) de 2 metros e plugue padrão NBR 14.136;</p> <p>Garantia de 6 meses contra defeitos de fabricação.</p>	78,50

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do edital. Prosseguindo foram Adjudicados os itens as empresas vencedoras. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 24 de junho de 2020.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Luidi Rymsza	
Andre Ricardo Cabral	
Eliziana dos Reis	

Altair Scheer	
Everton Vargas Dick	
Geison Alexandre Lopes	
Julio Cesar Veiga M. Strelow	Retirou-se antes do término da sessão pública
Roberto Tromm	

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019.**

Publicação Nº 2536186

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 26 de Junho de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 002/2019 conforme segue:

Nome: PRISCILA APARECIDA PARRI Z. RIBEIRO  
Cargo: Enfermeiro - 40hs  
Secretaria: SEMSA  
Classificação: 25º lugar (segunda chamada)

Nome: VINÍCIUS RANGEL CLASEN  
Cargo: Agente de Endemias - 40hs  
Secretaria: SEMSA  
Classificação: 17º lugar

**DECRETO Nº 13.992/2020**

Publicação Nº 2535858

D E C R E T O Nº 13.992/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 87/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares nas Ruas 102 - Goiás, 165 - João Klein e 48 - Onélia Horst, bairro Vila Lenzi, com extensão total de 1.556,35m (um mil, quinhentos e cinquenta e seis vírgula trinta e cinco metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 13.993/2020**

Publicação Nº 2535859

D E C R E T O Nº 13.993/2020

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;  
CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;  
CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 87/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem



pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares nas Ruas 102 - Goiás, 165 - João Klein e 48 - Onélia Horst, bairro Vila Lenzi, com extensão total de 1.556,35m (um mil, quinhentos e cinquenta e seis vírgula trinta e cinco metros);

**DECRETA :**

Art.1º Fica designado o servidor público municipal GIOVANI SIEVERT, matrícula 113665, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 87/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 87/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.994/2020**

Publicação Nº 2535860

**D E C R E T O Nº 13.994/2020**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 12, do Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 157/2020/Secel, de 17/06/2020, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

**DECRETA :**

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais ANA LÚCIA DE LIMA SANTOS, matrícula 8241; NATANAEL FELIPE PIAZETZNI, matrícula 82066; e KARINE KATH JOCHEM SCHMITT, matrícula 82067, para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, em razão dos Termos de Colaboração, dos Termos de Fomento e/ou dos Acordos de Cooperação e dos Termos Aditivos a serem firmados entre o Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, e as Organizações da Sociedade Civil, conforme dispõe a Lei Federal Nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal Nº 13.204/2015, c/c o Decreto Municipal Nº 11.528/2017.

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 12.092/2018, de 28/05/2018.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.995/2020**

Publicação Nº 2535861

**D E C R E T O Nº 13.995/2020**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 17, do Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 157/2020/Secel, de 17/06/2020, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

**DECRETA :**

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais para comporem a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, em razão dos Termos de Colaboração, dos Termos de Fomento e/ou Acordos de Cooperação e dos Termos Aditivos a serem firmados entre o Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, e as Organizações da Sociedade Civil, conforme dispõe a Lei Federal Nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal Nº 13.204/2015, c/c o Decreto Municipal Nº 11.528/2017:

Titular: Daniele de Souza - matrícula 82038

Suplente: Josiane Cristina de Freitas - matrícula 10710

Titular: Dinalberto de Lucca Moreira - matrícula 81947

Suplente: Karine Festugatto - matrícula 8496

Titular: Paulo Vitor Sauer - matrícula 82039  
Suplente: Nirton Hanemann - matrícula 2319

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 13.431/2019, de 09/12/2019.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.996/2020

Publicação Nº 2535862

### D E C R E T O Nº 13.996/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 80/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares nas Ruas 167 - Friedrich Wilhelm Sonnenhohl, 305 - Professor Irmão Geraldino, 201 - Ernesto Lessmann, 147 - Alberto Santos Dumont, 146 - Major Júlio Ferreira e 186 - Professor Heinrich Geffert, bairro Vila Lalau, com extensão total de 3.662,35m (três mil, seiscentos e sessenta e dois vírgula trinta e cinco metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.997/2020

Publicação Nº 2535863

### D E C R E T O Nº 13.997/2020

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993; CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 80/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares nas Ruas 167 - Friedrich Wilhelm Sonnenhohl, 305 - Professor Irmão Geraldino, 201 - Ernesto Lessmann, 147 - Alberto Santos Dumont, 146 - Major Júlio Ferreira e 186 - Professor Heinrich Geffert, bairro Vila Lalau, com extensão total de 3.662,35m (três mil, seiscentos e sessenta e dois vírgula trinta e cinco metros);

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal GIOVANI SIEVERT, matrícula 113665, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 80/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 80/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 13.998/2020**

Publicação Nº 2535865

D E C R E T O Nº 13.998/2020  
Designa Fiscais de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e  
CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;  
CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;  
CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 365/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de mobiliário urbano - Abrigos de Passageiros Padrão, localizados em 25 (vinte e cinco) pontos do Centro do Município de Jaraguá do Sul;  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 205/2020/Semplu, de 22/06/2020, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

**DECRETA :**

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal FABIÉLI PILATTI MENDES, matrícula 10791, Engenheira, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 365/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição a Carolina Missfeldt.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal MARCELO ELIAS DA SILVEIRA, matrícula 10852, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 365/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 13.578/2020, de 11/02/2020.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 056/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 411/2019**

Publicação Nº 2536332

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 056/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 411/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 235/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e Fundos

CONTRATADA: PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS DE PINTURA, TINTAS, SOLVENTES, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos prédios públicos municipais, segundo as conveniências da administração direta.  
DA INCLUSÃO DE NOVOS ITENS - Considerando a determinação Judicial proferida pela Sentença exarada pela Exma. Sra. Cândida Inês Zoellner Brugnolli, Juíza de Direito, oriunda do Mandado de Segurança nº 50099882-80.2019.8.24.0036/SC, impetrado pela empresa PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI e após realização da nova disputa de lances, fica incluso nesta Ata de Registro de Preços, os seguintes itens conforme descritos no item 2.1 da cláusula segunda deste Termo Aditivo.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, André De Carvalho Ferreira, Alceu Gilmar Moretti, Daniel Peach e Alex Eugenio Calikoski

Argos José Burgardt  
Secretário de Administração

André De Carvalho Ferreira  
Gerenciador do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Alceu Gilmar Moretti  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

Daniel Peach  
Gestor do Froagro

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL SOCIAL Nº 4027/98 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19**

Publicação Nº 2536226

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL SOCIAL Nº 4027/98 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL SOCIAL Nº 4027/98 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS, DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), E O SR. JOSÉ FRANCISCO RICHARTZ.

PREÇO: Pelo Presente Instrumento, o PROMITENTE COMPRADOR (DEVEDOR) reconhece o saldo devedor no valor total de R\$ 57.797,28, referente às quantias especificadas na Cláusula Primeira e repactua entre si, justo e acertado o pagamento do mesmo em 300 parcelas, com o valor mensal inicial de R\$ 193,62, conforme Lei Municipal nº 8.180/2019 que institui o programa Recomeçar. O PROMITENTE COMPRADOR (DEVEDOR) reconhece que as demais cláusulas do contrato de origem permanecem inalteradas. DATA DA ASSINATURA: 18/06/2020. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Taciana Tecilla Gessner e José Francisco Richartz.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO Nº 27/032-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO Nº 27/032-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), E A SRA. NICEIA APARECIDA CORREA.

PREÇO: Pelo Presente Instrumento, a PROMITENTE COMPRADORA (DEVEDORA) reconhece o saldo devedor no valor total de R\$ 19.877,54, referente às quantias especificadas na Cláusula Primeira e repactua entre si, justo e acertado o pagamento do mesmo em 132 parcelas, com o valor mensal inicial de R\$ 150,58, conforme Lei Municipal nº 8.180/2019 que institui o programa Recomeçar. O PROMITENTE COMPRADOR (DEVEDOR) reconhece que as demais cláusulas do contrato de origem permanecem inalteradas. DATA DA ASSINATURA: 22/06/2020. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Taciana Tecilla Gessner e Niceia Aparecida Correa.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL SOCIAL Nº 4057/99 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL SOCIAL Nº 4057/99 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS, DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), E A SRA. JOCIMARA GOTZINGER.

PREÇO: Pelo Presente Instrumento, o PROMITENTE COMPRADOR (DEVEDOR) reconhece o saldo devedor no valor total de R\$ 57.483,45, referente às quantias especificadas na Cláusula Primeira e repactua entre si, justo e acertado o pagamento do mesmo em 300 parcelas, com o valor mensal inicial de R\$ 209,81, conforme Lei Municipal nº 8.180/2019 que institui o programa Recomeçar. O PROMITENTE COMPRADOR (DEVEDOR) reconhece que as demais cláusulas do contrato de origem permanecem inalteradas. DATA DA ASSINATURA: 19/06/2020. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Taciana Tecilla Gessner e Jocimara Gotzinger.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA – 55.069/2020

CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS, SRA. JOSILENE DA SILVA, SR. VANDERLEI TADEU VAZ DOS SANTOS.

OBJETO: a ocupação de 01 (uma) casa popular, com área total de 39,65m<sup>2</sup>, situada à Rua 887-Domingos Anacleto Garcia, bairro Três Rios do Norte, nesta cidade, constante do lote nº 69, do Loteamento Harmonia, integrante do patrimônio público municipal, à Josilene da Silva e Vanderlei Tadeu Vaz dos Santos. PREÇO: A ocupação dar-se-á pelo valor de R\$ 201,90 (duzentos e um reais e noventa centavos) mensais, reajustado após o decurso de 12 (doze) meses pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro que venha a substituí-lo. DATA DA ASSINATURA: 19/06/2020. FORO: Comarca de Jaraguá do Sul. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Josilene da Silva e Vanderlei Tadeu Vaz dos Santos.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA – 55.084/2020

CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS, SRA. ROSILDA FERREIRA DE ASSIS, SR. MANOEL BOLOMINI.

OBJETO: a ocupação de 01 (uma) casa popular, com área total de 39,65m<sup>2</sup>, situada à Rua 887-Domingos Anacleto Garcia, bairro Três Rios do Norte, nesta cidade, constante do lote nº 84, do Loteamento Harmonia, integrante do patrimônio público municipal, à Rosilda Ferreira de Assis e Manoel Bolomini. PREÇO: A ocupação dar-se-á pelo valor de R\$ 160,60 (cento e sessenta reais e sessenta centavos) mensais, reajustado após o decurso de 12 (doze) meses pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro que venha a substituí-lo. DATA DA ASSINATURA: 19/06/2020. FORO: Comarca de Jaraguá do Sul. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Rosilda Ferreira de Assis e Manoel Bolomini.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 386/2020

Publicação Nº 2535853

PORTARIANº 386/2020  
Substitui Conselheiras do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 08/2020/CMAS/JS, de 15/06/2020, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR DANIELE GIOVANELLA SILVEIRA, como conselheira suplente, em substituição à Marinez Borck Larroza, para representar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art.2º DESIGNAR MARINEZ BORCK LARROZA, como conselheira titular, em substituição à Maria Andréia Stanck, para representar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art.3º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 094/2020, de 25/02/2020, no que se refere a designação de Marinez Borck Larroza e Maria Andréia Stanck.

Art.4º O mandato encerrar-se-á em 12/02/2021.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito



**PORTARIA Nº 387/2020**

Publicação Nº 2535855

PORTARIANº 387/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º TORNAR SEM EFEITO, a partir de 16/06/2020, a Portaria Nº 383/2020, de 18/06/2020, que reintegrou a servidora pública municipal KELLY CUSTÓDIO DA COSTA para exercer as funções do cargo de Secretária de Unidade Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 388/2020**

Publicação Nº 2535856

PORTARIANº 388/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, e 250/2019, de 20/12/2019; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 002/2011;

CONSIDERANDO o teor da sentença dos Autos Nº 0304777-13.2014.8.24.0036, da Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos, desta Comarca;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 122/2020/DGP, de 16/06/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Secretária de Unidade Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, habilitada em concurso público de provas, KELLY CUSTÓDIO DA COSTA.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir de 16/06/2020, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;

X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## **PORTARIA Nº 389/2020**

Publicação Nº 2535857

PORTARIA Nº 389/2020 - DE 23/06/2020

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora Pública Municipal MURIEL DE SOUZA BOING.

Comissão Processante: TERCEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais MARIANA ARAÚJO MARCÓRIO CASTRO, matrícula 11006, lotada na Procuradoria-Geral do Município; CLÁUDIA REJANE GÓRIS DE OLIVEIRA, matrícula 10765-4, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e DAIANA APARECIDA ARL, matrícula 9473-0, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais da servidora pública municipal Muriel de Souza Boing.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019.

A servidora investigada terá acesso aos autos completos a partir da citação, conforme artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019, e Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, não tendo prejuízo aos direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 216/2020 AO CONTRATO Nº 286/2019**

Publicação Nº 2537073

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 216/2020 AO CONTRATO Nº 286/2019

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 044/2019.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária, nas Ruas Emma Schade Marquardt, 564, Henrique Reichow, Arthur C.G. Erdmann e 971 Manoel Vieira, no Bairro Barra do Rio Cerro, com extensão total de 1.216,21 m(hum mil duzentos e dezesseis vírgula vinte e um metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Considerando que o prazo de execução do contrato original previsto no item 6.1 da cláusula sexta, foi suspenso através das Ordens de Paralisação recebidas nas seguintes datas: 16/07/2019, 09/12/2019 e 19/03/2020, bem como o reinício das atividades das nas seguintes datas: 03/12/2019, 14/01/2020 e 03/04/2020, respectivamente. Tendo em vista que o saldo remanescente do prazo é de mais 11 (onze) dias para a execução dos serviços, compreendendo o período de 03/04/2020 a 13/04/2020. Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 14/04/2020 com término em 12/06/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 11 de agosto de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal e gestor do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 13.065/2019, respectivamente, os servidores públicos Engenheiro Marcus Alessi e a Sra. Carla Eduarda Scheuer Keiser, a fiscalização e gestão da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 260/2016 AO CONTRATO Nº 192/2020**

Publicação Nº 2537074

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO Nº 260/2020 AO CONTRATO Nº 192/2020**

PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 075/2020.

FUNDAMENTO: artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: TIM S.A..

OBJETO: Contratação de serviços de internet com fornecimento de 500 (quinhentos) chips e 500 (quinhentas) assinaturas de internet, destinados para aparelhos móveis celulares, a fim de disponibilizar sinal de internet aos alunos carentes da rede pública municipal de educação (crianças de pré ao ano 9º ano do ensino fundamental), regularmente matriculadas nas unidades de ensino, da rede pública municipal.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços, previstos no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, compreendendo o período de 07/06/2020 com término em 05/08/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, fica inalterado, sendo o valor mensal unitário de R\$ 29,90 (vinte e nove reais e noventa centavos) por cada assinatura de internet. Em consequência, o valor do termo aditivo é de R\$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais) por 60 (sessenta) dias de internet.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2020, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.361.0350.2109	Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fundamental	3.3.90 – aplicações diretas	140	0.1.01.0001

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 27/05/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e André Brandolise Foresto.

Ivana Atanásio Dias  
Secretária Municipal de Educação

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 271/2020 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 420/2019**

Publicação Nº 2537077

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 271/2020 AO CONTRATO Nº 146/2019**

PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 228/2019

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS – CERTI.

DO OBJETO E FINALIDADE DO CONTRATO: Contratação da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI visando Serviços Técnicos especializados para o planejamento do ecossistema de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência.

DO PRAZO: Considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, através do Ofício nº 036/2020/SEDEIN, e com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo previsto no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses, compreendendo o período de 25/03/2020 com término em 24/07/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA REPACTUAÇÃO DOS VALORES: Considerando o saldo a pagar do contrato, no valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), em concordância com a contratada, fica reduzido o valor do contrato em R\$ 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais). Em consequência, o valor do contrato passa a ser de R\$ 204.160,00 (duzentos e quatro mil cento e sessenta reais).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Neivor José Bussolaro e Laércio Aniceto Silva e José Eduardo Azevedo Plates

Neivor José Bussolaro  
Secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação



**QUARTO TERMO ADITIVO Nº 269/2020 CONTRATO Nº 220/2017**

Publicação Nº 2537076

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 269/2020 AO CONTRATO Nº 220/2017**

PROCESSO: Dispensa nº 059/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.245/91 e Lei nº 8.666/93.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

LOCADORA: ANITA CAMPREGHER PARISI - RG nº 371.519-1 e CPF nº 352.396.389/34

ENDEREÇO: Rua 703 – André Voltolini – Pioneiro nº 321, no Bairro Nereu Ramos no município de Jaraguá do Sul/SC.

Representante dos senhores: Alessandra Parisi – CPF: 047.409.689-08, Eduardo Silvino Parisi – CPF: 009.504.529-55 e Marcelo Henrique Parisi – CPF: 009.969.829-30.

OBJETO: Locação do imóvel na matrícula sob o número MI 24.378, Cadastro Municipal nº 19.681, com área total de 8.247,50m<sup>2</sup> (contendo um galpão de alvenaria com 309,83m<sup>2</sup>), localizado na Rua 703 – André Voltolini – Pioneiro nº 321, no Bairro Nereu Ramos no município de Jaraguá do Sul/SC, destinado ao funcionamento do pátio de veículos apreendidos pela Polícia Militar de Jaraguá do Sul.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação previsto no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 215/2018, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 212/2019, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 19/06/2020 com término em 18/06/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 215/2018, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 458/2019, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 212/2019, reajustado através da Apostila nº 012/2019, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 5.423,50 (cinco mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Em consequência ao reajuste, o valor do contrato é de R\$ 65.082,00 (sessenta e cinco mil e oitenta e dois reais) para o período de 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução do objeto deste aditivo correrão por conta do orçamento do exercício de 2020 e 2021, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
33.002.06.122.0410.2263	Manutenção do pátio de veículos apreendidos	3.3.90 – Aplicações Diretas	533	0.3.80.0170
33.002.06.122.0410.2263	Manutenção do pátio de veículos apreendidos	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2021	0.3.80.0170

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Eduardo Bertoldi e Anita Campregher Parisi.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

**QUARTO TERMO ADITIVO Nº 285/2020 AO CONTRATO Nº 545/2018**

Publicação Nº 2537081

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 285/2020 AO CONTRATO Nº 545/2018**

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/2018.

FUNDAMENTO: Artigo 65, inciso I, b, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL - HOSPITAL E MATERN. JARAGUÁ.

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto manter a CONTRATADA ao Sistema Único de Saúde – SUS na rede de serviços e as ações prestados pela iniciativa privada, de forma complementar, conforme Mapas/Planos da Saúde regional, estadual e nacional, na qual a CONTRATADA está inserida e de acordo com o Documento Descritivo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares e as Metas Qualitativas (ANEXO I), Plano Operativo Assistencial - POA (ANEXO III), Portarias de habilitações nas Redes de Atenção - RAS, previamente definidos entre as partes.

DO ACRÉSCIMO DE VALOR CONTRATUAL: A "CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS" passa a vigorar acrescida do item 11.4, com a seguinte redação: "11.4 – Com base na Portaria nº 1.045/GM/MS, de 29 de abril de 2020, que habilitou 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabeleceu recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), fica autorizado o repasse financeiro à CONTRATADA no valor de R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais), em parcela única, para o custeio de diárias de UTI destinadas ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus. Parágrafo primeiro – Em razão da natureza extraordinária e temporária desses recursos, as metas quantitativas e qualitativas contratualizadas não sofrerão alteração em razão da especificidade da sua aplicação. Parágrafo segundo – A utilização dos recursos fica autorizada a partir da data da publicação da Portaria nº 1.045/GM/MS.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde constantes na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2020, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.03.10.302.0753.2705	2.705 – Prestar Serviços de Média e Alta Complexidade – Ambulatorial e Hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	50	0639 – Programa de Trabalho nº 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

As despesas decorrentes deste aditivo correm por conta do Ministério da Saúde e oneram o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Sérgio Luís Alves.

Alceu Gilmar Moretti  
Secretário Municipal de Saúde

#### QUARTO TERMO ADITIVO Nº 286/2020 AO CONTRATO Nº. 546/2018

Publicação Nº 2537082

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 286/2020 AO CONTRATO Nº 546/2018

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 059/2018.

FUNDAMENTO: Artigo 65, inciso I, b, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL.

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto manter a CONTRATADA ao Sistema Único de Saúde – SUS na rede de serviços e as ações prestados pela iniciativa privada, de forma complementar, conforme Mapas/Planos da Saúde regional, estadual e nacional, na qual a CONTRATADA está inserida e de acordo com o Documento Descritivo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares e as Metas Qualitativas (ANEXO I), Plano Operativo Assistencial - POA (ANEXO III), Portarias de habilitações nas Redes de Atenção - RAS, previamente definidos entre as partes.

DO ACRÉSCIMO DE VALOR CONTRATUAL: A “CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS” passa a vigorar acrescida do item 11.4, com a seguinte redação: “11.4 – Com base na Portaria nº 1.045/GM/MS, de 29 de abril de 2020, que habilitou 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabeleceu recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), fica autorizado o repasse financeiro à CONTRATADA no valor de R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais), em parcela única, para o custeio de diárias de UTI destinadas ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus. Parágrafo primeiro – Em razão da natureza extraordinária e temporária desses recursos, as metas quantitativas e qualitativas contratualizadas não sofrerão alteração em razão da especificidade da sua aplicação. Parágrafo segundo – A utilização dos recursos fica autorizada a partir da data da publicação da Portaria nº 1.045/GM/MS.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde constantes na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2020, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.03.10.302.0753.2705	2.705 – Prestar Serviços de Média e Alta Complexidade – Ambulatorial e Hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	50	0639 – Programa de Trabalho nº 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

3.2 – As despesas decorrentes deste aditivo correm por conta do Ministério da Saúde e oneram o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Maurício José Souto-Maior.

Alceu Gilmar Moretti  
Secretário Municipal de Saúde

**QUINTO TERMO ADITIVO Nº 282/2020 AO CONTRATO Nº 473/2018**

Publicação Nº 2537079

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 282/2020 AO CONTRATO Nº 473/2018**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 204/2018 e Processos: 012/2018-ISSEM e 146/2018-SAMAE.

FUNDAMENTO: artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, SAMAE, FMS e ISSEM.

CONTRATADA: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

DO OBJETO: O presente contrato consiste na prestação de serviços de link de dados para acesso à internet, fornecimento e manutenção de links de conexão interna para formação de uma rede de dados privativa da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, que deverá ser executada de acordo com a relação detalhada do objeto da licitação, em conformidade com o Termo de Referência - Anexo XI e demais condições estabelecidas no Edital e neste contrato.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, ficam acrescidos no item 1.1 da cláusula primeira do contrato original e do Anexo XI do Edital nº 204/2018 a quantidade de 01 (um) ponto de velocidade de 20Mbps, perfazendo um aumento de 0,76% (setenta e seis centésimos por cento) em relação ao contrato original, como segue:

Item	Local	Endereço	Vel. Conexão
147	P.E.V. - Ponto de entrega Voluntário de Materiais sem Serventia - SAMAE	Rua Leocádio Osmar Rodrigues, s/ nº – Vila Lenzi	20 Mbps

Em consequência do acréscimo dos pontos acima citados, o contrato original passa a ter 147 (cento e quarenta e sete) pontos de acesso 20 Mbps. O ponto somente será cobrado após a viabilização de rede no local e a liberação do link.

DOS VALORES: O valor mensal pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, considerando o acréscimo ocorrido passa a ser de R\$ 48.796,64 (quarenta e oito mil setecentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos) por mês, conforme abaixo:

Descrição dos serviços	Unid.	Quant.	Valor unitário do item R\$	Valor total mensal do item R\$
Serviços de utilização, manutenção mensal (corretiva e preventiva) e suporte técnico de conexão interna de 20Mbps	Serv	147	223,92	32.916,24
Serviços de utilização, manutenção mensal (corretiva e preventiva) e suporte técnico de conexão interna de 100Mbps	Serv	5	490,00	2.450,00
Serviços de utilização, manutenção mensal (corretiva e preventiva) e suporte técnico do conexão via rádio de 20Mbps	Serv	1	230,00	230,00
Serviços de utilização, manutenção mensal (corretiva e preventiva) e suporte técnico de link de dados dedicado de 100Mbps full para acesso à internet	Serv	4	3.000,00	12.000,00
Serviços de utilização, manutenção mensal (corretiva e preventiva) e suporte técnico de link de dados dedicado de 50Mbps full para acesso à internet	Serv	1	1.200,40	1.200,40
Valor global mensal dos serviços R\$				48.796,64

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste termo aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2020, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
Samae				
17.126.0300.4.408	Gestão de sistemas de informação – Samae	3.3.90	10	02.06.0438

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 17/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Márcio Erdmann, Evânia Aparecida Duarte Liebl e Richard Marques de Cordova

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretario Municipal da Administração

Evânia Aparecida Duarte Liebl

Diretora Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

**SAMAE - ATA Nº: 4568 REF. LICITAÇÃO Nº: 35/2020**

Publicação Nº 2536230

ATA Nº:	4568		
REF. LICITAÇÃO Nº:	35/2020		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MACROMEDIDORES ELETROMAGNÉTICOS		
DATA DA SESSÃO:	24/06/2020	HORA DA SESSÃO:	14H

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 153/2020)

Fabiano Laube  
Marly Wulf  
Bruno Dilmo de Souza

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação para, diante da ausência de interposição de Recurso Administrativo por parte da empresa General Tech Sistemas Industriais Ltda. frente à desclassificação de sua Proposta Comercial, nos termos da Ata 4563, de 12/06/2020, julgar a licitação fracassada e encaminhar o processo de compra para o setor competente, para que seja refeito. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ATA, a qual vai assinada pelos presentes.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2020.

Comissão de Licitação: Fabiano Laube,  
Bruno Dilmo de Souza, Marly Wulf

## SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 266/2020 AO CONTRATO Nº 274/2019

Publicação Nº 2537075

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 266/2020 AO CONTRATO Nº 274/2019

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 041/2019.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma em uma área de 2.081,41m² e ampliação com área de 386,96 m², demolição das paredes internas dos sanitários do pátio central, nivelamento das circulações ao piso das salas e fechamento lateral da quadra coberta; construção de refeitório, cozinha, despensa, lavanderia, sanitários, abrigo de lixo e GLP na EMEB Jonas Alves de Souza, localizada na Rua 59 - Irmão Leandro, nº 3339 - Bairro Tifa Martins, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo as Planilhas (Anexo I e II) que reduzem os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta, nos seguintes valores: o valor de R\$ 5,72 (cinco reais e setenta e dois centavos) relativo a ampliação, correspondentes a 0,001% (um milésimo por cento) de redução em relação ao valor do contrato original; o valor de R\$ 7.326,12 (sete mil trezentos e vinte e seis reais e doze centavos) relativo a reforma, correspondentes a 0,643% (seiscentos e quarenta e três milésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original. Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo as Planilhas (Anexo III e IV) que acrescem os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta, nos seguintes valores: o valor de R\$ 15.263,19 (quinze mil duzentos e sessenta e três reais e dezenove centavos) relativo a ampliação, correspondentes a 1,33% (um inteiro e trinta e três centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original; o valor de R\$ 165.284,98 (cento e sessenta e cinco mil duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos) relativo a reforma, correspondentes a 14,50% (quatorze inteiros e cinquenta centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original.

Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 1.312.770,39 (um milhão, trezentos e doze mil setecentos e setenta reais e trinta e nove centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2020, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.361.0350.1145	Reformar EMEB Jonas Alves de Souza	4.4.90 – Aplicações Diretas	132	0.3.36.0066

Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 10.081/2019.

DA COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 24 de agosto de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 4.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 4.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal e ao gestor do contrato designados pelo Decreto Municipal nº 13.751/2020, o servidor pública Engenheiro Civil Dalton Uhlendorf e o Sr. Irio Rigel, respectivamente, a fiscalização e gestão da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 02/06/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Jerson Lopes de Oliveira.



Ivana Atanásio Dias  
Secretaria Municipal de Educação

**SEXTO TERMO ADITIVO Nº 283/2020 AO CONTRATO Nº 227/2018**

Publicação Nº 2537080

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 283/2020 AO CONTRATO Nº 227/2018**

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 059/2018.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 831 – Paulo Voltolini e 832 – Francisco Gretter, no Bairro Ribeirão Cavalo, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 1.350 m (hum mil trezentos e cinq-enta metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Considerando que o prazo de vigência do contrato original previsto no item 6.2 da cláusula sexta, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 383/2019, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 098/2020, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 187/2020, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a contar de 05/07/2020 com término em 03/08/2020, com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I, II e III) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 32.633,43 (trinta e dois mil seiscentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos), correspondentes a 2,58% (dois inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original. Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 1.424.198,81 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil cento e noventa e oito reais e oitenta e um centavos). Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados conforme segue: o valor de R\$ 2.481,60 (dois mil quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) será anulado do Empenho nº 14.048/2019; o valor de R\$ 9.164,60 (nove mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta centavos) será anulado do Empenho nº 1.826/2020; o valor de R\$ 20.987,23 (vinte mil novecentos e e oitenta e sete reais e vinte e três centavos) será anulado do Empenho nº 1.827/2020.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 03 de agosto de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 12.028/2018, servidor público Engenheiro Ariano José Toassi, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA 17/06/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva  
Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos

**TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 275/2020 AO CONTRATO Nº 458/2019**

Publicação Nº 2537078

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 275/2020 AO CONTRATO Nº 458/2019**

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 143/2019.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para recapeamento asfáltico, drenagem pluvial, sinalização viária na Rua José Theodoro Ribeiro – Bairro Ilha da Figueira, com extensão total de 4.534,77m( quatro mil quinhentos e trinta e quatro virgula setenta e sete metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução do contrato original previsto no item 6.1 da cláusula sexta, suspenso através das Ordens de Paralisação, com o reinício das atividades através da Ordem de Reinício, prorrogado pelo item 2.3 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 219/2020, fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 29/05/2020 com término em 12/07/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 10 de setembro de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal e gestor do contrato designados pelos Decretos Municipais nº 13.384/2019 e nº 13.156/2019, respectivamente, os servidores públicos Engenheiro Nilton Fazolo Júnior e a Sra. Carla Eduarda Scheuer Keiser, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

# Joaçaba

## PREFEITURA

**160/2020 PMJ TA 05**

Publicação Nº 2536302

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2020/PMJ – TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, como órgão gerenciador, representada neste ato pelo Secretário, Sr. MARCELO MANTOVANI, e a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA, estabelecida na Avenida Beira Rio, nº 988, centro, Herval d'Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.833.501/0001-47, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato pelo Sr. Ivo Carlos Hack Júnior, portador do documento de identidade nº 1.703.356 e inscrito no CPF/MF sob o nº 737.459.109-82, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 160/2020/PMJ, firmada em 03/01/2020, proveniente do Processo de Licitação nº 102/2019/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 65/2019/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de combustíveis destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal e dos órgãos participantes, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 1 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 24 de junho de 2020:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
1	GASOLINA (litro)	LTO	BR	3,847

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 160/2020/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 23 de junho de 2020.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
MARCELO MANTOVANI - Secretário

POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA  
IVO CARLOS HACK JUNIOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 5.962 DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536604

DECRETO Nº 5.962 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AÇÕES NO PLANO LOCAL DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

**DECRETA:**

Art. 1º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus ficam no âmbito do Município de Joaçaba:

I – PROIBIDOS a partir de 25 de junho de 2020:

- a) o embarque de passageiros com idade acima de 60 (sessenta) anos para o transporte coletivo de passageiros no âmbito do município de Joaçaba, observado o Decreto Municipal nº 5.955/2020;
- b) a realização de esportes coletivos, exceto treinamentos;
- c) A execução de música ao vivo em bares e restaurantes;
- d) o funcionamento de bares e restaurantes após as 23h.

II – SUSPENSOS a partir de 25 de junho de 2020:

- a) a realização de tratamento fora do domicílio – TFD, com exceção dos tratamentos continuados;
- b) a realização de cirurgias eletivas não urgentes.

Art. 2º. Os supermercados, mercados, padarias, açougues, farmácias, lojas de suplementos, lojas de alimentos funcionais e estabelecimentos congêneres deverão, obrigatoriamente, limitar a entrada de 01 (uma) pessoa por entidade familiar, preferencialmente fora do grupo de risco.

Parágrafo único. Recomenda-se para os estabelecimentos citados no caput, permitir a entrada conjunta de um acompanhante somente quando tratar de idosos, pessoas com dificuldade motora ou absoluta impossibilidade de presença desacompanhada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 24 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**PORTARIA Nº 6.949**

Publicação Nº 2537024

PORTARIA Nº 6.949 DE 17 DE JUNHO DE 2020

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 17 de junho de 2020, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) GABRIEL DASSI PASINATO, Profissional de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Superintendência de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 03º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 17 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 6.950**

Publicação Nº 2537027

PORTARIA Nº 6.950 DE 18 DE JUNHO DE 2020

“EXONERA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de junho de 2020, o(a) Servidor(a) ROSANGELA PELICIELLI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Setor de Cadastro de IPTU, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 98/2020 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 6.951**

Publicação Nº 2537028

PORTARIA Nº 6.951 DE 18 DE JUNHO DE 2020

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de junho de 2020, o(a) Servidor(a) ANA PAULA PADOVA, Técnico de Administração, das funções de Gestor de Fomentos, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 01 de junho de 2020, o(a) Servidor(a) ANA PAULA PADOVA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Setor de Cadastro de IPTU, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 98/2020 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de junho de 2020.  
DIOCLELIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 6.952**

Publicação Nº 2537029

PORTARIA Nº 6.952 DE 18 DE JUNHO DE 2020

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de junho de 2020, o(a) Servidor(a) EMANUELLE BIOLCHI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Gestor de Fomentos, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 14/2020 do Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de junho de 2020.  
DIOCLELIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 6.953**

Publicação Nº 2537030

PORTARIA Nº 6.953 DE 18 DE JUNHO DE 2020

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de junho de 2020, o(a) Servidor(a) RENATA HOLETZ NAVA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Almoxarifado, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 304/2020 da Secretaria Municipal de Saúde..

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de junho de 2020.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 6.954

Publicação Nº 2537031

PORTARIA Nº 6.954 DE 18 DE JUNHO DE 2020

“NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de junho de 2020, o(a) Servidor(a) LUANA RATTI DA SILVA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Convênios e Prestação de Contas, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 90/2020 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de junho de 2020.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 6.955

Publicação Nº 2537032

PORTARIA Nº 6.955 DE 18 DE JUNHO DE 2020

“EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) MARCOS ANTONIO CALAI KRANZ do cargo de Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 6.956**

Publicação Nº 2537033

PORTARIA Nº 6.956 DE 19 DE JUNHO DE 2020.  
"TRANSFERE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. MARILIA DORINI, Técnico de Administração, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Procuradoria Geral do Município – PROCON para a Intendência de Habitação Social e Regularidade Fundiária, conforme memorando nº 158/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de junho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 19 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 6.957**

Publicação Nº 2537034

PORTARIA Nº 6.957 DE 19 DE JUNHO DE 2020  
"REDISTRIBUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º REDISTRIBUIR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar eventual descumprimento de cláusulas do Edital de Pregão Presencial nº 06/2019 por parte das empresas Comércio e Transportes Bressola LTDA; Transcavalheiro Transportes e Escavações LTDA e VP Escavações e Terraplanagem LTDA ME, conforme memorando nº 658/2019 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura e memorando nº 219/2019 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública e devido a solicitação da Comissão Permanente 03.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, DIANE CARINA MATANA, LUIZ FERNANDO VACCARI E SIDNEI JOSE GEMELLI, para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 5.858 de 28 de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2020/FMS**

Publicação Nº 2536467

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2020/FMS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2020/FMS  
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020/FMS  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA EIRELI

OBJETO: execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para adequações em imóvel destinado à instalação da Farmácia Municipal, Laboratório de Análises Clínicas e Almoxarifado da Secretaria de Saúde, neste Município.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 143.736,09 (cento e quarenta e três mil, setecentos e trinta e seis reais e nove centavos).

VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses.

DOTAÇÃO: 2.122 – BLATB – BLOCO ATENÇÃO BÁSICA  
3.3.90.00.00.00.00.01.38.0614 – Aplicações Diretas.

FISCAIS: Valmor João Reisdorfer e Ricardo Felipe Massignani.

DATA DE ASSINATURA: 09/06/2020.

Joaçaba – SC, 24 de junho de 2020.  
Valmor João Reisdorfer  
Secretário Municipal de Saúde

# Jupirá

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 10/2020 DE 24 DE JUNHO 2020.

Publicação Nº 2535947

Portaria Nº 10/2020

Parecer prévio referente as contas do exercício 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jupirá, no uso das suas atribuições que lhe é conferida pelo Art. 43, do Regimento Interno e art. 131 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Jupirá, tendo em vista o que consta do PARECER MPTC Nº 8565/2019, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre as Contas do Prefeito Municipal Augusto César Nascimento Loureiro do exercício de 2018 – Processo nº PCP – 19/00202023 e;

CONSIDERANDO as restrições anotadas pelo corpo técnico da DEMU/TCE;

CONSIDERANDO que o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que desde já faz parte integrante desta Portaria, decidiu recomendar à Câmara Municipal de Jupirá pela APROVAÇÃO das contas do exercício de 2018, do prefeito Municipal, Sr. Augusto César Nascimento Loureiro.

RESOLVE, nos termo do art. 131 e seguintes da Lei Orgânica do Município, INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO contra o prefeito Municipal de Jupirá (SC), Sr. Augusto César Nascimento Loureiro;

DETERMINAR em cumprimento ao Art. 131, § 3º da Lei Orgânica do Município, NOTIFIQUE o Sr. Augusto César Nascimento Loureiro, da instauração do Processo Administrativo, para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo apresente a defesa por escrito e junte documentos com vistas ao saneamento das restrições apontadas no PARECER do TCE.

Registre –se, cumpra-se e publique-se..

Jupirá, SC, 24 de Junho de 2020.

Claudio Barbosa

Presidente da Mesa

## Lacerdópolis

## PREFEITURA

## ATA REGISTRO DE PREÇO 08-2020

Publicação Nº 2536528

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 1/8  
Processo Nº.: 23/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2020

No dia 24 do mês de Junho do ano de 2020, o MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2020 Processo Licitatório nº 23/2020. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
10285	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	6, 15, 69
7938	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	4, 16, 17, 22, 27, 36, 37, 42, 46, 54, 55, 59, 65, 67
10857	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO EIRELI ME	1, 3, 9, 10, 11, 13, 14, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 29, 30, 34, 35, 38, 43, 48, 49, 50, 52, 53, 56, 57, 61, 62, 63, 66
8897	MERCADO MUNARI LTDA ME	7, 24, 28, 31, 33, 41
9340	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	5, 19, 39, 40, 44, 51, 58, 60, 64, 68
10858	TATIELLE BUENO ALVES ME	2, 8, 12, 32, 45, 47

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LT	05.919.156/0001-94	RAFAEL DE LARA	096.629.339-80
COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	05.758.684/0001-09	ROBERTO ANTONIO TESSARO	518.086.929-34
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO EIRELI ME	19.167.682/0001-50	ENIO DELAZERI	453.533.100-63
MERCADO MUNARI LTDA ME	10.878.273/0001-97	ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFAN	590.834.339-00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	11.499.653/0001-83	KLEBER LUIZ LIBANO	848.629.399-53
TATIELLE BUENO ALVES ME	35.193.845/0001-25	AIRTON SILVA DA MOTTA	947.328.769-00

## Fornecedor: 7938 - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Toalha listrada felpuda p/ limpeza de chão, medida mínima 60x85cm, 100% algodão	UN	CATARINENS	200,000	2,7800	556,00
16	Vassoura de palha reforçada resistente, tamanho grande, com 5 costuras em nylon, amarrada em dois lugares com arame, com no mínimo 1 kg de palha, cabo de madeira de 1,20kg com um bom acabamento e cabo de 1,20m	UN	COLONIAL	100,000	10,0000	1.000,00
17	Balde 12 lts em plástico, não reciclado com cabo de metal	UN	ERCAPLAST	40,000	7,7000	308,00
22	Álcool perfumado. Uso na limpeza e desinfecção de mesas, cadeiras, e superfícies em geral, aroma pérola ou lavanda. Composição: Álcool etílico solubilizante, essência, desnaturante, corante e veículo. Produto biodegradável com registro na ANVISA e MS. Embalagem de 05 litros	UN	TUPY	120,000	15,4000	1.848,00
27	Perfume de ambientes, concentrado, com borrifador, a base de óleo de frutas, nas fragrâncias doce carinho, vanilha e erva doce. Composição: álcool, água, perfume, nonoxynol-9, benzalkoniumchloride, bht, alpha-isomethylionone, benzylsalicylate, butylphenyl, methylpropionalcinnamylalcohol, citronellol, coumarin, geraniol, hexylcinnamal, limonene. Frasco 500 ml	UN	PREMISSE	100,000	11,2000	1.120,00
36	Fosforo 5 cm, clorato de potássio e aglutinantes caixa com 200 palitos.	UN	GABOARDI	50,000	1,4000	70,00
37	Pano de limpeza microfibra medindo 60cmx38cm. Composto por 90%poliéster, 10% poliamida.	UN	MARTIMPANC	150,000	4,9000	735,00
42	Papel higiênico branco rolo c/30 mts, folhas dupla, picotado e grofado, pacote com 16 rolos	PCT	FOFINHO	600,000	11,4000	6.840,00
46	Hipoclorito de sódio 12% indicado na remoção de limo e mofo em paredes muros e pisos, limpando e eliminando os fungos, embalagem de 5 litros	UN	AUDAX	100,000	14,9000	1.490,00
54	Pratos de papelão medida 30 cm diâmetro, embalagem com 100 unidades	UN	C&P	50,000	22,0000	1.100,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 2/8  
 Processo Nº.: 23/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

**Fornecedor: 7938 - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
55	Pratos de papelão medida 23 cm diâmetro, embalagem com 100 unidades	UN	C&P	50,000	12,5000	625,00
59	Copo térmico capacidade 180ml, tira com 25 unidades	UN	COPOBRAS	150,000	3,6500	547,50
65	Colher sobremesa embalagem com 50 unidades	UN	STRAWPLAS	200,000	1,3500	270,00
67	Mexedor grande 11 cm, ideal para chá e café embalagem com 240 unidades	UN	STRAWPLAS	100,000	6,3000	630,00
					Total	17.139,50

**Fornecedor: 8897 - MERCADO MUNARI LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Água sanitária c/ teor de sódio 2% a 2,5%, embalagem 5 lts	UN	BRILHO MAG	220,000	4,5000	990,00
24	Lustra móveis. Produto com eficiência na limpeza de móveis, dando brilho e restaurando a cor, deixando um aroma agradável no ambiente. Composição: veículo, ativos, espessante, emulcificante, cloreto de cetil trimetil amônio, formaldeído à 37% essência. Embalagem de 500 ml	UN	PERFECTOCI	60,000	3,9900	239,40
28	Saponáceo cremoso 300ml, composição: tensoativos, aniônico e não aniônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo, preservante, fragrância, veículo, linear alquibenzeno sulfonato de sódio.	UN	PERFECTO C	400,000	2,2900	916,00
31	Multiuso concentrado ação desengordurante, embalagem 5 lts, limpador instantâneo, limpeza pesada, composição: linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de	UN	BRILHO MAG	130,000	9,5000	1.235,00
33	Cabo de vassoura de madeira revestido de material pet com rosca universal medindo 1,20cm	UN	JJ	30,000	0,5800	17,40
41	Cera líquida auto brilho 750ml, composição: agente de polimento, formador de filma, cera natural e sintética, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, corante tensoativa não iônica e veículo. Cor vermelha, amarela ou incolor	UN	GIOCA	100,000	4,9300	493,00
					Total	3.890,80

**Fornecedor: 9340 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Bolsa p/ limpeza grossa atalhada, alvejada medida mínima 50x70cm, 100% algodão	UN	MARTINS	150,000	5,3800	807,00
19	Sabão em pó com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejantes, essência, carga e água. Contém aquil benzeno sulfonato de sódio, embalagem de 5 kg	UN	GOTA LIMPA	100,000	16,1900	1.619,00
39	Sabão glisserinado neutro 200g pacote com 5un. Composição, ácido graxos de gordura animal, ácido graxo de gordura vegetal, neutralizantes, corantes, coadjuvantes fragrância e água.	UN	UNIC	30,000	3,8900	116,70
40	Vassoura de nylon reforçada, c/ sepa de plástico, c/ cerdas de nylon felpudas na ponta, composta de no mínimo 60 tufo, organizados no mínimo de 4 por 15 fileiras e cada tufo formado por no mínimo 14 cerdas de nylon macio e flexível c/ pontas de comprimento de 14 cm, c/ no mínimo 27 cm de base, c/ cabo de madeira ou tubo metálico, revestido de película plástica, c/ no mínimo 1,10 mts e no máximo 1,25 mts de comprimento, inclusa ponta plástica com rosca p/ fixar na vassoura.	UN	GAUCHO	160,000	3,5000	560,00
44	Sabonete líquido perolado, embalagem 5 lts., cremoso gel, composição lauriléter, sulfonato de sódio edta, dietanalimida de ácido graxo de coco, dieterato de polietilenoglicol 6000, diesterato de etilenaglicol olamida de coco, nas fragrâncias: pérola, pitanga, morango, cheiro de bebê, flor de laranjeira.	UN	ILLO	50,000	14,5000	725,00
51	Óleo de peroba, frasco com 500 ml	UN	KING	60,000	15,5000	930,00
58	Palito dental embalado individualmente, com 50 unidades	UN	BOMPACK	100,000	0,5000	50,00
60	Copo plástico branco capacidade 80ml, tira com 100 unidades	UN	ORLEPLAST	100,000	2,2000	220,00
64	Prato descartável plástico branco 26 cm de diâmetro, embalagem com 10 unidades	UN	ORLEPLAST	350,000	2,7000	945,00
68	Álcool Gel 70% INPM 5 Lts	UN	FLOPS	400,000	25,7000	10.280,00
					Total	16.252,70

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 3/8  
 Processo Nº.: 23/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

**Fornecedor: 10285 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Papel interfolhado 2 dobras branco 100% celulose virgem medindo 20 x 21cm. Com 1000 folhas cada pacote Cx. c/ 5000 fls	UN	GUIPEL	350,000	36,7000	12.845,00
15	Alcool etílico embalagem de 1l. 92,8° inpm com registro na ANVISA	UN	ITAJA	400,000	4,4500	1.780,00
69	Álcool Líquido 70% INPM 5 Lts	UN	1992ITAJA	400,000	18,2000	7.280,00
					Total	21.905,00

**Fornecedor: 10857 - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO EIRELI ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Esponja de lã de aço carbono 44g embalagem com 8 unidades	UN	reluz	100,000	0,7800	78,00
3	Esponja de louça multiuso verde e amarela, pct. Com 3 unid. Dupla face 110x74x23mm, composição espuma de poliuretano abrasivo fibra sintética.	UN	super	300,000	1,2900	387,00
9	Saco para lixo 100 lts. Pct c/ 25 Unid. Cor azul, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 25 unid.	UN	brain	230,000	3,9500	908,50
10	Saco para lixo 50 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor azul, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 50 unid.	UN	brain	220,000	3,7900	833,80
11	Saco para lixo 30 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor azul, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 50 unid.	UN	brain	200,000	3,6900	738,00
13	Copo descartável 180ml, transparente pct c/ 100 unid.	UN	coposul	1.000,000	1,9000	1.900,00
14	Toalha de papel multiuso, contém 2 rolos com 60 toalhas de 19cmX22cm cada, branco de boa qualidade. Composição: 100% fibras naturais.	UN	sorella	500,000	2,4500	1.225,00
18	Prendedor de roupas em madeira resistente, grandes, embalagem c/ 12 unid.	UN	reluz	40,000	0,9900	39,60
20	Limpa alumínio limpeza de superfícies e objetos de alumínio. Composição: linear alquilbenzenosulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, ácido inorgânico, corante e veículo, embalagem 5 lts	UN	ativo	30,000	10,9000	327,00
21	Desinfetante perfumado, limpa, perfuma e dá brilho, uso em limpeza e desinfecção de pisos em geral, produto concentrado em aroma, diluição de 10ml do produto p/ 100ml de água. Composição: tensoativo aniônico e catiônico. Espessante alcalisante, conservante, coadjuvantes essência, corante e veículo. Polímero e acrílico produto biodegradável c/ registro na ANVISA, embalagem 5 lts	UN	ativo	250,000	6,9900	1.747,50
23	Pedra sanitária. Pedra sanitária 20g com suporte plástico para vasos sanitários, aromas diversos. Composição: p-diclorobenzeno, PHMB essência e corante.	UN	sany	600,000	0,5200	312,00
25	Limpa vidro com registro na ANVISA Composição. Útil glicol, lauril éter sulfato de sódio, álcool etílico, hidróxido de amônia, coadjuvantes, desnaturante, fragrância floral e corante frasco com 500 ml	UN	ideal	100,000	1,4000	140,00
26	Detergente de louça neutro 500 ml, tendo certificado na ANVISA. Composição. Componente Ativo, glicerina, coadjuvantes, conservantes, sequestrante, espessante, corante e veículo..	UN	naturatte	650,000	1,0500	682,50
29	Filtro de papel para café dupla costura nº 103 cx	CX	3 corações	100,000	1,9900	199,00
30	Multi Inseticida, ingredientes ativos: Permetrina e transflutrina. Composição: solvente, antioxidante, emulsificante, veículos e propelentes, 400ml	UN	dextex	50,000	5,7000	285,00
34	Luva composta de látex natural aditivado, impermeabilizada com verniz silver, agente redutor antialérgico. Palma antiderrapante, resistente a atrito, perfuração e corte.tamanhos P, M e G, o par	UN	super	150,000	2,9900	448,50
35	Rodo plástico 60 cm com cabo de madeira	UN	desafio	60,000	6,5900	395,40
38	Toalha de cozinha com medidas mínimas 48cmx68cm, COM BAINHA	UN	belmond	150,000	1,9900	298,50
43	Amaciante de roupas concentrado embalagem 5 lts.	UN	naturate	70,000	6,9900	489,30
48	Detergente clorado, embalagem de 5 litros,	UN	ativo	220,000	11,0000	2.420,00
49	Rodo de espuma medindo 25x9,8 cm c/ cabo de 1,20 mts	UN	desafio	60,000	3,1500	189,00
50	Escova Sanitária Com Suporte, produto Indicado Para Lavagem e Higienização Do Vaso Sanitário.	UN	atacadão	60,000	2,9000	174,00
52	Guardanapo branco medida 19,5cmx19,5cm, embalagem com 50 unidades	PCT	b vista	200,000	0,5500	110,00
53	Guardanapo branco medida 29,5cmx29,5cm, embalagem com 50 unidades	PCT	b vista	200,000	0,9900	198,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 4/8  
 Processo Nº.: 23/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

**Fornecedor: 10857 - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO EIRELI ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
56	Toalha felpuda, para limpeza de chão, 100% algodão medida: 70cmx1,30m.	UN	belmond	200,000	6,9900	1.398,00
57	Toalha para cozinha medidas mínimas 60cmx70cm, COM BAINHA	UN	belmond	100,000	2,2900	229,00
61	Prato descartável plástico branco raso, 15 cm de diâmetro, embalagem com 10 unidades	UN	coposul	350,000	0,4900	171,50
62	Prato descartável plástico branco 21 cm de diâmetro, embalagem com 10 unidades	UN	coposul	350,000	1,2400	434,00
63	Prato descartável plástico branco 23 cm de diâmetro, embalagem com 10 unidades	UN	zeta	350,000	1,9700	689,50
66	Garfo sobremesa embalagem com 50 unidades	UN	magitus	200,000	1,3100	262,00
Total						17.709,60

**Fornecedor: 10858 - TATIELLE BUENO ALVES ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Limpador perfumado concentrado p/ limpeza de pisos, azulejos e outras superfícies laváveis como fórmicas, pias e bancadas. Composição: alquil, dimetil amina oxidada, nonil fenol etoxilado, conservante, fragrância, corante e água. O produto deve estar registrado ou notificado junto a ANVISA, galão 5 lts.	UN	MAIS BRILHC	200,000	6,9000	1.380,00
8	Alvejante com cloro alveja e desinfeta com teor de cloro de 2% a 2,5%, composição hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio, essência, coadjuvante e veículo. Produto notificado na ANVISA, embalagem de 5 litros	UN	MAIS BRILHC	200,000	6,4000	1.280,00
12	Saco para lixo 15 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor azul, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 100 unid.	UN	PRÓ LIMPE	250,000	3,6700	917,50
32	Neutralizador de odores. Neutraliza os odores indesejáveis em ambientes fechados e úmidos e deixa um perfume agradável no ambiente. Composição: cloreto de benzalconico, tensoativo não iônico, coadjuvante, fragrância e água. Embalagem de 500 ml com burrificador	UN	LHE	80,000	9,5000	760,00
45	Limpador específico para remover sujeiras e crostas em superfície de cerâmica, azulejos e rejuntas, concentrado diluição 1 parte do produto para 15 partes de água. Composição linear alquil benzeno, sulfato de sódio, coadjuvantes, essência, corante e veículo, embalagem de 5 litros	UN	ANAS	110,000	10,2000	1.122,00
47	Limpa telha, desincrostante alcalino, com hidróxido de sódio, teor de cloro 7% p/p, produto destinado a limpeza de telhados, pisos brutos, muros e outras superfícies rústicas com acúmulo de crostas. Produto deve ter registro no ministério da saúde, apresentar ficha técnica e registro Anvisa do produto, embalagem de 05 litros.	UN	MAIS BRILHC	100,000	11,0000	1.100,00
Total						6.559,50

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 10/2020, Processo Licitatório nº 23/2020 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 5/8  
Processo Nº.: 23/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.
- 3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.
- 3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.
- 3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.
- 3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

### 6. DO CONTRATO

- 6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.
- 6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

### 7 - DA DESPESA

- 7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

### 8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

- 8.1. Os valores a serem pagos pelos itens contratados são aqueles constantes na proposta que instrui o Processo Licitatório nº. 23/2020 - Pregão Presencial nº. 10/2020 com valor global na importância de R\$ 83.457,10 (oitenta e três mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e dez centavos).
- 8.2. Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.
- 8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.
- 8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.
- 8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.
- 8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 6/8  
Processo Nº.: 23/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO**

### **9.1. São obrigações do órgão gerenciador:**

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 10/2020, Processo Licitatório nº 23/2020 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

### **10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:**

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

### **11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:**

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 10/2020 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 10/2020;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

## **12. DAS PENALIDADES**

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 7/8

**Processo Nº.: 23/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020**

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

**13. DAS ALTERAÇÕES**

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

**14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

**15. DA PUBLICIDADE**

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

**16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 23/2020; o Edital do Pregão nº 10/2020 as propostas com preços e especificações.

**17. DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 8/8

Processo Nº.: 23/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 24 de Junho de 2020.

---

**Município de Lacerdópolis****SERGIO LUIZ CALEGARI**  
**PREFEITO**

# Lages

## PREFEITURA

### DECRETO N° 18041/2020

Publicação N° 2536468

DECRETO N° 18.041, de 19 de junho de 2020.

Homologa a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado – Edital n° 04/2020/PML, destinado a seleção de docente concursado da Educação Básica do Sistema Municipal de Educação, para a função de Coordenador do Polo UAB, com atuação no Polo da Universidade Aberta do Brasil/ UAB do município de Lages / SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do Processo Seletivo Simplificado – Edital n° 04/2020/PML, destinado a seleção de docente concursado da Educação Básica do Sistema Municipal de Educação, para a função de Coordenador do Polo UAB, com atuação no Polo da Universidade Aberta do Brasil/ UAB do município de Lages / SC, sendo consignado para a função, a classificação, nome do candidato, cargo e pontuação final, conforme segue:

FUNÇÃO: Coordenador do Polo UAB

CLASS.	NOME	CARGO	PONTUAÇÃO
1	Carmen Lucia Ransolin Branco	Professor 2-I-40h	29 pontos

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 19 de junho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

### EXTRATO CONTRATO 69/2020 FMASH

Publicação N° 2536227

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO N° 69/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: VARGAS COMERCIO DE PARAFUSOS E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. – CNPJ n° 12.219.993/0001-76 – Rua Marechal Deodoro, 599, CENTRO, LAGES, SC, 88.501-001, Lages/SC. Contato: (49) 3222-0161, E-mail fendamix parafusos.

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n° 10/2020, correlato à Dispensa de Licitação n° 06/2020, fundamentada no art. 4º, da Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual Decreto Estadual n°. 515/2020 e Decreto Municipal n° 17.906/2020 e com Parecer Jurídico n° 492/2020, aberta e homologada em 24/06/2020:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para aquisição para reforma do acolhimento temporário de inverno, destinados a pessoas em situação de rua, em vulnerabilidade social decorrentes das baixas temperaturas e da pandemia Covid-19.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura desse contrato, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal n° 13.979/2020;

2.3 Do Contrato: sua vigência será em até 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, até 24/12/2020, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal n° 13.979/2020;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.085,78

Prefeito do Município de Lages

Antonio Ceron

Lages, 24 de junho de 2020.

**EXTRATO CONTRATO 70/2020 FMASH**

Publicação Nº 2536253

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO Nº 70/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. – CNPJ nº 08.093.667/0001-98 – Av. Duque de Caxias, nº 1174 – Bairro Sagrado Coração de Jesus – CEP.: 88.508-001. Lages/SC. E-mail: contato@jzago.com.br – Fone (49) 3221-6800.

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 11/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 07/2020, fundamentada no art. 4º, da Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual Decreto Estadual nº. 515/2020 e Decreto Municipal nº 17.906/2020 e com Parecer Jurídico nº 492/2020, aberta e homologada em 24/06/2020

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa para aquisição para reforma do acolhimento temporário de inverno, destinados a pessoas em situação de rua, em vulnerabilidade social decorrentes das baixas temperaturas e da pandemia Covid-19.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura desse contrato, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

2.3 Do Contrato: sua vigência será em até 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, até 24/12/2020, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 9.295,42

Prefeito do Município de Lages

Antonio Ceron

Lages, 24 de junho de 2020.

**EXTRATO CONTRATO 71/2020 FMASH**

Publicação Nº 2536313

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO Nº 71/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. – CNPJ nº 24.878.609/0001-26 – Rua Martinho Nerbass, Nº 30 – Bairro Centro. Lages/SC.

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 08/2020, fundamentada no art. 4º, da Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual Decreto Estadual nº. 515/2020 e Decreto Municipal nº 17.906/2020 e com Parecer Jurídico nº 492/2020, aberta e homologada em 24/06/2020

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa para aquisição para reforma do acolhimento temporário de inverno, destinados a pessoas em situação de rua, em vulnerabilidade social decorrentes das baixas temperaturas e da pandemia Covid-19.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura desse contrato, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

2.3 Do Contrato: sua vigência será em até 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, até 24/12/2020, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 161,42

Prefeito do Município de Lages

Antonio Ceron

Lages, 24 de junho de 2020.

**EXTRATO CONTRATO 72/2020 FMASH**

Publicação Nº 2536359

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO Nº 71/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. – CNPJ nº 24.878.609/0001-26 – Rua Martinho Nerbass, Nº 30 – Bairro Centro. Lages/SC.

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 08/2020, fundamentada no art. 4º, da Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual nº 515/2020 e Decreto Municipal nº 17.906/2020 e com Parecer Jurídico nº 492/2020, aberta e homologada em 24/06/2020

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa para aquisição para reforma do acolhimento temporário de inverno, destinados a pessoas em situação de rua, em vulnerabilidade social decorrentes das baixas temperaturas e da pandemia Covid-19.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura desse contrato, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

2.3 Do Contrato: sua vigência será em até 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, até 24/12/2020, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 161,42

Prefeito do Município de Lages

Antonio Ceron

Lages, 24 de junho de 2020.

**PREGÃO ELETRÔNICO 63/2020 SMASH**

Publicação Nº 2536057

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Eletrônico 63/2020 SMASH

Objeto: Aquisição de Veículo Micro-ônibus para utilização no Centro de Convivência do Idoso (CCI).

Abertura: 10/07/2020 às 13:30h

Valor Estimado: R\$ 425.000,00

Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 25 de junho de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda



# Laguna

## PREFEITURA

### **LEI ORDINÁRIA N.º 2.143/2020 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LAGUNA, POR INTERMÉDIO DO PODER EXECUTIVO, A EFETUAR A TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS AO FUMPOM PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS BÉLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2535832

Lei ordinária n.º 2.143, de 18 de junho de 2020.

Autoriza o Município de Laguna, por intermédio do Poder Executivo, a efetuar a transferências de recursos financeiros AO FUMPOM para a aquisição de EQUIPAMENTOS BÉLICOS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Laguna, por meio do Chefe do Poder Executivo, a repassar recursos financeiros provenientes do Convênio nº. 036/2014 – PML para o FUMPOM – Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar, CNPJ nº. 13.925.994/0001-07, com o objetivo de aquisição de equipamentos bélicos que serão utilizados na manutenção da segurança pública, em especial, às fiscalizações e auxílios prestados ao Poder Público Municipal e à sociedade Lagunense.

Art. 2º Os recursos a serem repassados no art. 1º serão provenientes do Convênio de Alvarás nº. 036/2014 – PML e representarão o montante de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 3º A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do Município ocorrerá na forma da Instrução Normativa N. TC-14/2012-T-CE/SC e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

§1º Os valores serão realizados mediante depósito identificado ao Fundo de Melhorias da Polícia Militar – CNPJ 13.925.994/0001-07.

§2º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 644/2020**

Publicação Nº 2536530

PORTARIA RH Nº 644/2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Junho de 2020 a 16 de Julho de 2020, ao Servidor ÂNGELO LUIZ MATOS, Professor, referente ao período 2003/2008 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.  
Laguna, SC, 17 de Junho de 2020.  
CARLOS FELIPE SCHMIDT  
Secretário Municipal

### **PORTARIA Nº 645/2020**

Publicação Nº 2536531

PORTARIA RH Nº 645/2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Junho de 2020 a 16 de Julho de 2020, ao Servidor ANSELMO DE SOUZA, Motorista, referente ao período 2007/2012 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.  
Laguna, SC, 17 de Junho de 2020.  
CARLOS FELIPE SCHMIDT  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 646/2020**

Publicação Nº 2536532

PORTARIA RH Nº 646/2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Junho de 2020 a 16 de Julho de 2020, ao Servidor ELSON REBELO LIMAS, Professor, referente ao período 2013/2018 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Junho de 2020.  
CARLOS FELIPE SCHMIDT  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 647/2020**

Publicação Nº 2536533

PORTARIA RH Nº 647/2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Junho de 2020 a 16 de Julho de 2020, ao Servidor JOSÉ DOS PASSOS CARDOSO, Motorista, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Junho de 2020.  
CARLOS FELIPE SCHMIDT  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 648/2020**

Publicação Nº 2536534

PORTARIA RH Nº 648/2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Junho de 2020 a 16 de Julho de 2020, ao Servidor RODRIGO CEREJA HIGINO, Professor, referente ao período 2007/2012 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Junho de 2020.  
CARLOS FELIPE SCHMIDT  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 649/2020**

Publicação Nº 2536536

PORTARIA RH Nº 649/2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Junho de 2020 a 16 de Julho de 2020, ao Servidor ROSINEI SERAFIM, Motorista, referente ao período 2003/2008 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Junho de 2020.  
CARLOS FELIPE SCHMIDT  
Secretário Municipal

## **PORTARIA Nº 650/2020**

Publicação Nº 2536537

PORTARIA RH Nº 650/2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Junho de 2020 a 16 de Julho de 2020, a Servidora SOLANGE TERESINHA FERNANDES, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Junho de 2020.  
CARLOS FELIPE SCHMIDT  
Secretário Municipal

## **PORTARIA Nº 651/2020**

Publicação Nº 2536538

PORTARIA RH Nº 651/2020

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor MAIK CUSTÓDIO AGOSTINHO, Guarda Municipal, do dia 18.06.2020 a 17.07.2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Junho de 2020.  
LUCIANA FERNANDES PEREIRA  
Secretário Municipal

## **PREGÃO 04/2020-FMS**

Publicação Nº 2536478

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO 04/2020-FMS

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, através do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, para a prestação de serviço de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio, no dia 08 de julho de 2020, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 24 de junho de 2020.  
Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **PORTARIA N° 144/2020 DE 24/06/2020 CONCEDE FÉRIAS PROPORCIONAIS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RENATA FERNANDA MARASCHIN FERREIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação N° 2536041

PORTARIA N° 144/2020

DE 24/06/2020

"CONCEDE FÉRIAS PROPORCIONAIS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RENATA FERNANDA MARASCHIN FERREIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 e art. 66 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001. Considerando o artigo 1º inciso II do decreto municipal 013/2020 de 31/03/2020.

#### DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias proporcionais ao Servidor Público Municipal RENATA FERNANDA MARASCHIN FERREIRA, sendo 30 dias de gozo, de 01 de julho de 2020 a 30 de julho de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2019 a 01 de maio 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 24 de Junho de 2020.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora designada

**Lauro Muller****PREFEITURA****RETIFICAÇÃO Nº 02 NOVA ALTERAÇÃO DATA DA PROVA OBJETIVA**

Publicação Nº 2535940

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

RETIFICAÇÃO Nº 02/2020 – NOVA ALTERAÇÃO DA DATA DA PROVA

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, junto à SECRETARIA DE SAÚDE, faz saber a quem possa interessar a publicação da RETIFICAÇÃO Nº 02/2020 referente nova alteração da data da prova objetiva.

I- Tendo em vista a pandemia de COVID-19, que persiste, altera-se a data de aplicação da prova objetiva e demais datas do cronograma do edital, que a passa a vigorar conforme segue:

DATA	ATO
30/08/2020	DATA PROVÁVEL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS
30/08/2020	Publicação do gabarito provisório (após as 20 horas)
31/08/2020 a 01/09/2020	Prazo para recurso contra questões e gabarito
08/09/2020	Julgamento dos Recursos contra questões e gabarito
08/09/2020	Publicação do Gabarito Oficial e Publicação das Notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória
09/09/2020 a 10/09/2020	Prazo para recurso contra Notas da Prova Objetiva e contra a Classificação Provisória
11/09/2020	Julgamento dos Recursos contra Notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória
A partir de 11/09/2020	Homologação do Resultado Final

II- Altera-se a data de aplicação das provas objetivas no item 6.2 do edital, que a passa a vigorar conforme segue:

6.2. A prova objetiva para todos os cargos será na data provável de 30 de agosto de 2020 considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	8h e 00min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	8h e 30min
Início da prova	8h e 45min
Período mínimo de permanência no local de provas.	9h e 45min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 15min

III- Os demais itens do edital seguem inalterados.

Lauro Muller (SC), 23 de junho de 2020.

Josiane Girardi

Presidente da Comissão

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº V CONTRATO Nº 46/2019 LICITAÇÃO: CC02/2019

Publicação Nº 2536356

TERMO ADITIVO Nº V

CONTRATO Nº 46/2019.

LICITAÇÃO: CC02/2019.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA 1.1 Fica alterada a cláusula QUARTA do Contrato em epígrafe, devido ao acréscimo de R\$ 26.002,01 (vinte e seis mil e dois reais com um centavo) ao valor total do contrato, justificado pelo Art. 65, inciso I alínea "b" e pelo § 1º, da Lei 8.666/93, conforme parecer técnico emitido pelo engenheiro responsável pela obra e aprovado pela Caixa Econômica Federal (Ofício nº 779/2020/GIGOV/CH). CLÁUSULA SEGUNDA As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas.

CONTRATANTE: Município de Lebon Régis. CONTRATADO: LZK CONSTRUTORA LTDA CNPJ 07.455.659/0001-81. Início de vigência: 24/06/2020. Término: 03/01/2021. Lebon Régis, 24 de junho de 2020.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.373, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536156

DECRETO Nº 3.373, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei nº 1.469, de 24 de junho de 2020.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 10 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Unidade 001 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.40.00.00.00.00 – Transferências a Municípios

0.1.02.0002 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde ..... R\$ 92.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação das dotações constantes no art. 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Entidade – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 10 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Unidade 001 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.1.02.0002 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde ..... R\$ 92.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul-SC, 24 de junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.374, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536157

DECRETO Nº 3.374, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei nº 1.461, de 12 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 1.009 – Investimentos Gerais - FMS

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.3.38.0436 – FNS Programa Alimentação e Nutrição ..... R\$ 3.331,89

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do Superávit Financeiro de exercícios anteriores da fonte 0.1.38.0436.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul-SC, 24 de junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1469, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535744

LEI Nº 1.469, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 10 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Unidade 001 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.40.00.00.00.00.00 – Transferências a Municípios

0.1.02.0002 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde ..... R\$ 92.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação das dotações constantes no art. 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Entidade – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 10 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Unidade 001 – Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

0.1.02.0002 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde ..... R\$ 92.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 24 de junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal



# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 90/2020

Publicação Nº 2535895

DECRETO Nº 90/2020  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 43/2020 em 24 de junho de 2020, pela Pregoeira e Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 43/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DE HIGIENE, DESTINADA AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 24 de junho de 2020.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO

### EDITAL 51/2020

Publicação Nº 2536222

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
CREDENCIAMENTO N.º 51/2020

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO ORIENTADOR SOCIAL OU EDUCADOR SOCIAL PARA O CREAS. Entrega dos Envelopes: do dia 26/06/2020 até às 17 horas do dia 10/07/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 24 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

### EDITAL 52/2020

Publicação Nº 2536135

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
PREGÃO PRESENCIAL N. 52/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA, ENCANADOR E PINTOR PREDIAL. PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA PREFEITURA. Entrega dos Envelopes: até as 08:30 horas do dia 07/07/2020. Abertura dos Envelopes: às 09:00 horas do dia 07/07/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 24 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

### EXTRATO DE CONTRATOS 1097/2020

Publicação Nº 2536229

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO N.º 1097

AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 03.505.263/0001-40. Valor do repasse: R\$ 2.740,00 (DOIS MIL SETECENTOS E QUARENTA REAIS). Lontras, 24 DE JUNHO DE 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

### LEI Nº 2532/2020

Publicação Nº 2536252

LEI Nº 2532, DE 23 DE JUNHO DE 2020.  
ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1643 DE 27 DE MARÇO DE 2007.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos

os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º da Lei nº 1643 de 27 de março de 2007 passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 1º - Fica criado um Centro de Educação Infantil Estrela Guia no imóvel sito à Rua Leoberto Leal, 431, Bairro Centro, neste município de Lontras.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 23 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim

Projeto de Lei nº 28, de 8 de junho de 2020

## LEI Nº 2533/2020

Publicação Nº 2536254

LEI Nº 2533, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º E SUPRIME O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1760 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2009.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 2º da Lei nº 1760 de 03 de fevereiro de 2009 passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 2º - A Escola Municipal Irmã Maria Tambosi terá sede institucional no imóvel pertencente ao Município de Lontras localizado à Rua Justino de Oliveira, 477, Bairro Centro, neste município de Lontras.

Art. 2º. Fica suprimido o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 1760 de 03 de fevereiro de 2009

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 23 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim

Projeto de Lei nº 29, de 8 de junho de 2020

## LEI Nº 2534/2020

Publicação Nº 2536257

LEI Nº 2534, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO E O PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE PREFEITO, DE VICE-PREFEITO E DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024, NO MUNICÍPIO DE LONTRAS/SC.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no município de, é fixado de acordo com os seguintes valores:

I – Prefeito: R\$ 14.395,88 (Quatorze mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos);

II – Vice-Prefeito: R\$ 6.592,51 (Seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos);

III – Secretários Municipais: R\$ 5.247,10 (cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e dez centavos);

Parágrafo Primeiro – No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, exceto o período férias, o Vice-Prefeito receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no inciso I.

Parágrafo Segundo – Até o dia 20 de dezembro de cada ano, o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.

Parágrafo Terceiro – As férias do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais observarão as seguintes regras:

I – serão gozadas em períodos de 30 dias, a partir de 1º de janeiro de 2022;

II – serão remuneradas com adicional de um terço, calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal;

III – as férias equivalentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, se não forem gozadas serão indenizadas.

Parágrafo Quarto – É facultado, ao Prefeito, quando for servidor titular de cargo, emprego e função, optar pela sua remuneração de origem.

Art. 2º – O valor do subsídio mensal de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Secretários Municipal será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Parágrafo único – No ano de 2021, a revisão do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, observará apenas os percentuais do índice utilizado para a revisão geral dos Servidores Municipais, que compreenderem do mês de janeiro até o do mês anterior ao da data da revisão.

Art. 3º – O valor do subsídio mensal de Prefeito e de Vice-Prefeito e os Secretários Municipais não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único – A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º – O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária.

Parágrafo único – No caso do Prefeito, do Vice-Prefeito ou dos Secretários Municipais serem titular de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social, observadas as regras da legislação previdenciária aplicável ao caso.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Lontras (SC), 23 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autora: Mesa Diretora

Projeto de Lei nº 31, de 8 de junho de 2020

## LEI Nº 2535/2020

Publicação Nº 2536265

LEI Nº 2535, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONTRAS, PARA O PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Lontras, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, é fixado no valor de R\$ 2.622,53 (dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos).

Parágrafo primeiro - Os Vereadores receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal, sendo que 50% (cinquenta por cento) do valor deverá ser pago até o dia 30 de junho, e os outros 50% (cinquenta por cento) até o dia 20 de dezembro, de cada ano.

Parágrafo segundo - As férias dos Vereadores observarão as seguintes regras:

I - serão gozadas em períodos de 30 dias, a partir de 1º de janeiro de 2022;

II - serão remuneradas com adicional de 1/3 (um terço), calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal;

III - as férias equivalentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, se não forem gozadas serão indenizadas.

Parágrafo terceiro - É facultado ao Vereador, quando for servidor titular de cargo, emprego e função:

I - perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função cumulativamente com o subsídio mensal de Vereador previsto no caput deste artigo, desde que haja compatibilidade de horários;

II - optar pela sua remuneração de origem.

Parágrafo quarto - Em razão da representação do Poder Legislativo Municipal e da sua responsabilidade como gestor da Câmara, o Vereador que exercer a Presidência tem seu subsídio mensal fixado em R\$ 3.933,80 (três mil, novecentos e trinta e três reais e oitenta centavos).

Parágrafo quinto - O Vice-Presidente, Primeiro-Secretário ou Segundo-Secretário, nas hipóteses previstas no Regimento Interno da Câmara, no caso de substituírem o Presidente, em seus impedimentos legais, licenças e ausências, perceberão proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no parágrafo quarto deste artigo.

Art. 2º - O valor do subsídio mensal dos Vereadores será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Parágrafo primeiro - No ano de 2021, a revisão do subsídio dos Vereadores, observará apenas os percentuais do índice utilizado para a revisão geral dos Servidores Municipais, que compreenderem do mês de janeiro até o do mês anterior ao da data da revisão.

Parágrafo segundo - Na hipótese de o índice da revisão geral anual agregar ao subsídio mensal dos Vereadores valor que supere um dos tetos remuneratórios constitucionalmente previstos, haverá o respectivo congelamento.

Art. 3º - O valor do subsídio mensal dos Vereadores não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único - A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º - A ausência injustificada de Vereador, observados os critérios regimentais para essa caracterização, determinará os seguintes descontos do valor de seu subsídio mensal:

I - R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), por ausência de sessão plenária ordinária ou extraordinária, desde que tenha ordem do dia com pauta deliberativa;

II - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por ausência em reunião de comissão.

Art. 5º - O suplente de Vereador, quando convocado, receberá subsídio mensal, gratificação natalina e adicional de férias, nos termos previstos nesta Lei, de forma proporcional ao período de tempo que permanecer na titularidade do cargo, independentemente do número de sessões plenárias e de reuniões de comissão que participar.

Art. 6º - A convocação de sessão plenária extraordinária ou de sessão legislativa extraordinária não produzirá remuneração adicional ou direito de pagamento de verba indenizatória aos Vereadores.

Art. 7º - Os Vereadores contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras

previstas na legislação federal previdenciária.

Parágrafo primeiro - No caso de o Vereador ser titular de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social, observadas a regras da legislação previdenciária aplicável ao caso.

Parágrafo segundo - Na hipótese do inciso I do parágrafo terceiro do art. 1º desta Lei, havendo acúmulo de remuneração, o Vereador contribuirá, observada a respectiva legislação previdenciária:

I - para o Regime Geral da Previdência Social, com incidência sobre o valor do subsídio mensal pago pela Câmara;

II - para o Regime Próprio de Previdência Social, com incidência sobre o valor da sua remuneração de origem.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Lontras (SC), 23 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autora: Mesa Diretora

Projeto de Lei nº 32, de 8 de junho de 2020

**Luiz Alves****PREFEITURA****DECRETO N.º 123/2020**

Publicação Nº 2535725

DECRETO N.º 123/2020

Aprova desmembramento de área de terra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, por este ato, o desmembramento da área de terra situada no Município de Luiz Alves/SC, com o total de 1.445,82 m², registrada sob a matrícula n.º 7.350 perante o Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Maicon Roberto Paulo e Bianca Stevanin Gresele.

Art. 2º Fica autorizado o desmembramento do imóvel disposto no artigo 1º deste Decreto, nas duas áreas abaixo descritas, de acordo com a Lei Federal n.º 6.766/79 e com a Lei Complementar Municipal n.º 001/2007:

I - área 3A a desmembrar: 629,14 m²;

II - área 3B a desmembrar: 816,68 m².

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 22 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves - SC

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO N.º 127/2020**

Publicação Nº 2536508

DECRETO N.º 127/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 364.376,97 (trezentos e sessenta e quatro mil e trezentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.13.2.035 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Código Reduzido: 22

Fonte de Recursos: 0.2.38.0004 – Enfrentamento da Emergência de Saúde - COVID-19 - Hospitais Filantrópicos

Valor: R\$ 364.376,97

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2020, por conta de Recursos do Enfrentamento da Emergência de Saúde - COVID-19 - Hospitais Filantrópicos, na importância de R\$ 364.376,97 (trezentos e sessenta e quatro mil e trezentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2020 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 2536033

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 30/2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIBEIRÃO SERAFIM, NA RUA FRANCISCO ALTINI, SERAFIM, LUIZ ALVES/SC, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 13/07/2020, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 13/07/2020.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados, nos termos do edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), preferencialmente.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas, ou pelos e-mails: [licitacao@luizalves.sc.gov.br](mailto:licitacao@luizalves.sc.gov.br) ou [licitacao01@luizalves.sc.gov.br](mailto:licitacao01@luizalves.sc.gov.br).

Luiz Alves, 24 de junho de 2020.  
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 303/2020**

Publicação Nº 2535731

PORTARIA N.º 303/2020  
Altera a Portaria n.º 208/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o caput do artigo 1º da Portaria n.º 208, de 25 de março de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª VALKIRIA IDA PAGEL, para desempenhar a função de auxiliar de enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 17 de junho de 2020.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 305/2020**

Publicação Nº 2535733

PORTARIA N.º 305/2020

Altera regime de trabalho de servidores públicos municipais, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos da Lei Municipal n.º 1.807/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 62, de 12 de abril de 2020, que alterou os Decretos Municipais n.º 45/2020 e n.º 48/2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Luiz Alves para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos da alínea "d" do inciso II do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, o regime de trabalho dos servidores públicos municipais abaixo elencados, para suspender a realização de suas atividades e formar banco de horas para compensação futura, conforme segue:

I – FABIANA NASCIMENTO DOS SANTOS, zeladora;

II – ROSIMAR MÜLLER, zeladora;

III – CLARISSE RAMOS GRAF, zeladora;

IV – ELEIR MACHADO TORRES, zeladora;

V – MARIA RUTH STRINGARI HOFFMANN, cozinheira;

VI – MARIA ISABEL SCHELL, cozinheira;

VII – REGIANE WIRTH GEREMIAS THEISS, cozinheira;

VIII – OLIVINA DE SOUZA, cozinheira;

IX – JAQUELINE APARECIDA PEREIRA, zeladora;

X – MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA NETO, zeladora;

XI – VERÂNIA LÚCIA RECH MENDES, cozinheira;

XII – MARLI BORGES RAMOS, zeladora;

XIII – CECÍLIA APARECIDA MINUZZI, cozinheira;

XIV – JANAÍNA CÁSSIA GOELLNER, cozinheira;

XV – GISLAINE SANCHES DOS SANTOS, zeladora;

XVI – BERNADETE MARTENDAL VICK, cozinheira;

XVII – JANETE MAURINA CAGLIONI, zeladora;

XVIII – LUCINEIA SCHMITT, cozinheira;

XIX – MÁRCIA LIANA DE SOUZA E SILVA, cozinheira;

XX – ANA PAULA DA SILVA OLIVEIRA, cozinheira;

XXI – LEANDRA VALERIANO DOS SANTOS, zeladora;

XXII – LAURO JOSÉ CARDOSO, motorista.

Art. 2º O regime de compensação de banco de horas perdurará enquanto estiver mantida a situação de emergência estabelecida pela pandemia decorrente do COVID-19.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de maio de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 17 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves –

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração



# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2951

Publicação Nº 2537059

DECRETO Nº 2951 de 24 de junho de 2020.

“DISPÕE SOBRE AÇÕES NO PLANO LOCAL DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

CONSIDERANDO, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO, a ampla velocidade do coronavírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que “DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS”;

CONSIDERANDO, a Portaria nº 188 de 04 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356 de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

DECRETA:

Art.1º- Em complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus ficam no âmbito do Município de Luzerna(SC):

I. PROIBIDOS a partir de 25 de junho de 2020:

- a) O embarque de passageiros com idade acima de 60 (sessenta) anos para o transporte coletivo de passageiros no âmbito do Município de Luzerna, observado o Decreto Municipal nº 2948 de 10 de junho de 2020;
- b) A realização de esportes coletivos, exceto treinamentos;
- c) A execução de música ao vivo em bares e restaurantes;
- d) O funcionamento de bares e restaurantes após as 23h00;
- e) A concentração e a permanência de pessoas no Centro de Eventos São João Batista.

II. SUSPENSOS a partir de 25 de junho de 2020:

- a) A realização de tratamento fora do domicílio - TFD, com exceção dos tratamentos continuados;
- b) A realização de cirurgias eletivas não urgentes.

Art.2º- Os supermercados, mercados, padarias, açougues, farmácias, lojas de suplementos, lojas de alimentos funcionais e estabelecimentos congêneres deverão, obrigatoriamente, limitar a entrada de 01 (uma) pessoa por entidade familiar, preferencialmente fora do grupo de risco.

Parágrafo Único - Recomenda-se para os estabelecimentos citados no “caput”, permitir a entrada conjunta de um acompanhante somente quando se tratar de idosos, pessoas com dificuldade motora ou absoluta necessidade de acompanhamento.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25 de junho de 2020.

Luzerna(SC), 24 de junho de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PL 052/2020 - PP 032/2020 - INSTALAÇÃO, RETIRADA E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO - PML**

Publicação Nº 2537026

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 052/2020 - PML

Pregão Presencial nº 032/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), representado neste ato pelo Sr. ITAMAR TONETTO, conforme Portaria nº 097/20, leva ao conhecimento



dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

**OBJETO:** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviço de instalação, retirada e manutenção de aparelhos de ar condicionado de diversas potências, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e insumos necessários à realização dos serviços, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

**REGIMENTO:** da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Municipais nº 918/2007, 2.631/2018 e 2920/2020, Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até às 14h do dia 08 de julho de 2020.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES:** às 14h10min do dia 08 de julho de 2020.

**OBTENÇÃO DO EDITAL:** pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

**MAIORES INFORMAÇÕES:** Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Informa-se que o atendimento ao público, o recebimento de envelopes e a sessão pública de licitação seguirá as disposições do Decreto Municipal nº 2919 de 09 de abril de 2020, referente ao uso obrigatório de MÁSCARAS, bem como todos os cuidados/restrições serão seguidos conforme dispõe o Decreto Municipal 2926 de 23 de abril de 2020.

## PORTARIA 114/20

Publicação Nº 2536079

PORTARIA Nº 114/20 de 18 de junho de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados conforme período aquisitivo e de gozo descritos:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Edina Tedesco da Costa	Agente Comunitária de Saúde	03/10/2018 a 02/10/2019	23/06/2020 a 22/07/2020
Gilmar Motta	Operador de Máquinas	08/09/2018 a 07/09/2019	18/06/2020 a 17/07/2020
Maurício José Bittencourt	Fiscal Tributário	13/08/2018 a 12/08/2019	29/06/2020 a 18/07/2020

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de junho de 2020.

Luzerna(SC), 18 de junho de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## PORTARIA 117/20

Publicação Nº 2536068

PORTARIA Nº 117/20 de 23 de junho de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDORE QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a pedido do servidor, o período de gozo de férias regulamentares previsto na Portaria 114 de 18 de Junho de 2020, do servidor abaixo relacionado:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Maurício José Bittencourt	Fiscal Tributário	13/08/2018 a 12/08/2019	29/06/2020 a 08/07/2020

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0019/2020

Publicação Nº 2535815

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0014/2020

Tomada de Preços nº 0004/2020

Objeto: Contratação de prestação de serviços de engenharia e medicina do trabalho e saúde ocupacional para elaboração e emissão de Laudo de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Laudo de Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), conforme especificação detalhada do Termo de Referencia, Anexo I deste Edital.

Contrato Administrativo nº 0019/2020

Contratada: PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA.

Valor do Contrato: O valor global para a execução total do objeto deste contrato é de R\$ 7.200,00 (sete mil reais com duzentos centavos).

Prazo de execução: Os serviços deverão ser prestados após emissão de Autorização de Fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e emissão de autorização de fornecimento.

Vigência: 31/12/2020.

Fiscal do contrato: Fica designado o servidor público, Adriano Lazzarotti para fiscalizar e receber o objeto do presente contrato de acordo com a Portaria nº 4413/2020.

Macieira, 19 de junho de 2020.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

### PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 08/2020

Publicação Nº 2535669

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2020

PREGÃO ELTRÔNICO Nº 0003/2020

REGISTO DE PREÇO Nº 0002/2020

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020

TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR

Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de combustível - tipo óleo diesel e gasolina comum, destinado ao abastecimento dos veículos máquinas da Frota municipal do Município de Macieira, conforme quantidades e especificações presentes no edital e seus anexos.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 03/2020

Contratada: SIVIERO DIESEL LTDA

Valor: Fica acrescido o valor do litro de óleo diesel S10, passando do valor de R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) o litro para o valor de R\$ 2,65 (dois reais com sessenta e cinco centavos), conforme justificativas do Termo Aditivo.

Pagamento e vigência: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 03/2020.

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor unitário (R\$)
01	01	OLEO DIESEL S10	PETROBRAS	R\$ 2,65

Macieira/SC, 16 de junho de 2020.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

PREGOEIRA

# Mafra

## PREFEITURA

### COMUNICADO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº235/2020 CREDENCIAMENTO Nº 002/2020

Publicação Nº 2536382

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### COMUNICADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº235/2020  
CREDENCIAMENTO Nº 002/2020.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, que para o Credenciamento de PRESTADORES DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO ALTERNATIVO DE PASSAGEIROS, se credenciou na presente data:  
Empresa: PHP TRANSPORTES LTDA - habilitada para a prestação de serviços na Linha São Lourenço.  
Valor: Conforme o Edital de Credenciamento nº 002/2020.

Mafra, 24 de junho de 2020.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 034/2020

Publicação Nº 2536408

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 034/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA

CNPJ: 82.092.842/0001-85

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos para execução de sondagens a trado com coleta de amostras deformadas de solo para realização de ensaios geotécnicos a serem realizados conforme projeto, em diversas ruas do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Processo Licitatório n.º 229/2020; Dispensa Por Justificativa nº 017/2020.

Valor: O valor global do presente instrumento fica ajustado em R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais).

Fundamento Legal: Conforme o art. 24, inciso I da Lei Federal 8.666/93.

Data Assinatura: 16 de junho de 2020.

Prazo: O presente contrato vigorará até 31/12/2020.

Dotação Orçamentária:

306 - 1 . 13001 . 15 . 452 . 46 . 2.234 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2020

Publicação Nº 2536410

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: MARCOS OSIRES NUNES EPP

CNPJ: 81.742.751/0001-85

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço de manutenção corretiva e preventiva em refrigeradores, os quais armazenam as vacinas nas unidades de Saúde do Município, com recursos do Fundo Municipal de Saúde de Mafra/SC.

Processo Licitatório n.º 206/2020; Dispensa Por Justificativa nº 016/2020.

Valor: O valor global do presente instrumento fica ajustado em R\$ 10.870,00 (Dez mil e oitocentos e setenta reais).

Data Assinatura: 17 de junho de 2020.

Prazo: O presente contrato vigorará até 31/12/2020.

Dotação Orçamentária:

210 - 2 . 16001 . 10 . 305 . 16 . 2.91 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 036/2020**

Publicação Nº 2536391

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 036/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: KEY CONSTRUCTION SOLUÇÕES RODOVIARIAS EIRELI

CNPJ: 10.771.614/0001-20

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviço de mão de obra com fornecimento de materiais para instalação de 18 (dezoito) aparelhos de ar condicionado, destinados as instalações do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social de Mafra/SC.

Processo Licitatório n.º 131/2020; Dispensa Por Justificativa n.º 007/2020.

Valor: O valor global do presente instrumento fica ajustado em R\$ 7.902,00 (Sete mil, novecentos e dois reais).

Data Assinatura: 18 de junho de 2020.

Prazo: O presente contrato vigorará até 31/12/2020.

Dotações Orçamentárias:

415 - 3 . 14002 . 8 . 244 . 14 . 2.177 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

417 - 3 . 14002 . 8 . 243 . 14 . 2.207 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

418 - 3 . 14002 . 8 . 243 . 14 . 2.219 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2020 CONTRATO Nº: 032/2020**

Publicação Nº 2536371

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2020

Contrato nº: 032/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: NATHALIA MILANEZ SUZIGAN

CPF: 074.650.359-88

Objeto: contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município, através da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra, contidos no presente edital, a serem ofertados aos usuários da rede municipal de saúde por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

Credenciamento nº 015/2019 - Processo Licitatório n.º 467/2019.

Valor: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento nas unidades de saúde do município é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) por mês, pelo período da vigência do Contrato;

Parágrafo único: sendo certo tratar-se de "credenciamento", o valor é apenas estimativo, não gerando por parte do CONTRATANTE a obrigação de pagamento de procedimento no valor total deste ajuste, que os serviços serão distribuídos aos credenciados conforme a necessidade da Secretaria onde a Secretaria irá alocar cada profissional.

Data Assinatura: 29 de maio de 2020.

Prazo: O presente CONTRATO terá vigência até dia 31.12.2020 podendo ser renovado a critério da Administração, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações correlatas.

Dotação Orçamentária:

- Despesa: 156 – Fonte 164

- Despesa: 157 – Fonte 102

- Despesa: 159 – Fonte 164

- Despesa: 163 – Fonte 164

- Despesa: 164 – Fonte 102

Foro: Comarca de Mafra.

**LEI MUNICIPAL Nº 4476**

Publicação Nº 2536460

LEI Nº. 4.476

DE 24 DE JUNHO DE 2020.

FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E VEREADORES PARA A 19ª LEGISLATURA, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 29, INCISOS V E VI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 18 E SEQUINTE DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito Municipal será de R\$ 19.847,16 (dezenove mil e oitocentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos).

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito será de R\$ 9.923,58 (nove mil e novecentos e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 3º O subsídio do Secretário Municipal será de R\$ 8.503,42 (oito mil e quinhentos e três reais e quarenta e dois centavos).

Parágrafo Único. O Chefe de Gabinete do Prefeito e Procurador Geral, para os efeitos desta Lei são considerados agentes políticos com as mesmas prerrogativas e vantagens de Secretário Municipal.

Art. 4º O subsídio mensal dos Vereadores para a 19ª Legislatura será fixado em R\$ 5.555,21 (cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos), observado o teto de 8% (oito por cento) da receita do Município e os limites de despesa com pessoal previstos no art. 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 5º O subsídio dos Vereadores corresponderá aos comparecimentos do Vereador a todas as reuniões e participação nas votações.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se realizada a reunião plenária com ordem do dia previamente determinada, apurando-se a frequência dos parlamentares através de lista de presença, ainda que não se obtenha quorum para abertura dos trabalhos.

§ 2º Fica vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão de convocação para reunião extraordinária.

§ 3º Não será considerado faltoso o Vereador que enquadrar-se nas situações previstas no artigo 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mafra/SC.

Art. 6º O Vereador no exercício da Presidência da Câmara receberá a título de subsídio, mensalmente, aquele estabelecido no art. 3º desta Lei, acrescido de 100% (cem por cento), perfazendo o valor de R\$ 11.110,42 (onze mil e cento e dez reais e quarenta e dois centavos), conforme § 5º do art. 19, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º Aos subsídios de que tratam esta Lei, poderá ser aplicada a revisão geral anual, prevista no art. 37, X da Constituição Federal, sempre no dia 1º de maio de cada ano, mediante aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do período, desde que atendidos os limites estabelecidos pela Legislação vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 24 de junho de 2020.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº027/2020 CREDENCIAMENTO Nº 001/2020

Publicação Nº 2536378

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº027/2020  
CREDENCIAMENTO Nº 001/2020.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, que para o Credenciamento de empresas interessadas em prestar atividades de execução de empreitada global, de serviços de mão de obra de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica ou com lajotas com ou sem passeio, a depender da análise previa quanto ao relevo, infraestrutura existente e utilização da via, com fornecimento de materiais, conforme projeto aprovado pela municipalidade se credenciou na presente data:

Empresa: MMV TERRAPLANAGEM CONSTRUTORA EIRELI  
Conforme o Edital de Credenciamento nº 001/2020.

Mafra, 24 de junho de 2020.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

# Maravilha

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO N. 216/2020

Publicação Nº 2536572

DECRETO LEGISLATIVO Nº 216 de 22/06/2020.

Homologa Termo de Concessão de Uso celebrado entre o Município de Maravilha e a Empresa Parzzianello Comércio e Transportes Ltda e dá Outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo homologado em sua totalidade e sem restrições Termo de Concessão de Uso de bem imóvel, firmado entre o Município de Maravilha e a Empresa Parzzianello Comércio e Transportes Ltda.

Art. 2º A presente CONCESSÃO de direito real de uso, far-se-á com relação ao lote de propriedade do Cedente, a seguir descrito, mediante as disposições do processo de concorrência pública 002/2019:

Área territorial relativa ao Lote (S), com área de 4.249,32 m², localizado na Avenida Industrial, no Município de Maravilha/SC.

Art. 3º O presente termo terá a vigência por 10 (dez) anos a contar da data de assinatura do Termo mediante a aprovação do CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha prorrogável por igual período.

Art. 4º O Termo de Concessão de Uso nº 003/2020 em anexo é parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões ao 22 dia do mês de junho de 2020.

Natalino Prante

Presidente

# Marema

## PREFEITURA

### DECRETO 102/2020

Publicação Nº 2536477

DECRETO nº102/2020

De 24/06/2020

NOMEIA SALETE CHITOLINA PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, EM CARATER ELETIVO, DE ACORDO COM A LEI 1014/2013 DE 30/07/2013 E DECISÃO NOS AUTOS N. 5001258-67.2020.8.24.0081/SC E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

CONSIDERANDO decisão nos Autos N. 5001258-67.2020.8.24.0081/SC, com efeitos de antecipação de tutela,

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de SALETE CHITOLINA, em caráter eletivo, na função conselheira tutelar junto ao Conselho Tutelar. Cargo constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal 48/2018 de 13/06/2018, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de junho de 2020.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada



# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4209 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535941

DECRETO Nº 4209 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Decreta luto oficial pelo falecimento do Senhor Ivo Nagorski.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e:

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. IVO NAGORSKI, que exerceu com honradez o cargo de Motorista no Município de Massaranduba e;  
CONSIDERANDO que é dever desta Municipalidade prestar suas homenagens à família enlutada.

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial por 03 (três) dias contados desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Sr. Ivo Nagorski.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

Massaranduba, 24 de junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### PROCESSO LICITATÓRIO 102.2020 PP 102.2020 - PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS ROTATIVAS DE TRATOR DE PNEUS

Publicação Nº 2536039

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR LOTE do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS ROTATIVAS DOS TRATORES DA FROTA AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 07/07/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 07/07/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO 106.2020 PP 106.2020 - PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Publicação Nº 2536104

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 08/07/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 08/07/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal



# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 046-2020

Publicação Nº 2536459

DECRETO n.º 046/2020.  
ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.820/2019, de 20 de novembro de 2019.  
DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110573.1051 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	
4.4.90.00.00.00.00.00.0765 – Aplicações Diretas (69)	R\$ 350.000,00
Total .....	R\$ 350.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do excesso de arrecadação do convênio nº 2020TR00128, firmado entre si o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e município de Meleiro.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de junho de 2020.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secret. Adm. e Finanças.

### PORTARIA Nº 215-2020

Publicação Nº 2535850

PORTARIA n.º 215/2020  
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011 de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

#### PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 206/2020 que concede licença saúde à servidora DAIANI MACARINI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de junho de 2020.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020

Publicação Nº 2535688

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1060/2020  
Modalidade: Pregão Nº 028/2020  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÁS E ÁGUA PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO  
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 07 de julho de 2020  
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 07 de julho de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)  
Modelo/SC 24/06/20.

Ricardo Luis Maldaner  
Prefeito Municipal

# Mondaí

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 5.351 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2536390

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO nº. 5.351 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município e o disposto nos arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, Lei Complementar nº 168, de 2019 e Lei Complementar nº 169, de 2019:

#### DECRETA

Art.1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I. promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional; e,

II. ampliar a eficiência das políticas públicas.

III. o incentivo à inovação tecnológica;

IV. o fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais e associativismo.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, e as fundações públicas, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º Para fins do disposto neste Decreto, serão beneficiados pelo tratamento favorecido apenas o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar conceituado na Lei Federal nº 11.326/2006, que estejam em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

§ 3º O Microempreendedor Individual - MEI é modalidade de microempresa, sendo vedado impor restrições no que concerne à sua participação em licitações em função de sua natureza jurídica.

Art. 2º Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas.

§ 1º Para os efeitos deste artigo:

I. Poderá ser utilizada a licitação por item;

II. Considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§ 2º Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo da participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, essa circunstância deverá, obrigatoriamente, ser justificada no processo.

Art. 3º Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, os órgãos ou entidades contratantes:

I. terão por objetivo estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

II. deverão padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adequem os seus processos produtivos; e

III. deverão, na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região;

IV. sempre que possível, condicionar a contratação ao emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação.

Art. 4º As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores locais ou regionais.

§ 1º As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

§ 2º A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Art. 5º Salvo razões preponderantes, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região.

Art. 6º Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolvam produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas e respeitadas as exigências do Decreto nº 10.024/2019, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial.

Art. 7º Nos procedimentos de licitação, deverá ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 8º Para os fins do artigo anterior, os órgãos responsáveis pela licitação deverão celebrar convênios com as entidades referidas no "caput" para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação (LC federal nº. 123/06, art. 47).

#### DO ENQUADRAMENTO

Art. 9º Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I. microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

II. agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III. produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV. microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

V. sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§ 1º O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Art. 10 Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado por este Decreto, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme modelo de declaração.

#### DA EXCLUSIVIDADE

Art. 11 Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 12 Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

§1º Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos neste artigo, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item. Assim, deve-se sempre observar os valores individualmente aplicando a exclusividade aos itens ou lotes que não excederem o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

#### DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 13 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

§3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 14 A preferência de que trata o caput do artigo anterior será concedida da seguinte forma:

I. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §1º e 2º do art. 13, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §1º e 2º do art. 13, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§1º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

§2º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será estabelecido pelo órgão ou pela entidade contratante e estará previsto no instrumento convocatório.

#### DO SISTEMA DE COTAS

Art. 15 Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, ou apresentar risco à obtenção da proposta mais vantajosa, a Administração Pública deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresa e empresa de pequeno porte.

§1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§ 4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§ 5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 4º.

#### DA SUBCONTRATAÇÃO DAS MPES

Art. 16 Nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços, a Administração Pública poderá estabelecer no instrumento convocatório a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I. o percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a subcontratação total;

II. que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III. que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no art. 2º;

IV. que a empresa contratada comprometa-se a substituir a subcontratada na hipótese de extinção da subcontratação, notificando a Administração Pública sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar inviabilidade de substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

§1º Não será admitida a subcontratação para fornecimento de bens.

§2º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§3º nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

Art. 17 A empresa contratada responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

Art. 18 Se constar no instrumento convocatório a exigência de subcontratação, a Administração Pública deverá alertar quanto a inaplicabilidade deste instituto quando o licitante for microempresa e empresa de pequeno porte; consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei Federal 8.666/93; e consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

Art. 19 São vedadas:

I. a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no edital;

II. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

III. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

#### DA REGIONALIDADE

Art. 20 Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I. local ou municipal: o limite geográfico do município;

II. regional: uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

a) o âmbito dos municípios constituintes AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, e Tunápolis.

b) Região Grande Oeste: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guatambu, Ipuacu, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Jupiá, Lajeado Grande, Maravilha, Marema, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palmitos, Passos Maia, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Quilombo

Art. 21 Para a aplicação dos benefícios previstos poderá, de acordo com o art. 47, caput, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido;

b) a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas nos municípios descritos no artigo 20.

c) não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município descrito no artigo 20, I, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto no caput, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região, conforme artigo 20, II;

d) para a modalidade de pregão o limite previsto no caput, será verificado após a fase de lances verbais;

e) nas licitações a que se refere o art. 16, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

f) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de vinte e cinco por cento estabelecido pela citada lei; e,

g) a aplicação do benefício previsto neste inciso e do percentual da prioridade adotado, limitado a dez por cento, deverá ser motivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

#### DA REGULARIDADE FISCAL

Art. 22 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar desde



logo toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§1º Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito.

§2º A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para fins de assinatura do contrato, à ser regulamentado pelo edital de licitação.

§3º Para aplicação do disposto no §1º, como prazo para regularização fiscal, o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

§4º A prorrogação do prazo previsto no §1º poderá ser concedida, a critério da Administração Pública.

§5º A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os §1º a §4º.

§6º A não regularização da documentação no prazo previsto nos §1º a §4º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

#### DA APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS

Art. 23 Não se aplica ao dispositivo da exclusividade e subcontratação, quando:

I. não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente identificadas no momento da construção do quadro referencial de preços e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II. o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, ou onerar a proposta acima do valor de mercado, justificadamente no edital;

III. a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV. o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º. Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I. resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II. a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 O disposto neste decreto aplica-se também, desde que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

I. às sociedades cooperativas, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados (Lei federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, art. 34, conversão da MP nº 351, de 2007);

II. ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município (LC federal nº 123, de 2006, art. 3º-A, na redação da LC federal 147, de 2014).

Art. 25 Poderá a Secretaria de Administração e Fazenda baixar instruções complementares relativamente ao disposto neste Decreto.

Art. 26 Aplica-se supletivamente a este Decreto, a legislação federal pertinente.

Art. 27 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mondaí, 22 de junho de 2020.

VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal

ELISEU BOHN  
Secretário de Administração e Fazenda

#### EXTRATO PREGÃO Nº 017.2020 PMM

Publicação Nº 2535966

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 017/2020. TIPO: Menor Preço por LOTE. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para atendimento a funcionários da Secretaria de Obras e Agricultura quando em serviço no interior do Município de Mondaí - SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h15min do dia 08 de Julho de 2020. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h30min do dia 08 de Julho de 2020. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 24 de Junho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 27/2020/PM

Publicação Nº 2536276

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 27/2020/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO FUTURA E DE FORMA PARCELADA DE ITENS GRÁFICOS E AFINS.. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues das 08:00 horas do dia 25/junho/2020 até as 09:45 horas do dia 07/julho/2020. Abertura da sessão no dia 02/julho/2020 às 10:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR LOTE consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

### COMUNICADO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC

Publicação Nº 2536248

COMUNICADO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC

A Prefeitura Municipal de Monte Carlo, em atendimento a solicitação da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, CONVOCA todos os servidores públicos do município de Monte Carlo para verificar e regularizar a situação referente ao Auxílio Emergencial do Governo Federal, instituído pela Lei n.º 13.982, de 02 de abril de 2020, caso tenha realizado a solicitação, bem como recebido o citado benefício.

Por oportuno informar, que de acordo com o artigo 2º, inciso II, da Lei Federal acima citada, consta como um dos critérios de elegibilidade para o recebimento do Auxílio a inexistência de emprego formal ativo, logo, todos os agentes públicos estariam, automaticamente, excluídos da percepção deste auxílio.

Ainda, o Decreto n.º 10.316, de 07 de abril de 2020, em seu artigo 7º, § 1º, inciso VI, prevê expressamente que os agentes públicos, incluindo os ocupantes de cargo temporário, função de confiança, cargo em comissão e os titulares de mandato eletivo, não possuem direito ao benefício.

Diante do exposto, solicita-se que sejam adotadas as seguintes providências:

1- Para o servidor que solicitou e recebeu o Auxílio Emergencial: Efetuar a imediata devolução dos valores, através do link: <https://devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br> e proceder a entrega do comprovante de devolução ao Departamento de Recursos Humanos e Pessoal da Prefeitura.

2 – Para todos os servidores (efetivos, temporários, em cargos de confiança e mandato eletivo): Considerando a possibilidade de uso indevido de dados pessoais por terceiros, cada servidor deve consultar sua situação no sistema, através do link: <https://consultaauxilio.dataprev.gov.br/consulta/#/>. Ainda, em caso de verificação de irregularidade, o servidor deve procurar a autoridade policial, efetuar o registro de denúncia e entregar o comprovante ao Departamento de Recursos Humanos e Pessoal da Prefeitura.

Por fim, este procedimento visa oportunizar que os servidores regularizem espontaneamente sua situação. Posteriormente, poderão ser adotadas outras medidas para avaliar a conduta, podendo originar infrações disciplinares em âmbito municipal ou, em relação a informações falsas, caracterizar os crimes de falsidade ideológica e estelionato.

Contamos com a colaboração de todos. Em caso de dúvidas contate o Departamento de Recursos Humanos e Pessoal da Prefeitura ou pelo telefone: 35460194 ou 35460212.

Monte Carlo, 19 de junho de 2020.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020 ADITIVO Nº 01/2020**

Publicação Nº 2536246

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020  
ADITIVO Nº 01/2020

Das partes:

**CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na SC 452, Km24, 1551 – Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pela Prefeita Municipal a Sra. Sonia Salete Vedovatto.

**CONTRATADO**

FELIPE JOSÉ OLIVEIRA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.392.356/0001-01, estabelecida na cidade de Monte Carlo - SC, neste ato representada pela Sr. Felipe José Oliveira.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, têm entre si certo e ajustado a celebração deste Contrato de nº 17/2020, referente SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ESCOLA MARIA DO ROSÁRIO FISCHER.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente termo aditivo Nº 01/2020, é pela prorrogação de prazo do contrato original até a data de 15/MAIO/2020, mantendo-se valor.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato e do Processo Licitatório.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem juntos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo – SC, 17 de março de 2020  
Município de Monte Carlo  
Sonia Salete Vedovatto  
CONTRATANTE

Felipe José Oliveira ME  
Felipe José Oliveira  
CONTRATADA

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N 11/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536150

PORTARIA Nº 11/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA O PRAZO DE SUSPENSÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS OU SOLENES, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 59, II, ambos da Lei Orgânica do Município e no artigo 21, II, do Regimento Interno;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam suspensas, até 31 de julho de 2020, as sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Monte Carlo, bem como a concentração e permanência de pessoas nas dependências da Câmara Municipal, em atenção aos Decretos Estaduais n. 562, de 17 de Abril de 2020, 582, de 28 de abril de 2020 e 587, de 30 de abril de 2020, que, dentre outros, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n. 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19.

Art. 2º. As medidas previstas neste documento poderão ser revistas sempre que necessário, em eventual regressão ou evolução da situação de saúde pública

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor imediatamente, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Monte Carlo/SC, em 24 de junho de 2020.

VOLNIR STRATMANN  
Presidente



# Monte Castelo

## PREFEITURA

### CREENCIAMENTO 004/2020\_PMMC

Publicação Nº 2535770

#### CREENCIAMENTO 004/2020

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MARMITAS E OU REFEIÇÕES (DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS EM TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS QUANDO ESTÃO REALIZANDO SERVIÇOS FORA DA SEDE DO PAÇO MUNICIPAL, E, AINDA AO CORPO DE BOMBEIROS).

O MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Alfredo Becker, 385 - Centro, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.525/0001-65, aqui representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais comunica a todos os interessados que está procedendo CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MARMITAS E OU REFEIÇÕES (DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS EM TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS QUANDO ESTÃO REALIZANDO SERVIÇOS FORA DA SEDE DO PAÇO MUNICIPAL, E, AINDA AO CORPO DE BOMBEIROS), durante o período de 26 de junho de 2020 à 01 de Dezembro de 2021. Os Interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta Comercial até 01 de Dezembro de 2021, às 15h00min, no endereço da Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro, Horário de Expediente de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

MONTE CASTELO-SC, 24 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 2444

Publicação Nº 2536278

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.444, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

"AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 49, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Monte Castelo no valor de R\$ 399.834,74 (trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos), para reforço da Dotação Orçamentária, conforme abaixo, integrando tais procedimentos a Lei Municipal Nº. 2.614, de 29 de Outubro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2020.

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.14 – Secretaria de Saúde		
10.301.0402.2039 – Manut. Conv. com o Fundo Estadual de Saúde		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 123	R\$	399.834,74
SUB TOTAL	R\$	399.834,74
TOTAL GERAL	R\$	399.834,74

Art.2º. O Crédito Adicional Especial será aberto com fundamento no Artigo 42, §1º, Inciso II, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de Março de 1964, com recursos resultantes do Convênio 2020TR000413 da Secretaria de Estado da Saúde para auxiliar na aquisição de equipamentos e materiais permanentes para Implantação de 05 (cinco) Academias de Ginástica ao Ar Livre, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e o Convênio 2020TR000439 destinado a conclusão da obra da UBS Rodeio Grande, no valor de R\$ 299.834,74 (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos), conforme excesso de arrecadação.

Art. 3º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Monte Castelo no valor de R\$ 88.600,00 (oitenta e oito mil e seiscentos reais), para reforço da Dotação Orçamentária, conforme abaixo, integrando tais procedimentos a Lei Municipal Nº. 2.614, de 29 de Outubro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2020.

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.1001.2041 – Manut. do Piso de Atenção Básica - PAB		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 164 (Emenda de Bancada)	R\$	88.600,00
SUB TOTAL	R\$	88.600,00
TOTAL GERAL	R\$	88.600,00

Art.4º. O Crédito Adicional Especial será aberto com fundamento no Artigo 42, §1º, Inciso II, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de Março de 1964, com recursos resultantes de Emenda Parlamentar de Bancada conforme excesso de arrecadação.

Art.5º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Monte Castelo um Crédito Suplementar no valor de R\$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais), para reforço da Dotação Orçamentária, adiante especificada e codificada, integrando tais procedimentos a Lei Municipal Nº. 2.614, de 29 de Outubro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2020.

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0801.2112 – ENFRENTAMENTO AO COVID-19			
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 621	R\$	27.900,00	
SUB TOTAL	R\$	27.900,00	
TOTAL GERAL	R\$	27.900,00	

Art.6º. O Crédito Adicional Suplementar será aberto com fundamento no Artigo 42, §1º, Inciso II, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de Março de 1964, com suporte na transferência de recursos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social, com base na Portaria nº 369 do Ministério da Cidadania, sendo o valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) destinado a compra de EPI e R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) destinados a serviços de acolhimento.

Art. 7º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, Fundo de Habitação de Interesse Social e Fundo Municipal de Assistência Social de Monte Castelo, no valor de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), para reforço da Dotação Orçamentária, conforme abaixo, integrando tais procedimentos a Lei Municipal Nº. 2.614, de 29 de Outubro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2020.

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO			
02.07 – Secretaria de Educação e Cultura			
12.361.1201.2010 – Manut. Das Atividades do Ensino Fundamental			
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 101	R\$	20.000,00	
SUB TOTAL	R\$	20.000,00	
12.361.1201.2012 – Manut. Das Atividades do Transporte Escolar			
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 610	R\$	100.000,00	
SUB TOTAL	R\$	100.000,00	
02.08 – Secretaria Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente			
20.606.2001.2023 – Manut. da Secretaria Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente			
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 204	R\$	30.000,00	
SUB TOTAL	R\$	30.000,00	
04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0801.2054 – Manut. da Secretaria de Promoção e Assistência Social			
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 100	R\$	340.000,00	
SUB TOTAL	R\$	340.000,00	
06 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			
06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			
16.482.1602.2059 – Manut. do Fundo de Habitação, Interesse Social, Trabalho e Renda			
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 100	R\$	50.000,00	
SUB TOTAL	R\$	50.000,00	
TOTAL GERAL	R\$	540.000,00	

Art. 8º - O Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), será aberto com suporte na anulação total ou parcial das seguintes Dotações Orçamentárias:

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO			
02.07 – Secretaria de Educação e Cultura			
12.361.1201.2010 – Manut. Das Atividades do Ensino Fundamental			
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 610	R\$	100.000,00	
SUB TOTAL	R\$	100.000,00	
12.362.1202.2015 – Apoio ao Ensino Médio			
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 101	R\$	20.000,00	
SUB TOTAL	R\$	20.000,00	
12.366.1205.2017 – Manut. das Atividades Culturais			
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 204	R\$	170.000,00	
SUB TOTAL	R\$	170.000,00	
02 – CHEFIA DO EXECUTIVO			
02.02 – Secretaria de Administração			
04.122.0402.2004 – Manut. da Secretaria de Administração			
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 204	R\$	250.000,00	
SUB TOTAL	R\$	250.000,00	
TOTAL GERAL	R\$	540.000,00	

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo (SC), 23 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2636

Publicação Nº 2536271

LEI ORDINÁRIA Nº 2.636, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

"AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Fica autorizado a abertura de um Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Monte Castelo no valor de R\$ 399.834,74 (trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos), para reforço da Dotação Orçamentária, conforme abaixo, integrando tais procedimentos a Lei Municipal Nº. 2.614, de 29 de Outubro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2020.

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.14 – Secretaria de Saúde		
10.301.0402.2039 – Manut. Conv. com o Fundo Estadual de Saúde		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 123	R\$	399.834,74
SUB TOTAL	R\$	399.834,74
TOTAL GERAL	R\$	399.834,74

Art. 2º. O Crédito Adicional Especial autorizado por esta lei será aberto com fundamento no Artigo 42, §1º, Inciso II, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de Março de 1964, com recursos resultantes do Convênio 2020TR000413 da Secretaria de Estado da Saúde para auxiliar na aquisição de equipamentos e materiais permanentes para Implantação de 05 (cinco) Academias de Ginástica ao Ar Livre, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e o Convênio 2020TR000439 destinado a conclusão da obra da UBS Rodeio Grande, no valor de R\$ 299.834,74 (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos), conforme excesso de arrecadação.

Art. 3º. Fica autorizado a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Monte Castelo no valor de R\$ 88.600,00 (oitenta e oito mil e seiscentos reais), para reforço da Dotação Orçamentária, conforme abaixo, integrando tais procedimentos a Lei Municipal Nº. 2.614, de 29 de Outubro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2020.

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.1001.2041 – Manut. do Piso de Atenção Básica - PAB		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 164 (Emenda de Bancada)	R\$	88.600,00
SUB TOTAL	R\$	88.600,00
TOTAL GERAL	R\$	88.600,00

Art. 4º. O Crédito Adicional Especial autorizado por esta lei será aberto com fundamento no Artigo 42, §1º, Inciso II, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de Março de 1964, com recursos resultantes de Emenda Parlamentar de Bancada conforme excesso de arrecadação.

Art. 5º. Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Monte Castelo um Crédito Suplementar no valor de R\$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais), para reforço da Dotação Orçamentária, adiante especificada e codificada, integrando tais procedimentos a Lei Municipal Nº. 2.614, de 29 de Outubro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2020.

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0801.2112 – ENFRENTAMENTO AO COVID-19			
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 621	R\$	27.900,00	
SUB TOTAL	R\$	27.900,00	
TOTAL GERAL	R\$	27.900,00	

Art. 6º. O Crédito Adicional Suplementar autorizado por esta lei, será aberto com fundamento no Artigo 42, §1º, Inciso II, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de Março de 1964, com suporte na transferência de recursos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social, com base na Portaria nº 369 do Ministério da Cidadania, sendo o valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) destinado a compra de EPI e R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) destinados a serviços de acolhimento.

Art. 7º. Fica autorizado a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, Fundo de Habitação de Interesse Social e Fundo Municipal de Assistência Social de Monte Castelo, no valor de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), para reforço da Dotação Orçamentária, conforme abaixo, integrando tais procedimentos a Lei Municipal Nº. 2.614, de 29 de Outubro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2020.

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.07 – Secretaria de Educação e Cultura		
12.361.1201.2010 – Manut. Das Atividades do Ensino Fundamental		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 101	R\$	20.000,00
SUB TOTAL	R\$	20.000,00
12.361.1201.2012 – Manut. Das Atividades do Transporte Escolar		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 610	R\$	100.000,00
SUB TOTAL	R\$	100.000,00
02.08 – Secretaria Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente		
20.606.2001.2023 – Manut. da Secretaria Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 204	R\$	30.000,00
SUB TOTAL	R\$	30.000,00
04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0801.2054 – Manut. da Secretaria de Promoção e Assistência Social		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 100	R\$	340.000,00
SUB TOTAL	R\$	340.000,00
06 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
16.482.1602.2059 – Manut. do Fundo de Habitação, Interesse Social, Trabalho e Renda		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 100	R\$	50.000,00
SUB TOTAL	R\$	50.000,00
TOTAL GERAL	R\$	540.000,00

Art. 8º. O Crédito Adicional Suplementar autorizado por esta lei, no valor de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), será aberto com suporte na anulação total ou parcial das seguintes Dotações Orçamentárias:

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.07 – Secretaria de Educação e Cultura		
12.361.1201.2010 – Manut. Das Atividades do Ensino Fundamental		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 610	R\$	100.000,00
SUB TOTAL	R\$	100.000,00
12.362.1202.2015 – Apoio ao Ensino Médio		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 101	R\$	20.000,00
SUB TOTAL	R\$	20.000,00
12.366.1205.2017 – Manut. das Atividades Culturais		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 204	R\$	170.000,00
SUB TOTAL	R\$	170.000,00
02 – CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.02 – Secretaria de Administração		
04.122.0402.2004 – Manut. da Secretaria de Administração		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 204	R\$	250.000,00
SUB TOTAL	R\$	250.000,00
TOTAL GERAL	R\$	540.000,00

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo (SC), 23 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2637

Publicação Nº 2536274

LEI ORDINÁRIA Nº 2.637, DE 23 DE JUNHO de 2020

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA SITUADA NA CIDADE MONTE CASTELO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º. Fica denominada Travessa ANTONIO FERREIRA DE LIMA a via pública de ligação situada entre as Ruas Princesa Izabel e Rua Prefeito Jovino Emidio, no bairro Rio das Antas.

Art.2º. A via pública ora denominada visa reconhecer o trabalho social, familiar e comunitário desenvolvido pelo homenageado, como cidadão e morador do bairro Rio das Antas, no qual residiu por mais de 35 (trinta e cinco) anos.

Art.3º. Ficam as Secretarias Municipais de Transportes, Obras e Serviços Públicos e Administração e Planejamento encarregadas pela

confeção e colocação das Placas Denominativas.

Art.4º. As despesas resultantes da execução financeira da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, previstas e consignadas no orçamento em vigor.

Art.5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 23 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2638

Publicação Nº 2536275

LEI ORDINÁRIA Nº 2.638, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO A CELEBRAR ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA POLÍCIA CIVIL, VISANDO A CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICO EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º. Fica o Município de Monte Castelo, autorizado a promover a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, visando a cessão de servidores públicos municipais efetivos, com a finalidade de desenvolver junto a Delegacia de Polícia do Município de Monte Castelo, serviços públicos de interesse da comunidade.

Art.2º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar e assinar o Acordo de Cooperação Técnica autorizado por esta lei e realizar a cessão de servidores públicos municipais efetivos, que preencham as condições de formação e habilitação para o desempenho das funções e atribuições objeto do Acordo de Cooperação.

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo, SC, 23 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2639

Publicação Nº 2536277

LEI ORDINÁRIA Nº 2.639, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROMOVER A TRANSFERÊNCIA E O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE DE MONTE CASTELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a promover o repasse e a transferência de recursos financeiros, para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Monte Castelo, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob Nº 79.357.984/0001-12, com sede funcional situada à Rua Três de Maio, Nº 915. centro, na cidade de Monte Castelo -SC, no valor de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), repasse este que será realizado em parcela única.

Art.2º. A transferência de recursos autorizados por esta lei se destina ao pagamento de despesas da Associação beneficiada, relacionadas com a instalação dos seguintes equipamentos:

I- promover o pagamento de serviços de mão de obra necessária a instalação de uma academia de ginástica ao ar livre;

II- realizar o pagamento de serviços de mão de obra necessária a instalação de um parque infantil.

Art.3º. A Associação beneficiada prestará contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do efetivo repasse, na forma prevista em lei e com documentos admitidos pela contabilidade pública municipal.

Art.4º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, previstas e consignadas no Orçamento Programa Anual aprovado para o Exercício Financeiro de 2020.

Art.5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo, SC, 23 de Junho de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### EXTRATO 1-38/2019

Publicação Nº 2536141

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 38/2019  
FIRMADO EM 02/07/2019

CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA
CNPJ:	83.000.323/0001-02
Endereço:	Rua 20 de Maio, 100, Centro, Morro da Fumaça/SC – CEP: 88.830-000
Representada por:	Agenor Coral – Prefeito Municipal

Contratada: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o 04.834.318/0001-29, com sede na Cidade de JAGUARUNA neste ato representada por seu representante, EDIMAR BITENCOURT DOS SANTOS, portador da carteira de identidade nº 5/R-1.908.070 SSP/SC, e do CPF nº 593.382.619-72.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21-6-93 e alterações posteriores bem como às seguintes normas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DAS RUAS PLASCIDO PIVA E PEDRO GABRIEL, conforme anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo do contrato até 31/12/2020 no valor de R\$ 280.320,94.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLAUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma:

Morro da Fumaça (SC), 20 de dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA	BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO EPP
---	--

### REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2020

Publicação Nº 2535978

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Pregão Presencial para Registro de Preço Nº 018/2020. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS. Data: 07/07/2020. Hora: 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 18/2019 FCN

Publicação Nº 2535867

ATA 18/2020 FCN

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA VINTE E UM DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 18/2019 FCN. CUJO OBJETO É PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAR, DIVULGAR E REALIZAR O EVENTO FESTIVAL DE TEATRO DE RUA DONA ZICA, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC.COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS LUIZ CARLOS MENON, CHEGA MAIS EVENTOS E SONORIZAÇÃO E CASSIO FERNANDO CORREIA. E TODAS SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. SENDO DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCE ONDE NO ITEM 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA LUIZ CARLOS MENON COM O VALOR DE R\$ 25.950,00. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA APRESENTOU A CND FEDERAL VENCIDA ABRINDO PRAZO DE 05(CINCO) DIAS PARA REGULARIZAÇÃO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, KEILA FERNANDES LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 82/2020 PMN

Publicação Nº 2536821

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 82/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão Eletrônico para registro de preço visando a aquisição de bandeiras oficiais do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina e bandeira Nacional, para atender as necessidades das secretarias, fundos e fundações municipais, através da Secretaria Municipal de Administração e Logística de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BCN. Interessados deveram cadastrar-se no site <http://bcn.org.br>. Entrega das propostas a partir do dia 25/06/2020 até as 7h30 do dia 09/07/2020. Início da sessão em meio eletrônico as 8h00 do dia 09/07/2020. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 30/2020 FMS

Publicação Nº 2536539

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 30/2020 FMS  
RETIFICADO E REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de teste rápidos de Covid-19 com detecção de anticorpos Igg e Igm, para o enfrentamento da pandemia através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 02/07/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 02/07/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 78/2020 PMN

Publicação Nº 2536769

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 78/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de horas máquinas de motonivelador com operador, para auxiliar nas atividades diárias da Secretaria Municipal de Obras de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 09/07/2020 até às 13h50. Abertura/envelopes: 09/07/2020 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

**CANCELAMENTO DO ITEM 11 DO PREGÃO PRESENCIAL 11/2020 FMS**

Publicação Nº 2536948

**AVISO DE CANCELAMENTO**

A SENHORA PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE TORNA-SE PÚBLICO O CANCELAMENTO DO "ITEM 15" DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2020 FMS, VEZ QUE O MODELO DE ITEM OFERTADO NÃO ESTÁ DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL, SENDO QUE A EX- VENCEDORA TAMBÉM FOI DESCLASSIFICADA PELO MESMO MOTIVO, JÁ QUE FORAM COTADAS AS MESMAS MARCAS, HAJA VISTA QUE FOI OBSERVADA INCONSISTÊNCIA POSTERIORMENTE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO. ERA O QUE TÍNHAMOS A ESCLARECER.

Pregoeira Titular: Carla Claudino

Publique-se;

Equipe de Apoio:

Anderson Muller Rodrigues

Roberto Miguel Celezinski

Josezite dos Santos

Daniel Seibert Rocha

Navegantes, 24 de junho de 2020.

**EXTRATO DA ATA 03/2020 FUMSCI**

Publicação Nº 2536358

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2020 FUMSCI**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 03/2020, relativa ao Pregão Presencial nº 03/2020 FUMSCI - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES, COMPONENTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO EM EQUIPAMENTOS NÁUTICOS (EMBARCAÇÕES, MOTORES E QUADRICICLOS) DE USO OPERACIONAL DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2020 FUMSCI.

Fornecedores: MURILO JOSÉ NUNES SIQUEIRA - MI

CNPJ nº: 22.980.456/0001-06

Proprietário: Murilo José Nunes Siqueira

Valor: R\$ 18.000,00

Vigência: 23/06/2020 a 23/06/2021

AUTO MECANICA RH LTDA - EPP

CNPJ nº: 13.111.225/0001-67

Sócio: Rodrigo V. Hostins

Valor: R\$ 28.000,00

Vigência: 23/06/2020 a 23/06/2021

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 23 de junho de 2020.

**LAUDO DAS AMOSTRAS -- 25/2020 FMS**

Publicação Nº 2537012

Navegantes, 24 de junho de 2020.

Análise de Amostras do item 07 referente ao Pregão Presencial 25/2020.

Amostra reprovada por não atender ao descritivo do item que pedia produto isento de Lactose.

Nutricionista da Secretaria de Saúde



**LEI 3481/2020**

Publicação Nº 2536111

LEI Nº 3481 DE 23 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE REPARAÇÃO POR ALTERAÇÕES E DETERIORAÇÃO CAUSADA A IMÓVEL ALUGADO PELO MUNICÍPIO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a indenizar o proprietário do objeto do contrato de locação nº 203/2015, que fica na Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, nº 696, Centro – no valor de R\$ 6.031,28 (seis mil e trinta e um reais e vinte e oito centavos), a título de reparação pela deterioração ocasionada pelo uso do imóvel locado pelo Município – através do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º O recurso financeiro de que trata o artigo 1º desta Lei, será repassado em uma única parcela pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Navegantes

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 10.301.0063

Projeto/Atividade: 2.083 – Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde

Fonte de Recursos: 5002 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.93-01 – Indenizações

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC, 23 DE JUNHO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

**PORTARIA 2596/2020**

Publicação Nº 2535670

PORTARIA N º 2596 DE 23 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 07/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, para exercer o cargo efetivo de AGENTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, com 40 (quarenta) horas semanais, MAURICIO VICENTE.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo a partir de 22/06/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2603 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2537006

PORTARIA N º 2603 DE 23 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE LUDIMILA RENATA VIEIRA, matrícula 6244403 ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 90 (Noventa) dias consecutivo, com início em 26.03.2020 e término em 23.06.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2020.  
MÁRCIO DA ROSA  
Secretário de Administração e Logística

PORTARIA N º 2605 DE 23 DE JUNHO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE REGINA CELIA DA SILVA SANTOS RODRIGUES, matrícula 266411 ocupante do cargo de PROFESSORA com carga horária de 10 horas semanais, pelo período de 16 (Dezesseis) dias consecutivo, com início em 04.03.2020 e término em 19.06.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 19.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2020.  
MÁRCIO DA ROSA  
Secretário de Administração e Logística

PORTARIA N º 2556 DE 18 DE JUNHO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE JOSE MANOEL FRANCISCO, matrícula 4610401 ocupante do cargo de PEDREIRO com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 105 (Cento e cinco) dias consecutivo, com início em 26.02.2020 e término em 09.06.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2020.  
MÁRCIO DA ROSA  
Secretário de Administração e Logística

## **PORTARIA N º 2604 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2537005

PORTARIA N º 2604 DE 23 DE JUNHO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a LUCIANA GOMES MOURA, matrícula 63271401 ocupante do cargo de FILSCA DE OBRAS com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 22.06.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir 22.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA Nº 2595 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536354

PORTARIA Nº 2595 DE 23 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 03/2020 FUMSCI do Pregão Presencial 03/2020 cujo objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES, COMPONENTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO EM EQUIPAMENTOS NÁUTICOS (EMBARCAÇÕES, MOTORES E QUADRICICLOS) DE USO OPERACIONAL DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial nº 03/2020 FUMSCI.

Fiscais:

RODRIGO DE SOUZA DO NASCIMENTO -- (titular)

VALDIR CONZATTI JÚNIOR -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA Nº 795 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2536814

PORTARIA Nº 795 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 402/2019 PMN da Dispensa de Licitação 179/2019 cujo objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, INCLUINDO PINTURA DE MEIO-FIO E POSTES EM VIAS PÚBLICAS E LIMPEZA DA PRAIA DO MUNICÍPIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC. Conforme Dispensa de Licitação nº 179/2019 PMN.

Fiscal: JOSÉ SÉRGIO PEREIRA JUNIOR -- (titular)

ALESSANDRO MEDEIROS BERNARDO -- (suplente)

II - Revogo na íntegra a Portaria nº 639 de 13 de janeiro de 2020.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**RESPOSTA AO RECURSO E CONTRARRAZÃO DA CONCORRÊNCIA 15/2020 FMS**

Publicação Nº 2537002

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 15/2020 FMS

Aos 23 dias de junho de 2020, às 14h30m, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 952 de 12 de fevereiro de 2020, com intuito de analisar e julgar recursos administrativos da CONCORRÊNCIA nº 15/2020, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE HOSPITALAR SEM FINS LUCRATIVOS PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES, ATENDIMENTO AMBULATORIAL E GESTÃO ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC. Protocolados pelas empresas INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO DE SAÚDE – INSAÚDE – CNPJ 44.563.716/0001-72; e INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA - ISAC – CNPJ 14.702.257/0001-08; e INSTITUTO DESENVOLVIMENTO ENSINO ASSISTÊNCIA À SAÚDE – IDEAS - CNPJ 24.006.302/0004-88; e contrarráções apresentadas por ASSOCIAÇÃO

DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ – REDEH – CNPJ86.324.860/0001-04.

#### PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receberem os recursos, verificaram que o mesmos foram protocolados tempestivamente

Em síntese, manifestam-se as empresas, através dos recursos, arguindo as seguintes questões:

#### INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO DE SAÚDE – INSAÚDE

A empresa argumenta ser ilegal a decisão de sua inabilitação no presente certame, devendo ser reformada a decisão, visto que a empresa cumpriu com as exigências previstas no edital. Informa a empresa que o balanço patrimonial foi devidamente apresentado na publicação do Diário Oficial, anexo aos documentos de habilitação. Também informa que o item 5.5.1 foi devidamente apresentado junto às declarações 5.5.2 e 5.5.6, e que tal exigência não está prevista no rol taxativo do artigo 27 da lei 8.666/93, portanto, inabilitar a empresa por este motivo possui formalismo exacerbado e não obedece aos princípios da razoabilidade de proporcionalidade.

#### INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA - ISAC

A empresa alega ser incorreta sua inabilitação, bem como, incorreta a habilitação da empresa REDEH. Segundo a empresa, sua capacidade técnica foi comprovada através dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados e no CNPJ, e que a exigência de apresentação de CNES específico para a qualificação técnica é exacerbada, caracterizando um rigor excessivo, visto que o mesmo não tem relação com as atividades que a recorrente possa ou não promover. Também menciona ser ilegal a habilitação da empresa REDEH visto que a empresa não apresentou as notas explicativas do balanço patrimonial. Alega que há estranheza na decisão da comissão em manter única habilitada a empresa REDEH, visto ser esta a empresa responsável pelo contrato vigente. Menciona também que a comissão não teve tratamento isonômico para as concorrentes vez que entrou em contato com o Registro Civil para diligência.

#### INSTITUTO DESENVOLVIMENTO ENSINO ASSITÊNCIA À SAÚDE – IDEAS

Menciona a empresa ser ilegal a decisão desta comissão em inabilitá-la do presente processo licitatório, visto que a empresa apresentou impugnação ao edital referente aos itens que a inabilitou, segundo a empresa, para exigir os índices deveria haver a justificativa para o mesmo; E que o edital já prevê a exigência de garantia de execução de contrato.

#### Contrarrazões - ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ – REDEH

Alega a empresa que foram acertadas as decisões de inabilitações das empresas, visto que não cumpriram com exigências editalícias, e que as decisões da comissão permanente obedecem o que prevê o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Argumenta ainda que o edital não exige em nenhum momento a apresentação das notas explicativas e que a lei apresentada pela empresa ISAC regulamenta as sociedades anônimas, não abarcando o porte da Redeh.

#### DECISÃO

Diante do que foi apresentado é importante salientar que, a comissão ao analisar os recursos poderão proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgarem pertinente, ou a remessa à autoridade superior competente caso mantenham sua decisão inicial, conforme dispõe o Art. 109, §4º, da Lei 8.666/93.

Ao participar do processo licitatório, sem ter feito anterior impugnação para alterar cláusula que supostamente o prejudicaria ou no seu entendimento estivesse irregular, o licitante concorda com seus termos devendo por sua vez apresentar os documentos conforme solicitado no edital, porém, não basta somente que a empresa não concorde com o que é exigido, mas, que a impugnação apresente fundamento, comprovante que a cláusula prevista é irregular e deve ser alterada.

É um dos princípios básicos da licitação, a vinculação ao instrumento convocatório, art 3º da lei 8666/93, o que não foi respeitado pelo licitante, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Importante citar que este é um dos princípios que norteiam o processo licitatório, do qual, todos estão estritamente vinculados às exigências do edital, devendo ser cumpridos todos os seus itens.

Vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Conforme se pode observar, ao descumprir as exigências editalícias, o licitante deverá ser inabilitado/desclassificado, pois desrespeitou o instrumento convocatório, que é aquele que rege todo o processo licitatório.

Ao participar da licitação, sem anterior impugnação ou impugnação infundada, a empresa deve apresentar os documentos de acordo com o edital.

É importante frisar, se verificado pelo licitante e entendido como ilegais ou desnecessárias tais exigências, é possibilitado tempo hábil para impugnação ao edital, conforme previsto no item: 8.1 e 8.1.1. Porém, caso, apresentadas razões que não merecem provimento, a data e o edital são mantidos, como foi o caso em tela.

Cita-se também, que foram respeitados todos os princípios basilares dos processos licitatórios, dentre eles, neste caso, destacam-se o Princípio da Publicidade e o Princípio da Isonomia, o primeiro garantiu ao licitante o direito de impugnação supracitado, e no segundo, que significa dar tratamento igual a todos os interessados na licitação.

É dever da administração respeitar os Princípios da competitividade, e da Proposta mais vantajosa, porém, não se pode utilizar desses princípios para suprir um erro ao qual as empresas deveriam cumprir. Além do mais, os princípios foram respeitados pela administração quando publicou processo licitatório com menor preço, porém, a inabilitação das empresas aconteceu por erro ou omissão as mesmas. Estes dois Princípios não podem ser utilizados como “desculpa” para trazer de volta empresas que não respeitaram o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Diante destas prerrogativas, os recursos não merecem provimento, visto que:

#### INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO DE SAÚDE – INSAÚDE

Ao mencionar a apresentação do balanço patrimonial através de publicação no diário Oficial, o edital é claro que será permitida a apresentação nesta forma somente das Sociedades Anônimas, segundo item 5.3.6, alínea a, o que não é o caso da recorrente, por se tratar de uma Entidade sem fins lucrativos. Por ter apresentado na forma de Escrituração Contábil Digital, a empresa deveria apresentar os documentos conforme escrituração.

Porém, se não bastasse a forma de apresentação do Balanço Patrimonial, a empresa não apresentou declaração exigida em edital. Conforme mencionado, os documentos exigidos devem ser apresentados, excesso de formalismo pode ser considerado desde que sejam apresentados documentos e erros formais possam ser supridos, não no caso em tela, em que a empresa não apresentou o documento. Essas declarações tem a função de restringir ainda mais as empresas na prestação do serviço, visto ainda, a complexidade e importância do presente, serviço à saúde, essencial ao município e a população. Uma declaração não substitui a outra, mas se complementam. Se a empresa tivesse visto a declaração como restritiva a participação do certame, esta deveria impugnar o edital, conforme supracitado.

#### INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA - ISAC

Conforme já elucidado, as empresas que descumpriram exigências previstas no edital, devem ser inabilitadas, visto que desrespeitaram a Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Diante disso a empresa recorrente foi de encontro com o que está previsto no item 5.5.6 que exigia:

5.5.6 Declaração de capacidade técnica/médica para execução ou manutenção das ações previstas no documento descritivo, apresentando o CNES para comprovação;

Os atestados de capacidade técnica comprovam a experiência gerencial da empresa, porém, na declaração a empresa garante que possui capacidade técnica/médica para manutenção e execução das ações previstas no documento descritivo, vale citá-las: Pronto Socorro, Centro Cirúrgico e Obstétrico, Serviço de Cirurgia, Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Internação, além da Gestão Administrativa, e a garantia de que possui tais capacidades se dava através do CNES apresentado. Com isso, os atestados apresentados e o CNES se complementam, demonstrando a capacidade de a empresa assumir o objeto licitado.

No entanto a empresa apresentou CNES de um pronto atendimento, que não comprova o que se exige.

Conforme já mencionado, se entendido que tais documentos extrapolam as exigências legais a empresa poderia ter apresentado as razões e fundamentos para comprovação, ao não apresentar impugnação a empresa concorda com o que está previsto no edital, devendo ser cumprido o que se pede, caso contrário, a empresa deve ser inabilitada do presente processo licitatório.

Com relação aos argumentos apresentados pela empresa com relação aos documentos da empresa REDEH, estes não devem prosperar visto que, a empresa apresentou balanço patrimonial com seus termos de abertura e encerramento e o que está previsto em edital, porém o que causou discussão foi que no documento não havia o carimbo de registro nas folhas do balanço, o que causou estranheza na própria comissão, e por este motivo abriu diligência e entrou em contato com o Registro Civil responsável pelo carimbo, que informou que as folhas do balanço não são carimbadas, porém, são registradas e válidas.

Vale mencionar que a diligência difere do caso da empresa recorrente, que apresentou o documento diferente do exigido em edital, por isso, não havia o que diligenciar.

Com relação a não apresentação das notas explicativas, a comissão já havia se manifestado na própria sessão, quando mencionou que não há previsão no edital da apresentação destas. O edital é claro em mencionar quais as partes devem constar na documentação de habilitação.

Conforme mencionado foi garantida a empresa prazo para apresentação de impugnação, o que não se refere somente a retirada de documentos previstos no edital que a empresa entenda como ilegais, mas, também, ao acréscimo de documentos não previstos no edital e que a empresa entenda ser imprescindíveis para o andamento do processo.

Ao mencionar estranheza por ter sido a empresa REDEH a única empresa habilitada no certame, a Comissão não pode se responsabilizar pela empresa recorrente que não foi capaz de interpretar previsão editalícia, e apresentou documento divergente do exigido. O certame foi aberto e todos tiveram a oportunidade de participação, agora se as empresas não cumpriram com o que o edital previa, não há culpabilidade nenhum na Comissão Permanente, que não responde pela falta de atenção das concorrentes.

Também é importante lembrar que a súmula 714 do STF, menciona crime praticado contra a honra de servidor público em razão do exercício das suas funções, crimes previstos nos artigos 138 e 139 do Código Penal. E a recorrente de forma subjetiva está apontando suposto

direcionamento por parte da comissão. Uma acusação grave, que não encontra fundamento visto a falta de atenção da empresa no momento da preparação da documentação de habilitação.

**INSTITUTO DESENVOLVIMENTO ENSINO ASSISTÊNCIA À SAÚDE – IDEAS**

Conforme já mencionado, não quer dizer que ao apresentar impugnação anterior ao edital, a empresa esteja apta a participar do certame com documentos irregulares, a impugnação dever ser aceita e ser fundamentada não havendo possibilidade de continuidade do certame. O que não é o caso em tela, ao apresentar impugnação a resposta não deu provimento aos questionamentos.

Foi negado, visto que, conforme mencionado na resposta a impugnação, a empresa deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com toda a obrigação contratual, contar com possíveis atrasos no pagamento. Nesse sentido, não é demais lembrar que os prazos de pagamento, ou melhor, os atrasos de pagamento, bem como as cláusulas contratuais (em especial a do art. 78, XV, da Lei 8.666/93) que estabelecem condições mais favoráveis à Administração (contratante) do que à empresa vencedora da licitação (contratada). Por exemplo: sem direito a reclamação, a empresa contratada deverá aguardar o prazo de pagamento, geralmente de 30 dias após a apresentação dos documentos de cobrança, bem como um possível atraso de 90 dias (art. 78, XV) – a resultar em 120 dias – para só então ter o direito de pleitear a suspensão da execução do contrato.

Com isso, a exigência dos índices torna-se essencial para demonstração da saúde financeira da empresa, garantido assim, a execução do contrato celebrado.

Conforme mencionado também na resposta a impugnação, o capital social não foi exigido, visto que entidades sem fins lucrativos não possuem o mesmo.

Nesse particular, releva destacar que o artigo 31, §2º, da Lei Federal nº8.666/93 estabelece unicamente a alternatividade de requisitos relativamente ao capital social mínimo, ao patrimônio líquido mínimo ou às garantias previstas no §1º do artigo 56 da referida Lei, nada dispondo acerca da impossibilidade de cumulação da comprovação de qualificação econômico-financeira através de índices contábeis concomitantemente com a garantia de execução de contrato.

Diante disso, não merece provimento o recurso apresentado pela recorrente.

**Contrarrazões - ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ – REDEH**

Referente as contrarrazões, a empresa apenas apresentou argumentos já listados pela comissão, não havendo necessidade de nova análise.

Portanto, os recursos apresentados não merecem provimento, e decide-se pela manutenção das inabilitações do INSTITUTO DESENVOLVIMENTO ENSINO ASSISTÊNCIA À SAÚDE, INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA E INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO DE SAÚDE, sendo esta decisão indene de qualquer vício de legalidade.

Diante do que foi exposto, decide-se pela inabilitação das licitantes. Encaminha-se o presente para a autoridade superior competente que ratifica a decisão.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 23 de junho de 2020.

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Leila Mengarda

Tatiana de Alencar Carlini

Patrícia Aparecida Gualberto

Fernanda Hassmann Constâncio

Ratificando:

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



# Nova Erechim

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 159/2020 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRTA. FABIELLI POLLI PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO.**

Publicação Nº 2536284

DECRETO Nº 159, 24 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação da Srta. Fabielli Polli para ocupar Cargo em Comissão.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 112, de 30 de junho de 2016, combinada com a Lei Complementar nº 025, de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a Srta. FABIELLI POLLI, para ocupar o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, provida em Confiança, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada no Art. 3º da Lei Complementar nº 112 de 2016.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 24 de junho de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 99/2020 LICENÇA PRÊMIO IEDA PERTUZATTI**

Publicação Nº 2535868

PORTARIA Nº 99, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo com o artigo 74 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal estável após cada quinquênio de serviço municipal fará jus a uma licença com remuneração, denominada licença prêmio, pelo período de 30 (trinta) dias.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para a Servidora Municipal IEDA PERTUZATTI, Matrícula 3794/01, ocupante do cargo Professor MAG 2 lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a ser usufruída no período de 01.07.2020 a 30.07.2020, referente ao período 01.02.2011 a 01.02.2016.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 24 de junho de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

### **TOMADA DE PREÇO Nº 09/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBJETIVANDO A INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METALICA COM COBERTURA EM ALUZINCO PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS**

Publicação Nº 2536447

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2020

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBJETIVANDO A INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METALICA COM COBERTURA EM ALUZINCO PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS, CFE. PROJETO, MEMORIAL E ART. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 09 de julho de 2020, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com.

Nova Erechim (SC), em 24 de junho de 2020.

NÉLIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 25/2020

Publicação Nº 2537152

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 25/2020 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR, com sede na RUA CLEVELANDIA, 309-D, inscrita no CNPJ sob o nº 00.648.563/0001-90, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) GEOVANI MUNARINI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 25/2020, de 27 de janeiro de 2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditivado os itens anexo em 261,00 (duzentos e sessenta e um reais) ao contrato nº 25/2020 do processo licitatório nº 40/2020 Dispensa por Justificativa, conforme cláusula 3.1.

CLAUSULA SEGUNDA: - As demais cláusulas do contrato nº 25/2020 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA – SC, 22 de junho de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal	COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR Representante Legal
---	--

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Fiscal pelo Termo Aditivo (contrato)

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente Termo Aditivo cumpre os requisitos exigidos pela Lei das Licitações Lei nº 8.666/93, pelo que de acordo com o que estabelece na referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico – OAB/SC 23.347

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 27/2020

Publicação Nº 2537136

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 27/2020 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E ONILSE MARIA VICENZI.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa ONILSE MARIA VICENZI, com sede na ESTRADA GERAL LINHA BARRA DO CAMBUIM, inscrita no CNPJ sob o nº 017.585.559-55, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) ONILSE MARIA VICENZI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 27/2020, de 27 de janeiro de 2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final.



CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditivado em 86,85 (oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) ao contrato nº 27/2020 do processo licitatório nº 40/2020 Dispensa por Justificativa, conforme clausula 3.1 .

CLAUSULA SEGUNDA: - As demais clausulas do contrato nº 27/2020 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA – SC, 22 de junho de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal	ONILSE MARIA VICENZI Representante Legal
---	---

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Fiscal pelo Termo Aditivo (contrato)

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente Termo Aditivo cumpre os requisitos exigidos pela Lei das Licitações Lei nº 8.666/93, pelo que de acordo com o que estabelece na referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico – OAB/SC 23.347

## 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 128/2019

Publicação Nº 2537164

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 128/2019 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E BRAGAGNOLO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal , doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa BRAGAGNOLO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com sede na RUA ROMEU PAIVA, 156, inscrita no CNPJ sob o nº 17.302.533/0001-20, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) JERONIMO HENRIQUE BRAGAGNOLO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 128/2019, de 03 de junho de 2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra “B” do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditivado para adequação de itens em desconformidade com o projeto original conforme memorial anexo, em R\$ 35.006,46 (trinta e cinco mil e seis reais e quarenta e seis centavos) ao contrato nº 128/2019 do processo licitatório nº 65/2019 Tomada de Preços, conforme clausula 3.1 .

CLAUSULA SEGUNDA: - As demais clausulas do contrato nº 128/2019 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA – SC, 24 de junho de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal	BRAGAGNOLO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA Representante Legal
---	---

ELUDIR ZAMBONI

Fiscal pelo Termo Aditivo (contrato)

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente Termo Aditivo cumpre os requisitos exigidos pela Lei das Licitações Lei nº 8.666/93, pelo que de acordo com o que estabelece na referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico – OAB/SC 23.347

**CONVOCAÇÃO CONCURSO 01 2017 - 014 2020**

Publicação Nº 2537114

Nova Itaberaba - SC, 24 de Junho de 2020.  
CONVOCAÇÃO Nº 014/2020

O Município de Nova Itaberaba, Pessoa jurídica, de direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/0001-70, através do presente faz saber a todos ou a quem interessa possa que estão sendo convocados: ANTONIO CARLOS GONÇALVES BRAGA – Médico Clínico Geral, aprovado no Concurso Público do Edital nº 001/2017 de 27 de Dezembro de 2017 e em cumprimento ao disposto no referido Edital, devendo comparecer nas dependências da Prefeitura Municipal, Departamento de Pessoal, no prazo máximo de dez dias, a fim de receber orientações quanto a exames médicos, documentação necessária e data da Admissão, para preencher vagas previstas no referido Edital, desde que sejam julgados aptos para o trabalho, declarado pelo órgão médico oficial deste município. O não comparecimento no prazo determinado será considerado como desistência da vaga, sendo convocado o classificado seguinte.

Atenciosamente,

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 249/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2537110

DECRETO Nº 249/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

“REVOGA O DECRETO 247/2020 QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PARA TREINO COM BOLA DO ESPORTE PROFISSIONAL E AMADOR NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO: Que o Governo do Estado de Santa Catarina, revogou a portaria nº 417/2020, de 18 de junho de 2020, a qual previa a possibilidade de liberação das atividades esportivas amadoras ;

DECRETA:

ART. 1º – Fica revogado o decreto municipal nº 247/2020, bem como torna sem efeito qualquer ato dele derivado..

ART. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 24 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO S. DOS SANTOS  
Secretário de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 251/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2537111

DECRETO Nº 251/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

“EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: O pedido de exoneração apresentado pela servidora;

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerada das funções de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a servidora municipal JUCÉLIA BELLÉ ALVES, cargo ACT, com carga horária de 40 horas semanais, admitido pelo Decreto nº 188/2019.

ART. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de Junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 188/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 24 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## DECRETO Nº. 248/2020 DE 22 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2537109

DECRETO Nº. 248/2020 DE 22 DE JUNHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba Municipal no exercício 2020, no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) Projeto Atividade 2.030 – Manutenção da Segurança Pública, na modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta – na fonte 0.1.00 - Recursos Ordinários e o Detalhamento 91 – Convênio Corpo de Bombeiros na Cta 8637-1, conforme programação a seguir:

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 06 Segurança Pública

Sub-Função: 181 Policiamento

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 2.030 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PUBLICA

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 00091 – Convênio Corpo de Bombeiros R\$ 4.500,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), provenientes da anulação de dotação da Prefeitura Municipal Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 06 Segurança Pública

Sub-Função: 181 Policiamento

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 2.030 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PUBLICA

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 4.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 22 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**DECRETO Nº. 250/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2537112

DECRETO Nº. 250/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019, de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2020, no valor de R\$ 50.400,00 (Cinquenta mil e quatrocentos reais), no Projeto Atividade 2.020 – Manutenção das atividades de Assistência Social, na modalidade de aplicação 3.1.90 e 3.3.90 - Aplicação Direta – na fonte 01.35 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS/União, nos detalhamentos conforme programação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 008 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA

Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta R\$ 39.600,00

Detalhamento: 0090 - Incremento Temporário Covid 19

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 10.800,00

Detalhamento: 0189 – Ações Covid ACOLHIMENTO

Fonte: 0135 - Transf. do Sist. Único de Assist. Social - SUAS/União

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 50.400,00 (Cinquenta mil e quatrocentos reais) provenientes da anulação de dotação do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 008 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA

Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0005 - SUAS – Transferências SCFV R\$ 40.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0002 – SUAS – IGD Bolsa Família R\$ 10.400,00

Fonte: 0135 - Transf. do Sist. Único de Assist. Social - SUAS/União

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 24 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**DECRETO Nº. 252/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2537130

DECRETO Nº. 252/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO DACIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art 1º- Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais) no Projeto Atividade 2.029 - Manutenção das Atividades de Vigilância em Saude, na modalidade de aplicação 3.1.90 - Aplicação Direta – na Fonte 01.38 - Transferência Sistema Único de Saude SUS/União, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 Saúde  
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica  
Programa: 0013 MAIS SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União  
Detalhamento: 0086- Agentes de Endemias R\$ 7.500,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)) provenientes da anulação de dotação do Fundo Municipal de Saúde Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 Saúde  
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica  
Programa: 0013 MAIS SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União  
Detalhamento: 0021 – Vigilância Epidemiológica R\$ 7.500,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 24 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## LEI Nº 1.280/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2537122

LEI Nº 1.280/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

"FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024."

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte:

LEI:

Art. 1º Esta lei fixa o subsídio dos agentes políticos do Poder Executivo do Município de Nova Itaberaba para a Legislatura que se iniciará em 1º de janeiro de 2021 e findará em 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º O subsídio mensal do Prefeito fica fixado em R\$ 15.158,79 e o do Vice-Prefeito em R\$ 5.754,72.

§1º O Vice-Prefeito municipal ou o Presidente da Câmara, quando exercer as funções de Prefeito, receberá o subsídio correspondente a este cargo, proporcionalmente ao tempo de exercício.

§2º O Vice-prefeito Municipal, quando nomeado para o cargo de secretário municipal ou outro cargo equivalente, deverá optar por um dos subsídios.

Art. 3º O subsídio mensal dos Secretários fica fixado em R\$ 4.912,57.

§1º Os secretários terão direito a décimo terceiro subsídio e férias remuneradas acrescidas de um terço.

Art. 4º O Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários poderão renunciar, voluntariamente, ao recebimento do subsídio, total ou parcialmente, a qualquer momento da Legislatura, mediante requerimento escrito e protocolado na secretaria.

Art. 5º Fica assegurada a recomposição anual no valor dos subsídios fixados por esta lei, nos termos do Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, limitada à variação do índice oficial de inflação.

Art. 6º As adequações previstas nesta lei serão feitas através de atos de competência deste Poder Executivo, respeitadas as limitações Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 7º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 8º - Ficam revogadas as leis e disposições que tratam do mesmo assunto, em especial Lei nº 1.091, de 06 de julho de 2016.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 24 DE JUNHO 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## LEI Nº 1.281/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2537115

LEI Nº 1.281/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

"FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024."

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Esta lei fixa o subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo do Município de Nova Itaberaba para a Legislatura que se iniciará em 1º de janeiro de 2021 e findará em 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º O subsídio mensal dos vereadores fica fixado em R\$ 3.168,51.

§1º O subsídio mensal do Presidente da Câmara fica fixado em R\$ 4.752,74.

Art. 3º O Vereador que não comparecer às Sessões Ordinárias sofrerá desconto de 10% no valor do subsídio, por ausência, salvo justificativa apresentada e aprovada pelo Presidente dentro de 30 dias.

§ 1º Será considerado presente à Sessão, o Vereador que participar do expediente, apresentações, discussões e votações das proposições constantes da pauta e permanecer no plenário até o encerramento da ordem do dia.

§ 2º A participação em sessões extraordinárias, solenes e especiais não ensejará remuneração adicional.

§ 3º O subsídio dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares.

§ 4º Em caso de substituição de vereador, o suplente terá direito à percepção do subsídio calculado proporcionalmente ao período em que exercer o mandato.

Art. 4º Os Vereadores poderão renunciar, voluntariamente, ao recebimento do subsídio, total ou parcialmente, a qualquer momento da legislatura, mediante requerimento escrito protocolado na secretaria.

Art. 5º Fica assegurada a recomposição anual no valor dos subsídios fixados por esta lei, nos termos do Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, limitada à variação do índice oficial de inflação.

Art. 6º As adequações previstas nesta lei serão feitas através de atos de competência deste Poder Legislativo, respeitadas as limitações Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 7º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 8º - Ficam revogadas as leis e disposições que tratam do mesmo assunto, em especial Lei Nº 1.091, de 06 de julho de 2016.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 24 DE JUNHO 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico



# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 546/2020

Publicação Nº 2535705

PORTARIA Nº 546/2020

Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 322/2020 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 06/2019, de 01/11/2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 027/2020, a Servidora Pública Municipal, ELICELMA LAZZAROTTO, matrícula nº 8340, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, Município de Trento, a contar de 07 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de junho de 2020.

Adauton Raulino  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2020

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e a Senhora ELICELMA LAZZAROTTO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Estrada Geral São Valentim, s/nº, São Valentim, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 037.073.709.17 firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com 40(quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 07 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 24 de junho de 2020.

Adauton Raulino  
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Elicelma Lazzarotto  
Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti  
Assistente Administrativo/Asses. Adm.  
CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias  
Assistente Administrativo/Asses. Adm.  
CPF: 040.788.629-00

**PORTARIA Nº 547/2020**

Publicação Nº 2535763

PORTARIA Nº 547/2020  
Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 772/2019 que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2019, de 01/07/2019, homologado em 02/09/2019, convocada conforme Decreto nº 167/2019, RITA CADORIN TOMASONI, matrícula nº 8189, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de junho de 2020.

Adauton Raulino  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 265/2019**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e a Senhora RITA CADORIN TOMASONI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Travessa Salvador Cadorin, nº 156, Bairro centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 580.117.909-78, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL**



Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 01 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 24 de junho de 2020.

Adauton Raulino Rita

Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Cadorin Tomasoni

Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

#### TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti

Assistente Administrativo/Asses. Adm.

CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias

Assistente Administrativo/Asses. Adm.

CPF: 040.788.629-00

### PORTARIA Nº 548/2020

Publicação Nº 2535838

#### PORTARIA Nº 548/2020

Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 776/2019 que Prorrogou a Portaria nº 645/2018 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 20/10/2017, convocado conforme Decreto nº 182/2018, NILTON BOSIO, matrícula nº 7875, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária do Distrito Aguti, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2018

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e o Senhor NILTON BOSIO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral do Lageado, Localidade do Lageado, s/nº, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 721.421.979-49 firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Motorista III, com 40(quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária do Distrito Aguti, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.640,00 (um mil quinhentos e setenta e dois reais e setenta e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 01 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 24 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Nilton Bosio

Contratado

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

**TESTEMUNHAS:**

Francielli Sabrina Andrietti

Assistente Administrativo/Asses. Adm

CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias

. Assistente Administrativo/Asses. Adm.

CPF: 040.788.629-00

**PORTARIA Nº 549/2020**

Publicação Nº 2536021

**PORTARIA Nº 549/2020**

Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 782/2019 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 04/2019, de 01/07/2019, homologado em 02/09/2019, convocada conforme Decreto nº 167/2019, PRICIANE CONCEIÇÃO KREPEKI ALBERTO, matrícula nº 8193, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, atuante na Unidade de Saúde Básica Claraíba, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de outubro de 2020 até 30 de setembro de 2021, por motivo de vacância do cargo da titular (Portaria 519/2019).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 269/2019**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e a Senhora PRICIANE CONCEIÇÃO KREPEKI ALBERTO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tirol, nº 2185, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 032.294.609-36, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, atuante na Unidade de Saúde Básica Claraíba, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal,

Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.530,00 (um mil quinhentos e trinta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 01 de outubro de 2020 até 30 de setembro de 2021, por motivo de vacância do cargo da titular (Portaria 519/2019).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 24 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Priciane Conceição Krepeki Alberto

Contratado

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

#### TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti

Assistente Administrativo/Asses. Adm.

CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias

Assistente Administrativo/Asses. Adm.

CPF: 040.788.629-00

### PORTARIA Nº 550/2020

Publicação Nº 2537083

#### PORTARIA Nº 550/2020

##### Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 329/2020 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 04/2019, de 01/07/2019, homologado em 02/11/2019, convocada conforme Decreto nº 026/2020, BRUNA CLAUMANN, matrícula nº 8344, para exercer o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade de Saúde Básica Aguti, Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 10 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2020

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e a Senhora BRUNA CLAUMANN, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Marechal Deodoro, nº 27, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 030.089.319-10, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima

mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade de Saúde Básica Aguti, Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a a contar de 10 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19)).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 25 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Bruna Claumann

Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

#### TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti  
Assistente Administrativo/Asses. Adm.  
CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias  
Assistente Administrativo/Asses. Adm.  
CPF: 040.788.629-00

### PORTARIA Nº 551/2020

Publicação Nº 2537085

#### PORTARIA Nº 551/2020

Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19)),

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 393/2020 "A" que prorrogou a Portaria nº 797/2019 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 04/2019, de 01/07/2019, homologado em 02/09/2019, convocado conforme Decreto nº 169/2019, GEOGENES RAIMUNDO SANTOS, matrícula nº 8201, para exercer o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 12 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19)).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 277/2019

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e

domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e o GEOGENES RAIMUNDO SANTOS, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Jacob Schmidt, 777, BL 10, apto 11, Bairro Águas Claras, Município de Brusque/SC, portador do CPF nº 782.753.345-00, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, para atuar no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 12 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19)).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 25 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Geogenes Raimundo Santos

Contratado

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

#### TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti

Assistente Administrativo/Asses. Adm.

CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias

Assistente Administrativo/Asses. Adm.

CPF: 040.788.629-00

**ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 009/2020**

Publicação Nº 2535998

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO</b>  <b>CNPJ: 82.925.025/0001-60</b> <b>RUA SANTO INACIO 126</b> <b>C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 9/2020 - TP</b>  <b>Processo Administrativo: 43/2020</b> <b>Processo de Licitação: 43/2020</b> <b>Data do Processo: 20/05/2020</b>
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA INDEPENDÊNCIA, BAIRRO TRINTA RÉIS, ESTACA 16 - 33, INCLUINDO MÃO DE OBRA, MATERIAL (QUANDO FOR O CASO) E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO), PLANILHAS E MINUTA CONTRATUAL.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 26/2020 (Sequência: 2)**

Ao(s) 24 de Junho de 2020, às 08:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 070/2019, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 43/2020, Licitação nº. 9/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

omada

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- AS 10:00 HORAS DO DIA 23/06/2020, A EMPRESA RONALDO SARTORI LTDA. CNPJ 35.072.109/0001-19 APRESENTOU PARA SER ANEXADO NO PROCESSO OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CND ESTADUAL VALIDA; CERTIDÃO DE PESSOA FISICA E JURIDICA DO CREA/SC COM VENCIMENTO DIA 30/09/2020, CONFORME PRORROGAÇÃO DEVIDO A PANDEMIA; E CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA EMITIDA PELA SAJ. TENDO APRESENTADO TODOS OS DOCUMENTOS, DECIDIU A COMISSÃO MARCAR PARA O DIA 30/06/2020, AS 08:00 HORAS A FASE DE ABERTURA DE PROPOSTAS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Nova Trento, 24 de Junho de 2020

**COMISSÃO:**

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
DENNER SOARES DE OLIVEIRA	- ..... - MEMBRO EFETIVO
FABIO DE FREITAS	- ..... - MEMBRO EFETIVO
LUIS FERNANDO TOMASONI	- ..... - MEMBRO SUPLENTE
MARIA CIPRIANI	- ..... - MEMBRO SUPLENTE



# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 188, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535852

DECRETO N.º 188, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 30.000,00, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso III, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 07: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade 01: Departamento de Educação Infantil e Fundamental

Proj./Ativ.: 2.013 Manutenção da Educação Básica

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00 0733 (161) Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 16 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 16 de junho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.º 189, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535847

DECRETO N.º 189, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 200.000,00, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019 e Lei Municipal n.º 2.792, de 19 de junho de 2020,

Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SER. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ. 2.040: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 0700 (101) – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SER. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem  
Proj./Ativ. 1.043: Infraestrutura de Transporte e Passageiro  
Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0700 (091) – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SER. URB.  
Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem  
Proj./Ativ. 1.046: Aquisição de Máquinas Equipamentos e Veículos  
Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0700 (115) – Aplicações Diretas ..... R\$ 170.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 19 de junho de 2020.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 19 de junho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **I RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2020 - FMS**

Publicação Nº 2536350

### **I RETIFICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2020 - FMS**

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, sendo representado neste ato pelo Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, informa a retificação no Edital de Licitação Pregão Presencial n.º 19/2020 – FMS, conforme segue:

RETIRA-SE A ALÍNEA “c” e “c.1” DO ITEM 3.1

c) Exclusivamente as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais, conforme Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 c/c Lei Municipal 2.673/2019, que prevê a obrigatoriedade da Administração Pública em designar os processos licitatórios cujo valor de contratação seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

c.1) Ressalva-se que no dia do referido certame, caso não houver nenhuma Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual presentes, o certame abrirá para ampla concorrência.

ONDE-SE LÊ:

e) Deverá apresentar também para comprovação de condições particulares (preferência e exclusividade de contratação, conforme Lei Complementar nº. 123/06 e Lei Municipal nº. 2.673/2019), os seguintes documentos na fase de credenciamento:

a) Microempresas e empresas de pequeno porte: Apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação desta condição, na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC);

a.1) Será considerada vigente o documento emitido no período máximo de 90 dias que antecede este processo licitatório;

b) Microempreendedores individuais: Apresentar Certificado de Condição de Microempreendedor Individual obtido no Portal do Empreendedor – MEI ([www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/ccmei](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/ccmei)) emitido no exercício corrente;

c) Sociedade Cooperativa de Consumo: Ata de fundação e Estatuto Social em vigor, com a Ata da Assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver (Art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971);

LEIA-SE

e) Comprovação de enquadramento a Lei Municipal nº. 2.673/2019, para tratamento favorecido, diferenciado e simplificado:

I - Microempresas e empresas de pequeno porte: Apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação desta condição, na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC). Será considerada vigente o documento emitido no período máximo de 90 dias que antecede este processo licitatório;

II - Microempreendedores individuais: Apresentar Certificado de Condição de Microempreendedor Individual obtido no Portal do Empreendedor – MEI ([www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/ccmei](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/ccmei)) emitido no exercício corrente;

Nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogada a data para entrega e abertura dos envelopes, como segue: dia 06 de julho de 2020 às 09:00 horas, no Teatro Municipal de Nova Veneza, SC.



Ficam mantidos os demais termos do edital.

Esta errata integra o edital respectivo, para todos os efeitos legais, sendo publicado no site oficial, bem como no Mural Público deste Município.

Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos diariamente, no Departamento de Licitações e Compras deste Município, localizado a Travessa Oswaldo Búrigo, n.º 44, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone: (048) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 24 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

## **LEI N.º 2.790, DE 19 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação N° 2535875

LEI N.º 2.790, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“INSTITUI CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, PARA FAZER FACE AO CUSTO DAS OBRAS PÚBLICAS QUE MENCIONA, DAS QUAIS DECORRAM VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída Contribuição de Melhoria, na forma do art. 145, inciso III, da Constituição Federal, art. 81, caput, do Código Tributário Nacional e art. 63, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Nova Veneza, para fazer face ao custo das obras públicas que menciona a seguir, das quais decorram valorização imobiliária:

I – Pavimentação asfáltica da Rua Ângela Bonara Spillere, no Distrito de Nossa Senhora de Caravággio, com extensão aproximada de 130,39 metros;

II – Pavimentação asfáltica da Rua Francisco Ronchi, no Distrito de Nossa Senhora de Caravággio, com extensão aproximada de 175,90 metros;

III – Pavimentação asfáltica da Rua Cônego Miguel Giacca, Distrito de Nossa Senhora de Caravággio, com extensão aproximada de 173,22 metros.

Parágrafo único - As obras referidas neste artigo destinam-se à qualificação viária do Município de Nova Veneza, com recursos próprios do Tesouro Municipal.

Art. 2º - A Contribuição de Melhoria instituída tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente das obras públicas mencionadas no art. 1º desta Lei.

Art. 3º - O contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único – Os créditos tributários sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, ainda que o alienante ou transmitente a qualquer título não tenha comunicado o lançamento do tributo, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Art. 4º - O Poder Executivo publicará edital, na forma do art. 82, do Código Tributário Nacional, contendo, dentre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§1º – Os interessados poderão impugnar qualquer dos elementos referidos neste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

§2º - A impugnação será julgada em primeira instância pelo Setor de Tributos do Município, cabendo, desta decisão, recurso administrativo à autoridade superior no prazo de 5 (cinco) dias.

§3º - Havendo a necessidade, poderá o Fiscal de Tributos responsável pelo julgamento da impugnação solicitar parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 5º - A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo das obras a que se refere o inciso III, do art. 4º, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

Parágrafo único – A Contribuição de Melhoria tem como limite total o custo das obras e como limite individual o acréscimo de valor que das obras resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 6º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 7º - Fica determinada a parcela de 50% (cinquenta por cento) do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, nos termos do art. 4º, inciso III.

Art. 8º - O contribuinte poderá liquidar o crédito tributário mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

I – PLANO A: pagamento à vista, em até trinta dias após o lançamento, da totalidade do crédito tributário, com desconto de 30% (trinta por cento);

II – PLANO B: pagamento em até 3 (três) parcelas, com desconto de 15% (quinze por cento);

III – PLANO C: pagamento em até 6 (seis) parcelas, com desconto de 10% (dez por cento);

IV – PLANO D: pagamento em até 9 (nove) parcelas, com desconto de 5% (cinco por cento); e

V - PLANO E: pagamento em até 12 (doze) parcelas, sem desconto.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 19 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 19 de junho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI N.º 2.791, DE 19 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535874

LEI N.º 2.791, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE COMODATO COM A DIOCESE DE CRICIÚMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de comodato com a Diocese de Criciúma, inscrita no CNPJ sob o número 02.681.642/0001-29, cujo objeto será o empréstimo gratuito de uma área com o terreno situado em São José, Município de Nova Veneza, comarca de Criciúma, com área de 2.050 m<sup>2</sup> (dois mil e cinquenta metros quadrados), assim confrontados: ao Norte, com a Rodovia Pietro Tomasi; Sul, com as terras de José Nazari; Leste, com as terras de Duílio Zanelatto e a Oeste, com a Rodovia Pietro Tomasi, matrícula número 7.021.

Art. 2º - O prazo do comodato será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado sucessivamente a critério das partes.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar gastos com manutenção, melhoria, reforma, construção e ampliação em referida área visando atender a finalidade precípua do contrato de comodato.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município, bem como recursos provenientes de outras fontes, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 19 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 19 de junho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI N.º 2.792, DE 19 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535872

LEI N.º 2.792, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 200.000,00, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SER. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ. 2.040: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 0700 (101) – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SER. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ. 1.043: Infraestrutura de Transporte e Passageiro

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0700 (091) – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SER. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ. 1.046: Aquisição de Máquinas Equipamentos e Veículos

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0700 (115) – Aplicações Diretas ..... R\$ 170.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 19 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 19 de junho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TOMADA DE PREÇOS N.º 110/2020 - PMNV**

Publicação Nº 2536098

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 110/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica da Rodovia Giacomo Destro no Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 09/07/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 24 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

**REVOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 92/2020 - PMNV**

Publicação Nº 2536453

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60  
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44  
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 92/2020 - TP**

Processo Administrativo: 92/2020  
Processo de Licitação: 92/2020  
Data do Processo: 18/05/2020

**Objeto:** Construção de praça e reforma de gruta da comunidade de Garuvinha.

**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 23 / 2020**

**Motivo:** ESTA LICITAÇÃO ENCONTRA-SE CANCELADA DEVIDO SOLICITAÇÃO TECNICA DA SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE DE SC.

Nova Veneza, 24 de Junho de 2020

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 021/2020

Publicação Nº 2536038

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 23.06.2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDENCIAS

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA  
Valor ..... : 653,96 (seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos)

DATA: 23.06.2020 – Vandelei Sanagiotto – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 021/2020

Publicação Nº 2536037

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 23.06.2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDENCIAS

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA  
Valor ..... : 4.711,04(quatro mil, setecentos e onze reais e quatro centavos)

DATA: 23.06.2020 – Vandelei Sanagiotto – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 047/2019

Publicação Nº 2536036

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 23.06.2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDENCIAS

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA  
Valor ..... : 645,90 (seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos)

DATA: 23.06.2020 – Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal.

# Orleans

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2536472

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60 / 2020

No dia 24 do mês de Junho do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 28/2020, Processo licitatório nº 109/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PINTOR E CALCETEIRO AO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES NESTE, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
SOLIMAR ESPINDOLA 79596975900	1,5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SOLIMAR ESPINDOLA 79596975900	25.987.531/0001-40	FERNANDO BURATO DE SOUZA	032.168.239-46

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PINTOR E CALCETEIRO AO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES NESTE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: SOLIMAR ESPINDOLA 79596975900						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	SERVIÇO DE CALCETEIRO PARA REPAROS COM RETIRADA DO MATERIAL, COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E SARJETA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO E ACERTO DE FAIXA 25MPA E REJUNTE, LIMPEZA DO LOCAL, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS.	metro linear	CASA DAS FLORE	4000	12,00	48000,00
5	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL, PARA CONSERTO EM OBRA JÁ EXISTENTE, COM DEMÃOS NECESSÁRIAS PARA REPARA O LOCAL A SER CONSERTADO (PAREDES, TETOS, MUROS, CALÇADAS, MEIO FIO, ETC)	metro quadrado	CASA DAS FLORE	5000	6,50	32500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5  
Processo N° 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2020

deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

**CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a, c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 24 de Junho de 2020

SOLIMAR ESPINDOLA 79596975900  
CNPJ: 25.987.531/0001-40

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2536474

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANSPágina: 1 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61 / 2020**

No dia 24 do mês de Junho do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 28/2020, Processo licitatório nº 109/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PINTOR E CALCETEIRO AO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES NESTE, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
MARCON & STRADIOTTO COMERCIO DE TINTAS LTDA ME	2,3,8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MARCON & STRADIOTTO COMERCIO DE TINTAS LTDA ME	01.333.652/0001-00	PAULO CESAR STRADIOTTO	520.250.479-91

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PINTOR E CALCETEIRO AO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES NESTE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: MARCON & STRADIOTTO COMERCIO DE TINTAS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
2	SERVIÇO DE CALCETEIRO COM RETIRADA DO MATERIAL, REPAROS DE PAVIMENTAÇÃO/REASSENTAMENTO COM BLOCO DE CONCRETO, PARALELEPÍPEDOS, LAJOTAS EM RUAS E AVENIDAS, INCLUINDO LIMPEZA DO LOCAL, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS.	metro quadrado	MARCON	3500	12,90	45150,00
3	SERVIÇOS DE CALCETEIRO COM RETIRADA DO MATERIAL E REPAROS/RECONSTRUÇÃO DE BOCAS DE LOBO, INCLUINDO LIMPEZA DO LOCAL, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS.	metro quadrado	MARCON	500	12,90	6450,00
8	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL, PARA CONserto EM OBRA JÁ EXISTENTE, COM DEMÃOS NECESSÁRIAS PARA REPARAR O LOCAL A SER CONsertADO, (ESQUADRIAS DE MADEIRA E METÁLICAS).	metro quadrado	MARCON	200	9,40	1880,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 5 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 24 de Junho de 2020

MARCON & STRADIOTTO COMERCIO DE  
CNPJ: 01.333.652/0001-00

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2536475

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62 / 2020**

No dia 24 do mês de Junho do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 28/2020, Processo licitatório nº 109/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PINTOR E CALCETEIRO AO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES NESTE, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
JHONATAN FERNANDES FELICIANO	6,7

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JHONATAN FERNANDES FELICIANO	27.406.627/0001-01	GUILHERME HENRIQUE ROSSO	096.818.389-12

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PINTOR E CALCETEIRO AO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES NESTE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: JHONATAN FERNANDES FELICIANO						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
6	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL, PARA CONSERTO EM OBRA JÁ EXISTENTE, COM APLICAÇÃO DE MASSA CORRIDA OU GESSO, COM REPARO DO LOCAL A SER CONSERTADO (PAREDES, TETOS)	metro quadrado	CONSTRU&COM.	1000	13,00	13000,00
7	SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL, PARA CONSERTO EM OBRA JÁ EXISTENTE, COM APLICAÇÃO DE TEXTURA OU RAFIATO, COM REPARO DO LOCAL A SER CONSERTADO (PAREDES, TETOS)	metro quadrado	CONSTRU&COM.	500	6,00	3000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

**CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5  
Processo N° 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2020

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 5 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 24 de Junho de 2020

JHONATAN FERNANDES FELICIANO  
CNPJ: 27.406.627/0001-01

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2536476

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 1 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63 / 2020**

No dia 24 do mês de Junho do ano de 2020 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na Rua XV de Novembro, 282, bairro Centro, CEP nº 88870000, nesta cidade de Orleans, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH inscrito no cpf sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 28/2020, Processo licitatório nº 109/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PINTOR E CALCETEIRO AO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES NESTE, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA	4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA	23.229.442/0001-00	CARLOS ALEXANDRE DANDOLINE	015.828.269-86

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PINTOR E CALCETEIRO AO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES NESTE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
4	SERVIÇOS DE CALCETEIRO PARA RETIRADA DO MATERIAL E REPAROS DE CALÇADAS EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO LIMPEZA DO LOCAL, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS.	metro quadrado	D7	2000	13,50	27000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 2 / 5  
Processo N° 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2020

força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas Órgão não-participante ou carona.

**CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 3 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS**

Página: 4 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.



# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ORLEANS

Página: 5 / 5  
Processo Nº 109/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Orleans, 24 de Junho de 2020

D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES  
CNPJ: 23.229.442/0001-00

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 673

Publicação Nº 2536231

DECRETO Nº 673, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia os membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto na Lei nº 2.399, de 24 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoa Idosa:

I - representantes da área do governamental:

a) representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social:

1. membro titular: ROSEMARI SCHMITT DOS ANJOS;

2. membro suplente: THAÍS DE LIMA;

b) representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

1. membro titular: LUCIANA BALBINOT;

2. membro suplente: MARCELO BORTOLI;

c) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

1. membro titular: ELZA SCHUERMANN;

2. membro suplente: LEONARDO DAMBRÓS;

d) representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:

1. membro titular: CARLOS ALBERTO BAZO;

2. membro suplente: MANOEL DA SILVA;

e) representantes da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo:

1. membro titular: LEONIR LOPES DE MELLO DUARTE;

2. membro suplente: AMARILDO ANTONIO LAGO;

f) representantes da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda:

1. membro titular: ALEX SANDRO SILVA;

2. membro suplente: HERMES FELIS PISSOLO;

II - representantes da área não governamental:

a) representantes do sindicato e/ou associação de aposentados:

1. membro titular: CATARINO MASSON;

2. membro suplente: CLÉDIO COLOMBO;

b) representantes de organizações de grupo ou movimentos de idosos:

1. membro titular: OLINTO NORA;

2. membro suplente: NELCI VIDY;

c) representantes de credo religioso com política explícitas e regular de atendimento e promoção do idoso:

1. membro titular: IRACY RECH;

2. membro suplente: NILVA BEDIN;

d) representantes das associações e movimento comunitário urbano:

1. membro titular: SIRLENE LAGO DAMBRÓS;

2. membro suplente: IVANIR BARRETO;

e) representantes das associações e movimento comunitário rural:

1. membro titular: SERONI MARCON;

2. membro suplente: ELIANE MASSON.

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, a contar da vigência deste Decreto, para um mandato de 2 (dois) anos, que se encerrará em 30 de junho de 2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 23 de junho de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 674**

Publicação Nº 2536232

DECRETO Nº 674, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de julho de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e com fundamento no disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês de maio de 2020, de 0,28% (vinte e oito centésimos por cento);

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,9884 (três inteiros e nove mil oitocentas e oitenta e quatro dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de julho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de julho de 2020.

Ouro, 23 de junho de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

# Palhoça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.585, DE 14 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2537018

DECRETO Nº 2.585, DE 14 DE MAIO DE 2020.

PONTO DE TAXI. Autoriza extensão de ponto de táxi.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar nº 286, de 30 de dezembro de 2019, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica autorizado a extensão com duas vagas do Ponto nº 23, localizado na Rua Nossa Senhora Aparecida, Jardim Eldorado à Avenida Guilherme Scharf, 313, onde fica localizado o Combo Atacadista, de acordo com o art. 38, da Lei Complementar nº 286/2019.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 14 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2.605, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2537017

DECRETO Nº 2.605, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2.604, DE 23 DE JUNHO DE 2020, QUE ESTABELECE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Dá nova redação ao inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 2.604, de 23 de junho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

III - supermercados poderão funcionar entre 06h e 23h, observadas as regras de higiene e distanciamento social, estabelecidas nos regramentos estaduais, ficando vedada a atividade de degustação e demonstração;" (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de junho de 2020.

Palhoça, 24 de junho de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### ERRATA 002 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2020

Publicação Nº 2536204

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

ERRATA Nº 002

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2020

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital Convocatório, ficando aprazado para o dia 08/07/2020, às 14h00min, o recebimento e abertura dos envelopes de proposta e habilitação do Pregão Presencial nº 111/2020. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 24 de junho de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº. 2841/2020**

Publicação Nº 2536633

PORTARIA Nº. 2841/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDIRLANDA MARIA DA ROSA, matrícula nº. 121744-3, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/10/2007 a 01/10/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/06/2020 a 21/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2842/2020**

Publicação Nº 2536634

PORTARIA Nº. 2842/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FLAVIA DE SOUZA BRANCO, matrícula nº. 801679-1, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 09/08/2010 a 09/08/2015, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 20/04/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2843/2020**

Publicação Nº 2536635

PORTARIA Nº. 2843/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ILSON FERREIRA DA SILVA, matrícula nº. 123113-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 08/03/2014 a 08/03/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2844/2020**

Publicação Nº 2536636

PORTARIA Nº. 2844/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANAINA DAMIANI RICARDO ROGERIO, matrícula nº. 127639-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 01 (um) mês e referente ao q-inq-ênio de 08/02/2012 a 08/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2845/2020**

Publicação Nº 2536638

PORTARIA Nº. 2845/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LAUDELINA MONICA DE SOUZA FORTUNATO, matrícula nº. 801107-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 03/06/2014 a 03/06/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/06/2020 a 05/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2846/2020**

Publicação Nº 2536639

PORTARIA Nº. 2846/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARLENE CABRAL INÁCIO, matrícula nº. 800297-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 26/10/2014 a 26/10/2019, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 22/05/2020 a 22/08/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2847/2020**

Publicação Nº 2536640

PORTARIA Nº. 2847/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RENATA RODRIGUES SANTIAGO, matrícula nº. 3745614-1, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 10/03/2015 a 10/03/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2020 a 01/08/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2848/2020**

Publicação Nº 2536641

PORTARIA Nº. 2848/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RENATO VALDECIR KUSS, matrícula nº. 127638-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 08/02/2012 a 08/02/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2849/2020**

Publicação Nº 2536642

PORTARIA Nº. 2849/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA MARIA SCHWINDER, matrícula nº. 800606-4, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 08/02/2012 a 08/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 2850/2020**

Publicação Nº 2536643

PORTARIA Nº. 2850/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANE DE FREITAS, matrícula nº. 801084-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/06/2014 a 01/06/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2851/2020**

Publicação Nº 2536644

PORTARIA Nº. 2851/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILENE ZEFIR DA SILVA, matrícula nº. 802960-11, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 19/05/2014 a 19/05/2019, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 20/04/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2852/2020**

Publicação Nº 2536645

PORTARIA Nº. 2852/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSIMERI NOEMIA WAGNER DA SILVA, matrícula nº. 120941-1, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 13/12/2007 a 13/12/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/06/2020 a 21/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 2853/2020**

Publicação Nº 2536646

PORTARIA Nº. 2853/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO AMANDA ELLEN MACEDO, titular do cargo de Assistente Social, Matrícula nº. 3762809-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2854/2020**

Publicação Nº 2536647

PORTARIA Nº. 2854/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL DE CARVALHO GOMES, matrícula nº. 800707-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 08/02/2012 a 08/02/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 20/04/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2855/2020**

Publicação Nº 2536648

PORTARIA Nº. 2855/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária da Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JEFERSON AMARILDO RIBAS DE PAULA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 208/2015, Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMA/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Agrimensura, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal da Fazenda da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE

Secretária da Fazenda designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2856/2020**

Publicação Nº 2536649

PORTARIA Nº. 2856/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de junho de 2020.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
501147-5	Edileusa Cristina Borba	R\$ 600,00	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC  
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

**PORTARIA Nº. 2857/2020**

Publicação Nº 2536650

PORTARIA Nº. 2857/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MICHELE ARIANA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Chamada Pública 003/2020, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do PA Pinheira, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2858/2020**

Publicação Nº 2536651

PORTARIA Nº. 2858/2020.

SANDRA REGINA DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DIEGO DE QUADROS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS São Sebastião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021, vaga transitória.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2859/2020**

Publicação Nº 2536652

PORTARIA Nº. 2859/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDRE LUIS DE SOUZA FERNANDES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Chamada Pública 001/SMS/2020, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 20 (vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2860/2020**

Publicação Nº 2536653

PORTARIA Nº. 2860/2020.

JOÃO GONÇALVES NETO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº 235, 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA LUCIA MARTINS DA SILVA, matrícula nº. 800890-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 08/05/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

JOÃO GONÇALVES NETO  
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2861/2020**

Publicação Nº 2536655

PORTARIA Nº. 2861/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSIMERI HILDA COELHO, matrícula nº. 300070-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 10/10/2011 a 10/10/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 05/06/2020 a 05/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2862/2020**

Publicação Nº 2536656

PORTARIA Nº. 2862/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALINE MELLO AGUIAR, matrícula nº. 3745075-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 14/07/2014 a 14/07/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2863/2020**

Publicação Nº 2536658

PORTARIA Nº. 2863/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA LUCIA AMARANTE PEREIRA DE RAMIREZ, matrícula nº. 400337-3, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 17/03/2012 a 17/03/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2864/2020**

Publicação Nº 2536659

PORTARIA Nº. 2864/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRELLA PAMPLONA ZACCHI COELHO, matrícula nº. 300161-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/08/1996 a 01/08/2001, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/06/2020 a 03/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2865/2020**

Publicação Nº 2536661

PORTARIA Nº. 2865/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ADARIANE LUZIA FERREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2866/2020**

Publicação Nº 2536663

PORTARIA Nº. 2866/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUIZ GUILHERME TEIXEIRA SILVA FILHO, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088, Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Chamada Pública nº. 001/SMS/2020, para ocupar o cargo de Médico Psiquiatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2020 a 01/06/2021.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2867/2020**

Publicação Nº 2536664

PORTARIA Nº. 2867/2020.

JOÃO GONÇALVES NETO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA, Matrícula nº. 802343-3, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para Secretaria de Defesa do Cidadão do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, a contar de 18/05/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

JOÃO GONÇALVES NETO  
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2868/2020**

Publicação Nº 2536665

PORTARIA Nº. 2868/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 31 de maio de 2020.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3761661-1	Giselli de Oliveira da Silveira	R\$ 558,50

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2869/2020**

Publicação Nº 2536666

PORTARIA Nº. 2869/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO a FERNANDO MARCONDES CUNHA, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE

Secretária de Fazenda designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2870/2020**

Publicação Nº 2536667

PORTARIA Nº. 2870/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DIUNIR LASSOLLI, matrícula nº. 100551-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 04/02/2013 a 04/02/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/06/2020 a 13/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2871/2020**

Publicação Nº 2536668

PORTARIA Nº. 2871/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LEANDRO BORGES, matrícula nº. 100509-3, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/10/2014 a 01/10/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2020 a 01/08/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2872/2020**

Publicação Nº 2536670

PORTARIA Nº. 2872/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para GISELLI DE OLIVEIRA DA SILVEIRA, matrícula nº. 3761661-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Roda Viva da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2873/2020**

Publicação Nº 2536677

PORTARIA Nº. 2873/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 4733 de 11 de novembro de 2019, que Contratou por Tempo Determinado a servidora DEBORAH CRISTINA DA SILVA MENEZES, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/11/2020 a 26/11/2021.

Palhoça, SC, em, 02 de junho de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 2874/2020**

Publicação Nº 2536678

PORTARIA Nº. 2874/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALESSANDRO MATTOS PEREIRA, matrícula nº. 123836-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 28/02/2015 a 28/02/2020, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 15/06/2020 a 15/08/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2875/2020**

Publicação Nº 2536679

PORTARIA Nº. 2875/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EVARISTO LUIZ SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº. 802277-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 01 (um) mês, a contar de 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2876/2020**

Publicação Nº 2536680

PORTARIA Nº. 2876/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDIR ALFREDO GASPAR, matrícula nº. 900044-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 03/06/2014 a 03/06/2019, por 01 (um) mês, a contar de 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 2877/2020**

Publicação Nº 2536685

PORTARIA Nº. 2877/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA PAULA SCHLEMPER DA SILVA, matrícula nº. 802289-4, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 02 (dois) meses, a contar de 15/06/2020 a 15/08/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2878/2020**

Publicação Nº 2536692

PORTARIA Nº. 2878/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEBORA NUNES BARBOSA, matrícula nº. 3745127-1, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/08/2014 a 01/08/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/06/2020 a 19/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2879/2020**

Publicação Nº 2536700

PORTARIA Nº. 2879/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALYSON BECKHAUSER, matrícula nº. 401137-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/12/2010 a 01/12/2015 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2880/2020**

Publicação Nº 2536708

PORTARIA Nº. 2880/2020.

JOÃO GONÇALVES NETO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº 235, 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KARLA DE SOUZA, matrícula nº. 800372-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 23/08/2014 a 23/08/2019, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/05/2020 a 08/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

JOÃO GONÇALVES NETO  
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2881/2020**

Publicação Nº 2536738

PORTARIA Nº. 2881/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIZA ADRIANA DO NASCIMENTO, matrícula nº. 128090-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/06/2020 a 15/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2882/2020**

Publicação Nº 2536746

PORTARIA Nº. 2882/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos compor a Comissão de Avaliação de Processos Comerciais - SAMAE.

NOME	MATRÍCULA
Bruno Honorato da Silveira	3762666-1
Ielba Cristina Porto Silveira	700167-1
Tamara de Souza Delfino Godoy de Abreu	801101-1

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de julho de 2020.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

KRISTY CARDOSO FABRE  
Secretária de Infraestrutura e Saneamento designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2883/2020**

Publicação Nº 2536755

PORTARIA Nº. 2883/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os novos membros da Comissão Especial de Contratualização de Prestadores de Serviços de Saúde, para a elaboração de editais, recebimento e exame de documentos, bem como execução de todos os procedimentos necessários ao credenciamento e contratação de prestadores de serviços de saúde para a Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça.

Art. 2º A Comissão Especial de Contratualização de Prestadores de Serviços de Saúde será composta pelos seguintes servidores públicos:

I – Do quadro de pessoal efetivo: Eronete Gilda Gomes Oliveira, Mariana Mendes Schafhauser, Rosimeri Hilda Coelho.

II – Do quadro de pessoal contratado: Kellen Elisa Fappi, Fabiane Mendes de Melo.

Art. 3º Os trabalhos desta Comissão serão executados a luz da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2884/2020**

Publicação Nº 2536764

PORTARIA Nº. 2884/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os novos membros da Comissão Especial de Vistoria de Prestadores de Serviços de Saúde, com o objetivo de vistoriar os estabelecimentos dos prestadores de serviços de saúde credenciados por esta Secretaria.

Art. 2º A Comissão Especial de Vistoria de Prestadores de Serviços de Saúde será composta pelos seguintes servidores públicos:

I – Do quadro de pessoal efetivo: Leandro da Silva, Graziela Nazaré Nunis, Valdir Machado da Silva Junior, Dione Lúcia Prim Laurindo, Filipe Koerich.

I – Do quadro de pessoal contratado: Daniela Gontijo.

Art. 3º Caberá exclusivamente a esta Comissão, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a vistoria dos estabelecimentos credenciados e a emissão de relatórios avaliando a prestação dos serviços.

Parágrafo único. Os relatórios serão emitidos no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento da solicitação emitida pelo(a) Secretário(a) de Saúde.

Art. 4º Os trabalhos desta Comissão serão executados a luz das disposições/orientações de cada edital de credenciamento, e as vistorias deverão ser realizadas sempre com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros.

Parágrafo único. As vistas serão realizadas a qualquer tempo, a partir do credenciamento do estabelecimento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2885/2020**

Publicação Nº 2536774

PORTARIA Nº. 2885/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor FELIPE AUGUSTO DE BONI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 165296-8 e Senhor RODOLPHO PAGANI MARTINS, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 087007-5, para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Concorrência Pública nº 49/2020. Objeto: “Contratação de empresa para execução de Drenagem, Pavimentação em blocos intertravados de concreto e sinalização viária da vertical da Rua Ingo Hoffmann, bairro Praia de Fora, no Município de Palhoça/SC (LOTE 3)”.

Esta Portaria entre em vigor em 05 de junho de 2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2886/2020**

Publicação Nº 2536782

PORTARIA Nº. 2886/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Guilherme da Costa	10	35	21/05/2020 a 14/12/2020

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2887/2020**

Publicação Nº 2536792

PORTARIA Nº. 2887/2020.

ANESTOR PEDRO DENONI, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCELO NORBERTO KNABBEN, matrícula nº. 130001-1, titular do cargo de Auditor Fiscal, do Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 16/01/2015 a 16/01/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/07/2020 a 08/08/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

ANESTOR PEDRO DENONI  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2888/2020**

Publicação Nº 2536799

PORTARIA Nº. 2888/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CIRLEI FREITAS PEREIRA, matrícula nº. 100080-2, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 18/03/2002 a 18/03/2007 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2889/2020**

Publicação Nº 2536808

PORTARIA Nº. 2889/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ENEDITE KNABBEN WEBER, matrícula nº. 300093-2, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 09/02/2006 a 09/02/2011 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2890/2020**

Publicação Nº 2536817

PORTARIA Nº. 2890/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSENI MEDEIROS, matrícula nº. 400296-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/06/2010 a 01/06/2015 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2891/2020**

Publicação Nº 2536846

PORTARIA Nº. 2891/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CINTIA CRISTINA MATOS, matrícula nº. 401517-4, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 07/11/2011 a 07/11/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/05/2020 a 08/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2892/2020**

Publicação Nº 2536854

PORTARIA Nº. 2892/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ARLETE DA SILVA, matrícula nº. 300129-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/07/2008 a 01/07/2013 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 07/05/2020 a 07/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2893/2020**

Publicação Nº 2536863

PORTARIA Nº. 2893/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILDA MARIA RAMOS, matrícula nº. 800327-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/09/2012 a 01/09/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2894/2020**

Publicação Nº 2536871

PORTARIA Nº. 2894/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANE PAMPLONA WEBER, matrícula nº. 300143-3, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 13/01/2009 a 13/01/2014, por 02 (dois) meses e referente ao q-inq-ênio de 13/01/2014 a 13/01/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/04/2020 a 06/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2895/2020**

Publicação Nº 2536877

PORTARIA Nº. 2895/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO THAYNA CAMPOS, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3763564-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2896/2020**

Publicação Nº 2536885

PORTARIA Nº. 2896/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA IRACEMA ALVES, matrícula nº. 300072-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 15/05/2008 a 15/05/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/06/2020 a 15/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 2897/2020**

Publicação Nº 2536893

PORTARIA Nº. 2897/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULO CESAR ESPINDOLA NETO, matrícula nº. 300489-2, titular do cargo de Técnico em Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 03/08/2011 a 03/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2898/2020**

Publicação Nº 2536901

PORTARIA Nº. 2898/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARILENE DA SILVA E SILVA, matrícula nº. 300523-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/08/2012 a 01/08/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/06/2020 a 15/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2899/2020**

Publicação Nº 2536911

PORTARIA Nº. 2899/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO LARISSA GRACIELE DE OLIVEIRA DE CARVALHO, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3762438-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 2900/2020**

Publicação Nº 2536924

PORTARIA Nº. 2900/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ANA CRISTINA MIRANDA, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3762796-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2901/2020**

Publicação Nº 2536945

PORTARIA Nº. 2901/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO VALDECIR AVILA DIAS, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 402244-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2902/2020**

Publicação Nº 2536947

PORTARIA Nº. 2902/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO GABRIELA STEIMBACH SOMMER, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3763106-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2903/2020**

Publicação Nº 2536949

PORTARIA Nº. 2903/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULO ROBERTO LEMOS, matrícula nº. 800949-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 28/04/2013

a 28/04/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/04/2020 a 15/05/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.  
ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## PORTARIA Nº. 2904/2020

Publicação Nº 2536950

PORTARIA Nº. 2904/2020.

FLÁVIO MARTINS, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Flávio Martins	3165786900

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.  
FLÁVIO MARTINS  
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## PORTARIA Nº. 2905/2020

Publicação Nº 2536953

PORTARIA Nº. 2905/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DALTO DE LIMA, matrícula nº. 3745052-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/07/2014 a 01/07/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/06/2020 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.  
SANDRA RIBEIRO DE ABREU  
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## PORTARIA Nº. 2906/2020

Publicação Nº 2536955

PORTARIA Nº. 2906/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALISANDRA TAVARES CASTRO, matrícula nº. 801445-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 13/04/2015 a 13/04/2020, por 02 (dois) meses, a contar de 20/05/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2907/2020**

Publicação Nº 2536956

PORTARIA Nº. 2907/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BERNADETE SCHWINDEN DOS SANTOS, matrícula nº. 800918-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 21/03/2013 a 21/03/2018, por 01 (um) mês, a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2908/2020**

Publicação Nº 2536957

PORTARIA Nº. 2908/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CRISTIANE MARIA MACHADO DA SILVEIRA, matrícula nº. 802361-4, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/08/2012 a 01/08/2017, por 02 (dois) meses, a contar de 20/05/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2909/2020**

Publicação Nº 2536958

PORTARIA Nº. 2909/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDNA REGINA DE SOUZA SOTERO, matrícula nº. 801051-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/04/2014 a 01/04/2019, por 02 (dois) meses, a contar de 20/05/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 2910/2020**

Publicação Nº 2536959

PORTARIA Nº. 2910/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZABETE RODRIGUES MADALENA, matrícula nº. 802268-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 01 (um) mês, a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**RESULTADO DA CONCORRENCIA 102/2020**

Publicação Nº 2536513

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO DA PROPOSTA  
CONCORRENCIA Nº 102/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da ANALISE DA PROPOSTA do PROCESSO LICITATÓRIO nº 102/2020, que tem como objeto a concessão do uso a título oneroso para fim comercial de Box do Mercado Público Municipal de Palhoça e Praça Sete de setembro neste município através de Concessão de uso oneroso e outorga. Deu deserto os BOX 01,03,04,e 07 do mercado publico e o BOX 09 da praça 7 de setembro.

Empresas Vencedoras:

EMPRESA			BOX
1KLEBI OSMAR ROSA CNPJ 27.617.598/0001-19	119.000,00	1º LUGAR	Praça 7 box 8
LENIO DA ROSA EIRELI CNPJ 32.264.402/0001-90	12.500,00	1º LUGAR	Mercado Publico Box 5

Palhoça, 24 de JUNHO de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº58/2020**

Publicação Nº 2537037

PORTARIA Nº 58 DE 23 DE JUNHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

**RESOLVE:**

Regulamentar escala para gozo de licença prêmio, considerando o direito adquirido dos servidores públicos, respaldado pelo inciso XXXVI do art. 5º da CF/88, o disposto no art. 177, parágrafo único, da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores a que segue:

SERVIDOR	DATA BASE	DATA DO GOZO	DIAS
Ana Nuncia Nunes Collaço	2010/2015	24/06/2020 A 22/08/2020	60 dias

Art. 2º. – Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

JOEL FILIPE GASPAR  
Presidente

**PORTARIA Nº59/2020**

Publicação Nº 2537038

PORTARIA Nº 59 DE 23 de JUNHO 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR:**

Art. 1º - Fica EXONERADO no Gabinete do Senhor Vereador ADELINO SEVERIANO MACHADO, o servidor ocupante do cargo em comissão abaixo;

Servidor	Cargo	Vencimentos
ALEXSANDRA DA ROSA	Assessor Parlamentar	R\$ 4.222,84

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL FILIPE GASPAR  
Presidente

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 62/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019**

Publicação Nº 2536569

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 62/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019– PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 02.520.829/0001-40. OBJETO: – Fica alterado o valor do item 37 (SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL) da Ata de Registro de Preços nº 101/2019 do pregão 113/2019. O preço unitário do item 37 passa a ser: R\$7,45.

DATA: 10/06/2020.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA****PORTARIA Nº 059/2020**

Publicação Nº 2536469

PORTARIA Nº 059/2020

Extingue aposentadoria por idade em caráter proporcional concedida ao servidor inativo Pedro José Coelho.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º Extinguir a aposentadoria por idade em caráter proporcional concedida ao servidor inativo Pedro José Coelho, nos termos das Portarias nº 013/2010 e nº 049/2017, em face do óbito ocorrido em 22/06/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 22/06/2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 24 de junho de 2020.

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA

Maria Eduarda da Rosa Custódio  
Técnico Previdenciário  
Matrícula 90003353

# Palmeira

## PREFEITURA

### PL\_29\_PP\_13\_HORAS DE SERVIÇOS E PEÇAS MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Publicação Nº 2536353

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

### **CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO** **PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020**

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. Fernanda de Souza Córdova, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunicam aos interessados que farão realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS que tem por objeto a “**Contratação de empresa especializada para através do sistema de Registro de Preços prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva das Máquinas Agrícolas da frota do Município de Palmeira/SC, com fornecimento de peças e acessórios genuínos, originais ou paralelos, conforme especificações constantes do Anexo II - Termo de Referência**”. Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro. **O Credenciamento será feito a partir das 13h30min do dia 07.07.2020. Abertura da sessão será às 13h50min do mesmo dia.** A presente licitação será do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE**, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço [licitacoes@palmeira.sc.gov.br](mailto:licitacoes@palmeira.sc.gov.br), desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões. Palmeira, 24 de junho de 2020.  
**VIVIANE LOPES GODOY** – Pregoeira

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 09/2020 SAÚDE

Publicação N° 2536126

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 09/2020. Modalidade: Pregão Presencial 04/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO CENTRO DE FISIOTERAPIA. Data da entrega dos envelopes: 08/07/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 08/07/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 24 de Junho de 2020. Adriane Durigon Cossa – Gestora do Fundo.

### PROCESSO 10/2020 SAÚDE

Publicação N° 2536129

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 10/2020. Modalidade: PREGÃO ELETRONICO 03/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, ACORDADO NO CONVÊNIO N° 2020TR000240. Data limite para cadastramento da proposta: 07/07/2020 até as 13:30 horas. Data para o início da disputa: 07/07/2020 às 14:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 24 de Junho de 2020. Adriane Durigon Cossa – Gestora do Fundo.

### PROCESSO 65/2020

Publicação N° 2536125

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 65/2020. Modalidade: Pregão Presencial 362020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, MEIO FIO, RACHÃO, BRITA, PEDRISCO, PÓ DE BRITA E MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE. Data da entrega dos envelopes: 07/07/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 07/07/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 24 de Junho de 2020. Mario Alceu Peiter – Prefeito Municipal E. E..

# Papanduva

## PREFEITURA

**DECRETO N 2967, DE 23.06.2020 - REVOGA OS DECRETOS N.S 2942, DE 17.04.2020 E 2950, DE 05.05.2020.**

Publicação N° 2536136

DECRETO N° 2967, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Revoga os Decretos n.s 2942, de 17.04.2020 e 2950, de 05.05.2020.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º. Ficam revogados os Decretos n.s 2942, de 17 de abril de 2020 e 2950, de 05 de maio de 2020, cujos efeitos serão aplicados na folha – competência junho/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 23 de junho de 2020.

Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Estela Mari Ferens  
Administradora

**DECRETO N 2968, DE 24.06.2020 - ALTERA O DECRETO N. 2944, DE 17 DE ABRIL DE 2020 QUE ESTABELECEU MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E AUTÁRQUICA.**

Publicação N° 2536138

DECRETO N. 2968, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Altera o Decreto n. 2944, de 17 de abril de 2020 que estabeleceu medidas de contenção de despesas com pessoal no âmbito da administração pública municipal direta e autárquica.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º. O Art. 2º do Decreto n. 2944, de 17 de abril de 2020, passa a constar e vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Suspender, até 31 de dezembro de 2020:

I – o pagamento adicional de terço de férias;

II – o pagamento de indenizações/abono pecuniário sobre férias e licença prêmio;

III – o pagamento de valores retroativos, inclusive àqueles já programados em folha de pagamento.

IV – a substituição de cargos em comissão ou função de confiança que implique em aumento de despesa;

V – a implementação em folha de pagamento de:

a) progressão funcional, conforme leis municipais n.s 1615/2002 e 1831/2008;

b) adicional por tempo de serviço;

c) adicional por grau de instrução, conforme Lei n. 1831/2008);

d) gratificação de incentivo à permanência em atividade;

e) abono de permanência.

VI – a nomeação de cargos em comissão ou designação de funções de confiança, ressalvados os casos de nomeação e designação decorrentes de exoneração ou dispensa;

VII – a criação de grupos de trabalho e comissões remuneradas;

VIII – as viagens a trabalho e o pagamento de diárias, ressalvados serviços essenciais e da saúde;

IX – participação em novos cursos, eventos, congressos e similares com ônus ao órgão ou entidade, empresa ou fundo;

X – a realização e o pagamento de horas extras não relacionadas a serviços públicos essenciais, neles incluídas as atividades relacionadas com autorizações dos secretários e prefeito municipal.

§ 1º A suspensão de que tratam os incisos IV, V, VI e VII deste artigo não se aplica aos servidores ativos em exercício, lotados na secretaria



de saúde e suas unidades.

§ 2º Em caso de aposentadoria dos servidores ocupantes de cargo efetivo até 31 de dezembro de 2020, comprovados pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais – IPREPAV, os adicionais, abono de permanência, gratificações e progressão funcional de que trata o caput e seus incisos deste artigo, no que couber, poderão ser concedidos no ato da aposentadoria com os efeitos retroativos a contar do mês referência abril/2020."

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 24 de junho de 2020.

Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Estela Mari Ferens  
Administradora

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### **AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL N° 063/2019**

Publicação N° 2536420

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL N° 063/2019

O Município de Passo de Torres, por meio de seu Pregoeiro, vem comunicar o CANCELAMENTO do Pregão Presencial nº 063/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA MANUAL E MECANIZADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, ALÉM DO TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS MESMOS, CONFORME DESCRIMINADO NO ANEXO I.

CAIO ROBÉRIO BARPP DA SILVA

Pregoeiro

# Passos Maia

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 241, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536259

PORTARIA Nº 241, de 22 de junho de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Dionatam F. Alba – CRM 27572 – no dia 22/06/2020, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 05 (Cinco) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora MARIA HELENA CAVALHEIRO, matrícula nº 10728, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, símbolo ACS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto à Secretaria Municipal da Saúde pelo período de 22/06/2020 a 26/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### PORTARIA Nº 242, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536261

PORTARIA Nº 242, de 24 de junho de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – expedida em 23 de junho de 2020, que mantém o benefício por incapacidade do servidor Jair Correia Neves até o dia 1º de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor JAIR CORREIA NEVES, matrícula nº 7026, ocupante do Cargo Público de Motorista, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-3, com lotação na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, até o dia 1º de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 24 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 243, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536262

PORTARIA Nº 243, de 24 de junho de 2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Dionatam F. Alba – CRM 27572 – no dia 24/06/2020, que sugere afastamento do servidor de suas atividades laborais por 08 (oito) dias;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor MAYCON CAVALHEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 11014, ocupante do Cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 24/06/2020 a 01/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 24 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 244, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536263

PORTARIA Nº 244, de 24 de junho de 2020.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de diminuir o fluxo de pessoas e evitar aglomerações dentro das repartições públicas nesta época do ano, visando prevenir a disseminação da Covid-19;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora SANDRA MARCIA MENDES CUMERLATTO, matrícula nº 9013, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 11/06/2016 a 10/06/2017, para serem gozadas do dia 02/07/2020 a 31/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 24 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 245, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536266

PORTARIA Nº 245, de 24 de junho de 2020.  
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a necessidade de diminuir o fluxo de pessoas e evitar aglomerações dentro das repartições públicas nesta época do ano, visando prevenir a disseminação da Covid-19;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora IZABELA TOZZO FALCHETTI, ocupante do Cargo Público de Nutricionista, referentes ao período aquisitivo de 03/08/2018 a 02/08/2019, para serem gozadas do dia 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.  
Passos Maia-SC, 24 de junho de 2020.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 246, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536268

PORTARIA Nº 246, de 24 de junho de 2020.  
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores que não possuem período aquisitivo vencido, haja vista a diminuição no número de atendimentos neste período;

Considerando a necessidade de diminuir o fluxo de pessoas e evitar aglomerações dentro das repartições públicas nesta época do ano, visando prevenir a disseminação da Covid-19;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MARINES CORREA NEVES DOLBERTH, matrícula nº 10388, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Clínica Dentária, símbolo TC-9, Grupo Ocupacional Técnico, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020, para serem gozadas do dia 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se  
Passos Maia-SC, 24 de junho de 2020.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 247, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536270

PORTARIA Nº 247, de 24 de junho de 2020.  
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a necessidade de diminuir o fluxo de pessoas e evitar aglomerações dentro das repartições públicas nesta época do ano, visando prevenir a disseminação da Covid-19;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora SILVANIA TEREZINHA PADUAN ANGONESE, matrícula nº 9625, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, para serem gozadas do dia 01/07/2020 a 14/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.  
Passos Maia-SC, 24 de junho de 2020.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO 39/2020**

Publicação Nº 2535882

**DECRETO Nº 39/2020**

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019, aprova o seguinte Decreto,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 140.000,00  
10.301.0012.2.078 – Custeio de Ações de Serviços Públicos de Saúde R\$ 100.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0233.002521 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0233.002521 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
10.301.0012.2.078 – Custeio de Ações de Serviços Públicos de Saúde R\$ 40.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0233.002522 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0233.002521 – ESF - Estadual – no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e 0233.002522 – Farmácia Básica Estadual – no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de junho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração

**DECRETO 40/2020**

Publicação Nº 2535885

**DECRETO Nº 40/2020**

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019, aprova o seguinte Decreto,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 250.000,00  
10.301.0012.2.073 – Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 20.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0233.002518 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
10.301.0012.2.078 – Custeio de ASPS – Incremento Temporário R\$ 80.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0233.002518 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
10.301.0012.2.078 – Manut. do Bloco de MAC – Incremento Temporário R\$ 150.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0233.002518 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0233.002518 – ASPS – Incremento temporário – no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e 0233.002518 – MAC – Incremento Temporário – no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de junho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração

## DECRETO 41/2020

Publicação Nº 2535892

DECRETO Nº 41/2020

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019, aprova o seguinte Decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 46.000,00  
10.301.0012.1.065 – Aquisição de Veículos R\$ 46.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0233.001147 – Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0233.001147 – Convênio Secretaria de Estado da Saúde – no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de junho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração

## DECRETO 42/2020

Publicação Nº 2535893

DECRETO Nº 42/2020

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019, aprova o seguinte Decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 230.000,00  
10.301.0012.2.078 – Custeio de Ações de Serviços Públicos de Saúde R\$ 200.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0633.002521 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
10.301.0012.2.078 – Custeio de Ações de Serviços Públicos de Saúde R\$ 30.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0633.002522 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit do exercício anterior da fonte 0633.002521 – ESF - Estadual – no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e 0633.002522 – Farmácia Básica Estadual – no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de junho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração



# Peritiba

## PREFEITURA

### DECRETO 110/2020

Publicação N° 2537126

DECRETO N.º 110/2020  
DESIGNA SERVIDORA RESPONSÁVEL PELA TESOUREARIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora REGINA INES BRAND LAZZARIN, ocupante do cargo provimento efetivo de TÉCNICO EM COMPRAS, Grupo 2, Nível 6, Classe "B", para responder pela Tesouraria no período de férias do servidor efetivo CESAR DE ALMEIDA.

Art. 2º Como responsável pela Tesouraria, a mesma poderá assinar todos os documentos atinentes a área.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 16 de junho de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 16/junho/2020.

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

### DECRETO 112/2020

Publicação N° 2537128

DECRETO N° 112/2020  
Prorroga Decretos nº 92/2020 e 104/2020, que dispõe sobre a intensificação das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba:

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam prorrogados até o dia 08/07/2020 os Decretos nº 92/2020 de 11 de maio de 2020 e 104/2020 de 26 de maio de 2020, que dispõe sobre a intensificação das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, podendo ainda ser revistas, caso a situação epidemiológica no Município apontar ou sobrevierem normas mais restritivas do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 17 de junho de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos  
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em  
17/junho/2020

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**DECRETO 113/2020**

Publicação Nº 2537131

DECRETO Nº 113/2020

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Peritiba, inciso VIII, Art. 101, e de conformidade com Lei n.º 1899/2012 de 28 de fevereiro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas:

**I – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL****a) Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social**

Titular: Gracieli Denise Wuaden

Suplente: Alexandra Bresan Boll

**b) Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo**

Titular: Adilson Antonio Galli

Suplente: Adriana Tavares

**c) Secretaria de Administração e Finanças**

Titular: Dandara Luisa Bazzei

Suplente: Franciéli Schoenell

**II – PRESTADORES DE SERVIÇO****a) Hospital Peritiba**

Titular: Loana Paula de Britto

Suplente: Jaine Veronese

**b) Unidade Sanitária de Peritiba**

Titular: Adriana da Rosa Petter

Suplente: Marciane Daíse Wuaden Finger

**c) Profissionais da Saúde**

Titular: Simone Sordi

Suplente: Liziane Trombetta

**III – USUÁRIOS DO SISTEMA****a) Sindicato dos Trabalhadores rurais de Peritiba**

Titular: Lorival Schneider

Suplente: Paulo Nadir Zago

**b) Clube de Mães de Peritiba**

Titular: Vitória Gasparetto

Suplente: Sonia Bazei

**c) APP – Associação de Pais e Professores**

Titular: Daniela amalia Hassemer

Suplente: Cheila Nuara Turatto

**d) Comunidade Evangélica**

Titular: Roseli Margarida Luckner

Suplente: Deise Carine Simon Kunz

**e) Grupo de Idosos de Peritiba**

Titular: Marino Haupenthal

Suplente: Ursula Brand

**f) Pastoral da Saúde**

Titular: Irmali de Almeida Engel

Suplente: Marlene Klein

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 18 de Junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Em, 18/Junho/2020.

Franciéli Schoenell

Responsável pela publicação

**DECRETO 114/2020**

Publicação Nº 2537133

DECRETO Nº 114/2020

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - FUMDICOM

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso VIII, art. 101 da Lei orgânica do Município de Peritiba e em conformidade com a Lei nº 1927 de 14 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - FUMDICOM, as pessoas abaixo relacionadas:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO: DANDARA LUISA BAZZEI  
GILDO GIL DE OLIVEIRA

REPRESENTANTES DO CDL: JULIADO DE AZEVEDO  
EDER GASTMANN

REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO: GEOVANE PETTER

REPRESENTANTE DA ASSOC DE M. DA SEDE: DIOGO DALLEGRAVE

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL: LAÉRCIO SCHUMACHER

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 18 de Junho de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 18/Junho/2020.

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**DECRETO 115/2020**

Publicação Nº 2537134

DECRETO Nº 115/2020

ALTERA MEMBROS DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei e de conformidade com a Lei nº 1825 de 09 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE do Município de Peritiba, com a seguinte composição:

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO:

Titular – Valeska Grzybowski  
Suplente - Regina Inês Brand Lazzarin

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

Titular - Luciana Nilson  
Suplente - Mariluci Sordi Klein  
Titular - Adilson Galli  
Suplente – Silvana de Souza Stockmann

Art. 2º Ficam designadas, para integrar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos Órgãos e Entidades que representam:

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO:

Titular – Valeska Grzybowski  
Suplente - Regina Inês Brand Lazzarin

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

Titular - Luciana Nilson  
Suplente - Mariluci Sordi Klein  
Titular - Adilson Galli  
Suplente – Silvana de Souza Stockmann

**REPRESENTANTES DE PAIS:**

Titular - Aline Höhn  
Suplente - Luciane Fátima Br-m-Iler  
Titular - Nadia Maria Schneider Kleber  
Suplente - Marcos Bervian

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL**

Titular - Irmali Engel  
Suplente - Adolfo Fidêncio Schneider  
Titular - Vinícius Luís Hack  
Suplente - Zeferino Antonio Kirsten

Art. 3º A função do membro do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) não será remunerada, e seu exercício será considerado de relevante interesse público, com mandato até 16/09/2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 18 de Junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal  
Registrado e Publicado  
Em., 18/Junho/2020.

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**DECRETO 116/2020**

Publicação Nº 2537137

DECRETO Nº 116/2020  
ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Peritiba, inciso VIII, Art. 101, e de conformidade com a Lei n.º 2114/2017 de 05 de Julho de 2017.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam alterados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD do Município de Peritiba, com a seguinte composição:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo  
ROSA RAUBER – TITULAR  
CLECI REITEL – SUPLENTE

DULCI RAUBER BACCA– TITULAR  
FABIANGELA DE OLIVEIRA – SUPLENTE

Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
DANDARA LUIZA BAZZEI – TITULAR  
JAKELINE BERVIAN MEZZOMO – SUPLENTE

Art. 2º Ficam designadas, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos Órgãos e Entidades que representam:

**SOCIEDADE CIVIL**

Representantes de Pais e Familiares:  
MARISA KOLLER ENGEL - TITULAR  
SILVÉRIO CHRIST - SUPLENTE

IRINEU EINSFELD – TITULAR  
LICETE MENEGAT – SUPLENTE

## Representantes das Pessoas com Deficiência:

ARMI MULLER – TITULAR  
CÉLIO RAUBER – SUPLENTE

EMERSON MENEGAT – TITULAR  
CARLOS ELIAS NEISE - SUPLENTE

## Representantes de Prestadores de Serviços e Entidades Conveniadas:

BRUNA SECCO DA SILVA – TITULAR  
KATRINE BIAZIM BERVIAN – SUPLENTE

## GOVERNAMENTAL

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo  
ROSA RAUBER – TITULAR  
CLECI REITEL – SUPLENTE

DULCI RAUBER BACCA– TITULAR  
FABIANGELA DE OLIVEIRA – SUPLENTE

Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social  
KARIN ESTELA MULLER GNOATTO – TITULAR  
GRACIELI DENISE WUADEN – SUPLENTE

Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
DANDARA LUIZA BAZZEI – TITULAR  
JAKELINE BERVIAN MEZZOMO – SUPLENTE

CRAS Recanto Familiar  
NADIA PIASSA – TITULAR  
IZABEL BOURSCHIEDT - SUPLENTE

Art. 3.º A função do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD não será remunerada, e seu exercício será considerado de relevante interesse público, com mandato até 18/10/2021.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 18 de Junho de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 18/Junho/2020.

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**DECRETO 117/2020**

Publicação Nº 2537140

## DECRETO N.º 117/2020

INSTITUIR E NOMEAR A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,  
RESOLVE:

Art. 1º Instituir e nomear a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Peritiba/SC, conforme a Lei n.º 2032/2015 de 02 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação - PME, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2.º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;  
II – Relacionar metas e estratégia de forma cronológica;

III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V- Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação

para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;

VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA, LDO e LOA do município;

VIII – Verificar prazos e o período de validação (bianual);

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3.º Nomear, para compor a Equipe Técnica que constará no presente decreto, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Luana Carolina Schardong

b) Mariluci Sordi Klein

II – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) Jacinta Inês Boll Trentini

b) Marizete Petter Maltauro

II – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

a) Regina Inês Brand

b) Liziane Klein Gaertner

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 22 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em  
22/junho/2020

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

## DECRETO 118/2020

Publicação Nº 2537138

DECRETO N.º 118/2020

INSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME,  
DO MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,  
RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Peritiba/SC, conforme a Lei n.º2032/2015 de 02 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação - PME, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2.º São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;

II – Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

III – Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;

IV – Publicizar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art. 3.º Ficam designados os seguintes membros/representaçõesque formarão a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I – Secretaria Municipal de Educação:

a) Luana Carolina Schardong

b) Mariluci Sordi Klein

II – Conselho Municipal de Educação:

a) Jacinta Inês Boll Trentini

b) Marizete Petter Maltauro

III – Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara Municipal de Vereadores:

a) Cristiane Salete Hoffmann da Costa

b) Euclides Orlando Christ

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 22 de junho de 2020

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 22/junho/2020	
--	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

## DECRETO 119/2020

Publicação Nº 2537142

DECRETO Nº 119/2020

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA  
AUTORIZAÇÃO DE HABITE-SE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores DANIEL JOCELIO FANTIN e IGORI FRIPP DAINESI, ocupante do cargo de ENGENHEIRO CIVIL, como responsável pela autorização de Habite-se.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 23 de junho de 2020  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 23/junho/2020	
--	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

## DECRETO 120/2020

Publicação Nº 2537144

DECRETO Nº 120/2020

HOMOLOGA PLANO DE CONTINGÊNCIA SOBRE DESASTRES NATURAIS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com a Lei 12.608 de 10 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o Plano de Contingência sobre eventos adversos da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil constante em anexo.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 24 de junho de 2020  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/junho/2020	
--	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**DECRETO 121/2020**

Publicação Nº 2537145

DECRETO N.º 121/2020  
NOMEIA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DE AMOSTRAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009.

Considerando o Processo Licitatório nº 40/2020, Pregão Presencial nº 24/2020, aquisição de kits de higiene pessoal e limpeza destinados à população Peritibense.

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados para acompanhar os trabalhos de análise de amostras referentes ao Processo Licitatório acima citado, constituída pelos seguintes:

NADIA TEREZINHA KUHN PIASSA
NERCIA MERI SGANDERLA
ROSANA VALCARENGHI

Parágrafo Único: Os membros da equipe em conjunto ou individualmente terão poderes para aprovar ou rejeitar os produtos amostrados conforme critérios usuais de mercado e conhecimento do uso destes produtos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 21 de junho de 2020  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado  
Em., 21/junho/2020.

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 209/2020**

Publicação Nº 2537148

PORTARIA Nº 209/2020  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Servidora LAIS EDUARDA STALLBAUM PETTER FINGER ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "C", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 02/07 a 31/07/2020, relativo ao período aquisitivo de 05/03/2019 a 04/03/2020, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 19 de junho de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/junho/2020	
--	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação



**PORTARIA 210/2020**

Publicação N° 2537149

PORTARIA N° 210/2020  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora LIZIANE KLEIN GAERTNER ocupante do cargo efetivo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, Grupo 2, Nível 6, Classe "E", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 07/07 a 05/08/2020, relativo ao período aquisitivo de 22/10/2018 a 21/10/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 19 de junho de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/junho/2020

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 211/2020**

Publicação N° 2537150

PORTARIA N° 211/2020  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIZETE NOGUEIRA ARAUJO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 17 de junho de 2020 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 22 de junho de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 22/junho/2020.

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 212/2020**

Publicação N° 2537153

PORTARIA N° 212/2020  
REVOGAR PORTARIA 195/2020

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e Considerando o disposto no inciso IX, art. 8º da LC nº 173/2020, de 27 de maio de 2020, que proíbe até 31/12/2021: "contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.;"

RESOLVE:

Art. 1.º REVOGA a Portaria nº 195/2020, que concedeu PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora MARCIANE DAÍSE WUADEN FINGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, da Classe "C" para a Classe "D" do Grupo 3, Nível 1, referente ao

período de 01/06/2017 a 31/05/2020.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/06/2020.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 23 de junho de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 23/junho/2020

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2020 PMPB - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 26/2020 PMPB

Publicação Nº 2536009

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2020 – PMPB

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso I - Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ Nº. 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: GEOSIMPLES SISTEMAS E SERVIÇOS TECNOLOGICOS - CNPJ Nº. 22.581.691/0001-05

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 26/2020 PMPB

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 12/2020 PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA WEB DE GEOPROCESSAMENTO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TREINAMENTO, APRESENTANDO EM UMA ESTRUTURA SIG - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO.

VALOR: R\$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

# Petrolândia

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 10 2020 - MATERIAIS ADMINISTRAÇÃO

Publicação Nº 2535833

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 22/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020 – REGISTRO DE PREÇOS  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de registro de preços para eventuais aquisições de gêneros alimentícios, material de copa e cozinha e material de limpeza e higienização para consumo e manutenção da Prefeitura Municipal de Petrolândia. Empresa EONIX COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ: 05.937.672/0001-41, no valor R\$ 18.246,60. ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 21.593.746/0001-26, valor R\$ 17.077,70. Empresa CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, inscrita no CNPJ: 18.531.205/0001-69, no valor R\$ 20.529,50. Empresa JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ: 25.267.561/0001-82, valor R\$ 20.216,00. Empresa BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 11.472.411/0001-04, no valor R\$ 14.819,70. Data: 24/06/2020. Valor Total: R\$ 90.889,50. Petrolândia, 25 de junho de 2020. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS 03 2020 - AMPLIAÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA

Publicação Nº 2536367

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020  
RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público resultado do julgamento do Edital de Licitação nº 23//2020, Tomada de Preços nº 03/2020, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUADRA POLIESPORTIVA NO CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA MARIA SAFIRA DA SILVEIRA, NA LOCALIDADE DE BARRA NOVA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME DESCRIÇÃO DO EDITAL, na qual declara vencedora a empresa PRO ENG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.281.510/0001-08, com o valor de R\$ 104.912,82. Valor total: R\$ 104.912,82. Data: 24/06/2020. Petrolândia, 25 de junho de 2020. Joel Longen – Prefeito Municipal.

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 022 -2020 - PMP - ANULAÇÃO - PNEUS, CÂMARAS E RECAPAGENS

Publicação N° 2536461

#### AVISO DE ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 022/2020 - PMP

Fica ANULADA por ilegalidade, nos termos do item 20.7 do Edital Convocatório, a PREGÃO PRESENCIAL 022/2020 Ocorrido no dia 20 de maio de 2020 de 2020, que tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS para atender a frota de veículos e máquinas oficiais do Município, Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros e CIDIR". Devido a erro na operação do sistema, que acarretou em prejuízo nas disputas inviabilizando a aplicação do benefício da Lei complementar 123/2006.

Pinhalzinho, SC, 24 de junho de 2020.

MÁRIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito Municipal

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 028-2020 - PMP - AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP) P-13 E P-45

Publicação N° 2536315

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N°. 028/2020 - PMP

Objeto REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de CARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP) P-13 e P-45, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, de acordo com as especificações constantes no ANEXO "A" do Edital.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 08/07/2020

Abertura: dia 08/07/2020, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 24 de junho de 2019.

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Wanderlei Borba

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 124/2020

Publicação Nº 2535706

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO 124/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa BORILLI PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 88.644.877/0001-66 com sede na ROD RS 463 KM 03 s/n, Bairro Industrial, na cidade de Tapejara Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Senhor Janei Moccelin, no Pregão 036/2020 – REGISTRO DE PREÇO e a Ata de Registro de preço 34/2020, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ABAIXO RELACIONADOS:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO
1	4	Recapagem de pneu 12,4 x 24
3	6	Recapagem de pneu 18,4 x 30
4	4	Recapagem de pneu 23,1 x 30
6	6	Vulcanização 18.4 x 30
7	10	Conserto simples de pneu 18.4 x 30
9	15	Pneus 215/75 r 17.5 misto
10	8	Pneus 19.5 x 24
12	8	Pneus 12 X 16.5
13	6	Pneus 10 X 16.5
15	8	Recapagem de pneu 275/80 R 22.5 misto
16	35	Pneus 295/80 R 22.5 BORRACHUDO
19	10	Vulcanização 19.5 x 24
20	10	Conserto simples 19.5 x 24

1.2 O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade do Licitante.

1.3 Os pneus (carcaças) deverão ser retirados junto ao Parque de Máquinas Municipal, conforme necessidade, mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável.

1.4 As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pela empresa contratada em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.5 Os pneus deverão ser retirados em até 2 (dois) dias após a solicitação do Município e entregues após o devido conserto e recapagem, em no máximo 3 (três) dias no Parque de Máquinas Municipal, livre de frete e descarga.

1.6 Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso por defeito de recauchutagem.

1.7– Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.8 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.9– O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

**CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO****2.1 – O valor registrado é:**

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO	MARCA	TÉCNICA USADA (QUENTE OU FRIO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4	Recapagem de pneu 12,4 x 24	VIPAL	QUENTE	645,00	2.580,00
3	6	Recapagem de pneu 18,4 x 30	VIPAL	QUENTE	1.220,00	7.320,00
4	4	Recapagem de pneu 23,1 x 30	VIPAL	QUENTE	1.550,00	6.200,00
6	6	Vulcanização 18.4 x 30	VIPAL		255,00	1.530,00
7	10	Conserto simples de pneu 18.4 x 30	VIPAL		78,00	780,00
9	15	Pneus 215/75 r 17.5 misto	VIPAL	MISTO A FRIO	274,00	4.110,00
10	8	Pneus 19.5 x 24	VIPAL	QUENTE	1.300,00	10.400,00
12	8	Pneus 12 X 16.5	VIPAL	FRIO	478,00	3.824,00
13	6	Pneus 10 X 16.5	VIPAL	FRIO	850,00	5.100,00
15	8	Recapagem de pneu 275/80 R 22.5 misto	VIPAL	MISTO A FRIO	490,00	3.920,00
16	35	Pneus 295/80 R 22.5 BORRACHUDO	VIPAL	FRIO	495,00	17.325,00
19	10	Vulcanização 19.5 x 24	VIPAL		219,00	2.190,00
20	10	Conserto simples 19.5 x 24	VIPAL		69,00	690,00
TOTAL	ESTIMADO					65.969,00

**2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.****CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

4.4 – Os serviços deverão ser prestados no prazo de 24:00 horas.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá prestar o serviço em 24:00h após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.



**CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e aquelas a ser consignadas na dotação do ano de 2021.

**CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA**

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

**CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES**

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6– Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8– As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3– Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 070/2020 modalidade Pregão Presencial nº 036/2020 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14– DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretaria de Agricultura Francielle Wordell  
Transportes e Obras: Fabio Junior Gessi;  
Secretaria de Educação: Rosania Ines Rossatto Zago.

- 14.2– Caberá ao servido designado Ideraldo Luis Beal bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

**CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

**CLÁUSULA 17ª - DO FORO**

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR  
BORILLI PNEUS LTDA  
Representante  
Testemunhas:

1-  
Nome:  
CPF:  
2-  
Nome:  
CPF:

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 125/2020**

Publicação Nº 2535703

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 125/2020**

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa GRANDO PNEUS LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.562.696/0001-38 com sede na Avenida Juscelino K. de Oliveira, nº 8860, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Vacaria Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Senhor Carls Alberto Paganella, no Pregão 036/2020 – REGISTRO DE PREÇO e a Ata de Registro de preço 35/2020, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem como objeto Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ABAIXO RELACIONADOS:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO
2	6	Recapagem de pneu 14,9 x 24
11	8	Pneus 12.5/80 x 18
14	16	Pneus 1400 X 24

1.2 O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade do Licitante.

1.3 Os pneus (carcaças) deverão ser retirados junto ao Parque de Máquinas Municipal, conforme necessidade, mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável.

1.4 As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pela empresa contratada em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.5 Os pneus deverão ser retirados em até 2 (dois) dias após a solicitação do Município e entregues após o devido conserto e recapagem, em no máximo 3 (três) dias no Parque de Máquinas Municipal, livre de frete e descarga.

1.6 Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso por defeito de recauchutagem.

1.7- Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.8 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.9- O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

## CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O valor registrado é:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO	MARCA	TÉCNICA USADA (QUENTE OU FRIO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	6	Recapagem de pneu 14,9 x 24	RUZI	QUENTE	930,00	5.580,00
11	8	Pneus 12.5/80 x 18	RUZI	QUENTE	899,00	7.192,00
14	16	Pneus 1400 X 24	RUZI	QUENTE	890,00	14.240,00
TOTAL	ESTIMADO					27.012,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

## CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

4.4 – Os serviços deverão ser prestados no prazo de 24:00 horas.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá prestar o serviço em 24:00h após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido



definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e aquelas a ser consignadas na dotação do ano de 2021.

#### CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1– A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1– Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3- Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 070/2020 modalidade Pregão Presencial nº 036/2020 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretaria de Agricultura Francielle Wordell  
Transportes e Obras: Fabio Junior Gessi;  
Secretaria de Educação: Rosania Ines Rossatto Zago.

• 14.2- Caberá ao servido designado Ideraldo Luis Beal bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplimento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR  
GRANDO PNEUS LTDA ME  
Representante

Testemunhas:

1-  
Nome:  
CPF:

2-  
Nome:  
CPF:

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 126/2020

Publicação Nº 2535704

CONTRATO ADMINISTRATIVO 126/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa F.M. PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito



privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0004-91 com sede na ROD SC 355, KM 52,9 Caixa Postal 165, Bairro Industrial, na cidade de Videira Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Eloir Clefson Zago, no Pregão 036/2020 – REGISTRO DE PREÇO e a Ata de Registro de preço 36/2020, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ABAIXO RELACIONADOS:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO
5	31	Recapagem de pneu 275/80R22,5 borrachudo
8	60	Recapagem de pneu 1000 R20 BORRACHUDO
17	30	Vulcanização 1000 R 20
18	30	Concerto simples 1000 R 20

1.2 O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade do Licitante.

1.3 Os pneus (carcaças) deverão ser retirados junto ao Parque de Máquinas Municipal, conforme necessidade, mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável.

1.4 As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pela empresa contratada em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.5 Os pneus deverão ser retirados em até 2 (dois) dias após a solicitação do Município e entregues após o devido conserto e recapagem, em no máximo 3 (três) dias no Parque de Máquinas Municipal, livre de frete e descarga.

1.6 Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso por defeito de recauchutagem.

1.7– Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.8 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.9– O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O valor registrado é:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO	MARCA	TÉCNICA USADA (QUENTE OU FRIO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	31	Recapagem de pneu 275/80R22,5 borrachudo	VIPAL	FRIO	489,00	15.159,00
8	60	Recapagem de pneu 1000 R20 BORRACHUDO	VIPAL	FRIO	462,00	27.720,00
17	30	Vulcanização 1000 R 20	VIPAL	QUENTE	124,00	3.720,00
18	30	Concerto simples 1000 R 20	VIPAL	FRIO	33,00	990,00
TOTAL	ESTIMADO					47.589,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

4.4 – Os serviços deverão ser prestados no prazo de 24:00 horas.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá prestar o serviço em 24:00h após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5- A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6- O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e aquelas a ser consignadas na dotação do ano de 2021.

#### CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3- Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão

decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 070/2020 modalidade Pregão Presencial nº 036/2020 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretaria de Agricultura Francielle Wordell  
Transportes e Obras: Fabio Junior Gessi;  
Secretaria de Educação: Rosania Ines Rossatto Zago.

• 14.2- Caberá ao servido designado Ideraldo Luis Beal bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de junho de 2020.  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR  
F.M. PNEUS LTDA  
Representante

Testemunhas:

1-

Nome:

CPF:

2-  
Nome:  
CPF:

**DECRETO 5250**

Publicação Nº 2535812

DECRETO Nº 5250, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE REGÊNCIA DE CLASSE AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL PÚBLICA DE ENSINO EM RAZÃO DA QUEDA DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, prefeito de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de adoção de medidas preventivas o fim de minimizar os efeitos causados pelo COVID-19;

CONSIDERANDO o caráter vinculado de algumas gratificações no efetivo exercício das funções inerentes aos cargos, especialmente a regência de classe;

CONSIDERANDO o que a Lei Complementar 112/2004, a qual dispõe sobre o pagamento da gratificação da regência de classe;

CONSIDERANDO a necessidade de medidas por contenção de gastos, a fim de que não haja descontinuidade nos serviços essenciais prestados pelo município;

CONSIDERANDO a incerteza quanto ao retorno das atividades escolares,

DECRETA:

Art. 1º Ficarão suspensos temporariamente, enquanto não retornarem as aulas presenciais, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) da gratificação denominada regência de classe dos profissionais da rede municipal de educação.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se o decreto Municipal nº 5.244, de 16 de junho de 2020

Pinheiro Preto, 23 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal



# Piratuba

## PREFEITURA

### DECRETO 1343/2020

Publicação Nº 2535929

DECRETO Nº 1.343/2020, de 23 de Junho de 2020.

Abre crédito suplementar por conta do Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 16.853,66 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.518/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 15.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

Unidade: 15.01 – Departamento de Transportes e Infraestrutura Rural

Projeto/Atividade: 1.009 – Modernização de Dpto Transp.Rodoviário Municipal

Modalidade: 160 – 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1282 – Aplicações Diretas ..... R\$ 16.853,66

TOTAL: ..... R\$ 16.853,66

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação apurado por fonte de recurso no Exercício, conforme segue:

Fonte de Recursos – 0.1.1282 – Transf.Contr.Repas.875094/2018-MAPA-Aq.Rolo Comp ..... R\$ 16.853,66

TOTAL: ..... R\$ 16.853,66

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 23 de Junho de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93  
Em 23 de Junho de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretária Mun.Administração e Finanças

### DECRETO 1344/2020

Publicação Nº 2535939

DECRETO Nº 1.344/2020, 24 DE JUNHO DE 2020.

Homologa Resultado Processo Seletivo nº 01/2020 do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e considerando a ata do resultado de classificação final por cargo/função dos candidatos inscritos ao Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 01/2020,

CONSIDERANDO que o SISAM, realizou no dia 06 de junho de 2020, as provas escritas objetivas do Processo Seletivo n.º 01/2020, destinado ao provimento de vagas em regime temporário;

CONSIDERANDO, ainda, que realizadas as provas foi dado conhecimento do seu resultado final, com a publicação da relação nominal dos aprovados e classificados no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br), no dia 22 de junho de 2020;

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os princípios e normas aplicáveis aos certames públicos, garantindo a legalidade, impessoalidade e o bom andamento do Processo Seletivo n.º 01/2020.

DECRETA

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o resultado final do Processo Seletivo, concernente ao Edital n.º 01/2020 tendo em vista a classificação final publicada no dia 22 de junho de 2020, e em conformidade com o Anexo I do presente Edital.

§ 1º A íntegra do presente decreto será afixado no Mural Público Municipal, situado no átrio de acesso da Prefeitura Municipal de Piratuba, Rua Governador Jorge Lacerda, 133 – Centro, no Diário Oficial dos Municípios junto ao site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e o mesmo também poderá ser obtido junto ao site [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br) ou ainda junto à Unidade Mista de Saúde, estabelecida na Avenida 18 de Fevereiro, n. 279 – Centro de Piratuba-SC. Outras informações complementares também poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3553-0146.

§ 2º A contratação obedecerá à ordem rigorosa de classificação contida no presente documento e, com base neste, far-se-á a competente convocação de acordo com a necessidade e conveniência do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 24 de Junho de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural Oficial  
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93  
Em 24 de Junho de 2020.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO I – Classificação Final (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Cargo: FARMACÊUTICO									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	13	KAMILA RESTELATTO	14/02/1995	1,20	0,90	0,90	3,30	6,30
Classificado	2º	19	RENATA MORES ARTIFON	15/05/1997	1,20	0,90	0,90	3,30	6,30
Classificado	3º	1	GIANDRA GOLIN GHIGNATTI	23/04/1981	1,20	0,60	0,90	2,20	4,90
Classificado	4º	37	ANDREY MARCELO MENEGHEL	16/11/1988	1,50	0,30	0,60	1,65	4,05
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	18	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA	17/11/1983	1,50	1,50	1,50	4,40	8,90
Classificado	2º	10	TIAGO ADAM SCHUCK	21/04/1989	1,50	1,50	1,50	3,85	8,35
Classificado	3º	34	MARCOS MASSAKI OTA	17/09/1983	1,20	1,50	1,50	3,85	8,05
Classificado	4º	16	GUILHERME DOTTO	07/06/1997	1,20	1,50	0,90	3,85	7,45
Classificado	5º	33	ANA LAURA REICHERT CENTENARO	10/02/1994	1,20	1,20	1,20	3,85	7,45
Classificado	6º	12	MARIA VICTORIA SCHWEDER DE LIMA	04/09/1993	1,20	1,50	0,60	3,85	7,15
Classificado	7º	3	IZADORA MACIEL DE SOUZA	30/07/1996	1,20	0,90	0,90	3,85	6,85
Classificado	8º	31	KLAUS KIRCH NIENKOTTER ROCHA	23/02/1995	1,20	0,90	1,20	3,30	6,60

Piratuba, 24 de Junho de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI  
Prefeito Municipal

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2020 - FMS

Publicação Nº 2536446

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC  
AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2020 - FMS

O Município de Piratuba, SC, através da Pregoeira designada Sra. Débora Cristina Carmo de Oliveira, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência é aquisição de um Conjunto Radiológico Fixo (Aparelho RX), que estará recebendo os envelopes até as 08h20min do dia 8 de julho de 2020, tendo início da seção pública para julgamento na mesma data, as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 25 de junho de 2020.

DÉBORA CRISTINA CARMO DE OLIVEIRA  
Pregoeira



# Pomerode

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039 / 2019 - PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 2535768

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 039 / 2019 PRORROGAÇÃO

Contrato Administrativo nº 039 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: CIACOMP SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME. Objeto: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TRANSCETORES DE RADIOCOMUNICAÇÃO, BEM COMO SEUS ACESSÓRIOS E PERIFÉRICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Valor total contratado: R\$ 17.280,00 (dezessete mil, duzentos e oitenta reais). Justificativa: Em conformidade com o Art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e a CLÁUSULA QUARTA do Contrato Administrativo nº 039/2019, tendo em vista tratar-se de serviço continuado de grande relevância, uma vez que proporciona ao setor de Obras um meio de comunicação de abrangência em todo o Município, em locais muitas vezes sem sinal de telefonia móvel, sendo ainda de baixo custo, ágil e eficiente, PRORROGA-SE o prazo de execução por mais 12 (doze) meses, iniciando em 22/06/2020 (vigésimo segundo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte) e cessando em 21/06/2021 (vigésimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um), mantendo-se inalterado o valor mensal de R\$1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito de Pomerode, Contratante / Antônio Grespan, Ciacomp Serviços e Equipamentos de Informática Ltda ME. - Contratada.

Pomerode / SC, 10 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EDITAL DE CONCURSO Nº 022/2020, PARA REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publicação Nº 2537096

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7277  
E-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br - sed@pomerode.sc.gov.br  
Rua XV de Novembro, 555 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

#### EDITAL DE CONCURSO Nº 022/2020, PARA REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, com base nas disposições da Legislação vigente, torna público para conhecimento dos interessados que ficam abertas as inscrições para o CONCURSO DE REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, capítulo IV, seção I, artigos 51, 52 e 53 e a regulamentação do presente Edital.

#### RESOLVE:

Abrir inscrições e determinar normas para o CONCURSO DE REMOÇÃO na Rede Municipal de Ensino.

#### 1 - DO CONCURSO

Poderão participar deste Concurso de Remoção todos os titulares concursados do cargo de AUXILIAR DE CLASSE:

#### 2 - DAS VAGAS

A vaga disponível para Remoção na Rede Municipal de Ensino segue descrita no quadro abaixo.

Cargo	Carga horária e local
AUXILIAR DE CLASSE	40h – EBM Hermann Guenther;

Automaticamente a vaga do servidor removido abrirá para escolha dos demais classificados e posteriormente para Concurso de Ingresso.

**3 - DAS INSCRIÇÕES**

No ato da inscrição, o candidato deverá preencher o Requerimento Padrão (ANEXO 01) e anexar fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Escolaridade;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Certidão de nascimento dos filhos;
- d) Certidão de casamento.

3.1 Ao encaminhar a inscrição, automaticamente será processada a contagem do tempo de serviço que será computado até a data de 31 de maio de 2020 e providenciado pelo setor administrativo da SEFE.

3.2 A inscrição será realizada no dia 29 de junho de 2020, no Protocolo na Secretaria da Educação e Formação Empreendedora no horário das 7:30 às 11:30h e das 13:00h às 16:00 horas, sito à Rua 15 de novembro, 555.

**4 - DA CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE**

Para fins de classificação e desempate adotar-se-ão os seguintes critérios:

- a) Maior tempo de serviço no cargo efetivo pretendido, prestado a Rede Municipal de Ensino de Pomerode;
- b) Maior grau de escolaridade;
- c) O mais idoso;
- d) Aquele que possuir maior número de filhos;
- e) Aquele que for casado.

4.1 A classificação provisória dos candidatos inscritos será divulgada no dia 29 de junho de 2020 às 17:00 horas, sendo estabelecido o prazo até o dia 30 de junho de 2020 às 16:00 horas, para impetrar recurso.

4.2 A homologação da classificação final será divulgada no dia 01 de julho de 2020.

4.3 A escolha de vagas será no dia 02 de julho de 2020 às 08:00 horas na sede da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, sito a rua 15 de novembro, 555, com a presença dos classificados.

4.4 Para efeito de alteração do local de atuação a presente remoção entrará em vigor a partir 06 de julho de 2020 salvo determinações em contrário.

**5 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1. O Prefeito Municipal de Pomerode constituirá através de Portaria, comissão para acompanhamento da Remoção de que trata o presente Edital, com a competência de coordenar, analisar recursos, dirimir casos omissos e validar o resultado final do procedimento:

a) Representante da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora:

1. Jaqueline Beatriz Rahn

a) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pomerode:

1. Evanir Piegler

b) Representante da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pomerode:

1. Miriam Rossana Biani Staskowian

5.2. Os membros da referida comissão não poderão inscrever-se no presente Concurso.

5.3. O concurso de que trata o referido Edital terá validade restrita ao período de sua realização.

5.4. As vagas remanescentes deste Concurso de Remoção serão preenchidas pelo Concurso de Ingresso.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 22 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito de Pomerode

**ANEXO 01****REQUERIMENTO / CONCURSO DE REMOÇÃO 022/2020**

De preenchimento do candidato(a):

1. Identificação do requerente

Nome: \_\_\_\_\_ 2. Situação funcional atual

Carteira de Identidade nº: \_\_\_\_\_

Ocupando o cargo de \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ horas semanais, sendo \_\_\_\_\_ horas semanais na Unidade Escolar \_\_\_\_\_

e \_\_\_\_\_ horas semanais na Unidade Escolar \_\_\_\_\_ 3. Requer Remoção (Especificar Unidade

Escolar e carga horária correspondente):

De: \_\_\_\_\_

Para: \_\_\_\_\_

Nestes Termos

Pede Deferimento

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pomerode, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020

De preenchimento da SEFE:

1. Da Classificação e Desempate

a) Tempo de serviço: \_\_\_\_anos, \_\_\_\_meses e \_\_\_\_dias.

b) Grau de escolaridade na área específica: \_\_\_\_\_

c) Grau de escolaridade em outra área: \_\_\_\_\_

d) Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

e) Nº de filhos: \_\_\_\_\_

f) Estado Civil ( ) casado ( ) solteiro 2. Parecer final

( ) Deferido

( ) Indeferido

## EDITAL DE CONCURSO Nº 022/2020, PARA REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publicação Nº 2535678

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7277

E-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br - sed@pomerode.sc.gov.br

Rua XV de Novembro, 555 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

### EDITAL DE CONCURSO Nº 022/2020, PARA REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, com base nas disposições da Legislação vigente, torna público para conhecimento dos interessados que ficam abertas as inscrições para o CONCURSO DE REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, capítulo IV, seção I, artigos 51, 52 e 53 e a regulamentação do presente Edital.

#### RESOLVE:

Abrir inscrições e determinar normas para o CONCURSO DE REMOÇÃO na Rede Municipal de Ensino.

#### 1 - DO CONCURSO

Poderão participar deste Concurso de Remoção todos os titulares concursados do cargo de AUXILIAR DE CLASSE:

#### 2 - DAS VAGAS

A vaga disponível para Remoção na Rede Municipal de Ensino segue descrita no quadro abaixo.

Cargo	Carga horária e local
AUXILIAR DE CLASSE	40h – EBM Hermann Guenther;

Automaticamente a vaga do servidor removido abrirá para escolha dos demais classificados e posteriormente para Concurso de Ingresso.

#### 3 - DAS INSCRIÇÕES

No ato da inscrição, o candidato deverá preencher o Requerimento Padrão (ANEXO 01) e anexar fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Escolaridade;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Certidão de nascimento dos filhos;
- d) Certidão de casamento.

3.1 Ao encaminhar a inscrição, automaticamente será processada a contagem do tempo de serviço que será computado até a data de 31 de maio de 2020 e providenciado pelo setor administrativo da SEFE.

3.2 A inscrição será realizada no dia 29 de junho de 2020, no Protocolo na Secretaria da Educação e Formação Empreendedora no horário das 7:30 às 11:30h e das 13:00h às 16:00 horas, sito à Rua 15 de novembro, 555.

#### 4 - DA CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

Para fins de classificação e desempate adotar-se-ão os seguintes critérios:

- a) Maior tempo de serviço no cargo efetivo pretendido, prestado a Rede Municipal de Ensino de Pomerode;
- b) Maior grau de escolaridade;
- c) O mais idoso;
- d) Aquele que possuir maior número de filhos;
- e) Aquele que for casado.

4.1 A classificação provisória dos candidatos inscritos será divulgada no dia 29 de junho de 2020 às 17:00 horas, sendo estabelecido o prazo até o dia 30 de junho de 2020 às 16:00 horas, para impetrar recurso.

4.2 A homologação da classificação final será divulgada no dia 01 de julho de 2020.

4.3 A escolha de vagas será no dia 02 de julho de 2020 às 08:00 horas na sede da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, sito a rua 15 de novembro, 555, com a presença dos classificados.

4.4 Para efeito de alteração do local de atuação a presente remoção entrará em vigor a partir 06 de julho de 2020 salvo determinações em contrário.

#### 5 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O Prefeito Municipal de Pomerode constituirá através de Portaria, comissão para acompanhamento da Remoção de que trata o presente Edital, com a competência de coordenar, analisar recursos, dirimir casos omissos e validar o resultado final do procedimento:

a) Representante da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora:

1. Jaqueline Beatriz Rahn

a) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pomerode:

1. Evanir Pfigler

b) Representante da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pomerode:

1. Miriam Rossana Biani Staskowian

5.2. Os membros da referida comissão não poderão inscrever-se no presente Concurso.

5.3. O concurso de que trata o referido Edital terá validade restrita ao período de sua realização.

5.4. As vagas remanescentes deste Concurso de Remoção serão preenchidas pelo Concurso de Ingresso.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 22 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito de Pomerode

#### ANEXO 01

#### REQUERIMENTO / CONCURSO DE REMOÇÃO 022/2020

De preenchimento do candidato(a):

##### 1. Identificação do requerente

Nome: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade nº: \_\_\_\_\_

Ocupando o cargo de \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ horas semanais, sendo \_\_\_\_\_ horas semanais na Unidade Escolar \_\_\_\_\_

e \_\_\_\_\_ horas semanais na Unidade Escolar \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_\_

Para: \_\_\_\_\_

Nestes Termos

Pede Deferimento

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pomerode, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020

De preenchimento da SEFE:

1. Da Classificação e Desempate

a) Tempo de serviço: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses e \_\_\_\_\_ dias.

b) Grau de escolaridade na área específica: \_\_\_\_\_

c) Grau de escolaridade em outra área: \_\_\_\_\_

d) Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

e) Nº de filhos: \_\_\_\_\_

f) Estado Civil ( ) casado ( ) solteiro 2. Parecer final

( ) Deferido

( ) Indeferido

## EDITAL DE CONCURSO Nº 023/2020, PARA REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publicação Nº 2535699

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7277

E-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br - sed@pomerode.sc.gov.br

Rua XV de Novembro, 555 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

### EDITAL DE CONCURSO Nº 023/2020, PARA REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, com base nas disposições da Legislação vigente, torna público para conhecimento dos interessados que ficam abertas as inscrições para o CONCURSO DE REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, capítulo IV, seção I, artigos 51, 52 e 53 e a regulamentação do presente Edital.

#### RESOLVE:

Abrir inscrições e determinar normas para o CONCURSO DE REMOÇÃO na Rede Municipal de Ensino.

#### 1 - DO CONCURSO

Poderão participar deste Concurso de Remoção todos os titulares concursados do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

#### 2 - DAS VAGAS

A vaga disponível para Remoção na Rede Municipal de Ensino segue descrita no quadro abaixo.

Cargo	Carga horária e local
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	40h – CEIM Amália Gertrudes da Silva Anders;

Automaticamente a vaga do servidor removido abrirá para escolha dos demais classificados e posteriormente para Concurso de Ingresso.

#### 3 - DAS INSCRIÇÕES

No ato da inscrição, o candidato deverá preencher o Requerimento Padrão (ANEXO 01) e anexar fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Escolaridade;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Certidão de nascimento dos filhos;
- d) Certidão de casamento.

3.1 Ao encaminhar a inscrição, automaticamente será processada a contagem do tempo de serviço que será computado até a data de 31 de maio de 2020 e providenciado pelo setor administrativo da SEFE.

3.2 A inscrição será realizada no dia 29 de junho de 2020, no Protocolo na Secretaria da Educação e Formação Empreendedora no horário das 7:30 às 11:30h e das 13:00h às 16:00 horas, sito à Rua 15 de novembro, 555.

#### 4 - DA CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

Para fins de classificação e desempate adotar-se-ão os seguintes critérios:

- a) Maior tempo de serviço no cargo efetivo pretendido, prestado a Rede Municipal de Ensino de Pomerode;
- b) Maior grau de escolaridade;
- c) O mais idoso;
- d) Aquele que possuir maior número de filhos;
- e) Aquele que for casado.

4.1 A classificação provisória dos candidatos inscritos será divulgada no dia 29 de junho de 2020 às 17:00 horas, sendo estabelecido o prazo até o dia 30 de junho de 2020 às 16:00 horas, para impetrar recurso.

4.2 A homologação da classificação final será divulgada no dia 01 de julho de 2020.

4.3 A escolha de vagas será no dia 02 de julho de 2020 às 08:00 horas na sede da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, sito a rua 15 de novembro, 555, com a presença dos classificados.

4.4 Para efeito de alteração do local de atuação a presente remoção entrará em vigor a partir 06 de julho de 2020 salvo determinações em contrário.

## 5 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O Prefeito Municipal de Pomerode constituirá através de Portaria, comissão para acompanhamento da Remoção de que trata o presente Edital, com a competência de coordenar, analisar recursos, dirimir casos omissos e validar o resultado final do procedimento:

a) Representante da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora:

1. Jaqueline Beatriz Rahn

a) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pomerode:

1. Evanir Pfigler

b) Representante da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pomerode:

1. Miriam Rossana Biani Staskowian

5.2. Os membros da referida comissão não poderão inscrever-se no presente Concurso.

5.3. O concurso de que trata o referido Edital terá validade restrita ao período de sua realização.

5.4. As vagas remanescentes deste Concurso de Remoção serão preenchidas pelo Concurso de Ingresso.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 22 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito de Pomerode

## ANEXO 01

### REQUERIMENTO / CONCURSO DE REMOÇÃO 023/2020

De preenchimento do candidato(a):

#### 1. Identificação do requerente

Nome: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade nº: \_\_\_\_\_ 2. Situação funcional atual

Ocupando o cargo de \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ horas semanais, sendo \_\_\_\_\_ horas semanais na Unidade Escolar \_\_\_\_\_

e \_\_\_\_\_ horas semanais na Unidade Escolar \_\_\_\_\_ 3. Requer Remoção (Especificar Unidade Escolar e carga horária correspondente):

De: \_\_\_\_\_

Para: \_\_\_\_\_

Nestes Termos  
Pede Deferimento

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pomerode, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020

De preenchimento da SEFE:

#### 1. Da Classificação e Desempate

a) Tempo de serviço: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses e \_\_\_\_\_ dias.

b) Grau de escolaridade na área específica: \_\_\_\_\_

c) Grau de escolaridade em outra área: \_\_\_\_\_

d) Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

e) Nº de filhos: \_\_\_\_\_

f) Estado Civil ( ) casado ( ) solteiro 2. Parecer final

( ) Deferido

( ) Indeferido

**EDITAL DE CONCURSO Nº 023/2020, PARA REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

Publicação Nº 2537105

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7277  
E-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br - sed@pomerode.sc.gov.br  
Rua XV de Novembro, 555 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**EDITAL DE CONCURSO Nº 023/2020, PARA REMOÇÃO  
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, com base nas disposições da Legislação vigente, torna público para conhecimento dos interessados que ficam abertas as inscrições para o CONCURSO DE REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, capítulo IV, seção I, artigos 51, 52 e 53 e a regulamentação do presente Edital.

**RESOLVE:**

Abrir inscrições e determinar normas para o CONCURSO DE REMOÇÃO na Rede Municipal de Ensino.

**1 - DO CONCURSO**

Poderão participar deste Concurso de Remoção todos os titulares concursados do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

**2 - DAS VAGAS**

A vaga disponível para Remoção na Rede Municipal de Ensino segue descrita no quadro abaixo.

Cargo	Carga horária e local
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	40h – CEIM Amália Gertrudes da Silva Anders;

Automaticamente a vaga do servidor removido abrirá para escolha dos demais classificados e posteriormente para Concurso de Ingresso.

**3 - DAS INSCRIÇÕES**

No ato da inscrição, o candidato deverá preencher o Requerimento Padrão (ANEXO 01) e anexar fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Escolaridade;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Certidão de nascimento dos filhos;
- d) Certidão de casamento.

3.1 Ao encaminhar a inscrição, automaticamente será processada a contagem do tempo de serviço que será computado até a data de 31 de maio de 2020 e providenciado pelo setor administrativo da SEFE.

3.2 A inscrição será realizada no dia 29 de junho de 2020, no Protocolo na Secretaria da Educação e Formação Empreendedora no horário das 7:30 às 11:30h e das 13:00h às 16:00 horas, sito à Rua 15 de novembro, 555.

**4 - DA CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE**

Para fins de classificação e desempate adotar-se-ão os seguintes critérios:

- a) Maior tempo de serviço no cargo efetivo pretendido, prestado a Rede Municipal de Ensino de Pomerode;
- b) Maior grau de escolaridade;
- c) O mais idoso;
- d) Aquele que possuir maior número de filhos;
- e) Aquele que for casado.

4.1 A classificação provisória dos candidatos inscritos será divulgada no dia 29 de junho de 2020 às 17:00 horas, sendo estabelecido o prazo até o dia 30 de junho de 2020 às 16:00 horas, para impetrar recurso.

4.2 A homologação da classificação final será divulgada no dia 01 de julho de 2020.

4.3 A escolha de vagas será no dia 02 de julho de 2020 às 08:00 horas na sede da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, sito a rua 15 de novembro, 555, com a presença dos classificados.

4.4 Para efeito de alteração do local de atuação a presente remoção entrará em vigor a partir 06 de julho de 2020 salvo determinações em contrário.



**5 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1. O Prefeito Municipal de Pomerode constituirá através de Portaria, comissão para acompanhamento da Remoção de que trata o presente Edital, com a competência de coordenar, analisar recursos, dirimir casos omissos e validar o resultado final do procedimento:

a) Representante da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora:

1. Jaqueline Beatriz Rahn

a) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pomerode:

1. Evanir Pfigler

b) Representante da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pomerode:

1. Miriam Rossana Biani Staskowian

5.2. Os membros da referida comissão não poderão inscrever-se no presente Concurso.

5.3. O concurso de que trata o referido Edital terá validade restrita ao período de sua realização.

5.4. As vagas remanescentes deste Concurso de Remoção serão preenchidas pelo Concurso de Ingresso.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 22 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito de Pomerode

**ANEXO 01****REQUERIMENTO / CONCURSO DE REMOÇÃO 023/2020**

De preenchimento do candidato(a):

**1. Identificação do requerente**

Nome: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade nº: \_\_\_\_\_ 2. Situação funcional atual

Ocupando o cargo de \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ horas semanais, sendo \_\_\_\_\_ horas semanais na Unidade Escolar \_\_\_\_\_

e \_\_\_\_\_ horas semanais na Unidade Escolar \_\_\_\_\_ 3. Requer Remoção (Especificar Unidade Escolar e carga horária correspondente):

De: \_\_\_\_\_

Para: \_\_\_\_\_

Nestes Termos

Pede Deferimento

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pomerode, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020

De preenchimento da SEFE:

**1. Da Classificação e Desempate**

a) Tempo de serviço: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses e \_\_\_\_\_ dias.

b) Grau de escolaridade na área específica: \_\_\_\_\_

c) Grau de escolaridade em outra área: \_\_\_\_\_

d) Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

e) Nº de filhos: \_\_\_\_\_

f) Estado Civil ( ) casado ( ) solteiro 2. Parecer final

( ) Deferido

( ) Indeferido

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052 / 2020**

Publicação Nº 2536585

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052 / 2020

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



Processo Administrativo n.º 042 / 2020. Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 004 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES DAS RUAS HEINRICH KANIES E POMERÂNIA, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE. Valor total Contratado: R\$2.685.214,14 (dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, duzentos e catorze reais e catorze centavos), sendo: Lote 01: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, urbanístico e obras complementares da Rua Heinrich Kanies – Bairro Pomerode Fundos – R\$837.064,70 (oitocentos e trinta e sete mil, sessenta e quatro reais e setenta centavos); e, Lote 02: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, urbanístico e obras complementares da Rua Pomerânia – Bairro Pomerode Fundos – R\$1.848.149,44 (um milhão, oitocentos e quarenta e oito mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos). Prazo de execução e vigência: - Lote 01: Pavimentação Rua Heinrich Kanies: 120 dias consecutivos – Prazo final 22/10/2020; - Lote 02: Pavimentação Rua Pomerânia: 180 dias consecutivos – Prazo final 21/12/2020. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Luciano Thiesen, Freedom Engenharia e Construção Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 24 de Junho de 2020.

ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 053 / 2020

Publicação Nº 2536589

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 053 / 2020

Processo Administrativo n.º 044 / 2020. Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 006 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES DA RUA RIBEIRÃO LUEBKE – BAIRRO RIBEIRÃO LUEBKE, RUA EMILIO MARQUARDT – BAIRRO RIBEIRÃO SOUTO E DA RUA DOS ATIRADORES – TRECHO 04 – BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE. Valor total Contratado Lote 01: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e obras complementares da Rua Ribeirão Luebke – Bairro Ribeirão Luebke – R\$1.037.296,94 (um milhão, trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos). Prazo de execução e vigência: Lote 01: Pavimentação Rua Ribeirão Luebke: 120 dias consecutivos – Prazo final 22/10/2020. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Mário Jorge de Souza, Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 24 de Junho de 2020.

ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 054 / 2020

Publicação Nº 2536592

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 054 / 2020

Processo Administrativo n.º 044 / 2020. Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 006 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES DA RUA RIBEIRÃO LUEBKE – BAIRRO RIBEIRÃO LUEBKE, RUA EMILIO MARQUARDT – BAIRRO RIBEIRÃO SOUTO E DA RUA DOS ATIRADORES – TRECHO 04 – BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA

DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE. Valor total Contratado Lote 02: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e obras complementares da Rua Emilio Marquardt – Bairro Ribeirão Souto – R\$729.491,27 (setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e sete centavos). Prazo de execução e vigência: Lote 02: Pavimentação Rua Emilio Marquardt: 90 dias consecutivos – Prazo final 22/09/2020. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Maurício Vogelsanger, Paviplan Pavimentação Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 24 de Junho de 2020.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

## EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055 / 2020

Publicação Nº 2536594

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055 / 2020

Processo Administrativo n.º 044 / 2020. Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 006 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES DA RUA RIBEIRÃO LUEBKE – BAIRRO RIBEIRÃO LUEBKE, RUA EMILIO MARQUARDT – BAIRRO RIBEIRÃO SOUTO E DA RUA DOS ATIRADORES – TRECHO 04 – BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE. Valor total Contratado Lote 03: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e obras complementares da Rua Dos Atiradores – Trecho 04 – Bairro Testo Central – R\$2.520.115,93 (dois milhões, quinhentos e vinte mil, cento e quinze reais e noventa e três centavos). Prazo de execução e vigência: Lote 03: Pavimentação Rua Dos Atiradores – Trecho 04: 270 dias consecutivos – Prazo final 21/03/2021. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Luciano Thiesen, Freedom Engenharia e Construção Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 24 de Junho de 2020.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

## EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 056 / 2020

Publicação Nº 2536599

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 056 / 2020

Processo Administrativo n.º 043 / 2020. Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 005 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES DAS RUAS AUGUST KRUEGER E ERNESTO BLANK – TRECHO 03, BAIRRO REGA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE. Valor total Contratado Lote 01: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e obras complementares da Rua August Krueger – Bairro Rega – R\$984.494,13 (novecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e treze centavos). Prazo de execução e vigência: Lote 01: Pavimentação Rua August Krueger: 90 dias consecutivos – Prazo final 23/09/2020. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Maurício Vogelsanger, Paviplan Pavimentação Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 25 de Junho de 2020.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057 / 2020**

Publicação N° 2536602

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057 / 2020**

Processo Administrativo n.º 043 / 2020. Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 005 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ENGENFOX TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES DAS RUAS AUGUST KRUEGER E ERNESTO BLANK – TRECHO 03, BAIRRO REGA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE. Valor total Contratado Lote 02: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e obras complementares da Rua Ernesto Blank – Trecho 03 – Bairro Rega – R\$382.137,77 (trezentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e sete reais e setenta e sete centavos). Prazo de execução e vigência: Lote 02: Pavimentação Rua Ernesto Blank – Trecho 03: 60 dias consecutivos – Prazo final 24/08/2020. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Eleomar Lima Maciel, Engenfox Terraplanagens e Serviços Eireli, Contratada.

Pomerode / SC, 25 de Junho de 2020.

ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 007 / 2020 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Publicação N° 2536637

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2020  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 007 / 2020

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Às oito horas (08h00min.) do vigésimo quarto dia do mês de Junho do ano de dois mil e vinte (24/06/2020), na sala de licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 26.004 / 2020 e suas alterações, para análise dos documentos habilitatórios apresentados no Processo da Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 007 / 2020.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos de Habilitação apresentados pelos interessados:

Cód. Participante	Nome
58610	RENO VOIGTLAENDER
282545	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA
349631	MOISES PEREIRA 65325826972
447030	ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933
454958	ROBSON GUILHERME ANANIAS 20185732844
629030	PAULO CESAR FERNANDES 07684147927

Em análise aos documentos habilitatórios apresentados, verificou-se:

- INABILITAÇÃO da Empresa MOISES PEREIRA 65325826972 em virtude da licitante não possuir sede no Município de Pomerode, uma vez que, o Credenciamento é de exclusiva participação de microempreendedores individuais e empresas de médio e pequeno porte sediadas em Pomerode.

- HABILITAÇÃO das Empresas RENO VOIGTLAENDER, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA, ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933, ROBSON GUILHERME ANANIAS 20185732844 e PAULO CESAR FERNANDES 07684147927, por apresentarem sua

documentação em conformidade com as exigências editalícias, razão pela qual, a Comissão Permanente de Licitações DECLARA HABILITADAS as licitantes no presente Credenciamento, nos seguintes lotes:

LOTE 01 - SERVIÇOS DE ALVENARIA, MANUTENÇÃO EM TELHADOS E CALHAS, CARPINTARIA, COMPREENDENDO MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	
282545	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA
447030	ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933
454958	ROBSON GUILHERME ANANIAS 20185732844
LOTE 02 - SERVIÇOS DE ELETRICISTA E ENCANADOR, COMPREENDENDO MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, MANUTENÇÃO E/OU CONserto NA REDE ELÉTRICA E HIDRÁULICA, TANTO NA PARTE INTERNA COMO EXTERNA.	
58610	RENO VOIGTLAENDER
282545	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA
447030	ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933
454958	ROBSON GUILHERME ANANIAS 20185732844
629030	PAULO CESAR FERNANDES 07684147927
LOTE 03 - SERVIÇOS DE PINTURA, COMPREENDENDO MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	
282545	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA
447030	ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933
454958	ROBSON GUILHERME ANANIAS 20185732844
LOTE 04 - SERVIÇOS DE MARCENARIA, COMPREENDENDO MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	
252548	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA
447030	ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933

Por conseguinte, em conformidade com o item 6.1.2.3 do edital, a Comissão Permanente de Licitações procederá ao sorteio para composição do primeiro ordenamento entre os credenciados para cada lote da contratação. Assim, segue a primeira ordem de prioridade na contratação:

LOTE 01 - SERVIÇOS DE ALVENARIA, MANUTENÇÃO EM TELHADOS E CALHAS, CARPINTARIA, COMPREENDENDO MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.		
282545	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA	1º
447030	ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933	2º
454958	ROBSON GUILHERME ANANIAS 20185732844	3º
LOTE 02 - SERVIÇOS DE ELETRICISTA E ENCANADOR, COMPREENDENDO MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, MANUTENÇÃO E/OU CONserto NA REDE ELÉTRICA E HIDRÁULICA, TANTO NA PARTE INTERNA COMO EXTERNA.		
629030	PAULO CESAR FERNANDES 07684147927	1º
454958	ROBSON GUILHERME ANANIAS 20185732844	2º
58610	RENO VOIGTLAENDER	3º
282545	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA	4º
447030	ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933	5º
LOTE 03 - SERVIÇOS DE PINTURA, COMPREENDENDO MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.		
282545	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA	1º
447030	ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933	2º
454958	ROBSON GUILHERME ANANIAS 20185732844	3º
LOTE 04 - SERVIÇOS DE MARCENARIA, COMPREENDENDO MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.		
252548	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA	1º
447030	ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933	2º

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOILSON MISS

Presidente da Comissão de Licitações

WALDEMAR WILHELM  
Secretário

GEROLD ROLAND WETZSTEIN  
Membro

LICITANTES

CÉLIO SCHLINGMANN  
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRIBÉSS LTDA

ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA  
ANTONIO APARECIDO DA SILVEIRA 02070659933

## PROJETOS SELECIONADOS CHAMAMENTO PÚBLICO COMTUR N° 01 / 2020

Publicação N° 2537108

### PROJETOS SELECIONADOS

#### CHAMAMENTO PÚBLICO COMTUR N° 01 / 2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR, com base no item 8.6 do Edital de Chamamento Público COMTUR n° 01/2002, torna público os projetos selecionados na reunião ordinária do COMTUR realizada no dia 28/05/2020, conforme segue:

PROJETO	VALOR APROVADO
12ª Osterfest	R\$ 10.000,00
8º Desafio dos Rocha	R\$ 23.423,40
2º Kaffeeklatsch	R\$ 30.000,00
Weihnachtsfest	R\$ 66.000,00
21º Maifest/Säger Buam	R\$ 6.620,00
4º Bierfest	R\$ 70.000,00
TOTAL	R\$ 206.043,40

Pomerode (SC), 28 de maio de 2020.

Cláudio Marcos Krueger  
Presidente do COMTUR

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 015/2020 - ELETRÔNICO 002/2020 - FMS

Publicação Nº 2535835

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão nº 015/2020 - FMS - Pregão Eletrônico - Nº 002/2020 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de teste rápido para sorologia de pacientes e profissionais de saúde com suspeita de COVID-19 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Às 09h00min do dia 02/07/2020, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 25 de Junho de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 050/2020 - PMPB

Publicação Nº 2535876

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIPLICIDADES

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 050/2020 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de artefatos de cimento, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 07/07/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 07/07/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 25 de Junho de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/ SME, DE 22 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2535716

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/ SME, DE 22 DE MAIO DE 2020

Regulamenta os procedimentos para atividades não presenciais no período de suspensão das aulas presenciais, nas Unidades Públicas de Ensino de Porto Belo.

A Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com inciso III do parágrafo único do Art. 116 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo, e,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e uniformizar as atividades educativas no período de suspensão das aulas devido à pandemia do COVID-19, e a consequente necessidade de atendimento aos alunos e a continuidade das atividades educativas não presenciais, resolve editar a seguinte Instrução Normativa:

RESOLVE:

Adotar a Resolução CEE/SC nº 009, de 19 de março de 2020, estabelecendo o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem



a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito da rede pública de ensino e concomitante com o Decreto nº 2.383, de 17 de março de 2020, do Poder Executivo do Município de Porto Belo, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a data de 6 de abril de 2020 como sendo início das atividades escolares não presenciais, computando 04 (quatro) horas diárias, por ano, disciplina e/ou segmentos na Educação Infantil, Ensino Fundamental I - Anos Iniciais, Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Art. 2º Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os professores das unidades terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

1º Planejar e elaborar ações pedagógicas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares, com a colaboração dos gestores, quando houver supervisores e orientadores e de demais docentes.

I - O planejamento e atividades serão enviados ao Gestor/Supervisor Escolar, com uma semana de antecedência, conforme cronograma de cada Unidade Escolar e/ou da Rede Municipal de Educação, seguindo os modelos padronizados da SME de Porto Belo, para cada segmento constante dos anexos I e II.

§ 2º Seguir as normas estabelecidas e/ou orientações da Secretaria de Educação e Equipe Gestora da Unidade Escolar quanto ao detalhamento de procedimentos como modelo padrão de planejamento e para elaboração das atividades a serem postadas nos meios digitais definidos, bem como para entrega impressa, e/ou medidas que venham a ser instituídas durante a vigência desta Normativa.

§ 3º Propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros.

§ 4º Zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020 e consequente promoção dos alunos.

§ 5º Durante o período de afastamento a avaliação do processo ensino aprendizagem será diagnóstica, utilizando os instrumentos e meios adequados para possibilitar uma avaliação mais efetiva, dinâmica e harmônica com a realidade de cada turma.

§ 6º A avaliação formativa, efetivamente, se dará quando do retorno das atividades presenciais.

§ 7º Até a primeira semana de junho as Unidades Escolares que atuam a partir do 3º ano até o 9º e o EJA ano deverão estar estruturadas para a utilização e operacionalização do Google Sala de Aula (Classroom), exceto o disposto nos incisos I e II do artigo segundo.

§ 8º Os professores da disciplina de Informática ficarão à disposição da Gestão para a implantação e operacionalização no que se refere o § 1º, com apoio de outros profissionais dispostos a ajudarem na implantação e para auxiliarem os professores que tenham essa necessidade.

§ 9º O cumprimento dos planejamentos/atividades neste período de aulas não presenciais dar-se-á de forma Remota, da seguinte forma:  
I - Alunos da Educação Infantil: Creches, 0 a 3 anos e 11 meses, turmas de Bebês e Crianças Bem Pequenas, receberão aulas/atividades no Portal Educar Web, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Porto Belo, em [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br), com acesso separado por Unidade escolar.

II - Alunos das turmas Educação Infantil, Crianças Pequenas (Pré I e Pré II) 1º, 2º anos do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos - EJA, receberão aulas/atividades pelo aplicativo WhatsApp. Ficando o Portal Municipal disponível apenas como atividades extras.

III - Alunos do Fundamental I, anos Iniciais - do 3º e 5º ano, e alunos do Fundamental II - Anos Finais - 6º e 9º anos deverão fazer uso do Google Sala de Aula (Classroom). Ficando o Portal Municipal disponível apenas como atividades extras.

IV - Alunos de Inclusão deverão participar das aulas de acordo com sua turma/grupo etário e aulas/atividades pelo aplicativo WhatsApp. Ficando o Portal Municipal disponível apenas como atividades extras.

V - Para computar a quantidade de horas de aula serão utilizados o Portal Educar Web, o Classroom e o WhatsApp conforme organização acima e as Unidades Escolares que tenham Plataformas próprias poderão utilizar apenas como atividades extra.

VI - Sobre a utilização dos Livros didáticos MEC, além das atividades elencadas nos incisos I, II, III, IV e V:

a) Todos alunos do Fundamental I - Anos Iniciais, 1º ao 5º anos, deverão fazer uso do Livro Didático do MEC, consumível, que poderão ser retirados na Unidade Escolar pelos Pais e/ou responsáveis.

b) Todos alunos do Fundamental II, Anos Finais - 6º ao 9º anos deverão fazer uso do Livro Didático Digital do MEC para estudos, que estará disponível no formato digital, no Portal Web e no Google Sala de Aula (Classroom).

Art. 3º Os alunos do Pré I, Pré - Educação Infantil, 1º ao 2º ano - Ensino Fundamental I e II e alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA, que eventualmente não puderem acessar os meios virtuais remotos de comunicação, poderão solicitar à sua Unidade Escolar, ao gestor, justificando por escrito na Unidade Escolar o motivo da não participação nos meios eletrônicos. Após a justificativa o aluno será cadastrado e apenas após a aprovação deste será disponibilizado em regime especial, atividades impressas para ser retiradas e devolvidas na Unidade Escolar, uma vez na semana, sempre com dia e horário agendado pela e na Unidade Escolar.

Art. 4º As atividades/habilidades que eventualmente não puderem ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial, deverão ser reprogramadas, sem prejuízo pedagógico aos alunos, nos planejamentos para reposição ao cessar esse período de aulas não presenciais.

Art. 5º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo.

Art. 6º O rigoroso registro quanto aos planejamentos, atividades enviadas, realizadas pelos alunos e consequente devolutiva, ficam sob a responsabilidade dos professores e Gestor de cada Unidade Escolar, e onde houver, pela Supervisão.

Art. 7º A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação revogadas disposições em contrário.  
Porto Belo, 22 de maio de 2020.

Rosane Maria Grauppe  
Secretária de Educação



# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 986/2020

Publicação Nº 2536214

DECRETO Nº 986, de 24 de junho de 2020.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Delega competência à Assistente Social Senhora Ivana Carla Krassowski Franco, inscrita no CPF sob o nº 881.967.479-34, que fica autorizada a movimentar junto ao Banco do Brasil, Agência 2490-2, a conta bancária nº 22.329-8 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conjuntamente com a Encarregada da Assistência Social, Senhora Ieda Lúcia Zanella, inscrita no CPF sob o nº 641.536.819-20.

Art. 2º As mesmas estarão investidas conjuntamente nos seguintes poderes:

- I- emitir cheques;
- II- abrir contas de depósito;
- III- autorizar cobrança;
- IV- receber, passar recibo e dar quitação;
- V- requisitar talonários de cheques;
- VI- autorizar débito em conta relativo a operações;
- VII- efetuar transferências/pagamentos;
- VIII- sustar/contra – ordenar cheques;
- IX- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- X- efetuar saques – conta corrente;
- XI- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- XII- efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- XIV- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- XV- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- XVI- emitir comprovantes;
- XVII- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XVIII- encerrar contas de depósito.

Art. 3º As mesmas estarão investidas isoladamente nos seguintes poderes:

- I- solicitar saldos e extratos;
- II- retirar cheques devolvidos;
- III- cancelar cheques;
- IV- baixar cheques;
- V- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VI- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- VII- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- VIII- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- IX- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Revoga o Decreto nº 600, de 04 de dezembro de 2018.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 004/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - FAS**

Publicação Nº 2536090

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 006/2020 – FAS – REGISTRO DE PREÇOS.  
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 004/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LIMPEZA, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 08 de julho de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 24 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 050/2020 - REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2536094

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 120/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 050/2020.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 08 de julho de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 24 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 037/2020**

Publicação Nº 2535713

PORTARIA Nº 037, de 22 de junho de 2020.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo constituída pela Portaria nº 014, de 23 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Município, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 014, de 23 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 26 de junho de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**RESOLUÇÃO Nº 004/2020 - CMAS**

Publicação Nº 2536481

**RESOLUÇÃO Nº 004/2020**

Aprova "ad referendum" Plano de Trabalho para execução dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais relativos a pactuação do cofinanciamento para o exercício de 2020 dos recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – FEAS/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto União/SC, em Reunião de Mesa Diretora em 18 de maio de 2020, Ata de nº 225, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Municipal de nº 2.214 de 25 de outubro de 1996, alterada pelas Leis nº 2.641 de 29 de junho de 2001, nº 2.916 de 26 de novembro de 2003 e nº 3.781 de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre a organização da assistência social no município e institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e:

Considerando a Resolução do CNAS nº 31/2013, que aprova princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses Serviços.

Considerando a Resolução da CIT nº 17/2013, que dispõe sobre princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses Serviços. Considerando a Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução da CIT nº 2, de 03 de abril de 2014, que dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada e reordenamento do ano de 2014 do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias.

Considerando a Resolução do CNAS nº 11 de 17 de abril de 2014, que dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada e reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias do ano de 2014.

Considerando a Resolução nº 01, de 20 de março de 2020 que aprova "ad referendum" a pactuação do cofinanciamento para o exercício de 2020 dos critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, para os Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais

**RESOLVE:**

Art.1º Aprovar "ad referendum" o Plano de Trabalho para execução dos Serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade (Serviço Municipal de Acolhimento para Famílias e Indivíduos em situação de rua – Casa de Passagem) e Benefícios Eventuais, relativos a pactuação do cofinanciamento para o exercício de 2020 dos recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – FEAS/SC a ser repassado ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Fica este Conselho Municipal responsável por acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos ora aprovados bem como os ganhos sociais e o desempenho da execução dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Porto União, 21 de maio de 2020.

EVELI DA COSTA SILVA  
Presidente  
CMAS de Porto União

**RESOLUÇÃO Nº 005/2020 - CMAS**

Publicação Nº 2536484

**RESOLUÇÃO Nº 005/2020**

Aprova o Plano de Aplicação de Cofinanciamento Federal do Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial e Proteção Social Básica para execução de ações do SUAS, devido a situação de Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo CORONAVIRUS -COVID19, previsto conforme a Portaria de nº 378 de 07 de maio de 2020, dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União – FNAS.

O Municipal de Assistência Social de Porto União/SC, em Reunião de Mesa Diretora em 05 de junho de 2020, Ata de nº 226, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Municipal de nº 2.214 de 25 de outubro de 1996, alterada pelas Leis nº 2.641 de 29 de junho de 2001, nº 2.916 de 26 de novembro de 2003 e nº 3.781 de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre a organização da assistência social no município e institui o Conselho Municipal de Assistência Social:

**RESOLVE:**

Art.1º Aprovar Aprova o Plano de Aplicação de Cofinanciamento Federal do Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial e Proteção Social Básica para execução de ações do SUAS, devido a situação de Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo CORONA-VIRUS -COVID19, previsto conforme a Portaria de nº 378 de 07 de maio de 2020, dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União – FNAS.

Art. 2º Fica este conselho municipal responsável por acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos ora aprovados bem como os ganhos sociais e o desempenho da execução dos serviços da Proteção Social Especial e Proteção Social Básica.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Porto União, 09 de junho de 2020.

ELAINE DAUBERMANN

Conselheira Presidente

CMAS

Porto União

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO N° 070/2020 DE 23/06/2020 - REVOGA PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 061/2020, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação N° 2535708

DECRETO N° 070/2020 de 23/06/2020

Revoga processo de licitação de n° 061/2020, na modalidade pregão eletrônico n° 043/2020, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que o processo de licitação n° 061/2020, na modalidade pregão eletrônico n° 043/2020, ocorreu pelo "menor preço por item", quando deveria ter sido por "menor preço por lotes";

CONSIDERANDO que o processo de licitação neste formato poderá causar prejuízo ao ente público, pois é menos vantajoso;

CONSIDERANDO que o processo de licitação citado ainda não foi homologado e adjudicado, sendo perfeitamente pertinente a revogação e não enseja o direito ao contraditório.

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o processo de licitação n° 061/2020, na modalidade pregão eletrônico n° 043/2020, conforme os motivos acima expostos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de junho de 2020.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATOS E ADITIVOS JUNHO 2020**

Publicação Nº 2535671

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC  
E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 023/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Dilson Back, situado à Estrada Fazenda Viana, em Pouso Redondo/SC, CPF nº946.704.479-04, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total **de até R\$ 6.292,02 (Seis mil, duzentos e noventa e dois reais e dois centavos)**

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

AGRICULTOR	PRODUTO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO
DILSON BACK*	TOMATE ORGÂNICO	266	KG	R\$ 4,97
	TANGERINA ORGÂNICA	700	KG	R\$ 7,10

Valor Total do Contrato: **R\$ 6.292,02 (Seis mil, duzentos e noventa e dois reais e dois centavos)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**



**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

\_\_\_\_\_  
Dilson Back  
CPF 946.704.479-04

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

- 1. \_\_\_\_\_
- 2. \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 024/2020**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Hilbert Matias, situado à Estrada Geral Serra Grande, em Pouso Redondo/SC, CPF nº659.049.239-53, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total **de até R\$ 25.529,49 (Vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos)**

c) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

d) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

HILBERT MATHIAS	ABOBORA PAULISTA/MENINA	250	KG	R\$	2,29
	ALFACE	250	UND	R\$	2,20
	ALHO IN NATURA	100	Pct 500g	R\$	18,11



## **MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

BANANA	3000	KG	R\$	2,12
BRÓCOLIS COM FOLHAS	240	UND	R\$	3,36
CEBOLA	500	KG	R\$	2,17
CENOURA	500	KG	R\$	2,84
CHUCHU	166	KG	R\$	2,73
COUVE-FLOR COM FOLHAS	250	UND	R\$	3,43
ESPINAFRE	500	MAÇO	R\$	2,20
LIMÃO	400	KG	R\$	3,12
PEPINO SALADA	333	KG	R\$	3,16
PIMENTÃO	150	KG	R\$	3,72
REPOLHO	333	UND	R\$	2,47
TANGERINA	700	KG	R\$	5,46
TEMPERO VERDE	400	MAÇO	R\$	2,40
TOMATE SALADA	266	KG	R\$	3,82
VAGEM	150	KG	R\$	6,90

Valor Total do Contrato: **R\$ 25.529,49 (Vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

### CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

### CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

### CLÁUSULA OITAVA:

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- e) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- f) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- g) fiscalizar a execução do contrato;
- h) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- d) por acordo entre as partes;
- e) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- f) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

\_\_\_\_\_  
HILBERT MATIAS  
CPF 659.049.239-53

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

3. \_\_\_\_\_

4. \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO N° 025/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JOSIMAR RECH, situado à Estrada Geral Alto Sumidor, em Rio do Oeste/SC, CPF nº063.182.279-89, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total **de até R\$ 3.232,73 (Três mil, duzentos e trinta e dois reais e setenta e três centavos)**

e) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

f) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

JOSIMAR RECH*	BRÓCOLIS COM FOLHAS ORGÂNICO	240	UND	R\$	4,37
	COUVE-FLOR ORGÂNICO	250	UND	R\$	4,46
	REPOLHO ORGÂNICO	333	UND	R\$	3,21

Valor Total do Contrato: **R\$ 3.232,73 (Tres mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e setenta e três centavos)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e



## **MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

### **CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

### **CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- i) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- j) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- k) fiscalizar a execução do contrato;
- l) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**



**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- g) por acordo entre as partes;
- h) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- i) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

\_\_\_\_\_  
JOSIMAR RECH  
CPF 063.182.279-89

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

5. \_\_\_\_\_

6. \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 026/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado LAURI NUNES MELO, situado à Estrada Geral Alto Rio de Traz, em Pouso Redondo/SC, CPF nº463.798.869-15, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total **de até R\$ 6.223,46 (Seis mil, duzentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos)**



## **MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

g) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

h) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

<b>LAURI NUNES MELO</b>	<b>AIPIM COM CASCA</b>	<b>500</b>	KG	<b>R\$ 3,77</b>
	<b>ALFACE</b>	<b>250</b>	KG	<b>R\$ 2,20</b>
	<b>CHUCHU</b>	<b>166</b>	KG	<b>R\$ 2,73</b>
	<b>LIMÃO</b>	<b>400</b>	KG	<b>R\$ 3,12</b>
	<b>PEPINO SALADA</b>	<b>333</b>	KG	<b>R\$ 3,16</b>
	<b>VAGEM</b>	<b>150</b>	KG	<b>R\$ 6,90</b>

**Valor Total do Contrato: R\$ 6.223,46(Seis mil, duzentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

### CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

### CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e



## **MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

### **CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

### **CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- m) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- n) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- o) fiscalizar a execução do contrato;
- p) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- j) por acordo entre as partes;
- k) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- l) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

\_\_\_\_\_  
LAURI NUNES MELO

CPF 463.798.869-15

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

7. \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

8. \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 026/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado LAURI NUNES MELO, situado à Estrada Geral Alto Rio de Traz, em Pouso Redondo/SC, CPF nº463.798.869-15, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total **de até R\$ 6.223,46(Seis mil, duzentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos)**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

- i) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.
- j) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

LAURI NUNES MELO	AIPIM COM CASCA	500	KG	R\$	3,77
	ALFACE	250	KG	R\$	2,20
	CHUCHU	166	KG	R\$	2,73
	LIMÃO	400	KG	R\$	3,12
	PEPINO SALADA	333	KG	R\$	3,16
	VAGEM	150	KG	R\$	6,90

Valor Total do Contrato: **R\$ 6.223,46(Seis mil, duzentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- q) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- r) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- s) fiscalizar a execução do contrato;
- t) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**



**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- m) por acordo entre as partes;
- n) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- o) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**\_\_\_\_\_  
LAURI NUNES MELO

CPF 463.798.869-15

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal**TESTEMUNHAS:**

9. \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

10. \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 028/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Rudinei Sandrin, situado à Estrada Geral Santa Rita, em Pouso Redondo/SC, CPF nº021.972.099-14, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total **de até R\$ 3.120,00 (Três mil, cento e vinte reais)**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC  
E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

k) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

l) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

RUDINEI SANDRIN	ALFACE	250	KG	R\$	2,20
	COUVE-MANTEIGA	250	Maço 10 folhas	R\$	2,30
	TEMPERO VERDE	400	MAÇO	R\$	2,40
	VAGEM	150	KG	R\$	6,90

Valor Total do Contrato: **R\$3.120,00(Três mil, cento e vinte reais)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- u) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- v) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- w) fiscalizar a execução do contrato;
- x) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- p) por acordo entre as partes;
- q) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- r) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

\_\_\_\_\_  
RUDINEI SANDRIN  
CPF 021.972.099-14

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

11. \_\_\_\_\_

12. \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 029/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Salete do Nascimento Bonessi, situado à Estrada Geral Aterrado, em Pouso Redondo/SC, CPF nº497.824.529-04, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total **de até R\$ 10.027,90 (Dez mil, vinte e sete reais e noventa centavos)**

m) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

n) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

SALETE BONESSI	ABOBRINHA	200	KG	R\$	2,76
	BRÓCOLIS COM FOLHAS	240	UND	R\$	3,36
	COUVE-FLOR COM FOLHAS	250	UND	R\$	3,43
	LARANJA	1500	KG	R\$	2,66
	TANGERINA	700	KG	R\$	5,46

Valor Total do Contrato: R\$10.027,90 (Dez mil, vinte e sete reais e noventa centavos)

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

y) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

z) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

aa) fiscalizar a execução do contrato;

bb) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**



**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- s) por acordo entre as partes;
- t) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- u) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

---

**SALETE DO NASCIMENTO BONESSI**

CPF 497.824.529-04

---

**OSCAR GUTZ**  
Prefeito Municipal**TESTEMUNHAS:**

13. \_\_\_\_\_

14. \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 030/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado HILÁRIO FABRIS, situado à Estrada Pouso da Caixa, em Pouso Redondo/SC, CPF nº811.793.599-68, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R\$ 7.812,00 (Sete mil, oitocentos e doze reais)**

o) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

p) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

HILÁRIO FABRIS	LARANJA	1500	KG	R\$	2,66
	TANGERINA	700	KG	R\$	5,46

Valor Total do Contrato: **R\$7.812,00 (Sete mil, oitocentos e doze reais)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- cc) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- dd) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- ee) fiscalizar a execução do contrato;
- ff) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- v) por acordo entre as partes;
- w) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- x) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

\_\_\_\_\_  
HILÁRIO FABRIS  
CPF 811.793.599-68

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

15. \_\_\_\_\_

16. \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 031/2020**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado VILTON ADAMI, situado à Estrada Pouso da Caixa, em Pouso Redondo/SC, CPF nº383.242.889-53, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R\$ 3822,00 (Três mil, oitocentos e vinte e dois reais)**

q) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

r) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

VILTON ADAMI	TANGERINA	700	KG	R\$	5,46
--------------	-----------	-----	----	-----	------

Valor Total do Contrato: **R\$ 3822,00 (Três mil, oitocentos e vinte e dois reais)**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.00000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.00000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.00000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.00000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

gg) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

hh) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

ii) fiscalizar a execução do contrato;

jj) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

y) por acordo entre as partes;

z) pela inobservância de qualquer de suas condições;

aa) por quaisquer dos motivos previstos em lei.



**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

\_\_\_\_\_  
VILTON ADAMI  
CPF 383.242.889-53

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

17. \_\_\_\_\_

18. \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO N° 032/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Cooperativa de Pequenos Produtores de Taió - COOPERTAIO, situado à Rua Coronel Federssen,

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

nº1065, Centro, em Taio /SC, CNPJ 19.931.940/0001-32, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R\$ 36.492,99 (Trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos)**

s) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

t) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

COOPERTAÍO	ABOBRINHA	200	KG	R\$	2,76
	AIPIM COM CASCA	500	KG	R\$	3,77
	ALFACE	250	KG	R\$	2,20
	ALHO IN NATURA	100	Pct 500g	R\$	18,11
	BATATA INGLESA LAVADA	1000	KG	R\$	2,86
	BRÓCOLIS COM FOLHAS	240	UND	R\$	3,36
	CEBOLA	500	KG	R\$	2,17
	CENOURA	500	KG	R\$	2,84
	CHUCHU	166	KG	R\$	2,73

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

COUVE-FLOR COM FOLHAS	250	UND	R\$	3,43
COUVE-MANTEIGA	250	Maço 10 folhas	R\$	2,30
DOCE DE FRUTAS/GELEIA ESTILO CASEIRA	250	600 A 700g	R\$	11,66
FARINHA DE FUBÁ FINA	300	KG	R\$	2,75
FARINHA DE FUBÁ GROSSA	800	KG	R\$	3,28
LARANJA	1500	KG	R\$	2,66
MORANGO	800	KG	R\$	11,00
PEPINO SALADA	333	KG	R\$	3,16
PIMENTÃO	150	KG	R\$	3,72
REPOLHO	333	UND	R\$	2,47
TOMATE SALADA	266	KG	R\$	3,82
VAGEM	150	KG	R\$	6,90

Valor Total do Contrato **R\$ 36.492,99 (Trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e



## **MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

### **CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

### **CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- kk) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- ll) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- mm) fiscalizar a execução do contrato;
- nn) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- bb) por acordo entre as partes;
- cc) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- dd) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

\_\_\_\_\_  
COOPERTAIO – COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR TAIO  
CPF 19.931.480/0001-32

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

19. \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

20. \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 033/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Cooperativa Agrícola Familiar Serra do Taboão - COOPERAÇÃO, situado à Rua Evaldo Volkmann, nº1065, Rio do Sul/SC, CNPJ 20.432.884/0001-60, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R\$ 53.808,00 (Cinquenta e Três mil, oitocentos e oito reais)**

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

u) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

v) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

COOPERAÇÃO	BISCOITO SEM LACTOSE	1200	KG	R\$	17,63
	BISCOITO CASEIRO (normal, fubá, integral)	1200	KG	R\$	17,99
	MACARRÃO CASEIRO CONGELADO	1200	KG	R\$	9,22

Valor Total do Contrato **R\$ 53.808,00 (Cinquenta e Três mil, oitocentos e oito reais)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.0000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- oo) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- pp) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- qq) fiscalizar a execução do contrato;
- rr) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.



**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- ee) por acordo entre as partes;
- ff) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- gg) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

COOPERAÇÃO – COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR SERRA TABOÃO  
CPF 20.432.884/0001-60

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

21. \_\_\_\_\_

22. \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CONTRATO DE VENDA****CONTRATO Nº 034/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antonio Carlos Thiesen, 74, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **83.102.681/0001-26**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Assoc. Produtores Orgânicos do Plan. V. do Itajai e Litoral Catarinense - ECOFRUTAS, situado à Rua Expedicionario Aleandro Stedile, nº2800, Rio do Sul/SC, CNPJ 11.001.445/0001-02, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo nº 019/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R\$ 12.898,00 (Doze mil, oitocentos e noventa e oito reais)**

w) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

x) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

ECOFRUTAS	SUCO DE UVA INTEGRAL ORGÂNICO	800	LITRO	R\$	16,16
-----------	-------------------------------	-----	-------	-----	-------

Valor Total do Contrato **R\$ 12.898,00 (Doze mil, oitocentos e noventa e oito reais)**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

38 – 33.90.30.07.00.00.00000000 – Recursos próprios

39– 33.90.30.07.00.00.00000000 – Recursos Vinculados

2020 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

40– 33.90.30.07.00.00.00000000 – Recursos próprios

41– 33.90.30.07.00.00.00000000 – Recursos vinculados

ESCOLAR - PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.



## **MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- ss) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- tt) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- uu) fiscalizar a execução do contrato;
- vv) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública 001/2020, Processo nº 19/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Atualização CD/FNDE nº 04/2015, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- hh) por acordo entre as partes;
- ii) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- jj) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 05 de julho de 2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 24 de março de 2020.

**CONTRATADO**

Assoc. Produtores Orgânicos do Plan. V. do Itajai e Litoral Catarinense - ECOFRUTAS  
Cnpj 11.001.445/0001-02

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

23. \_\_\_\_\_

24. \_\_\_\_\_

**Contrato de Prestação de Serviços nº035/2020 que celebram  
entre si o Município de Pouso Redondo, através de seu  
Prefeito Municipal Sr. Oscar Gutz e a empresa GC**



## **MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

### **FORMAÇÕES LTDA, referente ao Processo nº 181/2018, Inexigibilidade nº10/2020.**

## **Cláusula Primeira – Das Partes**

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado o Município de Pouso Redondo, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.102.681/0001-26, com sede a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Bairro Independência, Pouso Redondo/SC, neste ato representado por seu Prefeito OSCAR GUTZ, na qualidade de gestor do Município, com delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, denominado CONTRATANTE e GC FORMAÇÕES LTDA, doravante denominada CONTRATADA, empresa jurídica de direito privado, inscrita CNPJ nº 15.203.493/0001-34, com sede a Rua Hilda Breitenbach, 130, Vila Operaria, Itajaí, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Joao Guilherme Cechelero Bento, RG 5.470.380-8 SSP/SC/ CPF 038.200.739-57, qualidade de representante da CONTRATADA, acordam e ajustam o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente, assim como pelas condições em decorrência do Processo de Licitação nº 181/2018 realizada através da Inexigibilidade nº 10/2020, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

## **Cláusula Segunda – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação datada de 05 de março de 2020, baseada no inciso II, art. 25, c/c art. 26 e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21/06/93, e na proposta apresentada na data de 25 de fevereiro de 2020.

## **Cláusula Terceira – Do Objeto**

O Contrato tem por objeto a Contratação de assessoria para Formação da Rede de atendimento a criança e adolescente de Pouso Redondo, com ênfase no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e Conselho Tutelar, onde a formação contínua para os atores da rede de atendimento a criança e adolescentes se faz jus, primeiro de forma mais genérica, devido a mudança da sociedade, como o advento de mídias sociais, mudanças no paradigma do que é família e etc. Tais mudanças impactam o Direito e sua aplicação, o que por sua vez cria a necessidade de atualização na forma de execução do trabalho. Segundo de forma mais específica, o CMDCA de Pouso Redondo vem passando por readequações institucionais, a exemplo disso foi iniciada novamente a contagem das resoluções, se passou a publicar de forma determinante tais resoluções em diário oficial, aumentou a comunicação do CMDCA com demais atores da rede, melhorou o Processo Administrativo Disciplinar de competência deste conselho, reformulou o regimento interno. A formação em vista colaborará para tal readequação institucional. Também é necessário pensar e repensar o desenho e desempenho institucional e as práticas dos Conselheiros de Direito, pois é pacífico dentro do órgão a necessidade de formação para o bom andamento dos trabalhos. Entender e se aprofundar em assuntos como política pública, criança e

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

adolescente como sujeitos de direitos, funcionamento das instituições é *mister* para que nós Conselheiros de Direitos possamos cumprir nosso papel, totalizando um período de 12 meses de trabalho, conforme descrito na justificativa confeccionada pelo CMDCA anexo.

**Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução**

O Contrato será executado na forma mensal, por um período de 12 meses de trabalho, para tanto, os dispositivos dos arts. 6º e 10 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Quinta – Do Valor**

O valor total do contrato é de R\$ R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais)., procedente do Orçamento corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

**Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária**

A despesa correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Despesa	Dotação	Descrição
134	13.01.2.037.3.3.90.39.48.00.00.00	Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência

**Cláusula Sétima – Do Pagamento**

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Município de Pouso Redondo, parcelado, mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

**Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência**

O contrato terá vigência desde a sua assinatura até 15 de maio de 2021.

O representante legal do contratado que assina este instrumento como representante da entidade acima, o faz também por si, fiador do presente contrato, ficando solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais dele decorrentes até o término da vigência.

**Cláusula Nona – Das garantias**

Em caso de infração de qualquer uma das cláusulas deste contrato, a parte infratora responderá na forma do previsto no Código Civil, pelas perdas e danos que sofrer a outra parte, obrigando-se a ressarcir-las das mesmas.

a) De comum acordo, as partes contratantes desde já, fixam essas perdas e danos para efeito desta cláusula, na importância de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato, ficando a parte prejudicada autorizada receber este valor a vista.





## **MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

### **Cláusula Décima – Da responsabilidade do Contratante**

- a) Efetuar o pagamento e
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

### **Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

A CONTRATADA responderá pelos encargos previdenciários, trabalhistas, ISS, IR, decorrentes da execução do presente contrato.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA se obriga ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, respondendo pessoalmente, em caso de qualquer ação judicial pela execução dos serviços, isentando totalmente a CONTRATANTE desse ônus.

### **Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual**

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

### **Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades**

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista na Justificativa de Inexigibilidade de Licitação, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

### **Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução**

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

### **Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão**

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Justificativa de Dispensa de Licitação, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

### **Cláusula Décima Sexta - Da Publicação e do Registro**



**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento. Após a lavratura do presente contrato, cessam todos os poderes dos representantes credenciados da contratada e no caso de qualquer modificação, quando solicitada pelo contratante, deverá ser feita de forma expressa endereçada única e exclusivamente a contratada.

**Cláusula Décima Sétima – Do Foro**

Para constar, lavrou-se em três vias este instrumento particular, que as partes contratantes, ficando eleito o foro da Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pouso Redondo, 15 de maio de 2020.

**CONTRATADA**

GC FORMações LTDA

15.203.493.0001-34

Joao Guilherme Cechelero Bento – Representante Legal

**CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

83.102.681/0001-26

Oscar Gutz – Prefeito Municipal

**1ª TESTEMUNHA**

Nome:

CPF:

**2ª TESTEMUNHA**

Nome:

CPF:

**1º TERMO ADITIVO****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 023/2020**

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e Dilson Back, situado à Estrada Fazenda Viana, em Pouso Redondo/SC, CPF nº946.704.479-04, já qualificadas no contrato Nº 0023/2020, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

CLÁUSULA SEXTA: Fica alterado os quantitativo descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) acrescentando o item 05 -Alface, , a quantidade de 600unidades.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 13 de Maio de 2020.

.....  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal Pouso Redondo

.....  
Dilson Back  
CPF: 946.704.479-04

TESTEMUNHA 1ª

TESTEMUNHA 2ª

.....  
TAYSE V. MARCHI  
CPF: 056.653.669-27

.....  
ANDREZA TISCHNER  
CPF:

**9º TERMO ADITIVO DE AO CONTRATO Nº. 036/2016****PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2016**

Pelo presente TERMO ADITIVO ao Contrato de LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA já firmado entre as partes. O Município de POUSO REDONDO, pessoa jurídica de direito público, estabelecido RUA ANTONIO CARLOS THIESEN, Nº74, BAIRRO INDEPENDENCIA, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.681/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. OSCAR GUTZ, portador do CPF nº. 474.014.869-20, na condição de CONTRATANTE e a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ nº. 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa, nº. 134, centro de Criciúma/SC. Neste ato representado por seu representante legal, Sr. Valcemir Campos Ponciano, portadora do CPF sob nº 951.016.409-72, na condição de CONTRATADA. Têm entre si justo e contratado, na melhor forma de direito, o presente Termo Aditivo de supressão ao Contrato nº. 36/2016, firmado em 03/08/2016, segundo as condições adiante especificadas, que mutuamente aceitam e livremente se comprometem a cumprir e respeitar por si e seus sucessores a qualquer título, nos termos que seguem:

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste Termo o aditivo de Programas Locação/ licenciamento de sistemas para gestão pública para a Prefeitura Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO**

Fica aditivado ao Termo original o seguinte Programa, a partir do mês de julho de 2020:

Item	Un.	Descrição	Valor
X	Mês	Protocolo Fly	R\$ 510,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL**

O aditivo de que trata este Termo Aditivo tem como fundamento legal a alínea “b”, do inciso I, do artigo 65, c/c § 1º do mesmo dispositivo da Lei n.º 8.666/93, consolidada.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo vigorará a partir do dia 01 de julho de 2020.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais Cláusulas do termo ora aditado, permanecem inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 22 de junho de 2020

**Oscar Gutz**  
Prefeito Municipal.  
Contratante

**Valcemir Campos Ponciano**  
Betha Sistemas Ltda.  
Contratada

Testemunhas:

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Nome: **Tayse V. Marchi**  
CPF: 056.653.669-27

Nome:  
CPF:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO****CNPJ 83.102.681/0001-26****Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133****89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina****2º TERMO ADITIVO****CONTRATO Nº001/2017.****PROCESSO Nº 17/2017****CC Nº 001/2017**

**O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO**, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa **CARLOS ALBERTO DOS SANTOS** 01377165901, inscrita no CNPJ sob nº.13.421.147/0001-05, estabelecida na rua Ella Sthamer, Centro, no município de Pouso Redondo, neste ato legalmente representado por Carlos Roberto dos Santos, portador do CPF nº.016.771.659-01, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** fica alterado o prazo deste contrato, estabelecendo o prazo até 31 de maio de 2021, para o cumprimento dos termos consignados no objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 29 de maio de 2020

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeitura Municipal de  
Pouso Redondo – Contratante

\_\_\_\_\_  
Carlos Roberto dos Santos  
CPF 016.771.659-01  
Representante legal - Contratada

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

TESTEMUNHAS:

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 23/2018 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO. QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, E INOVA ASSESSORIA EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME.**

Ao quinto dia do mês de junho de 2020, o Município de Pouso Redondo, com registro no CNPJ n. 83.102.681/0001-72, sede na rua Antonio Carlos Thiesen, n. 74, Pouso Redondo-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Oscar Gutz, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e **INOVA ASSESSORIA EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rua da Paz, 1066, Centro, Cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 14.298.710/0001-54, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 23/2018 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**, observado as disposições contidas na Lei ns. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso I, § 1º, Processo Administrativo nº. 40/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2018, e mediante as seguintes condições:

**1 – OBJETO.** Este instrumento tem por objeto acrescentar uma linha telefônica, para ser utilizado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pouso Redondo.

**2 – FINALIDADE.** A finalidade deste instrumento é o aditivo contratual.

**3 – DA ALTERAÇÃO.** Fica acrescido ao contrato uma linha telefônica, ITEM 4, no valor de R\$ 93,10 (noventa e três reais e dez centavos), que terá o número 9.9149-0053.

**4 – DA VIGÊNCIA.** Este instrumento entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

**5 – DA RATIFICAÇÃO.** Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato.

**6 – DO FORO:** As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal de Trombudo Central - SC, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas no presente Termo, assinam este instrumento o Município de Pouso Redondo - SC e o fornecedor registrado, na pessoa do seu representante legal, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo, 05 de junho de 2020

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC

E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

OSCAR GUTZ  
MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

INOVA ASSESSORIA EM TELEC.  
Representante Legal.

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**1º TERMO ADITIVO****CONTRATO Nº01 2019.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Antônio Carlos Thiesen, nº 74, Bairro Independência - inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Senhor Oscar Gutz, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa SINNC Soluções Ltda Me, com sede na Pedro Ramires de Mello, n. 401, Sala 203, Centro – Pato Branco - PR inscrita no CNPJ sob o nº. 13.809.328/0001-03 neste ato representada por seu representante legal o Senhor Ricardo Pimentel, inscrito no CPF n.026.145.649-07, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Fica alterado o prazo deste contrato, estabelecendo o prazo até 03 de junho de 2021, para o cumprimento dos termos consignados no objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 03 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_  
OSCAR GUTZ  
Prefeitura Municipal de

\_\_\_\_\_  
SINNC Soluções Ltda Me  
13.809.328/0001-03



## **MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO**

CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133 – CEP 89.172-000 Pouso Redondo - SC  
E-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br)

Pouso Redondo – Contratante

Representante legal - Contratado

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

**REVOGAÇÃO PROCESSO 61 2020 - PE 43 2020**

Publicação N° 2536145

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO  
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO N°. 61/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 43/2020

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, o processo licitatório com objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de borracharia e serviços de recauchutagem, conserto e vulcanização de pneus das máquinas, caminhões, ônibus e equipamentos pertencentes às Secretarias do Município, foi REVOGADO. Maiores informações serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.  
Pouso Redondo, em 24 de Junho de 2020.

Oscar Gutz  
Prefeito Municipal



# Praia Grande

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 048

Publicação Nº 2535771

DECRETO Nº 048, de 23 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 046/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso V do artigo 83 da Lei Orgânica do Município de Praia Grande,  
Resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º Revoga-se o Decreto nº 046, de 18 de junho de 2020

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Praia Grande, em 23 de junho de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

VARNER DE OLIVEIRA  
Secretário Administração e Finanças

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### DECRETO N. D/4.525/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536444

Decreto nº D/4.525/2.020, de 24 de junho de 2.020.

Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Presidente Castello Branco, SC.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente na forma da Lei Municipal nº 1.747/2015, de 09 de dezembro de 2015,

Decreta,

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Presidente Castello Branco, conforme segue:

#### I – Representantes da Administração Pública:

a) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Neucir José Giacomini

Suplente: Priscila Cassiano de Almeida

b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular: Terezinha Matiolo

Suplente: Marli Raaber

c) Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social:

Titular: Marcia Regina Fontana

Suplente: Janete Segala M-Iler

d) Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

Titular: Vanessa Cervelin

Suplente: Alexandra Schumann

#### II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Representante de Associações de Mães:

Titular: Maria Radin

Suplente: Catarina Grando

b) Representante de Associação de Idosos:

Titular: Adeli Frigo

Suplente: Ulio Ackermann

c) Representante da Associação de Pais e Professores:

Titular: Cristiane Grosso

Suplente: Aline Maschio

d) Representante de Associação de Jovens:

Titular: Pábolo Cristian Frigo

Suplente: Vanessa Carine de Jesus

Art. 2º. O exercício da função de Conselheiro será de (02) dois anos, não sendo remunerada, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto Municipal n. D/4.231/2018, de 20 de agosto de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 24 de junho de 2.020.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 24/06/2.020, na forma da L.O.M.

Angélica Frigo  
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças

## **EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020**

Publicação Nº 2535773

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020

### **EXTRATO**

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08 horas e 45 minutos (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 09 (nove) de julho de 2020, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para aquisição de materiais para reforma do piso da Biblioteca Pública Municipal e ampliação do Centro Comunitário "Olivo Mores" de Linha Imigra, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme quantidades e exigências contidas neste edital e em seus anexos O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 24 DE JUNHO DE 2020.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N. P/0851/2020, DE 09 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535702

Estado de Santa Catarina  
Município de Presidente Castello Branco  
=====

PORTARIA nº P/0851/2020, de 09 de junho de 2020.

"NOMEIA FISCAL DE CONVÊNIO NA FORMA QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC, usando das atribuições que a Lei lhe confere, na forma do artigo 111, X da Lei Orgânica Municipal, bem como no artigo 67 da Lei 8.666/93,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada a servidora Andressa Paula Borsatti, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como fiscal do Convênio de Cooperação Cultural n. 001/2020, celebrado com a Sociedade Cultural Boa Vontade de Linha Taquaral, para que esta efetue desenvolvimento de atividades culturais e de representação do Município, envolvendo atividade de coral de vozes.

Art. 2º - Para fins de fiscalização externa ou denúncia sobre irregularidades na execução do ato, o fiscal nomeado poderá ser contatado no endereço eletrônico [compraseducacao@castellobranco.sc.gov.br](mailto:compraseducacao@castellobranco.sc.gov.br) e telefone (49) 3457 – 1217.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Adm. Municipal de Pres. Castello Branco-SC, em 09 de junho de 2.020

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09/06/2.020, na forma da L.O.M.

ANGÉLICA FRIGO  
Diretora da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA N. P/0863/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535754

Estado de Santa Catarina  
Município de Presidente Castello Branco  
=====

PORTARIA nº P/0863/2020, de 23 de junho de 2020.

“NOMEIA FISCAL DE CONVÊNIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC, usando das atribuições que a Lei lhe confere, na forma do artigo 111, X da Lei Orgânica Municipal, bem como no artigo 67 da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada a servidora Fernanda Miotto Perondi, ocupante do cargo de Professora, como fiscal do Termo de Convênio n. 008/2019, celebrado com o Município de Concórdia, visando oportunizar o transporte, com vistas a atender casos específicos de alunos pertencentes aos municípios, bem como, primar pelo princípio da economicidade.

Art. 2º - Para fins de fiscalização externa ou denúncia sobre irregularidades na execução do ato, o fiscal nomeado poderá ser contatado no endereço eletrônico smec@castellobranco.sc.gov.br e telefone (49) 3457 – 1217.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Adm. Municipal de Pres. Castello Branco-SC, em 23 de junho de 2.020

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23/06/2.020, na forma da L.O.M.

ANGÉLICA FRIGO  
Diretora da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA N. P/0864/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535760

Estado de Santa Catarina  
Município de Presidente Castello Branco  
=====

PORTARIA nº P/0864/2020, de 23 de junho de 2020.

“NOMEIA FISCAL DE CONVÊNIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC, usando das atribuições que a Lei lhe confere, na forma do artigo 111, X da Lei Orgânica Municipal, bem como no artigo 67 da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada a servidora Fernanda Miotto Perondi, ocupante do cargo de Professora, como fiscal do Termo de Convênio n. 007/2019, celebrado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando o atendimento educacional e a execução de serviços técnicos e especializados por aos portadores de necessidades especiais que residem no Município de Presidente Castello Branco – SC.

Art. 2º - Para fins de fiscalização externa ou denúncia sobre irregularidades na execução do ato, o fiscal nomeado poderá ser contatado no endereço eletrônico smec@castellobranco.sc.gov.br e telefone (49) 3457 – 1217.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Adm. Municipal de Pres. Castello Branco-SC, em 23 de junho de 2.020

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23/06/2.020, na forma da L.O.M.

ANGÉLICA FRIGO  
Diretora da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 54/2020

Publicação N° 2535823

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 54/2020  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 42/2020  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS  
EMPRESA: COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA  
CNPJ: 03.725.261/0001-67  
VIGÊNCIA: 31/12/2020  
PRESIDENTE GETÚLIO, 24 DE JUNHO DE 2020  
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 55/2020

Publicação N° 2535825

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 55/2020  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 42/2020  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS  
EMPRESA: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI  
CNPJ: 26.723.181/0001-78  
VIGÊNCIA: 31/12/2020  
PRESIDENTE GETÚLIO, 24 DE JUNHO DE 2020  
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 32/2020

Publicação N° 2535883

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 32/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAÇÃO EM VIAS MUNICIPAIS COMPARTILHADA COM A POLÍCIA MILITAR DE PRESIDENTE NEREU- CNPJ: 05.141.466/0001-20

Valor do repasse: R\$ 9.391,00 (Nove mil e trezentos e noventa reais).

Presidente Nereu, 24 de Junho de 2020. ISAMAR DE MELO. Prefeito.

### PORTARIA 292/2020

Publicação N° 2537087

PORTARIA N.º. 292 DE 03 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (10 dias) a CLAUDIA APARECIDA DA SILVA, Agente Administrativo, pelo período de 03 de Junho de 2020 a 12 de Junho de 2020, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2019 a 31/05/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 03 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 293/2020

Publicação N° 2537088

PORTARIA N.º 293 DE 03 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar N° 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) JOSEANE FARIAS, Merendeira, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, com efeitos retroativos a contar do dia 29/05/2020

Presidente Nereu, 03 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 294/2020**

Publicação Nº 2537089

PORTARIA N.º 294 DE 05 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) ELISANDRA DELA BENETA KNIHS, DIRETORA DE RH, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 05 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 295/2020**

Publicação Nº 2537090

PORTARIA N.º. 295 DE 08 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a LUIZA RODRIGUES PADILHA CASARIL, Aux. de Serviços Gerais, pelo período de 08 de Junho de 2020 a 22 de Junho de 2020(fruição), relativo ao período aquisitivo de 08/03/2018 à 07/03/2019.

Art. 2.º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 08 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 296/2020**

Publicação Nº 2537091

PORTARIA N.º 296 DE 08 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) ELIANE ELEUTERIO KOCHANISKI, Merendeira, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, com efeitos retroativos a contar do dia 03/06/2020.

Presidente Nereu, 08 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 297/2020**

Publicação Nº 2537092

PORTARIA Nº. 297 DE 10 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais 10 dias a LUCIANO TOMIO, Técnico em Enfermagem, pelo período de 10 de Junho de 2020 a 19 de Junho de 2020(fruição), relativo ao período aquisitivo de 16/12/2017 à 15/12/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 10 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 298/2020**

Publicação Nº 2537093

PORTARIA N.º 298 DE 15 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA CUIDAR DE PESSOA DA FAMÍLIA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para cuidar de pessoa da família ao (a) Servidor (a) ZENAIDE HAMES, Merendeira, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2.º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM .

Presidente Nereu, 15 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 299/2020**

Publicação Nº 2537094

PORTARIA Nº. 299 DE 17 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a EDSON LINDNER, Motorista, pelo período de 17 de Junho de 2020 a 01 de Julho de 2020, relativo ao período aquisitivo de 13/06/2019 à 12/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 17 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA 300/2020**

Publicação Nº 2537095

PORTARIA N.º 300 DE 18 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) CLAUDELINO BELEGANTE, Operário Braçal, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 18 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 301/2020**

Publicação Nº 2537097

PORTARIA N.º 301 DE 18 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA CUIDAR DE PESSOA DA FAMÍLIA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para cuidar de pessoa da família ao (a) Servidor (a) CLEIA HILDA BELEGANTE, Aux. De serviços Gerais, pelo período de até 30 (trinta) dias, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM .

Presidente Nereu, 18 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 302/2020**

Publicação Nº 2537098

PORTARIA Nº. 302 DE 22 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001/2002, Capítulo V, Subseção IV, Art. 130, e suas alterações de acordo com a Lei Complementar Nº.18/2012 baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º- Fica concedido Licença para Repouso à Gestante servidora ELISANDRA DELA BENETA KNIHS, Diretora de RH, pelo período de 180 (Cento e Oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 22 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 303/2020**

Publicação Nº 2537099

PORTARIA Nº. 303 DE 22 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais 12 dias a LUCIANO TOMIO, Técnico em Enfermagem, pelo período de 22 de Junho de 2020 a 03 de Julho de 2020, relativo ao período aquisitivo de 16/12/2018 à 15/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 22 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 304/2020**

Publicação Nº 2537100

PORTARIA Nº. 304 DE 22 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a SERGIO ALTAIR SANTANNA, Operador Equipamentos, pelo período de 22 de Junho de 2020 a 06 de Julho de 2020, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2018 à 01/07/2019.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 22 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 305/2020**

Publicação Nº 2537101

PORTARIA Nº. 305 DE 22 DE JUNHO DE 2020.  
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) JAQUELINE CONHAQUE, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE EXPEDIENTE .

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 22 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 306/2020**

Publicação Nº 2537104

PORTARIA Nº. 306 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica designada (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) JAQUELINE CONHAQUE, para ocupar o cargo em comissão de DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS da data de 22/06/2020 à 18/12/2020 em substituição da servidora ELISANDRA DELA BENETA KNIHS, que encontrasse em licença maternidade .

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 22 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 307/2020**

Publicação Nº 2537181

PORTARIA Nº. 307 DE 23 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a LUIZA RODRIGUES PADILHA CASARIL, Aux. de Serviços Gerais, pelo período de 23 de Junho de 2020 a 22 de Julho de 2020, relativo ao período aquisitivo de 08/03/2019 à 07/03/2020.

Art. 2.º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 23 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 604, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535792

#### DECRETO DE BLOQUEIO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº. 604 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Estabelece o bloqueio de dotações orçamentárias e movimentação financeira pelo Fundo Municipal de Saúde de Princesa - SC, em atendimento ao que estabelece o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019 e Lei nº 1.042, de 02 de Março de 2020,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica pelo presente Decreto estabelecido os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a ser utilizado pelo Fundo Municipal de Saúde quando da realização de despesas e desembolso financeiro, conforme Portaria nº 2.979, de 12 de Novembro de 2019, do Ministério da Saúde, no qual Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º- Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Lei Municipal nº 1.020, de 31 de outubro de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam bloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0024.2.024 Manutenção Bloco Atenção Básica

MODALIDADE:	(15) 3.1.90.00.0.1.0032.0000-	Aplicações Diretas	R\$	95.204,00
MODALIDADE:	(23) 3.3.90.00.0.1.0032.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.765,22
MODALIDADE:	(38) 4.4.90.00.0.1.0032.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.970,00
FONTE DE RECURSO: PMAQ				
TOTAL			R\$	99.939,22

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Princesa SC, 24 de Junho de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti  
Contadora  
CRC/SC- 026787/O-2

### DECRETO Nº. 605 DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535946

#### DECRETO Nº. 605 DE 25 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO de CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, em conformidade ao art. 43 inciso IV da Lei Complementar nº 018 de 17 de dezembro de 2013 e o disposto no inciso V do art.156 c/c 174 do Código Tributário Nacional.

#### DECRETA:

Art. 1º. A Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar valores lançados em Dívida Ativa, conforme os fundamentos jurídicos apresentados em cada lançamento.

Contribuinte: Arlete Maria Deicke Klein	CNPJ/CPF: 767.211.759-91	
Inscrição: Anos de 2006/2007/2009/	Dívida Ativa: Sim	
Valores (R\$): 100,34/100,34/146,61/188,73 208,73/215/80	Valor Total atualizado: R\$ 4.561,59	
Fundamentos (Prescrição)	CTN. Art. 150 §4º, c/c 156 V e Art. 43 IV do CTM	
Contribuinte: Carlos Miguel Klein	CNPJ/CPF: 656.497.029-34	
Inscrição: 2009/2010/2011	Dívida Ativa: Sim	
Valores (R\$): 19,8/120,26/125,70/123,60/ 127,72/134,94/139,00/144,25/152,86/238,60	Valor Total atualizado: R\$ 5,171,62	
Fundamentos (Prescrição)	CTN. Art. 150 §4º, c/c 156 V e Art. 43 IV do CTM	
Contribuinte: Edeimar José Paida	CNPJ/CPF: 004.126.220-41	
Inscrição: 2010	Dívida Ativa: Sim	
Valores (R\$): 20,87/60,71/27,43	Valor Total atualizado: R\$ 439,31	
Fundamentos (Prescrição)	CTN. Art. 150 §4º, c/c 156 V e Art. 43 IV do CTM	
Contribuinte: Ivair da Fonseca-ME	CNPJ/CPF: 10.759.361/0001-70	
Inscrição: 2011	Dívida Ativa: Sim	
Valores (R\$): 16,62	Valor Total atualizado: R\$ 60,26	
Fundamentos (Prescrição)	CTN. Art. 150 §4º, c/c 156 V e Art. 43 IV do CTM	
Contribuinte: Gilmar Rasche	CNPJ/CPF: 964.336.809-25	
Inscrição: 2011	Dívida Ativa: Sim	
Valores (R\$): 33,25	Valor Total atualizado: R\$ 120,03	
Fundamentos (Prescrição)	CTN. Art. 150 §4º, c/c 156 V e Art. 43 IV do CTM	

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,  
Estado de Santa Catarina, 24 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1.055 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535949

LEI Nº 1.055 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

“REVOGA OS DECRETOS 59 E 60 de 24.02.2012 E AUTORIZA A RETROCESSÃO ou ALIENAÇÃO DO IMÓVEL”.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Ficam revogados os Decretos numero 59 de 24 de fevereiro de 2012, que declarou imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação, e o Decreto número 60 de 24 de fevereiro de 2012 que desapropriou 450,1m² do imóvel pertencente a matrícula 6924 do Registro de Imóveis de São José do Cedro.

Art. 2º O imóvel retrocederá ao proprietário desapropriado, mediante prévio ressarcimento aos cofres públicos, do valor atual de avaliação. Parágrafo Primeiro. Conforme parecer de avaliação mercadológica, a área a retroceder com 450m² pertence a matrícula 11.531 (onze mil quinhentos e trinta e um) e possui valor de R\$ 52.000,00 – cinquenta e dois mil reais.

Parágrafo Segundo. Para ser dispensado o ITBI, a área de terra deverá reincorporar a matrícula original.

Art. 3 Não havendo interesse do proprietário em adquirir o imóvel por retrocessão, fica autorizada a municipalidade a aliená-lo em hasta pública.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estado de Santa Catarina, Município de Princesa.

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 52/2020

Publicação Nº 2536407

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 52/2020 – Dispensa de Licitação Nº 52/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS PARA REPOSIÇÃO FLORESTAL NA CONTENÇÃO DO CÓRREGO KENEDY.

O Prefeito Municipal de Quilombo – SC, torna pública a Dispensa de Licitação e justifica a escolha do fornecedor por ter apresentado o menor preço, conforme pesquisa de preços (anexa ao processo), para reposição florestal devido a intervenção em área de APP que foi realizada no Córrego Kennedy, devendo efetuar a reposição de 1.875 unidades de mudas de árvores, referente a supressão de vegetal autorizada pela Autorização de Corte nº 492/2019 VEG/80084/CRO, concedida pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente, em virtude de execução de obra neste local.

Fundamento Legal: Inciso II do Art. 24, da Lei 8.666/93 e alterações e Inciso I, letra “b” do Art.1º da Medida Provisória nº 961 de 6 de maio de 2020.

EMPRESA: VIVEIRO GURKE EIRELI ME

TOTAL: R\$ 15.525,00 (Quinze mil e quinhentos e vinte e cinco reais).

Quilombo, 24 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

### ERRATA 18/2020 FMS

Publicação Nº 2536239

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

ERRATA AO CONTRATO N.º 18/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO - FMS

CONTRATADA: NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA P/EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO.

ONDE SE LÊ:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para realização de processo seletivo simplificado, para contratação de pessoal para os cargos de – Motorista, Agente de Endemias, Auxiliar de Serviços de Saúde Pública, Farmacêutico, Fonoaudiólogo, Médico Psiquiatra, Técnico em Enfermagem, ( ..... )”

LEIA-SE:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para realização de Concurso Público, para contratação de pessoal para os cargos de – Motorista, Agente de Endemias, Auxiliar de Serviços de Saúde Pública, Farmacêutico, Fonoaudiólogo, Médico Psiquiatra, Técnico em Enfermagem, ( ..... )”

Quilombo (SC), 24 de junho de 2020.

NÉDIO LUIZ CONCI

Secretário Municipal da Saúde

**ERRATA 70/2020**

Publicação Nº 2536242

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE QUILOMBO

ERRATA AO CONTRATO N.º 70/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC

CONTRATADA: NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA P/EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO.

ONDE SE LÊ:

"CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para realização de processo seletivo simplificado, para contratação de pessoal para os cargos de – Assistente Social, Motorista, Técnico em Contabilidade, Professor de Arte, Professor de Educação Física, Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), Professor de Língua Estrangeira (Português e Inglês), Professor de Educação Infantil, ( ..... ) "

LEIA-SE:

"CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para realização de Concurso Público, para contratação de pessoal para os cargos de – Assistente Social, Motorista, Técnico em Contabilidade, Professor de Arte, Professor de Educação Física, Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), Professor de Língua Estrangeira (Português e Inglês), Professor de Educação Infantil ( ..... ) "

Quilombo (SC), 24 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE ACORDO ADMINISTRATIVO EXPROPRIATÓRIO 001/2020**

Publicação Nº 2536218

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

CONTRATO: TERMO DE ACORDO ADMINISTRATIVO EXPROPRIATÓRIO 001/2020

EXPROPRIANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

EXPROPRIADO: SANDRA REGINA TUBIN E SÉRGIO LUIZ TUBIN

OBJETO: dispor sobre a indenização expropriatória do seguinte imóvel:

"Parte do Lote Urbano nº 06, da Quadra nº 22, de Propriedade de Sandra Regina Tubin e Sérgio Luiz Tubin, em condomínio, com a descrição deste perímetro no vértice M-01 de coordenadas E-328.655,244 N-7.042.361,888, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 45°54'47" e distância de 55,321m, confrontando nesse trecho com parte do lote urbano nº06 de Sandra Regina Tubin C.R.I Qbo Mat – 317, até encontrar o vértice M-02 de coordenadas E-328.694,981 N-7.042.400,378, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 161°13'47" e distância de 4,214m, confrontando nesse trecho com a Rua Osvaldo Aranha até encontrar o vértice M-03 de coordenadas E-328.696,336 N-7.042.396,388, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 222°10'43" e distância de 57,190m, confrontando nesse trecho com a Rua Ari Moacir Lunardi até encontrar o vértice M-04 com coordenadas E-328.657,937 N-7.042.354,007, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 341°08'10" e distância de 8,328m, confrontando nesse trecho em parte com o lote urbano nº07 de Ivaldino Vidi e Roseli Maria de Lima Vidi C.R.I Qbo Mat – 06.062, até encontrar o vértice M-01, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Chapecó, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51º WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM."

VALOR: R\$ 29.500,00 (trinta e três mil setecentos e cinquenta reais).

Quilombo, 24 de junho de 2020.

Registrado e Publicado SILVANO DE PARIZ

Em \_\_\_\_/06/2020 Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos  
Servidor Designado

**PORTARIA Nº. 0450/2020 - DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535676

PORTARIA Nº. 0450/2020 - DE 23 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDINEI MANTOANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Rudinei Mantoani (20114), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 25 de junho de 2020, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7435, de 23 de junho de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 30 de junho de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 23 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito MunicipalRegistrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993Eleni Segalla  
Funcionária Designada**PORTARIA Nº. 0451/2020 - DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2535834

PORTARIA Nº. 0451/2020 - DE 24 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALESSANDRA KAVALEK PERETTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto nos Artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº.31 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, com as alterações introduzidas pelo Artigo 3º da Lei Complementar nº.117/2015 – de 17 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido uma FC-5 (Função de Confiança Cinco), equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do Nível 11 – Grupo I, à Servidora Pública Municipal Alessandra Kavalek Peretto, ocupante do cargo de Engenheira Civil, nomeada através do Decreto nº 072/2019, de 29 de março de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, em virtude do desempenho da função de Encarregada de Setor, junto ao Setor de Engenharia do Município de Quilombo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos financeiros na competência 06/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 24 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito MunicipalRegistrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993Eleni Segalla  
Funcionária Designada



# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2020

Publicação Nº 2536171

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2020. Contratante: Município de Rancho Queimado. Colaboradora: SOCIEDADE MUSICAL DE RANCHO QUEIMADO. Objeto: concessão de apoio financeiro da Administração Pública Municipal para a execução de eventos esportivos e culturais que já ocorrem no município no mínimo há dois anos, fomentando o turismo na região, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Valor Total: 16.135,79. Vigência: até 31/12/2020. Assinatura: 22/06/2020. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

### MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2020.

Publicação Nº 2536173

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2020. Contratante: Município de Rancho Queimado. Colaboradora: CLUBE DE MÃES RECANTO DA AMIZADE. Objeto: concessão de apoio financeiro da Administração Pública Municipal para a execução de eventos esportivos e culturais que já ocorrem no município no mínimo há dois anos, fomentando o turismo na região, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Valor Total: 2.261,99. Vigência: até 31/12/2020. Assinatura: 22/06/2020. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

### MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2020.

Publicação Nº 2536177

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2020. Contratante: Município de Rancho Queimado. Colaboradora: GRUPO FOLCLÓRICO SONNENSCHNEIN. Objeto: concessão de apoio financeiro da Administração Pública Municipal para a execução de eventos esportivos e culturais que já ocorrem no município no mínimo há dois anos, fomentando o turismo na região, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Valor Total: 5.506,44. Vigência: até 31/12/2020. Assinatura: 22/06/2020. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### 291 PORTARIA Nº 291 REVOGA PORTARIA 268, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535901

Portaria nº. 291, de 24 de junho de 2020.  
"Revoga Portaria nº 268, de 16 de junho de 2020."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº. 268, de 16 de junho de 2020, que CONCEDE ao servidor JEFFERSON CARDOUZO, matrícula nº. 34165, 10 (dez) dias de férias convertidos em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 14 de maio de 2016 à 13 de maio de 2017, em conformidade a LRF, artigo 21, II II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20.

Art 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de junho de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini  
Secretária de Administração

### 292 PORTARIA Nº 292 DISPOE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE DA SERVIDORA JUCELHA SALVADOR CASTELANI

Publicação Nº 2535988

Portaria nº. 292, de 24 de junho de 2020.  
Dispõe sobre Licença Maternidade da Servidora JUCELHA SALVADOR CASTELANI"

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença Maternidade a servidora JUCELHA SALVADOR CASTELANI, matrícula 33352, de acordo com atestado médico emitido pelo Dra. Juliana Zaro, CRM 28517, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início no dia 21 de junho de 2020 e término no dia 17 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de junho de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini  
Secretaria de Administração e Finanças

### CONTRATO 25 2020 UNIDAS VEICULOS

Publicação Nº 2535905

Contrato Nº : 25/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : UNIDAS VEICULOS LTDA.

Licitação : Pregão Presencial 12/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 2019TR1468, CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Vigência : Início: 24/06/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 24/06/2020

Valor R\$: 98.900,00 (Noventa e Oito Mil e Novecentos Reais )

**DECRETO Nº 4.173**

Publicação Nº 2537044

**DECRETO Nº 4.173 DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

*"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 92.018,80 (sessenta e dois mil, dezoito reais e oitenta centavos), na forma em que especifica abaixo"*

**RODRIGO PREIS**, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.327, de 23 de junho de 2020:

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 978,97 (novecentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.33390000000000000000.06380836	978,97

**Art. 2º** - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Construção de Academias de Saúde	11.001.0010.0301.0014.1049.34490000000000000000.06380836- Rec.SUS_Pólo de Academia de Saúde - Básica.Sup.Ex.Anterior	978,97

**Art. 3º** - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2.193,42 (dois mil, cento e noventa e três reais e quarenta e dois centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.33390000000000000000.06380521	2.193,42

**Art. 4º** - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390000000000000000.06380521-Transf. Recursos do SUS - Rede Cegonha.	2.193,42

**Art. 5º** - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.392,18 (sete mil, trezentos e noventa e dois reais e dezoito centavos)

Rua 29 de Dezembro, 70 - Centro  
89198-000 - Rio do Campo/SC  
[www.riodocampo.sc.gov.br](http://www.riodocampo.sc.gov.br)  
[prefeitura@riodocampo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@riodocampo.sc.gov.br)



Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.33390000000000000000.06380551	7.392,18

**Art. 6º** - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390000000000000000.06380551-Rec.SUS_PABV_Prog.Melhoria do Acess.e Qualidd-PMAQ	7.392,18

**Art. 7º** - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 26.797,17 (vinte e seis mil, setecentos e noventa e sete reais e dezessete centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.33390000000000000000.06380561	26.797,17

**Art. 8º** - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390000000000000000.06380561-Tranf.Rec.SUS/Incentivo.Fin.Implem.Fortalecimento Cadastramento Usuários SUS.	26.797,17

**Art. 9º** - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 23.546,17 (vinte e três mil, quinhentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.33390000000000000000.06380864	23.546,17

**Art. 10º** - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390000000000000000.06380864-Transf.Recursos SUS - Saúde Escola/PSE	23.546,17

**Art. 11** - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.110,89 (um mil, cento e dez reais e oitenta e nove centavos)

Rua 29 de Dezembro, 70 - Centro  
89198-000 - Rio do Campo/SC  
[www.riodocampo.sc.gov.br](http://www.riodocampo.sc.gov.br)  
[prefeitura@riodocampo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@riodocampo.sc.gov.br)



Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.33390000000000000000.06380552	1.110,89

**Art. 12** - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Equipamento para Atendimento à Atenção Básica	11.001.0010.0301.0014.2090.34490000000000000000.06380552-Rec.SUS_PABV_Vig.Alimen.Nutric.adesão PMAQ Homologado	1.110,89

**Art. 13** - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33390000000000000000.06780547	30.000,00

**Art. 14** - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390000000000000000.06780547-Transf. Recursos SUS-Incremento PAB FIXO/Emenda Individual/201923840011	30.000,00

**Art. 15** – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo, 23 de junho de 2020.

**Rodrigo Preis**  
Prefeito

Rua 29 de Dezembro, 70 - Centro  
89198-000 - Rio do Campo/SC  
[www.riodocampo.sc.gov.br](http://www.riodocampo.sc.gov.br)  
[prefeitura@riodocampo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@riodocampo.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 4.174**

Publicação Nº 2537045

DECRETO Nº 4.174 DE 23 DE JUNHO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais), na forma em que especifica abaixo"

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.328, de 23 de junho de 2020:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais).

**Crédito Adicional**

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.33191 00000000000000.01010450	20.000,00
Suplementar	Administração e Orientação Pedagógica da Educação Básica	06.002.0012.0361.0006.2041.33390 00000000000000.01010450	2.500,00
Suplementar	Manutenção do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.33190 00000000000000.01010450	65.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

**Fonte de Recurso**

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Reforma, Construção e Ampliação dos C.e.i.	06.001.0012.0365.0006.1016.34490 00000000000000.01010450	25.000,00
Anulação Dotação	Aquisição de Veículos	06.002.0012.0361.0006.1030.34490 00000000000000.01010450	45.000,00
Anulação Dotação	Construção e Reforma de Quadra Poliesportiva	06.002.0012.0361.0006.1018.34490 00000000000000.01010450	17.500,00

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo, 23 de junho de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito

**DECRETO Nº 4.175**

Publicação Nº 2537046

DECRETO Nº 4.175 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulações de dotações do orçamento vigente e dá providência"

RODRIGO PREIS, prefeito do município de Rio do Campo, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município e autorização contida na lei orçamentária 2.295 de 20 de novembro de 2019:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 44.242,00 (quarenta e quatro mil e duzentos e quarenta e dois reais).

**Crédito Adicional**

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33190 00000000000000.02380570	44.242,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

**Fonte de Recurso**

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33191 00000000000000.02380570	44.242,00

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo, 24 de junho de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### LEI\_2294\_SUBSIDIOS\_LEGISLATIVO\_2021\_2024

Publicação Nº 2535816

LEI Nº 2.294, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Fixa os subsídios dos Vereadores para a Legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Vereador para a Legislatura 2021/2024 será de R\$ 2.783,17 (dois mil, setecentos e oitenta e três reais e dezessete centavos).

Art. 2º O subsídio mensal do Presidente da Câmara de Vereadores para a Legislatura 2021/2024 será de R\$ 4.174,76 (quatro mil, cento e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

Parágrafo único. O Vice-Presidente ou substituto que, na forma regimental, assumir a Presidência nas licenças ou impedimentos do Presidente, fará jus ao recebimento do subsídio do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º A ausência do Vereador na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto no seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias realizadas no mês.

Parágrafo único. Consideram-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo, as previstas na legislação em vigor, ou a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento formal ou verbal ao Presidente da Câmara.

Art. 4º O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante o recesso parlamentar.

Art. 5º As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário e ou durante o recesso parlamentar, não serão remuneradas.

Art. 6º A partir de 01/01/2022, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2021 em diante.

Art. 7º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções para atender aos limites.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 9º Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Rio do Oeste – SC, 24 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI  
Prefeito de Rio do Oeste

FLÁVIO MALIKOSKI  
Chefe de Gabinete

### LEI\_2295\_SUBSIDIOS\_PREFEITO\_VICE\_2021\_2024

Publicação Nº 2535818

LEI Nº 2.295, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Fixa os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para a Gestão 2021/2024 e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios mensais para a Gestão 2021/2024 ficam fixados da seguinte forma:

I – Prefeito Municipal: R\$ 14.067,08 (catorze mil, sessenta e sete reais e oito centavos);



II – Vice-Prefeito: R\$ 4.958,08 (quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oito centavos);

III – Secretário Municipal: R\$ 4.958,08 (quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oito centavos).

Art. 2º O Vice-Prefeito ou substituto que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao subsídio previsto no inciso I do art. 1º, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º Os Secretários Municipais farão jus a férias conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste.

Art. 4º Os Secretários Municipais farão jus ao 13º Subsídio a ser pago até o dia 20 de dezembro de cada ano, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do subsídio mensal, para cada mês de efetivo exercício.

Art. 5º A partir de 01/01/2022, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2021 em diante.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 7º Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Rio do Oeste – SC, 24 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI  
Prefeito de Rio do Oeste

FLÁVIO MALIKOSKI  
Chefe de Gabinete

## Rio do Sul

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 083/2020

Publicação Nº 2535668



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900  
 Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06  
 e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2020

## Pregão Presencial Nº 45/2020

## Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para compor a alimentação escolar, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIUQIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO:** Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para compor a alimentação escolar., em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 436771 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	FARINHA DE ARROZ: farináceo produzido a partir do arroz moído. Isento de glúten. Utilizado para o preparo de bolos, biscoitos, massas, pães, salgados, cremes e mingaus. Isenta de insetos, resíduos, sujidades, bolor e mofo. Não poderá estar fermentada ou rançosa. Pacotes em material de polietileno transparente contendo data de fabricação, data de validade, lote impressos na embalagem, informação nutricional, capacidade de 01 kg. Não poderá apresentar etiquetas coladas. Informações para alérgicos. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	URBANO	52,00	R\$5,00	R\$260,00
Total do Fornecedor:						R\$260,00
Total Geral dos Itens:						R\$260,00

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$254.436,58 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis e cinquenta e oito)

Rio do Sul (SC), 28 de Maio de 2020

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP  
 MARLON EISING  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 084/2020

Publicação Nº 2535672



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900

Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2020

Pregão Presencial Nº 45/2020

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para compor a alimentação escolar, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO:** Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para compor a alimentação escolar., em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31556108 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
21	Arroz parboilizado: tipo 1, longo, constituídos de grãos inteiros. Embalagem de 5 kg em sacos plásticos transparentes, atóxicos, limpos e resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Acondicionados em fardos lacrados. Preferencialmente orgânico. Isentos de sujidades e materiais estranhos. Conter na embalagem a identificação, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade e peso do produto. A data de validade mínima deverá ser de 06 (seis) meses a partir da data de entrega nas unidades educacionais.	Pct	TIO ROMÃO	9.075,00	R\$12,94	R\$117.430,50
Total do Fornecedor:						R\$117.430,50
Total Geral dos Itens:						R\$117.430,50

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$254.436,58 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis e cinquenta e oito)

Rio do Sul (SC), 28 de Maio de 2020

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME  
ROBSON NATANAEL CHIQUIO  
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 085/2020

Publicação Nº 2535673



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900

Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2020

Pregão Presencial Nº 45/2020

Validade: 12 Meses

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para compor a alimentação escolar, pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIUQIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO:** Registro de preço para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para compor a alimentação escolar., em um prazo que se estende 0 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31564097 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Açúcar refinado: produto processado da cana-de-açúcar, de coloração branca, de primeira qualidade, para aplicação em bebidas frias, quentes e panificação. Aparência e cheiro próprios do açúcar. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, data de validade e peso do produto em local visível. Embalagem: pacotes de 5 kg, de polietileno leitoso ou transparente e resistentes. Informação aos alérgicos, não deve conter glúten. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	Alto Alegre	6.578,00	R\$11,8000	R\$77.620,4
3	CHOCOLATE EM PÓ 100% CACAU: Produto composto por cacau em pó solúvel com 100% cacau. Pode conter lecitina de soja. Constituído de pó fino, homogêneo, sem grumos, coloração marrom escura sabor e odor característicos. Não poderá conter a adição de gordura e óleos estranhos, manteiga de cacau e amido e/ou féculas. Isento de glúten, de leite e derivados, corante e gordura trans. Isento de matéria terrosa, de parasitas, detritos animais, cascas de sementes de cacau e outros detritos vegetais. A embalagem deverá conter os dados de identificação do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de validade, peso do produto em local visível, informações aos alérgicos e glúten. Utilizado para o preparo de bolos, tortas, cremes e bebidas. Pacotes em material de polietileno com peso de no mínimo 200g, resistentes, hermeticamente selados. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	APTI	32,00	R\$15,4900	R\$495,6
10	ÓLEO DE SOJA REFINADO: tipo 1, isento de odores estranhos ou qualquer substância nociva. Embalagem do tipo PET 900 ml, transparente. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional.	U	COAMO	14.300,00	R\$4,1000	R\$58.630,0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

PRAÇA 25 DE JULHO - 1 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-900

Fone: (47) 3531-1200 | CNPJ: 83.102.574/0001-06

e-mail: imprensa@riodosul.sc.gov.br

ingredientes, lote, data de validade e peso do produto em local visível. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.					
Total do Fornecedor:					R\$136.746,08
Total Geral dos Itens:					R\$136.746,08

**1.1. CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$254.436,58 (duzentos cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis e cinquenta e oito)

Rio do Sul (SC), 28 de Maio de 2020

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME  
 CLEITON DE SOUZA  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 9111, DE 24 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2535694

DECRETO Nº 9.111, de 24 de junho de 2020.

"ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº 9.108, DE 23 DE JUNHO DE 2020, QUE INVESTE, NA CONDIÇÃO DE AUTORIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE, OS SERVIDORES DA GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, DO 13º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RIO DO SUL, PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, DECORRENTE DA COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS), NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com os § 2º, art. 52 da Lei Complementar nº 28, de 15 de dezembro de 1997;

**DECRETA**

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto 9.108, de 23 de junho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam investidos, na condição de autoridade municipal de saúde, nos termos do § 2º, art. 52 da Lei Complementar nº 28, de 15 de dezembro de 1997, os servidores da Guarda Municipal de Rio do Sul, do 13º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, do Corpo de Bombeiros Militar de Rio do Sul e da 7ª Delegaria Regional de Polícia da Polícia Civil de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização do cumprimento das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, decorrente da COVID-19 (novo coronavírus), sem prejuízo da atuação dos órgãos com competência fiscalizatória específica ou já investidos na mesma condição por decreto anterior."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
 24 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito do Município de Rio do Sul

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 088/2020**

Publicação Nº 2536105

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 088/2020**

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Locação de Sala Comercial para instalação da CASA DO EMPREENDEDOR – Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Contratada: Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI  
CNPJ: 85.784.023/0001-97

Valor mensal: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Vigência: 12 meses a contar da data da assinatura.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos II e III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,  
Rio do Sul, 24 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 454, DE 22 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536169

**LEI COMPLEMENTAR Nº 454, de 22 de junho de 2020.**

Acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, que institui o Código Tributário do Município de Rio do Sul.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído o § 9º ao art.199, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 199. ...

[...]

§ 9º O Executivo Municipal, mediante decreto específico, pode afastar a obrigatoriedade do requerimento anual, previsto no caput deste artigo, aplicando-se, para o exercício subsequente, o requerimento interposto no exercício imediatamente anterior e/ou em curso, desde que o contribuinte beneficiado atenda as exigências do disposto no art. 198, desta Lei, bem como, que o requerimento de isenção automático, seja devidamente submetido ao processo de revisão da Comissão de que trata o art. 222-A desta Lei, para atender:

I - situações excepcionais;

II - situações de calamidade pública;

III - situações de emergência;

IV - situações de casos consolidados;

V - outras situações de interesse público.” (NR)

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO  
22 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**LEI COMPLEMENTAR Nº 455, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536172

**LEI COMPLEMENTAR Nº 455, de 23 de junho de 2020.**

ALTERA O CAPUT DO ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 424, DE 24 DE JUNHO DE 2019, DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE

**EDIFICAÇÕES (RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INSTITUCIONAIS E INDUSTRIAIS) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 4º da Lei Complementar nº 424, de 24 de junho de 2019, dispõe sobre a regularização de edificações (residenciais, comerciais, institucionais e industriais), e dá outras, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O protocolo dos pedidos de regularização de que trata esta Lei Complementar poderão ser efetuados até 31 de janeiro de 2021. [...]”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

23 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

**LEI Nº 6153, DE 22 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536165

LEI Nº 6.153, de 22 de junho de 2020.

Denomina “Eleonir Paterno” a rua localizada no Bairro Rainha.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada “Eleonir Paterno” a rua que inicia na Rua Leopoldo Kurth, medindo 222,53 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Rainha, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

22 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**NOTIFICAÇÃO FORÇA TAREFA DECRETO Nº 9108**

Publicação Nº 2536457

**NOTIFICAÇÃO**

Através da presente, fica Vossa Senhoria NOTIIFCADA que, com a entrada em vigor do Decreto Municipal nº 9.108, de 23 de junho de 2020, a fiscalização das medidas de saúde e/ou sanitárias determinadas no âmbito do Município de Rio do Sul e pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para prevenção e enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19 (novo coronavírus), ocorrerá através de Força Tarefa formada pela Vigilância Sanitária e Epidemiológica Municipal, Fiscalização de Posturas do Município, Guarda Municipal, Polícia Militar de Santa Catarina (13º Batalhão), Polícia Civil de Santa Catarina (7ª Delegacia Regional de Polícia) e Corpo de Bombeiros Militar de Rio do Sul (15º Batalhão).

A não observância das medidas de saúde e/ou sanitárias, por parte dos estabelecimentos comerciais, acarretará a instauração de procedimentos administrativos junto a cada um dos órgãos já citados, bem como, poderá ser realizado o fechamento temporário do estabelecimento.

Rio do Sul, 24 de junho de 2020.

Vigilância Sanitária e Epidemiológica Municipal	Fiscalização de Posturas Municipal
Guarda Municipal Rio do Sul	Polícia Militar de Santa Catarina (13º Batalhão)
Polícia Civil de Santa Catarina (7ª DRP)	Corpo de Bombeiros Militar (15º Batalhão)




**PORTARIA N. 0451/DGP**

Publicação Nº 2536466

PORTARIA N. 0626/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0412/DGP de 30/04/2020 publicado em 22/05/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Constituir o Comitê Técnico de Estágio Probatório, de acordo com o Art. 23 e Art. 24, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, designar como membros os seguintes servidores:

- a) GABRIEL KRACHESKI, matrícula n. 2572192-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como suplente ADRIANO HEITOR ROSENBROCK, matrícula n. 1013777-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) RAFAEL PACHER, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como suplente VANESSA EYERKAUFER, matrícula n. 31567649, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) MARIA LUCIANA DA SILVA CAMARGO, matrícula n. 3520001, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e como suplente AUGUSTINHO IGNACIO, matrícula n. 438301, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão”.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Fcb

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2020**

Publicação Nº 2537060

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 26/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 13h30min do dia 10/07/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h40min do dia 10/07/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e Decreto Municipal N. 6760/2017, subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo site eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 17 de junho de 2020.



JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ADRIANA IUNCEK RAMOS  
Secretária de Obras e Agricultura

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2020**

Publicação Nº 2537057

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE CONCRETO USINADO PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS, MUROS E VIAS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 26/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 13h30min do dia 08/07/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h40min do dia 08/07/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e Decreto Municipal N. 6760/2017, subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 19 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ADRIANA IUNCEK RAMOS  
Secretária de Obras e Agricultura

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2020**

Publicação Nº 2537055

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA FINA, MÉDIA E GROSSA, LAVADA E PENEIRADA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL DE ACORDO COM ANEXOS DESTES EDITAIS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 26/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 08/07/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h10min do dia 08/07/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e Decreto Municipal N. 6760/2017, subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 23 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ADRIANA IUNCEK RAMOS  
Secretária de Obras e Agricultura

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2020**

Publicação Nº 2537058

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 26/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 13h30min do dia 09/07/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h40min do dia 09/07/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e Decreto Municipal N. 6760/2017, subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 19 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ADRIANA IUNCEK RAMOS  
Secretária de Obras e Agricultura

## **RESUMO DO CONTRATO Nº 093/2020**

Publicação Nº 2536103

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE Nº 093/2020

Chamada Pública n.º 066/2020

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão;

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2020

Valor: R\$ 534.169,52 (quinhentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2020.

Recurso: 85.02.2028.3390.3007, 85.02.2030.3390.3007, 85.02.2031.3390.3007

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 22 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## **TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL - CONTRATO N° 131/2017**

Publicação N° 2536131

### **TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N° 131/2017**

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, CEP 89.160-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, de agora em diante denominado DISTRATANTE, e o Senhor Bertoldo Huntermann, pessoa física, CPF nº 121.482.029-87 e RG nº 215.305-0, residente e domiciliado na Rua Humaitá, nº 1932, Bairro Boa Vista, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.167-242, doravante denominada DISTRATADA, tem justo e decidido o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de Locação de Imóvel nº 131/2017, firmada em 12 de dezembro de 2017, cujo objeto é a locação da área de terra, de propriedade do Sr. Bertoldo Huntermann, localizada no Pico da Bandeira, Bairro Boa Vista, originária da Dispensa de Licitação nº 104/2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Pelo advento de caso fortuito ou força maior, devidamente descrito no memorando nº 053/2020, caracterizando assim a situação prevista no Art. 78, Inciso XII, da Lei nº 8.666/93. E, ainda, conforme determina a Cláusula Quinta, item 5.2, do Contrato em questão.

Desta forma, a Administração Municipal promove a rescisão unilateral do Contrato de Locação de Imóvel nº 131/2017, nos termos do Art. 79, Inciso I, da Lei nº 8.666/93 e nos termos da Cláusula Quinta do referido Contrato de Locação de Imóvel, conforme Memorando nº 048/2020/CI.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA**

Fica desde já intimada esta DISTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente sua defesa, se por oportuno for, sobre os termos do presente, conforme estabelecido no parágrafo único do Art. 78 do mesmo diploma legal.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Rio do Sul, 22 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL  
José Eduardo Rothbarth Thomé  
Prefeito Municipal

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO N° 44/2020 MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO – INTIMAÇÃO PARA CONTRARRAZÕES**

Publicação N° 2536450

PROCESSO LICITATÓRIO N° 44/2020  
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO  
Tipo de Licitação: Por Item  
Forma de Julgamento: Menor Preço

O MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na RUA NEREU RAMOS, 205, CENTRO Rio dos Cedros/SC EM RAZÃO DO RECURSO INTERPOSTO pela licitante LPK LTDA (CNPJ N° 00.535.560/0001-40) nos autos do processo licitatório mencionado em epígrafe, INTIMA os licitantes participantes da disputa de preços do item 05 para que, querendo, no prazo legal de 03 dias corridos, conforme edital de licitação, apresentem CONTRARRAZÕES AO RECURSO. Informa que a não apresentação de contrarrazões poderá acarretar à penalidade de revelia, com presunção de veracidade dos atos alegados, caso aplicável a situação. As contrarrazões ao recurso deverão ser encaminhadas via e-mail conforme descrito no edital. Endereços e demais determinações conforme constam do Edital de Licitação.

Rio dos Cedros, 24 de junho de 2020.

Mikael Felipe Spiess  
Pregoeiro

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14000 - DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2537135

ALTERA O §1º DO ART. 3º DO DECRETO 13.958 DE 08 DE MAIO DE 2020 QUE PRORROGA O PERÍODO DE QUARENTENA NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV, artigo 96, da Lei Orgânica do Município;

DE C R E T A

Art. 1º- O §1º do artigo 3º do Decreto 13.958, de 08 de maio de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º As atividades na modalidade em regime home office (execução de suas atividades a partir de casa) somente serão realizadas pelos servidores pertencentes a grupos de risco (gestantes, maiores de 60 anos portadores de doenças crônicas não compensadas, portadores de doenças autoimunes moderadas a graves, portadores de doenças imunodepressoras, em tratamento ou acompanhamento de neoplasia maligna, em uso de drogas imunossupressoras ou outras patologias que aumentem o risco de formas mais graves da doença).

§ 1º Para a realização das atividades em regime de home office, os servidores deverão apresentar à chefia imediata, autodeclaração sobre a condição de saúde apontando a necessidade do trabalho nesta modalidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no § 2º e § 3º do artigo 1º e no artigo 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 23 de junho de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE DECRETOS Nº 08/2020

Publicação Nº 2536483

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho Estado de Santa Catarina Torna Público que resolveu baixar os seguintes Decretos:

Decreto nº 13955 de 05/05/2020. Homologa Resolução nº 003/2020 do Conselho Municipal de Educação, que Regulamenta Normas de Orientações sobre o Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presencial para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II da Educação Básica Pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Rio Negrinho - SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, em consonância com a prevenção da Pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Decreto nº 13968 de 18/05/2020. Homologa resultado do Processo Licitatório nº 043/2020. Aquisição de calcário dolomítico a granel, com transporte até rio negrinho, programa municipal de calcário. Objeto: Aquisição de calcário dolomítico a granel, PRNT 75% ou superior, norma MAPA, com transporte até Rio Negrinho, para distribuição aos produtores rurais, através do Programa Municipal de Calcário. Licitante Vencedora: Lucio Rasesa Junior - Eireli - ME. Item 01, no valor total de R\$ 51.880,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta reais)

Decreto nº 13970 de 20/05/2020. Homologa resultado do Processo Licitatório nº 047/2020. Registro de preços para futura aquisição de massa asfáltica para reposição de asfalto/tapa buraco, com aplicação, para manutenção das ruas do Município de Rio Negrinho, pelo prazo de 12 (doze) meses. Licitante Vencedora: Paviplan Pavimentação Ltda. No valor total de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais)

Decreto nº 13971 de 20/05/2020. Abre Crédito Suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio Negrinho - FAS

Decreto nº 13972 de 20/05/2020. Abre Crédito Suplementar ao orçamento do Município de Rio Negrinho.

Decreto nº 13973 de 21/05/2020. Homologa resolução nº 004/2020 do conselho municipal de educação.

Decreto nº 13975 de 26/05/2020. Abre Crédito Suplementar ao orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13977 de 27/05/2020. Fica anulado na sua totalidade o Processo Licitatório nº 032/2020, realizado na modalidade de Tomada de Preços, que tinha por objetivo execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de pavimentação rígida em concreto com adição de fibras de diversas ruas, localizadas em diversos bairros do município de Rio Negrinho, perfazendo uma área total de 19.374,23 m².

Decreto nº 13978 de 27/05/2020. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Rio Negrinho

Decreto nº 13979 de 27/05/2020. Abre Crédito Suplementar ao orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13982 de 27/05/2020. Abre Crédito Suplementar ao orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13983 de 29/05/2020. Fica transferido 01 (um) veículo Volkswagen Ônibus, placas MHZ 5510, inscrito no Registro Patrimonial sob o nº 288370, cor Branca, ano 2005, modelo 2005, Renavam nº 874451884, chassi nº 9BWRP82W25R29302 da Secretaria Municipal de Saúde para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Decreto nº 13985 de 04/06/2020. Homologa Resultado do Processo Licitatório nº 052/2020 Objeto: Registro de Preços para aquisição de próteses dentárias destinadas ao projeto "Sorria na Melhor Idade". Licitante Vencedora: Prosan Proteses Dentaria Ltda. Item 01. Total Geral de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)

Decreto nº 13987 de 04/06/2020. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Samae - Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Básico

Decreto nº 13991 de 10/06/2020. Homologa Resultado do Processo Licitatório nº 053/2020 Objeto: Aquisição de um caminhão equipado com guindaste HYUNDAI HD80, para Secretaria de Agricultura, com recursos oriundos do convênio nº 88961/2019, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Rio Negrinho/SC. Licitante Vencedora: Lusa Comércio de Veículos Ltda. No valor total de R\$ 195.000,00.

Decreto nº 13992 de 16/06/2020. Homologa Resultado do Processo Licitatório nº 046/2020 Objeto: Execução de obras pelo sistema de empreitada global de recapeamento asfáltico das Ruas Padre Luiz Gonzaga Steiner e Rua João Augustin (parte), localizadas no Bairro Industrial Norte em Rio Negrinho/SC, com extensão total a ser recapeada de 433,45 metros lineares, contemplando os serviços de recapeamento e

Os Decretos em inteiro teor estão publicados no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-decretos>

[illegible]

## IPRERIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO

## BALANCETE FINANCEIRO MAIO 2020

Publicação Nº 2536542

Pág 1 / 2

## IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO

Prestação de Contas

Balancete Financeiro

Período de Referência: Maio / 2020



## BALANÇO FINANCEIRO

## INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>1.614.817,50</b>
Ordinária		0,00
Vinculada		1.614.817,50
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>130.491,80</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(15.866,43)
Inscrição de Restos a Pagar Processados		(4.317,42)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		150.675,65
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>136.809.732,67</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.376.816,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		134.432.916,18
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>138.555.041,97</b>

## DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>1.212.376,46</b>
Ordinária		0,00
Vinculada		1.212.376,46
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>150.664,10</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		150.664,10
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>137.192.001,41</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491-103-173-REYW-330703406- Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

24/06/2020 13:03:26 -03:00



# IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO

Prestação de Contas  
Balancete Financeiro  
Período de Referência: Maio / 2020

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.378.198,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		134.813.803,04
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>138.555.041,97</b>

## Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO. Data Emissão 24/06/2020. Hora emissão 13:03:38

Notas:

EDGAR ANTON  
Dirigente Entidade/Previdência

LUCIENE MARIA KWITSCHAL  
Contador  
CRC/SC 017498/O-0

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-1731-BEYW-330703406 - Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

24/06/2020 13:03:26 -03:00



**SAMAE - RIO NEGRINHO****CANCELAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020**

Publicação Nº 2535870

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2020

O Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Básico – SAMAE de Rio Negrinho, através de sua Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2020, tendo por objeto, LICITAÇÃO PARA SERVIÇOS DE TELEMETRIA, TELECOMANDO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, INSTALAÇÃO, EXECUÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LOCAL E REMOTA EXISTENTES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, devido à alteração no conteúdo do Edital. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) e do site [www.samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes](http://www.samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes).

Rio Negrinho, 24 de junho de 2020.

Claudinor Carvalho

Pregoeiro

# Rio Rufino

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 331 DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2536434

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO GABINETE DO PREFEITO
--	--

DECRETO Nº 331, DE 23 DE JUNHO DE 2020

REVOGA O DECRETO N. 322, DE 12 DE MAIO DE 2020, QUE PROIBE O DESPERDÍCIO DE ÁGUA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO/SC., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE RIO RUFINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60; e

Considerando: que o Decreto n. 322 de 12 de maio de 2020 proibia o desperdício de água no âmbito do Município de Rio Rufino, decorrente de situação de emergência em razão de estiagem prolongada, declarada no Decreto Municipal n. 306 de 23 de março de 2020.

Considerando: que no corrente mês de junho de 2020 voltou a chover na região, tendo sido reabastecidos os reservatórios d'água do Município;

Considerando: Que as proibições e multas pelo descumprimento do Decreto n. 322, não mais se fazem necessários devido as chuvas que caíram na região nos últimos dias;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica revogado o Decreto n. 322, de 12 de maio de 2020, na sua integralidade, referente as restrições do uso e desperdício de água no âmbito do Município de Rio Rufino.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

THIAGO COSTA  
Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11 / 2020

Publicação Nº 2535890

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11 / 2020

Processo Licitatório Nº. 1133/2020

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 21/2020

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 21/2020, REGISTRAR OS PREÇOS com as empresas constantes na Cláusula Primeira desta Ata

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE FILTROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA SC, conforme vencedores a seguir:

PROponentes Vencedores	LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	VALOR UNITÁRIO
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	1	FILTRO DE AR INTERNO 24566376 (Motoniveladora CAT 120K)	6,00	55,64
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	2	FILTRO DA TRANSMISSÃO 3283655 (Motoniveladora CAT 120K)	6,00	197,51
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	3	FILTRO DA TRANSMISSÃO 4717003 (Retroescavadeira CAT 416E)	6,00	55,05
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	4	FILTRO DE AR EXTERNO 2277448 (Retroescavadeira CAT 416E)	6,00	125,51
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	5	FILTRO DE AR EXTERNO 24566375 (Motoniveladora CAT 120K)	6,00	132,12
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	6	FILTRO DE AR INTERNO 2277449 (Retroescavadeira CAT 416E)	6,00	54,45
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	7	FILTRO DE COMBUSTÍVEL 1R0762 (Motoniveladora CAT 120K)	6,00	65,46
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	8	FILTRO DE COMBUSTÍVEL 3619554 (Retroescavadeira CAT 416E)	6,00	57,83
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	9	FILTRO DO AR CONDICIONADO 2314486 (Motoniveladora CAT 120K)	4,00	68,04
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	10	FILTRO DO AR CONDICIONADO 2321732 (Motoniveladora CAT 120K)	4,00	71,57
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	11	FILTRO DO AR EXTERNO 6I-2499 (Motoniveladora CAT 120H)	6,00	71,18
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	12	FILTRO DO AR INTERNO 6I-2500 (Motoniveladora CAT 120H)	6,00	38,34
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	13	FILTRO DO AR CONDICIONADO 7T358 (Motoniveladora CAT 120K)	4,00	111,21
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	14	FILTRO DO COMBUSTÍVEL 1R0751 (Motoniveladora CAT 120H)	6,00	52,67
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	15	FILTRO DO COMBUSTÍVEL 1R0752 (Motoniveladora CAT 120H)	6,00	57,65
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	16	FILTRO DO COMBUSTÍVEL 1R0753 (Motoniveladora CAT 120H)	6,00	68,89
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	17	FILTRO DO HIDRÁULICO 1R0774 (Motoniveladora CAT 120K)	6,00	78,31
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	18	FILTRO DO HIDRÁULICO 3621163 (Retroescavadeira CAT 416E)	6,00	249,87
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	19	FILTRO DO ÓLEO 1R1807 (Motoniveladora CAT 120K e 120H)	12,00	67,43
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	20	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA 1174089 (Motoniveladora CAT 120H)	6,00	64,87

MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	21	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA 1561200 (Retroescavadeira CAT 416E)	6,00	56,84
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	22	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA 3261644 (Motoniveladora CAT 120K)	6,00	95,88
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	1	23	FILTRO DO ÓLEO 7W2326 (Retroescavadeira CAT 416E)	6,00	48,69
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	2	1	FILTRO DO ÓLEO EFL 723 (Rolo Compac. Muller VAP 70)	6,00	31,47
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	2	2	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FS19608 (Rolo Compac. Muller VAP 70)	6,00	55,14
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	2	3	FILTRO DE AR INTERNO X530 (Rolo Compac. Muller VAP 70)	6,00	42,80
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	2	4	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA 84273566 (Rolo Compac. Muller VAP 70)	6,00	70,12
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	2	5	FILTRO DE AR EXTERNO 2B1B10 (Rolo Compac. Muller VAP 70)	6,00	65,47
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	3	1	FILTRO DE AR TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D-50	6,00	42,49
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	3	2	FILTRO DE AR EXTERNO DO TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D-50	6,00	75,55
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	3	3	FILTRO DO COMBUSTÍVEL CARREGADEIRA KPMATSU WA-180 6732716120	6,00	51,13
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	3	4	FILTRO DE AR INTERNO CARREGADEIRA KOMATSU WA-180	6,00	56,66
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	3	5	FILTRO DE AR EXTERNO CARREGADEIRA KOMATSU WA-180	6,00	89,24
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	3	6	FILTRO DO ÓLEO DO TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D-50	6,00	57,21
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	3	7	FILTRO DO ÓLEO DA CARREGADEIRA KOMATSU WA-180	6,00	56,26
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	3	8	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D-50	6,00	35,77
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	3	9	FILTRO DO COMBUSTÍVEL CARREGADEIRA KPMATSU WA-180 6732716110	6,00	30,69
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	1	ELEMENTO FILTRANTE SEDIMENTADOR FLUXO REVERSO JCB 32/925915N	6,00	53,22
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	2	FILTRO DE COMBUSTÍVEL 320/07394 (Retroescavadeira JCB)	6,00	75,54
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	3	FILTRO DO COMBUSTÍVEL 320/07155 (Rolo Compactador JCB VM 115)	6,00	73,43
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	4	ELEMENTO FILTRANTE AR INTERNO JCB 580/12021 (Rolo Compactador JCB VM 115)	6,00	35,53
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	5	FILTRO DE COMBUSTÍVEL JCB 320/07155 (Retroescavadeira JCB Aspirada)	6,00	73,43
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	6	ELEMENTO FILTRANTE DE COMBUSTÍVEL JCB 32/926107	6,00	342,56
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	7	ELEMENTO FILTRO AR EXTERNO JCB 32/925682	6,00	128,45
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	8	ELEMENTO FILTRO AR INTERNO JCB 32/925683	6,00	66,31
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	9	ELEMENTO FILTRANTE AR EXTERNO JCB 580/12020 (Rolo Compactador JCB VM 115)	6,00	68,62
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	4	10	ELEMENTO FILTRANTE ÓLEO MOTOR JCB 320/04133A	6,00	74,41
Auto Mecanica Ival Ltda ME	5	1	ELEMENTO FILTRO (11NA-72011) ESCAVADEIRA HYUNDAI 140	6,00	94,81
Auto Mecanica Ival Ltda ME	5	2	FILTRO COMBUSTÍVEL 11QA-71040. HHIB - ESCAVADEIRA HYUNDAI 140	6,00	133,17
Auto Mecanica Ival Ltda ME	5	3	FILTRO HIGRAULICO 31Q6-20340-P - ESCAVADEIRA HYUNDAI 140	6,00	179,50
Auto Mecanica Ival Ltda ME	5	4	CARTUCHO (ZUAC-00178) ESCAVADEIRA HYUNDAI 140	6,00	69,96

Auto Mecanica Ival Ltda ME	5	5	FILTRO DO COMBUSTÍVEL (ZUAC-00986) ESCAVALADEIRA HYUNDAI 140	6,00	139,69
Auto Mecanica Ival Ltda ME	5	6	ELEMENTO FILTRO 31Q6-01280 - ESCAVALADEIRA HYUNDAI 140	6,00	316,20
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	6	1	FILTRO DO ÓLEO DO TRATOR NEW HOLLAND TL 75E	6,00	44,48
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	6	2	FILTRO DO AR INTERNO DO TRATOR NEW HOLLAND TL 75E	6,00	72,79
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	6	3	FILTRO DO AR EXTERNO DO TRATOR NEW HOLLAND TL 75E	6,00	229,27
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	6	4	FILTRO DO HIDRAULICO DO TRATOR NEW HOLLAND TL 75E	6,00	101,90
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	6	5	FILTRO DO AR INTERNO DO TRATOR MASSEY FERGUSON 291 / 4291 PERKINS	6,00	59,40
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	6	6	FILTRO DO AR EXTERNO DO TRATOR MASSEY FERGUSON 291 / 4291 PERKINS	6,00	72,16
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	7	1	FILTRO DE AR KOMBI ANO 2012	12,00	19,98
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	7	2	FILTRO DE AR SAVEIRO 1.6 ANO 2010	6,00	14,95
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	7	3	FILTRO DO ÓLEO SAVEIRO 1.6 ANO 2010 E KOMBI ANO 2012	12,00	13,92
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	7	4	FILTRO DO COMBUSTÍVEL SAVEIRO 1.6 ANO 2010 E KOMBI 1.6 ANO 2012	18,00	13,33
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	7	5	FILTRO DO ÓLEO CHERY QQ ANO 2017	4,00	17,37
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	7	6	FILTRO DO COMBUSTÍVEL CHERY QQ ANO 2017	4,00	17,52
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	7	7	FILTRO DO AR MOTOR CHERY QQ ANO 2017	4,00	21,50
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	8	1	FILTRO DO AR FORD TRANSIT GREENCAR ANO 2011	6,00	37,87
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	8	2	FILTRO DO ÓLEO FORD TRANSIT GREENCAR ANO 2011	6,00	30,30
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	8	3	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO FORD TRANSIT GREENCAR A ANO 2011	6,00	42,94
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	8	4	FILTRO DO AR CONDICIONADO DO FORD TRANSIT GREENCAR A ANO 2011	6,00	24,22
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	1	FILTRO DO ÓLEO MOTORES FIAT FIRE ANO 1.0 E 1.4 ANO 2013 ATÉ 2019	40,00	12,54
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	2	FILTRO DO ÓLEO MOTOR FIAT 1.8 16v ANO 2010 ATÉ 2019	30,00	14,10
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	3	FILTRO DO COMBUSTÍVEL PARA MOTOR FIAT FIRE ANO 1.0 E 1.4 ANO 2013 ATÉ 2019	50,00	8,32
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	4	FILTRO DE AR PARA VEÍCULOS FIAT FIRE ANO 1.0 E 1.4 ANO 2013 ATÉ 2019	50,00	10,32
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	5	FILTRO DE AR PARA MOTOR FIAT 1.8 16v ANO 2010 ATÉ 2019.	30,00	17,00
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	6	FILTRO DO AR FIAT UNO 1.3E ANO 2017	8,00	21,00
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	7	FILTRO DO ÓLEO DO FIAT UNO WAY 1.3E ANO 2017	8,00	15,47
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	8	FILTRO DO COMBUSTÍVEL MOTOR FIAT 1.8 16v ANO 2010 ATÉ 2019.	20,00	12,04
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	9	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO FIAT UNO WAY 1.3E ANO 2017	8,00	9,74
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	10	FILTRO DO AR CONDICIONADO FIAT FIRE ANO 2005 ATÉ 2019	50,00	20,34
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	11	FILTRO DE AR DA CITROEM JUMPER DIESEL ANO 2014	10,00	43,89
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	12	FILTRO DO ÓLEO CITROEM JUMPER ANO 2014	10,00	33,52

MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	9	13	FILTRO DO COMBUSTÍVEL CITROEM JUMPER ANO 2014	10,00	34,88
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	1	FILTRO DE AR RENAULT MASTER TCA DIESEL ANO 2013	10,00	35,26
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	2	FILTRO DO AR RENAULT LOGAN 1.6R ANO 2015	5,00	33,51
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	3	FILTRO DO AR PEUGEOT BOXER M350LH 2.3 DIESEL ANO 2017	10,00	42,46
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	4	FILTRO DO ÓLEO RENAULT MASTER TCA DIESEL ANO 2013	10,00	32,80
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	5	FILTRO DO ÓLEO RENAULT LOGAN 1.6R ANO 2015	5,00	17,73
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	6	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO RENAULT MASTER TCA DIESEL ANO 2012/2013	10,00	38,84
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	7	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO RENAULT LOGAN EXPRESSION 1.6R ANO 2014/2015	5,00	20,65
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	8	FILTRO DO AR CONDICIONADO DO RENAULT LOGAN EXPRESSION 1.6R ANO 2014/2015	5,00	18,67
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	9	FILTRO DO ÓLEO DO PEUGEOT BOXER M350LH 2.3 DIESEL ANO 2016/2017	10,00	35,18
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	10	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO PEUGEOT BOXER M350LH 2.3 DIESEL ANO 2016/2017	10,00	25,98
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	10	11	FILTRO DO AR CONDICIONADO DO PEUGEOT BOXER M350LH 2.3 DIESEL ANO 2016/2017	10,00	30,70
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	11	1	FILTRO DO AR GM CLASSIC LS1.0	5,00	7,45
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	11	2	FILTRO DO AR GM SPIN 1.8 ANO 2017	20,00	21,18
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	11	3	FILTRO DO ÓLEO DO CHEVROLET CLASSIC LS 1.0	5,00	7,84
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	11	4	FILTRO DO ÓLEO DO CHEVROLET SPIN 1.8 ANO 2017	20,00	7,73
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	11	5	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO CHEVROLET CLASSIC LS 1.0	5,00	12,75
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	11	6	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO CHEVROLET SPIN 1.8 ANO 2017	20,00	10,98
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	11	7	FILTRO DO AR CONDICIONADO DO CHEVROLET SPIN 1.8 ANO 2017	20,00	16,95
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	1	FILTRO DE AR DO CAMINHÃO F14000 HD MOTOR MWM X10 ANO 1997	10,00	65,74
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	2	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO CAMINHÃO F14000 HD MOTOR MWM X10 ANO 1997	6,00	26,00
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	3	FILTRO LUBRIFICANTE DO CAMINHÃO F14000 HD MOTOR MWM X10 ANO 1997	6,00	33,40
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	4	FILTRO DO ÓLEO (Caminhão FORD CARGO 2629) ANO 2015	6,00	30,44
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	5	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA PSD 960/1 (Caminhão FORD CARGO 2629) ANO 2015	6,00	26,00
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	6	FILTRO DO AR INTERNO (Caminhão FORD CARGO 2629) ANO 2015	6,00	135,70
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	7	FILTRO DO AR EXTERNO (Caminhão FORD CARGO 2629) ANO 2015	6,00	80,52
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	8	FILTRO DO COMBUSTÍVEL (Caminhão FORD CARGO 2629) ANO 2015	6,00	58,66
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	9	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA DO CAMINHÃO FORD 1719 ANO 2018	6,00	43,12
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	10	FILTRO DO AR INTERNO DO CAMINHÃO FORD 1719 ANO 2018	6,00	62,17
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	11	FILTRO DO AR EXTERNO DO CAMINHÃO FORD 1719 ANO 2018	6,00	54,24

MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	12	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO CAMINHÃO FORD 1719 ANO 2018	6,00	66,53
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	12	13	FILTRO DO ÓLEO DO CAMINHÃO FORD 1719 ANO 2018	6,00	58,65
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	13	1	FILTRO DE AR DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1718 ANO 2010	6,00	33,40
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	13	2	FILTRO DO ÓLEO DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1718 ANO 2010	6,00	22,65
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	13	3	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1718 ANO 2010	6,00	33,82
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	13	4	FILTRO DO AR INTERNO (Caminhão MERCEDES BENZ ATRON 2729)	6,00	56,61
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	13	5	FILTRO DO AR EXTERNO (Caminhão MERCEDES BENZ ATRON 2729)	6,00	44,16
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	13	6	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA (Caminhão MERCEDES BENZ ATRON 2729)	6,00	65,07
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	13	7	FILTRO ÓLEO (Caminhão MERCEDES BENZ ATRON 2729)	6,00	24,51
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	13	8	FILTRO DO AR CONDICIONADO (Caminhão MERCEDES BENZ ATRON 2729)	6,00	27,73
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	13	9	FILTRO DO COMBUSTÍVEL (Caminhão MERCEDES BENZ ATRON 2729)	6,00	47,38
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	1	FILTRO DO AR MICRO Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C17 ANO 2015	6,00	88,92
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	2	FILTRO DO ÓLEO DO MICRO Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C17 ANO 2015	6,00	118,54
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	3	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO MICRO Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C17 ANO 2015	6,00	78,30
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	4	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO MICRO Ônibus VOLARE V8 ou A8	10,00	75,20
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	5	FILTRO LUBRIFICANTE DO MICRO Ônibus VOLARE V8 ou A8	10,00	43,91
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	6	FILTRO DO AR DO MICRO Ônibus VOLARE V8 ou A8	10,00	126,29
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	7	FILTRO DO AR DO MICRO ÔNIBUS AGRALE/COMIL BELLO ANO 2004 MOTOR MWM	6,00	74,44
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	8	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO MICRO ÔNIBUS AGRALE/COMIL BELLO ANO 2004 MOTOR MWM	6,00	72,77
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	9	FILTRO LUBRIFICANTE DO MICRO ÔNIBUS AGRALE/COMIL BELLO ANO 2004 MOTOR MWM	6,00	62,10
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	10	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO Ônibus VW 15.190 EOD E. HD ORE	10,00	86,06
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	11	FILTRO DE AR Ônibus VW 15.190 EOD E. HD ORE	10,00	129,44
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	14	12	FILTRO DO ÓLEO DO Ônibus VW 15.190 EOD E. HD ORE	10,00	107,06
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	15	1	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA CAMINHÃO VOLVO VM 330 6X4R ANO 2014	10,00	52,72
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	15	2	FILTRO DO AR INTERNO DO CAMINHÃO VOLVO VM 330 6X4R ANO 2014	10,00	92,85
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	15	3	FILTRO DO AR EXTERNO DO CAMINHÃO VOLVO VM 330 6X4R ANO 2014	10,00	77,23
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	15	4	FILTRO DO AR CONDICIONADO DO CAMINHÃO VOLVO VM 330 6X4R ANO 2014	10,00	58,14
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	15	5	FILTRO DO COMBUSTÍVEL DO CAMINHÃO VOLVO VM 330 6X4R ANO 2014	10,00	40,26
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA	15	6	FILTRO DO ÓLEO DO CAMINHÃO VOLVO VM 330 6X4R ANO 2014	10,00	33,50

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA



1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Contratante não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de execução do objeto em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada contratação, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Contratante pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

#### CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA- DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

1. A DETENTORA deverá entregar os filtros solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. A aquisição será efetuada de forma parcelada e unitária.
3. A entrega dos filtros deverá ser no local indicado pela Contratante, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. O Gerenciamento e a Fiscalização desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Secretário Municipal solicitante da aquisição.

#### CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado em até 20 dias.
2. Caso o objeto não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da entrega dos filtros, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos. Ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.
2. Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Licitante vencedora estará sujeita às seguintes penalidades:  
I - advertência;  
II - multas:  
a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não execução do objeto no prazo compreendido descrito nesse Edital e conforme ata e solicitação de execução do objeto estabelecido pelo Setor e Secretaria solicitante.  
b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.  
c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não efetivar-se nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;  
d) de 10% (dez por cento) sobre o valor licitado, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar assinar a ata, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o objeto não ser executado a partir da data apazada.
3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
4. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e na Ata e das demais cominações legais.
5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
6. As sanções previstas nos subitens 16.1, 16.2, I e II poderão ser aplicadas simultaneamente.

#### CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. inexecução total ou parcial do objeto licitado enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.
- 2 - Constituem motivo para rescisão da Ata/Contrato:  
a) Não cumprimento das condições do Edital e da Ata, especificações e prazos;



- b) O cumprimento irregular de condições do Edital e Ata, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Contratante a comprovar a impossibilidade de executar o objeto nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado da na execução do objeto sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;
- e) A paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado à ata/ordem de compra e exaradas no processo Administrativo a que se refere;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas. Assegurado ao licitante registrado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Contratante decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) A não liberação, por parte da Contratante, de área ou local para a entrega do objeto, nos prazos estipulados;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Contratante;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 21 / 2020 e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 24/06/2020.

VALDIR BUGS		
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
Auto Mecanica Ival Ltda ME		
CONTRATADO		
MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA		
CONTRATADO		
VALDINEI GREGOL		FABRÍCIO P. SIMON
CPF: 045.179.079-02		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12 / 2020

Publicação Nº 2536255

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12 / 2020

Processo Licitatório Nº. 1086/2020

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 17/2020

O Fundo municipal de Saude de Romelândia– SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº11.456.420 /0001-01 com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 42, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pela Gestora Municipal de Saude Nilce Kohls. , brasileira, residente e domiciliado no município de Romelândia, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2020, REGISTRAR OS PREÇOS com as empresas constantes na Cláusula Primeira desta Ata

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAL LABORATORIAL PARA USO NO LABORATÓRIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA SC, conforme vencedores a seguir:

PROponentes Vencedores	Item	Descrição do Item	Marca	Quant	Valor Unitário
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	1	ACIDO URICO ENZIMATICO COLORIMETRO COM 200 ML.		5,00	56,00
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	2	Agulha Descartável 25 x 7	DESCARPACK	4.000,00	0,12
A.C.L ASSITÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	3	ALBUMINA PP 250 ML		5,00	29,55
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	4	Alcool 70% - Embalagem de 1L		50,00	9,85
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	5	ALGODAO HIDROFILO 500 GR	CREMER	20,00	16,70
A.C.L ASSITÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	6	AMILASE CINÉTICA DIRETA KIT 60ML		4,00	182,34
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	7	APT - TEST. TROMB. PARCIAL ATIVADA 150R KTTT	GOLD ANALISA	10,00	84,00
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	8	ASO AEO 2ML COM CONTROLE		10,00	78,20
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	9	BILIRRUBINA PP BT BD 52 ML	GOLD ANALISA	15,00	50,00
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	10	PAPEL TERMOSENSIVEL 57MM X 30 METROS	REVisa	20,00	4,90
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	11	CALIBRADOR PARA BIOQUIMICA FR 5ML		5,00	96,00
A.C.L ASSITÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	12	COLESTEROL TOTAL ENZIMATICO COLORIMETRICO COM 200 ML.		15,00	59,99
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	13	COLETOR 80ML ESTERIL SEM PÁ C/ TAMPA VERMELHA		2.000,00	0,25
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	14	COLETOR 80ML NÃO ESTERIL COM PÁ C/ TAMPA BRANCA		2.000,00	0,23
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	15	COLETOR INFANTIL UNISSEX DE URINA 100ML ESTERIL	MEDIC PLAST	500,00	0,35
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	16	COLETOR PERF. RIGIDO AMARELO 7 LT	VACUPLAST	200,00	13,00
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	17	COLINESTERASE CINETICA 30ML		5,00	91,80
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	18	Coloração de Gram 4 x 500ml.		5,00	42,40
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	19	COPO DE SEDIMENTAÇÃO 200ML C/ BASE	J. PROLAB	20,00	3,10
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	20	CORANTE HEMATOLOGICO GIENSA C/ 1 LITRO		10,00	42,00
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	21	CORANTE HEMATOLOGICO MAY-GRUNWALD C/ 1 LITRO		8,00	31,00

QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	22	CREATININA CINÉTICA 250ML	GOLD ANALISA	5,00	58,30
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	23	CUBETA REDUZIDA P/ COAGULOMETRO C/ MIXER CX 100 UNID		12,00	106,29
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	24	DESCARTADOR 7LT ECOLOGICO PERFURO CORTANTE	FLEXPELL	50,00	3,70
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	25	DETERGENTE HEMATO-LÓGICO 1000 ML	DIAGAM	10,00	62,20
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	26	DILUENTE HEMATOLOGICO 20 LTS MI 18	DIAGAM	5,00	107,00
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	27	ESCALPE 23G 7 A VACUO CX 50 UNID	FIRSTLAB	5,00	29,90
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	28	FATOR REUMATÓIDE LATÉX 2,0 ML	GOLD ANALISA	50,00	34,70
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	29	FITA PARA IMPRESSORA BIOPLUS BIO 2000	MEGAPLUS	30,00	21,80
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	30	FITAS REAGENTE PARA ANALISE DE URINA COM 10 AREAS C/ 100 TIRAS		30,00	24,80
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	31	FOSFATASE ALCALINA CINETICO.	GOLD ANALISA	10,00	64,30
A.C.L ASSITÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	32	GAMA GT PP 60 ML		8,00	66,45
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	33	GARROTE C/AUTO-TRA-VA ELASTICO ADULTO		5,00	8,39
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	34	Glicose PP 50ML.	GOLD ANALISA	50,00	56,70
A.C.L ASSITÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	35	TESTE RÁPIDO GRAVIDEZ HCG STRIP 25UL COM 100 TIRAS		5,00	42,00
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	36	HDL PRECIPITANTE 50 ML CAT.413.		20,00	19,70
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	37	LAMINA FOSCA 26 X 76 LAPIDADA C/50 UND	FIRSTLAB	5,00	6,75
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	38	LAMINA DE ACRILICO.	PROCLIN	20,00	3,50
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	39	LDH/DES. LACTICA UV 60 ML		5,00	43,70
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	40	LISANTE HEMATOLOGICO 1 LITRO MI 18	DIAGAM	8,00	157,00
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	41	ELÁSTICO EM BORRACHA C/ 50 UNIDADES		20,00	29,23
A.C.L ASSITÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	42	MICROPIPETA C/ DESC. 200 MCL		2,00	79,36
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	43	MICROPIPETA VOL. VAR. 10 - 100 UL		2,00	141,30

A.C.L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	44	MICROPIPETA C/ DESC. 20 MCL		2,00	79,36
A.C.L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	45	MICROPIPETA C/ DESC. 10 MCL		2,00	79,36
A.C.L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	46	MICROPIPETA C/ DESC. 1000 MCL		2,00	79,36
A.C.L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	47	MICROPIPETA C/ DESC. 25 MCL		2,00	79,36
A.C.L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	48	MICROPIPETA C/ DESC. 250 MCL		2,00	79,36
A.C.L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	49	MICROPIPETA C/ DESC. 500 MCL		2,00	79,36
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	50	PCR LATEX PROTEÍNA C REATIVA C/ CONTROLE FR 2ML		10,00	51,40
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	51	PIPETA DE PASTEUR PLASTICA NÃO ESTERIL 3 ML PCT 500 UNID	CITOPLAST	60,00	40,50
A.C.L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	52	PLACA DE KLINE C/ 12 ESCAVAÇÕES		3,00	25,60
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	53	PONTEIRA 0-200UL UNIVERSAL AMARELA PCT 1000 UNID		4,00	14,34
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	54	PROTEÍNAS TOTAIS PP 250 ML		3,00	32,40
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	55	RPR BRAS VDRL S/ CONTROLE FR 250 T		5,00	28,50
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	56	TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO - SANGUE OCULTO C/ 20 TESTES	GOLD ANALISA	20,00	80,00
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	57	Seringa Descartável 10ml sem agulha		2.500,00	0,41
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	58	SERINGA DESCARTÁVEL 05 ML SEM AGULHA	DESCARPACK	1.000,00	0,27
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	59	Solução Limpeza Bioplus 50ml.	BIOPLUS	3,00	56,00
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	60	Soro Anti A Monoclonal 10ml		4,00	16,78
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	61	Soro Anti B Monoclonal 10ml		5,00	16,78
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	62	SORO ANTI D FR 10 ML		5,00	32,00
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	63	SORO CONTROLE BIOQ. N 5ML	GOLD ANALISA	15,00	55,10
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	64	SORO CONTROLE BIOQ. P 5ML		15,00	55,50
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	65	TAP - TEMPO DE PROTOMBINA 100T KIT 10X2 ML C/ 100 TESTES	GOLD ANALISA	15,00	89,60

A.C.L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	66	AST/TGO PP CINET.UV 120 ML CAT.421 E.		15,00	65,67
A.C.L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	67	ALT/TGP PP CINET.UV 120 ML CAT.422 E.		15,00	65,67
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	68	TRIGLICERÍDIOS ENZIMÁTICO COLORÍMETRO COM 200 ML	GOLD ANALISA	25,00	144,50
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	69	TUBO DE VIDRO 15X100MM	PRECISION	100,00	0,21
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	70	TUBO A VACUO C/ CITRATO 3,6ML - (PLÁSTICO) RACK 100 UN	VACUPLAST	10,00	52,25
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	71	TUBO A VACUO C/ EDTA K3 4ML - (VIDRO) RACK 100 UNID		40,00	49,40
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	72	TUBO A VACUO C/ FLUORETO 4ML - (VIDRO) RACK 100 UNID	VACUPLAST	10,00	49,50
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA	73	TUBO A VACUO GEL SEP/ATIV 9 ML/16X100MM (PLÁSTICO) RACK 100		50,00	120,50
QUIMIOLAB COM E IMP DE PRODUTO DE LABORATORIO LTDA	74	UREIA UV PP 2 X 50 ML CAT.416M.	GOLD ANALISA	15,00	86,50

**CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA**

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Contratante não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de execução do objeto em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS**

1. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada contratação, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Contratante pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

**CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA QUINTA- DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA**

1. A DETENTORA deverá executar o objeto solicitado no local previsto na ordem de compra.
2. A execução do objeto será efetuado de forma parcelada e unitária.
3. A execução do objeto deverá ser prestados no local indicado pela Contratante, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. O Gerenciamento e a Fiscalização desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Secretário Municipal solicitante da aquisição.

**CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO**

1. Após o recebimento do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o objeto não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

**CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES**

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos. Ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Licitante vencedora estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não execução do objeto no prazo compreendido descrito nesse Edital e conforme ata e solicitação de execução do objeto estabelecido pelo Setor e Secretaria solicitante.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não efetivar-se nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor licitado, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar assinar a ata, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o objeto não ser executado a partir da data aprazada.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e na Ata e das demais cominações legais.

5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

6. As sanções previstas nos subitens 16.1, 16.2, I e II poderão ser aplicadas simultaneamente.

**CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. inexecução total ou parcial do objeto licitado enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

2 - Constituem motivo para rescisão da Ata/Contrato:

a) Não cumprimento das condições do Edital e da Ata, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de condições do Edital e Ata, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Contratante a comprovar a impossibilidade de executar o objeto nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da na execução do objeto sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

e) A paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado à ata/ordem de compra e exaradas no processo Administrativo a que se refere;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas. Assegurado ao licitante registrado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Contratante decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Contratante, de área ou local para a execução do objeto, nos prazos estipulados;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Contratante;

c) Judicial, nos termos da legislação.

**CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 17 / 2020 e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.



ROMELÂNDIA 24/06/2020.

Nilce Kohls

Gestora Municipal de Saude

VALDINEI GREGOL

CPF: 045.179.079-02

TESTEMUNHA

FABRÍCIO P. SIMON

CPF: 104.212.699-25

TESTEMUNHA

Continuação Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12 / 2020

Processo Licitatório Nº. 1086/2020

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 17/2020

Fico ciente do Registro dos Preços pelo prazo de 12 meses a contar desta assinatura..

Romelândia – SC, 24/06/2020

CARIMBO E ASSINATURA DA EMPRESA

**EXTRATO DO CONTRATO 40/2020**

Publicação Nº 2535973

**EXTRATO DO CONTRATO 40/2020**

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC) comunica AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ANO MODELO 2020 OU SUPERIOR, ZERO KM, TIPO MINIBUS PARA UTILIZAR NO TRANSPORTE DE MUNICÍPIOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, através Processo de Licitação Nº 1110/2020, na modalidade Pregão nº 20/2020. Contratado: PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI-ME. Valor: 153.790,00. Validade do Contrato 31/12/2020.

Romelândia, 24/06/2020.

NILCE KOHLS

Gestora Municipal de Saúde

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.696, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2537071

LEI Nº 1.696, DE 24 de JUNHO de 2020.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO A RECONHECER, EMPENHAR E PAGAR O SALDO REFERENTE A 10ª PARCELA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 003/2019 FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar e pagar o saldo devedor referente a 10ª parcela do Termo de Colaboração nº. 003/2019 firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e o Instituto de Ensino e Assistência Social – Hospital Salvatoriano Divino Salvador, no exercício de 2019, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação orçamentária:

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2040 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3350.0000 – Outras Contribuições

Art. 2º. O pagamento será realizado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à publicação desta lei no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 24 de junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 307/2020

Publicação Nº 2537063

PORTARIA Nº. 307 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. ANTÔNIO ANTUNES, pelo período de 20/05/2020 a 20/07/2020, totalizando 62 dias, conforme perícia médica parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 15 de junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 308/2020

Publicação Nº 2537064

PORTARIA Nº 308 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.



ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 15 de junho de 2020 a 14 de julho de 2020, totalizando 30 dias de férias à servidora VIVIAN LOCATELLI LAZZAROTTI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 17/03/2019 a 16/03/2020, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 15 de junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 309/2020**

Publicação Nº 2537065

PORTARIA Nº 309 DE 15 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 15 de junho de 2020 a 14 de julho de 2020, totalizando 30 dias de férias ao servidor LUCAS GIACOMIN do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 19/12/2018 a 18/12/2019, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 15 de junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 310/2020**

Publicação Nº 2537066

PORTARIA Nº. 310 DE 15 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. DIRLEI CATARINA ARIATTI NUNES, pelo período de 12/06/2020 a 28/05/2021, correspondente a 351 dias, conforme atestado médico e perícia médica, partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 12 de junho de 2020.

Salto Veloso - SC, 15 de junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 311/2020**

Publicação Nº 2537067

PORTARIA Nº 311 DE 16 DE JUNHO DE 2020.  
EXONERA SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor:

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica exonerado a partir de 16 de junho de 2020, o Sr. ELIAS CENCI, do cargo de Fisioterapeuta, admitido em caráter temporário pela Portaria nº 097/2020, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 16 de junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 312/2020**

Publicação Nº 2537068

PORTARIA Nº. 312 DE 17 DE JUNHO DE 2020.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. SALETE GETASSI BORGA, pelo período de 17/06/2020 a 29/11/2020, totalizando 166 dias, conforme perícia médica parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 17 de junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 313/2020**

Publicação Nº 2537069

PORTARIA Nº. 313 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com os artigos 83 à 88 da Lei Municipal nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 22 de junho de 2020 a 19 de setembro de 2020, conforme Artigo 83, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, à servidora DANIELE DOS SANTOS MONTEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotada no cargo de Atendente de Creche.

Art. 2º. A servidora poderá a qualquer instante ser convocada para o retorno às suas atividades, conforme necessidade de sua pasta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 22 de junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 314/2020**

Publicação Nº 2537070

PORTARIA Nº 314 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ADMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei N° 1516 de 10 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir a Sra. ROSELAINE DOS SANTOS para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professor I – Não-Habilitado (Inglês), 10 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 24 de junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.381, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2536403

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.381, DE 23 DE JUNHO DE 2020

“REGULAMENTA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS SARS-COV2 (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada por este Decreto, a distribuição dos Recursos advindos do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pelo Governo Federal através da Lei Complementar Nº 173, de 27 de Maio de 2020.

Art. 2º. Os recursos repassados pelo Governo Federal através do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus ao Município de Santa Cecília, deverão ser distribuídos para a implementação de medidas de enfrentamento no âmbito Municipal, na proporção de 60% (sessenta por cento) para ações a serem desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e 40% (quarenta por cento) para ações de combate e prevenção a serem desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 23 de Junho de 2020.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA  
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 23 de Junho de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK  
Secretária de Administração

### LEI MUNICIPAL Nº 2089, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2536473

LEI MUNICIPAL Nº 2.089, DE 24 DE JUNHO DE 2020

“AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a promover a alienação, pela via de licitação pública na modalidade de leilão, de bens móveis de propriedade do Município de Santa Cecília, considerados obsoletos e com manutenção de alto custo para os cofres públicos, de acordo com as normas e condições fixadas por esta lei.

Art. 2º. A alienação dos bens móveis de que trata esta lei, justifica-se em razão de encontrarem-se os mesmos em situação inservível para o município e exigindo gastos, despesas e investimentos de significativo montante para a recuperação e manutenção, tornando a sua utilização insegura e inviável economicamente para o Município.

Art. 3º. A alienação autorizada por esta lei obedecerá, o preço mínimo estabelecido no Laudo de Avaliação em anexo e abrangerá os seguintes bens:

I – LOTE 01 - CAMINHÃO TRATOR VOLVO NL 10 340, 4x2, a diesel, de cor branca, chassi no. 9BVN2B2AORE642636, ano 1994, modelo 1994. Placa MCP – 1570, patrimônio no. 100623. Lance inicial R\$ 14.750,00 (Catorze Mil e setecentos e cinq-enta reais);

II – LOTE 02 - CAMINHÃO NAVISTAR/INTERNACIONAL, 4x2, com terceiro eixo, a diesel, de cor branca, chassi no. 93MAAAAR11R702167, ano 2001, modelo 2001. Placa MBC – 7324, sem basculante, no chassi, sem identificação do patrimônio. Lance inicial R\$ 11.750,00 (Onze mil e Setecentos e Cinquenta Reais);

III – LOTE 03 - VEÍCULO FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4., flex, de cor branca, chassi no. 9BD1197OUG1134834, ano 2016, modelo 2016, Placa QHV – 4211, patrimônio no. 100645, 350.000 km. Lance inicial R\$ 13.500,00 (Treze Mil e quinhentos Reais);

LEI MUNICIPAL Nº 2.089, DE 24 DE JUNHO DE 2020

FL. 02

IV – LOTE 04 - ÔNIBUS URBANO, marca Volkswagen, carroceria Caio, modelo Induscar Foz U, ano 2009 e modelo 2009, movido a Diesel, de cor amarela, capacidade para 44 passageiros, chassi no. 9BWR88W99R92412, Placa MFZ 0483, patrimônio no. 100618. Lance inicial R\$ 12.000,00 (Doze mil Reais);

V – LOTE 05 - MICROÔNIBUS URBANO, marca IVECO, modelo Neobus Cityclass 70c17, ano 2012 e modelo 2013, movido a Diesel, de cor amarela, capacidade para 29 passageiros, chassi no. 93ZL68C01D8443038, Placa MKW 6816, patrimônio no. 10631. Lance inicial R\$ 20.000,00 (Vinte mil Reais);

VI – LOTE 06 - VEÍCULO FIAT STRADA WORKING, flex, de cor branca, chassi no. 9BD27805MD7702634, ano e modelo 2013, Placa MLR – 0414, patrimônio no. 9580 e 151.000 km rodados. Lance inicial R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais);

VII – LOTE 07 - VEÍCULO FIAT STRADA WORKING, Cabine Estendida, flex, de cor branca, chassi no. 9BD27855MD7698961, ano e modelo 2013, Placa MLR – 0314, patrimônio no. 9579 e 172.000 km rodados. Lance inicial R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);

VIII – LOTE 08 - Sucatas de Ferro, Alumínio, Aço, Zinco, Lata, Madeiras e Vidros, mobiliário inservível em Geral, todas sem condição de recuperação ou uso, aproximadamente 500 kg de sucatas diversas. Valor da avaliação R\$ 100,00 (Cem reais).

Parágrafo Único - O valor mínimo para alienação do lote único dos bens acima descrito, será de R\$ 90.100,00 (noventa mil e cem cem reais), conforme laudo de avaliação elaborado por comissão de servidores, o qual faz parte integrante e inseparável da presente lei.

Art. 4º. A prefeita Municipal, expedirá o edital de licitação pública destinado a alienação dos bens móveis relacionados no artigo 3º desta lei e o respectivo leiloeiro, obedecendo para tal os prazos e condições fixadas pela legislação aplicável.

Art. 5º. Na aplicação da arrecadação obtida com a alienação dos bens móveis, alienados por força desta lei, será observado as disposições contidas na Lei Complementar Federal Nº 101, de 04 de Maio de 2000.

LEI MUNICIPAL Nº 2.089, DE 24 DE JUNHO DE 2020

FL. 03

Art. 6º. Fica autorizada a desafetação e respectiva baixa do patrimônio público do Município, dos bens descritos no Artigo 3º desta lei.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 24 de Junho de 2020.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 24 de Junho de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2020

Publicação Nº 2536377

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2020

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRANTE, e de outro lado ETLA WEISS DA COSTA, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 4.085.980 e inscrita no CPF/MF sob o nº

029.875.019-86, com endereço profissional na Rua Eduardo Gomes, nº 837, Centro, na cidade de Lontras-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 005/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 005/2020, para até a data de 31/07/2020, conforme disposto na Cláusula Segunda do referido Contrato e em observância ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 005/2020, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 24 de junho de 2020.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA  
Pelo Contratante

ETLA WEISS DA COSTA  
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

Publicação Nº 2535765

#### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 43/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 43/2020, na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para aquisição de um caminhão novo, fabricação nacional, ano de fabricação e modelo 2020/2020, na cor branca, equipado com caçamba basculante, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Santa Helena – SC, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 26/06/2020 até as 08h15min horas do dia 07/07/2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h16min as 08h29min do dia 07/07/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min horas do dia 07/07/2020. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital, em inteiro teor e seu anexo, está à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br), ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dom Feliciano, 476, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min. Informações através do e-mail [compras@santahelena.sc.gov.br](mailto:compras@santahelena.sc.gov.br) ou telefone (49) 3633-0009.

Santa Helena (SC), 24 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

Publicação Nº 2536373

#### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 44/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 44/2020, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2020, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual aquisição de mangueiras e conexões hidráulicas de primeira qualidade. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 08 de julho de 2020. Abertura das propostas as 08h40min do dia 08 de julho de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 24 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 002/2020 PR

Publicação Nº 2536543

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
Aviso de Licitação Deserta PL nº 002/2020-Pregão Presencial

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul comunica que processo de licitação nº 002/2020-PR, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de porcelanato para colocação em Escola Municipal, foi DECLARADA DESERTA, motivo: não houve nenhuma empresa participante na sessão pública marcada para o dia 14 de Fevereiro de 2020 às 17h15min.

Santa Rosa do Sul, 14 de Fevereiro de 2020.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2020

Publicação Nº 2536595

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - DL  
CONTRATADO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI

Objeto: Serviços de assistência técnica e extensão rural pela EPAGRI S.A para o Município de Santa Rosa do Sul, exercício 2020.  
Da justificativa: Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI S.A, está sendo contratada pelo município de Santa Rosa do Sul por ser única no ramo pertinente, ENTRE OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A REGIÃO DA AMESC.  
Do valor: R\$ 25.010,40 (Vinte e cinco mil, dez reais e quarenta centavos).  
Santa Rosa do Sul, 03 de Janeiro de 2020.

Rafael Raupp Lummertz  
Presidente da CPL  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2020 SAMAE

Publicação Nº 2537040

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020 - DL  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO A OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.  
DO VALOR: R\$ 5.929,52 (Cinco mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos).  
BASE LEGAL: artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.  
VIGENCIA: 01/03/2020 a 30/04/2020.

Santa Rosa do Sul, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Rafael Raupp Lummertz  
Presidente da CPL  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal



**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2020**

Publicação N° 2536607

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2020 - DL  
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO PREGÃO N°. 02/2019/CIS-AMESC, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.  
Do Valor: R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais).  
BASE LEGAL: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.  
VIGENCIA: 28/01/2020 a 31/12/2020.

Santa Rosa do Sul, 28 de Janeiro de 2020.

Rafael Raupp Lummertz  
Presidente da CPL  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2020**

Publicação N° 2536620

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/2020 - DL  
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, EXAMES NÃO PRESTADOS NO MUNICÍPIO, PARA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC E ASSESSORIA E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE EXERCÍCIO 2020.  
Do Valor: R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).  
BASE LEGAL: 28/01/2020 a 31/12/2020.

Santa Rosa do Sul, 28 de janeiro de 2020.

Rafael Raupp Lummertz  
Presidente da CPL  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2020**

Publicação N° 2536952

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2020 - DL  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA  
Objeto: Licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.  
Do Valor: R\$13.492,74 (Treze mil, quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos).  
BASE LEGAL: 01/03/2020 a 30/04/2020.

Santa Rosa do Sul, 28 de Fevereiro de 2020.

Rafael Raupp Lummertz  
Presidente da CPL  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020 SAMAE**

Publicação Nº 2537039

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - DL

CONTRATADO: ESTEVÃO PIERINI

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 (UM) POÇO PARA EXTRAÇÃO DE ÁGUA, LOCALIZADO NO BAIRRO DE GLORINHA, SANTA ROSA DO SUL-SC, DESTINADO AO USO DO SAMAE PARA ABASTECIMENTO DA REDE.

DO VALOR: R\$ 48.288,00 (quarenta e oito mil reais).

BASE LEGAL: artigo 25, inciso I da Lei nº 8.666/93.

Santa Rosa do Sul, 03 de Janeiro de 2020.

Rafael Raupp Lummertz

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATOS Nº 001 A 007/2020 SAMAE**

Publicação Nº 2537042

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 1/4

CNPJ: 00.569.168/0001-12  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**

Janeiro/2020.

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ELETRO MOTORES SANTA LUZIA LTDA. ME.**CNPJ:** 85.390.425/0001-07**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA ELÉTRICA NO ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) CENTRAL E ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) DA VILA NOVA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE.

**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** EVOLUTEC TECNOLOGIA EM EQUIP DE AUTOM LTDA - ME**CNPJ:** 10.949.992/0001-51**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** A CONTRATADA PRESTARÁ SERVIÇO MENSAL DE ACESSO AO SITE NA WEB PARA ACOMPANHAMENTO ON-LINE DOS NÍVEIS DE MEDIÇÃO DO RESERVATÓRIO E DO ACIONAMENTO A DISTÂNCIA DOS CONJUNTOS MOTO BOMBA COM FORNECIMENTO DE CHIP DE TELEMETRIA. FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO EVOLOGGER 4000 GSM EM CONDIÇÕES DE COMODATO E SE NECESSÁRIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES (POR PROBLEMAS TÉCNICOS OU DE FORÇA DA NATUREZA, COMO DESCARGAS ELÉTRICAS).

**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.693,96**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 2/4

CNPJ: 00.569.168/0001-12

RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400

C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**CNPJ:** 01.387.686/0008-54**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, (GASOLINA COMUM), PARA USO NOS VEÍCULOS NOS VEÍCULOS DO SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO 2020.**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 30.093,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ESTEVÃO PIERINI**C.P.F.:** 251.996.179-15**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 1/2020**Número do Processo:** 1/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** LOCAÇÃO DE 01 (UM) POÇO PARA EXTRAÇÃO DE ÁGUA, LOCALIZADO NO BAIRRO DE GLORINHA, SANTA ROSA DO SUL-SC, DESTINADO AO USO DO SAMAE PARA ABASTECIMENTO DA REDE.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 48.288,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 3/4

**CNPJ:** 00.569.168/0001-12  
**RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400**  
**C.E.P.:** 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MATERIAIS DE CONSTRUCAO CONSTRUSHOP LTDA**CNPJ:** 97.547.219/0001-47**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2019**Número do Processo:** 9/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 119.690,81**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA.**CNPJ:** 82.977.109/0001-48**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2019**Número do Processo:** 9/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.235,10**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 4/4

**CNPJ:** 00.569.168/0001-12**RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400****C.E.P.:** 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** Pepe Materiais de Construção Ltda. ME**CNPJ:** 06.190.699/0001-86**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2019**Número do Processo:** 9/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 7/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.288,70**Forma de Pagamento:** À Vista

**EXTRATO DE CONTRATOS Nº 001 AO 028/2020**

Publicação Nº 2536999

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 1/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** DEBORA DA SILVA SALVARO ASSESSORIA ME**CNPJ:** 14.895.208/0001-20**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PPRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO A RISCOS AMBIENTAIS;  
ELABORAÇÃO DO PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL E ELABORAÇÃO DO LTCAT - LAUDO  
TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO;

**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.008,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**CNPJ:** 34.832.381/0001-97**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 96/2019**Número do Processo:** 96/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 20/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS E MOBILIÁRIO PARA O  
SETOR DE SAÚDE.

**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 38.230,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 2/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** VMLX ELETRONICOS EIRELI - ME**CNPJ:** 03.800.477/0001-40**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 96/2019**Número do Processo:** 96/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 19/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS E MOBILIÁRIO PARA O SETOR DE SAÚDE.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 62.487,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** NICOLAU SATURNINO VIEIRA**CNPJ:** 34.413.040/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 96/2019**Número do Processo:** 96/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 18/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS E MOBILIÁRIO PARA O SETOR DE SAÚDE.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 60.143,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 3/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** APICEBR COMERCIAL EIRELI**CNPJ:** 16.679.319/0001-25**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 96/2019**Número do Processo:** 96/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 17/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS E MOBILIÁRIO PARA O SETOR DE SAÚDE.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 97.663,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MULTIPORTE INDUSTRIAL LTDA**CNPJ:** 73.912.701/0001-70**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 52/2019**Número do Processo:** 52/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 16/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA E TELHAS AUTOPORTANTES, COM ÁREA DE 2.108,00² (40MT X 52,70MT), LOCALIZADO NA RUA SANTA CATARINA NO BAIRRO MOINHOS DE VENTO, Nº 826, NESTE MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 11/01/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 13.860,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 4/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FATIMA GORETE BEZ CASAGRANDE**C.P.F.:** 789.643.699-04**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 15/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL, LOCALIZADO À ESTRADA GERAL PEROBA, NESTE MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL-SC.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 30/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.216,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** MARIA REGINA FARIAS LOURENÇO**C.P.F.:** 708.717.280-87**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 13/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: LOCAÇÃO DE 04 (QUATRO) SALAS REFERENTE IMÓVEL, LOCALIZADO À RUA TOLENTINO RAMOS DE OLIVEIRA, S/Nº - CENTRO - SANTA ROSA DO SUL-SC, CEP: 88.965-000, COM ÁREA DE 183,69M², DESTINADO A FARMÁCIA PÚBLICA MUNICIPAL E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 16.563,60**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 5/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ERICA BORBA CABRAL**C.P.F.:** 915.315.439-87**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 12/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL, LOCALIZADO À RUA ALFREDO EMERIM Nº 78 - CENTRO - SANTA ROSA DO SUL-SC, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA O FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DO SAMU.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.534,40**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** JOSE JOAO COELHO**C.P.F.:** 475.639.409-44**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 11/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL, LOCALIZADO À RUA AUGUSTO DANIEL RAUPP, Nº 96, CENTRO, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.309,64**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 6/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** IVONETE DA ROCHA VICENTE**C.P.F.:** 021.937.859-29**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 14/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A LOCAÇÃO DE 01(UM) IMÓVEL, LOCALIZADO À RUA AV. 04 JANEIRO, PARQUE ROSITA - SANTA ROSA DO SUL-SC, DESTINADO PARA SETOR DE EDUCAÇÃO.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.400,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA - EPP**CNPJ:** 11.242.630/0001-99**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 9/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CRECHES MUNICIPAIS, SCFV, UNIDADES DE SAÚDE E PREFEITURA MUNICIPAL, E CONFORME DEMAIS NECESSIDADES DA CONTRATANTE.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.020,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 7/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** RAMON MAGNUS PEREIRA - 04828381910**CNPJ:** 11.619.374/0001-06**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 8/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PREVENTIVOS E CORRETIVOS EM EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS DE INFORMÁTICA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL.

**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BRUNO JOEL PEREIRA DOS SANTOS 03737763909**CNPJ:** 23.908.087/0001-03**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 7/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE WEBSITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL.

**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.533,40**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 8/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TELEVIDA C. ESPECIALIZADO DE TELEDIAGNÓSTICO LTDA.**CNPJ:** 73.193.211/0001-61**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA CARDIOLÓGICA TRANSTELEFONICA COM SISTEMA DE TELEFONIA, QUE CONSISTENTE NA CAPTAÇÃO E REGISTRO DE EXAME DE ELETROCARDIOGRAMA, ANÁLISE POR INTERMÉDIO DA CENTRAL COMPUTADORIZADA (CENTRAL TELECARDIO 24 HORAS), INSTALADA NO ESTABELECIMENTO DA CONTRATADA, E A ENTREGA DE UM APARELHO MONITOR (ELETROCARDIOGRAFO), MODELO 12 LEADS EM SISTEMA DE COMODATO.

**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.200,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** INOVA ASSESSORIA EM TELECOMUNICACAO LTDA - ME**CNPJ:** 14.298.710/0001-54**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ASSESSORIA E CONSULTORIA COMERCIAL EM TELECOMUNICAÇÕES PELA CONTRATADA, QUE SE CARACTERIZA NO ACOMPANHAMENTO DOS VALORES PAGOS PELA CONTRATANTE, AJUSTE DE TARIFAS, NEGOCIAÇÕES COM CONSULTORES DAS OPERADORAS DE TELEFONIA DO PAÍS, MUDANÇAS DE PLANOS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS NOVOS PARA A TELEFONIA DO CLIENTE, ORIENTAÇÃO PARA CANCELAMENTOS DE SERVIÇOS OU PRODUTOS, COM O OBJETIVO ESPECÍFICO DE REDUZIR OS GASTOS DA CONTRATANTE COM TELEFONIA FIXA E MÓVEL EM TODOS OS SEUS NÚMEROS.

**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.920,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 9/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA**CNPJ:** 11.258.607/0001-92**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DO SOFTWARE DE GESTÃO ESCOLAR I-EDUCAR E LICENÇA DE USO DE SOFTWARE WEB DE DIÁRIO ONLINE DO PROFESSOR (PORTABILIS DIÁRIO), E SUPORTE TÉCNICO AOS USUÁRIOS DE TODAS AS UNIDADES DE ENSINO PARA O EXERCÍCIO 2020.

**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.120,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** COLIX SOLUCOES PARA RESIDUOS LTDA - EPP**CNPJ:** 05.869.279/0001-68**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR).

**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.420,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 10/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EMPRESA DE PESQ. AGROP. E EXT.RURAL DE SANTA CATAR**CNPJ:** 83.052.191/0019-91**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2020**Número do Processo:** 1/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EPAGRI S.A PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, EXERCÍCIO 2020.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 25.010,40**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LENOIR DE OLIVEIRA MARTINS**C.P.F.:** 343.949.239-72**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 10/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: LOCAÇÃO DE 01 (UMA) SALA MEDINDO 15 M2, SITA À RUA OCTÁVIO PEDRO TEIXEIRA, S/Nº, EM VILA SÃO CRISTÓVÃO, NESTE MUNICÍPIO, SERÁ DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA.**Data da Assinatura:** 03/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.986,20**Forma de Pagamento:** MENSAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 11/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TALENTO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**CNPJ:** 02.568.438/0001-04**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 93/2019**Número do Processo:** 93/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 21/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA MUNICIPAL DE VILA SÃO CRISTÓVÃO.**Data da Assinatura:** 15/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/01/2020 a 28/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.291,40**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PEPE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA - ME**CNPJ:** 06.190.699/0001-86**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 93/2019**Número do Processo:** 93/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA MUNICIPAL DE VILA SÃO CRISTÓVÃO.**Data da Assinatura:** 15/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/01/2020 a 28/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22,88**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 12/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** REDE FURNAS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**CNPJ:** 01.387.686/0008-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 94/2019**Número do Processo:** 94/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E S10), PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL E NOS VEÍCULOS DO SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO 2020**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 29.868,04**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI**CNPJ:** 05.528.870/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 35/2019**Número do Processo:** 35/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA, DRENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES E URBANIZAÇÃO DA RUA AMANDIO PEDRO TRISTÃO, NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC, COM EXTENSÃO DE 373,75MT, TUDO EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.**Data da Assinatura:** 24/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 24/01/2020 a 28/02/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 13/14

**CNPJ:** 80.989.965/0001-98  
**RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400**  
**C.E.P.:** 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** REDE FURNAS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**CNPJ:** 01.387.686/0008-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 94/2019**Número do Processo:** 94/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 25/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E S10), PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL E NOS VEÍCULOS DO SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO 2020**Data da Assinatura:** 27/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.785,37**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMESC**CNPJ:** 01.356.308/0001-37**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 5/2020**Número do Processo:** 5/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 27/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, EXAMES NÃO PRESTADOS NO MUNICÍPIO, PARA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMESC E ASSESSORIA E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE EXERCÍCIO 2020.**Data da Assinatura:** 28/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 950.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 14/14

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMESC**CNPJ:** 01.356.308/0001-37**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 4/2020**Número do Processo:** 4/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 26/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO PREGÃO Nº. 02/2019/CIS-AMESC, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.**Data da Assinatura:** 28/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 395.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME**CNPJ:** 13.442.044/0001-13**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 39/2018**Número do Processo:** 39/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 28/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, ÁREA TOTAL DE 210,40M².**Data da Assinatura:** 28/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/01/2020 a 28/02/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.768,30**Forma de Pagamento:** À Vista

**EXTRATO DE CONTRATOS Nº 008/2020 SAMAE**

Publicação Nº 2537043

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 1/1

CNPJ: 00.569.168/0001-12  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2020**Número do Processo:** 2/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 8/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO A OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.

**Data da Assinatura:** 28/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/03/2020 a 30/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.929,52**Forma de Pagamento:** À Vista

**EXTRATO DE CONTRATOS Nº 029 AO 053/2020**

Publicação Nº 2537000

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 1/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Fevereiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI**CNPJ:** 05.528.870/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 57/2018**Número do Processo:** 57/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 29/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA, DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES DAS RUA IVO MARTIMILIANO DE SOUZA, COM EXTENSÃO DE 820,00MT E DA RUA LUIZ CARBONI, COM EXTENSÃO DE 1.074,81MT E DA ESTRADA GERAL PEROBA, COM EXTENSÃO DE 700,00MT NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC.

**Data da Assinatura:** 04/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/02/2020 a 04/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** T.E. DA SILVA GONCALVES**CNPJ:** 20.105.766/0001-48**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 27/2019**Número do Processo:** 27/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** RE.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY COM ILUMINAÇÃO, GRAMA SINTÉTICA, INCLUINDO REDE DE PROTEÇÃO NAS LATERAIS COM ÁREA DE 2.202,77 M².

**Data da Assinatura:** 05/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/02/2020 a 05/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 2/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EDER LEONARDO DA ROLT**CNPJ:** 15.131.359/0001-75**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 31/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: MINISTRAR AULAS COM TREINAMENTO DE CAPOEIRA, AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, OBJETIVANDO INCENTIVAR OS MESMOS A TEREM UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL, VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO FÍSICO E MENTAL.

**Data da Assinatura:** 10/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.133,34**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** FERNANDO PEREIRA TEXEIRA**C.P.F.:** 075.074.159-70**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 32/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: MINISTRAR AULAS DE PERCUSSÃO E MÚSICA AOS ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, OBJETIVANDO INCENTIVAR OS MESMOS A TEREM UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL, VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO FÍSICO E MENTAL.

**Data da Assinatura:** 10/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.032,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 3/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ZILMA ZANONI SANTANA**CNPJ:** 36.343.875/0001-33**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 33/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: MINISTRAR AULAS COM TREINAMENTO DE TAEKWONDO, AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, OBJETIVANDO INCENTIVAR OS MESMOS A TEREM UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL, VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO FÍSICO E MENTAL.

**Data da Assinatura:** 10/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.032,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** JONATAN SANTOS BERETA 01250517001**CNPJ:** 14.249.154/0001-26**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 34/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** MINISTRAR AULAS COM ENSINO/MUSICALIZAÇÃO INFANTIL, FAIXA DE 07 A 15 ANOS, COM AULAS DE CANTO E VIOLINO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇOS DE CONVENCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, OBJETIVANDO INCENTIVAR OS MESMOS A TEREM UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL, VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO FÍSICO E MENTAL.

**Data da Assinatura:** 10/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.032,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 4/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PEPE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA - ME**CNPJ:** 06.190.699/0001-86**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 6/2020**Número do Processo:** 6/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 36/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, PROTEÇÃO E SEGURANÇA E FERRAMENTAS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 13/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 105.176,50**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** TALENTO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**CNPJ:** 02.568.438/0001-04**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 6/2020**Número do Processo:** 6/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 35/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, PROTEÇÃO E SEGURANÇA E FERRAMENTAS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 13/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 106.486,35**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 5/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** RAMON ESPINDOLA FARIAS ME**CNPJ:** 13.287.770/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 6/2020**Número do Processo:** 6/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 37/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, PROTEÇÃO E SEGURANÇA E FERRAMENTAS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 13/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 64.084,10**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LUCIANE DOS SANTOS DE MELO PEREIRA**C.P.F.:** 096.246.769-33**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 38/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: MINISTRAR AULAS COM OFICINA DE ARTESANATO, AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, OBJETIVANDO INCENTIVAR OS MESMOS A TEREM UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL, VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO FÍSICO E MENTAL.**Data da Assinatura:** 13/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.032,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 6/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**CNPJ:** 09.035.354/0001-46**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 53/2019**Número do Processo:** 53/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 39/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE FUNDAÇÃO, ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, LAJE DO PALCO E FECHAMENTO EM ALVENARIA DA ARENA DE SHOWS NO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E ANEXOS, LOCALIZADO NA RUA SANTA CATARINA NO BAIRRO MOINHOS DE VENTO, Nº 826, NESTE MUNICÍPIO.

**Data da Assinatura:** 18/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/02/2020 a 18/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** T.E. DA SILVA GONCALVES**CNPJ:** 20.105.766/0001-48**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2020**Número do Processo:** 3/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 40/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO, REFORMA E PEQUENOS REPAROS EM ALVENARIA E MADEIRA, DESTINADOS A CONSERVAÇÃO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

**Data da Assinatura:** 20/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 100.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 7/13

**CNPJ:** 80.989.965/0001-98  
**RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400**  
**C.E.P.:** 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ROSIMERI DE MATOS TEIXEIRA 05698568928**CNPJ:** 31.025.611/0001-18**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2020**Número do Processo:** 9/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 45/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO, PARA OS ALUNOS DO SCFV E DEMAIS SECRETARIAS, DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020.

**Data da Assinatura:** 21/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 21/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.400,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** COOPERATIVAAGROINDUSTRIAL COOPERJA**CNPJ:** 85.667.947/0014-28**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2020**Número do Processo:** 9/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 44/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO, PARA OS ALUNOS DO SCFV E DEMAIS SECRETARIAS, DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020.

**Data da Assinatura:** 21/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 21/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 82.224,20**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 8/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** POLPAS E SUCOS ROS - INDUSTRIA E COMERCIO DE FRUTA**CNPJ:** 09.815.662/0001-94**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2020**Número do Processo:** 9/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 43/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO, PARA OS ALUNOS DO SCFV E DEMAIS SECRETARIAS, DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020.

**Data da Assinatura:** 21/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 21/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 77.080,40**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PAULO RONEY DA SILVA SILVEIRA - ME**CNPJ:** 01.466.870/0001-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2020**Número do Processo:** 9/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 41/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO, PARA OS ALUNOS DO SCFV E DEMAIS SECRETARIAS, DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020.

**Data da Assinatura:** 21/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 21/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 30.780,80**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 9/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SILVA & VIEIRA PERES MINIMERCADO E ACOUGUE LTDA**CNPJ:** 25.087.841/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2020**Número do Processo:** 9/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 42/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO, PARA OS ALUNOS DO SCFV E DEMAIS SECRETARIAS, DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020.

**Data da Assinatura:** 21/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 21/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 45.488,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ISRAEL MINATTO**C.P.F.:** 061.961.969-44**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 52/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: ARRENDAMENTO A CONTRATANTE UMA JAZIDA DE SAIBRO LOCALIZADA À ESTRADA GERAL SANGA DA AREIA, NESTE MUNICÍPIO.

**Data da Assinatura:** 28/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/03/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 10/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GLOBAL ENGENHARIA LTDA**CNPJ:** 27.801.670/0001-63**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 40/2018**Número do Processo:** 40/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 46/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AQUISIÇÃO DE IMAGENS DO PERÍMETRO URBANO COM RESOLUÇÃO ESPACIAL (GSD) DE 5 CM, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DE TODO O PERÍMETRO URBANO, COM APROXIMADAMENTE 8.000 UNIDADES IMOBILIÁRIAS EM SANTA ROSA DO SUL-SC, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG) PARA GESTÃO, ATUALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO COM A CARTOGRAFIA MUNICIPAL E GESTÃO TRIBUTÁRIA.

**Data da Assinatura:** 28/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/02/2020 a 28/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JR CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP**CNPJ:** 05.895.635/0001-18**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 57/2018**Número do Processo:** 57/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 48/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA, DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES DAS RUA IVO MARTIMILIANO DE SOUZA, COM EXTENSÃO DE 820,00MT E DA RUA LUIZ CARBONI, COM EXTENSÃO DE 1.074,81MT E DA ESTRADA GERAL PEROBA, COM EXTENSÃO DE 700,00MT NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC.

**Data da Assinatura:** 28/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/02/2020 a 28/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 11/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI**CNPJ:** 05.528.870/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 35/2019**Número do Processo:** 35/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 47/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA, DRENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES E URBANIZAÇÃO DA RUA AMANDIO PEDRO TRISTÃO, NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC, COM EXTENSÃO DE 373,75MT, TUDO EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

**Data da Assinatura:** 28/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/02/2020 a 28/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 21/2020**Número do Processo:** 21/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 50/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO A OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.

**Data da Assinatura:** 28/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/03/2020 a 30/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 13.492,74**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 12/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CCB LTDA ME**CNPJ:** 10.596.232/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 12/2020**Número do Processo:** 12/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 51/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA GRADUADA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO E USO DAS DEMAIS SECRETARIAS.**Data da Assinatura:** 28/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/02/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 82.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME**CNPJ:** 13.442.044/0001-13**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 39/2018**Número do Processo:** 39/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 49/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, ÁREA TOTAL DE 210,40M².**Data da Assinatura:** 28/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/02/2020 a 30/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 13/13

**CNPJ:** 80.989.965/0001-98  
**RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400**  
**C.E.P.:** 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MULTIPORTE INDUSTRIAL LTDA**CNPJ:** 73.912.701/0001-70**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 10/2020**Número do Processo:** 10/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 53/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE 105,4 METROS LINEARES DE CALHAS METÁLICAS PRÉ PINTADAS NA COR BRANCA COM ESPESSURA 1,11MM X 1.000MM NA COBERTURA METÁLICA DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS.

**Data da Assinatura:** 28/02/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/02/2020 a 28/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 42.150,00**Forma de Pagamento:** À Vista

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N. 128/2020

Publicação Nº 2536946

#### DECRETO Nº 128/2020

Dispõe sobre regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2019 no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1461, de 09 de Dezembro de 2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1461/2020,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1461, de 09 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 172,64 (cento e setenta e dois reais sessenta e quatro centavos).

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.03800 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
	0364	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	172,64

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 172,64 (cento e setenta e dois reais sessenta e quatro centavos) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recurso, verificado no balanço patrimonial do Exercício de 2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 23 de junho de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### LEI MUNICIPAL Nº 1480/2020

Publicação Nº 2536951

#### LEI Nº 1480 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito Municipal e dos Secretários do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, para a Legislação de 2021 à 2024 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, a partir da legislatura subsequente corresponderá ao valor de R\$ 10.635,06 (dez mil, seiscentos e trinta e cinco reais) mensais.

Art. 2º. O subsídio do Vice-Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, a partir da legislatura subsequente, corresponderá ao valor de R\$ 4.925,00 (quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais) mensais.

Art. 3º. O subsídio dos Secretários Municipais, a partir da legislatura subsequente, corresponderá ao valor de R\$ 4.030,00 (quatro mil e trinta reais) mensais.

Art. 4º. Os valores fixados na presente Lei terão revisão anual, através de lei específica, na mesma data e índice concedido aos servidores públicos municipais, observados os parâmetros legais e constitucionais.

Art. 5º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento que vierem a vigorar em exercícios seguintes.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 24 de Junho de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## **LEI MUNICIPAL Nº 1481/2020**

Publicação Nº 2536954

LEI Nº 1481 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a fixação dos subsídios dos membros do Poder Legislativo de Santa Terezinha do Progresso, SC, para a Legislatura de 2021 à 2024 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, a partir da legislatura subsequente será de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) mensais.

Parágrafo Único. Para o Vereador investido no cargo de Presidente da Câmara Municipal, fica fixado em 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do subsídio a verba de representação de caráter indenizatório percebida em razão do exercício do cargo.

Art. 2º. O Vereador fará jus ao subsídio total se comparecer às sessões e participar integralmente dos trabalhos da Ordem do Dia.

Art. 3º. Os valores fixados na presente Lei terão revisão anual, através de lei específica, na mesma data e índice concedido aos servidores públicos municipais, observados os parâmetros legais e constitucionais.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente que vierem a vigorar em exercícios seguintes.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 24 de Junho de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### 31/2020 PEÇAS CAMINHÃO IVECO

Publicação Nº 2536347

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº 60/2020.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020.
Objeto: Aquisição de peças para reposição/recuperação do Caminhão Iveco Tector 170E22, utilizado nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 07 de julho de 2020
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 07 de julho de 2020
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 24 de junho de 2020.
JULCIMAR A. LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI MUNICIPAL Nº985/2020 – DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536346

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais especiais no Orçamento Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais especiais no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde, Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde- FMS  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.033 – Medicamentos a População  
Atividade: 2.033 – Medicamentos a População  
Natureza da Despesa: 3.3.93.00-DR 0.1.38 – Aplicação direta decorrente de Operações entre Órgãos.(89) ..... R\$ 30.000,00  
Natureza da Despesa: 3.3.93.00-DR 0.1.02 – Aplicação direta decorrente de Operações entre Órgãos.(90) ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais especiais suplementares de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), serão provenientes da anulação de dotações do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.028 – Manut.Atividades Unidade Sanitária  
Atividade: 2.028 – Manut.Atividades Unidade Sanitária  
Natureza da Despesa: 3.3.93.00-DR 0.1.02 - Aplicações Diretas.(14) ..... R\$ 30.000,00  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.1.02 - Aplicações Diretas.(10) ..... R\$ 20.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde- FMS  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.033 – Medicamentos a População  
Atividade: 2.033 – Medicamentos a População  
Natureza da Despesa: 3.3.93.00-DR 0.1.38 – Aplicação direta decorrente de Operações entre Órgãos.(31) ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO Nº 24/2020

Publicação Nº 2536614

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020

Tipo: Menor Preço

Objeto: Aquisição de um caminhão coletor compactador de lixo, conforme especificações constantes do Anexo I e II, parte integrante deste edital.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 14:00 h do dia 09 de Julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Santo Amaro da Imperatriz, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h:00min às 18h00min, ou pelo site [www.santoamaro.sc.gov.br](http://www.santoamaro.sc.gov.br)

Santo Amaro da Imperatriz, em 24 de junho de 2020.

Edésio Justen

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO Nº 26/2020 - RP

Publicação Nº 2536374

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2020

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição estimada de material de construção (cimento, ferro, etc.) abaixo divididos por itens, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, parte integrante deste Edital.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 14:00 h do dia 13 de Julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Santo Amaro da Imperatriz, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h:00min às 18h00min, ou pelo site [www.santoamaro.sc.gov.br](http://www.santoamaro.sc.gov.br)

Santo Amaro da Imperatriz, em 24 de Junho de 2020.

Edésio Justen

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2020

Publicação Nº 2535666

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2020

MENOR PREÇO POR ITEM

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PAPEL A4 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS PELO PERÍODO DE 12 MESES CONFORME ANEXO

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 13/07/2020

Início da sessão: dia 13/07/2020, às 09h00min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47) 3631-6125.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2020.

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

PREGOEIRA MUNICIPAL

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

CHEFE DE GABINETE

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

SECRETARIO INTERINO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2020

Publicação Nº 2535830

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2020

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, torna público, para quem interessar possa, que foi realizada correção no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico 97/2020, assim como se segue:

#### 7.5. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Onde se lê: 7.5. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1 - Apresentar Fichas de registros de Funcionários e/ou Registro na Carteira de Trabalho e/ou contrato de prestação de serviço

7.5.2 - Exame de saúde ocupacional - ASO compatível com as atividades a serem desenvolvidas.

7.5.3 - Apresentar cópia da Ficha de EPIS..

7.5.4 – Atestado de Capacidade Técnica, documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando o desempenho da empresa das atividades compatíveis com o objeto da licitação.

7.5.5 – Cópia de diploma e ou certificado de conclusão de curso técnico de eletricista predial/industrial dos profissionais que irão prestar serviço.

7.5.6 – Cópia autenticada de certificado da realização do curso NR 10 dos funcionários da equipe técnica que realizará o serviço. (Certificado específico para as atividades da empresa - Validade dois anos.)

7.5.7 – ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, e/ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, emitida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, emitido pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, referente a atribuição de cargo e função, e/ou através da Ficha de Registro de Empregados, autenticada junto a Delegacia Regional do Trabalho - DRT, e/ou cópia da Carteira de Trabalho, e/ou Contrato de Prestação dos Serviços contendo as respectivas anotações do contrato de trabalho.

7.5.8 – Cópia autenticada de certificado da realização do curso NR35 dos funcionários da equipe técnica que realizará o serviço com validade de 2 anos.

7.5.9 – Declaração que cumpre com todas as exigências da norma regulamentadora do trabalho NR6.

7.5.10 – Laudo Técnico de condições ambientais de trabalho -LTCAT, assinado/carimbado por engenheiro de segurança do trabalho.

7.5.11 – Registro ou inscrição da empresa no CREA, através de certidão de pessoa jurídica e/ou registro do conselho de arquitetura e urbanismo do Brasil – CAU/BR, conforme lei nº 12.378 de 31/12/2010 e/ou certidão de registro e quitação pessoa jurídica no Conselho.



**Leia-se: 7.5. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 7.5.1 - Apresentar Fichas de registros de Funcionários e/ou Registro na Carteira de Trabalho e/ou contrato de prestação de serviço
- 7.5.2 - Exame de saúde ocupacional - ASO compatível com as atividades a serem desenvolvidas.
- 7.5.3 - Apresentar cópia da Ficha de EPIs.
- 7.5.4 - Atestado de Capacidade Técnica, documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando o desempenho da empresa das atividades compatíveis com o objeto da licitação.
- 7.5.5 – Cópia de diploma e ou certificado de conclusão de curso técnico de eletricista predial/industrial dos profissionais que irão prestar serviço.
- 7.5.6 – Cópia autenticada de certificado da realização do curso NR 10 dos funcionários da equipe técnica que realizará o serviço. (Certificado específico para as atividades da empresa - Validade dois anos.)
- 7.5.7 – ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, e/ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, emitida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, emitido pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, referente a atribuição de cargo e função, e/ou através da Ficha de Registro de Empregados, autenticada junto a Delegacia Regional do Trabalho - DRT, e/ou cópia da Carteira de Trabalho, e/ou Contrato de Prestação dos Serviços contendo as respectivas anotações do contrato de trabalho.
- 7.5.8 – Cópia autenticada de certificado da realização do curso NR35 dos funcionários da equipe técnica que realizará o serviço com validade de 2 anos.
- 7.5.9 – Declaração que cumpre com todas as exigências da norma regulamentadora do trabalho NR6.
- 7.5.10 – Laudo Técnico de condições ambientais de trabalho -LTCAT, assinado/carimbado por engenheiro de segurança do trabalho.
- 7.5.11 – Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, através de certidão de pessoa jurídica e/ou Registro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, conforme lei nº 12.378 de 31/12/2010 e/ou Certidão de Registro e quitação Pessoa Jurídica no Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

AS DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PERMANECEM AS MESMAS. Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que este produza os seus efeitos conforme lei, alterando a data de abertura do Edital Pregão Presencial Nº 97/2020 para o dia 06/07/2020 as 09h 00 minutos, sendo o recebimento dos envelopes de documentação e proposta até as 08h30 minuto, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites

[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.saobentodosul.atende.net](http://www.saobentodosul.atende.net). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316125.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI  
PREGOEIRA MUNICIPAL

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BERLAMINO  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MARGARETH BAYERL KEISER  
Secretária de Administração

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES  
Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos e  
Secretário de Planejamento e Urbanismo

NILVA MARLI LARSEN HOLZ  
Chefe de Gabinete

MARCELO HUBEL  
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS  
Secretária de Educação

ADELINO DENK  
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**AVISO DE REVOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 99/2020**

Publicação Nº 2535681

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
REVOGAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 99/2020

O Município de São Bento do Sul, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública, com base no art. 49 da Lei 8.666/93, REVOGA A LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 99/2020 destinado a: FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE UMA PONTE NA LOCALIDADE DE OSVALDO AMARAL, RIO NATAL EM SÃO BENTO DO SUL(SC), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO ANEXO.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2020.

LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES  
Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

**DECRETO Nº 1817/2020**

Publicação Nº 2536279

DECRETO Nº 1817, DE 22 DE JUNHO DE 2020.  
ALTERA DECRETO Nº 1244/2019 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 4º da Lei nº 3416, de 08 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1244, de 1º de março de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

I – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Solange Foggiatto – Titular.  
Roseli Rozangela Pascoal – Suplente.

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1818/2020**

Publicação Nº 2536281

DECRETO Nº 1818, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA DECRETO Nº 1529/2019 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1529, de 22 de outubro de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

VI – Representantes da Fundação Municipal de Desportos:

Camila Kaszubowski – Titular  
Maikel Wernke - Suplente

(...)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1819/2020

Publicação Nº 2536285

DECRETO Nº 1819, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 1417 DE 19 DE JULHO DE 2019 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 13, da Lei nº 3540, de 27 de maio de 2015,

Considerando o Ofício nº 040/2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul - CMDCA,

DECRETA:

Art. 1º . O art. 1º do Decreto nº 1417, de 19 de julho de 2019, que Nomeia os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

(...)

V – Representante da Fundação Municipal de Desportos:

Márcio Vanderlei Weiller – Titular  
Vilson Renato Rank - Suplente

(...)"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## PORTARIAS Nº 10851/2020 A 10876/2020

Publicação Nº 2536294

PORTARIA Nº 10851, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 10723, de 25 de maio de 2020.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão Sindicância Administrativa no mencionado processo até a presente data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10852, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 10514, de 29 de abril de 2020.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão Sindicância Administrativa no mencionado processo até a presente data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10853, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 23 de junho de 2020, JILVANE APARECIDA DA COSTA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público nº 009/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor Anos Iniciais, Grupo Ocupacional – Ensino Fundamental, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, Licenciatura Plena, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10854, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 24 de junho de 2020, FERNANDO HENRIQUE DRAPELA SOARES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público nº 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Médico Ortopedista, Grupo Ocupacional 08, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10855, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 24 de junho de 2020, EVELISE SCHREINER, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público nº 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Médico Clínico Geral, Grupo Ocupacional 08, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10856, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 2 de junho de 2020, LOEMIR CRUZ DA FONSECA, do cargo de Zelador de Cemitérios, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10857, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 3 de junho de 2020, SILVANE RAMOS, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10858, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 3 de junho de 2020, LUANA PEDROCHESKI, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10859, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 7 de junho de 2020, LOURIVAL FABIANO BUSCH, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10860, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 10 de junho de 2020, SILVIO URBAINSKI, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10861, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 10 de junho de 2020, LAURO LIEBL, do cargo de Zelador de Cemitérios, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10862, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 10 de junho de 2020, ROBERTO LUDWINSKI, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10863, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 10 de junho de 2020, RENATO PEDRO LUDWINSKI, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10864, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 10 de junho de 2020, CARLOS HUEBNER, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10865, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 11 de junho de 2020, ILIANA PAZDA, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10866, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 12 de junho de 2020, ADÃO VIERNE, do cargo de Zelador de Cemitérios, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10867, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 12 de junho de 2020, ELIANE SAIDOK, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10868, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 12 de junho de 2020, VILSON ADAIR SILVA, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10869, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 12 de junho de 2020, OSÓRIO AUGUSTINHO JANCZKOWSKI, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10870, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 12 de junho de 2020, VALDEMIRO LUDWINSKY, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10871, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 1º de junho de 2020, SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10872, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 1º de junho de 2020, VIVIAN POLLUM, cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10873, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Exonera Servidor Público



O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**EXONERA:**

A pedido, a partir de 22 de junho de 2020, JULIANE CAROLINE PREISLER, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10874, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de junho de 2020, o cargo de Motorista, ocupado pelo servidor LINDOMAR GRANDE.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10875, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso II, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 5 de junho de 2020, o cargo de Médico Clínico Geral, ocupado pelo servidor ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10876, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso II, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 27 de maio de 2020, o cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, ocupado pelo servidor GILIARD BRAGA DA SILVA.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2020**

Publicação Nº 2536216

RESOLUÇÃO Nº. 05/2020 – CMAS

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE OS RECURSOS ADVINDOS DO ESTADO NO ANO 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul (CMAS), no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Aprovar com ressalva a prestação de contas dos recursos advindos do Estado referente ao exercício de 2019.

Parágrafo único. O valor utilizado no empenho nº 7558/2019, deverá ser devolvido por meio de despesas correspondentes e com recursos próprios, sendo que a comprovação da sua devolução deverá ser feita em prazo não superior a 60 dias.

Art. 2º Esta Prestação de Contas compreende os recursos advindos da sistemática fundo a fundo para os Serviços Proteção Social Básica e Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade referente ao exercício de 2019 e os recursos reprogramados referente ao saldo remanescente do ano de 2018.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2020

Maiara Dufloth Pelissa  
Presidente do CMAS de São Bento do Sul

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2020

Publicação Nº 2536217

RESOLUÇÃO Nº. 06/2020 – CMAS

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE OS RECURSOS ADVINDOS DA UNIÃO NO ANO DE 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul (CMAS), no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Aprovar com ressalvas a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social referente aos recursos advindos da União no exercício de 2019.

Parágrafo único. Os valores utilizados nos empenhos nºs 5002/2019; 5003/2019; 5004/2019 e 5005/2019, deverão ser devolvidos por meio de despesas correspondentes e com recursos próprios, sendo que a comprovação da sua devolução deverá ser através do pagamento de despesa correspondente e com recursos próprios. Como não é possível estipular um prazo no momento, em razão da suspensão temporária de capacitações por ocasião da pandemia da COVID-19, que o mesmo seja feito ainda no exercício em curso.

Art. 2º Esta Prestação de Contas compreende:

I – Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família – IGD-PBF;

II – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD-SUAS;

III – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica;

a) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);

b) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

VI – Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

b) Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); e

c) Piso de Alta Complexidade I – Crianças/Adolescentes.

Parágrafo único. Esta prestação de contas compreende os recursos advindos da sistemática fundo a fundo da União referente ao exercício de 2019 e os recursos reprogramados referente ao saldo remanescente do ano de 2018.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2020

Maiara Dufloth Pelissa  
Presidente do CMAS de São Bento do Sul

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 111, DE 25 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536102

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 111, de 25 de junho de 2020.

"REVOGA PORTARIA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR, a partir de 29 de junho de 2020, a Portaria nº 087 de 22 de abril de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 169/2020

Publicação Nº 2537158

DECRETO Nº 169/2020 DE 24/06/2020

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CÔMPUTO DO PERÍODO DE 28/05/2020 À 31/12/2021 COMO PERÍODO AQUISITIVO PARA CONCESSÃO DE TRIÊNIO E LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 57, da Lei Orgânica do Município e,

· Considerando, o disposto no art. 8º, inciso IX da Lei Complementar Federal nº 173 de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus Sars-Cov-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências;

#### DECRETA:

Art. 1ª Fica PROIBIDO o cômputo do período de 28 de maio de 2020 à 31 de dezembro de 2021 como período aquisitivo necessário para a concessão de triênio e licença prêmio.

Art. 2º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina  
em 24 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. da Adm. e Fazenda

# São Domingos

## PREFEITURA

### LEI N. 1889 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536221

LEI N. 1889 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 220.790,18 (Duzentos e vinte mil, setecentos e noventa reais e dezoito centavos) no orçamento do exercício de 2020 para as seguintes programações de despesas:

**04.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****12.361.1005.2.051 – Manutenção Do Ensino Fundamental**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	01.0662	120.416,95
449000000	Aplicações Diretas	01.0001	24.580,23

**04.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****12.365.1005.2.052 – Manutenção Da Educação Infantil – Pré Escolar**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	01.0662	18.108,00

**04.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****12.365.1005.2.070 – Manutenção Da Educação Infantil – Creche**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	01.0662	1.685,00

**04.02 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****27.812.1011.1.032 – Construção, Ampl., Reforma e Manutenção de Unidades Desportivas no Município**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	03.0000	56.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, serão utilizados os seguintes Recursos:  
I – Recurso do Excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 662 - Transferências de Convênios – Estado/Educação no valor de R\$ 140.209,95 relativo ao Convênio nº 2019TR001402;

II - Superávit Financeiro do Exercício de 2019 da fonte de Recursos Ordinários 0300, no valor de R\$ 56.000,00;

III - Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

**03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA****04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda**

Classificação	Descrição	Fonte - Despesa	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	01.0000 – Despesa 11	24.580,23

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos (SC), 24 de junho de 2020.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**TERMO ADITIVO: PREFE N. 017 DE 24/06/2020 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREFE N. 050 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018.**

Publicação Nº 2536258

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: junho/2020

TERMO ADITIVO: PREFE N. 017 DE 24/06/2020 - 4º Termo Aditivo ao CONTRATO PREFE N. 050 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/06/2020

LICITAÇÃO: Processo PREFE n. 112/2018 – Tomada de Preço 007/2018

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: MOLDASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-FABRICADOS SUL AMERICANA LTDA. ME

CNPJ n. 15.987.122/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 24/07/2020

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 011 DE 23.06.2020**

Publicação Nº 2536083

PORTARIA n. 011, de 23 de junho de 2020.

Gleicon Tiaraju Cardoso, Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

- Considerando os princípios que regem a Administração Pública, constantes no art. 37 da Constituição Federal, e ainda a economicidade, razoabilidade e proporcionalidade;
- Considerando o Decreto Legislativo Federal nº 6 de 20 de março 2020, que reconhece o estado de calamidade pública em todo o território nacional;
- Considerando o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;
- Considerando a Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020;
- Considerando o relevante interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Senhora Beatriz Hennerich, ocupante do cargo de Assessora Legislativa, para acumular, sem ônus para o erário público, a função de CONTROLADOR INTERNO da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, SC, 23 de junho de 2020.

GLEICON TIARAJU CARDOSO  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 16.511/2020

Publicação Nº 2536001

PORTARIA nº 16.511, de 24 de junho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população francisquense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias pelo período abaixo relacionado a cada servidor, na proporção de 50% dos servidores dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

#### I – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – Diretoria dos Balneários:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Sidnei Maciel	Sim	2018/2019	08/06/2020-07/07/2020	30 dias
Pedro Roberto Camargo	Sim	2019/2020	09/06/2020-08/07/2020	30 dias
Valdirene Costa	Sim	2019/2020	15/06/2020-14/07/2020	30 dias

#### II – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
Sandra Mara Kunzel	Sim	2019/2020	15/06/2020-14/07/2020	30 dias

Art. 2º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 8 de junho de 2020.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 24 de junho de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

### PORTARIA Nº 16.512/2020

Publicação Nº 2536120

PORTARIA nº 16.512, de 24 de junho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Resolução Conjunta nº 003, de 3 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e Decreto Municipal nº 3.308/2020, e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população francisquense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019; e considerando o disposto no art. 5º da Resolução Conjunta nº 003/2020,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias pelo período abaixo relacionado a cada servidor, na proporção de 50% dos servidores dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

## I – Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
IVAN CORREA	Sim	2017/2018	24/06/2020-23/07/2020	30 dias

Art. 2º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 24 de junho de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 17.2020 FMS

Publicação Nº 2535886

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO 17.2020

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Hospital Regional de Palmitos

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 009/2019

OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para prestação de procedimentos de Ressonância Magnética, Mamografia e Densitometria Óssea, destinados ao atendimento de pacientes do Município de São João do Oeste, com a validade mínima de 12 (doze) meses -2020."

VALOR: 17.510,00

PRAZO: 24.06.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 24 de junho de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DA TOMADA DE PREÇO 007/2020

Publicação Nº 2536441

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020 - Processo nº 097/2020 – Proc. Adm. 1618/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RESTAURAÇÃO DO CASARÃO DA FAMÍLIA MOREIRA E ADEQUAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO COMO BIBLIOTECA MUNICIPAL, LOCALIZADA NO CENTRO HISTÓRICO, EM SÃO JOSÉ/SC, VINCULADA A FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 13h15min do dia 10 de JULHO de 2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 13h30min do dia 10 de JULHO de 2020, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

### ABERTURA DA TOMADA DE PREÇO 012/2020

Publicação Nº 2536449

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2020 - Processo nº 216/2020 – Proc. Adm. 3313/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO EM PAVERS, COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO JUNTO A TRAVESSA 01 E TRAVESSA 02 DA RUA MATHIAS SCHELL, BAIRRO SERTÃO DO MARUIM, SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 17h00min do dia 10 de JULHO de 2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 17h30min do dia 10 de JULHO de 2020, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

### ABERTURA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2020/SME

Publicação Nº 2536152

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020/SME - Proc. Adm. 884/2020. Objeto: O OBJETO DESTES EDITAIS É O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: DEMOLIÇÃO, REMOÇÃO, E LIMPEZA DO TERRENO, INCLUINDO A AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA EDIFICAÇÃO DO CEI ANTONIO JOAQUIM SOUZA(LISBOA), SEM FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: dia 27 / 07 / 2020 até 14:00. ABERTURA DOS ENVELOPES: 27/07/2020 até 14:30, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

### ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2020

Publicação Nº 2535839

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2020 – Processo nº 204/2020 – Proc. Adm. 3003/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE CONCRETO PARA PAVIMENTAÇÃO 35 MPA – BLOCO INTERTRAVADO TIPO RETANGULAR EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT 9781/2013 PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 25 de junho de 2020 às 13h00min até o dia 08 de julho de 2020, às 09h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 08 de julho de 2020, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 08 de julho de 2020. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Fone: (48) 33810002.

**ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2020**

Publicação Nº 2536479

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2020 – Processo nº 211/2020 – Proc. Adm. 3205/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA PARE ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, CENTRO DE REFERÊNCIA DE SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS/CATI, SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E DEMAIS ÁREAS VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 25 de junho de 2020 às 18h00min até o dia 07 de julho de 2020, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h00min do dia 07 de julho de 2020, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 07 de julho de 2020. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Fone: (48) 33810002.

**DECRETO 13450/2020**

Publicação Nº 2536010

DECRETO N.º 13450/2020

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO JOSÉ

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos II, IV e VI, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes integrantes para composição do Conselho de Alimentação Escolar:

§1º - REPRESENTANTES DO SEGMENTO DA SOCIEDADE CIVIL:

I – Titular - Maria Edith Bridon da Silva; CPF: 290.552.379-49

II – Suplente - Edenilda Dutra Lunardelli; CPF: 629.158.199-04

§2º - REPRESENTANTES DO SEGMENTO DE PAIS E ALUNOS:

I – Titular – Silvana Antonioli Ramos; CPF: 027.298.349-74

II – Suplente – Victor Worner Leite; CPF: 005.831.599-31

III – Titular – Annelise de Sousa Vargas; CPF: 037.162.839-32

IV – Suplente – Newty Jaqueline Rodrigues Fortes; CPF: 059.636.599-30

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária de Educação

**DECRETO N.º 13463/2020**

Publicação Nº 2535997

DECRETO N.º 13463/2020

ERRATA DO DECRETO 13459/2020 QUE ESTABELECE NOVAS MEDIDAS SANITÁRIAS CONSIDERANDO A SITUAÇÃO ATUAL DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 3º do Decreto 13459/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Ficam estabelecidas novas medidas a serem adotadas pelos estabelecimentos privados que possuem as seguintes atividades:

I - restaurantes, food park, lanchonetes, padarias, cafeterias, pizzarias, bares, adegas e demais atividades correlatas poderão funcionar entre as 06h e 23h horas, observadas as regras de higiene e distanciamento social, estabelecidas na Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020, excetuando os casos de delivery;

II - shopping centers, galerias e centros comerciais deverão funcionar com a capacidade de no máximo 50% (cinquenta por cento) da ocupação total, entre 12h e 20h, de segunda a sábado, permanecendo fechados aos domingos (inclusive as praças de alimentação), observadas as regras de higiene e distanciamento, estabelecidas na Portaria SES nº 257, de 21 de abril de 2020;

III – supermercados poderão funcionar entre 06h e 22h, com capacidade de no máximo 50% (cinquenta por cento) da ocupação total, observadas as regras de higiene e distanciamento social, estabelecidas nos regramentos estaduais, ficando vedada a atividade de degustação de produtos;

IV - academias e atividades afins poderão funcionar com a capacidade de no máximo 30% (trinta por cento) da ocupação total, entre 06h e 23h, observadas as regras de higiene e distanciamento, estabelecidas na Portaria SES nº 258, de 21 de abril de 2020;

V - conveniências de postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais em geral deverão encerrar suas atividades às 23 horas durante todos os dias da semana, devendo observar, quando do funcionamento as regras de higienização e distanciamento social.

§ 1º Excetuam-se das regras previstas neste artigo os serviços essenciais da rede de saúde, as farmácias e as atividades definidas por ato da Vigilância Sanitária do Município de São José/SC;

§ 2º Os estabelecimentos interditados por motivo do descumprimento deste Decreto ficarão fechados, no mínimo, por 07 (sete) dias, ainda que tenham protocolado pedido de desinterdição em período inferior;

§ 3º Fica determinado que os estabelecimentos constantes neste artigo deverão providenciar, sob sua responsabilidade e supervisão, que seja mantido o afastamento mínimo de distância de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas, com mesas de no máximo quatro pessoas, sem prejuízo das demais regras específicas para cada atividade, ficando, inclusive, responsáveis pela organização de eventuais filas nas dependências e no entorno;

§ 4º As conveniências localizadas dentro de postos de combustíveis 24h poderão permanecer abertas para pagamento de produtos, ficando vedado o consumo e permanência no local.” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 13424/2020

Publicação Nº 2536627

DECRETO Nº 13424/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.266 – Ressarcimentos, Devoluções e Indenizações

1380 – 3.3.90.93.00.00.0026 – Indenizações e Restituições,

Recursos do Convenio com Multas de Transito ..... R\$ 30.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 30.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 30.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.452.112.2.548 – Pátio de Custódia

453 – 4.4.90.52.00.00.0026 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos do Convenio com Multas de Transito ..... R\$ 30.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 30.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 30.000,00  
 Total da Anulação ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
 Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 13451/2020

Publicação Nº 2536623

DECRETO Nº 13451/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 32 e 33 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 74.780,00 (setenta e quatro mil e setecentos e oitenta reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.102.2.535 – Ações com Agente Comunitários

1057 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 12.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 12.000,00

25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

1094 – 3.3.90.30.00.00.0138 – Material de Consumo,  
 Recursos do SUS – União ..... R\$ 10.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 10.000,00

25.01.10.303.0102.2.541 – Ações da Assistência Farmacêutica

44422 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 40.780,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 40.780,00

25.01.10.304.0102.2.542 – Ações de Vigilância Sanitária

1131 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
 Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 2.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 2.000,00

25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

1157 – 3.3.90.39.00.00.0138 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos do SUS – União ..... R\$ 10.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 10.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 74.780,00  
 Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 74.780,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 74.780,00 (setenta e quatro mil e setecentos e oitenta reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1038 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 40.780,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 40.780,00

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

1075 – 3.3.90.39.00.00.0138 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos do SUS – União ..... R\$ 10.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 10.000,00

25.01.10.304.0102.2.542 – Ações de Vigilância Sanitária

1136 – 3.3.90.30.00.00.0138 – Material de Consumo,  
 Recursos do SUS – União ..... R\$ 10.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 10.000,00

25.01.10.122.102.2.545 – Administração Geral da Saúde

996 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
 Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 14.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 14.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 74.780,00  
 Total da Anulação ..... R\$ 74.780,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
 Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 13452/2020

Publicação Nº 2536625

### DECRETO Nº 13452/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.303.102.2.555 – Fornecimento de Medicamentos Judiciais

4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 26.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 26.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 26.000,00  
 Total do Crédito Adicional Especial ..... R\$ 26.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1038 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 26.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 26.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 26.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 26.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 13453/2020

Publicação Nº 2536629

DECRETO Nº 13453/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinq-enta mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

02.00 – SECRETARIA DA CASA CIVIL

02.01 – SECRETARIA DA CASA CIVIL

02.01.08.243.111.2.438 – Manutenção dos Conselhos Tutelares

37 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 150.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 150.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 150.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinq-enta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

35.00 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

35.01 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

35.01.08.241.111.2.518 – Manutenção do FMI e CMI e Assistência e Proteção ao Idoso

1476 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios ..... R\$ 30.000,00

1489 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 120.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 150.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 150.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 13454/2020

Publicação Nº 2536624

DECRETO Nº 13454/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,



**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 179.480,00 (cento e setenta e nove mil e quatrocentos e oitenta reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

4.4.90.52.00.00.0074 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos de EP – Estruturação da MAC..... R\$ 179.480,00

Total desta Atividade ..... R\$ 179.480,00

Total do Órgão ..... R\$ 179.480,00

Total do Crédito Adicional Especial ..... R\$ 179.480,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação dos Recursos da Emenda Parlamentar 29250003/2019 da Deputada Federal Carmen Zanotto, para Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, a serem consignados no Orçamento do Município de São José com o código 74.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**LEI 5.887 DE 18 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535894

DENOMINA DE PEDRO ZENO DOS PASSOS, VIA PÚBLICA NO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM, SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua PEDRO ZENO DOS PASSOS, via pública localizada no Bairro Sertão do Maruim, neste Município, conforme documentação anexa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 18 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**LEI 5.893 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535896

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO FAÇA O BEM QUE VC PODE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto faça o bem que vc pode, com sede na Rua Julieta da Silva Melo, nº 767 no bairro Forquilha, neste Município, inscrito no CNPJ nº 33.647.289/0001-94, cujo estatuto foi registrado em ata de fundação, aprovação do estatuto, eleição e posse sob o protocolo nº 181465, no cartório Ofício de registros Cíveis das Pessoas Naturais, Interdições, Tutelas, Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos do Município e Comarca de São José/SC, Registro nº 12277/ livro A – 63/ folha 177.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



**LEI 5.894 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535897

OBRIGA AS ENTIDADES SUBVENCIONADAS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL A DIVULGAR, EM SEUS SITES OU BLOGS OU NO PORTAL TRANSPARÊNCIA, INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS AÇÕES QUE ESPECIFICA E SUAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ENCAMINHADAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as entidades subvencionadas pelo Executivo Municipal obrigadas a divulgar, em seus sites ou blogs ou no Portal Transparência das mesmas:

I – Mensalmente, informações relativas às suas ações de cunho financeiro e patrimonial, como compra, venda, doações, contratações, pagamentos, recebimentos, empréstimos e quaisquer outras que envolvam bens ou valores; e

II – Mensalmente e ao término de cada exercício, suas prestações de contas encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, consideram-se entidades subvencionadas pelo Executivo Municipal as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público, organizações sociais, associações civis, cooperativas e outras estruturas jurídicas correlatas, que:

I – Utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem, de qualquer modo, dinheiro, bens e valores do Município de São José ou pelos quais este responda; ou

II – Assumam obrigações de natureza pecuniária em nome do Município de São José.

§ 2º As ações referidas no inc. I do caput deste artigo deverão estar em consonância com os respectivos planos de trabalho apresentados ao Executivo Municipal.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará a entidade infratora à suspensão do recebimento de subvenções, a qualquer título, do Município de São José, até que seja normalizada a irregularidade.

Parágrafo único. A sanção referida no caput deste artigo será aplicada após conclusão de processo administrativo instaurado para esse fim, sendo assegurado ao infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI 5.895 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535900

DENOMINA DE SERVIDÃO JOÃO GUILHERME BROCKVELD, VIA PÚBLICA NO BAIRRO BARREIROS NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão JOÃO GUILHERME BROCKVELD, a via pública que parte da Rua José Victor da Rosa, distante 130,00 m do entroncamento desta com a Rua Pedro Gregório, no Bairro de Barreiros.

Art. 2º Esta Lei entra em Vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI 5.896 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535902

DENOMINA DE HENRIQUE RAMOS DA SILVA, A RUA "F", DO LOTEAMENTO CAMINHO DAS FLORES NO BAIRRO FORQUILHINHA NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Henrique Ramos da Silva, a rua "F", do Loteamento Caminho das Flores, Bairro Forquilha, em São José.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **LEI 5.897 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535903

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ /SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, a Semana Municipal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Município de São José, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 26 de setembro, em alusão a data da instituição desses objetivos.

Art. 2º O objetivo da Semana ora instituída será informar, debater e buscar que os agentes signatários promovam a agenda com os objetivos traçados pela Organização de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 3º Para o cumprimento dos objetivos desta Lei, o Poder Público Municipal poderá:

I – Promover palestras, conferências, campanhas, reuniões, Workshops e demais eventos que se fizer necessário para promover o debate e buscar a eficácia na aplicabilidade dos objetivos sustentáveis no município de São José.

Art. 4º A Semana instituída passa a integrar o calendário oficial de atividades do Município de São José.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **LEI 5.898 DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2535904

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, O PROGRAMA DE APOIO ÀS PESSOAS COM DOENÇA DE ALZHEIMER E OUTRAS DEMÊNCIAS E AOS SEUS FAMILIARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de São José, o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências e aos seus familiares.

Art. 2º O programa instituído no art. 1º será desenvolvido no âmbito da Rede Pública Municipal de Saúde, com apoio de especialistas e de representantes de instituições que congregam pessoas com Doença de Alzheimer e outras Demências, e de familiares, e terá como objetivo:

I - Promover a conscientização e a orientação precoce de sinais de alerta e informações sobre a Doença de Alzheimer e outras Demências, em várias modalidades de difusão de conhecimento à população, em especial, às zonas mais carentes da cidade de São José;

II - Utilizar métodos para o diagnóstico e o tratamento o mais precoce possível em todas as unidades da Rede Pública Municipal de Saúde, respeitadas as instâncias dos entes federativos e suas respectivas competências;

III - Estimular hábitos de vida relacionados à promoção de saúde e prevenção de comodidades, além de estímulos aos fatores protetores para a prevenção da Doença de Alzheimer e outras Demências, tais como: prática de exercício regular; alimentação saudável; controle da pressão arterial e das dislipidemias; intervenção cognitiva; controle da Depressão que dobra o risco de demência; estímulo ao convívio social que é importante preditor de qualidade de vida; ou seja, o desenvolvimento de ações de promoção de saúde e prevenção de doenças;

IV - Apoiar o paciente e familiares, com abordagens adequadas no tratamento não medicamentoso e medicamentoso, visando melhorar a adesão ao tratamento minimizando o impacto das alterações comportamentais e complicações no curso da doença;

V - Capacitar cuidadores familiares e especializar profissionais que compõem equipes multiprofissionais nessa área, e absorver novas técnicas e procedimentos que possibilitem melhoria no atendimento, visando inclusive a diminuição de intercorrências clínicas, hospitalização e custos, bem como diminuir o nível de estresse de quem cuida;

VI - Utilizar os sistemas de informações e de acompanhamento pelo Poder Público de todos que tenham diagnóstico de Doença de Alzheimer e outras Demências para a elaboração de um cadastro específico dessas pessoas;

VII - Promover eventos em locais públicos, campanhas institucionais, seminários e palestras, por meio de;

a - elaboração de cadernos técnicos para profissionais da rede pública de saúde;

b - criação de cartilhas e folhetos explicativos para a população em geral;

c - campanhas em locais públicos de grande circulação ou campanhas focadas em públicos específicos;

d - divulgação de locais de apoio e referência em redes pública e privada.

VIII - Inserir as ações dessa política na Estratégia Saúde da Família;

IX - Aperfeiçoar as relações entre as áreas técnicas públicas e privadas de modo a possibilitar a mais ampla troca de informações e parcerias dos profissionais de saúde entre si, com os pacientes, familiares e representantes de associações comprometidas com a causa.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias, intercâmbios, e convênios com Organizações Não Governamentais, empresas, laboratórios, indústrias farmacêuticas, Universidades e Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais, que procurem viabilizar a infraestrutura necessária para a implantação do Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras Demências, observada as disposições legais pertinentes a cada instituto mencionado.

Art. 4º As Unidades de Saúde deverão investigar, diagnosticar, tratar, promover a saúde mental e acompanhar a pessoa com Doença de Alzheimer e outras Demências, prestando-lhe toda a assistência necessária em real parceria com a estratégia Saúde da Família, com utilização de indicadores de controle de qualidade.

Art. 5º As pessoas com Alzheimer e outras Demências e seus familiares deverão receber acompanhamento multidisciplinar com profissionais que compõem a equipe: como, por exemplo, neurologistas, geriatras, psiquiatras, psicólogos, serviço social, nutricionistas, gerontologias, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, entre outros.

Parágrafo único. Para o atendimento multidisciplinar, a Secretaria Municipal da Saúde deverá organizar um Sistema de Saúde para assistência à Doença de Alzheimer e outras Demências, de forma sistêmica e articulada entre as Unidades Básicas de Saúde e Centro Especializado em Alzheimer e outras Demências.

Art. 6º Fica autorizada a criação de um Centro de Referência de Prevenção e Tratamento da Doença de Alzheimer e outras Demências formado por equipes multidisciplinares de profissionais da saúde onde deverá funcionar um serviço de Educação em Demência dirigido a profissionais da rede pública e cuidadores familiares.

I - Todo o trabalho utilizará como modelo a literatura especializada e o Plano de Demências, além dos módulos preconizados pelo I-Support (OMS 2019).

Art. 7º A implementação e acompanhamento deste Programa requer revisões periódicas com avaliação de resultados e dificuldades para elaboração e/ou redirecionamento de estratégias para a realização dos objetivos deste Programa.

Art. 8º No desenvolvimento do programa de que trata esta lei, serão observados os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas preconizados pelo Ministério da Saúde.

Art. 9º O Poder Público poderá buscar apoio em outras instituições para desenvolver a Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas com Doenças de Alzheimer e outras Demências no Município de São José.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## LEI 5.899 DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535906

INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE "A MULHER NA POLÍTICA", DISPONDO SOBRE MEDIDAS DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ATIVIDADE POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Permanente "A Mulher na Política", a ser desenvolvida durante todo o ano, com maior intensidade no mês de março e, com a finalidade de incentivar a participação da mulher na atividade política no Município de São José.

Art. 2º A Campanha Permanente "A Mulher na Política" terá os seguintes objetivos, sem exclusão de outros pertinentes:

I - Conscientizar a sociedade sobre a importância da presença da mulher na política;

II - Incentivar as mulheres filiadas a partidos políticos para concorrerem a cargos eletivos, e as demais para se filiarem a partido político com o qual tenham afinidade ideológica;

III - Incentivar as jovens mulheres entre dezesseis e dezoito anos para o alistamento eleitoral.

Parágrafo único. A Campanha de que trata esta Lei não será vinculada ou direcionada a um partido político específico, mas tão somente promoverá e incentivará a participação da mulher na política.

Art. 3º Para o cumprimento do disposto nesta Lei, o Poder Executivo Municipal poderá celebrar parcerias com órgãos públicos e entidades privadas, objetivando:

- I - A realização de reuniões, palestras, seminários e cursos sobre capacitação atinentes à participação da mulher na política.
- II - A elaboração e distribuição de material informativo sobre os meios de participação na atividade política, os procedimentos para a filiação em partido político e demais informações essenciais a respeito do tema;
- III - A divulgação de estatísticas, projetos e planos de políticas públicas relacionados à atuação da mulher na política.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## LEI 5.900 DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535908

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO NA INTERNET DE ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS SITUADOS NA CIDADE DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal, disponibilizará em meio eletrônico, através de seu sítio oficial, cópia digitalizada contendo os nomes dos requerentes, endereços correspondentes, datas de expedição e validade dos alvarás concedidos a estabelecimentos situados na cidade de São José.

§ 1º Entende-se como estabelecimento: qualquer estabelecimento comercial, varejista, atacadista, industrial, agrícola ou prestador de serviços.

§ 2º Estão incluídos no alcance dessa lei:

I - alvarás referentes a profissionais liberais e/ou autônomos, localizados em unidades não residenciais ou na própria residência;

II - alvarás referentes às pessoas físicas e/ou jurídicas no exercício de atividades por tempo determinado;

III - alvarás concedidos a microempreendedores individuais.

Art. 2º Será disponibilizado, também, através do sítio oficial do Poder Executivo Municipal, cópia digitalizada, contendo os nomes dos requerentes, endereços correspondentes, datas de expedição e validade:

I - Dos alvarás de autorização transitória concedidos para realização de eventos esportivos, recreativos, culturais, artísticos, de entretenimento ou de qualquer outro caráter;

II - Das autorizações para veiculação de publicidade em logradouros públicos na forma de outdoor, painéis, letreiros, indicadores, faixas, prospectos, panfletos e/ou através de material publicitário afixado no mobiliário urbano e nas cabines telefônicas;

III - Das autorizações para colocação de mesas e cadeiras removíveis em frente a estabelecimentos;

IV - Dos licenciamentos sanitários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## LEI 5.901 DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535910

DETERMINA A DIVULGAÇÃO DE LISTA DESCRITIVA DOS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal deverá divulgar, em seu endereço eletrônico oficial, relação descritiva dos imóveis de propriedade do Município.

Parágrafo único. para o atendimento do disposto no caput, entende-se como imóveis os terrenos, áreas verdes, edificações, entre outros, que estejam registrados como de propriedade do Município de São José.

Art. 2º A relação deverá descrever minuciosamente o imóvel, devendo conter, de forma individualizada para cada propriedade, os seguintes dados:

- I – O endereço;
- II – O georreferenciamento;
- III – As dimensões;
- IV – A área do terreno;
- V – A área da Edificação, quando aplicável;
- VI – Número de Matrícula no Registro de Imóveis, quando existir;
- VII – Número de Patrimônio, quando existir.

Art. 3º Para a organização e levantamento dos dados necessários para a execução completa da lei, será assegurado ao Poder Executivo o prazo de até dois anos contados da data de publicação, sendo obrigação do órgão responsável disponibilizar os dados já disponíveis a partir da entrada em vigor da presente norma.

Art. 4º Esta lei entra em vigor contados 90 (noventa) dias de sua publicação.  
Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## LEI 5.902 DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535912

PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE CÃES POR EMPRESAS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL PRIVADA E DE VIGILÂNCIA, PARA FINS DE GUARDA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada a utilização de cães, para fins de guarda, por empresas que prestam serviços de segurança patrimonial privada, de vigilância, ou atividades similares, no âmbito do Município de São José.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do previsto no “caput” fica vedada a locação, bem como a cessão dos cães em contratos de comodato ou mútuo, para que realizem funções de guarda, ressalvado o uso de cães adestrados acompanhados por vigilantes devidamente habilitados para a condução animal.

Art. 2º Serão considerados infratores, para fins desta lei:

I - o proprietário do animal utilizado para fins de guarda, vigilância e atividades similares;

II - o proprietário do imóvel guardado ou vigiado;

III - aquele que realizar contrato de empréstimo, locação, mútuo ou comodato, verbal ou escrito, que de algum modo implique na utilização de cães para atividades de guarda.

Parágrafo único. A multa incidirá sobre todas as pessoas físicas e jurídicas que de algum modo colocaram o animal na situação prevista nessa lei.

Art. 3º A infração ao disposto na presente lei acarretará multa no valor de R\$ 1.000,00 (Mil reais), por animal, e será aplicada em dobro em caso de reincidência.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata o “caput” deste artigo será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que no caso de extinção desse índice será adotado outro, criado por lei federal, que reflita e recomponha o poder aquisitivo da moeda.

Art. 4º A fiscalização desta lei será feita pelo órgão competente, a quem caberá estabelecer os prazos de defesa e recurso.

Art. 5º Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta dias) a contar de sua publicação.

Art. 6º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 003, DE 23 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536622

PORTARIA nº 003, de 23 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PELOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – FMADS, PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES PÚBLICAS.

A SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Ficam autorizados os servidores públicos a seguir relacionados para conduzir veículos oficiais quando as atividades institucionais assim exigirem e não existirem outros meios de deslocamento entre seu ponto de origem e de seu destino, ou quando estes, por algum motivo, impossibilitem o eficiente desempenho de suas atividades.

- I. Alexandre de Souza, matrícula nº 23136-3;
- II. Ana Paula Granja Saccomani, matrícula nº 41668-1;
- III. Arthur Henrique do Nascimento, matrícula nº 431938-9;
- IV. Fernanda Vieira Diniz Farias, matrícula nº 35636-0;
- V. Jeferson Medeiros da Silva, matrícula nº 428052-0;
- VI. Jonny Andrade de Souza, matrícula nº 428241-8;
- VII. Reinaldo Donizete Pereira, matrícula nº 1549-0;
- VIII. Valdenir Pauli, Matrícula nº 31796-9;
- IX. Wilson Correia, matrícula nº 428165-9;
- X. Zelio Osmar Correa, matrícula nº 432111-1;

Art. 2º – A autorização concedida por este ato terá validade até o término do ano corrente, podendo ser revalidada, obedecido aos seguintes requisitos:

- I – apresentação, pelo servidor, da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido;
- II – preenchimento, pelo servidor, do formulário “diário de bordo”;

Art. 3º – concedida à autorização para dirigir veículo oficial, o servidor:

I – não poderá:

- a) ceder à direção do veículo para terceiros;
- b) utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

II – deverá:

- a) preencher corretamente o formulário “diário de bordo”
- b) exibir a presente Portaria, sempre que solicitada por quem de direito;
- c) findo o deslocamento, guardar o veículo oficial no órgão detentor.

Parágrafo único. Em caso de acidente ou surgimento de dano no veículo concedido, serão aplicadas as normas constantes da Lei Orgânica do Município, bem com as constantes da Lei Ordinária nº 2248, de 20 de março de 1991, e demais aplicáveis.

Art. 4º – Findo o prazo fixado do Art. 2º, a autorização a que refere a presente Portaria, poderá ser reavaliada, desde que:

- I – haja interesse da Administração;
- II – o servidor não tenha infringido qualquer das vedações constantes do art. 3º.

Art. 5º - O cancelamento da autorização para dirigir veículo oficial se dará:

- I – a qualquer tempo, por interesse da Administração;
- II – a pedido do servidor.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José 23 de junho de 2020.

Fernanda Vieira Diniz Farias

Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável



**PORTARIA Nº 10, DE 22 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536621

PORTARIA Nº 10, DE 22 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PELOS SERVIDORES PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES PÚBLICAS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os servidores públicos a seguir relacionados para conduzir veículo oficial quando as atividades institucionais assim exigirem e não existirem outros meios de deslocamento entre seu ponto de origem e de seu destino, ou quando estes, por algum motivo impossibilitem o eficiente desempenho de suas atividades.

- I. Rosemeri Baruchski, matrícula nº427665-5;
- II. Simone Cristina Vieira Machado, matrícula nº427679-5;
- III. Glades Gonçalves Panasolo, matrícula nº428038-5;
- IV. Diego Gnecco, matrícula nº426362-6;
- V. Tábata Gomes Panozzo, matrícula nº426687-0;
- VI. Cleidiamar Aparecida Furlanetto, matrícula nº22693-9;
- VII. Mário Sérgio do Nascimento, matrícula nº428284-1;
- VIII. Marla Sacco Martins, matrícula nº430093-9;
- IX. Zamilé Cristina da Silva Schutz, matrícula nº033207-0;
- X. Iria Locks, matrícula nº33197-0;
- XI. Gabriella Dornelles Chagas, matrícula nº428537-9;
- XII. Renaldo Osvaldo da Silva, matrícula nº428271-0;
- XIII. Manoel Abreu, matrícula nº34414;
- XIV. Gilson Gonzaga dos Santos, matrícula nº17565;
- XV. Patrícia Cristina da Silva, matrícula nº 32243-1;
- XVI. Jule Nazário Mendes Minelli, matrícula nº 43009-9;
- XVII. Daiany Sheilla de Oliveira, matrícula nº 428285-0;
- XVIII. Fabiola Grams Porto, matrícula nº 429777-6;
- XIX. Kerlen Mignoni da Silva, matrícula nº 429773-3;
- XX. Walter Correa de Faveri, matrícula nº 36977-2;
- XXI. Henrique Cabral Faraco, matrícula nº 426402-9;
- XXII. Lais Santos Silva, matrícula nº 430092;
- XXIII. Sandra Regina Souza e Souza, matrícula nº 39713-0;
- XXIV. Roberta T. S. Ferraz de Campos, matrícula nº 428539-5;
- XXV. Marissandro Goulart, matrícula nº 428201-9;
- XXVI. Juceliani da Silva Borges, matrícula nº 428368-6;
- XXVII. Marilene Alves dos Santos, matrícula nº 34518;
- XXVIII. Márcio Antônio do Reino da Luz, matrícula nº 428299-0;
- XXIX. Regis Rosa Custodio Matrícula, matrícula nº 43091-1;
- XXX. Daniela Nascimento Santana Pinto, matrícula nº 429808-0;
- XXXI. Tiago Ferreira Duarte, matrícula nº 431937-0.
- XXXII. Danielli Cristina Vargas, matrícula nº 430011-3;
- XXXIII. Sirlene Matos, matrícula nº 431172;
- XXXIV. Lorraina Naira Stahelim, matrícula nº 428185-3.

Art. 2º A autorização concedida por este ato terá validade até o término do ano corrente, podendo ser revalidada, obedecido aos seguintes requisitos:

- I - apresentação, pelo servidor, da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido;
- II - preenchimento, pelo servidor, do formulário “diário de bordo”;

Art. 3º Concedida à autorização para dirigir veículo oficial, o servidor:

I - não poderá:

- a) ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

II - deverá:

- a) preencher corretamente o formulário “diário de bordo”;
- b) exibir a presente Portaria, sempre que solicitada por quem de direito;
- c) findo o deslocamento, guardar o veículo oficial no órgão detentor.

Parágrafo único. Em caso de acidente ou surgimento de dano no veículo concedido, serão aplicadas as normas constantes da Lei Orgânica do Município, bem com as constantes da Lei Ordinária nº2248, de 20 de março de 1991, e demais aplicáveis.

Art. 4º Findo o prazo fixado no Art. 2º, a autorização a que refere a presente Portaria, poderá ser revalidada, desde que:

I - haja interesse da Administração;

II - o servidor não tenha infringido qualquer das vedações constantes do art. 3º.

Art. 5º O cancelamento da autorização para dirigir veículo oficial se dará:

- I - a qualquer tempo, por interesse da Administração;
- II - a pedido do servidor.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.  
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José, 22 de junho de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI  
Secretária Municipal de Assistência Social

### **PORTARIA SMS/PMSJ Nº 015/2020**

Publicação Nº 2536348

PORTARIA SMS/PMSJ nº 015, de 18 de JUNHO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o servidora Joyce menezes Brasil- matrícula n.º 13444-9 para efetuar a fiscalização do Ata de Registro de Preços 025/2020 decorrente da Pregão Presencial nº 166/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
  - II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
  - III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
  - IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
  - V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
  - VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
  - VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
  - VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
  - IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
  - X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
  - XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
  - XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
  - XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
  - XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
  - XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
- Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designada a servidora Catarina Izabel da Silva- matrícula n.º 11043, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor da ata designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Sinara Regina Landt Simioni  
Secretária Municipal de Saúde

### **PORTARIA SMS/PMSJ Nº 017/2020**

Publicação Nº 2536355

PORTARIA SMS/PMSJ nº 017, de 31 de JUNHO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o servidora Fabricia Martins Silva Lemos - matrícula n.º 230456 para efetuar a fiscalização do Contrato 030/2020 decorrente da Dispensa de Licitação nº 075/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;



VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;  
VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;  
VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;  
IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados  
X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;  
XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;  
XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;  
XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;  
XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;  
XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias  
Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designada a servidor Francisco Reis Tristão – matrícula n.º 375179, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor da ata designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni  
Secretária Municipal de Saúde

## RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2020

Publicação Nº 2535701

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2020 – Processo nº 188/2020 – Proc. Adm. 2764/2020 Fornecedor: IMPERATRIZ COM. ATACAD. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS (AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO) DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, COM BASE NO DECRETO Nº 13217 DE 19 DE MARÇO DE 2020, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 972.840,00 (novecentos e setenta e dois e oitocentos e quarenta reais). Vera Suely de Andrade – Secretaria de Administração.

## SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2020

Publicação Nº 2536416

### COMUNICADO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2020 PROCESSO Nº 206/2020 PROCESSO ADM Nº 3001/2020	
--	--

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO 70%, EM GEL, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC.

A Prefeitura Municipal de São José, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, leva ao conhecimento dos Licitantes e demais interessados que fica SUSPENSO SINE-DIE o processo em epígrafe. Esta medida se faz necessária para que possam ser respondidas as impugnações apresentadas.

São José, 24/06/2020.

JULIANA TEREZINHA DA SILVA  
PREGOEIRA

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 084/2020/SF

Publicação Nº 2536095

DECRETO Nº 084/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 172.061,00 (cento e setenta e dois mil e sessenta e um reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS  
04 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA  
2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF  
"77"3.1.90.00.00.1.3083 Aplicações Diretas ..... R\$172.061,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 172.061,00 (cento e setenta e dois mil e sessenta e um reais), Recursos Emendas de Bancada - PAB, Fonte 1.3083.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 085/2020/SF

Publicação Nº 2536096

DECRETO Nº. 085/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.886/2020;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde do Município de São José do Cedro, no valor de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS  
02 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA  
2.060 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA  
"76"3.1.90.00.00.1.0067 Aplicações Diretas ..... R\$24.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), Recursos Assistência Farmacêutica Básica - União, Fonte 1.0067.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 086/2020/SF**

Publicação Nº 2536097

DECRETO Nº. 086/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.887/2020;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.106 BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

"213"3.1.90.00.00.3.0063 Aplicações Diretas ..... R\$17.900,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais), Recursos Bolsa Família, Fonte 3.0063.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.74/2020**

Publicação Nº 2536159

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº74/2020

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº74/2020, Edital de Pregão Nº74/2020, Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA INSTALAÇÃO NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 07/07/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4885/2020**

Publicação Nº 2536089

LEI Nº 4.885, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ISENÇÃO DE ITBI, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO E PERMUTA DE IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção no pagamento de Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para a transação de compra e venda entre o (a) Lote urbano nº 7, da quadra "I", com área de 390,00m², situado na Rua Paulo Fontes, Bairro São Luiz, inscrito na matrícula nº 1.546, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, de propriedade do Sr. Sebastião Pinheiro dos Santos e o (b) Lote urbano nº 6, da quadra "I", com área de 390,00m², situado na Rua Paulo Fontes, Bairro São Luiz, inscrito na matrícula nº 14.118, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, de propriedade da Sra. Sueli Salete Finger e outros.

Art.2º A isenção do imposto de que trata o art. 1º, será concedida uma única vez e para fins de permuta e regularização entre a titularidade e a posse de fato dos respectivos imóveis.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos até a efetivação da transação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

IDENE PAULI,  
Secretária Municipal de Saúde.

MAURO WEBER,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTTO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,  
Secretária Municipal da Fazenda e  
Administração.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

ODAIR JOSÉ MAZIERO,  
Secretário Municipal de Esportes.

JACIR ANTONIO CICONETI,  
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4886/2020

Publicação Nº 2536091

LEI Nº 4.886, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde do Município de São José do Cedro, no valor de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS

02 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

2.060 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

“76”3.1.90.00.00.1.0067 Aplicações Diretas ..... R\$24.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), Recursos Assistência Farmacêutica Básica - União, Fonte 1.0067.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

IDENE PAULI,  
Secretária Municipal de Saúde.

MAURO WEBER,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTTO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,  
Secretária Municipal da Fazenda e  
Administração.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

ODAIR JOSÉ MAZIERO,  
Secretário Municipal de Esportes.

JACIR ANTONIO CICONETI,  
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4887/2020

Publicação Nº 2536093

LEI Nº 4.887, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.106 BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

“213”3.1.90.00.00.3.0063 Aplicações Diretas ..... R\$17.900,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais), Recursos Bolsa Família, Fonte 3.0063.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

IDENE PAULI,  
Secretária Municipal de Saúde.

MAURO WEBER,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTTO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,  
Secretária Municipal da Fazenda e  
Administração.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

ODAIR JOSÉ MAZIERO,  
Secretário Municipal de Esportes.

JACIR ANTONIO CICONETI,  
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2020 - SRP - 052/2020

Publicação Nº 2536494

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/07/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 24 de Junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 6.733, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535837

DECRETO Nº 6.733, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0064	188	Aplicação Direta	R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.734, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535869

DECRETO Nº 6.734, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Qualifica Associações como Organizações Sociais voltadas à Saúde – OS – no Município de São Lourenço do Oeste/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei 2.547, de 06 de maio de 2020 e

CONSIDERANDO a decisão da Comissão de Qualificação de Organizações Sociais que analisou a documentação protocolada pelas Associações Civis;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam qualificadas como Organizações Sociais voltadas à Saúde – OS, as seguintes associações civis, nos termos e para os fins constantes da Lei nº 2.547, de 06 de maio de 2020:

I - Associação Lourenciana de Saúde ALS, inscrita no CNPJ sob o nº 37.090.316/0001-21;

II - Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade IBHASES, inscrita no CNPJ sob o nº 11.421.131/0001-69.

Art. 2º O Município de São Lourenço do Oeste - SC, observado o contido na legislação aplicável, em especial a Lei n.º 2.547/2020, poderá celebrar contrato de gestão com uma das associações qualificadas no artigo anterior, mediante chamamento público, com a estrita observância dos princípios da economicidade, moralidade e isonomia, para futura celebração de contrato de gestão a ser definido, com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços desempenhados por órgãos ou entidades públicas municipais, para efeito de gerenciamento e direção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA, sediada neste Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 01/2020/DEMUTRAN/SLO.**

Publicação Nº 2535667

RESOLUÇÃO Nº 01/2020/DEMUTRAN/SLO.

Altera a Resolução nº 001/2018/DEMUTRAN/SLO, que define as áreas de carga e descarga na zona central do Município de São Lourenço do Oeste.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Sra. Keli Cristiane Dallagnol, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 14, incisos II e XXVI da Lei Complementar Municipal nº 82, de 12 de abril de 2007 c/c artigo 85, incisos II e XXVI da Lei Complementar Municipal nº 154, de 09 de setembro de 2013, e,

CONSIDERANDO a constatação de ausência de vaga específica de carga e descarga na Avenida Brasil, esquina com a Rua Nereu Ramos;

CONSIDERANDO que a criação da vaga de carga e descarga no trecho mencionado atenderá a demanda dos comerciantes em seu entorno, promovendo a circulação e a segurança dos motoristas, ciclistas e pedestres, no intuito de regularizar a operação, a fim de conferir maior funcionalidade à execução das atividades;

CONSIDERANDO a suspensão temporária das reuniões do Conselho Municipal de Trânsito, em virtude da pandemia de Covid-19, bem como a necessidade de regulamentar a área citada, visando à fluidez de um bom trânsito a todos;

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Resolução nº 001/2018/DEMUTRAN/SLO, para que passe a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 1º .....

VII - Avenida Brasil, esquina com a Rua Nereu Ramos, uma vaga com no mínimo, 12 metros de extensão na Avenida Brasil”. (NR)

Art. 2º As demais disposições constantes na Resolução nº 001/2018/DEMUTRAN/SLO permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 24 de junho de 2020.

KELI CRISTIANE DALLAGNOL  
Diretora do DEMUTRAN



# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO/ATA DE RP 09/2020 - REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

Publicação Nº 2537106

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 09/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA E A EMPRESA POSTO CHARNOSKI LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa POSTO CHARNOSKI LTDA, estabelecida na Av. São Miguel, 21, no Município de São Miguel da Boa Vista – SC, inscrita no CNPJ Nº. 04.408.359/0001-53, neste ato representado por seu sócio gerente a Sra. ELENA PERONDI, brasileira, separada, residente e domiciliada na cidade de São Miguel da Boa Vista – SC, inscrito no CPF Nº. 942.247.819-72, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem entre si aditar os valores da ata de registro de preços 09/2020 de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 16/2020, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### Cláusula Primeira – DO ADITAMENTO

O presente termo de reequilíbrio financeiro tem como finalidade promover o reajuste a MAIOR VALOR dos preços unitários dos combustíveis, em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços 09/2020, tendo em vista as notícias vinculadas nos meios de comunicação e as notas apresentadas pela empresa fornecedora, e os preços repassados ao consumidor final, onde verificou-se que de fato houve aumento dos valores dos combustíveis desde o último reajuste realizado.

O reequilíbrio financeiro a MAIOR VALOR ficará assim distribuído: Valor atual pago da Gasolina Comum R\$4,13. Valor que passará ser pago Gasolina Comum R\$ 4,36, sendo um aumento de 5,7 % por litro de Gasolina Comum. Valor atual pago Diesel S500 R\$ 3,16. Valor que passará a ser pago Diesel S500 R\$ 3,23, um aumento na ordem de 2,5%. Valor atual pago Diesel S10 R\$ 3,30. Valor que passará a ser pago Diesel S10 R\$ 3,37, um aumento na ordem de 2,4%.

#### Cláusula SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato/ata permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

#### Cláusula TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

Este Termo de reequilíbrio tem a finalidade de ajustar os valores atuais pagos pelos combustíveis, considerando o aumento dos preços dos combustíveis conforme documentos em anexo, sendo este valores repassados ao consumidor final, tendo como base as notas de compra dos combustíveis apresentados pela empresa fornecedora de combustíveis para o município e levantamento de valores praticados pela administração pública dos municípios vizinhos ao nosso, sendo que o reequilíbrio apenas estará corrigindo os valores equiparando-se aos da época em que ocorreu o processo licitatório.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, 25 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA POSTO CHARNOSKI LTDA

Vilmar Schmaedecke Elena Perondi

CONTRATANTE CONTRATADA



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9.335/2020

Publicação Nº 2536179

DECRETO Nº 9.335/2020

DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DA SERVIDORA JANICE MARIA FELDKIRCHER WIBRANTZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o falecimento da servidora municipal Janice Maria Feldkircher Wibrantz, no dia 23 de junho de 2020;

CONSIDERANDO o trabalho desenvolvido pela servidora, seu empenho e dedicação em prol da comunidade, atuando há 18 (dezoito) anos no serviço público junto à Secretaria Municipal de Educação deste Município.

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial de três (03) dias no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, em decorrência do falecimento da servidora Janice Maria Feldkircher Wibrantz, Diretora de Unidade Escolar da EMEIEF Waldemar Antonio Von Dentz, localizada na Linha Canela Gaúcha, deste Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC

Em, 24 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

JAQUELINE GABOARDI

Secretária Municipal de Educação

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

### PROCESSO Nº 104/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2537035

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2020

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais de comunicação visual para utilização de diversos setores do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 29 de junho de 2020 até às 08h15min do dia 09 de julho de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 09 de julho de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marclio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2020 (PJSC Nº 62/2020)**

Publicação Nº 2536490

**TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2020 (PJSC Nº 62/2020)**

**TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DO PODER JUDICIÁRIO, PARA UTILIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DO SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO DAS ESTRADAS RURAIS, CONFORME DISPÕE O PROJETO SEGURANÇA RURAL INSTITUÍDO PELO PROGRAMA AGORA É CRESCER, LEI Nº 7.660/2019.**

O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC**, entidade de direito público interno, com sede na Rua Marçílio Dias, nº 1199, Centro, São Miguel do Oeste – SC, inscrito no CNPJ nº 82.821.174/0001-80, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **WILSON TREVISAN**, portador do CPF nº 345.998.869-04, e o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, *pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do PODER JUDICIÁRIO, estabelecido na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, doravante denominado PJSC, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador RICARDO JOSÉ ROESLER*, resolvem, por mútuo acordo, com fundamento na Lei Municipal nº 7.660, de 10 de setembro de 2019, celebrar o presente Termo de Acordo de Cooperação, que será regido de acordo com a legislação atinente e com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto, para utilização do PJSC, sediado no **MUNICÍPIO**, o compartilhamento da base de dados do sistema de georreferenciamento das estradas rurais do **MUNICÍPIO**, com demarcação das propriedades, conforme autorizado pelo art. 60, da Lei Municipal 7.660/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO**

O compartilhamento da base de dados do sistema de georreferenciamento se destina a facilitar a localização dos imóveis situados na zona rural do **MUNICÍPIO** pelo órgão público.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES****I – DO MUNICÍPIO:**

- a) Compartilhar gratuitamente com o PJSC todas as informações e base de dados do sistema de georreferenciamento das estradas e propriedades rurais;
- b) Fornecer, por meio da empresa prestadora de serviços do sistema e enquanto perdurar o contrato com esta, suporte técnico e possíveis treinamentos;
- c) Arcar com os custos de implantação, manutenção e atualização do sistema de georreferenciamento.

**II – DO PJSC:**



a) Utilizar a base de dados do sistema de georreferenciamento das estradas e propriedades rurais para auxiliar na localização dos imóveis situados na zona rural do MUNICÍPIO;

b) Não compartilhar com outros órgãos ou entidades os dados do sistema de georreferenciamento sem autorização do MUNICÍPIO;

c) Colocar-se à disposição para receber treinamentos e suporte técnico;

d) Autorizar a implantação, manutenção e atualização da base de dados;

e) Responsabilizar-se por eventuais danos advindos da utilização indevida dos dados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS**

As informações constantes na base de dados do sistema de georreferenciamento serão repassadas imediatamente após a assinatura deste Acordo de Cooperação, com aporte técnico da empresa contratada pelo MUNICÍPIO para suporte e prestação dos serviços.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

O presente Termo de Acordo de Cooperação será suspenso ou rescindido nos seguintes casos:

I - Descumprimento das cláusulas pactuadas;

II - Desvio da finalidade pela qual se institui o presente Acordo de Cooperação;

III - Cancelamento ou suspensão do Projeto Segurança Rural;

IV - Advento do termo contratual ou rescisão do contrato celebrando com a empresa administradora do sistema de georreferenciamento;

V - Descumprimento de 03 notificações do MUNICÍPIO;

VI - Por conveniência das Partes.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO**

Este Termo de Cooperação reger-se-á, no que couber, pelas seguintes normas e respectivas atualizações posteriores: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 8º, inciso IX, da Constituição Estadual de Santa Catarina; Lei Complementar Estadual nº 724, de 18 de julho de 2018; Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019; Decreto Estadual nº 348, de 13 de Novembro de 2019 e Lei Municipal nº 7.660/2019, de 10 de Setembro de 2019.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente Termo de Acordo de Cooperação vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial, que poderá ser prorrogado por conveniência e interesse entre as partes.

O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciada a qualquer tempo e por qualquer uma das partes mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias.



## CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Acordo de Cooperação poderá ser alterado por meio de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

## CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, o foro será aquele definido pela Legislação Processual aplicável ao caso.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo, junto com duas testemunhas.

Florianópolis – SC, 15 de junho de 2020.

**WILSON  
TREVISAN:**  
**34599886904**  
**WILSON TREVISAN**  
Prefeito Municipal de São Miguel do  
Oeste

Assinado digitalmente por WILSON TREVISAN:  
34599886904  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=34028316000103,  
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,  
OU=ARCORREIOS, OU=RFB e-CPF A1,  
CN=WILSON TREVISAN 34599886904  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2020-06-15 15:53:58  
Foxit Reader Versão: 9.4.1

**RICARDO  
JOSE  
ROESLER:3079**  
**Ricardo Roesler**  
Presidente do Poder Judiciário do Estado de Santa  
Catarina

Assinado de forma  
digital por RICARDO  
JOSE ROESLER:3079  
Dados: 2020.06.17  
11:51:50 -03'00'

Testemunhas:

**NEDIO  
JEZIORSKI:**  
**70796092915**  
**NÉDIO JEZIORSKI**  
Diretor de Agricultura, Pecuária e  
Piscicultura

Assinado digitalmente por NEDIO  
JEZIORSKI:70796092915  
DN: C=BR, O=BETHA SISTEMAS,  
OU=Fly Protocolo, OU=BETHA  
SISTEMAS LTDA, CN=NEDIO  
JEZIORSKI:70796092915  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de  
assinatura aqui  
Data: 2020-06-15 13:22:50  
Foxit Reader Versão: 9.5.0

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO 75/2020

Publicação N° 2536035

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE (48) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO 75/2020

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA .  
ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei n° 1.293 de 23 de junho de 2020.

#### DECRETA:

Art.1° – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 103.000,00 (Cento e três mil reais) na dotação abaixo identificada:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.1.110– Reforma e Edificação da Casa da Cultura  
E Centro de Apoio ao Turista R\$ 103.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 103.000,00

2°– Para atender o Art. 1° deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado anular no valor de R\$ 103.000,00 (Cento e três reais) nas dotações abaixo identificadas:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2.044– Funcionamento e Manutenção  
Da Cultura R\$ 9.500,00  
3.3.50.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2.101– Apoio ao Grupo de Danças Folclóricas  
Germânicas R\$ 8.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.451.0010.1.083 – Construção de Pontes R\$ 50.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1.088 – Manutenção e Reforma de Calçada R\$ 25.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.451.0010.1.067 – Construção e Reforma de Praças e Parques R\$ 10.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

Art. 3° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO N° 74/2020**

Publicação N° 2535942

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N° 74/2020

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.4º da Lei n° 1.278 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

12 – INSPA

12.01.4.272.0013.2.088 – Funcionamento e Manutenção  
do Instituto de Previdência - INSPA R\$ 43.015,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.00.5845 – Aplicações Diretas R\$ 43.015,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.00.5845 – Aplicações Diretas R\$ 43.015,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO N° 73/2020**

Publicação N° 2535711

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO N° 73/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei n° 1278/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 132.310,00 (Cento e trinta e dois mil trezentos e dez reais ) por conta dos recursos de Transferência de Convênio Estado/SUS na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.060 –Func. e Manut. do MAC R\$ 132.310,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.1202.109 – Aplicação Direta R\$ 132.310,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 76/20**

Publicação Nº 2536293

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 76/20

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA .

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1.296 de 23 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a Abrir Crédito Especial no total de R\$ 45.950,00 (Quarenta e cinco mil novecentos e cinquenta reais) por conta do Superávit Financeiro do BLVGS/ PISO FIXO/ANVISA/FNS e recursos próprios na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.1.050 – Aquisição de Veículo R\$ 45.950,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0805.74 – Aplicações Diretas R\$ 5.524,02  
44.90.00.00.00.00.00.03.0805.75 – Aplicações Diretas R\$ 8.968,54  
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0805.77 – Aplicações Diretas R\$ 25.661,56  
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0811.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.795,88

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 77/2020**

Publicação Nº 2536299

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE (48) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 77/2020

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA .

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1.294 de 23 de junho de 2020.

DECRETA :

Art.1º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais ) na dotação abaixo identificada:

05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.244.0007.2.040 –Proteção Social Especial da Alta Complexidade R\$ 19.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

2º– Para atender o Art. 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado anular no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais ) nas dotações abaixo identificadas:

05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL



05.02.8.244.0007.2.037 –Funcionamento e Manutenção dos Grupos R\$ 19.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
PREFEITO MUNICIPAL

## INEXIGIBILIDADE 22.2020

Publicação Nº 2536185

INEXIGIBILIDADE 22.2020

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pagos mensalmente em parcelas até 31 de dezembro de 2020.

Entidade: Associação Coral de São Pedro de Alcântara/SC – ACSPA, fundada em 15 de julho de 1962, com sede na Rua João Carlos Clasen, 187, inscrita no CNPJ/MF nº 78.644.232/0001-31.

Considerando as disposições da Lei 13.019/2014 e, em especial, artigos 31, II;

Considerando a natureza singular do objeto e que o município visa fomentar o desenvolvimento da cultura por meio de políticas públicas, com apoio a entidades sem fins lucrativos.

Considerando que a referida entidade, há anos, vem desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, sendo a única no município que desenvolve a atividade proposta, a qual é de grande relevância, para manutenção da cultura alemã e alcantareense.

Considerando que a Associação Coral de São Pedro de Alcântara/SC – ACSPA foi declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 526/2009.

Torno pública a inexigibilidade de chamamento para a celebração de Termo de Colaboração com a Associação Coral de São Pedro de Alcântara/SC – ACSPA, para o repasse de subvenção no valor mensal até o dia 31 de dezembro de 2020, totalizando um valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Com a publicação do extrato da presente justificativa, inicia-se o prazo de cinco dias para impugnação por qualquer interessado, na forma do artigo 32, § 2º, da Lei 13.019/2014.

São Pedro de Alcântara, 19 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº169, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2536044

LEI COMPLEMENTAR Nº169, DE 01 DE JUNHO DE 2020

“CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Ernei José Stähelin, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o cargo em provimento efetivo no Anexo I – Atividades de Nível Superior - na Lei Municipal 19/97 de Assistente Social do CRAS, cujas atribuições estão descritas no Art. 5º da Lei nº 1291/2020, com carga horária semanal de 40 horas e com vencimento de R\$ 3.961,52 (Três mil novecentos e sessenta um reais e cinquenta dois centavos) mensal.

Art. 2º Fica criado o cargo em provimento efetivo no Anexo I – Atividades de Nível Superior - na Lei Municipal 19/97 de Psicólogo do CRAS, cujas atribuições estão descritas no Art. 5º da Lei nº 1291/2020, com carga horária semanal de 40 horas e com vencimento de R\$ 3.961,52 (Três mil novecentos e sessenta um reais e cinquenta dois centavos) mensal.

Art. 3º Para o efetivo exercício dos cargos objeto deste projeto de Lei Complementar, faz-se necessário a inscrição no respectivo Conselho.

Art. 4º As Despesas de execução da presente Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de junho de 2020.

Ernei José Stähelin  
Prefeito Municipal



**PORTARIA N.º 272/2020**

Publicação Nº 2536064

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 272/2020

Concede férias à servidora ANA CLAUDIA PAULI DE AMORIM.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ANA CLAUDIA PAULI DE AMORIM, ocupante do cargo de Contadora, férias por 15 dias que gozará a partir de 20/07/2020 a 03/08/2020, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020.

**PORTARIA N.º 273/2020**

Publicação Nº 2536065

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 273/2020

Concede Licença Prêmio a servidora ANA CLAUDIA PAULI AMORIM.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ANA CLAUDIA PAULI DE AMORIM, ocupante do cargo de Contadora, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2002 a 2007.

Art. 2.º- A servidora fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 04/08/2020.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020.

**PORTARIA N.º 274/2020**

Publicação Nº 2536066

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 274/2020**

Designa a servidora MARIA MADALENA KRETZER GELSLEICHTER a exercer o cargo de Contadora.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 39, § 3º, da Lei Complementar 05/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Designar a servidora MARIA MADALENA KRETZER GELSLEICHTER a exercer voluntariamente o cargo de Contadora pelo período em que a servidora titular encontrar-se afastada de férias e licença prêmio (20/07/2020 a 02/09/2020).

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020.

**PORTARIA N.º 275/2020**

Publicação Nº 2536069

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 275/2020**

Concede férias ao servidor AUDI SCHVAMBACH.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor AUDI SCHVAMBACH, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 06/07/2020 a 04/08/2020, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020.

**PORTARIA N.º 276/2020**

Publicação Nº 2536070

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 276/2020**

Concede férias ao servidor RENATO LAZZARIN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor RENATO LAZZARIN, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 06/07/2020 a 04/08/2020, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020.

## **PORTARIA N.º 277/2020**

Publicação Nº 2536423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 277/2020

Concede licença para tratamento de saúde a servidora RAINILDES PITZ JUNCKES, ocupante do cargo de Assessora Adjunta de Gabinete.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora RAINILDES PITZ JUNCKES, pelo período de 14 (quatorze) dias a contar da data de 24/06/2020, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020.

**LEI Nº 1.292 DE 08 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536046

**LEI Nº 1.292 DE 08 DE JUNHO DE 2020**

***“Autoriza pagamento de incentivo adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde do Programa Estratégia Saúde da Família e Agente de Controle de Endemias e dá outras Providências.”***

**ERNEI JOSÉ STÄHELIN**, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar pagamento de incentivo adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde do Programa Estratégia Saúde da Família e Agente de Controle de Endemias no valor de **R\$1.187,50 (Um mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** deduzido as contribuições previdenciárias e tributárias.

**Parágrafo Único** – O abono por esta Lei não será incorporado para nenhum efeito legal a remuneração dos servidores.

**Art. 2º** - O Incentivo adicional se restringe ao mês de dezembro de 2019 e deve ser proporcional aos meses trabalhados no mesmo exercício, a razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias.

**Art.3º** - As despesas decorrentes desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

**Art.4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de junho de 2020.

**Ernei José Stähelin**

**Prefeito Municipal**

**LEI Nº 1.293 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536048

**LEI Nº 1.293 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

***“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e dá outras providências.”***

**ERNEI JOSÉ STÄHELIN**, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$103.000,00 (cento e três mil reais) na dotação abaixo identificada:

**06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA****06.01.13.392.0008.1.110 – Reforma e Edificação da Casa da Cultura**

**e Centro de Apoio ao Turista** **R\$ 103.000,00**

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 103.000,00

**Art. 2º** - Para atender o Art.1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no valor de 103.000,00 (cento e três mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

**06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA****06.01.13.392.0008.2.044 – Funcionamento e**

**Manutenção da Cultura** **R\$ 9.500,00**

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

**06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA****06.01.13.392.0008.2.101 – Apoio ao Grupo de Danças**

**Folclóricas Germânicas** **R\$ 8.000,00**

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS****07.01.15.451.0010.1.083 – Construção de pontes** **R\$50.000,00**

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS****07.01.15.452.0010.088 – Manutenção e Reforma de Calçada** **R\$ 25.000,00**

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS****07.01.15.451.0010.1.067 – Construção e Reforma de****Praças e Parques** **R\$ 10.500,00**

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

**Art.3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**Art.4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de junho de 2020.

**Ernei José Stähelin**  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.294 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536049

**LEI Nº 1.294 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

***“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara .”***

**ERNEI JOSÉ STÄHELIN**, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$19.000,00 (dezenove mil reais) na dotação abaixo identificada:

**05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

05.02.8.244.0007.2.040 – Proteção Social Especial de

Alta Complexidade

R\$ 19.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

R\$ 19.000,00

**Art. 2º** - Para atender o Art.1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no valor de 19.000,00 (dezenove mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

**05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASISSTÊNCIA SOCIAL**

05.02.8.244.0007.2.037 – Funcionamento e Manutenção

dos Grupos

R\$ 19.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

R\$ 19.000,00

**Art.3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art.3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de junho de 2020.

**Ernei José Stähelin**  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.295 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536051

**LEI Nº 1.295 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

***“Altera o Anexo do PPA do Programa Cultura e Turismo da Lei nº1.115/2017, que Dispõe Sobre o PPA 2018/2021 .”***

**ERNEI JOSÉ STÄHELIN**, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo do PPA do **Programa Cultura e Turismo da Lei nº1.115/2017** acrescentando a AÇÃO – Reforma e Edificação da Casa da Cultura e Centro de Apoio ao Turista no valor de R\$ 276.600,00 (duzentos e setenta e seis mil e seiscentos reais) conforme Plano Plurianual – Programas de Governo.

**Parágrafo Único** – é parte integrante desta a Lei Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

**Art.3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de junho de 2020.

**Ernei José Stähelin**  
Prefeito Municipal



**LEI Nº 1.296 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536053

**LEI Nº 1.296 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

***“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara e dá outras providências.”***

**ERNEI JOSÉ STÄHELIN**, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial no total de R\$ 45.950,00 (quarenta e cinco mil novecentos e cinquenta reais) por conta do Superávit Financeiro do BLVGS/PISO FIXO/ANVISA/FNS e recursos próprios na dotação abaixo identificada:

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>11.01.10.301.0009.1.050 – Aquisição de Veículo</b>	<b><u>R\$ 45.950,00</u></b>
4.4.90.00.00.00.00.00.0.03.0805.74 – Aplicações Diretas	R\$ 5.524,02
44.90.00.00.00.00.00.0.03.0805.75 – Aplicações Diretas	R\$ 8.968,54
4.4.90.00.00.00.00.00.0.03.0805.77 – Aplicações Diretas	R\$ 25.661,56
4.4.90.00.00.00.00.00.0.03.0811.00 – Aplicações Diretas	R\$ 5.795,88

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art.3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de junho de 2020.

**Ernei José Stähelin**  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.297 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536055

**LEI Nº 1.297 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

***“Cria a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa Município Saudável da Lei nº1.260/19.”***

**ERNEI JOSÉ STÄHELIN**, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa MUNICÍPIO SAUDÁVEL da Lei 1.260/2019 acrescentando a Ação – **Aquisição de Veículo.**

**Parágrafo Único** – é parte integrante desta a Lei Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art.3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de junho de 2020.

**Ernei José Stähelin**  
Prefeito Municipal

# Saudades

## PREFEITURA

### DECRETO N. 46, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536088

DECRETO N. 46, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS NOMEADA PELA PORTARIA Nº 103/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no inciso XX do art.44 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Ata de Avaliação elaborada pela Comissão nomeada pela Portaria n. 103/2020, anexa;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada, através deste decreto, a avaliação realizada pela Comissão Especial de Avaliação, nomeada pela Portaria nº 103/2020, conforme ata datada de 28 de Fevereiro de 2020, nos seguintes termos:

I – 01 (um) veículo VW VOYAGE 1.6, cor vermelho, ano/modelo 2013/2013, Placa MKP-9943, Chassi n. 9BWDB45U1DT291102, Cod. Renavam 531573419, avaliado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

II – 01 (um) micro ônibus, diesel, marca/modelo MARCOPOLO/VOLARE V8L, cor amarela, ano/modelo 2009/2009, Placa MHJ 5024, Chassi n. 93PB42G3P9C030021, Cod. Renavam 150011288, avaliado em R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais);

III – 01 (um) micro ônibus, diesel, marca/modelo IVECO/CITYCLASS 70C17, cor amarela, ano/modelo 2014/2013, Placa MKW 7096, Chassi n. 93ZL88C01D8443380, Cod. Renavam 492567786, avaliado em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

VI – 01 (uma) motoniveladora, marca modelo HUBER WARCO 130, cor amarela, avaliada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

V – 01 (um) caçamba basculante (carroceria), avaliada em R\$ 1.000,00 (um mil reais);

VI – 01 (uma) plataforma, avaliada em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 10 de Junho de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

ROGERIO ANTONIO SEHNEM  
Secretário de Administração e Fazenda

### PORTARIA N. 103, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2535740

PORTARIA N. 103, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

“NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR BENS MOVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que alguns veículos e máquinas de propriedade do Município de Saudades estão em desuso;

CONSIDERANDO que os bens de propriedade do Município não estão mais atendendo a sua função social, ocasionando despesas exacerbadas com a sua manutenção;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão Especial para avaliar bens móveis, objetivando instruir os procedimentos de alienação, mediante venda, composta pelos seguintes membros:

I - Presidente: Rogerio Antônio Sehnem

II – Secretário: Ivan José Kercher

III - Membros: Oraides Paulino Mai, Alfeu José Schuh e Mario Afonso Metzger;

Art. 2º. Dos objetos de avaliação:

I – 01 (um) veículo VW VOYAGE 1.6, cor vermelho, ano/modelo 2013/2013, Placa MKP-9943, Chassi n. 9BWDB45U1DT291102, Cod. Renavam 531573419;

II – 01 (um) micro ônibus, diesel, marca/modelo MARCOPOLLO/VOLARE V8L, cor amarela, ano/modelo 2009/2009, Placa MHJ 5024, Chassi n. 93PB42G3P9C030021, Cod. Renavam 150011288;

III – 01 (um) micro ônibus, diesel, marca/modelo IVECO/CITYCLASS 70C17, cor amarela, ano/modelo 2014/2013, Placa MKW 7096, Chassi n. 93ZL88C01D8443380, Cod. Renavam 492567786;

VI – 01 (uma) motoniveladora, marca modelo HUBER WARCO 130, cor amarela;

V – 01 (um) caçamba basculante (carroceria);

VI – 01 (uma) plataforma.

Art. 3º. A comissão reunir-se-á dia 27 de fevereiro de 2020, as 09h00min no pátio da Secretaria de Infraestrutura, para avaliação dos bens, atribuir valor e emitir parecer/ata.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades, SC, em 19 de fevereiro de 2020.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

ROGERIO ANTONIO SEHNEM

Secretário de Administração e Fazenda

# Schroeder

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 25/2020-FMS

Publicação Nº 2536101

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 25/2020-FMS

Dispensa nº. 21/2020-FMS

Processo nº. 33/2020-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.240.000/0001-64, estabelecida na Rua Tupy nº 1723, Bloco B, Bairro Nova Brasília, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.214-505

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Aquisição de Termômetro Digital Infravermelho para a Secretaria de Saúde, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Termômetro digital infravermelho utilizado para verificação de temperatura corporal em adultos e crianças sem o contato com a pele, a uma distância entre 5 a 15 cm, cerca de 3 a 5 segundos a mensuração da temperatura aparecerá no visor. Faixa de medição de 34°C a 42,2°C. Desligamento automático. Alimentação 2 pilhas AA.	16	Unid.	368,00	5.888,00
TOTAL R\$					5.888,00

Valor total: R\$ 5.888,00 (cinco mil oitocentos e oitenta e oito reais)

Data da Assinatura: 24/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 8.335/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2536287

PORTARIA Nº 8.335/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Assistência Social através do Memorando nº. 34/2020 – SMAS datado em 5 de junho de 2020;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2020 – SMAS/PMS;

Considerando o Decreto nº. 5.072/2020, de 27 de março de 2020, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

#### RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Michelli Tatiany Machado para exercer o cargo de Psicóloga, percebendo o nível salarial nº 50 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2020 – SMAS/PMS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº

1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 23 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## **PORTARIA Nº 8.336/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536288

PORTARIA No 8.336/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020  
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear as servidoras Fernanda Carolina Zen Zuquette, Arquiteta Urbanista, inscrita no CPF sob o nº 099.848.059-21, CAU/SC A178798-5; Germana Heller Baeumle, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº 086.056.669-27, CREA/SC 14.1189-5 e Ivandra de Souza, Engenheira Civil, sob o nº 047.563.299-00, CREA/SC 14.8760-9, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Bracinho – Trecho 01, EST. OPP 00 a EST. 93 + 0,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.860,00m e área total de 18.668,00m², em consonância com o Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.468/2020, de acordo com as especificações no Contrato nº. 47/2020 – PMS, Processo de licitação nº. 67/2020 – PMS, Tomada de Preços nº. 08/2020 – PMS - Empresa: Paviplan Pavimentação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 23 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## **PORTARIA Nº 8.337/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536289

PORTARIA No 8.337/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020  
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear as servidoras Fernanda Carolina Zen Zuquette, Arquiteta Urbanista, inscrita no CPF sob o nº 099.848.059-21, CAU/SC A178798-5; Germana Heller Baeumle, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº 086.056.669-27, CREA/SC 14.1189-5 e Ivandra de Souza, Engenheira Civil, sob o nº 047.563.299-00, CREA/SC 14.8760-9, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Rancho Bom – Trecho 01, Est. OPP 00 a est. 54 + 0,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.080,00m e área total de 10.080,00m<sup>2</sup>, em consonância com o Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.461/2020, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 71/2020 – PMS, Processo de licitação nº. 66/2020 – PMS, Tomada de Preços nº. 07/2020 – PMS. - Empresa: Paviplan Pavimentação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 23 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 8.338/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536290

PORTARIA No 8.338/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020  
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear as servidoras Fernanda Carolina Zen Zuquette, Arquiteta Urbanista, inscrita no CPF sob o nº 099.848.059-21, CAU/SC A178798-5; Germana Heller Baeumle, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº 086.056.669-27, CREA/SC 14.1189-5 e Ivandra de Souza, Engenheira Civil, sob o nº 047.563.299-00, CREA/SC 14.8760-9, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 23 de Março, na localidade de Itoupava-Açu, EST OPP- Est 124 + 6m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 2.486,00m e área total de 19.868,00m<sup>2</sup>, em consonância com o Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.466/2020, de acordo com as especificações no Contrato nº. 46/2020 – PMS, Processo de licitação nº. 65/2020 – PMS, Tomada de Preços nº. 06/2020 – PMS - Empresa: Paviplan Pavimentação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 23 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 8.339/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536291

PORTARIA No 8.339/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020  
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear as servidoras Fernanda Carolina Zen Zuquetto, Arquiteta Urbanista, inscrita no CPF sob o nº 099.848.059-21, CAU/SC A178798-5; Germana Heller Baeumle, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº 086.056.669-27, CREA/SC 14.1189-5 e Ivandra de Souza, Engenheira Civil, sob o nº 047.563.299-00, CREA/SC 14.8760-9, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Braço do Sul – Trecho 01, Est. OPP 00 a est. 30 + 10,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 610,00m e área total de 6.205,00m², em consonância com o Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.467/2020, de acordo com as especificações no Contrato nº. 72/2020 – PMS, Processo de licitação nº. 69/2020 – PMS, Tomada de Preços nº. 10/2020 - PMS - Empresa: INFRASUL Infraestrutura e Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 24 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## **PORTARIA Nº 8.340/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536292

PORTARIA No 8.340/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020  
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear as servidoras Fernanda Carolina Zen Zuquetto, Arquiteta Urbanista, inscrita no CPF sob o nº 099.848.059-21, CAU/SC A178798-5; Germana Heller Baeumle, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº 086.056.669-27, CREA/SC 14.1189-5 e Ivandra de Souza, Engenheira Civil, sob o nº 047.563.299-00, CREA/SC 14.8760-9, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Duas Mamas, EST OPP- Est 77 + 0m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.540,00m e área total de 13.803,58m², em consonância com o Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.469/2020, de acordo com as especificações no Contrato nº. 48/2020 – PMS, Processo de licitação nº. 68/2020 – PMS, Tomada de Preços nº. 09/2020 – PMS - Empresa: INFRASUL Infraestrutura e Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 24 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº 8.341/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536295

PORTARIA Nº 8.341/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença de 23/05/2020 a 27/05/2020 da servidora Sra. Janete Pereira, que desempenha a função de Técnica em Enfermagem - ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a partir de 23/05/2020.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 24 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 8.342/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536296

PORTARIA Nº 8.342/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença em 01/06/2020 da servidora Sra. Janete Pereira, que desempenha a função de Técnica em Enfermagem - ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a partir de 01/06/2020.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 24 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 8.343/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2536297

PORTARIA Nº 8.343/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença em 03/06/2020 da servidora Sra. Janete Pereira, que desempenha a função de Técnica em Enfermagem - ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a partir de 03/06/2020.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 24 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 41/2020-PMS

Publicação Nº 2535747

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2020

Número do Registro de Preços: 34/2020		Data do Registro: 24/06/2020		Válido até: 24/06/2021			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra e demais equipamentos) para execução de serviços de corte de árvores, poda e outros serviços que exigem esse equipamento					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de horas trabalhadas, caminhão munck (com operador) - capacidade 7 a 10 toneladas, equipado com cabos de aço, canchos e cesto. Corte de árvores, poda e outros serviços que necessitam esse equipamento.	H	SJS PRESTADORA DE SERVICOS LTDA (13141)		0	137,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2020

Número do Registro de Preços: 34/2020		Data do Registro: 24/06/2020		Válido até: 24/06/2021			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra e demais equipamentos) para execução de serviços de corte de árvores, poda e outros serviços que exigem esse equipamento							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Ajudante (mão de obra) especializada em auxiliar caminhão muncck, manuseio de cabos de aço, operar motosserra e outras ferramentas e máquinas necessárias para o andamento do serviço.	H	SUS PRESTADORA DE SERVICOS LTDA (13141)		0	84,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2020

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 34/2020		Data do Registro: 24/06/2020		Válido até: 24/06/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra e demais equipamentos) para execução de serviços de corte de árvores, poda e outros serviços que exigem esse equipamento							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020  
PROCESSO Nº 89/2020

(13141) - SUS PRESTADORA DE SERVICOS LTDA

Schroeder, 24 de Junho de 2020.

**DISPENSA 21/2020-FMS**

Publicação Nº 2536059

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 21/2020 - DL****Processo Nr.:** 33/2020  
**Data:** 24/06/2020

Folha: 1/2

**Fornecedor:** INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI**Código:** 13936**Endereço:** R TUPY, 1723, BLOCO B**Cidade:** Joinville - SC**CNPJ:** 23.240.000/0001-64**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de Termômetro Digital Infravermelho para a Secretaria de Saúde.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	16,00	Termômetro digital infravermelho utilizado para verificação de temperatura corporal em adultos e crianças sem o contato com a pele, a uma distância entre 5 a 15 cm, cerca de 3 a 5 segundos a mensuração da temperatura aparecerá no visor. Faixa de medição de 34°C a 42,2°C. Desligamento automático. Alimentação 2 pilhas AA.	UN	368,00	5.888,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**IV** - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando que o termômetro digital infravermelho permite a verificação da temperatura corporal sem o contato com a pele e considerando a pandemia causada pelo COVID-19 tal contrato se faz necessário para evitar a contaminação e propagação do vírus.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 24 de Junho de 2020

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>		<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 21/2020 - DL</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Nr.:</b> 33/2020 <b>Data:</b> 24/06/2020	
		<b>Folha:</b> 2/2

19/06/2020

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Junho de 2020

---

**Valor da Despesa:** 5.888,00 (cinco mil oitocentos e oitenta e oito reais)

---

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

---

# Seara

## PREFEITURA

### LEI 2043

Publicação Nº 2536609

LEI Nº 2043, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Fixa o subsídio dos vereadores do município de Seara para a Legislatura 2021 a 2024 e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que, o Poder Legislativo, com amparo no art. 45 da Lei Orgânica Municipal, aprova e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal inicial individual dos Vereadores do Município de Seara, para a Legislatura de 2021 a 2024, será de R\$ 2.933,76 (dois mil novecentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos).

Art. 2º O Vereador, investido no cargo de Presidente da Câmara, perceberá mensalmente o valor de R\$ 4.400,66 (quatro mil quatrocentos reais e sessenta e seis centavos).

§1º O Presidente da Câmara deverá representar judicial e extrajudicialmente o Poder Legislativo, bem como em solenidades e eventos oficiais, desempenhar funções de administração do Parlamento, assim como todas as atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara de Vereadores;

§2º O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, fará jus ao recebimento da parcela adicional, prevista no caput deste artigo, proporcionalmente aos dias do efetivo exercício do cargo.

Art. 3º Em caso de substituição, o Vereador suplente que assumir terá direito ao subsídio calculado proporcionalmente ao período que exercer o mandato.

Art. 4º Será efetuado desconto no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total do subsídio mensal a cada Sessão Ordinária que o Vereador deixar de comparecer, sem justificativa legal.

§1º Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo, o estabelecido no Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

§2º Será considerado presente à Sessão, o Vereador que assinar o Livro de Presença e que participar das votações (art.54 §1º 'd' do Regimento Interno).

§3º Para efeito de desconto de falta do Presidente da Câmara às Sessões Ordinárias considera-se o mesmo percentual descontado do Vereador conforme caput deste artigo.

§4º A participação em Sessões Extraordinárias, Solenes ou Especiais não serão remuneradas.

§5º O subsídio dos Vereadores será pago normalmente durante o recesso parlamentar.

Art. 5º O vereador poderá renunciar, total ou parcialmente, ao recebimento do subsídio, a qualquer momento da Legislatura, mediante requerimento escrito e protocolado na Secretaria da Câmara.

Art. 6º Sobre o valor dos subsídios constantes nos artigos 1º e 2º desta Lei, fica assegurada a revisão geral anual prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal/88.

Art. 7º As despesas para execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento anual do Legislativo.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Seara, em 24 de junho de 2020.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

### LEI 2044

Publicação Nº 2536616

LEI Nº 2044, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Seara para a gestão 2021 a 2024 e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo, com amparo no artigo 42 inciso VI, no artigo 105 e no parágrafo único do artigo 127 da Lei Orgânica Municipal, aprova e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito do Município de Seara será de R\$ 17.463,31 (dezessete mil quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos).

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito do Município de Seara será de R\$ 8.315,39 (oito mil trezentos e quinze reais e trinta e nove centavos).

Parágrafo único. O Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo de Prefeito, perceberá o subsídio correspondente ao cargo, proporcionalmente ao período do efetivo exercício.

Art. 3º O subsídio mensal dos Secretários Municipais do Poder Executivo será de R\$ 7.650,25 (sete mil seiscentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

Art. 4º Aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais ficam assegurados a revisão geral anual, prevista no artigo 37, inciso X da Constituição Federal.



Art. 5º Fica assegurado ao Prefeito e Vice-Prefeito anualmente o direito a 30 (trinta) dias de férias, com subsídios integrais.

Art. 6º Aos Secretários Municipais fica assegurado anualmente o direito a 30 (trinta) dias de férias, com subsídio integral, acrescido de um terço constitucional.

Art. 7º O décimo terceiro subsídio fica assegurado ao Prefeito e aos Secretários Municipais.

Art. 8º Os subsídios que trata esta lei serão pagos na mesma data dos pagamentos aos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º O prefeito, vice-prefeito e secretários poderão renunciar, total ou parcialmente, ao recebimento do subsídio, a qualquer momento da Legislatura, mediante requerimento escrito e entregue ao departamento de Recursos Humanos.

Art. 10. As despesas para execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento anual.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Seara, em 24 de junho de 2020.

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO 034/2020-FMS

Publicação Nº 2536424

Fundo Municipal de Saúde.

Processo Licitatório nº 034/2020-FMS - Dispensa de Licitação nº 019/2020-FMS.

Objeto: Aquisição de testes rápidos Covid-19.

Justificativa: Realização de testes em pessoas que apresentem sintomas da COVID-19, em atendimento a recomendação da Organização Mundial da Saúde - OMS.

Fundamento legal: Inciso IV do artigo 24 da lei nº 8666/93 c/c o art. 4º da lei 13.979/2020, por Dispensa de Licitação.

Valor Unitário: R\$ 89,00.

Fornecedor: 1000Medic Distribuidora Imp. Exp. de Medicamentos Ltda

Seara, SC, 24 de junho de 2020.

Flávio Joel Zolet  
Secretário Municipal da Saúde  
Gestor do FMS

## PROCESSO LICITATÓRIO 105/2020

Publicação Nº 2536415

ç

Processo Licitatório nº 105/2020 - Dispensa de Licitação nº. 032/2020.

Objeto: Aquisição de portão e porta para sede da polícia civil.

Justificativa: Manutenção do prédio da Delegacia de Polícia de Seara, objetivando maior segurança e preservação de sua estrutura. A verificação do preço proposto é precedida da análise de 03 orçamentos, o que atesta a compatibilidade com o valor praticado no mercado.

Fundamento Legal: lei nº 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Monica Siqueira Bedin

Valor: R\$ 6.031,00

Seara, SC, 23 de junho de 2020.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 106/2020**

Publicação N° 2536419

Processo Licitatório nº 106/2020 - Dispensa de Licitação nº 033/2020.

Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra.

Justificativa: Manutenção da caixa mecânica do trator BM 100 Valtra - frota 43, a fim de mantê-lo em funcionamento para dar continuidade aos serviços prestados no interior. A verificação do preço proposto é precedida da análise de 03 orçamentos, o que atesta a compatibilidade com o valor praticado no mercado.

Fundamento Legal: lei nº 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Osni Franceschini – ME

Valor: R\$ 6.648,00

Seara, SC, 24 de junho de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 107/2020**

Publicação N° 2536430

Processo Licitatório nº 107/2020.

Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2020.

O Município de Seara, SC, torna público e para o conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para contratação de empresa para administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão magnético/eletrônico (com chip ou sem chip) de "Vale-Alimentação" a ser concedido aos servidores públicos municipais em atividade do Município de Seara, visando atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Edital e Termo de Referência. A abertura da disputa ocorrerá às 8h do dia 07/07/2020 e será realizado através do site "www.comprasgovernamentais.gov.br" da plataforma de compras governamentais COMPRASNET. O edital e seus anexos estarão disponíveis nos sites "www.seara.sc.gov.br" e "www.comprasgovernamentais.gov.br" e demais informações poderão ser obtidas pelos e-mails "compras02@seara.sc.gov.br" e "licitacao@seara.sc.gov.br".

Seara, SC, 24 de junho de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2536489

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 15/2020

O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA vem através deste edital NOTIFICAR a todos os moradores, posseiros internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar, que a localidade denominada de LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, encontra-se em processo de LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, EM FORMATO DE REUB-S, conforme Artigo 23 da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto nº 9.310/2018 e Decreto Municipal nº 347 de 27/08/2018. O denominado Loteamento Araucária está em fase de regularização fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores da posse dos lotes no referido Loteamento, necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto das Matrículas nº 5.665 e 5.664, registradas no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo/SC.

Artigo 1º. Descrição sucinta da área: O Loteamento ARAUCÁRIA com a área de 1.605,51 m², conforme matrícula nº 5.665 e com a área de 1.597,20 m², matrícula nº 5.664, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo/SC, de propriedade do Município de Serra Alta/SC, com as seguintes configurações:

QUADRO DE ÁREAS	
ÁREA MATRÍCULA 5.664: 1.597,20 m²	ÁREA MATRÍCULA 5.665: 1.605,51 m²
ÁREA LOTEADA: 1.597,20 m²	ÁREA LOTEADA: 1.605,51 m²
ÁREA DE LOTES: 1.397,45 m²	ÁREA DE LOTES: 1,289,79 m²
TRAVESSA DAS ARAUCÁRIAS: 135,81 m²	TRAVESSA DAS ARAUCÁRIAS: 192,63 m²
RUA ALMIRANTE BARROSO: 63,94 m²	RUA ALMIRANTE BARROSO: 123,09 m²
QUANTIDADE DE LOTES: 5	QUANTIDADE DE LOTES: 5

A totalidade de área dos lotes a regularizar é de 3.202,71 m², tendo essa área uma concentração de 10 Lotes Urbanos, com 10 famílias e com a população de 20 pessoas, situado no Loteamento Araucária, Município de Serra Alta/SC, que são atendidos pelas Ruas Almirante Barroso, Monte Castelo e Travessa das Araucárias, que passaram ao Domínio Público Municipal.

Artigo 2º. Dos equipamentos urbanos comunitários presentes na referida área: A área de intervenção possui os seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídos:

- Pavimentação asfáltica;
- Energia Elétrica atendida pela CELESC;
- Água potável fornecida pelo Sistema Municipal de Abastecimento de Água;
- Sistema individual de coleta e tratamento de esgoto;
- Coleta de resíduos sólidos sendo realizada semanalmente pelo Município;
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel Claro/Tim;
- Área a ser regularizada totalmente integrada ao perímetro urbano municipal;
- Áreas de lazer e institucionais próximas à área a ser regularizada.

Artigo 3º. Os confinantes internos e externos são notificados por este edital, sendo que a ausência de manifestação dos mesmos será tido como aceite conforme Artigo 13 § 1º do Decreto nº 9.310/2018, Artigo 20 §1º da Lei Federal nº 13.465/2017 e Artigo 9º §3º do Decreto Municipal nº 347.

Artigo 4º. As impugnações cabíveis, contrárias ou adversas ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Departamento de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Serra Alta, endereçada ao Prefeito Municipal e a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como, pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei nº 13.465/2017.

Artigo 5º. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias, considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento, conforme prevê a Lei Federal nº 13.465/2017 artigo 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31 §5º e §6º da Lei nº 13.465/2017.

Artigo 6º. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Alta, 24 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

ÉDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

ANEXO I - IMAGEM SATÉLITE E MAPA DO LOTEAMENTO:

LISTA DE ENTREGA/RECEBIMENTO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 15/2020 DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA- REURB DO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, COM BASE NO DECRETO MUNICIPAL Nº 347, DE 27/08/2018

NOME	DATA RECEBIMENTO	ASSINATURA
1. ERNESTO JOSÉ ANDRIGHETTO		
2. FRANCISCO CLÓVIS NORONHA DE FREITAS		
3. PAULO ALBERTO RAMOS		
4. CATARINA MARIA GOETZ		
5. IRINEU DA ROSA		
6. DENÍ AIRES		
7. LEONEL DA SILVA		
8. NEIVA MARIA ZANELLA		
9. PEDROLINO ALVES VALENCIO		
10. LIBERALINO ANTUNES – OLIVIA FERREIRA		
11. CLAUDIR ANTONIO SCHMITZ		
12. LAURI FRANCISCO SCHMITZ		
13. DIRCEU LUIZ SGANZERLA		
14. GERVANE ANTONIO MAI		
15. LEANDRO LUIZ SCHAFER		
16. CELMIRA TRICHEZ		
17. PAULO PEREIRA		
18. IRINEU GREGOLIN		
19. VALDIR ANTONIO DETONI		

**LEI MUNICIPAL 1.143 DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536482

LEI MUNICIPAL Nº 1.143, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 394, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998, QUE “DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA REPASSE DE RECURSOS À TÍTULO DE SUBSÍDIO A POLÍCIA MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 394, de 13 de outubro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros, à título de subsídio, em até 375 (trezentos e setenta e cinco) litros de Combustíveis (Gasolina) por mês à Polícia Militar do Município de Serra Alta.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 24 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

ÉDERSON CEREZOLLI  
Secretário Municipal de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### LEI Nº2.375/2020

Publicação Nº 2536182

LEI Nº. 2.375/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, JUNTO AO INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, REFERENTE A DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PODER EXECUTIVO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado pela Câmara Municipal de Siderópolis, a reconhecer e firmar Termo de Parcelamento de Débitos, em parcelas mensais e sucessivas, com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na Lei Federal nº 10.522, de 19 de julho de 2002, referente a débitos previdenciários do Poder Executivo e do Poder Legislativo que serão corrigidos na forma da legislação previdenciária em vigor.

Art. 2º O parcelamento a que se refere a presente Lei será de parcelas mensais de igual valor, descontadas do repasse mensal do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, destinado ao Município, conforme o que está previsto pelo § 4º, do artigo 167 da CF/88, com vencimento até o último dia útil de cada mês, durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta Lei, visando a garantia do pagamento de débito com a União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 23 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin,  
em 23 de junho de 2020.

### LEI Nº2.376/2020

Publicação Nº 2536187

LEI Nº. 2.376/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020

DENOMINA RUA SÃO MARCOS NO BAIRRO VILA SÃO JORGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua São Marcos a estrada municipal que inicia na Rodovia Sebastião Toledo dos Santos (SC 445), no Bairro Vila São Jorge, e segue até o limite com o Município de Criciúma, no bairro São Marcos, com extensão aproximada de 990,00 (novecentos e noventa) metros.

Art. 2º A Rua São Marcos inicia na Rodovia Sebastião Toledo dos Santos (SC 445), no bairro Vila São Jorge, na coordenada plana UTM E: 655.816,83m e N: 6.831.514,16m, e segue sentido oeste, numa extensão de 990,00 (novecentos e noventa) metros, até o limite territorial com o Município de Criciúma, no bairro São Marcos, na coordenada plana UTM E: 654.901,405m e N: 6.831.297,852m. A extensão e as coordenadas foram calculadas no plano de projeção UTM e estão georreferenciados ao sistema geodésico brasileiro, Datum SIRGAS 2000.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Siderópolis comunicará a denominação da via pública mencionada no Art. 1º aos órgãos e serviços oficiais, assim como realizará atualização cadastral junto aos sistemas da municipalidade (IPTU, ISSQN) imediatamente após a sanção e/ou publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 23 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin,  
em 23 de junho de 2020.

**LEI Nº2.377/2020**

Publicação Nº 2536190

LEI Nº. 2.377/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020

DENOMINA RUAS DO MUNICÍPIO TARCÍLIA ZEFERINO E JOSÉ ZEFERINO NO BAIRRO VILA SÃO JORGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Tarcília Zeferino a Rua Projetada nº 927-600, localizada no Bairro Vila São Jorge.

Paragrafo único. A Rua Tarcília Zeferino, tem seu início no entroncamento da Rua Nove com a Rua João Ronchi e seu término na linha férrea.

Art. 2º Fica denominada de Rua José Zeferino a Rua Projetada 5, nº 3160-200, localizada no Bairro Vila São Jorge.

Paragrafo único. A Rua José Zeferino, tem seu início na recém denominada Rua Tarcília Zeferino e seu término na área verde do Loteamento Belluno.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 23 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin,  
em 23 de junho de 2020.

# Sombrio

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 11/2020/FMS

Publicação Nº 2535994

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2020/FMS

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura aquisição de materiais ambulatoriais e odontológicos para uso na Unidade Central de saúde e demais unidades básicas inclusive nos ESF's do município de Sombrio/SC, de acordo com o termo de referência e demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 005/2020-FMS, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DETENTOR DA ATA: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALARES LTDA

VALOR: R\$ 133.504,00.

Processo Licitatório nº 05/2020/FMS – Pregão Presencial.

Sombrio, 08 de junho de 2020

Dângelo da Silva Santos

Secretário Municipal de Saúde

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2020/SAMAE

Publicação Nº 2535797

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2020/SAMAE

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais hidráulicos em geral e ferramentas de uso comum para manutenção da rede municipal de esgoto e abastecimento de água de Sombrio/SC, conforme quantitativos e condições constantes do Anexo I - Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: HIDROLUX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 15.670,00.

Processo Licitatório nº 04/2020/SAMAE – Pregão Presencial.

Sombrio/SC, 08 de junho de 2020

Ana Paula Medeiros Floriano

Gerente Administrativa do SAMAE

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2020/SAMAE

Publicação Nº 2535799

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2020/SAMAE

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais hidráulicos em geral e ferramentas de uso comum para manutenção da rede municipal de esgoto e abastecimento de água de Sombrio/SC, conforme quantitativos e condições constantes do Anexo I - Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: JESUINO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 25.712,24.

Processo Licitatório nº 04/2020/SAMAE – Pregão Presencial.

Sombrio/SC, 08 de junho de 2020

Ana Paula Medeiros Floriano

Gerente Administrativa do SAMAE



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2020/FMS**

Publicação Nº 2535989

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2020/FMS**

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura aquisição de materiais ambulatoriais e odontológicos para uso na Unidade Central de saúde e demais unidades básicas inclusive nos ESF's do município de Sombrio/SC, de acordo com o termo de referência e demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 005/2020-FMS, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DETENTOR DA ATA: FAROL MEDICAMENTOS COM. ATACADISTA EIRELI ME

VALOR: R\$ 1.202.505,35.

Processo Licitatório nº 05/2020/FMS – Pregão Presencial.

Sombrio, 08 de junho de 2020

Dângelo da Silva Santos

Secretário Municipal de Saúde

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2020/SAMAE**

Publicação Nº 2535802

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2020/SAMAE**

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais hidráulicos em geral e ferramentas de uso comum para manutenção da rede municipal de esgoto e abastecimento de água de Sombrio/SC, conforme quantitativos e condições constantes do Anexo I - Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: LARSUL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.

VALOR: R\$ 105.483,70.

Processo Licitatório nº 04/2020/SAMAE – Pregão Presencial.

Sombrio/SC, 08 de junho de 2020

Ana Paula Medeiros Floriano

Gerente Administrativa do SAMAE

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2020/FMS**

Publicação Nº 2535991

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2020/FMS**

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura aquisição de materiais ambulatoriais e odontológicos para uso na Unidade Central de saúde e demais unidades básicas inclusive nos ESF's do município de Sombrio/SC, de acordo com o termo de referência e demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 005/2020-FMS, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DETENTOR DA ATA: HOSPCLIN COM. ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME

VALOR: R\$ 442.801,20.

Processo Licitatório nº 05/2020/FMS – Pregão Presencial.

Sombrio, 08 de junho de 2020

Dângelo da Silva Santos

Secretário Municipal de Saúde

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2020/SAMAE**

Publicação Nº 2535805

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2020/SAMAE**

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais hidráulicos em geral e ferramentas de uso comum para manutenção da rede municipal de esgoto e abastecimento de água de Sombrio/SC, conforme quantitativos e condições constantes do Anexo I - Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: LUMA MULTICENTER EIRELI EPP



VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura.  
VALOR: R\$ 29.942,24.  
Processo Licitatório nº 04/2020/SAMAE – Pregão Presencial.  
Sombrio/SC, 08 de junho de 2020  
Ana Paula Medeiros Floriano  
Gerente Administrativa do SAMAE

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2020/FMS**

Publicação Nº 2535993

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2020/FMS

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura aquisição de materiais ambulatoriais e odontológicos para uso na Unidade Central de saúde e demais unidades básicas inclusive nos ESF's do município de Sombrio/SC, de acordo com o termo de referência e demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 005/2020-FMS, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DETENTOR DA ATA: MAYCON WILL EIRELI EPP  
VALOR: R\$ 61.071,50.  
Processo Licitatório nº 05/2020/FMS – Pregão Presencial.  
Sombrio, 08 de junho de 2020  
Dângelo da Silva Santos  
Secretário Municipal de Saúde

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2020/FMS**

Publicação Nº 2535995

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2020/FMS

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura aquisição de materiais ambulatoriais e odontológicos para uso na Unidade Central de saúde e demais unidades básicas inclusive nos ESF's do município de Sombrio/SC, de acordo com o termo de referência e demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 005/2020-FMS, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DETENTOR DA ATA: RCS COM. ATAC. DE MAT. ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME  
VALOR: R\$ 104.079,34.  
Processo Licitatório nº 05/2020/FMS – Pregão Presencial.  
Sombrio, 08 de junho de 2020  
Dângelo da Silva Santos  
Secretário Municipal de Saúde

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0226 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535700

DECRETO Nº 0226, DE 24 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISETE DE SOUZA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Marisete de Souza, ocupante do cargo de Diretora de Escola, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de a partir de 23.06.2020 a 02.07.2020, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de publicação vinculada a Publicação da Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 24 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

### DECRETO Nº 0226 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2535685

DECRETO Nº 0226, DE 24 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISETE DE SOUZA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Marisete de Souza, ocupante do cargo de Diretora de Escola, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de a partir de 23.06.2020 a 02.07.2020, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de publicação vinculada a Publicação da Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 24 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

**DECRETO Nº 0228 DE 24 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2536319

DECRETO Nº 0228, DE 24 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEONICE SUELEN COMUNELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Cleonice Suelen Comunello, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de a partir de 24.06.2020 a 03.07.2020, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de publicação vinculada a Publicação da Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 24 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

# Tangará

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 085, DE 21 DE JUNHO DE 2020. "DETERMINA A EXUMAÇÃO E RETIRADA DE RESTOS MORTAIS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 2536375

DECRETO Nº 085, DE 21 DE JUNHO DE 2020.

"DETERMINA A EXUMAÇÃO E RETIRADA DE RESTOS MORTAIS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

Considerando o esgotamento do prazo de 30 (trinta) dias previsto no Edital de Comunicação nº 001/2020, publicado no DOM/SC no dia 20 de maio de 2020, sem manifestação de interessados;

DECRETA:

Art. 1º Determino a exumação e retirada de restos mortais de 3 (três) sepultamentos existentes no solo do Cemitério Municipal, situado na Rua Francisco Nardi, conforme processo administrativo anexo.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.200/14, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 21 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **LEI Nº 2.508, DE 23 DE JUNHO DE 2020. "DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA."**

Publicação Nº 2536376

LEI Nº 2.508, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; no art. 41, da Lei n.º 4.320/64; e de conformidade com a Lei n.º 2.483/19; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a anulação no atual orçamento do Município e Tangará a importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Projeto 1015

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0464 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica autorizada à suplementação no atual orçamento do Município de Tangará a importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0464 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua Publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 23 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 2.509, DE 23 DE JUNHO DE 2020. "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 2536379

LEI Nº 2.509, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

**"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

NADIR BAÚ DE SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no artigo 167, inciso II, da Constituição Federal; no artigo 41, inciso II, da Lei nº 4.320/64; e de conformidade com a Lei nº 2.483/19; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no atual orçamento do Município de Tangará no valor de R\$ 943.935,84 (Novecentos e quarenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) com recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício na seguinte dotação orçamentária.

**03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação 3.1.90.30.00.0453 Aplicações Diretas ..... R\$ 340.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90.30.00.0453 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.935,84

**06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação 3.1.90.30.00.0453 Aplicações Diretas ..... R\$ 93.000,00

**07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO**

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação 3.1.90.30.00.0453 Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90.30.00.0453 Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação 3.1.90.30.00.0453 Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º. Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Tangará no valor de R\$ 87.961,36 (Oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos) com recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício na seguinte dotação orçamentária.

**09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação 3.1.90.30.00.0452 Aplicações Diretas ..... R\$ 87.961,36

Art. 3º. Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 37.697,72 (Trinta e sete mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos) com recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício na seguinte dotação orçamentária.

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação 3.1.90.30.00.0452 Aplicações Diretas ..... R\$ 37.697,72

Art. 4º. Fica autorizada a suplementação como Crédito Especial, os recursos decorrentes da aplicação financeira da fonte acima.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 23 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 379, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536385

PORTARIA Nº 379, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

**AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, o Servidor em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, ao Servidor KASSIO MANICA KERWAL, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 380, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536387

PORTARIA Nº 380, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, a Servidora em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 01 (uma) aula excedente, à Servidora ADRIANA SALETE NEIS, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 381, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536389

PORTARIA Nº 381, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, a Servidora em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, à Servidora GISELE MARIA ARENHART, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – EDUCAÇÃO FÍSICA - NÍVEL PEB III – CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 382, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536392

PORTARIA Nº 382, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, a Servidora em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, à Servidora LUCIANE ZORTÉA BERTA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – LÍNGUA PORTUGUESA - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 383, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536393

PORTARIA Nº 383, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, o Servidor em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

RESOLVE:



Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, ao Servidor MAURI MIORELLI DISSEGNA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE C, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 384, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536395

PORTARIA Nº 384, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, o Servidor em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 02 (duas) aulas excedentes, ao servidor JOSÉ FIDENCIO, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 385, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536396

PORTARIA Nº 385, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, a Servidora em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, à Servidora GEMILE JOANA MENEGATT DA IGREJA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - ARTES - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo



normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 386, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536397

PORTARIA Nº 386, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, o Servidor em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 01 (uma) aula excedente, ao Servidor CEZAR STORI RAMOS, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE B, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 387, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536399

PORTARIA Nº 387, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, o Servidor em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 01 (uma) aula excedente, ao Servidor ACÁCIO CHIBICHESKI SLONGO, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que o Servidor vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.  
NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 388, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536400

PORTARIA Nº 388, DE 18 DE JUNHO DE 2020.  
AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, a Servidora em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 02 (duas) aulas excedentes, à Servidora GILKA TAINARA LUTKEMEIER ANTUNES TONELLO, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – LÍNGUA PORTUGUESA - NÍVEL PEB III - CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 389, DE 18 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536401

PORTARIA Nº 389, DE 18 DE JUNHO DE 2020.  
AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, a Servidora em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 01 (uma) aula excedente, à Servidora MARILENE MACULAN RAISEL, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - HISTÓRIA - NÍVEL DOC I - CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 18 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 391, DE 22 DE JUNHO DE 2020. AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2536402

PORTARIA Nº 391, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o teor do Ofício expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

Considerando, a situação atual em decorrência do COVID-19, a Servidora em questão, encontram-se exercendo suas funções de forma remota, as quais necessitam de maior tempo para elaboração e correção das respectivas atividades;

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar, o pagamento correspondente de 03 (três) aulas excedentes, à Servidora ANGELICA APARECIDA UBERTI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – EDUCAÇÃO FÍSICA - NIVEL PEB III – CLASSE A, a partir de 02 de maio de 2020.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo, será correspondente àquele que a Servidora vem percebendo normalmente, e perdurará de acordo com a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos retroativos a 02/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 22 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BÁU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 392, DE 22 DE JUNHO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536404

PORTARIA Nº 392, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias proporcionais, ao Servidor CLAUDINEI BORGIA BOESING, ocupante do cargo de MOTORISTA DE SECRETARIA DE SAÚDE - NÍVEL 08 - CLASSE B, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 22/06/2020 até 16/07/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 22 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 393, DE 22 DE JUNHO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2536405

PORTARIA Nº 393, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, à Servidora ILDECLEIA RODRIGUES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM - NÍVEL 06 - CLASSE E,

pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 22/06/2020 até 21/07/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 22 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA Nº 395, DE 23 DE JUNHO DE 2020. TORNA PORTARIA QUE MENCIONA SEM EFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

Publicação Nº 2536406

PORTARIA Nº 395, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

TORNA PORTARIA QUE MENCIONA SEM EFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, que a Portaria nº 519, de 03 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2844, de 06 de junho de 2019. Possui o mesmo conteúdo da Portaria nº 319, de 03 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2872, de 10 de julho de 2019. Na qual ambas concedem Função Gratificada no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo da Servidora CIDINÉIA GRAHL;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar, sem efeito a Portaria nº 519, de 03 de junho de 2019, em decorrência do fato que houve uma dupla publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2844, de 06 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 23 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

## **RETIFICAÇÃO PR 003/2020 SMS**

Publicação Nº 2535996

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020  
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/SC torna às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO deste. Corrige-se a descrição dos itens 01 e 02 do Pregão Presencial nº 003/2020 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE UM DIGITALIZADOR DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS: SISTEMA DE RADIOGRAFIA COMPUTADORIZADA (CR), PARA DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS EM GERAL, SENDO ESTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Ficando assim alterada data de abertura do mesmo, passando a vigora com a nova redação.

Entrega dos envelopes: 07/07/2020 até às 09h00min horas

Abertura dos envelopes: 07/07/2020 às 09h00min horas

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Tangará, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, Fone (49) 3532-7450.

Tangará, 24 de Junho de 2020.

Nadir Baú da Silva  
Prefeito Municipal de Tangará

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 203/2020

Publicação Nº 2535778

PORTARIA Nº. 203/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE RETORNO AO TRABALHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipalde Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal Complementar 035/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedido o Retorno ao Trabalho ao Servidor Público Municipal Sr. ADAO CESAR GANZER, portador do CPF nº. 027.693.219-60, efetivo no cargo de Motorista, 40 horas semanais, cadastrado sob a matrícula nº 438/01, a partir de 24 de Junho de 2020, que estava em Licença para tratamento de Saúde, conforme Atestado Médico Apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e quatro de junho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

### PORTARIA 204/2020

Publicação Nº 2535781

PORTARIA Nº. 204/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE RETORNO AO TRABALHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipalde Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal Complementar 035/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedido o Retorno ao Trabalho a Servidora Pública Municipal, Sra. ELIZETE MARAFON GANZER, portadora do CPF nº. 033.796.539-00, efetiva no cargo de Merendeira, 40 horas semanais, cadastrada sob a matrícula nº 416/01, a partir de 24 de Junho de 2020, que estava em Licença para tratamento de Saúde, conforme Atestado Médico Apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e quatro de junho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/FMS/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 016/FMS/2020

Publicação Nº 2536002

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/FMS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 016/FMS/2020

Objeto: Aquisição Parcelada de Medicamentos de A-Z, do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço/ Maior Desconto;

Data de Abertura: 10 de julho de 2020, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 1562-2020

Publicação Nº 2536012

DECRETO Nº 1562, 25 DE JUNHO DE 2020.

Recebe material de saúde em doação pura e simples sem encargo.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado nº 1566 do E. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a Administração Pública para receber material por doação, sem encargos, não necessita de lei autorizativa;

CONSIDERANDO a proposta de doação feita sem encargos, de material de saúde por particulares ao Município de Tijucas;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1516, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública,

CONSIDERANDO que as doações são convenientes e de interesse do Poder Público, cujos materiais de saúde recebidos destinam-se para aplicação e utilização imediata para as ações em saúde pública voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19),



**DECRETA:**

Art. 1º Ficam recebidos em doação, pura e simples, sem encargos, 100 (cem), testes rápidos LUMIRATEK COVID - 19 (IGG/IGM) CASSETE - 20T lote: COV20050043 Vct: 31/05/2022, doados pela Cooperativa de Crédito Unicred da Grande Florianópolis - Unicred Florianópolis, inscrito no CNPJ sob nº 74.064.502/0001-12, com sede na Rua Tenente Silveira, 315, centro, Florianópolis/SC.

Parágrafo único. Os materiais, objeto de doação, foram adquiridos pelo doador, através da nota fiscal nº 3737, emitida em 10 de junho de 2020.

Art. 2º A partir da publicação do presente Decreto fica o Município de Tijucas, autorizado a efetuar o registro do material no controle de estoques do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 25 de junho de 2020.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

**DECRETO Nº 1563-2020**

Publicação Nº 2537160

DECRETO Nº 1563, 25 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre as novas medidas sanitárias considerando a situação atual de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID19).

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020 (declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense);

CONSIDERANDO as recomendações da Secretaria Estadual de Saúde, órgão competente, por meio do Centro de Operações e Emergências em Saúde (COES), a coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), bem como a necessidade de medidas de vigilância epidemiológica com fundamento nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o estabelecido no art. 36 do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, onde os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas nos Decretos Estaduais ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a ascensão da Pandemia, de acordo com o monitoramento epidemiológico que tem sido constante no Município de Tijucas, se faz imprescindível a reavaliação das medidas de precaução, prevenção e controle tomadas até o momento no intuito de desacelerar o aumento do número de casos de COVID-19,

**DECRETA:****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º Este Decreto estabelece novas medidas para o enfrentamento ao COVID-19 no âmbito do Município de Tijucas/SC.

Art. 2º Para enfrentamento da emergência de saúde pública ficam estabelecidas as medidas restritivas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, de acordo com o inciso II do art. 20 da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, pelo período de 14 (quatorze) dias, nos termos deste Decreto.

**CAPÍTULO II****DAS NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO**

Art. 3º Ficam estabelecidas novas medidas a serem adotadas pelos estabelecimentos privados e nas áreas públicas que possuem as seguintes atividades:

I – restaurantes, pizzarias e demais atividades correlatas poderão funcionar entre as 11:00 e 15:00 horas, de segunda a sábado, enquanto que no período noturno das 18h as 22h, após este horário somente por entrega e busca no balcão e domingos somente por entrega e busca no balcão, observadas as regras de higiene e distanciamento social, estabelecidas na Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020;

II – bares, lanchonetes, food truck e demais atividades correlatas poderão funcionar entre as 8:00 e 22:00 horas, de segunda a sábado, após este horário somente por entrega e busca no balcão, domingos somente por entrega e busca no balcão, observadas as regras de higiene e distanciamento social, estabelecidas na Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020;

III – cafeterias, padarias e demais atividades correlatas poderão funcionar em horário normal somente para entrega e busca no balcão, observadas as regras de higiene e distanciamento social, estabelecidas na Portaria SES no 256, de 21 de abril de 2020;

IV – supermercados poderão funcionar em horário normal, com redução de 50% de sua capacidade máxima, observadas as regras de higiene e distanciamento social, estabelecidas nos regramentos estaduais, ficando vedada a atividade de promotores de vendas;

V – A realização de atividades físico-desportivas e de Lazer nas praças, parques, ciclovias, praia e demais áreas públicas, somente poderão ser realizadas durante os dias de semana (segunda a sexta-feira), de forma individual nos ambientes ao ar livre, observadas as regras de higiene e distanciamento, estabelecidas na Portaria SES no 275, de 27 de abril de 2020;

VI – Arenas de Esportes e Quadras Esportivas públicas e privadas, comerciais e não comerciais permanecem fechadas.

§ 1º Os estabelecimentos interditados por motivo do descumprimento deste Decreto ficarão fechados, no mínimo, por 07 (sete) dias, ainda que tenham protocolado pedido de desinterdição em período inferior;

§ 2º Fica determinado que os estabelecimentos constantes neste artigo deverão providenciar, sob sua responsabilidade e supervisão, que seja mantido o afastamento mínimo de distância de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas de cada mesa, com no máximo quatro pessoas, sem prejuízo das demais regras específicas para cada atividade, ficando, inclusive, responsáveis pela organização de eventuais filas nas dependências e no entorno.

Art. 4º Permanece proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza, salvo os casos autorizados por ato em vigor das autoridades sanitárias, estadual ou municipal.

Art. 5º Como medidas individuais, recomenda-se que pacientes com sintomas respiratórios, pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas fiquem restritos ao domicílio e que utilizem sua rede de apoio para realizar as atividades externas necessárias, como aquisições de mantimentos e remédios.

Art. 6º O uso de máscara, cobrindo boca e nariz, continua obrigatório em todo o território municipal.

Parágrafo único. Os municípios poderão confeccionar suas próprias máscaras domésticas, sendo que a confecção deve ser orientada nos termos da recomendação emitida pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, através da Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020, que autoriza a confecção e uso de máscaras de tecido para a população em geral como uma barreira física que pode complementar os demais cuidados não farmacológicos.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Toda pessoa deve cumprir as ordens, instruções, normas e medidas que a autoridade de saúde prescrever, com o objetivo de evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento das doenças transmissíveis e das evitáveis, em especial quanto ao COVID-19.

Art. 8º Toda pessoa portadora ou suspeita de contaminação pela COVID-19 e seus contatos deve cumprir as ordens e medidas profiláticas e terapêuticas que os serviços de saúde prescrevem, submetendo-se obrigatoriamente ao isolamento ou quarentena, quando necessário, no lugar, forma e pelo tempo determinados pela Autoridade de Saúde, de acordo com os regulamentos.

Parágrafo único. A pessoa deve permitir o acesso à habitação, de agente de saúde legalmente identificado, para comprovação e controle dos casos de doenças transmissíveis.

Art. 9º Toda pessoa deve comunicar à autoridade de saúde competente qualquer caso ou suspeita de contaminação pela COVID-19 do qual tenha conhecimento.

Art. 10. A fiscalização das atividades previstas neste decreto e nos publicados anteriormente em razão de medidas específicas de enfrentamento do COVID-19 será exercida pela Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde e pelos Agentes de Trânsito do Município de Tijucas, investidos como autoridades de saúde, com poder de polícia administrativa, nomeados pela portaria nº 856, de 10 de junho de 2020.

Art. 11. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto Municipal e nos anteriores, nos Decretos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina e nas regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), poderá ensejar a penalidade prevista no art. 268 do Código Penal (infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa), passível de detenção e multa, bem como a apuração de eventual infração administrativa, estabelecida na Lei Municipal nº 2535, de 08 de setembro de 2014.

Art. 12. O Município de Tijucas convalida automaticamente os Decretos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, bem como as regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), daquelas as ações não previstas em ato normativo municipal ou que possuam regramentos mais restritivos ao enfrentamento do COVID-19.

Art. 13. Qualquer outra medida sanitária, não compreendida neste Decreto, deverá ser cumprida nos termos da legislação específica.

Art. 14. As medidas previstas neste Decreto serão reavaliadas sempre que necessário, caso haja regressão ou evolução da situação de saúde pública.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá prorrogar os prazos definidos neste Decreto, mediante orientação da equipe de saúde.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Tijucas (SC), 25 de junho de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas



**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 080/PMT/2020**

Publicação Nº 2535755

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 080/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/PMT/20 – CONCORRÊNCIA Nº 002/PMT/20  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: ENGEPLAN TERRAPLANAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO DA AVENIDA BEIRA RIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Valor: R\$ 6.593.117,00 (SEIS MILHÕES, QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL E CENTO E DEZESSETE REAIS).

Tijucas, 24 de junho de 2020.

**EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/PMT/2020 CONCORRÊNCIA Nº 002/PMT/2020**

Publicação Nº 2535746

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/PMT/2020 – CONCORRÊNCIA Nº 002/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO DA AVENIDA BEIRA RIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

EMPRESA VENCEDORA: ENGEPLAN TERRAPLANAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA

VALOR: R\$. 6.593.117,00 (SEIS MILHÕES, QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, CENTO E DEZESSETE REAIS)

TIJUCAS/SC, 24 DE JUNHO DE 2020.

**EXTRATO TERMO DE RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 053/PMT/2020**

Publicação Nº 2535840

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 112/PMT/2020 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/PMT/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de sonorização para divulgação de Informações, Alertas e Decretos Municipais sobre a COVID-19, na Zona Urbana e Rural, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: CARLA DA SILVA GONÇALVES, foi vencedora do Item: 01, no valor de R\$ 6.708,00 (Seis mil, setecentos e oito reais).

Empresa Vencedora do Processo: FG MUSIC LTDA ME, foi vencedora do Item: 02, no valor de R\$ 6.708,00 (Seis mil, setecentos e oito reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

-

# Timbó

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 77.2020 SAMAE

Publicação Nº 2536556

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/2020 SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa FREITAG LABORATÓRIOS LTDA, CNPJ nº. 10.743.183/0001-99, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 01/07/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 24 de junho de 2020.  
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 22-03.2020 PMT - ANKLAM

Publicação Nº 2536559

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 22-03/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante ANKLAM FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, CNPJ nº. 18.229.358/0001-56, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 01/07/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 24 de junho de 2020.  
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES  
Central de Licitações

### DECISÃO - SUSPENSÃO DE PRAZO CONTRATO 110.2019 PMT - PAVIPLAN

Publicação Nº 2536591

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 23/2019 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PASSEIO DA RUA POMERODE, QUE COMPREENDE OS PROJETOS RELACIONADOS AO PROCESSO N.º 17944.100176/2019-21, CARTA CONSULTA N.º 108.2.1008/2017, PROCESSO CAIXA N.º 0501411-88, PROGRAMA AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA.

O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, através da Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Industria, Comercio e Serviços, por intermédio da Comissão De Acompanhamento e Fiscalização de Obra SUSPENDE OS PRAZOS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO OBJETO, tendo em vista o Decreto Estadual 515/2020 - Covid-19, por 14 dias, a contar de 17/03/2020.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

### DECISÃO - SUSPENSÃO DE PRAZO CONTRATO 140.2020 FUMTUR - SOVRANA

Publicação Nº 2536596

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 03/2019 FUMTUR - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 140/2019 - FUMTUR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO RESTAURANTE DO JARDIM BOTÂNICO, LOCALIZADO NA RUA ARISTILIANO

RAMOS, N.º 2387, BAIRRO CAPITAIS, TIMBÓ/SC

O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, através da Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Industria, Comercio e Serviços, por intermédio da Comissão De Acompanhamento e Fiscalização de Obra SUSPENDE OS PRAZOS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO OBJETO, tendo em vista o Decreto Estadual 515/2020 - Covid-19, por 21 dias, a contar de 17/03/2020.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

### **DECISÃO - SUSPENSÃO DE PRAZO CONTRATO 171.2018 PMT - PAVIPLAN**

Publicação Nº 2536597

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 66/2018 PMT - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 171/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS: MARECHAL DEODORO, BELÉM, BOLÍVIA, ARISTILIANO RAMOS E AVENIDA NEREU RAMOS, QUE COMPREENDE OS PROJETOS RELACIONADOS A OPERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE A AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S.A E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ - GERON-0222/18, 0224/18, 0225/18, 0226/18 E 0228/18.

O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, através da Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Industria, Comercio e Serviços, por intermédio da Comissão De Acompanhamento e Fiscalização de Obra SUSPENDE OS PRAZOS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO OBJETO, tendo em vista o Decreto Estadual 515/2020 - Covid-19, por 14 dias, a contar de 17/03/2020.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

### **DECISÃO - SUSPENSÃO DE PRAZO CONTRATO 176.2019 PMT - RED ENERGY**

Publicação Nº 2536601

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 50/2019 PMT CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 176/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS ÁUSTRIA, GRÉCIA, GUABIRUBA, ITUPORANGA, PETÚNIA E PROFESSOR ALFREDO GIRARDI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO, QUANTITATIVO, ORÇAMENTO E PROJETOS.

O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, através da Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Industria, Comercio e Serviços, por intermédio da Comissão De Acompanhamento e Fiscalização de Obra SUSPENDE OS PRAZOS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO OBJETO, tendo em vista o DECRETO ESTADUAL 515/2020 - COVID-19, por 21 dias, a contar de 17/03/2020.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

### **DECISÃO - SUSPENSÃO DE PRAZO CONTRATO 26.2020 PMT - TERRABASE**

Publicação Nº 2536586

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 66/2019 - PMT CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECAPEAMENTO E PASSEIO INTERTRAVADO DAS RUAS SÃO PAULO, PROFESSOR ALFREDO GIRARDI E PALOTINA, (TRECHO 02) QUE COMPREENDE OS PROJETOS RELACIONADOS AO CONTRATO DE REPASSE Nº 866516, OPERAÇÃO 1052606-57, PROGRAMA MCIDADES/PLANEJAMENTO URBANO (OGU). O OBJETO DEVERÁ SER CUMPRIDO EM PLENA E TOTAL CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVOS, PROJETOS, QUANTITATIVOS, ORÇAMENTOS ESTIMATIVOS, CRONOGRAMAS FÍSICOFINANCEIROS E DEMAIS DOCUMENTOS RELACIONADOS.

O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, através da Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Industria, Comercio e Serviços, por intermédio da Comissão De Acompanhamento e Fiscalização de Obra SUSPENDE OS PRAZOS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO OBJETO, tendo em vista o Decreto Estadual 515/2020 - Covid-19, por 14 dias, a contar de 17/03/2020.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

### **DECISÃO - SUSPENSÃO DE PRAZO CONTRATO 42.2020 PMT - CF ARTEFATOS**

Publicação Nº 2536588

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 55/2019 PMT - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2019 - PMT

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DAS RUAS ALASCA, INGLATERRA E GROENLÂNDIA, EM CONFORMIDADE COM MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, através da Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Industria, Comercio e Serviços, por intermédio da Comissão De Acompanhamento e Fiscalização de Obra SUSPENDE OS PRAZOS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO OBJETO, tendo em vista o decreto Estadual 515/2020 - Covid-19, por 14 dias, a contar de 17/03/2020.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA

**ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 10 2020 SAMAE**

Publicação N° 2536563

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2020 SAMAE  
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC, através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE, informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 10/2020 SAMAE, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DA TELEMETRIA EM SISTEMAS DE BOMBEAMENTO (BOOSTER) COM A FINALIDADE DE REALIZAR O CONTROLE REMOTO E EVITAR AS INTERRUPÇÕES PROLONGADAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA, houve equívoco na redação constante do subitem 5.3, portanto aonde se lê "Os contratos sociais emitidos através do site da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos somente se emitidos com data inferior a 60 (sessenta) dias.", leia-se "Os contratos sociais emitidos através do site da Junta Comercial ficam dispensados de prévia autenticação. Serão realizadas consulta de autenticidade pelo Pregoeiro em sessão junto ao site da Junta Comercial."

TIMBÓ/SC 24/06/2020  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente do SAMAE

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 44-04.2020 PMT - FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS DIVERSOS**

Publicação N° 2536603

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 44-04.2020  
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 44/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.  
OBJETO: Registro de preços para fornecimento de materiais gráficos diversos para atendimento das rotinas administrativas da Administração Direta e Indireta.  
EMPRESAS FORNECEDORAS: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA.  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 23.730,69 (vinte e três mil, setecentos e trinta reais e sessenta e nove centavos).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 12/09/2020  
Timbó, 22/06/2020  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N° 19-05.2020 - SIDNEY DE MATOS RIBEIRO JUNIOR EIRELI**

Publicação N° 2536579

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE  
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO N.º. 19-05/2020  
CONTRATANTE: Município de Timbó.  
CONTRATADO: SIDNEY DE MATOS RIBEIRO JUNIOR EIRELI.  
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de assentamento e reposição de pavimentos em paralelepípedos, paver, lajotas e/ou materiais similares em vias, espaços e locais públicos danificados pelos consertos de vazamentos, para realização de manutenções e revitalizações de espaços públicos, sendo respeitados os projetos construtivos, tudo conforme o Edital de Credenciamento n° 19/2020.  
DATA DA ASSINATURA: 08/06/2020.  
PRAZO: 08/06/2020 até 11/03/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola  
BRUNA DE ANDRADE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE

**EXTRATO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118.2017 - PMT**

Publicação N° 2536571

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 118/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: Copy Line Comércio e Serviços Ltda Epp.

OBJETO: Acréscimo de 01 (um) Equipamento do tipo 1 (Copiadora/Impressora/Scanner) ao item 2.2.1, do Anexo I, do contrato 118/2017, bem como do Edital de Pregão Presencial nº 50/2017 PMT.

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2020.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 131.2019 - PMT**

Publicação N° 2536575

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 131/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - ME.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 60 dias, bem como o prazo de execução por mais 60 dias, ou seja, até 04/08/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/06/2020.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 209.2019 - PMT**

Publicação N° 2536577

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 209/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: TORDO ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL EIRELLI.

OBJETO: Acréscimo de R\$ 21.401,32 (vinte e um mil, quatrocentos e um reais e trinta e dois centavos) ao valor a ser pago pela municipalidade.

DATA DA ASSINATURA: 12/06/2020.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**PORTARIA NO SEMFA-E1495, DE 04 DE MAIO DE 2020**

Publicação N° 2536488

PORTARIA No SEMFA-E1495, de 04 de Maio de 2020

Declara estável no serviço público municipal o servidor da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por ter sido aprovado no Estágio Probatório.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, o seguinte servidor:

Servidor (A)	Matrícula	Cargo	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Diego Marchetti	1076973	Auxiliar Operacional I	1550, de 09/03/2015	01/04/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

## PORTARIA NO SEMFA-E1511, DE 27 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2536516

PORTARIA No SEMFA-E1511, de 27 de Maio de 2020

Declara estável no serviço público municipal o servidor da Fundação Municipal de Esportes, por ter sido aprovado no Estágio Probatório.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, o seguinte servidor:

Servidor (A)	Matrícula	Cargo	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Itamar Rais	4069293	Auxiliar Operacional FME	FME-08, de 10/04/2017	11/04/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

## PORTARIA Nº SEMFA-E1508 DE 22 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2536509

PORTARIA Nº SEMFA-E1508 de 22 de maio de 2020.

Concede Licença a Gestante à servidora Luciane Daiane Heinrich.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora LUCIANE DAIANE HEINRICH, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cento e vinte (120) dias, a contar de 15 de maio de 2020 (período 15/05/2020 a 11/09/2020), conforme Processo RH20-0165.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração.



**PORTARIA Nº SEMFA-E1509 DE 22 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536510

PORTARIA Nº SEMFA-E1509 de 22 de maio de 2020.

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Luciane Daiane Heinrich.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Luciane Daiane Heinrich	SEMFA-E1509 de 22/05/2020	10/11/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E1496 DE 04 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536492

PORTARIA NºSEMFA-E1496 de 04 de Maio de 2020.

Concede Abono de Permanência a servidora Liria Pereira dos Santos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

**RESOLVE:**

Art 1º Conceder Abono de Permanência a servidora Liria Pereira dos Santos, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 13.02.2020, conforme Processo TIMBOPREV 09/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E1497, DE 04 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536493

PORTARIA NºSEMFA-E1497, de 04 de maio de 2020.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Adelita Helena Dalpiaz Moreira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora ADELITA HELENA DALPIAZ MOREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13/05/2020 à 13/07/2020, por sessenta e dois (62) dias, conforme Processo RH20-0028;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-E1498, DE 04 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536496

PORTARIA NºSEMFA-E1498, de 04 de maio de 2020.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Rita Fiamoncini Valcanaia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora RITA FIAMONCINI VALCANAIA, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03/05/2020, por Hum (01) dia, conforme Processo RH20-0028;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-E1499, DE 04 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536497

PORTARIA NºSEMFA-E1499, de 04 de maio de 2020.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Crispim Cohn da Silveira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor CRISPIM COHN DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, a contar de 02/04/2020 à 02/10/2020, por cento e oitenta e quatro (184) dias, conforme Processo RH19-0098;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-E1500, DE 04 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536499

PORTARIA NºSEMFA-E1500, de 04 de maio de 2020.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Flávio Fernando Pamplona.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor FLÁVIO FERNANDO PAMPLONA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, a contar de 01/05/2020, por Hum (01) dias, conforme Processo RH20-0045;



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-E1501, DE 05 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536500

PORTARIA NºSEMFA-E1501, de 05 de maio de 2020.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Mirian Piske.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MIRIAN PISKE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, a contar de 06/05/2020 à 05/07/2020, por sessenta e um (61) dias, conforme Processo RH17-0255;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-E1502, DE 05 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536501

PORTARIA NºSEMFA-E1502, de 05 de maio de 2020.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Jucineide Mengarda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora JUCINEIDE MENGARDA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04/05/2020 a 03/07/2020, por sessenta e um (61) dia, conforme Processo RH07-0198;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NºSEMFA-E1505 DE 12 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536504

PORTARIA NºSEMFA-E1505 de 12 de maio de 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Celestina Ferreira Mauricenz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CELESTINA FERREIRA MAURICENZ, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH10-0070;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 09/05/2020 à 23/05/2020 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 24/05/2020 à 08/08/2020 (77 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E1506 DE 15 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536506

PORTARIA NºSEMFA-E1506 de 15 de Maio de 2020.  
Concede Abono de Permanência a servidora Rossana Koffke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

**RESOLVE:**

Art 1º Conceder Abono de Permanência a servidora ROSSANA KOFKE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 24.04.2020, conforme Processo TIMBOPREV 25/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E1507, DE 22 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536507

PORTARIA NºSEMFA-E1507, de 22 de maio de 2020.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Jorge Luis Espinosa Samaléa.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor JORGE LUIS ESPINOSA SAMALÉA, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 30/05/2020 à 30/11/2020, por cento e oitenta e cinco (185) dias, conforme Processo RH07-0177;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E1510 DE 26 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536512

PORTARIA NºSEMFA-E1510 de 26 de maio de 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Joyce Andretti Silva.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora JOYCE ANDRETTI SILVA, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social "Fundo Municipal de Assistência Social", por quarenta e oito (48) dias, a contar de 10/06/2020 à 27/07/2020, conforme Processo RH04-0020;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 26/05/2020 à 09/06/2020 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 10/06/2020 à 27/07/2020 (48 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E1512, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536517

PORTARIA NºSEMFA-E1512, de 29 de maio de 2020.

Antecipa o término da Licença para Tratamento de Saúde à servidora Giseli Adriana Floriani.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

**RESOLVE:**

Art. 1º Antecipar o Término da Licença para Tratamento de Saúde à servidora GISELI ADRIANA FLORIANI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para 31/05/2020, conforme Processo RH12-0163;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E1513, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536518

PORTARIA NºSEMFA-E1513, de 29 de maio de 2020.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Charles Maas.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor CHARLES MAAS, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, a contar de 21/05/2020 à 02/08/2020, por setenta e quatro (74) dias, conforme Processo RH13-0241;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E1514, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536520

PORTARIA NºSEMFA-E1514, de 29 de maio de 2020.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gabriela Bianchini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora GABRIELA BIANCHINI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 31/05/2020, por Hum (01) dia, conforme Processo RH19-0382;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E1515, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

Publicação Nº 2536521

PORTARIA NºSEMFA-E1515, de 29 de maio de 2020.

Antecipa o término da Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Lorivan de Mello.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Antecipar o Término da Licença para Tratamento de Saúde ao servidor LORIVAN DE MELLO, ocupante do cargo de Agente de Trânsito e Transportes, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços "Fundo Municipal de Trânsito", para 31/05/2020, conforme Processo RH16-0106;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA SEMFA-E1503, DE 06 DE MAIO DE 2020**

Publicação Nº 2536502

PORTARIA SEMFA-E1503, de 06 de maio de 2020

Concede readaptação temporária de função conforme Perícia Médica.

O SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no art. 77 da Lei Complementar n. 411, de 26 de dezembro de 2011:

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER à servidora pública municipal FABIANA SALVADOR BUZZI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor lotada na Secretaria Municipal de Educação, readaptação temporária de função no período de 08/04/2020 a 04/10/2020 por cento e oitenta (180)

dias.

Parágrafo Único. A presente readaptação temporária de função está de acordo com as limitações previstas em Laudo Médico decorrentes de Perícia realizada em 14/04/2020 pelo Dr. Marcelo Murilo da Rosa, Médico do Trabalho do Município de Timbó, nomeado pela Portaria n. 1382/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

## **PORTARIA SEMFA-E1504, DE 06 DE MAIO DE 2020**

Publicação Nº 2536503

PORTARIA SEMFA-E1504, de 06 de maio de 2020  
Concede readaptação temporária de função conforme Perícia Médica.

O SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no art. 77 da Lei Complementar n. 411, de 26 de dezembro de 2011:

### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER à servidora pública municipal JANAINA CRISTIANE NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor lotada na Secretaria Municipal de Educação, readaptação temporária de função no período de 25/03/2020 a 23/04/2020 por trinta (30) dias.

Parágrafo Único. A presente readaptação temporária de função está de acordo com as limitações previstas em Laudo Médico decorrentes de Perícia realizada em 17/03/2020 pelo Dr. Marcelo Murilo da Rosa, Médico do Trabalho do Município de Timbó, nomeado pela Portaria n. 1382/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2020**

Publicação Nº 2536458

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 08/2020

Parecer: 27/2020

Matéria: PLC 05/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Haroldo Fiebes

Conclusão: Favorável

Data: 24/06/2020

Ementa do Projeto: Acrescenta parágrafo único ao artigo 10 e altera a redação do artigo 35 ambos da Lei Complementar nº. 138, de 02 de Julho de 1998 que "Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público Municipal de Timbó, e dá outras providências".

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que visa acrescentar parágrafo único ao artigo 10 e altera a redação do artigo 35 ambos da Lei Complementar nº. 138, de 02 de Julho de 1998 que "Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público Municipal de Timbó, e dá outras providências".

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 18 de fevereiro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 25 de fevereiro, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

Acompanham o projeto os seguintes documentos: cópia da Recomendação nº 128/2019/02PJ/TIM nº 06.2019.00005322-8 oriunda do Inquérito Civil SIG nº 06.2019.00005322-8 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (fls. 06-12); cópia de resposta ao ofício nº 128/2019/02PJ/TIM, de autoria do Secretário Municipal de Educação (fls. 13).

No dia 26 de fevereiro os autos do projeto foram enviados à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica.

No dia 18 de março, por conta dos Decretos Estaduais nº 515, 525 e 550/2020 e de acordo com as Resoluções da Mesa Diretora nº 1, 2 e 6/2020, os trabalhos legislativos da Câmara Municipal foram suspensos, por conta da pandemia de coronavírus. No dia 14 de abril, os trabalhos legislativos da Câmara Municipal retornaram, de acordo com a Resolução nº 7/2020.

No dia 22 de abril, os mesmos foram devolvidos pela Assessoria Jurídica, que não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental, sugerindo, no entanto, fosse requerida a juntada do estudo de impacto financeiro, uma vez que a medida, em tese, poderia causar aumento de despesas.

No dia 24 de abril, atendendo ao solicitado pela Comissão, o Presidente da Câmara Municipal encaminhou ao Poder Executivo Ofício nº 31/2020, solicitando a juntada do estudo de impacto ora referido. No dia 3 de junho o Poder Executivo procedeu com a juntada do estudo de impacto financeiro, através do memorando nº 162/2020 – SEMED (fls. 22-31).

No dia 22 de junho a Secretária de Educação, Senhora Márcia Withoeft Meilles compareceu à Câmara Municipal e prestou informações à Comissão, juntamente com o Advogado do Município, Senhor Jean Museka, em reunião extraordinária da Comissão.

No dia 24 de junho, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Dispõe ainda a Lei Orgânica Municipal, em art. 15, XII, ser competência da Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito sobre a criação, alteração e extinção de cargos, bem como, fixação da respectiva remuneração.

No mesmo sentido, também o art. 30, § 1º, II, “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, dispõe sobre a competência do Prefeito no que se refere à criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e a estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública municipal, infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise, adotando-se como fundamentação técnica o a orientação técnica da Assessoria Jurídica desta Casa (fls. 16-17).

Estabelecida a competência legislativa do Município, observa-se que o projeto em questão visa regularizar uma situação apontada pelo Ministério Público Estadual nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00005322-8, no qual verificou-se que o Município de Timbó estaria realizando pagamento de gratificação de regência de classe a profissionais da educação que não se encontravam no cargo de professor, desempenhando suas funções em sala de aula, ao contrário daquilo que determina a redação atual do art. 10 da Lei Complementar nº 138/1998. Diante disso, o parquet recomendou (recomendação nº 002/2019/02PJ/TIM) regularizar a presente situação através de Projeto de Lei, com o objetivo de prever a gratificação de regência de classe a todos os profissionais que exerçam funções do magistério, independentemente de estarem no cargo de professor e desempenhar sua atividade em sala de aula (fls. 07-12). No mérito, tal pretensão é lícita, cabendo ao Chefe do Poder Executivo, no exercício de seu poder discricionário, observar os critérios de oportunidade e conveniência para tanto, não cabendo ao Poder Legislativo, ao menos por ora, se manifestar sobre o pagamento de tal gratificação realizado antes da alteração legislativa pretendida.

Todavia, gratificação pretendida importará em ônus ao erário, razão pela qual a proposição deverá cumprir os requisitos elencados pelos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no que tange a criação de despesas, quais sejam: apresentação de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a ação deva entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes.

No caso concreto, verifica-se que a exigência legal foi cumprida tendo sido juntada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro (fls. 24) cabendo à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas sua análise pormenorizada.

## III – CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 05/2020.

Esse é o voto.

## DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, 24 de junho de 2020.

Rubens Borchardt  
Presidente

Haroldo Fiebes  
Relator



Martinho de Souza Filho  
Membro

## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 7/2020**

Publicação Nº 2536454

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Processo: 21/2020  
Parecer 25/2020  
Matéria: PLC 7/2020  
Autor: Poder Executivo  
Relator: Ver. Martinho de Souza Filho  
Conclusão: Favorável  
Data: 24/06/2020

Ementa do Projeto: Adequa dispositivos da Lei Complementar n. 411, de 26 de dezembro de 2011, que "Dispõe sobre o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timbó, cria o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos municipais de Timbó – TIMBOPREV" e da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993 que "Institui o Regime Jurídico Único para os Servidores públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, estabelece diretrizes gerais para sua implantação e dá outras providências." em atenção aos preceitos estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de iniciativa do Poder Executivo que pretende alterar dispositivos do Lei Complementar nº 411/2011 (Timboprev) e da Lei Complementar nº 1/1993 (Institui o regime jurídico dos servidores públicos municipais de Timbó).

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 11 de maio corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 12 de maio, em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 13 de maio, o Relator do projeto solicitou seu envio à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica.

No dia 2 de junho os autos do projeto retornaram da Assessoria Jurídica, cujo parecer que não apontou erros quanto a seu conteúdo, todavia, sugerindo a adoção de emenda modificativa, de modo a adequar a proposição aos preceitos regimentais e de técnica legislativa.

No dia 17 de junho, esta comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

#### **a) Da Emenda pela Comissão**

Acompanha o presente parecer, emenda modificativa elaborada pela Comissão.

No entender da Comissão, deve ser apresentada emenda ao projeto em questão, de modo a corrigir equívocos redacionais contidos no texto da proposição, tais como erro na articulação dos dispositivos, uso de expressões de maneira incorreta, dentre outros.

Com a apresentação da emenda em comento os equívocos de ordem redacional estarão sanados, razão pela qual se faz necessária a sua apresentação.

#### **b) Da análise do mérito**

No que tange aos aspectos redacionais, com a adoção da emenda modificativa ora proposta, a proposição está de acordo com o que determina à Lei Complementar Federal n.º 95/1998.

Em um primeiro momento, verifica-se que a matéria objeto da presente proposição diz respeito a interesse local, cuja competência para legislar é exclusiva do Município, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal. Nesse sentido, compete à Câmara de Municipal, deliberar sobre assuntos de interesse local, nos termos do inciso I do art. 15 da Lei Orgânica Municipal.

De outra banda, a matéria em análise está no rol daquelas cuja iniciativa é privativa do Prefeito Municipal, tratando-se de questão atinente ao regime jurídico previdenciário dos servidores públicos municipais, nos termos do caput do art. 30, §1º, II, alínea "b" da Lei Orgânica. Assim, infere-se constitucional e legítima a iniciativa para a proposição em análise, utilizando-se, para fins de argumentação técnica, orientação técnica da Assessoria Jurídica dessa Casa, juntada nas fls. 17-20 dos autos.

Analisando o mérito da proposição, constata-se que a mesma pretende alterar, de maneira pontual, o regime previdenciário dos servidores públicos municipais de Timbó, hoje regulado pela Lei Complementar nº 411/2011, bem como o estatuto dos servidores públicos municipais de Timbó, regulado pela Lei Complementar nº 1/1993. As alterações pretendidas dizem respeito a elevação da alíquota de contribuição do servidor público ao TIMBOPREV; acumulação de pensões; exclusão da responsabilidade do Timboprev pelo pagamento dos benefícios de licença maternidade e adoção, licença para tratamento de saúde, salário-família e auxílio-reclusão, passando a responsabilidade para tal pagamento ao Município de Timbó. Conforme explanado em sede de exposição de motivos, todas as modificações pretendidas pelo Poder Executivo foram impostas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, que tratou da reforma previdenciária. Assim, a proposição em análise apenas cumpre uma imposição constitucional, razão pela qual não existe óbices à tramitação do projeto nas demais comissões permanentes.

### **III – CONCLUSÃO** **VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, com a adoção da emenda ora apresentada, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 7/2020.

Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 17 de junho de 2020.

Rubens Borchardt  
Presidente

Martinho de Souza Filho  
Relator

Haroldo Fiebes  
Membro

#### PORTARIA Nº 28/2020

Publicação Nº 2536280

Portaria nº 28/2020

Autoriza o trabalho remoto à servidora Giani Zaira Seidel em razão da Covid-19.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 39, III, "b", do Regimento Interno, com fundamento no artigo 170, Parágrafo único, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

Considerando o laudo que confirmou o diagnóstico para Covid-19 em pessoa da família (irmão) da servidora, bem como o disposto no Decreto Estadual nº 525/2020, que trata das medidas para o combate ao coronavírus,

Resolve:

Art. 1º Autorizar a servidora Giani Zaira Seidel, ocupante do cargo de analista legislativa, a realizar as atividades inerente ao cargo que ocupa de forma remota, pelo período de 14 dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11/05/2020, tendo em vista que o laudo que confirma o diagnóstico para Covid 19 em pessoa da família é do dia 11/05/2019.

Timbó, 12 de junho de 2020.

Adilson Mesch  
Presidente

#### PORTARIA Nº 29/2020

Publicação Nº 2536282

Portaria nº 29/2020

Instaura Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2020 e designa a Comissão Processante para apurar a conduta e eventuais irregularidades praticadas, em tese, pelo servidor Joel Ricardo Raiter.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, inciso III, letra "f", do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 119, 120, 134, 137 e seguintes da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

Art.1º Determinar, a partir das informações consignadas na correspondência eletrônica (e-mail) anexa, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2020, para apurar a conduta praticada pelo servidor Joel Ricardo Raiter, ocupante do cargo de contador, por suposta violação, em tese, do inciso XV do artigo 118 e artigo 119, da Lei Complementar nº 01/1993.

Art.2º Designar a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2020, constituída pelos servidores: Giani Zaira Seidel - Analista Legislativa, Ailton Bertoldi – Agente Administrativo e Ruben Parno – Advogado para, com independência e imparcialidade, e sob a presidência da primeira promoverem a regular condução e conclusão do processo a que se refere o artigo 1º, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 139, § 1º, da Lei Complementar nº 01/1993).



Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Timbó, em 24 de junho de 2020.

Adilson Mesch  
Presidente

## **PORTARIA Nº 30/2020**

Publicação Nº 2536283

Portaria nº 30/2020

Instaura Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2020 e designa a Comissão Processante para apurar a conduta e eventuais irregularidades praticadas, em tese, pelo servidor Ailton Bertoldi.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, inciso III, letra "f", do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 119, 120, 134, 137 e seguintes da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

Art.1º Determinar, a partir das informações consignadas nas notas de empenho nº 282/2020, 284/2020 e 285/2020, cópias anexas, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2020, para apurar a conduta praticada pelo servidor Ailton Bertoldi, ocupante do cargo de agente administrativo, por violação, em tese, do inciso XV do artigo 118 e artigo 119, da Lei Complementar nº 01/1993.

Art.2º Designar a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2020, constituída pelos servidores: Giani Zaira Seidel - Analista Legislativa, Joel Ricardo Raiter – Contador e Ruben Parno – Advogado para, com independência e imparcialidade, e sob a presidência da primeira promoverem a regular condução e conclusão do processo a que se refere o artigo 1º, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 139, § 1º, da Lei Complementar nº 01/1993).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Timbó, em 24 de junho de 2020.

Adilson Mesch  
Presidente

# Três Barras

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PROCEDIMENTO LICITAÇÃO Nº. 01/2020.

Publicação Nº 2536029

FUNDACAO HOSPITALAR DE TRES BARRAS  
CNPJ 83.627.596/0001-81  
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 01/2020.  
EDITAL DE PREGÃO Nº. 01/2020.  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o resultado final da licitação em epigrafe, considerando que foram processados e julgados todos os recursos de razões e contrarrazões, decorrido o prazo final de recurso da decisão do pregoeiro e equipe técnica, não registrado recursos a autoridade superior competente dentro do prazo legal transcorrido, decido pela HOMOLOGAÇÃO do presente procedimento, considerando vencedor da licitação, objeto do Pregão Presencial nº. 01/2020 – Procedimento Licitatório nº. 01/2020, o participante:

Vencedor: HELPMED SAUDE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 04.770.650/0001-77.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços médicos em regime de plantão presencial de urgência e emergência, em pronto atendimento, de forma ininterrupta, conforme condições especificadas contidas no edital da licitação.

Quantidade a ser contratado: 8.760 (oito mil e setecentas e sessenta) horas;

Valor Unitário: R\$ 100,00 (cem reais a hora);

Total a ser contratado: R\$ 876.000,00 (oitocentos e setenta e seis mil reais).

Prazo de execução: 01 (um) ano.

Três Barras - SC, 23 de junho de 2020.

ANDERSON STOCLOSKI – Presidente.

# Treviso

## PREFEITURA

### PREGÃO 01/2020

Publicação Nº 2535944

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
PROCESSO LICITATÓRIO 01/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

O SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE, nos termos da lei nº 10.520/02, pela lei 123/06, por este edital e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão Presencial/ Registro de Preço, do tipo menor preço por item para futuras aquisições de materiais para reparos e ampliação da rede de água do SAMAE nos próximos 12 meses. A abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação será realizada no dia 09/07/2020 às 08h30, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Treviso/SC, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00 e através do site: <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Treviso(SC), 24 de junho de 2020.

ANDERSON JOSÉ PAGANI  
DIRETOR DO SAMAE

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2.346/2017**

Publicação Nº 2536523

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054/2020

EDITAL Nº 001/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2.346/2017 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

#### CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.346/2017 de 22 de dezembro de 2017 e Decreto nº 2.527/2019 de 16 de dezembro 2019 (Prorroga prazo de validade do Concurso Público – Edital 001/2017), para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

- T.M.N.S MÉDICO – 40H

FERNANDA DALLA LANA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de até 03 (três) dias úteis, após o recebimento deste edital, para manifestar interesse em tomar posse e de 10 (dez) dias corridos para o servidor entrar em exercício, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 15.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (Retificação anexa ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 15.6 (Retificação anexa ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar no prazo máximo de 03 dias úteis nos termos da Lei Complementar nº 40/2011 e suas alterações após o recebimento deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, item 3.1.1;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Exames médicos conforme item 3.3, letra "J" do Edital;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 2.2 do Edital 001/2017 de 01 de novembro de 2017, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados (item 3.3, letra J). Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
24 de junho de 2020.

MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 060/20

Publicação Nº 2535999

DECRETO 060/20 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

RESTITUI VALORES FINANCEIROS RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE JUNTO AOS COFRES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 90, Art. 91 e Art. 92 da Lei Municipal 1999 de 19 de Dezembro de 2017 (Código Tributário Municipal).

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2049 de 26 de fevereiro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza a restituição no valor de R\$ 672,50 (seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), a contribuinte IVA LUCHTENBERG, inscrita no CPF sob nº 594.081.469-72, relativos a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de valores relativos a cobrança de Imposto de Coleta de Lixo, conforme documentação apresentada e arquivada junto a Fazenda Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de junho de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 292/20

Publicação Nº 2535690

PORTARIA 292/20 DE 24 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDE a servidora pública municipal Sra. ZENOBIA BALDASSARI HADLICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, Matrícula 1073, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02/02/2012 a 02/02/2017, a partir de 24 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de junho de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 293/20**

Publicação Nº 2536365

PORTARIA 293/20 DE 24 DE JUNHO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA A CARGO ELETIVO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Capítulo VI, Seção VII, Artigo 92, da Lei Complementar Municipal nº 816 de 31 de outubro de 1990;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

CONSIDERANDO a Resolução TSE 23.609 nº 64 de 18 de dezembro de 2019;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público municipal Sr. ELIENAI DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, matrícula 2395, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 04 de Julho de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Junho de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretário de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### 11º DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 62/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA

Publicação Nº 2537121

11º DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 62/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Alexandre Paloschi., considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual "quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos", considerando entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que "É permitido à Administração ultrapassar os aludidos limites [art. 65, I, 'b' da Lei 8.666/1993], na hipótese de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionais, no sentido de que só seriam aceitáveis quando, no caso específico, a outra alternativa - a rescisão do contrato por interesse público, seguida de nova licitação e contratação - significar sacrifício insuportável ao interesse coletivo primário a ser atendido, pela obra ou serviço; ou seja, a revisão contratual qualitativa e consensual, que ultrapasse os limites preestabelecidos no art. 65, § 1.º, da Lei 8.666/93, somente seria justificável, no caso concreto, quando as consequências da outra alternativa - a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação - forem gravíssimas ao interesse público primário" (Decisão TCU nº 215/1999 – Processo nº 930.039/1998-0), considerando que seria anti-econômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, considerando que a contratação de serviços para disponibilização de rotinas para gestão do sistema de holerit via internet faz-se necessária diante da constatação de que não fazem parte do objeto do contrato original, representando, à toda prova, mais do que um mero incremento às tecnologias inicialmente contratadas, e considerando o premente interesse público em disponibilizar aos servidores públicos ferramenta web para controle e gestão de seus dados cadastrais e contratuais, evitando-se assim deslocamentos desnecessários para atualização, manutenção de cada servidor à unidade central, tendo em vista ser possível o acesso à ferramenta de qualquer local e também normatizando-se as rotinas, conferindo-se segurança e maior agilidade a todas as transações, e considerando ainda, que a contratação de serviços para armazenamento e hospedagem do banco de dados do sistema de holerite via internet, bem como, serviços de back-ups automáticos e armazenamentos respectivos faz-se necessária diante da constatação de que não fazem parte do objeto do contrato original, representando, a toda prova, mais do que um mero incremento às tecnologias inicialmente contratadas, e considerando também, o premente interesse público em disponibilizar aos servidores públicos municipais, uma ferramenta web de Gestão de dados contratuais e cadastrais com banco de dados único hospedado em datacenter sob responsabilidade da CONTRATADA, com atualizações automáticas, cruzamento de informações em real-time reduzindo-se o tempo e os custos inerentes às atividades técnicas internas de manutenção, atualização e configuração contínua das bases replicadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se a performance e consequentemente a produtividade e agilidade dos servidores públicos, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas, para dele constar as seguintes alterações: RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 50/2017, para dele constar a seguinte alteração:

#### Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica ACRESCIDO o sistema Minha Folha no valor mensal de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), restringindo-se assim o seu licenciamento à vigência do contrato ora firmado, devendo atender aos seguintes requisitos técnicos:

#### Sistema Minha Folha "Holerit via internet"

1. O sistema de Holerit via internet deverá ser desenvolvido em linguagem própria para ambiente Web, com operação via mouse e interface gráfica.
2. Permitir a gestão descentralizada dos dados pessoais dos servidores públicos, via WEB.
3. Possibilitar o acesso de qualquer local com acesso à Internet, através dos seguintes navegadores Google Chrome 30 ou superior, Mozilla Firefox 25 ou superior, Microsoft Internet Explorer 9 a 11, Safari 6 ou superior.
4. Possuir recursos de autosserviço que possibilitem descentralizar funções e fornecer informações para seus servidores e chefias.
5. Possuir recursos de pesquisa avançada por critérios e por campos.
6. Possibilitar aos servidores públicos solicitar alterações cadastrais e efetuar uploads de documentos comprobatórios.
7. Possibilitar aos servidores públicos acompanhamento do status das solicitações efetuadas.
8. Possibilitar aos servidores públicos solicitar treinamentos, cursos de aperfeiçoamento, graduações, palestras, seminários, workshops, e efetuar uploads de documentos comprobatórios.
9. Possibilitar aos servidores públicos solicitar 13º salário, férias, licença prêmio, licença sem vencimento, licença maternidade, licença casamento, folgas, benefícios, adiantamentos salariais e de férias e efetuar uploads de documentos comprobatórios.
10. Possibilitar aos servidores públicos solicitar benefícios de plano de saúde, plano odontológico, vale-transporte, vale-alimentação e refeição, seguro de vida, folgas.



11. A solicitação de seguro de vida deve conter no mínimo as opções servidor público e dependentes.
12. A solicitação de folgas deve conter no mínimo as opções banco de horas, desconto em folha e compensação de horas extras.
13. Possibilitar aos servidores públicos consultar e imprimir seus recibos de pagamento.
14. Possibilitar aos servidores públicos consultar e emitir relatório de rendimento e retenção de IRRF.
15. Possibilitar aos servidores públicos consultar e emitir relatório do histórico financeiro contendo no mínimo proventos, reajustes, descontos.
16. Possibilitar aos servidores públicos consultar e emitir as marcações de ponto.
17. Permitir ao Administrador do sistema controlar os acessos dos demais usuários nas respectivas funcionalidades considerando o perfil e nível de cada usuário para o acesso a estas funcionalidades.
18. Permitir ao Administrador do sistema consultar todas as informações cadastrais e contratuais dos servidores públicos.

**Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES E DA VIGÊNCIA:**

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados recursos do orçamento para o ano de 2020 classificadas e codificadas sinteticamente sob os números:(7,16,51)do ano de 2020. o presente termo aditivo tem vigência a partir de 01 de julho de 2020 até 10 de abril de 2021.

**Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor, e sem alterações.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, 22 de Junho de 2020.

Prefeito Municipal Tunápolis  
RENATO PAULATA  
CONTRATANTE

Betha Sistemas Ltda  
Alexandre Paloschi  
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

BRUNO LENGERT  
SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO  
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Monalisa Schorr Sheila Inês Bieger  
CPF: 094.852.659-99 CPF: 020.226.259.60

**PORTARIA Nº 5405/2020**

Publicação Nº 2535709

PORTARIA Nº. 5.405/2020  
Em 24 de Junho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo 73, parágrafo 1º ao 4º conforme Decreto Municipal nº 2110, de 24 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e definiu medidas para combate à pandemia do coronavírus, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas, CONCEDER o que segue;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder GOZO DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor (a), CLEVERSON INACIO KERKHOFF, com o cargo de TÉCNICO EM CONTROLDORIA INTERNA, conforme portaria de nomeação, desta municipalidade.

Período de Aquisição da Licença Prêmio: 11.08.2013 10.08.2018, 60 (sessenta) dias, sendo que já requeridos e usufruídos 35 (trinta e cinco) dias.

Gozo da Licença Prêmio: 15 (quinze) dias usufruídos em dias alternados conforme necessidade do requerente, sendo que os demais 10 (dez) dias usufruídos a posterior.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 24 de Junho de 2020.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

BRUNO LENGERT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico de Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 5406/2020**

Publicação Nº 2536440

PORTARIA Nº. 5.406/2020  
Em 25 de Junho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, e alterações posteriores;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR TEMPORARIAMENTE, para a Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social conforme o item 5º do Plano estratégico da Secretaria da Saúde no combate ao COVID-19, os servidores(as) públicos(as) municipais, Clarice Maria Stulp Francener com cargo de Merendeira e Cleiton Fritzen com cargo de Motorista de Veículo de Passageiros ambos de lotação na Secretaria Municipal da Educação, nesta municipalidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 25 de Junho de 2020.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

BRUNO LENGERT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017 CONTRATO Nº 19/2017 QUINTO TERMO ADITIVO – REAJUSTE**

Publicação Nº 2537107

Processo licitatório Nº 50/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017  
CONTRATO nº 19/2017

### **QUINTO TERMO ADITIVO – REAJUSTE**

O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob n.º 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo vice-prefeito o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Pessoa, 134, 1º andar, Centro, em Cidade Criciúma/SC-, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo de reajuste de valor para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS TÉCNICOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL e integrante do presente contrato como se aqui transcritos estivessem em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 40/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº

50/2017 e Pregão Presencial nº 40/2017, e Contrato nº 19/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o REAJUSTE referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA.

2.2 O presente termo terá reajuste de valores contratuais com base no índice de reajustamento expressamente previsto no contrato nº 19/2017, de acordo com a memória dos cálculos efetivados, o reajuste é pelo índice IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 meses, aplicado a partir da data-base do contrato, ou seja, proporcionalmente aos dias de contrato que excedem ao décimo segundo mês da contratação e já integram o novo ano contratual, conforme exposto abaixo:

Descrição	Valor atual	Valor reajustado
Compras	R\$ 200,70	R\$ 214,37
Contabilidade/Sapo	R\$ 439,37	R\$ 469,29
Tesouraria	R\$ 206,12	R\$ 220,16

Descrição	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,87	R\$ 0,93
Estadia	R\$ 163,81	R\$ 174,97
Atendimento técnico	R\$ 86,79	R\$ 92,70
Serviços de implantação	R\$ 18.985,14	R\$ 20.278,03

Parágrafo Segundo. Nos valores referidos nesta Cláusula estão computadas todas as despesas com obrigações sociais e de proteção aos prestadores de serviço, bem como todas as despesas necessárias para a execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 10 de abril de 2020.

AQUÍLES BAMBERG  
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
CONTRATANTE  
FISCAL DESTE TERMO

BETHA SISTEMAS LTDA  
Alexandre Paloschi  
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

### **TERMO ADITIVO Nº 10/2020 DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 62/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA**

Publicação Nº 2537113

TERMO ADITIVO Nº 10/2020

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 62/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pelo Sr. Alexandre Paloschi, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 62/2017, para constar a seguinte alteração:

#### Cláusula Primeira - DO REAJUSTE E VIGÊNCIA

Os valores contratados serão reajustados a partir de 10/04/2020 pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período. A Vigência deste termo é a partir de 10 de abril de 2020 a 10 de abril de 2021.

## PREFEITURA MUNICIPAL

Descrição	Valor atual	Valor reajustado
Recursos Humanos	R\$ 461,07	R\$ 492,47
Livro Eletrônico	R\$ 419,84	R\$ 448,43
Pontual Fly	R\$ 238,67	R\$ 254,92
Cidadão Web Tributos	R\$ 303,76	R\$ 324,45
Ponto	R\$ 526,16	R\$ 561,99
e-Nota Fly	R\$ 379,70	R\$ 405,56
Patrimônio	R\$ 314,61	R\$ 336,03
Transparência Fly	R\$ 189,85	R\$ 202,78
Estoque	R\$ 314,61	R\$ 336,03
Fatura	R\$ 444,79	R\$ 475,08
Tesouraria	R\$ 271,22	R\$ 289,69
Planejamento	R\$ 499,04	R\$ 533,02
Tributos (Desktop)	R\$ 922,14	R\$ 984,94
Frotas	R\$ 379,70	R\$ 405,56
Compras	R\$ 654,33	R\$ 698,89
Contabilidade / SAPO	R\$ 1.559,72	R\$ 1.665,94
Folha	R\$ 992,65	R\$ 1.060,25

Descrição	Valor atual	Valor reajustado
eSocial	R\$ 450,86	R\$ 480,98

Descrição	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,87	R\$ 0,93
Estadia	R\$ 163,81	R\$ 174,97
Atendimento técnico	R\$ 86,79	R\$ 92,70
Serviços de implantação	R\$ 18.985,14	R\$ 20.278,03

## Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados recursos do orçamento para o ano de 2020 classificadas e codificadas sinteticamente sob os números:(7,51 E 16 do FMS).

## Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, SC 10 de abril de 2020.

Prefeito Municipal Tunápolis  
RENATO PAULATA  
CONTRATANTE

Betha Sistemas Ltda  
Alexandre Paloschi  
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

BRUNO LENGERT  
SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO  
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Monalisa Schorr  
CPF: 094.852.659-99

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 34/2020 - TP Nº 05/2020

Publicação Nº 2535956

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 34/2020
Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 05/2020
Tipo: Menor Preço/global
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS COMPLEMENTARES PARA CONCLUSÃO DOS BANHEIROS ANEXOS À QUADRA POLIESPORTIVA, NA LINHA BARRA DA EUROPA, UNIÃO DO OESTE -SC. COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES NAS PLANILHAS QUANTITATIVAS E ORÇAMENTÁRIA CONTIDAS NO EDITAL.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 13 de julho de 2020.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 13 de julho de 2020.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: <a href="http://www.uniaodoeste.sc.gov.br">www.uniaodoeste.sc.gov.br</a> , ou através do e-mail: <a href="mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br">compras@uniaodoeste.sc.gov.br</a>
União do Oeste - SC, 24 de junho de 2020.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI MUNICIPAL N. 1.162 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2535948

LEI MUNICIPAL Nº. 1.162, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS E VEREADORES DO MUNICÍPIO PARA A LEGISLATURA DE 2021 A 2024 E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

O Prefeito do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores propôs, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Esta lei fixa o subsídio dos agentes políticos do Município de União do Oeste para a Legislatura que se iniciará em 1º de janeiro de 2021 e findará em 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º O subsídio mensal do Prefeito fica fixado em R\$ 12.498,26 e o do Vice-Prefeito em R\$ 4.860,43

§1º O Prefeito terá direito, anualmente a 30 dias de férias remuneradas e o adicional de um terço constitucional.

§2º O Vice-Prefeito Municipal terá direito, anualmente, a 30 dias de férias remuneradas se exercer função administrativa permanente junto à administração municipal.

§3º O vice-prefeito municipal, quando no exercício do cargo de prefeito, receberá o subsídio correspondente a este cargo proporcionalmente ao tempo em que exercê-lo.

§4º O Vice-prefeito Municipal, quando nomeado para o cargo de secretário municipal ou outro cargo equivalente, deverá optar por um dos subsídios.

Art. 3º O subsídio mensal dos Secretários fica fixado em R\$ 4.860,43

§1º Os secretários municipais terão direito a décimo terceiro subsídio e férias remuneradas acrescidas de um terço.

Art. 4º O subsídio mensal dos vereadores fica fixado em R\$ 2.430,22.

§1º O subsídio mensal do Presidente da Câmara fica fixado em R\$ 3.645,33.

Art. 5º A percepção do subsídio dos vereadores está condicionada ao comparecimento do Vereador às Sessões Ordinárias da Câmara.

§ 1º O Vereador que não comparecer à Sessão sofrerá desconto de 25% por sessão no valor do subsídio, salvo justificativa aprovada pela Mesa Diretora.

§ 2º O vereador que requer afastamento por motivos particulares receberá 25% de seu subsídio por sessão que participou no mês.

§ 3º O vereador suplente que assumir vaga receberá 25% de seu subsídio por sessão que participar no mês.

§ 4º Será considerado presente à Sessão, o Vereador que assinar a folha de presença no início da Sessão, que participar da votação das proposições constantes da pauta e permanecer no Plenário até o encerramento da Ordem do Dia.

§ 5º A participação em sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

§ 6º O subsídio dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares.

Art. 6º Fica assegurada a recomposição anual no valor dos subsídios fixados por esta lei, nos termos do Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, limitada à variação do índice oficial de inflação.

Art.7ºAs despesas de correntes desta Lei, serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias, dos orçamentos anuais do Município.

Art. 8º Esta lei poderá ser regulamentada por Resolução.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste (SC), 24 de junho de 2020.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

# Urubici

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2567/2020

Publicação Nº 2536127

DECRETO Nº 2567/2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE URUBICI – SC.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei Complementar nº 853/2003, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Urubici os membros abaixo elencados:

Presidente:

Vanessa Stange Meurer – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Vice Presidente:

Adelmo Ribeiro de Souza – Comunidade de Campestre

Secretária:

Denise Cristiani Ribeiro Lins – CIDASC

Plenária:

Luis Antonio Medeiros, José Osório de Souza e Viviane Martins Ghizoni – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Patrini Leilane Biz – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Luiz Clóvis Rodrigues Corrêa e Odailto Pacheco de Oliveira – Câmara de Vereadores

Denise Cristiani Ribeiro Lins - CIDASC

Raul Cerqueira - EPAGRI

Salete Terezinha Delfino – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Paulo Alberto Momo – Sindicato Rural

João Frischembruder - SICOOB

João Gilberto Bruder e Josiane Kuhnen - CRESOL

Leonardo Deivid Matos e Ivelto Kuhlkamp – BANCO DO BRASIL

José Reinaldo Warmling e Osmar Simão – ADM Santa Terezinha

Tomázia Azelinda Steffen e Sebastião Dionei Ribeiro – Associação Rio Urubici

Evaldo Beckhauser – Associação Acolhida na Colônia

Simone Alexandre da Cruz e Antonio Donizete da Cruz – ADM Médio Vale do Canoas

Estevão Heinzen e Osni Israel – ADM Rio Bonito de São Francisco

Zildomar W. Solk – Grupo Ecológico Renascer

Sidnei Macarini – Associação de Moradores da Consolação

Leni Aparecida Pereira – Associação de Moradores da Comunidade de São José

Fernando Momo – Associação Protetoras do Xaxim

Ruan Carlos Nunes – Associação Comercial e Industrial de Urubici - ACIUR

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2292/2018.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 17 de Junho de 2020.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO 034/2017**

Publicação N° 2536191

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 042/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2017  
EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 034/2017.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos do município de Urubici SC, conforme Termo de Referência no anexo 01 do edital. Contratado: Serrana Engenharia Ltda.

CNPJ: 83.073.536/0001-64. Valor: R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) mensais. Prazo de Execução: Fica prorrogado por 12 (doze) meses. Data Assinatura: 17/06/2020. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito.

Antônio Zilli- Prefeito Municipal.



# Urussanga

## PREFEITURA

### ADT 01/06/2020

Publicação Nº 2535689

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
SECRETARIA DE SAUDE

EXTRATO DO CONTRATO: ADT 01/06/2020  
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 21/2019/FMS  
DATA DE ASSINATURA: 22/06/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
CONTRATADO: CRIOBRAS AR GAS LTDA  
CNPJ/CPF: 01.666.621/0001-71  
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELA OXIGÊNIO MEDICINAL  
VALOR ADITIVO: R\$ 12.500,00  
VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2020

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020/FMS

Publicação Nº 2536300

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020/FMS

Objeto: Tem por finalidade registrar preços com o objetivo de contratação de empresa especializada para fornecimento de suprimentos para impressão em folhas A4 e suporte técnico destes suprimentos, com qualidade e pontualidade, de acordo com o edital e seus anexos. Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 08/07/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h:00 dia 08/07/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2020" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 106/2016

Publicação Nº 2536260

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
PODER EXECUTIVO

#### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2016

CONTRATO: 106/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO: 14/2016  
CONCORRÊNCIA: 01/2016  
DATA DE ASSINATURA: 24/06/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
CONTRATADO: SC REMOÇÕES E GUARDA DE VEÍCULOS EIRELI - ME  
CNPJ/CPF: 09.428.708/0001-12  
OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APREENDIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC.

Item	Descrição Dos Serviços	Valor Unitário	Valor Reajustado 4,37%
01	Remoção Veículo Pesado	R\$ 164,65	R\$ 171,84
02	Diária Veículo Pesado	R\$ 28,60	R\$ 29,85
03	Remoção Veículo Leve	R\$ 98,79	R\$ 103,10
04	Diária Veículo Leve	R\$ 11,73	R\$ 12,24

**RESOLUÇÃO Nº 02/2020 CMDCA**

Publicação Nº 2536195

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO GRUPO DE ESCOTEIROS COMO MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 11 de março de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.305, de Setembro de 1991, alterada pela Lei nº 1502, de 20 de junho de 1994, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga - CMDCA,

Resolve:

Art. 1º Aprovar a entidade inscrita referente ao 26º Grupo de Escoteiros de Urussanga como membro do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Urussanga, 12 de junho de 2020.

Thaise de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança  
e do Adolescente de Urussanga**RESOLUÇÃO Nº 03/2020 CMDCA**

Publicação Nº 2536199

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 12 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 13 de novembro de 2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.305, de Setembro de 1991, alterada pela Lei nº 1502, de 20 de junho de 1994, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga - CMDCA,

Resolve:

Art. 1º Aprovar como nova Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a conselheira Daniela da Silva.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Urussanga, 12 de junho de 2020.

Daniela da Silva

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança  
e do Adolescente de Urussanga

# Videira

## PREFEITURA

### ATA ALTERAÇÃO ESCALA PLANTÃO FARMÁCIAS

Publicação Nº 2536148

Comissão Especial da Escala de Plantão das Farmácias

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às onze horas, na sede da Prefeitura Municipal de Videira, deu-se início a reunião da Comissão Especial da Escala de Plantão das Farmácias, onde estiveram presentes o Sr. Giancarlo Geremias, Luiz Francisco Karam Leoni, Karolina Borsatti e ausente a Sra. Andrea Aparecida Berto (licenciada) nomeados através do Decreto nº 14.734/18. Inicialmente foi aberta a reunião e analisada a matéria da pauta. Consta um pedido protocolado em 22 de junho de 2020, requerendo a alteração do local de plantão, a ser realizado pela Farmácia Bom Jesus. O requerimento aduz que o quadro de funcionários da Farmácia Bom Jesus – Super Popular, localizada na Rua XV de Novembro, encontra-se reduzido em virtude de afastamentos decorrentes da pandemia pelo COVID-19, não sendo possível o cumprimento do Plantão por esta farmácia, até que se regularize tal situação. Solicita, portanto, que os plantões a serem cumpridos pela Farmácia Bom Jesus Super Popular sejam transferidos para a matriz da Farmácia Bom Jesus, localizada na Rua Saul Brandalise. Em deliberação, a comissão por unanimidade decidiu por acatar o requerimento, transferindo o plantão da Farmácia Bom Jesus/Super Popular – Rua XV de Novembro para a Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, enquanto perdurar a situação de pandemia pelo COVID-19, a contar do próximo plantão (das 07h00min do dia 29/06/2020 a 06/07/2020 até as 07h00min). Será dada publicidade a presente decisão por meio de publicação desta no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC. Não havendo nada mais para ser discutido foi lavrada a ata da presente reunião, assinada abaixo pelos presentes.

GIANCARLO GEREMIAS

LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI

KAROLINA BORSATTI

### DECRETO Nº 17.433/2020

Publicação Nº 2535707

DECRETO Nº 17.433/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Admite MARIANA BARRETA para exercer o cargo de Odontólogo.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 31, §8º, da Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 17.358/2020 e o Termo de Posse nº 016/2020,

#### RESOLVE

Art. 1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, MARIANA BARRETA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Odontólogo, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 22 de junho de 2020.

Videira, 23 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**DECRETO Nº 17.434/2020**

Publicação Nº 2536213

DECRETO Nº 17.434/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.759/19 de 13 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 151.792,26 (cento e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.060 – Atenção de Média e Alta Complexidade em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0052.0– Aplicações Diretas	151.792,26
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	151.792,26

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração InterinoLuiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 - FMS**

Publicação Nº 2535727

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA " M.G REFRIGERAÇÃO LTDA" PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE BATERIAS NAS CÂMARAS DE ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS, VACINAS E TESTES RÁPIDOS, INSTALADAS NOS PMA, FARMÁCIA BÁSICA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. VALOR TOTAL DA DESPESA: 16.020,00 (dezesesseis mil e vinte reais).  
FUNDAMENTO: Artigos 25, I e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 23 de Junho de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

**PORTARIA Nº 0417/2020**

Publicação Nº 2536211

PORTARIA nº 0417/2020  
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 08/20DEPKA,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora LUIZA SABINA GAZZI, Nutricionista, a partir do dia 4 de junho de 2020 até 30 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 4 de junho de 2020.

Videira, 23 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0418/2020**

Publicação Nº 2536209

PORTARIA nº 0418/2020

Revoga a Portaria nº 0740/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0740/18, que designa AMARILDO DE ALMEIDA, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2020.

Videira, 23 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0419/2020**

Publicação Nº 2536208

PORTARIA nº 0419/2020

Remove servidora municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Processo Administrativo nº 11699/2020,

**RESOLVE**

Art. 1º Remover, a pedido, a partir de 1º de julho de 2020, a servidora CAMILA ORTIGARA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

Videira, 23 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0420/2020**

Publicação Nº 2536205

PORTARIA nº 0420/2020  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11786/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 01 (um) mês à servidora DAGMAR SCHULTZ, Assistente Social, no período de 6 de julho de 2020 a 6 agosto de 2020, referente ao quinquênio de 2 de dezembro de 2010 até 25 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de julho de 2020.

Videira, 23 de junho de 2020.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0421/2020**

Publicação Nº 2536198

PORTARIA nº 0421/2020  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11785/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 01 (um) mês à servidora VIVIANE DE FATIMA E SILVA SPÖRR, Professora, no período de 6 de julho de 2020 a 6 agosto de 2020, referente ao quinquênio de 7 de julho de 2003 até 6 de julho de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de julho de 2020.

Videira, 23 de junho de 2020.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0422/2020**

Publicação Nº 2536197

PORTARIA nº 0422/2020  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 12166/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 3 (três) meses à servidora ILHENE MARIA CARBONI, Auxiliar de Enfermagem, no período de 1º de julho de 2020 a 1º outubro de 2020, referente ao quinquênio de 1º de janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

Videira, 23 de junho de 2020.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0423/2020**

Publicação Nº 2536194

PORTARIA nº 0423/2020  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 12168/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 3 (três) meses ao servidor ANTONIO CARLOS DE MORAES, Operador de Motoniveladora, no período de 1º de julho de 2020 a 1º outubro de 2020, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

Videira, 23 de junho de 2020.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2020 - PMV**

Publicação Nº 2536456

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2020 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO COM LOTE PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS PARA MEI, ME E EPP

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 24/2020 – PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA COMPONENTES ELÉTRICOS DAS FROTAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 25/06/2020 a partir das 08:00h até o dia 09/07/2020 às 13:59h. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 09/07/2020 às 14:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de junho de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2020 - PMV**

Publicação Nº 2536522

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2020 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 32/2020 – PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BTI (INSETICIDA PARA CONTROLE DO MOSQUITO BORRACHUDO) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 25/06/2020 a partir das 08:00h até o dia 13/07/2020 às 13:59h. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 13/07/2020 às 14:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de junho de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA PUBLICAÇÃO DO PE 07/2020 - FMS**

Publicação Nº 2535726

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2020 – FMS

LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fica RETIFICADA a publicação do dia 24/06/2020, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, referente ao Pregão Eletrônico nº 07/2020 - FMS. Onde se lê "Recebimento das propostas: do dia 24/06/2020 a partir das 08h00min" leia-se: "Recebimento das propostas: do dia 24/06/2020 a partir das 10h00min". As demais informações da publicação realizada no dia 24/06/2020 permanecem inalteradas. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de junho de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

**TERMO ADITIVO Nº 91/2020 - PMV**

Publicação Nº 2535953

Termo Aditivo nº 91/2020

Contrato/CT nº 195/2019

Processo: TP 23/2019-PMV

Contratado: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 101.661,56 (cento e um mil, seiscentos e sessenta e um reais, e cinquenta e seis centavos), e supressão de R\$ 38.018,09 (trinta e oito mil, dezoito reais, e nove centavos) estando o aditivo dentro do permitido em Lei, bem como prorrogar o prazo de execução, com efeitos a partir de 28/06/2020 até 11/08/2020.

Valor: R\$ 63.643,47.

Data: 24/06/2020.



**TERMO ADITIVO Nº 92/2020 - PMV**

Publicação Nº 2536133

Termo Aditivo nº 92/2020

Contrato/CT nº 213/2019

Processo: CC 06/2019-PMV

Contratado: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando o acréscimo no valor de R\$ 132.051,90 (cento e trinta e dois mil, cinquenta e um reais, e noventa centavos) e a supressão no valor de R\$ 127.391,66 (cento e vinte e sete mil, trezentos e noventa e um reais, e sessenta e seis centavos), estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Valor: R\$ 4.660,24.

Data: 24/06/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 93/2020 - PMV**

Publicação Nº 2536234

Termo Aditivo nº 93/2020

Contrato/Ata nº 22/2020

Processo: PR 153/2019-PMV

Contratado: AUTO POSTO COLINA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Objeto: Reequilibrar o valor do item 03 (gasolina comum), passando para R\$ 3,95 (três reais, e noventa e cinco centavos), com efeitos a partir do dia 25/06/2020.

Data: 24/06/2020.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 01 DE 2020 QUE APROVA AS CONTAS DE 2018**

Publicação Nº 2536370

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2020

APROVA AS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA-SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Videira – Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira – SC, que a Câmara Municipal, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas anuais do exercício 2018, da Prefeitura do Município de Videira - SC, em consonância com o Parecer nº 86/2019, emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, mantendo, entretanto, a recomendação apontada no processo nº @PCP 19/00154380.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Sala das Sessões, 24 de junho 2020

CARLOS DEMENEK

Presidente

**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****TERMO ADITIVO Nº 09/2020 - VISAN**

Publicação Nº 2536445

Termo Aditivo nº 09/2020

Contrato/ATA nº 81/2019

Processo: PR 47/2019 - VISAN

Contratado: AUTO POSTO COLINA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Objeto: Reequilibrar o valor do item 01 (gasolina comum), passando para R\$ 3,95 (três reais, e noventa e cinco centavos), com efeitos a partir do dia 25/06/2020.

Data: 24/06/2020.

**Vitor Meireles****PREFEITURA****2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 033/2019**

Publicação Nº 2535986

**2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.13/2019****Pregão Nº 33/2019****Validade: 31/12/2020**

Aos 24 de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NOS VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

O presente Termo aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico financeiro dos itens abaixo, repassados pelos fornecedores conforme documentação apresentada, passando a vigorar conforme tabela abaixo:

Fornecedor: 62278 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	OLEO DIESEL S10	LITRO	IPIRANGA	140.000	3,29	
3	GASOLINA	LITRO	IPIRANGA	70.000	3,98	
Total do Fornecedor:						

**CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NOS VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. Nº. 33/2019, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 24 de junho de 2020.

---

VALDELI JOSE SEBASTIAO  
Pregoeiro

---

CAROLINE APARECIDA MAZOTI WACHHOLZ  
Equipe de Apoio

---

LUIS CARLOS BOING  
Equipe de Apoio

---

BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

---

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA  
CONTRATADA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2020

Publicação Nº 2536116

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 030/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADO: PATRICIA EDUARDA PETRY

CNPJ: 15.075.530/0001-76

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DA AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES, VIA MINISTÉRIO DA SAÚDE.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.926,03 (Onze mil, novecentos e vinte e seis reais e três centavos).

PRAZO VIGÊNCIA: 09/06/2020 até 09/08/2020

Vitor Meireles – SC, 09 de junho de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0008/2020

Publicação Nº 2535951

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0122/2020 – Tomada de Preços nº 0008/2020

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 0008/2020, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Contratação de empresa para execução de obras de Recuperação da Capa Asfáltica em diversas ruas do Município de Xanxerê, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma e Projetos anexos ao presente. O recebimento das propostas será até às 08h45min, do dia 15 de julho de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h:00min do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital e anexos no website da Prefeitura Municipal [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 24 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2020

Publicação Nº 2535849

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0123/2020 – Tomada de Preços nº 0009/2020

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 0009/2020, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Contratação de Empresa de Engenharia para a Execução do letreiro EU AMO XANXERÊ, com letras em caixa ALTA, galvanizada, em ACM, com base de concreto, com fornecimento de material e mão de obra, conforme descrito no Memorial Descritivo, layout do croqui e Projetos anexos ao presente. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 13/07/2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital e anexos no website da Prefeitura Municipal [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 24 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0054/2020

Publicação Nº 2535967

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0054/2020, tendo como objeto Registro de Preços para serviços futuros e parcelados de Conserto, Vulcanização, Recapagem, de Pneus e Aquisição de Câmeras de Ar destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da frota da Prefeitura Municipal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, na quantidade estimada constante do ANEXO I. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 09 de julho de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA PORTARIA Nº 038/2020

Publicação Nº 2536022

PORTARIA Nº 038/2020 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e a eventual responsabilidade do servidor J.C.C., referente a suposta acumulação de cargos e/ou proventos de aposentadoria, conforme situação apontada pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 24 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0069/2020

Publicação Nº 2535729

Extrato de Contrato nº 0069/2020

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde

Contratado: INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico, tráfego local em chamadas fixo local e móvel local e 0800, a ser executado de forma temporária no Município de Xanxerê/SC, para atender os munícipes com sintomas de COVID-19.

Valor total previsto: R\$ 8.039,60

Prazo de vigência: 04 meses.

Xanxerê-SC, 18 de junho de 2020. Irene Salete Goralski – Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA 457-2020**

Publicação Nº 2535752

PORTARIA Nº 457/2020

DETERMINAR HORÁRIO DE TRABALHO A SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Art. 94, parágrafo único.

RESOLVE

DETERMINAR a partir de 22.06.2020 horário de trabalho das servidoras públicas municipais:

-ALESSANDRA RODRIGUES, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- CLAUDINÉIA CAMARGO, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- DENISE ROSE MATHS, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- DIRLEI DOS SANTOS, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- EDJANE CARLA BARBIERI, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- GENI DE OLIVEIRA SCHUSTER, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- GLEIKA DOS SANTOS, nomeada para o cargo de COZINHEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- IVANETE MORESCHI, nomeada para o cargo de COZINHEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- JAQUELINE SANTOS DE OLIVEIRA, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- MARILEI FATIMA MOREIRA FROZZA, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- MARIVETE ZONTA, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- NEUSA TORIANI TONET, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- ONEIDE KOSLOSKI DOS SANTOS, nomeada para o cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- ROSANE FÁTIMA DE LIMA GUIMARÃES, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- SILVIA MARCELA PELISSARI DA SILVA, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- SONIA MARIA REK DA COSTA, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

- VANEIDE BRUNETTO BRANDALISE, nomeada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Estabelecer o horário de trabalho das referidas servidoras de segunda-feira a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 22 de Junho 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 458-2020

Publicação Nº 2535764

PORTARIA Nº 458/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 22.06.2020 a 03.07.2020, 12 (doze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. ALESSANDRA RODRIGUES, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 4.849.038-5 e CPF nº 010.352.039-28 nomeada pelo Decreto Municipal nº AJG 201/2013, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 08.05.2020 a 07.05.2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 22 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 459-2020

Publicação Nº 2535777

PORTARIA Nº 459/2020  
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, licença prêmio aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. ELIS REGINA CUNICO CARNEIRO (matrícula 986), pelo período de 22.06.2020 a 21.07.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 23.05.2006 a 22.05.2009 = 18 dias e 23.05.2009 a 22.05.2012 = 12 dias;

A Sra. ELIS REGINA CUNICO CARNEIRO (matrícula 1430), pelo período de 22.06.2020 a 21.07.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 23.05.2009 a 22.05.2012 = 30 dias;

A Sra. ERENITA APARECIDA ISOTTON, pelo período de 22.06.2020 a 21.07.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 23.05.2009 a 22.05.2012 = 30 dias;

A Sra. LIDIA APARECIDA CORDEIRO, pelo período de 29.06.2020 a 28.07.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09.06.2015 a 08.06.2018 = 30 dias;

A Sra. NEUSA LENIR BRANDALISE GARBIN, pelo período de 22.06.2020 a 21.07.2020 totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06.07.2017 a 05.07.2020 = 30 dias;

A Sra. SUZANA PUTON, pelo período de 22.06.2020 a 21.07.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 23.05.2015 a 22.05.2018 = 30 dias;

A Sra. ROSELI DA SILVA TODESCHINI, pelo período de 29.06.2020 a 28.07.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09.06.2015 a 08.06.2018 = 30 dias;

A Sra. TEREZINHA JOANA NARESSI TORIANI BORTOLON, pelo período de 22.06.2020 a 21.07.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 21.02.2017 a 21.02.2020 = 30 dias;

A Sra. VERA LUCIA DA SILVA, pelo período de 22.06.2020 a 04.08.2020, totalizando 44 (quarenta e quatro) dias, referente ao período aquisitivo de 01.02.2005 a 24.07.2006 = 26 dias e 25.07.2006 a 08.06.2009 = 18 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 22 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## PORTARIA 460-2020

Publicação Nº 2535786

PORTARIA Nº 460/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 22.06.2020 a 21.07.2020, 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. LIZIELI DA COSTA ALBANI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 5.458.313 e CPF nº 061.709.589-28 nomeada pelo Decreto Municipal nº AJG 281/2013 para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 03.09.2018 a 04.09.2019= 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 22 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## PORTARIA 461-2020

Publicação Nº 2535790

PORTARIA Nº 461/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 22.06.2020 a 21.07.2020, 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. CLEUSA INES SARTORI FIORINI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 2.072.371 e CPF nº 944.393.549-04, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 101/2011 para o cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 22.09.2019 a 21.09.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 22 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal



**PORTARIA 462-2020**

Publicação Nº 2535803

PORTARIA Nº 462/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 22.06.2020 a 21.07.2020, 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. MICHELE BIGOLIN, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.407.681-6 e CPF nº 025.703.049-21, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 165/2002 para o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 15.05.2019 a 14.05.2020

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 22 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 463-2020**

Publicação Nº 2535813

PORTARIA Nº 463/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 22.06.2020 a 21.07.2020, 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. RITA APARECIDA RODRIGUES, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.383.437 e CPF nº 484.424.709-30, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 126/2010 para o cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 12.03.2020 a 11.03.2021

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 22 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 464-2020**

Publicação Nº 2535814

PORTARIA Nº 464/2020  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, a Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 22.06.2020 a 21.07.2020, a Servidora Pública



Municipal Sra. MARINA PAULINO MARTINS, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 6.226.359-8 e CPF nº 046.412.719-09 nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 166/03 para o cargo de EDUCADORA SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A licença prêmio reconhecida refere-se ao período de 09.06.2015 a 08.06.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 22 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 039/2020**

Publicação Nº 2536024

PORTARIA Nº 039/2020

REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0107/2020 – PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 0045/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios administrativos da legalidade e da autotutela administrativa, bem como o artigo 49 da Lei de Licitações 8.666/93; Considerando a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - "A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial; Considerando que o processo licitatório em tela foi fracassado.

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0107/2020 – PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 0045/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições e atos administrativos contrários.

Xanxerê/SC, 24 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### 1 TA ATA 023/2020 PMXV

Publicação Nº 2535722

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020 PMXV  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020 PMXV  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa POSTO PEGORINI LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.564.619/0001-20, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. TIAGO PEGORINI, portador do CPF nº 045.699.479-30, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que POSTO PEGORINI LTDA sagrou vencedor do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020 PMXV, PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020 PMXV para o Item 2 ÓLEO DIESEL S10 pelo preço unitário R\$ 2,85 (Dois reais e oitenta e cinco centavos).

CONSIDERANDO que o POSTO PEGORINI LTDA solicitou ao MUNICÍPIO DE XAVANTINA revisão do valor do Item 2 ÓLEO DIESEL S10 por meio de apresentação de notas fiscais de compra.

CONSIDERANDO que o parecer técnico atestou a variação de acréscimo 2,57%, passando o valor do Item 2 ÓLEO DIESEL S10 para R\$ 2,92 (Dois reais e noventa e dois centavos).

CONSIDERANDO o disposto na Alínea "d", Inciso II, Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a alteração dos Contratos, para reestabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

As partes supra qualificadas resolvem repactuar as cláusulas contratuais na forma abaixo discriminadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a recomposição de preços.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 Fica alterado o preço unitário conforme a tabela abaixo:

Item	Produto	Índice de reajuste de acréscimo	Preço Unit. Anterior	Preço corrigido
2	ÓLEO DIESEL S10	2,57%	2,85	2,92

2.2. O novo preço passa a vigorar a partir da data de 25 de junho de 2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 009/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas na Ata inicial.

Xavantina/SC, em 24 de junho de 2020.

EMPRESA DETENTORA DA ATA POSTO PEGORINI LTDA TIAGO PEGORINI - Representante	ENOIR FAZOLO Prefeito Municipal
---	------------------------------------

Testemunhas  
CLEIDIR E. KEMMRICH  
FISCAL DO TERMO ADITIVO

# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO 306

Publicação Nº 2535696

DECRETO Nº. 306/2020.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2019, de 03 de outubro de 2019, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado pelo presente Decreto, ELIO PEREIRA DA FONSECA, CPF: 006.455.149-00, para exercer o cargo de MOTORISTA, código 006, nível 012, Categoria II AOM (ATIVIDADES OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO), em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 014/2020 de 16 de janeiro de 2020, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 15 de junho de 2020, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de junho de 2020.

Lirio Dagort  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Chefe do Setor de Pessoal

### DECRETO 307

Publicação Nº 2535737

DECRETO Nº. 307/2020.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor municipal CLAUDENIR DA SILVA, matrícula 8658, para a partir da presente data, exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE SERVIÇOS URBANOS, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Fica automaticamente exonerado do cargo ocupado anterior a este, conforme consta no Decreto nº 282/2019, de 01 de agosto de 2019.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de junho de 2020.

Lirio Dagort  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Chefe do Setor de Pessoal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0040/2019**

Publicação Nº 2536178

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0041/2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de Gestão Pública, com acesso simultâneo de usuários para Contabilidade, Compras e Licitações, Tributação e Recursos Humanos para Entidade Município de Xaxim.

Aditivo: Segunda Termo Aditivo de reajuste de preço (2,05%), conforme índice INP-C de item com fundamentação legal no art. 65 e cláusula segunda do contrato administrativo.

Licitação: Processo de Licitação nº 0063/2019, Pregão Presencial nº 0029/2019.

Xaxim-SC, 23 de junho de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 0040/2019**

Publicação Nº 2536184

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0040/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de Gestão Pública, com acesso simultâneo de usuários para Contabilidade, Compras e Licitações, Tributação e Recursos Humanos para Entidade Município de Xaxim.

Aditivo: Quinto Termo Aditivo de reajuste de preço (2,05%), conforme índice INP-C de item com fundamentação legal no art. 65 e cláusula segunda do contrato administrativo.

Licitação: Processo de Licitação nº 0063/2019, Pregão Presencial nº 0029/2019.

Xaxim-SC, 23 de junho de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

# Zortéa

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2019 - CONTRATO PÚBLICO Nº 072/2019 - TERMO ADITIVO DE CONTRATO 01/2019 - RESSALVA**

Publicação Nº 2535829

Processo Licitatório Nº 0045/2019  
Pregão Presencial Nº 0015/2019  
Contrato Público Nº 072/2019  
Termo Aditivo de Contrato 01/2019

#### Ressalva

No termo Aditivo de Prazo na Cláusula Primeira – Da Vigência, onde se lê

“ O prazo de vigência do presente contrato passa a ser de 01 de Janeiro de 2020 até a data de 31 de Dezembro de 2020,”

Leia-se

“O prazo de vigência do presente contrato passa a ser de 01 de Janeiro de 2020 até a data de 24 de Maio de 2020, ”

Zortéa-SC, 24 de Junho de 2020.

Alcides Mantovani  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2020 - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.**

Publicação Nº 2535749

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0051/2020  
Pregão Presencial Nº 0024/2020

OBJETO: Registro de preços para aquisição de tubos de concreto armado para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Zortéa, para o exercício de 2020.

Conforme especificações contidas no anexo VI do edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos de Habilitação deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Compras e Licitação do Município de Zortéa-SC, até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09:05 min do dia 07/07/2020.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

#### MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Setor de Compras e Licitações, junto à Prefeitura de Zortéa, com endereço na Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº. 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário de Expediente: Das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Telefone: (049) 3557-2018 / (049) 3557-2019.

No sítio: [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

Zortéa-SC, 25 de Junho de 2020.

ALCIDES MANTOVANI  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DA SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA EM ATIVIDADES RELATIVAS A ÁGUA E ESGOTO.**

Publicação Nº 2535769

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0052/2020

Pregão Presencial Nº 0025/2020

**OBJETO:** Constitui o objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS a aquisição de Materiais Hidráulicos para uso da Secretária de Infraestrutura do Município de Zortéa em atividades relativas a Água e Esgoto;  
Conforme especificações contidas no termo de referência anexo VII do edital.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos de Habilitação deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Compras e Licitação do Município de Zortéa-SC, até às 14h00min, para abertura da Sessão às 14:05 min do dia 07/07/2020.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

**MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Setor de Compras e Licitações, junto à Prefeitura de Zortéa, com endereço na Rua Otaviano Oleari Franceschi, n. 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

**Horário de Expediente:** Das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

**Telefone:** (049) 3557-2018 / (049) 3557-2019.

**No sítio:** [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

Zortéa-SC, 25 de Junho de 2020.

**ALCIDES MANTOVANI**

Prefeito Municipal

# Associações

## AMUREL

**AGO - JUNHO - 2020**

Publicação Nº 2536137

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 25 de junho de 2020, às 9 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 09:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, realizada de FORMA VIRTUAL através de WEB-Conferência com link a ser enviado (por e-mail e por whatsapp) para cada prefeito.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Prestação de Contas do 2º Bimestre;
- II. Aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária de Abril;
- III. Covid-19, Deliberação de Protocolos de atividades na região da AMUREL;
- IV. Assuntos diversos.

Tubarão, 23 de junho de 2020.

Clésio Bardini de Biasi  
Presidente da AMUREL  
Prefeito de Treze de Maio

## Consórcios

### AGIR

#### EXTRATO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2536308

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AGIR)

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AGIR), SC, com sede Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.762.843/0001-41, torna público aos interessados que irá realizar LEILÃO PÚBLICO ON LINE às 14 HORAS do dia 10 de JULHO de 2020. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, para venda à vista de bens móveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Agir ou através dos sites WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR, WWW.LEILOADOR.COM.BR ou WWW.AGIR.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (47) 3331-5827 na AGIR ou (47) 9 3546 2855 ou (47) 98812 4477 com o Leiloeiro. Aplicam-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Blumenau (SC), em 24 de junho de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD

DIRETOR GERAL

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ AGIR

### CIM-AMAVI

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 – AVISO DE ANULAÇÃO/REVOGAÇÃO

Publicação Nº 2536161

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI (CIM-AMAVI)

AVISO DE ANULAÇÃO/REVOGAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI (CIM-AMAVI), representado pelo seu Presidente, Sr. Jonas Pudewell, considerando as justificativas constantes da manifestação da Pregoeira e do Parecer Jurídico, tendo sido assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório aos licitantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, resolve ANULAR/REVOGAR o Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2020, que tem por objeto a SELEÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM-AMAVI LICENÇA DE USO DE SISTEMA PARA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, QUE DEVERÁ POSSUIR ARQUITETURA WEB E PERMITIR ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, COM HOSPEDAGEM SOB A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, INCLUINDO SERVIÇOS INICIAIS DE IMPLANTAÇÃO (INSTALAÇÃO, IMPORTAÇÃO CONVERSÃO DE DADOS E PARAMETRIZAÇÃO) E TREINAMENTO DE USUÁRIOS, ASSIM COMO SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA MELHORIA TECNOLÓGICA SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO CONTÍNUO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) e todos os atos subsequentes.

Rio do Sul, 24 de junho de 2020.

Jonas Pudewell

Prefeito de José Boiteux (SC)

Presidente do CIM-AMAVI



**CIMVI****EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - AUC**

Publicação Nº 2536078

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUC Nº 32/2020/LIC

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 662/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão AUTORIZAÇÃO DE CORTE, válida até 10/12/2020, formulado pelo empreendedor LAURO KREISS AGROPASTORIL LTDA - EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 26.366.656/0001-16, para a atividade de 71.11.00 - Parcelamento do solo urbano, que será exercida na Rua Campinas/Rua Patrimônio II, s/nº, Bairro Campinha - Massaranduba/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 10 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba/Portaria nº 0686/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - AUT**

Publicação Nº 2536086

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PARA TERRAPLANAGEM Nº 40/2020/LIC

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 662/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE TERRAPLANAGEM, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor LAURO KREISS AGROPASTORIL LTDA - EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 26.366.656/0001-16, para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de Solo Urbano, que será exercida na Rua Campinas/Rua Patrimônio II, s/nº, Bairro Campinha - Massaranduba/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 10 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - DANC**

Publicação Nº 2536030

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 789/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 359/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Ciclofaixa – 650,00 metros de Extensão, situado na Rua Harrold Laffin, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 788/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 360/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Ciclofaixa – 50,00 metros de Extensão, situado na Rua Francisco Bramorski, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao

Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 787/2020

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 361/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Ciclofaixa – 1.600,00 metros de Extensão, situado na Rua Eugênio Kleine, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 785/2020

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 363/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Ciclofaixa – 200,00 metros de Extensão, situado na Rua 11 de Novembro, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 786/2020

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 362/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Ciclofaixa – 110,00 metros de Extensão, situado na Rua Benno Rode, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 774/2020

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 338/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 01/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE INDIAIAL, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem, urbanização e obras complementares – 373,00 metros de extensão, situado na Rua Santiago, s/nº, Bairro Tapajós, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 01 de junho de 2020.

Paulo Roberto Ledra

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 775/2020

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 332/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 01/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Pavimentação e Urbanização - 1.370,00 m², situado na Praça da Rua 7 de Setembro, s/nº, Bairro Carijós, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 01 de junho de 2020.

Paulo Roberto Ledra

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 790/2020****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 358/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Ciclofaixa – 120,00 metros de Extensão, situado na Rua Luiz Kreis, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 791/2020****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 357/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Ciclofaixa – 80,00 metros de Extensão, situado na Rua Otto Bauer, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 796/2020****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 367/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Sinalização Viária - 534,00 metros de Extensão, situado na Rua Butuca, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 793/2020****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 355/2020 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Ciclofaixa - 500,00 metros de Extensão, situado na Rua Victor Bramorski, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 792/2020**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 356/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 16/06/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Ciclofaixa – 1.200,00 metros de Extensão, situado na Rua Sete de Setembro, s/nº, Bairro Centro, no Município de Massaranduba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 16 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAI**

Publicação Nº 2536028

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 73/2020**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 626/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, com prazo de validade de vinte e quatro meses, formulado pelo empreendedor SANTA TEREZINHA PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 14.059.318/0001-52, para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de solo urbano – LOTEAMENTO RESIDENCIAL COLINA DA COSTA, que será exercida na Rua Guilherme João Brockveld, s/nº, bairro Ilhotinha - Ilhota/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 10 de junho de 2020.

Roberto da Silva

Município de Ilhota

Portaria 35/2020

**EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAO**

Publicação Nº 2536077

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 256/2020**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 662/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor LAURO KREISS AGROPASTORIL LTDA - EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 26.366.656/0001-16, para as atividades de 71.11.00 – Parcelamento de Solo Urbano, que será exercida na Rua Gustavo Richard, nº 120, Sala 20, Bairro Centro - Massaranduba/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 10 de junho de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019



**CINCATARINA****AT20CIN15875-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP-PAL01902020**

Publicação Nº 2536978

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN15875

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN15876-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL01902020**

Publicação Nº 2536979

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN15876

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN15877-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL01902020**

Publicação Nº 2536980

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN15877

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN15878-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP-PAL01902020**

Publicação Nº 2536981

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN15878

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN15879-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL01902020**

Publicação Nº 2536982

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN15879

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN15880-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL01902020**

Publicação Nº 2536983

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN15880

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16354-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536984

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16354

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16355-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-LFL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536985

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16355

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: LFL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16356-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536986

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16356

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16357-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536987

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16357

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16358-ASCURRA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536988

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16358

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ASCURRA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16434-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536684

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16434

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16503-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536704

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16503

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO BELA VISTA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO BELA VISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16546-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536687

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16546

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16547-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536688

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16547

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16548-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536689

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16548

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16549-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536690

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16549

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16550-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536691

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16550

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16551-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536693

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16551

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16552-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536694

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16552

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16553-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536695

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16553

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16554-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536696

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16554

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16555-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536697

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16555

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16556-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536698

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16556

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16557-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536699

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16557

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16558-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536701

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16558

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16559-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536702

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16559

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16560-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536703

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16560

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16561-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536709

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16561

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16562-MUNICÍPIO DE OURO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536705

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16562

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16563-MUNICÍPIO DE OURO-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536706

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16563

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16564-MUNICÍPIO DE OURO-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536707

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16564

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16565-MUNICÍPIO DE OURO-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536772

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16565

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16566-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536710

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16566

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16567-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536711

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16567

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16568-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536712

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16568

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16569-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536713

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16569

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16570-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536714

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16570

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16571-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536715

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16571

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16572-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536716

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16572

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16573-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536717

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16573

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16574-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536718

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16574

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16575-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536719

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16575

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16576-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536720

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16576

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16577-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536721

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16577

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16578-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536722

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16578

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16579-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536723

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16579

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16580-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536724

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16580

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16581-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536725

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16581

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16582-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536726

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16582

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16583-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536727

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16583

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16584-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536728

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16584

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16585-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536729

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16585

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16586-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536730

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16586

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16587-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536731

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16587

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16588-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536732

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16588

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16589-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536733

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16589

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16590-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536734

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16590

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16591-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536735

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16591

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16592-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536736

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16592

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16593-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536737

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16593

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16594-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536739

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16594

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16595-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536740

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16595

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16596-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536741

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16596

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16597-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536742

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16597

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16598-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536743

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16598

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16599-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536744

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16599

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16600-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536745

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16600

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16601-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536747

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16601

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16602-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536748

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16602

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16603-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536749

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16603

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16604-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536750

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16604

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16605-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536752

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16605

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16606-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536753

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16606

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16607-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536754

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16607

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16608-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536756

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16608

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16609-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536757

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16609

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16610-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536758

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16610

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16611-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536759

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16611

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16612-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536760

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16612

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16613-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536761

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16613

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16614-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536762

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16614

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16615-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536763

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16615

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16616-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536765

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16616

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16617-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536766

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16617

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16618-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536767

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16618

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16619-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536768

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16619

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16620-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536770

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16620

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16621-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536771

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16621

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16622-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536788

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16622

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16623-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536773

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16623

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16624-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536775

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16624

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16625-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536776

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16625

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16626-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536777

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16626

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16627-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536778

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16627

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16628-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536779

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16628

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16629-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536780

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16629

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16630-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536857

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16630

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16631-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536783

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16631

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16632-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536784

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16632

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16633-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536785

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16633

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16634-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536786

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16634

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16635-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536787

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16635

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16636-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536790

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16636

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16637-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536789

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16637

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16638-AGROLÂNDIA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536807

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16638

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16639-AGROLÂNDIA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536791

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16639

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16640-AGROLÂNDIA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536793

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16640

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16641-AGROLÂNDIA-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536794

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16641

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16642-DONA EMMA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536795

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16642

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16643-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536796

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16643

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16644-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536797

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16644

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16645-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536798

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16645

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16646-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536800

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16646

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16647-GUATAMBÚ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536801

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16647

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16648-GUATAMBÚ-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536802

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16648

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16649-GUATAMBÚ-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536803

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16649

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16650-GUATAMBÚ-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536804

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16650

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16651-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536805

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16651

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16652-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536806

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16652

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16653-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536853

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16653

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16654-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536809

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16654

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16655-MUNICÍPIO DE SALETE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536810

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16655

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16656-MUNICÍPIO DE SALETE-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536811

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16656

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16657-MUNICÍPIO DE SALETE-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536812

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16657

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16658-MUNICÍPIO DE SALETE-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536813

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16658

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16659-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536815

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16659

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16660-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536816

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16660

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16661-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536818

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16661

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16662-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536862

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16662

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16663-MUNICÍPIO DE IBIAM-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536820

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16663

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16664-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536822

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16664

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16665-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536823

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16665

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16666-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536824

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16666

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16667-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536825

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16667

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16668-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536826

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16668

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16669-MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536827

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16669

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16670-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536828

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16670

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16671-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536829

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16671

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16672-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536830

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16672

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16673-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536831

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16673

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16674-CINCATARINA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536832

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16674

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16675-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536833

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16675

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16676-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536834

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16676

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16677-HOSPITAL STO ANTONIO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536835

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16677

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16678-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536836

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16678

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16679-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536837

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16679

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16680-MUNICÍPIO DE IRANI-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536838

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16680

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16681-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536839

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16681

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16682-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536840

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16682

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16683-MUNICÍPIO DE VARGEM-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536841

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16683

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16684-MUNICÍPIO DE VARGEM-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536842

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16684

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16685-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536843

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16685

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16686-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536844

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16686

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16687-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536845

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16687

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16688-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536847

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16688

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16689-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536848

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16689

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16690-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536849

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16690

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16691-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536850

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16691

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16692-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536851

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16692

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16693-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536852

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16693

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16694-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536880

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16694

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16695-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536855

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16695

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16696-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536856

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16696

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16697-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536895

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16697

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16698-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536858

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16698

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16699-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536859

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16699

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16700-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536860

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16700

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16701-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536861

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16701

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16702-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536902

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16702

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16703-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536864

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16703

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16704-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536865

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16704

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16705-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536866

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16705

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16706-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536867

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16706

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16707-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536868

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16707

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16708-MUNICÍPIO DE OURO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536869

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16708

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16709-MUNICÍPIO DE OURO-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536870

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16709

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16710-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536872

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16710

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16711-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536873

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16711

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16712-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536874

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16712

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN16713-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536875

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16713

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16714-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536876

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16714

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16715-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536878

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16715

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16716-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536879

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16716

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16717-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536913

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16717

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16718-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536881

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16718

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16719-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536882

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16719

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16720-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536883

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16720

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16721-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536884

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16721

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16722-AGROLÂNDIA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536886

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16722

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16723-AGROLÂNDIA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536887

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16723

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN16724-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536888

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN16724

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20577-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536989

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20577

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20578-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536990

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20578

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20579-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536991

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20579

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20580-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LT-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536992

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20580

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20581-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA E-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536889

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20581

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20582-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536890

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20582

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN20583-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536891

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20583

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20584-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536892

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20584

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20585-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536894

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20585

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20586-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536940

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20586

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20587-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536896

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20587

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20588-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536897

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20588

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN20589-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS -PAL0010362020**

Publicação Nº 2536898

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20589

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20590-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536899

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20590

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20591-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536900

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20591

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20592-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536939

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20592

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20593-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536903

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20593

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI- ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20594-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536904

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20594

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20595-MUNICÍPIO DE LUZERNA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536905

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20595

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20596-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536906

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20596

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20597-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-ADISUL COMERCIAL LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536907

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20597

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20598-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536908

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20598

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20599-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536909

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20599

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20600-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536910

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20600

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20601-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536912

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20601

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20602-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536943

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20602

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20603-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536914

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20603

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20604-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536915

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20604

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20605-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536916

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20605

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20606-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536917

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20606

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN20607-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS -PAL0010362020**

Publicação Nº 2536918

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20607

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20608-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536919

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20608

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20609-DONA EMMA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536920

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20609

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20610-DONA EMMA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536921

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20610

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20611-DONA EMMA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536922

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20611

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20612-DONA EMMA-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536923

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20612

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**AT20CIN20613-DONA EMMA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536925

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20613

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20614-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536926

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20614

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20615-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536927

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20615

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20616-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536928

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20616

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20617-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536929

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20617

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20618-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -MEDITON FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536930

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20618

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: MEDITON FARMACÊUTICA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20619-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536931

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20619

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20620-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536932

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20620

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20646-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536933

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20646

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20647-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536934

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20647

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20648-MUNICÍPIO DE VARGEM-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536935

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20648

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20649-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536936

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20649

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20650-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536937

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20650

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN20651-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536938

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN20651

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 10457/2020-E**

Publicação Nº 2536383

Processo Administrativo Eletrônico:	10457/2020-e
Interessado:	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item nº 116
Referência	PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2019, Registro de Preço

**PARECER JURÍDICO**

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 116, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 01/06/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e informação do fabricante que está operando em escala reduzida em decorrência da pandemia (COVID-19) afetando o prazo de entrega, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido. Em relação as autorizações de fornecimento, confirmou a capacidade de atendimento AF 18325/2020 - Sr. Rubens.

**II – Fundamentação**

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

## 20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

## CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

No entanto, devemos observar que estamos diante de uma pandemia mundial, o qual devemos observar o momento específico e que o inadimplemento contratual que tenha como base a justificativa de desabastecimento deve ser levado em consideração.

Nestes termos, com base na Resolução n. 29, de 07 de abril de 2020, o CINCATARINA poderá se abster de aplicar as penalidades pecuniárias previstas na Ata de Registro de Preço, conforme dispõe:

Art. 7º. Os contratos administrativos do CINCATARINA deverão atender a sua Função Social e os princípios que gerem a Administração



Pública em geral, visando implantar uma Administração Dialógica, com intuito de satisfazer necessidades coletivas e dialogar com os fornecedores nesse momento de pandemia do COVID-19.

§ 1º. O acompanhamento das execuções decorrentes de autorizações de fornecimento e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, relativos ao Projeto de Licitações Compartilhadas, deverá levar em consideração a atual situação de calamidade pública federal e situações de emergência no Estado de Santa Catarina e nos municípios consorciados.

§ 2º. O CINCATARINA poderá deixar de aplicar penalidades pecuniárias previstas no edital e no instrumento contratual nos casos em que a empresa fornecedora ou prestadora de serviço justifique e comprove de que o descumprimento ocorreu em razão da pandemia do COVID-19.

Portanto, caberá nesse momento a coerência deste Órgão Gerenciado quanto da aplicação das penalidades, devendo resguardar o interesse público no que diz respeito ao atendimento das demandas para a população, assim como observar os efeitos que possíveis sanções pecuniárias às empresas nesse momento delicado de nossa economia. O poder sancionador do Estado na relação contratual deve ser ponderado.

### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução 29/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
  - b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.
- Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. O cancelamento do Registro de Preço da PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2019, Registro de Preço, referente ao item nº 116;
2. Pela rescisão das AFs 23674 e 24073/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 116, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimentos não vencidas, mas presente a obrigação contratual.
3. Pela execução do contrato (AF) 18325/2020, encaminhada ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 15 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	10457/2020-e
Interessado:	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item nº 116
Referência	PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2019, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 116 do processo licitatório acima, requerido pela PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2019, Registro de Preço, referente ao item nº 116;
2. Pela rescisão das AFs 23674 e 24073/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 116, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimentos não vencidas, mas presente a obrigação contratual.
3. Pela execução do contrato (AF) 18325/2020, encaminhada ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11143/2020-E

Publicação Nº 2536336

Processo Administrativo Eletrônico:	11143/2020-e
Interessado:	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item nº 148
Referência	PAL nº 0027/2019, PE nº 0021A/2019, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 148, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 12/06/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e informação do fabricante da dificuldade na fabricação/entrega devido a pandemia (COVID-19) e da escassez do produto no mercado e falta de previsão de entrega, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido (eDOC A5B4B18F, eDOC 1809FEB7). Em relação as autorizações de fornecimento, a empresa afirmou que não possui capacidade de atendimento, conforme contato telefônico com a Sra. Karine (47) 3531-9800.

Em suma é o relatório.

Passo a análise.

#### II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

#### 20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que



não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]  
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

No entanto, devemos observar que estamos diante de uma pandemia mundial, o qual devemos observar o momento específico e que o inadimplemento contratual. A fabricante do item, conforme declaração (eDOC 1809FEB7), informou a suspensão temporariamente a venda de sua produção.

Nestes termos, com base na Resolução n. 29, de 07 de abril de 2020, o CINCATARINA poderá se abster de aplicar as penalidades pecuniárias previstas na Ata de Registro de Preço, conforme dispõe:

Art. 7º. Os contratos administrativos do CINCATARINA deverão atender a sua Função Social e os princípios que gerem a Administração Pública em geral, visando implantar uma Administração Dialógica, com intuito de satisfazer necessidades coletivas e dialogar com os fornecedores nesse momento de pandemia do COVID-19.

§ 1º. O acompanhamento das execuções decorrentes de autorizações de fornecimento e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, relativos ao Projeto de Licitações Compartilhadas, deverá levar em consideração a atual situação de calamidade pública federal e situações de emergência no Estado de Santa Catarina e nos municípios consorciados.

§ 2º. O CINCATARINA poderá deixar de aplicar penalidades pecuniárias previstas no edital e no instrumento contratual nos casos em que a empresa fornecedora ou prestadora de serviço justifique e comprove de que o descumprimento ocorreu em razão da pandemia do COVID-19.

Portanto, caberá nesse momento a coerência deste Órgão Gerenciado quanto da aplicação das penalidades, devendo resguardar o interesse público no que diz respeito ao atendimento das demandas para a população, assim como observar os efeitos que possíveis sanções pecuniárias as empresas nesse momento delicado de nossa economia. O poder sancionador do Estado na relação contratual deve ser ponderado.

#### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0029/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
  - b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.
- Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. O cancelamento do Registro de Preço da METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0027/2019, PE nº 0021A/2019, Registro de Preço, referente ao item nº 148;
2. Pela rescisão das AF 23854 e 25735/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 148, devidamente justificada.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 22 de junho de 2020

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	11143/2020-e
Interessado:	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item nº 148
Referência	PAL nº 0027/2019, PE nº 0021A/2019, Registro de Preço

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 148 do processo licitatório acima, requerido pela METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0027/2019, PE nº 0021A/2019, Registro de Preço, referente ao item nº 148;
2. Pela rescisão das AF 23854 e 25735/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 148, devidamente justificada.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11160/2020-E

Publicação Nº 2536334

Processo Administrativo Eletrônico:	11160/2020-e
Interessado:	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens, 51, 58, 135, 140, 144, 174, 175, 207, 245, 313, 321 e 378
Referência	PAL nº 0026/2019, PE nº 0020/2019, Registro de Preço

#### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

##### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP, que versa sobre o cancelamento dos itens 51, 140, 321, 135, 378, 245, 175, 58, 144, 207, 174 e 313, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 09/06/2020) arguiu que devido a atual pandemia do COVID-19 e a falta crônica no mercado, sem previsão de faturamento por parte do fabricante, instabilidade dos preços, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido (eDOC 7C4BD4C1, eDOC A0E4F691). Quanto a autorização de fornecimento a empresa afirmou que não possui capacidade para atendê-las.

Em suma é o relatório.

Passo a análise.

**II – Fundamentação**

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

**20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

**CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

No entanto, devemos observar que estamos diante de uma pandemia mundial, o qual devemos observar o momento específico e que o inadimplemento contratual que tenha como base a justificativa de desabastecimento deve ser levado em consideração. Quanto ao item em específico é público e notório que este "EPI" possui grande demanda no combate a pandemia.

Nestes termos, com base na Resolução n. 29, de 07 de abril de 2020, o CINCATARINA poderá se abster de aplicar as penalidades pecuniárias previstas na Ata de Registro de Preço, conforme dispõe:

Art. 7º. Os contratos administrativos do CINCATARINA deverão atender a sua Função Social e os princípios que gerem a Administração Pública em geral, visando implantar uma Administração Dialógica, com intuito de satisfazer necessidades coletivas e dialogar com os fornecedores nesse momento de pandemia do COVID-19.

§ 1º. O acompanhamento das execuções decorrentes de autorizações de fornecimento e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, relativos ao Projeto de Licitações Compartilhadas, deverá levar em consideração a atual situação de calamidade pública federal e situações de emergência no Estado de Santa Catarina e nos municípios consorciados.

§ 2º. O CINCATARINA poderá deixar de aplicar penalidades pecuniárias previstas no edital e no instrumento contratual nos casos em que a empresa fornecedora ou prestadora de serviço justifique e comprove de que o descumprimento ocorreu em razão da pandemia do COVID-19.

Portanto, caberá nesse momento a coerência deste Órgão Gerenciado quanto da aplicação das penalidades, devendo resguardar o interesse público no que diz respeito ao atendimento das demandas para a população, assim como observar os efeitos que possíveis sanções pecuniárias as empresas nesse momento delicado de nossa economia. O poder sancionador do Estado na relação contratual deve ser ponderado.

### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0029/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
  - b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.
- Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP, no Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2019, PE nº 0020/2019, Registro de Preço, referente aos itens, 51, 58, 135, 140, 144, 174, 175, 207, 245, 313, 321 e 378.

2. Pela rescisão das AF's 24398/2020, 15376/2020, 21048/2020, 17686/2020, 20229/2020, 15784/2020, 15048/2020, 16517/2020, 21838/2020, 24670/2020, 18190/2020, 15233/2020 e 25100/2020 no que tange aos quantitativos dos itens, 140, 174 e 378, devidamente justificado;

3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 22 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	11160/2020-e
Interessado:	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens, 51, 58, 135, 140, 144, 174, 175, 207, 245, 313, 321 e 378
Referência	PAL nº 0026/2019, PE nº 0020/2019, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens, 51, 58, 135, 140, 144, 174, 175, 207, 245, 313, 321 e 378 do processo licitatório acima, requerido pela TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo deferimento do pedido de cancelamento do Registro de Preço da TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP, no Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2019, PE nº 0020/2019, Registro de Preço, referente aos itens, 51, 58, 135, 140, 144, 174, 175, 207, 245, 313, 321 e 378.

2. Pela rescisão das AF's 24398/2020, 15376/2020, 21048/2020, 17686/2020, 20229/2020, 15784/2020, 15048/2020, 16517/2020, 21838/2020, 24670/2020, 18190/2020, 15233/2020 e 25100/2020 no que tange aos quantitativos dos itens, 140, 174 e 378, devidamente justificado;

3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC,

CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11178/2020-E

Publicação Nº 2536345

Processo Administrativo Eletrônico:	11178/2020-e
Interessado:	PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI ME
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 91 e 92
Referência	PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2019, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI ME, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens nº 91 e 92, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro realizado pela empresa, (recebido através de e-mail em 09/06/2020) a empresa relata que o presente pedido se refere a elevações do preço de custo do objeto contratual no período entre a data da licitação e a presente data. Diante do exposto e objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, solicita o realinhamento do preço contratado, de acordo com a documentação juntada (eDOC 8560FCC8, eDOC 38DDB3F0).

Antes de conceder o reequilíbrio, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observadas a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução n. 0011/2017, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, revogada pela Resolução n. 0022/2020, dispondo sobre a mesma matéria.

Após a negociação realizada, quanto aos itens 91 e 92, constata-se que a proposta de reequilíbrio solicitada restou como melhor vantagem para os municípios, podendo o órgão gerenciador, alterar as atas de registro de preços conforme análise e manifestação técnica (eDOC 8FC072F4 e eDOC EBEC6300).

#### II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido.

Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as conseqüências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato



convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

No entanto, mesmo havendo a possibilidade jurídica do pedido de reequilíbrio, este está condicionado a comprovação por parte da empresa/fornecedor, o qual é analisado pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verifica-se que há proposta mais vantajosa para a administração pública, conforme consulta realizada no cadastro de fornecedores e apresentada no relatório do presente parecer.

Existem Autorizações de Fornecimento em aberto dos itens, devendo a interessada cumprir sua obrigação contratual, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços. Passo a conclusão

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 22/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;

b) Parecer técnico quando ao pedido;

c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange os itens 91 e 92, a partir da solicitação, sem efeito retroativo, nos termos da análise técnica;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 23 de junho de 2020

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	11178/2020-e
Interessado:	PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI ME
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 91 e 92
Referência	PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2019, Registro de Preço

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente aos itens nº 91 e 92, do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI ME.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange os itens 91 e 92, a partir da solicitação, sem efeito retroativo.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11186/2020-E

Publicação Nº 2536349

Processo Administrativo Eletrônico:	11186/2020-e
Interessado:	RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 10 e 46
Referência	PAL nº 0055/2019, PE nº 0043/2019, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens nº 10 e 46 referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Em sua solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro/Cancelamento realizado pela empresa, (recebido através de e-mail em 16/06/2020) a empresa relata que o presente pedido se refere a elevações do preço de custo do objeto contratual no período entre a data da licitação e a presente data. Diante do exposto e objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, solicita o realinhamento do preço contratado, de acordo com a documentação juntada (eDOC 121E6D4A, eDOC A053EB50).

Antes de conceder o reequilíbrio, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observadas a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução n. 0011/2017, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, revogada pela Resolução n. 0022/2020, dispondo sobre a mesma matéria.

Após a negociação realizada, quanto aos itens 10 e 46, constata-se que a proposta de reequilíbrio solicitada restou como melhor vantagem para os municípios, podendo o órgão gerenciador, alterar as atas de registro de preços conforme análise e manifestação técnica (eDOC 3034790A, eDOC 8729B80E).

É o relatório.

Passamos a análise.

#### II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido.

Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as conseqüências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio ou acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente

o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

No entanto, mesmo havendo a possibilidade jurídica do pedido de reequilíbrio, este está condicionado a comprovação por parte da empresa/fornecedor, o qual é analisado pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verifica-se que há proposta mais vantajosa para a administração pública, conforme consulta realizada no cadastro de fornecedores e apresentada no relatório do presente parecer.

Existem Autorizações de Fornecimento em aberto dos itens, devendo a interessada cumprir sua obrigação contratual, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços. Passo a conclusão

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 22/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quando ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange os itens 10 e 46, a partir da solicitação, sem efeito retroativo;
2. Pela execução dos contratos (AFs) 25591 e 25290/2020 encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 23 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	11186/2020-e
Interessado:	RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 10 e 46
Referência	PAL nº 0055/2019, PE nº 0043/2019, Registro de Preço

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente aos itens nº 10 e 46, do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange os itens 10 e 46, a partir da solicitação, sem efeito retroativo;
2. Pela execução dos contratos (AFs) 25591 e 25290/2020 encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.

Cumpra-se.



Florianópolis (SC), 24 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11232/2020-E

Publicação Nº 2536339

Processo Administrativo Eletrônico:	11232/2020-e
Interessado:	S&R DISTRIBUIDORA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens nº 194 e 214
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa S&R DISTRIBUIDORA LTDA, que versa sobre o cancelamento dos itens nº 194 e 214, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 17/06/2020) arguiu que devido a não possuir o item 194 em seu estoque e informação do fabricante da falta do mesmo e sem previsão de retorno devido a pandemia (COVID-19), fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido. Em relação ao item 214 arguiu que devido ao erro no momento da cotação e sendo o valor inexequível, fica impossibilitada de manter a proposta, assim justifica seu pedido. Quanto as autorizações de fornecimento em aberto não possui capacidade de fornecimento.

Em suma é o relatório.

Passo a análise.

#### II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Quanto ao item 214, diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, e levando em consideração o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, fica evidenciado que trata-se de erro próprio, tendo em vista a não disponibilidade da empresa em fornecer o quantitativo do item, no preço cotado, o que por ventura irá comprometer sua saúde financeira bem como o cumprimento da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório

ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]  
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

#### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. O cancelamento do Registro de Preço da S&R DISTRIBUIDORA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 194 e 214;

2. Pela rescisão das AF 23817, 24270, 23557, 23535, 25891 e 25038/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 194, devidamente justificada.

3. Pela rescisão das AF 25166/2020 no que tange ao saldo quantitativo dos itens nº 214, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimento não vencidas, mas presente a obrigação contratual.

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 22 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer  
Diretor Jurídico do CINCATARINA  
OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	11232/2020-e
Interessado:	S&R DISTRIBUIDORA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens nº 194 e 214
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens 194 e 214 do processo licitatório acima, requerido pela S&R DISTRIBUIDORA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da S&R DISTRIBUIDORA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 194 e 214;

2. Pela rescisão das AF 23817, 24270, 23557, 23535, 25891 e 25038/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 194, devidamente justificada.

3. Pela rescisão das AF 25166/2020 no que tange ao saldo quantitativo dos itens nº 214, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido as autorizações de fornecimento não vencidas, mas presente a obrigação contratual.

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11240/2020-E

Publicação Nº 2536340

Processo Administrativo Eletrônico:	11240/2020-e
Interessado:	JOAÇABA PNEUS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens nº 61, 62, 65, 66, 72, 84, 101, 102 e 117
Referência	PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2020, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa JOAÇABA PNEUS LTDA, que versa sobre o cancelamento dos itens nº 61, 62, 65, 66, 72, 84, 101, 102 e 117, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 17/06/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e informação do fabricante que está atendendo com regime reduzido devido a pandemia (COVID-19) não possuindo condições de reposição, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido (eDOC AF143FB3). A empresa não possui AFs em aberto.

Em suma é o relatório.

Passo a análise.

#### II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

#### 20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Tendo em vista que não há Afs em aberto, bem como o pedido por iniciativa do fornecedor, bem como a validade do PE 0016/2019, que é até 30/06/2020, passo a concluir.

#### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a

obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0029/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. O cancelamento do Registro de Preço da JOAÇABA PNEUS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2019, Registro de Preço, referente aos itens nº 61, 62, 65, 66, 72, 84, 101, 102 e 117;
  2. Que deixe de proceder com a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, tendo em vista que o PE0016/2019, tem validade apenas até o dia 30/06/2020.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 23 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	11240/2020-e
Interessado:	JOAÇABA PNEUS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento dos itens nº 61, 62, 65, 66, 72, 84, 101, 102 e 117
Referência	PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2020, Registro de Preço

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens nº 61, 62, 65, 66, 72, 84, 101, 102 e 117 do processo licitatório acima, requerido pela JOAÇABA PNEUS LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da JOAÇABA PNEUS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0022/2019, PE nº 0016/2019, Registro de Preço, referente aos itens nº 61, 62, 65, 66, 72, 84, 101, 102 e 117;
2. Que deixe de proceder com a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, tendo em vista que o PE0016/2019, tem validade apenas até o dia 30/06/2020.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 8367/2020-E

Publicação Nº 2536327

Processo Administrativo Eletrônico:	8367/2020-e
Interessado:	3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item nº 25
Referência	PAL nº 0018/2019, PE nº 0014/2019, Registro de Preço

#### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 25, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 16/06/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque, falta crônica mercado e sucessivos aumentos na moeda dólar devido a pandemia (COVID-19) o que dificulta a entrega, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido. A empresa argumenta ainda que há impactos relacionados a Lei Federal nº 13.969/2019 (eDOC 7C92F282). Em relação as autorizações de fornecimento em aberto a empresa afirmou que não possui capacidade de atendimento, conforme informado pelo Sr. Eduardo.

Em suma é o relatório.

Passo a análise

**II – Fundamentação**

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

**20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

**CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação



limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

O fato de a empresa arguir impactos relacionados a vigência da Lei Federal nº 13969/2019, não deve ser levado em consideração, uma vez que a empresa atua no mercado e teve o total e amplo conhecimento sobre a "nova lei de informática". No entanto, devemos observar que estamos diante de uma pandemia mundial, em uma situação atípica e que o inadimplemento contratual que tenha como base a justificativa de desabastecimento, alteração cambial no período de pandemia deve ser levada em consideração.

Nestes termos, com base na Resolução nº 0029, de 07 de abril de 2020, o CINCATARINA poderá se abster de aplicar as penalidades pecuniárias previstas na Ata de Registro de Preço, conforme dispõe:

Art. 7º. Os contratos administrativos do CINCATARINA deverão atender a sua Função Social e os princípios que gerem a Administração Pública em geral, visando implantar uma Administração Dialógica, com intuito de satisfazer necessidades coletivas e dialogar com os fornecedores nesse momento de pandemia do COVID-19.

§ 1º. O acompanhamento das execuções decorrentes de autorizações de fornecimento e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, relativos ao Projeto de Licitações Compartilhadas, deverá levar em consideração a atual situação de calamidade pública federal e situações de emergência no Estado de Santa Catarina e nos municípios consorciados.

§ 2º. O CINCATARINA poderá deixar de aplicar penalidades pecuniárias previstas no edital e no instrumento contratual nos casos em que a empresa fornecedora ou prestadora de serviço justifique e comprove de que o descumprimento ocorreu em razão da pandemia do COVID-19.

Portanto, caberá nesse momento a coerência deste Órgão Gerenciado quanto da aplicação das penalidades, devendo resguardar o interesse público no que diz respeito ao atendimento das demandas para a população, assim como observar os efeitos que possíveis sanções pecuniárias as empresas nesse momento delicado de nossa economia. O poder sancionador do Estado na relação contratual deve ser ponderado.

### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0029/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;

b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a opinar:

1. O cancelamento do Registro de Preço da 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0018/2019, PE nº 0014/2019, Registro de Preço, referente ao item nº 25;

2. Pela rescisão das AF 18598, 18599, 17354, 13261 e 17445/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 25, devidamente justificada.

3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 22 de junho de 2020

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	8367/2020-e
Interessado:	3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item nº 25
Referência	PAL nº 0018/2019, PE nº 0014/2019, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 25 do processo licitatório acima, requerido pela 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0018/2019, PE nº 0014/2019, Registro de Preço, referente ao item nº 25;

2. Pela rescisão das AF 18598, 18599, 17354, 13261 e 17445/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 25, devidamente

justificada.

3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de junho de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

**TR20CIN11596-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2536960

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11596

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11597-0114-0004-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2536997

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11597

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANÇO

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07523

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11609-0017-0005-CINCATARINA-G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP-PAL01902020**

Publicação Nº 2536996

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11609

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP

ATA: AT20CIN07433

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 18-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11612-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2536967

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11612

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 12-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11624-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2536995

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11624

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN08642

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR20CIN11625-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2536994

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11625

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-4; 4-4; 9-2; 15-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11663-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL01902020**

Publicação Nº 2536961

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11663

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN07360

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 17-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 09/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11742-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2536962

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11742

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 12-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11745-0017-0005-CINCATARINA-LFL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2536963

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11745

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LFL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

ATA: AT20CIN07606

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 11-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11749-0103-0004-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL01902020**

Publicação Nº 2536964

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11749

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN07392

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 17-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11750-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL01902020**

Publicação Nº 2536965

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11750

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN07360

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 17-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11765-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2536966

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11765

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 5-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11784-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2536669

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11784

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 263-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11785-0037-0004-MUNICÍPIO DE VARGEM-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL10362020**

Publicação Nº 2536944

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11785

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: S&amp;R DISTRIBUIDORA LTDA

ATA: AT20CIN11470

PAL: 1036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 174-300; 582-280

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11807-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL01902020**

Publicação Nº 2536974

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11807

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 0190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 13-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11823-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536968

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11823

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 12-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11843-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536969

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11843

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN07360

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 16-3; 17-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11848-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536970

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11848

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11856-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536819

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11856

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 465-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 18/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN11862-0017-0005-CINCATARINA-G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536971

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN11862

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP

ATA: AT20CIN07433

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 18-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 18/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12031-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536972

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12031

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 22/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12098-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536973

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12098

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 2-1; 7-7; 15-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12099-0017-0005-CINCATARINA-ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536993

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12099

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

ATA: AT20CIN07563

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12108-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536975

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12108

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 10-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12109-0162-0004-MAREMA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536976

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12109

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07544

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12110-0017-0005-CINCATARINA-GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-PAL0001902020**

Publicação Nº 2536977

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12110

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

ATA: AT20CIN07480

PAL: 000190/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0004/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 23/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR20CIN12111-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536942

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12111

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10301

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 268-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12115-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536781

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12115

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1027-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12116-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536686

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12116

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 111-800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TR20CIN12117-0017-0005-CINCATARINA-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536671

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12117

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11772

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 850-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12118-0174-0004-GUATAMBÚ-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536672

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12118

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

ATA: AT20CIN11842

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 850-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12121-0017-0005-CINCATARINA-BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536673

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12121

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA

ATA: AT20CIN12405

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 226-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12127-0017-0005-CINCATARINA-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536674

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12127

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN11118

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 871-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12130-0017-0005-CINCATARINA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536675

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12130

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN10564

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 777-360

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12133-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536676

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12133

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 231-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12135-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA  
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2536681

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12135

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN11372

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 53-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12136-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536682

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12136

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 165-180; 229-180

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12138-0017-0005-CINCATARINA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
HOSPITALARES EIRELE-PAL0010362020**

Publicação Nº 2536683

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12138

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

ATA: AT20CIN12158

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 85-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 24/06/2020

Florianópolis (SC), quarta-feira, 24 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA NºATC4922\_2020**

Publicação Nº 2536398

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" Nº 004922/2020 - e  
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0011/2020 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº ATC004922/2020

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, 1885, 13º ANDAR-SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS-SC, CEP: 88.070-800, neste ato representado por seu DIRETOR EXECUTIVO, Sr. ELÓI RONNAU, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, 1885, 13º ANDAR - SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, FLORIANÓPOLIS-SC CEP: 88.070-800 inscrito no CNPJ sob nº. 12.075.748/0001-32, neste ato representado pelo DIRETOR EXECUTIVO Sr. ELÓI RÖNNAU; FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R GREGÓRIO MATHIOSKI, 225 - SÃO JOSÉ MARIA D GOSTINE, MONTE CASTELO-SC CEP: 89380-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.455.792/0001-05, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. RENI MARIA MEISTER; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA EGIDIO JOÃO GUERRA, 1533 - CENTRO, ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.738.894/0001-38, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. ROSANE FÁTIMA CORONETTI DOMANSKI GUSSO; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 - CENTRO, JOAÇABA -SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 02.247.113/0001-11, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CASTELO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ALFREDO BECKER, 385 - CENTRO, MONTE CASTELO-SC CEP: 89380000 inscrito no CNPJ sob nº. 13.497.205/0001-76, neste ato representado pelo SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. GILVANE CARNEIRO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO BELA VISTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CARLOS ALBERTO TESSMANN, 38 - CENTRO, ALTO BELA VISTA-SC CEP: 89.730-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.481.963/0001-08, neste ato representado pelo PREFEITA MUNICIPAL Sr. CATIA TESSMANN REICHERT; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA AGRIPINO VARGAS, 303, SAIDA ARACA - PARQUE EXPOSICOES, ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.532.003/0001-20, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. SANDRA MARA DE SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO PEREIRA D'AVILA, 91 - CENTRO, ÁGUAS MORNAS-SC CEP: 88150-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.714.485/0001-39, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. REGINA MARIA MARTINS GARCIA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R GUILHERME ALTAIR SPINDOLA, 279, CASA - BORGES, ANITA GARIBALDI-SC CEP: 88.590-000 inscrito no CNPJ sob nº. 14.016.436/0001-83, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL Sr. RODRIGO GEHRKE; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R GONÇALVES JUNIOR, 260 - CENTRO, ANITÁPOLIS-SC CEP: 88.475-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.438.054/0001-45, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. JOSÉ CARLOS BORGES; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DE LOURDES, 47 - NOSSA SENHORA DE LOURDES, ASCURRA-SC CEP: 89138000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.241.709/0001-03, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. ENILSON ERLLEY DE FREITAS; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS, 333 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.595.042/0001-24, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CARMELO ZOCOLLI, 155, PRÉDIO - CENTRO, CAPINZAL-SC CEP: 89.665-000 inscrito no CNPJ sob nº. 05.029.092/0001-56, neste ato representado pelo GESTORA DO FUNDO DE SAÚDE Sr. KAMILLE SARTORI BEAL; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DUQUE DE CAXIAS, 2828 - CENTRO, CATANDUVAS-SC CEP: 89670-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.391.817/0001-91, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARARANGUA, 51 - CENTRO, CORONEL MARTINS-SC CEP: 89837000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.364.954/0001-08, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. IVAIR CARLOS BALDISSERA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTA CATARINA, 250 - CENTRO, FAXINAL DOS GUEDES-SC CEP: 89694-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.496.698/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GILBERTO ANGELO LAZZARI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R NEREU RAMOS, 277, ANEXO POSTO DE SAÚDE - CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000 inscrito no CNPJ sob nº. 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. EUGÊNIA BUCCO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R MACHADO, 416 - CENTRO, IPUAÇU-SC CEP: 89.832-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.395.801/0001-10, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. ELENIR GONDOLO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 22 DE JULHO, 1070 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 89440000 inscrito no CNPJ sob nº. 06.089.125/0001-16, neste ato representado pelo GESTORA Sr. GISELI KEMPINSKI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOAQUIM BOEING, 40 - CENTRO, ITUPORANGA-SC CEP: 88400000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.407.443/0001-18, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R CARLOS GOMES, 250 - CENTRO, JABORÁ-SC CEP: 89.677-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.478.051/0001-87, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADELIR MANOEL INÁCIO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV XV DE NOVEMBRO, 223 -

CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.594.533/0001-00, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA LEOBERTO LEAL, 20 - CENTRO, LAGES-SC CEP: 88.505.110 inscrito no CNPJ sob nº. 11.840.546/0001-77, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. CLAITON CAMARGO DE SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA TAMANDARÉ, SN - CENTRO, LINDÓIA DO SUL-SC CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ORVANE GERHKE ZANATTA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA OSWALDO SCHROEDER, 300 - CENTRO, LONTRAS-SC CEP: 89182000 inscrito no CNPJ sob nº. 17.756.464/0001-25, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. SIMONE ZAVAGLIA SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS, 164 - CENTRO, NOVA TRENTO-SC CEP: 88270-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.858.200/0001-91, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. ADAUTON RAULINO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MIGUEL COUTO, 800 - CENTRO, ORLEANS-SC CEP: 88870-000 inscrito no CNPJ sob nº. 03.230.443/0001-67, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE Sr. FERNANDO DE FAVERI MARCELINO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NATALINO CATAPAN, S/N - CENTRO, OURO VERDE -SC CEP: 89.834-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.323.964/0001-97, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AMELIO REMOR JUNIOR; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R JOSE PEREIRA DA SILVA, S/N - CENTRO, PAULO LOPES-SC CEP: 88.490-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.289.417/0001-28, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSH; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV 17 DE FEVEREIRO, 374, TERREO - CENTRO, PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC CEP: 89.745-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.333.647/0001-51, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. NEIVA KLEEMANN TONIELO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PC LEONARDO SELL, 40 - CENTRO, RANCHO QUEIMADO -SC CEP: 88.470-000 inscrito no CNPJ sob nº. 09.522.642/0001-25, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. MARCOS EGER; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, 40 - CENTRO, RIO NEGRINHO-SC CEP: 89295-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.377.912/0001-30, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. MARIA DE FÁTIMA MENDES AFONSO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RUI BARBOSA, 291 - CENTRO, SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CEP: 89990-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.359.214/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALEFFI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA LEOPOLDO FRANCISCO KRETZER, 01 - CENTRO, SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-SC CEP: 88.125-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.971.900/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na OSCAR VON HOHENBRUCK, S/N - CENTRO, TREZE TÍLIAS -SC CEP: 89650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 03.347.885/0001-98, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ALCIR DE RÔS; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CORONEL SANTOS MARINHO, 116 - CENTRO, XANXERÊ-SC CEP: 89820-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.396.929/0001-35, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL Sr. IRENE SALETE GORALSKI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PREF. OCTÁVIO URBANO SIMON, 267 - CENTRO, XAVANTINA-SC CEP: 89780-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.441.099/0001-10, neste ato representado pelo GESTORA DE SAÚDE Sr. JESSICA PAULA PINSETTA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS, 500 - CENTRO, XAXIM-SC CEP: 89825-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.323.985/0001-02, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ISAC GUIMARÃES CASAGRANDE; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R ARTHUR ADOLFO SANTOS, 355, ANEXO SALA 1 - PARQUE DAS ANDORINHAS, ZORTÉA-SC CEP: 89.633-000 inscrito no CNPJ sob nº. 12.139.961/0001-60, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL Sr. MARIA ROSELI SUSIN; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R ROGERIO PESSOA DA SILVA, 436, SALA - CENTRO, BOM JESUS -SC CEP: 89.824-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.391.482/0001-74, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. MARIZA ANGONESE; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R 1590, 430 - CENTRO, ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.485.410/0001-96, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ALZIRO XAVIER, 80 - CENTRO, PALMEIRA-SC CEP: 88545-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.299.998/0001-93, neste ato representado pelo PREFEITA MUNICIPAL Sr. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA; FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 1590, 430, EDIF - CENTRO, ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 12.115.907/0001-85, neste ato representado pelo GESTORA MUNICIPAL Sr. CÉLIA MARIA KONELL; MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO SANTIN, 30 - CENTRO, ABDON BATISTA-SC CEP: 89636-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.511.052/0001-10, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA; MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. PADRE JOÃO SMEDT, 1605 - CENTRO, ABELARDO LUZ-SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.886/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. WILAMIR DOMINGOS CAVASSINI; MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DOS PIONEIROS, 109 - CENTRO, AGROLÂNDIA-SC CEP: 88.420-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.582/0001-44, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. URBANO JOSE DALCANALE; MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA JOÃO MACAGNAN, 322 - CENTRO, ÁGUA DOCE-SC CEP: 89654-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI; MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. JOSÉ ADÃO LEHMKUHL, 62 - CENTRO, ÁGUAS MORNAS-SC CEP: 88.150-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.266/0001-50, neste ato



representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OMERO PRIM; MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO COMÉRCIO,1015 - CENTRO, ALTO BELA VISTA-SC CEP: 89.730-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CATIA TESSMANN REICHERT; MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. PAULINO GRANZOTTO,20 - CENTRO, ANITA GARIBALDI-SC CEP: 88.590-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.335/0001-85, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOÃO CIDINEI DA SILVA; MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. GONÇALVES JÚNIOR,260 - CENTRO, ANITÁPOLIS-SC CEP: 88.475- 000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.332/0001-92, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LAUDIR PEDRO COELHO; MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA ANCHIETA,10 - CENTRO, ANTÔNIO CARLOS-SC CEP: 88.180-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.290/0001-90, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GERALDO PAULI; MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA XV DE NOVEMBRO,26 - CENTRO, ARROIO TRINTA-SC CEP: 89590-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.826.462/0001-27, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLAUDIO SPRICIGO; MUNICÍPIO DE BOM JESUS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PEDRO BORTOLUZZI,435 - CENTRO, BOM JESUS-SC CEP: 89.824-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALZA; MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARMINDO LEOBET,441 - CENTRO, BRUNÓPOLIS-SC CEP: 89634-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.853/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIL ANTONIO DA ROSA; MUNICÍPIO DE CAÇADOR pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA,195 - CENTRO, CAÇADOR-SC CEP: 89500-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SAULO SPEROTTO; MUNICÍPIO DE CALMON pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MIGUEL DZUMANN,315 - CENTRO, CALMON-SC CEP: 89430-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.949.806/0001-37, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. PEDRO SPAUTZ NETTO; MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. EXPEDICIONÁRIO JOÃO BATISTA DE ALMEIDA,323 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89.620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.232/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO; MUNICÍPIO DE CAPINZAL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. CARMELO ZOCOLLI,155 - CENTRO, CAPINZAL-SC CEP: 89.665-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.406/0001-07, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NILVO DORINI; MUNICÍPIO DE CATANDUVAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. FELIPE SCHIMIT,1435 - CENTRO, CATANDUVAS-SC CEP: 89.670-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS; MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM DANIEL HOSTIN,930 - CENTRO, CELSO RAMOS-SC CEP: 88.598-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.493.343/0001-22, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS; MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. POLIDORO SANTIAGO,519 - CENTRO, COCAL DO SUL-SC CEP: 88.845-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR MAGAGNIN; MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PORTO ALEGRE,47 - CENTRO, CORONEL MARTINS-SC CEP: 89.837-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.093/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR MADELLA; MUNICÍPIO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CORONEL VIDAL RAMOS,860 - CENTRO, CURITIBANOS-SC CEP: 89520-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOSÉ ANTONIO GUIDI; MUNICÍPIO DE DONA EMMA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ALBERTO KOGLIN,3493 - CENTRO, DONA EMMA-SC CEP: 89.155-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NERCI BARP; MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,204 - CENTRO, ERVAL VELHO-SC CEP: 89613-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.422/0001-91, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR; MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV RIO GRANDE DO SUL,50 - CENTRO, FAXINAL DOS GUEDES-SC CEP: 89694-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.910/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GILBERTO ANGELO LAZZARI; MUNICÍPIO DE FRAIBURGO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA RIO DAS ANTAS,185 - CENTRO, FRAIBURGO-SC CEP: 89580-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.947.979/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLAUDETE GHELLER MATHIAS; MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ADOLFO SOLETTI,750 - CENTRO, FREI ROGÉRIO-SC CEP: 89530-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO; MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. MANOEL ROLIM DE MOURA,825 - CENTRO, GUATAMBÚ-SC CEP: 89.817-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.990.206/0001-12, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA; MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. NEREU RAMOS,389 - CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI ; MUNICÍPIO DE IBIAM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na TRAVESSA LEONIZA CARVALHO AGOSTINI,20 - CENTRO, IBIAM-SC CEP: 89652-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IVANIR ZANIN; MUNICÍPIO DE IBICARÉ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM PEDRO II,133 - CENTRO, IBICARÉ-SC CEP: 89.640.000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.448/0001- 30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GIANFRANCO VOLPATO; MUNICÍPIO DE IOMERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO RECH,500 - CENTRO, IOMERÊ-SC CEP: 89558-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUCIANO PAGANINI; MUNICÍPIO DE IPUAÇU pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ZANELLA,818 - CENTRO, IPUAÇU-SC CEP: 89.832-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.028/0001-83, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLORI PEROZA; MUNICÍPIO DE IPUMIRIM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM PEDRO II,230 - CENTRO, IPUMIRIM-SC CEP: 89.790-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VOLNEI ANTONIO SCHMIDT; MUNICÍPIO DE IRANI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ELIRIO DE GREGORI,67 - CENTRO, IRANI-SC CEP: 89680-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.455/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES; MUNICÍPIO

DE IRINEÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PARANÁ,200 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 89.440-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.558/0001-05, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIANO POZZI PEREIRA; MUNICÍPIO DE ITÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA DR. ALDO IVO STUMPF,100 - CENTRO, ITÁ-SC CEP: 89760-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.024.240/0001-53, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JAIRO LUIZ SARTORETTO; MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 1590,430 - BALNEÁRIO ITAPOÁ, ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 81.140.303/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARLON ROBERTO NEUBER; MUNICÍPIO DE ITUPORANGA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. VEREADOR JOAQUIM BOING,40 - CENTRO, ITUPORANGA-SC CEP: 88.400-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.640/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GERVÁSIO JOSÉ MACIEL; MUNICÍPIO DE JABORÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ANGELO POYER,320 - CENTRO, JABORÁ-SC CEP: 89.677-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.463/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADELIR MANOEL INÁCIO; MUNICÍPIO DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. XV DE NOVEMBRO,378 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DIOCLELIO RAGNINI; MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 31 DE MARÇO,1050 - CENTRO, LACERDÓPOLIS-SC CEP: 89660-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SÉRGIO LUIZ CALEGARI; MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. VITÓRIA,503 - CENTRO, LAJEADO GRANDE-SC CEP: 89.828-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.077/0001-16, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NOELI JOSÉ DAL MAGRO; MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARTHUR BARTH,300 - CENTRO, LEBON RÉGIS-SC CEP: 89.515-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.310/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DOUGLAS FERNANDO DE MELLO; MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA TAMANDARÉ,98 - CENTRO, LINDÓIA DO SUL-SC CEP: 89.735-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GENIR LOLI; MUNICÍPIO DE LONTRAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. HENRIQUE SCHROEDER,01 - CENTRO, LONTRAS-SC CEP: 89.182-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.665/0001-33, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARCIONEI HILLESHEIM; MUNICÍPIO DE LUZERNA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 16 DE FEVEREIRO,151 - CENTRO, LUZERNA-SC CEP: 89609-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.428/0001-72, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOISES DIERSMANN; MUNICÍPIO DE MACIEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER,133 - CENTRO, MACIEIRA-SC CEP: 89518-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.992.020/0001-00, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ZELIR CITADIN; MUNICÍPIO DE MAREMA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. VIDAL RAMOS,357 - CENTRO, MAREMA-SC CEP: 89.860-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADILSON BARELLA; MUNICÍPIO DE MATOS COSTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MANOEL LOURENÇO DE ARAÚJO,137 - CENTRO, MATOS COSTA-SC CEP: 89420-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.566/0001-51, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAUL RIBAS NETO; MUNICÍPIO DE MONTE CARLO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RODOVIA SC 456, ESQ. COM RUA VILMA GOMES,KM 15 - CENTRO, MONTE CARLO-SC CEP: 89618-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SONIA SALETE VEDOVATTO; MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ALFREDO BECKER ,385 - CENTRO, MONTE CASTELO-SC CEP: 89.380-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.525/0001-65, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA; MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTO INÁCIO,126 - CENTRO, NOVA TRENTO-SC CEP: 88.270-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo CHEFE DE GABINETE Sr. SALVIO OSMAR TONINI; MUNICÍPIO DE ORLEANS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA XV DE NOVEMBRO,12 - CENTRO, ORLEANS-SC CEP: 88.870-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.926.544/0001-43, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE LUIZ KOCH; MUNICÍPIO DE OURO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. GOV. JORGE LACERDA,1209 - CENTRO, OURO-SC CEP: 89.663-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.228/0001-57, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NERI LUIZ MIQUELOTO; MUNICÍPIO DE OURO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOÃO MARIA CONRADO,425 - CENTRO, OURO VERDE-SC CEP: 89.834-000 inscrito no CNPJ sob nº. 80.913.031/0001-72, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AMELIO REMOR JUNIOR; MUNICÍPIO DE PALMEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. ROBERTO HEMKMAIER,200 - CENTRO, PALMEIRA-SC CEP: 88.545-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.610.566/0001-06, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA; MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PADRE JOÃO BOTERO,485 - CENTRO, PASSOS MAIA-SC CEP: 89.687-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEOMAR ROBERTO LISTONI; MUNICÍPIO DE PAULO LOPES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. SANTA CATARINA,196 - CENTRO, PAULO LOPES-SC CEP: 88.490-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.365/0001-32, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR CARLOS RODRIGUES; MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA MARECHAL ARTHUR COSTA E SILVA,111 - CENTRO, PINHEIRO PRETO-SC CEP: 89570-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.148/0001-69, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. PEDRO RABUSKE; MUNICÍPIO DE PIRATUBA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. GOVERNADOR JORGE LACERDA,133 - CENTRO, PIRATUBA-SC CEP: 89.667-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.815.481/0001-58, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OLMIR PAULINHO BENJAMINI; MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO DA SILVA CALOMENO,243 - CENTRO, PONTE ALTA DO NORTE-SC CEP: 89535-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.991.287/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA; MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. MADRE MARIA THEODORA,264 - CENTRO, PONTE SERRADA- SC CEP: 89.683-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.236/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL; MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ALBERTO ERNESTO LANG,29 - CENTRO, PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC CEP: 89.745-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.244/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR DOMINGOS

MIOTTO; MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. LEONARDO SELL,40 - CENTRO, RANCHO QUEIMADO-SC CEP: 88.470-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.357/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLECI APARECIDA VERONEZI; MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO COMÉRCIO,780 - CENTRO, RIO DAS ANTAS-SC CEP: 89550-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.294/0001-23, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RONALDO DOMINGOS LOSS; MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,205 - CENTRO, RIO DOS CEDROS-SC CEP: 89.121-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.806/0001-18, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARILDO DOMINGOS FELIPPI; MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE,200 - CENTRO, RIO NEGRINHO-SC CEP: 89295-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.756/0001-79, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIO CESAR RONCONI; MUNICÍPIO DE SALETE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO SANTUÁRIO,162 - CENTRO, SALETE-SC CEP: 89.196-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.723/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING; MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na TRAVESSA DAS FLORES,58 - CENTRO, SALTO VELOSO-SC CEP: 89595-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.353/0001-24, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ANA ROSA ZANELA; MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOÃO GOETHEN SOBRINHO,555 - CENTRO, SANTA CECÍLIA-SC CEP: 89.540-000 inscrito no CNPJ sob nº. 85.997.237/0001-41, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA; MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. BRUNO PIECZARKA,154 - CENTRO, SANTA TEREZINHA-SC CEP: 89.199-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.951.323/0001-77, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALQUIRIA SCHWARZ; MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. 29 DE DEZEMBRO,12 - CENTRO, SÃO BONIFÁCIO-SC CEP: 88.485-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.340/0001-39, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO DE SOUZA CARVALHO; MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. GETÚLIO VARGAS,750 - CENTRO, SÃO DOMINGOS-SC CEP: 89.835-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.894/0001-08, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELIZEZ COMACHIO; MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DUQUE DE CAXIAS,789 - CENTRO, SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CEP: 89990-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.021.873/0001-08, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALEFFI; MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA LEOPOLDO FRANCISCO KRETZER,01 - CENTRO, SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-SC CEP: 88.125-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN; MUNICÍPIO DE TANGARÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA IRMÃOS PICOLLI,267 - CENTRO, TANGARÁ-SC CEP: 89642-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.999/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR BAÚ DA SILVA; MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTA CECÍLIA,385 - CENTRO, TIMBÓ GRANDE-SC CEP: 89545-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.497.492/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ARI JOSE GALESKI; MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. MINISTRO ANDREAS THALER,25 - CENTRO, TREZE TÍLIAS-SC CEP: 89650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.251/0001-41, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO DRESCH; MUNICÍPIO DE URUBICI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. FRANCISCO PEREIRA SOUZA,53 - CENTRO, URUBICI-SC CEP: 88.650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.843.582/0001-32, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ANTONIO ZILLI; MUNICÍPIO DE VARGÊÃO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. 7 DE SETEMBRO,477 - CENTRO, VARGÊÃO-SC CEP: 89.690-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.928/0001-64, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VOLMIR FELIPE; MUNICÍPIO DE VARGEM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA BENJAMIN MARGOTTI,214 - CENTRO, VARGEM-SC CEP: 89638-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.995.130/0001-18, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER; MUNICÍPIO DE VIDEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA MANOEL ROQUE,188 - ALVORADA, VIDEIRA-SC CEP: 89560-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DORIVAL CARLOS BORGIA; MUNICÍPIO DE XANXERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOSÉ DE MIRANDA RAMOS,455 - CENTRO, XANXERÊ-SC CEP: 89.820-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AVELINO MENEGOLLA; MUNICÍPIO DE XAVANTINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PREF. OCTÁVIO URBANO SIMON,163 - CENTRO, XAVANTINA-SC CEP: 89.780-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.878/0001-15, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ENOIR FAZOLO; MUNICÍPIO DE XAXIM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RUI BARBOSA,347 - CENTRO, XAXIM-SC CEP: 89825-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.854.670/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LIRIO DAGORT; MUNICÍPIO DE ZORTÉA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. OTAVIANO OLEONI FRANCESCHI,53 - CENTRO, ZORTÉA-SC CEP: 89.633-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.387/0001-08, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALCIDES MANTOVANI; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. N.SRA. PERPETUO SOCORRO,S/N - CENTRO , ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 02.482.295/0001-05, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Sr. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO; SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. MANOEL ROQUE,188 - ALVORADA, VIDEIRA -SC CEP: 89560-000 inscrito no CNPJ sob nº. 30.753.960/0001-93, neste ato representado pelo DIRETOR Sr. SANDRO ANTÔNIO CAREGNATO; SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA TIRADENTES ,123 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 84.591.890/0001-43, neste ato representado pelo DIRETORA PRESIDENTE Sr. PATRÍCIA CALLEGARI WARKEN doravante denominado ÓRGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: BELLENZIER PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RAYMUNDO RAMOS DA COSTA ALMEIDA, QUADRA 01 LOTE 06 - BREJARU, PALHOÇA-SC CEP: 88.132-716, inscrita no CNPJ sob nº 73.730.129/0016-05, neste ato representada Pelo seu Diretor Geral, Sr. Nilberto Antônio Bellenzier; COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AV. SENADOR ALBERTO PASQUALINE, Nº 347 - CENTRO, TRÊS DE MAIO-RS CEP: 98.910-000, inscrita no CNPJ sob nº 00.572.574/0001-34, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Márcio Tiecher Zimmermann; COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA pessoa jurídica de direito privado,



situada na RUA FREDOLINO OENNING; Nº 31 - CENTRO, RIO FORTUNA-SC CEP: 88.760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.261/0001-67, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Rosimar Borba; COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA SETE DE SETEMBRO, Nº 236 - CENTRO, TAPEJARA-RS CEP: 99.950-000, inscrita no CNPJ sob o nº 88.197.330/0001-60, neste ato representada Pelo seu Diretor, Sr. Sirinei Panizzon; DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA JOSÉ GALL, Nº 1115, GALPÃO 09 - CARVALHO, ITAJAÍ-SC CEP: 88.307-102, inscrita no CNPJ sob o nº 26.723.181/0001-78, neste ato representada Pelo seu Administrador, Sr. Rafael Dias da Silva; MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA JOÃO CARLOS MARINHO, Nº 25 - BORTOLON, XANXERÊ-SC CEP: 89.820-000, inscrita no CNPJ sob o nº 36.097.231/0001-02, neste ato representada Pela sua Sócia Proprietária, Sr. Edite Terezinha Moretto Bombassaro; MODELO PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, Nº 56 - LICORSUL, BENTO GOLÇALVES-RS CEP: 95.705-880, inscrita no CNPJ sob o nº 94.510.682/0001-26, neste ato representada Pelo seu Sócio-gerente, Sr. Igelso Ludovico Cecon; PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA PADRE DEHON, Nº 714 - CENTRO, BOA VISTA DO BURICÁ-RS CEP: 98.918-000, inscrita no CNPJ sob o nº 27.606.745/0001-55, neste ato representada Pelo seu Procurador, Sr. Sidnei Ricardo Bremm; PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA ADILIO HILARIO MUTZEMBERG, Nº 1645 - GUILHERME REICH, CONCÓRDIA-SC CEP: 89.700-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.975.230/0001-76, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. José Henrique Fazzioni; R.K. KASCZUK & CIA LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA EXPEDICIONÁRIO EDMUNDO ARRABAR, Nº 3617 - SANTA ROSA, PORTO UNIÃO-SC CEP: 89.400 -000, inscrita no CNPJ sob o nº 22.196.632/0002-96, neste ato representada Pelo seu Sócio Diretor, Sr. Rubens K. Kasczuk; SOMA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA PLACIDO DAMIANI; Nº 1200 - FREI ROGÉRIO, LAGES-SC CEP: 88.508-070, inscrita no CNPJ sob o nº 20.222.787/0001-43, neste ato representada Pelo seu Sócio Proprietário, Sr. Stefan Symalla, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores nos casos omissos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso dos órgãos e entidades dos entes da federação consorciados, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

- 2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.
- 2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento entre os Órgãos participantes.
- 2.2.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens.
- 2.2.2 – O Fornecedor deverá aceitar o remanejamento dos quantitativos dos itens.
- 2.3 – Nos casos de remanejamento entre os Órgãos Participantes, fica o Fornecedor ciente da área territorial de atuação do consórcio CINCATARINA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

- 4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.
- 4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.
- 4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua

proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93; 8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores; 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. 8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA ou qualquer um dos Municípios Consorciados, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação

específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO** 11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 004922/2020 - e, Pregão, na forma Eletrônica nº 0011/2020 - CINCATARINA, Registro de Preços, realizado pelo CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Órgão Gerenciador.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01/07/2020 à 30/06/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador (CINCATARINA) ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir (independentemente da sua estimativa de consumo).

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS DOM**

14.1 – Tabela de itens e preços registrados:

Item	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	UNIDADE	PNEU 165/70R13 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 79, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9792)	GOODYEAR KELLY EDGE TOURING	960	R\$ 170,00	R\$ 163.200,00
2	UNIDADE	PNEU 175/70R13 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9793)	FUZION 82T	2.852	R\$ 158,00	R\$ 450.616,00
3	UNIDADE	PNEU 185/70R13 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 86, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9794)	FIRESTONE F-700	234	R\$ 269,00	R\$ 62.946,00
4	UNIDADE	PNEU 175/65R14 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9795)	GOODYEAR KELLY EDGE TOURING	1.833	R\$ 212,90	R\$ 390.245,70
5	UNIDADE	PNEU 175/70R14 PARA AUTOMÓVEL COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 84, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9796)	FUZION 84T	2.587	R\$ 240,00	R\$ 620.880,00
6	UNIDADE	PNEU 175/70R14 PARA UTILITÁRIO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9797)	FIRESTONE F-700	2.040	R\$ 255,00	R\$ 520.200,00

7	UNIDADE	PNEU 175/80R14 PARA UTILITÁRIO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9798)	GOODYEAR KELLY EDGE SUV	168	R\$ 282,00	R\$ 47.376,00
8	UNIDADE	PNEU 185/60R14 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9799)	FORMULA ENERGY	581	R\$ 264,00	R\$ 153.384,00
9	UNIDADE	PNEU 185/65R14 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 86, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9800)	FUZION 86T	840	R\$ 253,00	R\$ 212.520,00
10	UNIDADE	PNEU 185/70R14 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9801)	PIRELLI CINT P1	1.153	R\$ 254,00	R\$ 292.862,00
11	UNIDADE	PNEU 175/65R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 84, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (CIM9802)	PIRELLI CINT P4	178	R\$ 280,00	R\$ 49.840,00
12	UNIDADE	PNEU 185/55R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (CIM9803)	PIRELLI CINT P1 PLUS	118	R\$ 525,00	R\$ 61.950,00
13	UNIDADE	PNEU 185/60R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 84, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9804)	PIRELLI CINT P1	1.176	R\$ 272,00	R\$ 319.872,00
14	UNIDADE	PNEU 185/65R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9805)	GOODYEAR EAGLE SPORT	1.514	R\$ 268,90	R\$ 407.114,60
15	UNIDADE	PNEU 195/55R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 85, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9806)	BRIDGESTON E ECOPIA EP 150	821	R\$ 273,00	R\$ 224.133,00
16	UNIDADE	PNEU 195/60R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9807)	PIRELLI CINT P1	633	R\$ 273,00	R\$ 172.809,00
17	UNIDADE	PNEU 195/65R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9808)	PIRELLI CINT P1	1.452	R\$ 304,00	R\$ 441.408,00
18	UNIDADE	PNEU 205/60R15 PARA UTILITÁRIO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9809)	PIRELLI CINT P7	446	R\$ 272,00	R\$ 121.312,00

19	UNIDADE	PNEU 195/55R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9810)	GOODYEAR EFFICIENTGRIP PERFORMANCE	340	R\$ 387,90	R\$ 131.886,00
20	UNIDADE	PNEU 195/75R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9811)	FIRESTONE CV5000	340	R\$ 478,00	R\$ 162.520,00
21	UNIDADE	PNEU 205/55R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9812)	KELLY EDGE SPORT	497	R\$ 247,90	R\$ 123.206,30
22	UNIDADE	PNEU 205/60R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9813)	PIRELLI CINT P7	1.309	R\$ 463,00	R\$ 606.067,00
23	UNIDADE	PNEU 215/50R17 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9815)	PIRELLI CINT P7	302	R\$ 450,00	R\$ 135.900,00
24	UNIDADE	PNEU 225/45R17 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9814)	PIRELLI CINT P1 PLUS	128	R\$ 289,00	R\$ 36.992,00
25	UNIDADE	PNEU 225/50R17 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9816)	FUZION UHP SPORT	132	R\$ 460,00	R\$ 60.720,00
26	UNIDADE	PNEU 245/45R18 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9818)	BRIDGESTONE POTENZA RE050A	60	R\$ 560,00	R\$ 33.600,00
27	UNIDADE	PNEU 245/60R18 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9819)	GOODYEAR EFFICIENTGRIP SUV	95	R\$ 552,00	R\$ 52.440,00
28	UNIDADE	PNEU 185R14 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9820)	FIRESTONE CV5000	505	R\$ 280,00	R\$ 141.400,00
29	UNIDADE	PNEU 195/80R14 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9821)	GOODYEAR G32 CARGO	86	R\$ 692,00	R\$ 59.512,00
30	UNIDADE	PNEU 195/70R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9822)	PIRELLI CINTURATO P1	212	R\$ 399,00	R\$ 84.588,00



31	UNIDADE	PNEU 205/60R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9823)	BRIDGESTON E DUELER AT REVO2	162	R\$ 365,00	R\$ 59.130,00
32	UNIDADE	PNEU 205/70R15, PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9824)	GOODYEAR CARGO MARATHON II	408	R\$ 388,99	R\$ 158.707,92
33	UNIDADE	PNEU 225/70R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9825)	PIRELLI CHRONO	376	R\$ 479,00	R\$ 180.104,00
34	UNIDADE	PNEU 225/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9826)	GOODYEAR WRANGLER ARMORTRAC	382	R\$ 498,00	R\$ 190.236,00
35	UNIDADE	PNEU 235/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9827)	GOODYEAR WRANGLER ARMORTRAC	162	R\$ 450,00	R\$ 72.900,00
36	UNIDADE	PNEU 255/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9828)	BRIDGESTON E DUELER A/T	152	R\$ 600,00	R\$ 91.200,00
37	UNIDADE	PNEU 235/75R15 PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9829)	GOODYEAR KELLY EDGE SUV	140	R\$ 355,00	R\$ 49.700,00
38	UNIDADE	PNEU 235/60R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9830)	GOODYEAR WRANGLER SUV	146	R\$ 353,00	R\$ 51.538,00
39	UNIDADE	PNEU 205/75R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9831)	GOODYEAR CARGO MARATHON II	1.757	R\$ 428,00	R\$ 751.996,00
40	UNIDADE	PNEU 215/65R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 98, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (CIM9832)	GOODYEAR WRANGLER SUV	472	R\$ 335,00	R\$ 158.120,00

41	UNIDADE	PNEU 215/75R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9833)	PIRELLI CHRONO	481	R\$ 759,00	R\$ 365.079,00
42	UNIDADE	PNEU 225/65R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9834)	GOODYEAR G32 CARGO	1.749	R\$ 630,00	R\$ 1.101.870,00
43	UNIDADE	PNEU 235/70R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9835)	GOODYEAR WRANGLER ARMORTRAC	128	R\$ 380,00	R\$ 48.640,00
44	UNIDADE	PNEU 245/70R16 PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9836)	BRIDGESTON E DUELER H/T 684III ECOPIA	110	R\$ 500,00	R\$ 55.000,00
45	UNIDADE	PNEU 245/70R16 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9837)	GOODYEAR WRANGLER ADVENTURE	155	R\$ 490,00	R\$ 75.950,00
46	UNIDADE	PNEU 255/70R16 PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9838)	GOODYEAR EFFICIENTGR IP SUV	100	R\$ 475,00	R\$ 47.500,00
47	UNIDADE	PNEU 255/70R16 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9839)	GOODYEAR WRANGLER AT ADVENTURE OWL	114	R\$ 475,00	R\$ 54.150,00
48	UNIDADE	PNEU 265/65R17 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9840)	GOODYEAR WRANGLER ARMORTRAC	104	R\$ 500,00	R\$ 52.000,00
49	UNIDADE	PNEU 265/70R16 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9841)	GOODYEAR WRANGLER ALL TERRAIN	130	R\$ 500,00	R\$ 65.000,00
50	UNIDADE	PNEU 265/75R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9842)	GOODYEAR WRANGLER RT/S COMERCIAL	261	R\$ 600,00	R\$ 156.600,00
51	UNIDADE	PNEU 215/80R16 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9843)	GOODYEAR WRANGLER ARMORTRAC	96	R\$ 400,00	R\$ 38.400,00

52	UNIDADE	PNEU 225/70R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9844)	GOODYEAR WRANGLER SUV	192	R\$ 500,00	R\$ 96.000,00
53	UNIDADE	PNEU 225/75R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9845)	GOODYEAR CARGO MARATHON II	590	R\$ 580,00	R\$ 342.200,00
54	UNIDADE	PNEU 225/75R16 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 118, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9846)	GOODYEAR CARGO MARATHON II	999	R\$ 580,00	R\$ 579.420,00
55	UNIDADE	PNEU 750R16 DESENHO DIRECIONAL, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9847)	GOODYEAR G32	334	R\$ 680,00	R\$ 227.120,00
56	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 DESENHO DIRECIONAL, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9849)	GOODYEAR ARMOR MAX MSS	1.520	R\$ 940,00	R\$ 1.428.800,00
57	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 DESENHO DIRECIONAL, PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9850)	FIRESTONE FS558	654	R\$ 755,00	R\$ 493.770,00
58	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 DESENHO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 13MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9851)	GOODYEAR REGIONAL RHD	1.358	R\$ 960,00	R\$ 1.303.680,00
59	UNIDADE	PNEU 700-16 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 10 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 9MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9852)	PIRELLI CT52	158	R\$ 446,00	R\$ 70.468,00
60	UNIDADE	PNEU 700-16 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARA APLICAÇÃO EM TOYOTA, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 10 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9853)	PIRELLI RT59	140	R\$ 462,00	R\$ 64.680,00



61	UNIDADE	PNEU 750-16 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 12 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 11MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9854)	PIRELLI CT52	519	R\$ 560,00	R\$ 290.640,00
62	UNIDADE	PNEU 750-16 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DE TRAÇÃO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 10 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 15MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9855)	PIRELLI RT59	380	R\$ 526,00	R\$ 199.880,00
63	UNIDADE	PNEU 750-16 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DE TRAÇÃO, PARA APLICAÇÃO EM TOYOTA, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 12 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 15MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9856)	PIRELLI AS22	518	R\$ 578,00	R\$ 299.404,00
64	UNIDADE	PNEU 1000-20 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 16 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9857)	PIRELLI CT65S	570	R\$ 1.033,00	R\$ 588.810,00
65	UNIDADE	PNEU 1000-20 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DE TRAÇÃO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 16 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 19MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9858)	PIRELLI AS22	633	R\$ 1.214,00	R\$ 768.462,00
66	UNIDADE	PNEU 1100-22 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 16 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 13MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9859)	GOODYEAR G8	160	R\$ 1.280,00	R\$ 204.800,00
67	UNIDADE	PNEU 900R20 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 16MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9860)	PIRELLI FG01	410	R\$ 1.524,00	R\$ 624.840,00
68	UNIDADE	PNEU 900R20 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRAÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 18MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9861)	PIRELLI TG01	510	R\$ 1.773,00	R\$ 904.230,00

69	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 15MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9862)	GOODYEAR G386 MSS	649	R\$ 1.397,90	R\$ 907.237,10
70	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 18MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9863)	GOODYEAR ARMOR MAX MSS	1.402	R\$ 1.597,00	R\$ 2.238.994,00
71	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 20MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9864)	GOODYEAR ARMOR MAX MSD	1.649	R\$ 1.634,00	R\$ 2.694.466,00
72	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 24MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9865)	GOODYEAR ARMOR MAX MSD	1.844	R\$ 1.900,00	R\$ 3.503.600,00
73	UNIDADE	PNEU 1100R22 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 15MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9867)	GOODYEAR G386 MSS	78	R\$ 1.498,00	R\$ 116.844,00
74	UNIDADE	PNEU 1100R22 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 22MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9868)	GOODYEAR ARMOR MAX MSD	140	R\$ 1.940,00	R\$ 271.600,00
75	UNIDADE	PNEU 1100R22 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM TRANSPORTE URBANO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 14MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9869)	GOODYEAR KELLY KS 461	70	R\$ 1.390,00	R\$ 97.300,00
76	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9870)	GOODYEAR G386 MSS	1.794	R\$ 1.430,00	R\$ 2.565.420,00

77	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 19MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9871)	BRIDGESTON E L320	1.900	R\$ 1.514,99	R\$ 2.878.481,00
78	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 25MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9872)	GOODYEAR ARMOR MAX MSD	2.357	R\$ 1.695,00	R\$ 3.995.115,00
79	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 17MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9873)	GOODYEAR ARMOR MAX MSS	323	R\$ 1.604,99	R\$ 518.411,77
80	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 20MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9874)	GOODYEAR ARMOR MAX MSD	302	R\$ 1.712,00	R\$ 517.024,00
81	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 26MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9875)	GOODYEAR ARMOR MAX MSD	388	R\$ 1.820,00	R\$ 706.160,00
82	UNIDADE	PNEU 11R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 18MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9876)	PIRELLI FG85	134	R\$ 2.100,00	R\$ 281.400,00
83	UNIDADE	PNEU 11R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 20MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9877)	PIRELLI TG01	118	R\$ 2.240,00	R\$ 264.320,00
84	UNIDADE	PNEU 11L15 PARA IMPLEMENTO COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9878)	TITAN FARM UTILITY L1	74	R\$ 650,00	R\$ 48.100,00
85	UNIDADE	PNEU 11L-16 IMPLEMENTO COM MÍNIMO 8 LONAS (CIM3545)	GOODYEAR LABORER	62	R\$ 799,00	R\$ 49.538,00

86	UNIDADE	PNEU 750-16 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL, 2 OU 3 RAIAS, COM NO MÍNIMO 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9879)	GOODYEAR RIB TRACTOR	108	R\$ 495,00	R\$ 53.460,00
87	UNIDADE	PNEU 750-16 PARA IMPLEMENTO, COM NO MÍNIMO 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9880)	GOODYEAR MÁQUINAS AGRÍCOLAS	363	R\$ 475,00	R\$ 172.425,00
88	UNIDADE	PNEU 900-16 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL, 2 OU 3 RAIAS, COM NO MÍNIMO 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9881)	TITAN GOODYEAR RIB TRACTOR	76	R\$ 656,00	R\$ 49.856,00
89	UNIDADE	PNEU 10.16.5 PARA BOB CAT, COM NO MÍNIMO 10 LONAS. (CIM9882)	PIRELLI PN16	290	R\$ 764,00	R\$ 221.560,00
90	UNIDADE	PNEU 12-16.5 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9883)	PIRELLI PN16	146	R\$ 988,00	R\$ 144.248,00
91	UNIDADE	PNEU 12-16.5 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9884)	FORERUNNE R HT STABILITY SKS1	308	R\$ 807,00	R\$ 248.556,00
92	UNIDADE	PNEU 9.17.5 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 12 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 11MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9885)	GOODYEAR G8	108	R\$ 700,00	R\$ 75.600,00
93	UNIDADE	PNEU 14-17.5 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9886)	GOODYEAR IT 323	120	R\$ 1.600,00	R\$ 192.000,00
94	UNIDADE	PNEU 10.5/80-18 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9887)	GOODYEAR SUPER FLOTATION	114	R\$ 670,00	R\$ 76.380,00
95	UNIDADE	PNEU 12.5/80-18 PARA RETROESCAVADEIRA TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9888)	TITAN GOODYEAR/ SURE GRIP LUG	194	R\$ 1.109,00	R\$ 215.146,00
96	UNIDADE	PNEU 12.5/80-18 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9889)	GOODYEAR SUREGRIP LUG	650	R\$ 1.440,00	R\$ 936.000,00
97	UNIDADE	PNEU 1300-24 COMPACTADOR LISO COM NO MÍNIMO 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9891)	FIRESTONE COMPACTAD OR C1	36	R\$ 2.958,00	R\$ 106.488,00
98	UNIDADE	PNEU 1300-24 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9892)	PIRELLI PN14	122	R\$ 1.600,00	R\$ 195.200,00
99	UNIDADE	PNEU 1400R24, PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO RADIAL, COM NO MÍNIMO 16 LONAS, DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9893)	TITAN TG2	605	R\$ 3.277,00	R\$ 1.982.585,00

100	UNIDADE	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9894)	PIRELLI PN14	190	R\$ 1.975,00	R\$ 375.250,00
101	UNIDADE	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, 16 LONAS, DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9895)	PIRELLI PN14	746	R\$ 2.232,00	R\$ 1.665.072,00
102	UNIDADE	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 24 LONAS, DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9896)	PIRELLI RM95	428	R\$ 5.034,00	R\$ 2.154.552,00
103	UNIDADE	PNEU 12.4-24 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9897)	GOODYEAR DYNA TORQUE II	425	R\$ 1.348,98	R\$ 573.316,50
104	UNIDADE	PNEU 14.9-24 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9898)	GOODYEAR DYNA TORQUE II	216	R\$ 1.525,00	R\$ 329.400,00
105	UNIDADE	PNEU 16.9-24 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9899)	PIRELLI TM95	50	R\$ 2.232,00	R\$ 111.600,00
106	UNIDADE	PNEU 19.5L-24 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9900)	FIRESTONE AT UTILITY R4	715	R\$ 2.697,65	R\$ 1.928.819,75
107	UNIDADE	PNEU 16.00-25 PARA PÁ CAREGADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 28 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9901)	PIRELLI RM95	30	R\$ 7.390,00	R\$ 221.700,00
108	UNIDADE	PNEU 17.5-25 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9902)	TITAN EARTHMOVE R TRACTION	602	R\$ 3.029,00	R\$ 1.823.458,00
109	UNIDADE	PNEU 23-1-26 PARA ROLO, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS COM GARRA. (CIM9903)	GOODYEAR ALL WEATHER	142	R\$ 3.150,00	R\$ 447.300,00
110	UNIDADE	PNEU 14.9-28 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9904)	GOODYEAR DYNA TORQUE II	106	R\$ 1.990,00	R\$ 210.940,00
111	UNIDADE	PNEU 16.9-28 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9905)	FIRESTONE ALL TRAC. UTILITY R4	50	R\$ 2.882,99	R\$ 144.149,50
112	UNIDADE	PNEU 16.9-30 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9906)	GOODYEAR DYNA TORQUE II	36	R\$ 2.450,00	R\$ 88.200,00
113	UNIDADE	PNEU 18.4-30 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9907)	GOODYEAR DYNA TORQUE II	365	R\$ 2.800,00	R\$ 1.022.000,00
114	UNIDADE	PNEU 23.1-30 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9908)	GOODYEAR DYNA TORQUE III	101	R\$ 3.794,00	R\$ 383.194,00

115	UNIDADE	PNEU 18.4-34 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9909)	FIRESTONE SAT 23G	182	R\$ 3.087,00	R\$ 561.834,00
116	UNIDADE	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 28 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9910)	PIRELLI RM95	276	R\$ 5.530,00	R\$ 1.526.280,00
117	UNIDADE	PNEU 165/70R14 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 81, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12425)	GOODYEAR ASSURANCE	62	R\$ 331,55	R\$ 20.556,10
118	UNIDADE	PNEU 195/70R14 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12432)	DURATURN MOZZO 4S+	50	R\$ 311,00	R\$ 15.550,00
119	UNIDADE	PNEU 31X10.50R15 AT, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12275)	GOODYEAR WRANGLER AT AD	60	R\$ 559,90	R\$ 33.594,00
120	UNIDADE	PNEU 31X10.50R15 MT, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE N, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12276)	BRIDGESTON E DESTINATIO N M/T	64	R\$ 615,49	R\$ 39.391,36
121	UNIDADE	PNEU 265/70R15 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM10447)	YOKOHAMA GO56 112H	80	R\$ 1.095,00	R\$ 87.600,00
122	UNIDADE	PNEU 185/55R16 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 83, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIDA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (CIM10446)	WESTLAKE RP28	46	R\$ 308,00	R\$ 14.168,00
124	UNIDADE	PNEU 215/55R17 PARA UTILITÁRIO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12429)	PIRELLI CINT P1 PLUS	50	R\$ 365,00	R\$ 18.250,00
125	UNIDADE	PNEU 215/60R17 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12426)	DURATURN TRAVIA HT	58	R\$ 416,79	R\$ 24.173,82
126	UNIDADE	PNEU 225/60R17 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 99, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12277)	DURATURN MOZZO STX	84	R\$ 479,00	R\$ 40.236,00
127	UNIDADE	PNEU 215/55R18 PARA UTILITÁRIO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12428)	DURATURN TRAVIA HT	54	R\$ 459,00	R\$ 24.786,00



128	UNIDADE	PNEU 235/45R18 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE Y, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM10738)	PIRELLI P1 CINTURATO	32	R\$ 704,00	R\$ 22.528,00
129	UNIDADE	PNEU 235/75R17,5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 130, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM10445)	SUMITOMO DUNLOP/SP3 20	152	R\$ 1.135,00	R\$ 172.520,00
130	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO PREDOMINANTE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM10444)	GOODYEAR STEELMARK - AGS	336	R\$ 1.177,00	R\$ 395.472,00
131	UNIDADE	PNEU 900-20 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 14 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 11MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM10442)	DURABLE DR942	156	R\$ 814,00	R\$ 126.984,00
132	UNIDADE	PNEU 7.00-16, TIPO DIAGONAL, 12 LONAS, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12440)	PIRELLI CT52 12 LONAS	70	R\$ 492,00	R\$ 34.440,00
133	UNIDADE	PNEU 900-20 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DE TRACÇÃO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 14 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 18MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM10443)	PIRELLI RT59	186	R\$ 1.042,00	R\$ 193.812,00
134	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM TRANSPORTE URBANO, REGIONAL OU RODOVIÁRIO COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 15MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM10737)	FIRESTONE T819	340	R\$ 1.410,00	R\$ 479.400,00
135	UNIDADE	PNEU 10.00R20, TIPO RADIAL, PARA EIXO DIRECIONAL OU LIVRE, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 19,7MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12441)	GOODYEAR ARMOR MAX MSS	80	R\$ 1.609,00	R\$ 128.720,00
136	UNIDADE	PNEU 10.00R20, TIPO RADIAL, PARA EIXO DE TRACÇÃO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 19,7MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12442)	GOODYEAR KELLY KS 481	66	R\$ 1.481,00	R\$ 97.746,00



137	UNIDADE	PNEU 1400-24 PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12446)	PIRELLI RM95	50	R\$ 4.660,00	R\$ 233.000,00
138	UNIDADE	PNEU 17.5R25, PARA TRASEIRA DE RETROESCAVADEIRAS, TIPO RADIAL, COM NO MÍNIMO 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (CIN12439).	PIRELLI RM100	60	R\$ 4.854,00	R\$ 291.240,00
139	UNIDADE	PNEU 20.5-25 L3, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM10440)	FORERUNNE R FORERUNNE R/LE E3	82	R\$ 5.287,00	R\$ 433.534,00
140	UNIDADE	PNEU 14.9-26 PARA TRATOR, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM10439)	TITAN HI-TRACTION LUG II	38	R\$ 1.934,00	R\$ 73.492,00
141	UNIDADE	PNEU AGRÍCOLA 5.00/6 ARO 12 (CIM2614)	MAGGION MICROCULTIVADOR	52	R\$ 199,00	R\$ 10.348,00
144	UNIDADE	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO (CIM1164)	MAGGION ST6	50	R\$ 75,50	R\$ 3.775,00
145	UNIDADE	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO (CIM1165)	MAGGION VIPER	85	R\$ 145,00	R\$ 12.325,00
146	UNIDADE	PNEU MOTO 2.50-17 DIANTEIRO (CIM2967)	IRA TIRES QUIZ 2.50-17	48	R\$ 88,85	R\$ 4.264,80
147	UNIDADE	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO (CIM1169)	MAGGION VIPER	62	R\$ 125,00	R\$ 7.750,00
148	UNIDADE	PNEU MOTO 90/90 - 21 DIANTEIRO (CIM1170)	MAGGION VIPER	40	R\$ 135,00	R\$ 5.400,00
149	UNIDADE	PNEU MOTO 120/80-18 TRASEIRO (CIM1171)	MAGGION VIPER	46	R\$ 159,00	R\$ 7.314,00
150	UNIDADE	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO (CIM1166)	MAGGION ST6	85	R\$ 78,00	R\$ 6.630,00
151	UNIDADE	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO (CIM1168)	MAGGION PREDATOR MRS	93	R\$ 93,50	R\$ 8.695,50
152	UNIDADE	PNEU 3.25/300-8, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12434)	ROMAGO ROMAGO	50	R\$ 21,00	R\$ 1.050,00
153	UNIDADE	PNEU 3.25/300-8 MACIÇO, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN12435)	BORDER 3.25/300-8 MACIÇO	50	R\$ 125,00	R\$ 6.250,00
154	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL (CIM1254)	TORTUGA QBOM	553	R\$ 27,85	R\$ 15.401,05
155	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL (CIM1255)	TORTUGA QBOM	585	R\$ 27,95	R\$ 16.350,75
156	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL (CIM1256)	TORTUGA QBOM	206	R\$ 32,00	R\$ 6.592,00
157	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5 (CIM3340)	MAGGION TR462	336	R\$ 89,98	R\$ 30.233,28
158	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5 (CIM2616)	TORTUGA QBOM	128	R\$ 89,00	R\$ 11.392,00
159	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16, COM OPÇÃO DE BICO CURTO OU LONGO CURVO, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TIPO DE BICO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM9911)	TORTUGA QBOM	218	R\$ 39,50	R\$ 8.611,00
160	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16, COM OPÇÃO DE BICO CURTO OU LONGO CURVO, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TIPO DE BICO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM9912)	TORTUGA QBOM	1.409	R\$ 39,00	R\$ 54.951,00
161	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA (CIM1264)	TORTUGA QBOM	134	R\$ 64,00	R\$ 8.576,00
162	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18 (CIM1274)	TORTUGA QBOM	547	R\$ 98,00	R\$ 53.606,00
163	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-20 (CIM1259)	MAGGION SC132	810	R\$ 77,00	R\$ 62.370,00

164	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000-20 (CIM1260)	MAGGION SC132	4.640	R\$ 76,98	R\$ 357.187,20
165	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR (CIM1970)	TORTUGA TORTUGA	36	R\$ 99,00	R\$ 3.564,00
166	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100-22 (CIM1261)	TORTUGA QBOM	88	R\$ 90,00	R\$ 7.920,00
167	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24 (CIM1277)	TORTUGA QBOM	1.925	R\$ 149,00	R\$ 286.825,00
168	UNIDADE	CÂMARA DE AR COM BICO CURTO PARA PNEU 1400X24. (CIM12443)	TORTUGA QBOM	44	R\$ 155,00	R\$ 6.820,00
169	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5 (CIM2979)	JFF TR15	218	R\$ 69,95	R\$ 15.249,10
170	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA (CIM1265)	JFF TR218A	440	R\$ 90,98	R\$ 40.031,20
171	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5 (CIM2976)	TORTUGA QBOM	96	R\$ 95,00	R\$ 9.120,00
172	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5, COM OPÇÃO DE BICO CURTO OU LONGO CURVO, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TIPO DE BICO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM9913)	JFF TR462D	966	R\$ 92,00	R\$ 88.872,00
173	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA (CIM1267)	MAGGION TR218A	469	R\$ 105,98	R\$ 49.704,62
174	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA (CIM1268)	MAGNUM TR218A	180	R\$ 150,80	R\$ 27.144,00
175	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24 (CIM1275)	MAGNUM TR218A	690	R\$ 177,90	R\$ 122.751,00
177	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25 (CIM1276)	TORTUGA QBOM/TORTUGA	739	R\$ 185,00	R\$ 136.715,00
178	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 20.5-25. (CIM10441)	TORTUGA TORTUGA	110	R\$ 330,00	R\$ 36.300,00
179	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA (CIM1269)	TORTUGA QBOM/TORTUGA	96	R\$ 215,00	R\$ 20.640,00
180	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA (CIM2980)	JFF TR218A	72	R\$ 254,98	R\$ 18.358,56
181	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA (CIM1270)	TORTUGA QBOM	48	R\$ 330,00	R\$ 15.840,00
182	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA (CIM1271)	TORTUGA QBOM	443	R\$ 245,00	R\$ 108.535,00
183	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA (CIM1272)	TORTUGA QBOM	138	R\$ 395,00	R\$ 54.510,00
184	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA (CIM1273)	TORTUGA QBOM	241	R\$ 300,00	R\$ 72.300,00
185	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 110/90R17, TRASEIRO PARA MOTO BROS. (CIM12430)	JFF MIMK17	50	R\$ 23,50	R\$ 1.175,00
186	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 90/90R18 (CIM12423)	JFF MG18	40	R\$ 17,99	R\$ 719,60
187	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 90/90R18 TRASEIRO PARA MOTO CG 125. (CIM12437)	DECABOR DECABOR	70	R\$ 15,00	R\$ 1.050,00
188	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 2,75R18 (CIM12424)	DECABOR DECABOR	40	R\$ 15,00	R\$ 600,00
189	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 90/90R19, DIANTEIRO PARA MOTO BROS. (CIM12431)	JFFMG19	20	R\$ 23,25	R\$ 465,00
190	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 3.25/300-8. (CIM12436)	JFFMG8	20	R\$ 11,99	R\$ 239,80
191	UNIDADE	PROTETOR 900- 20 (CIM1249)	ECOBOR ECOBOR ARO 20	839	R\$ 21,90	R\$ 18.374,10
192	UNIDADE	PROTETOR 1000 - 20 (CIM1250)	SBN 20	4.882	R\$ 21,99	R\$ 107.355,18
193	UNIDADE	PROTETOR 1100 - 22 (CIM125)	SBN 22	106	R\$ 25,99	R\$ 2.754,94
194	UNIDADE	PROTETOR 1400 - 24 (CIM1252)	SBN 24	1.470	R\$ 50,45	R\$ 74.161,50
195	UNIDADE	PROTETOR PARA PNEU 14.00-24. (CIM12445)	CARRETEIRO	52	R\$ 45,00	R\$ 2.340,00
196	UNIDADE	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25 (CIM1284)	SBN 25	519	R\$ 131,08	R\$ 68.030,52
197	UNIDADE	PROTETOR 750 -16 (CIM1248)	SBN 16	900	R\$ 18,98	R\$ 17.082,00
Total Global (R\$):						63.658.918,12

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

## 15.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Fornecedor	Itens	Valor Total
BELLENZIER PNEUS LTDA	8; 10; 11; 12; 13; 16; 17; 18; 22; 23; 24; 30; 33; 41; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 67; 68; 82; 83; 89; 90; 98; 100; 101; 102; 105; 107; 116; 124; 132; 133; 137; 138	R\$ 14.765.505,00
COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA	86; 88; 95; 103; 108; 110; 126; 129; 139	R\$ 3.572.466,50
COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA	115; 122; 131; 174; 175	R\$ 852.881,00
COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	34	R\$ 190.236,00
DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI	1; 14; 19; 21; 27; 117; 119; 140; 195	R\$ 1.007.829,00
MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA	4; 7; 29; 32; 35; 37; 38; 39; 40; 42; 43; 45; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 58; 66; 69; 70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 78; 79; 80; 81; 84; 85; 87; 92; 93; 94; 96; 104; 109; 112; 113; 114; 130; 135; 136	R\$ 30.136.472,49
MODELO PNEUS LTDA	97; 121; 128	R\$ 216.616,00
PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI ME	25; 91; 99; 118; 125; 127; 141; 144; 145; 147; 148; 149; 150; 157; 163; 164; 173	R\$ 2.909.407,92
PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA	146; 152; 154; 155; 156; 158; 159; 160; 161; 162; 165; 166; 167; 168; 171; 177; 179; 181; 182; 183; 184; 187; 188; 191	R\$ 923.607,70
R.K. KASCZUK & CIA LTDA - ME	2; 3; 5; 6; 9; 15; 20; 26; 28; 31; 36; 44; 57; 77; 106; 111; 120; 134; 178	R\$ 8.634.456,61
SOMA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	151; 153; 169; 170; 172; 180; 185; 186; 189; 190; 192; 193; 194; 196; 197	R\$ 449.439,90
Total Global (R\$):		63.658.918,12

**CIS/AMARP****EXTRATO 08/2020 ROCHA E SOLETTI**

Publicação Nº 2536196

## EXTRATO DE CONTRATO 008/2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CISAMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede à Avenida Manoel Roque nº 99 Térreo, Alvorada, Videira/SC e ROCHA E SOLETTI LTDA, CNPJ 05.894.949/0001-04 situado na Rua Herculano Coelho de Souza nº 727 sala 1 Centro Médico – Reunidas, Caçador/SC, neste ato representado pela sua representante legal Gesimara Marcia da Rocha Soletti, portadora da Cédula de Identidade nº 4.839.334 e inscrita no CPF sob nº 836.213.189-68.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 184/2020.

Prazos: inicia-se em 27 de abril de 2020, encerrando-se em 31 de dezembro de 2020.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CISAMARP.

Data: 27/04/2020.

Signatários: Prefeito Pedro Rabuske, contratante e Gesimara Marcia da Rocha Soletti, contratada.

**RESOLUÇÃO 26/2020 ROCHA E SOLETTI**

Publicação Nº 2536149

## Resolução Nº 26/2020

## DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR PARA O ANO DE 2020.

Pedro Rabuske, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, Art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

## RESOLVE:

Art. 1º Fica credenciado o Prestador de Serviços a seguir:

ROCHA E SOLETTI LTDA, CNPJ 05.894.949/0001-04 situado na Rua Herculano Coelho de Souza nº 727 sala 1 Centro Médico – Reunidas, Caçador/SC, em conformidade com o edital 01/2018, Termo de credenciamento 184/2020.

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	R\$
Logoaudiometria (LDF IRF LRF)	02.11.07.021-1	42,53
Imitanciometria	02.11.07.020-3	48,27
Audiometria Tonal Limiar (Via Aérea/Óssea)	02.11.07.004-1	30,00

Art. 2º Essa resolução entra em vigor nesta data, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Videira, 24 de junho de 2020.

Pedro Rabuske

Presidente do CISAMARP

**RESOLUÇÃO Nº 10/2020 CPL CDIPSUL**

Publicação Nº 2535714

## Resolução nº 10/2020 – CPL

Viviam Fiabane Rissardi, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Resolução 26/2019.

## RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, homologa CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA, CNPJ 09.427.099/0002-68 situada na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 430 – Centro, Chapecó/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	R\$
ANGIORESSONÂNCIA POR SEGMENTO	00.09.01.629-5	268,75
EcoDoppler Carótidas e Vertebrais bilateral	00.09.01.648-1	153,65
MAMOGRAFIA BILATERAL	00.09.01.628-7	45,00
RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEM SUPERIOR	02.07.03.001-4	268,75

RESSONANCIA MAGNETICA DE ARTICULAÇÃO TEMPORA-MANDIBULAR (BILATERAL)	02.07.01.002-1	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA/PELVE/ARTICULAÇÕES SACRO-ILÍACAS	02.07.03.002-2	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE CLAVICULA	10.80.30.132-3	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL / PESCOÇO (laringe, faringe, tireoide, glândulas salivares e gânglios cervicais)	02.07.01.003-0	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO SACRA/LOMBRAR	02.07.01.004-8	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORÁCICA/DORSAL	02.07.01.005-6	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	10.80.30.131-9	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE CRÂNIO (nervos trigêmeos, encéfalo, espectroscopia, órbitas)	02.07.01.006-4	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ESCÁPULA	10.80.30.132-1	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ESTERNO	10.80.30.132-2	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL) (articulação coxofemoral, perna, coxa, joelho, tornozelo, pé)	02.07.03.003-0	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL) (ombro, antebraço, cotovelo, braço, punho, mão)	02.07.02.002-7	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE OUVIDO	10.80.30.132-0	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE QUADRIL	10.80.30.131-8	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE SELA TURSICA/HIPÓFISE	02.07.01.007-2	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE TÓRAX	02.07.02.003-5	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE VEIAS ILIACAS	10.80.30.132-6	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE VIAS BILIARES / COLANGIORESSONÂNCIA	02.07.03.004-9	268,75
CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	00.00.09.012-3	70,00
ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEM INFERIOR (bexiga, útero, ovário e anexos, próstata, vesículas seminais)	02.05.02.003-8	62,37
Ultrassonografia de Abdomem Superior (fígado, vesícula, vias)	02.05.02.003-8	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEM TOTAL	02.05.02.004-6	115,50
Ultrassonografia de Aparelho Urinário	02.05.02.005-4	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE ARTICULAÇÃO (ombro, antebraço, cotovelo, braço, punho, mão, quadril, perna, joelho, tornozelo, pé, dedo, coxo-femural)	02.05.02.006-2	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.02.007-0	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (cervical ou axilas ou músculo ou tendão)	10.80.30.130-5	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE GLÂNDULAS SALIVARES	10.80.30.130-9	62,37
Ultrassonografia de MAMAS (BILATERAL)	02.05.02.009-7	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE OBSTÉTRICA	02.05.02.014-3	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE OBSTÉTRICA C/ DOPPLER	02.05.02.015-1	115,50
ULTRASSONOGRAMA DE PAREDE ABDOMINAL	10.80.30.130-8	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE PARTES MOLES	10.80.30.130-6	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	02.05.02.010-0	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	02.05.02.011-9	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE REGIÃO INGUINAL HERNIAS (UNILATERAL)	10.80.30.131-0	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE TIREÓIDE	02.05.02.012-7	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE TRANSLUCÊNCIA NUCAL	10.80.30.130-7	62,37
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO DE VASOS (ATÉ 3 VASOS)	02.05.01.004-0	191,73
ULTRASSONOGRAMA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	02.05.02.016-0	62,37
ULTRASSONOGRAMA TRANSFONTANELA	02.05.02.017-8	62,37
ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	62,37
UROTOMOGRAMA	00.09.01.621-0	210,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 23 de junho de 2020.

VIVIAM FIABANE RISSARDI  
Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

**RESOLUÇÃO Nº 11/2020 CPL ROCHA E SOLETTI**

Publicação Nº 2536132

Resolução nº 11/2020 – CPL

Viviam Fiabane Rissardi, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Resolução 26/2019.

**RESOLVE:**

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, homologa ROCHA E SOLETTI LTDA, CNPJ 05.894.949/0001-04 situado na Rua Herculano Coelho de Souza nº 727 sala 1 Centro Médico – Reunidas, Caçador/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	R\$
Logaudiometria (LDF IRF LRF)	02.11.07.021-1	42,53
Imitanciometria	02.11.07.020-3	48,27
Audiometria Tonal Limiar (Via Aérea/Óssea)	02.11.07.004-1	30,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 24 de junho de 2020.

VIVIAM FIABANE RISSARDI

Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

**CIS/AMFRI****EXTRATO DE CONTRATO DL 02.2020 - ANTONIO CARLOS BERNARDES ME**

Publicação Nº 2536352

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. DL 03/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95.

CONTRATADA: ANTONIO CARLOS BERNARDES ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 37.088.623/0001-78, com sede à Rua Rodolfo Treder, nº 361, Bairro São João, no município de Itajaí/SC, CEP. 88.304-440.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação dos serviços especializados em assessoria e apoio ligado a folha de pagamento e suas obrigações acessórias da CONTRATANTE, composto pelos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Porto Belo, em conformidade com o que segue:

- a) Orientação e controle da aplicação dos preceitos da CLT, bem como aqueles atinentes à Previdência Social, PIS, FGTS, Sindicato e outros aplicáveis às relações de emprego mantidas pela CONTRATANTE;
- b) Assessoria para a manutenção dos Registros de Empregados;
- c) Assessoria técnica para elaboração da folha de pagamento dos empregados, bem como das guias dos encargos sociais e tributos afins a serem recolhidos pela CONTRATANTE; e
- d) Atendimento para as demais exigências previstas na legislação, bem como de eventuais procedimentos de fiscalização.

FUNDAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 02/2020 e em observância às disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações vide Decreto nº 9.412 de 18 de Junho de 2018 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da dispensa de licitação nº 03/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 09/06/2020 a 31/12/2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação: 02 – 3.3.90.00

Órgão: 01 – Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí

Unidade: 01 – Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí

Funcional: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção e Funcionamento do CIS-AMFRI.

Itajaí/SC, 24 de junho de 2020.

Célio José Bernardino

Antônio Carlos Bernardes

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

Antônio Carlos Bernardes ME



**CIS/AMOSC****EXTRATO CONTRATO 08/2020**

Publicação Nº 2536364

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

Contrato Administrativo nº: 08/2020

Processo Administrativo Nº 42/2020

Dispensa De Licitação Nº 38/2020

Partes: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC - VETTA MOTORS-EIRELLI., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 09.252.274/0001-42

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS, E INSUMOS, EM ESPECIAL TERMOMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO TEMPERATURA CORPORAL FEBRE, DESTINADOS PARA USO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIS-AMOSC, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, CONFORME ART. 4º DA LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020, com redação dada pela Medida Provisória n.º 926/2020.

Fundamento Legal: Art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020

Vigência: Data de sua assinatura até 01 de dezembro de 2020

Itens/Valor:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	TERMOMETRO LASER DIGITAL INFRAVERMELHO TEMPERATURA CORPORAL FEBRE	UN	190	259,00	49.210,00
TOTAL	R\$ 49.210,00				

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2002 Serviços médicos especializados

NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.28

FONTE DE RECURSOS: 100

CÓDIGO DA DESPESA: 235

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2001 Secretaria Administrativa

NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.28

FONTE DE RECURSOS: 100

CÓDIGO DA DESPESA: 234

**CIS/AMURES****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020**

Publicação Nº 2536337

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES

**AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2020

OBJETO: O presente pregão tem por objeto o registro de preço para eventual aquisição de material de consumo, material de expediente, material de informática, material ambulatorial e material de limpeza, listados no ANEXO I deste edital para o uso do CISAMURES e órgãos participantes.

TIPO DA LICITAÇÃO: Menor valor por item - SRP

DATA PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09:01h do dia 08/07/2020

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)O edital encontra-se disponível no site: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br) ou [www.cisamures.sc.gov.br](http://www.cisamures.sc.gov.br)Informações: Na secretaria do CIS/AMURES, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62, Centro, Lages, pelo telefone (49) 3251-3700 ou através do endereço eletrônico [licitacoes@cisamures.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cisamures.sc.gov.br).

Lages, 25 de Junho de 2020

BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO

Diretora Executiva CISAMURES



**CIS/AMVI****432.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - SUP. ORÇ. 2020 - MEDICAMENTOS E INSUMOS DR.PEDRINHO (2)**

Publicação Nº 2535957

RESOLUÇÃO Nº 432, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação o orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI; e com base na Lei nº. 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, e considerando:

1. as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº. 333/2019; e
2. os decretos municipais de Doutor Pedrinho nº 011/2020 de 21 de fevereiro de 2020 e 022/2020 de 02 de abril de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica suplementado ao Orçamento-Programa 2020 do CISAMVI, no valor de R\$ 81.731,24 (oitenta e um mil setecentos e trinta e um reais e vinte e quatro centavos) por Provável Excesso de Arrecadação, no valor indicado, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente do CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 001 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0002– Gestão de Compras Compartilhadas	
Projeto/Atividade: 2016 – Gestão de Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 27.944,51
Vínculo: 0100647 – Dr. Pedrinho - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 27.944,51
Dotação: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 11.586,02
Vínculo: 0100647 – Dr. Pedrinho - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 11.586,02
Projeto/Atividade: 2015 – Gestão de Procedimentos Clínicos, Hospitalares e Ambulatoriais	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 42.200,71
Vínculo: 0100520 – Rec. Ord. 2020 - Proc. Clínico, Hosp. e Ambulatorial - CISAMVI	R\$ 42.200,71
TOTAL GERAL	R\$ 81.731,24

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 24 de junho de 2020.

ERCIO KRIEK

Presidente do Conselho Administrativo

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020**

Publicação Nº 2535887

ADITIVO Nº 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e, de outro lado a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 81.706.251/0001-98, situada à Rua Professor Leônidas Ferreira da Costa, nº 847, bairro Parolin, CEP 80220-410, Curitiba/PR, neste ato representada pelo Sra. Luciana Capeletti, doravante denominado FORNECEDOR REGISTRADO, devidamente autorizada nos autos do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 02/2020, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, regido pela Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, nas seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro formulado pelo FORNECEDOR REGISTRADO, com fundamento, no artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, que autoriza a revisão dos valores registrados para reequilíbrio da condição originalmente pactuadas, resolvem as partes aditar a Ata de Registro de Preços, nos seguintes termos:

**1. ADITIVO**

1.1 O item 229 do quadro do item 2.1 da Ata de Registro de Preços passa a ter a seguinte redação:

“2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. - CNPJ 81.706.251/0001-98					
Item	Produto	Marca	Qtde (saldo remanescente)	Valor Unitário	Valor Total
229	Metoclopramida Cloridrato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	BELFAR	253.500 CPR	R\$ 0,095	R\$ 24.082,50

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1 Diante da autorização legislativa de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos nos termos do artigo 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/93 e, com fundamento nos princípios da administração pública (finalidade e eficiência), acompanhado do parecer jurídico, as partes celebram o presente aditivo da Ata de Registro de Preços nº 30/2020.

## 3. RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 30/2020 permanecem inalteradas.

## 4. VIGÊNCIA

4.1 Este termo aditivo entra em vigor a partir da sua publicação, com vigência até 23/10/2020 (validade da Ata de Registro de Preços).

Blumenau, 18 de junho de 2020.

Cleones Hostins  
Diretor Executivo do CISAMVI

Luciana Capeletti  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

## CISAMREC

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22.06.2020

Publicação Nº 2535687

#### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniram-se, na Associação dos Municípios da região Carbonífera – AMREC situada na Avenida Santos Dumont, 855, conforme convocação realizada via e-mail e whatsapp, publicada no DOM/SC, edição nº. 3176, p. 720, em primeira chamada as dezoito horas, e em segunda chamada as dezoito horas e quinze minutos, em Assembleia Geral Extraordinária, os membros da associação, representados pelos senhores Ademir Magagnin, prefeito do município de Cocal do Sul, Agenor Coral, prefeito do município de Morro da Fumaça SC, Clésio Salvaro, prefeito do município de Criciúma, Dimas Kammer, prefeito do município de Forquilha, Jaimir Comin, prefeito do município de Treviso, Luis Gustavo Cancellier, prefeito do município de Urussanga, Murialdo Canto Gastaldon, prefeito do município de Içara, Maristela Regina Vitali Cunico, secretária de saúde de Nova Veneza representando neste ato o Sr. Rogério José Frigo, prefeito do município de Nova Veneza, Jairo Celoy Custódio, prefeito do município de Balneário Rincão, bem como o Sr. Roque Salvan, diretor executivo do CISAMREC, o Dr. Gidião Barros, assessor jurídico do CISAMREC, o Sr. Ronaldo Alexandre Torres, contador do CISAMREC e a Sra. Patrícia Mendonça da Silva, assistente de logística do CISAMRE. Primeira ordem do dia: Homologação da adesão de novo(s) município(s) da região da AMESC ao CISAMREC, deliberado na A.G.E do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte, nos termos do §4º do Art. 2º, do Estatuto Social; Segunda ordem do dia: Deliberação do rateio para o(s) novo(s) consorciados. Terceira ordem do dia: Assuntos gerais. Aberta a assembleia, a Sra. Maristela Regina Vitali Cunico secretária de saúde de Nova Veneza, representando neste ato o Vice-Presidente do CISAMREC, Sr. Rogério José Frigo, cumprimentando os membros presentes e pessoas presentes, passou a discorrer sobre as ordens do dia. Desta forma, passou as deliberações. Primeira ordem do dia: Reportou-se a Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte, quando foi deliberado que os municípios, relacionados no Anexo II do Estatuto Social do CISAMREC, poderiam formalizar sua adesão mediante a apresentação de lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio, com a inclusão das dotações orçamentárias devidas ao consórcio, para fins de custeios administrativos e de manutenção, e para pagamento de produtos e serviços especializados, necessários a execução das atividades do consórcio, que serão assumidos em contrato de rateio e contrato de programa, bem como declaração, firmado pelo respectivo chefe do poder executivo, de que o município não participa de outros consórcios sob o mesmo objeto, e de deliberação do respectivo conselho de saúde quanto a adesão ao CISAMREC. Teceu que, cumpridas estas formalidades pelos municípios solicitantes, seria convocada a assembleia geral para deliberar sobre a homologação, conforme estabelece o estatuto. Afirmou que o município de Balneário Arroio do Silva, solicitou a adesão ao CISAMREC, através do Ofício nº. 098 de um de junho de dois mil e vinte, apresentou protocolo do pedido de renúncia/desligamento do consórcio CISAMREC, através do Ofício nº. 099, de um de junho de dois mil e vinte, apresentou a Lei Municipal nº. 1.003, de quinze de junho de dois mil e vinte, publicada no DOM/SC, edição nº. 3173, p. 144, de dezoito de junho de dois mil e vinte, que autorizou a adesão do município, bem como ata do Conselho de Saúde deliberando sobre a adesão. Aberta as discussões, os entes consorciados manifestaram pela ratificação e homologação da adesão, com a observação de que a mesma não poderá prejudicar os municípios que atualmente integram o consórcio. Sr. Roque manifestou que, com a homologação da adesão em debate e os pedidos dos municípios de Sombrio e Maracajá, somados aos municípios de Morro Grande, Jacinto Machado, Turvo e Meleiro, que aderiram ao consórcio este ano, a capacidade operacional do CISAMREC chega ao limite, não sendo possível, neste ano, outras adesões ao CISAMREC sem que haja uma reestruturação do espaço físico e do quadro de empregados. No mesmo sentido, a Sra. Maristela Regina Vitali Cunico manifestou que tendo em vista a capacidade e condições atuais do CISAMREC, novas adesões, este ano, sem a reestruturação do CISAMREC, como bem colocou o Sr. Roque, não será possível. Colocada em votação, foi aprovada por

unanimidade a adesão do município de Balneário Arroio do Silva ao consórcio CISAMREC, a partir da publicação da presente ata, e da Resolução que regulamentará a adesão, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina-DOM/SC, ficando a cargo do Sr. Roque Salvan as providências necessárias, seja na compra compartilhada de medicamentos e insumos, seja na disponibilidade de procedimentos especializados e outros serviços capitaneados pelo CISAMREC. Segunda ordem do dia: Quanto ao valor de rateio para o novo consorciado, colocado em discussão, ficou deliberado que o ente, a exemplo dos demais municípios consorciados, contribuirão mensalmente com o valor de R\$ 5.211,15 (cinco mil, duzentos e onze reais e quinze centavos), conforme estabelecido no orçamento de dois mil e vinte, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de vinte e oito de novembro de dois mil e dezenove, firmado em contrato de rateio, bem como os valores para aquisições de medicamentos, insumos e outros serviços especializados que serão pagos conforme a sua utilização, de acordo com os valores registrados em licitações e das respectivas tabelas de credenciamentos aprovadas em Assembleia Geral, firmadas em contrato de programa, ressaltando que os valores serão depositados em conta específica do CISAMREC no ato da solicitação dos serviços. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade o valor de rateio para o município de Balneário Arroio do Silva, para o exercício de dois mil e vinte. Retomando a palavra, lembrou que o município de Sombrio, através do Ofício nº. 073/2020 e o município de Maracajá, através do Ofício nº. 060, de vinte e nove de maio de dois mil e vinte, também solicitaram suas adesões ao CISAMREC, sendo que ainda não apresentaram os requisitos indispensáveis para suas adesões e, a exemplo dos demais municípios que aderiram ao CISAMREC, a ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida mediante lei do município solicitante que autorize seu ingresso no consórcio e deliberação do respectivo conselho de saúde, e posterior homologação da Assembleia Geral. Consignou que é vedada a ratificação com reserva que implique em consorciamento parcial do ente, bem como vedada e a sua participação em outros consórcios sob o mesmo objeto, conforme estabelece os §§ 2º, 3º e 4º, do Art. 2º, do Estatuto. Em ato contínuo foi aberto espaço para o debate e discussão quanto à possibilidade do ingresso dos referidos municípios, por adesão, ao consórcio do CISAMREC, sendo deliberado que se for cumpridas as formalidades acima explicitadas pelos municípios solicitantes, as homologações e ratificações se darão através de Resolução expedida pelo Presidente do Consórcio, nos termos do Art. 56 e 58 do Estatuto Social, que irá ratificar e homologar as adesões, ficando desde já autorizada as adesões dos municípios de Sombrio e Maracajá, sob as condições acima estabelecidas. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade as ratificações e homologações dos municípios de Sombrio e Maracajá para aderirem ao consórcio CISAMREC, através de Resoluções, desde que atendidas as condições acima estabelecidas. Terceira ordem do dia: No tocante, foi posto em votação pela inserção do procedimento "0301019226 – CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA COM GENETICISTA (GENÉTICO)" na tabela 002/CISAMREC/2018, onde o mesmo foi aprovado pela Resolução 016/2020 de dezoito de junho de dois mil e vinte da CIR. Em deliberação foi aprovado por unanimidade pelos prefeitos presentes, ficando este condicionado a pesquisa de mercado em no mínimo 3 orçamentos, sendo este, inserido através de resolução pelo Presidente do CISAMREC e publicado do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC. Nada mais à deliberarem, a Sra. Maristela Regina Vitali Cunico agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, e eu, Gidião Barros, designado secretário ad hoc, a lavrei, e os membros consorciados e presentes na web conferência, abaixo nominados ratificaram.

MARISTELA REGINA VITALI CUNICO  
Secretária Municipal de Saúde de Nova Veneza (SC)  
Representante do Vice-Presidente do CISAMREC

ROQUE SALVAN  
Diretor Executivo do CISAMREC

GIDIÃO BARROS  
Assessor Jurídico do CISAMREC  
Secretário designado desta A.G.E

## **PORTARIA 006.CISAMREC.2020 - CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA EVELYN P. DA SILVA DE MEDEIROS**

Publicação Nº 2536545

PORTARIA Nº. 006/CISAMREC/2020

Concede gratificação salarial para o Sra. Evelyn Pereira da Silva de Medeiros pelo exercício de suas funções desempenhadas nas atividades de prestação de contas aos entes consorciados, de todos os recursos utilizados pelo CISAMREC.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC, Sr. Roque Salvan, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 26, inciso III do Estatuto Social, considerando atribuição específica de emprego público nas atividades de prestação de contas aos municípios consorciados referente aos procedimentos realizados, conforme dispõe o art. 43 do Estatuto Social desta entidade,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder gratificação salarial de 30% (Trinta por cento) do salário do emprego público originalmente ocupado para o Sr. EVELYN PEREIRA DA SILVA DE MEDEIROS, pelo exercício de suas funções desempenhadas nas atividades de prestação de contas aos entes consorciados, de todos os recursos utilizados pelo CISAMREC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Criciúma, 01 de junho de 2020.

ROQUE SALVAN  
Diretor Executivo do CISAMREC

**PORTARIA 007.CISAMREC.2020 - DIMINUI A GRATIFICAÇÃO DO CONTADOR**

Publicação Nº 2536547

PORTARIA Nº. 007/CISAMREC/2020

Diminui gratificação salarial do Sr. Ronaldo Alexandre Torres em 5% (cinco por cento).

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC, Sr. Roque Salvan, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 26, inciso III do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º. Diminui gratificação salarial em 5% (cinco por cento) do salário do emprego público de contador originalmente ocupado pelo Sr. RONALDO ALEXANDRE TORRES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Criciúma, 01 de junho de 2020  
ROQUE SALVAN  
Diretor Executivo do CISAMREC

**PORTARIA 008.CISAMREC.2020 - RETIRA GRATIFICAÇÃO SALARIAL DO SERVIDOR GIDIÃO BARROS**

Publicação Nº 2536550

PORTARIA nº. 008/CISAMREC/2020

Retira gratificação salarial do servidor público Gidião Barros e dá outras providências;

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC, Sr. Roque Salvan, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 26, inciso III do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIRAR gratificação salarial de 30% (trinta por cento) do servidor público GIDIÃO BARROS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Criciúma (SC), 01 de junho de 2020  
ROQUE SALVAN  
Diretor Executivo CISAMREC

**PROCESSO ADM. 036.CISAMREC.2020 - CONVOCA A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA PARA ASSUMIR O ITEM 148 - CEFTRIAXONA 1GR IV. DIL. ÁGUA DEST. AMP.**

Publicação Nº 2535742

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 036/PA/CISAMREC/2020

Equilíbrio econômico-financeiro/Cancelamento

Pregão Presencial nº. 073/CISAMREC/2019

ARP nº. 028/CISAMREC/2019

Requerente: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do processo administrativo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, caracterizado pelo interesse público de alta relevância por trata-se de medicamento imprescindível para os tratamentos clínicos dos usuários do SUS, defiro o cancelamento do medicamento, item 148 CEFTRIAXONA 1GR IV DIL. AGUA DEST AMP, registrado na ARP em epígrafe, para a empresa Requerente e, conseqüentemente, convoco a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., para assumir o fornecimento do produto licitado ao preço unitário de R\$ 14,6500, da marca BLAU, com a devida adjudicação na ARP supra, cumprindo-se, desta forma, os princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88 e demais preceitos da lei nº. 8.080/90 e demais legislações pertinentes. Ressalta-se, todavia, que o cancelamento do item adjudicado na ARP supra para a empresa Requerente, não representa acordo entre as partes, mas razões de interesse público, devendo as OCs emitidas anteriormente a data do requerimento (17/06/2020), se houver, serem cumpridas pelo preço ofertado e adjudicado no certame, sem prejuízo das sanções decorrentes do descumprimento contratual pactuado na Cláusula 3ª e, conseqüentemente, da aplicabilidade das sanções previstas na Cláusula 9ª da ARP correspondente, se for o caso". Publique-se, registre-se, cumpra-se e arquite-se. Criciúma SC, 22 de junho de 2020.

ROQUE SALVAN  
Autoridade Competente

**RESOLUÇÃO 006.CISAMREC.2020 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA AO CISAMREC**

Publicação Nº 2535693

**RESOLUÇÃO Nº. 006/CISAMREC/2020**

Dispõe sobre a adesão do município de Balneário Arroio do Silva ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC, Sr. Hélio Roberto Cesa, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 19 e SS c/c Art. 56 do Estatuto Social e,

Considerando o §4º, do Art. 2º, do Estatuto Social do CISAMREC, que dispõe que "o consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio, nos termos do Anexo II, dar-se-á mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e posterior homologação da Assembleia Geral;

Considerando a Lei municipal nº. 1.003, de 15 de junho de 2020, do município de Balneário Arroio do Silva, do Estado de Santa Catarina, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina-DOM/SC, edição nº. 3173, de 17/06/2020, p. 144/145, do Estado de Santa Catarina, que autoriza o ingresso do respectivo município ao CISAMREC;

Considerando a Assembleia Geral Extraordinária do CISAMREC, realizada no dia 22 de junho de 2020, que aprovou por unanimidade a homologação da ratificação da adesão do município de Balneário Arroio do Silva, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar o ingresso do município de Balneário Arroio do Silva, do Estado de Santa Catarina, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC, a partir da publicação deste ato, para todos os efeitos de direitos e obrigações, nos termos dispostos no Estatuto Social, nas deliberações aprovadas em Assembleia Geral, nas Resoluções, Portarias e legislações pertinentes, em vigor;

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo do município de Balneário Arroio do Silva, passará a integrar o Conselho Executivo do CISAMREC, exercendo seus direitos e obrigações nos limites em que dispõe os termos do Estatuto Social desta instituição;

Art. 3º. O Secretário de Saúde em exercício, ou ocupante de cargo equivalente, do respectivo município, passará a integrar o Conselho de Saúde do CISAMREC, nos termos do art. 23 e seguintes do Estatuto Social;

Art. 4º. O município de Balneário Arroio do Silva, do estado de Santa Catarina, a partir da publicação desta resolução e assinatura do contrato de rateio, passará a contribuir mensalmente, no exercício fiscal de 2020, com a importância de R\$ 5.211,15 (cinco mil, duzentos e onze reais e quinze centavos), para custear as despesas administrativas e de manutenção do consórcio, mediante contrato de rateio.

§Único. Será proporcional o valor firmado no caput deste artigo, que considerar-se-á o período do dia da publicação deste ato a 30/06/2020 para efeito de cálculo de rateio do mês de junho/2020.

Art. 5º. A compra de medicamentos, produtos, insumos e serviços para atender os municípios aderentes, serão realizadas através do devido processo licitatório, na modalidade de pregão para registro de preços, podendo ser específico para os municípios ou inseridas em futuros procedimentos licitatórios, permitido o remanejamento do saldo de itens dos processos em cursos, se houver, para os municípios consignados na Clausula 1ª. desta Resolução.

Art. 6º. Os serviços compartilhados de exames laboratoriais, de diagnósticos por imagem, consultas e procedimentos especializados e demais serviços contratados pelo CISAMREC, serão disponibilizados ao município mediante Contratos de Programas, observando-se os códigos, nomenclaturas e valores das tabelas próprias de cada serviço e/ou procedimento.

Art. 7º. Fica determinado a retificação de todos os contratos firmados com os prestadores de serviços credenciados ao CISAMREC, para fins de inserção do município aderente.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC.

Criciúma SC, 23 de junho de 2020

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito de Siderópolis (SC)  
Presidente do CISAMREC



**CVC****1 ADITIVO ATA N 73 AGIL**

Publicação Nº 2536331

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA-  
LADOS, DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS MUNICÍPIOS  
COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E AGIL DISTRIBUIDORA DE

MEDICAMENTOS LTDA COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 004/2019 - CVC.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2, Bairro CENTRO, na  
cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - neste ato re-  
presentado por seu PRESIDENTE, Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e os seguinte municípios:  
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO  
TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa  
Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO  
VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO  
FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº  
83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO ANTONIO CASSOL.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa AGIL DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES Nº  
418 CRISTO REI CEP 85.600-001 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.600-001, inscrita no CNPJ sob o nº 20.590.555/0001-48,  
neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ANDERSON RIBEIRO LAZZARI, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o  
presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 073/2019, firmada em 24/07/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 004/2019 - CVC:  
Considerando a necessidade do Aditamento dos lotes identificados na Clausula Primeira da ata de Registro de Preços do FORNECEDOR  
REGISTRADO no processo licitatório 004/2019 – CVC, e com fundamento no art. 19 da Resolução 003/2015 CVC e clausula oitava item 8.1  
e incisos da ata de registro de preços, resolvem as partes aditá-la, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica incluído o lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
117	55.020	COMP	BUPROPIONA, CLO- RIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	EMS	0,58

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO**

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 073/2019 firmada em 24/07/2019, ratificando todas as cláusulas que  
não foram modificadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO**

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO  
GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 23/06/2020

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Órgão Participante

MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

Órgão Participante

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Órgão Participante

AGIL DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS LTDA  
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA  
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

## 2 ADITIVO ATA N 79 CLASSMED

Publicação Nº 2536328

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA-  
LADOS, DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS MUNICÍPIOS  
COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E CLASSMED PRODUTOS

HOSPITALARES EIRELLI COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 004/2019 – CVC.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2 Bairro CENTRO, na  
cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. FLAVIA  
ROLIM DE MOURA, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e os seguinte municípios:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua  
DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº

83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI

Doravante denominado ÓRGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa: CLASSMED PRODUTOS

HOSPITALARES EIRELLI pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua PICA PAU S/N CENTRO CEP 86.701-040 -

Arapongas/PR CEP: 86.701-040, inscrita no CNPJ sob o nº 01.328.535/0001-59, neste ato representada SÓCIO

ADMINISTRADOR, Sr. MICHELE C. CARDOSO DA SILVA MACHADO, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata  
de Registro de Preços nº 079/2019, firmada em 24/07/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 004/2019 - CVC:

Considerando o requerimento de reequilíbrio econômico – financeiro formulado pelo fornecedor registrado com fundamento no item 8.1. e  
incisos da Ata de Registro de Preços, por força do art. 12, § 2º da resolução 003/2015 - CVC bem como previsão no art. 65, inciso II, alínea  
d da lei nº 8.666/93, que autorizam a revisão dos valores registrados para reequilíbrio da condição originalmente pactuada, resolvem as  
partes aditar a ata de Registro de Preço nº 079/2019 nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA REVISÃO DE PREÇO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica alterado o preço do lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
748	100	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 40MG INJETAVEL IM/IV	CRISTÃ LIA	11,79

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 079/2019 firmada em 24/07/2019, ratificando todas as cláusulas que  
não foram modificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO  
GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 23/06/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA  
DIRETORA EXECUTIVA  
Órgão Gerenciador

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO  
Órgão Participante

CLASSMED PRODUTOS  
HOSPITALARES EIRELLI  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha



**3 ADITIVO ATA N 57 SOMA-SC**

Publicação Nº 2536326

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 004/2019 - CVC.

**TERCEIRO TERMO ADITIVO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2 Bairro CENTRO, na cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e os seguinte municípios:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis - SC CEP: 89.898-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RENATO PAULATA.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa: SOMA/SC PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida ARY MIGUEL DA SILVEIRA Nº 391

JARDIM ELDORADO CEP 88.130-001 - Palhoça/SC CEP: 88.130-001, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. GILSON LUIS DAL MAS doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 057/2019, 24/07/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 004/2019 - CVC:

Considerando o requerimento de reequilíbrio econômico - financeiro formulado pelo fornecedor registrado com fundamento no item 8.1. e incisos da Ata de Registro de Preços, por força do art. 12, § 2º da resolução 003/2015 - CVC bem como previsão no art. 65, inciso II, alínea d da lei nº 8.666/93, que autorizam a revisão dos valores registrados para reequilíbrio da condição originalmente pactuada, resolvem as partes aditar a ata de Registro de Preço nº 057/2019 nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA REVISÃO DE PREÇO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Fica alterado o preço do lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
232	2.190	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	FARMACE	1,56
140	110.000	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	BIOLAB	0,37
201	1.100	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZAL- CÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML	FARMACE	0,72
540	3.630	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	FARMACE	2,04

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO**

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 057/2019 firmada em 24/07/2019, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO**

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO

GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br). É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor. Coronel Freitas (SC), 23/06/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA  
DIRETORA EXECUTIVA  
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM  
Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS  
Órgão Participante

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

#### 4 ADITIVO ATA N 60 S&R

Publicação N° 2536324

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA-  
DADOS, DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS MUNICÍPIOS  
COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E S&R DISTRIBUIDORA

LTDA (MATRIZ) COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 004/2019 – CVC.

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2 Bairro CENTRO, na  
cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. FLAVIA  
ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e os seguinte municípios:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua  
DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº  
83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO  
TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa: S&R DISTRIBUIDORA

LTDA (MATRIZ) pessoa jurídica de direito privado, situada na rua REGENTE DIOGO A. FEIJO S/N SAO CRISTOVAO CEP  
89.800-001 - Chapecó/SC CEP: 89.800-001, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada SÓCIO  
ADMINISTRADOR, Sr. SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de  
Preços nº 060/2019, firmada em 24/07/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 004/2019 - CVC:

Considerando o requerimento de reequilíbrio econômico – financeiro formulado pelo fornecedor registrado com fundamento no item 8.1. e  
incisos da Ata de Registro de Preços, por força do art. 12, § 2º da resolução 003/2015 - CVC bem como previsão no art. 65, inciso II, alínea  
d da lei nº 8.666/93, que autorizam a revisão dos valores registrados para reequilíbrio da condição originalmente pactuada, resolvem as  
partes aditar a ata de Registro de Preço nº 060/2019 nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA REVISÃO DE PREÇO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica alterado o preço do lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
936	2.620	COMP	TELMISARTANA 40MG	E.M.S SIMILAR	1,88

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 060/2019 firmada em 24/07/2019, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 23/06/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA

DIRETORA EXECUTIVA

Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO

Órgão Participante

S&R DISTRIBUIDORA

LTDA (MATRIZ)

Fornecedor

Testemunha

Testemunha

#### 5 ADITIVO ATA N 60 S&R

Publicação Nº 2536321

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA-  
LADOS, DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS MUNICÍPIOS  
COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E S&R DISTRIBUIDORA

LTDA (MATRIZ) COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 004/2019 - CVC.

#### DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2 Bairro CENTRO, na  
cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. FLAVIA  
ROLIM DE MOURA, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e os seguinte municípios:

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO  
TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro  
CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO  
MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA, S/N  
Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO  
MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA  
FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº  
83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO  
VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul - SC CEP: 89.859-000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato  
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RUDIMAR CONTE.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua  
DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº  
83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N  
Bairro CENTRO - Tunápolis - SC CEP: 89.898-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo  
PREFEITO MUNICIPAL Sr. RENATO PAULATA.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa S&R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ) pessoa jurídica de direito privado, situada na rua REGENTE DIOGO A. FEIJO S/N SAO CRISTOVAO CEP 89.800-001 - Chapecó/SC CEP: 89.800-001, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 060/2019, firmada em 24/07/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 004/2019 - CVC:

Considerando a necessidade do Aditamento dos lotes identificados na Clausula Primeira da ata de Registro de Preços do FORNECEDOR REGISTRADO no processo licitatório 004/2019 – CVC, e com fundamento no art. 19 da Resolução 003/2015 CVC e clausula oitava item 8.1 e incisos da ata de registro de preços, resolvem as partes aditá-la, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Fica incluído o lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
637	4.500	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	PHARLAB	0,49
488	55.900	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	HIPOLABOR NOVOSIL	0,10

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 060/2019 firmada em 24/07/2019, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 23/06/2020

CARLOS A. TOZZO  
PRESIDENTE  
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL  
Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO  
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS  
Órgão Participante

S&R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)  
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

## 6 ATA COMISSAO PREGAO ELETRONICO 004 MEDICAMENTOS

Publicação Nº 2536317

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO 005/2019 PREGÃO ELETRÔNICO 004/2019 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

As 14:00 (quatorze) horas do dia vinte e três de junho de 2020, reuniram-se na sala de reunião do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, sito a Av. Santa Catarina, 346, sala 2 – Centro, Coronel Freitas – SC, o pregoeiro e a equipe de apoio nomeada através da resolução nº 003/2020 assim constituída: pregoeira Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, equipe de apoio: Marines Costa Martelli e Ivone Maria Martelli, junto com o assessor jurídico Marcos Fernando Zanella, para apreciação e análise de:



- PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 936 TELMISARTANA 40MG apresentado pela empresa S&R DISTRIBUIDORA LTDA. A empresa informa que esgotou todo seu estoque do laboratório E.M.S GENERICO, e ao tentar repor seu estoque se deparou com a descontinuação desta linha genérica. Foi realizado então a compra do medicamento similar, porem o valor é relativamente superior em relação aos genéricos, conforme comprova com as notas fiscais. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item sendo que os mesmos não tiveram interesse em fornecer o item acima mencionado. Foi analisado toda a documentação encaminhada pela empresa e concedido o reequilíbrio de preço a empresa S&R DISTRIBUIDORA LTDA, O valor para o item 936 passa de R\$ 1,09 para R\$ 1,88.
  - PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 232 DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML apresentado pela empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. A empresa informa que o produto teve um elevado aumento no preço de custo sem condições de manter o preço originalmente proposto conforme comprova com as notas fiscais. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item sendo que os valores ofertados para fornecimento ficavam acima do valor de reequilíbrio solicitado pelo fornecedor atual. Foi analisado toda a documentação encaminhada pela empresa e concedido o reequilíbrio de preço a empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, O valor para o item 232 passa de R\$ 1,20 para R\$ 1,56.
  - PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 140 CARBONATO DE LITIO 300 MG, apresentado pela empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. A empresa informa que o produto teve um elevado aumento no preço de custo sem condições de manter o preço originalmente proposto conforme comprova com as notas fiscais. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item sendo que os valores ofertados para fornecimento ficavam acima do valor de reequilíbrio solicitado pelo fornecedor atual. Foi analisado toda a documentação encaminhada pela empresa e concedido o reequilíbrio de preço a empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, O valor para o item 140 passa de R\$ 0,35 para R\$ 0,37.
  - PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 201 CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML, apresentado pela empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. A empresa informa que o produto teve um elevado aumento no preço de custo sem condições de manter o preço originalmente proposto conforme comprova com as notas fiscais. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item sendo que os valores ofertados para fornecimento ficavam acima do valor de reequilíbrio solicitado pelo fornecedor atual. Foi analisado toda a documentação encaminhada pela empresa e concedido o reequilíbrio de preço a empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, O valor para o item 201 passa de R\$ 0,66 para R\$ 0,72.
  - PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 540 OLEO MINERAL 100 ML, apresentado pela empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. A empresa informa que o produto teve um elevado aumento no preço de custo sem condições de manter o preço originalmente proposto conforme comprova com as notas fiscais. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item sendo que os valores ofertados para fornecimento ficavam acima do valor de reequilíbrio solicitado pelo fornecedor atual. Foi analisado toda a documentação encaminhada pela empresa e concedido o reequilíbrio de preço a empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, O valor para o item 540 passa de R\$ 1,80 para R\$ 2,04.
  - PEDIDO DE DESISTÊNCIA do item 117 BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO apresentado pela empresa A. G. KIENEN & CIA. LTDA. A empresa nos relata que o medicamento encontra-se em falta, e recebeu comunicado do fornecedor que o mesmo tem pendência de faturamento devido à falta no mercado. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que o fornecedor AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA aceitou o fornecimento do item no valor de R\$ 0,58. De tal forma será realizada a ata de registro de preço passando o item 117 para o fornecedor AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
  - PEDIDO DE CANCELAMENTO do item 637 SECNIDAZOL 1000 MG apresentado pela empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. A empresa nos relata que não possui mais condições de entregar o item mencionado, pois o laboratório fabricante está sem previsão de fabricação de novos lotes e sem previsão de retorno. Foi analisado a documentação e acatado o pedido de cancelamento. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que o fornecedor S&R DISTRIBUIDORA LTDA aceitou o fornecimento do item no valor de R\$ 0,49. De tal forma será realizada a ata de registro de preço passando o item 637 para o fornecedor S&R DISTRIBUIDORA LTDA.
  - PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 488 METOCLOPRAMIDA 10 MG apresentado pela empresa CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES. A empresa informa que o produto teve um elevado aumento no preço de custo sem condições de manter o preço originalmente proposto conforme comprova com as notas fiscais. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que o fornecedor S&R DISTRIBUIDORA LTDA aceitou o fornecimento do item no valor de R\$ 0,10 ficando abaixo do valor de reequilíbrio solicitado pelo fornecedor atual. De tal forma será realizada a ata de registro de preço passando o item 488 para o fornecedor S&R DISTRIBUIDORA LTDA.
  - PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 748 TENOXICAM PÓ 40MG INJETAVEL IM/IV apresentado pela empresa CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES. A empresa informa que o produto teve um elevado aumento no preço de custo sem condições de manter o preço originalmente proposto conforme comprova com as notas fiscais. Foi consultado por ordem de classificação o próximo colocado mas o mesmo não aceitou. Foi analisado toda a documentação encaminhada pela empresa e concedido o reequilíbrio de preço a empresa CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES, O valor para o item 748 passa de R\$ 6,79 para R\$ 11,79.
- Não havendo mais nada a relatar a pregoeira declarou encerrada a reunião. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella, Assessor Jurídico (OAB/SC 30881), digitei a presente e declaro como autênticos os fatos acima narrados.

**CIGAMERIOS****RESOLUÇÃO Nº 11- 2020 - REGULAMENTA O PREGÃO ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO CIGAMERIOS**

Publicação Nº 2535757

RESOLUÇÃO Nº 011/2020

REGULAMENTA A LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, E DISPÕE SOBRE O USO DA DISPENSA ELETRÔNICA, NO ÂMBITO DO CIGAMERIOS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, no uso das atribuições que lhe confere o Protocolo de Intenções, Cláusulas 12, IV e 33, combinado com as Cláusulas 13, IV e 35 do Contrato de Consórcio Público, e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Instrução Normativa nº 206, de 18 de outubro de 2019,

RESOLVE:

Objeto e âmbito de aplicação

**CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, no âmbito do Consórcio Público CIGAMERIOS é obrigatória.

§ 2º Nas Licitações do CIGAMERIOS, que visam o registro de preços para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes consorciados, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade discipline de forma diversa as contratações.

§ 3º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para o CIGAMERIOS na realização da forma eletrônica.

§ 4º Também será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, o procedimento administrativo por inexigibilidade de licitação, utilizando a forma de Chamamento Público, quando o objeto a ser contratado inviabiliza competição e a formalização contratual conter cláusulas uniformes para todos os credenciados.

Princípios

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Definições

Art. 3º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

- a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;
- b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e
- c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - estudo técnico preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

V - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

VI - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VII - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

IX - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

- a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:
  - 1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;
  - 2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e
  - 3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;
- b) o critério de aceitação do objeto;
- c) os deveres do contratado e do contratante;
- d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;
- e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

- f) o prazo para execução do contrato; e
- g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.

#### Vedações

Art. 4º O pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações; e

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

#### Forma de realização

#### CAPÍTULO II

#### DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio de plataforma contratada pelo CIGAMERIOS.

§ 1º O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 3º do art. 1º, além do disposto no caput, poderão ser utilizados sistemas próprios do CIGAMERIOS ou outros sistemas disponíveis no mercado.

#### Etapas

Art. 6º A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I - planejamento da contratação;

II - publicação do aviso de edital;

III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva; V - julgamento;

V - habilitação; VII - recursal;

VI - adjudicação; e IX - homologação.

#### Crerios de julgamento das propostas

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

#### Documentação

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

XI - proposta de preços do licitante;

XII - ata da sessão pública, que conterà os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

d) os lances ofertados, na ordem de classificação;

e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

f) a aceitabilidade da proposta de preço;

g) a habilitação;

h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

j) o resultado da licitação;

XIII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do extrato do contrato; e

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida;

XIV - ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

#### Credenciamento

#### CAPÍTULO III



**DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO**

Art. 9º A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá à autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio.

**Licitante**

Art. 10. Na hipótese de pregão promovido pelo CIGAMERIOS, o credenciamento do licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado na plataforma indicada no Edital pelo CIGAMERIOS.

Art. 11. O credenciamento na plataforma indicada pelo CIGAMERIOS, permite a participação dos interessados em pregões, na forma eletrônica, devendo, para tanto, manter seu cadastro atualizado, bem como aderir aos termos pactuados pelo CIGAMERIOS e a fornecedora da plataforma e dos serviços.

**CAPÍTULO IV****DA CONDUÇÃO DO PROCESSO****Órgão ou entidade promotora da licitação**

Art. 12. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo CIGAMERIOS, com apoio técnico e operacional do órgão ou entidade fornecedora da plataforma contratada, que atuará como provedor do Sistema de Compras para o CIGAMERIOS.

**Autoridade competente**

Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, como entidade promotora da licitação:

I - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio; II - indicar o provedor do sistema;

III - determinar a abertura do processo licitatório;

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão; V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação; e

VII - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

**CAPÍTULO V****DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO****Orientações gerais**

Art. 14. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte: I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;

II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;

III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

**Valor estimado ou valor máximo aceitável**

Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado no corpo do processo, para consulta aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 2º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório, podendo ser adotado, conforme o objeto.

§ 4º Nos processos administrativos de licitação, de contratação por dispensa de licitação ou por inexigibilidade, quando o objeto for idêntico ao produto com preços controlados por órgão regulador, quando a tabela desse órgão estiver desatualizada, a administração, mediante justificativa, deverá estabelecer preço médio ou máximo em planilha orçamentária por meio de orçamentos obtidos de fornecedores.

§ 5º Excepcionalmente, em não sendo possível atender uma das hipóteses definidas no parágrafo anterior, a administração, mediante justificativa, poderá utilizar os preços praticados em contratos ou atas de registro de preços em licitações de anos anteriores, acrescido aos preços a inflação do período para formar planilha de preços de referência.

**Designações do pregoeiro e da equipe de apoio**

Art. 16. Caberá à autoridade máxima do CIGAMERIOS, ou a quem possuir a competência, designar agentes públicos para o desempenho das funções desta Resolução, observados os seguintes requisitos:

I - o pregoeiro será sempre empregado público com cargo e função no CIGAMERIOS; e

II - os membros da equipe de apoio serão, servidores públicos dos municípios consorciados, preferencialmente pertencentes aos quadros do órgão ou setor de licitação.

§ 1º Para desempenhar as funções de membros da equipe de apoio no CIGAMERIOS, os servidores dos municípios consorciados, serão designados por decreto municipal.

§ 2º A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

§ 3º O CIGAMERIOS estabelecerá planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório.

§ 4º - Os serviços de pregoeiro e equipe de apoio, no âmbito do CIGAMERIOS não serão remunerados e deverão ser exercidos cumulativamente com as atividades do cargo e função nomeados no CIGAMERIOS e nos respectivos municípios lotados.

Do pregoeiro

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo Único - O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Da equipe de apoio

Art. 18. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Do licitante

Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame pelo CIGAMERIOS;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no CIGAMERIOS, Sicaf em um dos municípios consorciados, terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Publicação

CAPÍTULO VI

DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

Art. 20. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico oficial do CIGAMERIOS.

Edital

Art. 21. O edital será disponibilizado na íntegra no sítio eletrônico do CIGAMERIOS, entidade promotora do pregão eletrônico e no portal do sistema utilizado para a realização do pregão.

Modificação do edital

Art. 22. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

Esclarecimentos

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais ao Coordenador Técnico Administrativo, responsável pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Impugnação

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo Coordenador Técnico Administrativo, responsável pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

Prazo

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

CAPÍTULO VII

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Art. 25. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

Apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante

Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 3º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 4º A falsidade da declaração de que trata o § 3º sujeitará o licitante às sanções previstas nesta Resolução.

§ 5º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 6º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 7º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 8º Os documentos originais e complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.

#### CAPÍTULO VIII

#### DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

##### Horário de abertura

Art. 27. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

##### Conformidade das propostas

Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

##### Ordenação e classificação das propostas

Art. 29. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

Parágrafo único. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

##### Início da fase competitiva

Art. 30. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

##### Modos de disputa

Art. 31. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

##### Modo de disputa aberto

Art. 32. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

##### Modo de disputa aberto e fechado

Art. 33. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 31, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de

classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

Desconexão do sistema na etapa de lances

Art. 34. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 35. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Critérios de desempate

Art. 36. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 37. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empataadas.

Negociação da proposta

#### CAPÍTULO IX DO JULGAMENTO

Art. 38. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

Julgamento da proposta

Art. 39. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 38, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

#### CAPÍTULO X DA HABILITAÇÃO

Documentação obrigatória

Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa: I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federais estaduais/distritais e municipais; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no CIGAMERIOS.

Art. 41. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos dos dispostos no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 42. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Procedimentos de verificação

Art. 43. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados nos termos do disposto no art. 26.

§1º A critério do CIGAMERIOS, na hipótese da necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os



documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38.

§ 2º A verificação pelo CIGAMERIOS, promotor do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 3º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 4º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 5º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 6º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

§ 7º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

#### CAPÍTULO XI DO RECURSO

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

#### CAPÍTULO XII

##### DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Autoridade competente

Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13.

Pregoeiro

Art. 46. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

#### CAPÍTULO XIII

##### DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Erros ou falhas

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

#### CAPÍTULO XIV DA CONTRATAÇÃO

Assinatura do contrato ou da ata de registro de preços

Art. 48. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

Impedimento de licitar e contratar

#### CAPÍTULO XV DA SANÇÃO

Art. 49. Ficará impedido de licitar e de contratar com o CIGAMERIOS, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no CIGAMERIOS e se possível no Sicaf.

#### CAPÍTULO XVI

#### DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

##### Revogação e anulação

Art. 50. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

##### Aplicação

#### CAPÍTULO XVII

#### DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Art. 51. O CIGAMERIOS adotará o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993;

II - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993; e

III - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, quando cabível.

Parágrafo Único - Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º.

#### CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES FINAIS

##### Orientações gerais

Art. 52. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 53. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 54. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares, atas da sessão, o Edital na íntegra e demais relatórios, estarão disponíveis na internet para livre acesso e consulta pública e obtenção de cópia, na plataforma que fornecerá o sistema para a promotora do Pregão eletrônico, após a homologação.

Art. 55. Os arquivos e os registros digitais e físicos relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo no CIGAMERIOS e na plataforma fornecedora do sistema.

##### Revogação

Art. 56. Fica revogada a Resolução n. 003, de 13 de novembro de 2013.

##### Vigência

Art. 57. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Maravilha, SC, 24 de junho de 2020.

DERLI FURTADO

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Santa Terezinha do Progresso

ARNILDO LUIZ KOLLET

Assessor Jurídico do CIGAMERIOS

OAB/SC 35.378 - Resolução n. 007/2020

## CIS/AMERIOS

### ATO ADMINISTRATIVO 007-2020 - EXTRATO DE CONTRATOS

Publicação Nº 2535686

ATO ADMINISTRATIVO N. 07/2020

#### REFERÊNCIA:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 02/2018

DERLI FURTADO, Prefeito de Santa Terezinha do Progresso/SC, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 61, Parágrafo único da Lei 8.666/93, TORNA PÚBLICO os seguintes atos administrativos:

EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO COM CLÁUSULAS UNIFORMES N. 16/2020

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS e SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA.



OBJETO: prestação de serviços de saúde e correlatos conforme especificações a seguir:

LOTE 03 – EXAMES			
ITEM	RADIOGRAFIA	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
63	Radiografia de Cavum (Lateral + Hirtz)	02.04.01.006-3	30,00
64	Radiografia de Abdômen Agudo (Mínimo de 3 Incidências)	02.04.05.012-0	30,00
65	Radiografia de Abdômen Simples (AP)	02.04.05.013-8	30,00
66	Radiografia de Abdômen (AP + Lateral / Localizada)	02.04.05.011-1	30,00
67	Radiografia de Antebraço	02.04.04.001-9	30,00
68	Radiografia Arcada Zigomático - Malar (AP + Obliquas)	02.04.01.004-7	30,00
69	Radiografia de Articulação Coxo-Femural	02.04.06.006-0	30,00
70	Radiografia de Articulação Escápulo-Umeral	02.04.04.003-5	30,00
71	Radiografia de Articulação Esterno-Clavicular	02.04.04.004-3	30,00
72	Radiografia de Articulação Sacro-Iliaca	02.04.06.007-9	30,00
73	Radiografia de Articulação Tíbio-Társica	02.04.06.008-7	30,00
74	Radiografia de Articulações Têmporo-Mandibular Bilateral	02.04.01.005-5	30,00
75	Radiografia de Articulações Acrômio-Clavicular	02.04.04.002-7	30,00
76	Radiografia de Bacia	02.04.06.009-5	30,00
77	Radiografia de Braço	02.04.04.005-1	30,00
78	Radiografia de Calcâneo	02.04.06.010-9	30,00
79	Radiografia de Clavícula	02.04.04.006-0	30,00
80	Radiografia de Coluna Lombo-Sacra	02.04.02.006-9	30,00
81	Radiografia de Coluna Cervical (AP + Lateral + TO / Flexão)	02.04.02.004-2	30,00
82	Radiografia de Coluna Cervical (AP + Lateral + TO + Obliquas)	02.04.02.003-4	30,00
83	Radiografia de Coluna Cervical Funcional / Dinâmica	02.04.02.005-0	30,00
84	Radiografia de Coluna Torácica (AP + Lateral)	02.04.02.009-3	30,00
85	Radiografia de Coluna Tóraco-Lombar Dinâmica	02.04.02.011-5	30,00
86	Radiografia de Coluna Tóraco-Lombar	02.04.02.010-7	30,00
87	Radiografia de Coluna Lombo-Sacra (C/ Obliquas)	02.04.02.007-7	30,00
88	Radiografia de Coluna Lombo-Sacra Funcional / Dinâmica	02.04.02.008-5	30,00
90	Radiografia de Coração e Vasos da Base (PA + Lateral)	02.04.03.006-4	30,00
91	Radiografia de Coração e Vasos da Base (PA + Lateral + Obliqua)	02.04.03.005-6	30,00
92	Radiografia de Costelas (Por Hemitórax)	02.04.03.007-2	30,00
93	Radiografia de Cotovelo	02.04.04.007-8	30,00
94	Radiografia de Coxa	02.04.06.011-7	30,00
95	Radiografia de Crânio (PA + Lateral + Obliquas / Bretton + Hirtz)	02.04.01.007-1	30,00
96	Radiografia de Crânio (PA + Lateral)	02.04.01.008-0	30,00
98	Escanometria	02.04.06.003-6	30,00
100	Radiografia de Esterno	02.04.03.009-9	30,00
102	Radiografia de Joelho (AP + Lateral)	02.04.06.012-5	30,00
103	Radiografia de Joelho ou Patela (AP + Lateral + Axial)	02.04.06.013-3	30,00
104	Radiografia de Laringe	02.04.01.009-8	30,00
105	Radiografia de Região Orbitária (Localização de Corpo Estranho)	02.04.01.013-6	30,00
106	Mamografia	02.04.03.003-0	35,00
107	Mamografia Bilateral para Rastreamento	02.04.03.018-8	70,00
108	Radiografia de Mão	02.04.04.009-4	30,00
110	Radiografia de Mastóide /Rochedos (Bilateral)	02.04.01.010-1	30,00
111	Radiografia de Maxilar Inferior (PA + Obliqua)	02.04.01.011-0	30,00
113	Radiografia de Escapula/Ombro (Três Posições)	02.04.04.011-6	30,00
114	Radiografia Bilateral de Órbitas (PA + Obliquas + Hirtz)	02.04.01.003-9	30,00
115	Radiografia de Ossos da Face (MN + Lateral + Hirtz)	02.04.01.012-8	30,00
116	Radiografia de Pé / Dedos do Pé	02.04.06.015-0	30,00
117	Radiografia de Perna	02.04.06.016-8	30,00
118	Radiografia de Punho (AP + Lateral + Obliqua)	02.04.04.012-4	30,00
119	Radiografia de Dedos da Mão	02.04.04.008-6	30,00
120	Radiografia de Região de Sacro-Coccigea	02.04.02.012-3	30,00
121	Radiografia de Seios da Face (FN + MN + Lateral + Hirtz)	02.04.01.014-4	30,00
122	Radiografia de Sela Tursica (PA + Lateral + Bretton)	02.04.01.015-2	30,00
123	Radiografia de Tórax (PA + Inspiração + Expiração + Lateral)	02.04.03.013-7	30,00
124	Radiografia de Tórax (PA + Lateral + Obliqua)	02.04.03.014-5	30,00
125	Radiografia de Tórax (Ápico-Lordótica)	02.04.03.012-9	30,00
126	Radiografia de Tórax (PA)	02.04.03.017-0	30,00
127	Radiografia de Tórax: (PA e Perfil)	02.04.03.015-3	30,00
130	Urografia Venosa	02.04.05.018-9	75,00
132	Radiografia Panorâmica	02.04.01.017-9	30,00



	TOMOGRAFIAS COMPUTADORIZADAS		
147	Tomografia Computadorizada de Coluna Cervical	02.06.01.001-0	86,76
148	Tomografia Computadorizada de Coluna Torácica	02.06.01.003-6	86,76
149	Tomografia Computadorizada de Coluna Lombo-Sacra	02.06.01.002-8	101,10
150	Tomografia Computadorizada do Crânio	02.06.01.007-9	97,44
151	Tomografia Computadorizada de Sela Túrcica	02.06.01.006-0	97,44
152	Tomografia Computadorizada de Tórax	02.06.02.003-1	136,41
153	Tomografia Computadorizada de Abdômen Superior	02.06.03.001-0	138,63
154	Tomografia Computadorizada da Face / Seios da Face / Articulações Têmporo-Mandibulares	02.06.01.004-4	86,75
155	Tomografia Computadorizada de Pelve / Bacia / Abdômen Inferior	02.06.03.003-7	138,63
156	Tomografia Computadorizada do Pescoço	02.06.01.005-2	86,75
157	Tomografia Computadorizada dos Segmentos Apendiculares (Braço, Antebraço, Mão, Coxa, Perna, Pé)	02.06.02.002-3	86,75
158	Tomografia Computadorizada de Articulações de Membro Superior	02.06.02.001-5	86,75
159	Tomografia Computadorizada de Articulações de Membro Inferior	02.06.03.002-9	86,75
160	Tomografia Computadorizada de Hemitórax, Pulmão ou do Mediastino	02.06.02.004-0	136,41
	O VALOR DO ACRÉSCIMO PELO CONTRASTE PARA OS EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA:		
161	Tomografias c/ Contraste Não Iodado (para alérgicos)	90093	65,00
162	Tomografias c/ Contraste Iodado (para não alérgicos)	90107	30,00

DATA DE ASSINATURA: 14/05/2020.

VIGÊNCIA: 14 de maio a 31 de dezembro de 2020.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo nº 01/2018; inexigibilidade nº 01/2018; Chamamento Público nº 02/2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07, Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público do CIS/AMERIOS.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO COM CLÁUSULAS UNIFORMES N. 15/2019

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS e JAMESTON LODI.

OBJETO: incluir serviços inicialmente contratados, sendo:

LOTE 03 – EXAMES			
ITEM	ULTRASSONOGRAFIA	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
175	Ultrassonografia de Articulação	02.05.02.006-2	90,00

DATA DE ASSINATURA: 14/05/2020.

VIGÊNCIA: 14 de maio a 31 de dezembro de 2020.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo nº 01/2018; inexigibilidade nº 01/2018; Chamamento Público nº 02/2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07, Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público do CIS/AMERIOS.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO COM CLÁUSULAS UNIFORMES N. 16/2019

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS e CASSYA MAYANE PANDOLFO.

OBJETO: incluir a fisioterapeuta KARISA AMANDA ALMEIDA KOCHER, CREFITO Nº 298631-F, como prestadora de serviço nesta instituição.

DATA DE ASSINATURA: 13/05/2020.

VIGÊNCIA: 13 de maio a 31 de dezembro de 2020.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo nº 01/2018; inexigibilidade nº 01/2018; Chamamento Público nº 02/2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07, Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público do CIS/AMERIOS.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO COM CLÁUSULAS UNIFORMES N. 25/2019

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS e CLÍNICA DE MARCO LTDA.

OBJETO: incluir serviços inicialmente contratados, sendo:

LOTE 01 – CONSULTAS			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DAS CONSULTAS	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
1	Consulta Médica em Atenção Especializada - (Consulta com médicos especialistas nos seguintes CBOs: Anestesiologistas).	03.01.01.007-2	120,00
LOTE 05 – CIRURGIAS			
ITEM	CIRURGIA GERAL	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
26	Serviços Profissionais em Anestesiista para as Cirurgias	90204	300,00

DATA DE ASSINATURA: 11/05/2020.

VIGÊNCIA: 11 de maio a 31 de dezembro de 2020.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo nº 01/2018; inexigibilidade nº 01/2018; Chamamento Público nº 02/2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07, Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público

do CIS/AMERIOS.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO COM CLÁUSULAS UNIFORMES N. 15/2020

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS e LIV SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI.

OBJETO: incluir serviços inicialmente contratados, sendo:

LOTE 03 – EXAMES			
ITEM	CARDIOLOGIA	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
9	Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos	02.05.01.004-0	120,00
10	Doppler Colorido de Vasos Cervicais Arteriais Bilaterais – Carótidas e Vértebras	90115	220,00
LOTE 05 – CIRURGIAS			
ITEM	VASCULAR	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
103	Ecodoppler Unilateral	2.05.01.004-0	180,00

DATA DE ASSINATURA: 14/05/2020.

VIGÊNCIA: 14 de maio a 31 de dezembro de 2020.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Processo Administrativo nº 01/2018; inexigibilidade nº 01/2018; Chamamento Público nº 02/2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07, Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público do CIS/AMERIOS.

Maravilha/SC, 24 de junho de 2020.

DERLI FURTADO

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Santa Terezinha do Progresso

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 02-2020

Publicação Nº 2535683

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 02/2018

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 02/2020

DERLI FURTADO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 38, VII c/c com o art. 43, VI da Lei 8.666/93, HOMOLOGA o resultado do julgamento proferido e Adjudicado em Ata de n. 02/2020 pela Comissão de de Licitações, instituída pela Resolução n. 004/2019.

HOMOLOGO PARA AS SEGUINTESS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS OS SEGUINTESS SERVIÇOS DE SAÚDE E CORRELATOS:

HABILITADO: SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA.

OBJETO: prestação de serviços de saúde e correlatos conforme especificações a seguir:

LOTE 03 – EXAMES			
ITEM	RADIOGRAFIA	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
63	Radiografia de Cavum (Lateral + Hirtz)	02.04.01.006-3	30,00
64	Radiografia de Abdômen Agudo (Mínimo de 3 Incidências)	02.04.05.012-0	30,00
65	Radiografia de Abdômen Simples (AP)	02.04.05.013-8	30,00
66	Radiografia de Abdômen (AP + Lateral / Localizada)	02.04.05.011-1	30,00
67	Radiografia de Antebraço	02.04.04.001-9	30,00
68	Radiografia Arcada Zigomático - Malar (AP + Obliquas)	02.04.01.004-7	30,00
69	Radiografia de Articulação Coxo-Femural	02.04.06.006-0	30,00
70	Radiografia de Articulação Escápulo-Umeral	02.04.04.003-5	30,00
71	Radiografia de Articulação Esterno-Clavicular	02.04.04.004-3	30,00
72	Radiografia de Articulação Sacro-Ilíaca	02.04.06.007-9	30,00
73	Radiografia de Articulação Tíbio-Társica	02.04.06.008-7	30,00
74	Radiografia de Articulações Têmporo-Mandibular Bilateral	02.04.01.005-5	30,00
75	Radiografia de Articulações Acrômio-Clavicular	02.04.04.002-7	30,00
76	Radiografia de Bacia	02.04.06.009-5	30,00
77	Radiografia de Braço	02.04.04.005-1	30,00
78	Radiografia de Calcâneo	02.04.06.010-9	30,00
79	Radiografia de Clavícula	02.04.04.006-0	30,00
80	Radiografia de Coluna Lombo-Sacra	02.04.02.006-9	30,00
81	Radiografia de Coluna Cervical (AP + Lateral + TO / Flexão)	02.04.02.004-2	30,00

82	Radiografia de Coluna Cervical (AP + Lateral + TO + Obliquas)	02.04.02.003-4	30,00
83	Radiografia de Coluna Cervical Funcional / Dinâmica	02.04.02.005-0	30,00
84	Radiografia de Coluna Torácica (AP + Lateral)	02.04.02.009-3	30,00
85	Radiografia de Coluna Tóraco-Lombar Dinâmica	02.04.02.011-5	30,00
86	Radiografia de Coluna Tóraco-Lombar	02.04.02.010-7	30,00
87	Radiografia de Coluna Lombo-Sacra (C/ Obliquas)	02.04.02.007-7	30,00
88	Radiografia de Coluna Lombo-Sacra Funcional / Dinâmica	02.04.02.008-5	30,00
90	Radiografia de Coração e Vasos da Base (PA + Lateral)	02.04.03.006-4	30,00
91	Radiografia de Coração e Vasos da Base (PA + Lateral + Obliqua)	02.04.03.005-6	30,00
92	Radiografia de Costelas (Por Hemitórax)	02.04.03.007-2	30,00
93	Radiografia de Cotovelo	02.04.04.007-8	30,00
94	Radiografia de Coxa	02.04.06.011-7	30,00
95	Radiografia de Crânio (PA + Lateral + Obliquas / Bretton + Hirtz)	02.04.01.007-1	30,00
96	Radiografia de Crânio (PA + Lateral)	02.04.01.008-0	30,00
98	Escanometria	02.04.06.003-6	30,00
100	Radiografia de Esterno	02.04.03.009-9	30,00
102	Radiografia de Joelho (AP + Lateral)	02.04.06.012-5	30,00
103	Radiografia de Joelho ou Patela (AP + Lateral + Axial)	02.04.06.013-3	30,00
104	Radiografia de Laringe	02.04.01.009-8	30,00
105	Radiografia de Região Orbitária (Localização de Corpo Estranho)	02.04.01.013-6	30,00
106	Mamografia	02.04.03.003-0	35,00
107	Mamografia Bilateral para Rastreamento	02.04.03.018-8	70,00
108	Radiografia de Mão	02.04.04.009-4	30,00
110	Radiografia de Mastóide /Rochedos (Bilateral)	02.04.01.010-1	30,00
111	Radiografia de Maxilar Inferior (PA + Obliqua)	02.04.01.011-0	30,00
113	Radiografia de Escapula/Ombro (Três Posições)	02.04.04.011-6	30,00
114	Radiografia Bilateral de Órbitas (PA + Obliquas + Hirtz)	02.04.01.003-9	30,00
115	Radiografia de Ossos da Face (MN + Lateral + Hirtz)	02.04.01.012-8	30,00
116	Radiografia de Pé / Dedos do Pé	02.04.06.015-0	30,00
117	Radiografia de Perna	02.04.06.016-8	30,00
118	Radiografia de Punho (AP + Lateral + Obliqua)	02.04.04.012-4	30,00
119	Radiografia de Dedos da Mão	02.04.04.008-6	30,00
120	Radiografia de Região de Sacro-Coccigea	02.04.02.012-3	30,00
121	Radiografia de Seios da Face (FN + MN + Lateral + Hirtz)	02.04.01.014-4	30,00
122	Radiografia de Sela Tursica (PA + Lateral + Bretton)	02.04.01.015-2	30,00
123	Radiografia de Tórax (PA + Inspiração + Expiração + Lateral)	02.04.03.013-7	30,00
124	Radiografia de Tórax (PA + Lateral + Obliqua)	02.04.03.014-5	30,00
125	Radiografia de Tórax (Ápico-Lordótica)	02.04.03.012-9	30,00
126	Radiografia de Tórax (PA)	02.04.03.017-0	30,00
127	Radiografia de Tórax: (PA e Perfil)	02.04.03.015-3	30,00
130	Urografia Venosa	02.04.05.018-9	75,00
132	Radiografia Panorâmica	02.04.01.017-9	30,00
	TOMOGRAFIAS COMPUTADORIZADAS		
147	Tomografia Computadorizada de Coluna Cervical	02.06.01.001-0	86,76
148	Tomografia Computadorizada de Coluna Torácica	02.06.01.003-6	86,76
149	Tomografia Computadorizada de Coluna Lombo-Sacra	02.06.01.002-8	101,10
150	Tomografia Computadorizada do Crânio	02.06.01.007-9	97,44
151	Tomografia Computadorizada de Sela Túrcica	02.06.01.006-0	97,44
152	Tomografia Computadorizada de Tórax	02.06.02.003-1	136,41
153	Tomografia Computadorizada de Abdômen Superior	02.06.03.001-0	138,63
154	Tomografia Computadorizada da Face / Seios da Face / Articulações Têmporo-Mandibulares	02.06.01.004-4	86,75
155	Tomografia Computadorizada de Pelve / Bacia / Abdômen Inferior	02.06.03.003-7	138,63
156	Tomografia Computadorizada do Pescoço	02.06.01.005-2	86,75
157	Tomografia Computadorizada dos Segmentos Apendiculares (Braço, Antebraço, Mão, Coxa, Perna, Pé)	02.06.02.002-3	86,75
158	Tomografia Computadorizada de Articulações de Membro Superior	02.06.02.001-5	86,75
159	Tomografia Computadorizada de Articulações de Membro Inferior	02.06.03.002-9	86,75
160	Tomografia Computadorizada de Hemitórax, Pulmão ou do Mediastino	02.06.02.004-0	136,41
	O VALOR DO ACRÉSCIMO PELO CONTRASTE PARA OS EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA:		
161	Tomografias c/ Contraste Não Iodado (para alérgicos)	90093	65,00
162	Tomografias c/ Contraste Iodado (para não alérgicos)	90107	30,00

HABILITADO: JAMESTON LODI.

OBJETO: incluir serviços inicialmente contratados, sendo:

LOTE 03 – EXAMES			
ITEM	ULTRASSONOGRAMA	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
175	Ultrassonografia de Articulação	02.05.02.006-2	90,00

HABILITADO: CASSYA MAYANE PANDOLFO.

OBJETO: incluir a fisioterapeuta KARISA AMANDA ALMEIDA KOCHER, CREFITO Nº 298631-F, como prestadora de serviço nesta instituição.

HABILITADO: CLÍNICA DE MARCO LTDA.

OBJETO: incluir serviços inicialmente contratados, sendo:

LOTE 01 – CONSULTAS			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DAS CONSULTAS	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
1	Consulta Médica em Atenção Especializada - (Consulta com médicos especialistas nos seguintes CBOs: Anestesiologista).	03.01.01.007-2	120,00
LOTE 05 – CIRURGIAS			
ITEM	CIRURGIA GERAL	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
26	Serviços Profissionais em Anestesiologista para as Cirurgias	90204	300,00

HABILITADO: LIV SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI.

OBJETO: incluir serviços inicialmente contratados, sendo:

LOTE 03 – EXAMES			
ITEM	CARDIOLOGIA	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
9	Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos	02.05.01.004-0	120,00
10	Doppler Colorido de Vasos Cervicais Arteriais Bilaterais – Carótidas e Vértebras	90115	220,00
LOTE 05 – CIRURGIAS			
ITEM	VASCULAR	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
103	Ecodoppler Unilateral	2.05.01.004-0	180,00

Maravilha/SC, 15 de maio de 2020.

DERLI FURTADO

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Santa Terezinha do Progresso

## CONDER

### NOVO FORNECEDOR - ITEM 08 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER

Publicação Nº 2536144

PARECER JURÍDICO Nº 124/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de desistência de item apresentado pela empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda.

#### 1 – RELATÓRIO

A empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 8 – ácido acetilsalicílico 100 mg comprimido - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, posteriormente a isso a empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda apresentou pedido de desistência em relação ao referido item sob o argumento de que o laboratório registrado estaria com problemas na fabricação e fornecimento do produto de modo que estaria impossibilitada de continuar fornecendo o item, pleito este que foi indeferido, pois que em diligências realizadas à época constatou-se que outros laboratórios teriam o medicamento disponível para comercialização, tendo sido possibilitada a substituição da marca registrada desde que mantido similar ou superior padrão de qualidade.

Desta feita, a empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda apresenta pedido de prorrogação de prazo de entrega por tempo indeterminado sob a alegação de impossibilidade de fornecer o item por motivos alheios à sua vontade, pleito este que se passa a analisar.

## 2 - DO MÉRITO

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

Nestes termos, tendo a empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda firmado com este consórcio a Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 obrigou-se a proceder à entrega do item 8 nas condições registradas.

Contudo, posteriormente ao compromisso assumido, a referida empresa apresentou pleito solicitando a prorrogação por tempo indeterminado para proceder a entrega do item sustentando a impossibilidade de continuar proceder a entrega do mesmo em virtude de não mais possuir o item em estoque tampouco possuir condições de adquiri-lo.

No afã de melhor elucidar a questão foram realizadas diligências junto às demais empresas que cotaram o item 8 – Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda e RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda – tendo as mesmas confirmado tanto a escassez do item quanto a majoração dos preços de sua comercialização após a formalização da Ata de Registro de Preços.

Nesse sentido a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda, terceira colocada para o item informou ter o mesmo há disposição da marca registrada – IMEC - pelo valor de R\$ 0,044 o comprimido, enquanto as demais empresas contatas informaram não ter condições de fornecer o item.

Mormente, entendo que diante da disponibilidade do item no mercado, de forma excepcional, por critério de conveniência e necessidade de disponibilização do item no intuito de evitar o desabastecimento dos municípios, entendo ser possível transferir o item para a empresa – ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda - que possui condições de fornecer o item do laboratório IMEC, pelo valor de R\$ 0,044 o comprimido.

## 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, tenho que o pedido apresentado pela empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda deve ser julgado improcedente eis que constatada a disponibilidade do item no mercado.

Contudo, considerando que a empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda já apresentou pedido de desistência do item e prorrogação de prazo para sua entrega sustentando a impossibilidade de fornecimento do medicamento, opino que o item seja transferido para outra empresa que tenha condições de fornecê-lo, de modo a não provocar seu desabastecimento junto aos municípios consorciados, cancelando-se a obrigação da empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda em fornecer o item 8 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 e, em consequência, seja o item transferido para a empresa terceiro colocada ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda que possui condições de fornecer o item.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,



Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo INDEFERIMENTO do pedido de prorrogação de prazo por tempo indeterminado para entrega do item, mas pelo DEFERIMENTO do pleito de desistência do item 8 – ácido acetilsalicílico 100 mg - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 transferindo-se, em consequência, o item para a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda que manifestou possuir interesse e condições de assumir o item.

Dê-se ciência desta decisão à empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Notifique-se a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda para que, a partir desta data, passe a fornecer o item 8 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 da marca IMEC pelo valor unitário de R\$ 0,044 o comprimido.

Publique-se para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## **NOVO FORNECEDOR - ITEM 249 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2535844

PARECER JURÍDICO Nº 118/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2020

ASSUNTO: pedido de desistência de item apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Equipamentos Ltda.

### **1 – RELATÓRIO**

A empresa ABC Distribuidora de Equipamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 249 – oxímetro de pulso adulto - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa ABC Distribuidora de Equipamentos Ltda apresentou pedido de desistência em relação ao referido item sob o argumento de que o laboratório registrado estaria com problemas na fabricação e fornecimento do produto de modo que estaria impossibilitada de continuar fornecendo o item, pleito este que passa-se a analisar o pleito.

### **2 - DO MÉRITO**

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

Nestes termos, tendo a empresa ABC Distribuidora de Equipamentos Ltda firmado com este consórcio a Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 obrigou-se a proceder à entrega do item 249 nas condições registradas.

Contudo, posteriormente ao compromisso assumido, a referida empresa apresentou pleito solicitando a desistência do item sustentando a impossibilidade de continuar procedendo a entrega do mesmo em virtude de não mais possuir o item em estoque tampouco condições de adquiri-lo ante a suspensão de fabricação pela empresa registrada.

No afã de melhor elucidar a questão foram realizadas diligências junto às demais empresas que cotaram o item 249 – Altermed Material Médico Hospitalar Ltda e Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda – de outras marcas, tendo as mesmas as mesmas confirmado a disponibilidade do item contudo com valores superiores aos registrados.

Nesse sentido a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, segundo colocada para o item informou ter o mesmo há disposição da marca Bioland pelo valor de R\$ 295,00 a unidade, enquanto a empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda, terceira colocada para o item informou ter o produto disponível, também da marca Bioland mas pelo valor de R\$ 180,00 a unidade.

Destas informações constata-se que o item efetivamente encontra-se com escassez no mercado pois duas das marcas registradas não estão com o item disponível, bem como o item sofreu majoração no preço de sua comercialização.

Mormente, de forma excepcional, por critério de conveniência e necessidade de disponibilização do item, entendo ser possível transferir o item para a empresa – Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda - que possui condições de fornecer o item do laboratório Bioland e pelo menor preço proposto pelas outras empresas que cotaram o item, qual, seja, o valor de R\$ 180,00 a unidade.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, tenho que o pedido apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Equipamentos Ltda deve ser julgado procedente cancelando-se a obrigação desta em fornecer o item 249 do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 e, em consequência, seja o item transferido para a empresa terceiro colocada Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda que possui condições de fornecer o item pelo menor valor proposto pelas outras empresas que o registraram.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido de desistência de item apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Equipamentos Ltda em relação ao item 249 – oxímetro de pulso adulto - do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 transferindo-se, em consequência, o item para a empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda que manifestou possuir interesse e condições de assumir o item.

Dê-se ciência desta decisão à empresa ABC Distribuidora de Equipamentos Ltda.

Notifique-se a empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda para que, a partir desta data, passe a fornecer o item 249 do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 da marca Bioland pelo valor unitário de R\$ 180,00.

Publique-se para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do CONDER

### NOVO FORNECEDOR - ITEM 669 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER

Publicação Nº 2535846

PARECER JURÍDICO Nº 120/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de desistência de item apresentado pela empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda.





## 1 – RELATÓRIO

A empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 669 – cetoprofeno 100 mg comprimido - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

A empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda já apresentou pedido de desistência do item sob o argumento de equívoco no registro sustentando que a marca registrada não possui o item nas especificações exigidas, o qual restou indeferido.

Nada obstante, desta feita, a empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda reitera o pleito aporando suas alegações em informação prestada pelo laboratório registrado – SEM – de que não dispõe do produto cetoprofeno 100 mg na apresentação em comprimidos em seu portfólio de produtos e que também não possui registro do medicamento junto a Anvisa, pleito este que passa-se a analisar o pleito.

## 2 - DO MÉRITO

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

Nestes termos, tendo a empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda firmado com este consórcio a Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 obrigou-se a proceder à entrega do item 669 nas condições registradas.

Contudo, posteriormente ao compromisso assumido, a referida empresa apresentou pleito solicitando a desistência do item sustentando equívoco no registro e a impossibilidade de proceder a entrega do mesmo eis que o laboratório registrado não possui o medicamento na apresentação exigida no termo de referência.

No afã de melhor elucidar a questão foram realizadas diligências junto às demais empresas que cotaram o item 669, do laboratório Medley – AG Kienen & Cia Ltda e F&F Distribuidora de Medicamentos Ltda – tendo sido constatado que o laboratório registrado possui o medicamento nas condições exigidas, informando a empresa F&F Distribuidora de Medicamentos Ltda condições e interesse em fornecer o item, contudo em valor superior ao registrado – R\$ 1,25 o comprimido.

Mormente, ainda que o valor apontado pela empresa F&F Distribuidora de Medicamentos Ltda seja superior ao registrado - o que aliás é perfeitamente aceitável em vista dos efeitos decorrentes da pandemia de COVID-19, elevação do dólar e dificuldade de importação de vários insumos e matérias primas para a fabricação de medicamentos, recebendo este consórcio com bastante frequência pedidos de reequilíbrios econômicos financeiros de medicamentos registrados – constata-se que os municípios consorciados estão desabastecidos do item 669 que possui alta demanda pelos usuários, razão pela qual de forma excepcional, por critério de conveniência e necessidade de disponibilização do item, entendo ser possível transferir o item para a empresa – F&F Distribuidora de Medicamentos Ltda - que possui condições de fornecer o item do laboratório Medley, pelo valor de R\$ 1,25 o comprimido.

## 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, tenho que o pedido apresentado pela empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda deve ser julgado procedente cancelando-se a obrigação desta em fornecer o item 669 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 e, em consequência, seja o item transferido para a empresa F&F Distribuidora de Medicamentos Ltda que possui condições de fornecer o item.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido de desistência de item apresentado pela empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda em relação ao item 669 – cetoprofeno 100 mg comprimido - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020, transferindo-se, em consequência, o item para a empresa F&F Distribuidora de Medicamentos Ltda que manifestou possuir interesse e condições de assumir o item.

Dê-se ciência desta decisão à empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda, destacando que a transferência do item 669 para a empresa F&F Distribuidora de Medicamentos Ltda passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas antes desta data deverão ser entregues pela empresa Soma/SC Produtos Hospitalares nas condições registradas, sob pena de aplicação das penalidades previstas do Edital do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020.

Notifique-se a empresa F&F Distribuidora de Medicamentos Ltda para que, a partir desta data, passe a fornecer o item 669 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 da marca Medley pelo valor de R\$ 1,25 o comprimido.

Publique-se para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## REEQUILÍBRIO - ITEM 113 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER

Publicação Nº 2535848

PARECER JURÍDICO Nº 121/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

### 1 – RELATÓRIO

A empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 113 – escopolamina, butilbrometo de 4 mg/ml + dipirona 500 mg/ml ampola 5ml IM IV - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

### 2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na

hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada (...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete e equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, bem como dos aumentos provocados em vista do atual cenário e da escassez de alguns medicamentos.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em relação ao item 113 – RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda, Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda - tendo sido constatado tanto a escassez do referido item como a majoração do preço de sua comercialização após o registro de preços deste certame, sendo que nenhuma das empresas contatadas teria condições de fornecer o item, de imediato ou mesmo pelos valores registrados.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão do reequilíbrio econômico financeiro pleiteado, eis que a elevação do preço de comercialização do item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública nacional.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, COMPROVADA E JUSTIFICADA a existência de caso fortuito ou força maior que determinou aumento abrupto do produto no mercado OPINO seja deferido o pedido apresentado pela empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda de reequilíbrio econômico financeiro do item nº 113 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor da ampola como sendo R\$ 2,30.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido apresentado pela empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda para que seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item 113 – escopolamina, butilbrometo de 4 mg/ml + dipirona 500 mg/ml ampola 5ml IM IV - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do item como sendo de R\$ 2,30 a ampola devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Destaco que O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DEFERIDO PASSA A VIGER A PARTIR DA PRESENTE DECISÃO E PARA SOLICITAÇÕES DE FORNECIMENTO DO ITEM QUE FOREM REALIZADAS PELOS MUNICÍPIOS DESTA DATA EM DIANTE, SENDO QUE EVENTUAIS PEDIDOS E AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTOS JÁ EMITIDAS DEVERÃO SER ENTREGUES PELA EMPRESA COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA PELO VALOR REGISTRADO.

Notifique-se a empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda desta decisão.

Proceda-se as alterações necessárias.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## REEQUILÍBRIO - ITEM 121 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002.2020 - CONDER

Publicação Nº 2535854

PARECER JURÍDICO Nº 123/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2019

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e alteração de marca apresentado pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME.

### 1 – RELATÓRIO

A empresa Rafael Kuhn Eireli ME participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 121 – luva pra procedimento não cirúrgico - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, posteriormente a isso a empresa apresentou pedido de alteração da marca inicialmente registrada em virtude de sua indisponibilidade no mercado em decorrência dos efeitos provocados pela pandemia de COVID-19, bem como o reequilíbrio financeiro do item que também em virtude da atual crise de saúde pública teria sofrido majoração em seu preço.

Passa-se a analisar o pleito.

### 2 - DO MÉRITO

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

- I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;
- II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM nas condições registradas, dentre as quais marca e valor.

Contudo, em situações excepcionais, podem ser autorizadas alterações em relação aos termos registrados, como a marca e valor em decorrência de concessão de reequilíbrio financeiro econômico.

E, desde já, cabe registrar que vivenciamos uma situação totalmente atípica em virtude dos efeitos decorrentes da decretação de calamidade de saúde pública, declarada a nível mundial, com escassez de vários itens de segurança e com aumento de preço de comercialização, de modo que pleitos como o aqui apresentados merecem uma interpretação em consonância com o atual cenário de nossa realidade.

## 2.1 Em relação ao pedido de alteração de marca

A empresa Rafael Kuhn Eireli ME firmou com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER Ata de Registro de Preços na qual se obrigou a proceder a entrega de protetor facial com a descrição constante no item 121 da marca Supermax.

Mormente, posteriormente ao compromisso assumido, a referida empresa apresentou pleito de substituição da marca registrada – SUPERMAX - pela marca UNIGLOVES ao argumento de que a marca registrada não teria o produto para entrega e para evitar assim o desabastecimento do item inclusive, porque, a marca pretendida estaria praticando preços mais acessíveis.

Mormente, em que pese à vinculação dos fornecedores aos termos da Ata de Registro de Preço, em casos específicos e excepcionais, tem-se admitido a alteração da marca registrada/contratada por outra DESDE QUE DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE.

Em diligências realizadas junto aos municípios consorciados para se perquirir acerca de eventual prejuízo em relação à substituição da marca registrada para o item nº 121 – de SUPERMAX para UNIGLOVES – constatou-se que ambos os fabricantes possuem similar padrão de qualidade.

Assim o sendo, entende-se que diante da situação apresentada pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME mostra-se possível a substituição da marca registrada desde que mantido o mesmo padrão de qualidade do item e, nesse sentido, apurou-se que as marcas Supermax e Unigloves possuem similar padrão de qualidade.

## 2.2 Em relação ao reequilíbrio financeiro econômico

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6o Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:



"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

(...)

"Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeiro."

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos.

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos dos preços de comercialização de itens relacionados à saúde e segurança, provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação e que cotaram o item 121 – Agropecuária Princesa Eireli e Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda - tendo as mesmas confirmado tanto a escassez quanto a elevação dos preços no mercado após a homologação do processo licitatório em comento no qual o item foi registrado pelo valor de R\$ 20,00 a caixa com 100 unidades.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro, eis que a elevação do preço de comercialização do produto deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela, OPINO no sentido de que sejam DEFERIDOS os pedidos apresentados pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME de alteração de marca do item 121 desde que observado que a substituição seja por marca que possua similar ou superior padrão de qualidade registrada e aqui aponto que, conforme diligências realizados, foi possível constar que a marca UNIGLOVES possui padrão de qualidade similar a marca inicialmente registrada – SUPERMAX.

Já em relação ao pedido de reequilíbrio econômico financeiro entendo que o mesmo merece ser também DEFERIDO, concedendo-se o reequilíbrio econômico financeiro do item 121 eis que a elevação do preço de comercialização do referido item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública nacional. Assim o sendo, opino seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 121 – luva para procedimento não cirúrgico - do Processo Licitatório nº 020/2019, Pregão Presencial nº 020/2019 passando a constar, de ora em diante, o valor de R\$ 46,50 a caixa com 100 unidades.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja DEFERIDO o pedido apresentado pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME de substituição da marca inicialmente registrada para o item 121 por outra de padrão similar, como a UNIGLOVES ou mesmo outra.

Nada obstante, desde já consigno que, embora seja possibilitada a alteração de marca do item 121 as luvas para procedimento não cirúrgico a serem fornecidas aos municípios consorciados que o solicitarem DEVERÁ ATENDER RIGOROSAMENTE AO DESCRITIVO DO ITEM.

Ademais DEFIRO também o pedido de reequilíbrio financeiro econômico do item 121 do Processo Licitatório nº 020/2019, Pregão Presencial nº 020/2019 passando a constar, de ora em diante, o valor do item como sendo R\$ 46,50 a caixa com 100 unidades, devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Destaco que O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DEFERIDO PASSA A VIGER A PARTIR DA PRESENTE DECISÃO E PARA SOLICITAÇÕES DE FORNECIMENTO DO ITEM QUE FOREM REALIZADAS PELOS MUNICÍPIOS DESTA DATA EM DIANTE, SENDO QUE EVENTUAIS PEDIDOS E AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTOS JÁ EMITIDAS DEVERÃO SER ENTREGUES PELA EMPRESA RAFAEL KUHN EIRELI ME PELO VALOR REGISTRADO.

Notifique-se a empresa Rafael Kuhn Eireli ME desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## REEQUILÍBRIO - ITEM 263 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER

Publicação Nº 2535842

PARECER JURÍDICO Nº 117/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda.

### 1 – RELATÓRIO

A empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 263 – ampicilina 500 mg capsula - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

### 2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica



indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, bem como dos aumentos provocados em vista do atual cenário e da escassez de alguns medicamentos.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em relação ao item 263– Pontamed Farmacêutica Ltda, Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda - tendo sido constatado a majoração do preço de comercialização do item após o registro de preços do certame em comento, sendo que nenhuma das empresas contatadas teria condições de assumir o fornecimento deste por valor inferior ao reequilíbrio econômico requerido pela empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão do reequilíbrio econômico financeiro pleiteado, eis que a elevação do preço de comercialização do item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública nacional.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, COMPROVADA E JUSTIFICADA a existência de caso fortuito ou força maior que determinou aumento abrupto do produto no mercado OPINO seja deferido o pedido apresentado pela empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda de reequilíbrio econômico

financeiro do item nº 263 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor da cápsula como sendo R\$ 0,3580.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 19 de junho de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido apresentado pela empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda para que seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item 263 – ampicilina 500 mg capsula - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor da capsula como sendo de R\$ 0,3580 devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda pelo valor registrado.

Notifique-se a empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda desta decisão.

Proceda-se as alterações necessárias.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

São Miguel do Oeste, 19 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## REEQUILÍBRIO - ITEM 31 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002.2020 - CONDER

Publicação Nº 2535851

PARECER JURÍDICO Nº 122/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº022/2019

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e alteração de marca apresentado pela empresa RAFAEL KUHN EIRELI ME.

### 1 – RELATÓRIO

A empresa Rafael Kuhn Eireli ME participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 31 – luva de segurança para procedimento não cirúrgico - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, posteriormente a isso a empresa apresentou pedido de alteração da marca inicialmente registrada em virtude de sua indisponibilidade no mercado em decorrência dos efeitos provocados pela pandemia de COVID-19, bem como o reequilíbrio financeiro do item que também em virtude da atual crise de saúde pública teria sofrido majoração em seu preço.

Passa-se a analisar o pleito.

### 2 - DO MÉRITO

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

- I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;
- II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM nas condições registradas, dentre as quais marca e valor.

Contudo, em situações excepcionais, podem ser autorizadas alterações em relação aos termos registrados, como a marca e valor em decorrência de concessão de reequilíbrio financeiro econômico.

E, desde já, cabe registrar que vivenciamos uma situação totalmente atípica em virtude dos efeitos decorrentes da decretação de calamidade de saúde pública, declarada a nível mundial, com escassez de vários itens de segurança e com aumento de preço de comercialização, de modo que pleitos como o aqui apresentados merecem uma interpretação em consonância com o atual cenário de nossa realidade.

#### 2.1 Em relação ao pedido de alteração de marca

A empresa Rafael Kuhn Eireli ME firmou com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER Ata de Registro de Preços na qual se obrigou a proceder a entrega das luvas com a descrição constante no item 31 da marca Supermax.

Mormente, posteriormente ao compromisso assumido, a referida empresa apresentou pleito de substituição da marca registrada – SUPERMAX - pela marca UNIGLOVES ao argumento de que a marca registrada não teria o produto para entrega e para evitar assim o desabastecimento do item inclusive, porque a marca pretendida estaria praticando preços mais acessíveis.

Mormente, em que pese à vinculação dos fornecedores aos termos da Ata de Registro de Preço, em casos específicos e excepcionais, tem-se admitido a alteração da marca registrada/contratada por outra DESDE QUE DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE.

Em diligências realizadas junto aos municípios consorciados para se perquirir acerca de eventual prejuízo em relação à substituição da marca registrada para o item nº 31 – de SUPERMAX para UNIGLOVES – constatou-se que ambos os fabricantes possuem similar padrão de qualidade.

Assim o sendo, entende-se que diante da situação apresentada pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME mostra-se possível a substituição da marca registrada desde que mantido o mesmo padrão de qualidade do item e, nesse sentido, apurou-se que as marcas Supermax e Unigloves possuem similar padrão de qualidade.

#### 2.2 Em relação ao reequilíbrio financeiro econômico

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

"... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá."

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

(...)

"Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeiro."

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos.

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos dos preços de comercialização de itens relacionados à saúde e segurança, provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação e que cotaram o item 121 – Fontsegur Distribuidora de Equipamentos de Segurança Ltda, Agropecuária Princesa Eireli e Master-sul Equipamentos de Segurança Ltda - tendo as mesmas confirmado tanto a escassez quanto a elevação dos preços no mercado após a homologação do processo licitatório em comento no qual o item foi registrado pelo valor de R\$ 16,70 a caixa com 100 unidades, sendo que nenhuma delas informou ter condições e interesse de fornecer o item por valor inferior ao reequilíbrio econômico financeiro solicitado.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro, eis que a elevação do preço de comercialização do produto deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela, OPINO no sentido de que seja DEFERIDO o pedido apresentado pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME de alteração de marca do item 31 desde que observado que a substituição seja por marca que possua similar ou superior padrão de qualidade registrada e aqui aponto que, conforme diligências realizados, foi possível constar que a marca UNIGLOVES possui padrão de qualidade similar a marca inicialmente registrada – SUPERMAX.

Já em relação ao pedido de reequilíbrio econômico financeiro entendo que o mesmo merece ser também DEFERIDO, concedendo-se o reequilíbrio econômico financeiro do item 31 eis que a elevação do preço de comercialização do referido item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública nacional. Assim o sendo, opino seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 31 – luva de segurança para procedimento não cirúrgico - do Processo Licitatório nº 020/2019, Pregão Presencial nº 020/2019 passando a constar, de ora em diante, o valor de R\$ 46,50 a caixa com 100 unidades.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja DEFERIDO o pedido apresentado pela empresa Rafael Kuhn Eireli ME de substituição da marca inicialmente registrada para o item 31 por outra de padrão similar, como a UNIGLOVES ou mesmo outra.

Nada obstante, desde já consigno que, embora seja possibilitada a alteração de marca do item 31 as luvas de segurança para procedimento não cirúrgico a serem fornecidas aos municípios consorciados que o solicitarem DEVERÁ ATENDER RIGOROSAMENTE AO DESCRITIVO DO ITEM.

Ademais DEFIRO também o pedido de reequilíbrio econômico financeiro do item 31 do Processo Licitatório nº 020/2019, Pregão Presencial nº 020/2019 passando a constar, de ora em diante, o valor do item como sendo R\$ 46,50 a caixa com 100 unidades, devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Destaco que O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DEFERIDO PASSA A VIGER A PARTIR DA PRESENTE DECISÃO E PARA SOLICITAÇÕES DE FORNECIMENTO DO ITEM QUE FOREM REALIZADAS PELOS MUNICÍPIOS DESTA DATA EM DIANTE, SENDO QUE EVENTUAIS PEDIDOS E AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTOS JÁ EMITIDAS DEVERÃO SER ENTREGUES PELA EMPRESA RAFAEL KUHN EIRELI ME PELO VALOR REGISTRADO.

Notifique-se a empresa Rafael Kuhn Eireli ME desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## REEQUILÍBRIO - ITEM 381- ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002.2020 - CONDER

Publicação Nº 2535845

PARECER JURÍDICO Nº 119/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda.

### 1 – RELATÓRIO

A empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 381 – toucas descartáveis sanfonadas pacote com 100 unidades - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando documentos.



Passa-se a analisar o pleito.

## 2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete e equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevisos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em comento e que cotaram o item 381 – Medicamentos de AZ Eireli, Dental Show Comercio de Produtos Odontológicos, Possatto & Possatto Ltda e Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda – tendo as empresas confirmado tanto a escassez quanto a

majoração do preço de comercialização do item após a formalização da Ata de Registro de Preços, sendo que apenas a empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda informou ter condições de fornecer o item pelo valor de R\$ 18,90 o pacote com 100 unidades. Tem-se então que empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda teria condições de fornecer o item do laboratório registrado – Djamaro - pelo valor de R\$ 18,90 o pacote com 100 unidades enquanto a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda pleiteia o reequilíbrio econômico financeiro do item para o valor de R\$ 20,76 o pacote com 100 unidades.

Diante da situação posta em tela, entendendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro apenas para alcançar o menor valor proposto pelas empresas consultadas.

Nada obstante, em relação a marca oferecida pelas empresas Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda - DJAMARO – em diligencias realizadas junto ao setores farmacêuticos dos municípios consorciados constatou-se que a marca DJAMARO possui padrão de qualidade similar a marca registrada pela empresa vencedora SUPERMEDY não havendo prejuízos em se proceder a alteração da marca. Nestes termos, havendo interessado habilitado em fornecer o item pelo valor abaixo do reequilíbrio pretendido pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda entendendo que o reequilíbrio concedido para o item deverá ser para o valor de R\$ 18,90 o pacote com 100 unidades, bem como autorizada a entrega do item da marca DJAMARO.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela OPINO seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda em relação ao item nº 381 – toucas descartáveis sanfonadas - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor como sendo R\$ 18,90 o pacote com 100 unidades.

Ademais, em vista da inexistência de prejuízo da substituição da marca registrada pela empresa vencedora do item SUPERMEDY pela marca oferecida pela outra empresa interessado em fornecer o item DJAMARO entendendo ser o caso de possibilitar a alteração.

Por fim, OPINO seja a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda cientificada do reequilíbrio econômico financeiro concedido e da possibilidade de alteração da marca registrada para a marca DJAMARO para que manifeste seu interesse em fornecer o item pelo novo valor reequilibrado e marca substituída e, acaso esta empresa não possua interesse em continuar fornecendo o item, seja a empresa Metromed Comercio de material Médico Hospitalar Ltda cientificada para a entrega do item, pelo valor e marca propostos.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 381 – toucas descartáveis sanfonadas - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do pacote com 100 unidades como sendo R\$ 18,90 podendo ser entregue também a marca DJAMARO ou mesmo outras que mantenham similar ou superior padrão de qualidade da marca inicialmente registrada – SUPERMEDY - devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Ademais, comunique-se a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão e para que no prazo de 02 (dois) dias informe a este consórcio seu interesse em fornecer o item 381 pelo valor reequilibrado e com possibilidade de alteração da marca inicialmente registrada, mantido similar padrão de qualidade e, no caso de não interesse desta empresa, seja então comunicada à empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda para que passe a efetuar a entrega do item pelo valor e marca alhures mencionadas.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda pelo valor registrado para o item.

Notifiquem-se as empresas ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda e Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 23 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER



**CIM-AMUREL****EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2020 - GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO PLACAS EIRELI**

Publicação Nº 2535891

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL PARA A RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO RÓTINEIRA, INCLUINDO MATERIAIS, PARA AS RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS - PREVISTAS NO DECRETO ESTADUAL 759/2011 – TERRITÓRIO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS (NA REGIÃO DA AMUREL) NO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amurel, CIM-AMUREL.

CNPJ/MF: 28.692.509/0001-61

EMPRESA CONTRATADA: GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS EIRELLI

CNPJ/MF: 09.314.355/0001-20.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.688.000,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31/12/2020, com possível prorrogação de prazo conforme leis de licitações.

Tubarão/SC, 15 de junho 2020.

Ibaneis Lembeck

Presidente do consórcio